

CADERNO DE RESUMOS EXPANDIDOS



2023
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



Editor-chefe: Antonio K.valo
Curador: Fábio Figueiredo Camargo
Assistente: Barbara Caetano

Catálogo na Publicação - CIP

S471c	Seminário Internacional Desfazendo Gênero (6. : 2023 : Vitória da Conquista, BA) Cadernos de resumos [recurso eletrônico] do VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero, realizado 10 a 14 de novembro de 2023 em Vitória da Conquista, BA / editor Antonio K.valo, curador Fábio Figueiredo Camargo. – Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. E-book : il. E-book, no formato ePub. Modo de acesso: Internet. ISBN: 978-65-88010-43-3 1. Identidade de gênero - Congressos. 2. Sexualidades e direitos humanos - Congressos I. K.valo, Antonio, ed. II. Camarg, Fábio Figueiredo, cur. III. Título. CDD: 306.768 CDU: 316.346.2
-------	--

Elaborada por Gizele Cristine Nunes do Couto – CRB6-2091

CONSELHO EDITORIAL

Alex Fabiano Jardim
Ana Maria Colling
André Luis Mitidieri
Andréa Sirihal Werkema
Antonio Fernandes Jr.
Cláudia Maia
Cleudemar Fernandes
Davi Pinho
Djalma Thurler
Eliane Robert Moraes
Eneida Maria de Souza
Emerson Inácio
Flávia Teixeira
Flávio Pereira Camargo
Joana Muylaert
Larissa Pelúcio
Leandro Colling
Leonardo Mendes

Luciana Borges
Luiz Morando
Maria Elisa Moreira
Mário César Lugarinho
Nádia Batella Gotlib
Patrícia Goulart Tondinelli
Paulo César Garcia
Renata Pimentel
Ricardo Alves dos Santos
Telma Borges
Vinícius Lopes Passos

CURADORIA

Fábio Figueiredo Camargo
Leonardo Francisco Soares
Ivan Marcos Ribeiro

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.



O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais
R. Benjamin Alves Santos, 1916 / ap. 21
Saraiva
CEP: 38.408-376 | Uberlândia - MG
CNPJ: 33.713.941/0001-21
Printed in Brazil / Impresso no Brasil



Miss

LALIDIS

LABORATÓRIO DE LINGUAGENS E DIVERSIDADE SEXUAL



UESB
Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia



UFBA
Universidade
Federal da Bahia



MPF | Procuradoria
da República
em Vitória da Conquista
Ministério Público Federal



Avoador
JORNALISMO COM PROFUNDIDADE



Todos os textos aqui apresentados são de total responsabilidade dos autores.

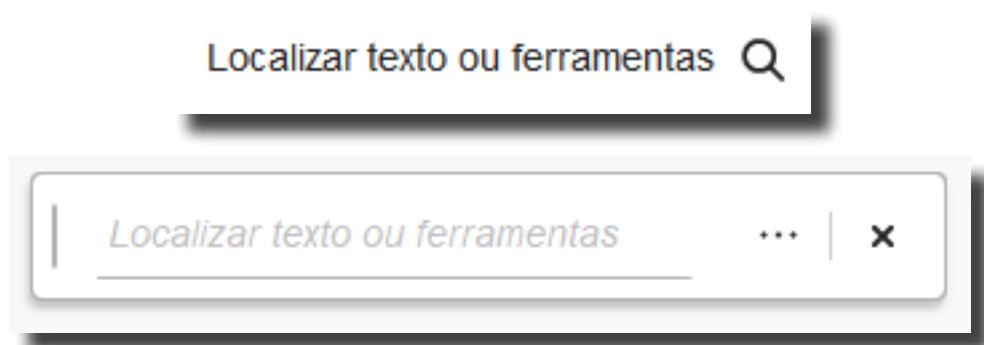
ST 01 - MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA NA INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO	11
ST 02 - GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DAS PESQUISAS POPULACIONAIS: LIMITAÇÕES, POSSIBILIDADES E SUAS INTERSECCIONALIDADES	79
ST 03 - CORPOS E MENTES SOB ATAQUE: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	121
ST 04 - (DES)LOCALIZANDO O QUEER/QUIR: MOVIMENTOS E TEORIZAÇÕES CONTRA-COLONIAIS	194
ST 05 - ARQUEOLOGIA DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS NA LITERATURA E NAS ARTES	231
ST 06 - DYSPHORIA MUNDI: POÉTICAS E POLÍTICAS DE INADEQUAÇÃO, DISSIDÊNCIA E DESIDENTIFICAÇÃO	285
ST 07 - ENSINO DE CIÊNCIAS, GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	329
ST 08 - LINGUAGEM E GÊNERO SOB PERSPECTIVAS CRÍTICAS	352
ST 09 - CORPOS TRANSVIADOS: ESPAÇO, MEMÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE	386

ST 10 - GÊNEROS E SEXUALIDADES NOS COTIDIANOS (NÃO) ESCOLARES: ENTRE DISPUTAS E PERSPECTIVAS	470
ST 11 - RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO CONTEMPORÂNEO: PROCESSOS DE (DES)SUBJETIVAÇÃO COM AS MÍDIAS E ARTEFATOS CULTURAIS	560
ST 12 - DECOLONIZAR A ESTRUTURA EPISTEMOLÓGICA CISHETERONORMATIVA/COLONIAL: POR UMA EPISTEME ARRUAÇEIRA	669
ST 13 - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES	715
ST 14 - A POTENCIALIDADE TRANSFORMADORA DE CORPOS E EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS: DO APAGAMENTO À VISIBILIDADE	822
ST 15 - “RELAÇÕES PERIGOSAS” ENTRE RAÇA, SEXO, CLASSE E ECONOMIA POLÍTICA NA PERIFERIA DO CAPITAL: REFLEXÕES MATERIALISTAS E PÓS-COLONIAIS A PARTIR DA HISTÓRIA E DA LITERATURA	851
ST 16 - A MEDICALIZAÇÃO DO SEXO/GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE CORPOS, AFETOS, SEXUALIDADES E CONTROLE REPRODUTIVO NA HISTÓRIA DAS MULHERES	967
ST 17 - INFÂNCIAS, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIFERENÇAS	998
ST 18 - JORNALISMO ATRAVESSADO PELO GÊNERO	1036

O sumário do e-book te levará para às aberturas de **STs** clicando em seus respectivos títulos.

Para procurar um **texto específico**, busque por *autoria*, *título* ou *palavra-chave*.

Faça sua busca pela ferramenta com o ícone de uma lupa no topo do e-book ou aperte **Crtl+F**.



VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero Uma Construção Rizomática de Desejos, Performances e Saberes

É com grande entusiasmo que apresentamos o VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero, um evento que se tornou um ponto de referência na promoção da reflexão e discussão sobre as questões de gênero e identidade em nossa sociedade. Este seminário representa um espaço de diálogo multifacetado, onde acadêmicos, ativistas e a comunidade em geral se unem para explorar as complexidades das identidades de gênero.

O mote deste ano, “Uma Construção Rizomática de Desejos, Performances e Saberes”, nos convida a pensar nas identidades de gênero como uma teia intrincada de desejos, expressões e conhecimentos interconectados. Reconhecemos que as narrativas de gênero são diversas e fluidas, e este seminário se dedica a mapear essa complexidade.

Nossos resumos oferecem uma variedade de perspectivas e abordagens que abrangem uma ampla gama de tópicos relacionados à identidade de gênero. Desde análises acadêmicas inovadoras até experiências de vida pessoal e performances artísticas, esses resumos refletem a riqueza e a diversidade das expressões de gênero.

Durante os dias do seminário, teremos a oportunidade de ouvir palestrantes renomados e participar de discussões profundas que nos desafiarão a explorar as conexões entre desejo, performance e conhecimento na construção das identidades de gênero. Além disso, as atividades culturais e artísticas que fazem parte do evento nos lembrarão da importância de celebrar as identidades de gênero em todas as suas formas e manifestações.



À medida que nos reunimos neste VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero, convidamos todos a se unirem a nós na construção rizomática das identidades de gênero. Juntos, podemos criar um espaço de respeito mútuo, onde todas as vozes e experiências são valorizadas e reconhecidas.

Sejam bem-vindos ao VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Juntos, estamos desafiando as fronteiras convencionais e abraçando a riqueza das identidades de gênero em nossa sociedade.

MARCUS ANTÔNIO ASSIS LIMA
Presidente da Comissão Organizadora

ST 01

MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA
NA INTERFACE ENTRE
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO



COORDENADORES

Anderson Fontes Passos Guimarães

Bianca Becker

Washington Luan Gonçalves de Oliveira

CINEMA COMO INTERVENÇÃO DE EDUCAÇÃO SEXUAL E GÊNERO

Alice Salgado Oliveira
Pedro Rian Pereira dos Santos
Isabela Machado da Silva

Universidade de Brasília

alicesalgado2001@gmail.com
prps.unb@gmail.com

RESUMO

A sexualidade é uma dimensão natural do ser humano e tem seu desenvolvimento influenciado por fatores biopsicossociais. No entanto, preconceitos relacionados ao ideal patriarcal e cisheteronormativo impõem empecilhos para que temas como identidades de gênero, orientações sexuais, prevenção, segurança e consentimento sejam discutidas de forma inclusiva e respeitosa. O objetivo deste trabalho é discutir como o cinema e a TV podem ser utilizados como ferramentas que contribuam para o processo de educação sexual nas escolas. Para isso, serão apresentados os resultados de uma oficina conduzida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) da Psicologia durante a Semana Acadêmica da Universidade de Brasília. O trabalho se baseou na utilização de um episódio da série Sex Education como mediador para as discussões. Pretende-se que iniciativas como essa contribuam para o protagonismo de jovens e adolescentes na discussão de sua sexualidade.

Palavras-chave: cinema; sexualidade; gênero; cis heteronormatividade.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma dimensão natural do ser-humano e tem seu desenvolvimento influenciado por fatores biopsicossociais. Como é discorrido por Louro (2000), a sexualidade é atravessada por processos culturais, políticos e sociais que contemplam as vicissitudes subjetivas do indivíduo, podendo-se falar, então, não de uma sexualidade homogênea, mas de sexualidades contextualizadas e plurais.

Nesse sentido, a sexualidade é entendida como um conjunto que engloba discursos, medidas institucionais e organizações sociais, bem como questões morais, filosóficas e políticas. Foucault (1988) propôs uma forma de pensar na sexualidade como fruto histórico, constituído por discursos que criam os saberes e definições sobre a temática. Assim, sugere que o entendimento da sexualidade deve se dar a partir de um dispositivo histórico que visa a colocar em evidência principalmente as relações de poder que atravessam as compreensões e vivências da sexualidade.

Portanto, a sexualidade abarca não somente o ato sexual, mas também relações sociais, políticas e culturais. Assim, torna-se possível pensar a sexualidade de tal maneira que englobe não só a orientação sexual, mas também as identidades de gênero e de raça, dentre outros marcadores importantes para a construção do sujeito. Entretanto, considerando-se as bases patriarcais, cisheteronormativas, classistas e racistas que marcam as relações de poder em nossa sociedade, muitos dos discursos sobre sexualidade prevalentes em nossa sociedade servem como veículo de manutenção da ordem social e do poder daqueles que estão dentro do padrão, ou seja, homens brancos, ricos, héterossexuais e cisgênero, assim, empurrando à resistência aqueles que não apresentam as características colocadas em vantagem (Foucault, 1993).

Uma das formas de observar os discursos sobre a sexualidade e como eles atravessam os processos de subjetivação humana é por meio da Educação Sexual, podendo esta se dar através de instituições, como a escola, ou no núcleo familiar. A educação sexual é definida por Souza (1991) como a promoção de ferramentas que possibilitam ao sujeito se entender na sua sexualidade, além de reforçar ou criar espaços seguros para vivenciar sua sexualidade de maneira plena e livre de preconceitos.

Não obstante, como é citado por Furlanetto, Lauermann e Marin (2018), o desenvolvimento das práticas de educação sexual como projeto formal no Brasil teve seu início nas escolas, possuindo como foco principal o controle epidemiológico, isto é, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Esses projetos, muitas vezes, advieram de iniciativas das igrejas e carregavam discursos altamente repressivos e conservadores. Logo, muitas dessas educações sexuais tinham como pauta o celibato, a cisgeneridade e a heterossexualidade como normas, bem como a prevenção da gravidez e das ISTs. As práticas de educação sexual tiveram sua origem, então, pautada

em uma lógica biologizante e repressora, dando início a formatos de educação sexual violentos que tendiam a contribuir para o sofrimento psíquico daqueles excluídos dos discursos dominantes.

É possível, então, notar lacunas na temática Educação Sexual, desde o entendimento do que seria essa educação até práticas limitadas e ineficazes, que enfatizam a dimensão biológica da sexualidade e abandonam as dimensões psicológica e social da sexualidade, bem como as temáticas da identidade de gênero e da orientação sexual. Apesar de terem ocorrido avanços, como a criação de políticas públicas, projetos e leis voltados para a temática, ainda assim é necessário avançar muito (Furlanetto, 2018).

O cinema e a TV podem funcionar como aparatos pedagógicos que contribuam para a promoção de uma educação sexual inclusiva e crítica. Dessa forma, podem contribuir para a quebra de paradigmas homofóbicos, transfóbicos e machistas que, por vezes, são fortalecidos e naturalizados por uma educação sexual conservadora. Destaca-se aqui o livro “Cinema Contra a Homofobia” (Tadeu, 2021), o qual explora a criação de oficinas que fazem o uso de filmes LGBTQIAP+ para o enfrentamento da homofobia em espaços educativos nacionais. Tal intervenção se baseia na liberdade sexual e no enfrentamento de preconceitos, mostrando para alunos como a homofobia perpassa a história da humanidade e tentando desmistificar e coletivizar essa problemática. Projetos como esse mostram como a arte pode também funcionar como medida de enfrentamento frente às violências estruturais, trazendo o cinema para além do entretenimento e criador de normativas violentas, mas também como posicionamento político crítico e responsável pelos valores que ali são retratados.

O uso do cinema e da TV como mediadores nas discussões sobre educação sexual dentro das escolas com jovens é capaz de criar diálogos que reflitam as violências vivenciadas por aqueles que não se encontram na norma cis heteronormativa. Além disso, tais discussões podem ser um facilitador não só para o melhor entendimento dos jovens sobre suas próprias sexualidades, mas também de todo o corpo docente e dos responsáveis por esses jovens. Essas discussões se tornam imprescindíveis no meio escolar, possibilitando, assim, o enfrentamento de violências sexuais e da LGBTfobia, promovendo a defesa dos direitos humanos (Castro, 2018; Elian et al., 2015).

Desse modo, o objetivo deste trabalho é discutir como o cinema e a TV podem ser utilizados como ferramentas que contribuam para o processo de educação sexual nas escolas. Para isso, serão apresentados os resultados de uma oficina conduzida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) da Psicologia durante a Semana Acadêmica da Universidade de Brasília, a ser realizada em setembro/2023. Espera-se que, assim, seja possível estimular discussões sobre sexualidades plurais, bem como proporcionar um espaço de incentivo a uma educação inclusiva e libertadora.

MÉTODO

Em setembro de 2023, o PET-Psicologia realizará, durante a Semana Acadêmica da Universidade de Brasília uma oficina em que se utilizará um episódio da série Sex Education como mediador para as discussões sobre a educação sexual no contexto escolar. A Semana Universitária é um evento que congrega estudantes de diferentes instituições de Ensino do DF, incluindo-se acadêmicos de cursos de licenciatura e saúde, que, no futuro, atuarão em escolas.

A oficina será ter a duração de 2 horas. Será apresentado um episódio da série “Sex Education”, temporada 3, episódio 4, com duração de 47 minutos. O episódio expressa temas relevantes para a educação sexual no ambiente escolar e quais suas repercussões na vida de adolescentes. Após a exibição, terá início a discussão.

Dois observadores acompanharão as discussões e as registrarão por escrito. Dessa forma, será possível identificar o que os participantes compreendem como educação sexual; quais são, em sua opinião, os principais desafios enfrentados pelos educadores e pelos jovens; bem como suas perspectivas acerca do uso do episódio como instrumento mediador para a discussão. Após a oficina, os mediadores e observadores se reunirão para avaliar a atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que os participantes da oficina saiam instrumentalizados para levar os debates acerca de sexualidade e educação sexual nos diversos espaços em que circulam. Além disso, a oficina espera capacitar e gerar reflexões sobre os meios didáticos que são utilizados na transmissão de conhecimento, principalmente para adolescentes. Visto que hoje há uma geração mais conectada tecnologicamente, a articulação do tema junto a conteúdos midiáticos e fílmicos pode auxiliar na compreensão sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos como fundamental a atuação da psicologia na promoção de uma educação sexual crítica e inclusiva. Dessa forma, esperamos contribuir para o desenvolvimento de práticas que promovam o bem-estar e os direitos humanos (ANJOS; LIMA, 2016).



REFERÊNCIAS

DE CASTRO FARIA, L. M.; PAULINO, A. G.; RIBEIRO, M. F. **“SPEAK”**: PROBLEMATIZANDO VIOLÊNCIAS SEXUAIS, SILENCIAMENTOS E CINEMA COM ADOLESCENTES. *In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE*. VII, 2018, Porto Alegre. Artigo. pp. 1-8.

DOS ANJOS, Karen Priscila Lima; LIMA, Maria Lúcia Chaves. **Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia**. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 10, n. 2, 2016.

FOUCAULT, Michel et al. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. *In: História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 152-152.

FOUCAULT, Michel; BLASIUS, Mark. **About the beginning of the hermeneutics of the self: Two lectures at Dartmouth. Political theory**, v. 21, n. 2, p. 198-227, 1993.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4ª edição. Autêntica. 2018.

QUEIROZ, M. T. P. et al. **Cinema contra homofobia: a utilização do cinema como recurso pedagógico contra a homofobia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SOUZA, Hália P. de. **Convivendo com seu sexo: pais e professores**. *In: Convivendo com seu sexo: pais e professores*. 10ª ed. São Paulo, Paulinas, 1991. p. 384-384.

**DA REALIDADE COMO ARTIFÍCIO DA NORMALIDADE
ÀS DINÂMICAS DO GÊNERO:
PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE
NAS TEIAS DO SUJEITO**

Anderson Fontes Passos Guimarães
Docente da Universidade Federal da Bahia

anderson.fontes@ufba.br

RESUMO

Neste artigo, a partir da teoria de Judith Butler, busco problematizar a relação entre performance e performatividade de gênero como construtos indissociáveis. Argumentando que ambas podem se dá por repetição e estilização de atos reificados, bem como através da agência do sujeito. Proponho que, mesmo compartilhando de características semelhantes, performance e performatividade permaneçam enquanto categorias descritivas diferenciadas e que, a partir disso, adotemos a perspectiva analítica para refletir sobre as relações de poder que fazem com que ambas sejam acessadas a fim de parecer uma ou outra por conta das normas de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Performatividade; Performance.

INTRODUÇÃO

Ao considerar o que é apresentado como realidade social, forjada através dos padrões estabelecidos pelo poder, por meio de saberes e práticas hegemônicas, como um artifício que controla o indivíduo, regulando suas ações e moldando as suas expectativas (FOUCAULT, 1995), temos na concepção foucaultiana que o próprio indivíduo, mesmo estando imerso nisto, que já foi naturalizado, não é meramente objeto de exercício do poder, estando sob domínio dele; mas também exerce domínio sob outros ao reproduzir as regras estabelecidas pelo próprio poder.

Seguindo com a compreensão de FOUCAULT (2006) sobre o poder, podemos vislumbrar que não se trata de algo estanque, unicamente repressor e exercido em apenas um vetor, mas sim, de uma rede de relações dispersas, na qual os indivíduos ao mesmo tempo que são produtos e estão sob a égide dele, também se comportam como genuínos articuladores dessa instância, que chamamos de poder.

Judith Butler (2019) corroborando com as ideias de Michel Foucault (1995) sobre o poder, coloca que a sujeição a qual o sujeito está exposto é bastante contraditória, pois o poder à medida que, comumente, pode ser visto como aquilo que nos oprime, é também formador do sujeito.

Podemos, então, falar em sujeito, e como argumenta FOUCAULT (1995), ao se propor revelar a “verdade” da sua identidade tomando como referências as classificações disseminadas nos discursos, esse sujeito colabora com a lógica de normalização e com a produção de saberes e práticas que garantem o controle e a disciplinarização dos seus modos de existência.

Considerando essa compreensão sobre sujeito e normalidade, buscamos problematizar, neste artigo, a relação entre performances (atuações como *drags*) e performatividades (relativas à vivência do gênero), essa última compreendida na teoria de Judith Butler como sendo a repetição e a estilização de atos reificados, os quais não passariam pela dimensão da agência do sujeito, como no caso das performances da *drag*.

A partir disso, discute-se sobre performatividade e performance como construtos indissociáveis e como estratégias de convivência e de enfrentamento social de gays afeminados; evidenciando através da análise das trajetórias narradas pelos participantes que ambas podem ser exercidas a partir da agência do sujeito, ao tempo que também podem funcionar por meio da repetição e da reificação de atos estilizados por identificação do gênero.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três homens gays que se reconhecem afeminados, que são

reconhecidos socialmente como tais no contexto em que vivem e que trabalham como *drags* da cidade de Salvador (Bahia); esta última condição foi elencada por se tratar de um ofício em que, pelo menos, inicialmente, se demanda a agência do sujeito para a construção e montagem da personagem, o que em relação à condição de gay afeminado, pode-se supor a repetição e a reificação de atos como principal característica desta condição.

Esta pesquisa toma a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler como central para suas análises, articulando com os estudos *queer* e com as perspectivas teóricas de Michel Foucault sobre poder. A discussão que proponho é a de que por se tratarem de performatividades as quais não são compreendidas, socialmente, para serem reproduzidas por aqueles corpos, o sujeito será convocado, cotidianamente, a exercer maior grau de consciência reflexiva se quiser exercer a feminilidade com a qual se identifica (assim, havendo agência, no que seria compreendido como performatividade), tanto quanto os gays não assumidos que intensificam a masculinidade em suas performatividades por já saberem do preconceito e da violência que podem sofrer caso deixem resvalar a sua condição de homossexual, portanto não cabendo a adoção do termo “perfechatividade” para uso neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

COLLING, NONATO e ARRUDA (2019) propõem a utilização do termo “perfechatividades” para referir-se às performatividades de gênero que rompem com a cadeia de significados imposta pela norma. Trata-se de uma profusão de conceitos, segundo eles, entre “fechação” - performar uma acentuada expressividade feminina, encenando trejeitos, tons de voz e performatividade -, ou seja, “performar a fechação corresponde a um instante intencional de fazer seu corpo contar, diante do outro, como fechativa” (p.26), e o conceito de performatividade de BUTLER (2006).

Conceito esse que tem suas preocupações voltadas, de acordo com COLLING, NONATO e ARRUDA (2019, p.31), “para o que fica entre esses dois extremos: a fechação que existe na performatividade e a performatividade que existe na fechação”. A proposta dos autores não é a de sobreposição dos termos de performance e de performatividade, confundindo os limites conceituais entre ambos, mas sim, de inserir a noção de fechação no entendimento da performatividade.

A partir da proposição de Joan Scott (1990) em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1986, no qual ela propunha a utilização do gênero, não mais como categoria descritiva, mas como categoria analítica, principalmente, para perceber as relações de poder, proponho a manutenção dos termos performance e performatividade de gênero enquanto termos divergentes: primeiro, compreendendo que, descritivamente, por mais que Butler tentou diferenciá-los, eles

permanecem com suas definições borradas e fragilizadas, em especial, quando nos referimos a corpos que escapam das normas; e, segundo, que adotemos a perspectiva analítica em nossas leituras para compreendermos performance e performatividade como estratégias de convivência e de enfrentamento social, a fim de remontarmos às estruturas de poder as quais forjou o próprio gênero.

Em outras palavras, possibilitar que percebamos quando performance está funcionando como performatividade e quando performatividade está funcionando como performance para que tensionemos as normas regulatórias do gênero e compreendamos que o sujeito também é formado nessa dinâmica de revezamento, que só acontece porque a norma se eleger como referência e delega aos que lhe contradizem a abjeção.

Nisso, o gênero enquanto construção discursiva está a serviço do poder, reduzindo as possibilidades de expressão, delimitando espaços de convivência e estabelecendo normas possíveis para a existência social. Aqueles que desobedecem a essa linearidade, vivenciando alternativas para suas experiências relativas ao gênero, são convocados a exercer um processo constante de reflexão sobre suas gesticulações, tonalidade de voz, quais lugares e pessoas favoráveis para se sentir à vontade e não precisar simular encenações mais ou menos próximas da expectativa social em relação ao gênero, ou seja, uma gama complexa de artefatos que é compreendida como performance termina por ser utilizada para se incorporar à performatividade do sujeito, sendo ambas traduzidas como estratégias de convivência e de enfrentamento social.

Assim, propõe-se que, mesmo considerando a possibilidade de compartilharem de características semelhantes, performance e performatividade permaneçam enquanto categorias descritivas diferenciadas e que, com isso, adote-se a perspectiva analítica para perceber nas trajetórias dos sujeitos como ambas são acessadas a fim de parecer uma ou outra por conta das normas de gênero, e como isso se repercute para os entrevistados na percepção de si, na possibilidade de transitar nos lugares e na forma como seus afetos são vivenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui, já podemos começar a vislumbrar a linha argumentativa sob a qual sustento estas reflexões: performance e performatividade, ambas podem ter como mote a consciência reflexiva e o agenciamento pelo sujeito, revezando-se com a condição de reificação de atos discursivos por conta de identificação sem ter a agência como característica primordial.

A alegação de que, quando a agência é exercida deixa de ser performatividade e passa a ser performance, e, que quando a agência vira algo secundário dando espaço

à repetição dos atos, deixa de ser performance passando a ser performatividade, não contradiz a tese que defendo, pois asseguro que, enquanto categorias descritivas, caracterizadas por Judith Butler (2006), como conceitos que se diferenciam entre si, performance e performatividade podem não fazer sentido se consideradas apenas por este viés, justamente por conta do argumento exposto acima.

No entanto, ao considerarmos ambas como categorias analíticas, ainda que por conta da sua dimensão descritiva, quando 'agência' e 'repetição de atos por mera identificação' invertem o protagonismo e por isto, dizer que deixou de ser uma para ser outra ou vice-versa, ratifico que por conta do contexto, das relações de poder e por se tratarem de estratégias de convivência e de enfrentamento social, performance e performatividade permanecem com suas respectivas funções ainda que assumam características uma da outra.

Quando pensadas apenas em suas dimensões descritivas, portanto, elas podem ser confundidas conceitualmente e, então, ser alegado que se deixou de ser performance passando a ser performatividade (e vice-versa). Contudo, quando pensadas enquanto categorias analíticas, ou seja, considerando que se trata de estratégias sociais de convivência e de enfrentamento, e que tem suas existências atravessadas por contextos adversos e por relações de poder diversas, nota-se que permanecem funcionando a partir de suas respectivas intencionalidades: na performance, para, conscientemente, teatralizar e entreter; e na performatividade, a fim de socializar e de existir. O que não quer dizer que tanto uma quanto outra não possam desempenhar ambas as funções; esta é outra percepção que esta pesquisa pretende trazer.

Portanto, assim como o gênero, que se trata de um conceito complexo e inacabado, sigo com a possibilidade de manter os termos performance e performatividade, com seus significados distintos, a fim de ser possível a realização de uma análise crítica das experiências dos sujeitos, ou seja, tomando esses termos como categorias analíticas e não somente como descritivas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLER, Judith. *Vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

COLLING, Leandro; NONATO, Murillo e ARRUDA, Murilo. Performatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. *Cadernos Pagu*, 57, 2019, pp. 1-34.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo. Martins Fontes, 1995.



FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul-dez., 1990. [1986]

DIVERSIDADE SEXUAL E EDUCAÇÃO VIA ESCOLARIZAÇÃO: UM DEBATE EM (TRANS)GRESSÃO

Artigo Científico

Hárllen Éric Benevides de Castro
Mestrando - PPGELS / UNEB
harllenbc171@gmail.com

Staela Rodrigues Porto dos Santos
Mestranda - PPGELS / UNEB

Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Salgado Cunha
Orientadora - UEBS

RESUMO

Objetivamos tecer reflexões sobre os atravessamentos da Diversidade Sexual na Educação via escolarização, afirmando a importância deste debate no contexto educacional para a promoção futura de uma sociedade mais igualitária e equitativa para pessoas LGBTQIAPN+ a partir da (Trans)gressão de lógicas violentas contra tal comunidade. Utilizamos a revisão bibliográfica sobre o tema, afim de realizar a fundamentação teórica das discussões aqui desenvolvidas. Diante disso, podemos concluir que, a educação via escolarização permanece, ao longo da história e do tempo, sendo um mecanismo de poder que realiza manutenções de discursos de ódio e de violências contra a diversidade sexual, em específico à pessoas LGBTQIAPN+, vilipendiando sua cidadania e seus corpos e corpos negligenciados em toda a arena social fundamentada numa lógica LGBTQIAPN+fóbica e Heterossexista. Diante disso, apontase a urgência na promoção de debates sobre a temática nos espaços educativos formais para que haja a (Trans)gressão curricular de estigmas e práticas violentas contra subjetividades plurais, bem como o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas que assegurem os direitos e a dignidade humana destas pessoas nestes e em outros cenários.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Educação. Escolarização

INTRODUÇÃO

Entende-se a Educação como ferramenta para além de processos formais de escolarização, pois se faz presente em toda e qualquer prática humana que corrobora, conforme Freire (2003), para que o sujeito se insira à sociedade e à cultura de modo crítico e dialético, afetando estes contextos e sendo afetado por eles, ocasionando um percurso de transformação contínua. Portanto, pensar em processos educativos é se deparar, conforme Foucault (1996), com espaços-tempos privilegiados em que os sujeitos vão ao encontro de outros saberes. Nestes espaços, a Diversidade Sexual se manifesta como sendo um elemento constitutivo da experiência humana - tanto em aspectos subjetivos, quanto coletivos. Logo, não há como se pensar em Educação, bem como nos processos educativos, sem que haja o atravessamento da Diversidade Sexual nesse debate. Diante disso, apontamos: como a educação escolar tem lidado com a Diversidade Sexual e suas implicações nos espaços educacionais na contemporaneidade?

Autores como Foucault (1987; 1998), Louro (2022), Butler (2021) e Torres (2010) elucidam que, por estarem inseridos na sociedade, os contextos educacionais, ao longo da história, se tornaram reflexo - e refletem - de uma cultura estruturada em lógicas Cisheteronormativas, Binárias de Gênero e Heterossexistas. Conseqüentemente, acabam por silenciar, marginalizar, invisibilizar e violentar subjetividades plurais através de práticas violentas e discursos de ódio contra determinadas populações plurais, sendo o foco deste trabalho a comunidade de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e demais categorias representadas pelo “+” na sigla LGBTQIAPN+.

Isto posto, esse trabalho objetiva tecer reflexões sobre os atravessamentos da Diversidade Sexual na Educação via escolarização, afirmando a importância deste debate no contexto educacional para a promoção futura de uma sociedade mais igualitária e equitativa para pessoas LGBTQIAPN+ a partir da (Trans)gressão de lógicas violentas contra tal comunidade.

MÉTODO

Utilizamos a revisão bibliográfica sobre o tema e suas vertentes, afim de realizar a fundamentação teórica das discussões aqui desenvolvidas (BRIZOLA; FANTIN, 2016).

Através da questão “como a educação escolar tem lidado com a Diversidade Sexual e suas implicações nos espaços educacionais contemporâneos?”, realizamos uma busca de trabalhos que retratavam o tema a partir do cruzamento de algumas palavras-chave, a saber: Diversidade Sexual *and* Escola; Homofobia *and* Escola; Direitos

and LGBTQIAPN+ and Escola. Foram considerados materiais nacionais e internacionais levantados nas seguintes bases de dados: Scielo, Google acadêmico e Revista Cenas Educacionais. Para uma melhor fundamentação do *corpus* e das discussões aqui feitas, foram utilizados, ainda, livros que abordam a temática proposta e foram realizadas buscas manuais nos artigos selecionados neste processo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Freire (2003), a educação libertadora implica numa constante criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão, a partir do desenvolvimento de consciência crítica, sobretudo, da diferença subjetiva de cada sujeito. Todavia, observa-se a repetição de diversas violências e desigualdades dentro dos espaços educativos contra a diversidade sexual, sobretudo em relação às pessoas LGBTQIAPN+. Mecanismos de exclusão pautados em discursos ocidentais, ligados ao saber médico e religioso, que acabam por sustentar a lógica Cisheteronormativa, e, como resultado, definem aquilo que seria normal e/ou aceito dentro de um contexto segregacionista e hegemônica (TORRES, 2010).

Diante disso, toda performance de sexualidade e de identidade não pertencentes a tal padrão sustentado pelo (Cis)tema são tidas como algo indesejado. Assim sendo, corpos e corpos LGBTQIAPN+ vistos(as) como impróprios(as) para estarem nestes ambientes pela Cisheteronorma, devem ser corrigidos, ou, como salienta Lopes (2022), educados. Tais repetições de lógicas e discursos violentos contra a Diversidade Sexual nas instituições escolares elucidam, principalmente, o fracasso para a perspectiva de educação libertadora e na sua forma de impactar os sujeitos e a sociedade. Esses fenômenos de violência contra a Diversidade Sexual na educação se pautam num sistema dominador, bancário e não libertador de escolarização, modelo contraditório ao proposto por Freire (2003), de um processo educativo que libertaria o sujeito das amarras da alienação de uma perspectiva de dominação.

Diante da complexidade da Diversidade Sexual, a reflexão é necessária para tornar visível e desconstruir aquilo que lhe transforma num “estigma” (GOFFMAN, 2013), observando-se a necessidade da inserção de novos discursos pautados na Diversidade Sexual e sua importância para a educação através de debates nos contextos educacionais, especialmente, em seus espaços formais.

Necessita-se, então, pensarmos sob o alicerce da educação libertadora, outrora idealizada por Freire, sobre a Diversidade Sexual elencando-a a conceitos como gênero e sexualidade. Conforme Louro (1997), gênero, bem como sexualidade, são uma construção histórica e social que constituem a identidade dos sujeitos. No entanto, numa configuração social Binária e Cisheteronormativa, Britzman pergunta: “o que

acontece com a sexualidade quando professoras e professores que trabalham no currículo da escola começam a discutir seus significados? (2000, p. 61).

A partir do currículo, o modo como a Diversidade Sexual é abordada e as formas através das quais escolhemos produzir significados sobre o tema possuem impacto direto na formação dos sujeitos no ambiente escolar e fora dele. Portanto, cabe refletir sobre a diversidade como algo constitutivo e constituinte da pessoa humana. Nesse sentido, Hall (2006) diz que sexualidade e gênero não seriam fenômenos definidos biologicamente, mas sim historicamente, uma vez que o sujeito assumiria diferentes modos de se posicionais diante deles em divergentes momentos e elas não são unificadas ao entorno do “eu” corrente.

Partindo desse princípio, a forma naturalizada (padronizada) pela qual ocorre a construção histórica e social do conceito de gênero e sexualidade é uma manifestação de violência simbólica contra a Diversidade Sexual. Trata-se da naturalização equivocada de como o indivíduo e o outro são percebidos, aderindo características simbólicas estruturadas na classificação binária dos sexos, masculino e feminino (JESUS *et al.*, 2022). Para a educação, isso constitui um problema, pois essa é considerada um espaço para a produção de conhecimentos e de relacionamentos, abrangendo inúmeras diferenças, inclusive sexuais, que não podem e nem devem ser negligenciadas.

Nessa perspectiva, compreende-se, conforme Jesus *et al.* (2022), que a educação, no ambiente escolar, é uma instituição social que vincula e reproduz valores culturais e ideais da sociedade a qual está inserida, entretanto, faz-se necessário pensar em seu papel no que diz respeito à Diversidade Sexual. É de se questionar o que a educação tem feito para contribuir com a liberdade da livre expressão de tais maneiras de existir, afinal faz parte de suas atribuições o incentivo às práticas de respeito e a democratização das diferenças.

Freire (2020) aborda a ética e a ética da prática educativa libertadora que vêm do mesmo caminho do fenômeno humano, tentar negar e explicar a existência da exploração e dominação é coibir-lhes os seus direitos. “Há uma imoralidade radical na dominação, na negação do ser humano, na violência sobre ele, que contagia qualquer prática restritiva de sua plenitude e a torna imoral também” (FREIRE, 2020, p. 108). Falar sobre a Diversidade Sexual na educação, então, nada mais é do que um compromisso ético e político pela revelação da verdade, porque ela existe e, ao tentar negá-la, afasta-se dos ideais de liberdade que se busca dentro desse ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas é possível concluir que, a educação via escolarização permanece, ao longo da história e do tempo, sendo um mecanismo de



poder que realiza manutenções de vários tipos de violências contra a Diversidade Sexual, em específico às pessoas LGBTQIAPN+ que possuem seus direitos e dignidade humana sucateados e suas subjetividades negligenciadas nestes espaços por consequência de discursos e de práticas violentas contra seus corpos e corpos.

Nota-se, portanto, a importância do desenvolvimento de debates sobre a Diversidade Sexual nas escolas para que haja a (Trans)gressão de noções e comportamentos estigmatizados e violentos contra subjetividades tão plurais, como as de pessoas LGBTQIAPN+. Bem como, a urgência na elaboração e aplicação de políticas públicas que assegurem a cidadania destas pessoas nos espaços educativos e que garantam uma educação libertadora, emancipadora, e, sobretudo, Anti-Heterossexista e AntiLGBTQIAPN+fóbica.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão de literatura e revisão sistemática de literatura. **REALVA**, v. 3, n. 2, p. 23 - 39, 2016.
- FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Política e educação**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. 144 p.
- GHEDIN, E. FRANCO, M. A. **Questões de Método na construção da pesquisa em educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez. 2011.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. – 11ª. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JESUS, A. P. de. *et al.* Relações de gênero na educação de jovens e adultos e formação de professores: um estudo alternativo. **Cenas Educacionais**, Caetité, 5, e11472, p. 1-19, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11472>>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. – 6ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1997.



SANTOS, R. A. dos; SOUZA S. A.; SIQUEIRA P. T. Relações étnico-raciais e de gênero: identidade da mulher negra e professora da educação básica no nordeste do Pará. **Cenas Educacionais**, Caetité, 5, n. e11913, p. 1-40, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11913>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre. 1990
ORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GRUPO DE LINGUAGEM NÃO HEGEMÔNICA: PERCURSOS PARA DELINER UMA CARTILHA ORIENTATIVA.

Grupo de trabalho

Lívia Caldieraro de Souza
Psicóloga e Conselheira do Conselho Regional de Psicologia RS
coordena o GT de linguagem não hegemônica
E-mail: livia.caldieraro@gmail.com

Samantha Medeiros Ferreira
Psicóloga
Conselheira do Conselho Regional de Psicologia RS
coordena a Comissão de Direitos Humanos.

RESUMO

O grupo de trabalho de Linguagem não hegemônica surgiu a partir da Comissão de Direitos Humanos como forma de operar no nosso Conselho Regional de Psicologia algumas deliberações propostas na Assembléia de Políticas e Finanças e no Congresso Nacional de psicologia, de modo a elaborar junto a comunicação uma cartilha sob um viés ético-político, interseccional e inclusivo com enfoque nas questões, da linguagem não binária, anti racistas, anti capacitistas, anti gordofóbicas, anti lgbtfóbicas e não machistas que sirva de apoio e orientação tanto de modo interno da instituição, assim como, de diálogo com profissionais da psicologia como meio de combate às posições hegemônicas e normativas que violentam as subjetividades destas populações.

Palavras-chave: Linguagem não hegemônica; Cartilha; Conselho Regional de psicologia; Linguagem inclusiva; Linguagem não binária.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de pensar sobre a linguagem utilizada na comunicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) com a categoria profissional, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) percebeu a necessidade da criação de um Grupo de trabalho intitulado de Linguagem não hegemônica no intuito de elaborar uma proposta de diálogo inclusivo conjuntamente com a adoção da Linguagem não binária para mapear possibilidades de inserção de uma maior acessibilidade a todes no sistema de nosso regional.

Salientamos que estamos na primeira gestão em todos os sistemas conselhos de psicologia que adotam as ações afirmativas e com isso faz-se necessário a revisão da linguagem no cotidiano de trabalho. O grupo está composto, neste momento por representantes da gestão, funcionáries/as/os e parte de algumas das deliberações e proposições da APAF¹ e último CNP com a finalidade de construção de uma cartilha orientativa tanto interna como externa.

Dentre as deliberações propostas no caderno do 11º CNP, nós observamos alguns direcionamentos adotados pelo GT dentre eles destacamos a proposição de promover a discussão sobre a linguagem neutra, assim como, sua inclusão nos documentos: *“utilização da linguagem neutra ou não gendrada, a fim de adotá-la em todas as suas publicações, notas e posicionamentos, reconhecendo a não binariedade, a diversidade de identidade de gênero e a autodeclaração em suas comunicações.”* (Conselho Federal de Psicologia, 2022, p.23). Proposta diretamente relacionada a função do grupo de trabalho que também se delineou pelo acréscimo das pautas anti racista, anti capacitista, anti gordofóbica, anti lgbtfóbica e não machista de modo a atender para as lutas da categoria. Nessa direção notamos a necessidade de nos pautar por um viés interseccional² que contemple não apenas um marcador mas múltiplas configurações relacionais.

O Grupo deverá ao longo do trabalho promover orientação para enfrentamento ao racismo no vocabulário, dialogando com psis sobre a “lógica do clareamento, do

1 Assembléia de políticas, da administração e das finanças - que tem como parte de sua diretriz a deliberação das intervenções dos CRPs, assim como, a instrumentalização e acompanhamento sobre a execução das proposições deliberadas no Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Tanto a APAF como o CNP são as instâncias deliberativas do sistema conselhos de psicologia com ampla participação da categoria profissional.

2 Segundo Conceição Nogueira em seu livro Interseccionalidade e Psicologia Feminista: “Uma análise interseccional resiste à essencialização de todas as categorias (tratando todos os membros de um único grupo social como o mesmo e supondo que compartilham as mesmas experiências) e está atenta às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações. Como refere Yuval-Davis (2006), “as divisões sociais são construídas pela interligação em condições históricas específicas” (p. 200). Não pretende apenas somar categorias umas às outras (Bowleg, 2008). Pelo contrário, aspira a compreender o que é criado e experienciado na intersecção de dois ou mais eixos de opressão, numa lógica de “matriz de opressão” (Collins, 2000), que reconhece a natureza multidimensional e relacional das localizações sociais e dos lugares das experiências vividas, das forças sociais e dos sistemas de discriminação e subordinação que se intersectam.” (Conceição, 2017, p.149 e p150).

branqueamento e da associação inadvertida de conotações negativas ao que é preto, escuro”, conforme documento publicado na APAF em 2018. E deve sistematizar orientações para outros tipos de linguagem que não utilizem de estereótipos capacitistas e discriminatórios com pessoas com deficiência e realizará um webinar junto a Comissão de formação sobre a temática da Linguagem não hegemônica com enfoque na linguagem neutra.

MÉTODO

A metodologia de trabalho adotada consistiu em três etapas principais: reuniões com trabalhadores representantes dos diferentes setores da autarquia, leitura do manual de São Paulo publicado em agosto de 2022, intitulado *Guia do manual de linguagem do CRPSP* e, por fim, utilização de um formulário de mapeamento de dúvidas.

Primeiramente, foram realizadas reuniões com representantes dos setores e conselheiros para discutir o conteúdo do manual e levantar possíveis dúvidas relacionadas ao seu uso prático. Essas reuniões proporcionaram uma visão abrangente das necessidades e perspectivas das pessoas em relação ao documento.

Em seguida, desenvolvemos um formulário de mapeamento de dúvidas, que foi distribuído a todos via e-mail. Esse formulário tinha como objetivo coletar informações específicas sobre as dúvidas mais frequentes no que se refere aos usos da linguagem anti racista, anti capacitista, anti gordofóbica, anti lgbtfóbica e não machista. A coleta de dados foi conduzida de forma anônima para incentivar a sinceridade nas respostas. Neste momento, estamos aguardando o preenchimento do formulário por parte dos diferentes setores da autarquia.

Durante o processo de análise, com base na leitura do manual de São Paulo e nas informações coletadas nas reuniões, as deliberações para a construção da cartilha de linguagem não hegemônica foram respaldadas por embasamento ético-político proveniente das deliberações do CNP e APAF. As produções dos movimentos sociais relacionadas ao assunto também foram levadas em consideração.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo “pessoa obesa” pode reproduzir uma lógica de patologização das corpos gordas devido à sua associação direta com a ideia de uma condição médica ou problema de saúde. Ao classificarmos alguém como “obesa/o/e” podemos estar estigmatizando pessoas com corpos maiores, perpetuando preconceitos e discriminação. Além disso, essa classificação tende a reduzir toda a complexidade da saúde e bem-estar a uma única característica física, ignorando outros aspectos importantes.

No que diz respeito ao campo da diversidade sexual, notamos a utilização do termo “homossexualidade” para referir-se a experiências que estão vinculadas as dissidências sexuais, podemos pensar com isso sobre as homossexualidades numa perspectiva de ampliar as subjetividades e singularidades dentro de uma perspectiva cis/trans que vem sendo também reivindicada por pessoas não binárias que se entendem como sapatão ou bicha-travesti e etc.

A ausência do termo lésbica pode perpetuar a invisibilidade e o apagamento de lésbicas³. Da mesma forma, acreditamos que o termo “sapatão” possui uma complexidade e variedade de interpretações, não podendo ser reduzido a um termo pejorativo. As palavras podem mudar de significado ao longo do tempo e, em alguns contextos, um termo inicialmente pejorativo pode ser apropriado e ressignificado pela própria comunidade a que se refere. Essa ressignificação pode ser uma forma de empoderamento e resistência contra a discriminação histórica.

Em diálogo com a Comissão de Relações Étnico-Raciais (CRER), foram identificadas expressões e termos como “claramente”, “esclarecer” e “esclarecedor”, sendo utilizados como sinônimos de “solução” e “entendimento”. Ao nosso regional e a esse grupo de trabalho também coube retirar o “hino riograndense” de toda e qualquer solenidade institucional compreendendo sua conotação racista. Além disso, ficou acordado que o material a ser construído deve incluir uma discussão sobre branquitude.

Optamos por acompanhar as deliberações do manual de São Paulo sobre acessibilidade e inclusão, após o diálogo com conselheiros com deficiência. No entanto, incentivamos que, em nosso regional, no momento da audiodescrição, também sejam ditos os pronomes de preferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessas ações, o CRPRS busca construir uma comunicação que valorize a diversidade e ative no combate às opressões estruturais na intenção de um diálogo comprometido com a categoria psi e sociedade civil. Representa um passo importante a inserção de linguagem que acolha a todes e que se propõe como um modo de resistência às tentativas de violência contra as diferenças em nossas comunicações e contribuindo em contrapartida a uma teórico/prática psi mais atenta e menos hegemônica.

³ Sobre isso, Adrienne Rich em seu livro *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, nos diz: “As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina [...] têm compartilhado um tipo de vida social e de causa comum com homens homossexuais. Mas há diferenças[...]com opressões, significados e potencialidades particulares, que não podemos compreender quando nós a agrupamos simplesmente com outras existências sexualmente estigmatizadas. ”. (Rich, 2012, p.36,37)



REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Nogueira. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia. Editora Devires. Ano 2017.

Conselho Federal de Psicologia. **Caderno de deliberações do 11 Congresso Regional de Psicologia - O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais**. Brasília. Ano 2022.

Link disponível: https://cnp.cfp.org.br/11/wp-content/uploads/sites/3/2023/01/caderno_deliberacoes_CN_P_web-1.pdf Acessado em: 30/07/2023.

Conselho Federal de Psicologia. **Convite a tirar o racismo do nosso vocabulário**. Brasília. Ano 2018. Link disponível: <https://drive.google.com/file/d/1G3Mw9qmkLIBivUR9LSnR4xnfDbMU-z2x/view> Acessado em: 30/07/2023

Conselho Regional de São Paulo. **Guia do manual de linguagem do CRP SP**. São Paulo. Comissão de comunicação. São Paulo. Agosto de 2022. Link disponível: https://www.crsp.org/uploads/pagina/272282/Pyo7GcWXI5Y6EDuMR5cCGqm87i5cx_-01.pdf Acessado em: 30/07/2023

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PSICOLOGIA DECOLONIAL: ROMPENDO COM O EUROCENTRISMO CIENTÍFICO

Artigo teórico-reflexivo

Marcos Oliveira de Novaes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

E-mail: marcospsi03@hotmail.com

RESUMO

Historicamente a psicologia foi constituída enquanto uma ciência eurocentrada, formulada por homens brancos, para atender à elite e até serviu para validar teorias racistas. Percebe-se o apagamento e subalternização de autoras(es) e de teorias vindas do sul global, um processo colonial que adentrou as universidades e fez com que a ciência psicológica se constituísse enquanto um saber colonizado. Desta forma, se faz necessário libertar o conhecimento das epistemologias eurocêntricas, propondo um giro decolonial, pensando em uma psicologia insubmissa ao saber-poder europeu, e esse é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Psicologia; Decolonialidade; Eurocentrismo

INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país das Américas a “abolir” a escravização, que resultou no sequestro de aproximadamente seis milhões de negros(as) da África subsaariana (REIS; GOMES, 2005). Contudo, o sofrimento nunca chegou ao fim. Os(as) negros(as) foram rotulados e compelidos a carregarem um injusto e cruel estigma de inferioridade. A mácula da escravização persiste até os dias atuais, pessoas negras são as principais vítimas de homicídio no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, entre 2012 e 2017, 255 mil negros(as) foram assassinados(as) no Brasil, tendo esta população 2,7 mais chances de serem vítimas de assassinato do que os brancos (IBGE, 2019).

Há quem diga que no Brasil exista a chamada democracia racial. Ora, negar a existência do racismo no Brasil é uma fábula que esconde a triste realidade da população negra. A hipotética democracia racial é uma estratégia de projeção e repressão de aspectos negativos que o sujeito branco nega. Segundo Grada Kilomba, “o sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo (KILOMBA, 2019, p. 37).

Como nos diz Silvio Almeida, o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

O racismo epistemológico esteve presente durante os cinco anos da minha formação em psicologia, só conheci e estudei teorias vindas da Europa e/ou Estados Unidos, formuladas por e teóricos(as) brancos(as), baseados em estudos com pessoas brancas, pertencentes à elite. Percebi então que se tratava da “colonialidade do saber”, epistemologia eurocentrada que privilegia o saber branco, masculino e europeu.

A psicologia se constituiu enquanto uma “ciência branca”, estudada e pensada para brancos(as), como o saber verdadeiro, desvalorizando os saberes dos(as) que estão ao sul do globo, negros e mulheres. Segundo Lugones (2014, p. 936) “o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão”.

Contudo, mesmo com a supremacia de uma psicologia branca e eurocêntrica, que foi imposta ao longo dos anos e sustentada pelo racismo estrutural, é imprescindível destacar que o saber psicológico não se restringe a este panorama. Sendo assim, é importante problematizar a psicologia eurocentrada, denunciando o colonialismo que ainda persiste na ciência psicológica, sendo esse o objetivo deste artigo.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma pesquisa teórica-reflexiva, de caráter qualitativo. Os pesquisadores qualitativos rompem com a ideologia de unificar os modelos de pesquisa para todas as ciências sociais. Assim, eles afastam-se do modelo positivista, buscando explicações para os porquês das coisas, como elas se dão, sem ter o objetivo de quantificar, testar ou validar as respostas encontradas (GOLDENBERG, 1997). O que se pretende com a pesquisa qualitativa é compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais, por isso o que mais importa é saber o como, e não somente o porquê.

A nossa perspectiva metodológica está ancorada na vertente decolonial, que surge para repensar as teorias estruturalistas como um único modelo epistemológico a ser seguido, desconstruindo “verdades”, apropriando-se de diferentes correntes teóricas de forma interdisciplinar e interseccional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A universalização imposta pelo saber colonial fez com que uma psicologia branca e europeia servisse – ou pelo menos era o que se esperava – para todos. Ora, isto talvez explique a não inserção de autoras(es) negras(os) no curso de psicologia da universidade onde fui formado. A psicologia foi/é uma ciência eurocentrada e estadunidense, na qual as principais correntes teóricas foram constituídas por teóricos brancos, como a psicanálise, com Sigmund Freud (austríaco) e Jacques Lacan (francês); Análise do Comportamento, fundada por Frederic Skinner (norte-americano); Terapia Cognitivo-Comportamental, criada por Aaron Beck (norte-americano) e a Gestalt- Terapia, tendo como principal fundador, Fritz Perls (alemão).

Assim, os principais autores não fazem parte do Sul global, uma “psicologia branca”, pensada para brancos, num contexto clínico e de difícil acesso as classes menos favorecidas. Ora, o cientificismo e eurocentrismo desclassificam os saberes subalternos, os quais são vistos como inválidos, anticientíficos e desnecessários. Para, Maldonado-Torres:

A longa tradição do cientificismo e do eurocentrismo deu origem a uma ideia de universalismo abstrato que marca decisivamente não somente a produção do conhecimento, mas também outros âmbitos da vida: economia, política, estética, subjetividade, relação com a natureza, etc. Em todas essas esferas, nesses mais de 500 anos de história colonial/moderna, os modelos advindos da Europa e de seu filho dileto – o modelo norte-americano após a segunda guerra mundial – são encarados como ápice do desenvolvimento humano, enquanto as outras formas de organização da vida são tratadas como prémodernas, atrasadas, equivocadas (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 12).

A psiquiatra negra Neusa Santos Souza fala do efeito do racismo na relação do(a) negro(a) com o próprio corpo:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultantes da diferença em relação ao branco vão traduzir-se em ódio ao corpo negro (SOUZA, 1983, p. 6).

Segundo a psiquiatra, o ideal branco faz com que o(a) negro(a) se aproxime desse ideal, objetivando se afastar, apagar as características negras, como alisar o cabelo, desejando o apagamento da sua própria história, uma alienação brutal que penetra a psique e gera sofrimento, como a repulsa pela própria identidade. Segundo Fanon (2008), a colonização e o racismo alteram profundamente a subjetividade do(a) negro(a).

A colonialidade do poder presente na psicologia, assinala o não lugar aos(as) teóricos(as) negros(as) nas universidades, (re)produzindo a dominação colonial por meio do apagamento de teóricos não europeus. Assim:

Os condenados não podem assumir a posição de produtores do conhecimento, e a eles é dito que não possuem objetividade. Do mesmo modo, os condenados são representados em formas que os fazem se rejeitar e, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração, podem apenas aspirar ascender na estrutura de poder pelos modos de assimilação que nunca são inteiramente exitosos. A colonialidade do poder, ser e saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 44).

Por isso a importância de decolonizar a psicologia, uma ciência que há muito tempo esteve – e ainda está – ligada ao saber-poder colonial. É necessário problematizar os nós da colonialidade, além de pensar em uma psicologia que não seja puramente branca e europeia, mas que seja insubmissa, anárquica as normas eurocêntricas de produção e validação científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, problematizar a constituição da psicologia enquanto uma ciência branca é extremamente importante para desatar os nós do colonialismo que permeia esse saber. Obviamente, não é uma tarefa fácil, uma vez que o processo de colonização não se encerrou e ainda há resquícios que nos fazem – muitas das vezes inconscientemente – escolher o colonizador como referência teórica. Pensar em uma psicologia decolonial é (re)conhecer que ela foi e ainda é um saber privilegiado, que geralmente beneficia



pessoas privilegiadas, ou seja, brancos, ricos e heterossexuais. Além disso, é preciso potencializar outros saberes, aqueles que antes foram subalternizados e silenciados, fomentar o conhecimento de uma psicologia preta, de periferia e não heterossexual.

REFERÊNCIAS

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. Introdução: Uma história de Liberdade. In J.J. Reis, & F. dos S. Gomes (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**, (pp. 925). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, 2019, n 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, pág. 935-952, dezembro de 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.) (2019). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. BH: Editora Autêntica, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

O USO DO BANHEIRO ENQUANTO DUSCURSO E A RATIFICAÇÃO DA TRANSFOBIA NA ALERJ

Categoria do Trabalho – Projeto de Pesquisa em andamento

Nilton Abranches Junior
PPGEO/IGEOG/UERJ

Arthur Marques de Almeida Neto
PROFARTES/CCTA/UFPB

Mariana Coêlho dos Santos
Bolsista PIBIC/IGEOG/UERJ

niltonabanches07@yao.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo desvelar os comportamentos transfóbicos praticados pelo Poder Legislativo fluminense, materializados a partir dos discursos proferidos por parlamentares no plenário da ALERJ, na sessão ordinária do dia 29 de março de 2023, quando da discussão do Projeto de Lei 193/2023, de autoria da Deputada Estadual Dani Balbi, primeira pessoa transexual eleita para um mandato. Parte-se do pressuposto de que, baseado nos relatórios produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, pessoas travestis e transexuais vivem em estado permanente de vulnerabilidade socioespacial no estado do Rio de Janeiro. Vítimas do heteroterrorismo, esses corpos indesejados são empurrados pela necropolítica de Estado para o extermínio. Tal extermínio pode ser caracterizado como direto ou indireto: pelo número de assassinatos anuais sempre elevados de pessoas transexuais no Brasil, ou de forma gradual e progressiva com o cerceamento a seus direitos civis. Soma-se ao quadro da vulnerabilidade a noção de que as cidades são imaginadas e produzidas por e para as normas de gênero, raciais e sexuais, ocasionando uma série de obstáculos que dificultam/impedem a permanência desses corpos no espaço e na vida urbana. Propõe-se questionar sobre a possibilidade de o Poder Legislativo fluminense ratificar a violência contra as pessoas transexuais naquele território. Para tal, fez-se o levantamento dos discursos proferidos pelos parlamentares presentes na sessão, o projeto de Lei apresentado pela Deputada e os dados de violência relativos ao Rio de Janeiro. A discussão do uso do banheiro aparece enquanto base dos discursos parlamentares.

Palavras-chave: Transfobia; heteroterrorismo; vulnerabilidade socioespacial.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é construído a partir das vivências acadêmicas de três pesquisadores LGBTQIAPN+. Apesar de possuírem formações diversas, construídas em espaços e tempos distintos, ao se constituírem sujeitos percebem as interdições provocadas no espaço e identificam processos de exclusão provocados por simplesmente terem corpos que divergem da cisheteronormatividade. Um sistema que ainda na década de 2020 insiste ditar comportamentos, silenciar discursos, invisibilizar corpos, descredenciar conhecimentos e desmerecer epistemologias. Nesta perspectiva nos colocamos a serviço de um ativismo acadêmico, para muito além da resistência, nos propomos a insurgir contra o que está posto, e nos colocamos enquanto passaportes para subverter a norma (ALMEIDA NETO, SILVA e ABRANCHES JR, 2022)

É parte do projeto de pesquisa “Nenhum Arco-íris no Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão GEOCorpo/UERJ. O projeto busca analisar os processos de construção de espaços interditos a corpos desviantes ao cisheteropatriarcado no estado do Rio de Janeiro. A partir dos resultados alcançados se promove a exposição dos mecanismos de promoção de uma territorialidade efêmera, sazonal e temporalmente interrompida.

O que apresentamos aqui é um recorte deste projeto, desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisa ARCOPODER/DAC/UFPB, cujo objetivo é desvelar os comportamentos transfóbicos praticados pelo Poder Legislativo fluminense, materializado a partir dos discursos proferidos por parlamentares no plenário da ALERJ, na sessão ordinária de 29 de março de 2023, quando da discussão do Projeto de Lei 193/2023. Parte-se do pressuposto de que o contexto no qual vivem os corpos LGBTQIAPNb+ no Rio de Janeiro, é o de vítimas do heteroterrorismo (BENTO, 2011), uma vez que o espaço da cidade é pensado para um corpo hegemônico.

MÉTODO

A pesquisa tem como base a pesquisa documental. Selecionou-se enquanto fontes para a pesquisa a Lei 7041/2015, o projeto de Lei 193/2023, as notas relativas aos discursos proferidos na seção específica de discussão, na ALERJ, do projeto de Lei em questão, assim como o seu registro videográfico. Os dados a respeito da violência contra pessoas LGBTQIAPNb+ produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, são aqui considerados enquanto referência para contextualizar a situação de vulnerabilidade socioespacial a qual se encontra esta população. Chamamos a atenção para a falta de dados oficiais, produzidos pelo Estado brasileiro no que diz respeito a este grupo específico, o que indica a existência de uma necropolítica de Estado.

Focamos exclusivamente na seção de discussão do projeto de Lei 193/2023, ocorrida no dia 29 de março do corrente ano. Portanto, não se leva em consideração a repercussão do fato nas mídias sociais, nem tão pouco nos portais de notícias, o que pode indicar um desdobramento do trabalho. Assim, estabelecemos enquanto recorte temporal da pesquisa a própria seção de discussão da matéria.

Estudamos a Lei 70241/2015 que ainda se encontra em vigor no estado do Rio de Janeiro, para que pudéssemos compreender a necessidade de sua atualização, face as transformações socioculturais pelas quais passa a sociedade fluminense. Em seguida nos debruçamos sobre o projeto de Lei 193/2023, capitaneado pela Transdeputada Dani Balbi (PCdoB), com objetivo de atualizar a lei em vigor, assegurando garantias contra a violência de gênero as pessoas LGBTQIAPN+.

Recorremos ao sítio eletrônico da ALERJ para realizar a busca da seção de discussão do projeto de lei, e ter acesso aos discursos proferidos pelos deputados e deputadas. Encontramos os discursos disponibilizados em dois formatos: vídeo da seção e notas transcritas dos discursos. Utilizamos ambas as fontes, uma vez que acreditamos que uma complementa a outra. A partir do entendimento de que corpo é discurso, o vídeo com as falas dos(as) parlamentares, e a performatividade de seus discursos, conferem material adicional para o entendimento da construção de uma materialidade transfóbica no parlamento fluminense.

A partir do acesso ao material, os discursos foram separados em dois grupos distintos. Aqueles favoráveis a atualização da lei, e um outro constituído por aqueles contrários. Prestamos especial atenção nos discursos dos parlamentares contrários a atualização da lei em vigor, transformando seus discursos em objeto da pesquisa. Ao estudarmos os discursos transcritos e videográficos, identificamos o direcionamento da discussão para o uso do banheiro em estabelecimentos públicos e privados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ser uma pessoa LGBTQIAPN+ no Brasil é um ato de coragem. As estatísticas nos colocam anualmente no topo da lista dos países que mais violenta estas pessoas. Essa violência acontece de diversas formas, através dos mais diferentes poderes da república, e em uma gama de espaços públicos e privados. Partimos do trabalho de Borrillo (2016), que ao construir uma historiografia da homofobia, tipifica diferentes tipos de violência. Ousamos atualizar seu trabalho, descriminando cada identidade representada na sigla. Portanto, trabalhamos com a noção de LGBTQIAPN+fobia, partindo do pressuposto de que há a necessidade social e política de reconhecimento de todas as identidades de gênero, o que nos aproxima da ética Bixa proposta por Vidarte (2019).

A territorialidade LGBTQIAPN+ no Rio de Janeiro é marcada por uma movimentação de ir e vir do “armário”. Essa movimentação tem a ver com quais garantias de direitos

civis são promovidas pelos grupos que assumem o poder de governo na esfera estadual e nacional. A luta constante é contra "... a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço..." (MBEMBE, 2018, p. 39). Avançando na discussão, recorreremos a Butler (2019) quando, ao discutir Estado, democracia e povo, chama a atenção para que a maior ou menor inserção dos sujeitos nesta tríade está relacionada aos seus marcadores sociais. Os marcadores vinculados a sexualidade vão nos empurrando para a situação de subcidadania,

A ALERJ se apresenta enquanto um território dominado por homens brancos, heterossexuais e cristãos. No último pleito realizado em 2021 Dani Balbi foi eleita deputada estadual. Pela primeira vez na história do legislativo fluminense foi eleita uma mulher transexual, negra. Dani Balbi chega neste território cisheterocentrado e dominado pela branquitude com o compromisso de legislar sobretudo pelas mulheres e pelos LGBTQIAPN+. Em 8 de fevereiro de 2023, a deputada apresentou o projeto de lei 193/2023, que altera a lei 7041/2015. A lei trata das penalidades administrativas aos estabelecimentos e aos agentes públicos que discriminem pessoas por preconceito em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de gênero, promovendo uma atualização a lei 7041/2015 que se encontra vigente. O texto do projeto de lei entrou em pauta na sessão de 29 de março de 2023, e se tornou uma sessão de desinformação e de discursos preconceituosos proferidos pelos parlamentares da Assembleia Legislativa fluminense. Dentre a sessão de debates acalorados destacam-se quatro discursos transfóbicos. Proferiram discursos transfóbicos os deputados Thiago Gagliasso (PL) e Felipe Poubel (PL), Marcelo Dino (União Brasil) e Rodrigo Amorim (PTB), todos vinculados a onda neoconservadora da política nacional. Dentre eles nos chamou a atenção o discurso do deputado Thiago Gagliasso, que desvia propositadamente a discussão do projeto de lei para o uso dos banheiros públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inadmissível que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro seja palco de divulgação de notícias falsas e de disseminação de preconceitos. É necessário que o poder legislativo fluminense contribua efetivamente no enfrentamento ao genocídio operante no Brasil e na proteção da população LGBTQIAPN+ do Rio de Janeiro. O discurso neoconservador baseado em imaginários culturais construídos a partir da branquitude e da cisheteronormatividade não contribuem para a diminuição de desigualdades entre os cidadãos fluminenses. A discussão desvirtuada do uso do banheiro público, acirra preconceitos, reforça estigmas e promove desinformação.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.; SILVA, J. V. L.; ABRANCHES JR, N. O frito LGBTQIAPN+ ouvido do Rio de Janeiro contra o cisheteroterrorismo patriarcal: políticas poderes e pedagogias do corpo. **Boletim do Tempo Presente**. V.11, N.10, p. 17-28, 2022

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. V.19, N. 2, p. 549-559, 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1edições, 2018

VIDARTE, P. **Ética Bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: n-1 edições, 2019.

NOVA CASA, NOVA FAMÍLIA: ATENDIMENTO À PESSOAS TRANS EM UMA CASA DE ACOLHIMENTO LGBTQIA+

Comunicação Oral - Mestranda

Naira dos Santos Bonfim
nairabonfimpsi@gmail.com

RESUMO

Este relato de experiência versa sobre o meu período de atuação como psicóloga voluntária em uma casa de acolhimento e cultura em Salvador-BA voltada para o público LGBTQIA+. Trarei aqui o detalhamento da estrutura e funcionamento da casa de acolhimento e sobre a família cisheteropatriarcal, o papel das casas de acolhimento para comunidade LGBTQIA+ e as práticas de cuidado e promoção à saúde das pessoas trans acolhidas na casa. Na seção de resultados e discussões trago o tópico “Escutando de Longe: O Atendimento Psicológico à População Trans em Tempos de Pandemia” para dialogar sobre a atuação clínica nesse espaço. Encerro o artigo a partir de reflexões e apontamentos para pensar o papel da psicologia na atuação com as diversidade de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: casa de acolhimento lgbtqia+;sexualidades;psicologia;transgeneridade;

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência versa sobre o meu período de atuação como psicóloga voluntária em uma casa de acolhimento e cultura em Salvador-BA voltada para o público LGBTQIA+ durante janeiro de 2020 até setembro de 2021. Trarei aqui discussões sobre a família cisheteropatriarcal que expulsa seus membros LGBTQIA+, o papel das casas de acolhimento para a comunidade LGTBQIA+ em situação de vulnerabilidade social e, por fim, as práticas de cuidado e promoção à saúde das pessoas trans acolhidas na casa.

A estrutura familiar cisheteropatriarcal é comumente compreendida pela família nuclear, que corresponde às pessoas que moram na mesma casa ou unidas principalmente por consanguinidade ou casamento, como pais e irmãos, e a família extensa, que corresponde aos laços além da unidade mãe/pai, como tios, avós, primos, etc, que, muitas vezes podem morar ou até mesmo ser a própria família nuclear.

A família, enquanto o primeiro local que as regras de gênero e sexualidade são instituídas e cobradas para que sejam reproduzidas dentro da ordem social, contribui para a perpetuação da estrutura cisheteronormativa dentro e fora do meio familiar. A cisheteronormatividade parte da lógica de que todos nós somos não apenas heterossexuais, mas também cisgêneros. De acordo com Monique Wittig (2002) a sociedade toma como base estruturante a heterossexualidade, impedindo a criação de qualquer conceito para além de “mulher”, “homem”, “sexo” e “diferença” e para poder pensar e discutir as relações humanas, a autora conceitua essa ideologia como pensamento hetero. Monique Wittig ainda pontua que a heterossexualidade não é natural, mas sim uma imposição social, o que ela entende como uma expressão compulsória (Monique WITTIG, 2002).

A imposição da heterossexualidade acaba por resultar na necessidade de pessoas LGBTQIA+ precisarem anunciar sua sexualidade e/ou identidade de gênero dissidente das normas. Esse anúncio é chamado comumente de “sair do armário”, ou coming out, e pode acontecer de forma voluntária, que é quando a pessoa escolhe anunciar para a sociedade sobre sua sexualidade e/ou identidade de gênero, ou de modo compulsório, quando a pessoa é “tirada do armário” e sua sexualidade e/ou identidade de gênero é revelada sem seu consentimento ou quando a pessoa é coagida a revelar essa informação.

O rompimento dos vínculos familiares por conta da expulsão de casa após a saída do armário é um dos principais motivos que levam pessoas LGBTQIA+ às ruas, pois, nem sempre a pessoa expulsa possui recursos financeiros para manter uma vida digna e de qualidade ou há amparo do Estado. É nesse momento que entram as Casas e Centros de Apoio e Acolhimento LGBTQIA+, que funcionam como espaços que promovem

segurança, habitação, alimentação, saúde, cultura e construção de autonomia. Essas casas funcionam no terceiro setor, ou seja, são organizações não-governamentais que sobrevivem por financiamento público coletivo, doações, parcerias e voluntariado.

As Casas e Centros funcionam informalmente há muito tempo, talvez não tenham recebido o nome de casa de acolhimento, mas esses espaços, muitas vezes residências privadas de pessoas LGBTQIA+, funcionavam enquanto um local de apoio inicial para não recorrer às ruas até que a pessoa pudesse estruturar planos e estratégias para sobreviver. É entre as próprias pessoas LGBTQIA+ que é construído o apoio e amparo, e, muitas vezes, novos laços e possibilidades de família, o que fica nítido ao identificar que todas as casas e centros de acolhimento foram iniciativas de pessoas LGBTQIA+, em sua maioria trans.

A coletividade para as minorias sociais é um respiro em meio às opressões sofridas cotidianamente, a possibilidade de construir rede de apoio, além de ser uma estratégia para enfrentar o sofrimento psíquico causado pela LGBTQIAfobia. As novas configurações de família, tendo o afeto enquanto ponto central, viabiliza também a ideia da escolha de amar, sem a obrigatoriedade social acerca do amor incondicional da família, o que muitas vezes aprisiona na culpa de amar os seus agressores.

MÉTODO

Meu relato parte do tempo de experiência que tive em um espaço de acolhimento chamado Casa Aurora, um Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+ inaugurado em 2019 em Salvador - Bahia e que funcionou até setembro de 2021. Foi coordenado por João Hugo e Sellena Ramos que se organizaram politicamente para construir um local de acolhimento com o propósito de atender ao público LGBTQIA+.

A Casa Aurora tinha como objetivo oferecer atendimento integral e acolhimento temporário para jovens entre 18 e 29 anos em situações de vulnerabilidades sociais, abandonados ou afastados de suas famílias primárias por conta de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, além disso, o espaço oferecia serviços de saúde, orientação jurídica e de assistência social tanto para as pessoas acolhidas internamente quanto para pessoas LGBTQIA+ que buscavam profissionais capacitadas para atendê-las.

Minha dedicação nesse espaço era de 10 horas semanais que eram divididas nas seguintes atividades: reuniões em equipe para pensar em planos de construção de estratégia para acolhidos após a saída; realizar as entrevistas de acolhimento e desligamento; acompanhamento psicológico de acolhidos e público externo; participação em eventos e aulas sobre as temáticas envolvendo Psicologia e população LGBTQIA+. Ao longo do período de atuação, realizei o acompanhamento psicológico de dez pessoas, sendo quatro do público externo e seis do público interno, e, dessas dez pessoas, seis

eram pessoas trans. Ainda que a Casa Aurora tenha sido um espaço de acolhimento e cultura para o público LGBTQIA+, dentro da sigla, quem mais acessava o acolhimento temporário era a população trans, em sua maioria, mulheres trans e travestis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Luiz Moura, Heliandra Aragão e André Rocha, et. al (2022, p.7) “a violência intradomiciliar perpetua um dos agravantes principais a saúde mental desse público no contexto pandêmico, e tem como resultado diversos transtornos sociais relacionados a violência psíquica, (...) sendo propício aos desenvolvimentos de sinais e sintomas ligados a depressão e ansiedade”.

No contexto da Casa Aurora, ainda que o início das atividades havia sido em modalidade presencial, passei quase que a experiência inteira em formato de atendimento à distância, o que garantiu que es acolhides pudessem dar seguimento ao acompanhamento psicológico.

Vejo que a maior dificuldade encontrada nesse período foi com repensar as estratégias diante de um cenário com constantes entraves para a população trans. Pensando no caráter breve do serviço de acolhimento, os atendimentos com es acolhides se direcionaram na reconstrução de autonomia e autoestima, fortalecimento da rede de apoio e promoção de saúde e cuidado, contudo, no contexto da pandemia, alguns desses direcionamentos não eram tão possíveis quanto antes, como por exemplo, o fortalecimento da rede de apoio.

Estar em um lugar novo do dia para noite, com pessoas desconhecidas e sem a possibilidade de encontrar presencialmente com redes de afeto contribuía para a permanência desses sentimentos. Foi necessário que, junto com es acolhides e a coordenação, estratégias fossem pensadas para poder fortalecer os vínculos das pessoas da casa, então, foi sugerido momentos de integração coletiva entre os membros da casa enquanto um momento íntimo e específico da rotina daquele espaço.

Poder compartilhar sentimentos, emoções, dúvidas e pensamento com pessoas que estavam vivenciando situações e contextos semelhantes impactou positivamente a saúde mental das pessoas trans acolhides. Era relatado, de forma individual, como era importante descobrir que não eram as únicas a pensar o que pensavam ou a sentir o que sentiam, além disso, a diferença de idade permitia também com que es acolhides mais jovens pudessem conversar com es mais velhas sobre conselhos, trocas de experiências e orientações sobre como acessar determinado serviço ou chegar até algum lugar específico. Aos poucos, era construído um espaço de laços afetivos que muitos chamavam de família, o que implicava diretamente na reconstrução subjetiva da ideia de família que havia sido recém fragilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto psicóloga negra, pessoa não-binária e bissexual, viver e refletir sobre a experiência na Casa Aurora tocou em mim pontos que atravessaram tanto a minha vivência no mundo e no âmbito familiar enquanto uma pessoa LGBTQIA+, como também pontos que atravessaram o meu fazer profissional e minha trajetória de estudos na Psicologia e na área de gênero e sexualidade.

A psicoterapia, ferramenta utilizada para a construção deste relato, é uma importante estratégia de enfrentamento da violência, destarte é importante citar que nem toda pessoa trans consegue acessar a psicoterapia, seja por receio ou histórico de patologização de sua subjetividade ou pela impossibilidade financeira. É por isso que pensar a clínica, ou qualquer outra área de atuação da Psicologia, com a população trans, demanda às profissionais de Psicologia uma postura ética e um olhar sensível no atendimento, pois muitas vezes algumas pessoas já chegam em sofrimento psíquico por conta de terem suas identidades e sexualidades invalidadas por profissionais de Psicologia que partem por uma lógica de cura corretiva.

REFERÊNCIAS

MOURA, Luiz Wescley Fontelene; ARAGÃO, Heliandra Linhares; ROCHA, André Sousa; SANTOS, Júlio César de Oliveira; CARVALHO, Socorro Taynara Araújo. Violence and LGBTQIA+ Population: Impact on Mental Health and the importance of the Care Network. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e0211931369, 2022. DOI: 1.330448/rsd-v11i9.31369.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon Press, 2002.

CENAS DE UMA CONTROVÉRSIA PÚBLICA ENVOLVENDO A SEXUALIDADE, A RELIGIÃO E OS SABERES PSI

Trabalho de Tese de Doutorado

Rosângela de Barros Castro
rpsicastro@gmail.com

RESUMO

Tendo em vista a controvérsia pública em torno da cura gay, discuto nesta comunicação sobre a presença da religiosidade cristã no cenário da psicologia. Valho-me da polissemia da noção de arena pública para, a partir daí, analisar fragmentos de discursos proferidos pela então psicóloga Rosângela Justino durante a realização do X Congresso Nacional de Psicologia (CNP) em 2019 e o seminário “Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades” realizado em 2003 pelo Centro Latino americano de Direitos Humanos (CLAM) e pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER). Considero que a controvérsia em cena permite pensar aspectos amplos da dinâmica social brasileira incrementando o rol de justificativas científico-epistemológicas que uma pesquisa sobre a cura gay encerra em si. Tendo como objetivo geral descrever as concepções de ciência, corpo, saúde & doença, sexo & gênero e cura/cuidado entre psicólogas cuja prática hibridiza religião e ciência no Brasil e a atuação das entidades de controle e regulação profissional em relação a essa aproximação, concentrar-me-ei na análise da dimensão epistemológica, tendo em vista que o debate sobre a cientificidade tem se mostrado até aqui como aquele que organiza os discursos dos sujeitos dessa controvérsia. Desde uma perspectiva feminista, adoto a arqueologia do saber como método de análise discursiva. Concluo que o recurso à ciência e ao direito são estratégias privilegiadas na disputa por legitimidade, cabendo discutir quais implicações ético-políticas estão implicadas nessa controvérsia. Discuto ainda o secularismo e o dispositivo da sexualidade como epistemes coloniais.

Palavras-chave: Sexualidade; psicologia; secularismo; religião ; controvérsias públicas

INTRODUÇÃO

A presença do religioso na psicologia como campo de saberes e práticas não se resume à religiosidade cristã, no entanto atualmente a existência de profissionais que hibridizam psicologia com a religiosidade cristã e propugnam a cura gay tem ensejado acalorada controvérsia pública. Algumas dessas psicólogas se organizam pelo Corpo de Psicólogas e Psiquiatras Cristãos (CPPC) embora como veremos mais adiante, o jogo de ocultação e publicização da religiosidade seja uma estratégia de atuação dessas profissionais na esfera pública. Trata-se de um conflito aberto e duradouro na psicologia, no Brasil e em outros países como Portugal que recentemente promulgou uma lei que proíbe a cura gay e os Estados Unidos da América onde a National Association for Research and Therapy of Homosexuality (NARTH) embora se professe laica tem entre seus membros fundadores psicólogos e psiquiatras que são ativamente cristãos.

Por essas razões, recorro às noções de controvérsia públicas (MONTEIRO, 2015) e arena pública (CEFAÏ, 2017) as quais têm sido frequentemente utilizadas em estudos sobre as religiões nos espaços públicos. Para Cefaï (2017) a arena pública pode efetivamente ser pensada em termos dramáticos ou retóricos e é perseguindo essa deixa que irei desenvolver a minha interpretação dos fatos que aqui observo. Valho-me da metáfora das artes cênicas e tomo o Conselho Federal de Psicologia como arena, como era designado o teatro grego, onde se desenvolve uma farsa, esta também entendida no sentido dramático, na qual se atualizam debates sobre ciência, religião, sexualidade, direitos, política e ética.

É curioso notar que nesta contenda tanto a sexualidade quanto a religião, cada uma a seu tempo, sejam posicionadas como domínios da esfera da vida privada ao sabor da posição que ocupem os sujeitos da ação. As categorias público e privado que o tempo todo se insinuam nesse debate são fundamentais para a teoria política e para a organização da vida social. Essas duas esferas são permeadas de ambivalências, não é simples dizer o que cabe numa esfera ou em outra. Neste sentido é inevitável mencionar as contribuições que a teoria feminista acrescentou a esse tema. Com efeito, “uma das contribuições mais importantes do feminismo consistiu em questionar os argumentos que tradicionalmente justificam a distinção entre esfera privada e esfera pública” (MELO, 2017, p. 174).

Neste sentido, Nancy Fraser (1990) demonstra como a constituição da esfera pública burguesa (HABERMAS, 2003) é acompanhada pela constituição de outras esferas que ela chama de ‘contra-públicos’. De modo rápido pode-se dizer que os contra-públicos são formados por sujeitos com pouca ou nenhuma voz na esfera pública burguesa hegemônica o que eventualmente produz insatisfações e ressentimentos. (HABERMAS, 2007)

MÉTODO

As técnicas de produção de informações aqui utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Entendemos que a noção de documento não está restrita ao escrito. Imagens, em movimento ou não, sons ou qualquer outro tipo de registro em qualquer suporte podem ser considerados como tal. Adotaremos essa noção ampla, buscando examinar a relação entre práticas discursivas e não discursivas para explorar o caráter instituinte da primeira e portanto suas relações com o poder, sem no entanto cristalizar essa característica, e sim, privilegiando uma leitura tanto do poder, como dos discursos e práticas como uma rede de relações mútuas. Em síntese, trata-se de uma arqueologia no sentido foucaultiano.

A arqueologia do saber está implicada com a produção de um retrato da constituição de saberes, poderes e resistências que podem ser capturadas através do discurso. Assim Foucault (1986) propõe compreender o discurso não apenas como conjunto de signos que representam alguma coisa

(...) mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

Os discursos assim entendidos se remetem a diferentes camadas de sentido, sem que uma seja mais importante ou determinante que outra, daí a ideia de arqueologia. Em "A ordem do discurso" Foucault anuncia

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.9)

A tarefa da arqueologia do saber é pois descrever esses procedimentos, a malha de poderes imbricadas nos saberes-poderes, perguntar quais os discursos são interditados, quais são incitados, quem e em nome do que se está autorizado a falar e em que circunstâncias. "O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar." (FOUCAULT, 1996, p. 10).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destaca-se, como resultados preliminares, alguns fragmentos discursivos da então psicóloga Rozângela Justino, cujo registro profissional foi cassado pelo em 2022, em dois momentos distintos, o primeiro no X Congresso Nacional de Psicologia em 2019 e o segundo no seminário “Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades” em 2003. Vejamos:

“pretendemos resgatar a psicologia científica, ética e nós entendemos que o sofrimento humano ele não tem partido e nem ideologia. Nós estamos querendo resgatar a psicologia científica no Brasil. (...) nós queremos uma psicologia ética mesmo! e que respeite o artigo 2b do nosso código de ética que diz: não podemos induzir a convicções políticas e a gente vê que psicologia em vez de científica tornou uma psicologia política que é o que assistimos aqui nesse congresso. Não devemos induzir pessoas a convicções filosóficas, morais e ideológicas; nem religiosas nem de orientação sexual ou qualquer tipo de preconceito quando do exercício das suas funções profissionais. Então nós, Psicólogos em Ação, a gente quer resgatar a ciência pura. Não queremos ideologia política e ideológica dentro do Conselho de psicologia (...) o Brasil, no Brasil já não mais comporta uma psicologia travestida de política de direitos humanos” [vaías da platéia]. (FONTE)

Anos antes, no já mencionado seminário a personagem reivindicava que:

“também é absurdo que o Conselho Federal de Psicologia tenha criado uma resolução baseada no preconceito religioso - Por isso eu a questionei e continuo a questioná-la (...) não se resolve uma discriminação criando outra igualmente injusta (...) Então vejam bem, a resolução do Conselho Federal de Psicologia é inconstitucional porque apresenta censura científica e cerceia o direito de apoiar e ser apoiado, porque deixar a homossexualidade é um direito humano” (GIUMBELLI, 2005, p. 150/151).

Chama atenção o recurso à ciência e ao direito como estratégias discursivas privilegiadas na disputa por legitimidade das personagens. Isso tem sido observado em muitas outras controvérsias envolvendo religião e sexualidade (AZEVEDO E EFREM FILHO, 2021). Podemos ler esse apelo à ciência como uma ferramenta de poder -que a ciência efetivamente é! e também como uma tentativa de tradução da linguagem religiosa em terminologias seculares.

Como dito, a linha que separa o público do privado é tênue e isso vale não apenas para as relações de gênero e sexualidade, mas também para a paulatina privatização da religião. Frequentemente lida e dita como de ‘foro íntimo’, a religiosidade de fato nunca esteve completamente fora da cena pública, menos ainda dos saberes psis e das práticas de saúde, muito embora reconfiguradas por meios diversos. É imperioso notar que a história da modernização da sociedade ocidental e a emergência do conhecimento



científico são marcadas pelo deslocamento da religião para a esfera privada. Não falta/ram críticas do ponto de vista descolonial ao apagamento dos saberes e dos sujeitos subalternizados invariavelmente com base no princípio secularista (CÉSAIRE, 1978; FANON, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de contrapor religioso e secular como pares opostos que nem sequer são tão nítidos, mesmo porque naquilo que toca às questões do gênero e da sexualidade, Joan Scott (2018) sinaliza que a razão secular é tão nociva quanto a lógica da religiosidade cristã. Haja vista a descrição da diversidade sexual em termos biomédicos.

Além disso gênero e a sexualidade figuram como catalisadores de ansiedades mais amplas que Gayle Rubin nomeia como pânico moral (RUBIN, 1984). A isto soma-se o que Habermas (2007) aponta como um ressentimento, ele vê nas exigências institucionais das organizações democráticas seculares um fardo cognitivo desigualmente distribuído entre cidadãos seculares e religiosos, dado que os primeiros têm uma competência previamente instalada para o uso da gramática pública. Por outro lado, essas controvérsias também exigem dos cidadãos seculares a produção de argumentos que explicitem e legitimem suas posições públicas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mariana. e EFREM FILHO, Roberto. A Maioria Perseguida: religião, ciência e democracia na audiência pública sobre aborto no STF. revista **ANTHROPOLÓGICAS** Ano 25, 32(2): 76-110, 2021.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017

CÉSAIRE, AIMÉ. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa, 1978

FANON, Franz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Lição inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986

GIUMBELLI, Emerson (org). **Religião e Sexualidade**: convicções e responsabilidades. Rio de Janeiro. Garamond, 2005



HABERMAS, J. Introdução: delimitação propedêutica de um tipo de esfera pública burguesa. In: **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 13-41

HABERMAS, Jurgen. Religião na esfera pública: pressuposições cognitivas para o “uso público da razão” de cidadãos seculares e religiosos. In: **Entre Naturalismo e Religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007, p. 129-167, 2007

MISKOLCI, Richard. Exorcizando o fantasma. Os interesses por trás do combate a ‘ideologia de gênero’. In: **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185303, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzd/?lang=pt#>. Acesso 28 de jun. de 2023.

MONTEIRO, Paula. Introdução. In: MONTEIRO, Paula(org.). **Controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos**. São Paulo, SP. Editora Terceiro Nome Campinas, SP Editora Unicamp, 2015
MELO, Rúrion. Dominação de gênero e esfera pública na Teoria Crítica Feminista. **Ideação**, v.1, n. 36, p. 166-182, 2017

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. (mimeo) Texto Original: **Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality**. Culture, Society and Sexuality, 2006, Routledge, 1st Edition. 38 p.

SCOOT, Joan W. **Sex and secularism**. New Jersey: Princeton University Press, 2018.

VIOLÊNCIAS CONTRA POPULAÇÃO SEXO/GÊNERO DIVERSA: UMA PROPOSTA INTERVENTIVA A PARTIR DO TEATRO DO OPRIMIDO

Ensaio para Artigo

Pedro Rian Pereira dos Santos

Raíssa Raíssa Lorrane de Almeida Oliveira

orientadora Cláudia de Oliveira Alves.
prps.unb@gmail.com

RESUMO

A busca por direitos e pertença à sociedade é constante quando se diverge da cis heteronormatividade. No Brasil percebe-se uma incessante luta pelas conquistas de direitos, que vai de encontro com grandes embates políticos e ideológicos. Diante da alta incidência da violência contra a população sexo/diversa, considera-se relevante que políticas públicas, intervenções e práticas possam garantir proteção à população vítima das opressões no campo da Psicologia. O Teatro do Oprimido (TO) foi desenvolvido durante a ditadura cívico militar por Augusto Boal e se concerne em um método teatral com estratégias de enfrentamento, utilizado contra as opressões internalizadas. O objetivo deste trabalho foi construir um projeto interventivo a partir do diálogo entre os métodos e técnicas de TO e a problemática da violência contra dissidências sexuais, bem como, com o papel da Psicologia nesta dialética. O projeto de intervenção foi testado com estudantes de psicologia, para que fosse passível de compreensão as possibilidades de mudanças individuais e coletivas, com aplicabilidade da intervenção. O projeto se mostrou promissor e pretende-se implementá-lo integralmente em momento posterior.

Palavras-chave: dissidências/sexuais; teatro do oprimido; intervenção; violência, psicologia.

INTRODUÇÃO

O movimento LGBTQIAP+ no Brasil, anteriormente conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), existe há pouco mais de quarenta anos e durante esse período passou por diversas mudanças, a começar pela alteração de sua nomenclatura de MHB para LGBTQ+, e que continua se alterando de acordo com as necessidades de inclusão (Gomes & Zenaide, 2019). Os indivíduos que constituem a comunidade LGBTQIAP+ se mantêm conectados pelas necessidades de autopreservação individuais e coletivas, acessadas por um senso de identidade que os tornam um grupo de movimento em busca de reconhecimento e pertencimento (Gomes & Zenaide, 2019). A busca pela garantia de direitos e valorização como pessoa pertencente à sociedade é constante, principalmente quando suas vivências são permeadas de diversos preconceitos que se caracterizam como LGBTfobia/homofobia, em que há uma violência não só direcionada àqueles que se relacionam com iguais, mas também para com os que são diversos da cis heteronormatividade. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (2020), somente em 2019 a homofobia foi criminalizada pelo governo brasileiro, sendo vinculada à Lei de Racismo com a proposta de punir qualquer ato de discriminação baseado em orientação sexual e identidade de gênero. Embora nas duas últimas décadas o Brasil tenha avançado em conquistas de direitos básicos, como casamento entre pessoas do mesmo sexo e permitir o uso de nome social sem cirurgia de redesignação sexual, há uma constante luta e embate políticos e ideológicos conforme ocorrem mudanças no governo. Uma pesquisa realizada pela organização Gênero e Número revela que cerca de 92,5% da população sexo diversa percebe um aumento da violência LGBTfóbica, seja verbal, física ou psicológica. É constatado ainda que pessoas transexuais morrem 12 vezes mais no Brasil do que em outros países como os EUA (Gênero e Número, 2019).

Com o exposto, percebe-se que apesar de avançar no campo jurídico, o imaginário social brasileiro ainda mantém uma estrutura que violenta diariamente aqueles que são dissidentes à cis heteronormatividade, e que há uma enorme omissão do Estado, que se nega a produzir estatísticas sobre violências LGBTfóbicas em nível federal, visto que, a maior parte dos dados levantados é devido a atuação de instituições não-governamentais e grupos privados. Observando essa grande incidência da violência contra sexo diversos, enxerga-se a inevitabilidade da criação de políticas públicas, intervenções e práticas que possam garantir maior proteção a essa população que se tornou vulnerável e vítimas de muitas violências. O Teatro do Oprimido surge como tal proposta de intervenção. Silva (2014) aponta que o teatro do oprimido (TO) foi desenvolvido por Augusto Boal e se concerne em um método teatral, utilizado em contexto de ditadura civil-militar no Brasil, tempo em que não havia liberdade políticas

e artísticas. Nesse mesmo período, ter desejos sexuais contrários à normatividade era considerado patológico. Para Augusto Boal, as opressões são internalizadas e somente consegue livrá-las se houver um desejo para combatê-las, criando estratégias para a sua liberdade (Silva, 2014, p. 34). Por fim, objetiva-se com esse breve estudo compreender como poderia ocorrer esse diálogo entre esse método e a problemática da violência contra pessoas LGBTQIAP+.

MÉTODO

O projeto de intervenção aqui relatado foi desenvolvido como trabalho final da disciplina Psicologia da Sexualidade no segundo semestre do ano de 2022. O roteiro descrito a seguir foi aplicado em uma turma com 30 estudantes de psicologia, integrantes da disciplina Psicologia da Sexualidade na Universidade de Brasília. Os estudantes foram divididos em 5 grupos iguais e o tempo de aplicação foi de 50 minutos.

As etapas da intervenção foram “Aquecimento ideológico” e “Quebra de repressão”, respectivamente. Conforme salientado por Souza (2021, p. 44), leituras de jornais, discussão de acontecimentos políticos e sociais, são suficientes para aquecer ideologicamente o ator, o que significa deixar as pessoas em um clima propício para resgatar vivências de opressão em sua memória. A Quebra de Repressão é uma técnica de treino para resistência a uma repressão futura, que consiste em solicitar aos participantes que se recordem de opressões vividas e refutem-nas.

Foi formulado um roteiro para guiar o passo a passo da aplicação interventiva, que seguiu a ordem: Aquecimento Ideológico: consiste em distribuir materiais que suscitam uma tomada de consciência sobre opressões vividas pelo grupo de espectadores. Nesta intervenção, foram selecionadas notícias de jornais de casos de LGBTfobia, como assassinatos e discursos que desqualificam as pessoas sexo-diversas. Após a leitura das fichas, discutiu-se o que elas lhe causaram e, em seguida, pedimos ao grupo em vivências de opressão para construção de uma cena. Elaboração da Cena: pede-se ao grupo que crie uma cena de opressão com base nas discussões do aquecimento ideológico. Essa etapa é extremamente importante, pois as cenas possuem elementos que compõem a vivência dos espectadores e, por isso, é uma oportunidade de devolver aos atores seu papel de agência e protagonismo diante da opressão. Salienta-se que a cena precisa conter manifestação contra a opressão, ou seja, o oprimido expressa sua indignação com a intenção de desestruturar a relação de poder. Quebra de Repressão: após a elaboração da cena ela será apresentada. Quando chegar ao clímax da cena, onde há resposta contundente ao opressor, o aplicador deve congelar a cena e solicitar que alguém que esteja assistindo entre na cena e tenha uma nova reação. Cada cena

pode ser congelada quantas vezes o aplicador quiser. Discussão e conclusão: após os grupos encenarem e a maioria dos espectadores terem participado das cenas, encerra-se a dinâmica discutindo sobre sentimentos e reflexões suscitados pela experiência no TO. Esse momento é de delicadeza ímpar, pois costuma-se expressar tristeza, pesar e revolta. Logo, é necessário proporcionar um espaço onde todos os participantes possam falar suas elaborações. Ressalta-se que podem ser revividos traumas e conflitos internos. É importante certificar que o grupo saiba que tal reação é comum e pode acontecer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que através dessa intervenção consiga-se proporcionar para a população sexo diversa um maior protagonismo como atores das suas próprias vidas, com o intuito de também diminuir a grande incidência da violência instrumentalizando pessoas para combatê-la. E por meio deste, ir além da teorização, exercitando a coletividade junto ao individual e a autonomia. Como visto em (Evelyn, 2017), aplicar jogos do Teatro do Oprimido possibilita avançar em reflexões mais teóricas sobre as construções performativas das identidades de gênero e sexualidades dissidentes, possibilitando a construção de novos saberes coletivos. Objetiva-se transformar e ser transformador como um sujeito atuante das suas vivências, obtendo maior reflexão sobre os fatos cotidianos, as violências e as relações de poder que perpassam a sociedade; compreender quem são os oprimidos e quem são os opressores, consequentemente instigando a refletir sobre qual o papel que se ocupa afim de proporcionar assim, uma resistência. Durante a aplicação foram retornados feedbacks positivos quanto aos efeitos causados no público, estes dialogam e expuseram que pode ser eficiente a intervenção, por principalmente sentirem que realmente ainda não estão preparados para agirem diante de uma situação de opressão e que esse tipo de treinamento é uma forma para que entrem mais em contato com suas emoções, como o medo e inseguranças. A elaboração de projetos e políticas públicas, são essenciais para que consigam abarcar e intervir no âmbito macrossocial, pois o sofrimento e violência vivenciados pela comunidade sexo diversa são sintomas de uma sociedade estruturada em uma cis heteronormatividade, que exclui e coloca à margem todas as pessoas que dissidem dela. Portanto, crê-se que propostas de intervenção do Teatro do Oprimido como forma potencialmente capaz promover mudanças individuais e coletivas, que possibilite os participantes de entrarem em contato com possíveis traumas e elaborarem uma ação que rebata as opressões. Isso colabora para que a pessoa se torne mais segura, crie um senso de pertencimento ao identificar vivências similares,



se muna de ferramentas que combatam a LGBTfobia e se engajem em ações políticas. Colaborando também para a ampliação de conhecimentos acerca das populações mais vulneráveis a serem vítimas de preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exposto e discutido, sugere-se que o projeto seja implementado durante um período maior de tempo com sessões pré-estabelecidas. Assim, será possível avaliar seus efeitos de forma contundente. Para fins de avaliação quali/quantitativa é necessário haver grupos experimental e de controle, aplicação de escalas de autorrelato pré e pós intervenção para comparação de dados tendo a intervenção como variável direta. Sugere-se que a implementação deste projeto, para que seus efeitos possam ser avaliados no público-alvo, assim visando sua concretização.

REFERÊNCIAS

ASSIS, N. (2020). Agressão motivada por homofobia é investigada como crime de racismo. **Secretaria de Estado de Segurança Pública**, Mato Grosso, 13 de março de 2020. Disponível em: encurtador.com.br/ptuwY. Acesso em: 15/01/2023.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur; MARTINS, Flávia Bozza. Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. **Gênero e Número**, 2019.

DIAS, WOGRAINE EVELYN FÁRIA. PERFORMANCES DE GÊNERO E TEATRO DO OPRIMIDO: DESCONSTRUINDO VELHAS NARRATIVAS E PROPONDO NOVAS. **Revista Escrita**, v. 2017, n. 22, 2017.

GOMES, José Cleudo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 1, 2019.

SILVA, Flávio José Rocha. Uma história do teatro do oprimido. **Aurora.**, v. 7, n. 19, p. 23-38, 2014.

MILITÃO, Alexandre et al. POÉTICA DA RESISTÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DO TEATRO DO OPRIMIDO E AS QUESTÕES LGBT NO ÂMBITO ESCOLAR. 2021. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34738/1/Alexnadre%20Militão%20TCC.pdf>

“PROJETO FÊNIX”: RELATO DE CASO DE UM SABER-FAZER PSICOLÓGICO TRANSDISCIPLINAR PARA A POPULAÇÃO LGBTQ+ DA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BÁ

João Victor Ferraz Meira

John Ramicle dos Santos Santos

Rafaela Oliveira de Melo

estudantes de psicologia
Universidade Federal da Bahia
Instituto Multidisciplinar em Saúde - Campus Anísio Teixeira (UFBA/IMS-CAT)

jramilce@gmail.com

RESUMO

Diante da problemática da formação em psicologia, do caráter de compromisso social da profissão na luta contra lógicas de dominação e de estratégias para alcançar tais fins, o presente trabalho pretende apresentar a proposta e analisar os resultados de um projeto de estágio desenvolvido no curso de psicologia do Instituto Multidisciplinar em Saúde na Universidade Federal da Bahia. O “Projeto Fênix” se desenvolveu ao longo do primeiro semestre de 2023, articulando a formação profissional do curso em um dispositivo clínico voltado para o cuidado da população LGBTQ+ da região. Dividido em dois grupos de trabalho, cada um foi orientado para uma abordagem psicológica distinta: a clínica esquizoanalítica e a gestalt-terapia. Assim, pode ser considerado transdisciplinar na medida em que, orientado pelo pensamento da teoria *queer* e seu olhar para a complexidade, articulou suas bases metodológicas e epistemológicas na perspectiva da diferença. Ao longo do processo as potencialidades e limitações do projeto se pronunciaram e verificamos que o curso de psicologia do IMS não contempla satisfatoriamente as discussões sobre gênero e sexualidade, assim como a Rede de Atenção Psicossocial do município não atende satisfatoriamente a população LGBTQ+. Nesse sentido, o projeto pode contribuir para o debate na universidade, abrindo a demanda de um projeto de capacitação para os funcionários. Além disso, como dispositivo clínico, conseguiu cumprir seu objetivo inicial de cuidado dessa população, e se mantém ativo, com o projeto de expandir para a modalidade de grupos, no sentido de atender às necessidades e os desejos dos sujeitos que foram atendidos.

Palavras-chave: Psicologia; Gênero; Sexualidade; Transdisciplinaridade; Clínica.

INTRODUÇÃO

O Instituto Multidisciplinar de Saúde (IMS) é um campus da Universidade Federal da Bahia que, no ensejo das políticas de interiorização do ensino universitário no Brasil (Bizerril, 2020), foi criado em Vitória da Conquista em 2006. Tendo recebido o nome de Campus Anísio Teixeira, o IMS nasceu com a proposta de formar e qualificar profissionais para a atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, os cursos de Biotecnologia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Psicologia, foram sendo implementados nesses dezoito anos de história.

O curso de Psicologia, que existe desde 2009, se consolida a partir de duas ênfases: Psicologia e Atenção à Saúde e Psicologia e Processos de Gestão de Pessoas. Baseado nesse desenho curricular, o curso propõe um olhar para o território e os sujeitos que o compõem; olhar que serve como vetor para os projetos desenvolvidos durante toda a formação. Os estágios profissionalizantes, que acontecem desde o 8º semestre do curso e seguem até o 10º e último semestre, visam oferecer esse contato do estudante com o campo numa posição de maior proximidade, preparando o terreno para a conclusão do curso e início efetivo da carreira profissional. O Serviço de Psicologia do IMS é um dos dispositivos utilizados para essa finalidade, podendo ser considerado uma clínica-escola (Amaral *et al*, 2012) que, segundo o próprio regimento interno, visa oferecer um espaço de aprendizagem teórico-prática para os estudantes, configurando-se essencialmente como um campo de estágio. Campo este, por outro lado, aberto à população, que o procura em busca dos cuidados oferecidos. Nessa circularidade, entre a demanda social e a demanda pedagógica, os estágios vão sendo pensados.

Os professores a cada semestre - a partir do 8º -, tendo em vista essa problemática, propõem pequenos grupos de estágio, que são descritos nos editais. Neste movimento, foram abertas para as turmas do 9º período do curso duas turmas de estágio que estavam focadas em questões de gênero e sexualidade. Uma delas foi coordenada pela Profª Drª Kueyla Bitencourt, que trabalharia na perspectiva da clínica esquizoanalítica e a outra pelo Prof. Dr. Sergio Lizias, na perspectiva da gestalt-terapia. Os onze alunos selecionados por eles vieram a compor a equipe de estagiários do que foi sendo elaborado, conjuntamente, a partir do primeiro semestre de 2023, como o "Projeto Fênix".

O principal objetivo do projeto foi oferecer à população LGBTQ+ da região atendimento psicológico. Entendendo os atravessadores sociais e de sofrimento específico a dessas populações, a intenção foi aliar o programa de formação profissional do curso de Psicologia do IMS ao caráter de compromisso social da profissão, como previsto pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005); tendo em vista, também, as normativas que prevêm a atuação do psicólogo

em relação à orientação sexual (Conselho Federal de Psicologia, 1999) e pessoas transexuais e travestis (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

No entanto, concordamos com Gilmaro Nogueira (2020), quando este afirma que resoluções e normativas são insuficientes para uma prática, um saber-fazer, efetivamente comprometido com a diversidade. Diante disso, o espaço das supervisões serviu para debate dos casos e das bases epistemológicas e metodológicas dos saberes que partilhamos ao longo da formação (e de toda a vida). As bases do conhecimento das nossas universidades ocidentalizadas, como nos ensina Grosfoguel (2016), está baseada na lógica da dominação, que configura o campo de tal forma que certos sujeitos são subalternizados, tendo os seus conhecimentos (e corpos) rebaixados (aniquilados) em nome do saber incorpóreo e pretensamente superior (pretensamente universal) da racionalidade científica hegemônica (Haraway, 1995).

Tendo em vista que as relações de dominação entre gêneros e sexualidades também se pautam dentro desta lógica (Butler, 2019; Rubin, 2017), o percurso teórico do estágio foi realizado mediante a proposta de uma clínica que não a repetisse em ato. Para tanto, ambos os grupos de estágio, apesar das diferentes abordagens utilizadas, propuseram uma crítica às concepções normativas de gênero e sexualidade, aproximando-se da teoria *queer*. Seguindo a lógica das afirmações de Foucault sobre as formas como diversos saberes foram convocados a estabelecerem normas e diretrizes para o corpo, constituindo a sexualidade como objeto político privilegiado na modernidade (Foucault, 2017), a teoria *queer* busca criticar a noção de identidade, na medida em que compreende os sujeitos como fronteiros e múltiplos num cenário social em si mesmo fraturado, complexo e heterogêneo (cf. Lopes, 2001). Essa abordagem múltipla abre o projeto para uma concepção *transdisciplinar* que assume os diversos atravessamentos que implicam o saber-fazer psicológico (cf. Brazão, 2014).

Com este trabalho, tem-se o objetivo de apresentar o percurso de implementação do projeto e avaliar o que se produziu a partir dele, utilizando como parâmetro para tal avaliação o que foi identificado de lacuna na assistência à população LGBTQ+ do município e as formas encontradas pelo projeto para minimizá-las.

MÉTODO

Como dito anteriormente, o estágio foi dividido em dois grupos com abordagens distintas, que se encontram na reflexão sobre gênero e sexualidade. Veremos, de forma sucinta, a concepção de sujeito de cada uma das abordagens e suas principais ferramentas de análise. O grupo orientado pela professora Kueyla se baseou no olhar clínico-filosófico da *esquizoanálise*, projeto crítico produzido no contexto da amizade entre o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari (cf. Birman, 2021). Como

uma linha filosófica que preza pela clínica da diferença, a esquizoanálise rompe com a noção do inconsciente representativo freudiano, propondo o *inconsciente maquínico*, que (se) produz a partir das composições heterogêneas do campo social, efetuando uma subjetividade marcada pela multiplicidade e não mais pela falta (cf. Diniz, 2008). Nessa perspectiva, a *cartografia* é a metodologia, ou o *olhar* territorial que registra esses movimentos do corpo pelo espaço, apagando linhas, ao mesmo tempo que traçando novos movimentos e direções.

O grupo orientado pelo professor Sérgio se baseou no olhar clínico da *gestalt-terapia*, que entende os processos como *fenomenológicos* e *integrativos*, e busca compreender o ser humano como totalitário e imerso no imediato de sua experiência (cf. Ribeiro, 2007). Assim, a gestalt-terapia enfatiza a importância do momento presente e da experiência singular e oferece um espaço propício para explorar e compreender a complexidade do sujeito que se apresenta na clínica.

Os atendimentos aconteciam semanalmente e os usuários chegavam ao projeto através da marcação por telefone ou através de formulário online. Registrados no sistema do Serviço, os casos eram divididos internamente e o aluno entrava em contato com o paciente, para marcar a triagem. Assim seguiram os atendimentos durante o semestre, após os quais eram realizados relatórios semanais sobre os casos, utilizados como base para a discussão nas supervisões, também semanais. Como exigido pelo Serviço, a cada quatro sessões eram feitas Fichas de Evolução, descrevendo apenas os aspectos estritamente necessários dos atendimentos, relatando o andamento do processo sem que o paciente ou o terapeuta fossem expostos. Vale lembrar o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no primeiro encontro com cada paciente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo do percurso, avaliamos que o objetivo de atingir a população LGBT+ da cidade, dentro das limitações impostas pela quantidade de estagiários e do próprio fluxo da clínica (que inclui evasões e imprevistos que podem impedir a continuidade do acompanhamento), foi cumprido. No entanto, verificamos algumas dificuldades em acessar o público, o que exigiu que desenvolvêssemos estratégias para aumentar o alcance do projeto, como enviar cartazes para as Unidades Básicas de Saúde do município e reforçar constantemente a divulgação dos cartazes online.

Essas estratégias se mostraram eficazes. No entanto, foi o contato direto com outras redes de assistência à população LGBT+, como a Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT, o que de fato oxigenou o fluxo de chegada de usuários. Ainda que não seja possível assegurar que ganhamos a visibilidade

desejada, esses desafios na implementação do projeto e no acesso ao público foram o que nos levou a desenvolver um plano mais refinado para os próximos semestres, numa perspectiva de trabalho mais atento às brechas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

O projeto efetuou algumas mudanças na estrutura de atendimento e cadastro dos usuários do serviço. Foi instruído aos funcionários sobre como atender os usuários, dando ênfase à importância de serem respeitados seus pronomes e nome social. Também foi sugerida uma mudança nas fichas de cadastro, de frequência e no TCLE, que anteriormente não permitiam a assinatura do nome social. Durante 2023.1 também foi desenvolvido, pelos alunos do estágio, um curso de capacitação para os colaboradores ligados à UFBA-IMS sobre questões sobre gênero e sexualidade, com ênfase no cuidado e manutenção da saúde mental dos membros da instituição, pretendendo ser aplicado no segundo semestre deste mesmo ano. Outro ponto relacionado à instituição concerne à insuficiência das discussões em sala de aula sobre questões de gênero e sexualidade para uma formação mais consistente com as concepções éticas da profissão de psicólogo para um fazer implicado com a mudança efetiva de situações de opressão.

Foi percebido, durante os atendimentos, um relato consistente entre os participantes do Projeto sobre a falta de tratamentos adequados às necessidades relacionadas à diversidade sexual e de gênero nos dispositivos da RAPS, o que corrobora essa necessidade de uma formação em saúde mais atenta às singularidades. Desse modo, também estão sendo articuladas ações a fim de despertar os dispositivos já existentes para essa problemática, além do desenvolvimento de Grupos de Ajuda-Mútua como forma de possibilitar um espaço para que os usuários consigam compartilhar suas adversidades e estabeleçam vínculos entre si (cf. Frazão, Paixão & Berrincha, 2019). Essas atividades em rede se aliam à necessidade de solidificar dispositivos de cuidado entre pessoas LGBTQ+ na cidade, como veículo eficaz de compartilhamento de saúde e de afetos, diminuindo o isolamento social e aumentando a potência coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa experiência, percebe-se que é nossa função, como estudantes e futuros profissionais, pensarmos em estratégias potentes e efetivas no cuidado de populações marginalizadas. Nessa perspectiva, os saberes e as instituições de formação e os dispositivos de saúde devem ser questionados crítica e eticamente na direção de um saber-fazer implicado com a transformação das relações de dominação. Paulo Barros (2022) explicita a importância de se estudar e se atualizar perante as questões que permeiam o campo de gênero e sexualidade, visto que as nossas vivências nos

acompanham durante os atendimentos, isso inclui os preconceitos que estão enraizados em nossa sociedade e em nós mesmos como terapeutas. Isso só pode ser desfeito a partir do momento em que se entra em contato com o outro, o desconhecido, aquele que expõe as diferenças existentes no campo. Para o autor, isso se configura como uma atitude fenomenológica, que, por si mesma, já é uma atitude de ameaça ao regime da diferença sexual, como pensamento denunciador e desestruturador das formas de poder existentes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Anna Elisa Villemor et al. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012

BARROS, Paulo. Para Quem Me Abro na Clínica Gestáltica? Um Encontro Com Corpos Lgbtqiap+. In: ALVIM, Monica *et al.* (Org.). **Por Uma Gestalt-Terapia Crítica E Política: Relações Raciais, Gênero e Diversidade Sexual**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, vol. 2, p. 335-351, 2022.

BIRMAN, Joel. Signos e excessos: A clínica em Deleuze. In: BIRMAN, Joel. **Ser justo com a psicanálise: Ensaios de psicanálise e filosofia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. cap. 13, p. 371-391.

BIZERRIL, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-15, 2020.

BRAZÃO, Jose Carlos Chaves. A transdisciplinaridade como perspectiva metodológica para uma clínica das subjetividades. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 267-277, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N.º 1, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 25 jul 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N.º 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf> Acesso em: 25 jul 2023.

DINIS, N. F. A esquizoanálise: um olhar oblíquo sobre corpos, gêneros e sexualidades. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017. 175 p.



FRAZÃO, R.; PAIXÃO, S.; BERRINCHA, A. **Manual de Grupos de Auto-Ajuda e de Ajuda-Mútua**. Reedição: Lisboa, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acesso em: 25 jul 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, pp. 07-41.

LOURO, G. L.. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

NOGUEIRA, Gilmaro. Intervenção Psicológica Com Pessoas Trans: Questões Éticas, Teóricas E Técnicas. **Gênero na psicologia: Transversalidades**. Salvador: CRP-03, 2020, p. 113-122.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. *In*: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, [1975] 2017. p. 5-54. Ebook (168 p.).

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **O ciclo do contato**. 7. ed. São Paulo: Summus, 2007.

ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA MULHER NEGRA

Elisangela Aparecida Rodrigues

Orientador Dr. Paulo Sergio da Costa Neves
Co-orientadora Dr^a Myrt Thânia Cruz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais

elisangela.rodrigues@ufabc.edu.br

RESUMO

O projeto propõe analisar os determinantes sociais em saúde mental, com ênfase na problemática do atravessamento do racismo como promotora de desigualdades raciais, que impactam a vida objetiva e subjetiva da população negra e principalmente das mulheres negras. Opressão, agressão e violência são práticas que afetam a saúde mental e o impacto do racismo como crença na superioridade da tal supremacia branca, que justifica a desigualdade entre os grupos, se constitui historicamente como fenômeno ideológico e complexo, com dimensões políticas, sociais e econômicas. Além de ser uma demanda psicossocial que atinge direta ou indiretamente grande porcentagem da população brasileira, gerando um ciclo social de sofrimento psicológico. A partir de estudos teóricos e outras pesquisas que se debruçam a entender as relações raciais no Brasil, foi possível identificar o alto nível de vulnerabilidade social e mental em que esses sujeitos estão submetidos, e ainda, como o processo interação que envolve vivência do racismo e adoecimento mental.

Palavras-chave: Mulheres Negras, políticas de assistência, saúde mental, ações afirmativas e Racismo

INTRODUÇÃO

As armadilhas psicossociais do racismo, regido por uma lógica colonial de subalternização e desumanização das pessoas negras, negligenciam a importância do reconhecimento destes indivíduos. Quando falamos de consciência negra, talvez uma primeira imagem que venha é como se fosse algo fechado, uma identidade, algo cristalizado - uma essência negra -, como se os negros pudessem carregar essa consciência e, após novembro, pudessem abandoná-la.

Quando pensamos com Frantz Fanon (2008), a análise psicológica não se reduz a um subjetivismo ou um psicologismo, uma subjetividade que não tenha relação com as condições sócio, materiais, históricas, econômicas e políticas. Essa tomada de consciência e o processo de desalienação falada por Fanon estão muito mais voltados para o movimento e fluidez do mundo colonial, essa tomada de consciência é um duplo processo social e econômico. Pensar a consciência não é somente pensar em questões subjetivas, mas também pensar em questões objetivas e materiais, uma vez que a consciência se faz e se constrói nessa relação com o mundo, nesse processo econômico, social, político e histórico. Nesse sentido, essa consciência é um processo de interiorização bem como de exteriorização, ou melhor, um processo de epidermização, porque essa consciência na mesma medida em que interioriza precisa exteriorizar algo. Segundo Fanon (2008), essa consciência negra não pode apenas ser pensada no sentido de interiorizar as “coisas”. Trazê-las para dentro de si é uma consciência que precisa fazer-se e construir a si mesma. Neste sentido, podemos pensar o racismo que, por muitas vezes, nos impõe o questionamento da tradição de opressão racial, em uma sociedade colonial, faz com que o colonizado se questione sobre o que é ser esse ser que eu sou? O interessante é quando a colonização faz essa pergunta para o negro e, automaticamente, ela mesma responde: você é negro e ser negro no Brasil é um fardo.

O que é ser negro? Não é uma essência anterior desta consciência que possa dizer o que é a consciência negra. Fanon (2008) afirma que não basta apenas compreender o mundo, é preciso transformá-lo, essa compreensão de si quanto a esse caráter de consciência que também visa esta transformação. Neste sentido, é compreender a si é também uma transformação social de mundo fugindo desta cristalização imposta por uma sociedade racista, porque assumir estas cristalizações, estereótipos criados por essa sociedade nada mais é que reproduzir no próprio corpo esse processo de epidermização, introduzir essa lógica racista. Neuza Santos (2021) quando pergunta no seu livro “o que é ser negro”, responde que ser negro é tornar-se negro, mas este negro o qual o sujeito se torna não é um negro que existe como uma essência que eu precise buscar, não é um negro que existe anteriormente à sua própria aparição no mundo, anterior à sua própria existência. É um negro que se faz, que se cria, que se

constrói incessantemente neste mundo. É preciso para além destas lógicas racistas neste sentido, reconhecer-se enquanto humano.

Assim, o presente projeto objetiva refletir sobre as interseccionalidades de raça, gênero e classe como fatores contributivos para a análise do racismo como fator de impacto na saúde mental da mulher negra, sobretudo, para as mulheres que habitam regiões periféricas de São Paulo. Como as expressões do racismo afetam a saúde mental das mulheres negras? A dor narrada pelas mulheres negras: vivências do racismo cotidiano e o impacto na saúde mental.

MÉTODO

Analisar sistematicamente: O que, quem se entende por saúde mental? O Estado? A medicina? As próprias mulheres negras?

Pesquisar e comparar as ações afirmativas para a saúde mental das mulheres negras. Revisar programas de assistência voltados especificamente para as demandas desse grupo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em uma pesquisa realizada em cinco países europeus e no Brasil, aqui coordenada pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP - Universidade de São Paulo, homens jovens, minorias étnicas e moradores de áreas com baixos indicadores socioeconômicos apresentam mais chances de manifestação inédita de transtornos mentais que incluem esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e depressão com sintomas psicóticos – como alucinações, ideias delirantes e desorganização do pensamento.

O índice de suicídio entre adolescentes e jovens negros no Brasil é 45% maior do que entre brancos. Os dados são do Ministério da Saúde e mostram ainda que o risco aumentou 12% entre a população negra nos últimos anos e permaneceu estável entre brancos. Nesse recorte, a faixa etária de 10 a 29 anos é a que mais sofre, principalmente os do sexo masculino, com chance 50% maior de tirar a vida do que entre brancos da mesma idade. Os números são alarmantes e chamam a atenção, mas qual seria a principal causa desse alto índice de suicídio entre os negros? Por que eles são os mais vulneráveis?

Dados mostram que entre as pessoas que cometeram suicídio, dentre 50 a 70% nunca passaram por um tratamento com profissionais da saúde como psicólogos e psiquiatras. Isso se deve ao racismo estrutural e os impactos sociais e econômicos desse sistema. Além da falta de recursos para procurar um tratamento adequado,

a população mais pobre, que concentra em sua maioria negros, também passa pela achincalhado, já que muitos são apontados como “homem forte” e “mulher guerreira”, que têm de suportar tudo e isso abre um leque ainda para o aparecimento de doenças psicossomáticas.

Nos contextos em que vivemos nas periferias urbanas, infelizmente a saúde mental não é uma das prioridades. Existe uma incompreensão dos tipos de serviços públicos à disposição e sequer eles dão conta das demandas. O acesso a tratamentos especializados particulares, por vezes, é muito fora do orçamento da maioria das famílias e há, ainda, o preconceito em relação aos distúrbios mentais. Outro dado de categoria cultural é o princípio religioso, muito comum também entre a população com menos recursos. Há uma premissa de achar que todo o problema tem sua causa em ordens espirituais. As pessoas buscam soluções com rituais religiosos e acabam não procurando ajuda profissional e um tratamento multidisciplinar.

A população negra tem ainda o agravante de que a falta de acesso a tratamento médico adequado já na primeira infância. Devido às questões econômicas, as crianças de 0 a 3 anos, não chegam a ser atendidas por um pediatra regularmente e isso pode criar lacunas na parte cognitiva e no desenvolvimento em geral. Além de tudo, muitas não têm acesso a uma alimentação adequada com todos os nutrientes e suplementos necessários. Toda essa lacuna por falta de recursos financeiros mantém-se ao longo da sua vida, de maneiras diferentes e as escolas habitualmente não possuem profissionais qualificados para lidar com a diversidade e problemas socioeconômico, questões raciais e de gênero não são aprofundadas nas escolas, principalmente as instituições privadas.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que 45% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres; 63% deles, por mulheres negras que estão abaixo da linha da pobreza. Entretanto, seus problemas ainda são invisíveis. A saúde da mulher negra é recortada por aspectos da interseccionalidade de raça, gênero e classe, tendo em vista dados da pobreza, acesso à escolaridade superior e por conseguinte, acesso aos postos qualificados de trabalho.

A perpetuação da pobreza e da desigualdade segue arrastando a mulher negra para os trabalhos invisibilizados, muitas vezes de baixa remuneração ou não remunerados. Tais heranças do passado escravista, seguem reproduzindo as desigualdades de acesso aos bens culturais, à formação de qualidade e aos serviços de saúde que possam amparar sua saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visa compreender o atravessamento do racismo na saúde mental de mulheres negras e suas consequências e os impactos causados.

Os programas de serviços assistenciais voltados às famílias vulneráveis pela pobreza e exclusão social e os elos integradores entre as ações que realizam e programas específicos em saúde mental, o acesso à medicação, acolhimento, desenvolvimento de ações de promoção de saúde mental, psicoterapia individual e em grupo, intervenções terapêuticas coletivas, regime de atenção diária, acompanhamento contínuo, atenção hospitalar e às urgências e reabilitação psicossocial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. de; BOCK, A. M. B. *A dimensão subjetiva do processo educacional*. São Paulo: Ed. Cortez, 2016.

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo Estrutural*. Feminismo Plural. São Paulo: Ed. Pólen, 2018.

ALMEIDA, T. M. C. *Violências contra mulheres nos espaços universitários*. In: STEVENS, C. et al. (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

BARATA, R. B. *Desigualdades sociais e saúde*. In: CAMPOS, G.W.S. et al. *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006, 861p.

BRASIL. Ministério da saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho – manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília-DF: 2001.

BERNARDO, T; MACIEL, R. O; FIGUEIREDO, J. de; ORGS. *Racismo e educação: (des)caminhos da Lei n.10.639/2013*. São Paulo: Educ: FAPESP, 2017.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)* [edição estabelecida por Patrick Champagne...[et al.]; tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1.ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas do Sul, 2000.

DAS; POOLE, *El estado y sus margens*, 2008.

DAVIS, A. *Mulher, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Oboré. 1992.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.



- FAUSTINO, D. *Frantz Fanon e as encruzilhadas: Teoria, política e subjetividade*. São Paulo: UBU, 2022.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, P. 87.
- HOOKS, B. *Vivendo de Amor*. Geledés, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 22/04/2023
- IPEA. *Relatório sobre o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SEP e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, em 2011.
- IPEA, *Retrato das desigualdades de gênero e raça* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.
- GOMES, N. L. *O movimento Negro educador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, L. (RIOS, F.; LIMA, M. ORGS). *Por Um Feminismo Afro Latino Americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LEAL, D.F; ANTLOGA, C.F; CARMO, M.M; MOREIRA, R. S. *Gênero e assédio moral no trabalho: cenário das universidades brasileiras*. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C.(Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 36-49.
- MARCONDES, W. B. *A convergência de referências na promoção da saúde*. Saúde e Sociedade, v. 13, n.1, p. 5-13, (2004).
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Antígona, Portugal, 2017.
- MINAYO-GOMEZ, Cecilia; THEDIM-COSTA, S. M. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1999.
- MOURA, Clóvis. *O Negro, de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- MUNANGA, K. (2017). *As ambiguidades do racismo à brasileira*. In: N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 33-44). Perspectiva
- OLIVEIRA, Eliana, de. *Mulher negra, professora universitária, trajetória, conflitos e identidade*. Liber Livro Editora, 2006.
- OMS – Organização Mundial de Saúde. *Relatório sobre a saúde no mundo 2001 - saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Genebra: OMS, 2001.
- OMS- Organização Mundial de Saúde. *World healthstatistics 2017: monitoring health for the SDGs, Sustainable Development Goals*. France: OMS, 2017.



REIS FILHO, J. T. (2006). *Negritude e sofrimento psíquico*. Pulsional: Revista de Psicanálise, 185, 150-156.

SARDENBERG, Cecília M. B. *Da transversalidade à transversalização de gênero, aportes conceituais e prático-políticos*. In: Travessias de gênero na perspectiva feminista / Ivya Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. - Salvador:EDUFBA/NEIM, 2010. 330 p. - (Coleção Bahianas; 12).

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ZAMORA, M. H. R. N. (2012) *Desigualdade racial, racismo e seus efeitos*. Fractal: Revista de Psicologia, 24(3), 563-577. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>

**PSICOLOGIA FEMINISTA E A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE
TRABALHO RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA DO CRP-03:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Suzana Maiara Costa
Universidade Federal da Bahia

Vanessa de Jesus Souza
Faculdade de Tecnologia e Ciências

Vanessa Oliveira Cordeiro Silva
Universidade Federal da Bahia

psivanessacordeiro@gmail.com

RESUMO

Este relato busca apresentar, a partir da experiência do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), suas ações a partir das discussões do IV e V Encontro sobre Saúde Mental, Gênero e Violências. Proposta criada em 2017, por psicólogas feministas do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, realiza encontros anuais que visando contribuir na construção de uma psicologia feminista atuante, fundamentada nos Direitos Humanos e das mulheres, e no compromisso ético-político, subvertendo a lógica patriarcal que estrutura a sociedade. Os eventos surgem como espaços de orientação, trocas e diálogo, além de incentivar a construção de um exercício reflexivo da profissão, o enfrentamento às violências de gênero, como também, fomenta a atuação a partir de uma psicologia contra-hegemônica que atua e se compromete com a realidade social. Destacando suas interseccionalidades de raça, classe social, geração, sexualidade e religião, para além do gênero.

Palavras-chave: relato de experiência; psicologia feminista; violências de gênero.

INTRODUÇÃO

Fundado por psicólogas feministas em 2008, o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) foi integrado inicialmente à Comissão de Direitos Humanos e hoje faz parte da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG). Desde então, tem promovido ações para combater todas as formas de violências de gênero, desempenhando um papel fundamental na Psicologia baiana e no Brasil.

Através do relato de experiência, iremos tratar de uma ação que acontece desde o ano de 2017 e tem se consolidado como um espaço de discussão e reflexão, pautado pelas necessidades das mulheres na Bahia e em sintonia com as demandas da categoria. Os Encontros Saúde Mental, Gênero e Violências através de suas programações cuidadosamente elaboradas, têm proporcionado um espaço para destacar questões, sobretudo, dos efeitos das violências de gênero na saúde mental das mulheres.

Conforme Helena Santos (2016, p. 35) "(...) um dos compromissos éticos da nossa profissão é a não convivência com nenhuma forma de discriminação ou violência, se faz necessário estar qualificada(o) para acolher, de forma consciente e contextualizada". Portanto, estas demandas que surgem nas diversas atuações da Psicologia são pautas urgentes para debate coletivo e individual. A violência exerce um impacto profundo e multifacetado na saúde mental e as consequências podem se manifestar de maneiras variadas.

Baseado no lugar em que estão inseridas, os marcadores sociais vão desencadear em processos pessoais nas lutas de combate. No caso de mulheres negras ou indígenas, por exemplo, existem necessidades específicas que, fundamentalmente, não podem ser analisadas apenas pela ótica de gênero. Tendo que ter em mente as particularidades em cada caso, como aspectos de raça, religião, sexualidade, geração e outros (CARNEIRO, 2003). Em suma, compartilhando que a visão seja ampliada para organização de eventos como esse, e sem abrir mão do protagonismo feminino da categoria profissional.

O relato tem como objetivo discutir as ações do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia a partir dos Encontros Saúde Mental, Gênero e Violências. Levando em conta a dimensão dos Direitos Humanos, especialmente no contexto violações de direitos das mulheres. Visando refletir sobre a prática profissional da/do psicóloga/o ao lidar com questões de gênero e suas intersecções permitindo a troca de experiências.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência (RE), elaborado a partir da vivência de participantes do Grupo de Trabalho Relações de Gênero

e Psicologia (GTRGP) do CRP-03, com enfoque no IV e V Encontro Saúde Mental, Gênero e Violências. Tais experiências ocorreram na capital baiana, sendo o primeiro integralmente transmitido nas redes do Conselho e o segundo em formato híbrido (presencial com transmissão online). O IV Encontro aconteceu nos dias 26 e 27 de agosto de 2021, enquanto o V Encontro ocorreu nos dias 31 de março e 1º de abril de 2023.

Isto posto, o RE caracteriza-se como expressão escrita de vivências, capaz de colaborar no desenvolvimento de conhecimentos dos mais diversos assuntos. Ademais, o saber escolarizado faz interligação com as aprendizagens advindas das experiências socioculturais. Logo, o registro por meio da escrita é uma possibilidade significativa para que a sociedade tenha acesso e compreenda questões, sobretudo por meio virtual, uma vez que o contexto contemporâneo informatizado possibilita isso. Por conseguinte, a percepção tem como finalidade a formação das pessoas na própria sociedade (CÓRDULA, NASCIMENTO, 2018).

Levando em consideração os objetivos dos eventos em discutir temáticas relevantes para categoria e orientar profissionais em suas atuações a partir dessas demandas, o relato salienta a sua importância para a Psicologia feminista baiana. O presente trabalho considera que a ciência moderna é resultado das centenas de anos de exclusão “[...] o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência” (SCHIEBINGER, 2001, p. 37).

Entretanto, partindo do pressuposto que existem outros atravessamentos, torna-se imprescindível atentar para maneiras distintas que o gênero se intersecta com outras identidades, posto que todas as mulheres sejam verdadeiramente beneficiadas pela proteção dos direitos. Assim, compreender como as intersecções contribuem para as vulnerabilidades de diferentes grupos exige a presença das feministas negras (CRENSHAW, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O GT Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03 também colabora com eventos nacionais e regionais para afirmar o diálogo com a Psicologia nesses espaços, sobretudo no contexto pandêmico em que as tecnologias precisaram ser exploradas. Além das reuniões temáticas, notas de apoio e repúdio, participação em movimentos sociais e organização de livros. Estes a serviço de uma Psicologia política atenta às demandas das mulheres em sua diversidade.

Apesar de cinco edições, no desenvolvimento desse relato de experiência iremos focar nos dois últimos, sendo um deles a primeira vez ocorrendo de forma remota em

decorrência da pandemia da Covid-19. Em 2021, o IV Encontro Gênero, Saúde Mental e Violências teve como tema “Demandas das mulheres e inclusão da perspectiva de gênero como resposta à pandemia”. Chamando a atenção para a repercussão do contexto de pandemia na vida das pessoas em maior vulnerabilidade social, como foi o caso das mulheres.

Através de uma programação extensa pôde proporcionar grandes momentos de discussão a partir de diversas temáticas como tipos de violências, saúde mental das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras. Além disso, destaca o desafio das profissionais de saúde que estiveram na linha de frente, em diversos setores e atividades distintas na área da saúde, e o seu processo de adoecimentos físico e mental diante dos trabalhos de cuidado.

As manutenções de algumas ações são favoráveis para permanência dessas discussões nas diversas áreas da Psicologia e também no enfrentamento das violências contra mulheres – não só na Bahia, como no Brasil. O V Encontro em 2023 trouxe como tema “Compromisso ético e exercício profissional no combate às violências de gênero contra as mulheres” e aconteceu em dupla celebração: pelo mês das mulheres e 15 anos de criação do GT. Logo, favorece aproximação junto à sociedade e à categoria de psicólogas/os, tendo em vista que o evento se mantém aberto ao público e gratuito.

Diante do novo cenário, o evento retoma o formato presencial, todavia com transmissão no Youtube - com gravações disponíveis no canal do CRP-03. Sua programação foi pensada a partir das demandas das mulheres baianas, levantando questões essenciais para todas nós que somos atravessadas por diversos tipos de violências diariamente. A reflexão cotidiana sobre nossos lugares e atuações nos espaços pode ser compartilhada em momentos como esses dos Encontros Saúde Mental, Gênero e Violências, pontuando que não podemos estar aquém dos estudos culturais e sociais, indo além do saber técnico psicológico. Contudo, o Sistema Conselhos de Psicologia como órgão regulamentador, orientador, fiscalizador e disciplinador da profissão beneficia-se dessas iniciativas e construções coletivas (SANTOS, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que a categoria deve focar na garantia de direitos constitucionais, não podemos ignorar que para cumprir este objetivo, devemos reconhecer como impreterível dedicação sobre outras fontes de saber. Todavia, estando advertida do território que atuamos e a serviço de quem está esse saber. Consequentemente, aprendendo e desenvolvendo conhecimentos que rejeitam a desigualdade social em suas variadas expressões, de modo crítico, contextualizado e histórico, ou seja, sem naturalização das violências.



A existência de GTs e de Comissões específicas nos Conselhos Regionais são de suma importância para construção de Psicologias possíveis. Portanto, podemos desenvolver ações que abarcam questões estruturais como violências de gênero, Direitos Humanos, masculinidades, entre outras, as quais são ponto de partida para refletirmos sobre nossas atuações – individualmente ou coletivamente. Os Encontros Saúde Mental, Gênero e Violências revelam o constante compromisso ético-político das psicólogas baianas com a repercussão da dinâmica social na vida das mulheres.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/12/a-producao-do-conhecimento-na-construcao-do-saber-sociocultural-e-cientifico>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. 2002, v. 10, n. 1, p. 171-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em 26 jun. 2021.

SANTOS, Helena Miranda dos. A institucionalização da discussão de gênero no sistema conselhos de psicologia. In: DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlane Silva Vieira; DOS SANTOS, e Helena Miranda. **Gênero na psicologia: saberes e práticas** – Salvador: CRP-03, 2016. p.16-39.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ST 02

**GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL
E IDENTIDADE DE GÊNERO SOB
A PERSPECTIVA DAS PESQUISAS
POPULACIONAIS: LIMITAÇÕES,
POSSIBILIDADES E SUAS
INTERSECCIONALIDADES**



COORDENADORES

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto

Paula Alves de Almeida

Angelita Alves de Carvalho

POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT: REFLEXÕES E APROXIMAÇÕES DA GÊNESE NO ESTADO DA BAHIA

Camila Amaral Moreno Freitas – ISC UFBA
camilaamaralmorenofreitas@gmail.com

Níliá Maria de Brito Lima Prado – IMS UFBA

Adriano Maia dos Santos – IMS UFBA

Vinicius Nunes Carvalho – IMS UFBA

RESUMO

Essa dissertação analisou a gênese da política de Saúde estadual para as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) na Bahia, por meio de um estudo de sociogênese no período compreendido entre 1979 e 2014. A análise se fundamentou teoricamente na sociologia reflexiva de Bourdieu, apoiado na proposta de Pinell para a análise sociológica de políticas públicas. Os resultados foram estruturados na análise da conformação de políticas de saúde para a população LGBT em alguns contextos internacionais; revisão sobre a inclusão da discussão sobre a atenção à saúde a população LGBT nos currículos internacionais dos cursos de graduação na área da saúde; uma revisão documental sobre a gênese da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) no Brasil. Essas produções forneceram subsídios para a compreensão do objeto de estudo central desvelado pelo terceiro artigo, que fez um levantamento bibliográfico e organização temporal dos fatos históricos que permitiram reconstruir a dinâmica do espaço e da participação dos agentes dos campos burocrático, científico e político, bem como do espaço militante e identificar a gênese de proposições para saúde LGBT no estado da Bahia. Concluiu-se que a análise do espaço social foi mediado pelo estudo das trajetórias dos agentes envolvidos com a formulação da política no estado da Bahia e as relações entre esses agentes e o espaço social nacional, e a rede de relações construídas ao longo dos anos com formação de novos espaços sociais permitiram aos movimentos, a proposição e o diálogo com o Estado, os quais foram imprescindíveis para a conquista das políticas de saúde para a população LGBT no âmbito do estado da Bahia.

Palavras-chave: Minorias sexuais e de gênero; política de saúde, história, sociologia

INTRODUÇÃO

No Brasil, os debates acerca da saúde LGBT entram na agenda em meados da década de 1980 timidamente, quando, em decorrência da epidemia de HIV, verifica-se a necessidade de intervenções para o controle da infecção. Porém, a partir dos anos 2000 com a publicação de vários planos e programas a proposta de tal política é de fato consolidada e iniciando posteriormente o processo de construção implementação. A sua formulação seguiu as diretrizes de Governo expressas no Programa Brasil sem Homofobia (BSH), que foi coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) (BRASIL, 2010).

A partir do plano BSH, as discussões e a formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (PNSI-LGBT) deslançaram, e em 2009 a PNSI-LGBT foi submetida a consulta pública e aprovada (BRASIL, 2004). No que concerne a implementação de tal política, trabalhos como o de Laurentino (2015), mostram que a partir da publicação e de experiências de implementação desta em alguns locais, houve maior visibilidade das demandas da comunidade LGBT. Para o autor, tal visibilidade leva ao reconhecimento destes indivíduos como sujeitos políticos, cidadãos que até então tinham suas demandas de saúde marginalizadas.

Pode-se afirmar que a conformação atual da PNSI-LGBT é resultado de um longo processo histórico de construção e reconstrução de políticas no âmbito nacional, envolvendo a participação de diferentes atores e movimentos sociais. Destaca-se que na PNSI-LGBT assim como nas políticas de saúde para homens e mulheres no SUS, o debate sobre as questões de gênero sobressaem-se quando comparados aos debates sobre as sexualidades.

A PNSI-LGBT foi instituída no ano de 2011 com o objetivo geral de promover saúde integral a população LGBT e com o intuito de fomentar um processo de redução e/ou eliminação de quaisquer formas de discriminação ou preconceito institucional, bem como, com vistas à ampliação do acesso à ações e serviços de qualidade e integrais (BRASIL, 2010; 2013). É composta por um grupo de diretrizes para operacionalização de planos, estratégias e metas que visam eliminar a discriminação. Para tal, faz-se necessário que exista compromisso ético-político de todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), de gestores, conselheiros, trabalhadores e usuários, para com a proposta e a saúde da população LGBT (BRASIL, 2010; 2013).

Ao reafirmar o compromisso do SUS com a universalidade, a integralidade, participação da comunidade, e especialmente equidade em saúde, as questões de saúde da população LGBT passam a integrar a preocupação com a inclusão de gênero e sexualidade como um Determinante Social de Saúde (DSS), se alinhando com a percepção de saúde ampliada (BRASIL, 2010).

Neste sentido, o debate sobre equidade reconhece, também, que as relações de gênero atravessam as diversas dimensões da vida social dos indivíduos, possuem dinâmicas próprias que dependem de outros processos sociais e historicamente foram marcadas pela diferença nas relações de dominação patriarcal heteronormativa (BARATA, 2009). Ativistas LGBT têm se organizado, se sustentado, focado em questões sociais e culturais importantes e comunicado estrategicamente suas posições sobre essas questões (ALWOOD, 2013). A capacidade e o potencial do campo da saúde na reversão das desigualdades sociais, está na exigência de políticas e ações intersetoriais para a obtenção de resultados positivos.

Entretanto ainda não se aprofundou o debate sobre o processo de construção de pautas e tomada de decisão em saúde, a partir de demandas derivadas dos movimentos sociais acerca da PNSI-LGBT, quais as motivações para a sua formulação e para a escolha do desenho proposto, quais os agentes envolvidos e como estes se articularam para induzir a inserção desta pauta na agenda da saúde. Elucidar tais questões parece oportuno, pois pode auxiliar na compreensão e reflexão crítica da política, a partir dos elementos presentes na história de sua construção. Neste sentido, analisar a gênese de uma política pública de saúde consiste em buscar compreender as circunstâncias históricas e sociais que tornaram possível a intervenção do Estado para a implementação de medidas específicas direcionadas a um problema social. Essa dissertação tomou por objeto de estudo a análise da sociogênese da política de saúde para população LGBT no estado da Bahia. Para tanto, busca entender inicialmente outros aspectos integrados e prementes para a compreensão abrangente ao: identificar em que medida os currículos internacionais dos cursos de graduação na área da saúde incorporam a discussão da saúde LGBT; identificar como políticas de saúde para população LGBT estão conformadas em alguns contextos internacionais, assim como os desafios que estão postos; sistematizar como se deu a gênese da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil e por fim, identificar e analisar os movimentos sociais, interesses, posições e tomadas de posições dos agentes, assim como, e como eles se expressaram, limitaram e conformaram os debates sobre a proposição e formulação da PNSI-LGBT no estado da Bahia. Em síntese, esse estudo busca responder a seguinte questão central: qual o espaço social e as questões em disputa entre os agentes envolvidos, e aquelas que prevaleceram e permitiram condições de possibilidade para a formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual, a partir de debates dos movimentos sociais no Estado da Bahia?

MÉTODO

Para construção dos artigos de revisão literature foi seguido o protocol PRISMA (Moher 2009). Para o estudo de caso foi realizado um aetudo sócio histórico sobre a gênese da PNSI-LGBT no Estado da Bahia, no período compreendido entre 1979 e 2014. O período demarcado apresenta importantes fatos históricos para a conformação da política de saúde na Bahia, iniciando em 1980 com a fundação do Grupo Gay da Bahia até 2014 com a implantação do Comitê Técnico Estadual de Saúde LGBT na Bahia. A sociogênese ou análise sócio histórica além de identificar os agentes e disputas iniciais, pode revelar os possíveis não realizados, mortos e esquecidos. O estudo da gênese, então, é uma importante estratégia de ruptura com o senso comum (VIEIRA DA SILVA et al., 2016). O estudo foi realizado em seis municípios baianos, quais sejam: Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Salvador e Vitória da Conquista. Os referidos municípios foram escolhidos com base em dois critérios: 1. Possuir grupos que tiveram discussões proeminentes para a construção das políticas e saúde e 2. Estar localizado em diferentes regiões da Bahia com o intuito de abranger municípios representativos para toda a Bahia. Os agentes que participaram das entrevistas eram militantes dos grupos LGBTs e técnicos vinculados a Secretaria Estadual de Saúde, identificados como formuladores de política, informantes-chave e ativistas/militantes da comunidade LGBT, além de agentes do campo burocrático, identificados a partir de uma análise preliminar dos principais documentos normativos e técnicos que contemplam o arcabouço das políticas LGBT. Bem como agentes indicados pelos entrevistados, com a técnica de bola de neve. Foi também realizada análise de diversos documentos normativos e técnicos acerca das políticas LGBT, bem como de documentos fornecidos pelos entrevistados, os quais pudessem auxiliar na compreensão do processo de formulação da política, assim como, documentos científicos que reflitam criticamente sobre o processo histórico de formulação da PNSI-LGBT na Bahia. Foram entrevistados 24 agentes que atuam na gestão estadual e/ou municipal da saúde. Todas as entrevistas foram realizadas pela autora, com apoio de pesquisa do grupo de pesquisa Observatório Baiano de Redes de Atenção em Saúde (OBRAS- CNPq) devidamente capacitados. O tamanho da amostra foi demarcado pela saturação de informações. As entrevistas foram realizadas utilizando-se de roteiros semiestruturados elaborados para a pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas, utilizando-se de gravador digital, a partir do consentimento dos participantes. Análise dos dados: Inicialmente, foi realizada a catalogação de todos os documentos levantados em uma planilha eletrônica. Além do grupo de agentes do campo burocrático entrevistados, também participarão do estudo agentes do campo militante, como representantes de movimentos sociais LGBT do Estado da Bahia. A partir das entrevistas também se construiu a rede de relações entre os agentes envolvidos na

gênese da política. Foram extraídos das entrevistas, excertos que continham elementos elucidativos da linha cronológica de acontecimentos que culminaram na construção da PNSI-LGBT, desde os fatos que motivaram a formulação da proposta até os conflitos, interesses e pactuações realizadas para que a proposta fosse viabilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados demonstraram a existência de diferentes escopos de políticas de saúde para LGBT nos EUA, Canadá, Austrália e Reino Unido e um resultado heterogêneo quanto ao escopo ou objetivo da implementação das ações, com destaque para direcionamentos relacionados ao envelhecimento LGBT, à cessação do tabagismo, ao controle do uso de álcool e outras drogas, bem como às políticas de atenção ao câncer e ao HIV. Com menor ênfase, houve estudos que se propuseram a identificar a organização e a implementação de serviços voltados à saúde da população LGBT em diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde. Dessa forma, é necessária maior integração entre os estudos, com avaliações que vão além dos aspectos estruturais e maior ênfase na qualificação da assistência prestada à população LGBT.

Outro resultado que merece destaque condiz com a necessidade de capacitação da equipe de profissionais de saúde para o acolhimento e o atendimento clínico de pessoas LGBT, bem como o desenvolvimento de currículos educacionais que abordem a interseção entre saúde, gênero e sexualidade e a criação de materiais didáticos para preencher as lacunas curriculares sobre esse tema, além de outros aspectos. Destaca-se, portanto, a ideia de que a iniciação dos estudos de gênero e sexualidade não só é necessária, mas deve ser obrigatória do ponto de vista pedagógico, nos diversos cursos da área da saúde, por ser muito importante para uma formação integral.

Do mesmo modo, verificou-se que o espaço social nacional dos movimentos LGBT constituíram-se historicamente como espaços de luta e de complexas relações, influenciadas pelos campos científico, político e militante. Na Bahia, esses espaços sociais incluíram agentes que participaram dos espaços nacionais e juntaram-se a outros movimentos estaduais, conformando o subespaço militante. Destacaram-se agentes com trajetórias vinculadas ao campo científico, dos direitos humanos, dos direitos sexuais, do feminismo e do espaço AIDS, com alto capital burocrático e militante, que propiciou aproximação às questões relacionadas a saúde LGBT local. As condições de possibilidade históricas que permitiram a formulação de uma política baseada na integralidade e na universalidade da atenção à saúde foram, a formalização do Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral LGBT da Bahia, em 2014, como resposta governamental no Estado, onde buscou-se ampliar a Atenção Integral à Saúde voltada às populações de maior vulnerabilidade; e o Plano Bahia sem homofobia, que permitiu



ampliar o diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais e abarcar as principais críticas para a formulação da política, que residiam na ausência de resposta assistencial alinhada às reais necessidades em saúde da população LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a síntese de toda a produção advinda do objeto de pesquisa desta dissertação, pode-se concluir que os debates propostos nos artigos e no capítulo do livro versaram para a compreensão da potência e do protagonismo movimento LGBT e de atores engajados com essa pauta, no diálogo com o Estado e com a sociedade civil para o desenvolvimento de políticas de saúde e reivindicação dos seus direitos. Permitiu ainda uma visão crítica acerca dos processos discriminatórios estruturais que estão presentes nas sociedades ocidentais e que permeiam os “micro e os macrocampos” das decisões políticas e do trabalho cotidiano. Apesar das diversas conquistas alcançadas pela população LGBT ao longo dos últimos 30 anos, ainda existe estigma e discriminação que refletem em desfechos negativos para a saúde dessa população. No entanto, o protagonismo de agentes, especialmente do campo militante, traz movimentos contrários e contra hegemônicos ao seio da sociedade heteronormativa e discriminatória. A rede de relações construídas ao longo dos anos e a formação de novos espaços sociais permitiram aos movimentos, a proposição e o diálogo com o Estado, os quais foram imprescindíveis para a conquista das políticas de saúde para a população LGBT no âmbito do estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALWOOD, E. Sin and turning: the importance of public relations at the beginning of the gay rights movement, 1950-1974. Article presented at the meeting of the Association for Education in Journalism and Mass Communication, Washington, DC (2013).

BARATA, R.B. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação?. In: Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 16ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, Ministério da Saúde, 1ª ed., 1ª reimp., 2013.

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., Prisma, G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the Prisma Statement (Reprinted from *Annals of Internal Medicine*). *Phys Ther* 2009; 89: 873-80.



VIEIRA-DA-SILVA, L.M. Gênese Sócio-Histórica da Saúde Coletiva no Brasil. In: LIMA, N.T., SANTANA, J.P., and PAIVA, C.H.A., orgs. Saúde coletiva: a Abrasco em 35 anos de história [online]. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015, pp. 25-48. ISBN: 978-85-7541- 590-0. Available from: doi: 10.7476/9788575415900.00

FORÇAS ARMADAS E A QUESTÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO

Trabalho de Pós-Doutorado

Douglas Verbicaro Soares.

Prof. Dr. do Curso de Direito e do Programa de Pósgraduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima.
E-mail: douglas_verbicaro@yahoo.com.br

Orientadora: Ela Wiecko V. de Castilho.

Prof^a Dr^a do Curso de Direito e do Programa de Pósgraduação em Estudos de Gênero e Relações Étnico-Raciais da Universidade de Brasília

RESUMO

O presente trabalho versará sobre as pessoas transgênero e sua aceitação dentro das Forças Armadas brasileiras. Além de visibilizar os obstáculos que dificultam a participação dessas pessoas no âmbito militar, também será necessário destacar a problemática realidade vivida pelas pessoas trans na própria sociedade. Dessa forma, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e doutrinária, com uma abordagem qualitativa e responderá suas perguntas e questionamentos de maneira exploratória. Para isso, será realizado um levantamento bibliográfico de literatura nacional e estrangeira, sob confluência multidisciplinar devido ao tema proposto. Nessa conjuntura, a investigação buscará respostas para algumas indagações: existe impedimentos para o ingresso de uma pessoa trans nas Forças Armadas Brasileira? Em caso afirmativo, qual? Entre outras. A investigação terá por objetivo visibilizar as diferentes dificuldades impostas no Brasil para a não aceitação das pessoas trans nas Instituições militares, assim como na sociedade. Fato que as colocam em situação de exclusão social permanentemente, em violação clara aos seus Direitos Humanos de ser e viver em dignidade. Nessa conjuntura, a investigação aponta a existência de práticas discriminatórias que dificultam a integração dessas pessoas na sociedade brasileira, em especial dentro das Instituições Militares do país.

Palavras-Chave: Militar; Identidade de gênero; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho procurará mostrar que todos os seres humanos, em especial as pessoas transgênero, apesar das inúmeras diferenças biológicas e a incidência de construções sócio-culturais e religiosas, que ressaltam a diversidade humana, em características físico-psicológicas, distinguindo cada pessoa, que merece igual respeito, sem importar o gênero, identidade de gênero ou orientação sexual. Todos os indivíduos devem ser tratados com igual respeito, sem a incidência de condutas discriminatórias, sobretudo dentro das Forças Armadas Brasileiras.

A conscientização comentada implica na abertura sociocultural nos padrões que, durante séculos, alijaram de participação, na sociedade brasileira, o coletivo de pessoas transgênero, que foram punidos por meio de violências físicas e psicológicas. Em caso análogo, Foucault expressaria a origem dessa discríção na arte de fazer sofrer mais sutilmente, de modo mais velado, mas não menos prejudicial às vítimas de condutas discriminatórias (FOUCAULT, 2016, p. 13). Fato que permitiu o tratamento desigual e injusto entre os cidadãos no país, em especial, o de grupos em situação de exclusão. Desigualdades essas que se afastam do ideário instrumental do direito de resguardar a harmonia nas relações humanas (MACHADO, 2004, p. 23-4), principal ideário inclusive da preservação dos Direitos Humanos e sexualidade, assim como em gênero e suas identidades.

Com base nas diversas formas de discriminação e trato desigual entre os indivíduos, inúmeros autores buscaram definir a beleza que existe na diversidade dos seres humanos, no intuito da promoção da diversidade humana e de coibir condutas que contrariem esses anseios. Nesse aspecto, buscou-se evidenciar que cada pessoa é única e não menos importante que as demais (VERBICARO SOARES, 2020, p. 37). Consequentemente, que todas deveriam ser tratadas em respeito, incentivando a valorização dessa diversidade. O objetivo desse trabalho é retratar as pessoas transgêneros na sociedade brasileira e, também, sua relação com a normativa do Governo no alistamento de transgêneros homens nas Instituições Militares do Brasil. Primeiramente, se abordará o conceito de identidade de gênero e suas implicações no âmbito sociocultural. Desse modo, alertando a comunidade que essa condição da diversidade humana (as pessoas transgêneros) não representa um risco para a harmonia social e, sim, faz parte de uma nova etapa de convívio para a humanidade, baseada nas novas exigências democráticas, que valoram o processo de reconhecimento, aceitação da diversidade e integração cidadã de grupos vítimas de exclusão social, como é o caso das pessoas trans.

MÉTODO

O projeto de pesquisa terá abordagens quantitativa e qualitativas. Na primeira se utilizará de ferramentas estatísticas, com o emprego de gráficos e tabelas para a visualização dos resultados da pesquisa. No quesito quantitativo, o projeto aplicará a interpretação os eventos estudados no projeto. A natureza da pesquisa terá uma contribuição aplicada à prática prevista no trabalho. Quanto ao objetivo da pesquisa responderá suas perguntas e questionamentos de maneira exploratória e descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não obstante, nas últimas décadas do século XX, a produção de estudos científicos permitiu mudanças de pensamentos sobre a transexualidade e as pessoas transgênero, que desenvolveram nas áreas das ciências biológicas, principalmente, novos debates sobre o que antes era considerado como doença e depravação, foram cedendo espaço para o entendimento da questão sobre a proteção dos estudos de gênero suas identidades. Nesse sentido, notou-se que com a evolução histórico-cultural e religiosa pelo mundo, propiciou o aprimoramento e a descoberta de novas interpretações sobre a questão da transexualidade em distintas áreas da ciência, fazendo com que as novas gerações se deparassem com sua evidenciação e aceitassem mais facilmente a diversidade inerente a cada pessoa trans. Mas o caminho para um efetivo processo de integração desses indivíduos ainda faz parte da reivindicação do coletivo LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outros) no Brasil e internacionalmente.

Houve, principalmente nos últimos anos, uma ascensão da temática nas discussões da sociedade brasileira sobre as pessoas transgênero, seja pelas manifestações reivindicatórias por direitos iguais ou acesso a direitos específicos, como a possibilidade de modificação do sexo biológico de uma pessoa com identidade de gênero (através de procedimentos cirúrgicos) ou até mesmo na possibilidade de modificação do registro com um nome social que se adeque às realidades físico/psicológicas de muitos indivíduos.

Nesse aspecto, as modificações também são estendidas às orientações normativas adotadas pelo Governo Brasileiro no ano de 2018, com a possibilidade de pessoas transgênero masculinos pudessem se registrar nas Instituições Militares, como já ocorria com a obrigatoriedade dos homens brasileiros no serviço militar do país. Por outro lado, pessoas transgênero ainda são impedidas de ingressar nas Forças Armadas do país.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessária a busca de instrumentos para a educação nos temas de gênero, identidades de gênero e diversidade sexual, para que a sociedade brasileira como um todo, possa aprender a respeitar em valores de Direitos Humanos e sexualidade, em especial nas Forças Armadas.

Por essa razão, será importante uma real implicação de toda a comunidade desenvolver estratégias para que esses anseios não fiquem apenas em desejos e sim, que possam ser concretizados como uma tarefa comum em liberdade e na igualdade de oportunidades, sem sofrer preconceitos e discriminações contra a transexualidade e as pessoas transgênero (MARCON et al., 2016, p. 298).

O tema das pessoas transgênero nas Forças Armadas é complicado. Ainda é precoce, pois não se encontrou nenhum caso de pessoas transgênero masculinas que tenha ingressado nas Forças Armada Brasileira para a realização do trabalho militar após a possibilidade de registro no alistamento militar de 2018. Igualmente, as mulheres transgênero também sofrem com a proibição de ingresso.

No que diz respeito aos casos de militares que passaram pelo processo de transformação de seus corpos já dentro da Instituição, existem denúncias de militares que realizaram procedimentos para a modificação do sexo ou que exprimiram o desejo de realizá-las e que foram supostamente excluídos do serviço ativo do quadro de funcionários. Para alguns desses casos, o Ministério Público Federal fez recomendações ao Comando Militar e pediu providências para o combate às condutas discriminatórias e à transfobia nos quartéis.

Entre as sugestões estariam a não consideração da transexualidade como fator de reforma de militares e/ou incapacitante para o desempenho do serviço militar, a criação de programas de reabilitação ou transferência de militares trans para ocuparem outros cargos, e coibir políticas internas que exclua das Instituições Militares pessoas transgêneros (Inquérito Civil nº 1.30.001.00052/014-11 – Notificação/recomendação PRDC/RJ/Nº 04/2017 de 21 de novembro de 2017).

REFERÊNCIAS

MACHADO, H. B. *Introdução ao estudo do direito*. São Paulo, Brasil, Editora Atlas, 244 p. 2004.

MARCON, A. N.; PRUDÊNCIO, L. E. V.; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. In: *Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo, Brasil. Vol. 20, Nº 2, maio/agosto, p. 291-301, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Notificação/recomendação PRDC/RJ/Nº 04/2017*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/prrj/recomendacao-transexuais-forcas-armadas>>. Acesso em: 31 de julho de 2023.



VERBICARO SOARES, D. El ideal brasileño frente a los casos de discriminación por orientación sexual en el ámbito de la enseñanza nacional. In: *Revista Amor Mundi*. Santo Ângelo, Brasil: Editora Metrics, v. 1 n. 2 (2020), pp. 33-41. 2020.

VERBICARO SOARES, D. *Homossexualidade e Forças Armadas. A busca pela efetividade dos Direitos Humanos no Brasil*. Salamanca, Espanha. Tesina – Grado da USAL. Universidade de Salamanca – USAL, 233 p. 2011.

VERBICARO SOARES, D. *La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas*. Salamanca, España. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca – USAL: Programa de Doctorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos. 791 p. 2015.

O NÃO-LUGAR DA BISSEXUALIDADE

Hortência Brito
Profa. Me. do Instituto Federal Baiano - campus Guanambi
hortencia.souza@ifbaiano.edu.br
ORCID: 0000-0002-5808-1988

Mariana Barbosa de Souza
Profa. Dra. do Departamento de Administração Pública
Universidade Federal de Lavras - UFLA
barbosadesouzamariana@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0126-6284

RESUMO

Este realiza uma discussão teórica dentro das Geografias das Sexualidades e da Geografia *Queer* acerca da identidade bissexual. Demonstramos que, historicamente, houve um baixo interesse de teóricas(os) da área em pesquisar sobre a bissexualidade, uma vez que dentre as publicações de periódicos *online* da Geografia Brasileira, apenas 0,04% dos trabalhos a mencionam. Com isso, observamos que este apagamento epistêmico reflete o apagamento social desta sexualidade, a posicionando como um 'não-lugar'. Mas ao negociarem com as matrizes de poder, bissexuais se reafirmam, se posicionam e abdicam dessa subjugação identitária-espacial.

Palavras-chave: Bissexualidade; Não-lugar; Geografia das Sexualidades; Geografia *Queer*.

INTRODUÇÃO

Apesar da bissexualidade já ser uma sexualidade bem consolidada no imaginário social, considerando a sua popularização no mundo anglófono na década de 1980 e no Brasil na década de 1990, ela ainda possui interpretações muito diferentes entre as pessoas, mesmo entre bissexuais.

Segundo Clare Hemmings (1995; 2022) há um baixo interesse de pessoas monossexuais (que se atraem por apenas um gênero) em realizar pesquisas acerca da monodissidência (subverte a atração por um único gênero). A autora ainda argumenta que por mais que comunidades lésbicas e gays tenham discutido sobre desejo, inclusive desejo por pessoas do sexo oposto, mantiveram suas identidades políticas monossexuais (1995).

Além disso, por ser vista como um meio-termo, um 'não-lugar' e não como uma sexualidade em si mesma, a bissexualidade foi rejeitada como ferramenta analítica, tanto em termos ontológicos, quanto epistemológicos (2002).

Realizamos uma busca¹ no Observatório da Geografia Brasileira (OGB) organizado pelo Grupo de Estudos Territoriais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE/UEPG), que conta com um volume de 29.333 artigos online, publicados entre 1939 e 2020, contemplando 98 revistas *online* nacionais da Geografia. Com o termo de busca "bissex"² foram encontrados apenas 11 artigos que mencionam a bissexualidade, totalizando 0,04% de toda a produção. No entanto, os 11 artigos possuem uma discussão que generaliza a identidade/orientação sexual bissexual com as experiências de outras identidades/orientações sexuais, algo que historicamente ocorre com frequência (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2000). Com isso, percebemos que assim como outras ciências prestaram pouca atenção à bissexualidade, a Geografia também o fez. Salientamos também que, apesar de não terem se debruçado sobre a identidade bissexual, estes trabalhos são de grande importância para os estudos das sexualidades na Geografia nacional, já que são pioneiros neste subcampo.

Dito isso, este trabalho se propõe a realizar uma discussão sobre a posição da bissexualidade dentro das discussões das Geografias das Sexualidades e da Geografia *Queer*, sob a hipótese de que a bissexualidade, mas também podemos apontar o mesmo sobre outras sexualidades monodissidentes, é ininteligível para a monossexualidade, uma vez que esta identidade não possui uma escolha de objeto, logo, não rejeita as demais, sendo um 'meio termo' ou mesmo um 'não-lugar' identitário.

1 Busca realizada em 26 de junho de 2023, às 20h31.

2 A escolha por esse termo se deu, pois o OGB concentra resultados com um mesmo prefixo.

MÉTODO

Este trabalho se propõe a realizar uma discussão teórica acerca da bissexualidade dentro das Geografias da Sexualidade e da Geografia *Queer*, sob a hipótese de que esta identidade é tida como um 'não-lugar'. Para tanto, nos debruçarmos nos trabalhos de autoras e autores como Judith Butler (1993; 2018), Clare Hemmings (1995; 2002), Kenji Yoshino (2000), Lori E. Ross *et al* (2016), Helena M. Monaco (2020) e Hortência G. de Brito Souza e Marcio José Ornat (2022). Com isso, busca-se demonstrar a relevância da bissexualidade, para as discussões que englobam a categoria Sexual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Hemmings (1995), a introdução da interseccionalidade na pauta feminista possibilitou às mulheres lésbicas a discussão sobre desigualdades dentro de sua comunidade (LORDE, 2007), correlacionando-as com outras identidades e trazendo à luz violências cometidas entre mulheres por mulheres. Por mais que mulheres heterossexuais e bissexuais sempre estiveram presentes nos movimentos feministas, a bissexualidade virou pauta destes mais recentemente, pois ela era vista como algo que havia ainda resíduos do patriarcado, uma vez que mulheres bissexuais (e heterossexuais), teoricamente, ainda se atrairiam por homens.

Por não repudiar nenhuma escolha de objeto, que até então era visto como algo necessário para se caracterizar uma identidade sexual (BUTLER, 1993; 2018), a bissexualidade era vista como uma falha identitária, como uma variação de outras identidades sexuais, como uma falha em ser lésbica, ou gay, ou heterossexual, ou mesmo como algo em processo de formação de uma identidade (HEMMINGS, 2002). A bissexualidade seria um vir a ser, um 'não-lugar'.

Nesta perspectiva, para Hemmings (2002) a bissexualidade se torna um perigo para a linearidade entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2018), pois ela demonstra que a cis-heteronormatividade talvez não seja uma norma, mas sim uma outra forma de desvio. Isto demonstra uma lacuna nas primeiras discussões da teoria *queer*, pois as análises sobre a performatividade voltaram-se para as categorias de objeção e abjeção na formação das identidades de gênero e sexuais, as quais se ancoravam na ideia de que existe uma predisposição à bissexualidade, que culminaria no desenvolvimento sexual homossexual ou heterossexual. Nesta perspectiva, a bissexualidade seria apenas um estágio transitório entre identidades monossexuais. Assim, parafraseando Ana Fani A. Carlos (2007), na perspectiva supramencionada, a bissexualidade seria um não-lugar, sendo um produto de uma não-identidade, ou seja, é o percurso, mas não o destino final. Isso nos leva a um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que os corpos bissexuais

são deslegitimados e invisibilizados, também lhes são atribuídos um grande poder de destruição sobre as outras identidades. Assim, como uma identidade que não existe, como um 'não-lugar' poderia por outros em risco? Desta forma, como colocado por Hemmings (1995; 2002), bem como por Yoshino (2000), observamos que a existência da identidade bissexual está sempre sendo contestada, silenciada e apagada, e que isso é perpetuado tanto por heterossexuais, quanto homossexuais, dentro e fora da Academia. Ao buscar uma razão para a invisibilidade bissexual, Yoshino (2000) demonstra que essa sexualidade é menos vista, política, socialmente e por conseguinte, espacialmente, que a homossexualidade. Também demonstra que esta invisibilidade não está associada a uma não-existência de bissexuais, ou seja, não está relacionada com um menor número de bissexuais em relação às outras sexualidades, mas sim a um apagamento da bissexualidade.

Yoshino sugere que o apagamento das pessoas bissexuais estaria ligado à um investimento das identidades monossexuais, que por mais que tenham seus próprios atritos, teriam selado o que ele chama de "contrato epistêmico de apagamento bissexual" (2000, p. 3). O autor descreve estes investimentos como "(1) um interesse em estabilizar a orientação sexual; (2) um interesse em manter o sexo como uma métrica dominante de diferenciação; e (3) um interesse em defender as normas da monogamia (YOSHINO, 2000, p. 3)". O primeiro ponto seria do interesse da monossexualidade, pois marcaria o 'lugar' de cada sexualidade na ordem social, reduzindo a ansiedade do autoquestionamento sobre si. O segundo ponto pertence tanto a heterossexuais quanto a homossexuais, pois as normas sexuais são lidas através da matriz heterossexual (BUTLER, 2018). O terceiro ponto seria de interesse de monossexuais, por ser um fator ético dominante de sociedades ocidentais, concedendo certos privilégios. Para heterossexuais, este interesse se baseia também no estereótipo de que bissexuais são transmissoras(es) de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Com base no que foi exposto, corroboramos com o argumento de Yoshino (2000) de que não só há uma invisibilização da bissexualidade, como também há um apagamento desta. Estas interdições geram adoecimentos à população bissexual, já que segundo Lori E. Ross *et al* (2016), por bissexuais sofrerem homofobia, lesbofobia (quando lidas/os como gays ou lésbicas), mas também bifobia, elas(es) possuem um 'fardo' acumulado, sendo um dos motivos das taxas de doenças mentais serem mais comuns entre bissexuais que entre lésbicas e/ou gays.

Enquanto as discussões sobre bissexualidade ascendiam no Norte global, o Brasil estava sob o regime da ditadura militar (1964-1985) e, por mais que houvessem enfrentamentos como o 'Jornal Lampião de Esquina' (1978-1981) e o 'Chana com Chana' (1981-1987), a bissexualidade não era muito abordada nestes espaços. Segundo Monaco (2020), a participação de bissexuais em movimentos sociais e políticos no Brasil

sempre foi muito limitada por outras identidades. Entretanto, estamos observando uma mudança neste cenário com a criação da Frente Bissexual Brasileira em 2020 que busca fortalecer, validar, fornecer apoio e fomentar os movimentos sociais e políticos bissexuais, bem como a própria identidade bissexual, além de combater a bifobia.

Como exposto, pessoas bissexuais apresentaram dificuldades em se localizar politicamente e espacialmente quando comparadas com pessoas de outras identidades. Assim, como posto por Brito Souza e Ornat (2022) o corpo se torna a espacialidade central da vivência identitária bissexual, seja por ser a única escala de total aceitação desta sexualidade, seja por conseguir relacionar-se com as demais, mesmo que este relacionamento ainda seja interdito por matrizes de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi retratado, compreendemos que a bissexualidade não só é uma orientação sexual, mas também é uma identidade sexual e política, uma vez que ela é atravessada e (trans)formada através de negociações com as matrizes de poder, e não só um poder de fora, subordinador e sujeitador que assegura a ordem, mas também um poder de dentro, que molda nossas existências e nos subjugam à uma performatividade que estabiliza o seu controle sobre nós.

Apesar de entendermos que as identidades são formadas através de negociações, tendo em vista que as relações de poder determinam a trajetória de nosso desejo, a bissexualidade permaneceu invisível, apagada e intocada, mesmo entre teóricas(os) das sexualidades e *queer*. Percebemos ainda que, apesar das interdições sofridas por bissexuais, no Brasil e fora dele, estas pessoas se reafirmam e permanecem lutando por reconhecimento e respeito, abdicando assim da sua sujeição e posição de 'não-lugar'.

REFERÊNCIAS

BRITO SOUZA, H.B.; ORNAT, M.J. "Quem Vive na Margem não se Afoga Nessa Água": Geografias de Corpos e Espaços Bissexuais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 145- 166, 2022. DOI: doi.org/10.5212/Rlagg.v.13.i2.0008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [Formato Epub] BUTLER, J. **Bodies that matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007

HEMMINGS, C. Locating Bisexual Identities: Discourses of Bisexuality and Contemporary Feminist Theory. In: BELL, D.; VALENTINE, G. (eds.). **Mapping Desire: geographies of sexuality**. Londres e Nova York: Routledge, p. 37-49, 1995.



HEMMINGS, C. **Bisexual Spaces**: A Geography of Sexuality and Gender. New York: Routledge, 2002.

LORDE, A. Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference. *In: **Sister Outsider. Essays and Speeches.*** Berkeley: The Crossing Press, p. 114-123, 2007.

MONACO, H.M. "**A gente existe!**": ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

ROSS, L.E.; O'GORMAN, L.; MACLEOD, M.A.; BAUER, G.R.; MACKEY, J.; ROBINSON, M. Bisexuality, poverty and mental health: A mixed methods analysis. **Social Science & Medicine**, v. 156, mai, p. 64-72, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.03.009>.

YOSHINO, K. The epistemic contract of bisexual erasure. **Stanford Law School**, Stanford, v. 52, n. 2, p. 353-456, 2000. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229482>.

ANÁLISE DO PERFIL DOS NÃO RESPONDENTES DA PERGUNTA SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE 2019

João Gabriel Malaguti
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
joaogmalaguti@gmail.com

RESUMO

Em 2019, pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde, incluiu em uma de suas pesquisas uma questão sobre a orientação sexual da população brasileira. Este trabalho tem o objetivo de oferecer um maior detalhamento sobre aqueles que por algum motivo não responderam esta pergunta, por meio de tabulações cruzadas e modelagem estatística, com a finalidade de melhorar o entendimento do alcance da pergunta no Brasil. Pela modelagem estatística realizada, podemos notar que os fatores que mais afetam a resposta negativamente é a má autopercepção de saúde mental e a não resposta para outras variáveis relacionadas à atividade sexual, enquanto que os fatores que afetam a resposta positivamente são mais diversos, como faixa etária, escolaridade e morar em região metropolitana.

Palavras-chave: Análise de perfil; Não resposta; Modelagem logística.

INTRODUÇÃO

Em 2019, pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde, incluiu em uma de suas pesquisas uma questão sobre a orientação sexual da população brasileira. Parte do módulo que investiga a atividade sexual (Bloco Y) dos respondentes da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), a pergunta Y008, “Qual é sua orientação sexual?”, permitia a autoidentificação em 4 categorias: heterossexual, bissexual, homossexual e outras. Além disso, a pergunta também disponibilizava duas categorias extra, uma para aqueles que não soubessem e outra para aqueles que se recusassem a responder.

A inclusão desta característica na PNS se dá como resposta a uma demanda crescente da sociedade, culminando com o Ministério Público Federal (MPF) obrigando o IBGE a incluir questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico de 2022. Porém, o IBGE recorreu e conseguiu derrubar a decisão judicial para garantir que o censo fosse a campo ainda em 2022, evitando mais um adiamento e se prontificando para o desenvolvimento e testagem de perguntas relativas a estes tópicos, assim como sua inclusão nas suas pesquisas domiciliares (BRASIL, 2022).

É importante ressaltar dois aspectos sobre a pesquisa: primeiro, a PNS é uma pesquisa com um plano amostral complexo, isto é, no desenho da pesquisa são incorporadas informações como o número de domicílios por Unidades da Federação (UFs), o que leva a tamanhos amostrais diferentes em diferentes locais. Isso implica que as fórmulas utilizadas para a análise destes dados devem levar em conta este plano complexo, caso contrário, uma estimativa falha será feita (BOLFARINE & BUSSAB, 2005). Outro ponto que precisa de atenção é que, embora a pergunta se denomine como de “orientação sexual”, entende-se que a pergunta afere apenas a autoidentificação e que a orientação sexual abrange outras dimensões como o comportamento sexual e a atração sexual (GEARY *et al.*, 2018; WOLFF *et al.*, 2017).

Os resultados foram divulgados em 2022 como estatísticas experimentais, isto é, estatísticas ainda sob avaliação por não terem “atingido um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia” (IBGE, 2022). Por ser um primeiro passo, ainda não se tem certeza se a formulação utilizada é a melhor maneira para que tal variável seja aferida, motivo pelo qual acredita-se, neste trabalho, que as análises devem olhar não só para os respondentes LGBTQIA+ mas também para aqueles que não responderam: ao melhor entender os não respondentes, espera-se que melhor se entenda o que precisa ser considerado para aumentar o nível de respostas para tal pergunta. O principal objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos indivíduos que responderam “não sabe” assim como os que se recusaram a responder a pergunta sobre orientação sexual presente na PNS 2019. Pretende-se também, por

modelagem estatística, entender quais características são significantes na determinação da existência ou ausência de uma resposta.

MÉTODO

Para este presente trabalho, utilizou-se o software estatístico R (R CORE TEAM, 2023), assim como as bibliotecas *PNSIBGE* (ASSUNÇÃO & HIDALGO, 2023), para o acesso aos microdados da pesquisa, e *survey* (LUMLEY, 2011), para acesso a métodos que consideram o plano amostral complexo. Algumas variáveis já existentes nos microdados da pesquisa sofreram reclassificação de suas categorias de modo a agrupar certas categorias similares com o intuito de aumentar a precisão de estimativas para as tabulações e permitir a estimação de um modelo logístico. Por exemplo, a variável de idade, C008, foi categorizada em “18 a 29 anos”, “30 a 39 anos”, “40 a 59 anos” e “60 anos ou mais”; as mesmas categorias utilizadas na publicação do próprio IBGE (2022). Para a construção do perfil serão feitas tabulações cruzadas entre a variável que indica a resposta (ou não) da pergunta sobre orientação sexual e outras variáveis sociodemográficas também existentes na PNS.

Todas as estimativas de interesse são acompanhadas pelos seus respectivos coeficientes de variação (CV), uma medida para precisão calculada a partir da própria estimativa e de sua variância. Os coeficientes de variação variam no intervalo $[0, +\infty)$ de modo que, quanto mais próximo de zero mais precisa é a estimativa. Tendo em mente a classificação de precisão para CVs utilizada pelo IBGE (2016), na seção seguinte serão discutidos apenas os resultados cujas precisões são classificadas como “Exata” ($CV = 0$), “Ótima” ($CV \leq 5$) ou “Boa” ($CV \leq 15$).

O modelo estatístico utilizado é o modelo logístico múltiplo (GIOLO, 2017; AGRESTI, 2002), tendo como variável resposta a variável indicadora da resposta mencionada anteriormente. O modelo será interpretado com base na significância das variáveis auxiliares, isto é, a determinação de quais fatores realmente afetam a probabilidade de resposta, e as razões de chance das categorias (medidas que indicam quantas vezes mais a resposta é provável de ocorrer, comparando com uma categoria de referência).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes que as tabelas e o modelo pudessem ser feitos, algumas variáveis precisaram ser manipuladas, como a idade discutida na seção anterior. Outras manipulações foram a recategorização das unidades da federação em grandes regiões, o agrupamento das categorias de região metropolitana e região integrada de desenvolvimento econômico em uma só (chamada “RM/RIDE”). À variável de estado civil foi agrupada informação

sobre uniões estáveis e casamentos civis presentes em outra pergunta, e valores faltantes da pergunta sobre atividade sexual no último ano foram convertidos em “não”, caso a pessoa tivesse respondido que nunca realizou sexo na pergunta sobre primeira atividade sexual. Também foi construída uma variável sobre ocupação (com as categorias “ocupada”, “não ocupada” e “desocupada”).

Devido ao grande volume de informação associado para com o grande número de tabulações feitas, tanto na comparação de diferentes categorias quanto no contraste com as distribuições dos respondentes, estas serão discutidas com a devida atenção na versão final deste artigo pela demanda de espaço.

Embora mais complicada metodologicamente, a modelagem logística realizada para este trabalho apresenta resultados mais simples de serem apresentados: precisamos apenas discutir quais variáveis e categorias se mostraram significantes.

A partir de um modelo completo, isto é, um modelo contando com todas as variáveis de interesse, obtemos que 11 variáveis são significantes: grande região, situação censitária, faixa etária, raça/cor, se possui cônjuge que mora no mesmo domicílio, estado civil, autopercepção de saúde, autopercepção de saúde mental, se respondeu à pergunta sobre primeira atividade sexual, se teve relações sexuais no último ano e escolaridade. Observando as razões de chance significantes, temos que aqueles com percepção de saúde mental ruim ou muito ruim têm chance menor de resposta comparados à categoria regular (0,58 e 0,40 vezes chance menor de responder), assim como aqueles que se recusaram a responder a pergunta sobre primeira atividade sexual e aqueles que não sabem ou não lembram (razão de chances iguais 0,09 e 0,2, respectivamente). Em relação à salário, a categoria que ganha de 2 a 3 salários mínimos se mostrou significativa, mas como nenhuma das outras classes próximas apresentou comportamento similar, deduz-se que este resultado pode ser devido à amostra e não será replicado em outra pesquisa similar. Pessoas que tiveram relação sexual no último ano tinham chance maior de responder comparadas àqueles que não realizaram (1,63), enquanto que aqueles que se recusaram a responder tinham chance menor (0,65).

Municípios em regiões metropolitanas tinham chance maior de resposta do que cidades fora dessas regiões (1,4 vezes mais), assim como pessoas com superior incompleto ou completo comparadas àqueles sem instrução (3,51 e 1,94, respectivamente). Viúvos, assim como divorciados/desquitados/separados, tinham maior chance do que solteiros (2,06 e 1,84). Pessoas com autopercepção de saúde ruim ou muito ruim tinham chances de 1,89 e 2,36, comparados com aqueles com autopercepção regular. Todas as categorias de idade foram significantes, e suas chances de resposta aumentam conforme a idade: 1,66 para a faixa de 30 a 39 anos, 1,91 para a faixa de 40 a 59 e 3,45 para a faixa de 60 anos ou mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao melhor entender quais fatores afetam a resposta (ou não) de uma pergunta, podemos melhor (re)desenhar a mesma para aumentar seu alcance. Pela modelagem estatística realizada, podemos notar que os fatores que mais afetam a resposta negativamente é a má autopercepção de saúde mental e a não resposta para outras variáveis relacionadas à atividade sexual, enquanto que os fatores que afetam a resposta positivamente são mais diversos. A partir dos resultados prévios, e das tabulações a serem apresentadas na versão final, temos uma visão melhor dessa parcela da população que preferiu não responder à pergunta sobre orientação sexual. No futuro, este exercício deverá ser realizado com os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, que incluirá além da pergunta de orientação sexual também uma sobre sexo atribuído ao nascer e identidade de gênero.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, A. **Categorical data analysis**. John Wiley & Sons, 2012. Assunção G.; Hidalgo L. (2023). PNSIBGE: Downloading, Reading and Analyzing PNS Microdata. R package version 0.1.8, <<https://CRAN.R-project.org/package=PNSIBGE>>. BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. Editora Blucher, 2005.

BRASIL. Suspensão de liminar e de sentença (11555). PROCESSO: 102002665.2022.4.01.0000 PROCESSO REFERÊNCIA: 1002268-94.2022.4.01.300. Brasília, DF: Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/np_download/novportal/documentos_institucionais/Suspensao_liminar_censo_20220624.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

GEARY, R. S. et al. Sexual identity, attraction and behaviour in Britain: the implications of using different dimensions of sexual orientation to estimate the size of sexual minority populations and inform public health interventions. PLoS ONE, San Francisco: Public Library of Science - PLOS, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2 Jan. 2018. Disponível em: 10.1371/journal.pone.0189607.

GIOLO, S. R. **Introdução à análise de dados categóricos com aplicações**. Editora Blucher, 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Guia para a divulgação de erros amostrais associados às estimativas provenientes de pesquisa por amostragem probabilística, realizadas pelo IBGE. IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Rio de Janeiro: 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta. IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro: 2022.

LUMLEY, T. **Complex surveys: a guide to analysis using R**. John Wiley & Sons, 2011. R CORE TEAM. R: A Language and Environment for Statistical Computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>, 2023. WOLFF, M. et al. Measuring sexual orientation: a review and critique of U.S. data collection efforts and implications for health policy. Journal of Sex Research, London: Taylor & Francis, v. 54, n. 4-5, p. 507-531, May-June 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28010119/>.

CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA O ENGENDRAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT NA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Mestrado

Marcos Vinicius da Rocha Bezerra, IMS/UFBA

Adriano Maia dos Santos, IMS/UFBA

Nilia Maria de Brito Lima Prado IMS/UFBA

marcosfizio100@gmail.com

RESUMO

Trata-se de uma análise de política em saúde com abordagem qualitativa, composta por 15 entrevistas (seis gestores e nove ativistas LGBT). Buscou-se compreender as condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) no espaço social da saúde no Estado da Bahia. A teoria social de Pierre Bourdieu e o estudo das trajetórias dos principais agentes envolvidos com a formalização da política fundamentaram a pesquisa. Os resultados evidenciaram dois momentos: (1) conformação do espaço social da saúde LGBT: iniciativas precursoras; (2) espaço de possíveis e discurso oficial para fomento à implementação da PNSILGBT na Bahia. A relação do estado com os movimentos sociais se deu por questões profissionais, e os agentes concentravam principalmente e quase exclusivamente capital burocrático. Destaca-se que foi frequente o trânsito de agentes do subespaço militante para o subespaço burocrático. Os achados documentais e as colaborações dos interlocutores revelam um processo de contínuas implementações de ações que ampliam o leque de cuidados em saúde voltados à população LGBT. Todavia evidencia-se que a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia não assume claramente a responsabilidade sobre uma política estadual LGBT e, nesse sentido, há uma incorporação claudicante e fragmentada da PNSI-LGBT.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Formulação de Políticas; Estigma Social; Equidade Social

INTRODUÇÃO

Desde 2004, vem ocorrendo avanços quanto a proposição de políticas voltada à população LGBT para além de programas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/aids (BRASIL, 2011; VIANNA, 2015).

Embora haja progresso na formulação de políticas de combate à homofobia e de promoção da cidadania LGBT, ainda não se logrou proporcionar a equidade no atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS (BEZERRA, 2019).

Mesmo com a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT e do Conselho Nacional LGBT, o reconhecimento da orientação sexual e identidade de gênero como determinantes sociais da saúde (BRASIL, 2011), uso do nome social (BRASIL, 2016), acesso ao processo transexualizador (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017) e, em 2019, equiparação do crime de LGBT fobia ao crime de racismo; a população LGBT ainda apresenta demandas negligenciadas no cuidado à saúde. Assim, o cuidado integral com ações voltadas às especificidades em todos os níveis de atenção, o acolhimento, além da não discriminação no acesso são demandas permanentes (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019).

No entanto a incipiente implantação das políticas sociais (LIONÇO, 2008; MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012); a qualificação inadequada de profissionais (DULLIUS; MARTINS; CESNIK, 2019; NEGREIROS et al., 2019), homofobia/transfobia (FERNANDES, 2013; LIONÇO et al., 2018; MAGNO et al., 2019) e discriminação institucional (FREIRE et al., 2013; HATZENBUEHLER et al., 2014) têm sido apontadas como responsáveis pelo afastamento da população LGBT dos serviços e abandono de tratamentos.

No Brasil, ações vêm sendo desenvolvidas para tentar mudar esse cenário, como a criação do Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004); do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre Gays, Homens que fazem sexo com Homens (HSH) e Transexuais (BRASIL, 2007); do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (BRASIL, 2009); e da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2011). Dessa forma, para concretizar o direito, é necessário um modelo social orientado à solidariedade e à justiça social (BEZERRA, 2019; CARRARA, 2016). Assim, este artigo busca compreender as condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) no espaço social da saúde no Estado da Bahia.

MÉTODO

Trata-se de uma análise de política em saúde com abordagem qualitativa, composta por 15 entrevistas (seis gestores e nove ativistas LGBT). A produção de dados transcorreu entre janeiro e março de 2019.

O critério de eleição dos interlocutores e a classificação nos espaços sociais foram realizados conforme indicadores de volume de capital científico, burocrático, militante e político (VIEIRA-DA-SILVA; PINELL, 2014).

Foram considerados ativistas, os agentes que militam pela defesa dos direitos da população LGBT. Como gestores de saúde, agentes que ocupam/ocuparam assento no aparato institucional do Estado. Para recrutamento dos agentes, buscaram-se informações junto a pessoas que se articulavam com a comunidade LGBT (membros de coletivos, pesquisadores, gestores e profissionais).

Adotou-se a saturação empírica para definição e interrupção da coleta de dados. Fontes documentais foram utilizadas na perspectiva de compreender o contexto e estabelecer interconexões com as informações produzidas em campo. A escolha dos documentos foi por conveniência e abarcou publicações abertas e informações disponíveis em sites.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciaram dois momentos: (1) conformação do espaço social da saúde LGBT: iniciativas precursoras; (2) espaço de possíveis e discurso oficial para fomento à implementação da PNSILGBT na Bahia.

Conformação do espaço social da saúde LGBT: iniciativas precursoras

O engendramento da política de saúde LGBT como um problema social na Bahia teve a participação de agentes de diversos campos e subespaços, numa correlação de forças que contribuiu para o surgimento de um espaço específico de organização da luta, envolvendo agentes oriundos – principalmente, mas não exclusivamente – do espaço militante e dos campos burocrático, científico e político (FREITAS, 2020).

Para tanto, segundo um gestor, foi instituído, por intermédio de projeto do Governo Federal denominado Núcleo de Direitos Humanos (NUDH), da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), um núcleo LGBT no espaço burocrático da Bahia. Sob condução do NUDH-LGBT foi instituído grupo de trabalho composto por representantes do movimento LGBT e do governo, com propósito de discutir as demandas intersetoriais: educação, saúde, desenvolvimento

social e segurança pública. Como resultado dessa articulação surge o comitê estadual de políticas LGBT – instância governamental composta por representantes do movimento social, da sociedade civil e do governo.

Importante salientar que a maioria dos agentes que possuía algum volume de capital político teve papel de destaque no espaço militante, assumindo posições de comando, como a direção das comissões ou outras organizações associativas interligadas às instituições governamentais.

Essas condições de possibilidade permitiram a retomada da luta pelos direitos políticos e a constituição de um movimento social mais ativo, marcado inclusive pelo surgimento de articulações contínuas no espaço burocrático e com a participação de agentes com alto capital social.

Com a modificação da estrutura organizacional da SESAB (JESUS; TEIXEIRA, 2010) foi criada a Diretoria de Gestão do Cuidado (DGC), composta, entre outras, pela Coordenação da Promoção da Equidade em Saúde (CPES). Com a criação da DGC a população LGBT, passou a contar com uma instância no aparato do estado para viabilizar a condução de ações direcionadas às demandas ocultadas pelas práticas gerenciais hegemônicas.

Ressalta-se que, a partir da criação desse novo espaço de lutas e enfrentamentos entre os agentes desses diferentes subespaços, começaram a surgir as primeiras medidas mais específicas para a atenção à saúde LGBT em âmbito estadual.

Espaço de possíveis e discurso oficial para fomento à implementação da PNSI- LGBT na Bahia

Foi evidente a importância do movimento social LGBT na elaboração das primeiras proposições de uma política de saúde LGBT na Bahia (CAMAROTTI, 2009; FREITAS, 2020). A emergência das vozes dos próprios agentes estigmatizados configura o espaço dos possíveis.

Na seara de ampliação da participação e controle social, a Bahia realizou, por meio da SJDHDS, conferências estaduais sobre políticas públicas e direitos LGBT. Segundo entrevistados, apesar do caráter propositivo e deliberativo das conferências, estas não foram capazes de catalisar nos agentes do estado a elaboração e implementação de políticas abrangentes voltadas às necessidades LGBT.

A resposta às necessidades de saúde da população LGBT ocorreu a partir da integração e complementaridade da ação de agentes de diferentes subespaços. A criação do Comitê Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, na SJDHDS, marcou a institucionalização das demandas dessa população na Bahia. Conforme entrevistados, o comitê assumiu o papel de construir o discurso oficial,



legitimado pelo capital simbólico do grupo que a constituía.

Vale destacar que a relação do estado com os movimentos sociais se deu por questões profissionais, e os agentes concentravam principalmente capital burocrático. Salienta-se também que alguns agentes do espaço militante conseguiram converter seu capital militante em capital político e exercer influência sobre os campos político e burocrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, fica claro um processo de contínuas implementações de ações que ampliam os cuidados em saúde à população LGBT. Todavia evidencia-se que a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia não assume claramente a responsabilidade sobre uma política estadual LGBT e, nesse sentido, há uma incorporação claudicante e fragmentada da PNSI-LGBT.

Cabe ressaltar que agentes com capital militante na burocracia do estado viabilizaram rupturas em aspectos cis-heteronormativos incrustados no arcabouço das políticas estaduais de saúde.

Por fim, buscou-se contribuir com a produção de uma temática emergente na agenda nacional e lançar luz à construção das políticas de saúde para uma população historicamente estigmatizada.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M.V.R. et al. **Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva.** Saúde Debate. v.43, p. 305-23, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.** Brasília, 2004.

BRASIL. Programa Nacional de DST e Aids. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DSTs entre Gays, Homens que fazem sexo com homens (HSH) e Travestis.** Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2836 Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde.** Brasília, Ministério da Saúde, 2011a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário oficial da união, 28 abr. 2016.



CAMAROTTI, R. A. **trajetória do movimento LGBT: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano [Dissertação de Mestrado]**. Salvador: Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia; 2009.

CARRARA, S. **A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil**. Cadernos Pagu. v.47, 2016.

DULLIUS, W. R; MARTINS, L.B; CESNIK, V.M. **Systematic review on health care professionals' competencies in the care of LGBT+ individuals**. Estud Psicol (Campinas, Online). v. 36, 2019.

FERNANDES, F.B. M. **Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa**. Saúde Debate. v. 37, p. 485-92, 2013.

FREIRE E.C. et al. **A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transsexuais e transgêneros**. Saúde em Debate v.37, n.98, p.477-484, Jul-Set 2013.

FREITAS, C.A.M. **Política de saúde para a população LGBT: reflexões e aproximações da gênese do estado da Bahia [Dissertação de Mestrado]**. Vitória da Conquista: Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia; 2020.

HATZENBUEHLER, M. L. et al. **Structural stigma and all-cause mortality in sexual minority populations**. Social Science & Medicine v.103 p.33-41, 2014.

JESUS, W. L. A.; TEIXEIRA, C. F. **Planejamento estadual no SUS: o caso da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia**. Ciênc Saúde Colet. v.15, p. 2383-93, 2010.

LIONÇO, T. **Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade**. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.2, p.11-21, 2008.

LIONÇO, T. et al. **"Ideologia de gênero": estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso**. Rev Psicol Política. v.18, p. 599621, 2018.

MAGNO, L. et al. **Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática**. Cad. Saúde Pública, v. 35, n.4, p. 1-21, 2019.

MELLO, L.; AVELAR, R.B.; MAROJA, D. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil**. Revista Sociedade e Estado. v. 27, n. 2, p. 289312, 2012.

NEGREIROS, F. R. N. et al. **Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da formação médica à atuação profissional**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 43, n.1, p. 23-31, 2019.

PAULINO, D. B; RASERA E. F; TEIXEIRA, F.B. **Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) en - tre médicas (os) da Estratégia Saúde da Família**. Interface (Botucatu). n. 23, 2019.



POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. **A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.** *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 22, n.5, p. 1509-1520, 2017.

SOUSA, D.; IRIART, J. **“Viver dignamente”:** **necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil.** *Cad Saúde Pública*, v. 34, n. 10, p. 1-11, 2018.

VIANNA, C. P. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios.** *Educação e Pesquisa*. v. 41, p.791-806, 2015.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; PINELL, P. **The genesis of collective health in Brazil.** *Sociol Health*. v.36, p. 432-46, 2014.

DADOS E FONTES DE GÊNERO E RAÇA NO CINEMA BRASILEIRO

Paula Alves de Almeida
Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE
paula@feminafest.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre as fontes e dados disponíveis sobre a produção audiovisual brasileira em termos de gênero e raça, suas limitações e possíveis soluções para análise das desigualdades no cinema. Além de traçar um panorama sobre as distribuições de gênero e raça no cinema brasileiro e apresentar a metodologia utilizada para driblar a falta de uma base de dados organizada e confiável. Adicionalmente desperta reflexões sobre a importância das representações dos diferentes grupos sociais pelo cinema como reflexo das hierarquias existentes na sociedade e, como meio de influência, reprodução ou transformação das mesmas. A partir da elaboração de uma base de dados com informações obtidas em diferentes fontes, e o desenvolvimento de uma heteroclassificação de cor/raça, os resultados desse trabalho apontam para uma distribuição desigual das funções de direção, roteiro, e protagonismo nos longas-metragens brasileiros. Mais de 90% dos diretores são pessoas brancas, sendo que quase 80% homens brancos. Captou-se um filme cujo roteiro foi assinado conjuntamente por um homem (cisgênero) e uma mulher transgênero (que representa 0,1% dos roteiristas dos filmes produzidos entre 1995 e 2016). E apenas 0,2% dos filmes analisados tiveram protagonistas transgêneros.

Palavras-chave: Gênero; Cor/Raça; Cinema; Métodos e Fontes de Dados.

INTRODUÇÃO

Diversos campos do conhecimento entendem o cinema como potencial ferramenta de divulgação de discursos políticos, e os filmes como instrumentos privilegiados de ação ideológica, de modo a reproduzir e reforçar desigualdades ou, ao contrário, contribuir para rupturas e construções de novas representações e relações sociais.

Embora um filme precise de uma equipe de dezenas de profissionais envolvidos em sua realização, a concepção artística, a representação dos grupos sociais, a escolha das temáticas que serão abordadas nos filmes são decisões tomadas por diretores e roteiristas, funções em que há predominância de homens e brancos (ALVES, 2019). Se a direção e o roteiro são predominantemente desempenhados por homens brancos, a gerência do imaginário, da representação de gêneros, raças e sexualidades estão sob domínio de uma perspectiva majoritariamente masculina e branca. Nas telas, a protagonista é o elemento central do filme, a personagem que tem mais tempo de tela e de fala. A baixa presença de mulheres no protagonismo dos filmes é tanto um reflexo dos obstáculos à sua participação no protagonismo social e político quanto, por outro lado, reforça essa condição. Da mesma forma, se a grande maioria das protagonistas são brancas, podemos dizer que uma expressiva parcela da população brasileira não se reconhece nos filmes. Personagens não cisgênero são raras e estereotipadas.

Como os dados de cor/raça dos profissionais que desempenham funções-chaves nos filmes não estão disponíveis em nenhuma fonte de dados, desenvolveu-se uma metodologia para realizar a heteroclassificação racial diretores, roteiristas e protagonistas. Procurou-se trabalhar com o gênero dos indivíduos que desempenharam as funções analisadas (ao invés do sexo), no entanto, deparou-se com dificuldades metodológicas e, principalmente, falta de dados. De toda forma, realizou-se uma classificação de gênero para os protagonistas de uma amostra de filmes.

Elaborou-se uma base de dados de filmes brasileiros de 60 minutos ou mais contendo variáveis de interesse, além de uma base de fotos de diretores e roteiristas para a heteroclassificação de pertencimento racial. Para alguns resultados e análises, trabalhou-se com uma amostra não aleatória cujos critérios de seleção foram os filmes que obtiveram maior renda de bilheteria e que atingiram maior público em salas de exibição comercial no país de 1995 a 2016, resultando numa amostra composta por 688 filmes. Optou-se por apresentar neste trabalho os resultados dessa amostra.

MÉTODO

O trabalho acessou diversas fontes de dados como: ANCINE – Agência Nacional do Cinema, Filme B, o *Dicionário de Filmes Brasileiros - Longa Metragem*, de Antônio Leão da Silva Neto (2009), o *Dicionário de Cinema Brasileiro*, de Mauro Baladi (2013), além de catálogos e sites de festivais de cinema, sites de empresas produtoras e distribuidoras, portais especializados em cinema, e os próprios filmes.

Para realizar a heteroatribuição de cor/raça dos profissionais de cinema, primeiramente, preparou-se um teste a partir de uma população de controle da qual teve-se acesso a fotos digitalizadas, e posteriormente às autodeclarações, de modo que pode-se comparar a heteroclassificação realizada com a autoatribuição para mensurar e analisar concordâncias e discrepâncias, e realizar ajustes no processo de heteroclassificação. A concordância observada no teste foi de 95,6%. Para avaliar estatisticamente o grau de concordância entre as duas medidas utilizou-se o coeficiente de concordância *Kappa*. O índice *Kappa* fornece evidências para indicar se a concordância existe (é legítima), ou se pode ser considerada aleatória (ao acaso) (PAES; SILVA, 2012). Valores acima de 0,80 representam uma concordância quase perfeita ou excelente. Registra-se que o índice *Kappa* no experimento realizado foi de 0,89, concluindo-se em favor da existência de concordância entre a autodeclaração e a heteroclassificação de cor/raça realizada.

Em paralelo ao trabalho de classificação realizado pela autora, outros pesquisadores foram convidados a também atribuírem a cor/raça das/os diretores e roteiristas. Além de comparar a classificação realizada pela autora com a dos pesquisadores colaboradores, encontrou-se uma heteroatribuição modal a fim de reduzir vieses de classificação. O grupo de colaboradores foi composto por estudantes de graduação e pós-graduação, mestres e doutores de diferentes aéreas, sendo 8 homens e 5 mulheres, que se autodeclararam amarelos (2), brancos (3), indígena (1), pardos (3) e pretos (4), residentes em GO, MT, MG, RJ e SE. Teve-se a preocupação de convidar pessoas de regiões diferentes e pertencimentos raciais diferentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados se referem aos filmes de maior sucesso comercial (renda de bilheteria e público) lançados entre 1995 e 2016. A concordância observada entre as atribuições realizadas pela autora e a modal foi de 99,5% e o valor da estatística *K* foi 0,96, indicando uma concordância excelente. Observa-se na tabela 1 que cerca de 93% dos diretores dos filmes da amostra foram classificadas como brancas, sendo quase 80% deles como homens brancos.

Tabela 1: Distribuição percentual dos diretores dos longas-metragens brasileiros de maiores bilheterias e público por sexo e cor/raça – Brasil, 1995-2016.

Cor Sexo	Homens	Mulheres	Total
Amarela	0,2	0,2	0,5
Branca	79,5	13,6	93,1
Indígena	0,0	0,0	0,0
Parda	4,1	0,7	4,8
Preta	0,9	0,0	0,9
Sem atribuição	0,5	0,2	0,7
Total	85,3	14,7	100,00

Fontes: ANCINE; ADOROCINEMA; BALADI, 2013; FEMINA; FILME B; SILVA NETO, 2009.

Tabela 2: Distribuição percentual dos roteiristas dos longas-metragens brasileiros de maiores bilheterias e público por sexo e cor/raça – Brasil, 1995-2016.

Cor Sexo/Gênero	Homens	Mulhe- res	Transgênero	Total
Amarela	0,3	0,1	0,0	0,4
Branca	69,7	22,1	0,1	91,9
Indígena	0,0	0,0	0,0	0,0
Parda	2,9	0,9	0,0	3,8
Preta	1,2	0,0	0,0	1,2
Sem atribuição	1,9	0,8	0,0	2,7
Total	76,0	23,9	0,1	100,0

Fontes: ANCINE; ADOROCINEMA; BALADI, 2013; FEMINA; FILME B; SILVA NETO, 2009.

Na tabela 2 verifica-se que os homens representaram 76% dos roteiristas desse conjunto de filmes, sendo quase 70% deles classificados como brancos. Identificamos uma mulher transgênero. Assim como na direção, não foi encontrada nenhuma mulher preta, e nenhuma pessoa indígena entre esses roteiristas.

Na tabelas 3 apresenta-se o número de filmes por gênero e cor/raça de protagonistas. A categoria “trans” agrega personagens transgênero, transexuais, travestis e não gênero. A atribuição de cor/raça considerou as categorias: amarela, branca, indígena, negra (parda mais preta), além dos filmes com mais de uma protagonista. A participação de negros entre as protagonistas é maior do que entre diretores e roteiristas, de toda forma, uma baixa participação. Ainda menor é a representação de pessoas transgênero.

Tabela 3: Distribuição percentual dos filmes de longa-metragem brasileiros de maiores bilheterias e público por gênero e cor/raça das/os protagonistas – Brasil, 1995-2016.

Cor Sexo/Gênero	Homens	Mulheres	Ambos	Trans	Total
Amarela	0,1	0,1	0,1	0,0	0,4
Branca	49,3	19,9	12,9	0,1	82,2
Indígena	0,3	0,6	0,0	0,0	0,9
Negra	6,9	1,2	1,8	0,1	10,0
Branca + Negra	2,9	1,5	1,9	0,0	6,3
Branca + Indígena + Negra	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	59,6	23,3	16,7	0,2	100,0

Fontes: ANCINE; ADOROCINEMA; BALADI, 2013; FEMINA; FILME B; SILVA NETO, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção audiovisual segue os padrões dominantes das sociedades produtoras de imagens, na mesma medida em que é utilizada como instrumento de manutenção desses padrões. Dessa forma, os dados aqui apresentados indicam uma distribuição de papéis desigual para negros, indígenas, amarelos e mulheres, quando comparados com o espaço ocupado por homens brancos não só no cinema brasileiro, mas como reprodução de desigualdades que ocorrem em diversas instâncias na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADOROCINEMA. Disponível em: <www.adorocinema.com>. Acesso em: 19 jan. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA. **Listagem Completa dos Filmes com os Mecanismos de Incentivo**. Disponível em: <http://oca.ancine.gov.br/producao_.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.

ALVES, Paula. **Cinedemografia, população que filma e população filmada: hierarquias de gênero e raciais na produção cinematográfica brasileira contemporânea**. 2019. Tese (Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2019.

BALADI, Mauro. **Dicionário de cinema brasileiro: filmes de longa-metragem produzidos entre 1909 e 2012**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FEMINA - FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA FEMININO. Disponível em: <www.feminafest.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2017.



FILME B. Database Brasil 2018. **Ranking filmes nacionais 1995-2017 (por público e renda)**. Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/conteudo-exclusivo?r=node/385735>>. Acesso em: 12 set. 2018.

PAES, Ângela; SILVA, Rebeca. Teste de concordância Kappa. **Revista Educação Continuada em Saúde Einstein**, v. 10, n. 4, p. 165-166, Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, São Paulo, 2012.

SILVA NETO, Antônio Leão da. **Dicionário de Filmes Brasileiros**: longa-metragem – 2ª edição revista e atualizada. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, 2009.

**ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS BASES DE DADOS
POPULACIONAIS BRASILEIRA:
POSSIBILIDADES A PARTIR DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE - 2019**

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto
ENCE/IBGE
rcvbarreto84@gmail.com

Angelita Alves de Carvalho
ENCE/IBGE
angelita.carvalho@ibge.gov.br

RESUMO

Há um gargalo em relação à criação de políticas para a população LGBTI+ que pode se relacionar com um apagão de informações relacionadas a esse grupo, principalmente pela falta de pesquisas em âmbito nacional. Nesse sentido, esse trabalho busca analisar alguns dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019, tendo como público alvo homens cisgêneros brasileiros que se autodeclaram homossexuais. Por fim, esclarecemos a importância da PNS enquanto uma das mais completas pesquisas da área e que abarca diversos temas relacionados à saúde da população como também a que cobre o maior território geográfico possível, sendo ainda a primeira e única pesquisa em âmbito nacional até o momento que incluiu a variável Orientação Sexual.

Palavras-chave: Homossexualidades; Base de Dados Populacional; Pesquisa Nacional de Saúde; Saúde Sexual e Reprodutiva; LGBTI+.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas no Brasil tem sido percebido crescente aumento de visibilidade das pautas relacionadas às pessoas LGBTI+. Embora tenham ocorrido importantes conquistas através do judiciário, não é possível perceber grandes avanços em âmbito legislativo. Poucos avanços foram percebidos também no que tange à visibilidade desses sujeitos nas bases de dados populacionais.

Em breve síntese, tivemos no ano de 2007 a inclusão da variável cônjuge de mesmo sexo na Contagem Populacional realizada pelo IBGE e posterior manutenção dessa variável no Censo Demográfico 2010 e pesquisas posteriores.

Recentemente, no ano de 2019, a variável orientação sexual foi incluída na Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, sendo portanto a primeira pesquisa em âmbito nacional a fornecer dados e municiar pesquisas envolvendo Lésbicas, Gay e Bissexuais - LGB. Sobre a PNS, é importante ressaltar ser uma das mais completas pesquisas da área de saúde e que abarca, além de diversos temas relacionados à saúde da população, outros relacionados à arranjos conjugais, parentais, estudos relacionados à violência e mercado de trabalho, dentre outros.

Face o exposto, o objetivo desse trabalho é apresentar alguns dados relativos à população LGB obtidos por meio da Pesquisa Nacional de Pesquisa, tendo sido escolhido nesse momento dados relativos à saúde sexual e reprodutiva desses sujeitos.

MÉTODO

Para a realização dessa pesquisa foram utilizados microdados da última edição da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A fim de embasar nossas análises, foi realizada criteriosa revisão bibliográfica, utilizando como base para essa pesquisa a plataforma de busca *Scielo* Brasil. A busca se deu a partir dos seguintes indexadores: homossexualidades, saúde sexual e reprodutiva e políticas públicas. Por meio dos resultados obtidos, foram selecionados artigos que promoveram articulação sobre o tema, além de periódicos específicos da área, teses e dissertações que investigaram temas afins no campo da Demografia.

Com relação ao tratamento e análise dos dados da PNS, foram utilizadas as variáveis disponíveis no módulo Y, como a variável Y008 relativa à identificação da orientação sexual. Sobre essa variável, destacamos que seu alcance se dá entre pessoas que se autodeclararam homossexuais/bissexuais, o que, em decorrência de alguns fatores relacionados à sensibilidade que esse tema possui na sociedade, nos leva a admitir a hipótese de subenumeração. Sendo assim, nesse momento, não assumiremos que tais

dados e resultados possam ser extrapolados a todos os homens que fazem sexo com outros homens - HSHs.

Como recomendado pelo IBGE estes dados precisam ser analisados com cautela devido ao tamanho amostral. Nesse sentido, todas as estimativas foram realizadas considerando a amostragem complexa e com o pacote *Complex Sample* do SPSS. Para dar dimensão da qualidade das estimativas optou-se por mostrar o Coeficiente de Variação dos cruzamentos das variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das análises das amostras foi possível observar que a proporção de homossexuais com diagnóstico de doença/infecção sexualmente transmissível nos últimos 12 meses foi de 5,9%, bem superior aos 0,4% entre heterossexuais, entretanto é importante considerar a hipótese de maior testagem por parte desse público, conforme pode ser percebido na Tabela 1, possibilitando maior cobertura diagnóstica.

TABELA 1 – Diagnóstico de doença/infecção sexualmente transmissível nos últimos 12 meses segundo orientação sexual e tipos de recebimento de orientação médica, Brasil 2019.

Nesse diagnóstico de doença/infecção sexualmente transmissível recebeu orientações sobre:	Estatísticas	Heterossexual	Bissexual	Homossexual
Usar regularmente	Estimativa	88,7	66,8	92,3

preservativo	Coeficiente de variação	,042	,386	,081
Informar aos (às) parceiros (as) da infecção	Estimativa Coeficiente de variação	81,7 ,081	66,8 ,386	87,7 ,093
Fazer o teste de HIV	Estimativa Coeficiente de variação	77,8 ,066	51,8 ,496	85,3 ,135
Fazer o teste de sífilis	Estimativa Coeficiente de variação	72,3 ,076	51,8 ,496	87,5 ,131
Fazer os testes para as hepatites B e C	Estimativa Coeficiente de variação	69,8 ,079	51,8 ,496	87,3 ,131
Tomar vacina para hepatite B	Estimativa Coeficiente de variação	59,4 ,104	18,5 ,868	64,0 ,218

Fonte: PNS 2019

Essa hipótese se baseia no protocolo da UNAIDS, conforme apontado por Redoschi et al (2017) que orienta repetição anual do teste por HSH enquanto recomendações programáticas. Redoschi et al (2017) apontam ainda que a socialização na comunidade gay, assumir-se como gay e a exposição da orientação sexual para outras pessoas foram analisadas como fatores que favoreciam a busca pelo teste (p.17), o que corrobora com esse caminho de análise dos dados apontados pela PNS, tendo em vista maior prevalência desse público em áreas urbanas, logo, com maior acesso a meios de socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de investigações a partir da disponibilidade dessa informação na PNS são diversas, como mostramos aqui. A partir desses dados, importantes estudos podem ser realizados nas áreas da saúde, sociologia, demografia, entre outras. Através de análises relativas ao perfil de saúde, em especial à saúde sexual da população LGB e ao acesso e utilização dos serviços de saúde por estes indivíduos, valiosas contribuições poderão ser trazidas para/por esses campos. Em paralelo, ainda podem ser realizados estudos relativos à ocorrência de violências e seus impactos para a saúde física e emocional desse grupo. Outro nicho de estudos, de caráter mais social e cultural, podem ser realizados a partir da exploração da relação entre a orientação sexual e temas como estilo de vida e exercício da paternidade/maternidade. Ou seja, a disponibilidade dessa informação gera uma gama de oportunidades de investigações sobre a população LGB servindo de referência para ampliação de pesquisas que incluam essa variável em seus levantamentos. Ressaltamos por fim que, apesar dos possíveis problemas de subenumeração bem como a manutenção da invisibilidade da população travesti e transexual por não conter variáveis que promovam a autodeclaração da identidade de gênero na pesquisa, a variável investigada na PNS 2019 é, até o momento, a única com representatividade nacional existente capaz de mensurar dados relativos à população LGB.

A partir disso reforçamos a importância de se avançar neste tipo de investigação e que se busque ter variáveis que possam acolher a variedade de expressões e práticas, afim de que seus praticantes não sejam “rotulados” em uma ou outra palavra, permitindo que se compreenda de forma mais elástica a complexidade dessas escolhas, orientações, identidades e performances.

REFERÊNCIAS

BARP, Luiz Fernando Greiner; MITJAVILA, Myriam Raquel. O reaparecimento da homossexualidade masculina nas estratégias de prevenção da infecção por HIV: reflexões sobre a implementação da PrEP no Brasil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300319, 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Profilaxia Pré-exposição (PrEP) de risco à infecção pelo HIV. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 2004.

CARRARA, Sergio; SIMÕES, Julio Assis. Sexualidade, Cultura e Política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu* (28), 2007, p. 65-99.

CARVALHO, Angelita Alves de; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 09 [Acessado 30 Maio 2022], pp. 4059 - 4064. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>>. Epub 27 Set 2021. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde e Sociedade* [online]. 2008, v. 17, n. 2, pp. 11-21.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. O desaparecimento da homossexualidade. In: DANIEL, H. et al. *Saúde Loucura* 3. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 39-45.

REDOSCHI, Bruna Robba Lara et al. Uso rotineiro do teste anti-HIV entre homens que fazem sexo com homens: do risco à prevenção. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2017, v. 33, n. 4

RIOS, Luís Felipe et al. . Posições sexuais, estilos corporais e risco para o HIV entre homens que fazem sexo com homens no Recife (Brasil). *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2019. p. 973-982.

TAQUETTE, Stella Regina; RODRIGUES, Adriana de Oliveira; BORTOLOTTI, Livia Rocha. Infecção pelo HIV em adolescentes do sexo masculino: um estudo qualitativo. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, 2015 p. 2193-2200.

ST 03

**CORPOS E MENTES SOB ATAQUE: AS
MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES**



COORDENADORES
Joice de Souza Soares
Amanda André de Mendonça

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E REALIDADE CAMUFLADA: UMA ANÁLISE BASEADA NO TRABALHO DESENVOLVIDO NO CREAS DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO, BAHIA

Dissertação de Mestrado

Ana Paula Macedo dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/PPGCEL
anamacedo.jus@gmail.com

Márcia Santos Lemos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/PPGCEL

RESUMO

A Violência Sexual Infantil, inserida no contexto histórico, cultural, social, político e jurídico, constitui-se como um problema de saúde pública, sua prevalência causa, dentre outras consequências, danos biopsicossociais, com repercussão na vida adulta. A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo central analisar a Violência Sexual Infantil no município de Belo Campo, Bahia, tendo como *Locus* de estudo o Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS. O CREAS é uma entidade governamental que presta atendimento especializado às vítimas de violência. O corpus deste estudo é constituído pelos dados estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 que evidenciam o maior número de estupros da história, com aumento de 8,2% em relação ao ano de 2021 e pela análise de casos em acompanhamento no CREAS, que demonstram que, apesar do atendimento qualificado, ainda não contempla o necessário para o enfrentamento da violência aqui evidenciada. Além disso, o estudo abordará o resultado das campanhas de prevenção ao Abuso e a Exploração Sexual infantil, realizadas nas escolas do município de Belo Campo, Bahia em maio de 2023, a percepção e nível de informação dos alunos a respeito do tema.

Palavras-chave: Violência Sexual Infantil; CREAS; Silenciamento

INTRODUÇÃO

A pesquisa em desenvolvimento está relacionada à minha vivência profissional e assumiu um papel de destaque na vida acadêmica. A partir de janeiro de 2021 passei a exercer um trabalho com crianças e adolescentes vítimas de violência, sobretudo, a violência sexual, como advogada contratada do município de Belo Campo, Bahia, atuando no Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS.

Com a criação e implementação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social, a política de enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes foi incorporada a essa entidade governamental, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto- Juvenil (BRASIL, 2002, p.14).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.19) destaca os serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, funcionando em estreita articulação com os demais serviços de proteção, em parceria com as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos como Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Promotoria, Delegacias e Tribunal de Justiça.

A Violência, segundo Faleiros (2001, p.42 e 43) é apresentada como abuso sexual, psicológico ou físico, sendo, pois, uma articulação de relações sociais gerais e específicas, de exploração e de forças desiguais nas situações concretas, não podendo, dessa forma, ser entendida como resultante de forças da natureza humana, mecanismos autônomos e independentes das relações sociais. Para o autor, essa violência manifesta, concretamente, uma relação de poder que se exerce pelo adulto ou mesmo não adulto, sobre a criança ou adolescente num processo de apropriação e dominação.

Para Saffioti (2015, p.19), a violência é tida como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. A autora ainda trata da relevância e dos traumas do Abuso Sexual, para ela, o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido.

Ainda, sobre as consequências do abuso, a autora continua discorrendo que, a magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido.

Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. Saffioti (2015, p.20).

Conforme os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) o cenário da Violência Sexual é devastador, a pesquisa aponta o maior número de registros



de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Estes números correspondem aos casos que foram notificados às autoridades policiais e, portanto, representam apenas uma fração da violência sexual experimentada por mulheres e homens, meninas e meninos de todas as idades.

Os dados revelam ainda que, os casos de estupro somaram 18.110 vítimas em 2022, com crescimento de 7% em relação ao ano anterior, bem como os casos de estupro de vulnerável, com um total de 56.820 vítimas, incremento de 8,6%. O levantamento oferece informações sobre gênero e raça, 88,7% são vítimas do sexo feminino e 11,3% são do sexo masculino. Sobre a raça, 56,8% são negras e 42,3% são brancas. A pesquisa chama a atenção para o fato de que 86,1% dos agressores são conhecidos das vítimas, sendo que, 68,3% dos casos correram na residência da vítima e apenas 9,4% em vias públicas.

Miguel e Biroli (2014, p.31) entende que a necessária interface entre o caráter de intimidade e singularidade dos laços familiares e seu caráter político e institucionalmente talhado faz da família um tema complexo e expressam relações de poder. Nesse diapasão, os dados demonstram e corroboram com o pensamento desenvolvido, ou seja, a família, o conservadorismo das relações intrafamiliares, bem como sua blindagem e silenciamento, são os fatores preponderantes para a perpetuação desse tipo de violência.

A pesquisa, ora proposta, aponta para a necessidade urgente de prevenção e enfrentamento da Violência Sexual Infantil, a priori, pelos dados atuais que apontam o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, além disso, por se tratar de uma violência com implicações diversas, sejam físicas, psicológicas, emocionais e sociais, atingindo de forma predominante vítimas do sexo feminino, comprovando ser, também, um problema de gênero.

MÉTODO

A pesquisa tem como recorte espacial o Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS do Município de Belo Campo, Bahia e será considerado como estudo os casos de Violência Sexual Infantil em acompanhamento no setor, tanto ao que se refere à prevenção, quanto aos casos que já incidiram a violência.

Em levantamento prévio, foram analisados os resultados das campanhas de prevenção realizadas pelo município, bem como, vinte e sete casos concretos que estão em acompanhamento no CREAS no ano de 2023. O corpus dessa pesquisa também é constituído pelos dados estatísticos nacionais e locais, divulgados em canais de denúncia como o Disque 100 e também pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, além dos dados locais das demandas do CREAS.

Após levantamento de todos os dados, estes serão sistematizados em quadros, considerando as categorias de raça, gênero e tipificação penal, que serão contejados para produção de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa permite o questionamento sobre o atual cenário da Violência Sexual Infantil perpetuada no Brasil. Os dados estatísticos demonstram ser uma realidade concreta, com registros que apontam ser o maior número de estupros da história. O estudo avança com o intuito de uma análise teórico-crítica sobre os fatores que contribuem para a permanência dessa violência, buscando compreender de que forma está estruturada a Rede de Proteção à criança e adolescente e o papel desempenhado pela família para o enfrentamento, prevenção e cuidado com as vítimas.

Diante disso, foram considerados os resultados das campanhas de prevenção realizadas no mês de maio de 2023 em parceria com o CREAS, CRAS, CAPS nas escolas do município de Belo Campo, Bahia, analisando a efetividade da campanha de enfrentamento e prevenção, bem como, identificar, por meio dos relatórios de finalização da campanha, o nível de conhecimento das crianças e adolescentes a respeito dessa modalidade de violência.

Ainda, foram considerados vinte e sete casos de crianças e adolescentes que estão em acompanhamento no CREAS no ano de 2023. Desse número, apenas dois casos tiveram os agressores sentenciados com decisão judicial. O tempo de espera processual alcança até seis anos em alguns casos, sem sentença. Dos casos analisados, doze estão em fase de Inquérito Policial, com produção de provas, como Exame de Corpo de Delito e depoimento pessoal da vítima e familiares. Há cinco casos que foram encaminhados pelo Conselho Tutelar e não houve realização de Corpo de Delito, apenas o depoimento pessoal da vítima. Oito casos seguem aguardando decisão judicial, com o Inquérito Policial já finalizado. Das demandas, houve uma prisão em flagrante pelo crime de Estupro de Vulnerável. Do total analisado, vinte casos seguem sem resolução.

Tem-se que, por meio da análise preliminar, é possível concluir que 85% das vítimas são meninas com idade entre 03 e 16 anos, 74% dos casos o abuso ocorreu na residência da vítima, ainda, 82% dos casos, o agressor era pessoa conhecida ou de confiança da vítima. Os dados locais se assemelham aos dados nacionais, apontando, inclusive, ser uma violência de gênero. Por certo, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento e, como já afirmado, não pretende demonstrar apenas dados estatísticos, buscará analisar o trabalho desempenhado pela Rede de Proteção como CREAS, CAPS, escolas, delegacia, Ministério Público e Poder Judiciário e se essa rede alcança de fato, a criança e adolescente. Além disso, buscará compreender o silenciamento da sociedade e famílias ao lidarem com a violência em questão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço no estudo da Violência Sexual Infantil apresenta uma realidade preocupante, Vecina e Cais (2002, p. 59) destacam que a violência refere-se a uma conduta de abuso e poder, muitas vezes invisível e/ou encoberto, que envolve situações de força e tensão, assimetria e desigualdade social, danosas para constituição do indivíduo e da sociedade. O alto índice de abuso sexual ocorrido nas residências das vítimas retrata uma realidade familiar do silenciamento.

A prevenção torna-se ferramenta fundamental para o enfrentamento para que se possa evitar, reduzir e interromper os episódios de violência. Para tanto, é necessário o entrosamento da Rede de Proteção, assim, verifica-se a necessidade do trabalho de conscientização dos envolvidos, bem como o apoio familiar adequado às vítimas.

REFERENCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, 1990.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Guia de Orientação nº 1 (2ª Versão). Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate a fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E. S. Circuito e curtos circuitos: atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal. São Paulo: Veras, 2001.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. : gráf., tab.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora. Fundação Perseu Abramo, 2015.

VECINA, T. C.; CAIS, A. C. Infância e adolescência: uma realidade que precisa de intervenção. In: FERRARI, D.C.; VECINA, T.C. (Org.). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

TETO DE VIDRO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Pesquisa do Curso de Doutorado

Cátia Brito dos Santos Nunes
Doutoranda

Jorge Garcia Marín
Professor Doutor colaborador

João Diógenes Ferreira dos Santos
Professor Doutor

Programa de Pós-Graduação em Memória:
Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)

cbsnunes@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar a desigualdade de gênero, especificamente o mecanismo do teto de vidro na ocupação dos cargos e funções de dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, do ano de 2022. A pesquisa utilizou abordagens qualitativas e quantitativas, selecionando os dados disponíveis dos (as) servidores (as), quais sejam, idade, sexo, escolaridade e tempo de serviço, para analisar o perfil dos dirigentes da referida rede de ensino. O estudo indicou que, na ocupação dos cargos de Reitores (as), existe uma sub-representação feminina, mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às de seus congêneres do sexo masculino – apontando, assim, também nesta área da administração pública federal, a consolidação das desigualdades de gênero e a maior ascensão profissional do homem na medida em que se sobe a escala hierárquica.

Palavras-chave: Teto de vidro; desigualdades; Rede Federal de Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

Houve uma indiscutível ampliação da escolarização e o crescimento da presença e participação das mulheres no mundo do trabalho. Com isto, as discussões e as lutas por igualdade de gênero tornaram-se pauta permanente do e no movimento feminista. O enfoque acadêmico sobre a desigualdade de gênero remonta à década de 1960, quando o movimento feminista buscou denunciar a segregação política, jurídica, econômica e social em relação à mulher. (SABOYA, 2013)

O conceito de gênero (SCOTT, 1995) desqualifica a ideia de ordem natural dos sexos, desconstruindo argumentos estritamente biológicos para justificar construções sociais e culturais mantidas por um sistema de hierarquização nas interações sociais entre homens e mulheres. Um sistema caracterizado pela supremacia masculina, especificamente no aspecto profissional, consoante estabelece Bourdieu:

Além disso, embora seja verdade que encontramos mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de representação) decrescem à medida que atingem posições mais raras e mais elevadas... Assim, em cada nível, apesar dos efeitos de uma superseleção, a igualdade formal entre os homens e as mulheres tende a dissimular que, sendo as coisas em tudo iguais, as mulheres ocupam sempre as posições menos favorecidas. (BOURDIEU, 2020, p. 151)

Bourdieu, a partir da concepção teórica sobre a dominação masculina, definiu e caracterizou essa forma de desigualdade de gênero na ocupação dos postos de comando:

“A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens”. (BOURDIEU, 2020, p. 106)

Em 1987, Morrison, White y Van Velsor definiram o “teto de vidro” como a barreira que existe na parte superior da carreira laboral e que impede as mulheres de alcançar as categorias mais altas – barreira que de tão sutil é invisível para a grande maioria das pessoas (apud GALLEGO-MORÓN e MATUS-LÓPEZ, 2018, p. 210). Mas que não deixa de ser forte o suficiente para impedir a ascensão das mulheres aos cargos de primeiro e segundo escalão hierárquico, ou seja, mecanismos sociais imperceptíveis, no entanto, potentes.

No Brasil, a pesquisadora Daniela Verzola Vaz, importante referência no estudo do tema, apresentou, em 2013, um estudo sobre o mecanismo da segregação vertical (ou hierárquica) nos setores públicos. Vaz realiza um levantamento de outros estudos que abordaram a segregação vertical e também valida o uso do termo “teto de vidro.

Acco; Bernardes e Moura (1998) consideram que essa situação de desigualdade de participação das mulheres nas diversas instâncias hierárquicas da administração pública não é situação peculiar da realidade brasileira, sendo igualmente observado em países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Canadá.

A partir dessa busca e da revisão bibliográfica sobre o tema, detectamos que os estudos sobre desigualdades de gênero na carreira acadêmica tiveram como abordagem a situação das universidades públicas, e que, portanto, não contemplam a situação dos Institutos Federais e da respectiva Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Assim, a análise realizada neste trabalho tem como objetivo evidenciar a ausência de paridade e, portanto, a inexistência de condições de igualdade no acesso aos cargos de direção no âmbito da RFEPCT. Uma análise da ocupação dos cargos de direção pelos profissionais da (RFEPCT), a fim de pensar algumas desigualdades de gênero no mundo do trabalho.

MÉTODO

Para isso, realizamos diversas buscas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP¹), onde é possível coletar dados estatísticos oficiais sobre os servidores públicos federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A plataforma apresenta dados, de forma interativa, com a finalidade de atender aos princípios de ampliação da transparência junto aos diferentes públicos, instituições, órgãos de controle, comunidade estudantil e imprensa. Os dados de gestão de pessoas contidos na Plataforma Nilo Peçanha são extraídos do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) dos servidores públicos federais. E os dados disponíveis são referentes a setembro de 2022, conforme informado na PNP.

O enfoque metodológico desta pesquisa exploratória é de natureza quali-quantitativa. (GATTI, 2004) pois os dados contidos da Plataforma Nilo Peçanha foram buscados, utilizados e analisados à luz de artigos científicos, periódicos e livros.

Para realizar a análise da presença feminina nos postos de direção da RFEPCT, foi importante termos como ponto de partida a comparação dessa presença das mulheres no total de servidores (as) efetivos (as) da RFEPCT, exatamente porque estaremos considerando a forma de ingresso no serviço público federal, qual seja, o concurso público, que é, portanto, um método mais objetivo, impessoal e transparente de seleção. Buscando alcançar o objetivo, selecionamos os dados disponíveis sobre alguns

¹ Consoante a descrição contida na referida plataforma, consiste em um ambiente virtual, que a partir de 2018, trata-se da validação e disseminação das estatísticas oficiais sobre a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), e que são monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da educação (SETEC/MEC). (<https://www.gov.br/mec/ptbr/pnp>)

aspectos para que possamos analisar o perfil dos dirigentes da RFEPCT, quais sejam, idade, sexo, escolaridade e tempo de serviço – ressaltando que, nas opções de consultas disponíveis na PNP, não estão disponibilizados dados que forneçam informações sobre a identidade racial. Isto limita uma análise de interseccionalidade que seria de extrema relevância para realizar uma abordagem que possibilitasse o entrecruzamento das categorias de gênero e raça, de forma conjunta. Além de limitar a análise, podemos afirmar que essa opção por não extrair tais dados do SIAPE para a PNP desvela uma posição política que não considera relevante retratar, nas informações da gestão de pessoas, dados exatos sobre a raça/cor dos (as) servidores (as).

Assim, realizamos a combinação dos dados com o referencial teórico buscando um sentido e melhor compreender a ocupação dos cargos de dirigentes da RFEPCT.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Rede Federal, desde 2019, está composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federativas do país.

Assim, a partir dos dados coletados, consideramos uma situação ou condição numérica de relativa paridade, em relação ao gênero, no quantitativo de servidores (as) efetivos

(as) da RFEPCT. Conforme dados do ano de 2022, disponíveis na PNP, são 42.708 do sexo masculino e 32.941 do sexo feminino. Ou seja, 56,46% dos cargos efetivos e ativos são ocupados por homens, enquanto 43,54 % são preenchidos por mulheres. O recorte da aplicação da opção de filtro por sexo masculino evidencia um perfil etário, em sua maior parte, entre 25 e 39 anos de idade. Além disso, 58,05% dos servidores têm o ensino superior como o maior grau de escolaridade, enquanto aproximadamente 36,64% têm cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

O recorte da aplicação da opção de filtro por sexo feminino evidencia um perfil etário no qual predomina a faixa etária entre 30 e 39 anos de idade. Os dados mostram que 60,54% das servidoras têm o ensino superior como o maior grau de escolaridade, enquanto aproximadamente 37,11% têm cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Assim, utilizamos os filtros do tipo de função gratificada do (a) servidor (a) que ocupa o cargo de dirigente máximo dos Institutos Federais – qual seja, o cargo de Reitor (a). Assim, segundo os dados coletados, a rede federal tem 38 cargos de dirigentes ocupados por 25 servidores e apenas 13 servidoras. Ou seja, 65,79% dos cargos de dirigentes máximos dos Institutos Federais são ocupados por homens.

Conforme os dados extraídos da PNP, podemos verificar que, dos 25 Reitores, a maior parte tem até dois anos de efetivo exercício, mais da metade estão na faixa etária entre 45 e 54 anos, e 52% têm qualificação de pós-graduação *stricto sensu* – portanto, acima do mínimo exigido como requisito para ocupar o cargo. Quanto às mulheres que ocupam do cargo de Reitoras (o percentual de 32,21%), a maior parte tem até quatro anos de efetivo exercício, metade estão na faixa etária de 50 a 54 anos, e 46% têm qualificação superior ao requisito mínimo de escolaridade para o cargo.

Ressaltamos aqui algumas diferenças significativas na comparação dos dados entre Reitores e Reitoras: os homens apresentam um percentual maior de qualificação quanto à formação acadêmica e alcançam o cargo de dirigente máximo com tempo de serviço e idade menores que os das mulheres que estão ocupando o cargo de Reitoras.

Conforme Biroli (2018), trata-se do “patriarcado público”, no qual “novas formas de inclusão seriam acompanhadas de formas também renovadas de opressão e controle.” (2018, p.26). Ou seja, as relações patriarcais apenas se estenderam para além da esfera privada e alcançaram os espaços públicos – inclusive, conforme está demonstrado neste trabalho, tal fenômeno também se reproduz nos espaços considerados privilegiados quanto à isonomia, à transparência de acesso (concurso público) e à qualificação acadêmica do quadro de profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos uma limitação que impossibilitou a análise da interseccionalidade: a necessidade de aperfeiçoamento da Plataforma (PNP) com a inclusão de informações sobre a identidade racial dos (as) servidores (as).

Resta evidenciado que, também na RFEPCT, a paridade de gênero vai diminuindo à medida que se avança nas posições de comando. Assim, predomina o papel social dominante do masculino até mesmo em lugares privilegiados da produção do conhecimento, como nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, nos quais constatamos que a presença feminina de 43,54% da totalidade de servidores (as) efetivos (as) diminui para 32,21% no total de dirigentes – mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às de seus congêneres do sexo masculino. Enfim, a sub-representação das mulheres nos cargos de comando resulta, conseqüentemente, na ausência de participação feminina nas esferas de poder, de decisão, de prestígio e de melhores remunerações.



REFERÊNCIAS

ACCO, Marco Antônio de Castilhos. BERBARDES, Franco César. MOURA, Marcelo Gameiro de. **Diagnóstico da situação da mulher na administração pública federal**. Brasília: ENAP, 1998. Recuperado de <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/813>. Acesso em 8 de abril de 2023.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: Os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Bertrand Brasil, 17º ed. - Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 30 dez. 2008, p. 1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 8 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria n. 1, de 3 de janeiro de 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha – PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Revalide. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 3, p. 10, 4 jan. 2018. Disponível em: http://www.divulgacaoex.com.br/legis_27597925_PORTARIA_N_1_DE_3_DE_JAN_EIRO_DE_2018.aspx Acesso em 8 de abril de 2023.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. p. 11-30.

GALLEGO-MORÓN, Nazareth. y MATUS-LÓPEZ, Mauricio. (2018). Techo de cristal en las universidades españolas. Diagnóstico y causas. Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado, 22(3), 209-229. DOI: 10.30827/profesorado.v22i3.7999

VAZ, Daniela Verzola . **O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil**. Economia e Sociedade, v.22, n.3, p.765-790, 2013.

SABOYA, Maria Clara Lopes. **Relações de gênero, ciência e tecnologia**: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 3, número 12, novembro de 2013. www.faceq.edu.br/regs

SCOTT, Joan. (2017). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

TRAUMA, LUTO, ELABORAÇÃO E O SURGIMENTO DA MEMÓRIA: A NECESSIDADE DAS NARRATIVAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL COMO FORMA DE SUPERAR AS MARCAS DA DOR

Trabalho de Conclusão de Disciplina do Doutorado do PPGMLS

Fadja Mariana Fróes Rodrigues – UESB

Leila Sala Prates Ferreira – UESB

Tânia Rocha de Andrade Cunha – UESB

fadjafróes.ffv.adv@gmail.com

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de procedimento bibliográfico, que busca compreender como as narrativas das mulheres vítimas de violência são um importante meio para superar os traumas e as dores decorrentes das violências perpetradas contra elas. Tal análise será realizada a partir das construções teóricas de Freud (1856-1939) a respeito do luto, trauma, ab-reação e elaboração psíquica. A partir da análise das categorias elencadas, será verificado como o processo de narrativas possibilita a ressignificação dos traumas oriundos das violências, trazendo à memória as dores silenciadas e indizíveis que, após um longo e doloroso trabalho de luto e de elaboração do passado, deixam de ser traumáticas e tornam-se memórias livres.

Palavras-chave: Trauma. Luto. Elaboração. Memória. Violência Conjugal.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres, desde os primórdios, se faz presente na sociedade. Trata-se de uma das formas mais cruéis de manifestação da presença do patriarcado e da pretensa superioridade masculina. Em decorrência disso, todos os dias, muitas mulheres são vítimas dos mais diversos tipos de violência, que promovem inúmeros traumas, não só de ordem física (entendido como lesões ou feridas causadas sobre o corpo físico da mulher), mas também traumas de cunho psíquico que, consoante as formulações de

Freud (1856 – 1939), ocasionam o rompimento da conexão que deveria promover a reprodução, o surgimento da memória, destruindo o sentido, a significação, a simbolização, impossibilitando a narração.

De acordo com Cunha (2007), as mulheres, historicamente, sempre foram o principal alvo da violência perpetrada pelos homens e isso ocorre porque a sociedade legitima o poder masculino, porque o homem possui a necessidade de afirmar-se como o sexo forte, poderoso.

Nesta breve exposição sobre a temática da violência, discutiremos, principalmente à luz dos postulados freudianos, como o processo de luto e a elaboração das memórias traumáticas pode contribuir para a superação dos traumas originados da violência, valendo-se das narrativas que permitem que mulheres possam, a partir destas, ressignificar suas dores, apropriarem-se de suas memórias e reconciliarem-se com o passado.

O presente estudo tem como objetivo compreender como as narrativas das mulheres vítimas de violência operam como um importante meio para superar os traumas e as dores decorrentes das violências perpetradas contra elas. Para tanto, definimos ainda alguns objetivos específicos, quais sejam: a) compreender como o processo de luto, feito por meio do processo de elaboração dos traumas vivenciados, possibilita a superação deste e o recomeço da vida; b) avaliar como a (re)construção do passado, por meio do testemunho e das narrativas, permite a ressignificação dos traumas, possibilita a superação das perdas e a reconciliação com as memórias decorrentes da violência.

MÉTODO

Para aprofundarmos nas questões propostas, utilizamos da abordagem qualitativa com uma proposta metodológica de pesquisa de natureza básica e exploratória quanto aos objetivos. O trabalho foi executado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática, envolvendo construções teóricas acerca das categorias trabalhadas e posteriormente analisadas de forma exploratória e crítica.

A partir da análise bibliográfica, promovemos considerações acerca dos objetivos pretendidos nesta pesquisa, possibilitando a reflexão sobre o tema abordado e ampliando as discussões a respeito da importância das narrativas das mulheres vítimas de violência, especialmente a ocorrida na conjugalidade, como forma de superação das dores e marcas deixadas pelas agressões sofridas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Comumente mulheres vítimas de violência, especialmente a ocorrida no seio da conjugalidade, costumam desenvolver traumas que afetam o desenvolvimento de suas vidas, haja vista as situações de agressão a que são submetidas cotidianamente. Diante de tais situações, em um primeiro momento, o que se deseja é esquecer, silenciar, afastar-se de tudo e de todos que possam trazer à memória qualquer espécie de lembrança das violências e das dores deixadas no corpo e no psiquismo que, a princípio, parecem impossíveis de superação. No momento das violências vivenciadas, essas mulheres não conseguem ab-reagir. Ao não haver ab-reação, provoca-se uma incapacidade para assimilar a experiência vivida, o que promove uma dissociação da realidade, impossibilitando-as de atribuir significados às ocorrências passadas. Assim, diante do trauma, o passado não pode ser esquecido e nem lembrado.

O trauma oriundo de uma violência, especialmente no âmbito da conjugalidade, rompe a

“conexão que deveria promover a reprodução, o ressurgimento na memória” (Mitscherlich, Richards e Strachey, 1969, p.281). O trauma promove a destruição dos sentidos, a significação e a simbolização, promovendo o silêncio e impossibilitando a narração. “Nesse sentido, com o trauma surge um certo entorpecimento, uma certa apatia, uma insensibilidade, como se o “recipiente para o sofrimento” se tornasse, inadequado para o impacto de sua natureza e proporção” (Rosa, 2008, p. 291).

Passado o momento inicial de paralisia e silenciamento, necessário se faz experienciar a memória da violência causadora do trauma e conduzi-la à consciência por meio do luto. De acordo com Freud (1915), o luto é uma reação à perda, consistindo em um fenômeno mental natural que se apresenta de forma constante durante o desenvolvimento humano. No luto, nada existe de inconsciente a respeito da perda, sabendo o enlutado o que perdeu. Constitui-se, portanto, como um processo natural instalado para a elaboração da perda, que após algum tempo pode ser superado. Como processo lento e doloroso, o luto tem como características uma tristeza profunda, o afastamento de atividades antes tidas como prazerosas, a perda de interesse no mundo externo e a incapacidade de substituição de um novo objeto de amor (Freud, 1915).

É por meio da experiência do luto e da sua elaboração que essas mulheres

passam a ter consciência da perda e renuncia-se a ela. Apesar de ser um processo que envolve sofrimento, o luto possibilita a superação do trauma e o recomeço da vida. Assim, após fazer emergir a causa do trauma, vivenciando a memória da violência e conduzindo-a à consciência, essas mulheres tornam-se novamente desinibidas e livres. Trata-se, portanto, de um trabalho de compreensão, de aceitação, atribuição de sentido e de reconciliação consigo e com o que foi trazido à consciência (Rosa, 2008). O luto, portanto, apresenta-se como condição de recuperação e perlaboração.

Nesse processo de perlaboração/elaboração psíquica da(s) perda(s) decorrente(s) das violências sofridas, as mulheres podem (re)significar suas dores, (re)construir suas vidas e lutar contra aquilo que marca a memória, que reside no inconsciente, uma memória que está esquecida, mas não inativa.

No entanto, para que isso se torne possível, é fundamental testemunhar e narrar o sofrimento vivido. Expor publicamente o trauma sofrido no passado, (re)construído pelo testemunho a partir da percepção, necessidades e experiências do momento presente, permite atribuir um novo significado a esse passado marcado pela violência, especialmente quando a experiência é compartilhada em grupo. Isso faz com que haja uma repercussão na memória coletiva, recriando nas demais mulheres, outro sentimento com relação ao passado. Passam a compreender que não são culpadas pela violência conjugal vivida, mas vítimas dela.

Nesse processo de perlaboração/elaboração por meio das narrativas, as vítimas da violência dizem a si mesmas “sim, isto aconteceu comigo no passado. Foi desolador, avassalador, talvez eu não possa me separar completamente disto, mas eu existo aqui e agora, e isto é diferente do que aconteceu” (La Capra, 2001, p. 144).

Isso não significa que o passado será esquecido, mas que será reconhecido o dano, confrontado e compreendido o trauma da violência sofrida, a fim de que seja possível orientar-se no presente e em direção ao futuro. Assim, a perlaboração/elaboração do trauma oriundo das práticas de violência conjugal, realizado a partir das narrativas, pode ser compreendida como “uma estratégia cultural de superação [de destigmatização] das consequências perturbadoras das experiências traumáticas” (Rüsen, 2009, p.195-199)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas das mulheres vítimas de violência conjugal, como parte do processo de perlaboração/elaboração, contam o que é preciso lembrar para não esquecer de si. É por meio dessa relação dialógica com as memórias da violência passada, que habitam no inconsciente, e da resignificação solidária ocorrida com outras vítimas, que as feridas são cuidadas, compartilhadas, compreendidas. É necessário que nesse

processo, as mulheres se percebiam como vítimas da violência sofrida, reafirmem suas identidades e se percebiam como sujeitos capazes de se emanciparem, de reconstruírem suas histórias e capazes de gerar pulsão de vida, mobilizando forças para crescer e fazer mais em suas ações e pensamentos.

Não é possível anular o passado, mas é possível, por meio do recordar, repetir e reelaborar/elaborar (Freud, 1914), construir o novo ressignificando o trauma. Esse processo “permite com que o passado, presente e futuro possam ter uma maior integração, ao abrir espaço para a restauração do que já foi vivido mas ficou danificado, e para a construção inesgotável dos elementos que formam um ser humano mais pleno” (Levinzon, 2010, p.162). Ao invés de se buscar a vingança, de promover o aumento do ódio, da melancolia e de nutrir afetos negativos, o trabalho de luto, exercido por meio do trabalho de memória, permite elaborar para superar definitivamente as feridas do passado.

Olhar para o passado, quase que imutável, elaborá-lo e conseguir narrá-lo, possibilita enxergar um futuro e seguir em frente. Assim, as narrativas dessas mulheres vítimas de violência, tornam-se necessárias, uma vez que possibilitam a reconciliação consigo mesmas a partir da elaboração e da ressignificação dos traumas vividos, bem como a abertura de perspectivas futuras que, após um longo e doloroso trabalho sobre as feridas do passado, transformam as memórias traumáticas em memórias livres.

REFERÊNCIAS

CUNHA, T. R. de A. **O Preço do Silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

FREUD, S. (1980). **Recordar, repetir e elaborar** (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 12, pp. 90-97). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914). Disponível em: <https://conexoesclinicas.com.br/wpcontent/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-12-1911-1913.pdf> Acesso em: 19/09/2022.

FREUD, S. Conferências introdutórias sobre psicanálise (1916-1917 In: MITSCHERLICH, Alexander; RICHARDS, Ângela; STRACHEY, James (organizadores). **Palestras sobre a introdução à psicanálise e novos episódios (Volume I)**. Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH, 1969.

FREUD, S. Luto e Melancolia (1917 [1915]). In: _____. **A história do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914- 1916)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-263.

LACAPRA, D. **Writing history, writing trauma**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.



LEVINZON, G. K. Recordar, repetir, elaborar e construir: a busca do objeto materno na análise de uma menina adotada. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 155-164, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486641X2010000400014&lng=pt&nrm=iso Acessos em 05 nov. 2022.

ROSA, J. R. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289 - 327, jul./set. 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018289> . Acesso em: 01/02/2022.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da historiografia**, n.02, p.163-209, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12> Acesso em 02/11/2022.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA

Ingride Souza Lima Sampaio
Mestranda do PPGCS da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ingridellima@hotmail.com

Maria Inês Caetano Ferreira
Professora Associada II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

O presente estudo foi realizado através da revisão integrativa de literatura, com o objetivo de verificar, através dos artigos selecionados para esta pesquisa, quais são as vulnerabilidades sociais prevalentes, relatadas por mulheres em situação de rua. Para isso realizou-se uma revisão bibliográfica na literatura científica, através das bases de dados: BVS/LILACS e SCIELO, com recorte temporal entre os anos 2010 e 2020 utilizando a análise descritiva de dados. Nos resultados foram identificadas cinco categorias de análise: (1) Violência sexual; (2) Uso prejudicial de drogas; (3) Maternidade; (4) Discriminação LGBTQIAPN+ (5) Saúde íntima das mulheres em situação de rua.

Palavras-chave: Mulheres; gênero; desigualdades; situação de rua, revisão integrativa.

INTRODUÇÃO

São diversos os motivos que conduzem homens e mulheres a situação de rua. Enquanto os homens vivem o cotidiano da situação de rua resultante, predominantemente, da exclusão e das desigualdades sociais (ROSA; BRÊTAS, 2013), as mulheres, além de sofrer com essa conjuntura, ainda sentem na pele as desigualdades de gênero, como as violências sofridas ainda no âmbito doméstico (AZEVEDO, 2004). As mulheres em situação de rua formam um grupo de menor expressividade numérica, mas apesar desta realidade, essas mulheres, geralmente, apresentam necessidades específicas, uma vez que enfrentam um processo de violência ainda mais severo, como subjugação, abusos sexuais, espancamentos, entre outros (REIS; GALVANI, 2001).

Nesse sentido as mulheres que estão vivendo no contexto da rua se tornam mais vulneráveis, justamente, por viver numa sociedade atravessada pelo machismo e por uma estrutura patriarcal, desigualdade de gênero e de direitos sociais, preconceitos e violências (NIELSEN et al., 2011). Assim estas mulheres vivem todos os dias situações de violências estrutural e institucional, que são (RE) produzidas por sujeitos e instituições que deveriam ter a responsabilidade e o compromisso de garantir o lugar de direito de mulheres em contextos de vulnerabilidades sociais (DE ANTONI; ASSMANN, 2016).

Dessa forma observa-se que devido a desigualdade de gênero, quanto mais tempo a mulher vive em situação de rua, maior a probabilidade de sofrer inúmeras formas de violências. Por isso é de extrema necessidade ampliar a compreensão sobre as violações que essas mulheres enfrentam no contexto urbano, assim como entender as particularidades que cada mulher apresenta, mas para isso ocorrer é necessário a produção de conhecimentos que vise a formulação de políticas públicas com o objetivo de criação e/ou adequação dos espaços e ações destinados às mulheres em situação de rua. (ROSA; BRETAS, 2015).

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo verificar, através do estudo de revisão integrativa, quais as principais vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades de gênero relatadas por mulheres em situação de rua.

METÓDO

Este é um estudo de revisão integrativa, um método que promove a síntese de conhecimento e tem a potencialidade de integrar os resultados significativos dos estudos na prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Assim foi realizada uma busca por artigos publicados nas bases de dados BVS/LILACS e SCIELO, utilizando os seguintes descritores: “mulheres AND situação de rua”

e “gênero AND situação de rua”. Os critérios utilizados para inclusão foram: artigos publicados entre os anos de 2010 e 2020, assim como estudos descritos na língua inglesa e/ou portuguesa. No que se refere aos critérios de exclusão, foram considerados os artigos que não tratavam da temática apresentada, artigos repetidos e artigos que apresentavam idiomas diferentes do português e inglês.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As bases de dados BVS/LILACS e SCIELO apresentaram o resultado de 189 artigos, dos quais 123 foram excluídos por não atenderem os critérios que foram anteriormente estabelecidos e 16 artigos foram selecionados, tendo em vista que se enquadravam nos critérios de inclusão proposto neste estudo. O gráfico 1 apresenta a frequência dos artigos publicados entre os anos de 2010-2020.

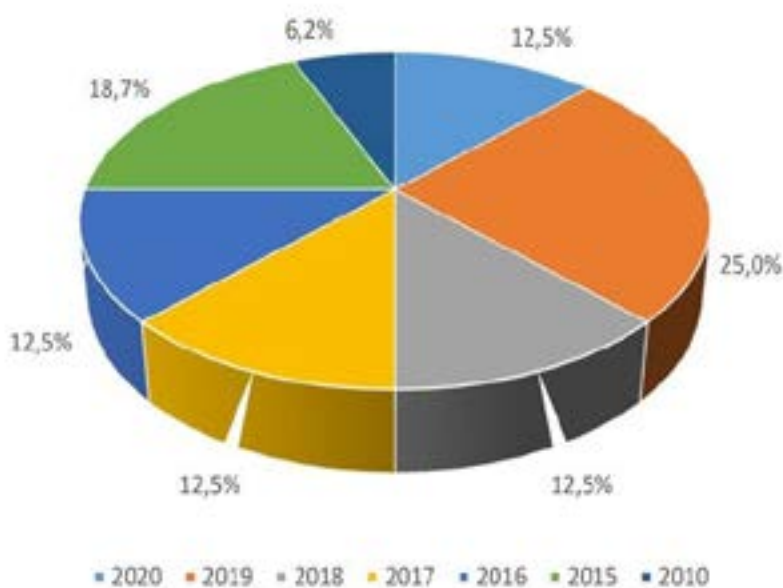


Gráfico 1- Artigos publicados entre os anos 2010-2020

Foi possível observar ainda que os estudos encontrados, eram predominantemente empíricos com resultado 93,7% e os teóricos com resultados de 6,2%. A metodologia empregada foi 93,7% qualitativa e 6,2% multimétodos.

Os resultados dos estudos demonstraram a predominância de mulheres em situação de rua que se autodeclararam pretas e pardas, a estimativa é que 70% das mulheres em situação de rua são pretas e pardas com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto e analfabetas), vêm de classes sociais baixas e têm um filho no mínimo (a) (FIPE, 2015). Os resultados apontam para as consequências das

desigualdades sociais e de gênero, no entanto para romper com esse paradigma é necessário modificar a visão reducionista e que naturaliza as desigualdades (CAMPELLO et al, 2018).

Foram identificadas cinco categorias de análise, a saber: (1) Violência sexual; (2) Uso prejudicial de drogas; (3) Maternidade; (4) Discriminação LGBTQIAPN+ (5) Saúde íntima das mulheres em situação de rua.

Uso prejudicial de drogas- Esta categoria surge frequentemente nos estudos, principalmente o uso do crack, como um dos motivos que ocasiona a situação de rua e a permanência de mulheres na rua. Contudo o fenômeno acerca do uso de substâncias psicoativas, passa por um crivo de explicações que naturalizam as desigualdades. O estigma com as mulheres em situação de rua, é intensificado quando elas utilizam substâncias psicoativas consideradas ilícitas. Nesse sentido a representação social que as substâncias consideradas ilícitas têm em nossa sociedade, são potencializadas mediante a política de criminalização do consumo, contribuindo para o aumento da estigmatização e das repercussões das desigualdades sociais, raciais e de gênero (ALCÂNTARA, ABREU; FARIAS, 2015).

Maternidade- As mulheres grávidas em situação de rua experienciam impasses em relação a negação do direito ao aborto (e mesmo em casos previsto em lei), assim como o cuidado com a gestação, o acompanhamento pré-natal, o parto, o puerpério e a insegurança de poder ser separada do bebê. E mesmo que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (no ano de 1990), tenha garantido que a pobreza não seja justificativa para a retirada da guarda da criança, é possível observar, em muitos casos, que isso ocorre de maneira abrupta, muitas das vezes sem o devido processo legal, se constituindo como mais uma forma de violência contra os direitos das mulheres, quanto aos direitos das crianças (GOMES, 2017). Os equipamentos especializados que acolhem as mães e os bebês, possuem poucas vagas, e ainda, é comum alguns desses terem atitudes abusivas e desrespeitosas (PASSOS, 2016).

Discriminação LGBTQIAPN+: A interseccionalidade entre situação de rua, cor da pele e orientação sexual/identidade de gênero, demonstra que estas discriminações operam juntas de maneira cruel e violenta, e expõe pessoas à vulnerabilidade e a elevação dos riscos, dificultando ainda mais suas vidas na rua. As pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua sofrem discriminação, são coagidas e violentadas devido a não aceitação da sua orientação sexual. As violências sofridas, são geralmente, praticadas por homens heterossexuais, que persistem de forma violenta por relações sexuais em troca de drogas e alimentos mesmo sabendo da orientação sexual dessas pessoas (CAMPO; CAROSO; MORETTI-PIRES, 2019)

Saúde íntima das mulheres em situação de ruas: Apesar dos estudos selecionados para essa pesquisa apresentem uma ênfase na temática HIV/Aids, foi possível identificar

outras temáticas que emergiram a partir dos relatos das mulheres em situação de rua. Por isso, a categoria de análise saúde íntima das mulheres em situação de rua apresentou três subcategorias, a saber: HIV/Aids, problemas ginecológicos e período menstrual, por isso observou-se que mesmo em menor número as mulheres em situação de rua com HIV/Aids estão mais propensas a risco de agravo a saúde (TAKEUCHI, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias que emergiram a partir deste estudo revelaram que para além de um contexto de desigualdade social e exclusão social, as mulheres em situação de rua lidam cotidianamente com a desigualdade de gênero, decorrente de uma cultura patriarcal. No entanto, apesar das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em situação de rua, constata-se a inexistência de políticas públicas que considerem as especificidades destas mulheres.

Por isso estudos na área (a partir de uma perspectiva crítica), é de extrema relevância, tendo em vista que busca promover a ruptura com paradigmas de desigualdades, os quais são estruturantes da sociedade, e que opera no corpo das mulheres em situação de rua na tentativa de provocar o silenciamento dos seus direitos, e conseqüentemente, o apagamento de sua existência.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, C. S.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Revista Colombiana de psicologia**, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

AZEVEDO, L. R. Diálogos sobre a noção de vítima e construção da identidade. São Paulo, **Interface**, v.17, n.46, p.515-22, 2013.

CAMPELLO, T. GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 5466, 2018.

CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 8, p. 79-90, 2019.

DE ANTONI, C.; ASSMANN, A. M. As Violências Institucional e Estrutural Vivenciadas por Moradoras de Rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 4, p. 641-651, 2016.

FIPE, FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015.



GOMES, J. D. G. **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo**. Relatório de pesquisa. São Paulo: USP, 2017.

NIELSEN, S. F.; HJORTHOJ, C. R.; ERLANGSEN, A.; NORDENTOFT, M. Psychiatric disorders and mortality among people in homeless shelters in Denmark: a nationwide registerbased cohort study. **The Lancet**, v. 377, n. 9784, p. 2205-2214, 2011.

PASSOS, S. M. B. **Mulheres/mães usuárias de crack: histórias de desproteção social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

REIS, T. A. M.; GALVANI, D. A Terapia Ocupacional no campo social: relato de experiência com população adulta em situação de rua. In: **VII congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional**, porto Alegre, 2001.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. O sentido de vida para pessoas em situação de rua. In: Rosa, A. S.; Brêtas, A.C.P. Enfermagem e saúde (ORG). **Olhares sobre a situação de rua**. Curitiba, p. 25-50, 2013.

ROSA, A. S.; BRETAS, A. C. P. Violence in the lives of homeless women in the city of. **Interface, comunicação, saúde, educação**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 275-285, 2015.

SOUZA, M. T; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, vol.8 n.1, 2010.

TAKEUCHI, J. C. S. **Vidas nas ruas e IST-AIDS: sobrevivência e riscos na cidade de Santos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviços Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2018.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO NORTE DE MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS

Trabalho de Conclusão de Curso

Jaciara Magalhães Ferreira

Orientadora: Cláudia de Jesus Maia

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

jaciaramagalhaesmoc@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisará a violência de gênero contra mulheres no norte de Minas Gerais e a ação estatal, mediante a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres de Montes Claros (REVIM), no contexto pandêmico, buscando aprofundar o conhecimento desse fenômeno na região e seus impactos em momentos de crise. O isolamento adotado em 2020 para conter o avanço da pandemia de COVID-19 teve como efeitos o aumento dos serviços de denúncia sobre a violência doméstica, mas isso não refletiu nos registros oficiais. As estatísticas da violência doméstica e familiar desse ano indicaram redução nos registros dos crimes previstos na Lei Maria da Penha; em contrapartida, houve um aumento nos pedidos de medidas protetivas, nas ligações para o 180 e no número de feminicídios. Durante o isolamento, as mulheres estiveram em maior convívio com seus agressores, o que pode ter contribuído para o aumento da violência e para a diminuição dos registros oficiais. Uma análise documental e de histórias de vida ajudará a compreender esse fenômeno que tem raízes no processo histórico, na constituição dos sujeitos e se intensifica com a ampliação das desigualdades e com a ineficiência das políticas de Estado de proteção às mulheres, agravadas pelo esvaziamento de políticas públicas direcionadas às mulheres. Assim, outro aspecto é o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, pois fornece um entendimento da expansão da violência contra mulheres, para além das questões culturais e das relações de poder.

Palavras-chave: violência de gênero; mulheres; pandemia; relações de poder.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 obrigou os governos a estabelecerem medidas de distanciamento social para conter a expansão da doença. Dentre os vários problemas que emergiram, esteve o aumento da violência de gênero contra mulheres, verificado em vários países. O confinamento teve como efeito negativo o aumento desse tipo de violência, uma vez que obrigou mulheres a conviverem mais tempo com os seus agressores no espaço da casa. Isso levou as Nações Unidas a alertarem os governos quanto ao aprofundamento das desigualdades de gênero preexistentes, durante a pandemia, e a recomendarem medidas para o enfrentamento da violência contra mulheres (ONU MULHERES BRASIL, 2020). No Brasil, pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), entre março e abril de 2020, constatou o aumento de notícias de violência doméstica postadas em redes sociais. Contudo, as estatísticas indicaram redução nos registros oficiais dos crimes previstos na Lei Maria da Penha; em contrapartida, houve aumento nos registros de feminicídio, de ligações para o 180 e de pedidos de medidas protetivas. O aumento de ocorrências de violência doméstica em conjunturas específicas como de crises econômicas ou catástrofes naturais não é algo inédito, como apontam Weitzman e Behrman (2016), e Pimentel e Martins (2020), e a pandemia de COVID-19 pode ser comparável a essas conjunturas de crise. Entretanto, ela teve a especificidade do isolamento social, o qual pode ter contribuído tanto para o aumento da violência quanto para a diminuição dos seus registros oficiais. Maia (2019) aponta que atos de violência podem ser praticados não só na vida privada, como também em contextos marcados pela impessoalidade. Citando Rita Segato (2016), ela defende que é preciso despersonalizar o feminicídio e que este seja entendido como crime público, dirigido à mulher genérica. Assim, nesse tipo de crime, o que se procura eliminar são os signos do feminino e o que ele expressa. Estamos, portanto, diante de um fato social complexo em que as interseccionalidades (classe, raça/etnia, capacidades, idade, localização geográfica) são marcadores de vitimização diferenciada e agravada. No artigo *Histórias de Vergonha, Amor e Dor: violência de gênero em narrativas de mulheres vítimas*, Maia (2020) aponta a coação, a violência psicológica, o terrorismo emocional e a ameaça como razões para não denunciarem seus agressores. Além dessas, também existe a impunidade do réu: “o silêncio que recai sobre as agressões no âmbito das relações conjugais; ao não se denunciar os agressores, contribui para a persistência da violência de modo geral” (MAIA, 2020).

Por sua vez, Teresa de Lauretis (1994) pensa o gênero como produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos, de epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como de práticas da vida cotidiana. Para ela, se o gênero produz sujeitos concretos, então ele tem a mesma função definidora das ideologias. A autora lança mão das ideias

de Althusser sobre ideologia para retirar o conceito de gênero de uma esfera privada, afirmando que, se agora o pessoal é político, há diversos conjuntos interrelacionados de relações sociais em que mulheres são diferentemente afetadas.

Joan Scott (1995), a seu turno, afirma que a violência é algo que acontece dentro de uma relação de poder, e a criação do gênero é o principal modo de se estabelecer essa relação. Para ela, os sujeitos são construídos através dos “discursos” e “representações”, limitados por conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que afirmam o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Assim, como o gênero é determinado pela política e pelas organizações sociais, os processos de construção dos sujeitos se dão em diferentes contextos e representações sociais historicamente específicas. Ora, se as representações sociais sobre sexo e gênero constroem sujeitos e os normatizam, elas também contribuem para a manutenção dos discursos que incutem a subordinação e a violência. Dialogando com alguns teóricos da história contemporânea, o estudo aqui exposto tem por objetivo analisar os efeitos da crise pandêmica de COVID-19 na violência de gênero contra mulheres e no acesso delas aos serviços de proteção no Brasil, especialmente no norte de Minas Gerais, enfatizando as ações adotadas pelo Governo Federal e pelos Estados para o enfrentamento dessa violência. O estudo se propõe, ainda, a compreender a violência de gênero para além do espaço privado, das relações entre homens e mulheres, visto que se trata de um problema social, político e estrutural de toda a sociedade, o que implica compreender a violência de gênero e as ações do Estado para contê-la. Outro conceito usado neste estudo é o de *interseccionalidade*, que será utilizado a partir das definições propostas por Patricia Hill Collins e Silma Bilge (2021).

MÉTODO

A metodologia adota uma abordagem quantitativa, tendo como foco principal a Rede de Enfrentamento à Violência no município de Montes Claros (REVIM). O corpus documental será composto por documentos (portarias, projetos, leis, programas) criados pelo Governo Federal e governos estaduais, e por documentos resultantes de entrevistas de História Oral com mulheres vitimizadas no norte de Minas, no período de 2020-2022. As entrevistas serão gravadas, transcritas e validadas pelas colaboradoras; para a seleção destas, serão considerados aspectos interseccionais de raça, classe, geração, território e orientação sexual.

De acordo com Marta Rovai e Naira Castelo Branco (2017), pensar nas mulheres que passam por situações de violência apenas como vítimas ou como fontes é “reduzi-las como pessoas, ignorar o fato de que elas procuram emergir e sobreviver o tempo

todo nas relações de opressão” (p. 156). A História Oral constitui um conjunto de procedimentos para escuta, recolha de dados por meio de entrevistas e construção de documentação para o estudo de narrativas, experiências sociais de grupos e de pessoas (MEIHY; HOLANDA, 2017). A História Oral de Vida, por sua vez, consiste no relato de uma narradora sobre sua existência, com a intermediação da pesquisadora. Por ser construída no diálogo, permite explorar elementos, como aspectos da intimidade, tomada de decisão e eventos traumáticos, possibilitando que a colaboradora relacione sua história com o meio familiar, com relações de amizade e afeto, com membros de seu grupo e camada social, com o ambiente em que está inserido, assim como com aspectos sociais e culturais mais amplos (QUEIROZ, 1998). No que se refere à violência de gênero, permite ter acesso a certos aspectos que as fontes mais convencionais, como boletins de ocorrência ou processos-crime, não fornecem.

Serão construídos roteiros semiestruturados e não fixos, considerando-se os objetivos. As narrativas resultantes desse processo comporão a documentação a ser analisada. Para a análise, serão utilizados, dentre outros, os conceitos de *gênero* (SCOTT, 1995; LAURETIS, 1994; BUTLER, 2016), *violência de gênero* (SUÁREZ e BANDEIRA, 1999; PERROT, 2005; MAIA, 2020) e *interseccionalidade* (COLLINS; BILGE, 2021; AKOTIRENE, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado que será realizada e tem previsão de término no primeiro semestre de 2025. Espera-se que, além do registro histórico de processos e experiências e da produção de novos conhecimentos, o principal impacto seja contribuir para o planejamento de estratégias e políticas que efetivamente reduzam os índices de violência de gênero e mudem os rumos da história de mulheres vitimizadas. As discussões a serem feitas têm por objetivo identificar e analisar as representações de gênero presentes nas narrativas de mulheres vítimas (sob o prisma da interseccionalidade), bem como os efeitos da crise pandêmica de COVID-19 nos relatos de violência. Também, espera-se examinar as ações do Estado para o enfrentamento da violência de gênero e proteção de mulheres nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra mulheres passou a ser analisada como algo que acontece dentro de uma relação de poder. A ligação entre gênero e violência é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/as, mas também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a



violência, suas identidades masculinas ou femininas. Assim, a violência de gênero é compreendida como um fenômeno que encontra seus fundamentos na cultura/sociedade patriarcal; consiste em ações baseadas em representações que causam morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, no âmbito público ou privado; é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais. Sob o prisma dos impactos sociais, a história do processo de construção da REVIM estimula a criação de novas redes em outros contextos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. BUENO, Samira; LIMA, Renato S. (Coord.). São Paulo: FBSP, 2021.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.) **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Disponível para download em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=1183&cat=6>

MAIA, Cláudia. Histórias de Vergonha, Amor e Dor: violência de gênero em narrativas de mulheres vítimas. **Revista Relicário**. Uberlândia. v. 7, n. 13, p. 45-65. jan./jun. 2020.

MAIA, Cláudia. Sobre o (des)valor da vida: feminicídio e biopolítica. **História**. Franca/Assis, UNESP, v. 38, 2019. Disp. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100309.

MEIHY, José Carlos S.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

ONU Mulheres. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta**. Brasília: ONU Mulheres Brasil, mar. 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PIMENTEL, Amanda.; MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, FBSP, 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do "indivisível" ao "divisível". In: SIMSON, Olga (org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo, Vértice, 1998.

ROVAI, M. de O.; CASTELO BRANCO, N. A. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. In: ROVAI, M. G. O. (Org.). **História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.143-162.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: http://ia600308.us.archive.org/21/items/scott_gender/scott_gender.pdf.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. Introdução a Gênero, violência e crime no Distrito Federal. In:__(orgs.) **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: UnB, 1999, p.13-28.

WEITZMAN, Abigail; BEHRMAN, Julia Andrea. Disaster, Disruption to Family Life, and Intimate Partner Violence: the Case of the 2010 Earthquake in Haiti. **Sociological Science**, vol. 3. 2016, p. 167-189. Disponível em: https://www.sociologicalscience.com/download/vol-3/march/SocSci_v3_167to189.pdf

DESVENDANDO OS LAÇOS: COMO O MACHISMO ALIMENTA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

Trabalho extraído da Dissertação do Mestrado

Jacqueline Meireles Valiense
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Língua e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Vitória da Conquista, Bahia. Bolsista CAPES
jacqueline.meireles@hotmail.com

Prof. Dr^a. Tânia Rocha Andrade Cunha
Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Língua e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
tania.rochandrade@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo central analisar as condições de vida das mulheres na sociedade atual, especialmente no que tange a influência do machismo na violência de gênero perpetrada em face das mulheres e a relação com a desigualdade de gênero. Para tanto, pretendemos discutir e analisar as flagrantes formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, perpetradas pelos homens contra as mulheres na contemporaneidade e a influência que a ideologia patriarcal ainda exerce na validação desse comportamento machista e autoritário, arraigado na estrutura social. Levando em conta essa realidade e apoiadas em aportes teóricos sobre a questão, o presente trabalho trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de caráter qualitativo. Quanto às fontes, a pesquisa será bibliográfica e documental. Este trabalho possui o objetivo de compreender a história da cultura patriarcal e a sua intervenção na construção da identidade masculina, que ao implantar a ideologia machista e a masculinidade hegemônica, mantém as mulheres, até os dias atuais, em uma posição de subjugação e de inferioridade em relação ao homem.

Palavras-chave: Machismo; Violência de gênero; Mulher.

INTRODUÇÃO

A exploração do homem pelo homem é uma das fontes originárias da desigualdade existente entre os sexos. O sistema patriarcal, que ainda mantém seus tentáculos na sociedade contemporânea, dita modelos comportamentais tanto para homens quanto para mulheres, considerando a virilidade e a honra como marcadores da identidade masculina e a docilidade e a submissão como elementos formadores da identidade feminina. A existência de uma posição de superioridade do homem em relação à mulher, ainda que irreal é reproduzida pela memória social e reverbera em toda sociedade ocidental reduzindo a importância e as potencialidades do sexo feminino.

Dessa forma, concentramos esforços em abordar, ainda que de forma sucinta, a construção da ordem patriarcal e a sua estreita ligação com a formação da identidade masculina, a partir de uma perspectiva do poder representada por meio do machismo e da masculinidade sob o traço hegemônico. As reflexões sobre o machismo e a masculinidade se originam a partir da relação de poder exercida pelo masculino.

As discussões de gênero abarcam tanto a feminilidade quanto a masculinidade, assim, a abordagem teórica sobre o estudo da identidade masculina merece um olhar sócio-histórico-cultural para melhor entendimento científico das características específicas que as diferenciam da identidade feminina. A identidade masculina se constrói, fundamentalmente, para a formação de um ser viril, forte, dominador, provedor, controlador e heterossexual.

Como objetivo central do presente trabalho apresentamos a discussão de como o machismo alimenta a violência de gênero contra a mulher, definidas na Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006.

MÉTODO

Em termos metodológicos, o presente artigo trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de caráter qualitativo. De acordo com Minayo (1994, p.21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” Assim, pode-se levar em consideração a análise do indivíduo construída por variáveis, tais como as já citadas acima. Em resumo, este trabalho possui o objetivo de compreender a história dos homens e das mulheres na luta pelos seus direitos a partir de importantes autores que contribuíram sobremaneira para combater a desigualdade entre os sexos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreensão da formação do homem e do machismo na sociedade é preciso entender o sistema patriarcal e o papel que o homem exerce nesse sistema uma vez que o mesmo implica na desigualdade entre os sexos, promovendo a concentração de poderes e privilégios nas mãos dos homens, considerados o sexo superior, em detrimento da mulher.

Segundo Engels (1979), a grande derrota do sexo feminino no plano histórico universal ocorreu a partir do momento em que a sucessão gentílica e hereditária matrilinear foi substituída pela patrilinear. Esta derrota trouxe consigo a repressão sexual da mulher, fundamentada na preocupação de garantir a legitimidade dos filhos.

Nesse novo cenário das relações entre os sexos, foi estabelecida a família monogâmica, assentada no domínio masculino que tinha como objetivo primordial, procriar os filhos cuja paternidade fosse indiscutível, uma vez que estes filhos seriam os herdeiros do patrimônio paterno.

O homem, agora conhecedor de sua força física para desenvolver as atividades necessárias para a preservação do grupo e consciente do seu papel no ato da fecundação, partiu em busca de novas descobertas como a agricultura e a criação de animais, fixando-se num determinado território.

Nesse contexto de dominação masculina firma-se a nova ordem patriarcal. Nela, a função e a imagem da mulher foram se restringindo ao ambiente doméstico e a naturalização desse processo sociocultural trouxe a legitimidade do poder do homem em desfavor da mulher.

Como salienta Saffioti (1979, p. 11): “quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história”.

O conceito de patriarcado surgiu com a função de denominar um sistema de organização familiar, no qual, o pai, reconhecido como o chefe da família possuía poder irrestrito sobre os membros desse grupo, mas, na concepção feminista, o patriarcado surge para representar as relações desiguais entre homens e mulheres.

Para Saffioti (2004, p. 54), trata-se de um sistema de organização das relações sociais baseado em critérios de divisões desiguais de tarefas entre homens e mulheres que “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

Essa desigualdade entre os sexos foi uma questão discutida por muitos filósofos dentre os quais podemos citar Rousseau, filósofo que, ao tratar sobre a desigualdade

entre homens e mulheres, afirmava que a natureza humana, de uma forma ou de outra, determinara que as mulheres devessem ser subordinadas ao homem.

Portanto, se o homem era criado para a liberdade e independência, à mulher era destinado o papel de um ser passivo, recatado e dependente. Para Aquino de Souza (2015, p.153): “Rousseau não deixa dúvida de que defende a completa dependência da mulher em relação ao homem e afirma que a dependência constitui a condição natural das mulheres”.

No sistema patriarcal, a desigualdade entre homens e mulheres se desdobra provocando diversos conflitos nas relações afetivas que aos poucos se transformam em graus diferentes de violência contra a mulher.

O regime patriarcal produz um efeito destrutivo e conflituoso, legítima comportamentos negativos do homem que reforçam a violência, a desigualdade de gênero e a invisibilidade da mulher. A negação do feminino, materializada através da misoginia, transfobia, preconceito, agressão e medo advém da dominação do homem, que coloca a mulher em um lugar de subalternidade, regado pelo ódio e pela violência representadas pela falta da liberdade de ir e vir, de expor suas opiniões, de ser ouvida, de vestir-se, de ser reconhecida profissionalmente e de se expor.

Assim, refletir e lutar pela igualdade de gênero e pela dissolução das hierarquias originadas pelo patriarcado significa adotar um comportamento masculino mais humano, aberto, sensível e afetuoso, caminho para a construção de uma nova concepção de masculinidade e identidade do homem. Em busca de uma sociedade igualitária e contra a violência de gênero contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação de outras realidades de masculinidades, não julgadas como subalternas, fracas e deficientes possibilitam o rompimento desse lugar opressor e dominador que ao homem é destinado. A subjetividade das narrativas deve prevalecer, ou seja, aos homens deve ser possibilitada a reconstrução dos seus discursos para que repensem seus comportamentos como uma forma de abertura de diálogo entre homens e mulheres na luta contra as desigualdades de gênero vivenciadas na sociedade.



REFERÊNCIAS

AQUINO DE SOUZA, C.A. Desigualdade de Gênero no Pensamento de Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos** – Eletrônica, vol. 20- nº1. jan-abr, 2015.

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. 1979.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde política. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro: v. 10, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____, **Gênero, patriarcado e violência**. 2. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

**“MULHER TRANS MULHER É!”
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO RESP Nº 1.977.124 - LEI MARIA DA
PENHA E MULHERES TRANS.**

Artigo científico – Mestrado em Ciências Humanas e Sociais
Leonardo do Nascimento Feitosa

Dr. Carlos Henrique de Lucas. – PPGCHS – UFOB.
leonardo.feitosa@ufob.edu.br

RESUMO

O Brasil ocupa o 1º lugar entre os países que mais matam e violentam pessoas transexuais. No interim dessa discussão, o STJ julgou, de forma inédita, em 2022 o recurso especial de nº 1.977.124, que reconheceu a Lei 11.340/06, popularmente conhecida como “Maria da Penha”, aplicável ao casos de violência doméstica e familiar contra mulheres trans. Este trabalho se interessa por investigar as categorias mobilizadas no interior do REsp, a partir das definições conceituais realizadas pelo relator Rogerio Schietti Cruz, quem apresenta conceitos como gênero, transexualidade, transgênero e identidade de gênero, assim como por cotejar tais conceitos com os sentidos que as teorias de gênero e sexualidade a eles atribuem, notadamente os estudos inspirados por perspectivas pós-estruturalistas, nomeadamente queer, através de uma análise qualitativa, na tentativa de responder a hipótese de que haveria uma *contaminação* das categorias jurídicas produzidas no âmbito da decisão do STJ pelas proposições teóricas oriundas dos estudos queer.

Palavras-chave: Contaminação; Maria da Penha; Mulheres trans; Queer; Violência.

INTRODUÇÃO

Em abril de 2022, o STJ julgou o recurso especial de nº 1.977.124, que, de maneira inédita, reconheceu que a Lei 11.340/06, popularmente conhecida como “Maria da Penha”, também deve ser aplicada a casos de violência doméstica e familiar contra mulheres trans. Essa decisão confirma o que já se sabe sobre as violências que as afetam e demonstram que essas pessoas têm sua humanidade reduzida e podem se ver à margem do Estado. Para fins de análise do *corpus*, figuram como sujeitas desta pesquisa, as pessoas transexuais e transgêneras, que vivem no Brasil, o país em que mais se matam essas sujeitas, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, motivo esse que reforça a importância da decisão.

A bibliografia especializada (OLIVEIRA, 2020; ANDRADE, 2019) conceitua transexuais como pessoas cuja identidade de gênero se apresenta dissente do gênero atribuído no momento do nascimento. É uma assunção de gênero que se rebela contra uma definição heteroimposta. Já as pessoas transgênero se compreendem como ou se percebem como inadequadas de gênero e reivindicam uma identidade de gênero que não é binominal, é dizer, que não se vê, necessariamente, no interior das duas possibilidades violentamente impostas a todas as pessoas: homem ou mulher. As categorias, transexual e transgênero, para além de outras categorias, como gênero, identidade de gênero, emergiram no REsp sob análise enquanto classificações que autorizam uma interpretação que viabiliza o aproveitamento da lei Maria da Penha que estava vinculada, inicialmente, apenas a mulheres cis, e que, agora, se estende a mulheres trans.

Nesse sentido, este trabalho se interessa, por um lado, por investigar as categorias mobilizadas no interior do REsp anteriormente citado, a partir das definições conceituais realizadas pelo relator Rogerio Schietti Cruz, quem apresenta conceitos como gênero, transexualidade, transgênero e identidade de gênero, e, por outro lado, por cotejar tais conceitos com os sentidos que as teorias de gênero e sexualidade a eles atribuem, notadamente os estudos inspirados por perspectivas pós-estruturalistas, nomeadamente queer.

E reside nesse cotejo a hipótese com a qual trabalhamos neste texto: se haveria uma *contaminação* das categorias jurídicas produzidas no âmbito da decisão do STJ¹ pelas proposições teóricas oriundas dos estudos queer.

¹ Ao longo do artigo, essa ideia como hipótese será mais bem discutida, contudo, se constitui nessa, a principal premissa da Dissertação de Mestrado, atualmente em desenvolvimento e da qual este artigo compõe um capítulo.

MÉTODO

Como abordagem metodológica a orientar a feitura deste trabalho, foi lançada mão de uma análise qualitativa do *corpus* da investigação, ou seja, o texto do REsp, a partir das categorias de gênero, transexualidade, transgênero e identidade de gênero, dentre outras correlatas que aparecem no escrito. Em conclusão, a discussão principal deste artigo: a análise das categorias expressas no REsp que fundamenta a decisão que autoriza a aplicação da lei citada em favor das mulheres trans.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vemos, em relação à decisão do Tribunal de origem, que o gênero somente faria referência ao sexo feminino (biologicamente mulher). Um erro, pois o próprio art. 5º da Lei Maria da Penha identifica que não se deve falar em analogia, referente à violência baseada no gênero, mas sim de aplicação do texto da lei, e não no “sexo biológico. É perceptível que o Relator, afirma por diversas vezes que as categorias discutidas, como gênero, são atribuições socialmente construídas e não biológicas. A naturalização é uma categorização errada de algo construído culturalmente como característica biológica e que incorretamente é aproveitada como justificativa para admitir determinadas desigualdades.

Temos avanços como o conceito de identidade partindo não apenas da visão que a pessoa tem de si mesma, mas também de como é vista por outros indivíduos. Assim como da percepção de que não é preciso se falar na necessidade de retificação do sexo no assento de nascimento, pois, independente da alteração, há identidade de gênero da vítima com o sexo feminino, o que basta para que sua vulnerabilidade seja reconhecida no contexto da violência doméstica”. (STJ, 2022, on-line).

Com relação à possibilidade de aplicação da Lei n. 11.340/2006 em razão do gênero, entende-se através do REsp, que o elemento diferenciador da abrangência da Lei nº 11.340/06 é o gênero feminino. Ocorre que pode não haver concordância entre o sexo considerado como biológico e a identidade subjetiva. Nesse sentido, a Lei é vasta, abrangendo, por exemplo, as pessoas homossexuais femininos e masculinos, as travestis, as/os transexuais e as/os transgêneros, as/os quais tenham identidade com o gênero feminino”. (STJ, 2022, online).

Quando se fala em corpos, entende-se que são históricos, são dramas, reproduções. (Beavouir, 2016). Já entendido que gênero é uma construção que não possui uma “essência” que o preceda e não é um fato, o relator afirma que formas de atuação de gênero geram a própria ideia de gênero, e sem esses atos não poderia haver gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que há um embate entre o objetivo da lei Maria da Penha e sua aplicação, por que esta deveria proteger o gênero feminino, mesmo o judiciário não reconhecendo essas minorias que se encaixam dentro do gênero feminino levando em consideração tão somente o sexo biológico feminino. *Contaminado* pelos estudos queer, é possível identificar no REsp que não se deve falar em analogia, referente à violência baseada no gênero e quando houver referência à Lei Penal, mas sim de aplicação do texto da lei, e não no “sexo biológico”, mesmo o REsp ainda trazendo o sexo como sendo biológico. As categorias analisadas são atribuições socialmente construídas e não biológicas e muito menos binária, como o gênero, performance que pode ser punida por conta de sua distinção ser parte da humanização das pessoas, que fazem seus corpos e de maneiras distintas.

Mesmo com o atravessamento dos estudos queers, é perceptível que a interação dessas teorias na literatura criminológica e jurídico-penal no Brasil ainda é limitada, pela dificuldade em debater o “preconceito contra corpos estranhos na visão heteronormativa”. O entendimento exige a desconstrução do cenário da heteronormatividade, para permitir o acolhimento, como iguais, de pessoas com alguma diferença, para um tratamento igualitário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, BRUNA DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, JOSÉ SEBASTIÃO. A falha das políticas públicas de saúde inerentes as pessoas transgênero e sua interferência na vida das atletas transexuais brasileiras. **Revista Pensamento Jurídico**, v. 15, n. 2, 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. (Vol. 1). Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp Nº 1977124 - SP (2021/0391811-0) Relator: MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ. Data de Julgamento: 05/04/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/04/2022). **JusBrasil**, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1473961621>.

Benevides, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em : <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>



GUSMÃO, Áklla Tayná Rocha; FONSECA, Maria Fernanda Soares. **A possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha para Transgêneros.** Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns – VI Congresso em Desenvolvimento Social, INSS: 2358- 3991, p. 990-994, ago. 2018.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA ACADEMIA: UM ESTUDO PROSPECTIVO

Tese de Doutorado

Márcia Moreira Neves
Universidad Internacional Iberoamericana

Laura Triviño Cabrera
Universidad de Málaga

marcia.moreira@doctorado.unini.edu.mx

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos os resultados preliminares de um levantamento sobre a ocorrência de violência e discriminação de gênero, no âmbito acadêmico do ensino superior no estado do Rio de Janeiro. O público-alvo da pesquisa são indivíduos que se identificam com o gênero mulher e que trabalham ou estudam em instituições de ensino superior ou instituições de ciência e tecnologia. Nossa motivação parte da hipótese que o sistema acadêmico brasileiro é baseado no patriarcado como um sistema de dominação das mulheres e imposição de papéis e estereótipos de gênero. Nossos resultados mostram os altos índices de violência e discriminação sofrido pelas entrevistadas, com percentuais de 52,28% e 25,26%, respectivamente. Predominam a violência psicológica e a discriminação de identidade de gênero, realizada por indivíduos homens, geralmente em posição hierárquica superior. Os resultados preliminares tendem a verificar a nossa hipótese.

Palavras-chave: violência de gênero; discriminação de gênero; assédio; academia; androcentrismo.

INTRODUÇÃO

Podemos supor que a academia passe a ideia de equidade, com um ambiente progressista e fértil, onde encontramos o desenvolvimento de novas tecnologias e que novos conceitos surgem no campo das ideias, não importando o gênero do indivíduo, cor da pele ou região em que nasceu. Entretanto, o que encontramos é o retrato do meio em que vivemos, onde a ideologia patriarcal e o androcentrismo do conhecimento científico contribuem para invisibilizar às mulheres na ciência e para construir a desigualdade de gênero (LÖWY, 2009; SCHWINN e MÂNICA, 2021). A academia no Brasil não é uma exceção, como mostram alguns levantamentos recentes que indicam uma maioria numérica de homens ocupando os empregos e os cargos de importância (ABC, 2018; INEP, 2020). O estereótipo do cientista homem, a desacreditação da mulher como pesquisadora e a falta de incentivo em função da maternidade, são alguns dos obstáculos que a mulher se depara ao optar pela carreira acadêmica, além do assédio moral e sexual. Segundo pesquisa realizada em 2015 pelo Instituto Avon/Data Popular, metade das universitárias no Brasil já sofreu assédio e quase 30% delas já passaram por violência sexual durante a vida acadêmica (MIGUEL, 2016). O silêncio com relação a violência de gênero dentro das universidades e centros de pesquisa se reflete no baixo índice de produção de estudos voltados contra esta e seus agentes (VARELA, 2020). Alguns trabalhos exploram os efeitos da violência de gênero, mas poucos levam em consideração as vozes dos pesquisados (VIDU et al., 2014).

Acreditamos, entretanto, que, ainda que a academia seja propugnadora da cultura androcêntrica, a própria academia pode ser capaz de rever esta situação paulatinamente, de dentro para fora, utilizando a sua própria estrutura. Mas para poder propor soluções neste sentido precisamos primeiro entender a situação atual do problema. O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados preliminares de um levantamento, realizado junto a instituições acadêmicas do estado do Rio de Janeiro, que visa identificar as variáveis que incidem com maior impacto no espectro de violência e discriminação de gênero na academia. Pretendemos indagar sobre a percepção da população feminina acadêmica com relação ao investimento por parte das instituições, tanto em contenção quanto em prevenção à violência contra as mulheres. Esperamos, também, poder identificar quais segmentos podem ser considerados mais sensíveis com relação à discriminação de gênero e de minorias.

MÉTODO

Utilizamos uma metodologia de pesquisa mista (qualitativa-quantitativa) dentro da estrutura de um paradigma feminista crítico. O levantamento foi realizado através

de um questionário na plataforma Google Forms. A análise foi descritiva com uma abordagem interseccional (CRENSHAW, 1989), utilizando-se um sistema fechado de categorias, baseado em gênero, raça, orientação sexual e classe social (TRIVIÑO-CABRERA, 2022), e um sistema aberto de subcategorias. As perguntas foram baseadas nos conceitos apresentados em JESUS (2012) e na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006). O questionário foi produzido especificamente para indivíduos que se identifiquem com a identidade de gênero mulher, que trabalhem ou estudem em Instituições de Ensino Superior (IES), e/ou, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), no estado do Rio de Janeiro, e que possuam mais de 18 anos. O recrutamento das entrevistadas foi feito através de convite por e-mail, a partir dos endereços extraídos das páginas de internet da ICTs e IESs. Por sua vez, os indivíduos contatados tiveram a liberdade de compartilhar o questionário com outros indivíduos que estivessem dentro do público-alvo.

A entrevista apresentou um total de 37 questões, sendo 35 objetivas de múltipla escolha e duas discursivas. As perguntas foram formuladas visando identificar o perfil da respondente, os tipos de violência e discriminação sofridas pela respondente, quando houve, e o perfil da instituição da respondente. Também foram incluídas perguntas com o objetivo de levar à respondente à reflexão sobre a opinião de um terceiro indivíduo em relação a diferentes temas: direitos trabalhistas, aparência física, maternidade e desempenho (GALVÃO, 2020; MATOS, 2021). O questionário foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do processo 67074122.5.0000.52.89, parecer nº

5.888.156. O questionário foi elaborado em julho de 2022 e encerrado em abril de 2023. Ao total, foram enviados 2.062 e-mails convidando docentes/pesquisadoras de 21 IESs e ICTs, obtendo-se resposta de 286 indivíduos. Isto constitui uma amostra estatisticamente significativa, assumindo um universo de 16.275 docentes mulheres no ensino superior do RJ, de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa revelou que a idade dos indivíduos, em sua maioria, se encontra entre 30 e

59 anos, majoritariamente branco (75,44%), cisgênero (89,51%), heterossexual (87,02%) e cristão (48,07%), havendo um equilíbrio entre indivíduos com filhos (49,12%) e sem filhos (50,88%). Com relação à formação acadêmica, a maioria possui pós-graduação (92,99%), com destaque para Ciências Humanas (29,82%), Ciências Sociais Aplicadas (21,75%) e Ciências Exatas e da Terra (16,49%), sendo a maioria dos indivíduos professor (67,37%). Considerando os dados referentes à cor, quando perguntado ao indivíduo qual forma de discriminação identifica ter sofrido, identidade de gênero vem em primeiro lugar, com 23,61%, e cor da pele em quarto lugar, com 11,11%. Entretanto,

quando comparamos os dados da população que se declara parda e preta, mais de 40% declara ter sofrido discriminação em suas instituições. Sendo assim, concluímos que os indivíduos declarados pretos e pardos tendem a sofrer mais com as questões que envolvem a cor da pele que a questão de gênero, sem que necessariamente sejam excludentes.

Fica evidente o alto índice de violência e discriminação sofrida pelas respondentes. 52,28% já sofreram algum tipo de violência, sendo que 33,56% sofreu 5 vezes ou mais. A maioria dos indivíduos apontou o responsável da violência como sendo homem (50,67%) e como sendo o seu superior hierárquico (42,67%). A violência psicológica é o principal tipo de violência identificada pelas respondentes (72,48%). Com relação à discriminação, 25,26% dos indivíduos já sofreu alguma forma, sendo que 22,22% sofreu 5 vezes ou mais. Neste caso, em 40,28% dos eventos, o responsável era um homem e em 41,67% dos eventos, seu superior hierárquico. A identidade de gênero é o principal tipo de discriminação identificada pelas respondentes (23,61%).

Em relação ao comportamento das instituições, percebemos que mesmo naquelas instituições que possuem algum tipo de ouvidoria e/ou protocolos, não há a cultura ou o incentivo para que ocorra a denúncia, pois 90,41% das entrevistadas afirmam não ter denunciado em caso de discriminação e 85,23% em caso de violência. 47,02% das entrevistadas afirmou que a instituição não possui uma linguagem clara em relação ao que é considerado violência e discriminação. 80% respondeu que não há ou que não sabe se há medidas preventivas para o problema, e 75,41% que não há ou que não sabe se há incentivos para a denúncia. Com relação a se existem procedimentos para investigação e resolução de denúncias, 38,25% respondeu que sim, 21,40% manifestou saber que há serviços de apoio as vítimas de violência e apenas 4,56% respondeu que há treinamentos periódicos em prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise preliminar, verificamos que o ambiente acadêmico do estado do Rio de Janeiro se apresenta violento e discriminatório para indivíduos que se identificam com o gênero mulher. A cultura da violência parte principalmente dos superiores hierárquicos e de seus pares, em sua maioria homens, que utilizam como principal forma de violência a psicológica. Apesar de serem mulheres com alta escolaridade, em sua maioria com pós-graduação, não denunciam os seus algozes, sofrendo repetidas vezes o que pode se caracterizar como assédio. Desta forma, perpetuam-se o “direito a não saber” e a “ignorância cultivada”, com formas de evitar o reconhecimento das distintas formas de violência na comunidade acadêmica (MINGO e MORENO, 2015). Verificamos também que as instituições, apesar de possuírem instrumentos como



ouvidoria, em geral não mostram, de fato, envolvimento com o processo de reversão do quadro. Não se observam mecanismos de denúncia, investigação, acolhimento às vítimas, aconselhamento, divulgação de políticas e treinamentos periódicos.

REFERÊNCIAS

ABC – ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Mulheres são minorias entre reitores e nas bolsas de pesquisas mais prestigiadas. **Os Acadêmicos**, 7 fev. 2018. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2018/02/07/mulheres-sao-minoria-entre-reitores-e-nas-bolsas-de-pesquisa-mais-prestigiadas/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8. 1989.

GALVÃO, W. Candidata negra foi desqualificada de cota racial em concurso por ser 'bonita', entende Justiça do DF. **G1**, 2 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/02/candidata-negra-foi-desqualificada-de-cota-racial-em-concurso-por-ser-bonita-entende-justica-do-df.gh.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília: Inep, 2019.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília: Inep, 2020.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos**. 2. ed. Brasília: UnB, 2012. 42 p.

LÖWY, I. Ciências e gênero. *In*: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: EDUNESP, 2009. p. 40-44.

MATOS, T. Gal Gadot estrela 'Alerta vermelho' e fala sobre luta por igualdade salarial: 'Todos deveriam ser feministas'. **G1**, 8 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2021/11/08/gal-gadot-estrela-alertavermelho-com-ryan-reynolds-e-dwayne-johnson-e-falas-sobre-luta-por-igualdadesalarial.gh.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MIGUEL, S. Preconceitos e estereótipos impactam progressão da mulher na ciência. **Instituto de Estudos Avançados da USP**, 22 set. 2016. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/preconceitos-e-estereotipos-impactam-progressao-damulher-na-ciencia>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MINGO, A.; MORENO, H. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: Violencia de género en la universidad. **Perfiles Educativos**, v. 37, n. 148, p. 138-155, 2015.



LÖWY, I. Ciências e gênero. *In*: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: EDUNESP, 2009. p. 40-44.

SCHWINN, S. A.; MÂNICA, C. S. *In*: DA COSTA, M. M. M. (ed.). **Anais do XVII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas** Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2021. art. 21452.

TRIVIÑO-CABRERA, L. **Feminist critical literacy. From mainstream culture to didactic produsage**. Barcelona: Octaedro, 2022.

VARELA, H. Las universidades frente a la violencia de género. El caso de la Universidad Autónoma de Guanajuato. **Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México**, v. 6, p. e556, 2020.

VIDU, A.; SCHUBERT, T.; MUÑOZ, B.; DUQUE, E. What students say about gender violence within universities: Rising voices from the communicative methodology of research. **Qualitative Inquiry**, v. 20, n. 7, p. 883-888, 2014.

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE SOBRE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

Dissertação de Mestrado

Nilva Menezes Carvalho
sob orientação da Prof^a Dr^a Tatiana Machiavelli do Carmo
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

nilvamcpsi@hotmail.com

RESUMO

A naturalização das violências nos ambientes de saúde se conecta com o regime social patriarcal, no qual são reproduzidas relações de poder hierarquicamente estruturadas, baseadas nas diferenças entre os sexos, atribuindo ao homem o controle das relações, colocando como natural os processos de violência e objetificação das mulheres. Essa pesquisa teve como objetivo conhecer as vivências das(os) profissionais de saúde com formação universitária nos atendimentos às mulheres em situação de violência de gênero na Atenção Primária à Saúde (APS). Trata-se de um estudo de campo, com abordagem qualitativa, composta por dez participantes. As(os) participantes foram identificadas(os) a partir da metodologia *snow ball*. Os dados qualitativos foram analisados a partir dos Núcleos de Significação. Constituiu-se quatro núcleos: Acolhimento e Estabelecimento de Vínculo, A Relação Entre Saúde Mental e Violência Contra As Mulheres, As Práticas Profissionais Assumidas Frente a um Contexto de Violência, A Pandemia de COVID-19 e a Violência Contra as Mulheres. Foi observado que os profissionais de saúde enfrentam desafios ao identificar e desenvolver estratégias para lidar com mulheres em situação de violência. Percebeu-se que os recursos mais utilizados pelos participantes para lidar com mulheres em situação de violência foram o acolhimento e o estabelecimento de vínculo. Foi constatado que as usuárias da APS, frequentemente apresentam problemas de saúde mental associados à violência, porém costumam não expressar a violência como sua principal queixa. Observou-se que as perguntas em torno do aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia de COVID-19 despertaram reflexões sobre o assunto.

Palavras-chave: Violência; Gênero; Mulheres; Profissionais de Saúde.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres propicia variados prejuízos à vida e à saúde, tendo potencial de levá-las à morte. É um cenário no qual suas dores são tão excessivas que podem levar ao suicídio e/ou condutas auto lesivas. Muitas mulheres são acometidas diariamente pela violência (SOUTO; CASTELAR, 2020).

A naturalização das violências nos ambientes de saúde se conecta com o regime social patriarcal, visto que esse sistema reproduz relações de poder hierarquicamente sistematizadas alicerçadas nas diferenças entre os sexos, atribuindo ao homem o controle das relações, colocando como natural os processos de violência e objetificação das mulheres (SOUTO; CASTELAR, 2020). Nas relações entre homens e mulheres, a dominação masculina se manifesta como elemento patriarcal, estruturando a relação num modo de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2015).

A violência contra as mulheres se qualifica como um modo de violência de gênero, uma vez que acontece devido a pessoa ser o objeto da violência e pertencer ao gênero feminino, além de ter como base a preservação de papéis sociais impostos a homens e mulheres (CURIA et al., 2020).

O objetivo dessa pesquisa é conhecer as vivências das(os) profissionais de saúde com ensino superior nos atendimentos às mulheres em situação de violência de gênero e compreender os tensionamentos advindos dessas situações.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. Composta por dez participantes. Como critérios de inclusão, foram selecionadas(os) profissionais da saúde com 18 anos ou mais, ensino superior completo e atuantes na Atenção Primária à Saúde. Para a obtenção de dados, foram realizadas entrevistas presenciais semidirigidas. As entrevistas investigaram as experiências das(os) profissionais de saúde com atendimentos voltados para violências de gênero no cotidiano de trabalho e suas percepções. Foram realizadas em sala reservada nas instituições de Unidade Básica de Saúde. O ambiente onde ocorreram assegurou conforto material e psicológico a(ao) participante. Elas foram audiogravadas, tiveram duração média de vinte minutos e, posteriormente, transcritas literalmente.

Durante as entrevistas, foram abordadas questões que aprofundaram os atendimentos das(os) profissionais com o intuito de abranger os objetivos, como: a rotina e tempo de trabalho na instituição; os conhecimentos das(os) profissionais sobre as questões que envolvem as violências contra mulheres; o acolhimento, as emoções e sentimentos das(os) profissionais nos atendimentos; as dificuldades; o conhecimento

em relação ao tema. A pesquisa foi realizada na cidade de Jataí – GO, nas instituições de atendimentos da Atenção Primária à Saúde. As(os) participantes foram identificadas(os) a partir da metodologia *snowball* (VINUTO, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados sociodemográficos das(os) participantes, conforme apresentado na Tabela 1, verificou-se que a média de idade foi de 30,4 anos, variando de 28 anos com a idade mais jovem até 37 anos com a mais avançada. Sobre a naturalidade, as(os) entrevistadas(os) eram naturais de Jataí.

Tabela 1 - Dados Sociodemográficos

Participantes	Idade	Profissão	Etnia	Estado Civil	Renda	Religião	Filhos	Identidade de Gênero	Nível de Escolaridade
Velma	28	Médica	Branca	União Estável	> 5	—	1	Mulher cisgênero	Pós incompleta
Grey	37	Médica	Parda	Casada	> 5	Católica	1	Mulher cisgênero	Pós completa
Moana	29	Enfermeira	Branca	Solteira	> 5	—	-	Mulher cisgênero	Superior e Pós completos
Miranda	28	Enfermeira	Branca	Casada	> 5	Protestante	1	Mulher cisgênero	Superior completo
Luca	30	Médico	Pardo	Solteiro	> 5	Cristão não praticante	-	Homem cisgênero	Superior completo

Encontramos os núcleos de significação a partir dos sentidos construídos pelos profissionais de saúde em relação a violência de gênero no contexto da APS. A Construção do Vínculo foi o primeiro núcleo formado a partir da análise das entrevistas. O estabelecimento de vínculo foi a estratégia mais utilizada pelas(os) participantes para lidar com o tema.

Acolhimento, vínculo e diálogo são instrumentos relacionais importantes nos atendimentos de mulheres em situação de violência. No acolhimento estão relacionadas capacidade de entendimento e atenção as experiências dessas mulheres. A escuta das queixas de uma forma acolhedora e empática, oportuniza a construção do vínculo que proporciona a expressão do sofrimento e assim o reconhecimento da violência (SOARES; LOPES, 2018).

A Relação entre Saúde Mental e a Violência Contra as Mulheres foi o segundo núcleo. Verificou-se que os adoecimentos mentais nas mulheres em situação de violência são muito comuns no ambiente da APS, uma vez que as queixas das violências

não aparecem como demanda principal, chegando delineadas por questões de saúde mental como ansiedade, depressão, autoextermínio. Infelizmente, os participantes recorrem aos sintomas e adotam a abordagem da medicalização como uma forma de lidar com a situação, transformando a violência contra as mulheres em uma questão patológica.

Dessa forma, tanto marcas físicas evidentes como sinais sutis de violência, como tristeza, introspecção e ansiedade, podem ser considerados como indícios que levantam suspeitas de violência e demandam investigação do relacionamento conjugal junto à mulher ou em colaboração com outros membros da equipe profissional (CARNEIRO et al., 2022).

As Práticas Profissionais Assumidas Frente a um Contexto de Violência como terceiro núcleo. Identificou-se que um programa de formação continuada pode fornecer instrumentos teóricos e metodológicos para abordar as usuárias e identificar experiências de violências. No entanto, foi observado que as(os) participantes apresentavam pouca familiaridade com o tema, o que resultava em desafios ao lidar com usuárias que têm a violência como sua principal demanda.

O trabalho na área da saúde envolve uma dimensão subjetiva, essencialmente baseado em relações humanas e incorporando tecnologias ao longo do processo de saúde, doença e cuidado. Isso requer dos profissionais uma formação de qualidade, educação continuada e competências específicas para atender às demandas do mercado de trabalho na área da saúde (MACHADO; XIMENES, 2018).

A Pandemia de COVID 19 e a Violência Contra as Mulheres como último núcleo. Quando foi perguntado sobre o aumento de violências contra as mulheres na Pandemia de COVID 19, as(os) participantes inicialmente não conseguiam identificar ou desconheciam os índices de aumento de violência, mas ao longo das entrevistas, conseguiram relacionar as situações que poderiam propiciar esse aumento.

O isolamento social decorrente do contexto pandêmico pela COVID-19 possibilitou um cenário de maior vulnerabilidade às mulheres, visto que permanecendo majoritariamente no âmbito do lar, os riscos de acometimento por violências aumentaram dado por situações como a perda do emprego ocasionando problemas financeiros, estresses pela permanência de toda a família no mesmo ambiente, entre outros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE [OMS], 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que as mulheres procuram um ambiente de saúde quando se sentem vulneráveis devido a violência de gênero. Entender as perspectivas e práticas das(os) profissionais de saúde em atendimento com mulheres em situação de violência



nos ajuda a pensar as lacunas e possibilidades deste ambiente. O estudo verificou que o processo de vinculação e acolhimento são estratégias eficazes no enfrentamento da violência de gênero.

A pesquisa revelou uma correlação entre adoecimento mental e violência de gênero, uma vez que as usuárias do sistema de saúde relatam ansiedades e depressão como queixas, sendo a violência que desencadeia os adoecimentos. Foi percebido que as(os) profissionais de saúde enfrentam dificuldades ao lidar com mulheres em situação de violência, devido ausência de conhecimento. A pandemia de COVID-19 aumentou os índices de violência contra mulheres e o estudo evidenciou o desconhecimento das(os) profissionais de saúde sobre essa questão, porém ao serem questionadas(os) conseguiram refletir sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Jordana Brock et al. MODELO TEÓRICO-EXPLICATIVO DO CUIDADO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 31, 2022.

CURIA, Beatriz Gross et al. Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

MACHADO, Maria Helena; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1971-1979, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques. Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersetorial. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 789-800, 2018.

SOUTO, Verena Souza; CASTELAR, Marilda. Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE et al. **COVID-19 e violência contra a mulher: o que o setor/ sistema de saúde pode fazer, 7 de abril de 2020**. Organização Mundial da Saúde, 2020.

ENTRE PERCEPÇÕES E AÇÕES: O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR

Tatiane dos Santos Moreira
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
moreiratatis@gmail.com

Yuri Barbosa Martins de Oliveira
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
martinsiury96@outlook.com

Tatiana dos Santos Moreira
Mestra pelo Programa de Pós-graduação Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à
Educação (GESTEC/UNEB) tatiana.juju@hotmail.com

RESUMO

Este resumo apresenta a intervenção realizada em uma escola pública da Rede Estadual da cidade de Feira de Santana, a partir da investigação promovida pela dissertação no Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGED/UNEB), com o intuito de visibilizar o enfrentamento da violência de gênero na escola. Diante disso, o objetivo geral da intervenção consiste-se em compreender a percepção juvenil em relação ao enfrentamento da violência contra mulher na escola. Para isso, foi utilizada a pesquisa aplicada de abordagem qualitativa, partindo da perspectiva da pesquisa-ação como procedimento técnico. Para produção de informações foram utilizados como dispositivos metodológicos a roda de conversa, palestra e cine debate. Diante dessa investigação, os resultados obtidos demonstraram que os alunos trazem enraizadas algumas condutas machistas, contudo eles entenderam que não podem impor suas crenças de autoritarismo e de masculinidade para subjugar e oprimir as mulheres. Além disso, o processo interventivo também visibilizou a violência física e emocional vivenciada por discentes do gênero feminino.

Palavras-chave: Escola; Juvenil; Violência de gênero.

INTRODUÇÃO

Discutir a violência contra mulher no contexto escolar constitui uma proposta necessária e oportuna, haja vista que, conforme Araújo (2018), só conseguimos elaborar o nosso texto identitário em função da existência do Outro, da alteridade, daquilo que difere de nós. Neste caso, a escola é o local ideal para tratar as questões relacionadas à compreensão e desconstrução da violência contra mulher a partir da percepção juvenil.

Isso porque, para Candau (2008), o que parece consensual é a necessidade de reinventar a educação escolar para que se possa oferecer espaços e tempos de ensino e de aprendizagem significativos e desafiantes, a fim de que neste caso o trato sobre a violência contra mulher enseje uma sensibilização coletiva. Nesta direção, Carrano e Martins (2011) propõem que a escola reconheça e dialogue com as expressões juvenis. Sugere-se, assim, que a organização escolar possa oferecer aos jovens espaços de sociabilidade e possibilidades de compartilhar suas práticas, dialogando com seus interesses e expectativas.

Ao concebermos a escola como formadora de sujeitos e a sociabilidade como uma dimensão educativa significativa na constituição das identidades dos jovens, percebemos que ela tem um papel fundamental na interação da percepção juvenil acerca das violências em seus contextos diversos. Embora o tema seja pouco abordado na jornada pedagógica do professor, trazemos como exemplo a unidade escolar – *lôcus* de trabalho da autora desta pesquisa – onde até o presente momento não se tinha trabalhado esta questão tendo como foco a percepção dos(as) discentes a respeito da discriminação frente às mulheres. Mas porque falar sobre essas questões no contexto escolar?

Segundo Lyra (2010), a violência familiar é um problema que traz dificuldades ao cotidiano escolar, uma vez que a escola não está imune a seus reflexos e a suas consequências, o que também pode contribuir para aumentá-la quando reproduzimos desigualdades e formas de tratamento indevidas. Escolas que incentivam a participação dos pais conseguem de maneira mais exitosa ajudar famílias que usam a violência como forma de solução de conflitos. Ainda para a autora em foco, talvez seja pouco provável que a criança relate sobre o que vem sofrendo em casa. Muitas famílias escondem as formas como tratam os filhos; outras justificam os maus-tratos e abusos em nome da educação.

Diante desse contexto, muitas vezes a escola pode se constituir na sua única fonte de proteção, especialmente nos casos em que os familiares são os agressores, e as crianças e os adolescentes não encontram em outros membros da família a confiança e o apoio necessários para falar da violência que sofrem (RISTUM, 2010, p. 239).

É preciso compreender que a violência doméstica é um problema de saúde pública, vitimiza não somente as mulheres, mas também as filhas e filhos que, convivendo e presenciando tais situações, podem acabar por adotar comportamentos violentos para resolução dos seus problemas cotidianos com outras pessoas.

Qualquer mulher pode ser vítima da violência doméstica. Não importa se ela é rica, pobre, branca ou negra; se vive no campo ou na cidade, se é moderna ou antiquada; católica, evangélica, atea ou umbandista. A única diferença é que as mulheres mais ricas conseguem esconder melhor sua situação e têm mais recursos para tentar escapar da violência (SOARES, 2005, p. 13).

Portanto, embora a família continue sendo a instituição mais importante na proteção de crianças e adolescentes, a escola também desempenha papel fundamental na garantia dos direitos reconhecidos legalmente: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade e ao respeito mútuo na comunidade escolar, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, discriminação, crueldade e opressão.

Neste contexto, infere-se a escola como um local propício para fomentar a conscientização sobre a violência contra mulher, com o propósito de compreender a percepção juvenil acerca do enfrentamento desse fenômeno cultural, notando os comportamentos socialmente machistas enraizados pelos adolescentes em relação aos processos de naturalização e banalização da violência, haja vista que as consequências desse assunto repercutem de forma negativa também no bom andamento da função pedagógica escolar.

MÉTODO

A trajetória metodológica utilizada na intervenção em foco foi de perspectiva exploratória, por meio de uma abordagem qualitativa. Com relação à sua natureza, o estudo teve caráter de pesquisa aplicada, apropriando-se da pesquisa-ação, enquanto “um caminho e um conjunto de procedimentos que interliga conhecimento e ação ou extrai da ação novos conhecimentos” (THIOLLENT, 2009, p. 33). Para a produção de informações foram utilizados como instrumentos roda de conversa, palestra e cine debate que, de acordo com Moura e Lima (2014), são formas de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão.

Por fim, para a análise das informações foi utilizada a sistemática de conteúdo de Bardin (2011), na qual se consiste em uma metodologia passível de ser usada em qualquer forma de comunicação, possibilitando ao pesquisador compreender

características, estruturas ou modelos que se encontram presentes por trás das mensagens postas em determinado cenário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O local escolhido para a proposta interventiva foi o Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho lotado em Feira de Santana (BA). Os sujeitos da pesquisa dizem respeito às turmas da 1ª e 2ª série do Ensino Médio (duzentos e trinta e oito alunos estudantes matriculados e frequentes), na faixa etária de 14 a 17 anos, no turno matutino. O critério de inclusão e exclusão para a intervenção consistem-se nas turmas ministradas pela autora desta pesquisa nas aulas de Educação Física da unidade escolar supracitada.

A adesão desse projeto de intervenção na unidade escolar foi uma experiência magnífica, em que gestores, professores e funcionários se mobilizaram para a realização do mesmo. O evento sucedeu uma tentativa de feminicídio na cidade, cujo caso decorreu de um marido tentar queimar, com álcool, sua ex-esposa por não aceitar o fim do casamento e o filho presenciou o ocorrido. Esse foi o assunto disparador para acender o desejo dos alunos em discutir a violência contra mulher.

Diante desse cenário, foi realizada uma atividade diagnóstica sobre a percepção dos alunos acerca do assunto e como ação disparadora foi levada para aula. Após os relatos dos alunos e a opinião sobre o que gerava a violência contra a mulher eles responderam ao questionário relevante ao assunto.

A roda de conversa foi produzida com as advogadas e representantes da OAB, com o objetivo de compreender a percepção dos(as) discentes sobre a violência contra mulher e socializar a respostas dos questionários. Alguns ficaram inibidos em falar, mas em sua maioria um grupo significativo expôs suas compreensões sobre o assunto: “a mulher deve ter o direito iguais aos homens”, “o homem não é dono da mulher”, “os homens têm que respeitar as mulheres”, “o namorado não pode impedir a mulher de ter amigos homens”.

Nessa dimensão, os assuntos abordados pelos discentes foram, a saber: namoro abusivo; tipos de violências; os sinais para detectar se o namorado está tendo atitudes de desrespeito e privação de convivência com amigos e familiares; como proceder quando há violência; a importância de dizer “NÃO” para impor limites ao namorado; o direito da mulher usar o que quiser: roupas, acessórios e sair com quem ela desejar; masculinidade tóxica e a lei Maria da Penha.

Para finalizar, na intervenção os alunos assistiram ao documentário sobre a vida de Maria da Penha e os mesmos, após assistirem ao vídeo e debater sobre o assunto violência, feminicídio, abuso sexual e a importância da lei Maria da Penha, produziram uma redação com o tema: “Violência contra mulher na percepção juvenil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a escola é o local salutar para tratar os assuntos relacionados à violência e ao empoderamento feminino, visto que os educandos têm as informações nas redes sociais e mídias em geral, porém, não têm os esclarecimentos necessários para agenciar questões relacionadas ao enfrentamento da violência contra mulher. Sendo assim, é a educação a principal ferramenta de multiplicação de conhecimento e possibilidades de mudanças de condutas dos futuros homens e mulheres.

Frente a isso, o presente estudo propôs um novo olhar para o jovem e as suas particularidades, em que outras metodologias podem gerar resultados positivos acerca do problema. Estudos com metodologias robustas e sustentados em pesquisas participantes devem ser desenvolvidas no cenário escolar, focando a saúde dos adolescentes e seus contextos sociais. Dessa forma, não consideramos este estudo acabado, pois o ambiente é um campo rico para pesquisa e releituras/ressignificações do mesmo problema a depender do olhar de quem o observa. Sugerimos, então, mais estudos sobre a temática violência e suas novas vertentes, a exemplo cyberbullying, intolerância religiosa, violência contra a mulher negra, entre outros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **Reinventar a escola**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARRANO, Paulo César Rodrigues; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. **A escola diante das culturas juvenis**: reconhecer para dialogar. *Educação*, Santa Maria, v.36, n. 1, p. 43- 56, jan/abr. 2011

LYRA, GFD, CONSTANTINO, P., and FERREIRA, AL. **Quando a violência familiar chega até a escola**. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ, orgs. *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores* [online]. Rio de Janeiro:

Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 147-175. ISBN 978-85-7541330-2. Available from SciELO Books. <<https://docs.google.com/document/d/1ZSYrLcuo2xgifu0pbuYgZ-Ef36XKlsWrYnF2VeEW1Yc/edit>> Acesso em: 03 de março de 2023.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória - **A Reinvenção da Roda**: Roda de Conversa: Um Instrumento Metodológico Possível. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.1,p. 98-106, jan.-jun. 2014 Disponível em < [ile:///C:/Users/Carpe%20Diem/Downloads/18338-39759-1-PB.pdf](file:///C:/Users/Carpe%20Diem/Downloads/18338-39759-1-PB.pdf)> Acesso em: 05 de março 2023.

RISTUM, M. **A violência doméstica e as implicações da escola**. *Temas em Psicologia da SBP*, 2010, Vol. 18, no 1



SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentandoa-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>>. Acesso em: 14 abril. 2023.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 10a. Edição. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2009.

COMBATE AO FEMINICÍDIO NO CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER: UM ESTUDO EMPÍRICO DO CRAM PETRÓPOLIS

Pesquisa de Mestrado (em andamento)

Thais Justen Gomes
Mestranda em Direito – Universidade Católica de Petrópolis

Denise Mercedes N. N. Lopes Salles
Professora do PPGD da Universidade Católica de Petrópolis

thaisjustengomes@gmail.com

RESUMO

Os Centros de Referência e Atendimento à Mulher (CRAMs) visam promover a ruptura da situação de violência por meio de ações globais e de atendimento multidisciplinar e exercer o papel de articuladores da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Além disso, devem fazer atividades de prevenção a violência, o que inclui oficinas e palestras que visem desnaturalizar os estereótipos de gênero. Apesar disso, faltam estudos sobre os Centros de Referência e sua atuação, bem como sobre o perfil de suas usuárias, visto que não há sistematização destes dados, o que demonstra a importância deste estudo. A partir do estudo empírico, de caráter exploratório, esta pesquisa, ainda em andamento, pretende analisar de que forma as políticas públicas com perspectiva de gênero realizadas através do Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Alice da Costa Azevedo (CRAM Tia Alice) no município de Petrópolis podem atuar na prevenção da violência contra a mulher e, mais especificamente, do feminicídio. Como resultados parciais alcançados até o momento, tem-se o mapeamento das principais ações de prevenção e enfrentamento a violência realizadas pelo CRAM no ano de 2022 e, sistematização das fichas das usuárias do serviço que sofreram tentativa de feminicídio neste mesmo ano.

Palavras-chave: centro de referência de atendimento à mulher, violência contra a mulher, feminicídio.

INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha, criada com ampla participação popular e com protagonismo de grupos feministas, deve ser compreendida como um microsistema (DIAS, 2015) que não se limita em estabelecer ou aumentar punições, mas define os diversos tipos de violências, além de traçar diretrizes de políticas públicas.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007) preveem uma série de políticas públicas para o fortalecimento da rede de assistência às mulheres e destinaram recursos aos estados e municípios para a construção de equipamentos sociais para a rede de assistência, como casas abrigo e centros de referência. Os CRAMs já existiam antes da lei e do plano, porém, ganharam outra dimensão a partir destes instrumentos. Como resultado, se multiplicaram no território nacional a partir da articulação da Secretaria de Políticas para Mulheres com governos municipais (Novelino e Tavares, 2013).

De acordo com a Norma Técnica de Padronização, os Centros de Referência têm a função de articular os equipamentos e os serviços da rede de atendimento para que as necessidades da mulher em situação de violência sejam prioritariamente consideradas, de forma geral e nos casos concretos, e para que o atendimento seja qualificado e humanizado (Brasil, 2006). Ademais, o CRAM é essencial para auxiliar as mulheres a identificar e interromper o ciclo da violência, bem como a conhecer seus direitos e identificar os caminhos que podem percorrer no enfrentamento à violência. Para isto, este atendimento deve ser integral e multidisciplinar, com atendimento social, psicológico e jurídico.

Além disso, os Centros de Referência devem fazer atividades de prevenção a violência, o que inclui oficinas e palestras sobre o funcionamento da rede e para a desestruturação de preconceitos que fundamentam a discriminação e a violência contra a mulher. Silveira (2006) reforça, nessa perspectiva, o papel dos CRAM na discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade; e a recuperação da cidadania, auto-estima e confiança nas próprias percepções e decisões, isso tudo a partir do desejo da mulher.

Por fim, os CRAMs articulam-se administrativamente ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizadas, e tem como finalidade também fornecer subsídios técnicos e estatísticos sobre a questão da violência contra a mulher para gestores das políticas públicas (Bonorino, 2017).

Nesta pesquisa, salienta-se que os CRAMs são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar à mulher em situação de violência.

Ademais, devem exercer o papel de articuladores dos serviços que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. Assim, tem um papel fundamental na rede para a prevenção do feminicídio.

Apesar disso, existem poucos estudos sobre os Centros de Referência e Atendimento à Mulher e sua atuação, especialmente no direito. Também pouco se conhece sobre as usuárias destes serviços, visto que não existe sistematização e unificação dos dados de atendimento. Os dados sistematizados que a maior parte das pesquisas analisam são os da polícia e judiciário, mas não dos serviços municipais.

A proposta desta pesquisa é, assim, inovadora, na medida em que entende ser fundamental entender a atuação do CRAM para a prevenção da violência de gênero e doméstica contra a mulher. Do mesmo modo, a pesquisa tem um fator social importante, visto que apenas o judiciário não consegue propiciar um cuidado integral à mulher em situação de violência sendo fundamental também a articulação deste com a rede assistencial.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral identificar a atuação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher Maria Alice da Costa Azevedo (CRAM Tia Alice) no município de Petrópolis na prevenção do feminicídio a partir de pesquisa empírica qualitativa. Como objetivos específicos definem-se dois: realizar análise aprofundada das fichas de atendimento do CRAM Petrópolis entre 2019 e 2022 de mulheres que sofreram tentativas de feminicídio ou feminicídio e, em segundo lugar, identificar as ações concretas do CRAM Tia Alice na sua função de realizar atividades de prevenção a violência.

MÉTODO

A pesquisa empírica, de caráter exploratório, analisa de forma qualitativa e em profundidade todos os casos de mulheres atendidas no CRAM Tia Alice, localizado no Município de Petrópolis (2019-2022) que sofreram tentativa de feminicídio ou feminicídio. Será realizada uma análise sobre perfil das usuárias, o percurso dentro do equipamento e o cruzamento de dados entre os registros de ocorrência e as mulheres atendidas.

Ademais, propõe-se também uma análise qualitativa das ações realizadas no CRAM Tia Alice no mesmo período e seu potencial de mitigar ou minimizar as tentativas de feminicídio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em março de 2015, com a promulgação da Lei nº 13.104/2015, o feminicídio passou a ser previsto legalmente como uma qualificadora do crime de homicídio. A qualificadora do feminicídio consiste no fato de que mulheres são mortas em função do gênero. O fenômeno traduz o ápice do ciclo da violência. Até o momento foi realizado o mapeamento das principais ações realizadas pelo CRAM Tia Alice em Petrópolis no ano de 2022, as quais são sintetizadas no quadro abaixo:

Atividade	Data	peessoas atingidas
Roda de conversa com mulheres abrigadas na escola Princesa Isabel, no Caxambu	10/04	Aprox.. 10
Reunião e formação para o Posto de Saúde da Família da Comunidade São João Batista	08/06	Aprox. 10
Roda de Conversa na Comunidade São João Batista	14/06	30
Curso Mulheres em Movimento para moradoras da comunidade São João Batista	11/07, 25/07, 01/08. 08/08	08
Roda de Conversa na Comunidade João Xavier, incluindo roda de conversa	18/07	10
Palestra sobre ciclo da violência no programa de Residência em TIC	06/08	50
Evento "Tecendo Redes: a Luta contra a violência doméstica."	29/08	43
Palestra sobre violência doméstica e funcionamento do Cram para moradores do Chapa 4, na Capela Santíssima Trindade	14/09	Aprox. 100
Palestra para ONG Sal para Terra sobre tipos de violência e ciclo da violência	26/09	27
Roda de conversa no Castelo São Manoel	01/11	20
Roda de conversa na Academia da Saúde em Itaipava	08/11	8
Evento Tecendo Redes na Praça de Nogueira	26/11	79
Seminário Violência Contra as Mulheres: prevenção, enfrentamento e garantia de direitos	30/11	200
Palestra na faculdade de arquitetura da UERJ	01/12	29

Além das atividades mapeadas acima, observou-se que foi realizada ampla capacitação para a rede municipal. No mais, o CRAM participou de eventos organizados por ONGs e/ou outros equipamentos, levando para esses espaços debates sobre o ciclo da violência e direito das mulheres. As ações mapeadas acima estão em fase de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenho das ações preventivas realizadas pelo CRAM Tia Alice até o momento observou-se como resultado positivo que as mesmas ocorreram em localidades diversas da cidade, envolveram profissionais de outros equipamentos, eram abertas para as mulheres dos bairros em que as ações foram realizadas. Verificase também que as ações com perspectiva de gênero que debatem o ciclo da violência e a Lei Maria da Penha realizadas através do CRAM, constituem uma opção de política pública de prevenção ao feminicídio, visto que tratam de todas as formas de violência (inclusive a mais grave) e destacam ainda os riscos do escalonamento da violência doméstica, através da naturalização do ciclo da violência, o que pode levar a morte da mulher.

REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila. "Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista". In CAMPOS, Carmen Hein de (Org). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 13-37.

BONORINO, Elaine Bello. 2017. **Atuação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Vila Velha CRAMVIVE**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha. Vila Velha, ES. 2017.

CALAZANS, Myllena. CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In CAMPOS, Carmen Hein de (Org). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.39-64.

CAMPOS, Carmen Hein de. "Razão e Sensibilidade: teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha". In CAMPOS, Carmen Hein de (Org). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 1-12.

CAMPOS, Carmen Hein de. CARVALHO. Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In CAMPOS, Carmen Hein de (Org). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 143-172.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: RT. 2015.

OLIVEIRA, Thatyane Guimarães. **"Acredita no que eu tô dizendo pelo amor de Deus!"**: A aplicação da Lei Maria da Penha e as contradições de uma justiça violenta.. 2018. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2018.



NOVELINO, Maria Salet Ferreira. TAVARES, Rosimeri Silva de Santana. Coleta de informações em estudos sociais: abordagens quantitativas e qualitativas para analisar centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência. **AtoZ**: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, n. 1, v. 2, p. 10-21, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41316/25249>. Acesso em 15/06/2023. SABADELL, Ana Lúcia. Perspectivas jussociológicas da violência doméstica. Efetiva tutela de direitos fundamentais e/ou repressão penal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 840, p. 429-456, 2008.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**: Alcances e Limites – São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006-11-07.

PAIVA, Juliana da Costa Macedo. **O Uso do Centro de Referência da Mulher- CRAM em Cajazeiras PB e o Empoderamento Feminino Como Garantia de Direitos**. 2018. Dissertação apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, Souza, PB, 2018.

MULHERES EM MOVIMENTO: TECENDO REDES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Pesquisa e extensão

Thais Justen Gomes
Centro de Referência em Atendimento à Mulher
thaisjustengomes@gmail.com

Suelen Abreu Agassis Ribeiro
Centro de Referência em Atendimento à Mulher

Orientadora: Maira de Souza Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a pesquisa em andamento acerca do Curso Mulheres em Movimento, realizado por meio do Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAM) na comunidade São João Batista, localizada em Petrópolis/RJ, que teve como objetivo o fortalecimento de lideranças de mulheres e o fomento de grupos no território. A partir da pesquisa-ação este trabalho busca analisar a interface do CRAM com as lideranças comunitárias que participaram do curso ministrado. Observou-se que o curso, baseado no referencial teórico do feminismo interseccional e nas contribuições da psicologia social comunitária, buscou não invisibilizar os impactos dos entrelaçamentos de gênero, raça e classe na subjetividade das mulheres, construindo os encontros a partir da escuta das mulheres participantes. Verificou-se que por meio de técnicas de manejo de grupos, o curso propiciou o enlace entre o conhecimento sobre o funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, os tipos de violência, o ciclo da violência doméstica e a vivência das mulheres da comunidade. Ademais, houve por parte das participantes a produção de novos sentidos do ser mulher, a desnaturalização de estereótipos de gênero, a apropriação de seus direitos, utilizando-os como instrumentos, visando diminuir a desigualdade de poder em suas relações. Houve uma aproximação das mulheres com o CRAM, culminando na multiplicação deste conhecimento em sua comunidade, potencializando assim, por meio de um olhar coletivo a reconstrução e tessitura de novas redes de cuidado para as mulheres.

Palavras-chave: CRAM; ciclo da violência; grupo de mulheres; violência doméstica.

INTRODUÇÃO

Intencionando dar conta da complexidade e dos múltiplos aspectos que atravessam a violência contra as mulheres, o Brasil, a partir elaboração do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres buscou implementar políticas públicas que atuassem de maneira articulada, visando a formação de redes compostas pelos equipamentos e serviços de atendimento para a integralidade do cuidado às mulheres em situação de violência.

Neste contexto, os Centros de Referência de Atendimento à Mulher se multiplicaram no território nacional (NOVELINO E TAVARES, 2013) e adquiriram especial relevância na rede de enfrentamento, posto que têm a função de articular os equipamentos e os serviços da rede de atendimento no local onde estão inseridos (BRASIL, 2006). Neste sentido, cada município deve tecer sua rede a partir de investimentos em políticas públicas para as mulheres, assim como na formação e capacitação dos profissionais, e na construção de uma articulação com os territórios onde as mulheres estão inseridas. A partir dessa reflexão sobre o papel do CRAM como articulador da rede e diante das demandas identificadas e dos encontros proporcionados pela agenda do Ônibus Lilás nos territórios, juntamente com o Conselho Municipal e Direitos das Mulheres foi possível em Petrópolis construir e ministrar o Curso Mulheres em Movimento para descentralizar a atuação do equipamento, fomentar a criação de grupos de mulheres no território, fortalecer e construir rede e potencializar as lideranças femininas fornecendo formação sobre funcionamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, tipos de violência previstos na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), ciclo da violência doméstica e ferramentas para formação de grupos, de modo que estas passassem a ser multiplicadoras daquele saber no território. É neste contexto que surge esta pesquisa, ainda em andamento, que tem como objetivo analisar esta interface do CRAM Petrópolis com as lideranças comunitárias que participaram do curso ministrado no território.

MÉTODO

A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, que segundo Gil (2002) é caracterizada pela interação entre os pesquisadores e indivíduos que estão no território onde situa-se a investigação. Neste sentido, a construção do Curso Mulheres em Movimento realizado em 2022, baseou-se no encontro da escuta e observação das experiências trazidas pelas mulheres, intencionando compreender as estruturas de poder ali instituídas e a posição ocupada pelas mulheres nos conflitos que atravessam a realidade daquela comunidade, e o planejamento junto delas na execução de alternativas para a transformação das suas realidades.

A comunidade São João Batista, fica no bairro de Duarte da Silveira, em Petrópolis, uma região localizada às margens da BR-040, afastada do centro da cidade e erguida ao redor do antigo lixão, atualmente aterrado. Fica situada em uma área de proteção ambiental chamada Reserva Biológica do Tinguá, sofrendo com conflitos socioambientais e com o racismo ambiental que se estrutura como uma das desigualdades de poder vigentes. A região é marcada por inúmeros casos de prostituição e exploração sexual infantil, tráfico de drogas e conflito com a polícia.

O curso foi realizado em cinco encontros, onde foram utilizadas técnicas de grupo que abarcasse a dimensão coletiva e participativa da investigação, usando como referencial teórico Pichón-Riviere (1998), que nos apresenta as estratégias de grupos operativos para que as mulheres pudessem para além de participantes do grupo, tornam-se sujeitos de sua própria transformação. Assim como, a perspectiva da psicologia social comunitária que busca atuação com grupos populares para o desenvolvimento da consciência crítica e de práticas cooperativas, visando assim a autogestão das mulheres diante das violências de gênero que atravessam o cotidiano delas (CAMPOS, 2019). Cada encontro foi organizado e planejado juntamente com as participantes, sendo estabelecidos os horários e os dias da semana de acordo com a realidade das mulheres, buscando a compreensão de que o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado são importantes marcadores de opressão às mulheres instituídos pelos papéis sociais de gênero (FEDERICI, 2019).

Os encontros foram acompanhados pela discussão dos seguintes temas: papéis de gênero, direitos das mulheres e contexto de criação da Lei Maria da Penha, tipos de violência previstos na lei, ciclo da violência doméstica, funcionamento da rede de enfrentamento à violência e construções coletivas para a continuidade do grupo. A pesquisa continua em andamento, ainda serão realizadas na etapa posterior entrevistas estruturadas com as mulheres que participaram do curso, objetivando fazer uma análise dos resultados obtidos e as ações junto à comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O grupo de mulheres contava com cerca de dez mulheres participantes, em que todas relataram situações de violência doméstica vivenciadas, mas apenas uma delas era acompanhada pelo CRAM desde de 2022. Este dado observado aponta para as diversas análises que afirmam a subnotificação dos casos de violência contra a mulher, assim como fica evidente que há casos de violência que não chegam até os serviços especializados da rede de atendimento, e através do curso foi possível acessar essas mulheres, muitas em situação de extrema vulnerabilidade, e por múltiplos fatores não acessam os dispositivos da rede de atendimento.

Ao longo do curso foi trabalhado com as mulheres presentes a necessidade de olharem para si, posto que no primeiro encontro muitas apontaram que estavam presentes para aprender como ajudar outras mulheres que passavam por situações de violência, mas no decorrer do curso as participantes relataram situações de violência sexual, violência física, psicológica, cárcere privado e outras, demonstrando assim que os conteúdos trabalhados eram importantes para que elas próprias identificassem as violências vivenciadas.

Ao relatarem suas experiências de violências vivenciadas, houve um encontro das histórias dessas mulheres que mesmo compartilhando várias tarefas comunitárias e ocupando o mesmo território não conheciam a realidade de umas as outras, e a partir disso puderam pensar caminhos de forma coletiva para o cuidado e fortalecimento uma das outras na comunidade.

Neste sentido, após a roda de conversa aberta a todas as mulheres da comunidade ocorrida no decorrer do curso, foram fornecidos certificados as mulheres presentes. E, uma das participantes relata em um dos encontros seguintes que, em função dos conteúdos trabalhados no curso, começou a reivindicar com o companheiro maior igualdade em relação à divisão de tarefas domésticas, e a não conformidade com a violência psicológica vivenciada, citando o curso e a obtenção do certificado após a roda de conversa para legitimar seu posicionamento e demarcar o conhecimento sobre seus direitos.

Esse resultado é característico da educação em direitos humanos, onde se relaciona o conhecimento de direitos, o contexto de sua criação com as experiências de vida das participantes, e assim tenham condições de lutar para que seus direitos sejam reconhecidos (MAGENDZO, 2001). Uma vez que durante o curso se trabalhou os tipos de violência, o contexto de criação da lei Maria da Penha através da luta dos movimentos feministas e a desnaturalização dos papéis de gênero, as mulheres puderam buscar caminhos de fortalecimento e estar conscientes de seus direitos.

Assim, o curso auxiliou na mudança de perspectiva das mulheres participantes, propiciando um espaço de cuidado coletivo, mas ao mesmo tempo individual, onde puderam falar de si e de suas histórias. Esses momentos, facilitados pelas ferramentas de grupo, proporcionaram a tessitura de redes entre elas, na medida em que com a consolidação do grupo criaram um elo e se tornaram referências de cuidado umas para as outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o grupo formado na comunidade São João Batista se tornou, uma referência para as mulheres daquele território, possibilitando uma articulação das

AMPLIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES: CONSIDERAÇÕES SOBRE ÁGRESSÕES PERPETRADAS POR PARCEIROS ÍNTIMOS NO RIO DE JANEIRO

Joice de Souza Soares
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
joiceesoares@icloud.com

RESUMO

Os estudos sobre violência contra mulheres têm estabelecido que os perpetradores dos atos comumente são indivíduos conhecidos das vítimas. Quase sempre, as mulheres agredidas se encontram em alguma situação de vulnerabilidade relacionada às desigualdades estruturais que assolam a sociedade brasileira. O cenário de análise é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cuja capital é a segunda maior cidade do país – tanto em contingente populacional quanto em Produto Interno Bruto (PIB). A capital fluminense apresenta enormes assimetrias internas no tocante às condições de vida de seus habitantes; e, ainda, em relação às cidades que integram a Região Metropolitana. Enquanto capital, a cidade do Rio de Janeiro recebe pessoas oriundas de municípios próximos em busca de melhores condições de vida, consubstanciada na oferta de educação, trabalho e serviços básicos. Este trabalho buscará identificar as relações existentes entre indivíduos caracterizados como autores nos crimes de violência contra mulheres, a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), e aspectos sociodemográficos das vítimas. Pretende-se examinar: i) se houve, de fato, prevalência de parceiros íntimos como perpetradores dos crimes no recorte espacial e cronológico examinado; ii) se tal realidade sofreu alterações significativas considerando o território em que crime foi cometido; e iii) quais características sociodemográficas podem impactar a prevalência de crimes de violência de gênero cometidos por parceiros íntimos. Acredita-se, dessa forma, que será possível esboçar, ainda que de forma exploratória, relações entre características sociais das vítimas e maior ou menor vulnerabilidade a crimes de violência doméstica.

Palavras-chave: violência de gênero; desigualdade social; territorialização; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1990, as manchetes dos jornais do Rio de Janeiro ficaram conhecidas nacionalmente por apresentar inúmeros casos de violência urbana. Naquele momento, as discussões giravam em torno do medo generalizado das facções ligadas ao crime organizado e responsáveis pelo comércio ilegal de drogas.

A metáfora da cidade partida, de Zuenir Ventura (1994), caiu como uma luva para explicar a realidade social da capital fluminense. O Rio de Janeiro era, desta forma, uma cidade dual, marcada pela separação nítida entre a favela e o asfalto.

Nos territórios favelados, habitava toda sorte de indivíduos historicamente concebidos como indesejáveis – antes, os capoeiras, os vagabundos, as prostitutas, os devassos, os imorais e, veja só, até os comunistas, inimigos do regime ditatorial instalado em 1964 (Valladares, 1978).

Na década 1990, por seu turno, os territórios periféricos foram atrelados a bandidos e criminosos. No imaginário coletivo, a distinção entre dois mundos distintos, e completamente dissociados, apresentava nova roupagem, mas mantinha uma separação nítida: nós e eles (Leite, 2012).

No mesmo período, ganharam destaque inúmeras reportagens sobre delitos cometidos contra mulheres, chamados pela imprensa de “crimes passionais”. Sob tal perspectiva, maridos, noivos, namorados e companheiros, tomados de paixão, furor ou ciúme, cometiam atos violentos contra mulheres com as quais se relacionavam ou já haviam tido um relacionamento amoroso.

Por certo, a vitimização de mulheres por parceiros ou familiares não foi inaugurada nos anos de 1990. Várias décadas antes, o jornal *Correio da Manhã* trazia uma matéria intitulada “Rajada de sangue: apunhalou três vezes a mulher, no Engenho Novo”. Tratava-se do crime cometido, segundo o periódico, por Manuel Braga Júnior, de 37 anos, contra sua esposa Paulina Roxo, à época com 24 anos de idade.

De acordo com a matéria, o casal havia se separado e Manuel procurou a excompanheira para lhe pedir desculpas e buscar uma reconciliação – o que não aconteceu.

Enfurecido com a negativa, o homem apunhalou a moça e a assassinou.¹

A narrativa claramente tratava de um feminicídio. Infelizmente, a lei que tipificou este tipo de crime no Brasil só foi promulgada em 2015, com aproximadamente 95 anos de atraso em relação à morte de Paulina. Decerto, ela não foi a única; inúmeras mulheres certamente tiveram suas vidas ceifadas por parceiros íntimos ou familiares.

Nos muitos anos que separam o caso anteriormente descrito e o momento atual, houve muitas vitórias em relação aos direitos das mulheres e às políticas públicas

1 Correio da Manhã, edição de 4 de julho de 1920. Disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

destinadas ao enfrentamento da violência de gênero. Obviamente, as conquistas não vieram sem muita luta dos movimentos sociais e articulação junto às instituições do Estado. O esforço empreendido pelo “lobby do batom” nas discussões da Constituição de 1988 evidenciam isso de forma muito clara (Pitanguy, 2019).

Especificamente em relação à violência de gênero, a “Carta das mulheres brasileiras aos constituintes” requisitava a “[...] criminalização de qualquer ato que envolva agressão física, psicológica ou sexual à mulher, dentro ou fora do lar” (Pitanguy, 2019, p. 85). Ainda que tardiamente, o país só conseguiu oferecer uma resposta à altura em 2006, quando foi promulgada a lei 11.340 – popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

Entre a promulgação da Constituição e o respectivo ordenamento legal, passaram-se cerca de 18 anos. Decerto, muitas mulheres foram agredidas e tiveram o fim de seus dias nesse período. Sem embargo, é inegável que a lei Maria da Penha foi um divisor de águas na condução das políticas públicas ligadas à violência contra mulheres. Pela primeira vez, a violência doméstica era definida como crime em um dispositivo jurídico, com o estabelecimento de penas e, ainda, medidas de acolhimento e assistência às vítimas.

Em quase duas décadas desde então, muita coisa mudou. O padrão discursivo presente nos aparatos midiáticos já não trata os crimes contra mulheres como atos cometidos no furor da paixão. E os assassinatos são chamados do que realmente são: feminicídios, motivados pelo ódio a mulheres. Todavia, cotidianamente as edições digitais dos jornais contemporâneos trazem manchetes sobre crimes cometidos contra mulheres, em muitos casos tendo com resultado a morte.

Diferentes análises já demonstraram que a maior parte das vítimas é formada por mulheres com um perfil sociodemográfico bem específico. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), 65,6 % das vítimas eram negras; 30,3% tinham entre 16 e 34 anos; e mais de 50% habitavam cidades no interior do país.

Estudos recentes vêm demonstrando que a violência de gênero está alinhada a inúmeros fatores, como aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Nesta linha, Monteiro (2021) explicitou o quanto a violência contra mulheres segue invisibilizada na agenda das políticas públicas do estado do Rio de Janeiro, especialmente quando são considerados territórios periféricos como as favelas.

Tendo em vista os pontos destacados, postula-se neste trabalho que as desigualdades sociais são terreno fértil para a violência de gênero perpetrada por parceiros íntimos. Para tanto, buscar-se-á estabelecer relações entre o perfil das vítimas, relacionando-o a características dos territórios em análise, e sua ligação com o autor do delito. Espera-se, dessa forma, apontar o quanto as assimetrias nas relações sociais, pautadas em distinções de cor/raça, faixa etária, território de moradia etc. podem potencializar a vulnerabilidade de mulheres – sobretudo as periféricas.

MÉTODO

A fim de atender aos objetivos propostos, utilizar-se-ão estatísticas descritivas acerca das características das vítimas tais como cor/raça, faixa etária e ocupação; também se tornarão relevantes as análises sobre os territórios nos quais as violências foram majoritariamente perpetradas e o local do ato criminoso.

Por fim, buscar-se-á relacionar os resultados obtidos ao tipo de ligação das vítimas com os perpetradores, de modo a estabelecer ligações entre determinadas características e maior ou menor prevalência de atos de agressão cometidos por parceiros.

Para tanto, serão analisados os dados obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, compilados a partir dos registros de ocorrência realizados nas delegacias da Polícia Civil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados preliminares apontam que a maior parte das vítimas é formada por mulheres negras (pretas e pardas); jovens – entre 21 e 39 anos; desocupadas ou ocupando posições precárias no mercado de trabalho. Ainda que não seja necessariamente uma novidade, será interessante observar se os parceiros íntimos também se mantiveram majoritariamente nos casos de violência cujas vítimas formam este grupo.

A pesquisa ainda está em andamento, na fase de manipulação dos dados. Portanto, todos os resultados obtidos são passíveis de revisão e alteração. Até a data de realização do evento, haverá conclusões mais bem estabelecidas, subsidiadas por análises detidas dos dados investigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das transformações das últimas décadas, ainda não é possível considerar a violência de gênero como um problema secundário ou de menor importância. É preciso que a questão esteja presente na agenda corrente de formulação de políticas públicas, haja vista sua grande recorrência.

Os dados indicam, até o momento, a existência de um perfil característico de mulheres mais vulneráveis à violência doméstica. Tal perfil aglutina mulheres que possuem, em geral, distintos marcadores sociais da diferença. Postula-se que é fundamental que as formas de enfrentamento da violência e atendimento às vítimas estejam atentas a essa dinâmica de incidência, de modo a garantir a equidade e a efetividade das políticas públicas.



REFERÊNCIAS

FBSP. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: FBSP, 2023.

LEITE, Márcia P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo, **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, 2012.

PITANGUY, Jacqueline. **A carta das mulheres brasileiras aos constituintes**: memórias para o futuro. In: HOLANDA, Heloísa B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 79-94.

VALLADARES, Lícia P. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ST 04

(DES)LOCALIZANDO O QUEER/QUIR:
MOVIMENTOS E TEORIZAÇÕES CONTRA-
COLONIAIS



COORDENADORES

Will Paranhos
Thiago Ranniery
Nathalia Terra

PORNONACIONALISMO: A BUNDA COMO SUJEITO E AGENTE DA HISTÓRIA

Trabalho de estágio pós-doutoral

Ana Paula Garcia Boscatti
Pós-Doutorado PPGL – UESC/ Bolsista CAPES PDPG

apgboscatti@uesc.br

RESUMO

Este trabalho procura localizar a História a partir de um ponto de vista que leva em conta formas de saber desqualificadas como inferiores e irrelevantes. A ideia é sinalizar o processo que tornou a bunda sujeito e agente da cultura de massa especialmente nos anos 70 e 80. Para isso, esse artigo buscará tencionar sua inscrição enquanto imagem/ mercadoria em modelo econômico global - a farmacopornografia (PRECIADO, 2010, p.120), mas que se fortalece em contexto sul-americano operacionalizado na ditadura militar empresarial. Nesse sentido, o trabalho pretende elencar características particulares na ascensão do regime pornofármico no Brasil, levando em conta a bunda como produto de transformações: a expansão e fortalecimento da cultura de massa e seus impactos na formação de identidades nacionais; a relação normativa entre cidade e prazer; as rupturas na forma de desejar e desbundar a sexualidade e os agenciamentos subjetivos produzidos pela recriação de contra-espacos.

Palavras-chave: bunda; pornonacionalismo; farmacopornografia; desbunde; cultura de massa.

INTRODUÇÃO

A sexopolítica nacional, assim sendo, sequestra o corpo como ferramenta de ação e produção de sentido. O sexy capitalismo pornofármico designa imagens e produtos possíveis como próteses políticas para sua ação. Dentro do desse regime semiótico que codifica pornografia, reconstrução corporal e fármacos na produção da subjetividade, a bunda desponta como uma imagem/ mercadoria mediadora. É nos anos 70 que a bunda sai do plano da representação, de uma concepção semiótica desejável sobre feminilidades nacionais e se torna uma prótese política comercializável através da ingestão de drogas emagrecedoras, cremes anti-flacidez, cirurgias remodeladoras, peças de *underwear*, moda praia brasileira, etc. Ou seja, a bunda se torna um significante brasileiro de um modelo de poder transnacional.

No Brasil, a partir dos anos 60, a cultura de massa se expande e fortalece o que torna possível a imposição do modelo de gestão pornofármico. Com isso, inúmeros signos culturais passam a existir e ganhar sentidos: a pornografia conquista protagonismo enquanto linguagem da indústria cultural, o mercado transnacional farmacêutico se amplia no Brasil com a compra de empresas nacionais por multinacionais (DUARTE *et al*, 2005) e a medicina estética de Ivo Pitanguy (CERQUEIRA; MEDINA, 2017) começa a despontar como experimentação criadora de corpos. Inúmeras próteses semióticas técnicas permitem a produção de identidades em massa.

MÉTODO

O trabalho buscou seus dados de análise a partir da produção discursiva principalmente localizada em revista de grande circulação como a Manchete e os materiais de apoio para divulgação turística da EMBRATUR. Além disso, baseou-se também em entrevistas e narrativas de pessoas que frequentavam espaços da contracultura como Pier de Ipanema e o Solar da Fossa, no Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sem a cultura de massa e sua rizomática rede de produtos, sentidos, linguagens, representações e imagens consumíveis, a farmacorpografia não seria possível no Brasil. A expansão e fortalecimento da indústria cultural brasileira tornou possível o avanço do sistema de telecomunicação tornando o maior alcance e penetração das representações.

No impulso de gerenciar as narrativas nacionais e orientar a implementação de sua base ideológica por meio da cultura de massa os poderes gerenciados pelas

masculinidades durante a ditadura militar empresarial criaram suas próprias regras. Operacionalizaram suas narrativas discursivas nacionalizando-as. O que significou a possibilidade de administrar a subjetividade sexual a partir da nacionalidade. Ou seja, o Estado e as empresas poderiam vender e também recriar o *Brasilian Way of Life*, rematerializando as aspirações nacionais de converter espaço, prazer e tecnologias. Como esse fim, capturaram o corpo, ferramenta “sexopolítica” de ação do poder. Assim, ao se estabelecer como regime de poder, a farmacopornografia apresenta suas próprias nuances e contornos traçados junto a micro biquínis de *lycra*, mulheres rebolativas, técnicas e tecnologias produtoras e multiplicadoras de bumbuns, carnavais e pornochanchadas.

Deste modo, o corpo é convocado para extrair e enunciar saberes, conduzir e negociar poderes e produzir subjetividade e capital. Assim, o corpo nacional tencionava seus limites identitários e geopolíticos cultivando formas próprias, significados e vicissitudes. A sexopolítica como regime de poder enuncia regimes de controle normativos e binários, negociando nos mercados transnacionais os marcadores sociais da diferença através de convenções de gênero, nacionalidade, raça, classe, geração e sexualidade.

Com a transformação que a cultura promoveu junto a economia nos anos 70, a farmacopornografia poderia ser capilarizada na relação que estabelecia com as tecnologias de comunicação, com o espaço e com o prazer. As feminilidades e masculinidades jovens influenciadas pelas transformações na cultura e na sexualidade passaram a ser uma categoria em disputa, nas quais os poderes atuaram através da perspectiva de controle muito embora se tenha produzido também agenciamento. A partir de novos códigos no modelo de capital provenientes da pornografia um novo corpo emergia estrelando a relação entre capitalismo e identidade nacional: o tecnocorpo¹. O tecnocorpo simulava um novo dispositivo biopolítico da soberania nacional, no qual forjava ficções políticas e modelos de verdade. Nesse cenário sexopolítico, onde o corpo figura como parte da estrutura do poder/saber, a bunda opera um papel mediador: transformar-se em metáfora sobre feminilidades, comportamentos e estéticas possíveis. Simultaneamente, exerce na lógica proibitiva um valor estético para as masculinidades em disputa.

As praias da Zona Sul do Rio de Janeiro do início dos anos 70 foram um núcleo de disputa em relação à territorialização das identidades heteronormativas, enquanto se produziam rachadura nos modos de ação, performances *queer* e terrorismo anal no mesmo espaço. A cultura desbunde, emergia na cidade como um movimento de

¹ Tecnocorpo é uma “entidade multiconectada” que incorpora tecnologia através da gestão biomolecular da subjetividade. O tecnocorpo, como lembra Preciado mencionando Donna Haraway, não é exatamente o poder de administrar a vida ou a morte, mas, sim, um controle e poder “tecnovivo conectado” (PRECIADO 2008, p. 40).

contracultura e experimentação física, onde procurava se viver a sexualidade mais abertamente. A nova revolução dos costumes que governava a classe média impactava num afrouxamento de costumes conservadores, de modo a produzirem mulheres com mais autonomia em relação à sexualidade e homens que se desinteressavam por modelos de virilidade hegemônicos e adotavam novos sentidos de performar sua masculinidade: cabelos longos, roupas sem gênero, falas delicadas e atos gentis (DUNN, 2016). Para eles, havia um elogio associado à valorização de um “lado feminino” que passava a ser desejado em corpos masculinos. Apesar da contracultura produzir ranhuras nos modelos normativos de identidades sexuais, o poder renegociava a imagem nacional junto aos canais de divulgação transnacionais,

Neles, sugere-se a beleza da bunda feminina e do progresso industrial através da comercialização de subprodutos associados ao Rio de Janeiro. Embora, nesse regime político, a bunda feminina estivesse majoritariamente à mostra a fim de sugerir uma relação direta com o fácil acesso ao sexo, por outro lado, a bunda masculina deveria desaparecer das imagens uma vez que o ânus masculino deveria ser “castrado” (PRECIADO, 2009). A ideia era indicar o sexo anal como uma eventual aventura com mulheres e igualmente rejeitar as práticas anais daqueles corpos que eram entendidos como masculinos. Os regimes políticos deram um gênero à bunda, junto a ela, uma indicação à exclusividade do ato sexual. A castração do ânus masculino e a performatividade de gênero (feminino) associada a bunda caracterizou parte da economia visual brasileira da década de 70. A materialização dessa relação (omitida) entre ânus castrado (masculino e invisível) versus bunda (feminina e exposta) se manifestou em mercadorias operadoras do nacionalismo cultural que foram transversais a uma economia de gênero muito potente. De modo que o consumo visual e seus indicadores de desempenho vitoriosos poderiam projetar, promover e internacionalizar a bunda como uma expressão mediadora do corpo nacional e seus marcadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que marca essa relação entre disputas por modelos de masculinidade e feminilidade são os espaços. A cultura *queer* oriunda do desbunde cultural tencionava o espaço simbólico do Rio, que através das políticas mercadológicas-turísticas promoviam a cidade como um espaço de produção de subjetividade heterossexual. Essas representações pretendiam conferir ao Rio de Janeiro uma ilusão visual que convidava homens de todo o mundo para desfrutar os benefícios do sexo acessível e democrático.



REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Sofia. MEDINA, Alessandra. O desafio do mestre Ivo Pitanguy. **Revista Veja**. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/ivo-pitanguy-o-desafio-domestre/https://vejario.abril.com.br/cidade/ivo-pitanguy-o-desafio-do-mestre/> Acesso dia 16 de abril de 2023.

DUARTE, A. C. et al. Análise da Indústria Farmacêutica – Perspectivas e Desafios. Brasília: **Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado**, outubro/2015 (Texto para Discussão nº 183). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 8 de outubro de 2015.

DUNN, Christopher. **Contracultura: Alternative arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil**. The North Carolina Press, 2016.

PRECIADO, Paul. **Pornotopia. Arquitectura y sexualidade en “Playboy” durante la guerra fria**. Editora Anagrama. Barcelona. 2010.

_____. **Terror anal: apuntes sobre los primeiros días de la revolución sexual en Hocquenchem, Guy**, El deseo homosexual (Barcelona: Melusina, 2009)

EJA E AS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE

Flávio Barreto de Matos
Doutorando pela FAGED
Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE/UFBA

fb_matos@yahoo.com.br

Orientador: Rafael Siqueira de Guimarães
FAGED – Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE/UFBA

RESUMO

Este trabalho objetiva pesquisar-agir, atrelado aos processos constitutivos e formativos que compõem a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adulta do município de Una, localizado na região Sul da Bahia. A partir desse diálogo, nasceu a proposta de intervenção pedagógica Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade – fundamentada em saberes decoloniais – por meio de práticas pedagógicas inovadoras e engajadas, bem como através da seleção prévia de autoras e autores que partem das cosmologias e epistemologias do oprimido, exploradas pela diferença colonial, assegurando, assim, aos profissionais da educação que atuam na EJA, o desenvolvimento integral do potencial humano, de modo a torná-los capazes de garantir o exercício pleno da cidadania aos estudantes, integrantes dessa modalidade. Sob essa perspectiva, a metodologia utilizada nessa proposta partiu de um universo de significados que exigiam reflexões e conhecimento sobre o que está posto no currículo escolar e na prática pedagógica. Encontros formativos e ações desenvolvidas nos espaços das Atividades Complementares foram os ambientes de fomento a essas reflexões e conhecimento. Dessa forma, identificamos como os atos de currículo podem implicar nas representações das sexualidades, dos gêneros e das identidades étnico-raciais dos corpos dessa modalidade de ensino, ocasionados pela supremacia hegemônica do homem branco, heterossexual, cristão e de classe, o que interferiu de forma negativa na vida dos estudantes, uma vez que são, em sua maioria, pessoas que fogem a essa matriz colonial.

Palavras-chave: Currículo; EJA; Gênero; Identidade; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino que nasceu da suposta necessidade de inclusão dos jovens, adultos e idosos como sujeitos sociais, oferecendo-lhes oportunidade e igualdade de direitos, historicamente negados em nosso país.

Reconhecendo todo o movimento histórico e político de luta em defesa do direito à educação para todas as pessoas, assumimos, na atualidade, o desafio de organizar essa modalidade educacional – enquanto política pública de reparação, equalização e emancipação – com base na implementação de ações que garantam a visibilidade dos estudantes da classe trabalhadora, fortemente marcados por fatores de opressão, pelas diferenças, pelas limitações e reconhecimento da diversidade.

Destarte, a perspectiva de ampliação dessa modalidade de ensino no município de Una, situado na Região Sul do Estado da Bahia, prevê a necessidade de criar novas práticas pedagógicas que atendam às peculiaridades desse público, sendo pertinente a reflexão sobre o currículo escolar, o tempo e o espaço de produção e construção do conhecimento, os quais se configuram no contexto da escola, e assim possibilitar um ambiente de aprendizagem onde todas as pessoas aprendam juntas, independentemente da idade, classe social, raça, identidade sexual e de gênero, sem segmentação, mas articuladamente.

Tal proposta é reafirmada pelas Diretrizes Nacionais da Educação Básica que preconizam que “A Educação de Jovens e Adultos representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente” (BRASIL, 2013, p. 345), o que faz com que tal modalidade seja um campo político; parte de uma ideologia inclusiva e de estímulos, proporcionando o retorno desses sujeitos aos espaços educativos.

É necessária, contudo, uma negociação entre os sujeitos da EJA e os espaços sociais, de modo a estabelecer entre eles vínculos e significações. Segundo Paula e Oliveira (2011, p. 29)

[...] essa negociação se dá no campo da compreensão e permanente (res)significação dos direitos educativos e dos direitos humanos, dos quais a legislação é expressão maior.” Mas essa compreensão e (res)significação não são tarefas fáceis, pois antes é “preciso compreender que a produção das diferenças é um processo social, histórico, político e cultural (GOMES, 2011, p. 101).

Para tanto, objetivou-se, com esse trabalho, refletir sobre a possibilidade de decolonização da prática pedagógica, de forma que assegure aos/às estudantes da EJA o desenvolvimento integral do potencial humano que seja capaz de garantir o exercício pleno da cidadania ao longo da vida.

MÉTODO

Metodologicamente, realizamos uma abordagem qualitativa, desenvolvida pelas diretrizes da formação docente. Uma vez que esta pesquisa buscou refletir sobre as múltiplas dimensões que envolvem as práticas pedagógicas da EJA, principalmente as questões que evidenciam os corpos que atravessam ou escapam os limites da construção binária do gênero e da sexualidade.

A proposta metodológica do Projeto de Formação Docente aconteceu através de encontros formativos e nos espaços de atividades pedagógicas no ambiente escolar (Atividades Complementares - AC), que nos permitiu, através das percepções da *práxis* pedagógica, o entendimento da forma como se apresentam os problemas no cotidiano escolar, uma vez que, na EJA, há uma diversidade de situações problemáticas relacionadas aos contextos sociais, político, econômico e identitário que está correlacionada as dificuldades da prática pedagógica em si.

Nesse processo formacional a experiência torna-se um espaço singular onde a formação docente oportuniza outras formas de significação, pois, nos remete a um constante movimento na tentativa de compreender a relação existente entre as(os) sujeitas(os) e a escola. Ou seja, no seu modo social e no sistema de representatividade pela qual, segundo a socióloga e antropóloga, Marie Christine Josso (2007), incide também “na sua *ação* em nossas sociedades em plena mutação, como às questões e problemáticas ligadas à compreensão da natureza dessas próprias mutações” (p. 414).

Desse modo, trabalhou-se com o universo de significados que necessitaram de reflexões e conhecimento sobre o currículo escolar e a prática pedagógica inovadora. Por isso, a realização do presente projeto justificou-se por compreender que este é de suma importância para o (re)conhecimento das diversas representatividades dos sujeitos/estudantes na EJA. “Trata-se, então, de construir dispositivos de formação que permitam otimizar as potencialidades formativas dos estabelecimentos de ensino” (CANÁRIO, 1998, p. 6)

Desse modo, a Formação Docente foi pensada e desenhada seguindo a organização abaixo.

Estruturação do projeto de formação docente da EJA.



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio autor (2021)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em *“Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo”*, Silva (2017) relata que o currículo sempre foi construído para produzir efeitos sobre as pessoas, demonstrando, dessa forma, as implicações desse currículo na formação da subjetividade e da identidade dos sujeitos, afirmando que é através do vínculo entre o conhecimento, identidade e poder que os temas da sexualidade, raça e etnia ganham seu lugar no território curricular.

Durante todo processo de formação e construção de uma identidade profissional, ressignificamos valores, aprendizados, saberes, e fomentamos novos conhecimentos. Assim, são nas relações sociais que nos conscientizamos das nossas responsabilidades e os deveres enquanto cidadãos e profissionais da educação, extrapolando uma mera reprodução do que já está posto, geralmente narrativas colonializadas comumente tratadas como o melhor da história. A escritora indiana, crítica e teórica Gayatri Chakravorty Spivak (2010) propõe uma tomada de consciência sobre o padrão de uma história justa que procure representar, verdadeiramente, as narrativas dos subalternos.

Partindo dessa relação de silenciado e do pensamento autoformativo, a proposta de intervenção pedagógica para os profissionais da Educação de Jovens e Adultos, intitulada *Gênero, Sexualidade e Interseccionalidade na EJA*, foi concebida do anseio em investigar o tema apresentado, visto que a grade curricular da unidade de ensino onde está trabalho de intervenção foi aplicada não contemplava as questões de gênero, sexualidade, raça e classe.

Assim, o presente projeto nasceu das inquietações experienciadas por nós, enquanto professores e pesquisadores, ambos dissidentes sexuais, e reflexões da prática docente do primeiro autor, visto que as formações acadêmica e continuada, até então, não haviam contemplado as questões que envolvem as indagações expressas nesta proposta de estudo e formação. Também nos incitou à produção deste projeto o sentimento de pertencimento, aliando ainda essas razões à vontade de somar forças nas ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos atores da escola, sob a égide das sexualidades dissidentes, de gênero e de raça, frente à norma hegemônica que segue a ordem compulsória da heteronormatividade, do homem branco e cristão.

Para tanto, o processo formativo configurou-se pelo entendimento e reconhecimento das estruturas que norteiam a prática pedagógica, como também no reconhecimento construtivo das questões sociais que entrecruzam os saberes e interferem diretamente no processo formativo e intelectual do profissional em educação. Isso resulta nas ações desenvolvidas em sala de aula e reverbera na condição subjetiva de cada sujeito/estudante, respeitando as diferenças, a integração e socialização, de



modo que os espaços educacionais se tornem um lugar ideal e democrático para todas, todos e todes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as estratégias pedagógicas são determinantes na formação dos corpos, à medida que aprendem a lidar com situações adversas, passando a se envolver de modo mais pleno e autoconfiante do seu lugar no mundo. Logo, é preciso que os processos formativos profissionais sejam práticas *in loco*, de forma que tais práticas possam ser entendidas e compreendidas pelos atores educacionais como saberes intrínsecos às vivências e experimentações cotidianas.

Portanto, trazer para dentro e fora da escola saberes localizados que desarticulam e denunciam o cissexismo, a homofobia, a transfobia e o racismo dos espaços colonizados é possibilitar uma educação de resistência à opressão e enfrentamento político-cultural. Mesmo entendendo que ainda temos um longo caminho a trilhar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-dasRelacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 02 Jan. 2019.

CANÁRIO, Rui. **Gestão da escola: como elaborar um plano de formação?** Lisboa: Editora IIE, 1998.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges Fernandes (Org.). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Massa Edições, 2011.

JOSSO, Marie-Christine. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/a_tranfor2.pdf. Acesso em: 09 de Out. 2022

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina de. **Educação de Jovens e Adultos: A educação ao longo da vida**. Curitiba: Xibpex, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakrasvorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFBMG, 2010.

GÊNERO E CULTURA: O INFAMILIAR QUE NOS HABITA

Artigo

Jéssica Dias
Doutoranda UFBA

Meissa Santos
Membra-candidata Fórum Campo Lacaniano - SP

jessicadiasferreira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo buscou reunir diferentes teóric_s para pensar o conceito de gênero e como sua denominação de tal modo serve para pensar o mundo e suas tarefas éticas, estéticas e implicadas nas lógicas de subjetivação d_ sujeito_ contemporâneo. Para isso, trilhamos um caminho entre Jacques Lacan, Judith Butler, Paul Preciado, Sigmund Freud, tecendo algumas discussões que atualmente tem se situado no seio das instituições psicanalíticas, responsáveis pela transmissão do conhecimento psicanalítico e de algum modo também, matriz que por essência, forma, transmite, discute a psicanálise com quem a deseja. Certos da necessidade de fomentar discussões que possibilitem desmistificar papéis e amarras sociais ligadas ao corpo biológico, ao pensamento colonial, classista e discriminatório, é sempre parte de uma revolução também da linguagem.

Palavras-chave: gênero, corpo, psicanálise.

INTRODUÇÃO

Todo o edifício freudiano está pensado a partir da posição da masculinidade patriarcal do corpo masculino, heterossexual entendido como um pênis erétil, penetrante e ejaculatório. É por isso que as mulheres em psicanálise, esse animal estranho entre as flores, com útero reprodutor e clitóris, são sempre e, todavia, um problema. (PRECIADO, Paul, 2013, p. 37)

No presente artigo, buscaremos refletir sobre os diferentes teorias que pensam gênero como um demarcador imprescindível na formação subjetiva, social e inconsciente d_s indivíduo_s. Percorreremos algumas autor_s que suscitam questões e possíveis caminhos para pensar o papel do gênero na construção da teoria e prática psicanalítica.

A psicanálise é um saber anti-alienante, acreditamos que ela serve para desnaturalizar a relação entre sexo biológico e gênero. A sexualidade não-heteronormativa, já esteve ancorada em uma idéia de perversão. No início do século XX, Freud já sinalizava que não compactuava com essa visão patologizante, não apenas da homossexualidade, mas de qualquer forma de expressão da sexualidade.

Gênero é um demarcador imprescindível na formação subjetiva, social e inconsciente d_s indivíduo_s, pois serve para uniformizar os papéis e as identidades. Assim, a dimensão biológica dos seres humanos constrói uma narrativa simbólica. Os corpos são reduzidos a sua força reprodutora diante de uma lógica heterossexual, que está interligada a outras estruturas políticas, econômicas e sociais.

Michelle Rosaldo afirma que gênero tem sido pensado em termos ainda centrados nas diferenças biológicas e não como “[...] produto de relações sociais em sociedades concretas (e mutáveis)” (ROSALDO, 1995, p. 8). A análise da assimetria sexual baseada numa divisão entre as esferas do doméstico e público, partindo de como estes termos são entendidos no ocidente, é um exemplo frequente de consequências analíticas equivocadas.

Freud dedicou apenas um de seus textos à lesbianidade. Ainda assim sempre relacionadas a conceitos como bissexualidade, complexo de masculinidade, entre outros. Ao final de sua obra, esse tema aparece em oposição a uma das saídas edípicas possíveis para a menina: a feminilidade, ou o que Butler chamaria de performance de gênero. Judith Butler autora cuja produção intelectual se tornou reconhecida nos denominados estudos de gênero, na teoria feminista e na teoria queer. Performatividade de gênero é um termo criado pela filósofa feminista pós-estruturalista Judith Butler em seu livro de 1990, *Gender as Performance: An Interview with Judith Butler*. Esse ato é a maneira como uma pessoa fala, se veste e se comporta. Ela chama essa atuação de “performatividade de gênero”.

“O homossexualismo nas mulheres, que certamente não é menos comum que nos homens, embora muito menos manifesto, não só tem sido ignorado pela lei, mas também negligenciado pela pesquisa psicanalítica.” (FREUD, 1920/1996e, p. 159).

Nos interessa pensar a partir da compreensão ocidental de gênero como algo fixo e estável *versus* a uma nova concepção não-binária. Judith Butler, se propõe a articular a dualidade sexo e gênero como ponto de partida para pensar o conceito de mulheres como sujeitas do feminismo. O ponto crucial levantado por Butler foi com a origem da distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. Segundo Butler, “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (p. 25). E afirma; “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (p. 26). Ou seja, de Butler propõe a mesma célebre frase de Lacan, porém de um outro modo e conclui: a de que “a mulher”, como tal, não existe. Para a autora, o gênero não teria o estatuto de uma essência masculina ou feminina (ainda que socialmente construída), mas, sobretudo, o de uma ilusão criada a partir de reiteraões performativas.

Para Paul Preciado, as identificações sexuais e coloniais dominantes, *_s* sujeit_ *s* patriarcais, coloniais e modernos, a ciência, as epistemologias normativas criaram códigos e nomes para identificar todo e qualquer desvio. A angústia, a alucinação, a melancolia, a depressão, o pânico, a síndrome de burnout, entre muitos outros, não são mais que os custos gerados para a manutenção desta epistemologia normativa.

Estas singularidades transcritas no desamparo e conceituada de forma diversa, como: Homem, Mulher, Trans, Bissexual, Intersexo, Queer, Gay, Lésbica –, todas como modalidades de Gozo, ou seja, são estruturações conceituais que reiteram as subdivisões binárias de um sistema patriarcal. No entanto, segundo Lacan, a escolha do sexo não está aberta à infinita diversidade de gêneros. Ele a concebe como sendo determinada por uma fixação de gozo em um sintoma, ao qual ele reduz a função fálica: fixação feita “toda” pelo dito homem, e não-toda pela dita mulher.

O que nos parece dado é que há muito tempo os corpos têm sido reduzidos a sua força reprodutora diante de uma lógica heterossexual, que está interligada a outras estruturas políticas, econômicas e sociais. O caminho que buscamos percorrer neste artigo é pensar todo corpo humano vivo, sem atribuição sexual ou de gênero. A violência epistemológica da diferença sexual denunciada pelos movimentos feminista, LGBTQIA +, e apoiado igualmente pela confrontação de novos dados científicos, está caminhando para mudanças profundas no cerne da sociedade e são estes processos de mudança de paradigma científico e político que nos conduzirão ao reconhecimento, enquanto sujeit_ *s* políticos autônomos.

Diante disto, qual é a responsabilidade d_s psicanalistas frente a uma questão histórica? De que lado iremos permanecer? Ao lado do discurso patriarcal e colonial, e re-afirmar a universalidade da diferença sexual e da reprodução sexual, heterossexual; ou pensar junto as demandas sociais outras formas de subjetividade corpórea e política? Tais ferramentas não são trazidas apenas numa liberdade discursiva do desejo, mas sim necessárias aos corpos que desejam alçar vôos ao mundo e dançar novas canções de dissidência e revolução.

A ausência absoluta de enunciação política dos corpos institucionais no seio da psicanálise, a ausência de corpos trans em congressos e ou jornadas revela a inexistência de ferramentas hoje imprescindíveis para trilhar novos e possíveis caminhos para pensarmos os pilares pelos quais hoje caminhamos.

MÉTODO

A metodologia utilizada foi Revisão Bibliográfica, que consiste em entrecruzar pensamentos de divers_s autores como parte de uma perspectiva que abarque novas perspectivas de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ausência absoluta de enunciação política dos corpos institucionais no seio da psicanálise, a ausência de corpos trans em congressos e ou jornadas revela a inexistência de ferramentas hoje imprescindíveis para trilhar novos e possíveis caminhos para pensarmos os pilares pelos quais hoje caminhamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O trabalho tem por objetivo discutir o papel da psicanálise frente a novas formas de subjetivação e nomeação das identidades e pensar sobre como o conceito de gênero se interpõe na forma como _s sujeit_s internalizam essas categorias. Trata-se de um trabalho discursivo que tem por finalidade construir novos questionamentos frente às noções pré-existentes de subjetivações. Considera-se que há muito o que discutir diante destas temáticas e entrecruzamentos teóricos.



REFERÊNCIAS

ASSOUN, Paul-Laurent. **A Antropologia Psicanalítica: uma chave para pensar o contemporâneo.** Entrevista com Paul-Laurent Assoun. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, 21(3), 431-441.

BUTLER, J. **Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade** (1990) Ed, Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. **"Gender as Performance: An Interview with Judith Butler."** *Radical Philosophy*, 67, Summer 1994.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre limites discursivos do sexo. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** LOURO, Guacira L. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172. Edição original: 1993.

Freud, S. (1996d). **Sobre o narcisismo: Uma introdução.** In J. Strachey (Ed.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 14, pp. 77-108). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).

Freud, S. (1996e). **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher.** In J. Strachey (Ed.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 18, pp. 157-183). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920).

LACAN, J. **A significação do falo.** In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Edição original: 1958.

PRECIADO, B. P. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual** (Maria Paula Gurgel Ribeiro, Trad.). São Paulo: Editora N-1, 2014. Edição original: 2004.

PRECIADO, B. P. **Eu sou o monstro que vos fala.** Conferência congresso AMP: Mulheres em psicanálise, 2019. Disponível em: <https://sarawagneryork.medium.com/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef>. Acessado em: 10-fev-2021.

**SOBRE A SUBVERSÃO DA ESCOLHA CONSTRANGIDA
NA DISSIDÊNCIA: UMA ABORDAGEM DE GÊNERO
E SEXUALIDADE A PARTIR DA ESCOLA.**

Comunicação Oral

Wagner de Avila Quevedo
Instituto Federal do Rio de Janeiro

wagner.quevedo@ifrj.edu.br

RESUMO

Da perspectiva de sujeitos situados no espectro *queer/quir* do ambiente escolar, o trabalho pretende discutir os sentidos em que é possível sustentar projetos emancipatórios de conhecimento e justiça social dentro de uma estrutura discursiva que limita nossas escolhas políticas *lato sensu*. Pelo viés da *dissidência*, procura também discutir as condições de sujeição e os afetos a ela ligados, e ao mesmo tempo refletir sobre as circunstâncias em que podem ser formuladas exigências subjetivas e coletivas não limitadas por uma escolha constrangida. O vínculo do problema da agência e da teoria da sujeição com recurso a uma apropriação heterodoxa do instrumental filosófico do norte global também pretende propor à audiência do ST a questão a respeito de quais deslocamentos do *queer/quir*, em sentido contra-colonial, podem ser pensados numa subversão da escolha dos meios e dos modos canônicos com os quais recebemos e articulamos nossos referenciais epistêmicos.

Palavras-chave: feminismo; sexualidade; sujeição; agência.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem sua motivação em minha experiência como educador e pesquisador bicha vinculado ao Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) do Campus Paracambi do Instituto Federal do Rio de Janeiro. As ferramentas e os problemas teóricos aqui articulados servem como recursos para uma primeira culminância das situações por mim vivenciadas nos últimos quatro anos na escola, bem como para o encaminhamento de outros problemas em aberto.

Alguns episódios situam as reflexões deste trabalho: no 8 de março de 2020, uma exposição de cartazes com frases sexistas ouvidas por alunas da parte de colegas e professores provocou reação de estudantes e de docentes homens que, melindrados, tomaram satisfações das instâncias de poder por “permitirem” aquela manifestação. Na sala de aula, as estudantes passaram a enfrentar os colegas e a questionar sua ignorância intencional do feminismo, como também as alegações sobre a unilateralidade de um debate em que o “lado” masculino supostamente não se fazia ouvir. No ano seguinte, a mesma centralidade do espaço escolar como desencadeamento de conflitos foi posta em discussão em um evento sobre homofobia. Questionava-se, sobretudo, por que a experiência escolar no mais das vezes aparece marcada por sofrimento e “fechamento” para estudantes mulheres e lgbtqiapn+; assim como por que a “abertura” do ensino médio não ocorre sem certo “velamento”. Perguntava-se, enfim, sobre o motivo pelo qual a sexualidade não é falada na escola – e, ao contrário, por que a própria escola figura muitas vezes como agente de certas práticas discriminatórias que “extramuros” talvez sejam menos danosas porque menos amplificadas pelo controle dos corpos.

Dois anos após a última leva de questões, a instituição, representada pelo NUGEDS e pelos projetos de seus docentes, realizou ações e eventos para fomentar a discussão sobre o problema das opressões sexistas e lgbtqiapn+ fóbicas (e racistas) na escola. No retorno às atividades presenciais “pós-pandemia”, eu mesmo vivenciei situação de agressão motivada por homofobia no ambiente expandido do trabalho, mas não pude denunciá-la porque, apesar do apoio do NUGEDS e da direção da escola, as testemunhas recusaram um depoimento por identificarem o problema como não atinente ao espaço escolar. A questão, naturalmente, está resolvida para a instituição e para os demais envolvidos, salvo para a vítima, sobre a qual recai o ônus da situação de “algo a ser denunciado” como a “experiência de se excluir de um grupo” (Ahmed, 2018, p. 10).

A “pedagogia do evento” à qual ali nos vinculamos e/ou somos vinculados evidenciou também a vantagem para a instituição e seus mecanismos de controle normativo no que diz respeito à implementação de uma agenda pública para as questões de gênero e diversidade sexual. Ao mesmo tempo que nos situamos no espaço formalmente

hierarquizado dos núcleos institucionais e dos eventos acadêmicos, lidamos com a profusão de denúncias de situações de violência sexista e lgbtqiapn+fóbica sem que isto seja encarado como responsabilidade de toda a comunidade escolar, e não apenas dos “especialistas” em gênero e diversidade. Além disso, contrasta com essa “especialização” oportuna o sequestro da discussão sobre educação sexual na escola: recentemente, as instâncias decisórias retiraram as fechaduras das portas de todas as salas de aula com a alegação de que estudantes estariam “namorando” a portas fechadas. Anunciada em uma reunião de planejamento sem que o NUGEDS fosse consultado sobre o assunto, a decisão foi posteriormente confirmada em um episódio ironicamente problemático: a polícia militar foi chamada a “dar instruções” de segurança para casos eventuais de atentados violentos na escola, e a direção foi advertida por uma estudante sobre o fato de que é impossível se proteger de um agressor com portas sem fechadura. A explicação da decisão foi publicamente ratificada naquela reunião, afinal, como bem nos ensina Foucault, sexualidade é uma questão de segurança.

A soma das situações testemunhadas em minha atuação confirma a hipótese de que o problema está no controle discursivo sobre o modo como se fala ou se cala a respeito de sexualidade na escola (inclusive de professores, sujeitos de conhecimento idealmente descorporificados) que, apesar de possivelmente defendida como descontínua em relação à sociedade (Masschelein & Simons, 2017), também é informada pela lida com as mesmas questões na vida social *lato sensu*. Nas discussões conceituais e nos espaços de produção de saberes fomentados durante as pesquisas, procurou-se entender em que medida a politização da sexualidade (Vidarte, 2019) e a mobilização da raiva (inclusive a minha) gerada nas opressões (Lorde, 2019) poderiam contrabalançar, numa sala de aula feminista (hooks, 2013), o desequilíbrio notável entre os modos de sujeição a que somos submetidos no controle disciplinar dos corpos e dos discursos na instituição de ensino. As conclusões apontaram para a necessidade de situar, neste campo, para além da dimensão política dos afetos que as opressões mobilizam, a questão da agência, embora viabilizada sempre de forma constrangida (Falmagne 2004). Dessa maneira, como a “raiva” aparecia num domínio em que se complexificava a oposição simples entre tristeza e alegria (Deleuze, 2002), o passo seguinte foi localizar uma disposição que pudesse articular a agência no mecanismo das opressões. Foi assim que sugeri o “despudor”, tomado de Espinosa, como disposição cuja espontaneidade estaria na “ignorância da vergonha” e que, ao mesmo tempo, por não ter “origem na razão” (Espinosa 2020, p. 114), permitiria estabelecer uma relação de exterioridade crítica com um projeto de racionalidade.

Discutirei nesta comunicação o modo como a agência é subvertida por pessoas dissidentes ao assumirem um certo despudor como disposição avessa ao constrangimento, de maneira que elas se sirvam da razão de um modo não negociado

pelos esquemas culturais hegemônicos de racionalidade para organizar suas demandas no registro de uma agência possível. Essa é a hipótese com a qual venho trabalhando desde minha perspectiva de sujeito *queer* docente a partir da observação e da escuta de estudantes e colegas situadas na dissidência.

MÉTODO

O trabalho resulta de uma problematização da “escolha na dissidência” em três linhas investigativas. Na primeira, intitulada [1] “Ambivalência subjetiva e sexualidade politizada”, procurei situar na dissidência as condições de sujeição e os afetos a ela ligados, e ao mesmo tempo refletir neste campo sobre as circunstâncias em que podem ser formulados projetos emancipatórios nos quais a escolha dissidente não seja constrangida. Na segunda, sob o título [2] “Situando a dissidência”, procurei mostrar como não é possível desvincular da noção de agência o fato de que a dissidência é marcada por um tipo de identificação recusada, como também não se pode conceber um eu (*self*) inteiramente determinado pelo discurso. Na terceira linha [3] “Atividade e passividade radical queer: o despudor de se servir da razão”, procurei pensar os impasses envolvendo o uso da racionalidade para identidades marcadas, tal como é o caso no *queer*, ocasião em que pude confrontar a radicalidade de questões postas no campo da teoria *queer* com a noção de despudor que retirei de Espinosa para pensar a agência em situações de conflito motivados por opressões sexistas e lgbtqiapn+fóbicas, sobretudo dentro da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento, foram redigidos dois artigos com as discussões dos problemas abordados. O primeiro encontra-se publicado (Quevedo, 2022), o segundo submetido a uma revista científica. No primeiro, procurei encaminhar a discussão dos conflitos observados na primeira fase das pesquisas, sugerindo que o enfrentamento das opressões sexistas se dá no campo de uma politização dos afetos gerados na opressão e das questões de gênero e sexualidade como debate público na escola. O segundo texto encaminha de modo mais pormenorizado as três linhas investigativas acima abordadas, de modo a sustentar a noção de despudor como alternativa aos problemas evidenciados na discussão dos problemas de agência e sujeição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho discute o modo a agência é subvertida por pessoas dissidentes ao assumirem um certo despudor diante do constrangimento dos esquemas culturais hegemônicos de racionalidade, para que possam organizar suas demandas no registro de uma agência possível. Essa é a hipótese com a trabalho de minha perspectiva de sujeito *queer* docente a partir da observação e da escuta de estudantes e colegas situadas na dissidência. Sugiro, inicialmente, que o enfrentamento das opressões sexistas se dá no campo de uma politização dos afetos gerados na opressão e das questões de gênero e sexualidade como debate público na escola. Em seguida, encaminho de modo mais pormenorizado três linhas investigativas para sustentar a noção de despudor como alternativa aos problemas evidenciados na discussão dos problemas de agência e sujeição.

REFERÊNCIAS

Ahmed, Sara. 2018. *Excluir-se*. São Paulo: Zazie Edições.

Deleuze, Gilles. 2002. *Espinosa: Filosofia Prática*. São Paulo: Escuta.

Espinosa, Baruch de. 2020. *Breve tratado de Deus, do homem e de seu bem-estar*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Falmagne, Rachel. 2004. "On the Constitution of 'Self' and 'Mind' The Dialectic of the System and the Person". In: *Theory & Psychology*, 14(6): 822-845. DOI:10.1177/0959354304048108.

hooks, bell. 2013. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
Lorde, Audre. 2019. "Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo". In: *Irmã Outsider: Ensaio e conferências*, 155-167. Belo Horizonte: Autêntica.

Masschelein, Jan & Simons, Maarten. 2017. *Em defesa da escola. Uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica.

Quevedo, Wagner de A. 2022. "O que nos toca? Gênero e sexualidade: por uma política dos afetos na Escola". In: Fonseca, Fábio & Silva, Angelissa (orgs.). *Diálogos sobre educação e diversidade*. Rio de Janeiro: Autografia.

Vidarte, Paco. 2019. *Ética bixa: Proclamações libertárias para uma militância LGBTQ*. São Paulo: n-1 edições.

REFLEXÕES QUEERS SOBRE FAMÍLIA E POPULAÇÃO LGBTQIA+

Comunicação Oral

Naira dos Santos Bonfim
PPGNEIM/UFBA

nairabonfimps@gmail.com

RESUMO

Esta revisão de literatura versa sobre os efeitos da estrutura familiar cisheteropatriarcal nas subjetividades LGBTQIA+, haja vista que esse é o primeiro contato, para muitas pessoas LGBTQIA+, com a ideia e o conceito de família. O texto tem base epistemológica feminista, dessa forma, é utilizado pontos da teoria queer proposta pela teórica Judith Butler para levantar os questionamentos acerca do sistema. Para a reflexão sobre família a base teórica é da sociologia, especificamente do autor Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: família; LGBTQIA+; queer;

INTRODUÇÃO

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu em seu livro Razões Práticas (1996), a família pode ser compreendida como “um conjunto de indivíduos ligados entre si através de aliança, casamento ou filiação/adoção vivendo sob o mesmo teto (...) que é estruturada como categoria social objetiva para reprodução da ordem social” (p. 124). A cisheteronormatividade apresenta essa estrutura como um modelo hegemônico e universal, hostilizando a construção de qualquer arranjo que não corresponda a essa ideia.

Esse espaço de agregação de indivíduos se constrói, enquanto normativa social, em uma estrutura cisheteropatriarcal e assume a função de consolidar normas de gênero e exigir que seus membros cumpram com os papéis definidos dentro dessas normas (maternidade, paternidade, etc.). Contudo a lógica cisheteronormativa não corresponde à realidade de pessoas LGBTQIA+, que, por muitas vezes precisam performar os papéis de gênero cisheteronormativos em espaços específicos, como por exemplo, dentro do núcleo familiar, ainda que sejam assumidamente pessoas LGBTQIA+.

A família, enquanto o primeiro local que as regras de gênero e sexualidade são instituídas e cobradas para que sejam reproduzidas dentro da ordem social, contribui para a perpetuação da estrutura cisheteronormativa dentro e fora do meio familiar. A cisheteronormatividade parte da lógica de que todos nós somos não apenas heterossexuais, mas também cisgêneros.

A imposição da heterossexualidade acaba por resultar na necessidade de pessoas LGBTQIA+ precisarem anunciar sua sexualidade e/ou identidade de gênero dissidente das normas. Esse anúncio é chamado comumente de “sair do armário”, ou *coming out*, e pode acontecer de forma voluntária, que é quando a pessoa escolhe anunciar para a sociedade sobre sua sexualidade e/ou identidade de gênero, ou de modo compulsório, quando a pessoa é “tirada do armário” e sua sexualidade e/ou identidade de gênero é revelada sem seu consentimento ou quando a pessoa é coagida a revelar essa informação.

O *coming out*, para algumas pessoas, é marcado pelo início da repressão por parte da família, muitas vezes trazido como um “divisor de águas” na relação familiar e até como um evento traumático (Nathaliê SANTOS; Rita FREITAS, 2019), tanto pela não aceitação familiar diante do comunicado, quanto pela saída do armário de maneira compulsória. Em uma família que não está disponível para acolher um membro LGBTQIA+ ambas as situações podem gerar consequências na qualidade de vida, nos processos subjetivos e psíquicos desses indivíduos, como por exemplo, depressão, ansiedade, pânico, dentre outros. O que é entendido como um “divisor de águas” na relação pode corresponder a frequência de agressões físicas e psicológicas, como o silenciamento sobre as questões

da vida pessoal e afetiva, a proibição do contato com pessoas ou núcleos sociais, e até mesmo submissão a situações vexatórias.

Para muitas pessoas LGBTQIA+, sair do armário é passar a viver violências que antes não aconteciam por parte daqueles agregados familiares, além das agressões físicas e psicológicas, há também a violência patrimonial, que acontecem quando a família destrói ou confisca bens e objetos pessoais, bem como quando os familiares cortam o acesso aos recursos econômicos do núcleo, dificultando na alimentação, lazer, educação, etc.

MÉTODO

Este é uma revisão bibliográfica fundamentada em uma epistemologia e uma metodologia feministas, haja vista que, por muito tempo os estudos em ciências sociais foram limitados em sua compreensão a partir de uma leitura androcêntrica da realidade que não condizia com o que era pautado pelas vozes silenciadas na época e que produziam ciência e conhecimento (mulheres, pessoas pretas, LGBTQIA+). De acordo com Sandra Harding (1998) as pesquisas feministas não partem da mesma lógica de perguntas que os homens partem, pois, para a autora, para definir o que é um problema para um grupo é preciso que o grupo que sofre com a opressão o defina como tal. Enquanto sujeito de pesquisa, atravesso as minhas vivências com as teorias para definir meus problemas de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ser o espaço primário no qual passamos a maior parte do tempo dos anos iniciais de nossas vidas, a família fica incumbida de repassar como devem ser performadas as normativas de gênero no meio social. Em Problemas de Gênero (2003), Judith Butler utiliza da teoria dos atos de fala do linguista John Langshaw Austin, que idealiza a linguagem enquanto uma ação que cria algo a partir do que é enunciado, para poder articular o que ela propõe como atos performativos. Os atos performativos seriam as palavras que, quando enunciadas em certos contextos, têm o poder de criar e reforçar as normas de gênero.

Já em *Corpos que Importam* (2019, p.21), Judith Butler define que “performatividade é um ato de poder reiterado do discurso o qual produz efeitos que o mesmo nomeia”, não devendo ser compreendido enquanto um ato singular ou deliberado. A performatividade é a repetição da norma cisheterossexual, utilizada enquanto um instrumento regulatório que determina quais corpos podem ser considerados enquanto corpos válidos e quais corpos não são considerados sequer como humanos.

É uma lógica de funcionamento social que é executada e inscrita em nossos corpos antes mesmo de existirmos fora do útero e reiterada através da citacionalidade quando sequer compreendemos a linguagem. De acordo com Thamy Ayouch (2018, p.27) “o gênero precede, fabrica e define os sexos de um modo performativo: ser mulher ou ser homem consiste em retomar gestos, atos, discursos, desejos, atitudes, e repeti-los, criando assim, pela reiteração, a ilusão de um modelo anterior à repetição”.

Um outro ponto trazido por Butler (2019) acerca da performatividade de gênero e dos atos performativos é que, mesmo sendo dissidentes, há um movimento por parte das normas hegemônicas de colocar dentro de uma lógica cisheterossexual as pessoas LGBTQIA+, como uma forma de “aceitação social” em troca do enquadramento dentro dessas normas. É possível enxergar os efeitos das normas de performatividades de gênero em corpos dissidentes quando há uma exigência social que casais homoafetivos incorporem práticas heterossexuais nas relações, como por exemplo, determinando papéis de gênero considerado “feminino” e “masculino” nessas relações; ou quando pessoas trans são também exigidas que materializem em seus corpos seus respectivos gêneros através de modificações corporais e estéticas enquanto uma obrigação para assemelhar de um ideal cisgênero de feminilidade e masculinidade e então serem reconhecidas e respeitadas no gênero reivindicado.

Em um contexto familiar cisheteropatriarcal, a existência de uma pessoa LGBTQIA+ na família, representa para esta estrutura uma ameaça não apenas à normativa social, mas também ao gozo dos privilégios. Dessa forma, para continuar dentro da estrutura cisheteronormativa a família passa a reprimir os membros dissidentes, seja retirando esses membros do núcleo familiar ou tentando apagar as expressões e vivências. Essa repreensão é nomeada de LGBTQIAfobia, que é compreendida como atos de violências e de manifestação de ódio contra pessoas da comunidade LGBTQIA+, podendo acontecer direcionada à comunidade ou a um indivíduo de modo a enquadrá-las às normas cisheteronormativas.

Uma vez que acontece a “saída do armário”, seja consensual ou compulsória, de um membro da família, a figura de poder patriarcal assume a decisão de ou optar pela permanência desse membro no núcleo familiar e na habitação ou retirar esse membro de núcleo e o expulsar da casa. Em algumas situações familiares é possível ocorrer expulsão da casa e do círculo familiar diante da notícia, porém, quando há a permanência na casa pode acontecer que aquela família nuclear opte pela exclusão da pessoa LGBTQIA+ e/ou passe a negar afeto e a inclusão nas dinâmicas da família. Ambas as situações são marcadas pela violência, enquanto uma corresponde a submeter uma pessoa a uma situação de vulnerabilidade social, a segunda diz respeito a uma dimensão das nossas demandas que precisam ser acolhidas e compreendidas



com carinho e afeto, haja vista que somos seres sociáveis e a esfera afetiva ocupa um espaço significativo em nossas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é necessário existir uma pessoa LGBTQIA+ assumida num meio familiar para que ocorra uma discussão sobre o tópico, é comum que surjam comentários acerca do imaginário cisheterossexual sobre as relações sexuais, os estereótipos ou representações em mídia de pessoas da comunidade, levantando pontos pejorativos e discriminatórios. Podemos compreender que esse é um mecanismo de fazer com que os membros encarem as subjetividades LGBTQIA+ como marginais, criminosas e patologizadas, impedindo que algum membro coloque em risco os privilégios sociais e “saia do armário”. Esse mecanismo também é uma forma de apagamento e silenciamento dessas vivências, uma vez que não há espaço para o diálogo sobre sexualidade e identidade de gênero que não a cisheterossexualidade não há também um espaço para falar de dúvidas e questionamentos que surgem nos momentos de descoberta sobre as identidades e vivências sexuais.

Nas expectativas do imaginário social acerca do papel da família há a ideia do amor e acolhimento incondicional aos seus membros, entende-se que ali será oferecido um espaço seguro para a construção de uma rede de apoio, porém, essa nem sempre é a realidade de pessoas LGBTQIA+. Para além de vivenciar primariamente os atos discriminatórios de violência nós vivenciamos também a lgbtfobia nos espaços públicos, como no trabalho, na rua, no ambiente escolar ou faculdade ou nos espaços de cuidado de saúde e assistência, nesses momentos a família nem sempre vai ser o espaço seguro para acolher as dores desencadeadas por essa violência, muitas vezes tornando esse processo silencioso.

REFERÊNCIAS

AYOUCH, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. **Percurso**, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, pp.23-32.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. N-1. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Apêndice: O espírito da família. In: BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 124 -135.



HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, E. (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro; FREITAS, Rita de Cássia Santos. A violência intrafamiliar contra mulheres lésbicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. 3, 2019, Londrina. **[Anais do] III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social [livro eletrônico]: Desafios Contemporâneos, [do] IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais [e do] III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. Londrina, UEL, 2019.

MUTAÇÕES VIGOROSAS NA UNIVERSIDADE COM O INGRESSO DOS CORPOS E DAS PEDAGOGIAS QUEER-CUIR-KUIR

Tese de doutorado em andamento

Zé - José Amaro da Costa¹,
doutorando em Educação na Universidad Nacional de Rosario- Argentina

jaja.joseamaro@gmail.com

RESUMO

Esta proposta consiste em promover diálogos e reflexões acerca de temas emergentes na educação, como por exemplo, o das Pedagogias Queer na universidade, centrado em dois pontos: o primeiro está em inquietar para atuarmos permanentemente na desconstrução dos discursos e práticas normalizadoras que rejeitam as diferenças por orientação sexual e identidade de gênero. O segundo está no compromisso com uma educação e uma cultura de não violência no ensino e aprendizagem. Tais pontos objetivam promover espaços mais acolhedores, diversos e não excludentes na universidade, repercutidas nas diretrizes, metodologias e currículos. A base de análise são testemunhos de estudantes da graduação violentados em universidades do Recife/PE, onde se analisam os impactos e as sequelas no processo de formação. Isso se conecta ao cenário de violências no Brasil com os corpos de sexualidades dissidentes. Para dar conta desse estudo, estão sendo utilizadas referências de autoras que discutem as pedagogias queer como Mercedes Sánchez-Sainz, Guacira Lopes Louro e humanistas como Paulo Freire e bell hooks, por protagonizarem uma crítica a educação reprodutora de relações e práticas normalizadoras que favorecem as violências. A problemática apresentada integra a tese de doutorado em fase de finalização do autor.

Palavras-chave: pedagogias queer; violências; orientação sexual; identidade de gênero.

¹ A escrita do nome próprio em letras minúsculas é um gesto político de problematização das convenções gramaticais como faz bell hooks.

INTRODUÇÃO

Validando o espírito de ousadia requerido ao pesquisador aberto às formas contra hegemônicas do conhecimento, me dedico a demonstrar através das pedagogias queer alternativas de combates às violências de gênero e sexualidade na universidade.

Estou me referindo a um marco epistemológico e a estratégias pedagógicas para atenção e compreensão de quem não se ajusta a cis-heteronormatividade. Lembro aqui que orientação sexual não tem necessariamente uma relação com as formas de identificação de gênero. [...] O sujeito pode exercer sua sexualidade de diferentes formas [...]. Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos, ou sem parceiros/as". Desse modo, orientação sexual é uma expressão usada para designar, a partir de suas práticas, quem são os sujeitos homossexuais (gays ou lésbicas), heterossexuais e bissexuais. A autora ainda afirmando que "[...] essas *identidades* (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.)" (LOURO, 1998 pp.26-27).

E assim, Identidade de gênero como o gênero com o qual uma pessoa não se identifica, ou não concorda com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (aquelas que se identificam com a atribuição lhe dada a partir do sexo biológico).

Vou seguindo inspirado em Butler (2021) e na ampliação que ela faz quando menciona que não violência está associada ao combate das formas neoliberais de racionalidade e não se vincula a uma postura passiva, nem uma inclinação para a calma, mas a uma potência de reivindicar. Para mim, esse conceito implica em algo significativo, potente e disruptivo, impulsionando-me para reflexionar não violência no contexto da educação universitária. Esclarecendo que a não violência não traz uma visão romantizada e nem significa uma universidade sem conflitos, conformista e resignada. A finalidade é que todos os estudantes tenham reconhecimento, sejam respeitados e não somente os que cumprem a matriz normativa da heterossexualidade. E, assim, surge o itinerário dos objetivos dessa pesquisa:

1- Identificar as violências produzidas contra os corpos e as identidades insubmissos às normas de gênero, que se afirmem LGBTQIAPN+; 2- Compreender os impactos das distintas faces da violência impactaram esses estudantes; 3-Conhecer as

sequelas geradas aos estudantes de sexualidades dissidentes quando afetados pelas diversas violências, bem como o comprometimento na relação de convivência com seus pares; 4- Analisar como a repercussão das violências influenciou/alterou a rotina de circulação no campus e simultaneamente a concentração nas aulas/atividades acadêmicas; e, por fim, 5- Mapear quais centros acadêmicos (Humanas, Exatas, agrárias/médicas) são menos acolhedores às diferenças por orientação sexual e identidade de gênero, se configurando em espaços que incidem violências para esses estudantes, que são sujeitos da diversidade.

MÉTODO

A história oral na forma de testemunhos se coaduna aos objetivos, e é o referencial metodológico dentro da abordagem qualitativa, que se apresenta como a melhor proposta de realização, por fazer ecoar vozes a uma população violentada e subalternizada no que se refere a orientação sexual e identidade de gênero.

Seligmann-Silva (2005; 2008; 2010) Agamben (2008) e Pierron (2010) compreendem o testemunho apresentando alguns sentidos que se desdobram a partir de sua etimologia própria. Evidencio aqui sentidos principais capturados desses autores que nos ajudam a entranhar-se na singularidade, na especificidade deste método e o seu uso ao longo da pesquisa: – o testemunho como ética ou modo de cuidado de si; Butler (2017), Foucault (2017).

Metodologicamente, foram considerados doze depoimentos, de estudantes com identidades não normativas, faixa etária distintas, áreas de formações diferentes, e que apresentaram elementos significativos para compreensão da experiência violentas em instituições públicas como Universidade Federal e Universidade Federal Rural de Pernambuco; em uma instituição privada, no caso a Universidade Católica de Pernambuco e em uma instituição privada laica, a Universidade Maurício de Nassau.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os testemunhos interpretados na etapa de análise mostraram três grandes aspectos: O primeiro, como as diferentes caras da violência afetaram o processo de ensino e de aprendizagem na graduação. Estas se expressando como inimigas da diversidade pelos agressores. O segundo é de que há indícios que em silêncio ou de maneira explícita, quando se identificam comportamentos fora de um modelo de sexualidade não binária, e estes corpos são lidos desta maneira estão muito mais expostos e se convertem nos preferidos a serem violentados. E o terceiro, que estes

estudantes se sentem marcados em suas vidas por medo, desconfiança, autocensura, autopreservação, silenciamento, moderação, cuidado e precaução.

Todos os entrevistados, em seus relatos, resgataram em suas falas vivências significativas atravessadas na universidade. Algumas mais recentes e outras mais longínquas, cujas narrativas foram permeadas de muitos afetos no conteúdo de suas verdades, contextualizadas com as realidades da vida acadêmica, pessoal e social que a vida colocou, e também de uma aproximação total com a metodologia em questão, principalmente quando o escritor cubano Barret, (1969:1981) menciona que “escrever testemunhos é desenterrar histórias reprimidas pela história dominante, abandonar o eu burguês para permitir que os testemunhais falem por conta própria [...] e que produz uma solidariedade entre o intelectual e o cidadão que reduz a alienação endêmica na vida cotidiana das sociedades contemporâneas”.

Entrevistados violentados, ao entrarem em contato com suas histórias acadêmicas para relatarem, algumas vezes o sentimento de dor apareceu, e chorar integrava parte desse momento, a partir das lembranças ativadas nas memórias da universidade antecidas da escola. Experiências que eram difíceis, porém muito mais difícil era não poder compartilhar por vergonha da sexualidade ou medo de revelá-la, lhes restando conviver com as rejeições e as violências instauradas na rua, na escola e na própria família. De forma geral, pelas narrativas dos testemunhos, escola e família não apresentavam nenhuma disposição para romper com a lógica organizadora social e religiosa enquanto instituições moldadas em um modelo tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego então as seguintes conclusões neste momento envolvendo os alunos de sexualidades dissidentes nas universidades pesquisadas:

1. Há uma Violência autorizada/consentida

Não estou afirmando de forma alguma que exista uma intencionalidade nessa direção. Mas, em função de uma prática reiterada ainda é muito pequeno o questionamento feito por pessoas que não são afetadas pela questão das sexualidades dissidentes.

2. A Violência está institucionalizada onde os maiores incômodos estão com alunos dissidentes e a universidade se move lentamente nos avanços com a diversidade.

Parece que a universidade tem muito a caminhar, mesmo aquelas que já sinalizaram movimentos na sua estrutura e compõe na hierarquia núcleos e diretorias para tratar



desse tema. Diversidade é uma questão pouco relevante no desenvolvimento das políticas, com ações tímidas e informações que circulam precariamente.

Através de um estudo de caráter testemunhal, o contexto de análise envolvendo estudantes da educação universitária do Recife pode ser ampliado para pensar soluções de combate às violências com uma formação integral, não somente cognitiva, que considere a afetividade e esteja sintonizada com pressupostos das pedagogias queer.

REFERÊNCIAS

BARNET, Miguel. **La novela testimonio**: socio-literatura. Union 4(oct.):99-122. 1981." The Documentary Novel". Cuban Studies/Estudios Cubanos, n.11, v. 1, pp.19-31, 1969.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético político. (trad. Heci Regna Candiani).1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. (trad. Andreas Lieber) 1ª ed. 3ª reimp. Belo Horizonte :Autêntica Editora, 2017

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no College D'e France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª.ed., Petrópolis, RJ: Vozes,2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3.ed., 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. Edição de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SAINZ, MERCEDES SANCHEZ. **Pedagogías Queer**: ¿Nos arriesgamos a hacer otra educación? 2ª ed. La Catarata. Madrid. 2020

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2003.

NECAPOLÍTICA À BRASILEIRA

Douglas Lima Rodrigues
Mestrando (PPGELS/UNEB)

Hárllel Éric B. de Castro - Psicólogo (CRP-03/25577)
Mestrando (PPGELS / UNEB)

Orientadora: Professora, Dra. Janaina de Jesus Santos
(PPGELS/UNEB)

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a partir do sistema hegemônico e social, pautado em normas da cisgeneridade, heterossexualidade, branca, judaico-cristã e patriarcal, as noções de Biopolítica e Necropolítica materializada em discursos de ódio via internet por sujeitos neoconservadores inseridos a arena sociopolítica brasileira, contra sujeitos LGBTQIAPN+ na contemporaneidade, em específico, durante o período de 2018-2023.

Para tal, adotou-se a Análise do Discurso, de matriz francesa, orientada pelos estudos de Michel Foucault. Como base analítico e interpretativa, este estudo ancora-se nas áreas pós-estruturalista, nos estudos de gênero e diversidade sexual para: (i) identificar os enunciados inscritos no discurso de ódio contra à população LGBTQIAPN+ na contemporaneidade; (ii) descrever como as noções de Biopolítica e Necropolítica estão alinhadas as condições de possibilidades da emergência dos sujeitos neoconservadores na produção de discursos de ódio; e (iii) apresentar uma análise acerca do discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+, visando a compreensão de uma prática discursiva que promova uma Necapolítica à brasileira. A análise demonstra que práticas discursivas de ódio contra a população LGBTQIAPN+ orientadas por lógicas falocêntricas, patriarcais, cisheteronormativas, que, a partir da perspectiva binária sobre a identidade de gênero e a diversidade sexual, produzem a manutenção de políticas de invisibilização, desumanização e de morte, promovidas e efetivadas pelo CISTema contra sujeitos mulheres, e desobedientes de gênero e dissidentes de sexualidade e raça.

Palavras-chave: Biopolítica; Discursos de ódio; LGBTQIAPN+; Necropolítica.

INTRODUÇÃO

Nota-se, na atual conjuntura política instaurada no Brasil, a ascensão de grupos políticos neoconservadores, pautados por lógicas de perseguição aos direitos e dignidade humana de populações que são historicamente marginalizadas, invisibilizadas e violentadas desde o período da colonização. Neste estudo, o foco está na comunidade composta por pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneras, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e demais identidades representadas pelo sinal de “+” na sigla LGBTQIAPN+ — um dos possíveis termos guarda-chuva para se referir a essa população.

O termo, título deste estudo “Necapolítica”¹ além de uma referência ao conceito de Mbembe (2018) “Necropolítica”, visa promover uma reflexão através da gíria Pajubá², sobre um dos pilares da política da sociedade brasileira, constituída por uma estrutura patriarcal, falocêntrica, machista, representada pelo sujeito homem, viril, branco, cisgênero, heterossexual, judaico-cristão e burguês, como sujeito-humano universal. Para Bento (2022), tal política — nomeada neste estudo de “Necapolítica”, se apresenta como um pacto narcísico do sujeito supracitado, no qual opera políticas de autopreservação e manutenção dos direitos sociais enquanto privilégios em detrimento das desigualdades históricas em acesso a esses direitos e opressões contra a diversidade das populações em raça, gênero, sexualidade, classe e religião.

A partir dessa política centrada na figura deste específico sujeito — o homem branco, a Biopolítica de Michel Foucault (2008 [1979]) dialoga com este estudo, por trazer a noção do Estado moderno enquanto formatador e controlador do indivíduo e da população, empregando uma normatização para “tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar, como uma população que se deseja regulamentar” (DANNER, 2017, p.155).

Desde o período eleitoral federal brasileiro de 2014, partidos políticos localizados em posições de extrema-direita e direita nutriam uma organização política e ideológica que resultaria no movimento nomeado “bolsonarismo”, fundamentado por perspectivas cisgênero, heterossexual, patriarcal, machista. neoconservadora, fundamentalista religiosa judaico-cristão, atingindo seu ápice com a eleição para Presidente da República Federativa do Brasil, o representante deste movimento e o expresidente Jair Messias Bolsonaro (2018 a 2022).

O ex-governo reuniu apoiadores que se alinhavam às ideologias defendidas na figura de Bolsonaro, que através dos discursos enunciados, promovia um pânico

1 No dicionário Pajubá *online*, Neca” refere-se ao órgão genital masculino.

2 “Pajubá como um código linguístico de resistência já que o seu uso reafirma a condição do homossexual [comunidade [LGBTQIAPN+] em se orgulhar do seu papel na sociedade” (BARROSO, 1999, p.99, grifo nosso).

moral e social, elencando como inimigos da ordem, da moral, da nação e de Deus as populações em vulnerabilidade em direitos sociais, bem como a promoção do discurso de ódio contra à diversidade sócio-humana, a exemplo da população LGBTQIAPN+ (SILVA; BERNARDES; CASTRO, 2020). Dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2023), em seu *Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+* informa que no Brasil de 2022, ocorreram 1.575 (mil, quinhentas e setenta e cinco) mortes violentas de pessoas LGBTI+ no país, por consequência da LGBTfobia.

Isto posto, esta pesquisa possui o objetivo analisar a partir do CISTema hegemônico e social, pautado em políticas centrada no falo, a cisgeneridade, heterossexualidade, branca, judaico-cristã e patriarcal, as noções de Biopolítica e Necropolítica materializada em discursos de ódio via internet, por sujeitos neoconservadores inseridos a arena sociopolítica brasileira, contra sujeitos LGBTQIAPN+ na contemporaneidade, em específico, durante o período de 2018-2023.

MÉTODO

Este estudo adotou os procedimentos metodológicos da Análise do Discurso, de matriz francesa, alinhada às contribuições de Michel Foucault. No qual, foram analisados alguns enunciados, coletados em mídias e redes sociais, nas quais há a presença de discursos de políticos alinhados a partidos e ideologias com orientações neoconservadoras, entre o período de 2018 até o segundo semestre de 2023. Os procedimentos realizados a partir dos enunciados coletados foram: (i) identificação dos enunciados inscritos no discurso de ódio contra à população LGBTQIAPN+ na contemporaneidade; (ii) descrição dos enunciados através das noções de Biopolítica e Necropolítica alinhadas as condições de possibilidades da emergência dos sujeitos neoconservadores na produção de discursos de ódio; e (iii) uma apresentação de uma análise discursiva acerca do discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+, visando a compreensão de uma prática discursiva que promova uma Necapolítica à brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destaca-se para essa seção de análise e discussão a partir dos resultados, o recorte do enunciado verbo-visual proferido pelo pastor evangélico André Valadão no dia 02 de julho de 2023, coletado *online* via internet. O enunciado obteve ampla repercussão em âmbito nacional devido as falas proferidas pelo referido pastor durante um culto religioso evangélico, em uma determinada igreja do país. As falas que compõem o enunciado de Valadão (2023) demonstram um “discurso de ódio” (BUTLER, 2021) contra a diversidade sexual e gênero, incitando a partir da ética e dos valores morais cristãos, a violência em seu nível mais radical, o homicídio contra pessoas LGBTQIAPN+.

Fragmento transcrito - extraído do enunciado de André Valadão (2023)

" [...] Ah.... Não! O que vale é toda forma de amar, deixar casa, deixa viver! **[tom de voz irônica]**, aí hoje, você vê nas paradas [LGBTQIAPN+] homens e mulheres nuas, com seus órgãos genitais completamente expostos, dançando na frente de crianças, aí você horroriza! Aaaaah! Que absurdo! **[tom de voz irônica]**. Mas essa porta foi aberta quando nós, tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena, então, agora, é a hora de tomar as cordas de volta e dizer não, não, não.... Pode parar, reseta! Aí Deus fala: 'não posso mais, já meti esse arco-íris aí, se eu pudesse, eu matava tudo e começava tudo de novo, mas já prometi para mim mesmo que não posso, então agora está com vocês... **[público de fieis evangélico presente na ocasião]**'. (VALADÃO, 2023, *online*, grifo nosso)³

O enunciado proferido pelo referido sujeito, reforça políticas da nossa sociedade contemporânea que há uma necessidade de normalizar os corpos, normalizar os sujeitos, obrigá-los a confessar suas identidades, através dos corpos e de suas práticas, para a partir da confissão, julgar, disciplinar e punir os corpos/sujeitos em desacordo as normas e padrões sociais vigentes, enquanto anormais, abjetos e, portanto, patológicos.

Esse procedimento de normalização disciplinar pode também ser observado no enunciado proferido pela pastora e ex-ministra do governo do ex-presidente Bolsonaro, Damares Alves, ao assumir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos no ano de 2019, a ex-ministra em tom comemorativo enunciava: "*uma nova era no Brasil, menino veste azul e menina veste rosa*" (ALVES, 2019, *online*)⁴. A semelhança entre ambos enunciados, demonstram o mesmo discurso da nossa sociedade contemporânea, que obriga e determina através da confissão que corpos/sujeitos devam atender determinadas identidades, no caso em análise, a cisgneridade binária e a heterossexualidade, que coloca o falo, ou melhor, a Neca, como símbolo atribuído de poderes na constituição das sociedades patriarcais, modernas e ocidentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que a Necapolítica está na sociedade contemporânea promovendo políticas para enquadrarem sujeitos/corpos a se confessarem a partir do órgão genital e a identidade cisgênero designada como homem ou mulher, não havendo uma outra opção de identificação que não seja marginalizada. Conseqüentemente, quando tal norma não é atendida, o terror é instaurado através de punições de tais corpos desobedientes, como por exemplo, a não asseguaração dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e o alto número de assassinatos e violências sofridas por essa comunidade na sociedade brasileira.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/5w5mENJ4ljc>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-novaera-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 21 de jul. 2023.



Por conseguinte, o terror gerado pela Necropolítica amedronta não somente as populações por ela afetadas diretamente, mas sim toda a sociedade em romper com tais estruturas de poder tradicionais já imposta pela CISHeteronorma, mas, que contraditoriamente se choca com a liquidez que é exigida aos sujeitos/corpos pelo atual sistema econômico – o capitalismo.

REFERÊNCIAS

BARROSO, R. **Pajubá**: O código linguístico da comunidade LGBT. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/1945>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Editora Unesp. 2021

GGB. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, p. 143-157, 2017.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1979].

MBEMBE, A. **Necropolítica**: bipoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVA, B. S.; BERNARDES, M.; CASTRO, H. E. B. Crônicas de uma pandemia negligenciada: da pulsão de morte do sujeito à necropolítica bolsonarista. **Revista Terra Sem Amos**, v. Ano I, p. 29-38, 2020.

ST 05

ARQUEOLOGIA DAS DISSIDÊNCIAS
SEXUAIS NA LITERATURA E NAS ARTES



COORDENADORES
Fábio Figueiredo Camargo
Antonio Kvalo
Guilherme Augusto da Silva Gomes

A PUTA QUE HABITA EM MIM: A(S) RESSIGNIFICAÇ(ÕES) DA IDENTIDADE *PUTA* EM *E SE EU FOSSE PURA*, DE AMARA MOIRA

Categoria do Trabalho – Dissertação de Mestrado

Ádrian H. Ferreira Barboza
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
adrianhenrique1920@gmail.com

Marcus Antônio Assis Lima
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

O movimento feminista trouxe importantes contribuições à história da humanidade antes mesmo da sua constituição enquanto movimento organizado, no século XIX, corroborando à luta pelos direitos das mulheres (em suas diferentes mulheridades) ao acesso a todos os espaços das sociedades. Nesse sentido, a luta surge a partir das ressignificações cotidianas – desde a problemática do “que é ser mulher” às identidades consideradas abjetas e marginalizadas pela estrutura patriarcal, como as putas, por exemplo, à literatura brasileira, seja do soco de estômago de Clarice Lispector à escrivência de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus. Dessa maneira, este puta-texto, fruto da dissertação defendida em março de 2023, pelo Programa de Pósgraduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste do Sudoeste da Bahia, teve como objetivo analisar as ressignificações da identidade *puta* a partir da obra *E se eu fosse pura*, de Amara Moira, aqui, vista enquanto narrativa de vida, com as contribuições teóricas e práticas do Transfeminismo (corrente feminista voltada às questões e direitos das mulheres transgêneros, travestis e transexuais); do Putafeminismo (corrente do feminismo que busca os direitos às pessoas trabalhadoras sexuais); e da Teoria Queer. Com o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso Semiolinguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (2019), concluímos que o Modo de organização do discurso Narrativo é predominante à obra, mas com as presenças de outros Modos de organização utilizados com função de estratégias narrativas como formas de ressignificar o “ser puta” também ao discurso.

Palavras-chave: Análise do Discurso Semiolinguística; Literatura; Puta; Ressignificação.

INTRODUÇÃO

A prostituição é um campo heterogêneo, não só enquanto profissão – já que há diferentes formas de se atuar nela (pornô, *striptease*, BDSM, fazer programa, entre outros) – mas como campo de constituição de saberes, (r)existências e putas-políticas. As putas – enquanto principal eixo motriz da prostituição – ao longo do tempo e em diferentes sociedades vêm (r)existindo a todo o martírio que os padrões morais e conservadores ditam aos seus corpos e suas profissões.

Vistas enquanto algo talvez “animalesco”, as trabalhadoras sexuais ressignificam seus lugares todos os dias ao se reafirmarem enquanto putas, mas também à luta pelo respeito e direito a esta profissão, surgindo o Putafeminismo – uma das correntes dos feminismos que busca não só dar voz às mulheres que estão na prostituição, como também a busca pelas reivindicações da categoria, visto que a profissão ainda não é regulamentada no Brasil. Colocando-as como protagonistas de suas histórias, este movimento tece a fissura no conservadorismo que tenta a todo custo higienizar e condenar as práticas sexuais pagas, como também traz críticas aos movimentos feministas que não incluem as mulheres trabalhadoras sexuais e/ou as vitimizam.

Monique Prada, puta-ativista, em sua obra *Putafeminista* (2018) dialoga sobre as suas vivências enquanto putafeminista e teórica, pois quem atua na prostituição formula teorias, apesar da Academia não considerá-las muitas vezes. A autora cita que erradicar a prostituição seria erradicar as prostitutas, pois quem defende o fim da profissão ancora-se no pensamento higienista e moralizante que reforça o machismo e o patriarcado tão enraizados na sociedade. Por outro lado, quem não defende, na maioria das vezes, de forma inconsciente ou não, as deixa no lugar da precariedade, da exclusão e da marginalidade.

Este puta-texto¹ tem por objetivo geral analisar a obra *E se eu fosse puta* (2018) da autora, professora, escritora e putativista Amara Moira, utilizando como principal aporte teórico as contribuições da Análise de Discurso Semiolinguística, proposta na década de 1980, por Patrick Charaudeau, elucidando as possíveis estratégias enunciativas que promovam a(s) ressignificaç(ões) do lugar *puta* na sociedade, levando-se em conta a seguinte pergunta-problema: de qual(is) maneira(s) a autora Amara Moira ressignifica a identidade *puta* em *E se eu fosse puta*? Além disso, as contribuições do Transfeminismo e

¹Falar de prostituição e de suas principais sujeitas – as putas – a partir dos lugares sociais onde estou localizada e sem estar nessa profissão é um desafio teórico e pessoal; o intuito não é romantizá-la, mas mostrar o quanto as putas ressignificam esses lugares como estratégias de sobrevivência e resistência; este puta-texto também os convida a experienciar práticas decoloniais que tensionam estruturas hegemônicas atravessadas pelo racismo, patriarcado, lgbt+fobia, capacitismo e outras inúmeras opressões. Por isso, utilizamos alguns termos como “puta-pesquisa”, “puta-dissertação”, “puta-texto” pensando na palavra puta (e de tudo que ela pode (re)ssignificar) para além do trabalho sexual, mas como prática de vida fora das normas.

Putafeminismo irão nortear as discussões aqui propostas a fim de atender os seguintes objetivos específicos: I) Promover a discussão sobre identidades que são impostas como abjetas na sociedade, a partir da perspectiva do transfeminismo e putafeminismo; II) Refletir sobre os novos sentidos que a autora traz sobre prostituição em sua narrativa de vida; III) Dialogar sobre práticas de leituras não-normativas na Literatura Brasileira.

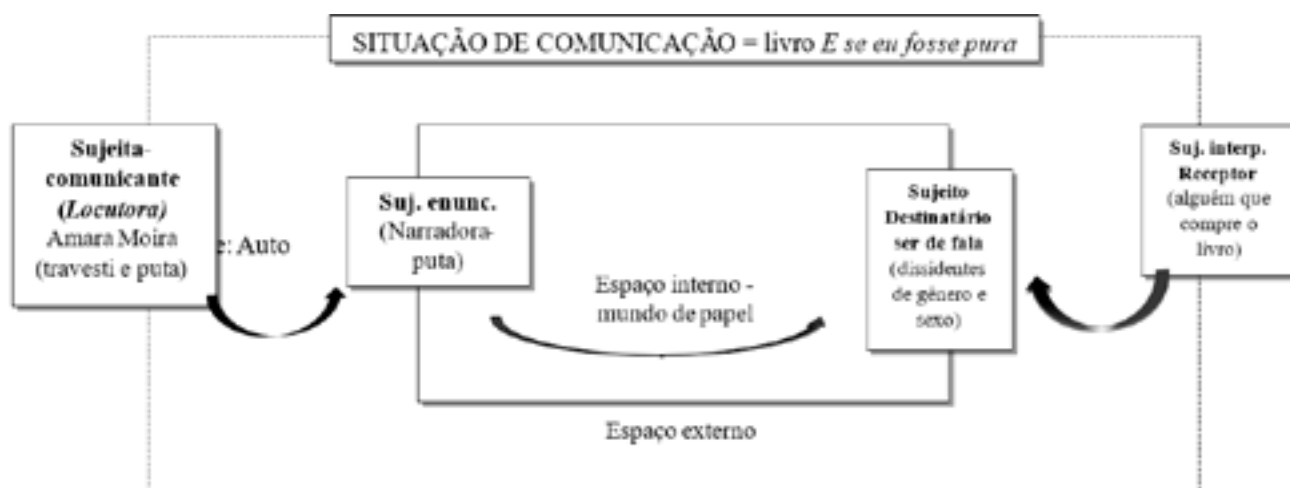
MÉTODO

Utilizamos como arcabouço teórico-metodológico a Análise de Discurso Semiolinguística, que foi desenvolvida na década de 1980, pelo linguista, professor e filósofo Patrick Charaudeau, e surge em resposta a outras correntes da análise do discurso que não levava em consideração aspectos psicológicos, sociológicos nos textos e produções discursivas analisadas. Nesta teoria, o sujeito é visto como “ser social”, tendo em vista que o sujeito participa ativamente do mundo em que faz parte (mundo real) e do mundo a ser significado primeiramente pelo processo de transformação “[...] sob a ação de um sujeito falante; o segundo, o processo de transação, que faz deste “mundo significado” um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário deste objeto.” (CHARAUDEAU, 2005, p. 2).

Com a aplicabilidade da teoria Semiolinguística à obra *E se eu fosse pura* (2018), de Amara Moira evidenciamos os quadros de situação de comunicação que se apresentam na obra, como também os Modos de Organização do Discurso, a fim de analisar as estratégias discursivas que a autora utiliza em sua narrativa de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

QUADRO DE SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR PATRICK CHARAUDEAU (1983a, 2019b) APLICADO À OBRA *E SE EU FOSSE PURA* (2018)



Fonte: BARBOZA, 2023, p. 71

De maneira geral e de modo bem breve, a situação de comunicação será o livro *E se eu fosse puta*, pois quem escreveu (a sujeita-comunicante Amara Moira travestiputa) tem como finalidade não só contar as suas vivências enquanto puta, mas também ressignificar este lugar. A Amara Moira professora, mestre e doutora em Teoria e Crítica Literária dá lugar a Amara travesti e puta, tornando-se a sujeita-comunicante, uma sujeita empírica, pertencente ao mundo real, na parte externa à comunicação.

A partir disso, a sujeita-comunicante projetará imagens “ideais” de suas sujeitas enunciadoras, sendo, inicialmente, a narradora-puta, que terá uma função importante: contar a narrativa a quem lê, ou seja, ao seu interlocutor (neste momento, esta sujeita pertence ao “mundo de papel”, lugar construído por processos mentais dos parceiros dos atos de linguagem); busca denunciar a hipocrisia da sociedade em relação às pessoas que trabalham na prostituição, pois quem a consome é, na maioria das vezes, quem a mais condena. Assim, a sujeita-comunicante Amara irá utilizar da sua história de vida como uma verdadeira “luneta”, o que caberá ao sujeito-interpretante-leitor encontrar os seus diferentes mundos dentro da narrativa.

Nesse processo de trocas linguageiras, a eu-comunicante Amara também idealizará o seu interlocutor ideal (denominado tu-interpretante) que pode ser qualquer pessoa que compra o seu livro (denomino como leitor). Logo, a partir do momento que o livro está exposto na livraria e alguém decide comprá-lo, pressupõe-se que quem o comprou tenha o mínimo de conhecimento e/ou curiosidade sobre as putas, corroborando para que o contrato de comunicação ocorra de maneira satisfatória. Diante disso, o tu-interpretante (alguém que compre o livro) projetará a imagem “ideal” de seu tu-destinatário, ou seja, a quem a eu-enunciadora escreve? Para pessoas dissidentes de gênero e sexo (ou seja, o seu tu-destinatário). Portanto, este é o quadro de situação de comunicação de forma geral da narrativa de vida *E se eu fosse puta*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta puta-pesquisa buscou trazer a prostituição por outras óticas, baseada nas referências citadas ao longo das reflexões e da narrativa *E se eu fosse puta* (2018).

Todavia, não podemos esquecer que o Brasil segue com o triste ranking como um dos países com os maiores índices de feminicídio do mundo, principalmente às mulheres negras (62%), em 2021, como mostra dados do Fórum Nacional de Segurança Pública²; o país também lidera o ranking onde há mais assassinatos de pessoas trans e

² FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de Segurança Pública 2022*. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022feminicidios-ca-em-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

travestis do mundo pelo 14º ano consecutivo³, sendo 131 assassinatos (130 assassinatos de travestis e 1 homem trans/pessoa transmasculina, em 2022, conforme Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, ao mesmo tempo que ocupa o país que mais consome filmes adultos feitos por pessoas trans⁴ (está aí a hipocrisia). Como não lembrar das inúmeras pessoas transvestigêneres que foram assassinadas, suicidadas pelo CISTema racista, machista, capacitista, desde a Xica Manicongo, em 1591, até hoje – violência que não cessa. O que dizer de Dandara Ketley, travesti, que, em 2017, teve sua vida ceifada por vários homens que além de filmarem a violência, publicaram o vídeo nas redes sociais gerando milhares de likes?

Ler o *E se eu fosse pura* me fez perceber as formas que Amara Moira – enquanto corpo que borra as fronteiras binárias de gênero – utilizou não só como forma de escancarar suas vivências enquanto puta-travesti, mas de mostrar o quanto esses lugares a acolheu de alguma forma, o quanto a literatura é colocada como “válvula de escape” e a sua escrita como transgressão à linguagem, possibilitando a sua existência.

A resignificação da puta nesta puta-pesquisa foi pensada a partir da leitura da obra *E se eu fosse pura*, de Amara Moira, que narra as suas resistências em ser putatravesti ao mesmo tempo que denuncia a hipocrisia da sociedade que condena as putas e, depois, utiliza seus serviços. A Análise de Discurso Semiolinguística foi utilizada como arcabouço teórico-metodológico a fim de analisar as estratégias discursivas que a autora utiliza em sua obra. Nota-se que o Modo de organização do discurso Narrativo é predominante à obra, mas com as presenças de outros Modos de organização com função de estratégias narrativas.

E se eu fosse... e se fosse você? Quando pensamos em resignificação, é possível pensarmos numa definição de *puta* para Amara Moira? Ao meu ver, não é uma preocupação da autora criar um novo rótulo ou uma nova semantização da palavra, pois seria algo em vão, tendo em vista que o patriarcado, enquanto sistema estrutural que participa ativamente da constituição da sociedade brasileira, construiu o estigma histórico a esta identidade. Talvez, a resignificação pensada por Amara (e também neste puta-trabalho) perpassasse por outros caminhos, até porque ela não é pensada apenas às mulheres que atuam na prostituição, mas também como práticas subversivas que descortinem e tensionem as opressões direcionadas a essa id(entidade).

3 BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra 2023.

4 SOUSA, Felipe. *Relatório Anual do Pornhub mostra que Brasil foi o país que mais procurou pornografia trans em 2022*. 2022. Disponível em: <https://pheeno.com.br/2022/12/relatorio-anual-dopornhub-mostra-que-brasil-foi-o-pais-que-mais-procurou-pornografia-trans-em-2022/>. Acesso em 30 jan. 2023.



REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVASSI, Sigrid. **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em 14 jun. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2019. FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública 2022**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-deviolencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Editora Veneta, 2018.

O INFERNO DA BIBLIOTECA NACIONAL: OS LIMITES ENTRE CENSURA E PRESERVAÇÃO DE OBRAS OBSCENAS

Antonio Carlos Pinto da Fonseca Junior
Doutorando PPGLITJ
UFU -Universidade Federal de Uberlândia – MG
kvaloantonio@gmail.com

RESUMO

Essa comunicação analisa um grupo de produtos gráficos, entre livretos, fascículos de revista e livros, do princípio do século XX, contidos na seção denominada *Inferno* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN), em que os objetos literários estão relacionados com as imagens neles contidas, seja em forma de ilustrações ou fotografias. *Inferno* é um acervo localizado na seção de obras raras da BN que conta com cerca de 50 títulos, oriundos principalmente da lei de depósito legal, a maior parte sendo de objetos pornográficos, estando catalogados como obras “proibidas”, apesar de terem sua circulação em seu contexto de produção ocorrido de forma consideravelmente ampla.

Palavras-chave: Literatura obscena; Imagem; Biblioteca Nacional; Inferno; Clichê

INTRODUÇÃO

As bibliotecas ao redor do mundo criaram, cada uma a seu modo, catalogações específicas de suas obras, até que houvesse, em meados do século XIX, um esforço global para a implementação de um sistema internacional de códigos catalográficos. Esse sistema preza pela materialidade da obra, para então se encaixar num grupo de itens em outras categorias mais específicas. Essa prática culmina numa espécie de mapa a ser seguido para que todo livro possa ser encontrado para consulta. E se todos os livros podem ser encontrados, esses objetos podem ser achados por órgãos ou pessoas que almejam a sua eliminação. Isso ocorre primordialmente quando estamos lidando com governos de exceção, períodos em que a censura, seja ela oriunda de qualquer instituição, impera sobre a lógica do acesso irrestrito à informação. Na eminência desse tipo de acontecimento, há de se resguardar e preservar a história e a memória contidas nas bibliotecas de diversos lugares, e no Brasil este acervo camuflado chama-se *Inferno*.

MÉTODO

A partir de pesquisa bibliográfica e acesso ao acervo da Biblioteca Nacional, mais especificamente no departamento de Obras Raras na repartição nominada *Inferno*, é produzida uma análise qualitativa a partir das relações intermediáticas entre os textos e as imagens de objetos censurados pertencentes a esse escopo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultado de dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2023, já se tem o número de obras pertencentes à repartição do *Inferno*, assim como entrevista exclusiva com a criadora do acervo, Ana Virgínia Pinheiro. Deste modo, apresento um recorte de obras de cunho obscenos para esta comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a demarcação de uma repartição na Biblioteca Nacional tenha sido fundamental para a preservação de obras ditas proibidas, os limites entre censurar e catalogar tais textos se tornam um questionamento em relação ao acesso irrestrito à informação.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. 4. ed. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEDEU, Zé. **Variações de amor**. Rio de Janeiro: ed. Bibliotheca de Cuspídos, 1913.
- BIBLIOTECA NACIONAL. 2022c. Disponível em bn.gov.br
- COSTA, Johnatas dos Santos. Entre a norma e a transgressão: Uma história do jornal pornográfico O Rio-nú (1898-1916). **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 439 – 479, outubro 2021. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2020v69p419-457>
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução: Vera da Costa e Silva. 27ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- D'AMOUR, Lucio. **A pulga**. Rio de Janeiro: edições Ilha de Vênus, 1914.
- DARNTON, Robert. Inferno da Biblioteca Nacional de Paris. **Folha de São Paulo**. São Paulo, domingo, 9 de julho de 1995. Acessado em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/09/mais/6.html?fbclid=IwAR17gdLZOGGjPSIFPB7CJJRDrP1k5EihdzO4eSFB68SKlzyz9FpFDJOUo9Y>, 28 de agosto de 2020, às 9h24min.
- DARNTON, Robert. Sexo dá o que pensar. **Arte pensamento**. IMS: São Paulo, 1996. Acessado em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/sexo-da-o-que-pensar/>, 19 de abril de 2022, às 17h10min.
- DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- EL FAR, Alessandra. Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924) São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão*: Leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII. São Paulo: Discurso editorial, 2000.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*: sua história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad, Bernardo Leitão. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.



MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador:** negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MORAES, Eliane Robert. **Perversos, amantes e outros trágicos.** São Paulo: Iluminuras, 2013.

RAJEWSKY, Irina. A fronteira em discussão: o status problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermedialidade. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira; VIEIRA, André Soares. **Intermedialidade e estudos interartes:** Desafios da arte contemporânea 2. Belo Horizonte: Rona Editora: FALE/UFMG, 2005. P. 51 – 73.

SONTAG, Susan. **A vontade radical:** estilos. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SOUZA, Vivian Regina Orsi Galdino de. **Vocabulário erótico-obsceno dos órgãos sexuais masculino e feminino em português e italiano.** (Dissertação de mestrado) São José do Rio Preto: UNESP, 2007. 264 f.

MASCULINIDADES EM ATRAÇÃO, DE OCTAVIO DE FARIA

Fábio Figueiredo Camargo
fabiocamargo@ufu.br

RESUMO

Este artigo analisa o romance *Atração*, de Octavio de Faria, tomando as relações do protagonista Roberto Dutra com outros homens em suas relações sociais, de modo a perceber como a masculinidade hegemônica molda as relações entre os homens e impossibilitam sua aceitação como homossexual. Para tanto lançamos mão de textos teóricos de Daniel Welzer-Lang (2001), R. Connell e Messerschmidt (2013) e JJBolla (2020).

Palavras-chave: Masculinidades; Literatura Brasileira; Octavio de Faria.

INTRODUÇÃO

O romance *Atração*, de Octavio de Faria, foi publicado postumamente no ano de 1985 em uma edição organizada por Afrânio Coutinho, na qual se juntaram todos os 15 romances produzidos pelo autor para sua “Tragédia burguesa” em quatro volumes. Embora o livro tenha sido publicado após a morte do autor, talvez já estivesse pronto em 1937, pelo menos enquanto projeto iniciado, que foi sendo aos poucos burilado, quando do lançamento de *Mundos mortos*, uma face mais visível do trabalho de Faria, publicado nesse ano. Nesse sentido, como romance, *Atração*, assim como a “Tragédia burguesa”, em sua totalidade, é o retrato de uma geração que teve que se haver com os problemas morais colocados pela sociedade patriarcal brasileira recém-saída da zona rural, que passa a ocupar as áreas urbanas, desejando ser civilizada, lidando com aquilo que eles pensavam ser civilização. Assim, um dos problemas dessas pessoas passa a ser a ideia de masculinidade que ocupa os pensamentos de homens e mulheres que tentam viver de acordo com as normas civilizadas. Este artigo analisa o romance de Octavio de Faria a partir de algumas personagens masculinas que se relacionam com o protagonista, Roberto Dutra, de modo a perceber como se dão as relações entre homens, tendo a masculinidade hegemônica como normatização dos costumes e daquilo que se configura como masculinidade na sociedade brasileira do começo do século XX.

MÉTODO

Análise comparativa do romance de Octávio de Faria em relação às teorias da masculinidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quadro pintado pelo romance de Octavio de Faria é a demonstração do que ocorre a um homem que tem sua vida atravessada pela masculinidade hegemônica embasada no patriarcado. Sua vida será intensamente sofrida e marcada pelo constrangimento, pela melancolia de carregar sua incapacidade de ser viril, o que o faz entrar em colapso, sendo responsável por seu suicídio posterior, o que será narrado na continuação do romance, intitulada *A montanheta*, também publicado após o falecimento de Octavio de Faria. No romance *Atração* apenas veremos Roberto se entregar a um casamento sem nenhum futuro com sua prima, Silvinha, amor de adolescência, muito mais como um sinal de resignação aos ditames da sociedade patriarcal na qual se insere do que propriamente de afeto.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que Octavio de Faria conseguia notar como a ideia de masculinidade hegemônica se produzia e era responsável pela delimitação das vidas dos homens de seu tempo, que deveriam criar suas máscaras e tentar viver sob uma lógica que não os incluía completamente.

REFERÊNCIAS

BOLA, J. J. Seja homem: a masculinidade desmascarada. Tradução de Rafael Spuldar. Dublinense, 2020.

CONNELL, R. W.; MESSERCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): p. 241-282, janeiroabril/2013

FARIA, Octavio de. Atração. In: Tragédia Burguesa: obra completa. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, v. 4, 1985.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia, In: Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 09, n.02, p.460-482, 2001.

**AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA DA ABJEÇÃO:
TORNAR-SE ANFÍBIO NA NOVELA SIMBOLISTA SÁPO,
DE NESTOR VICTOR**

George Lima
ESAMC

Guilherme Augusto da Silva Gomes
UFU

limas.georg@gmail.com

RESUMO

Objetivo deste trabalho é analisar as tecnologias em jogo no processo de subjetivação experienciado pela personagem Bruce na novela simbolista *Sapo*, escrita por Nestor Victor (2021). Nota-se que a presença outrora da linguagem e a sua suspensão aparecem como fator constitutivo na construção da abjeção caracterizadora da personagem Bruce quando observamos a relação homoerótica com seu “amigo” Ernesto. Para realizarmos essa leitura partiremos das considerações feitas por Michel Foucault (2001) sobre a amizade como modo de vida. Além disso, utilizaremos reflexões realizada por Julia Kristeva (1980) em seu ensaio sobre a abjeção e faremos um paralelo com as proposições nossas sobre a solidão instaurada pela ausência de linguagem.

Palavras-chave: Ausência de comunicação; Abjeção; Homoerotismo; Sapo; Nestor Victor.

INTRODUÇÃO

Em entrevista intitulada “*Da amizade como modo de vida*”, Michel Foucault (2001) problematiza a homossexualidade a partir da questão “Como é possível para dois homens estarem juntos?” e, com isso, considera nela muito mais que um prazer imediato, posto que se pode encontrar todo um sistema de códigos que confere à homossexualidade, além do sexo, afeto, carinho, companheirismo, fidelidade, amizade etc. Isto é, não se entra numa relação para chegar apenas à consumação sexual, mas para se construir também um sistema relacional, uma amizade como modo de vida. Podemos observar que o estabelecimento de condições relacionais desse tipo tem em seu âmago a comunicação como princípio básico de inscrição, visto que aparecem nas palavras pronunciadas pelos seus respectivos atores e nos gestos realizados.

Quando experienciamos o conjunto de ações que organizam a novela simbolista *Sapo*, escrita por Nestor Vítor (2021), tomamos contato com uma narrativa que figura uma relação homoerótica sendo colocada em suspenso à medida que temos conhecimento do ciúme sentido por Bruce ao saber que seu “amigo” Ernesto mantém relação com uma mulher. O rompimento da amizade até então construída por essas duas personagens dá espaço à ausência de linguagem no modo de vida de Bruce. Com a separação irrevogável, ele experimenta a profunda melancolia provocada pela solidão e expressada por um monólogo interior.

Tais aspectos nos permitem ver algumas das propriedades que fazem desta obra uma manifestação do Simbolismo: o decadentismo. As consequências da separação vivida por Bruce nos permitem ter contato com o pessimismo com que passa a encarar as suas relações interpessoais, sobretudo trabalhistas e familiares. Seu monólogo interior mostra o descrédito que ele tem em relação a essas diversas instituições, criando condições para que mergulhe num deserto em que a ausência de linguagem é fator constituinte de sua abjeção em relação a outros sujeitos e em si próprio.

Julia Kristeva (1980) define o abjeto como aquilo que perturba uma identidade, um sistema, uma ordem. Sendo muito mais uma forma relacional de lidar com a identidade [do objeto e do sujeito], o abjeto é a impossibilidade de reconhecimento que se manifesta como “um bumerangue indomável, um polo de atração e de repulsa que coloca aquele no qual habita literalmente fora de si” (KRISTEVA, 1980, p. 9). É nesse movimento de atração e repulsa que o nojo e o vômito são manifestações da abjeção, pois mostram a falta de assimilação, o não-reconhecimento, a ausência de comunicação sobre o “objeto” (que na verdade é um abjeto) do qual não se quer saber e, por isso, o expulsa.

Ao notarmos a ausência de linguagem como fator constitutivo da abjeção da personagem Bruce, o presente trabalho procurar refletir de que modo a novela

Sapo faz uso de procedimentos simbolistas/simbólicos na construção de um sujeito homoerótico que se vê diante de uma secessão e, com isso, coloca em movimento um processo de subjetivação no qual se metamorfoseia em um sapo, um louco.

MÉTODO

Durante essa análise literária, fizemos uso de procedimentos teórico-metodológicos que permitiram compreender o processo de subjetivação da personagem Bruce frente a outros elementos da narrativa que constituem a novela *Sapo*. Assim sendo, além de levarmos em conta as condições estilísticas que posicionaram essa obra enquanto manifestação do Simbolismo, laçamos mão dos procedimentos filosóficos disponibilizados por Foucault (2001) no reconhecimento de um modo de vida comum entre sujeitos homoeróticos. Em função dessa perspectiva, a noção de subjetivação também é um recurso pensado por Foucault (2009) utilizado por nós durante a análise literária, posto que a narrativa se movimenta na construção da identidade de uma personagem.

Ao analisarmos o processo de subjetivação sobre a personagem Bruce, vimos que a ausência de comunicação e a abjeção aparecem como aspectos materiais que acabam por definir o modo como essa personagem estabelece suas relações e como ela progride à medida em que são narrados os afetos decorrentes da separação. Nessas condições, fizemos uso da noção de solidão enquanto ausência de linguagem (SANTOS, 2023) e as reflexões sobre abjeção postas por Julia Kristeva (1980).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos da análise da novela simbolista *Sapo* dizem respeito as etapas de progressão da narrativa. Como a narrativa se inicia com o conflito entre amigos, a subjetivação está justamente no rompimento da amizade que caracteriza inicialmente as personagens. Nessas condições, observa-se que o rompimento não acontece apenas no nível do que é contado, mas também no modo como é organizada a narrativa, posto que se dá espaço a um monólogo interior a partir do qual temos contato apenas com os afetos de Breno e as imagens construídas a partir dos dilemas travados consigo mesmo ao experienciar o ciúme, a infelicidade de uma amizade rompida e a ausência de diálogo com outrem. A falta de comunicação passa a ser não só um dilema estabelecido entre personagens, mas um modo de vida da personagem Bruce ao escolher não ir ao trabalho, evitar contatos e refletir apenas seus desejos. A narrativa nos sugere também ausência de linguagem das outras personagens em relação a Bruce, embora naturalize esse tipo de conduta ao reconhecer certos traços inacessíveis em Bruce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que essa ausência de linguagem dá espaço a falta de reconhecimento por parte do protagonista à medida que institucionaliza seu modo de vida ao evitar qualquer contato com outra pessoa, sobretudo homens, e manifestar a loucura. Ser sapo e coaxar passam a ser referências simbólicas de seu canto solitário e monótono, no qual a abjeção de si e social é marca constituinte de um processo de subjetivação.

REFERÊNCIAS

BRAGA-PINTO, César. Nestor Vítor, um escritor anfíbio. In: VITOR, Nestor. **Sapo**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021. p. 17-34.

CRUZ E SOUZA. Signos (Nestor Vítor). In: VITOR, Nestor. **Sapo**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021. p. 81-96.

FOUCAULT, Michel. De l'amitié comme mode de vie. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001. p. 982-986.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection**. Paris: Éditions du Seuil, 1980. p. 07-27.

MOISÉS, Massaud. **O Simbolismo**. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SANTOS, George Lima dos. **Poética da solidão para além de Cem Anos em Gabriel García Márquez**. 2023. 160 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

VITOR, Nestor. **Sapo**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

A HELENIZAÇÃO EM “NOSSOS OSSOS”, DE MARCELINO FREIRE

Guilherme Augusto da Silva Gomes
UFU

George Lima
ESAMC

guilhermegomes@ufu.br

RESUMO

Este trabalho apresenta a produção de um artifício narrativo realizado pelo narrador Heleno de Gusmão do romance *Nossos Ossos*, de Marcelino Freire. Esse artifício é a saga em que o narrador-personagem – ele mesmo – quer se construir enquanto um “bom homem”, ou seja, ser reconhecido por seus feitos heroicos. A partir de teorias de narrador e de relações com os gêneros literários – épico, lírico e dramático – verificouse que o narrador de Freire utiliza de seu repertório enquanto dramaturgo, demonstrando sua ação de tornar-se visível a partir da relação e seu texto com elementos que remetem à cultura clássica grega.

Palavras-chave: Narrador; Gêneros literários; Helenização; *Nossos Ossos*; Marcelino Freire.

INTRODUÇÃO

Helenização, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, é o termo que remete ao ato de helenizar-se, ou seja, produzir-se com vistas a se aproximar dos modos de vida da antiga civilização grega. (HOUAISS, 2009, p. 1008). Heleno, além de seu próprio nome remeter ao substantivo que nomeia a ação, faz um romance com nuances de reflexões teóricas apuradas e intertextuais à *Poética* de Aristóteles, que constitui as bases de interpretações sobre os gêneros literários ou a arte da representação.

Tratamos, então, como *helenização*, esse artifício da narrativa de Heleno de Gusmão, que narra essa saga em que o narrador-personagem – ele mesmo – quer se construir enquanto um “bom homem”, ou seja, ser reconhecido por seus feitos heroicos ao proporcionar um destino justo e as honras fúnebres ao corpo de Cícero a qualquer custo, inclusive fazendo uso de artifícios de enganação, interpretação e articulação, valendo-se de seus dons enquanto dramaturgo. Para tanto, propomos que Marcelino Freire opta por um narrador-operador, articulando o narrador-personagem, o qual produz uma escrita que se presta a ser sobre seu grande feito, com intertextualidade de heróis gregos clássicos, mas que, sendo sujeito, não dá conta de limitar a própria linguagem, por vezes se tornando contraditório e caindo na armadilha de sua própria construção diegética.

MÉTODO

Para levantar as relações do texto de Marcelino Freire com os gêneros literários, foi utilizada uma leitura comparativa iniciando pelos significados dos nomes das personagens, Heleno de Gusmão e Cícero. Além disso, foi considerada a relação da obra com os gêneros literários a partir de Aristóteles (1996), Bornheim (1975), Butler (2000), Camargo (2005), Homero (2002), Lukács (2000), Staiger (1975), Stalloni (2001), Schüller (1989).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises de *Nossos Ossos* à luz dos gêneros literários e sua helenização permitem uma leitura vertical do romance em diversas direções, como um elemento que não só atenua, quanto aproxima a temática homoerótica da obra com um ideal de iluminação. Não obstante, a forma desse sujeito homoerótico escrever sobre os outros e sobre permite comprovar que, ao falar demais de sua vida, Heleno aproxima-se dos ideais hegemônicos da cultura ocidental judaico-cristã, branca e abastada. Inclusive ele trata a travesti Estrela e os michês como objetos, o que demonstra que há, por parte

desse sujeito, uma forma de construir a outridade ou uma forma de valorizar a sua vida e seu esforço em erguer-se frente às dificuldades impostas aos sujeitos homoeróticos, gerando seu desprezo para com os estranhos, à luz de Bauman (1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance de Marcelino Freire é montado com diversas referências ao gênero dramático: os nomes das personagens Cícero e Heleno fazem conexão com a história clássica greco-latina, são utilizados termos que remetem a uma montagem teatral como as rubricas e a montagem dos capítulos como se fossem cenas. Em relação ao gênero épico, são possíveis leituras comparadas com epopeias clássicas conhecidas, desde a história principal e o tempo da narrativa, até cenas que, justapostas, deixam claras as intertextualidades que são percebidas nas análises. Já no que se refere ao gênero poético, as rimas e o ritmo conferem musicalidade. Esse narrador dramaturgo de *Nossos Ossos* é uma estratégia para enriquecer essa narrativa com tantas linguagens e diálogos.

Esse narrador, ao propor uma “helenização” do texto provoca não só a leitura realizada neste trabalho, mas instiga a observar, futuramente, de que forma os diferentes narradores propostos pelo escritor pernambucano podem proporcionar essa estética.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Poética. In: **ARISTÓTELES**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os pensadores).
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BORNHEIM, Gerd A. **O sentido e a máscara**. Tradução de Regina Machado e Michelle Pithon. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-167.
- CAMARGO, Fábio Figueiredo. **A escrita dissimulada: um estudo de Helena, Dom Casmurro e Esaú e Jacó**, de Machado de Assis. Belo Horizonte: Sografe, 2005.
- FREIRE, Marcelino. **Nossos Ossos**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- HOMERO. **Ilíada**. Trad. Carlos Alberto Nunes. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.



LUKÁCS, George. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

SCHÜLLER, Donaldo. **Teoria do romance**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais de poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

STALLONI, Yves. O romance e o gênero narrativo. In: **Os gêneros literários**: a comédia, o drama, a tragédia, o romance. Tradução de Flávia Nascimento. Algés: Difel, 2001. p.

**“QUEM DEFENDE A CRIANÇA QUEER?”:
A INFÂNCIA DA TRANSEXUAL FERNANDA FARIAS DE
ALBUQUERQUE NA OBRA *A PRINCESA***

Recorte do projeto de Mestrado

Gyovanna Bardini (UESC/CAPES)
gyovannabardini@gmail.com

Marcus Assis Lima (UESB) malima@uesb.edu.br

RESUMO

A obra *A Princesa* ([1963]1995) retrata a história de vida de Fernanda Farias de Albuquerque, transexual nordestina, cuja trajetória a levou para distintas territorialidades não restritas ao território brasileiro, mas também à cenários estrangeiros. Seara para diversas discussões, o presente trabalho se debruça a estudar, através dos relatos reunidos no livro, como a infância da Princesa se constituiu enquanto a personagem principal dessa narrativa ainda era compreendida enquanto Fernandinho no contexto familiar, escolar e da comunidade em que vivia. Desse modo, atravessada pelas experiências sociopolíticas fabricadas pelo cisheteropatriarcado cristão, cujo corpo da biografada foi submetido ao enclausuramento do seu verdadeiro eu, serão utilizadas como arcabouço teórico as considerações tecidas por Preciado (2018), Rosa (2022) e Oliveira (2013). O objetivo é buscar nas experiências autoetnográficas (CAETANO; TEIXEIRA; SILVA JUNIOR, 2019) evidências de como a educação e a imposição dos scripts de gênero nas infâncias motivam práticas violentas quando suscitadas pela frustração da não correspondência das expectativas em relação à performatividade idealizada para os filhos, potencializando discursos e atitudes machistas, misóginas e homofóbicas que interpelam os sujeitos desde a mais tenra idade.

Palavras-chave: Narrativa. Infância. Estudos Queer. Fernanda Farias de Albuquerque.

INTRODUÇÃO

Diante das experiências sociopolíticas fabricadas por um sistema de poderes que legitima constructos sociais para garantir a hegemonia e a dominação de um grupo em detrimento de outro, há ações políticas que, à contramão, se dedicam a estudar formas de subverter, desnaturalizar e questionar tais normatividades. Diante disso, a Teoria *Queer*, no início do século XX, propôs o questionamento do determinismo essencialista da anatomia dos corpos a partir de um viés cisheteronormativo. Ao ressignificar o conceito negativo associado ao termo norte-americano *queer* enquanto sinonímia de abjeto e desprezível, a Teoria em questão recentraliza esses sujeitos ao ressignificá-los positivamente e ao se posicionar contra a binariedade e determinismos que circundam as identidades sexuais dissidentes.

Por conta de uma cultura validada pela anatomia médica e pela biologia que, calcadas em uma tendência cartesiana binarizante, constroem uma concepção de macho e fêmea pautadas na noção de homem e mulher, há, por essa via, a invenção da genitália, dos gêneros e das sexualidades binárias após séculos de sustentação da Teoria do Sexo Único responsável por invisibilizar todas as possibilidades destoantes da genitália atribuída ao gênero masculino: o pênis. Desse modo, a existência de uma teoria que tensiona as definições e questiona condutas que se limitam à binaridade, é fundamental, para o presente trabalho, colocar em pauta que o genital masculino não assegura a existência plena de um macho.

Para situar as discussões teóricas que fazem parte do escopo dos Estudos de Gênero, a obra a ser apresentada e discutida será *A princesa* (1995 [1963]), de autoria de Fernanda Farias de Albuquerque, Maurizio Jannelli e Giovanni Tamponi - três indivíduos, unidos em um contexto de cárcere, na prisão de Rebibbia, em Roma. Fernanda, brasileira, cumprindo pena de seis anos por tentativa de homicídio, ao passo que Maurizio e Giovanni Tamponi, sardenhos, cumprem prisão perpétua por, respectivamente, terrorismo e assalto a banco, e escrevem com vistas a “não se despedaçar, para resistir à ação devastadora da prisão, para não se esquecer de ter nascido livre” (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 17).

Nesse contexto de produção em que três escritas se imbricam e se misturam socialmente, o tom da narrativa é voltado para a produção memorialística da infância, juventude e vida adulta de Fernanda Farias de Albuquerque, transexual pernambucana que, nos anos 80, imigra para a Itália com a intenção de sobreviver após vivenciar no Brasil um cenário de extermínio contra membros da comunidade LGBTQ+, angariar recursos financeiros e poder exercer a liberdade de ser quem ela é.

A primeira publicação da obra se deu em 1963, pela editora *Sensibili alle foglie*, que priorizava ecoar narrativas não hegemônicas concebidas em situações de vulnerabilidade

social a fim de evocar atenção para produções dissonantes da realidade comum. Logo, desde as primeiras páginas da produção, o leitor tem contato com os primeiros anos da vida de Fernanda: detentora de uma infância desafortunada no agreste de Pernambuco e filha caçula da viúva Cícera, cuja religiosidade interferiu diretamente no modo como se identificava. Por não se reconhecer enquanto Fernandinho, como era alcunhado em casa e na comunidade, buscou formas para se conectar com a

corporeidade a qual foi atribuída ao nascer. No entanto, tais atitudes iam de encontro às determinações morais e aos dogmas impostos pelo núcleo familiar que estava submetida, pela religião que não escolheu e pela sociedade que a cercava.

Portanto, o presente estudo tem o objetivo de expor como as experiências de crianças dissidentes de gênero, narradas em produções dotadas de teor autobiográfico, revelam situações de violência, assédio, repressão e vigilância constante da sua existência por desafiarem a norma cis heterossexual imposta e regulada por um dispositivo de sexualidade à serviço de sistemas hegemônicos.

MÉTODO

Com base nas experiências autoetnográficas de Fernanda Farias de Albuquerque, é objeto de debate como a infância da personagem principal foi alvo de diversas ações financiadas por uma transfobia estrutural responsável por limitar as possibilidades e expressão do seu eu. Para tanto, por imbuir de significado as ações cotidianas e refletir sobre as nuances e experiências culturais coletivas, centrada nas vivências do indivíduo inserido em seu contexto social, a autoetnografia apresenta-se como aporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de estudos de gênero e sexualidades ao conceber e conectar o autobiográfico e o pessoal do sujeito em análise ao contexto cultural, social e político (CAETANO; TEIXEIRA; SILVA JUNIOR, 2019).

Ao considerar as autoetnografias como método para que vidas dissidentes possam (r)existir ao possibilitar o rememorar de suas sagas de vida, a constituição de identidade através de narrativas é fundamental para fazer ciência ao articular as particularidades das trajetórias de vida socialmente subalternizadas e marginalizadas às perspectivas culturais, pós-estruturalistas, de estudos feministas, de gênero e de teor étnico-racial (OLIVEIRA, 2013, p.36) e refletir sobre os seus efeitos nas trajetórias dos sujeitos, revelando “estratégias que questionem a eficiência dos múltiplos dispositivos que estão a serviço da norma e da normatização.” (OLIVEIRA, 2013, p.37).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há sempre a máxima de “proteger a infância das crianças” por parte dos indivíduos que se dizem defensores da família heteronormativa cristã. No entanto, impulsionados por esse desejo inicialmente vago, é possível notar a verdadeira intenção de limitar o direito dos homossexuais e oprimir qualquer expressão das minorias sexuais e de gênero. A mobilização da família para a proteção da infância se mostra, por muitas vezes, motivada apenas quando são forças que desafiam a virtude heteronormativa cristã. Toda e qualquer expressão que se mostra dissidente à livre autodeterminação de gênero e sexualidade é castigada com ameaças, intimidações, represálias e morte.

Em um momento da narrativa, Fernanda, com a intenção de se identificar com a corporeidade na qual estava inserida e provocar o questionamento de como uma genitália masculina não garante a existência plena de um macho, ajustou metades de cocos embaixo da blusa para acessar uma conduta considerada feminina e foi veementemente repreendida com agressões pela mãe. Partindo da ideia de que “a criança é sempre um corpo ao qual não se reconhece o direito de governar” (PRECIADO, 2018, p.97) é possível constatar como os discursos corriqueiros em nome da família tradicional são vazios em suas promessas e intenções de preservação ao não considerarem a figura da criança como ser dotado de vontades, interesses próprios e demandas reais que, diferentemente da prioridade de garantir a ordem heterossexual, necessitam verdadeiramente da atenção da comunidade que se denomina defensora da infância.

As (auto)biografias expõem situações que evidenciam a eficiência de múltiplos dispositivos que se colocam a serviço da norma e da normatização (OLIVEIRA, 2013, p.37). A religiosidade de Cícera, mãe de Fernanda, é empregada com vistas a condenar biblicamente o ser afeminado que desempenha o papel sexual passivo, como narrado por Fernanda em que ela “era a vaca, Genir, o touro e Ivanir, o bezerro” (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 26). Por essa via, o sentimento de culpa e a sensação de constantemente viver em pecado assumem a tônica dos pensamentos de Fernanda durante a infância, refletindo até a vida adulta: “Se você fizer as coisas do diabo, vai para a prisão e para o inferno!” (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 34). Desse modo, a divulgação dos preceitos cristãos contra os corpos que performam feminilidade desde a infância atua enquanto mecanismo de controle, pois quanto mais cedo se fizer imperativo, mais eficácia terá no combate das ovelhas que se desgarram do caminho que conduz à verdade.

Como a ronda normativa diuturnamente vigia os corpos meigos de crianças ao relegarem a eles a posição de artefato biopolítico (PRECIADO, 2018), as obra *A Princesa* denuncia como no ambiente escolar Fernanda era alvo das normas heterossexistas



de controle que enxergavam naquele menininho afeminado a o adulto que ele viria a ser, “a concretude de uma bicha em construção.” (OLIVEIRA, 2013, p.113). Desse modo, a comunidade escolar contribui ativamente para a formulação de uma autoimagem, onde a homofobia não era apenas consentida, como também estimulada, sobretudo pela figura do professor ao validar episódios de exclusão e de silenciamento, pois “o futuro que importa anunciado por uma criança só pode ser aceitável se corresponder à norma cis heterossexual branca.” (OLIVEIRA, 2013, p.114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por serem escassos os trabalhos que se utilizam de produções autoetnográficas LGBTQIAP+ para suscitar a produção de análises sociológicas, a defesa da criança queer continua invisibilizada pela articulação dos dispositivos de poder que disciplinam corpos, gêneros e sexualidades através de discursos religiosos e biológicos.

Assim como sustentada por Preciado (2018), a defesa da criança queer, não oportunizada à Fernanda em sua infância e a muitas outras crianças dissidentes no Brasil e no mundo, só será concretizada quando houver uma genuína mobilização das instituições sociais para a proteção da infância em um contexto em que a educação não seja reduzida à produção de força de trabalho e à reprodução e em que a possibilidade de subjetivação política transgrida as esferas de gênero, sexo ou raça.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. **A Princesa**. Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Trad. Elisa Byington. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; TEIXEIRA, Tarciso Manfrenatti de Souza; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. BICHAS PRETAS E NEGÕES: SEUS FAZERES CURRICULARES EM ESCOLAS DAS PERIFÉRIAS. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 59, p. 39-55, out. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052019000500039&lng=pt&nrm=is o>. acessos em 04 jun. 2023. Epub 21-Jan-2020. <https://doi.org/10.12957/teias.2019.44438>.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47605/R%20-%20T%20-%20MEGG%20RAYA%20GOMES%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1> Acesso em 4 jun. 2023.

Preciado, B.; Marcondes Nogueira, F. F. (2018). Quem defende a criança queer?. **Jangada: Crítica | Literatura | Artes**, (1), 96–99. Disponível em: <https://doi.org/10.35921/jangada.v0i1.17> Acesso em 4 jun. 2023.



ROSA, Cristiano Eduardo Da. **Violência contra meninos considerados afeminados: tensionando os scripts de gênero na infância.** Anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e IV Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/87787>. Acesso em 4 jun. 2023.

“AS SENHORITAS” ENCONTRAM “GAY PARADISE”: DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PALCO SOTEROPOLITANO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1968-1988)

Tese de doutorado

Kleber José Fonseca Simões
UNEB campus XIV

simoes_kleber@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados oriundos da tese intitulada “Ditadura civil militar brasileira e a biopolítica cisheteronormativa da censura no teatro soteropolitano (1968 – 1988)”, que investigou o fenômeno da censura moral enquanto uma tecnologia da biopolítica (FOUCAULT, 2008) desenvolvida pelo Estado ditatorial na reiteração da cisheteronormatividade (BUTLER, 2001; VERGEUIRO, 2016) e na regulação da condição de aparecimento das representações das vidas sexo e gênero dissidentes. Através dessa pesquisa ficou evidente que a tecnologia censória não se desenvolveu de modo totalizante e irrestrito, encontrando resistência que possibilita construir uma cartografia de espetáculos teatrais que podem ser compreendidos como expressões de ativismos da dissidência sexual e de gênero (CHAIA, 2007; MOURÃO, 2013; Di GIOVANNI, 2015; COLLING, 2016) no teatro soteropolitano por terem se constituído como força transgressora e desestabilizadora do regime cisheteronormativo vigente durante o governo civil militar brasileiro. A pesquisa documental se equivaleu dos jornais Tribuna da Bahia e A Tarde, dos textos originais das peças de teatro, de entrevistas com atores/atrizes, dramaturgos/as e diretores/as, e dos documentos oficiais emitidos pelo Departamento de Censura e Diversões Pública (DCDP), tais como laudos dos censores, alvarás de licença, ordens de prisões, dentre outros, os quais possibilitaram a acompanhar a produção teatral baiana e as condições de emergências em cena dos corpo sexo-gênero dissidentes. O resultado dessa investigação foi um conjunto total de 10 peças, tendo por partida a peça As senhoritas, que teve exibição proibida no ano de 1968, e encerrando com a peça Gay Paradise, encenada em 1983.

Palavras-chave: Teatro; censura; ditadura; ativismo; dissidências sexuais;

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta início de nova investigação, resultante da tese de doutorado recém defendida, como primeiros passos para a produção de uma cartografia das expressões de um teatro ativista das dissidências sexuais e de gênero em Salvador durante o período de 1968 a 1988. Tal abordagem ainda não foi contemplada pela historiografia do teatro político ou mesmo pela história do teatro soteropolitano, fazendo-se urgente dar visibilidade as formas diversas de resistência ao regime civil militar brasileiro. Contudo, a análise que será feita sobre estes espetáculos é de compreendê-los como ações de micropolíticas do desejo (GUATARI, 1985; GUATARI; ROLNIK, 2011) que se dirigiram para crítica a uma biopolítica (FOUCAULT, 1979) sustentada pela manutenção da cisheteronormatividade (BUTLER, 2001; VERGEUIRO, 2016) e pelo binarismo de gênero (BUTLER, 2003) (FOSTES, 2001) (COLLING, 2013), as quais eram estruturantes da governamentalidade (FOUCAULT, 2008) da ditadura civil militar.

MÉTODO

Para analisar a produção da cartografia de teatro dissidente das normas de gênero e sexualidade, começou-se a construir o perfil ativista de cada espetáculo a partir do cruzamento das fontes documentais entre os textos originais das peças e os Pareceres censórios elaborados por técnicos da censura do Departamento de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal. O cruzamento dessas fontes históricas pode, a um só tempo, revelar tantos os discursos normatizadores que operam os dispositivos da sexualidade que se pretendia regular através do aparelho censório, como revela os discursos transgressores advindos das artes cênicas soteropolitanas que buscavam visibilizar desejos, formas, corpos e vidas não conformes com a cisheteronorma. Além disso, foram realizadas entrevistas com a classe teatral soteropolitana responsável por alguns desses espetáculos a fim de captar outras vozes silenciadas pela censura para além das disputas que encerram a censura e adaptação do texto teatral, uma vez que dramaturgos/as, atores/atrizes, cenógrafos/as, figurinistas etc., atuam no e para além do texto, haja vista que havia o acompanhamento da encenação, no ensaio geral. Informações relativas a tal processo são obtidas também em matérias veiculadas na imprensa baiana e em entrevistas concedidas aos integrantes do nosso grupo de pesquisa. Em paralelo foi realizado levantamento nos jornais A Tarde e Tribuna da Bahia a cerca dos espetáculos. Os jornais são compreendidos como produtos de relações de poder que apresentam interesses ora convergentes, ora conflitantes mas, que, exatamente por isso, se posiciona enquanto fonte privilegiada para surpreender as

diversas vozes da sociedade (BASSANEZI, 1996), ao relatarem acontecimentos diários através da linguagem escrita, construindo a realidade de forma discursiva, possibilitam uma análise mais apropriada sobre a produção do imaginário e as formas da cultura de uma sociedade num determinado processo histórico, auxiliando na construção da genealogia dos discursos normatizadores sobre a sexualidade e o gênero. Os jornais, enquanto suporte midiático, possibilitou ainda a visualização de cenários, figurinos, maquiagem, espaços e corpos que compuseram o campo das artes cênicas e os espetáculos acima mencionados, já que muito contaram com a cobertura pela imprensa, principalmente nas colunas de teatro dos referidos periódicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das peças e de entrevistas realizadas com elenco e dramaturga dos espetáculos *As senhoritas*, de 1968, e *Gay Paradise*, de 1983, as duas peças simbolizam as disputas travadas nas artes cênicas para produzir a condição de emergência das dissidências sexuais à cena teatral brasileira. Nestes espetáculos a representação de corpos travestilizados extrapolam o travestismo cênico para construir a inscrição a travesti como sujeito, portador de afetividade, memória e uma história. Nos espetáculos aqui assumidos enquanto modelos, surpreendemos a potencialização dos usos do corpo como arma política, para o qual as artes se constituíram enquanto tecnologias de abrir espaço de emergência de outras narrativas, outras gramáticas, de outras formas para os corpos, para os gêneros e as sexualidades que não estavam em concordância com a cisheteronormatividade, perfazendo assim uma micropolítica do desejo que objetivou tornar possível a aparição dessas vidas na esfera pública dentro de outro enquadramento (BUTLER, 2015) social, político e cultural que não o de compor as zonas habitáveis pela vida abjeta.

A leitura que faço desses espetáculos se situam enquanto instrumentos de produção de espaço de disputa e conflito da noção de brasilidade do período que relacionava os princípios da Segurança Nacional ao imperativo da perpetuação do regime da heteronormatividade. Esses dois espetáculos provocam a suspensão, a interrupção, de formas hegemônicas do discurso sobre a memória e a história, possibilitando, assim, a formação novas sensibilidades capazes de produzir uma heterotopia das subjetividades, principalmente no tocante à sexualidade e gênero. Contudo, o que foi observado é que esses espetáculos não foram/são interpretados, enquadrados numa memória do teatro político, ou sequer foram/são concebidos como representantes de uma arte engajada e, exatamente por isso, é necessário estranhar certos arranjos historiográficos e marcos memorialísticos da relação entre teatro e política no Brasil, assumindo a micropolítica do desejo como uma lente para pensar outras formas de



resistência e, portanto, de atuação política através da arte. Nesse sentido, operamos com o conceito de ativismo, pensado-o como uma chave analítica que é aliança entre a política e a arte, nas quais estejam presentes a compreensão do corpo como uma arma política de contestação biopolítica para tornar possível a abertura de espaços da esfera pública para a redefinição do campo da política por meio da representação de subjetividades dissidentes da norma sexo-gênero vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em fase inicial de investigação, este resumo buscou apresentar as primeiras reflexões para a produção de uma cartografia de um teatro dissidente em Salvador durante os o período dos Anos de Chumbo à redemocratização da ditadura civil militar brasileira. A partir de uma análise das peças *As Senhoritas* e *Gay paradyse*, ficou evidente que, em Salvador, havia um teatro que buscou deslocar, desorganizar e tencionar a cultura sexual vigente no período, elaborando outras representações para a condição da travestilidade na cena teatral. Importante mencionar que, ainda que seus agentes não se situem ou marquem seus posicionamentos políticos quanto a correntes ideológicas específicas, ao que muitos renegam afirmarem-se enquanto produtores de uma arte engajada, o conjunto desses trabalhos podem ser pensados como um fluxo de força libertária para a produção do corpos vibráteis, insubordinados, desobedientes, nus, portanto, corpos estranhos e emancipados que exaltam a diferença e se inscrevem como ação-manifesto para a ruptura com as formas diversificadas e entrecruzadas de violência e exploração instituídas pelo regime civil militar brasileiro.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as páginas, revendo mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945/1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p. BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do "sexo". LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. P. 153-172

CHAI, Miguel. (org) **Arte e Política**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

COLLING, Leandro. A emergência do ativismo da dissidência sexual e de gênero no Brasil da atualidade. In: GARCÍA, Paulo César; THÜRLER, Djalma (orgs.) **Erotização da política e a política do desejo**: narrativas de gênero e sexualidades em tempos de cólera. Salvador, EDUNEB, pp. 74-86, 2016. No prelo



DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. **Cadernos de Arte e Antropologia**. Dossiê Artivismo: poéticas e performances políticas na rua e na rede. Vol. 4, Nº 2, 2015. Texto disponível em <https://cadernosaa.revues.org/911>

FOSTER, David W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. **Letras: literatura e autoritarismo**, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUATARI, Felix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 2º ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEÃO, Raimundo Matos de. **Transas na cena em transe**: teatro e contracultura na Bahia: EDUFBA, 2009.

MOURÃO, Alexandre de Albuquerque. **Resistência à biopolítica**: arte ativista na exceção brasileira. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza: 2013.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

PASSO DA GUANXUMA: A CIDADE E OS DE(S)LIMITES DO CORPO E DESEJO

Moisés Henrique de Mendonça Nunes
Mestrando - Pós-crítica/UNE

Paulo César Souza García
Prof. Orientador - Pós-crítica/UNEB

moises.h.mendonca@gmail.com

RESUMO

Passo da Guanxuma é uma cidade fictícia criada pelo escritor brasileiro Caio Fernando Abreu e não sendo trabalhada como um romance ou em um conto especificamente, mas “caminhando” pela obra do escritor. A partir dos anos de 1980, a cidade fictícia faz-se presente entre os contos e romances de Caio Fernando Abreu, no qual encontramos, seja como protagonista, plano de fundo das histórias ou mencionada por personagens, e possibilita olhar para composição da cidade de forma descritiva, mas também subjetiva, em que se apresenta uma organização do espaço e do próprio corpo que ocupa os lugares. Assim, o presente trabalho retoma a obra de Caio Fernando Abreu, conhecido por apresentar narrativas com personagens não-heterossexuais e/ou fogem de uma norma, e analisamos a relação espaço, corpo e desejo a partir de Passo da Guanxuma. Sendo uma representação da cidade, refletimos de forma crítica, com o aporte teórico dos estudos de gênero e sexualidade, como Passo da Guanxuma possui uma organização sócio-espacial, em que se visualiza os limites e deslimites deste espaço, no qual destacamos para um sistema que organiza o corpo e desejo das personagens que habitam ou se retiram da cidade.

Palavras-chave: Caio Fernando Abreu; Corpo; Espaço; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Caio Fernando Abreu possui uma vasta produção literária, com destaque para os contos, peças de teatro e romances, com enredos que exploram os fluxos da cidade e personagens a experienciar os desejos. Nesse sentido que apresentamos Passo da Guanxuma, cidade fictícia criada pelo escritor gaúcho em meados de 1980 e que possibilita ser descrita como uma cidade interiorana brasileira, relativamente pequena, bioma diversificado e fazendo “fronteira” com Porto Alegre.

A cidade fictícia toma estrutura no conto “Introdução ao Passo da Guanxuma” (*Ovelhas negras*, 1995) e é a terra natal de personagens emblemáticos da obra de Caio Fernando Abreu, a exemplo de Pérsio e Santiago, da novela “Pela noite”, presente em *Triângulo das águas* (1991) e Dulce Veiga, do romance *Onde Andará Dulce Veiga?* (1990). Com uma estrutura simétrica e similar a Rosa dos Ventos, Passo da Guanxuma possui a Igreja como posição de encontro das quatro pontas da cidade, em que cada ponto confere uma organização socio-espacial, tendo em vista o norte se caracterizar como uma região praieira e por organizar uma zona de prostituição, o sul como região habitacional e a presença da Vila Militar. Bem como o leste e oeste, sendo espaços opostos, o primeiro possui características de região arbórea, onde se estrutura um lugar, de certa forma, romântico à população, com a localização do Túnel do amor, e o segundo espaço sendo desértico e a *guardar* memórias de violência.

Destacamos que, sob um olhar dado ao texto literário para o elemento espaço, no qual se observa como algo descritivo, a cidade fictícia de Caio Fernando Abreu possibilita ir além da geografia e localização, mas também para construção do corpo e desejo.

Deste modo, o presente ensaio apresenta uma reflexão que vem sendo desenvolvido na pesquisa de mestrado, a partir da relação espaço, corpo e desejo, e em diálogo aos estudos de gênero e sexualidades, no qual analisamos como a cidade fictícia Passo da Guanxuma, de Caio Fernando Abreu, compreende a maneira como corpo e desejo são captados pela organização do espaço, no qual se observa uma disciplina e indisciplina de gênero e sexualidades.

MÉTODO

Para construção do trabalho, utilizamos de metodologia bibliográfica, ao pesquisar e reunir material referente a obra de Caio Fernando Abreu e a relação ao espaço e corpo dentro dos estudos de gênero e sexualidade, seja por meio da própria fortuna crítica do escritor e a base de dados *Google acadêmico*, com foco em artigos, teses e dissertações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao falarmos sobre o espaço, enquanto elemento que contribui na estrutura do texto literário, comumente associa-se para um objeto de localização, a descrição de um lugar, uma casa, o canto de um local que se torna plano de fundo para o desenvolvimento da narrativa. Contudo refletimos como o próprio espaço compõe a história, dando-lhe contornos e caminhos que ressalta o texto ou mesmo o espaço sendo protagonista da narrativa.

Quando retomamos para a toponímia, o estudo do elemento espaço na produção literária, destaca-se como os estudiosos elucidaram para outros caminhos possíveis, em que os espaços rasuram o papel localizador, estruturando-se como um elemento importante na narrativa. Antonio Dimas (1987, p. 5) escreveu: “Entre as várias armadilhas virtuais de um texto, o espaço pode alcançar estatuto tão importante quanto outros componentes da narrativa”.

Assim, analisamos a cidade fictícia Passo da Guanxuma estrutura um discurso que lhe garante características para dialogar não somente com a sua própria criação, como Ana Paula Cantarelli (2010), Bianca Legramante Martins e Graciela Esther Ferraris (2014) articularam a partir da memória e os símbolos, mas como também uma representação de uma cidade e sua linguagem. A cidade fictícia que apareceu na obra do escritor a partir da década de 1980, no qual localiza-se tanto sua estrutura espacial, no conto “Introdução ao Passo da Guanxuma”, mas também como organiza a vida de personagens em outras narrativas, encontrado nos romances *Limite branco* (1992), e *Onde andaré Dulce Veiga* (1990), assim como ocorre em “Morangos mofados”, “Uma praiazinha de areia bem clara, ali, na beira da sanga”, “O destino desfolhou”, “Pequeno Monstro” e “Pela noite”, narrativas presentes nos livros, respectivamente, *Morangos Mofados* (1982), *Os dragões não conhecem o paraíso* (1988) e *Triângulo das águas* (1990), promovendo-nos uma atenção de como essa representação literária da cidade reflete sobre uma estrutura do corpo e desejo.

Bruno Souza Leal (2002) e Flávio Pereira Camargo (2010) elucidam sobre essa perspectiva do espaço na obra de Caio Fernando Abreu, com uma leitura de como algumas narrativas configuram para a urbanidade presente nos textos e capta a sexualidade, com as personagens a procura de si, afeto e lugar de pertencimento. Porém, destacamos como a cidade criada por Caio Fernando Abreu, Passo da Guanxuma, estrutura gênero e sexualidade, refletindo-nos sobre uma arquitetura do desejo possível e silenciado, porém não mais entre as ruas, bares e casas, mas na própria estrutura da cidade fictícia.

Geograficamente distribuída em quatro pontos e “que as quatro estradas se cruzariam, se continuassem cidade adentro, e onde se ergue a igreja” (ABREU, 2018,

p. 568), analisamos como sua estrutura vai além do espaço concreto, com as quatro estradas, casas e biomas, mas organiza a vida de certa forma regido por dispositivos da sexualidades, em diálogo a Foucault (2017), referente a presença da Igreja e papel da família, como também de uma sexopolítica, em diálogo a Paul Preciado (2011), no qual o discurso bio-político-social que normaliza os corpos pelo sexo empregados às pessoas, conferindo-lhes uma disciplina heterossexual e de silenciar, como reprimir, qualquer desvio a norma também se faz presente na estrutura da cidade.

Por meio da própria ocupação de Passo da Guanxuma que encontramos como sua construção geográfica também revela a (hetero)norma ao se observar sua organização, em como inclui e exclui habitantes, além de encontrarmos a rasura desse lugar organizado, com personagens não-heterossexuais vivendo na cidade ou de desobediência das normas, como no caso de Beatriz, Madame Zaly e La Morocha.

Através dos quatro pontos da cidade que visualizamos como corpo e desejo se delimita a norma heterossexual, embora tenha os deslimites. Especificamos para os casos do leste e norte de Passo da Guanxuma, no qual a característica romântica na região leste está para casais heterossexuais, enquanto as personagens femininas Tarragô e Gudrun são colocadas como estranhas.

Assim como no norte analisamos a “região moral”, em alusão a Perlongher (1987), quando temos esse espaço organizado e estruturado para concentrar as ilegalidades, a exemplo da zona de La Morocha, ou seja, um local de prostituição em Passo da Guanxuma, no qual não é silenciado e proibido, mas ocultado e fazendo parte da cidade, até mesmo para um papel de virilidade masculinidade, tendo em vista ser o local onde os pais ou parentes levam os filhos para terem a primeira experiência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos como o Passo da Guanxuma promove uma leitura em torno da estrutura da cidade em relação ao corpo. Perto de ser uma arquitetura de gesso, cimento, asfalto e desenhada de forma simétrica, a cidade fictícia não está longe de refletir sobre uma estrutura de repressão pelo qual se organiza o corpo através dos espaços desta sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando Abreu. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- CAMARGO, Flávio Pereira. **Revedo as margens: a (auto) representação de personagens homossexuais em contos de Caio Fernando Abreu**. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília (UNB), Instituto de Letras - Programa de Pós-graduação em Literatura, 2010.
- CANTARELLI, Ana Paula. **Idas e vindas ao Passo da Guanxuma: a relação entre espaço ficcional e memória na obra de Caio Fernando Abreu**. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- DIMAS, Antonio. **Espaço e romance**. 2ª. ed. - São Paulo: Editora Ática, 1987. FERRARIS, Graciela Esther. **Ciudades imaginarias en el espacio semiótico rioplatense: Lavanda, Passo da Guanxuma, Satolep**. Tesis. Maestría en culturas y literaturas comparadas. Universidad Nacional de Córdoba. 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- LEAL, Bruno Souza. **Caio Fernando Abreu, a metrópole e a paixão do estrangeiro: contos, identidade e sexualidade em trânsito**. São Paulo: Annablume, 2002. MARTINS, Bianca Legramante. **O espaço ficcional do “Passo da Guanxuma”: Entre a mimesis e o simbólico**. 63 f. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de Linguística, Letras e Artes. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Erechim, 2012.
- PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Tradução Cleiton Zoia Munchow e Viviane Teixeira Silveira. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 11-20, 2011.

MEMÓRIA, LITERATURA E JORNALISMO: REVISITANDO O ATIVISMO LGBT DE AGUINALDO SILVA NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR (1964-1988)

Pesquisa em andamento para a obtenção do título de doutor

Tiago Calazans Simões
PPGL/Uesc

tiagocalazanssimoes@gmail.com

Valéria Amim – PPGL/Uesc. vamim@uesc.br

RESUMO

Buscamos observar como o ativismo literário e LGBT de Aguinaldo Silva transita entre seus textos jornalísticos (publicados no lampião da esquina) e literários, produzidos no período do regime militar ou sobre ele, a posteriori. Durante esse percurso, nos interessa perceber os processos de subjetivação acerca da identidade de sujeitos homossexuais e como se estabelece o engajamento crítico, social e político presente em sua literatura. Por abordar um autor pouco criticado, compreendemos que a literatura produzida por Aguinaldo Silva se encontra às margens do cânone literário seja pelos temas homoeróticos seja pela condição “marginal” de sua escrita. Compreendemos que o autor apresenta uma literatura que contesta o momento político de sua época e as formas consagradas de literatura, colocando-o numa posição de exclusão do horizonte de interesse da crítica literária da época. Nosso aparato crítico se articulará entre os conceitos de literatura menor e devir minoritário (DELEUZE, GUATTARI, 2018), a noção de apropriações queer do passado (CASTRO; NEVES; ABREU, 2022), da percepção da literatura brasileira contemporânea como um território contestado (DALCASTAGNÈ, 2012), do corte censório operado pela crítica literária da época (FERNANDES, SCHNEIDER, 2017) acerca dos temas “malditos”, ou seja, a homossexualidade. É notório que tanto nos setores críticos quanto conservadores a moral e os bons costumes prevaleciam (GREEN, 2019). Concluímos que a orientação sexual e a presença da temática homossexual na literatura de Aguinaldo Silva contribuíram para o silenciamento da crítica quanto aos seus textos literários, destacamos, de altíssima qualidade, referendada por seus editores à época, e por nossa crítica no presente.

Palavras-chave: Literatura de resistência. Literatura brasileira. Regime militar. Cânone Literário. LGBT.

INTRODUÇÃO

Acreditamos que há uma relação de contribuição entre os textos literários e jornalísticos produzidos por Aguinaldo Silva durante o período do regime militar (1964-1988). Nossa análise da interação entre sua expressão literária e ativismo jornalístico fornecerá uma compreensão mais sólida de sua contribuição para a literatura brasileira e o movimento LGBT durante o período do regime militar. **Justificamos** nossa ação de pesquisa na escolha em abordar temas e obras de um autor que foi invisibilizado pelo cânone literário.

Embora haja uma quantidade significativa de trabalhos relevantes sobre as telenovelas do autor em questão, não nos interessa aqui essa faceta exaustivamente explorada. Nosso foco está na pouco analisada contribuição de Aguinaldo Silva no cenário literário da época. Seus livros, mesmo considerados de qualidade (pelos donos das editoras) e sofrendo ações da censura, continuam pouco ou não comentados pela crítica. Acreditamos que ao cumprir essa função, colaboramos com a constituição de arquivos de história e memória dessa época.

Temos por **objetivo geral**: 1) Analisar e correlacionar a escrita literária e jornalística de Aguinaldo Silva produzida no (ou sobre o) contexto de seu ativismo e resistência ao regime militar (1964-1988). Sendo assim, os **objetivos específicos** são: A) Compreender as representações de identidade de cidadãos LGBT na obra de Aguinaldo Silva, como elas reafirmam ou quebram estereótipos sobre essa comunidade. B) Investigar a presença de uma memória individual e coletiva da comunidade LGBT na escrita literária de Aguinaldo Silva. C) Identificar textos atuais em que o contexto de 64-88 é retomado, contrastando suas afirmações do presente com as do passado. D) Identificar a presença de um devir minoritário nos textos de Aguinaldo Silva e como seus escritos efetivam processos de subjetivação da diversidade de sujeitos da comunidade LGBT durante o regime militar.

Para compor nossa revisão de literatura, o livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade* (GREEN; QUINALHA, 2014) nos dá um panorama de como os discursos de pânico moral e virilidade operacionalizaram a perseguição a homossexuais durante a ditadura identificando homossexualidade com subversão política. No texto, *Apropriações queer do passado: pensando possibilidades a partir da experiência da Comissão da Verdade*, Castro; de Castro Neves e Abreu (2022) propõem revisitar perspectivas analíticas da história que colaboraram com o silenciamento de histórias e memórias de sujeitos LGBT, durante os anos da exceção. Eles objetivam constituir arquivos e repensar as formas com as quais a historiografia tradicional negligenciou os testemunhos de cidadãos LGBT durante o regime militar, o que impossibilitou a constituição de arquivos dessa comunidade naquela época.

Em sintonia com esses postulados, Arosa e Penna (2017), no texto *Homossexualidade, testemunho e cárcere: pensar o eu, pensar o outro* afirmam: “é importante refletir como determinados enquadramentos de memória moldam nossa reflexão e nos impedem de enxergar esclarecedores aspectos de um evento, que podem estar à nossa frente, apenas não queremos enxergar, ou somos levados a não poder.” (AROSA; PENNA, 2017). Adotando este viés, é possível produzir novas perspectivas críticas através de “reapropriações queer do passado” para reconstituir arquivos impossibilitados de serem percebidos como tal. Ao seguir esse caminho potente, pretendemos observar como os textos de Aguinaldo Silva podem ser valorizados como uma “apropriação queer do passado” que irá render “arquivos por constituir” para teoria e crítica literária Brasileira.

Inspirados na compreensão da “apropriação queer da história”, perguntamos: como a exclusão e os comentários negativos do “cânone literário” negativaram, silenciaram e escantearam autores e obras LGBT? Para responder a essa pergunta recorreremos ao texto *Personagens travestis, exílio e subalternidade na literatura brasileira* (FERNANDES; SCHNEIDER, 2017). Eles apontam que o cânone literário é seletivo, pois estrutura-se numa ótica política dos corpos cisgêneros que constitui um corte e seleção que pode ser percebido como censura de temas: “censura essa que se configura não só pela omissão, mas pelos comentários negativos em torno da literatura homoerótica” (FERNANDES; SCHNEIDER, 2017, p. 52).

Adentrar essa seara é um ato de justiça política, histórica e literária que busca rever as bases de como nossas teorias se apropriam de certas condições de dizer a verdade, o porquê certos sujeitos e produções foram valorizadas e outras foram silenciadas. Seguindo Arosa e Penna (2017), buscamos com essa pesquisa em andamento “[...] trazer à luz discursos que não puderam, durante anos, ser ouvidos, em um silêncio muitas vezes cúmplice, que manteve e ainda mantém milhões de cidadãos na subalternidade, pela falta de reparação e justiça.” (AROSA; PENNA, 2017).

MÉTODO

Iremos observar como os temas que compõem os textos do escritor Aguinaldo Silva ressoam no jornal *Lampião da Esquina* (escritos à época do regime militar) e viceversa, são eles: *Cristo partido ao meio* (1965); *Dez histórias imorais* (1967) *Canção de Sangue* (1968); *Geografia do ventre* (1972) e *Inimigo público* (1984). Esses são livros que não receberam comentários de trabalhos acadêmicos. Sendo assim, a crítica e análise desses textos permanece em aberto. Para tal, faremos uma análise comparativa de como os temas que são objetos de textos literários do autor serão abordados no *Lampião da esquina* e vice-versa. Afinal, como comprovamos em nossa dissertação de

mestrado *Contestação e resistência aos anos “mal-ditos” do Regime Militar (pós-1964) na escrita literária de Aguinaldo Silva* (SIMÕES, 2020), estamos lidando com um escritor e jornalista e certos momentos esses papéis sociais confundem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para um autor que tinha sua sexualidade como um espaço a ser posto em suspeito, contestá-los foi quase “natural”. Apesar de se destacar e ganhar papel relevante no mundo editorial, a política da “moral e bons costumes” sempre perseguiram o escritor: na sua prisão em 1969; na censura de seu livro *Dez histórias imorais* (1967) nove anos depois após sua primeira publicação; e na perseguição sofrida pelos editores do *Lampião da Esquina*¹ em 1979. Sua sexualidade foi colocada como problema desde cedo: seu professor de latim na infância, escreveu uma “carta de recomendação” ao banco em que, aos 16 anos Aguinaldo Silva trabalha, informando que “Apesar da pouca idade, o aluno em questão já revela, nos gestos e trejeitos, visíveis tendências sodomitas”², ao confirmar o fato com o próprio autor, o gerente o demitiu por este motivo. A reação encontrada pelo autor é assumir seu papel de sujeito histórico e questionar esse lugar de gueto. Em sua literatura, ele faz “retratos” críticos dos cidadãos marginalizados das periferias do Recife e Rio de Janeiro, da corrupção policial sempre presente nesses espaços, o que obviamente incomodava o regime militar e sua doutrina de segurança, moral e bons costumes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a escrita de Aguinaldo Silva produz um devir minoritário (DELEUZE; GUATTARI, 2018) na literatura brasileira e seus cânones ao construir uma linguagem contestatória à repressão moral do regime. Destacamos que nossa retomada literária não visa reiterar o cânone ao anexar “autores de temáticas “desprivilegiadas” a ele, mas justiça à literatura e abolir fronteiras e pares binários que efetivaram violências físicas e epistemológicas. Empreender este viés teórico não é apenas uma forma de olhar para um passado esquecido, mas também de constituir o presente, na escolha de teorias aptas a investigar a fluidez das identidades, epistemologias e temas que estão em jogo no contestado e disputado território da literatura.

1 Fatos analisados no artigo *Aguinaldo Silva, um escritor censurado* (REIMÃO, SANDRA, 2009).

2Histórias contadas pelo autor no texto *Bendita esquisitice*, disponível em: <http://aguinaldosilva.com.br/2018/06/04/bendita-esquisitice/> (acessado em 10/06/2023)



REFERÊNCIAS

AROSA, Guido Vieira; PENNA, João Camillo. Homossexualidade, testemunho e cárcere: pensar o eu, pensar o outro. **Literatura e Autoritarismo**, n. 30, 2017.

CASTRO, Luciano Rodrigues; DE CASTRO NEVES, Ana Paula; DE ABREU, Daniel Albuquerque. Apropriações queer do passado: pensando possibilidades a partir da experiência da Comissão da Verdade. **Revista Aedos**, v. 14, n. 32, 2022.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Autêntica, 2018.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque; SCHNEIDER, Liane. **Personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX** – Uma leitura sobre corpo e resistência. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

SILVA, A. **Canção de sangue**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

SIMÕES, Tiago Calazans. **Contestação e resistência aos anos “mal-ditos” do Regime Militar (pós-1964) na escrita literária de Aguinaldo Silva**. Ilhéus: UESC, 2020.

SILVA, Aguinaldo. **Cristo partido ao meio**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Geografia do ventre**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

_____. **O Inimigo Público Aguinaldo Silva**. Editora: Mercado Aberto, 1984.

_____. **Lábios que beijei**. São Paulo: Siciliano, 1992.

REIMÃO, Sandra. Aguinaldo Silva, um escritor censurado. **Intercom**: revista brasileira de ciências da comunicação, p. ág. 209-ág. 209, 2009.

VIANA, Wes. A variante menor em Deleuze: uma minoração DA linguagem. **Tempo Psicanalítico**, v. 54, n. 2, p. 457-482, 2022.

TEATRO, GÊNERO E LITERATURA: UM DIÁLOGO QUE INTERLIGA SABERES

Dissertação em andamento apresentada ao programa de mestrado profissional em Artes (PRO-ARTES) da Universidade Federal da Paraíba- UFPB para Exame de Qualificação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Artes, sob orientação do Prof. Dr. Arthur Marques de Almeida Neto.

Suleigma Diniz Silva

Universidade Federal da Paraíba

suleigma@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa consiste em construir uma discussão sobre o desenvolvimento de um processo pedagógico e artístico que articula a linguagem artística e da literatura, de forma interdisciplinar, para o trato transversal de questões de Gênero, como intervenção pedagógica. Dessa forma, relacionar o Teatro do Oprimido de Boal, em especial o Teatro Fórum, com a prática de jogos teatrais, nas aulas de Artes, como possibilidade lúdica de tratar as questões de Gênero na perspectiva do oprimido. A escola campo dessa pesquisa é a escola Frei Campo Mayor no distrito de Goiana-PE, já os educandos e educandas envolvidos e envolvidas nesse projeto são dos 2º e 3º anos do ensino médio. Essa pesquisa possibilitou aos educandos e educandas uma reverberação acerca das questões de gênero e seus múltiplos desdobramentos. Relata-se o desenvolvimento dos encontros realizados como possibilidade de refletir sobre a prática pedagógica, bem como para verificar o caminho percorrido nessa intervenção pedagógica. Com relação a culminância, realizou-se uma apresentação do Teatro Fórum na qual a temática cerne foi a questão de gênero.

Palavras-chave: Gênero, Arte-Educação, Teatro do Oprimido, Literatura.

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa tem início a partir de uma inquietação do pesquisador, isto é, uma pergunta norteadora. Portanto, neste momento, apresento a questão que norteou minha pesquisa: é possível realizar uma intervenção pedagógica, a partir da prática do Teatro Fórum, tomando como tema a questão de gênero, para, dessa forma, ajudar os educandos e educandas a lidarem com conflitos acerca dessa temática na escola?

O objetivo geral: discutir sobre o desenvolvimento de um processo pedagógico e artístico que articula a linguagem artística do teatro e da literatura, de forma interdisciplinar, para o trato transversal de questões de gênero, como intervenção pedagógica. Objetivos específicos: relacionar o teatro do oprimido de Boal, em especial o Teatro Fórum, com a prática de jogos teatrais de Spolin, nas aulas de Artes, como possibilidade lúdica de tratar questões de gênero, na perspectiva do oprimido; contextualizar a escola-campo para a compreensão da necessidade do trato das questões de gênero, principalmente, sobre a homoafetividade e os conflitos escolares advindos dessas questões, considerando uma intervenção pedagógica como experiência; relatar a experiência das aulas de Artes transversalizadas com o tema gênero, considerando-a como intervenção pedagógica na escola-campo; refletir sobre a práxis docente a partir da experiência da intervenção pedagógica.

A partir de uma prática fundamentada em uma intervenção pedagógica, busco despertar nos educandos e educandas uma visão crítica acerca dos discursos homofóbicos proliferados nos ambientes escolares. Nessa perspectiva, acredito que um trabalho com o Teatro Fórum abordando a temática de gênero pode desenvolver um posicionamento de combate ao preconceito dentro da nossa escola. Desse modo, parto do conhecimento de obras literárias que abordam a temática de gênero e do conhecimento de teatro, para construir uma prática que articule esses saberes em diálogo com o tema em pauta. Para tanto, usei a metodologia do Teatro do Oprimido de Boal e, por meio dos jogos teatrais, busquei desenvolver, nas educandas e nos educandos, técnicas teatrais que os preparassem para uma apresentação teatral.

MÉTODO

A presente pesquisa será desenvolvida na escola EREM Frei Campo Mayor no distrito de ponta de pedras Goiana-PE, situada na Rua projetada nº 15 na comunidade Malvinas. Essa escola é uma das maiores e mais antigas unidades educacionais da rede estadual de ensino neste município. Atualmente, atende a um público de mais de 630 alunos, e funciona em regime integral. Esse projeto terá como grupo focal alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio. Desenvolver-se-á a metodologia do Teatro do Oprimido, abordado por meio da técnica do Teatro Fórum.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A questão de gênero na escola é uma temática que pede atenção especial, uma vez que, mesmo sendo um tema transversal, acaba invisibilizado e silenciado no contexto escolar, atitude que colabora para a disseminação de um preconceito que está enraizado na sociedade falocêntrica e patriarcal na qual vivemos. A escola, enquanto pilar basilar na formação de um cidadão, carrega a missão de conduzir seus educandos e educandas para uma formação na qual eles e elas se tornem indivíduos críticos, conhecedores dos seus direitos, mas sobretudo dos seus deveres, e respeitadores das singularidades de cada um e cada uma, bem como seres que convivem amistosamente com as pluralidades que os constituem.

Entretanto, essa não é a realidade com a qual nos deparamos, no cotidiano da maioria das comunidades escolares, visto que esse espaço tem se mostrado inóspito para os homoafetivos, tanto por parte de educandos e educandas com posicionamentos conservadores, quanto por parte até mesmo de educadores e educadoras com esses mesmos posicionamentos. Esse é o cenário da escola escolhida para essa pesquisa, ou seja, um ambiente no qual as questões de gênero não têm espaço para serem debatidas, na busca de um entendimento acerca do tema; não há interesse em construir um ambiente agregador das diferenças.

Nesse ambiente, os educandos e educandas homoafetivos sentem-se oprimidos, incompreendidos e invisibilizados. O assunto gênero, nesse espaço, é um tabu, e abordá-lo é provocar um embate com os conservadores. Nesse sentido, os homoafetivos são os mais prejudicados, uma vez que não têm vez e nem voz.

Para Lins,

A intolerância às diferentes possibilidades de ser homem ou ser mulher, em nossa cultura, é o que leva ao estado de violência com o qual a população de pessoas LGBT convive cotidianamente. A cada assassinato cometido (foram 326 apenas em 2014), a cada piada feita para rebaixá-la, a cada vez que um/a transsexual ou homossexual abandona a escola por não se sentir seguro/a nesse ambiente, estamos negando a possibilidade e o direito de existência digna a essa população. (LINS, 2016, p.47)

Diante do exposto, chega-se à seguinte reverberação: é necessário desenvolver ações no ambiente escolar que coloquem no cerne da questão temas relevantes para a formação cidadã das educandas e educandos, especialmente no que tange ao tema gênero, uma vez que o posicionamento da maioria das pessoas, no tocante a essa temática, tem provocado a violência de gênero, que causa diariamente a morte de vários homoafetivos. Na escola alvo dessa pesquisa, por exemplo, a falta de políticas de inclusão de gênero leva os educandos e educandas homoafetivos ao distanciamento social, por medo das atitudes preconceituosas dos colegas e inclusive daqueles que deveriam respeitar e



ensinar o respeito, como educadores e educadoras. Sendo assim, essa pesquisa é um divisor de águas em nossa comunidade escolar.

Assim como a temática gênero encontra, no ambiente escolar, inúmeros obstáculos para ter visibilidade as aulas de Arte, também encontra pedras no caminho, e essas pedras consistem na desvalorização desse componente curricular. Um dos fatores que contribuem de forma contundente para isso é a escolha dos profissionais para ministrarem as aulas de Arte, ou seja, tornou-se uma prática recorrente em inúmeras escolas públicas colocar educadores sem qualquer formação em Arte para lecionar as aulas de tal componente curricular. Dessa forma, é quase certo o fracasso de tais aulas, visto que, sem preparação adequada, fica praticamente impossível realizar um bom trabalho. É comum vermos professores de Matemática, Biologia, História, Física e várias outras disciplinas ministrando aulas de Arte. E é assim que tem início minha história com a Arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise reflexiva das aulas ministradas, da culminância e do período após a aplicação da pesquisa ficou perceptível que a pesquisa trouxe para a comunidade escolar uma nova perspectiva no trato das questões de gênero, embora essa mudança ainda seja discreta, mas significa um ganho para nós que buscamos essa visibilidade em um contexto tão hostil e conservador como a nossa escola. Nota-se a importância de mais práticas assim para termos uma escola mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Carminda Mendes. **Teatro pós-dramático na escola** (inventando espaços: estudos sobre as condições do ensino do teatro na sala de aula). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019

BOHN, Letícia Ribas Diefenthaele e; SILVA, Carla Clauber. **Processos de avaliação em arte no ensino básico**: provocações, inquietudes e reflexões. Joinville-SC, Univille, 2013.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad. de João Wanderley Geraldi. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Campinas-SP: Unicamp, 2002. Disponível em <http://www.unirio.br/cla/ppgeac/processo-seletivo-2021/bibliografia-2021/larrosa-jorge-notas-sobre-a-experiencia-e-o-saber-de-experiencia/view>, acesso em 25/05/2023

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2010

OS CONFLITOS SUBJETIVOS ONDE HABITA A DIFERENÇA: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE PROFESSORALIDADES DISSIDENTES

Yuri Barbosa Martins de Oliveira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
martinsiury96@outlook.com

Tatiane dos Santos Moreira

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
moreiratatis@gmail.com

Sandra Santos de Araújo

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
sandra.jus12@gmail.com

RESUMO

O debate acerca da homossexualidade, na contemporaneidade, tem endossado de forma significativa processos históricos e sociais como propulsores do estigma referente à essa expressão de sexualidade. Partindo desta acepção, o propósito deste estudo foi refletir sobre o processo de subjetivação da homossexualidade masculina, cerceado de marginalizações e hostilidades, para então problematizarmos a indissociabilidade entre a experiência de ser gay e a construção de uma professoralidade dissidente com base nas histórias de vida de cinco docentes homossexuais do semiárido baiano da educação básica. Para esta investigação foi utilizado como dispositivo metodológico o Grupo de Experiência Docente em Gênero e Sexualidade (GEDGS) para estimular as confabulações a respeito das normas de gênero e sexualidade impostas a esses docentes e perspectivar o corolário de subjetivações correlacionadas a essas imposições. Diante dessas interlocuções foi possível inferir que há uma miríade de construções discriminatórias frente ao sujeito homossexual, o que interfere, por exemplo, na forma como este se reconhece enquanto indivíduo social dotado de habilidades e direitos, e em sua travessia professoral.

Palavras-chave: Homossexualidade; Professoralidade; Experiência; Docentes gays.

A SUBJETIVAÇÃO DE PROFESSORES GAYS INTERMEDIADA PELOS DISCURSOS DO ESTIGMA

Incontestavelmente, os estudos de gênero e sexualidade têm provocado inúmeras reflexões tendo como eixo central as experiências de sujeitos LGBTQIA+ e de como elas mobilizam outras percepções a despeito das interações sociais, sobretudo quando a diferença é compreendida como elemento transversal nesse movimento. Assim, temos notado que estes estudos têm nos provocado em determinadas circunstâncias ao ponto de fazer emergir questões subjetivas até então não reflexionadas, mas que agora ganham sua devida notoriedade por tecerem a produção dessa pesquisa¹.

A julgar por esses preceitos, desenvolvemos este estudo no intuito de nos provocar ao mesmo tempo em que provocamos outros que como nós, persistem na problematização de si de maneira a devanear sobre seu exercício docente. Pensamos, ainda, que as reflexões baseadas nessa travessia docente podem ser mais prolíferas quando redimensionamos o debate, focalizando a subjetividade homossexual e de como ela subsiste como força criativa na construção do ser professor.

É tendo em vista essa contemplação que nos colocamos como observadores dos meandros nos quais consistem nossas histórias de vida enquanto professores gays, assim como também convidamos outros cinco professores que se autoidentificam desse modo para pensar o objeto central desta investigação, a saber: “A docência de professores gays, refletida a partir dos atravessamentos de suas sexualidades”. A partir desse movimento, intentamos trabalhar com tal questão refletindo os elementos sociais, culturais e políticos de controle que forjam as sexualidades desses docentes e de como o contato com estes elementos dinamizam implicações na construção do ser professor dos participantes da pesquisa.

O ponto de partida deste estudo remete-se ao fato das históricas concepções que giram em torno da homossexualidade, colocando-a sempre como um dos alvos dissidentes da expressão do desejo. Dessa maneira, é importante ressaltar que estas concepções têm, conseqüentemente, constituído um imaginário incipiente no tocante a uma realidade bem mais complexa e diferente do que a homossexualidade é, pois, entendendo-a como produzida pelos discursos do estigma², percebe-se que uma série

1 Este trabalho diz respeito a um recorte da dissertação intitulada “Confabulações professorais de docentes gays” defendida no Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB), lotado no *Campus XIV* da Universidade do Estado da Bahia, em 2022.

2 Entendemos por estigma qualquer referência que incite um atributo profundamente depreciativo a algo ou alguém. Na concepção de Goffman (2017, p. 13), “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”. A ideia de aderir a esse termo no estudo é por observarmos sua demarcação no insistente menosprezo conferido à homossexualidade ou a qualquer outra expressão do desejo que não seja heterossexual.

de noções recai sobre ela a fim de mantê-la como oposto inferior à heterossexualidade.

Interessa-nos, diante dessa imensidão de compreensões, saber neste trabalho e a partir das enunciações de professores gays proferidas nos grupos de experiência, pensar como os discursos enquanto prática social e força motriz entre poder e saber têm enfatizado caracterizações ultrajantes que circundam esse tipo de sexualidade e, inclusive, afetando no processo subjetivo destes indivíduos mediante sua identificação sexual e trajetória professoral.

Nessa expectativa, ao perfazermos esse caminho metodológico, mostramo-nos inquietos sobre as taxativas menções que muitas vezes nos obrigam, enquanto sujeitos dissidentes, a nos encontrarmos e nos constituirmos no discurso do Outro. Um discurso igualmente situado em relações de poder-saber específicas e circunscrito em práticas de conversões quanto à homogeneização do desejo.

Assim, é preciso questionar os próprios discursos em sua transitoriedade aparente, já que sua operação também pode afetar as maneiras como problematizamos nossas formas de ser e existir nesse mundo. E se é preciso robustecer essa compreensão, precisamos levar em consideração que os discursos não se localizam em nenhum lugar, “mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (VEIGA-NETO, 2007, p. 100).

Frente a esse propósito, filiamo-nos às perspectivas foucaultianas com vista a entendermos a construção da dinâmica discursiva e como suas operações afetam de maneira inigualável nossas percepções quanto à homossexualidade. Salientar essas problematizações é buscar entender como fazemos emergi-la a partir de discursos patológicos, religiosos, medicinais e econômicos, sobretudo correlacionados, e por conseguinte também considerar como essa ação sempre a institui no abjeto, no pecado e exterior a qualquer natureza compreensível.

GRUPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM GÊNERO E SEXUALIDADE (GEDGS) COMO PRODUÇÃO DE DADOS DO ESTUDO

Supomos o Grupo de Experiência como o dispositivo metodológico mais viável para refletir e problematizar as experiências dos professores que aceitaram fazer parte desse estudo, não por ser pronto e acabado, mas pela sua condição de ser desenhado na imprevisibilidade e na ambivalência com que pesquisas balizadas na perspectiva pós-estrutural se encontram. O Grupo de Experiência (GE) é uma inventividade teóricometodológica desenvolvida pelo grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL/CNPq)³ do qual somos integrantes e foi pensado mais especificamente

³ Grupo de Pesquisa lotado no Departamento de Educação/Campus XIV, em Conceição do Coité.

⁴ As professoras Iris Verena Oliveira e Rosane Meire Vieira de Jesus (PPGED/UNEB)

por duas docentes⁴ do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB).

O dispositivo metodológico tramitou nesta pesquisa como técnica de produção de dados, cuja intenção era reunir professores gays distribuídos em alguns dos municípios pertencentes ao Território do Sisal do Estado da Bahia (Serrinha, Conceição do Coité e Valente) para dialogar a despeito de suas experiências formativas e pessoais. Reconhecemos que a empreitada com esse dispositivo salientou outras perspectivas de fazer pesquisa em educação, em que abordagens e objetivos foram repensados tendo em vista suas contribuições com centenas de problematizações já realizadas nessa seara.

Em que pese se pensar a respeito, o GE foi formulado com a proposição de ser um espaço formativo para professores/as ao passo que discutir suas experiências pudesse fazê-los/las imergir nas próprias práticas e questioná-las, a tal ponto que fosse igualmente possível repensar mudanças estratégicas em suas práticas docentes a fim de atender demandas recorrentes no cenário escolar (OLIVEIRA; JESUS, 2018). Devido essa intencionalidade, entendemos que essa técnica se apresentava concatenada a esse estudo, uma vez que viria a dinamizar o debate sobre docência e sexualidade ao tensionar certezas que se colocam como autoevidentes sobre a formação docente e suas travessias.

Diante desse contexto, percebemos que “o desenho metodológico da pesquisa não pode ser fechado a priori e não pode ser replicado em qualquer tempo e lugar” (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 57). Tomamos isso como uma premissa, visto que intencionalidade do GE neste estudo nos exigia uma configuração específica. Assim, apostamos na adaptação do grupo com certa especificidade para tornar mais profícua a investigação.

Analisar essa prerrogativa nos impeliu a buscar subsídios que direcionassem nossas problematizações, tendo em vista as intersecções entre sexualidade e gênero e como estes elementos no processo de discursividade também produz arranjos subjetivos proporcionados pelo entrecruzamento indissociável entre personalidade e professoralidade (PEREIRA, 2016). Nessa dimensão, o GE foi configurado mediante os conceitos que possibilitam tais percepções, a saber: o dispositivo de sexualidade de Michel Foucault (2020) e performatividade de gênero de Judith Butler (2019).

“ATÉ QUE PONTO SAIR DO ARMÁRIO É UMA LIBERTAÇÃO E ATÉ QUE PONTO SAIR DO ARMÁRIO É UMA PRISÃO PARA NÓS MESMOS?”⁴:

REFLETINDO SOBRE O PRECONCEITO FRENTE A ALTERIDADE SEXUAL

As tramas discursivas em que se encontram os colaboradores desta pesquisa pressupõem que analisemos o discurso em sua existência transitória. Isto quer dizer que é necessário tomar partido da produção discursiva em meio às relações de poder assimétricas, cujo poder que nelas se constrói não opera na delimitação de discursos dos dominantes e dos dominados, mas sim por meio da intensidade com que estas relações provocam assujeitamentos históricos e configuram uma teia de lutas simbólicas tendo como instrumento essencial para essa finalidade, o próprio discurso.

Como afirmou Foucault (2020, p. 110), é preciso admitir que estamos sempre agenciando “um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”. Nessa percepção gradativa, as provocações, contestações e reprovações enunciadas pelos professores nos grupos de experiência advêm desse sinuoso e complexo jogo discursivo, o que, em tese, “para Foucault, mais do que subjetivo, o discurso subjetiva” (VEIGA-NETO, 2007, p. 99).

É nesta dimensão que as estratégias políticas de enfrentamento ao cenário de invisibilidades ganham forma, visto que ao tomarmos conhecimento de que o sujeito é construído discursivamente o próprio discurso se torna o objeto primordial de nossa luta, de enlace e de possibilidades para projetarmos outras inferências sobre os modos que nos constituímos gays e professores, por exemplo.

Nessa medida, a problemática circunscrita na titulação deste tópico abre uma discussão salutar mediante os quadros normativos de existência que insistem em nos moldar vorazmente. Isto porque, reconhecemos que mediante uma conscientização expressiva da nossa parte, pode, de alguma maneira, ampliar uma rede de diálogo que nos possibilite tomar tal reconhecimento como integração de atos políticos mais abrangentes, principalmente quando consideramos a incidência dessas normalizações a nós impostas. Assim, pensamos que a partir desses quadros normativos somos tomados como vítimas de uma padronização específica em que a diferença percebida é amordaçada e invisibilizada.

Como presumido o Professor Carlos (2021), por exemplo, existem limites rígidos entre “sair” e “ficar dentro” desse armário que implicam em decisões circunstanciais e nos colocam à prova incessantemente, à medida em que questionamos a suposta liberdade como mais uma forma de prisão. Nessa dimensão, “há riscos em enfatizar a

⁴ Trecho proferido pelo professor Carlos Alexandre, docente participante do estudo, em uma de suas falas no primeiro Grupo de Experiência

continuidade e centralidade do armário numa narrativa histórica que não tenha como fulcro uma visão de salvação [...]” (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Diante desse cenário, mencionar certa aceitabilidade no tocante à “nossa condição”, como chama atenção o professor, é considerar o jogo discursivo em que estamos inseridos e que logo nos suscita diferentes formas para lidar com esse dispositivo de controle. Assumir-se não implica numa simples decisão, mas de algum modo está correlacionado às múltiplas ênfases na visibilidade coletiva e individual de um movimento político com base nos direitos que nos são inerentes, bem como supõe estratégias para sobrevivência, além de negociações estabelecidas para assumirmos voz de nossas próprias histórias e contestarmos esse lugar do estigma.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES LONGE DE SEREM FINAIS

Diante das elucubrações tecidas com os docentes, ao enfatizarmos como gênero e sexualidade atravessam e dimensionam as professoralidades homossexuais – mesmo com as complexidades e implicações demonstradas no decorrer desse estudo – percebeu-se que os docentes tendem a compreender a rede de normatizações que lhes são impostas, mas conjecturam tal contexto a ser enfrentado. Mobilizam, de algum modo, uma professoralidade interpelada com suas condições de ser e existir no mundo, sobretudo por serem gays, e compreendem a importância de considerarem suas questões subjetivas no âmago desse entendimento. Tornou-se evidente, portanto, que essa série de tensões nos levam a repensar e mobilizar outras frentes de entendimento quanto ao fato de cogitarmos a docência como um caminho possível de experienciar.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de Saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

OLIVEIRA, Iris Verena; JESUS, Rosane Meire Vieira de. GRUPO DE EXPERIÊNCIA E ARTE: narrativas de educação escolar quilombola. In TOMÉ, C.; MACEDO, E.; **Currículo e Diferença: afetações em movimento** - Volume 4. Curitiba: CRV, 2018. cap. 8, p.171-178).



PEREIRA, Marcos Villela. **Estética da professoralidade**: um estudo crítico sobre a formação do professor. Santa Maria: UFSM, 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Quereres, v.28, p. 19-54, 2007. Disponível em:
[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2007\(28\)/Sedgwick.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2007(28)/Sedgwick.pdf) . Acesso em 09/07/2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ST 06

DYSPHORIA MUNDI: POÉTICAS
E POLÍTICAS DE INADEQUAÇÃO,
DISSIDÊNCIA E DESIDENTIFICAÇÃO



COORDENADORES

Roberta C. Gobbi Baccarim

Icaro Ferraz Vidal Junior

Leandro Franklin Gorsdorf

ENACTMENT E CENA COMO ESTRATÉGIA DISSIDENTE NO ATIVISMO FEMINISTA LATINOAMERICANO

Angie Biondi
Dr^a pela Universidade Federal de Minas Gerais

angiebiondina@gmail.com

RESUMO

Como fazer com que o exercício crítico da imagem não se restrinja à denúncia ou ao julgamento moral, mas se efetive enquanto uma prática de resistência do pensamento capaz de fornecer subsídios à ação política? A indicação desta pergunta como um problema central de pesquisa se justifica à medida que observamos que muitos estudos recentes sobre imagens, no campo da comunicação, muitas vezes acabam assumindo um caráter fortemente descritivo, mas pouco articulado aos aspectos materiais do contexto social no qual se inserem. Se pressupomos haver uma relação entre imagem e ação - não como resultado linear e acrítico de uma atitude individualizada, mas como transformação ativa de percepções coletivas, pois ancorada em experiências de base afetiva, sensível é porque assumimos uma perspectiva comunicacional que admite uma interação entre sujeitos e materialidades. O que propomos nessa exposição é uma aproximação teórica entre dois conceitos próprios ao feminismo: *enactment* e cena, por observar que ambos possuem uma conjugação de natureza intensamente performativa na ação política. Em seguida, buscamos subsídios teóricos para esboçar como suas linhas reflexivas podem contribuir para a compreensão dos deslocamentos, dos limites e das aproximações das formas através das quais percebemos o ativismo feminista na América Latina. Na segunda fase do exame, focamos uma análise preliminar de imagens de movimentos feministas circulantes na esfera midiática para compreender e identificar como se constitui - ou tem se constituído - uma agenda política feminista atravessada pela formulação de uma imagem política própria da América Latina. A delimitação temática indicada é a pauta do aborto legal como uma das problemáticas diretamente ligada às últimas manifestações de massa na maior parte dos países, entre os anos de 2018 e 2022.

Palavras-chave: América Latina; Dissidência; Feminismo; Imagem.

INTRODUÇÃO

Em 2003, na cidade de Rosario, na Argentina, integrantes da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito se reuniram no XVIII Encontro de Mulheres para discutir ações de descriminalização do aborto e formalizar a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos. Como estratégia de visibilidade, o grupo, inspirado nas fraldas brancas bordadas com os nomes de familiares mortos e desaparecidos na ditadura, usados pelas mães da Plaza de Mayo, adotou os lenços verdes como signo de luta política. Antes restrito às passeatas promovidas pelas integrantes da Campanha, o acessório alcançou notoriedade em 2015, quando o grupo participou da primeira marcha *Ni una menos*, realizada em Buenos Aires. Desde então, o lenço verde se consolidou como um elemento de identidade política não apenas para as integrantes da Campanha, mas como um símbolo de união entre as mulheres em torno da luta por direitos. Em 2018, os lenços verdes passaram a ser usados nas manifestações feministas do México, Brasil, Colômbia, entre outros países latino-americanos. Desde então, pode-se encontrar, tanto nas ruas quanto nas inúmeras fotografias de imprensa, perfis de redes sociais, documentários, entre outros veículos, mulheres e jovens portando os lenços verdes na maior parte dos protestos e manifestações realizadas na América Latina. Assim como a hegemônica cor roxa adotada pelo feminismo, os pañuelos verdes das argentinas encarnaram a ideia central de luta por direitos sexuais e reprodutivos das mulheres latinas, ao mesmo tempo em que formularam uma imagem do crescimento exponencial dos agrupamentos de mulheres chegando a receber a alcunha de “maré verde”. Na Argentina, a trajetória de manifestações pelos direitos das mulheres é histórica e se irmana a de outros grupos que também se reconhecem aliados das condições de igualdade, além de marcar que mulheres ainda são as principais vítimas de violências, discriminação, precarização e vulnerabilidades (Segato, 2012; 2016). A partir desse contexto, argumentamos que as manifestações dos lenços verdes, que reuniram milhares de mulheres e hoje se espalham por outras localidades como um grande aceno coletivo de reconhecimento e cooperação às pautas feministas na América Latina, não se restringem a uma estratégia de protesto ou a uma representação por uma pauta reivindicatória apenas, mas constituem uma mudança na forma de linguagem e de sentido entendido como *enactment* (Macón, 2021, 2023), espécie de gesto político e afetivo que abre brechas significativas na estrutura patriarcal instituída constituindo uma nova cena (Butler, 2010, 2019), a partir do modo como impõe os corpos que, antes de tudo, reivindicam o aparecer coletivo como um direito. Acreditamos que essa discussão de caráter estético-política tem uma relevância na compreensão das manifestações atuais dos *pañuelazos* verdes não apenas pelo teor da luta por direitos das mulheres, mas também por jogar luz sobre as operações de

linguagem, performativas, que se efetivam no bojo de uma ação política, fundamentais para promover, pela via afetiva, rupturas nos modelos de conformação cultural e social do patriarcado no contexto latinoamericano.

MÉTODO

O que propomos, nessa primeira fase de pesquisa, é fazer uma aproximação teórica entre dois conceitos: *enactment* (MACÓN, 2021, 2023) e cena (BUTLER, 2010, 2019), por observar que ambos possuem uma conjugação de natureza intensamente performativa e que afirma uma estratégia produtiva de dissidência, conforme assinala Preciado (2022). Com isso, buscamos subsídios teóricos para esboçar como suas linhas reflexivas podem contribuir para a compreensão dos deslocamentos, dos limites e das aproximações das formas através das quais percebemos o ativismo feminista na América Latina. Para tanto, delimitamos duas frentes de discussões: uma historicocultural, outra estético-política. A partir desse estudo, o trabalho apresentará a segunda fase do exame, a saber, a análise de imagens de movimentos feministas circulantes na esfera pública midiática para compreender e identificar como se constitui – ou tem se constituído – uma agenda política feminista atravessada pela formulação de uma imagem política entendida como sendo própria da América Latina. A delimitação temática indicada é a pauta do aborto legal como uma das problemáticas diretamente ligada às últimas manifestações de massa na maior parte dos países da região, entre os anos de 2018 e 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante desse quadro preliminar de amplitude teórica e apropriações conceituais, a revisão de literatura se mostrou imprescindível para embasar as designações posteriores empregadas na análise de imagens. À etapa de análise, por sua vez, segue em conjunto e não se efetiva de modo estanque, fragmentado, mas decorre do refinamento das observações tecidas e apuradas anteriormente, o que pode conduzir ao levantamento de possíveis categorias de análise. Nesse ponto da pesquisa, ressaltamos que a experiência estética, como abordagem metodológica privilegiada, mesmo em caráter preliminar, seguiu dois fundamentos: a) a reflexão estética precisa estar ancorada no reconhecimento e identificação de que as imagens funcionam em um contexto ativo e dinâmico interacional, portanto é pensada como regime de visibilidade (RANCIÈRE, 2005, 2010); um apelo sensível constitutivo das imagens que indica uma comunicabilidade da experiência estética não proveniente dos objetos em si, mas da partilha intersubjetiva (LEAL, MENDONÇA, GUIMARÃES, 2010, p.162); b)

o método estético, correlativo à reflexão, considerou, na análise de imagens, as três esferas de aproximação: sensível, teórica e estética por entender complementares, cuja análise enfocou as especificidades e materialidades das obras nas dimensões sensível de recepção, identificando as instâncias do acolhimento, confrontação e co-criação inteligível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a validade desta pesquisa se dá por não encerrar ou enquadrar o tema sob conclusões restritas da prática midiática, mas porque oferece perspectivas e subsídios para a compreensão das próprias dinâmicas socioculturais vigentes e em diálogo com outras áreas. Esperamos, ao final, que o resultado desse exame consista em uma análise interpretativa profícua aos estudos acerca dos ativismos feministas através da imagem, seja como um componente importante das práticas documentais da sociedade, seja como uma estratégia dissidente, um agente de desconstruções de valores e normas tácitas que vigoram na cultura visual contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. Precarious Life. London: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. Corpos em Aliança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CALDERÓN, Andrea Soto. La performatividad de las imágenes. Madrid: Ediciones Metales Pesados, 2020.
- GAGO, Verónica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.
- LEAL, Bruno; MENDONÇA, Carlos; GUIMARÃES, César. Entre o sensível e o comunicacional. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MACÓN, Cecilia. Desafiar el sentir: feminismos, historia y rebelión. Buenos Aires: Omnívora, 2021.
- _____. Desafiar el sentir tiene que ver con advertir que el orden afectivo es político y se puede derrubar. Revista Aruda, 2022. Disponível em <https://revistaruda.com/2022/03/08/cecilia-macon-desafiar-el-sentir-advertir-ordenafectivo-es-politico-y-se-puede-derrubar/> Acesso em junho 2023.
- PRECIADO, Paul. Dysphoria mundi. Editorial Anagrama, 2022.
- RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.



_____. A partilha do sensível. Estética e política. São Paulo: Ed.34, 2005.

SEGATO, Rita Laura. La norma y el sexo: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDASECA, Karina (Org.) Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, IDAES, 2016. p.31-64

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: E-Cadernos CES, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n.18, p.106-131, 2012.

DIFERENÇA SEXUAL ENQUANTO ONTOLOGIA: CÔNVERSAS NA CEIA DE NATAL

Artigo

Bárbara Cabral
doutoranda Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Universidade de São Paulo

barbaracabral@usp.br

RESUMO

Os conceitos da teoria queer e dos feminismos ultrapassam as portas da academia e do intelectualismo para adentrar as conversas na ceia de Natal, a epistemologia feminista acontece na prática, afinal: o pessoal é político. Neste contexto, o presente artigo/ensaio tem como objetivo, por meio da narrativa de uma situação específica (a conversa na ceia de Natal), analisar a percepção da diferença sexual na contemporaneidade enquanto uma categoria ontológica, ou seja, quando se afirma que “o ser só é possível quando sexuado”. A ficção do ser, sem dúvida, é uma questão filosófica perpétua. E se a grande questão do nosso tempo é o sexo, como afirmou a filósofa e psicanalista Luce Irigaray (1984), não se pode ignorar os aspectos que ligam a existência ao sistema sexo/gênero. Considerando o avanço tecnológico na medicina contemporânea, propõe-se problematizar os binarismos presentes nas terminologias masculino/feminino e natural/cultural. Por meio das perspectivas e metodologias filosóficas feministas e da teoria queer, realizamos uma inversão epistemológica ao trazer Haraway, Preciado e outros autores como filósofos do ser e devir, negando o campo dos estudos de gênero e feministas apenas enquanto espaço determinado de temas relacionados exclusivamente à sexualidade.

Palavras-chave: diferença sexual; ontologia; natureza; feminismos; binarismos

INTRODUÇÃO

Os conceitos da *teoria queer* e dos femininos ultrapassam as portas da academia e adentram as conversas na ceia de Natal, a epistemologia feminista acontece na prática.

A família nuclear burguesa baseada no aspecto social moderno não consegue sustentar a “moda”, como alguns deste próprio grupo se referem, das discussões sobre gênero e sexualidade. No dia 24 de dezembro de 2022, por volta das 22h, minha prima me disse que “você poderia até querer ser outra coisa, mas jamais será. Você só pode ser se for homem ou mulher. Faça mil cirurgias, você não pode mudar quem você é”. Há uns meses atrás, ela havia colocado um balão no estômago, chamado pela medicina atual de balão gástrico. É uma técnica que consiste na inserção de um balão no interior do estômago para ocupar algum espaço e promover a sensação de satisfação e plenitude. A pessoa come menos e, conseqüentemente, perde peso. Ela quer muito *deixar de ser gorda*.

No mesmo dia, um pouco mais cedo, a irmã dela, minha outra prima, passou mal. Teve que ir embora, uma dor forte na cabeça que não melhorava nem com medicação. Já há algumas semanas seu rim transplantado não estava bem.

Procedimento cirúrgico para emagrecer e um rim transplantado, situações que ficaram martelando no meu corpo junto à frase: “Você só pode ser se for homem ou mulher”. Também ouvi: “É a natureza, é assim mesmo”. Se fosse pela “natureza”, talvez eu não tivesse conhecido a minha prima transplantada, nasci um ano antes do procedimento que salvou a vida dela.

A ceia de Natal teve como principais convidados Donna Haraway e Paul Preciado, mas só no meu jantar interno. Efetivamente, as minhas duas primas eram o que Haraway poderia categorizar facilmente enquanto ciborgue¹: pós-humanas, cheias de intervenções médicas. Eu não menos alterada, pelos hormônios anticoncepcionais que tomei durante anos, pelos antibióticos, pela operação na retirada de amígdalas, etc. Mesmo tendo escancarado esses fatores, na tentativa de mostrar os furos nos discursos naturalizantes sobre o sexo, minhas primas afirmavam: “é diferente, porque ser mulher ou homem é natural”; realmente, podemos ler a diferença sexual² enquanto uma ontologia.

Neste artigo/ensaio, tenho como objetivo demonstrar como e com quais artifícios discursivos o gênero ganha aspectos ontológicos. Esta breve explanação pretende

1 “A ficção científica contemporânea está cheia de ciborgues – criaturas que são simultaneamente animal e máquina, que habitam mundos que são, de forma ambígua, tanto naturais quanto fabricados. A medicina moderna também está cheia de ciborgues, de junções entre organismo e máquina, cada qual concebido como um dispositivo codificado[...]” (HARAWAY, 2009:36)

2 Neste ensaio, tratamos gênero e sexo sem distinção. Se o sexo é eles mesmo categorizado pelo gênero, qual o sentido de diferenciá-los quando dissertamos sobre a diferença sexual? (CF BUTLER, 2006; PRECIADO, 2022)

descrever como o conceito de natureza foi reinterpretado ao longo da história e dos contextos geográficos e políticos. Nossa questão aqui, entretanto, é menos antropológica que filosófica. O campo antropológico nos auxilia a compreender como um conceito pode ser culturalmente forjado; mas é por meio da filosofia que conseguimos adentrar as questões do Ser que categorizam a diferença sexual no pensamento moderno ocidental como uma categoria ontológica.

MÉTODO

Seguimos o método de análise crítica e reflexiva que envolveu a análise da percepção discursiva tanto na epistemologia teórica como nas conversas cotidianas.

Para abordar essa temática, utilizamos conceitos da teoria queer, feminismos e epistemologia feminista. O objetivo é demonstrar como a teoria queer e os feminismos têm impacto direto nas conversas e nas relações interpessoais. Por meio de uma narrativa específica que ocorreu durante a ceia de Natal foram explorados os conceitos de diferença sexual, ontologia, natureza, feminismos e binarismos.

O artigo propõe uma problematização dos binarismos presentes nas terminologias masculino/feminino e natural/cultural, levando em consideração os avanços tecnológicos na medicina contemporânea. Com base nas perspectivas e metodologias filosóficas feministas e na teoria queer, buscamos uma inversão epistemológica ao trazer autores como Donna Haraway e Paul Preciado como filósofos do ser e do devir, ampliando o escopo dos estudos de gênero e feministas para além da sexualidade.

O texto também explora a concepção de natureza em diferentes contextos históricos e filosóficos, destacando como o conceito foi reinterpretado ao longo do tempo. Foi ressaltada a visão aristotélica, em que a natureza é vista como uma tendência intrínseca à auto-preservação, contrastando com a visão cristã, que estabelece a natureza como algo externo e separado da essência humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discutimos a divisão tradicional entre natureza e cultura na antropologia, no entanto, destaca-se que essa dicotomia tem sido questionada nos estudos antropológicos recentes. Apresentamos visões de filósofos como Aristóteles, Descartes e pensadores da Revolução Científica, que influenciaram a concepção moderna de natureza como objeto de estudo e separada da noção de humano.

Abordamos a perspectiva de que o ser humano está em constante devir, em contraste com a noção fixa de ser. Essa visão é relacionada à teoria feminista e à influência de pensadoras como Simone de Beauvoir e Judith Butler, que questionam a

noção de uma identidade de gênero fixa e imutável. “Não se nasce/não se é, se devém em diferenciação”, como afirma Carla Rodrigues em uma proposta para ampliar a compreensão da identidade de gênero além das categorias binárias.

Outra discussão apresentada neste artigo/ensaio é a narrativa da morte ou negação de pessoas trans após sua transição. Essa narrativa reflete uma visão que considera os órgãos sexuais como geradores da totalidade do corpo, excluindo a possibilidade de uma identidade de gênero diversa. Desta forma, esse texto apresenta uma reflexão sobre a importância atribuída ao sexo como uma categoria ontológica e questiona as bases dessa perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria queer e os conceitos feministas ultrapassam as fronteiras acadêmicas, ganhando espaço nas conversas cotidianas, inclusive em reuniões familiares. No entanto, a família nuclear burguesa, fundamentada em padrões sociais tradicionais rejeita discussões sobre gênero e sexualidade como “moda” passageira.

Refletindo sobre esses eventos, o artigo questiona a concepção de natureza e sua relação com a identidade de gênero. A ideia de natureza é problematizada como interpretações ao longo da história, influenciando a categorização da diferença sexual no pensamento ocidental moderno.

A narrativa de um sistema de gênero exclusivamente binário é criticada. A marginalização de pessoas trans e intersexuais é destacada. Também questionamos a associação do sexo com a reprodução e a centralidade da diferença sexual na construção da família burguesa, atribuindo isso também à influência do cristianismo.

Por fim, queríamos demonstrar como o debate sobre gênero e sexualidade permeia todas as esferas da vida, inclusive as reuniões familiares, e desafia concepções tradicionais arraigadas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HAMLIN, Cynthia Lins. (2000), “Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais”. *Dados*, 43 (2): 373-397. Disponível no site http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200006&lng=pt&nrm=iso (acessado em: 03 jan. 2023).



HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

IRIGARAY, L. *L'écriture de la différence sexuelle*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

KESSELRING, Thomas. "O conceito de natureza na história do pensamento ocidental". *Revista Ciência & Ambiente* III (5), jul./dez. 1992.

LIMA, Tânia Stolze, "O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi", *Mana*, v. 2 (2), 1996, p. 21-47

PRECIADO, Beatriz. "Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'". *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual*, tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2022.

RODRIGUES, Carla. Ser e devir: Butler leitora de Beauvoir. *Cad. Pagu, Campinas*, n. 56, e195605, 2019. Disponível em: . Acesso em 03 de JAN de 2023. Epub Feb 03, 2020. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560005>.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio", *Mana*, 2 (2), 1996, p. 115-144

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*, São Paulo, Cosac Naify, 2015

A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES PARA HOMENS TRANS

Dissertação de mestrado

Fillipe de Queiroz
Universidade Federal da Bahia (mestrando)

Giusepina Marsico
Universidade Federal da Bahia (orientadora)

Vívian Volkmer Pontes
Universidade Federal da Bahia (co-orientadora)

RESUMO

O presente estudo visa lançar luz aos processos intrapsíquicos de construção de masculinidades para homens trans. Ancorado nos estudos contemporâneos de gênero, especialmente da filósofa estadunidense Judith Butler, compreende-se que o binarismo implicado nas atribuições de gênero ao nascer são insuficientes para dar conta da diversidade e multiplicidade de expressões identitárias; a identidade de gênero é constituída performativamente, isto é, no que se faz, expressa e apresenta para o outro e para o mundo (Butler, 1990). Dessa forma, as expressões de gênero tem movimento de “estar” e não de “ser”, fazendo uso de uma “linguagem performática” para fornecer atributos que construam uma estrutura de reconhecimento de si. Sob a perspectiva da Psicologia Cultural das Dinâmicas Semióticas, amplamente utilizada como aporte teórico nos estudos do desenvolvimento humano, conceitos como tensegridade (tensão+integridade) na estruturação do self e as fronteiras simbólicas que mediam as relações intersubjetivas serão fundamentais para esta investigação. Trata-se um estudo de casos múltiplos, estruturado sobre narrativas de experiências pessoais desses homens sobre suas concepções de masculinidade. A aposta na produção científica como dispositivo de mudança social e mudança discursiva ressalta a relevância do tema escolhido: teorizar e refletir sobre masculinidades de homens trans, entendidas aqui como construções socioculturais, é lançar luz aos processos envolvidos na construção de identidades não-normativas, possibilitando um lugar social possível para essas expressões/performances identitárias.

Palavras-chave: masculinidades, homens trans, psicologia

INTRODUÇÃO

Gênero é entendido por Butler (1990), célebre filósofa estadunidense, como uma formulação cultural que não necessariamente corresponde ao sexo biológico; e se é uma construção cultural, não há motivos para supor que ele tenha a mesma “fixidez” do sexo e que não seja possível imaginar outras possibilidades para sua expressão. Gênero é uma atribuição da cultura a um corpo sexuado baseado no sexo biológico ao nascer, que por sua vez, tem sua fixidez colocadas entre aspas na sentença anterior por saber que sua dimensão simbólica (construída e constituída por atos, signos, linguagem) e sua dimensão corpórea (modificável por intervenções cirúrgicas) podem ser transformadas. Partindo do pressuposto que há uma diferença radical entre sexo e gênero, é possível formular a concepção de gênero como um artifício flutuante que pode transitar entre os corpos sexuados: “homem” e “masculino” podem transitar num corpo masculino ou feminino, assim como “mulher” e “feminino” podem transitar num corpo masculino ou feminino com a mesma facilidade.

O argumento da autora, no entanto, vai chamar a atenção para os problemas que essa separação pode acarretar, entendendo que o sexo também pode ser compreendido como construção cultural, já que o corpo (matéria) recebe a significação de uma linguagem e de uma cultura. Dessa maneira, a rigor, a diferença entre sexo e gênero seria nula:

(...) gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (p. 27). Os substantivos cristalizados “homem” e “mulher” estão apoiados em fictícias formulações sobre traços e atributos que os representam, seguindo uma lógica e inteligibilidade próprias, que limitam e regulam expressões dissonantes. O binarismo implicado nestas atribuições é insuficiente para dar conta da diversidade e multiplicidade de expressões identitárias; a identidade de gênero é constituída performativamente, isto é, no que se faz, expressa e apresenta para o outro e para o mundo (Butler, 1990).

A identidade de gênero pensada em Butler (2018) seria aquela representada por atos performativos repetidos de maneira estilizada no cotidiano, dado um contexto histórico e cultural específico, ou seja, é a maneira de representar aquilo que foi construído socialmente como “masculino” e “feminino”, por exemplo. Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo. (p. 3)

Estes atos performativos funcionam como uma linguagem inteligível que apresenta uma determinada identidade de gênero segundo os acordos sociais pré-estabelecidos

em um contexto específico. Sendo assim, há espaço para que a identidade de gênero se transforme, acompanhando as mudanças do corpo, do tempo e da cultura. No Brasil, é criada para o cidadão uma carteira de identidade que informa seu nome, sua origem, filiação, suas digitais, uma captura da sua imagem e outra da sua escrita. Esses elementos que tornam uma pessoa “identificável” são só pistas inteligíveis sobre quem se é, mas o que se faz com um nome, com uma origem e com um corpo no curso do tempo é produzir uma concepção de si, seguindo uma lógica e coesão próprias. Há que se considerar o papel da cisnormatividade, isto é, a assunção de que a cisgeneridade é o modelo essencial da natureza, na produção dos discursos que influenciaram as discussões de gênero baseada nos binarismos do ponto de vista biológico, tratando aqueles que não eram contemplados por essa racionalidade como exceção à regra, sem importância, adoecidos. A cisgeneridade compulsória requer a correspondência entre o sexo biológico e a identidade de gênero, como se essa fosse uma operação lógica e intransponível dentre as infinitas maneiras de se inventar uma identidade (Ferreira, 2021).

Pensar masculinidades trans denuncia a urgência de considerar os efeitos da transfobia, da falta de informação, do despreparo dos profissionais de saúde e do desamparo institucional que colocam em risco a saúde mental desses homens que estão em busca de viver uma vida autêntica e em conformidade com o desejo de expressão de suas masculinidades (Mattos e Zambenedetti, 2021; Santos & Ornat, 2021; Vieira, Kakuda e Nascimento, 2020; Souza & Iriart, 2018). Há que se elaborar uma estratégia de cuidado que possa acolher as demandas dessas pessoas em sua integralidade e oferecer um atendimento em saúde digno, apropriado e em diálogo aberto com os usuários do serviço.

MÉTODO

Será realizado um estudo de casos múltiplos, estratégia escolhida por permitir uma análise aprofundada de um fenômeno social contemporâneo, partindo de um recorte histórico específico (Yin, 2015). Tratando-se de um fenômeno dessa natureza, a pesquisa busca analisar como se constroem masculinidades de homens trans, beneficiando-se de casos múltiplos que podem, mesmo que num recorte específico no tempo/espaço, ilustrar essas vivências/construções.

Para a produção de dados, em acordo com a compreensão de que identidades são ancoradas em narrativas de reconhecimento de si (Vieira & Henriques, 2019), optou-se por utilizar entrevistas narrativas. Este instrumento propicia aos entrevistados um espaço de fala que privilegia seu modo particular de narrar a própria história, fugindo de um script direcionado e da dinâmica “pergunta-resposta” (Jovchelovitch & Bauer, 2017).

Na tarefa de investigar o processo de construção e os elementos que compõem as identidades em curso, esse procedimento será proveitoso por permitir que os sujeitos possam contar sobre as transformações percebidas em comparação ao passado e a projeção do que virão a ser no futuro, através de suas elaborações narrativas.

Em sua reflexão sobre as maneiras de investigar um fenômeno em Psicologia, Valsiner (2017) apresenta formas de capturar a extrospecção, a introspecção revirada ao avesso. O autor apresenta a ferramenta double blanks ou DDTC - Double Direction Theme Completion (Leijen, Kullasepp, Ots, 2013) como uma frutífera alternativa de investigação que se utiliza de um modelo simples de complementação de afirmações pré-configuradas pelo pesquisador. A partir deste modelo, é apresentado ao entrevistado uma sentença com espaços vagos que ele poderá preencher com suas próprias elaborações. A utilização de conectivos específicos (“mas”, “porém”, “porque”, “quando”, “e”, “também”, etc.) antes de cada lacuna pode fornecer uma melhor compreensão sobre a ambivalência que está em jogo ao produzir sentidos e significados acerca de determinadas temáticas. Ao preencher as lacunas, o entrevistado terá que resumidamente produzir uma tese e uma antítese sobre a afirmação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Além de apresentar um campo rico e frutífero de saberes, masculinidades de homens trans, como produções identitárias não-normativas, convocam o olhar da Psicologia, enquanto ciência e profissão, para a dimensão ético-política de sua representação e visibilidade. Essas masculinidades, enquanto expressões de identidades legítimas e plenas, demandam reconhecimento social para que seja possível produzir um discurso sobre si descentralizado de referências cisgêneras e normativas. Ainda aguardando liberação do comitê de ética no momento, o projeto ainda ensaia sua entrada no campo. Enquanto pessoa cis, o pesquisador proponente deseja entrar no campo de maneira respeitosa, ética e consciente de seu lugar diante das dinâmicas de poder e opressão que se colocam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposta na produção científica como dispositivo de mudança social e mudança discursiva ressalta a relevância do tema escolhido: teorizar e refletir sobre masculinidades de homens trans, é lançar luz aos processos envolvidos na construção de identidades masculinas não-normativas, possibilitando um lugar social para essas expressões/performances identitárias. À vista disso, é de interesse da Psicologia debruçar-se sobre este campo a fim de visibilizar narrativas ocultadas, promovendo o reconhecimento da

diversidade de performances de gênero e a preservação do compromisso ético com a despatologização das vidas/vivências trans.

REFERÊNCIAS

Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (19ª ed.). Civilização Brasileira.

Butler, J. (2018). Os atos performativos e a constituição do gênero: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. 78, 16.

Ferreira, S. R. da S. (2021). A respeito da categoria (trans/cis) gênero: A representação da identidade de gênero e a cisgeneridade compulsória. *Revista ECO-Pós*, 24(3), 355–380. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i3.27576>

Leijen, Ä., Kullasepp, K., & Ots, A. ([s.d.]). Investigating the internalization of professional role expectations among pre-service teachers.

Mattos, M. H. de, & Zambenedetti, G. (2021). Itinerários Terapêuticos de homens trans em transição de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 33, e240732. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33240732>

Santos, E. C. & Ornat, J. M. (2021). Espaço-corpo e a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades de homens trans. *Revista Latino-americana de Geografia e Genero*, 12(1), 3–33. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.12.i1.0001>

Sousa, D., & Iriart, J. (2018). “Viver dignamente”: Necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(10). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00036318>

Vieira, A. G., & Henriques, M. R. (2014). A construção narrativa da identidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 163–170. <https://doi.org/10.1590/S0102-7972201400010001>

Vieira, M. G., Kakuda, K., Nascimento, M. A. (2021). Faculdade pernambucana de Saúde—FPS. 29.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5a ed.). Bookman.

TODAS E TODES: DISPUTA DE SENTIDO E GLOTOPOLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL

Pesquisa institucionalizada

Iran Ferreira de Melo
Universidade Federal Rural de Pernambuco

iranmelo@hotmail.com

RESUMO

Este é um trabalho sobre linguagem disruptiva de gênero, que faz uma cartografia sobre essa linguagem no Brasil, questionando quais os modos recorrentes de linguagem disruptiva de gênero na língua portuguesa do Brasil. Assim como, o estudo possui um segundo pilar, que representa a análise de como pessoas trans não binárias tem pensado e recebido um dos tipos de linguagem disruptiva de gênero, que é a linguagem não binária, ou também conhecida como linguagem neutra, e, por isso, indaga como essas manifestações discursivas respondem às demandas de tais indivíduos dissidentes de gênero – parte que corresponde a um estudo etnográfico com essas pessoas. Tendo ainda um terceiro eixo, a pesquisa busca investigar como a escola de Pernambuco – estado da instituição onde o trabalho é sediado – tem abarcado o debate público no currículo, notadamente no currículo de língua portuguesa, isto é, objetiva-se entender como a escola apresenta (e se apresenta) os modos de disrupção de gênero na nossa língua.

Palavras-chave: linguagem disruptiva de gênero; cartografia, pessoas não binárias, currículo escolar.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se ocupa de investigar evocações de linguagem disruptiva de gênero na língua portuguesa do Brasil, que são manifestações anti-heteronormativas para designação e tratamento de pessoas, por meio de (1) disrupção formal de enunciação binária de gênero – marcações desinenciais não convencionais, como o feminino disruptivo não individual (sujeita, quilomba, atriz social, corpa...) – ou de enunciação não binária de gênero – marcações desinenciais não convencionais das novas engenharias morfossintáticas (usos como tod@s, todxs, todes, tod_s; dos chamados sistemas *ilu* e *elu*, entre outros); e de (2) disrupção não formal, pelo feminino genérico e pelo simulacro discursivo (a exemplo da resignificação de termos como ‘bixa’, ‘sapatão’, ‘vadia’ e ‘queer’).

Este trabalho encontra abrigo praxeológico nos estudos críticos do discurso (FAIRCLOUGH, 2001[1992]; 2003), mas também em estudos queer (BUTLER, 2003; MISKOLCI, 2014, 2015) e em pesquisas sobre designação de gênero na língua portuguesa (ARAÚJO, 2019; SCHWINDT, 2020). Além disso, procedo à leitura atenta de textos sobre estudos gramaticais da língua portuguesa no Brasil, de abordagens tanto descritivo-normativas quanto apenas descritivas, a exemplo de Bechara (1999), Perini (2010) e Bagno (2011).

Meus objetivos são (1) identificar manifestações recorrentes de linguagem disruptiva de gênero na língua portuguesa do Brasil, (2) compreender como essas manifestações respondem às demandas de indivíduos dissidentes de gênero e (3) entender como elas são absorvidas pelo currículo escolar.

MÉTODO

Para a metodologia que cumpre o primeiro objetivo, há duas fases. A primeira é a produção de uma cartografia de usos, defesas e análises de manifestações da linguagem disruptiva de gênero no nosso país em espaços discursivos como: publicações nas redes sociais digitais, plataformas de vídeo e blogs; textos acadêmicos; entrevistas publicadas com artistas da dissidência de gênero de todas as regiões do país; registros de falas públicas, debates e conversas em eventos sobre linguagem e disrupção de gênero; grupos de discussão de atividades formativas; guias de orientação para linguagem inclusiva em diferentes instituições do Brasil; canções populares, peças de teatro, textos literários e filmes de artistas que tematizam a disrupção de gênero nos seus trabalhos; depoimentos de pessoas trans que fazem uso da linguagem disruptiva. Já a segunda fase consiste na produção de um panorama catalográfico que possibilita categorizações que associam o discurso das manifestações disruptivas de gênero a

mecanismos específicos da gramática do português brasileiro (ex.: 'Menine' – modelo não-binário – marcado morfológicamente (-e) na desinência de gênero).

Quanto à metodologia do segundo objetivo, sigo os seguintes passos: entrevista a pessoas dissidentes de gênero e integração a grupos focais (informais – como rodas e bate-papos – e formais – como colóquios e simpósios) sobre dissidência de gênero e linguagem. Já para o terceiro objetivo, ocorre a inserção de atividades formativas e de escuta em escolas, análise de documentos curriculares que orientam o trabalho escolar (como projetos político-pedagógicos) e parametrizam redes de ensino (como planos de educação em diferentes níveis político-administrativos).

A metodologia aplicada para o terceiro objetivo é concomitante ao processo metodológico utilizado pelos dois outros, sendo este sequencial em duas fases do trabalho e aquele diluído em todo o tempo da pesquisa. Em outras palavras, as fases da pesquisa são divididas em quatro e mistas do ponto de vista metodológico, sempre com leitura, coleta, descrição e interpretação ao mesmo tempo. Elas são compostas pela seguinte cronologia: anos 01 e 02 – cumprimento do primeiro objetivo –, anos 03 e 04 – cumprimento do segundo objetivo – e, em todos os quatro anos, a realização do terceiro objetivo. Atualmente, a pesquisa está no primeiro semestre do terceiro ano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa ainda não terminou. Por isso, apresento aqui hipóteses que estão sendo testadas e parcialmente reveladas como resultados.

Tomo como hipóteses para o primeiro objetivo as seguintes possibilidades: (1) há múltiplas expressões de linguagem disruptiva, em diferentes níveis da língua, atravessadas por fatores dialetais e socioletais; (2) todas essas expressões são passíveis de inteligibilidade dentro de ordens de discurso específicas que, em menor ou maior grau, alteram práticas discursivas convencionais.

Para o segundo objetivo, o estudo tem mostrado que: (1) a análise da linguagem disruptiva revela alto grau de reflexividade por parte de seus e suas falantes e esta reflexividade carrega uma agência de enunciação sem abdicar do reconhecimento de certa precariedade dos corpos dos sujeitos para poderem se afirmar, isto é, não se trata de um movimento de passagem da vulnerabilidade para o orgulho, mas de uma ação do discurso que engendra a autoafirmação pela via da experiência de uma assunção da vulnerabilidade; (2) esse movimento só ganha reconhecimento por meio do exercício de aliança, isto é, num trabalho de performatividade das assembleias; (3) o impacto desses modos de uso da linguagem opera muito mais no campo pragmático do que no semântico, não nos permitindo falar de uma dimensão máxima de ressemantização



nesses casos, pois seu efeito recai mais na produção de novas relações entre os sujeitos do que de novos significados.

Já para o terceiro objetivo, tomo percebo o apagamento curricular de uma didatização afirmativa sobre os modos disruptivos de gênero, além de uma pedagogia de silenciamento desses modos e, conseqüentemente, das identidades que os pleiteiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela é todo o tempo dialogado não apenas com as leituras das referências mencionadas, mas também com interlocuções feitas com pessoas dissidentes de gênero, que colaboram com a pesquisa em leituras abertas do processo por meio de um programa de podcast que tem essas pessoas como participantes de conversas públicas sobre o assunto.

A cada ano da pesquisa, há um evento (seminário, curso, oficina...) que socializa os diferentes achados do estudo e, ao longo do tempo, o trabalho é divulgado por distintos meios (revistas científicas, livros, eventos científicos, aulas, programas de podcast, lives...). Ademais, a cada seis meses, a pesquisa gera um relatório que tem leitura sensível de pessoas dissidentes de gênero (sobretudo trans não-binárias) de diferentes idades, regiões, performances e racialidades.

Com esta apresentação, espero que este estudo exploratório possa contribuir não apenas para investigar usos do português brasileiro e analisar discursos agenciadores de novas performances de gênero, mas também colabore para a desconstrução de violências históricas aos corpos que escapam às normas de gênero.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. C. **Pajubá**. Memórias e diálogos das travestis. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, E. **Moderna Gramática do Português**. Rio de Janeiro Lucerna, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

_____. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. n. 01, mai-out., 2014.



_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PERINI, M. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da Abralin**. v. 19, n. 01, 2020.

A INVISIBILIZAÇÃO TRANSMASCULINA E A GESTALT-TERAPIA: ENCONTRO ENTRE A PSICOLOGIA E EXPERIÊNCIAS DISSIDENTES

Klaus Macena Fontenelle
Orientando

Kyara Maria de Almeida Vieira
Orientadora

Programa de Pós Graduação em Cognição, Tecnologia e Instituições - UFERSA

klausmfontenelle@gmail.com
kyara.almeida@ufersa.edu.br

RESUMO

O seguinte texto consiste em um delineamento de pesquisa de mestrado em fase inicial que possui como proposta central a transmasculinidade. Foi apenas nos anos 2000 que o movimento das identidades transfemininas e travestis obteve evidência. Contudo, a visibilidade conceitual e social da categoria transmasculina ainda se encontra reduzida nos dias atuais. Assim, o presente trabalho se propõe a compreender as ressonâncias da invisibilização na emergência mais autônoma das identidades transmasculinas a partir da ótica gestáltica. Utilizando da pesquisa bibliográfica como metodologia, onde foram analisados textos sobre: Transmasculinidade, Questões de gênero e Gestalt-Terapia. A partir dos textos verificados foi possível perceber que Gestalt-Terapia possui arcabouço teórico para realizar uma minuciosa leitura do processo de adoecimento oriundo da invisibilização da categoria transmasculina., já que possibilita a leitura do preconceito, da violência, da normatividade e das experiências não normativas, além de categorizar as consequências e sofrimentos advindos da deslegitimação e invisibilização da transmasculinidade.

Palavras-chave: Transmasculinidade, Gestalt-Terapia, Cisnormatividade.

INTRODUÇÃO

Este texto é um pequeno recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento inicial. Tem como tema central vivências de pessoas transmasculinas. A violência e marginalização da comunidade transgênero é um fenômeno conhecido e, infelizmente, naturalizado dentro da sociedade brasileira. Segundo a Associação Brasileira de Travestis e Transexuais ANTRA (2021), no seu boletim anual de assassinatos e

violências contra pessoas transexuais e travestis, no ano de 2020 houveram 175 casos de assassinatos contra esta população, o que consolidou um recorde de casos em um único ano. A ANTRA, como grande associação e referência frente a luta contra a transfobia, realiza de maneira independente relatórios anuais sobre os assassinatos e violências vivenciados por pessoas transexuais e travestis, pois tal coleta não é efetuada por nenhum órgão estatal. Contudo, a Associação é criticada por trazer poucos dados sobre transmasculinidade, evidenciando a invisibilidade que os homens trans e transmasculinos vivenciam até dentro da própria comunidade. De acordo com Araújo e Almeida (2021) foi apenas no final da primeira década dos anos 2000 que o movimento das identidades transfemininas e travestis obteve evidência. Contudo, chama-se a atenção para a reduzida visibilidade conceitual e social da categoria transmasculina ainda nos dias atuais. É a partir dessa experiência de existência invisibilizada em diversos ambientes que, para a maioria da sociedade, essas narrativas de vida parecem não legítimas e são assim, muitas vezes, ignoradas, silenciadas e negadas. Porém, a questão está dentro da comunidade transgênero apenas como consequência, pois o alicerce que sustenta tal fenômeno está relacionado à própria construção da compreensão cisheteronormativa do gênero. A naturalização do extremismo existente na polaridade feminino e masculino imposta aos sujeitos dentro dessa lógica binária e cisgênera de manutenção de poder sobre os corpos, faz com que essa ideologia recaia sobre as pessoas antes mesmo de nascer, promovendo práticas que censuram, violentam, humilham e investem de forma intensa na pretensa correção de corpos. Temos como exemplo o chá revelação, esse anúncio não é inocente ou neutro, já que, a partir dele, se começa a construção do roteiro de vida a partir das expectativas das pessoas responsáveis e da sociedade sobre como aquela criança deve ser (Lins, Machado, Escoura, 2016). Muitos são os rompimentos que podem ocorrer nesse sistema, contudo, para a construção deste estudo iremos nos debruçar especificamente sobre o rompimento produzido por pessoas transmasculinos, e quais as consequências para eles, sendo esses sujeitos construtores de uma vivência que rompe com paradigmas impostos socialmente do que é adequado para meninas ou para meninos. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender as ressonâncias da invisibilidade na emergência mais autônoma das identidades transmasculinas a partir da ótica gestáltica.

MÉTODO

Para ser construída a presente pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico. Brito, Oliveira e Silva (2021) definem que a pesquisa bibliográfica consiste na busca por informações já existentes sobre determinado assunto possibilitando ao autor realizar novas descobertas a partir de conhecimentos já existentes. Para isso, os textos utilizados foram retirados de livros físicos e plataformas de textos acadêmicos como: *Scielo* e *Google Acadêmico*, a partir da busca por textos sobre Transmasculinidade, Questões de gênero e Gestalt-Terapia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Gestalt-Terapia ou Abordagem Gestáltica foi criada oficialmente em 1951 em Nova Iorque, por Friedrich Salomon Perls, Fritz Perls ou Perls como é mais conhecido, e por Lore Posner Perls, Laura Perls ou apenas Laura (ABG, 2019), e tem como um dos seus pilares fundamentais o teórico Paul Goodman. Nascido no ano de 1911 em Manhattan, foi: artista; psicoterapeuta; crítico social, literário, político e dos modelos de educação tradicional (Belmino, 2017). Goodman se reconhecia como membro da comunidade Queer dos Estados Unidos nos anos 1960, assumidamente bissexual e escrevendo sobre suas experiências e as afetações de sua sexualidade pública em sua carreira acadêmica. Goodman defendia a livre expressão da sexualidade por acreditar que as inibições desta eram um dos motivos para a neurose contemporânea (Belmino, 2017). Falava que era necessário olhar para os grupos minoritários e oprimidos socialmente, como os negros, mulheres, homossexuais e estrangeiros, pois esses grupos eram a prova de que a liberdade, no âmbito político, era uma farsa diante da alienação que as instituições produziam nos estadunidenses. A obediência em excesso, a submissão à burocracia e aquilo que era ditado pela indústria de massa eram as questões que deveriam ser observadas para além do avanço do *American Dream*. A visão holística das pessoas é uma das maiores contribuições da Gestalt-terapia pois estão “sempre em interação com seu meio, isto é, leva-se em conta não apenas o que ocorre com a pessoa em sua totalidade, mas também o contexto no qual isto ocorre” (Frazão, 1997, p.10). Para enfrentar as adversidades ao longo da vida, nós utilizamos o ajustamento criador, que seria a busca pelo melhor funcionamento do corpo diante de uma situação. Lima (2014) aponta que Perls parte do princípio de que o ser humano tem capacidade de experimentar a frustração e criar, a partir de então, outras maneiras de funcionamento que não aquelas almejadas no início do processo, utilizando-se assim de uma maneira de se ajustar criativamente, ou seja, o ajustamento criativo. E sim, é realmente possível, contudo, diante da realidade de intensa pressão social, da

marginalização, da falta de conhecimento popularizado sobre a transmasculinidade e a transfobia, o processo de ajustamento criador do corpo transmasculino é intensamente interrompido e desestimulado, ou seja, as possibilidades de ajuste são retiradas desses sujeitos. Goldstein aponta que quando um corpo é submetido a restrições severas e constantes impedimentos de autorrealização, este corpo pode criar reações sintomáticas, passando a funcionar de uma maneira não harmônica, sendo intensificado com o grau de frustração insuportável das necessidades básicas, podendo ter atitudes destrutivas até em relação a si (Lima, 2014). A descoberta de um corpo impedido de ser em experiência aquilo que sente que é, quando também não é possível performar o gênero imposto, repercute ao longo de toda a vida do sujeito, pois este enfrentará diversos episódios de preconceito, intolerância, discriminação e deslegitimação de sua existência. É neste momento que nos deparamos com experiências diárias de violências e discriminação (Almeida, Santos, 2021), transformando o momento de descoberta em terror e negação. A infância é o momento de produção da estilização dos gêneros através da subjetivação dos enunciados performativos e dos marcadores de gênero (Bento, 2006), ou seja, no momento da infância é quando introjetamos as normas sociais de gênero. Ao transicionar, as expectativas sobre como serão nossos corpos são tão violentas, nesse segundo momento, quanto no primeiro. Nos é questionado quando teremos barba; quando faremos a cirurgia de mastectomia (retirada das mamas); automaticamente nos colocam dentro da heterossexualidade compulsória, sendo impensável a possibilidade de uma pessoa trans ter qualquer outra sexualidade; a clássica pergunta de como faremos para ter um pênis; entre vários outros questionamentos que são feitos embasados pela cisgeneridade, promovendo vários tipos de violências e certo nível de cobrança. Não é possível falar do processo de transição sem compreender que o interno (desejos, anseios, introjetos e tudo que o sujeito vivenciou ao longo da história que ele carrega) e o externo (as expectativas, normas, regras, lugares que ocupa, modelos, cobranças e funcionamento da sociedade ao qual esse sujeito está inserido) são igualmente influenciados e modificados durante esse processo. Então essa ideia de que as pessoas trans sempre souberam que eram trans e depois de se reconhecer tem um único caminho a ser seguido e todos o fazem, é muito mais uma imposição da cisnormatividade para continuar moldando os nossos corpos do que um desejo íntimo, pois essa é apenas uma das infinidades de narrativas existentes. A falta de contato com outras narrativas de transmasculinidade, a partir do processo de invisibilização dessas vivências, colabora para que, pós-transição, seja mantida a masculinidade desejada e performada através da cisnorma, pois se não é possível ampliar os horizontes de possibilidades do que é ser homem a partir do encontro com outros componentes da sua categoria, faz-se necessário enquadrar-se naquilo que é normativo para ser legitimado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos textos verificados foi possível perceber que Gestalt-Terapia possui arcabouço teórico para realizar uma minuciosa leitura do processo de adoecimento oriundo da invisibilização da categoria transmasculina, pois se coloca como ferramenta para a leitura do preconceito, da violência, da normatividade e das experiências não normativas, possibilitando o encontro prático entre psicologia e experiências dissidentes diante do contexto do enfrentamento de uma minoria à norma vigente, compreendendo que os processos normativos e impositivos ao sujeito são grandes responsáveis pelo processo de adoecimento dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABG, Associação Brasileira de Gestalt-Terapia e Abordagem Gestáltica. **Gestalt terapia: O que é?**. c2019. <https://www.gestalt.com.br/gestalt-terapia.php> ALMEIDA, Raul Gomes de; SANTOS, Manoel Antônio dos. Transmasculinidade e teoria queer: a experiência corporal da infância à vida adulta. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2021, v. 33, e240127. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33240127>

ANTRA, Associação Brasileira de Travestis e Transexuais. Boletim-trans Nr 002-2021-1sem2021. **Boletim nº 002-2021**, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 28 set. 2021.

BELMINO, Marcus. **A Ontologia Gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais**: Gestalt-Terapia, anarquia e desescolarização. 1º ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

BENTO, Berenice **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRITO, Ana Paula; OLIVEIRA, Guilherme; SILVA, Brunna. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação, **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p. 1- 15, 2021.

FRAZÃO, Lilian. Apresentação à edição brasileira. In: PERLS, Fritz; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-Terapia**. São Paulo - SP: Summus, 1997.

LIMA, Patrícia. Autorregulação organísmica e homeostase In. FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima (org). **Gestalt-terapia** [arquivo digital]: conceitos fundamentais. 1. ed. – São Paulo: Summus, 2014.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

CORPOS (RE)PRODUTIVOS - ENTRE A DISCIPLINA E A DISSIDÊNCIA

Artigo/Comunicação oral

Manuela de Souza de Almeida Leite

Orientadora: Prof^o Dra. Branca Coutinho de Oliveira
Programa de Pós Graduação em Artes Visuais
Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo
PPGAV-ECA-USP

manusaleite@usp.br

RESUMO

Diante da crise do cuidado (FRASER), que tem se revelado um dos grandes problemas da contemporaneidade, o presente trabalho propõe uma articulação entre os conceitos de contrassexualidade (PRECIADO), corpos ciborgues (HARAWAY) e farmacopornografia (PRECIADO), a fim de imaginar futuros onde a cooperação entre os sexos seja alternativa ao cansaço gerado pelo acúmulo de trabalho remunerado e não remunerado e o *care* seja entendido como bem comum e parte fundamental para a produção, reprodução e existência da espécie humana.

Palavras-chave: cuidado; reprodução; ciborgue; farmacopornografia; contrassexualidade.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a dominação das mulheres cisgênero, o controle da sexualidade e da reprodução são mecanismos que estruturam o capitalismo. Não é mais possível ver as relações sociais de sexo com a ingenuidade de fenômeno natural. No Marcathismo (anos 1950), a perseguição da homossexualidade aparece vinculada como luta contra o comunismo, “ao mesmo tempo que exalta os valores familiares do trabalho masculino e da maternidade doméstica.” (PRECIADO, 2018, p.28)

Gramsci apontou nos idos dos anos 1930 que o método de trabalho fordista constituiria “um novo tipo humano”, e de fato o pensador italiano estava certo. O fordismo criou o homem-coisa, uma espécie que está disposta a vender o espírito humano em troca de consumo. O trabalhador da indústria de Henri Ford aceitava se submeter a uma série de controles da própria vida (sexualidade, casamento, religiosidade) pela “liberdade” gerada pelo poder de compra.

É nesse cenário que o feminismo-ciborgue (HARAWAY) e a contrassexualidade (PRECIADO) surgem como forças emergentes de reativação da vida. Numa sociedade inundada por falsos desejos, propor novos sentidos é o que pode haver de mais revolucionário, mesmo que isso perturbe, assuste ou machuque. Afastar-se do determinismo biológico que produz dominadores e dominados é força contrassexual, munição para libertar-se da anestesia consumista e ultrapassar binarismos aprisionantes a fim de pulsar a vida nos corpos potentes. Vida é potência de conectar-se e transmutarse a partir do fluxo gerado pelo encontro com a diferença. A energia ciborgue é intensidade de corpos em eterna construção.

A contrassexualidade associada à tecnologia ciborgue tem como missão reforçar os desvios do sistema heterocentrado e destruir os papéis de gênero. A ciência que trabalha pela reprodução infinita da opressão heteronormativa também está na mira da crítica. Por exemplo, a quem serve o uso da pílula anticoncepcional? Pelo prazer de quem ficamos tão estimuladas e estimulados com a possibilidade de fazer sexo apenas por prazer, sem a função de procriar? Segundo o Departamento de Transtornos Sexuais Dolorosos Femininos da USP, 55% das mulheres cisgêneras brasileiras não tem orgasmos durante o sexo. Pesquisa do Instituto Prazerela, de 2018, apontou números ainda mais graves: 74% das mulheres cisgêneras gozam com a masturbação, mas apenas 36% atingem o ápice do prazer sexual com os parceiros. Ainda na linha científica de valorização do falo, existe o mito do ponto G, criado pelo médico Ernst Grafenberg, que apontou a possível existência de um ponto dentro da vagina que estimulado poderia causar grande excitação sexual. O que o grande ginecologista alemão não levou em conta em sua “revolucionária” teoria, é que existe uma parte da vulva chamada clitóris que possui como única, exclusiva e extraordinária função, proporcionar prazer. Porém,

como a teoria científica tem como padrão o poder hegemônico, ignorou a existência de um órgão visível e foi cavar dentro do canal vaginal a ligação entre o órgão sexual masculino e o prazer feminino.

A amamentação, que desde o século XIX foi substituída por fórmulas nutricionais para recém nascidos, passou a ser revalorizada e até supervalorizada pela ciência justamente no mesmo período em que mulheres estavam ocupando o “lugar dos homens” no mercado de trabalho. Não é possível não encarar tais dados científicos como política de controle dos corpos femininos, embutindo ideologicamente a necessidade do aleitamento materno como decisório para a vida e saúde do bebê. Trancafiando novamente as mulheres no espaço doméstico e dando munição para o mercado justificar a diferença salarial entre homens e mulheres pelos prejuízos financeiros causados pela licença-maternidade e a amamentação.

Na contramão dos absurdos científicos a serviço da heteronormatividade, a contrassexualidade vem “difundir, distribuir e colocar em circulação práticas subversivas de recitação dos códigos e das categorias de masculinidade e de feminilidade naturalizadas no âmbito do sistema heteronormativo” (Preciado, 2018, p.36). Dessa maneira o experimento poético “Corpos (re)produtivos”, de minha autoria, não é exatamente uma proposição de uma nova sociedade. “Corpos (re)produtivos” é uma ficção com a intenção de saber o que a colocação do problema do cuidado e da exploração dos corpos femininos para os trabalhos de reprodução social pode provocar no tempo atual.

Até que ponto estamos dispostos a dialogar na direção de mudanças realmente significativas? Até que ponto a ciência e a academia trabalham por uma real mudança social e não apenas para a manutenção do sistema já posto? Não adianta ser um rico de esquerda que não respeita as classes subalternizadas nem seus direitos trabalhistas, duramente conquistados. Não adianta ser um branco que se declara como não racista e usufrui cinicamente cada gota de privilégio que ainda ecoa do imenso mar colonialista.

Assim como, de nada vale ser um belo exemplar de esquerdo macho, cheio de discursos prontos sobre paternidade e responsabilidade e aceitar silenciosamente que todo trabalho de cuidado de um bebê recaia unicamente sobre os corpos femininos por razões simplesmente “biológicas”. Trabalhar para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa requer corpos comprometidos em abrir mão de privilégios e engajados em reais transformações. Quem está disposto a ser um corpo revolucionário?

Quem está disposto a ser um ciborgue contrassexual?

MÉTODO

A divisão sexual do trabalho foi o problema que motivou a concepção de “Corpos (re)produtivos”. A heterossexualidade compulsória e seus sistemas de manutenção de poder por meio do sexismo foram os objetos da crítica que deu origem ao trabalho. Trata-se de um trabalho artístico acompanhado de reflexão teórica. Porém, o que sugere a distopia presente no trabalho pode apontar para futuros interessantes também entre homossexuais do sexo masculino, gerando a possibilidade de amamentação tanto por pais adotivos, quanto biológicos beneficiários da “cessão temporária de útero” (barriga de aluguel), além do pai hetero-cisgênero da família chamada tradicional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Corpos de ambos os sexos nascem dotados de glândulas e sistema mamário completo contendo aréola, mamilos e dutos. Desde 2018, mulheres transgênero têm amamentando bebês graças ao uso combinado de estrogênio, progesterona e domperidona - utilizados também por mães cisgênero que não produzem leite materno (biológicas ou adotivas). A combinação dos fármacos com a estimulação recorrente dos mamilos - por meio de bombas de amamentação - faz com que esses corpos sejam capazes de realizar o aleitamento infantil. O fato dessa suplementação produzir leite em mulheres trans, comprova que um corpo biologicamente masculino já é capaz de amamentar graças ao desenvolvimento científico da era farmacopornográfica combinado com a própria natureza humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amamentação realizada pelo homem cisgênero já é um dado científico, absorvível pelos corpos dissidentes. Falta apenas uma mudança na cultura para tornar essa realidade possível. Dentro da codificação dos corpos controláveis (femininos) e dos corpos ejaculatórios (masculino) talvez as estruturas de biopoder resistam à possibilidade de unir farmácia e propaganda ideológica na expansão de ideias anti sexistas e de extinção da dominação masculina. A farmácia já criou a possibilidade da amamentação masculina cisgênera, falta apenas o cinema (pilar do biocapitalismo na construção das ideologias) aderir para produzir o desejo e transformar ficção em realidade. Vamos pensar em “Corpos (re)produtivos” como um primeiro frame para a criação de novas subjetividades.

REFERÊNCIAS

Fraser, Nancy. **Contradições entre capital e cuidado**. Tradução: José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, maio - ago. 2020.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 4. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Haraway, Donna; Kunzru, Hari & Tadeu, Tomaz, **Antropologia do ciborgue**: As vertigens do pós-humano, Belo Horizonte, Autêntica, 2009, 2a ed.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Preciado, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições. 2014.

_____. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições. 2018.

VOCÊ VAI FICAR HORROROSA: POÉTICAS EXPLANTADAS DE DISSIDÊNCIA

Comunicação oral e exibição de videoperformance

Roberta C. Gobbi Baccarim
Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO

O que pode um corpo? E o que pode um corpo de uma mulher? Esta apresentação de debate busca costurar a exibição de uma videoperformance da autora com postagens da rede social *Instagram* para pensar não só estas perguntas como o uso das redes sociais para práticas e estéticas de dissidência, como artísticas e de escritura da subjetividade.

Palavras-chave: explante; ativismo; videoperformance.

O corpo, principalmente feminino, performa uma utopia perversa e misógina que é reinvestida contra si. Os espelhos e reflexos desenham um não estar, um não lugar, um ódio e não uma ode ao corpo.

As redes sociais têm servido de palco para importantes manifestações arte-sóciopolíticas e também como um meio de difusão de informação e desinformação. Nesta multiplicidade de discursos e práticas despontam movimentos que, evidenciando o corpo feminino e, por vezes, os seios, problematizam sua censura, exploração, cancelamento e a normalização do seio natural em levantes como #freethenipple, marcha das vadias, meu corpo minhas regras.

Outro exemplo são os perfis que acolhem e informam mulheres em sofrimento pelo uso de próteses de silicone. São páginas alimentadas por mulheres que se submeteram à cirurgia de explante das próteses e que compreendem a importância de compartilhar voluntariamente suas vivências, reflexões e informações sobre o malefício do uso das próteses para sua saúde física e mental. Elas também retomam o debate sobre os padrões de beleza impostos para o consumo feminino e propõem a valorização do corpo naturalmente saudável, onde o exercício da autovalorização se torna uma forma de autocuidado físico e mental.

Nota-se que o campo comunicacional por estas redes é investido de um propósito ético, estético, político e transformador, onde estas mulheres se reinventam e reescrevem em fotos, relatos, tornando-se também agentes acolhedoras de outras mulheres que se identificam com o sofrimento vivenciado individualmente, estabelecendo possíveis redes de apoio.

As redes sociais são hoje quase indissociáveis da expressão artística e é neste terreno que muitas vezes ressoam narrativas capazes de causar certos estremecimentos e ressonâncias contra hegemônicas que, quando denunciadas de processos sociais violentos, são chamadas de ativismo. As produções artísticas integram um importante arcabouço testemunhal e documental, delimitam contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que, potencialmente, transformam realidades e subjetividades. É nesta arena que se inserem as produções de mulheres feministas artistas, enfatizando as interpelações e interrupções no corpo feminino.

Estes corpos explantados, das inúmeras mulheres que se submeteram às salas de cirurgias para o implante de próteses de silicone e que, muitas vezes, após uma trajetória de violências, sofrimento e adoecimento, decidiram livrar-se deste signo mundial de subjetivação, expressam-se também pelas artes. O debate inicia uma reflexão sobre o uso da narrativa pessoal como forma de recontecimento constante da subjetividade destas mulheres brasileiras que vivem em um país de cultura de intervenções cirúrgicas estéticas tão normalizado, incentivado e almejado por grande parte da população.

Esta apresentação-debate pretende, através da obra da autora que ocupa um corpo violado por bistris da estética, e de um recorte de postagens do *Instagram* sobre a temática do explante, complexificar questões importantes no campo do pensamento descolonial feminista como: os padrões de beleza, a autonomia do corpo, as violências médicas no corpo feminino, e também a toxicidade de um material danoso ao organismo.

Acreditamos que o ativismo explantado proporciona nitidez à uma miopia social que encarcera os corpos femininos em utopias quase alcançáveis graças à tecnologia, mas a altos custos, físicos, psicológicos e financeiros. Seu manifesto se dá por um ativismo feminista e pela (re)escritura de si, na medida em que costura relatos autobiográficos com as postagens da rede social *Instagram*. E pela compreensão de que a libertação se faz na prática que perguntamos com Margareth Rago (2013): de que maneira se constroem “artes feministas de existência”?

REFERÊNCIAS

Rago, L. M. **A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Editora Unicamp, 2013.

(DES)CONSTRUÇÕES DOS TEXTOS LEGISLATIVOS PROIBICIONISTAS DA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA

Gustavo José Barbosa Paraiso (autor)

Iran Ferreira de Melo (orientador)
UFRPE

guga.paraiso@gmail.com

RESUMO

O avanço na atualidade dos estudos de gênero e sexualidade busca contribuir com a perspectiva da não-binaridade nas línguas, que persiste com o masculino genérico e reforça a ideologia cisheteronormativa. Diante desse contexto emerge a linguagem não-binária (LNB), rompendo com a lógica da cis-heteronormativa-dicotômica: masculino/feminino, homem/mulher, objetivando possibilitar diminuição das atrocidades reproduzidas no discurso social das pessoas LGBTQIAPN+. Considerando que a linguagem é parte significativa das violências dirigidas a essa população, a LNB surge na contramão das práticas discursivas promovendo a representação das pessoas, isto é, a inclusão fora da binaridade homens e mulheres, e da marcação masculino genérico. Porém enfrentamos no país, uma cruzada que visa proibir tal prática, que é abordada nos resultados obtidos na pesquisa *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*. A metodologia utilizada consiste em bibliografia sobre gênero social e na Análise Crítica do Discurso (ACD). Em seguida foi realizada a coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à linguagem não-binária – projetos de lei federais e estaduais) nos portais que tramitam esses dados. Coletada essas informações, iniciamos à análise desses textos legislativos à luz de uma vertente da ACD. Atualmente, contabilizamos 63 PLs proibindo o uso da LNB. Verificamos então a existência de mitos em torno da linguagem não-binária que estão na base desses projetos de lei. Um dos desafios de nossa pesquisa está na desconstrução desses mitos.

Palavras-chave: Linguagem não-binária; Linguagem inclusiva de gênero; Cis-heteronormatividade; Projetos de lei.

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos, está centrado em coletar e analisar textos legislativos (estaduais e federais), em tramitação no país, de natureza proibitiva quanto ao uso da LNB. Na prática, tais textos são um ingrediente a mais nas violências sobre o existir das pessoas de gênero dissidente.

Certamente não seria uma lei que impediria a mudança linguística, mas, sem dúvida, sinalizaria retrocesso social quando legitimado por representantes de uma política conservadora, ainda vigente no Brasil. Movimentos negacionistas das transformações da linguagem, dessa forma, tornam-se patrocinadores de violências de expressões que ultrapassam ou que rompem com um modelo de sociedade heteronormativa. Diante desse cenário, a motivação para produção dessa pesquisa mais que emergiu, ela clamou por produzir e mensurar informações que possibilitem um caminho inverso dessas violências. Sobretudo que os diversos esforços que estudos nessa temática proporcionam luz a questões que visam esclarecer as problemáticas que cercam esse tema.

Além de todos esses esforços para uma linguagem inclusiva de gênero (LIG) de caráter binário, pois expressa o feminino pela revelação da binaridade de gênero, existem modelos de LIG não binários. Por exemplo, em novembro de 2020, uma escola particular no Rio de Janeiro (RJ) passou a usar a forma 'querides alunes' em vez de 'queridos alunos', como modelo de representação de grupos heterogêneos de estudantes, com a justificativa de que essa mudança passa a incluir múltiplas identidades sob a marcação de gênero pelo morfema {-e}. Cinco anos antes, a antiga e conhecida escola Pedro II, também do Rio de Janeiro, adotou o termo 'alunxs' para se referir a estudantes que não de têm gênero definido. Estes e outros modos, mais até do que as formas da LIG binária, têm suscitado maior reação dos grupos reacionários a essas mudanças e é este exatamente o tema de nosso estudo. Conferimos PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisaremos o seu discurso.

Iremos apresentar os dados sobre a caminhada realizada em nosso estudo, até a apresentação desse trabalho, mostrando os pontos que foram coletados e analisados sob à perspectiva da ACD. Nosso objetivo principal é identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas brasileiros sobre esse uso linguístico. Tendo como objetivos específicos, a verificação, a produção e circulação (quantidade, registros, autoria, data de apresentação, tramitação, apensamento) de textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil. Desvelando a produção de sentido em discursos de textos legislativos (projetos de lei federais e

estaduais) proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem. E devemos ainda perceber, em discursos de textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país.

MÉTODO

O procedimento metodológico adotado consistiu em selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (MISKOLCI, 2014, 2015; OLIVEIRA, 2019) Análise Crítica do Discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2003) e Linguagem não-binária (BREVILHERI, LANZA e SARTORELLI, 2022). Inicialmente, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico, nos apropriando dos conceitos e definições para então realizarmos a coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à linguagem não-binária – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Tendo já finalizada essa etapa de coleta das informações referentes à produção e circulação dos dados obtidos, iniciamos a análise do texto destes projetos à luz de uma vertente da ACD. Dentro dos pressupostos que à ACD apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade. Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Através da indexicalidade, é possível desvendar as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, verificamos que tramitam na Câmara Federal e nas assembleias legislativas estaduais, 63 projetos de lei com propostas proibicionistas. Desse total, 15 projetos de lei na Câmara Federal e 48 projetos nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal. Nessa etapa, que foi justamente a captação e mensuração de dados que desvelam esse cenário, podemos apontar alguns resultados obtidos.

O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2014 pelo deputado federal do estado da Bahia Erivelton Santana (Partido Social Cristão/PSC). Já o projeto mais

recente começou a tramitar em 13 de fevereiro deste ano na Assembleia Legislativa do Amazonas, sob autoria da deputada Débora Menezes (Partido Liberal/PL).

O ano de 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia de Covid-19 e estava sob o governo de Jair Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, 09 federais e 24 estaduais.

Verificamos que o estado do Rio de Janeiro é o que apresenta a maior quantidade de projetos, oito (08), no total. Seguido pelo Distrito Federal, com sete (07) projetos apresentados.

Os estados do Pará, Amapá e Tocantins são os únicos que não têm PL representado por parlamentares.

Um ponto para destacarmos, é que todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.

Em seu texto, os PLs apresentados, predominantemente, impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Iniciamos agora outra etapa da pesquisa, onde faremos uma análise do discurso desses projetos, com o objetivo de identificar como a linguagem não-binária é representada, ou seja, que conceito recebe nesses documentos e ao que ela está associada, já que é objeto de propostas de proibição sob o argumento de descaracterizar a língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa ainda está em curso, apresentaremos considerações parciais. Podemos afirmar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos, a promoção da norma culta do português brasileiro, o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil, o não descumprimento de acordo ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009, o direito de estudantes ao aprendizado da língua e a proteção à família.

Sabemos que esses argumentos funcionam como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados.

Iremos continuar a análise, com o intuito de colocarmos luz sobre essa temática, sobretudo, não somente para a inclusão de mais pessoas no discurso, e



sim colaborarmos de forma metodológica/científica demonstrando como a LNB é primordial para existência de uma coletividade ampla, além de demonstrarmos que os argumentos dos discursos contrários não corroboram com a realidade.

REFERÊNCIAS

BREVILHERI, Úrsula B. L.; LANZA, Fábio; SARTORELLI, May R. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n.11, p. 01-14. 2022.

BUTLER, Judith Butler. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023 [1990]. (Coleção Sujeito e História)
FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). p. 21-35.

_____. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

OLIVEIRA, João M. de. **O que quer o queer?** Podcast Larvas Incendiadas. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

**TRAJETÓRIAS DE JOVENS MULHERES LBT:
MEMÓRIAS DE (DES)ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL,
VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS**

Rute Bueno Caires
UFSCAR/Sor

rutecaires@estudante.ufscar.br

Viviane Melo de Mendonça
UFSCAR/Sor

RESUMO

Trata-se de estudo sobre a condição humana na contemporaneidade. Como temática, as violências sofridas por pessoas atravessadas pelas categorias das desigualdades, em particular, gênero, raça, classe e sexualidades. Construído a partir das memórias de três mulheres (LBT) que têm em suas trajetórias as vivências de processos de institucionalização e desinstitucionalização. Três jovens mulheres negras – uma lésbica, uma transexual e uma bissexual. As entrevistas foram realizadas de acordo com a História Oral. As jovens entrevistadas, além dos atravessamentos de gênero, raça e sexualidades, tiveram seus direitos violados, resultando em medida protetiva garantida na Lei 8.069/90, de acordo com o E.C.A. Constatou-se que muitas opressões relacionadas às perspectivas de gênero, raça, classe e sexualidades, ainda foram impetradas contras as jovens durante seus processos de institucionalização.

Palavras-Chave: Acolhimento Institucional; Mulheres LBTQ+; Interseccionalidade; Juventudes; Condição humana.

INTRODUÇÃO

Apresentamos um recorte da dissertação defendida em fevereiro de 2023 por nós, autora e orientadora. A totalidade do que foi estudado corrobora com a perspectiva das lutas cotidianamente travadas por pessoas atravessadas pelas categorias de gênero e sexualidades, no entanto, o que trazemos aqui, é uma parte significativa do que foi encontrado na pesquisa, a saber: as violências no seio familiar, e que resultaram na institucionalização; ingresso ao mundo do trabalho, violências institucionais e; construção de perspectivas futuras sem a instituição.

De maneira sintética, é possível afirmar que o acolhimento institucional é uma das políticas de Estado centrais para a garantia dos direitos humanos, sobretudo voltados às crianças e jovens, uma vez que o serviço ofertado por estas instituições visa não apenas garantir o direito constitucional do que convencionamos chamar de lar, escola, saúde e cultura, mas o cuidado, o afeto e os valores básicos que, na totalidade dos casos, são construídos pelos ditos “valores familiares”. É importante destacar que há uma enorme diversidade de situações em que é, de fato, necessária e imperativa a intervenção do Estado na vida de crianças e jovens, inclusive retirando-as do convívio familiar e abrigando-as nestas instituições. Por mais cruel que possa parecer, em muitos casos, a retirada destas crianças e jovens de suas famílias é o que garante sua sobrevivência.

Por ser assim, cabe reafirmar a importância destas políticas e destas instituições que transformam as leis em realidade. Então, torna-se vital a existência destas políticas públicas e, por conseguinte, destas instituições de acolhimento para a consolidação de um Estado justo e menos desigual.

Apesar do exposto, cabem olhares aprofundados sobre a realidade dos serviços prestados por estas instituições e que tomam como base não sua realização formal e burocrática, não o cumprimento normativo da aplicabilidade financeira e os modelos de contratação/convênios entre estas instituições e os órgãos públicos, mas se, aos olhos dos sujeitos que vivenciaram a institucionalização, as garantias legais se configuram no cotidiano dos abrigos. Por fim, como as categorias das desigualdades sociais, tais como gênero, raça e sexualidades, acentuam ou atenuam todos estes processos?

As violências de gênero e sexualidades construídas social e culturalmente, em alguma medida, também são reproduzidas em contextos institucionais. Alguns profissionais que compõem equipes da chamada rede de apoio voltado para crianças e jovens acolhidas institucionalmente, grupo que, em sua maioria, é composto por psicólogas (os), assistentes sociais e pessoas que ocupam a função de cuidadoras¹,

¹ Para ocupar a função de cuidadoras, as instituições não exigem das pessoas contratadas nenhuma formação, curso ou comprovação de experiência. Segundo o que foi amplamente trazido pelas entrevistadas, a forte relação entre os abrigos e as agremiações religiosas cristãs justifica a contratação de mulheres ligadas a igrejas, senhoras que sejam mães, cozinheiras e “donas de casa”, a atuarem nessa importante função de cuidadoras.

parecem fazer uso de determinados artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente como mecanismo para distorção do ato de proteger, transformando-os em formas de controle de corpos e sexualidades e desconsiderando a pluralidade de perspectivas sobre tais questões. Assim, “esses monitores acabam usando como modelo de trabalho o pai e a mãe que são, em sua vida particular, com padrões de moral e concepções de educação diferentes entre si” (MARQUES; CZERMAK, 2008, p. 4).

Dimensionando de maneira sintética, realizamos uma busca no banco de teses da (CAPES), com os seguintes descritores: “acolhimento institucional”, “egressa desacolhimento”, “egressa LBTQ” e “egressa LBTQIA+”, este último, não apresentou nenhum resultado. Após a retirada das letras “QIA+” é que a quantidade de 36 publicações foi apresentada pela plataforma.

Com o primeiro descritor, encontramos 27.428 trabalhos publicados entre 2012 e 2022, mas 7.945 compõem a grande área de conhecimento das Ciências Humanas, e 3.011 a grande área das Ciências Sociais Aplicadas. Com o segundo descrito, entre os anos de 1990 e 2022, apesar de o recorte temporal ter aumentado consideravelmente em relação à primeira busca, a quantidade de publicações encontradas diminuiu para 49. Com o terceiro descritor, 36 trabalhos.

Ainda é possível verificar os dados completos da pesquisa em (CAIRES, 2023), onde a autora apresenta mais descritores e dados complementares.

Neste texto, vislumbra-se discutir sobre como jovens mulheres LBT com trajetórias atravessadas pelas categorias das desigualdades sociais, e que vivenciaram processos institucionalização, estão construindo resistências a violência contra seus corpos.

MÉTODO

O desenvolvimento das análises da referida pesquisa esteve fundamentado na perspectiva de que não existe universalização das categorias e nem hierarquização das opressões (LORDE, 2020). Desta forma, reforçou-se a necessidade de pensarmos de forma indissociável as categorias das desigualdades, tais como raça, classe, gênero e sexualidades, como meio de não contribuir para o apagamento de nenhuma delas.

Para tanto, a História Oral foi a abordagem que guiou o desenvolvimento da referida pesquisa, por meio da perspectiva de se desconstruir práticas discursivas hegemônicas. Cabe dizer que, a História Oral é uma abordagem teórico-metodológica que trata do direito à fala das experiências e das narrativas de memórias, visando a produção de registros e documentos construídos de forma dialógica entre pesquisadores e narradores (PORTELLI, 2016).

De acordo com BOSI (2013, p. 49) “muito mais que qualquer fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas”,

essa sistematização deve ocorrer por meio das etapas de elaboração da pesquisa, planejamento, entrevistas, transcrição, transcrição e publicação de resultados (que devem ser voltados ao grupo que gerou as entrevistas).

Para tanto, realizei entrevistas com três jovens mulheres LBT, com idades entre 18 e 20 anos. As três vivenciaram o processo de acolhimento institucional e deixaram os abrigos após completarem dezoito anos. Para identificá-las nas entrevistas realizadas e sem expor as pessoas entrevistadas, seguindo as normativas definidas pelo Comitê de Ética, atribui codinomes a cada uma delas, seguindo a ordem em que elas aparecem na dissertação: Gaia, Mar e Raio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando as leis vigentes no Brasil sobre medidas protetivas, ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobretudo “os conselhos de direitos, da assistência social e dos direitos da criança e adolescente que, em fevereiro de 2008, publicaram o documento “Orientações Técnicas Para os Serviços de Acolhimentos para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2008, *in* CAIRES, 2023, p.36).

Consideramos que a existência e funcionamento pleno das instituições de acolhimento, realmente salvam muitas vidas de jovens LBT, portanto, encontramos de acordo com sua existência e funcionamento, mas destacamos uma estrutura funcional capaz de gerar muitas opressões às acolhidas, tanto por falta de estrutura quanto por falta de gestão administrativa e preparo por parte das pessoas contratadas para atuarem no convívio diário das acolhidas.

Concordamos também com a tese de Audre Lorde (2020), quando afirma que “não existe hierarquia entre as opressões”, uma vez que as opressões vivenciadas pelas jovens não se configuraram por uma categoria em exclusão à outra, mas em constantes violências deflagradas por todas e qualquer uma, ou seja, há uma intensificação das opressões motivadas pelo acúmulo delas, corroborando para a precariedade das condições estruturais dessas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das três entrevistas realizadas para o desenvolvimento da referida pesquisa, reforçam a perspectiva da constante violação dos direitos básicos das jovens, apresentando também os mesmos contextos e relações permeadas por diversas violências e negligências. Cabe apontar, mais uma vez, a importância de análise das categorias das desigualdades de modo indissociável, uma vez que as memórias das narradoras resgatam questões referentes às suas sexualidades, gênero e as suas raças, e de como essas categorias se encontram e se sobrepõem em suas vivências.



Por fim, cabe apontar a escassez de publicações que discorrem sobre trajetórias de vidas de jovens mulheres LBT que vivenciaram situação de acolhimento institucional. Sobretudo, analisadas de modo interseccional, apontando para resistência dos corpos contra os ciclos de naturalização das violências. Buscamos evidenciar a dignidade da vida social alcançada pós-institucionalização, ao passo que elas próprias, por intermédio do que lhes foi disponibilizado pelos aparatos estatais, construíram resistências e superação, rompendo com o ciclo de violências a que foram submetidas.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **“ECA”**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 16 jul. 1990. BRASIL].
BRASIL. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes, 2008. Disponível em https://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/Conanda_Orientacoes_Tecnicas.pdf Acesso em: 01 jul. 2022.

CAIRES, Rute Bueno. **Trajetórias DE JOVENS MULHERES LBT: MEMÓRIAS DE (DES)ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS**/ Rute Bueno Caires- 2023. 226 f.

LORDE, A. **Sou sua irmã. Escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MARQUES, C. C.; CZERMAK, R. **O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia**. Psicologia & Sociedade, v. 20, n. 3, 2008, p. 360-366. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/06.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022

PORTELLI, A. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

ST 07

ENSINO DE CIÊNCIAS, GÊNERO E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



COORDENADORES
Benedito Eugenio
Rafael Casaes de Brito

ANÁLISE DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de conclusão do curso de
Especialização em Educação Científica e Cidadania
do Instituto Federal Baiano – Ifbaiano

Lara de Souza Bessa
Orientador: Carlos Alberto Noronha
Instituto Federal Baiano – IFbaiano, Campus Uruçuca

biolarabessa@gmail.com

RESUMO

Os livros didáticos são ferramentas imprescindíveis para o adequado desenvolvimento da consciência crítica do corpo discente. Para isso é importante que o seu conteúdo esteja alinhado às demandas sociais e livres de preconceitos e discriminações. Situar as mulheres como pessoas autônomas e atuantes em linhas de frente das pesquisas é um passo importante para sanar as desigualdades de gênero que ainda imperam em nosso cotidiano. O objetivo do trabalho foi analisar como as mulheres são retratadas nos livros didáticos de ciências das séries finais do Ensino Fundamental. Como conclusão, observase os homens ainda como figuras centrais e as mulheres subrepresentadas, apesar dos avanços observados no livro.

Palavras-chave: Livros didáticos. Mulheres. Ciências. Ensino Fundamental. Gênero.

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos, que são itens muito utilizados para orientar o processo de ensinoaprendizagem, auxiliando o corpo docente na organização e sistematização dos conteúdos que serão ministrados e sendo ponto de apoio que, a depender da instituição de ensino e dos recursos que ela dispõe, torna-se o principal e, às vezes, o único meio de acessar o mundo do conhecimento. Eles auxiliam “na leitura de textos, na realização de exercícios e/ou como fonte de imagens para os estudos escolares, aproveitando fotos, desenhos, mapas e gráficos existentes” (MEGID NETO ; FRACALANZA, 2003).

Alinhar os assuntos dos livros didáticos ao contexto social é um desafio que precisa ser enfrentado para que as mudanças possam acontecer. Se quisermos, por exemplo, visibilizar a atuação social das mulheres enquanto seres dotadas de capacidade intelectual, faz-se importante as posicionar enquanto construtoras de narrativas próprias e potentes. Retratar mulheres nos livros didáticos assumindo papéis de poder é um dos caminhos. Ou seja, é importante que a história seja contada por outras vozes e “tomar a mulher como sujeito/objeto de estudos - ela que fora ocultada ou marginalizada na produção científica tradicional” (LOURO, 2014; p. 151).

Analisar e investigar os livros didáticos é uma ação importante, pois estas ferramentas possuem textos e apelos visuais que, se forem mal trabalhados, podem continuar reforçando um olhar indigno sobre as mulheres, desfavorecendo o desenvolvimento de caminhos rumo à igualdade de direitos. Os livros didáticos precisam passar por processos de atualização e, no seu conteúdo, abordar questões pertinentes para o saudável desenvolvimento cidadão da juventude. Se queremos mais mulheres ocupando cargos de poder, por exemplo, é importante que os livros didáticos as retratem nesses locais. Por isso a importância de “estudos que resgatam a presença feminina na História, nas Letras ou nas Ciências, bem como estudos que denunciam (e explicam) o processo de silenciamento a que as mulheres foram submetidas” (LOURO, 2014. p.148).

O objetivo geral do trabalho é investigar os livros didáticos de Ciências das Séries Finais do Ensino Fundamental adotados pela Rede Municipal de Educação de Salvador, a fim de verificar como os estereótipos de gênero estão sendo reforçados e como são reforçado através da análise das ilustrações e imagens. Como objetivos específicos, temos: quantificar o número de mulheres cientistas/artistas/atletas/ativistas que são citadas nos livros em relação aos homens; analisar como as imagens presentes nos livros didáticos reforçam os estereótipos de gênero e se há algum avanço sobre a representação das mulheres nas imagens e ilustrações.

METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi documental/bibliográfica, onde analisei e investiguei as imagens e ilustrações contidas nos livros didáticos de ciências das séries finais do Ensino Fundamental adotados pela Escola Municipal Jardim Santo Inácio, localizada no bairro Jardim Santo Inácio, em Salvador – BA.

O Jardim Santo Inácio é um bairro periférico de Salvador-BA, que fica situado no antigo Quilombo do Cabula e é composto, em sua maior parte, por moradoras e moradores negros. A região foi escolhida para realizar o estudo por ser o bairro onde resido, o que facilitou o acesso à escola e aos livros utilizados por ela.

Os quatro livros pesquisados fazem parte das coleções adotadas pela Secretaria de Educação do município de Salvador e são válidos até o ano de 2023. Eles são de duas editoras: FTD, com autoria de Leandro Godoy, para o sexto e sétimo anos e a coleção Télaris da Ática, com autoria de Fernando Gewandsznajder e Helena Pacca, para o oitavo e nono anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De modo geral, as mulheres ainda são retratadas com invisibilidade nos livros didáticos analisados. Há poucas citações de mulheres cientistas, pesquisadoras, artistas e/ou atletas. Em contrapartida, em quase todos os conteúdos há imagens e citações de homens relevantes para a ciência ou em outras áreas do conhecimento e da sociedade.

No gráfico a seguir podemos verificar, quantitativamente, a citação de mulheres em relação aos homens.

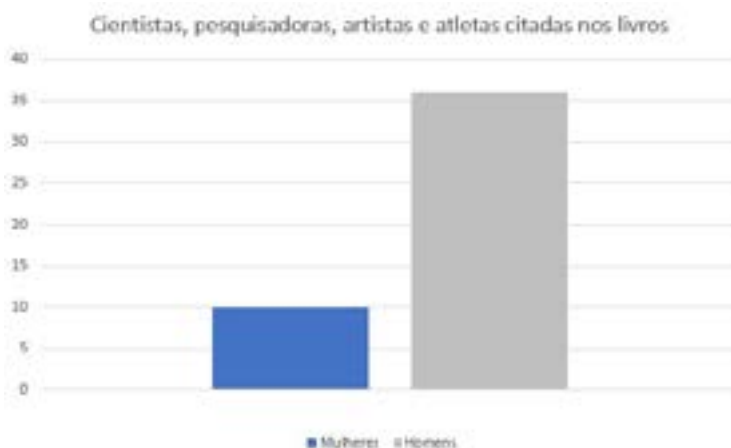


FIGURA 1

Em relação a como as mulheres/meninas são retratadas nas ilustrações e imagens dos livros, dividi da seguinte forma: exercendo funções do cuidado (médicas, enfermeiras, babás), exercendo atividades domésticas, praticando esportes e em atividades do campo (agricultura e pecuária)



FIGURA 2

Observa-se o cuidado ainda sendo retratado como uma atribuição intrinsecamente feminina, como se fosse algo nato e peculiar do ser mulher. “No senso moral construído na sociabilidade burguesa, as atividades que derivam do ato de cuidar tendem a ser atribuídas às mulheres e naturalizadas de forma a aparecerem como exclusivas e constitutivas da condição feminina” (GUEDES E DAROS, 2009). Desde a tenra infância as meninas são sociabilizadas nos atos do cuidar, principalmente através das brincadeiras com bonecas e casinhas, o que são desencorajadas e até punidas entre meninos – entre outros motivos, por receio da homossexualidade (CARVALHO et al, 2008).

Nas ilustrações que retratam profissionais da área da saúde, a maioria são mulheres, como exemplificado a seguir. Para Delcor e cols. (2004, APUD CARVALHO et al, 2008), a docência, assim como a enfermagem, foi considerada “atividade própria das mulheres por envolver o cuidado dos outros”.

Diante de tudo o que foi exposto, devemos também falar sobre os avanços que, mesmo tímidos, precisam ser colocados em evidência. Para começar, mesmo em menor quantidade, algumas mulheres das ciências e/ou ativistas passaram a ganhar lugares cativos nos livros como Marie Curei, que descobriu o Polônio e Prêmio Nobel de Química; Malala Yousafzai, ativista paquistanesa que luta pela educação das meninas e Jane Godall, pesquisadora que estuda o comportamento dos chimpanzés.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam que a invisibilização das mulheres nas ciências e em outras áreas persiste. A sociedade vista através dos livros cede pouco espaço para que as mulheres se mostrem, sejam mostradas e notadas. Quando são retratadas ocupam, quase sempre, o local do cuidado (maternando as crianças, como profissionais da saúde ou professoras), como se fosse algo intrínseco e indissociável de suas naturezas. Podemos, então, “dizer que homens e mulheres são produzidos por uma complexa tecnologia de gênero – uma cadeia de produção do conhecimento sobre si generificado”(PINAFI et al, 2011). Logo, o trabalho em questão atingiu o objetivo traçado, no que diz respeito a identificar como os estereótipos continuam sendo reforçados.

Sobre os avanços, foi observado a presença de citações (através de ilustrações, imagens e textos) de mulheres cientistas/artistas/atletas/ativistas nos livros, o que é de grande relevância para que o corpo discente tenha contato com essas mulheres, nem que seja minimamente. Neste momento cabe ao professor e à professora intensificar a atenção para o conteúdo relacionado a essas mulheres, dando ênfase sobre os seus feitos, levantando o questionamento sobre a pouca presença de mulheres nos livros didáticos e problematizando os estereótipos de gênero contidos nas ilustrações.

A partir deste estudo podemos repensar a forma como os livros didáticos são usados em sala de aula, dando mais importância para a leitura de imagens, fomentando assim, o letramento visual. As imagens possuem um poder impactante para o cérebro e a juventude se conecta com este tipo de linguagem, basta ver a quantidade de pessoas inscritas no Instagram (a maior rede social de imagens). Logo, ter um olhar crítico e cirúrgico para o que é ilustrado nos livros e levar isso para a discussão em sala de aula pode ser algo transformador e viabilizador de novas formas de enxergar o mundo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. M. A.; CAVALCANTI, V.R.S.; ALMEIDA, M.A.; BASTOS, A.C.S; **Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?** Disponível em: SciELO - Brasil - Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? Acesso em 15/06/2023

GUEDES, O. L.; DAROS, M. A. **O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético.** Disponível em: Microsoft Word - V12 n1 Olegna-ok.doc (semanticscholar.org). Acesso em 23/03/2023.

LOURO, LOPES GUACIRA. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



MEGIDNETO, JORGE; FRACALANZA, HILÁRIO. **O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES.**

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/FYMYg5q4Wj77P8srQ795H5B/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 26/04/2022

PIFANI, T.; TOLEDO, L.; SANTOS, C.; PERES, W. **Tecnologias de Gênero e as**

Lógicas de Aprisionamento. Disponível em: v05n06art11_pinafietal-libre.pdf

(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em 27/04/2023.

**O MUNDO PRECISA DE CIÊNCIA E A CIÊNCIA
PRECISA DE MULHERES:
EVOLUÇÃO PARA TODOS E O PROTAGONISMO
FEMININO NA CIÊNCIA**

Laysla Bomfim Adam

Luciana Aguilar-Aleixo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

laysla.adam@gmail.com

RESUMO

Ao longo da história da sociedade, as mulheres têm enfrentado uma luta contínua contra os estereótipos de gênero, desigualdades, preconceitos e contra a subestimação que coloca à prova suas habilidades e o seu potencial. Uma batalha que busca por equidade, reconhecimento e representatividade em todos os âmbitos da vida social. Na Ciência, a presença de mulheres tem sido menor que a de homens, e por vezes essas são colocadas em segundo plano e acabam por não receber os devidos créditos por suas contribuições. Diante da falta de visibilidade do papel da mulher na Ciência, este trabalho apresenta a contribuição do Programa de Extensão “Evolução Para Todos” na divulgação de mulheres notáveis na Ciência, promovendo o seu reconhecimento no meio científico.

Palavras-chave: mulheres na ciência; divulgação científica; extensão universitária

INTRODUÇÃO

“O mundo precisa da Ciência e a Ciência precisa de mulheres”, essa é uma daquelas frases que apesar de não ter uma creditação específica, possui um propósito bem específico e universal: ressaltar o protagonismo feminino na Ciência e na sociedade.

Ao longo dos anos, as mulheres vêm enfrentando diversos desafios no âmbito social, resultado de uma série de fatores como: estereótipos de gênero, assédio, preconceitos, discriminação e desigualdade. A luta por mais espaço e reconhecimento é marcada por desafios históricos que têm como objetivo a busca por equidade, respeito, oportunidades, saúde e direitos quanto ao próprio corpo e principalmente a desconstrução dos estereótipos estabelecidos por uma sociedade machista e patriarcal.

Na Ciência, os obstáculos enfrentados pelas mulheres são multifacetados e complexos, e frequentemente levam à subestimação de suas habilidades e do seu potencial. Isso é evidenciado pela representação ainda limitada das mulheres na área, onde elas compõem menos de 30% dos pesquisadores em todo o mundo (UNESCO, 2019). A invisibilidade feminina na Ciência, é lamentavelmente um fenômeno presente na sociedade, que suscitou pesquisas encobertas e em seu papel muitas vezes sendo posto à sombra dos seus colegas homens, sem os devidos créditos.

Segundo Silva (2008), essas desigualdades partem de processos históricos e culturais, que submetem as mulheres a viverem à sombra dos homens e a terem suas pesquisas relegadas. Este cenário é fruto da desigualdade que favorece os homens em detrimento às mulheres e que as impede de ocupar espaços sociais, políticos, educacionais e científicos. Santana, Pereira e Silva (2022) discutem como as biografias de mulheres na Ciência podem apresentar estigmas, já que as relações de gênero afetam a maneira como a história de vida de mulheres cientistas é analisada, escrita e interpretada. Apresentam críticas feministas e sugerem a ideia de “Biografias Feministas”, que evidenciem como as relações de gênero, enquanto relações de poder, interferiram nas vivências das cientistas.

Diante do contexto da invisibilidade feminina na Ciência, este trabalho objetiva apresentar a contribuição do Programa de Extensão “Evolução Para Todos” na divulgação do papel de algumas figuras notáveis para a Ciência, a fim de promover a sua participação ativa e o reconhecimento do papel da mulher no meio científico, além de contribuir para a desconstrução da visão androcentrista da Ciência, motivando jovens a superar paradigmas e se dedicar a essa eminente carreira.

MÉTODO

Utilizando as mídias sociais como ferramenta de divulgação, o programa de extensão “Evolução Para Todos” realiza postagens informativas e educativas no

Instagram e produz *podcasts* que são veiculados semanalmente na rádio universitária (UesbFM), abordando os mais diversos temas de forma dinâmica e envolvente, proporcionando aos ouvintes um olhar mais crítico sobre esses temas, sob uma perspectiva biológica e evolutiva. Além da popularização do conhecimento científico por meio das mídias sociais, o programa promove um espaço para discussões enriquecedoras e inclusivas, como mesas-redondas e palestras *online* e presenciais, que levam à reflexão a respeito de questões biológicas, sociais, de gênero, racismo/antirracismo, dentre outros.

Esta pesquisa qualitativa apresenta as produções do programa ao longo do mês de março de 2023, com o intuito de divulgar o trabalho de mulheres expressivas para a Ciência e inspirar os seguidores a valorizar o protagonismo das mulheres e outras minorias no meio acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A equipe do programa de extensão “Evolução Para Todos” é composta por 43 pessoas, sendo 30 mulheres, ou seja, quase 70%, refletindo o protagonismo feminino na equipe. Como o programa visa aproximar o conhecimento biológico à luz da Evolução do cotidiano de seus seguidores, a cada mês são trazidos temas norteadores, geralmente relacionados a uma data comemorativa importante.

Visando extenuar a invisibilidade feminina na Ciência e promover o seu protagonismo, o programa realizou uma série de postagens durante o mês de março, para dar visibilidade a alguns nomes femininos na Ciência. Na figura 1 podemos observar os *layouts* das publicações, a começar pela imagem A, sob título “Março, o mês das mulheres”, que abordou o contexto histórico do Dia Internacional das Mulheres e enfatizou a importância de celebrar as conquistas políticas e sociais, bem como reconhecer o importante papel da mulher na sociedade. Foi dada ênfase à vida e obra de 15 importantes mulheres cientistas. Neste trabalho daremos destaque a cinco delas, cuja história de vida e carreira são exemplo de determinação e superação.

Na imagem 1B uma das cientistas retratadas, foi a química britânica, Rosalind Franklin, uma das pesquisadoras mais brilhantes do século XX e pioneira em técnicas de análise molecular. Diversos autores discutem a relevância dada a Rosalind Franklin na construção do modelo em dupla-hélice do DNA, atribuído a Watson e Crick, com

destaque para o papel relegado às mulheres cientistas na década de 1950, geralmente escanteadas. Franklin morreu precocemente de câncer de mama, não tendo recebido crédito por sua contribuição essencial à elucidação da estrutura da molécula de DNA (SILVA, 2010; KEAN, 2013).

Na figura 1C, ressaltamos a contribuição de Niède Guidon, especialista em Pré-História. Seus estudos contribuíram para a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no Piauí, um território que possui o maior número de sítios arqueológicos das Américas (DUARTE, 2015).

Outra mulher de destaque na Ciência A foi a bióloga marinha e escritora, Rachel Carson (Figura 1D), reconhecida por sua obra “Primavera Silenciosa”, que provocou grandes debates e controvérsias. Sua obra levou à criação da Agência de Proteção Ambiental (EPA) nos Estados Unidos e ao banimento do uso do DDT na agricultura de diversos países. Carson foi pioneira na luta por um mundo mais sustentável (PEREIRA, 2012).

Na figura 1E destaca-se a cientista Bertha Lutz, considerada uma pioneira da ciência brasileira. Embora mulheres fossem proibidas de realizar concursos públicos, com ousadia foi aprovada em primeiro lugar e ingressou como secretária no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ocupar um cargo público no Brasil. Em pouco tempo passou ao cargo de cientista, desenvolvendo pesquisas na área de Botânica e Zoologia. Batalhou pela equidade salarial entre mulheres e homens e pelo direito das trabalhadoras à licença-maternidade (KRAPP; BONFIM, 2021).

Na última semana do mês de maio de 2023, uma das homenageadas foi Bárbara McClintock (Figura 1F). Ela desafiou as tradições da época e se dedicou à Genética Vegetal, tendo concluído o mapa genético do milho. Em 1983 recebeu o prêmio Nobel por sua maior descoberta, os elementos transponíveis (KEAN, 2013; IGNOTOFSKY, 2017).

Além de *posts* e *podcasts* comentando a vida e obra de expressivas cientistas, também foram realizadas indicações de livros, artigos e *sites*. O quadro “Você Sabia?” trouxe curiosidades, como a concessão da “Medalha Darwin” a apenas 4 mulheres, de um total de 133 premiações concedidas, ilustrando o androcentrismo na Ciência. Para ampliar o debate, foi realizada a Palestra “Diversas, mas não dispersas”, que suscitou o debate do papel atribuído a mulheres, LGBTQs e população negra na Ciência, favorecendo a reflexão de jovens estudantes do curso de Ciências Biológicas da UESB, contribuindo para a desconstrução do discurso que reduz e limita a participação feminina na Ciência.

Figura 1: Cards das postagens publicadas pelo programa “Evolução Para Todos” em homenagem a mulheres de destaque na Ciência no mês de março de 2023.



Fonte: @evolu coparatodos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mídias sociais têm sido grandes aliadas na popularização do conhecimento científico, permitindo que a Ciência esteja cada vez mais próxima das pessoas para alcançar um público mais amplo e diversificado. É através da disseminação de informações e debates sobre questões de gênero, racismo/antirracismo, sexualidade, que torna-se possível aumentar a conscientização pública e criar um ambiente propício para mudanças positivas.

Podemos visualizar a importância da extensão universitária nesses debates ao promover uma interação positiva entre a academia e a sociedade. O programa de extensão “Evolução Para Todos” tem demonstrado o seu fiel compromisso de compartilhar conhecimento científico com a comunidade, reconhecendo a importância de uma ciência mais plural e representativa.

REFERÊNCIAS

DUARTE, C. D. S. **A mulher original: produção de sentidos sobre a arqueóloga Niéde Guidon.** Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 242p. 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/949261> Acesso em: 26 jul. 2023.

IGNOTOFSKY, R. **As Cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo.** São Paulo: Blucher. 1ª Ed. 2017. 128p.

KEAN, S. **O polegar do violinista: e outras histórias da genética sobre amor, guerra e genialidade.** Zahar, 1ª Ed. 2013. 337p.

KRAPP, J.; BONFIM, M. **Histórias para inspirar futuras cientistas.** Rio de Janeiro: Edições Livres, 2021. 65 p.

PEREIRA, E. M. Rachel Carson, ciência e coragem. **Revista Ciência Hoje**, v. 50, 2012.

SANTANA, C; PEREIRA, L; SILVA, I. Contribuições para escrita de biografias de mulheres nas ciências a partir das experiências de Keller, Ferry e Goldsmith. **cadernos pagu**, p. e226524, 2022.

SILVA, E. R. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, M. R. As controvérsias a respeito da participação de Rosalind Franklin na construção do modelo da dupla hélice. **Scientiæ Studia**, v. 8, n. 1, p. 69-92, 2010.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11196/12964> Acesso: 25 jul. 2023.

UNESCO. **Women in Science.** 2019. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/topic/women-science>. Acesso em 28 de julho de 2023.

O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUA DESCOLONIZAÇÃO

Ingride da Silva Oliveira
Docente no curso de Ciências Sociais
Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI)
Desenvolvimento Regional

José Miranda Oliveira Júnior
Docente no curso de Ciências Sociais

Milena Azevedo Rodrigues
Docente no curso de Ciências Sociais
Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI)
Desenvolvimento Regional

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

milenacba12@gmail.com

RESUMO

É fundamental discutir como as lutas de pessoas que ao longo de toda história foram e são pormenorizadas desde o processo escravocrata no país. Assim, vale ressaltar que existe uma gama de teóricos que argumentam toda essa trajetória, no entanto passam por um silenciamento racial e um epistemicídio acadêmico, em que suas literaturas não chegam na base escolar. Dessa maneira, faz-se necessário que dentro da Educação brasileira o ensino se descolonize, não somente contando a história de quem fez a opressão, mas também a real história de quem sofreu essa opressão. Neste trabalho, serão abordadas brevemente as contribuições de Lélia Gonzalez, Cida Bento e Frantz Fanon. Através da literatura desses três teóricos, podemos notar a abordagem da subalternização do negro em relação aos brancos e da permanência da dominação europeia na sociedade.

Palavras-chave: Ensino; Relações Etnico-Raciais; Decolonial; Silenciamento.

INTRODUÇÃO

A disciplina intitulada Relações Étnico-raciais presente no fluxograma do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) permite compreender todos os processos tanto biológico quanto sociológico de como se dão os conceitos de cor, raça e etnia. Diante disso, o tema aqui a ser discutido entrelaçará entre as ocorrências e lutas diante de um Brasil diverso, mas que reproduz a discriminação racial culturalmente. É fundamental discutir como as lutas de pessoas que ao longo de toda história foram e são pormenorizadas, desde o processo escravocrata no país. Vale ressaltar que existe uma gama de teóricos que argumentam toda essa trajetória, no entanto passam por um silenciamento racial e um epistemicídio acadêmico, em que suas literaturas não chegam na base escolar, assim faz-se necessário entender que dentro da Educação brasileira o ensino precisa se descolonizar, para não somente contar a história de quem fez a opressão, mas também a real história de quem sofreu essa opressão.

Pretende-se com este trabalho elucidar como o ensino de relações étnico-raciais a todo momento é apagado do currículo, até mesmo na Universidade (em que somente alguns cursos possuem em seus ementários) e no ensino básico, apesar da lei 10.639 tornar obrigatório o ensino da cultura afro brasileira nas escolas, sabe-se que na prática ela não se concretiza. Dessa forma pretende-se apresentar alguns autores que foram usados como referências na Disciplina Relações Étnico-raciais ministrada no curso de Ciências Sociais.

MÉTODO

Utilizou-se do método de análise documental, aulas expositivas de acordo o fluxograma do curso de Ciências Sociais, debate em sala de aula adentrando a literatura brasileira e internacional sobre as relações étnicas, a fim de compreender os conceitos de cor, raça, etnia e suas relações, além de perceber que há no Brasil um pensamento racista histórico-teórico, isso leva a uma desigualdade e racismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através dos debates em sala de aula e das leituras dirigidas, percebe-se que mesmo as pessoas sabendo que reproduzem o racismo, acabam por sistematizar essas práticas e isso se dá desde o processo escravocrata aqui no Brasil. Pode-se perceber que até hoje essa marca faz com que a raça e a cor sejam determinantes para perpetuar a desigualdade social.

Assim, nesse sentido, pode-se demonstrar como a população negra sofre por estigmas que muitas vezes acabam sendo violentos, como exemplo ocupação em cargos trabalhistas que sejam para servir e com menores salários e a repressão policial. Por isso, a educação das Relações Étnico-raciais tem um papel importantíssimo e em 2003 por meio da lei 10.639 passou a ser obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, isso torna um avanço, diante das lutas antirracistas ao longo da história.

Ao analisar as referências utilizadas na disciplina, selecionamos algumas obras: “Pacto da Branquitude” de Cida Bento em que demonstra nas diferentes instituições pessoas que lideram, organizações públicas e sociedade civil, em que fortalece um grupo de iguais (ou seja, formado por pessoas brancas) que exclui os demais que não pertence a sua cor. Esse pacto da branquitude é tratado como mérito: os grupos que não estão, não tem mérito e não estão devidamente preparados, por isso a autora salienta que se deve reverter esse quadro. Já a obra “Lugar de Negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg demonstra toda trajetória da luta de inserção do negro ao longo do século XX, tais como o Movimento Negro, a repressão do golpe de 64, assim como a luta contra o racismo e a discriminação racial. E a obra “Peles negras, máscaras brancas” de Frantz Fanon, o que se trata do capítulo 5 sobre a experiência vivida do negro, em que ele afirma que não há um preto e sim há pretos que por meio de poemas e poesias demonstrou a angústia de que os corpos negros são sempre tentados a passar por um processo de embranquecimento, assim como, as repressões sofridas que ele aborda em outros capítulos da obra ao dizer sobre a polícia.

Ao falar sobre o corpo negro como Frantz Fanon discorre em sua obra em 1952 na França, posteriormente, Gloria Jean Watkins, teórica feminista, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks, volta a debater essa concepção de uma visão estereotipada do corpo negro, dando ênfase principalmente na mulher, hooks (1995) reafirma que

“representações dos corpos de mulheres negras na cultura popular contemporânea raramente criticam ou subvertem imagens de sexualidade da mulher negra que eram parte do aparato cultural racista do século XIX”. Sendo assim, é perceptível como o corpo da mulher negra se encontra num espaço de disseminação da racialização, sendo assim as mulheres negras são entendidas como um “[...] corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor [...]” (EVARISTO, 2020,pág.220), ou seja, ainda permeia no imaginário popular, assim como período escravocrata que os corpos de mulheres negras são apenas corpo-objeto que são usados para suprir as vontades sexuais dos seus “senhores”, portanto a imagem da mulher negra ainda está ligada ao seu passado escravocrata.

Por conseguinte, todo esse movimento negro abordado por Lélia Gonzalez e que ela mesmo participou e contribuiu ativamente, para que a música, a arte, a produção acadêmica, a mulher, o homem fossem reconhecidos enquanto uma visão de que aquilo

que é produzido por negros é válido, tem credibilidade. Além disso, sabe-se que apesar dessas lutas e as poucas conquistas, ainda no século XXI, a mulher negra ou o homem negro se encontra dentro do mercado de trabalho em péssimas condições de trabalho, ou seja, o único objetivo do capital é usufruir da sua força produtiva de trabalho e pagar baixos salários por sua mão de obra. Percebe-se isso, como Silva (2023) discorre “[...] as mulheres da classe trabalhadora são tratadas de modo desigual não apenas pelo gênero, mas também pela sua cor. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras são distintas daquelas enfrentadas por mulheres brancas, por isso é fundamental compreender que a raça apresenta uma forma própria de viver a experiência de classe.” Assim como, Lélia Gonzalez em sua obra afirma que há uma divisão tanto sexual quanto racial do trabalho no Brasil, e nesse sentido, as mulheres negras sentem ainda mais essa pormenorização.

Nesse sentido, as mulheres negras todos os dias sofrem com esse racismo institucional, em que torna difícil de ser combativo como fala Muniz Sodré em sua obra “O fascismo da cor” (GARCIA, 2023). No entanto, cabe ao Estado por meio de leis tentar fazer com que situações racistas sejam combatidas. Ainda esse ano, de acordo o Agência Brasil (Daniel Mello) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um decreto que tem o objetivo de criar o Plano Juventude Negra Viva, visando a diminuição das mazelas sociais de jovens negros de idade entre 15 e 29 anos, sendo criado em seu terceiro mandato o Ministério da Igualdade Racial.

Dessa forma, percebe-se que as pessoas negras não sofrem apenas no seu ambiente de trabalho com discriminação racial, mas também, em seu dia a dia com o grande número de assassinatos e vulnerabilidades sociais. Tal como, pode-se citar aqui a obra “Peles negras, máscaras brancas” em que Fanon aborda como o negro todos os dias passa por um processo de tentativa de branqueamento, bem como, tem seus corpos estereotipados, sendo acusados de ser o que rouba, o que mata, toda uma visão negativa. Essa situação, o grupo de rap brasileiro Racionais MC’s ilustrou em 2002 na música “Negro Drama” no álbum “Nada como um dia após o outro”: “Desde o início por ouro e prata/ Olha quem morre, então veja você quem mata/Recebe o mérito, a farda que pratica o mal/Me ver pobre, preso ou morto já é cultural” (RACIONAIS MC, 2002)

Esse trecho da música é uma fala de um homem negro que através da música coloca como culturalmente a morte, a prisão, a violência do negro é naturalizada e silenciada até mesmo pela Segurança Pública brasileira. Daí percebe-se que a arte evidenciando o sofrimento negro foi fruto de muita luta, tanto que após um ano criou-se a obrigatoriedade do ensino de História Afro-brasileira nas escolas através da Lei 10.639.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se nessas três obras a abordagem de como o negro é sempre colocado em situação subalternizada, em relação aos brancos e como a dominação europeia ainda permeia socialmente, em que Carlos Hasenbalg fala que no Brasil há um mito de uma Democracia Racial. Por fim, é de suma importância a disciplina de Relações Étnicoraciais nas licenciaturas, para os futuros professores ministrarem aulas para que os educandos conheçam a verdadeira história, e os como a história silenciou a comunidade negra, e como essas obras citadas contribuem para um ensino decolonial e interseccional e, principalmente, para que a lei 10.639 seja efetivada dentro dos aparatos devidos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. Companhia das Letras, São Paulo 1ª ed. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. In: Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora- 2 ed.-[recurso eletrônico]. Org: SCHNEIDER, Liane; BARROS MOREIRA, Nadilza Martins.- João Pessoa: Editora do CCTA, 2020

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. tradução de Renato da Silveira. - Salvador : EDUFBA, 2008. p. 194

GARCIA, Amanda. **Racismo no Brasil não é estrutural, é institucional, defende professor**. CNN BRASIL, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/racismo-no-brasil-nao-e-estrutural-e-institucional-defende-professor/>. Acesso em: 06. jun. 2023

GONZALES, L. **Lugar de negro**. Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg – Rio de Janeiro: Marco Zero., v.3, 1982.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 3, n.2, pp.464-478, 1995.

MELLO, Daniel. **Violência policial é expressão do racismo em diversas partes do mundo**: Hoje é o Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial. Agência Brasil, São Paulo, 2 1 mar.2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/violencia-policial-e-expressaodo-racismo-em-diversas-partes-do-mundo>. Acesso em: 06. jun.2023.

RACIONAIS MC, **Negro Drama**. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. Disponível em: <https://youtu.be/tWSr-NDZI4s>. (6 min 53 s)

SILVA, Maryanna. **Inserção e Permanência das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho Baiano**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia. Campinas, São Paulo, 2023.

INCLUSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE SAÚDE: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA

Trabalhos de Conclusão de Curso

Vinícius Nunes Carvalho
Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde

Nília Maria de Brito Lima Prado
Universidade Federal da Bahia

Naila Neves de Jesus
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

viniciusnc.farma@gmail.com

RESUMO

A partir do entendimento da sexualidade e do gênero como determinantes sociais na produção do processo saúde-doença-cuidado, faz-se necessário refletir criticamente sobre a formação dos profissionais de saúde na América Latina sobre essas questões. Nesse sentido, esse trabalho objetivou sistematizar a produção científica acerca da inclusão da temática na formação superior em saúde na América Latina. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura científica sobre habilidades e competências na formação em saúde direcionada às minorias sexuais e de gênero. Dos 10 artigos incluídos, 2 abordam a temática na América Latina e 1 incluiu países do Caribe. Houveram artigos provenientes do México, Chile e Peru (2) Colômbia (1), bem como do Brasil (5). A produção científica acerca do tema na América Latina se encontra escassa, sendo urgente a criação e reformulação de novos programas acadêmicos e capacitação profissional efetiva que considerem as novas demandas das ciências da saúde.

Palavras-chave: Diversidade Sexual e de Gênero; América Latina; Formação em Saúde.

INTRODUÇÃO

A inserção da temática diversidade sexual e de gênero nas matrizes curriculares dos cursos de saúde é imprescindível para a formação de um profissional humanista, capaz de ofertar cuidados integrais concatenados aos direitos sociais e em saúde (Albuquerque, *et al.*, 2013). Em vista da dificuldade de entendimento sobre as dissidências sexuais, bem como as crenças e valores arraigados nesse sistema sexo-gênero cisheteronormativo, grande parte dos profissionais não se sentem preparados para atender esse público, quando se diz respeito à igualdade e equidade nos serviços de saúde. Fatores como atendimento humanizado e não discriminatório, ambiente seguro e consideração sociocultural do usuário no serviço estão totalmente relacionados à formação dos profissionais que irão atuar no mercado de trabalho (Freitas, 2020; Bonvicini; 2017, Fontana, 2019). Essa lacuna na competência cultural presente na formação em saúde pode levar à diminuição da utilização dos serviços por indivíduos LGBTI+ e pode agravar várias disparidades de saúde que existem entre essa população.

Justifica-se a necessidade desse trabalho ante a urgência do entendimento das particularidades da formação curricular em saúde nos países da América Latina para a atenção em saúde aos diferentes gêneros sexuais. Busca-se entender definições, competências e habilidades para atender a esse público, a fim da persistência de minimizar cada vez mais a LGBTfobia prevalente nas práticas dos serviços de saúde.

Sendo assim, este trabalho objetiva sistematizar a produção científica acerca da inclusão da temática diversidade sexual e de gênero na formação superior em saúde, além de caracterizar facilidades e dificuldades em diferentes países da América Latina, bem como a presença de suas discussões.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura científica sobre habilidades e competências na formação em saúde direcionada às minorias sexuais e de gênero na América Latina. O presente estudo seguiu as recomendações da PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), envolvendo etapas de identificação, fichamento, análise e interpretação de resultados de estudos selecionados (Moher *et al.*, 2009) . Com a pergunta norteadora da revisão, priorizou-se identificar: como se caracteriza a produção científica e quais são os desafios apontados para inclusão da temática diversidade sexual e de gênero na formação superior em saúde na América Latina?

Autores/Ano	Título	Inclusão da DSG nos Currículos	Fragilidades na Atuação Profissional	CASP
Knaul, FM. <i>et al.</i> 2022	“A feminização da medicina na América Latina: ‘mais quanto-melhor’ não gerará equidade de gênero nem fortalecerá os sistemas de saúde.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	080
Machin, R., <i>et al.</i> 2022	“Diversidade e diferença: desafios para a formação dos profissionais de saúde.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	090

A pesquisa foi realizada nas bases de dados Periódicos CAPES, Science Direct, Google Acadêmico e na biblioteca virtual em saúde (BVS) e ScieELO (Scientific Electronic Library), em setembro e outubro de 2022. Foram utilizados como descritores os termos: “gender and diversity”, “Latin America”, “health training”, conforme o Medical Subject Headings 2020 (Mesh terms). Adotou-se como critério de inclusão os estudos que abordaram a discussão sobre “diversidade sexual e de gênero” nos currículos de formação em saúde, seus reflexos na atuação profissional, compreendidos na linha temporal de 10 anos (2012-2022). Para a avaliação da qualidade metodológica dos estudos selecionados, foi utilizado o instrumento proposto pelo Critical Appraisal Skills Programme (CASP), empregado na análise crítica de pesquisas qualitativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1. Síntese dos trabalhos identificados.

DSG: Diversidade Sexual e de Gênero.

Elaborado pelos autores, 2022.

Forero, DA. <i>et al.</i> 2022	“Perspectivas e recomendações globais para desenho curricular em programas acadêmicos na área das ciências da saúde.”	Detectada a abordagem	Não detectada a abordagem.	100
Almeida-Filho, N. 2022	“O pensamento político pedagógico de Juan César García: Piaget-Gramsci-Freire e a formação profissional em Saúde na América Latina.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	100
Lopez, M. <i>et al.</i> 2021	“A formação de uma nova geração socialmente responsável de profissionais de saúde com uma visão centrada no paciente.”	Detectada a abordagem	Não detectada a abordagem.	090

Paranhos, WR.; Willerding, IAV; Lapolli, EM. 2021	“Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+”	Detectada a abordagem	Não detectada a abordagem.	100
Mattos-Pimenta, CA. 2020	“Prática Avançada em Enfermagem na Saúde da Mulher: formação em Mestrado Profissional.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	100
Negreiros, FRN. et al. 2019	“Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	100
Cassiani, SHB. et al. 2017	“A Situação da Educação em Enfermagem na América Latina e no Caribe Rumo à Saúde Universal.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	90
Puschel, K. et al. 2014	“Responsabilidade social das faculdades de medicina e formação acadêmica em atenção primária na América Latina: princípios, mas não prática.”	Detectada a abordagem	Detectada a abordagem.	100

De maneira geral, observou-se um predomínio de debates acerca dos desafios para a equidade de gênero feminino no mercado de trabalho formal. Este continua sendo um tópico controverso com muitas perspectivas diferentes, e quando incluído, há pouca

inclusão formal de tópicos de saúde LGBTQ nos currículos, pois exige aprendizado significativo, e requer um discurso pedagógico sensível e específico em torno de valores de cidadania. Ante a fragilidade da produção sobre a temática, Paranhos; Willerding; Lapolli, 2022, buscaram identificar as lacunas e potencialidades existentes no processo de formação dos profissionais de saúde no atendimento de LGBTQI+’s. Sinalizam que a literatura científica carece de informações mais precisas acerca de LGBTQI+, bem como de todas as interseccionalidades existentes na constituição dessas identidades, como geração, raça, etnia, entre outras, além das especificidades dentro do próprio grupo.

Os observatórios relacionados à paridade de gênero vem sendo uma ferramenta importante na coleta de dados em relação à inserção dos profissionais de saúde no setor público e privado, bem como nas instituições de ensino e academias, com o objetivo de um planejamento em saúde claro de desenvolvimento da equidade de gênero (Silveira; Paim; Adrião, 2019).

Dessa forma, torna-se necessária o conhecimento da construção de identidades nacionais desses países, da interação entre os agentes, movimentos sociais e políticos



para a implementação e construção de bases curriculares voltados à temática “Diversidade Sexual e de Gênero” nos currículos de formação de profissionais de saúde de ensino superior, numa perspectiva histórica e contemporânea (Zambrano, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, podemos observar que a produção científica acerca do tema de diversidade sexual e de gênero nos currículos de profissionais de saúde na América Latina encontra-se escassa. Nota-se a necessidade de criação e reformulação de novos programas acadêmicos e capacitação profissional efetiva que considerem a integralidade do cuidado humanizado e efetivo, com garantia da equidade em saúde. Logo, é crucial a discussão das diretrizes curriculares no âmbito político, dando espaço à sociedade civil e organizada, a agentes de capital político, econômico, social a fim de contribuírem para a superação dessa barreira.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. A. et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 37, p. 516–524, 1 set. 2013.
- BONVICINI, K. A. LGBT healthcare disparities: What progress have we made? **Patient Education and Counseling**, v. 100, n. 12, p. 2357–2361, dez. 2017.
- FONTANA, R. T. A INTERCULTURALIDADE NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM. **Revista Contexto & Educação**, v. 34, n. 109, p. 36–51, 30 ago. 2019.
- FREITAS, C. A. MORENO. Política de saúde para a população LGBT: reflexões e aproximações da gênese no estado da Bahia. **repositorio.ufba.br**, 11 ago. 2021.
- MOHER, D. et al. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and meta-analyses: the PRISMA Statement. **BMJ**, v. 339, p. b2535–b2535, 21 jul. 2009.
- PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V.; LAPOLLI, É. M. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.
- SILVEIRA, P. S.; PAIM, J. S.; ADRIÃO, K. G. Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 276–291, 2019.
- ZAMBRANO, C. G.. SEMINÁRIO 5: Diversidade de Gênero e Diversidade Sexuais na América Latina. **Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<https://sites.usp.br/prolam/programacao/seminarios-de-pesquisa/seminario-5-diversidade-de-genero-e-diversidade-sexuais-na-america-latina/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ST 08

LINGUAGEM E GÊNERO SOB PERSPECTIVAS CRÍTICAS



COORDENADORES
Hélvio Frank
Marcio Evaristo Beltrão
Karina Mendes Nunes Viana

“ABRA A SUA MENTE, GAY TAMBÉM É GENTE”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS SENTIDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM MEMES DO PROGRAMA *CASOS DE FAMÍLIA*

Projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso

Lavínia Souza
Discente de Graduação em Letras Espanhol DLA/UESC
lsreis.let@uesc.br

Anderson Lins Professor
assistente B de Língua Portuguesa e Linguística DLA/UESC
alrodrigues@uesc.br

RESUMO

Dentre os gêneros utilizados na comunicação virtual, o meme se destaca pela sua versatilidade e velocidade de transmissão e replicação. Sendo assim, é necessário analisar que arranjos de sentidos são mobilizados para forjar percursos de significação dos objetos gênero e sexualidade nesse gênero de ampla circulação social, levando em consideração aspectos ideológicos, políticos e sociológicos. Por ser um gênero textual que perpassa por diversos públicos, é necessário que estudos como esse sejam realizados, objetivando que futuros usuários possam enxergar as potencialidades de replicação de discursos sobre gênero e sexualidade que forjam os memes da internet. Destarte, o referido trabalho objetiva realizar uma análise discursiva dos sentidos de gênero e sexualidade que constituem memes que circulam na internet no contexto da (re)produção e desconstrução de discursos preconceituosos e estereotipantes em relação a esses objetos, levando em consideração o funcionamento do gênero “meme” e(m) sua ligação com o processo de significação dos sentidos de gênero e sexualidade, à luz da perspectiva materialista do discurso. Com esse fim, será realizada uma pesquisa discursiva para investigar possíveis atravessamentos de sentidos em um corpus de memes que contemplar a temática de gênero e sexualidade do programa de TV “*Casos de Família*”. As conclusões preliminares apontam o humor presente nos memes como uma ferramenta facilitadora para difusão de discursos sociopolíticos, como também a complexidade das narrativas de gênero e sexualidade presentes nos discursos que percorrem as redes sociais.

Palavras-chave: Meme; Redes Sociais; Análise do Discurso; Gênero e sexualidade.

INTRODUÇÃO

As chamadas “redes sociais” não são apenas provenientes da popularização da Internet.

De acordo com Recuero (2009), uma rede social “é uma metáfora para se observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os integrantes deste”. Pode-se dizer, então, que estes grupos sociais não necessitam da Internet para existir, mas a partir dela interagem, se comunicam, de uma maneira mais ampla, com um número maior de possibilidades. Dentro e fora das redes, os memes são um fenômeno da comunicação que se estende à oralidade, eles se popularizam principalmente pelas suas características facilitadoras, como o uso de imagens, textos curtos, intertextualidade e ironia. Partindo do conceito que define o meme como um replicador ainda mais eficaz que os genes, entende-se que para um meme obter sucesso, como todo replicador, requer 3 características indispensáveis. A fecundidade, que está relacionada à transmissão segura das informações de geração em geração; a longevidade, que essas informações tenham uma vida longa e fidelidade, que garantiria que as replicações fossem fiéis as originais, porém diferente dos genes, os memes se misturam e se modificam (Dawkins, 1976). Ao analisar a influência da categoria de rede social, é notória a circulação de discursos que (re)produzem sentidos diversos dos objetos gênero e sexualidade. Para compreender de maneira ampla a funcionalidade desses discursos, propomos uma análise discursiva, AD de perspectiva materialista, utilizando como arcabouço teórico os estudos realizados por E. Orlandi (2005) e M. Pêcheux (1988; 2011), a fim de evidenciar o contexto cultural, histórico e sociopolítico em que os memes estão inseridos, buscando compreender melhor seu impacto na construção discursiva. A AD atua com intuito de evidenciar os sentidos existentes na materialidade, funcionamento, historicidade dos discursos, ao averiguar e apresentar a existência de atravessamentos políticos, simbólicos e ideológicos. (Pêcheux, 1988). Pode-se também afirmar que “a AD é a ciência que explica de que maneira, através de quais artifícios, um texto produz sentido”. (Orlandi, 2005, p. 23). Mesmo diante de estudos já realizados sobre os memes e suas funcionalidades discursivas, ainda não há uma constatação que aponte definitivamente quais são os efeitos dessa propagação, quais os motivadores de humor que independem do ponto inicial ser ou não de caráter humorístico. De acordo com Chagas (2020, p. 14), “Trata-se de um conceito errante, que se aplica a um conjunto de práticas e fenômenos sociais absolutamente relevantes”. Ao considerar o fato de que gêneros de caráter humorístico, não só produzem efeitos de humor, como também funcionam como veículo transmissor de mensagens que abordam questões sociais de suma importância, dentre elas as questões de gênero

e sexualidade, é necessário compreender esses discursos sob a justificativa de que eles contribuem para a formação de pensamentos e ideias que tendem a reforçar e reproduzir estereótipos que permeiam o preconceito, ódio e discriminação relacionados à gênero e sexualidade. Sabe-se que desde o início dos anos 1980, os termos heterossexualidade e homossexualidade foram historicamente significados para dominar, avaliar e organizar socialmente o sexo e seus prazeres (Katz, 2007). A ideia de “construção do gênero” sugere certo determinismo de significados do gênero, inseridos em corpos entendidos como passivos de uma lei cultural, quando essa cultura é definida nos termos dessa lei, compreende-se que o gênero tem o destino atrelado à biologia, nesse caso a própria cultura se torna o destino. (Butler, 1990). A presente pesquisa busca, portanto, reconhecer o meme como um mecanismo de comunicação que produz um impacto considerável nas representações de gênero e sexualidade motivada pela importância em entender os processos culturais contemporâneos e interrogar a nossa formação social pautada na igualdade, respeito e diversidade.

MÉTODO

A metodologia adotada para a realização da investigação é de caráter discursivo. Inicialmente foram delimitadas três redes sociais para a construção do corpus: *Instagram*, *Youtube* e *Twitter*. Em seguida, cinco memes foram selecionados delimitados pelos seguintes requisitos: memes de programas de TV/ memes do programa de TV “Casos de família” / memes feitos a partir de recortes de episódios com temas relacionados a gênero e sexualidade. Posteriormente será feita a exibição do corpus acompanhado de uma análise de leitura simples preliminar determinada pelo que se vê, acompanhada de uma análise discursiva detalhada capaz de averiguar as condições de produção e replicação, significados atribuídos e a presença de discursos políticos e ideológicos, partindo do viés materialista do discurso. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, a metodologia ainda vem sendo organizada. O que foi realizado, até então, se basta na seleção dos memes para montagem do arquivo de análise, onde ambos foram selecionados mediante o tema e a parte preliminar da análise de um dos elementos do arquivo. O arquivo é formado por *frames* capturados de diferentes episódios do programa televisivo “*Casos de Família*”, que aborda temas polêmicos como machismo, gênero, sexualidade, padrões de estética e violência. O formato de auditório do programa expõe os personagens dos debates a opiniões e intervenções da plateia e corpo técnico, resultando em situações inusitadas que, em muito, têm sido utilizados como “material de composição” dos memes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido ao caráter inicial da pesquisa, apresentaremos somente os primeiros gestos da análise de um dos memes que compõem o *corpus*. Com intuito de situar o material selecionado, é necessário destacar que se trata de um recorte de imagem feito a partir de um episódio do programa *Casos de Família* no qual os participantes são homens que se reconhecem como heterossexuais que se relacionam sexualmente com outros homens, em confronto com familiares e amigos que argumentam que, qualquer homem que se relacione com outro homem, é classificado como gay. Em uma das entrevistas, um dos participantes verbalizou: “não sou gay, só fico com homens porque é deselegante rejeitar um convite”. Esse enunciado constitui a sequência discursiva (SD) objeto de nosso gesto analítico.



Reprodução via: Instagram @obrasilquedeucerto

Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CtJtI5ROMkH/?igshid=MzRIODBiNWFIZA%3D%3D&__coig_restricted=1.

Acesso em: 11 de julho de 2023.

Ao analisar a SD: “não sou gay, só fico com homens porque é deselegante rejeitar um convite” no batimento com o frame do sujeito que verbalizou tal enunciado, destacamos o processo de significação da construção identitária em que se atravessam sentidos de gênero e sexualidade. O enunciado enseja que o falante não se identifica como gay, se apoiando na concepção binária de sexualidade, sendo gay uma categoria

separada. No entanto, ao afirmar que “só fica com homens”, ele assume que mantém relações com pessoas do mesmo gênero, o que pode ser lido como uma forma de vivenciar a homossexualidade, independentemente de como ele se autodefine. Para dar consequência a esse gesto inicial de análise, sistematizamos em dois momentos as condições de emergência desse enunciado e os seus efeitos de sentidos: 1. Estereótipos de gênero e sexualidade – A afirmação é um efeito dessa matriz estereotipada de sentidos, se considerarmos a ideia de que, aceitar um convite de outro homem, seria mais problemático do que recusar o convite de uma mulher, o que reforça preconceitos sobre a população LGBTQIA+. 2. Heteronormatividade hegemônica – Essa simbolização que constitui o enunciado em análise parte da ideia de que relacionamentos românticos ou sexuais “normais” e aceitos são aqueles vividos por pessoas de sexos diferentes. Analisamos a configuração desses sentidos na SD, pois, nela, é dito, em um primeiro período: “não sou gay”, reforçando os relacionamentos heterossexuais como socialmente aceitos. O enunciado também evidencia uma negociação da identidade, onde o falante tenta equilibrar suas ações com as expectativas sociais, buscando justificar suas escolhas e tentando preservar outros processos de identificação de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, as considerações iniciais da pesquisa compreendem que o signo *gay* se repete em todos os enunciados, ensejando um percurso de simbolização que tensiona diferentes processos de significação constituídos no entremeio de exaltação e de depreciação de uma dada subjetividade gay, o que evidencia como os memes podem tanto reforçar e reproduzir, quanto desconstruir percursos de significação estereotipantes.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora afiliada, 2016.

CHAGAS, V. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n.95, p. (1-22), 2021.

CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Tradução de Débora Massmann, Maria Onice Payer, José Horta Nunes, Freda Indursky, Eduardo Alves Rodrigues, Mónica Graciela Zoppi-Fontana, Tatiane Freire de Moura, Ana Cláudia Fernandes Ferreira, Greciely Cristina da Costa, Heloisa Monteiro Rosário, Eni Puccinelli Orlandi, Gabriel Leopoldino dos Santos, Luiza Katia A. Castello Branco, Mariza Vieira da Silva, Marcos Aurélio Barbai, Lauro José Siqueira Baldini, Cristiane Dias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 336p.



DAWKINS, R. **O gene egoísta**. Reino Unido: Companhia das letras, 1976.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

ORLANDI, E., P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP. Pontes, 2da edição. 2005.

ORLANDI, E., P. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. 2º Edição. Campinas, SP: Editora Pontes, 2011.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009.

INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA PRAXIOLÓGICA DE COLABORAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DE LÍNGUAS

Pesquisa de doutorado em andamento

Camila dos Passos Araujo Capparelli
Universidade Federal de Goiás – UFG

camila.capparelli@hotmail.com

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar os desdobramentos de um curso de formação docente que buscou promover a discussão e a produção de praxiologias sobre interseccionalidades de gênero na contemporaneidade. O curso foi ofertado na modalidade virtual e teve como público alvo professoras/es de línguas (português e inglês). O material empírico da pesquisa foi constituído das interações orais do curso e de um diário de pesquisa. A metodologia mobilizada foi a qualitativa de cunho interpretativista e crítico (Carspecken, 2011; Denzin, 2018). O objetivo aqui é discutir os repertórios de (re)existência que emergiram desse contexto situado de formação de professoras/es de línguas, com vistas a apontar possibilidades mais politizadas de atu(ação) docente. As praxiologias acadêmicas que orientam a problematizações se inserem no vasto campo inter/transdisciplinar da Linguística Aplicada Crítica (Moita Lopes, 2006) e nos estudos interseccionais de gênero (Crenshaw, 2002; Collins, 2019; Collins; Bilge, 2021; Gonzalez, 2020). As discussões, ainda parciais, mostram que a perspectiva interseccional de gênero representa uma possibilidade de engendrar práticas problematizadoras no contexto de formação docente, com o intuito de criar enfrentamentos aos enquadres sociais.

Palavras-chave: Formação docente; Interseccionalidade; Colaboração.

INTRODUÇÃO

Considerando que a Linguística Aplicada se constitui como uma área inter/transdisciplinar com abertura à problematização de discursos que causam injustiças sociais (Moita Lopes, 2006), sinalizar a premência de uma formação crítica de professoras/es tem sido uma tarefa perscrutada por muitas/os pesquisadoras/es em seus respectivos contextos de atuação docente (Meotti, 2020; Silvestre, 2017; Urzêda-Freitas, 2018). Essas/es pesquisadoras/es concordam que formar professoras/es de línguas é formá-las para problematizar as desigualdades sociais que prevalecem em várias esferas da vida social (Pessoa, 2019), uma vez que a língua(gem), vista sob uma ótica crítica e performativa (Butler, 2017), opera tanto para construir como para desconstruir discursos que segregam certos grupos e corpos.

Essa necessidade de desconstrução influenciou a escolha do tema da minha pesquisa de mestrado, em que problematizei uma experiência voltada para a discussão de temas de gênero e sexualidade em um contexto de formação. Tal experiência ratificou a importância da colaboração na formação docente, sobretudo quando se trata de buscar desenvolver, em parceria com as professoras/es licenciandas/es, visões menos essencialistas e generalizantes acerca das identidades de gênero e sexualidade (Capparelli, 2020). Desde então, a leitura de outros textos críticos na área da formação de professoras/es e o contato mais estreito com o feminismo negro têm me encorajado a ampliar a pesquisa realizada durante o mestrado, dessa vez propondo a investigação de uma experiência mais abrangente, que possa alcançar professoras/es em exercício, fomentar a produção colaborativa de materiais didáticos e, principalmente, analisar as opressões sob a ferramenta praxiológica da *interseccionalidade* (Collins, 2019).

Não se trata de negar a importância da estrutura linguística nas investidas pedagógicas, mas de considerar os contextos e os corpos que subjazem a essa estrutura (Bastos *et al*, 2021). Nesse sentido, uma formação crítica de professoras/es de línguas consiste em promover a construção colaborativa de repertórios sociodiscursivos que possibilitem a compreensão de como as desigualdades se constroem social e discursivamente. A re/construção dos repertórios se respalda na visão da “língua como prática social e das práticas de linguagem como performances linguístico-identitárias” (Urzêda-Freitas, 2018, p. 27). Tais compreensões subsidiam o estranhamento de práticas discursivas incumbidas de cercear e homogeneizar certas performances identitárias (Butler, 2017).

Segundo Butler (2017, p. 43), em nossa sociedade, os parâmetros responsáveis por legitimar as performances identitárias estão alocados no discurso da *inteligibilidade cultural do gênero*, segundo o qual os corpos em conformidade “são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerências e continuidades entre

sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Essa visão se apoia em regimes de verdade sedimentados pela repetição exaurida de atos (de fala e corpóreos) que buscam inculcar a percepção de que as identidades de gênero e sexualidade devem ser informadas exclusivamente pelo artefato biológico. Logo, incitar a desconstrução dos processos discursivos que reforçam a *inteligibilidade cultural do gênero*, em espaços de formação docente, é uma tentativa de combater as violências e injustiças que atingem pessoas que não se sentem representadas por parâmetros identitários excludentes.

Contudo, tenho aprendido com feministas negras que o enfrentamento ao discurso da matriz *inteligível* precisa ser amparado por uma perspectiva interseccional, visto que as marcações de gênero e sexualidade são atravessadas por outras opressões, tais como de raça e de classe (Crenshaw, 2002; Collins, 2019; Collins; Bilge, 2021; Gonzalez, 2020). Conforme Gonzalez (2020), o racismo e o sexismo partem de *diferenças biológicas* para se estabelecerem como ideologias de dominação. E a intersecção entre essas supostas diferenças “torna as mulheres [negras e indígenas] mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (Gonzalez, 2020, p. 145). Portanto, para combater as opressões que constituem a *inteligibilidade cultural de gênero* (Butler, 2017), rumo à um sentido de justiça social, é preciso entender a articulação sistemática das marcações identitárias.

Diante dessas breves considerações, esta proposta de pesquisa intenciona analisar os desdobramentos de um curso que buscou promover a *discussão* e a *produção* de praxiologias sobre interseccionalidades de gênero, em um contexto de formação de professoras de línguas. Como objetivo, busco problematizar os repertórios de (re) existência sobre as interseccionalidades de gênero que emergiram de um contexto situado de formação de professoras/es de línguas, a fim de vislumbrar possibilidades mais politizadas de atu(ação) docente.

MÉTODO

Conforme explica Phil F. Carspecken (2011), a incorporação da concepção de crítica na pesquisa qualitativa tem origem nos trabalhos de Paulo Freire (2000). Seguindo essa concepção, a pesquisa e a pedagogia são pensadas de maneira combinada para que a geração de conhecimento, a conscientização e a mobilização por mudança social possam se interseccionar. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa crítica procura compreender a si mesma como uma praxiologia contextualizada que trabalha com pessoas no intuito de conscientizar criticamente, em vez de meramente descrever nuances de uma realidade social (Carspecken, 2011).

Sendo assim, a metodologia mobilizada nesta pesquisa considera as/os participantes da pesquisa na construção de conhecimento, uma vez que entende ser

inadequado construir praxiologias sem considerar as vozes de quem vive as práticas sociais que queremos estudar (Moita Lopes, 2006). Nesse sentido, professoras/es e pesquisadora constroem a pesquisa (Pessoa; Silvestre, 2023). Ao gerar conhecimento sobre as possibilidades de atuação docente, a pesquisadora e as/os participantes estão, ao mesmo tempo, se formando, se (de)construindo, se educando (Capparelli, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante muito tempo, ao ignorar as intersecções entre gênero e outras marcações identitárias, o feminismo hegemônico serviu aos interesses específicos da mulher branca de classe média (Collins, 2019). Essa visão genérica e excludente culminou na supressão das demandas de mulheres não brancas, uma vez que demarcava uma concepção excludente e elitizada de gênero. Conforme salienta Lélia Gonzalez (2020), a supervalorização das mulheres brancas revelou uma contradição do movimento, visto que, ao excluir negras e indígenas, muitas feministas “acabaram se tornando cúmplices de uma dominação que pretendiam combater” (Gonzalez, 2020, p. 145).

Com efeito, o apagamento sistemático das mulheres negras levou Crenshaw (2002, p.

177) a elaborar o conceito de interseccionalidade, entendido como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. A interseccionalidade passou a oferecer uma compreensão articulada das opressões, mostrando, por exemplo, que a combinação de gênero e raça cria zonas de risco maiores às mulheres negras.

Collins e Bilge (2021) explicam que o uso da interseccionalidade como ferramenta teórico-analítica responde aos desafios impostos pela implosão das distintas demandas identitárias, visto que “as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutualmente excludentes [...], elas se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (Collins; Bilge, 2021, p. 16). Assim, as opressões que tornam corpos não inteligíveis estão imbricadas.

Partindo desse breve panorama teórico, tenho buscado trazer discussões sobre interseccionalidades para a formação docente e isso tem propiciado diversos deslocamentos críticos, visto que, entre outras coisas, coloca em xeque à exclusividade culturalmente atribuída às maneiras hegemônicas de se performar as identidades de gênero. Durante as interações orais do curso, que ainda estão sendo transcritas e analisadas, as/os participantes relataram eventos do cotidiano que começaram a ser vistos por outras perspectivas depois que debatemos interseccionalidade no curso. É o caso, por exemplo, do depoimento da professora Elisabeth, uma das participantes:



Se não fosse por cursos assim, por discussões assim, se não fossem por referências como essas que são compartilhadas aqui, talvez eu nunca tivesse assumido e sustentado minha identidade de mulher negra, talvez eu nunca desse importância pros meus processos e talvez eu nunca olhasse para minhas alunas com um olhar empático. (Elisabeth, 16/09/2022).

Essa breve fala de Elisabeth, uma professora negra do interior de Goiás, ilustra o quanto as discussões de gênero, sobretudo quando amparadas por uma perspectiva interseccional que leva em conta os atravessamentos raciais, é importante para a formação profissional e pessoal das pessoas. Logo, a formação crítica de professoras/es surge como espaço de desconstrução de concepções naturalizadas, uma vez que se entende que as salas de aulas não estão imunes aos discursos que circulam fora dela. Pelo contrário, elas se constituem como um microssomo social que produz e reproduz relações de poder assimétricas em níveis interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade, entre outras (Capparelli; Frank, 2021). Assim, em consonância ao que propõe Cadilhe (2020), a formação docente precisa se pautar por questões sociais emergentes, tais como das populações negras, indígenas, LGBTQI+, das favelas e dos movimentos sociais e a perspectiva interseccional parece profícua para esse empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o cenário sociopolítico atual, em que a ascensão de grupos ultraconservadores tem incentivado a despolitização do debate de gênero no âmbito escolar, considero fundamental integrar à formação docente repertórios que problematizem o aspecto hegemônico/colonial incumbido de homogeneizar e/ou segregar determinados corpos. Por isso, acredito que esta pesquisa poderá contribuir no campo da formação de professoras/es de línguas, ao discutir possibilidades situadas e politizadas de atu(ação) docente.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Augusto de Lima *et al.* Ensinando para a incerteza da comunicação o desafio de distanciar a educação linguística e a formação docente das ideologias modernas de língua. In: PESSOA, Rosane Rocha.; SILVA; Kleber Aparecido da; FREITAS, Carla Conti de. (Org.). *Praxiologias do Brasil Central sobre educação linguística crítica*. São Paulo Pá de Palavra, 2021. p. 25-46.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CADILHE, Alexandre José. Fabricando paraquedas coloridos: linguística aplicada, decolonialidade e formação de professores. *Raído*, v. 14, n. 36, p. 56-79, 2020.



CAPPARELLI, Camila dos Passos Araujo. *Problematizando performances discursivas sobre gênero e sexualidade em uma experiência de formação docente*. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2020.

CAPPARELLI, Camila dos Passos Araujo; FRANK, Hélio. Repertórios de gênero em contexto universitário de formação docente. In: PESSOA, Rosane Rocha; SILVA, Kleber Aparecido; FREITAS, Carla Conti de. (Org.). *Praxiologias do Brasil Central sobre educação linguística crítica*. 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2021. p. 173-192.

CARSPECKEN, Phil F. Pesquisa qualitativa crítica: conceitos básicos. *Educação e Realidade*, v. 36, n. 2, p. 337-345, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DENZIN, Norman K. Investigação Qualitativa Crítica. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139-150.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

PESSOA, Rosane Rocha. Formação de professores/as em tempos críticos: reflexões sobre colonialidades e busca por um pensar decolonial. In: MAGNO E SILVA, Walkyria.; SILVA, Wagner Rodrigues.; CAMPOS, Diego Muñoz. (Org.). *Desafios da formação de professores na Linguística Aplicada*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2019, v. 1, p. 173-186.

SILVESTRE, Viviane Pires Viana. *Colaboração e crítica na formação de professores/as de línguas: teorizações construídas em uma experiência com o PIBID*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

URZÊDA-FREITAS, Marco Túlio de. *Letramentos queer na formação de professorxs de línguas: complicando e subvertendo identidades no fazer docente*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

VOZES SUBALTERNIZADAS: AS CONSTRUÇÕES ESTIGMATIZADAS DA MULHER NEGRA, UM DIÁLOGO ENTRE TEÓRICOS E ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Recorte de Dissertação de Mestrado

Paulo César Nascimento (UEG – POSLLI)

Hélvio Frank de Oliveira (UEG – POSLLI)

proff.paulocesar@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado que teve, como intuito, promover vozes de pessoas subalternizadas pelo modelo eurocêntrico de pensar sobre conhecimento, a partir de conversas sobre racismo com estudantes de ensino médio de um colégio público goiano, focalizado em problematizações a respeito da cultura racista e sutil que consumimos diuturnamente, neste recorte, discutimos a representação sociocultural da mulher negra. Esta pesquisa baseia-se na perspectiva de Mignolo (2003), isto é, não pesquisamos *sobre*, mas sim *com*, realizada nos meses de maio e junho de 2021, por meio da plataforma *Google Meet*, com sete encontros, conduzidos às terças-feiras com estudantes da Terceira série do Ensino Médio. Para registrar os conhecimentos/discussões, todas as reuniões foram gravadas em áudio e vídeo. Os resultados desse recorte indicam um estereótipo criado em torno da mulher Negra, que perpetua, desde o processo colonial até à atualidade. Compreende-se, por meio desse recorte, a necessidade e o papel crucial dos/as professores/as em discutir e problematizar, na educação, a intersecção (AKOTIRENE, 2018) de gênero e raça com a finalidade de uma educação linguística crítica.

Palavras-chave: vozes subalternizadas; Ensino Médio; Estereótipos; Mulher Negra.

INTRODUÇÃO

O presente recorte apresenta a persistência de estereótipos arraigados em torno da mulher negra brasileira, cuja origem remonta aos tempos do processo colonial e que, deploravelmente, continua a exercer influência na sociedade contemporânea. Tais estereótipos perpetuam visões deturpadas e limitadoras das mulheres negras, reforçando desigualdades e preconceitos que persistem ao longo dos séculos. Ao utilizar os diálogos e conhecimentos de jovens da terceira série do ensino médio e, ao mesmo tempo, analisá-los sob luz dos escritos de Alves (2010), Akotirene (2018), Barros (2006), Davis (2016), Lino (2014), Mignolo (2003), Silvestre (2016) e Kilomba (2019) percebe-se que, ainda na atualidade, existem inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres negras, desta maneira, com este recorte, pretende-se “escurecer” sobre a necessidade de catalogar esses estereótipos e buscar maneiras urgentes para auxiliar e desconstruir esses estigmas que persistem e, principalmente, na educação básica, momento em que é possível promover uma compreensão mais completa e justa da diversidade humana. Desta maneira, compreende-se que é fundamental, em primeiro momento, compreender como esses estereótipos se enraizaram na sociedade e, também, principalmente, as suas ramificações (algumas aqui apresentadas). Com o propósito final de contribuir para que mulheres e, especialmente mulheres negras, possam ter um ambiente respeitoso e igualitário.

A complexidade das discussões sobre a interseção de gênero, etnia, raça e classe na sociedade contemporânea produz uma miríade de situações de opressão, criando fronteiras que marginalizam grupos subalternizados. A intelectualidade, ao mesmo tempo em que deveria representar um espaço de reflexão e conhecimento, muitas vezes reproduz essas estruturas de poder, reforçando estereótipos e preconceitos. A autora Lino (2014) enfatiza como a interseccionalidade desses fatores resulta em formas variadas de opressão, com destaque para as mulheres negras.

As narrativas “autoexplicativas” presentes na cultura brasileira contribuem para a construção de imagens estereotipadas das mulheres negras, nas quais a “raça” e o gênero são inseparáveis, conforme apontado por Kilomba (2019). Essas imagens reforçam a subalternidade vivenciada diariamente pela população negra, tornando-se uma realidade que transcende as categorias isoladas de “raça”, gênero e branquitude, como argumentado por Silvestre (2016). Dessa maneira, a interseção desses elementos é proeminente, como salienta Akotirene (2018).

Nessa dinâmica, surgem eixos de desigualdade que polarizam grupos sociais. Alves (2010) discute como esses eixos se configuram, destacando a oposição entre homens brancos e ricos, por um lado, e mulheres negras e pobres, por outro. Essa

polarização é profundamente enraizada em nossa cultura, perpetuando uma imagem distorcida das mulheres negras.

A representação feminina, especialmente a das mulheres negras, tem sido moldada por estereótipos que datam de épocas coloniais, como observado por Teixeira Neto (apud BARROS, 2006). No âmbito da cultura afro-brasileira, há figuras como Exu, que também carregam uma simbologia que reflete a necessidade de representação feminina, exemplificada pela Pomba-gira. Essas representações complexas revelam como as questões de gênero e raça estão entrelaçadas, refletindo as dinâmicas de poder e a subalternidade vivenciada pelas mulheres negras.

Portanto, a compreensão dessas questões é fundamental para romper com as estruturas opressivas que persistem na sociedade contemporânea. Ao analisarmos como os estereótipos e as narrativas são culturalmente enraizadas pode-se identificar os mecanismos que perpetuam a subalternidade e buscar uma reflexão crítica sobre essa realidade.

MÉTODO

A pesquisa ensino foi desenvolvida em colaboração com alunos e alunas do terceiro ano do ensino médio de uma escola estadual em Itapuranga, Goiás, a cerca de 155 km da capital. A turma, composta por trinta e cinco jovens com idades entre 15 e 19 anos, participou de sete encontros realizados durante os meses de maio e junho. A proposta foi trazer à tona as sutilezas muitas vezes “naturalizadas”, do racismo, dando voz às experiências dos participantes.

A abordagem incluiu a criação de um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação com os alunos e alunas, promovendo um ambiente de troca e empoderamento. Um Questionário de Discussão (QD) (MARTINS, 2008), que foi aplicado como instrumento para conhecer melhor os interesses e posicionamentos dos participantes, além de auxiliar na organização dos encontros.

A pesquisa ensino procurou romper com a tradicional abordagem de pesquisa, demonstrando que os conhecimentos subalternizados podem enriquecer a ciência. Essa metodologia colaborativa (MARTINS, 2004), permitiu a construção de um espaço para discutir o racismo e suas manifestações de maneira mais profunda e sensível, destacando as perspectivas dos grupos subalternizados envolvidos no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sala virtual em que a pesquisa ensino foi realizada apresentou uma composição de gênero com 64,3% de pessoas do sexo feminino e 35,7% do sexo masculino.

Entre os participantes, dois indivíduos se identificaram com orientações sexuais não heteronormativas: 'Anjo Celeste', que se declarou homossexual e 'Barth', que se identificou como bissexual. Esses números, embora não expressem a diversidade completa de gênero e orientações sexuais, apontam para um ambiente diverso.

Contudo, ao explorar as discussões e respostas fornecidas pelos participantes, torna-se evidente que a compreensão sobre racismo e questões de gênero não é evidente para algumas mulheres. Por exemplo, Pitória, ao responder à pergunta sobre presenciar atos racistas, inicialmente negou tal experiência. Porém, no terceiro encontro, relatou o seguinte: "(...) a minha prima nasceu bem branquinha... e quando minha tia saiu da maternidade, ela estava na porta da casa dela... aí, chegou uma mulher... e perguntou se ela era a babá..." (PITÓRIA, 2021, APÊNDICE C).

Esse cenário levanta a importância de uma abordagem mais abrangente e sensível ao tratar de temas como racismo e preconceito, não apenas focando em manifestações explícitas, mas também nas formas mais sutis de discriminação e no impacto do patriarcado branco. A falta de reconhecimento inicial de algumas situações como racistas sugere a necessidade de aprofundar as discussões sobre a interseção entre raça e gênero, destacando como esses fatores se entrelaçam para perpetuar desigualdades (KILOMBA, 2019; AKOTIRENE, 2018).

Além disso, as representações culturais e religiosas também desempenham um papel importante nas percepções de intersecção entre gênero e raça. A análise das narrativas sobre Exu, especialmente a figura da "Pomba-gira", revela como as associações negativas são mantidas, com um estigma que permeia a compreensão de algumas entidades religiosas dentro do contexto cristão. As representações dos/as Exus pelos cristãos estão sempre associadas a algo pejorativo. Como exemplo, destaca-se a Exu

"Pomba-gira": "é uma entidade que;; tipo;; serve para orientar e tal... ele [tio] me falou um monte de trem assim... que eu já perguntei pra ele um dia, né... por que tipo... a gente escuta muito na igreja, tipo... ah, fulano tá com a pomba gira... né... tá destruindo a vida, essas coisas assim...[formas pejorativas]" (BARTH, 2021, APÊNDICE E).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em ensino destacou uma preocupante perpetuação do estereótipo em torno da mulher negra desde o processo colonial até a atualidade. A compreensão inicial limitada sobre o racismo evidenciou a necessidade de uma educação mais abrangente e sensível sobre o tema, abordando tanto manifestações explícitas quanto sutis. As narrativas compartilhadas revelaram como esse estereótipo está entrelaçado com questões de gênero e "raça" em suas percepções, sublinhando as opressões complexas enfrentadas pelas mulheres negras e a importância de discussões interseccionais



para desconstruir essa perpetuação. Além disso, a noção do “patriarcado branco” emergiu como um fator subjacente, normalizando certos padrões e perspectivas. O empoderamento dos participantes, especialmente das vozes frequentemente não ouvidas, ilustrou a riqueza dos conhecimentos subalternizados na pesquisa e no ensino, enfatizando a importância de incluir essas vozes para uma compreensão mais ampla e diversificada dos temas discutidos. O papel crucial dos/as professores/as na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos que promovam uma educação mais inclusiva e consciente torna-se evidente, bem como a necessidade de um compromisso contínuo para romper com esses estereótipos e criar um ambiente mais equitativo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, L. **Significados de ser branco**: a branquura no corpo e para além dele. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARROS, C. A. **Iemanjá e pomba-gira**: imagens do feminino da Umbanda. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINO, T. R. **O lócus enunciativo do sujeito subalterno**: uma análise da produção científica de bell hooks e Gloria Anzaldúa. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SILVESTRE, V. P. V. **Práticas problematizadoras e de(s)coloniais na formação de professores/as de línguas**: teorizações construídas em uma experiência com o PIBID. 2016. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

NÃO RECOMENDADO: REFLECTIONS ON GENDER, BODY AND LANGUAGE LEARNING AMONG UNDERGRADS IN AN ELA COURSE

César de Jesus Silva Filho
UNEB
czarf@outlook.com.br

Raulino Batista Figueiredo Neto
UNEB

RESUMO

A identidade, lida como algo fixo, é construída por meio de experiências fluidas e contínuas. No entanto, muitos gays são privados de certas experiências, resultando no silenciamento de suas identidades. Esta pesquisa busca romper esse silêncio sentimental, linguístico e identitário, proporcionando um espaço de discussão sobre essas identidades. O objetivo geral é refletir sobre como a viagem afeta a construção de identidade no processo de aprendizagem/vocalização da Língua Inglesa. Os objetivos específicos incluem mapear a performatividade e a construção da identidade gay dos estudantes de inglês, aprofundar a compreensão dos estudantes sobre gênero e Teoria *Queer*, e promover conscientização e engajamento entre os estudantes. Para atingir esses objetivos, utiliza-se uma abordagem de triangulação de dados, que inclui oficinas, entrevistas semiestruturadas e auto narrativas. O estudo adota uma abordagem qualitativa, pois lida exclusivamente com questões subjetivas. Além disso, é conduzido sob o viés da pesquisa incorporada, em que o pesquisador reflete sobre como o estudo se relaciona com sua própria subjetividade, identidade e corporeidade. Os resultados da pesquisa sugerem que o gênero e o corpo desempenham um papel significativo na aprendizagem do inglês e que essa aprendizagem é influenciada por fatores sociais e culturais. Conclui-se também que os professores de línguas devem reconhecer que o ensino de línguas deve ser abordado como uma prática social e cultural. Em suma, este estudo contribui para o crescente corpo de pesquisas sobre gênero e aprendizagem de línguas, fornecendo insights sobre a complexa relação entre linguagem, gênero e identidade.

Palavras-chave: Identidade; Língua Inglesa; Gênero; Sexualidade.

BRINGING OUT OF THE CLOSET: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Os estudos *Queer*, de Gênero e Sexualidade têm aumentado exponencialmente desde o surgimento, quando os/as sujeitos/as começaram a questionar se a biologia é o que realmente determina a identidade, comportamentos e subjetividade. Diante do crescente interesse acadêmico sobre esse tema, esta pesquisa surge, então, como um espaço para essas discussões, onde o enfoque está na relação que há entre aprendizagem e uso da Língua Inglesa, sexualidade e gênero.

Como um homem *gay*, inicialmente houve um receio de falar sobre essa temática, uma vez que escrita está diretamente ligada ao cerne de nossas experiências e as experiências de um sujeito viado tendem a ser violentas. Assim, nessa jornada, eu teria que revisitar algumas inseguranças e não poderia fugir delas, pois são responsáveis pela formação das minhas subjetividades. Depois de refletir sobre cada elemento, entendi que minha narrativa, enquanto fiel espelho de múltiplas vivências, merece ser contada e pode servir como sul¹ para as jornadas de outros estudantes gays.

Quando ingressei no curso de Letras Língua Inglesa e Literaturas da UNEB - Campus XIV, não havia muitas discussões sobre gênero e sexualidade - especialmente em meu Colegiado - e isso chamou minha atenção, devido ao fato de que uma boa parte da minha formação na língua inglesa foi baseada na cultura *pop*, uma demanda da minha identidade gay.

Como um sujeito questionador e entendendo que minha conexão com a língua inglesa está profundamente associada à minha sexualidade, perguntava a mim mesmo se mais alguém sentia o mesmo. No entanto, como essas reflexões podiam ser compartilhadas se o colegiado/curso não proporcionava essas discussões? Sob esse viés, esta pesquisa surge dessa falta de estudos, bem como da ausência de uma política educacional que fale dos corpos dissidentes no curso formativo para o ensino de inglês. Assim, meu principal objetivo foi refletir como a queeridade afeta a construção de identidade de estudantes gays no processo de aprendizagem/vocalização em Língua Inglesa.

SAILING IS NECESSARY: ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é, primeiramente, concebido como uma pesquisa bibliográfica e adota uma abordagem qualitativa, uma vez que não se concentra na geração de dados quantitativos. Para alcançar o objetivo proposto, utilizo uma triangulação de dados com base nas seguintes ferramentas de pesquisa:

¹ Esse termo traz uma ideia descentralizadora que reposiciona o Sul e sua importância como o outro lado, a outra possibilidade orientadora do conhecimento.

- a) oficina: o espaço primordial para troca de argumentos e desenvolvimento de um senso crítico;
- b) entrevista semiestruturada: essa modalidade proporciona uma exposição sincera de crenças, sentimentos, ideias e impressões. Assim, de acordo com Triviños (2012, *apud* Incerti, 2017) “a entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos, que geralmente são apoiados em teorias e hipóteses de interesse para a pesquisa e que a partir da resposta da/o entrevistada/o pode gerar novas hipóteses e novos questionamentos”;
- c) auto narrativa: como faço parte do grupo focado, além de observar e gerar os dados dos sujeitos, recorri às minhas próprias experiências. Nessa perspectiva, me coloquei tanto como pesquisador quanto como sujeito pesquisado, pois esse estudo surgiu principalmente das minhas construções de identidade e subjetividades pessoais. Segundo Viçosa *et al* (2019) “Narrar-se é uma prática constitutiva do ser humano e sua subjetividade. Afinal, narrar é organizar sistematicamente algo que já está lá, vivido fisicamente ou no plano subjetivo do pensamento.”.

Esta pesquisa também é concebida como uma pesquisa de cunho etnográfica, pois está focada no retrato da singularidade e subjetividade de cada sujeito. Além disso, deve ser vista como uma pesquisa encarnada, pois me convido a refletir sobre como essa pesquisa atravessa minha subjetividade, identidade e corporeidade. De acordo com Messeder (2020, p. 65), o pesquisador encarnado é visceral e carrega uma densa carga emocional, mas é flexível ao contexto social que se insere, além de possuir consciência ativa, conseguindo compreender tanto suas fraquezas quando os insultos que enfrenta.

GOSSIP, CONFETTI AND EXPERIENCES: ALGUNS DADOS E MUITAS DISCUSSÕES

Os elementos discursivos desta pesquisa comungam para uma panorâmica compreensão de elementos que estão cultural-social-historicamente imbrincados nas projeções linguísticas, performativas e corpóreas de sujeitos dissidentes. A partir dos enredos discursivos, foi possível perceber como os sujeitos que experienciam

“desamparo cultural” (Godoi, 2020) se inserem num contexto opressivo de monitoramento e como algumas ferramentas sociais são criadas para intensificar essa vigilância.

Um dos questionamentos feito aos entrevistados desta pesquisa foi como a Língua Inglesa se inseriu no processo de construção de suas identidades. Destarte, foi possível obter as seguintes respostas:

Resposta 1: “Eu lembro que eu tinha [...] uma prima que era muito fã de Beyoncé, então, se no meu bairro alguém escutasse assim música que fosse inglesa ou alguma coisa do tipo era *gay*, então, eu meio que evitava, então, meio que repudiava ter, sei lá, evitava ter o máximo contato com inglês possível.”

Resposta 2: “Eu sempre consumi essa cultura de fora, da Língua Inglesa e tal, e por causa disso, antes mesmo de eu me assumir *gay*, todo mundo ao meu redor achava que eu era *gay* só por causa disso.”

Compreendendo a língua(gem) como um elemento primordial na construção e expressão as identidades individuais e sociais, observa-se que a partir do momento que a Língua Inglesa é lançada como “coisa de viado” e, por consequência, é proibida, conforme mencionado na resposta 1, ocorre uma inibição do autêntico ser e do potencial a ser alcançado, ao mesmo tempo em que se reforça o domínio da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010).

Além disso, para o sujeito se lançar na construção daquilo que se deseja, faz uso de Personas para alcançar esse objetivo, uma vez que, como afirma Stein (2006), “Persona refere-se à pessoa-como-apresentada, não à pessoa-como-real. A persona é uma construção psicológica e social adotada para um propósito específico.”

Na resposta 2, observa-se uma corroborativa confluência com as reflexões extraídas na primeira resposta, no que tange à estereotipagem do inglês e suas implicações no âmbito da construção identitária e na perpetuação dos padrões heteronormativos.

É importante salientar também que, apesar das repostas trazidas terem sido de duas pessoas diferentes, percebe-se que essas narrativas se cruzam em alguns momentos. Isso acontece porque indivíduos associados a um estigma específico geralmente compartilham vivências de aprendizado similares no que diz respeito à sua condição, resultando em transformações semelhantes em sua autopercepção (Goffman, 1963).

Não obstante a Língua Inglesa enfrente onerosa e deturpada concepção de rotular corpos, mediante os discursos dos sujeitos, constatou-se que tal categorização também incide sobre a Língua Portuguesa, entretanto, esta se restringe a termos específicos, como claramente observável no excerto a seguir.

Resposta 3: “[...] tinha certas palavras que já eram, é... denominadas, é... LGBT, né. É, como tipo, ***babado***, se alguém da minha época falasse “meu Deus, olha, tenho um babado pra te contar” eles falavam “viado”. Então, tipo, eu como não era assumido, eu já meio que evitava falar determinadas palavras [...]”

É possível perceber, nas falas do sujeito, que houve supressão e silenciamento de sua linguagem, pois existia catalogação de palavras que eram consideradas LGBT e que não poderiam ser utilizadas. Portanto, dadas suas inseguranças relacionadas à sua sexualidade, ele precisava monitorar quando e com quem poderia usar certas palavras.

Nesse contexto, a partir narrativas obtidas, constata-se que, subjetivamente cientes de que seus corpos foram previamente categorizados independente do contexto e assim permaneceria, o inglês torna-se ferramenta estratégica para a articulação da autoexpressão desses sujeitos. Em outras palavras, a Língua Inglesa assume o papel de “Salvadora Linguística”² (Silva Filho, 2022), em oposição a um sistema opressivo que nega suas próprias existências.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Após reflexões, constatou-se que o processo (des)construtivo da identidade gay dos sujeitos desta pesquisa percorre constantemente uma linha tênue entre diferenças e similaridades, visto que compartilham de subjetividades tidas como nódoas. A Língua Inglesa surge, então, como receptáculo daquilo que se é e que precisa ser contornado, além de passar (junto com os sujeitos) por um processo de ressignificação de valores, já que, em muitos momentos da vida dos sujeitos, carregou em seu corpo o rótulo proibido.

Nessa perspectiva, o inglês outra se configura como um locus de exílio para os sujeitos, uma vez que desempenha o papel de refúgio para corpos que se veem sujeitos a censura e privação de sua própria existência. Esta língua outra assume a função de facilitadora na vocalização, na performatividade e na própria existência, permitindo assim o ser e o existir desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

GODOI, R. O cômico na performance artística de Ney Matogrosso. **Dossiê Gênero, memória e cultura**, vol. 8, n. 2., Jul/Dec 2020.

GOFFMAN, E. **Stigma**: notes of the management of spoiled identity. Englewood Cliff: Prentice-Hall, 1963.
INCERTI, T. G. V. **BRINCADEIRAS PERSISTENTES, DESIGUALDADES DE GÊNERO PRESENTES**: Relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR - Campus Curitiba. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, p. 191. 2017.

² “*Linguistic Aegis*”. Tradução minha.



MESSEDER, S; NASCIMENTO, C. (Org). **Pesquisador(a) encarnado(a)**: experimentos e modelagens no saber fazer das ciências. Salvador: EDUFBA, 2020.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, n. 5, 2010, p. 17-44.

SILVA FILHO, C. J. S. **NÃO RECOMENDADO: REFLECTIONS ON GENDER, BODY AND LANGUAGE LEARNING AMONG UNDERGRADS IN AN ELA**

COURSE. TCC (Graduação) – Letras Língua Inglesa e Literaturas, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, 2022.

STEIN, M. **Jung**: o mapa da alma - uma introdução. São Paulo, Cultrix, 2006.

VIÇOSA, R. *et al.* AUTONARRATIVAS COMO MÉTODO DE PESQUISA: SOBRE A COMPLEXIDADE DE NARRAR-SE. **Jornada Acadêmica do Programa de PósGraduação em Educação da UNISC**, v. 1, n. 1. 2019. Disponível em: AUTONARRATIVAS COMO MÉTODO DE PESQUISA: SOBRE A COMPLEXIDADE DE NARRAR-SE | Viçosa | Jornada Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ARTE DE GOVERNAR: DOS REGIMES NORMALIZADORES ÀS FISSURAS PERFORMATIVAS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Ensaio Teórico Docente Pesquisador

Vagner Matias do Prado
Universidade Federal de Uberlândia

Breno Rafael da Costa
Universidade Federal de Uberlândia

vagner.prado@ufu.br

RESUMO

A presente proposta, baseada no método ensaístico, objetiva socializar provocações de como o GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades, da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, têm operado com a categoria analítica de gênero para desconfiar dos discursos acadêmicos da área da Educação Física. Exercita-se um olhar para essa área de produção de (des)conhecimentos sobre corporeidades a partir de ferramentas oriundas dos estudos pós-estruturalistas em entrelaçamento com a teoria queer. Revisita-se alguns momentos do processo sociocultural que construiu condições históricas para a constituição da Educação Física como campo discursivo. Propõe-se questionamentos sobre estratégias discursivas da Educação Física que, ao produzirem efeitos de verdade, intencionam tornar as corporeidades suscetíveis a políticas normalizadoras dos gêneros e sexualidades. Defende-se que o conceito de gênero, para além de instaurar regimes regulatórios pautados em ideais neoliberais sobre representações relacionadas à noção de “dimorfismo sexual” e promoção da noção de “diversidade”, constitui-se como uma estratégia de enfrentamento que provoca fissuras, brechas, tornando porosas algumas “verdades” sobre “ser” homem ou mulher, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual nas diferentes manifestações culturais da Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física; Gênero; Sexualidades; Queer.

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela parte da problemática das relações de gênero e de sexualidade em interface com o campo acadêmico da Educação Física. Como desdobramento, a preocupação se insere em provocações sobre os modos como as práticas discursivas da área produzem sujeitos de gênero e de sexualidade.

A Educação Física é uma área de produção de conhecimentos e intervenção social datada no século XVIII. Carmen Lúcia Soares (2012) destaca que foi a partir da racionalização sobre o corpo, e com o intuito de tornar os movimentos úteis para a consolidação dos estados nacionais no contexto europeu, que ela passou por um processo de “cientificação” pautado em discursos biológicos, médicos e morais.

Esse novo dispositivo de intervenção sobre os corpos e o movimento passou, então, a suscitar intenções de regulação social pautadas na noção de biopoder. Em um cruzamento dessa ideia com os estudos de Foucault (2012), pode-se conceber a Educação Física como estratégia política para a produção de corpos dóceis. Ou seja, corpos suscetíveis a capturas instauradas por discursos normalizadores, dentre eles, estratégias de produção de sujeitos com sexo, gênero e sexualidade atinentes ao esquema de inteligibilidade cultural das políticas de gênero (BUTLER, 2008).

O objetivo deste trabalho é socializar provocações de como o GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades, da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, têm operado com a categoria analítica de gênero para desconfiar dos discursos acadêmicos da área da Educação Física. O GPESP contempla pesquisas e formação de recursos humanos com o intuito de reverberar referenciais pós-estruturalistas e queers que produzam olhares de suspeição sobre os efeitos de verdade da ancoragem biofisiológica que tendem a aprisionar os corpos em dicotomias naturalizadas (PEREIRA; SILVA, 2019).

MÉTODO

O método ensaístico foi considerado para esta escrita. Tal estratégia permite a exposição de ideias e perspectivas dos autores ao articularem amplo conhecimento sobre o tema. O método não busca exaurir o tema exposto, todavia, impele ao exercício da originalidade na escrita acadêmica. A partir da provocação de por Severino (2013, p. 162), exercita-se a liberdade de “defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica”.

Defende-se que o ensaio instaura a objetivação da formação acadêmica na escrita. Abre “poros” na rígida norma universitária para explicar, e submeter à rigorosa crítica, o

conhecimento subjetivado durante o processo de formação em nível de pósgraduação stricto sensu. Livre nas ideias, não dispensa lógica e coerência argumentativa (SEVERINO, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação Física, como área de intervenção sistemática sobre os corpos e movimentos, data do século XVIII, no cenário europeu. Foi “inaugurada” como dispositivo político de educação dos corpos por meio dos, então denominados, “modelos ginásticos europeus” (SOARES, 2012).

Com o transcorrer do tempo, outras propostas de utilização estratégica das práticas discursivas da área surgiram, originando uma perspectiva de movimento pautada em jogos e atividades mais livres, denominada, pelo diretor do Instituto Nacional de Esportes da França, Auguste Listello, de Movimento Desportivo Generalizado (DARIDO; RANGEL, 2011). Esse movimento, que adentrou com força no Brasil em meados do século XX, daria lugar a uma Educação Física esportivista, pautada no rendimento e que buscava, na escola, a captação de “talentos esportivos”. O movimento “esportivista” se alinhava aos interesses do então Regime Militar que visava afastar jovens de manifestações contra o governo, por meio da utilização do Esporte como mecanismo de controle social.

Darido e Rangel (2011) apontam que, com o movimento de reabertura democrática na década de 1980, a Educação Física brasileira passou por um período de renovação. Naquele momento, profissionais da área propuseram abordagens teóricometodológicas diversificadas, com o intuito de formular bases filosóficas e científicas para o trabalho de produção de conhecimento e intervenção social sobre o corpo em movimento.

Todavia, esse movimento “intelectual” ocultou discussões sobre os modos com que o campo discursivo da Educação Física produzia corpos atravessados por regimes reguladores de gênero e de sexualidade que contribuem para a reiteração de dicotomias ancoradas nos ideias de macho-fêmea, homem-mulher, masculino-feminino, heterossexual-homossexual, envoltos em um ideal branco, de classe média, cristão e ocidental.

Nesse sentido, a partir da década de 1990 e com maior força a partir dos anos 2000, estudos da área, ao buscarem fundamentação em uma perspectiva pós-crítica contemporânea, encontram nos estudos feministas, na teoria queer e na investida decolonial novas formas de operar conceitualmente. A estratégia contribuiu para desvelar mecanismos reguladores dos corpos e sexualidades que a Educação Física institui quando provoca-se a área a partir das noções de biopoder e de gênero (BUTLER, 2008; FOUCAULT, 2012; PEREIRA; SILVA, 2019).

Nesse interim, o conceito de gênero, para além de ser compreendido como um marcador social que instaura regimes regulatórios pautados em ideais neoliberais sobre representações relacionadas à promoção das noções de “dimorfismo sexual” e “diversidade”, constitui-se como uma estratégia politico-acadêmica para o campo da Educação Física que instiga fissuras, brechas, tornando porosas algumas “verdades” sobre “ser” homem ou mulher, masculino ou feminino nas diferentes manifestações culturais da Educação Física materializadas nas atividades rítmicas, atividades circenses, esporte, ginásticas, jogos/brincadeiras e lutas. Como compilado por Pereira e Silva (2019), “gênero” passa a ser operado em pesquisas e estudos da área como uma categoria de análise social que provoca desestabilizações em naturalizações históricas e que permite a desconstrução como estratégia para a produção de possibilidades “outras” para a compreensão de corpo, movimento e objeto de atuação profissional da Educação Física. O impacto provocado por estudos pós-estruturalistas e queers na área, dentre eles o trabalho do GPESP, produz reverberações, tanto acadêmicas quanto para atuação profissional no mundo do trabalho, partindo de uma noção de sujeito que implode categorias binárias de gênero e de sexualidade nas instituições escolares, políticas públicas de esporte e lazer, projetos sociais, iniciação esportiva, esporte de alto rendimento e seguimento fitness. Espaços antes movidos pela segregação e manutenção de regimes reguladores dos corpos; agora, de questionamentos, contestação e resistência ocupados por corporeidades trans, bichas, sapatas, aidéticas, aleijadas, pretas, indígenas e outras formas abjetas que reivindicam a reconstrução das práticas discursivas da Educação Física que falam sobre elas. Neste momento contemporâneo, torna-se possível falar “com” elas e “pela perspectiva” delas!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposto no objetivo, socializa-se provocações de como o GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades, da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, têm operado com a categoria analítica de gênero para desconfiar dos discursos acadêmicos da área da Educação Física. Têm-se apostado em estudos e investigações sobre corpos, gêneros e sexualidades, em nível de graduação e pós-graduação, fundamentadas na perspectiva pós-estruturalista e estudos queers.

Assume como problemática as práticas discursivas da área da Educação Física que produzem e reiteram dicotomias sobre “ser” macho ou fêmea, homem ou mulher, masculino ou feminina, heterossexual ou homossexual. Dicotomia estas que se materializam nas intervenções profissionais da área em seus diferentes espaços de atuação.



Defende operar com “gênero” como categoria de análise social e não como uma “lente” que apenas descreve práticas corporais consideradas como masculinas ou femininas. Aposta na potência de estudos e pesquisas produzidas por e com corpos considerados abjetos. Propõe queerizar a produção de (des)conhecimentos da área da Educação Física que, “em muito”, parece se valer do “gênero” como termo descritivo e, em alguns casos “não raros”, como sinônimo de “mulher”.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. 2 ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 40 ed. Petrópolis: vozes, 2012.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa Pereira; SILVA, Alan Camargo (Org.). *Educação Física, Esporte e Queer: sexualidades em movimento*. Curitiba: Appris, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA ENVOLVENDO DIREITO, MULHER E COISAS DO GÊNERO A PARTIR DO CURTA-METRAGEM “PÉ DE MULHER”, DE FELIPE FREITAS

Relatório Parcial de Projeto de Pesquisa

Hélvio Frank (UEG/UFG)

Silvana Beline Tavares (UFG)

Sofia Alves Valle Ornellas (UFG)

helviofrank@discente.ufg.br

RESUMO

Nesta comunicação oral, discutimos questões envolvendo direito, mulher e gênero a partir do curta-metragem “Pé de Mulher”, dirigido por Felipe Freitas e premiado na categoria de melhor filme goiano de 2022 no 7º DIGO – Festival Internacional de Cinema da Diversidade Sexual e de Gênero de Goiás. Pautado no paradigma qualitativo de pesquisa, o estudo foi conduzido mediante o método de análise discursiva crítica do texto fílmico, mobilizando reflexões sobre aspectos multimodais e multissemióticos que compõem o *corpus* da obra cinematográfica, com vistas a perscrutar as temáticas de direito historicamente construído em relação às mulheres brasileiras, e, ainda, as questões de gênero associadas às performances identitárias, sob um enfoque pósestruturalista linguístico. Os resultados apontam para a urgência de outras condições sociais para que o direito da mulher se torne mais igualitário e (re)conhecido, e os problemas desiguais de gênero, alicerçados na história de formação brasileira acrítica, se tornem minimizados.

Palavras-chave: binarismo moderno; direito da mulher; problemas de gênero; teoria crítica; cinema.

INTRODUÇÃO

A experiência estética, para além das artes, é sempre educativa (XAVIER, 2008). Segundo Deleuze (1985), as imagens pensantes do cinema ocasionam novas vias de pensamentos possíveis. Nesses termos, o cinema tem sido uma arte que educa e que, se levado à criticidade, por meio da relação entre ficção e realidade, pode construir repertórios de reflexão sobre várias problemáticas presentes e pertinentes a nossa sociedade contemporânea, entre elas, as relações de gênero associadas à questão do direito.

Se observarmos, a linguagem cinematográfica é movida pela polissemia de sentidos que, do ponto de vista linguístico, literário e multissemiótico (KRESS, 2010), nos permitem construir, a partir de ficções, determinadas verossimilhanças. Essa condição é basilar para que o cinema aguice nossa imaginação, provocando em nós efeitos de sentidos reflexivos, e nos faça comparar determinadas circunstâncias ficcionais, algumas vezes atravessadas por fatos históricos e relações socioculturais, com aspectos de nossa vida real.

Além disso, numa tentativa de transdisciplinarizar áreas de conhecimento, que, por décadas, se mantiveram encapsuladas (MORIN, 2001), fragmentadas à luz de modelos positivos-modernos, como Direito, Gênero, Educação, Linguagem e Cinema, este estudo transita entre áreas do conhecimento, em prol da discussão envolvendo direitos das mulheres, identidades de gênero e arte-educação cinematográfica, a partir da análise de um curta-metragem premiado por denunciar questões sociopolíticas e praxiológicas do tornar-se mulher no Brasil de 1941, as quais ainda hoje aparecem sob os resquícios da opressão de gênero vivenciada por mulheres em um país colonizado.

O filme selecionado para a análise, de aproximadamente 15 minutos, se embasa no fato histórico brasileiro ocorrido em 14 de abril de 1941, quando o então presidente Getúlio Vargas baixa o Decreto-Lei 3.199, cujo texto, em seu artigo 54, proíbe às mulheres “a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL, 1941).

Apesar de não mencionado nominalmente, o futebol se enquadrava no rol desses esportes, cuja prática se manteve cerceada por longas quatro décadas. Na película, a partir de monólogos, são abordados tais assuntos, os quais são bastante relevantes às discussões contemporâneas sobre gênero, direito das mulheres e as situações de cerceamento, historicamente marcadas, por que elas ainda passam e sofrem.

Analisar um filme como este se traduz na força educativa, política e estética do cinema (DUARTE, 2002; ZAMBONATO, 2010) e, ao mesmo tempo, na potencialidade do debate que sua projeção porventura suscite, conforme a veiculação de alguns temas necessários à sociedade. O curta-metragem escolhido para análise nos chama a

atenção pelo locus de sua enunciação: um evento especificamente voltado a temáticas de gênero, cujas obras premiadas, talvez por questões de acesso, geralmente não circulam às várias comunidades que temos em nosso país.

Nesse contexto, possibilitar o diálogo com a obra, para além do acesso à arte que educa (MARTINEZ, 2015), corresponderia à oportunidade de lançar formas de resistência e existência das mulheres (KAMITA, 2017), e aqui ampliamos a referência às várias possibilidades performativas de se tornar mulher, em espaços sociais marcadamente machistas, misóginos e héteronormativo-patriarcais. Para que se fomentem tais reexistências, é preciso que questões de direito, de acesso a formas de arte, apareçam e movimentem pautas e agendas políticas em torno do gênero em nosso Brasil contemporâneo.

Com base nessas considerações, o objetivo deste texto é discutir questões envolvendo direito, mulher e gênero a partir do curta-metragem “Pé de Mulher”, dirigido por Felipe Freitas.

MÉTODO

Pautado no paradigma qualitativo de pesquisa, o estudo foi conduzido mediante análise discursiva crítica do texto fílmico (BATEMAN; SCHMIDT, 2011; FAIRCLOUGH, 2001), com suas multimodalidades e múltiplas semioses, perscrutando as temáticas de direito da mulher (FRASER, 2002) e as questões de gênero associadas às performances identitárias queer (BUTLER, 2018, 2019) de uma perspectiva pós-estruturalista. Serviram, para tanto, como *corpora* do respectivo filme os recortes de cenas materializados a partir de *prints* de tela e, ainda, os textos verbo-imagéticos (KRESS, 2010), para os quais foram realizadas transcrições literais e descrições parafrásicas, com a finalidade de análise visual crítica (FABRIS, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da projeção, análise discursiva e reflexão crítica sobre o filme Pé de Mulher, de Felipe Freitas, pudemos notar mais sobre o direito das mulheres e as formas pelas quais, a partir do gênero, eles são e foram histórica, social, cultural e legalmente interpeladas, relacionando episódios fictícios da arte cinematográfica com a vida real, em que ficção e realidade fluem dinamicamente.

Sem dúvida, o legado da colonialidade e de toda história anterior de formação do Brasil, presente na trama, ultrapassa a questão heteronormativa binária em relação ao gênero. Diante do par binarista, a mulher é o oposto vulnerável que tem, por decreto, a história marcada de sofrimento e de negação de suas competências corporais e mentais.

Ainda que o estudo se encontre em plenos procedimentos de categorização e análise, foi possível observar a urgência de igualdade entre gêneros, por meio dos quais o direito existe e precisa ser ponderado. Apostamos na aproximação entre direito e princípios de cidadania, para que abalemos o *status quo* da sociedade brasileira contemporânea, sob as garantias do tornar-se mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte do cinema é educativa e, se ela pode ser dotada de criticidade, temáticas envolvendo direito e gênero se mostram constantes, uma vez que fazemos gênero a todo momento de nossas vidas, seja para manter ou para resistir. Nesse sentido, estudos que lidem diretamente com a relação entre arte e educação, e entre direito e gênero, são profícuos para que, por meio da obra ficcional, metaforizada, representada e identificada, surjam reflexões passíveis de crítica, com vistas a atingir emancipação feminina quando já estamos falando de contemporaneidade, de século XXI.

REFERÊNCIAS

- BATEMAN, J. A; SCHMIDT, K.H. **Multimodal film analysis**: how films mean. London: 2011. Routledge.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. **Planalto**: Portal Oficial da Presidência da República. [Site]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- BUTLER, J. Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo. In: BENHUBIB, S. et al. **Debates feministas**: um intercâmbio filosófico. Trad. Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 85.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAÑIZAL, E. P. O texto fílmico entre a moldura e o enquadramento. **Significação**, v. 39, n. 38, p. 13-26, 2012.
- DELEUZE, G. **Cinema** - A imagem-movimento. Tradução Stella Senra. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, R. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
- FABRIS, E. H. Cinema e educação: um caminho metodológico. **Educação e Realidade**, v. 33, n. 1, p. 117-134, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.



KAMITA, R. C. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1393-1404, 2017.

KRESS, G. **Multimodality**: a social semiotic approach to contemporary communication. London: Routledge, 2010.

MARTINEZ, R. O. **Direito e cinema no Brasil**: perspectivas para um campo de estudo. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MORIN, E. **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PÉ de mulher. Direção de Felipe Freitas. Produção de Duda Borges. Rio Verde, GO, 2021. 15'. Disponível em: <<https://festivaltaguatinga.com.br/festivalTagua/16/assista/curta/filme/3622>> Acesso em 15 mai. 2023.

XAVIER, I. Um Cinema que “educa” é um cinema que (nos) faz pensar. Entrevista com Ismail Xavier. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 13-20, 2008.

ZAMBONATO, C. D.; SOUZA, M. S. Projeto Espreita: o cinema como prática pedagógica no curso de Direito da UFSC. **Revista Direito & Práxis**, v. 1, n. 1, p. 100109, 2010.

ZAPATER, M. C. **A constituição do sujeito de Direito “mulher” no Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 250 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ST 09

**CORPOS TRANSVIADOS: ESPAÇO,
MEMÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE**



COORDENADORES
Bruno Pacheco
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Celio Silva Meira

ESCREVER É COMO ABRIR AS PERNAS. CONSEQUÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS DE UMA METÁFORA

Ensaio

Alberto E. F. Canseco (beto)
docente, pesquisador UFABC / UNC

Pol Debb Iryo
Graduando, UFABC

alberto.canseco@ufabc.edu.br

RESUMO

No texto “Sobre o processo de escrever *Borderlands/La frontera*”, Gloria Anzaldúa oferece algumas reflexões sobre a escrita, introduzindo para isso diversas metáforas. Chama a atenção uma delas, apresentada quase no final do ensaio: “Escrever é como abrir as pernas”. Em que sentido o processo de escrita de um texto se aproxima à experiência sexual? Que fala isso da escrita? E da prática sexual? Sabendo da importância de ambas atividades não só nos ensaios de Anzaldúa, mas também na teoria feminista cuir/queer, queremos nos questionar sobre as consequências ético-políticas dessa metáfora, e suas implicações no estudo das práticas envolvidas. Realizaremos nosso estudo em vários passos. Por um lado, leremos detidamente o ensaio que contém a metáfora problemática e a entrecruzaremos com reflexões sobre a sexualidade na proposta de Judith Butler, tensionando ademais essas teorizações a partir da noção de justiça erótica do feminismo pró-sexo. Por outro lado, refletiremos sobre os efeitos de interpelação da proposta de Anzaldúa em diversos espaços de escrita, dos quais participamos e/ou coordenamos, e nos quais os textos da autora foram utilizados como provocação/disparadores para a escrita.

Palavras-chave: Escrita; prática sexual; metáfora; justiça erótica; memória

INTRODUÇÃO

No texto “Sobre o processo de escrever *Borderlands/La frontera*” (2021), Gloria Anzaldúa, escritora, terceiro-mundista, feminista, chicana, lésbica, queer, mágica, esquerdista, oferece algumas reflexões sobre a escrita. Teorizando sobre *Borderlands/La frontera* (1987), a autora introduz várias metáforas da escrita; chama a atenção uma delas, apresentada quase no final do ensaio: “Escrever é como abrir as pernas” (2021, p.170). Em que sentido o processo de escrita de um texto se aproxima à experiência sexual? Que fala isso da escrita? E da prática sexual?

Sabendo da importância de ambas atividades não só nos ensaios de Anzaldúa, mas também na teoria feminista cuir/queer, queremos nos questionar sobre as consequências ético-políticas dessa metáfora, e suas implicações no estudo das práticas envolvidas.

MÉTODO

Realizaremos nosso estudo em vários passos. Em primeiro lugar, a partir de uma hermenêutica crítica, leremos detidamente o ensaio que contém a metáfora problemática, atentos aos movimentos do texto, ao diálogo interno entre imagens e ideias, indo e voltando do livro sobre o qual o ensaio discorre, e trazendo nossas reflexões sobre a sexualidade. Tensionaremos essas reflexões com a ontologia corporal proposta por Judith Butler e com a noção de justiça erótica do feminismo pró-sexo.

Em segundo lugar, refletiremos sobre os efeitos de interpelação da proposta de Anzaldúa em diversos espaços de escrita, dos quais participamos e/ou coordenamos, e nos quais os textos da autora foram utilizados como provocação/disparadores para a escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ensaio “Sobre o processo de escrever *Borderlands/La frontera*” (2021) de Gloria Anzaldúa é uma publicação póstuma cuja gênese tem a ver com uma palestra que a autora profere a um grupo de Dorrine Kondos, no Pomono College no dia 6 de fevereiro de 1991. Nele, a autora conta sobre como a saudade de seu Texas natal provocou a necessidade de escrever seu livro mais importante, *Borderlands/La Frontera* (1987). No texto também fala da sensação de ser uma alienígena, de sentir uma urgência de ter que se explicar a si mesma e aos outros e como isso foi fundamental na escrita do livro. Ela também examina suas intenções na produção do livro, o que a leva a refletir sobre a escrita e sua importância como intervenção política, em sua tarefa de subverter, resistir, educar, promover mudanças e também produzir conhecimento. No âmbito dessas

reflexões, a autora questiona a relação entre a escritora, a pessoa que lê e o texto, entendendo que a pessoa que lê é, em última instância, quem dá sentido ao texto. É a pessoa que lê (e a autora que lê como leitora) quem realmente faz as conexões, quem encontra os padrões que são significativos para ela. A partir das lacunas que o texto possui, a pessoa que lê é obrigada a trazer sua experiência para o texto. Anzaldúa se refere a esse exercício como a *co-criação* do livro: a autora monta o texto para quem o lê, mas é esta pessoa, até certo ponto, sua coautora. Mesmo quando o texto permanece, que suas letras já estão dispostas no papel, ele muda, movimenta-se, mexe-se, é diferente para cada pessoa que o lê e cada leitura. A interpretação depende da identidade de quem lê, sua posição, seu espaço, sua localização¹.

Ao final de seu ensaio, Anzaldúa traz diversas imagens que nos aproximam de sua compreensão dessa prática. Uma dessas imagens nos chama a atenção e se encontra próximo ao final do ensaio:

Escrever é como abrir suas pernas. As pessoas vão entrar. Elas vão penetrar seus orifícios. Quando você me lê você está me adentrando. Há segredos íntimos alojados em meu corpo, os quais sigo expondo a pessoas completamente estranhas. Todo escritor/a é um pouco exibicionista. Expor a mim mesma é um ato consciente. Assim que eu me revelo a você, abro minhas pernas para você, tiro minha roupa para você e abro meu coração para você, eu também me escondi. (Anzaldúa, 2021, p. 170)

Escrita e prática sexual. O que essa metáfora significa?

A primeira coisa a dizer é que o texto não fala da “prática sexual” mas de figuras que podemos interpretar como momentos ou elementos da prática sexual: abrir as pernas, entrar, se expor, tirar a roupa. Em princípio, abrir as pernas é uma ação muscular mais ou menos consciente que oferece o sexo à parceira sexual, será essa última quem decidirá o que fazer com o que lhe é oferecido. Há uma reunião, um encontro. Exposição e portanto vulnerabilidade.

Devemos lembrar que, no universo teórico de Anzaldúa que aparece em *Borderland/La frontera*, a sexualidade está ligada de forma um tanto complexa a um mundo mágico, ambivalente, que é e não é a autora. Uma espécie de corpo animal é invocada quando Anzaldúa fala sobre sua sexualidade: seu *tono* (poderes mágicos do seu corpo animal), a Besta-Sombra, a serpente. Várias figuras aparecem para falar de algo que ultrapassa o humano e que não está sob controle, não é da ordem da autonomia do sujeito, mas algo com que Anzaldúa tem que lidar, tem que enfrentar, algo que vai além dela.

Nos termos da filósofa feminista estadunidense Judith Butler, poderíamos falar de fato de uma desapropriação, uma despossessão. Em efeito, Butler (2022) discute a sexualidade em relação à reivindicação política de autonomia corporal, insistindo que

¹ A autora utiliza como exemplo a sua leitura de *Jane Eyre* de Charlotte Brontë. Uma leitura semelhante e mais aprofundada desse livro a partir de uma perspectiva desconstrucionista feminista e pós-colonial pode se encontrar na *Crítica da razão pós-colonial* de Gayatri Chakravorty Spivak (2022).

não basta, que a sexualidade é também um tipo de desapropriação, uma experiência na qual se torna evidente como o corpo se lança em sua exterioridade, questionando seus limites, sua soberania. Assim, se escrever é como abrir as pernas, isso implica que escrever é também uma experiência de desapropriação, de despossessão, uma prática que desmente a autossuficiência do sujeito moderno. Ela desmascara a mentira de um sujeito liberal –pressuposto em muitas políticas de desigualdade de nossa contemporaneidade.

Agora, a desapropriação não é apenas uma experiência vital de todo corpo enquanto corpo, mas também aparece ao lado de uma discussão ético-política sobre as obrigações que as instituições têm em sustentar a vulnerabilidade corporal, contra uma distribuição desigual de seus cuidados e proteção. Butler insiste nesse ponto na proteção de vidas, em sua fragilidade diante da violência e dos danos. De nossa parte, atentes à experiência sexual, também queremos insistir em uma noção de *justiça erótica* – conceito que parece aparecer pela primeira vez no já clássico texto de Gayle Rubin “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade” (1984). Esse conceito pode nos ajudar a compreender as consequências ético-políticas da vulnerabilidade corporal quando atentamos para sua dimensão sexual e não apenas para sua exposição a danos, na medida em que nos permite falar de proteção contra a violência e de afirmação do prazer sexual como duas faces da mesma moeda (Canseco, 2017). Assim, se escrever é como abrir as pernas, e nossas agendas feministas em torno da prática sexual têm a ver com uma luta pela justiça erótica, devemos nos perguntar também sobre o prazer e o perigo (Vance, 1985) na prática da escrita. Assim como nos perguntamos quem pode participar da prática sexual, que condições devem ser atendidas (materiais, tecnológicas, sociais, simbólicas), que riscos são possíveis para o sexo, também devemos nos fazer essas mesmas perguntas em relação à produção de conhecimento em o jogo da co-criação que envolve escrita e leitura (talvez não mais tão separadas como no início deste ensaio).

Podemos perceber a dupla demanda de cuidado diante do perigo e a afirmação do prazer nos espaços coletivos de escrita, sobre os quais também queremos refletir. De fato, nós que escrevemos este texto coordenamos e/ou participamos de vários espaços de escrita que utilizaram os textos de Anzaldúa como disparadores para a produção de novas escritas. Um deles tem sido o grupo de estudo e escrita UFABCuir, no qual intercalamos um encontro de discussão teórica sobre algum capítulo de *Borderlands/La frontera* com um encontro de escrita, para o qual propomos algum comando (*consigna*) que escolhemos coletivamente e escrevemos durante grande parte do encontro para depois compartilhar (seja lendo o escrito em voz alta, ou falando do processo). Pretendemos amadurecer nossas reflexões sobre essa experiência na apresentação do trabalho final durante o simpósio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita, como a experiência sexual, desmente o sujeito liberal e autossuficiente. Ela exige a articulação política de uma justiça erótica que, ao mesmo tempo em que exige proteção contra a violência a que se expõe a vulnerabilidade do corpo que se entrega à escrita, implica o provimento das condições que possibilitem nela o prazer.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza** San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BRONTË, Charlotte. **Jane Eyre**. Trad. Valdemar Rodrigues de Oliveira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2008.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CANSECO, Alberto (beto). **Eroticidades precarias**. La ontología corporal de Judith Butler. Córdoba: Ed. Assentamento Fernseh, 2017.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, revisão de Miriam Pillar Grossi. 54 p.[1984]. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 ago. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Crítica da razão pós colonial**. Por uma história do presente fugidio. São Paulo: Editora Politeia, 2022.

VANCE, Carole. **Pleasure and Danger**: exploring female sexuality. 1a. Reimpressão. Boston, Londres, Melbourne and Henley: Routledge e Kegan Paul, 1985.

**“E EU FINJO QUE TE GEMO POR AMOR”:
A HETERONORMA E OS PAPÉIS DE GÊNERO
NO PENSAMENTO DE LEILA MÍCCOLIS**

Ensaio

Ana Cláudia Guimarães Senna
Doutoranda PPGL/UESC

aniguissenna@gmail.com

RESUMO

No presente ensaio vislumbra-se revisitar o pensamento teórico da poeta Leila Míccolis em seus textos *Jacarés e lobisomens* (1983) e *a poesia espinhenta das mulheres da geração de 1970* (2005), bem como passear por sua produção poética em algumas obras que tematizam a crítica à heteronormatividade e aos papéis de gênero. Articulando o pensamento da poeta aos escritos de Katz (1996), Wittig (2022), entre outros teóricos, a fim de apontar a urgência do debate em torno de categorias que rompam com o regime heteronormativo, subvertam os papéis de gênero e contemplem outras formas de viver.

Palavras-chave: Leila Míccolis; poesia; heteronormatividade; papéis de gênero

INTRODUÇÃO

Nascida no Rio de Janeiro, em 1947, Leila Míccolis é poeta, ensaísta, dramaturga e roteirista de cinema e televisão. Escritora. Publicou sua primeira coletânea de poemas em 1965, *Gavetas da Solidão*, quando ainda trabalhava como advogada trabalhista, mas na efervescência do final da década de 1970 abandonou a carreira no direito para se dedicar à literatura. É dessa época seu contato com a poesia marginal carioca, que longe de ser um movimento fechado, era justamente um espaço de produção da contracultura. O trabalho com versos livres, a exploração da poética do comum, a escrita do cotidiano, coloquial, a crítica ao conservadorismo e à norma. É esse espaço de ruptura, de dessacralização da poesia, esse espaço à margem, que permite esse aproximação que aqui chamaremos de movimento marginal.

O texto breve, os versos livres, a marca da ironia, a crítica feita muitas vezes pelo desbunde, que também marcou a geração, as performances, a extroversão, a juventude em flor driblando a censura e repressão, tudo isso em contraste ao conservadorismo, à moral e aos bons costumes que o poder tentava impor. A poesia produzida por Leila Míccolis se apresenta nesse eixo de combate poético e contra o status quo.

O presente ensaio se baseia em dois de seus textos teóricos, *Jacarés e lobisomens* (1983) e *a poesia espinhenta das mulheres da geração de 1970* (2005), e sete de seus poemas. Os textos escolhidos apresentam o modo como a escritora tematiza as questões de gênero, corpo, sexualidade.

O ensaio objetiva apontar as brechas encontradas pela poesia de Leila Míccolis para estabelecer um espaço de ruptura com as normas sociais vigentes, subvertendo os papéis de gênero e questionando a heteronormatividade enquanto regime político.

MÉTODO

No presente ensaio foi empregada a pesquisa bibliográfica como metodologia. Para tanto, foram confrontados textos teóricos e literários (poemas) de Leila Míccolis que tematizam questões acerca da heteronormatividade e dos papéis de gênero. Também foram levantados textos de outros teóricos, como Jonathan Katz e Monique Wittig para contextualizar e fomentar o debate em torno destes temas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao investigar a invenção da homossexualidade, com Katz (1996) e a consolidação do pensamento homossexual, com Wittig (2022) é possível estabelecer um diálogo entre estes pensadores e a escrita de Leila Míccolis, através de sua poesia e de sua escrita



teórica. Como resultado, é colocado em cena o modo como a cultura heteronormativa se consolida em nossa sociedade, mostrando a maneira como o trabalho do patriarcado é exitoso em inculcar a cultura heteronormativa pautando a vida de todos, sem que a gente se dê conta de que tudo isso foi criado, inventado, para garantir o interesse patriarcal de manutenção e perpetuação da família tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos analisados neste ensaio é possível observar que Leila Míccolis exercita a resistência no campo teórico e na arte pela linguagem, esta é a brecha encontrada pela escritora como espaço de subversão. A poesia combativa parte para o enfrentamento das estruturas patriarcais e heteronormativas. Em Leila Míccolis esse embate se dá pela ironia, pela resignificação de ditados populares, geralmente machistas, misóginos e carregados de todo tipo de preconceitos, agora reelaborados do ponto de vista da mulher questionadora. A batalha no campo da linguagem poética.

REFERÊNCIAS

COELHO, Frederico. Quantas poesias cabem em um poema? Poesia marginal ontem, hoje e além. In: FERRAZ, Eucanaã. (org). **Poesia Marginal: palavra e livro**. São Paulo: IMS, 2013

DANIEL, Herbert; MÍCCOLIS, Leila. **Jacarés e Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

KATZ, Jonathan Ned. **A Invenção da Hetero Sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro Publicações, 1996.

MÍCCOLIS, Leila. A poesia espinhenta das mulheres da geração 70. **Revista Confraria**. no. 2 mai/jun, 2005. Disponível em: <https://www.confrariadovento.com/revista/numero2/ensaio04.htm>

MICCOLIS, Leila. **Desfamiliares: poesia completa de Leila Miccolis (1965- 2012)**. São Paulo: Annablume, 2013.

MÍCCOLIS, Leila. **Site oficial**: http://www.blocosonline.com.br/sites_pessoais/sites/lm/index.htm

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Tradução Máira Mendes Galvão. 1 ed. Belo Horizonte- MG: Autêntica, 2022.

**MINHA CORPA É VOZ DE AFETO:
CISHETERONORMATIVIDADE ENCARNADA
NA CIDADE E O DIREITO COMO IMPEDIMENTO
PARA O FIM DO MUNDO**

Dissertação de mestrado em Direito (UFOP)

Caê Mello (PPGSD/UFF)

Orientador: Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia (UFOP)

caegmello@gmail.com

RESUMO

O Direito institucionalizado tem se empenhado em impedir o fim do mundo, mantendo as estruturas do [c]istema que permeiam a cidade, em vez de promover rupturas junto a movimentos sociais que reivindicam direitos humanos. Há contornos existentes no cotidiano de pessoas trans* nas cidades que são ignorados pelo Direito institucionalizado. A memória da luta e opressão do período da ditadura militar proporciona o entendimento de continuidades no *modus operandi* do poder público, não tendo sido a democracia capaz de tornar todas as pessoas sujeitas de direito. A partir da articulação entre as teorias transfeminista, decolonial e *queer*, junto com a pesquisa de campo elaborada com técnicas da cartografia social, é possível depreender que há uma teia de poderes estabelecida pela cisheteronormatividade, enredada na branquitude, que opera no cotidiano de pessoas trans* na cidade e no convívio nos espaços públicos. Por diversos dispositivos mobilizados, a cisheteronormatividade expulsa pessoas trans* de ambientes públicos, retirando a possibilidade de serem consideradas cidadãs, constituindo-as apenas como perigo a ser retirado de vista por políticas higienistas. Direitos específicos para pessoas LGBTI+ são demasiadamente precários e não abarcam as pessoas em maior vulnerabilidade do grupo. Os demais direitos costumam não considerar sua existência. O direito institucionalizado é uma estrutura que pressupõe exclusões sistêmicas que podem ser tensionadas, mas não abolidas. O que tem permitido conquistas a pessoas trans* são coletivizações de modos de vida disruptivos, que abrem portas para o fim desse mundo.

Palavras-chave: direitos LGBTI+, cisheteronormatividade; Direito à Cidade; afeto.

INTRODUÇÃO

O Direito à Cidade ocupa um espaço central em movimentos sociais. No entanto, por sua dimensão multifacetada, muitas vezes tem seu significado esvaziado. Seu amplo potencial de politização é prejudicado por sua utilização enquanto um conceito vago, que apenas legitima uma cidade excludente.

Positivado na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e em instituído por Agendas de Habitat internacionalmente, o Direito à Cidade depende do poder de influência e criatividade que a cidadania tem de determinação dos aspectos fundamentais urbanos, a partir de projetos utópicos. A gestão democrática e a apropriação de espaços públicos, princípios basilares, demandam participação.

A cidade pressupõe um ambiente em que haja conflito, com a possibilidade da cidadania apropriar-se dele para concretizar seu próprio ideal utópico de cidade, permitindo uma gestão democrática (LEFEBVRE, 2006). O que se percebe, ao contrário, é um ambiente urbano que forja um falso consenso e paz social, que reflete relações de poder e valores dominantes de uma sociedade, determinando sujeitos inteligíveis, dignos de direitos e trânsito no ambiente público; e abjetos, de quem é retirada a possibilidade de se alcançar direitos sociais que positivam a dignidade da pessoa humana (BUTLER, 2017).

Este contexto é fruto de um controle social, uma busca da sociedade em regular interações sociais de forma a manter a estabilidade do baixo nível de ameaça ao status quo de privilégios e moralidade. Há uma suposta higienização da cidade, em que se delimitam “classes perigosas”, que devem ser retiradas do convívio de quem é entendido como sujeitos inteligíveis (CAVALCANTI, 2021). Quem não vive de forma inteligível está exposta a um risco mais elevado de violência, simbólica e física. A pessoas trans*, tidas como loucas, criminosas, drogadas ou prostitutas é negado historicamente o estatuto de indivíduo, sendo um risco à organização social pautada na disciplina e obediência (CABRAL, 2015). Caberia, portanto, a corpos racionais, proteção e governo de subjetividades selvagens e patológicas (CABRAL, 2015).

Constata-se uma exclusão estrutural, reflexo de um sistema capital sexo-gênero e parte do projeto urbano, limitando a possibilidade de existência pela lente da cisheteronormatividade (SILVA, 2014). Isto é potencializado pela legitimação da discriminação produzida pela carência de políticas públicas e normas jurídicas efetivas. A estrutura do direito é utilizada e desenvolvida para legitimar uma dominação, pautada por instrumentos novos, simbólicos e rotineiros de opressão. Quando fenômenos são geridos e esperados pela sociedade, eles perdem o caráter acidental, sendo forças que circulam, que constituem afetos produzidos no encontro (FOUCAULT, 1988).

O Direito é estesia, segundo Philippopoulos-Mihalopoulos *et al.* (2021), um afeto institucional, dirigido por uma atmosfera. A atmosfera é uma ontologia de excesso de afetos que circulam como ordem, preservam sua estrutura e colocam valores do direito como espetáculo para provar sua relevância, passando uma sensação de segurança na manutenção do status quo. Ela é produzida pela existência necessária de grupos excluídos e manutenção de uma porta entreaberta, em que se forja o imaginário da possibilidade de inclusão de todes.

Mombaça (2016) entende que, de modo a retirar as estruturas que impõem uma exclusão a partir de normas que afetam todos os âmbitos da vida, deve haver o fim do mundo, de um mundo: o do ponto de vista do colonizador. O Direito, em contraposição, tem se mostrado como uma ferramenta de manutenção da ordem posta, indo contra essas rupturas. O uso de categorias de justiça social brancas e cisgênero como ferramentas jurídicas leva ao risco de se replicar condições de injustiça sistêmica (MOMBAÇA, 2021). Há lutas que criam formas de ruptura que não utilizam as armas de quem oprime para criar um espaço vivível.

O Direito institucionalizado se empenha em manter as estruturas do sistema, em vez de promover rupturas junto a movimentos sociais. Nessa pesquisa busco compreender, a partir de reflexões transfeministas, decoloniais e *queer*, o direito em seu afeto heterogênero, que cria sujeitas marginais, as restringindo a certos espaços e impedindo envolvimento efetivo em instrumentos de participação popular preconizados pelo direito à cidade, além disso, busco localizar rupturas que viabilizam vidas trans*.

MÉTODOS

A pesquisa parte da dificuldade imposta a pessoas trans* de acessar o espaço público, buscando compreender em que medida o direito opera como fator estruturante dessa realidade. Ela tem cunho qualitativo, jurídico-sociológica, e compreendendo o fenômeno jurídico no âmbito social amplo (GUSTIN; DIAS, 2006). Articulo teorias que não partem do mesmo entendimento e não buscam as mesmas “soluções”, mas extraio análises e conceitos de cada, articulando-as no que couber.

Demonstro dinâmicas da ditadura militar brasileira, no sentido de resgate de memória de luta e desafios que existiam, com semelhanças atuais, compreendendo que a democracia foi incapaz de tornar todes sujeitas de direitos. Explico reflexões decoloniais, transfeministas e *queer*, que auxiliam na compreensão de efeitos da exclusão proporcionada pela cisheteronormatividade, como afeto cotidiano.

Objetivando uma pesquisa militante, realizei pesquisa de campo, através de entrevistas semiestruturadas com pessoas trans*, participantes de movimentos LGBTI+.

Viso compreender a forma como o direito pertence às vidas das pessoas entrevistadas e como elas vivenciam os afetos na cidade. Utilizo pistas da cartografia para desenhar uma rede de forças que conectam um fenômeno em movimento permanente (PASSOS *et al.*, 2009).

Apresento o Direito à Cidade no ordenamento jurídico. Elenco ferramentas de participação popular que pretendem concretizá-lo, mas que têm pouca eficácia. Utilizo o direito achado na rua (LYRA, 1982) e direito achado no corpo (PAIVA, 2019) como construções que permitem visualizar o âmbito jurídico para além da institucionalidade.

O Direito como afeto e a atmosfera ontológica de segurança do sistema com manutenção de uma porta entreaberta é utilizado para entender como esse afeto de cidadania demandante para a dissidência é estruturante do sistema jurídico. Demonstro que a vida de pessoas trans* tem sido viabilizada por organizações e movimentos sociais através de serviços básicos e por criarem espaços de ruptura com a ordem posta, que permitem respiros coletivos e abrem espaço para o fim do mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Transito por duas propostas: a possibilidade de realizar alterações no direito para o alcance de mais sujeitas e o entendimento de que estruturas coloniais como o direito jamais serão capazes de garantir qualidade de vida para todas as corpos. Compreendo que o fim do mundo é necessário, sendo o direito uma ferramenta mantenedora do sistema e outras estruturas colonizadoras. No entanto, buscar soluções dentro do direito pode aumentar a qualidade de vida de algumas corpos a menor prazo. Assim, embora aparentemente contraditórias, acredito que há espaço para elaborar ambas.

A cidadania se apresenta como um afeto impossível para pessoas trans*. O direito se fará presente como uma disputa, não como garantias, sendo frágeis e voltadas para demandas que não deslocam o eixo do sistema. Ferramentas de participação devem ser aprimoradas para permitir a influência de indivíduos e movimentos sociais nos rumos do direito institucionalizado, respeitando o Direito à Cidade.

É potente a perspectiva de compreensão do direito a partir das ruas e das corpos, construído cotidianamente, transcendendo ao reducionismo do marco jurídico das leis e protagonizando indivíduos. O Estado é incapaz de ser gestor completo do poder, que está presente em todas as relações, sendo o direito constituído por ações e processos históricos de luta nas ruas. Espalhar-se como peste, encontrar na quebra, produzir narrativas múltiplas e memórias abrem espaço para vida e aterrorizam a segurança da atmosfera do direito, ancorada na cisheteronormatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas trans* não têm acesso à maioria dos direitos elencados como de todes. Criar espaços participativos eficazes, para que possam pleitear seus projetos utópicos de cidade, participar de uma gestão democrática e se apropriar do espaço público, é um passo relevante para garantir uma vida mais vivível.

O pleito da igualdade formal é relevante para demonstrar as impossibilidades criadas pelas instituições, permitindo a formação gradativa de outras ontologias e a busca de outro mundo (im)possível. As soluções são de múltiplas frentes, as imaginadas pela atmosfera e os não imaginados, porque os desafios também são.

As bases do direito, estrutura colonial, pressupõe exclusões para a sua manutenção, assim, esse caminho não alcançará o respeito a todas as vidas. Ele pressupõe um degrau de exclusão e o afeto de segurança na continuidade de um sistema conhecido. São organizações e movimentos sociais que estão se fortalecendo e criando outros modos de vida para romperem gradativamente com a estrutura existente, rumo ao fim do mundo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABRAL, Raíssa Éris Grimm. **Abrindo os códigos do tesão: encantamentos de resistência entre o transfeminismo pós-pornográfico**. (Tese de doutorado). Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

CAVALCANTI, Céu. **Políticas, polícias e medidas de saúde pública de enfrentamento ao covid-19 em contextos de prostituição hiperprecarizada**. Rio de Janeiro: Metax, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/477>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 4ª edição, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 144 p.

_____. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2016.



PAIVA, Felipe Romão. **O direito achado no corpo**: casa nem é casa viva. 225f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 p.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, A.; VIANA, I. C.; VIEIRA, V. **O direito e o giro estético**: O direito é um palco: da estética à estesia afetiva. (Des)troços: revista de pensamento radical, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 224–249, 2021. DOI: 10.53981/destroos.v2i1.33052. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrococos/article/view/33052>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, Mariah Rafaela C. G. da. **Gênero e criminalização na experiência transexual**. Revista do CFCH, Rio de Janeiro, ed. Especial JICTAC, p. 1-5, ago. 2014.

“ARREDA HOMEM QUE AÍ VEM MULHER”: A RELAÇÃO ENTRE A POMBAGIRA E A QUESTÃO DA SEXUALIDADE MASCULINA.

Celio Silva Meira
Coletivo Nós da Diversidade

celiomeira2014@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetivou discutir a relação entre a Pombagira, entidade tipicamente cultuada nos terreiros de religiões afro-brasileiras em todo o país, com recorte na cidade de Poções-BA, e a suposta “influência” desta com a questão da orientação sexual de homens gays, suscitadas por religiosos (protestantes) em suas pregações, como uma das diversas formas de praticar a violência tanto contra os homossexuais quanto às religiões de origem afro-brasileiras. Para a realização da pesquisa, utilizamos do recorte etnográfico (observações nos terreiros de Umbanda e Candomblé), de entrevistas semiestruturadas com cinco homens assumidamente gays e suas relações com essas entidades e a questão das violências sofridas por religiosos extremistas.

Palavras-chave: Homossexualidade masculina; Violência; Pombagira; Religião

INTRODUÇÃO

Historicamente, as religiões afro-brasileiras são vítimas das mais diversas violências. As origens da violência contra essas crenças estão na escravidão, processo que segundo o professor Vagner Gonçalves da Silva (2015, p. 34), “sequestrou milhões de pessoas de diferentes etnias africanas, separou famílias e tentou destruir formas de cultura que não fossem brancas e europeias”.

Foi na religião, que os afrodescendentes encontraram uma forma de reconectar com seu passado ancestral. Com o espraiamento das religiões de matriz afro-brasileiras no curso dos séculos, herdado dos povos africanos que foram transladados para as américas. Nos parece oportuno afirmar que esta intimidade com personagens do universo do sagrado teria intensificado. Há, na nossa cultura popular brasileira, uma infindável lista de entidades sobrenaturais, onde os fiéis podem estabelecer relações diversas, contatos personalizados, sobretudo mediante cerimônias em que essas entidades se apresentam por meio do transe ou incorporações diversas: caboclos, orixás, marinheiros, exus e as pombagiras da qual trata este estudo. Cultuadas nos terreiros de candomblés e umbandas, é um desses personagens muito populares em todo o Brasil. É odiada e temida por alguns, amada e respeitada por muitos, havendo assim, uma relação de amor e ódio.

Estudar os cultos de pombagira permite-nos entender algo das aspirações e frustrações de largas parcelas da população que estão muito distantes de um código de ética e moralidade embasado em valores da tradição ocidental cristã.

O texto ora aqui apresentado, objetivou discutir como se processa o culto a essas entidades a partir das memórias e das narrativas feitas pelos adeptos das religiões afrobrasileiras da cidade de Poções-BA, e como algumas religiões judaico-cristãs associam o seu culto com a homossexualidade masculina. Onde, na visão da alguns líderes religiosos, a pombagira é um espírito que “provoca/desencadeia” a homossexualidade nos homens.

MÉTODO

O texto ora aqui apresentado, objetivou discutir como se processa o culto a essas entidades a partir das memórias e das narrativas feitas pelos adeptos das religiões afrobrasileiras da cidade de Poções-BA, e como algumas religiões judaico-cristãs associam o seu culto com a homossexualidade masculina. Onde, na visão da alguns líderes religiosos, a pombagira é um espírito que “provoca/desencadeia” a homossexualidade nos homens. Para a efetivação deste trabalho, utilizamos a metodologia da Etnografia enquanto método de pesquisa. Angrosino (2009) nos relata sobre métodos etnográficos em contexto de pesquisa:

A pesquisa etnográfica pode ser realizada onde quer que haja pessoas interagindo em cenários “naturalmente” coletivos. A verdadeira etnografia depende da capacidade de um pesquisador de observar e interagir com as pessoas enquanto elas essencialmente executam suas rotinas do dia a dia. (ANGROSINO, 2009, p. 43)

Usamos para coleta dos dados a entrevista semiestruturada e a observação do cotidiano ou a Observação Participante que aconteceram no decorrer dos rituais, sempre tendo em mente que não é propriamente uma técnica de coletar dados, mas sim o papel adotado pelo etnógrafo para facilitar sua coleta de dados. Quanto aos roteiros das entrevistas, estes foram elaborados previamente e com questões relativas aos níveis de conhecimentos e especificidades dos entrevistados. Onde, a pergunta norteadora da entrevista era: A entidade de pombagira teve alguma relação na sua orientação sexual? Dessa pergunta, outras foram surgindo durante a conversa. Foram entrevistados 5 homens cuja orientação sexual é a homossexualidade, suas falas foram transcritas e utilizadas ao longo do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Martins (2012), o tema da homossexualidade tem ganhado destaque na mídia e na sociedade em geral. Trata-se de um tema complexo e que envolve uma discussão ampla entre diversas áreas do saber como a filosofia, psicologia, antropologia, teologia, sociologia e a biologia. A principal dificuldade para se chegar a uma definição satisfatória reside no fato da homossexualidade ser diversificada. Dentre os desafios enfrentados, cotidianamente, por pessoas com orientação homoafetivas, está a violência praticada por alguns segmentos religiosos ao associar a orientação sexual com práticas religiosas.

Mesmo com movimento homossexual ganhando espaço cada vez maior para se expressar e colocar suas reivindicações e se firmar na sociedade. Contudo, no que se refere às Igrejas cristãs, que já tem seus discursos morais estabelecidos, em sua maioria condenam a homossexualidade como algo abominável, e desagradável aos olhos de Deus.

Mas, quem é Pombagira?

Para responder a essa pergunta tão incisiva, nos reportamos a Reginaldo Prandi (1996), na obra *Herdeiras do Axé*, que segundo este, Pombagira é um Exu, ou melhor, um *Exu-mulher*, como a maioria delas gosta de ser chamada. Ainda segundo o supracitado autor e as observações realizadas em campo, o Exu da Umbanda é diferente do orixá Exu cultuado nos candomblés de nação. Para os umbandistas trata-se de um espírito de um antepassado; enquanto que no candomblé onde predomina uma ligação mais

intrínseca com as tradições africanas é um espírito divinizado, um orixá que poderá ser dono da cabeça de um filho ou filha de santo, diferentemente do que é praticado na religião de Umbanda, onde tal procedimento não se realiza.

No candomblé nagô (iorubá), Exu é o nome do orixá mensageiro entre o mundo dos homens e o dos orixás. No candomblé jeje (fon) é chamado Legba ou Elegbara. No batuque é mais conhecido pelo nome de Bará. Nos candomblés congo e angola (bantos), um dos nomes de Exu, o orixá mensageiro, é Bombogirá (Bambojira), do qual Pombagira certamente é uma corruptela. Com o tempo, esse nome acabou por se restringir à qualidade feminina de Exu (tipicamente banta) (PRANDI, 2010, p. 145)

Ainda segundo Reginaldo Prandi (2010) pombagira é singular, mas é também plural. Elas são muitas, cada qual com nome, aparência, preferências, símbolos, mito e cantigas particulares. Entre dezenas, as mais conhecidas são: Pombagira Rainha, Maria Padilha, Pombagira Sete Saias, Maria Molambo, Pombagira da Calunga, Pombagira Cigana, Pombagira do Cruzeiro, Pombagira Cigana dos Sete Cruzeiros, Pombagira das Almas, Pombagira Maria Quitéria, Pombagira Dama da Noite, Pombagira Menina, Pombagira Mirongueira, Pombagira das Sete Encruzilhadas e Pombagira Menina da Praia, Pombagira Canela de Açúcar, Pombagira das Sete Rodilhas, etc.

A pombagira simboliza uma mulher liberta da submissão e do recato impostos ao sexo feminino por uma sociedade machista, misógina e patriarcal. Sua existência sempre foi atrelada à liberdade. Foi a partir dessa concepção, que algumas religiões judaico-cristã, imbuídas de serem “donas” da moral e dos “bons costumes”, começaram a demonizar a figura de pombagira e associá-las com a diabo cristão.

Uma das associações feitas à pombagira, por pastores e pastoras é afirmar que a homossexualidade é fruto da ação espiritual desta entidade, e que ao expulsá-la a pessoa deixará de “ser” homossexual, será curado, libertado.

Muitos líderes religiosos, usam desse artifício para negar a existência dos estudos sobre a identidade de gênero e da orientação sexual dos seres humanos. Afirmando que a homossexualidade é um problema espiritual, que em muitos casos a pessoa está “possuída” por um espírito de pombagira, e que ao expulsá-la a pessoa será curada “da viadagem”, segundo depoimento de um dos nossos interlocutores. Alinhando nossas reflexões com o pensamento de Emília Guimarães Mota (2018):

Na contemporaneidade, as igrejas neopentecostais são acusadas de preconceito, de violência, de fundamentalismo e de intolerância, pois sua teologia tem levado até as últimas consequências discursos e ações de ódio e de demonização (MOTA, 2018, p.57)

Nos discursos desses religiosos podemos perceber dois crimes: o de racismo religioso caracterizado, no Brasil, por preconceito e/ou ato de violência contra adeptos das religiões de matrizes africanas, que são os principais alvos de violência religiosa

no país, e o de homofobia, quando violenta os homossexuais relacionando a sua orientação sexual, segundo eles, ao diabo cristão.

Para a realização desta pesquisa, como dito anteriormente, alguns interlocutores foram entrevistados, a seguir, alguns depoimentos:

[..] quando uma vizinha da minha mãe disse a ela que eu precisava frequentar a igreja, pois ela via em mim um espírito de pombagira, e que se minha mãe não cuidasse, essa pombagira iria destruir minha vida. Minha mãe já desconfiava da minha homossexualidade, depois disso ficou mandando eu ler a bíblia e orar para afastar coisas ruins. (Pablo, janeiro de 2022)

Eu estava em casa, quando um grupo de evangélicos bateu na minha porta. Quando eu abrir, um homem e duas mulheres perguntaram se podiam ler a bíblia, eu disse sim, uma das mulheres, começou a “gritar” que estava vendo em mim um espírito de pombagira, e se eles poderiam entrar na minha casa para expulsá-la. (Dan, janeiro de 2022).

[...] Certa vez eu estava saindo do meu terreiro com roupa de “ração” (roupa que se usa no dia a dia dos terreiros) e “dei de cara” com uma evangélica, que sem eu dizer nada, virou para mim e disse que eu ia queimar no inferno, pois estava adorando satanás. Que eu era a representação do mal na Terra, representava uma pombagira, que todo “viado” tem esse espírito. (Sam, fevereiro de 2022)

A partir dos depoimentos acima, podemos perceber claramente como religiosos (evangélicos), associam a figura da pombagira com a homossexualidade a fim de violentar a orientação sexual das minorias. Essas violências acontecem tanto com os homossexuais que são adeptos das religiões afro-brasileiras, quanto aos que não são. Ou seja, associam à imagem da pombagira, enquanto uma figura ligada aos prazeres carnis, devassa, que teve uma vida insubmissa, “fora das normas” com a vivência da sexualidade dos homossexuais, como se esses fossem a representação dessa entidade aqui na Terra, e logo, precisando ser punidos e controlados de todas as formas.

Não é novidade pra ninguém que, pra muitas doutrinas religiosas, sobretudo as religiões protestantes, a homossexualidade é um tipo de expressão romântico-sexual a ser evitado – podendo até mesmo ser o motivo de severos castigos. Logo, essas religiões criam artifícios em que cada vez mais procuram violentar os corpos que fogem da heteronormia. Entre os desafios enfrentados, cotidianamente, por pessoas com orientação homoafetivas, encontra-se o peso do discurso moral cristão, que muitas vezes contribui para um preconceito generalizado, além do complexo de culpa criado na própria pessoa homossexual.

A homossexualidade ao longo da história está cheia de altos e baixos num emaranhado de definições, em algumas épocas exaltada, em outras condenadas inclusive com a morte dos indivíduos, em determinados períodos uma intolerância, em

outros enaltecidos, sobretudo pela literatura, mas na maior parte foi perseguida pela religião (sobretudo cristã), poder civil e por fim pela medicina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos falar em considerações finais, mas, em observações, caminhos percorridos até aqui. O Brasil, segundo estudos, continua sendo campeão em violências contra a população LGBT. A homossexualidade é uma ilha cercada de ignorância por todos os lados. A sexualidade não admite opções, simplesmente é. Podemos controlar nosso comportamento; o desejo, jamais. O desejo brota da alma humana, indomável como a água que despenca da cachoeira.

Não está numa entidade, de uma determinada religião, fazer associações religiosas é brutal e desumano, só serve para violentar pessoas, desumanizar e jogá-la num bolsão de exclusão.

Nos perguntamos, por que tanto desprezo, tanto ódio, tanta agressão, tanto amedrontamento infundado dos fiéis, tanto anúncio da “catástrofe” por vir que representaria a proteção jurídica dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis? Onde está o espírito de cristianismo exemplificado e pregado pelo próprio Cristo? O que aconteceu com o mandamento pregado por ele: “amai-vos uns aos outros como eu vos amei”?

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009 (Coleção Pesquisa Qualitativa).

MARTINS, Daniel Cordeiro. **HOMOSSEXUALIDADE E RELIGIÃO: A confessionalidade a partir do discurso ético. Dissertação de Mestrado**. Programa de pós Graduação do Mestrado em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

MOTA, Emília Guimarães. Diálogos Sobre Religiões de Matrizes Africanas: Racismo Religioso e História. **Revista Calundu**, 2018

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do axé**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. Coração de Pombagira. **Revista Esboços**, Volume 17, Nº 23, p141-149 — UFSC, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Exu: O guardião da casa do futuro**. São Paulo. Pallas Editora.2015.

EMPODERAMENTO FEMININO E AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DO BEZERRO EM POÇÕES - BA

Daniela Seles de Andrade
Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
daniseles@gmamil.com

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
lucasaguiar04@hotmail.com

Fernanda Viana de Alcantara
Professora do Dept. de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.
fernanda.alcantara@uesb.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa aborda a participação das mulheres na prática da agricultura familiar tendo como recorte espacial a comunidade do Bezerro no município de Poções – BA. Este estudo tem como objetivo central de compreender a inserção da mulher, bem como o empoderamento delas por meio das práticas da agricultura familiar. Como procedimentos metodológicos optou-se pela pesquisa observada, registros fotográficos e entrevistas com essas agricultoras. Como resultados, destaca-se o importante papel desempenhado por essas mulheres para manutenção dessas atividades de plantio e como essa atividade contribui para o empoderamento e autonomia dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres Rurais; Agricultura Familiar; Identidade; Poções – BA; Comunidade do Bezerro.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é observar, bem como discutir as estratégias e dinâmicas adotadas pelas mulheres no desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade do Bezerro, Poções-BA. Essa atividade tem um impacto significativo no território, tanto no aspecto histórico quanto no recente. A participação ativa das mulheres nesse contexto contribui para o empoderamento feminino em diversas esferas sociais.

A comunidade do Bezerro se formou a partir de famílias que optaram por deixar o trabalho nas grandes fazendas, adquirindo pequenas propriedades de terra e expandindo a comunidade com base na produção agrícola e venda de leite para sustentar sua estabilidade financeira. Essa escolha gradualmente se tornou um incentivo para muitos outros, que viram no solo fértil da região uma garantia de renda e, assim, decidiram permanecer na área.

O presente trabalho visa examinar a inserção das mulheres nesse cenário, identificando o papel crucial que desempenham na prática da agricultura familiar. Ao compreender suas estratégias e contribuições, poderemos reconhecer o valor da participação feminina nessa atividade econômica e social, além de promover uma reflexão sobre o empoderamento e importância das mulheres na comunidade.

Nesse contexto, a discussão se concentra na perspectiva da mulher e do meio rural, e o estudo adota como categoria suleadora o conceito de território. Isso se justifica pela abrangência desse conceito que engloba discussões que intensificam os debates sobre as ações socioeconômicas e culturais. Além disso, o papel dinâmico e pioneiro desempenhado pelas mulheres no processo de desenvolvimento da agricultura familiar é crucial para este debate.

MÉTODO

Para desenvolvimento da análise e resultados da investigação, o trabalho foi dividido em etapas, desta forma foi feito o levantamento teórico com contribuição de vários autores que dominam a temática em questão, em segundo foram elaborados e aplicados, na comunidade, questionários que possibilitaram compreensão mais ampla, quanto à atuação e vivência das mulheres no campo com ênfase no processo da agricultura familiar.

Paralelo ao levantamento bibliográfico foi utilizado o recurso da observação, uma vez que esse contribui para a compreensão do objeto de estudo, possibilita a apreensão da realidade e esclarecimento dos pontos norteadores da pesquisa.

De acordo com Abbagnano (1998, p. 725), “observação é a “verificação ou constatação de um fato”. Nesse sentido a temática em questão exigiu a participação

em eventos pertinentes a discussão quanto a inserção da mulher no meio rural e para além dele, nesse sentido foi indispensável a participação em reuniões de câmeras temáticas para mulheres, seminários e afins, na oportunidade foram feitos registros fotográficos e coleta de depoimentos, recursos que estruturam o corpo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As territorialidades, entendidas como táticas culturais e políticas, desempenham um papel claro na construção das experiências vivenciadas no cotidiano individual ou coletivo de cada indivíduo. É importante considerar que as territorialidades facilitam a construção de debates territoriais, pois estão ligadas às diferentes identidades que se refletem nas ações de cada sujeito social. A contribuição das territorialidades para os debates sociais cria vínculos em diferentes instâncias (Haesbaert, 1999).

Neste sentido, entender a identidade, significa apreendê-la numa condição de formação históricas, como componente do território, junto outros elementos fundamentais que constroem a base de cada territorialidade Raffestin (1993). A importância de administrar estes fatores retrata e possibilita a participação social, diminuindo significativamente as questões de desigualdades. Compreender o processo sociocultural implica reconhecer as transformações que facilitam a construção de novas perspectivas e comportamentos identitários nas relações de gênero, tanto em termos de práticas sociais quanto de ocupação de determinados espaços.

Diante desse debate, torna-se possível discutir a questão de gênero em suas múltiplas formas, uma vez que sua definição é compreendida como um jogo variado, dinâmico e produtivo de relações sociais de poder. A utilização desse conceito permite afastar a ideia de determinismo biológico em relação ao sexo, ao mesmo tempo em que considera todo o processo de construção sociocultural sobre o gênero (Dias, 2014).

Ao considerar que essa questão está ligada à garantia de direitos, torna-se necessário ampliar os mecanismos para superar as ideias e ações nos diversos âmbitos. Essa tarefa é árdua, especialmente, quando se trata da divisão sexual do trabalho, que ainda persiste de forma patriarcal na sociedade, impondo padrões comportamentais e relações desiguais que inibem o protagonismo feminino. Nesse contexto, Fraser (2006) discute os chamados “remédios distintos”, que são a redistribuição e o reconhecimento. Dentre esses segmentos, destaca-se a importância da participação das mulheres na agricultura familiar, um espaço em que elas desempenham papéis transformadores, gerenciam propriedades e conquistam uma voz ativa que transcende o âmbito rural.

Os desafios enfrentados no campo vão além do acesso à terra e suas diversas formas expropriação. Também envolvem resistências políticas, conflitos e relações de poder, exigindo um constante exercício de direitos. Castells (2008) destaca

que gradualmente ocorrem transformações na cultura patriarcal à medida que as conquistas dos movimentos feministas proporcionam às mulheres maior autonomia, participação política e respeito aos seus direitos. Nesse sentido, é válido ressaltar o papel das mulheres na agricultura familiar. Elas estão presentes nos lares, quintais, roças e na luta pela terra, assim como em inúmeros outros espaços.

De acordo com IBGE (2022), constatou-se que as mulheres envolvidas na agricultura estão contribuindo com cerca de 43% da renda familiar. Embora esse número possa não ser considerado alto, representa um avanço significativo, considerando-se que as mulheres enfrentam múltiplas jornadas de trabalho e frequentemente lidam com afazeres domésticos, maternidade e responsabilidades conjugais.

A comunidade do Bezerro, por sua vez, conta com cerca de 70 famílias residentes, nas quais 64% moram em propriedades próprias, 3% arrendada e 33% adquiridas por herança. Os principais cultivos que elevam a economia local estão voltados para plantação da palma, pimentão, coentro, abóbora, feijão, maracujá e hortaliças. De acordo com a pesquisa realizada, o número de pessoas trabalhando na propriedade varia de três a cinco, sendo que de uma a três são mulheres membros da família. Essas mulheres se dedicam às atividades agrícolas por necessidade financeira ou para complementar sua renda individual.

Algumas delas relataram que inicialmente enxergavam a prática agrícola apenas como uma forma de ajudar a família, porém ao longo do tempo perceberam a importância e a necessidade de cobrir seus próprios gastos, deixando de depender dos maridos e conquistando autonomia. Cerca de 20% das mulheres declararam que as tarefas são compartilhadas.

É perceptível que compreender sobre essas questões faz toda a diferença para essas mulheres, que sempre viram a pequena produção como a base para outros ganhos sociais. A presença feminina não se limita apenas a comunidade estudada, mas também beneficia a todos os envolvidos na prática da agricultura familiar, especialmente em relação ao acesso às políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desempenha um papel crucial ao promover o reconhecimento da equidade de gênero na agricultura familiar, enaltecendo o valor das mulheres e sua atuação na terra. Ao longo do estudo, percebe-se um avanço histórico significativo, porém, reconhece-se a persistência de desafios a serem enfrentados. Os resultados obtidos não apenas motivam e fortalecem a comunidade das agricultoras, mas também têm um impacto positivo sobre a cidade de Poções e a região como um todo. Esse contexto se reflete nas políticas públicas, que buscam incorporar as conquistas



das trabalhadoras, entendendo a dinâmica das lutas sociais. Por meio de estratégias e cooperação, o objetivo é atender às necessidades sociais, ultrapassar barreiras individuais e priorizar ações coletivas que beneficiem a sociedade de forma abrangente. A busca contínua pela igualdade de gênero na agricultura familiar é essencial para uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária

REFERÊNCIAS

DIAS, A. F. **Representações sociais de gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação**. 1. ed. Vitória da Conquista-BA: 2014. 267 p.

CASTELLS, M. **poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRASER, N. "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age". In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p. 285-293.

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

RAFFESTIN, C. "**Repères pour une théorie de la territorialité humaine**". Cahier/Groupe Réseaux, n. 7, p. 263-279, 1987.

(RE)CONSTRUÇÃO E ENTENDIMENTO DE SI: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRANSEXUAIS RESIDENTES NO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado em Sociologia/PPGD-UFPR

Fábio Augusto de Souza
Universidade Federal do Paraná f.augusto.souza@gmail.com

Marlene Tamanini
Universidade Federal do Paraná
Orientadora

RESUMO

Pela presente pesquisa tive, como finalidade, compreender como se dá o processo de entendimento de si, de agência e de (re)construção de si e de corpos, por mulheres transexuais residentes no Estado do Paraná. Foi a partir da narrativa de tais mulheres, que construí o problema de pesquisa, qual seja, compreender a vivência e as estratégias utilizadas para o entendimento e (re)construção de si, e se, o que elas almejam, é a inserção na matriz binária heteronormativa ou outras formas de existir. Partindo dos estudos de gênero e da perspectiva das teorias feministas pós-estruturalistas, busquei compreender as narrativas das mulheres transexuais, por ampla pesquisa bibliográfica e de campo que nortearam a metodologia de análise qualitativa aqui aplicada. A pesquisa de campo se deu por entrevistas semiestruturadas, com sete mulheres transexuais residentes no Estado do Paraná. Notei, como conclusão da pesquisa, que, as mulheres entrevistadas, fazem uso de estratégias reflexivas que lhes permitem existir e reconstruir seus corpos e vivências no interior da matriz de sexo-gênero binária heteronormativa, bem como que há, a partir das suas narrativas, uma grande dificuldade em imaginar a possibilidade de entendimento e reconstrução de si para além do binarismo de gênero, o que não retira o potencial de agência transformadora e reflexiva que orienta suas vidas e existência, visto que elas denunciam a falácia da ordem natural estabelecida entre sexo e gênero.

Palavras-chave: Transexualidade; Transfeminismo; Binarismo de gênero.

INTRODUÇÃO

Como se dá o entendimento, por mulheres transexuais, de que não são cisgêneras, em meio a uma sociedade e cultura que nos levem a crer que o sexo e o gênero são naturais, não históricos, imutáveis e sagrados? Quais são os impasses criados, perante a essas mulheres, a partir do momento em que se propõem a “ultrapassar” as, aparentemente, sólidas barreiras que determinam quem é homem e quem é mulher? Buscar, nesta travessia, enquadrar-se no binário que as determinou desde que nasceram, demonstraria que elas sucumbiram perante a norma ou que a transgrediram por completo? Tendo-a transgredido ou tendo sucumbido perante ela, a norma do sistema sexo-gênero heteronormativo deixa de permear a existência de tais mulheres ou continua requerendo, delas, ações estratégicas e reflexivas que lhes permitam viver e sobreviver?

Foram, estas, as perguntas iniciais que me levaram à presente pesquisa que teve, como finalidade, compreender como se dá o processo de entendimento de si, de agência e (re)construção de corpos e existência, por mulheres transexuais, residentes no Estado do Paraná. Para tanto, busquei identificar como são narrados estes processos em seus ambientes familiares, sociais e perante o aparato burocrático do Estado e, se se faz, necessária ou almejada, por elas, a homogeneização de suas identidades no interior de uma matriz binária de sexo-gênero ou se elas buscam uma outra forma de identificação e exteriorização daquelas.

Para a escrita deste trabalho, fiz uso, como embasamento teórico, da epistemologia feminista pós-estruturalista, sob uma perspectiva das experiências de mulheres transexuais, com destaque para as teorias tecidas por Foucault (2010; 2013; 2014; 2018a; 2018a; 2018b), Butler (2017; 2019), Haraway (2009; 2019) e Preciado (2017; 2018) que dialogam, diretamente, com os objetivos da presente pesquisa.

Com o intuito, portanto, de refletir sobre os processos de entendimento e constituição de si, de agenciamento e de identificação (ou desidentificação) com a matriz de inteligibilidade heteronormativa de corpos, por mulheres trans, perpasssei pelas noções de construção de identidade (sexo e gênero) como produção discursiva, de assujeitamento e sujeição, performatividade, tecnologia e passabilidade, a partir, em especial, de Michel Foucault, Judith Butler, Donna Haraway e Paul Preciado.

Tal pesquisa, perpassando por tantas categorias analíticas, se fez necessária, não apenas tendo em vista que foram estes os estudos que direcionaram a forma com que ela foi concluída e que orientaram os objetivos e a metodologia adotada em campo, mas, também, porque os caminhos percorridos para o surgimento da identidade das pessoas travestis e transexuais, ou, como denomina Bento (2017), da invenção da pessoa transexual, como toda história que se tenta localizar e contar, não é linear,

isenta de contestação e possui contextos que lhes são próprios, ou seja, são situacionais (LAQUEUR, 2001) e localizados (HARAWAY, 2009).

Como objetivos específicos, pretendi, primeiramente, compreender como se deu e se o processo de entendimento de si, configura e/ou configurou dificuldades, conflitos, rupturas e isolamentos sociais, às protagonistas participantes com quem conversei.

Em sequência, propus-me, ainda, a visibilizar se as protagonistas participantes, com quem conversei, buscam a designação formal e pública de suas identidades e existência, como mulheres trans, com a fixação e homogeneização generificada delas, nos eixos estruturantes da matriz de sexo e gênero, ou a partir de outras formas de identificação e de reconhecimento de si.

Por último, procurei compreender se o processo de (re)construção de si, conforme narrado por elas, conferiu-lhes o sentimento de liberdade e de inserção sociojurídica no contexto social em que vivem.

MÉTODO

A análise do campo realizado para a conclusão deste trabalho, narra as experiências de sete mulheres trans com quem conversei, que se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. A abordagem conferida foi de ordem qualitativa em profundidade, sob uma perspectiva feminista pós-estruturalista, com ênfase nas teorias e debates promovidos pela antropologia e pela sociologia, afinal, de acordo com Veras (2019, p. 32), estas “foram pioneiras nas discussões relacionadas às experiências trans”.

Ademais, saliento que a pesquisa de campo para a conclusão deste trabalho, foi feita, integralmente, por meio de contatos virtuais, em razão da pandemia causada pelo vírus COVID-19.

Delimito, ainda, a presente pesquisa, no entorno de mulheres transexuais, pois foi assim que as sete protagonistas participantes se autodeclararam em entrevista, quando questionadas como se identificavam frente às possibilidades de identificação de gênero. Observou-se, aqui, a autodeterminação de gênero como uma garantia fundamental inerente às mulheres com quem conversei.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das narrativas das mulheres trans com quem conversei, que se encontram inseridas em microrrelações, junto às contradições culturais, econômicas, sociais, familiares, religiosas, que lhes são parte, procurei compreender, de início, como foi que se deu o processo de reconhecimento de si das protagonistas participantes, enquanto mulheres trans. O contato com o/a outro/a, fez-se necessário, para que esta autopercepção de

si acontecesse? Quem era este outro? Uma mulher travesti, uma mulher transexual? Há diferença entre elas – travestis e transexuais? Esta pessoa era acessível, ao contato, para as protagonistas participantes? Este outro corpo, identificado enquanto travesti ou transexual, era lido como algo dado para o entendimento de si; ou seja, tornou-se um espelho, ou uma fonte de inspiração? Tornou-se, este outro corpo, fonte de acesso de informações sobre transformações corporais, hormonais, comportamentais?

É por se anunciarem, teoricamente, como exemplos materializados de subversão do dispositivo de poder-saber da sexualidade humana – que se apresenta, universalmente, de forma binária heterocentrada, - que as mulheres transexuais perpetuam deslocamentos nas normas de gênero, que se iniciam com o entendimento de si e perpassam por processos de subjetivação, de performatividade, de agência reflexiva, da produção de práticas e de saberes situados e da recriação de si.

O entendimento de si, a partir do que me foi relatado, foi muito marcado, para as protagonistas participantes, pela relação com “o outro”, ou, neste caso, melhor dizendo, com “a(s) outra(s)” (BUTLER, 2017; SOLEY-BELTRAN, 2009). Mulheres famosas que se apresentavam em programas de televisão e que estampavam capas de revistas; a figura da mãe, como aquele ser que carrega uma figura de uma “mulher ideal e perfeita”; o olhar sobre o corpo e as roupas das amigas, vizinhas e primas, quando crianças; o primeiro contato visual com travestis que estavam se prostituindo em lugares próximos às suas residências; o interesse na figura masculina conectado à imagem de uma mulher que, ao lado dele, estaria ou deveria estar; todos estes foram marcadores, apresentados em campo, que refletem a forma com que se deu, para as protagonistas participantes, o entendimento sobre si, como mulheres trans.

As dimensões, portanto, com que foram analisadas as narrativas das protagonistas participantes, foram as que refletiram suas relações junto aos seus núcleos familiares primários; a partir do contato visual ou direto com outras mulheres travestis e transexuais; pelo desejo por outras figuras masculinas; e pela figura da mãe ou de outras mulheres, como tipos ideais do que é “ser mulher de verdade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de conclusão desta pesquisa, digo que ousar tecer algumas respostas. Digo que ousar, porque, utilizar-me deste arsenal teórico e afirmar que tenho respostas concretas sobre questões atinentes à existência de pessoas e que se referem ao entendimento e construção de si, sobre o outro, seria, no mínimo, antiético da minha parte e, tudo o que aqui foi escrito, de nada valeria. Por isso, ousar afirmar que, sim, é possível pensar em corpos, sujeitos, sujeitas, sujeitos, identidades, para além dos marcadores binários de sexo e gênero. Inclusive, entendo, hoje, que a transição dentro



do próprio binário, materializa este pensar além. Afinal, as mulheres entrevistadas para a conclusão deste trabalho, dizem de onde vêm, quem são, os problemas enfrentados quando do entendimento de si e todas as estratégias e ações adotadas para as suas reconstruções. O que seriam tais reconstruções que não resistências reflexivas e éticas de cuidado de si, face às normas do sistema sexo-gênero binário? Afinal, elas foram nomeadas e identificadas, ao nascer, como homens. Sendo assim, nas entrelinhas do poder capilarizado, elas enfrentam, persistem, resistem e surgem.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3.ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: n-1 Edições, 2019.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. . **A verdade e as formas jurídicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. . **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.); LORDE, Audre et al. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 26 jul. 2023.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 Edições, 2017. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: carne, tinta e papel. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019.

SOLEY-BELTRAN, Patrícia. **Transexualidad y la matriz heterosexual**. Manresa: Bellaterra Edicions, 2009.

VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS NO COLÉGIO ESTADUAL DR ROBERTO SANTOS EM POÇÕES - BA

Grazielle Novais do Lago
Graduada em Geografia e Esp. em Análise Territorial do Espaço Geográfico pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
graziellelago@hotmail.com

Celio Silva Meira
Coletivo Nós da Diversidade
Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade
Católica do Salvador – UCSal
celiomeira2014@gmail.com

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Coletivo Nós da Diversidade
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe -UFS
lucasaguiar04@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa aborda a nossa realidade escolar e o debate de temas dissidentes que, em sua maioria, ainda é um tabu, debater questões relacionadas as mais variadas formas de violência: homofobia, racismo, sexismo, e com isso, dificulta a denúncia na maioria das vezes por parte das vítimas. Pensando por este viés, o texto ora aqui apresentado, é fruto de uma série de oficinas realizadas por meio das disciplinas de Sociologia e Práticas Integradoras com turmas do 1º ano do Ensino Médio do tempo integral, ano letivo de 2023, do Colégio Estadual Dr. Roberto Santos em Poções-BA, que faz parte do território de Identidade de Vitória da Conquista-BA. A experiência a que este texto se refere provém das nossas inquietudes no que tange aos temas que envolvem as temáticas citadas anteriormente. E foi construído para promover debates relacionados aos preconceitos e às discriminações que se manifestam no espaço escolar, voltados para o racismo, sexismo e à homolesbo-bi-transfobia, na perspectiva de apontar caminhos que conduzam ao reconhecimento e valorização às diferenças.

Palavras-chave: Violência Escolar, Diferenças, Homo-lesbo-bi-transfobia.

INTRODUÇÃO

A sociedade é extremamente estimulada pelos mais diversos avanços tecnológicos e científicos, também, esta mesma é marcada por novas formas de vivências e maneiras ampliadas de pensar o mundo, e ainda traz consigo concepções hegemônicas que tentam a todo custo normalizar e impor limites às diversas práticas sociais intituladas de “diferentes”.

Esses “modelos” de normas sociais ainda permeiam o cotidiano das nossas unidades escolares, visto que, são nesses territórios que esses preceitos são enfaticamente reforçados/valorizados, como por exemplo, que se deve-se mirar num ideal de homem cristão, que na sua maioria é branco, heterossexual e de classe alta urbana.

Segundo Louro (2000), as pessoas inseridas nesse ambiente, que não correspondem ao padrão estabelecido, sofrem preconceitos e discriminações. Nesse contexto, a temática ora alavancada pela articulação do Programa Ensino Médio Integral (ProEI), professores das disciplinas Práticas Integradoras e Sociologia, constituiu-se em um processo educativo, cultural e científico que estimula a pensar em uma sociedade que reconheça as diferenças em que se apresenta a pessoa humana em todas as suas subjetividades.

A experiência a que este texto se refere provém das nossas inquietudes no que tange a temas que envolvem raça/etnia, gênero e sexualidades. Foi construído para promover debates relacionados aos preconceitos e às discriminações que se manifestam no espaço escolar, voltados para o racismo, sexismo e à homo-lesbo-bi-transfobia, na perspectiva de apontar caminhos que conduzam ao reconhecimento e valorização às diferenças. A ênfase dada ao tema justifica-se pelo fato de se compreender que a escola representa uma instituição social tão influente quanto à família, e, ainda por haver um entendimento de que nesse espaço se evidencia uma forma de normalização coletiva a que Miskolci (2016), salienta ser esse o lugar onde as ideias coletivas deveriam começar a aparecer sob demanda de formas violentas.

Por isso, compreende-se que as subjetividades das pessoas, expressas em seu modo de viver, causam estranhamento em determinados espaços, no caso em questão, o escolar. Silva (2000) expressa que o ambiente escolar é que espera o exercício da convivência respeitosa, porém, observa-se que as relações estabelecidas são fomentadas por meio da sociedade reacionária. Com isso, a proposta didática trouxe à tona a discussão sobre o sexismo abordando como o mesmo se manifesta em situações simples do cotidiano escolar ao oferecer estímulos reforçadores do papel social e o comportamento a ser adotado por cada pessoa, evidenciadas em frases tipo: “homem não chora”, “menina é recatada e deve ser sensível”. Esse binarismo mostra que, do ponto de vista econômico, político e cultural, a sociedade está “muito bem”

compartimentada, com lugares bem definidos para cada homens e mulheres, por exemplo, rejeitando os trânsitos e as instabilidades (VIANNA, 2001).

Desconstruir as ideias que geram a violência escolar não é uma tarefa fácil, requer problematizar o modelo hegemônico predominante na nossa sociedade. Neste modelo, existem as minorias que são entendidas aqui, conforme Louro (2008, p. 20) “uma atribuição valorativa que é imputada a um determinado grupo a partir da ótica dominante”.

MÉTODO

A experiência desenvolvida junto à comunidade escolar foi realizada com base em uma abordagem qualitativa, onde levantamos discussões sobre situações de violência dentro da escola relacionadas ao racismo, sexismo e homo-lesbo-bi-transfobia, mediante exposição oral, apresentação de vídeos, leituras de imagens e textos e discussão. A primeira etapa teve como principal objetivo promover discussões relacionadas à violência existente no espaço escolar no que concerne às temáticas citadas acima. Para tanto, foram exibidos dois vídeos: “Cores e Botas” que narra o episódio de uma criança negra que sonha em ser paqueta (integrante e dançarina do Show da Xuxa, na década de 1990), em que ela é hostilizada por colegas de classe e professoras, pelo fato de não atender ao perfil físico exigido. Já o segundo vídeo “Boneca na Mochila” fez um recorte da história de um menino que é pego na escola, portando uma boneca na mochila, causando alvoroço na comunidade escolar.

Após o debate, expomos no centro da sala de aula recortes de manchetes retiradas de jornais e revistas que continham situações reais de violência escolar relacionada ao tema, onde cada aluno observou atentamente e escolheu uma delas. Por meio da leitura e análise de cada manchete, as turmas, em grupo/trio oralmente, expuseram à problemática lançando uma solução para lidar com a situação apresentada. Nesse caso, a partir de um lugar, se assumindo como pai, mãe ou professor (a), diretor (a) ou colega da turma ou ainda como funcionário da escola que estivesse “vivenciando” aquele fato. Em sequência, formaram um painel coletivo intitulado “Aprendendo a Conviver com as Diferenças” ilustrando as soluções encontradas.

Ao término da atividade, propomos a seguinte indagação/pergunta para que os alunos refletissem diante do seguinte questionamento: “De acordo com a atividade, quais discursos e atitudes podemos/devemos assumir diante dessas violências ocorridas também, no ambiente escolar?” Ao final, exibimos o vídeo “Por uma Infância sem Racismo”. E prosseguimos alavancando discussões sobre a questão do mito da democracia racial que foi construído no Brasil, no século XIX, e a crença de que há

condições de igualdade para todas as pessoas nesse país. Para finalizar o debate, conduzimos as turmas envolvidas na atividade para assistir a peça teatral “Dandara” (que retrata a temática do respeito acerca das diferenças culturais brasileiras), apresentada pelo Grupo de Teatro Carotá, grupo este, formado por atores locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados observados nessa experiência com alunos, tomando como base a produção escrita destes, assim como os diálogos em sala de aula, nos faz reportar mais uma vez aos estudos de Louro (2000), onde esta, afirma que a escola, além de possuir regras que delimitam ações, é também um ambiente que separa os indivíduos em todos os aspectos, quer seja pela classe social, idade, sexo e gênero. E ainda, acrescenta a supracitada autora, expõe símbolos que informam aos sujeitos o sentido da sua existência enquanto instituição. Várias situações foram problematizadas e pensadas na lógica que as rege, buscando analisar a construção social das diferenças no ambiente escolar. Para tanto, os alunos foram convocados a ter um olhar aguçado sobre o cotidiano da escola que, à primeira vista parece tranquilo e homogêneo, no entanto, permite e faz circular em sua rotina, regras, práticas e valores que são promotores de vigilância e controle dos sujeitos.

No que se refere às discussões alusivas ao racismo, a maioria dos alunos se autodenominou pardos, outros negros, e relataram que, muitas vezes foram vítimas de discriminação racial tanto na escola, como em outros locais. No entanto, alguns ainda não compreendem claramente que a desigualdade social no Brasil tem cor. Citaram ainda muitos discursos, piadas e apelidos pejorativos que já ouviram na escola carregados de preconceitos que causam desconforto e inferiorizam a pessoa negra e conseguiram perceber que o ambiente escolar é um espaço onde as pessoas “diferentes” do padrão imposto socialmente sofrem muito mais, por serem quem são. As falas e ações impregnadas de preconceito racial trazem à tona a necessidade de “desconfiar do que é tomado como natural”, de questionar o que é ensinado e de como se processa esse ensino. Dessa forma, foram pontuadas nas discussões, que essas situações presentes dentro e fora da escola, são produzidas com base em um modelo etnocêntrico construído historicamente, que suprime o universo cultural dos povos negros, reforçando a imagem de inferioridade da cultura dos povos africanos e afro-brasileiros.

Para as discussões relacionadas ao sexismo, os alunos relataram situações presenciadas e até mesmo vivenciadas por eles no ambiente escolar e em outros espaços. Embora tivessem compreendido sobre a importância de que não deve haver hierarquização entre os gêneros, houve depoimentos relacionados ao ambiente

familiar onde as brincadeiras e brinquedos são distintos para meninos e meninas e as atividades domésticas são geralmente destinadas ao público feminino e, na escola, muitas vezes essa segregação e papéis são ratificados e reforçados. Entretanto, o grupo compreendeu a necessidade de se pensar que os modos de viver devem ser escolhidos pela pessoa e não se deve permitir a perpetuação da inferioridade feminina e a supremacia masculina, visto que essas tensões culminam com conflitos tornando-se um dos principais motivos condutores para a violência doméstica.

A partir dessas observações aqui traçadas, todos/as participantes se posicionaram trazendo à tona a importância de que é necessário pensar sobre as consequências do sexismo nas relações sociais, e quão este fenômeno é nocivo, já que possibilita, sobretudo, provocar hierarquização das pessoas por meio do sexo e gênero. Após as problematizações acerca desse tipo de violência, os alunos afirmaram que os professores, direção, os próprios estudantes e funcionários, precisam se manifestar quando perceberem alguma atitude que caracterize homofobia na escola, pois, diante de uma agressão, o silêncio traz em si a convivência.

A inércia diante desse tipo de violência também provém de uma construção social, uma vez que posicionar-se, significa reconhecer que aqueles ou aquelas que se manifestam diferentemente dos valores hegemônicos não são estranhos, pois o olhar que se tem sobre eles ou elas é que os torna assim, esquisitos, relegando-os à abjeção. À primeira vista, apenas ser indiferente diante das práticas lesbo-homo-bi-transfóbicas na sala de aula talvez seja uma atitude que o educador encontra para não se permitir desestabilizar ou entrar em uma seara tão conflituosa ainda na atualidade que é a sexualidade. Porém levantar questões que se refiram ao assunto é um caminho para ampliar a maneira de entender que as pessoas devem ser respeitadas e valorizadas em suas subjetividades. (COSTA et al, 2016, p. 319)

A rotina no ambiente escolar revela situações e práticas pedagógicas diretamente relacionadas com a produção de diferenças produzidas socialmente. Partindo desse princípio, é necessário buscar não apenas reconhecer a diferença que compõe o espaço escolar, mas colocar em evidência questionamentos que transcendam as declarações benevolentes de boa vontade para com a diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Urge a necessidade de uma compreensão de que a sexualidade vai muito além da simples questão pregada pelos ideais religiosos. É possível pensar novas relações que a não binariedade a partir de linguagens, de falas, textos, definições que foram engendradas, criadas por uma sociedade que a todo custo manter no binário e quando alguém ousa pensar fora deste contexto passa a ser condenado pelo sistema social.



Evidencia-se que com todas as dificuldades aqui retratadas, a escola permanece como um espaço em que novos padrões podem ser construídos, ou seja, o estabelecimento no/pelo seu interior de novas formas de convivência, de aprendizagem, podem revelar novas formas de produção de conhecimento e transmissão de valores e de alteridade. Especialmente, se forem abolidas as práticas que geram a discriminações e violências que levam à estigmatização de grupos que promovem o racismo, o sexismo, o homofobismo.

Quando se propõe estudos de gênero e sexualidade dentro dos currículos escolares, propõe-se pensando que eles contribuam para levantar questões e pensar em ações na escola em uma perspectiva da educação para diversidade e, desse modo, para uma instrução que combata a discriminação e preconceitos, as violências de gênero, violência contra mulher e a violência homo, lesbo e transfóbica.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. M.; SOUZA, M. L. de; CORTES, R. de C. S. Vivências de uma atividade docente sobre violência no espaço escolar no curso de extensão em gênero, raça e diversidade sexual/ Odeere – UESB/BA. **Revista ODEERE**, n.1, ano 2016.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. V. 19, nº 2 (56) – maio/ago. 2008. p. 20.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

POESIA, AUTOBIOGRAFIA E PERFORMANCES AFEMINADAS EM ARARIPE COUTINHO

Trabalhos de Pesquisa de Mestrado em Crítica Cultural.

Jaime Santana Neto
aluno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

jaimenetoparticular@gmail.com

RESUMO

Analisar a construção poética do escritor Araripe Coutinho, tendo como base seu livro de estreia “Amor Sem Rosto”, de 1989, buscando apontar traços de sua biografia e sexualidades dissidentes na construção de sua escrita.

Palavras-chave: Performance; Sexualidades dissidentes; biografia; poesia; queer.

INTRODUÇÃO

O poeta Araripe Coutinho provocou em Sergipe um rompimento entre o masculino e o feminino ao lançar seu primeiro livro, intitulado “Amor sem rosto”, em 1989. Ao transgredir a chamada heteronormatividade, ele potencializou a criação de uma poesia fluída através de reverberações autobiográficas, debruçando seu livro de estreia em construções poéticas-performáticas, que resultaram em escritas potencializadas por relações afetivas fundamentadas e enlaçadas numa bruma queer. O devido trabalho trará uma abordagem biográfica do escritor em consonância com as escritas produzidas por ele em sua obra de estreia, buscando entender a composição deste dois pontos na construção crítica de sua identidade poeta.

MÉTODO

Nesta proposta, trabalharei com a pesquisa qualitativa que irá se debruçar na produção poética de Araripe Coutinho, buscando assim identificar a diversidade de seu estilo de escrita e temas abordados. Se faz de fundamental importância também pesquisar os parâmetros de sua vida enquanto personalidade cultural sergipana para traçar paralelos com sua as obras.

A análise destes dados acontecerá a partir do aparato bibliográfico dos diversos autores que embasam a Crítica Cultural. Desta forma, o conteúdo teórico deste trabalho será baseado nas leituras, análises e fichamentos de escritores como: Michel Foucault, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Stuart Hall, Félix Guattari, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Teresa de Lauretis, Judith Halberstam, Sócrates Nolasco, Monique Witting, Adelia Maria Miglievich Ribeiro, Thiago Martins Prado, Leonor Arfuch, Elisabeth Badinter, Antoine Compagnon, Pedro Paulo Gomes Pereira, José Gil, Anthony Giddens, Paul B. Preciado, o próprio Araripe Coutinho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Decolonialismo busca no salvamento do subalterno, as possibilidades de ampliação de vozes silenciadas por muito tempo, encontrando na Teoria Queer, na performance e nas sexualidades dissidentes um ponto referencial para a “liberdade” desses indivíduos. Este trabalho é uma tentativa de se fazer ouvir a voz do poeta radicado sergipano, Araripe Coutinho, ultrapassando assim os muros sociais, geográficos e intelectuais que fundamentaram sua poesia como um referencial do mundo atual, ainda que seja um referencial por enquanto silenciado. Busco aqui um diálogo com a Crítica Cultural na intenção de mesclar mundos, teorias e saberes como uma maneira de



promover um saber poético resistente ao tempo, sendo ao mesmo tempo mecanismo social, sexual e intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa serve de farol a quem passou a vida inteira nas sombras e contribui assim com o escritor Araripe Coutinho em prol do seu reconhecimento enquanto poeta brasileiro. Este trabalho se amplifica seu discurso, sua poesia e seus aspectos sociais através da promoção de um diálogo que conversa também com os milhares de outros autores brasileiros e suas escritas então desconhecidas de um grande público.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora da universidade do Rio de Janeiro, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo horizonte: Autêntica, 2019.

_____. **Problemas de Gênero: feminino e subversão da identidade**/20ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo horizonte: Autêntica, 2019. p.191-219.

_____. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Chão da Feira, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

COMPAGNON, Antoine. **Os antimodernos: de Joseph de Maistre à Roland Barthes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

COUTINHO, Araripe. **Amor sem rosto**. Sergipe: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1990.

_____. **Obra Poética Reunida**. Sergipe: Ed. J. Andrade, 2009.

_____. **Obra Poética Reunida**. Sergipe: Ed. J. Andrade, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.



_____. **Os Anormais: curso no Collège de France 1974-1975.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, José. **Metafenomenologia da monstruosidade: o devir-monstro** In. **Pedagogia dos monstros - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras.** Tomaz Tadeu da Silva (org.) Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense S. A.;1985.

_____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidade Femenina.** Madrid: Editorial Egales, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LAURETIS, Teresa de. **Gênero e teoria queer.** Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br> >. Acesso em: 26, janeiro, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo horizonte: Autêntica, 2020.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo horizonte: Autêntica, 2019.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo horizonte: Autêntica, 2020.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PRADO, Thiago Martins. **Deus morto, Deus posto: O sagrado e a sexualidade na poesia de Araripe Coutinho.** São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Queer decolonial: quando as teorias viajam.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, p. 411-437.

_____. **Corpos e teorias decoloniais e queers, interpelados e em trânsito** In. **Epistemologias do Sul Dossiê Giro Decolonial 2: Gênero, raça, classe e geopolítica do conhecimento.** Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 58-71, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Terror anal.** Imprensa Marginal, 2021.

_____. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual.** Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode um subalterno falar?**; tradução de: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind In:___ . The Straight Mind and other essay**. Boston: Beacon Press, 1992.

(RE)INVENÇÃO DE CORPORALIDADES TRANS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA.

Kueyla de Andrade Bitencourt
docente da Universidade Federal da Bahia

kueyla@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem como principal proposição discutir sobre a memória do processo de reinvenção de si de travestis e mulheres transexuais da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, à luz da perspectiva bergsoniana de memória. A produção dos dados, resultante de uma pesquisa qualitativa, aconteceu por meio de entrevistas, conversas informais, observações e diários de campo. A análise atentou-se à autoficção da memória na (re) construção desses corpos ao articular elementos técnicos e semióticos, utilizando-se das tecnologias disponíveis no contexto interiorano. Percebeu-se que existe uma cultura travesti que prescinde de protocolos e normativas dos saberes standardizados, uma vez que, esses corpos, tidos como abjetos, produzem fissuras através de estéticas corporais singulares e modos de subjetivação insurgentes aos modelos dominantes.

Palavras-chave: Memória; Bergson; Reinvenção Corporal; Corpos Trans.

INTRODUÇÃO

O gênero, enquanto ideal regulatório insiste em territorializar o corpo, tomando-o como essência e naturalizando-o como desígnio biologizante. Trata-se de uma ficção poderosa, por omitir articulações de poder e seus sistemas de valores. Essa ficcionalidade atua não apenas como narrativa, mas está presente na materialidade dos corpos. Assim, cabe problematizar a colonização dos sentidos atribuídos aos corpos sexo-gênero dissidentes e os apagamentos de classe, raça, etnia, pertencimento cultural, desejos e afetividades dos que se constroem fora dos modelos dominantes.

Essas regulações funcionam como mecanismos específicos de conhecimento e poder e adquirem força na construção da verdade sobre o sexo. Essa verdade, tida como essência, sobretudo a partir do século XIX, atua como incitação e não como repressão à sexualidade (FOUCAULT, 1997). Admite-se, assim, um corpo que é constituído por essas normativas, mas também atua sobre elas e produz ficcionalidades no seu processo de construção técnica e semiótica, já que “é múltiplo e plástico, possuindo uma pluralidade de expressões que não podem se reduzir ao masculino e ao feminino” (PEREIRA, 2014, p. 110).

O corpo trans⁽¹⁾, sobre o qual se debruça esse trabalho, aprendeu a se reinventar nos desvios, não obstante a tentativa de sua captura pelas instâncias capitalista, colonial, binária, moralizadora e religiosa. Esse corpo vislumbra novas formas de existência, orientado para a ação por meio das lembranças que o constituem (BERGSON, 1999), e, para Mombaça (2017), a despeito dessas vidas serem negativadas, elas se multiplicam nas fissuras.

A visibilidade desses corpos, através de trabalhos como este, funciona como micropolíticas de enfrentamento, trazendo para a esfera da imanência, estratégias insurgentes dos que sofrem processos de violência sistêmica. Assim, para perceber os diversos significados e sentidos de corpos gênero-sexo-dissidentes e periféricos, investe-se na compreensão das memórias de travestis e mulheres transexuais que vivem em Vitória da Conquista, cidade de médio porte do interior da Bahia.

Diante disso, no processo analítico, será discutida a autoficcionalidade dessas memórias, enquanto espaço de negociações, já que, apontam para o inacabamento da realidade presente por diferenciações, enquanto permanecem inextricavelmente ligadas ao passado por raízes profundas. No sentido de subsidiar uma melhor compreensão sobre as dinâmicas que as caracterizam, serão vistos, brevemente, alguns dos aspectos centrais da teoria bergsoniana que sustentam essa análise.

1 Corpo T, ou corpo trans, são os termos que serão utilizados no presente artigo para se referir aos corpos em constante transformação das travestis e mulheres transexuais.

Com base no pressuposto que a memória não se refere a eventos pretéritos e sim aos seus prolongamentos até o momento presente, evocar as memórias referentes ao processo de reinvenção dos corpos trans não prevê a obtenção de informações exatas sobre eventos passados, tais como o início do processo de transformação corporal, o momento de identificação com o gênero oposto ou as primeiras aparições públicas como corpos femininos. Significa, decerto, atribuir sentido às multiplicidades de suas experiências e as diferenciações possibilitadas pelo seu prolongamento sobre o presente.

De acordo com Bergson (1999), para acessar essa memória é necessário realizar um trabalho tateante que parte de um passado geral para, em seguida, ter acesso a uma região mais contraída deste. Aos poucos, a lembrança pura deixa de ser nebulosa, de modo que o virtual passa a ser atual e as lembranças passam a se atualizar no presente, passíveis de serem evocadas. Essa atualização, se conformam às evocações do presente a partir do corpo, que atualiza apenas as lembranças que são úteis e considera apenas a parte do passado que organiza o presente.

É a partir dessa perspectiva que o presente trabalho tem o intuito de compreender as memórias do processo de reinvenção dos corpos trans em Vitória da Conquista (BA). Ao buscar compreender os movimentos de diferenciação constantes no processo de reinvenção de si, a noção de memória utilizada neste trabalho carrega consigo a concepção da diferenciação de si mesmo enquanto atualização de uma virtualidade.

MÉTODO

Durante o período da produção dos dados (julho 2018 e maio 2020), em uma pesquisa qualitativa, foi possível conviver, conversar, entrevistar e observar treze travestis e mulheres transexuais, com idades entre vinte e cinquenta e cinco anos, das quais 9 foram entrevistadas individualmente em suas casas, na sede da coordenação LGBT do município ou em espaços públicos. Foram também feitas observações em diversos contextos de socialização frequentados por elas, além da participação em reuniões em espaços acadêmicos. Grande parte dessas interlocutoras são de classes populares, moram em bairros periféricos e trabalham com prostituição. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o registro: 19262219.2.0000.5556.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As transexuais e travestis desestabilizam os modelos coercitivos de gênero e sexualidade, com a noção de que o corpo é inacabado e incansavelmente reajustado, ousam se libertar das polaridades com a ajuda de hormônios, técnicas cirúrgicas,

maquiagens e vestimentas. Assim, visam suprimir as características do gênero que lhes foi designado ao nascer, pois “já nascem cirurgiados por tecnologias discursivas” (BENTO, p.1), em proveito daquele com o qual passaram a se identificar.

Esse corpo ficcional, segundo as interlocutoras deste estudo, usufrui, ainda, de biotecnologias e de signos para atingir o que é considerado socialmente como feminino, para tanto, utiliza-se da memória que ilumina uma porção do passado quando este se apropria da percepção do presente através do corpo como mecanismo sensório-motor (BERGSON, 1999).

Desse modo, as feminilidades, que evidenciam a artificialidade da construção corporal, podem ser expressas através de: esforço para se afastar dos caracteres fenotípicos associados ao masculino; uso de técnicas em busca de curvas exuberantes; investimento na sensualidade e erotização de um corpo desejado; perseguição da inteligibilidade social; busca do feminino atrelado à fragilidade e à passividade; ou mesmo a construção na genitália feminina por meio da cirurgia de transgenitalização.

A partir disso, é importante destacar, seguindo a teoria *queer*, que “o sexo, o corpo e o próprio gênero são construções culturais, linguísticas e institucionais geradas no interior das relações de saber-poder-prazer.” (CÉSAR, 2014, p. 171). De acordo com Butler (2009), existem signos que atuam na construção desse corpo sexuado, sem os quais ele não poderia ser socialmente legível.

Dentre as trans conquistenses, muitas delas, ousaram transpor as barreiras de gênero já na adolescência e início da idade adulta. Nessa fase, já com maior autonomia sobre seus corpos, deixam as unhas e os cabelos crescerem, aprendem a se maquiar, investem em vestuários femininos, eliminam os pelos, usam enchimentos. Além disso, investem nas modificações performativas: aprendem gestos mais delicados com o corpo e a cabeça e novas posturas dos braços e pernas; forjam movimentos faciais mais suaves; aprendem o manejo da voz para que fique mais aguda e em um tom mais baixo.

Nessa memória de transformação, elas constroem um corpo ciborgue (HARAWAY, 2000), através de técnicas que alteram sua biologia. Além da ingestão de hormônio e da aplicação de silicone, recorre-se ao uso de tecnologias mais sofisticadas como implantação de próteses, correções cirúrgicas, depilação a laser e tratamentos dermatológicos (PERES, 2011). Nesse sentido, o conhecimento biomédico, presente enquanto dispositivo regulador e patologizante, torna-se um importante aliado para redistribuir as fronteiras de gênero.

Na atualização das lembranças dessas trans, as mais velhas se distinguem das que atualmente dispõem de maior acesso aos serviços de saúde e do auxílio de protocolos.

Anteriormente, segundo elas, o acesso das travestis aos serviços de saúde públicos era impensável, já que sofriam preconceito, sobretudo no contexto sociopolítico de

uma cidade interiorana, onde seus corpos marginalizados tinham uma espacialidade muito mais restrita.

Nos relatos, todas afirmam já terem feito uso de hormônios. As que começaram a (re)construção há mais de dez anos usaram por indicação das travestis mais velhas, enquanto as que começaram recentemente contaram com protocolos biomédicos, mas uma delas ressalta que os médicos dessa cidade ainda sabem muito pouco sobre o corpo das travestis e suas questões de saúde específicas.

Em função disso, muitas delas fazem críticas contundentes ao saber biomédico e preferem utilizar os conhecimentos da cultura travesti, das mais velhas, obtidos partir da própria experimentação em seus corpos, bem como as informações das redes sociais sobre essa intervenção biotecnológica. Assim, a automedicação também pode ser considerada como uma afronta ao poder/saber biomédico, e da standardização dos protocolos médicos e farmacêuticos.

A forma como agenciam as intervenções em seus corpos, definida por Pelúcio (2005) como “autonomia terapêutica”, caracterizam-nas como “hackers de gênero” (PRECIADO, 2018), já que se apropriam das tecnologias médicas e bioquímicas. Como propõe Preciado

(2018) “consideramos os hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas companhias farmacêuticas.” (p. 59).

Dentre as interlocutoras, as que passaram pela transição nas décadas de 1990 e 2000, se referem à hormonização e à utilização do silicone industrial como imprescindíveis. Para as que trabalham com a prostituição, e afirmam necessitar de um corpo feminino para despertar o desejo dos clientes, várias rememoram utilizar dos serviços das bombadeiras², já que o silicone industrial é mais acessível, pelo baixo custo e pela instantaneidade dos resultados.

A busca do feminino, “muitas vezes se inscreve no corpo através de cortes, injeções, supressões, introduções [...], algumas com probabilidade de causar infecções e outros danos à saúde” (PRATES, 2014, p. 128). Assim, entende-se que a inteligibilidade social está relacionada ao controle biopolítico desses corpos (Butler, 2017). Por consequência, acredita-se que a memória das trans, orientada para o real, sob o julgo da cisheteronormatividade, reproduz os comportamentos esperados socialmente, que aprisionam o gênero ao sexo. Todavia, o enquadramento aos modelos de feminilidade dominantes pode causar diversos tipos de sofrimento e como assinala Bento (2003), “estas idealizações são lugares inabitáveis” (p. 11).

² Travestis mais velhas que já injetaram silicone em seus corpos e resolveram ganhar a vida injetando nas mais novas

Por fim, vale ressaltar, consoante Benedetti (2005), que a busca por ser identificada socialmente como feminina também se caracteriza como uma prática de resistência, já que a feminilização dos corpos trans requer novas perspectivas sociais, políticas e culturais, que transpõem as regulações médicas e jurídicas e perpassa, de igual modo, pela reinvenção estética de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a problematizar o regime político que homogeneiza o gênero e a sexualidade, busca-se compreender as memórias de reinvenção do corpo de travestis e mulheres transexuais interioranas, através da sua materialidade e potência criativa. Consideradas como autoficcionais, essas memórias atualizam a virtualidade do passado e reafirmam a noção bergsoniana que preconiza a diferenciação como força explosiva, capaz de criar diante dos obstáculos materiais e as tendências funcionais e adaptativas dos seres vivos. Além disso, ao atualizar o passado, embaraça a distinção entre a verdade e a representação da verdade e constrange a ficção da origem, ao escancarar a ficcionalidade do gênero ancorada em elementos socioculturais relativos às relações de poder imbuídas nessa corporalidade.

Destaca-se, nesse sentido, as estratégias inventadas pelas trans no interior, que utilizam de conhecimentos e técnicas dos saberes médicos, farmacêuticos e bioquímicos, ressignificados pela cultura travesti, como a auto-hormonização e o uso de silicone industrial. Ao contrário do que se pode crer, essa é uma tática que também aponta para o cuidado de si e para a troca de saberes entre elas.

A descolonização do conhecimento sobre as memórias as trans interioranas pode funcionar como um gesto político na medida em que estas expressam narrativas contrahegemônicas, de corpos que se assenhoram de sua dissidência, rompem com o silenciamento e enunciam um saber sobre si e sobre a sociedade. Portanto, torna-se urgente expor os regimes que sustentam o projeto ontológico do 'sujeito normal' e sua posição de privilégio, uma vez que o não questionamento das normativas é o que garante a sua perpetuação.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita**: O corpo e o gênero dos travestis. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys estudos feministas**, v. 4, 2003.



BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

BUTLER Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, V.19, p. 95-126, 2009.

BUTLER Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica; 2017. p. 191-219.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **(Des)fazendo gêneros e queerizando a vida**: a (des)educação de corpos. In: Ferrari A et al. Corpo, gênero e sexualidade. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras; p. 159-173, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo - socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica; 2000.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva), 2017.

PELÚCIO, Larissa. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 6, 2005.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **De corpos e travessias**: uma antropologia de corpos e afetos. São Paulo: Annablume; 2014.

PERES Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: DE SOUZA, Luis Antonio Francisco; DE MAGALHÃES, Bóris Ribeiro; SABATINI, Thiago Teixeira (Orgs.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. São Paulo: Editora Oficina Universitária, 2011.

PRATES Adriana. A redução de danos aplicada ao uso de silicone líquido e hormônios. In: COELHO Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO Liliana Lopes Pedral (org.). **Transexualidades**: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA; 2014. p. 125-132.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie** : sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo : n-1 edições, 2018.

FANTASMAGORIAS PRETAS: MARIELLE FRANCO E OS MORTOS DO JACAREZINHO COMO DEMANDAS ÉTICAS

Tese de Doutorado

Udinaldo Francisco Souza Júnior
Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)

Angela Lucia Silva Figueiredo (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

udinaldofrancisco@gmail.com

RESUMO

O seguinte trabalho busca discutir os conflitos e disputas em torno das políticas de luto envolvendo dois casos recentes de violência antinegra no Estado do Rio de Janeiro: a morte de vinte oito pessoas em uma Chacina na comunidade do Jacarezinho em 2021 e o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. Através da narrativa etnográfica de um vídeo, lançado na conta de Instagram da Polícia Federal, das notas oficiais lançadas na semana do assassinato de Marielle e algumas declarações de figuras públicas acerca do assassinato da vereadora, busco discutir como os mortos legam uma série de demandas éticas para os vivos, se constituindo como elementos inescapáveis para compreensão da cena política brasileira nos últimos anos. Para isso acionamos o debate sobre fantasmagoria e espectralidade na obra de Derrida, bem como a discussão sobre valor e negritude em Denise Ferreira da Silva.

Palavras-chave: Espectralidade; Raça; Genocídio; Fantasmagoria; Ética.

INTRODUÇÃO

Em ação ocorrida no dia 11 de maio de 2022, a polícia civil do Rio de Janeiro destruiu um memorial erguido para homenagear as vinte e oito vítimas da Chacina do Jacarezinho. A chacina, uma das maiores na história do país, aconteceu durante operação do mesmo corpo policial no dia 6 de maio de 2021, na favela do Jacarezinho, Zona Norte do Estado. A destruição do monumento foi realizada pela CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) e tornada pública em vídeo lançado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro em sua conta do Instagram.

Fazemos um breve relato etnográfico do vídeo publicado, com o objetivo de suscitar algumas questões: Por que uma das unidades mais especializadas da Polícia Civil do Rio de Janeiro foi acionada para destruir um muro com nomes de mortos inscritos? O que, de fato, a polícia estava tentando destruir? Por que um muro com nomes de mortos foi considerado ilegal, ao ponto da segurança pública ser acionada para o apagamento desse muro? Onde está, no curso das vidas inscritas nas placas, a *ilegalidade*? Por que a destruição de um muro se torna um evento instagramável? Por que a destruição do muro conta com a celebração de outras pessoas? Por fim, se estamos falando de sujeitos mortos em 2021 que continuam produzindo fenômenos sociais que mobilizam a sociedade civil, o poder público, a segurança, as armas, os carros de guerra, os policiais especializados e os usuários do Instagram, não deveríamos perguntar, talvez, se estes sujeitos não estão *dizendo algo*? Ou melhor, *exigindo algo*?

Gostaríamos de pensar, mobilizados pelo evento acima, a memória como elemento disruptor da oficialidade (POLLAK, 1989), bem como determo-nos naquilo que ela possui de mais fantasmático, o esquecimento. Além disso, revisitamos o conceito de espectralidade em Derrida (HOLLAND, 2013; DAVIS, 2013; ABRAHAM e TOROK,

1978; BLANCO e PEEREN, 2013; DERRIDA e STIEGLER, 2013), para entender como os mortos, ao reaparecerem na cena pública, exigem um outro tipo de escuta e de aproximação.

Em diálogo com o evento do Memorial dos Mortos, recuperamos algumas declarações públicas e oficiais sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes (executados no centro do Rio de Janeiro em 2018) para pensar as respostas éticas dadas às demandas apresentadas pelos fantasmas que assombram a política contemporânea.

MÉTODO

O trabalho consiste em uma narrativa etnográfica de um vídeo, lançado na conta de Instagram da Polícia Federal, das notas oficiais lançadas na semana do assassinato de Marielle e algumas declarações de figuras públicas acerca do assassinato da vereadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho apresentado faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento. As discussões dentro da apresentação proposta consistem em pensar as respostas éticas dadas às demandas apresentadas pelos fantasmas que assombram a política contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste trabalho, emergem reflexões profundas sobre os conflitos e disputas que permeiam as políticas de luto, destacando dois casos recentes de violência antinegra no Estado do Rio de Janeiro: a Chacina na comunidade do Jacarezinho em 2021 e o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. Através da análise etnográfica do vídeo veiculado na conta de Instagram da Polícia Federal, das notas oficiais emitidas na semana do assassinato de Marielle e das declarações proferidas por figuras públicas acerca desse evento, este estudo se propõe a explorar a complexa dinâmica entre os mortos e os vivos, bem como a influência que os falecidos exercem sobre as questões éticas e políticas do Brasil contemporâneo.

Através da lente conceitual da fantasmagoria e da espectralidade, embasadas na obra de Derrida, foi possível destrinchar como os mortos não se extinguem, mas persistem como presenças latentes, trazendo à tona demandas éticas e exigências de justiça que ecoam no seio da sociedade. O choque entre as narrativas oficiais e as vozes dissidentes em relação a essas tragédias evidencia a natureza multifacetada dos eventos, bem como a tensão constante entre memória, verdade e poder.

Ao incorporar a discussão sobre valor e negritude à análise, com base nas ideias de Denise Ferreira da Silva, o trabalho ampliou seu alcance ao explorar não apenas os aspectos políticos, mas também os fundamentos sociais e culturais subjacentes a esses conflitos. A negritude emerge como elemento central na construção dessas narrativas, expondo as disparidades estruturais e os desafios persistentes enfrentados pela população negra no Brasil.

Nesse sentido, a análise desenvolvida neste trabalho revela que os mortos, longe de serem esquecidos, permanecem vivos nas demandas que levantam, nas narrativas que inspiram e nas transformações que provocam.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Nicolas; TOROK, Maria. *L'Écorce et le noyau*. Paris: Flammarion, 1987.

ÁRIES, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.



ASSUNÇÃO-LUIZ, Alan Vinicius et al. Impactos da Covid-19 em alunos de pós-graduação. Olhares e Trilhas, Uberlândia, vol. 23, n 2, abr-jun 2021.

BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther. The Spectral Turn / Introduction. In: BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther (Ed). The spectralities reader: ghosts and haunting in contemporary cultural theory. New York, 2013.

BLANES, Ruy & ESPÍRITO SANTO, Diana (eds.). The social life of spirits. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

BUTLER, Octavia. Kindred: Laços de Sangue. Tradução: Carolina Caires Coelho. São Paulo: Editora Morro Branco, 2017.

COLAU, Ada. Entérate Jair Bolsonaro. [...]. Barcelona, 14 mar. 2019. Instagram @adacolau. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bu_fvcmBEsC/

CUNHA, Rocelly Dayane Teotonio da, et al. Entre sonhos e crises: esquadrinhando os impactos acadêmicos da pandemia por Covid-19 na vida de pós-graduandas (os) brasileiras (os). Revista de Estudos em Educação e Diversidade, v. 1, n. 2, out/dez, 2020 DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Colin. État Présent: Hauntology, Spectres and Phantoms. In: BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther (Ed). The spectralities reader: ghosts and haunting in contemporary cultural theory. New York, 2013.

DERRIDA, Jacques; STIEGLER, Bernard. Spectrographies. In: BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther (Ed). The spectralities reader: ghosts and haunting in contemporary cultural theory. New York, 2013.
DOIS momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de gripezinha, o que agora nega.

BBC Brasil, 27 dez 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

FRANCO, Maria Helena; TINOCO, Valeria Ulbricht; MAZORRA, Luciana. Reflexões sobre os cuidados éticos na pesquisa com enlutados. Revista M., Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 138-151, jan/jun 2017.

FRECCERO, Carla. Queer Spectrality: Haunting in the Past. In: BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther (Ed). The spectralities reader: ghosts and haunting in contemporary cultural theory. New York, 2013.

HOLLAND, Sharon Patricia. Introduction: Raising the dead. In: BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther (Ed). The spectralities reader: ghosts and haunting in contemporary cultural theory. New York, 2013.

JÚNIOR, Udinaldo Francisco Souza. A morte e a morte de Shaynna Xayuri Morgana (Lili): necropolíticas queer em Cachoeira – BA. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia], 2019. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

WEINSTOCK, Jeffrey Andrew. from Introduction: The Spectral Turn. In: BLANCO, Maria del Pilar; PEEREN, Esther (Ed). The spectralities reader: ghosts and haunting in contemporary cultural theory. New York, 2013.

OS (DES)CAMINHOS NA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS COM CORPES DOCENTES LGBT+ DO IFBA – A ROTA DA VIA(DA)GEM

Pesquisa de Doutorado em andamento

Wallace Matos da Silva (PPGE-UFBA/IFBA)

Orientador: Rafael Siqueira Guimarães (PPGE-UFBA/UFSJ)]

wallace.ifba@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa da tese de doutorado intitulada “Narrativas (auto)biográficas de docentes LGBT+ do IFBA: o exercício da biografização como estratégia formacional e profissional”. Ele objetiva apresentar os (des)caminhos trilhados para a geração das informações da pesquisa, por meio da entrevista narrativa. Essa movimentação ao encontro de docentes LGBT+ do IFBA, para essa etapa da pesquisa, denominei de “Rota da Via(da)gem”. Os aportes epistemológicos, que embasam a minha pesquisa da tese de doutorado, estabelecem diálogos com a (Auto) biografia, Narrativas das Histórias de Vida e os Estudos das Sexualidades Dissidentes, as quais se constituem como dispositivo político, que problematizam as dimensões identitárias binárias compulsórias de gêneros e das sexualidades em dissidência numa perspectiva histórica-antropo-cultural. A “Rota da Viadagem” se constituiu em três etapas distintas: divulgação de questionário para participante, organização do roteiro de viagem e realização das entrevistas narrativas com docentes LGBT+ do IFBA em seus respectivos campi de atuação. Como resultado, de 14 docentes que se inscreveram através do formulário, para participar voluntariamente, consegui realizar 10 (dez) entrevistas com docentes LGBT+. As narrativas construídas me conduzem a constatações temáticas cujos elos, de algum modo, dialogam e nos (re)conectam com as nossas narrativas das histórias de vida.

Palavras-chave: Narrativas de vida; docentes LGBT+; entrevistas narrativas; IFBA

INTRODUÇÃO

A minha narrativa como docente LGBTI+ se constitui em movimentos de reflexões e autorreflexões numa perspectiva de prática reflexiva formativa. A minha caminhada como professor-pesquisador LGBTI+, integrante ao quadro docentes do IFBA, atuando na instituição, apresentando as vivências e as experiências individuais motivadoras/motivantes para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado torna-se relevante na pesquisa por ser de cunho (auto)biográfico e por demarcar o espaço tempo do vivido/vivente, promovendo um movimento de reflexão crítica formacional como dispositivo produtor de subjetividades.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é, por tradição e reconhecidamente, um dos principais territórios de formação de educação profissional que desenvolve ações que reforçam a cidadania e os processos de socialização dos discentes dos mais diversos níveis de ensino (básico, técnico e tecnológico). A instituição passou por várias e diversas transformações sócio-políticas ao longo desses anos. Entendi que era o momento de tencionar essas estruturas institucionais com seus pilares conservadores, numa perspectiva de “produção de conhecimento coletiva, colaborativa, apoiada na experiência de todas e todos” (LOURO, 2003, p.118).

Os aportes epistemológicos estão amparados na Pesquisa (Auto)biográfica (DELORMOMBERG, 2008, 2014; JOSSO, 2020; PASSEGGI, 2011), entrelaçados aos Estudos das Sexualidades Dissidentes, funcionando como dispositivo político, que problematizam as dimensões identitárias binárias compulsórias de gêneros e das sexualidades em dissidência numa perspectiva histórica-antropo-cultural, amparados em Colling (2015, 2018), Silva (1999), Louro (2003, 2014), Caetano (2016), Bento (2017).

Ao longo da minha caminhada como pesquisador, constato que uma das maiores dificuldades na realização das pesquisas cuja abordagem seja qualitativa é a escolha do dispositivo mais adequado para a geração das informações. Partindo desse lugar, pensei na escrita do texto para o evento “Desfazendo Gênero” que contribuísse com outras, outros e outres pesquisadores de pesquisas qualitativas e que pretendam utilizar o dispositivo da Entrevista Narrativa (EN). Assim, este trabalho, para além de ser parte integrante da pesquisa de tese de doutorado, objetiva apresentar os (des)caminhos trilhados para a geração das informações da pesquisa por meio da entrevista narrativa, doravante (EN).

MÉTODO

O falar de si revela diversos eventos discursivos que tem relação com a pluralidade de manifestações (mentais, gestuais e comportamentais) inerentes ao seu ser. Dessa maneira, é importante que o instrumento de pesquisa seja o mais apropriado para apreender o

objeto para que eu possa observar, analisar e compreender. O trabalho com a narrativa de vida a partir da história de vida dos docentes se tornará um “convite a ver a nossas práxis” (RICUER, 2010, p. 141). O procedimento da narrativa permite, nas práticas sociais, o desenvolvimento de atos de partilha e de compreensão, de si e da vida. Assim, a técnica da geração das informações por meio da entrevista de pesquisa biográfica, doravante entrevista narrativa (EN), teve como finalidade colher e ouvir, nas suas singularidades, as falas em relação à existência e à experiência de docentes um dado momento. Esses relatos darão uma dimensão constitutiva da individualidade. Ferrarotti (2011, p. 106) enfatiza a importância a relação de confiança que deve existir em entre o narratário e narrador pois segundo ele não ninguém lhe narrará suas “experiências vividas”. Atento a essa orientação epistemológica e metodológica, elaborei o roteiro que me posicionasse como “narratário” de modo que as narrativas favoreçam o resgate da memória individual e coletiva, permitindo às/ao docentes expressarem suas subjetividades por meio dos relatos, rememorando os acontecimentos e fatos vividos, refletindo sobre suas experiências e trajetórias, compreendendo seu processo de constituição e suas realidades. Considero relevante finalizar essa seção com a definição de Entrevista Narrativa proposto pelo professor Elizeu Clementino de Sousa (2018, p.296) “é uma entrevista individual onde os sujeitos falam de si e de seus percursos, disponibilizando informações importantes de suas existências”. O referido pesquisador reitera que o referido dispositivo de pesquisa adere às noções conceituais da pesquisa (auto)biográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para dar conta da realização das entrevistas com as/os colaboradoras/es da pesquisa, resolvi traçar um cronograma com o itinerário das visitas em seus respectivos campi, pois havia tomado a decisão de que as entrevistas ocorreriam na modalidade presencial, visto que o fantasma da pandemia oriundo da “COVID-19” estava relativamente sob controle no Estado da Bahia. Tracei a seguinte rota:

Rota de Via(da)gem - Núcleos



Das cidades acima, apenas o município de Itabuna não possui um Campus do IFBA, entretanto há docentes que residem na referida cidade e se deslocam para os campi nos quais estão lotados para o exercício da docência. No início, fiz o planejamento da realização das entrevistas nos referidos campi com os professores em seus espaços de atuação docente. Quando finalizei a rota das viagens, organizando os itinerários para as cidades nas mais diversas regiões da Bahia, iniciei o processo de ligações e envio de mensagens por WhatsApp informando a data prevista para a realização das entrevistas e se eles estavam disponíveis para aquelas datas para que eu pudesse visitá-los. Após muitos diálogos para fazermos uma negociação que desse conta das oportunidades deles e eu pudesse economizar recursos visto que todas as viagens foram autofinanciadas. Por final, consegui ajustar a Rota da Via(da)gem, organizando a logística das viagens por regiões. Estabeleci alguns polos que me serviriam de apoio para o deslocamento nas cidades de cada região. O quadro abaixo é o resultado da minha organização dos polos.

Assim, foram realizadas 10 entrevistas, com as/os participantes, assim distribuídas:

Quantitativo de Entrevistados por Polo

Salvador	04
Eunápolis	01
Itabuna	02
Feira de Santana	02
Irecê	01
Total	10

Dessa totalidade de entrevistas (10), já finalizei todas as transcrições das entrevistas, desse total, 04 retextualizadas ¹ em formato de narrativa, 06 em processo de retextualização. É um processo lento, exaustivo e emocionante porque as narrativas de suas histórias de vida revelam e evidenciam experiências e vivências que também são minhas por semelhança e analogia. As narrativas construídas me conduzem a constatações temáticas cujos elos, de algum modo, dialogam e nos (re) conectam com as nossas narrativas das histórias de vida. Assim, posso afirmar que

¹ Marcuschi (2001) denomina a retextualização como uma das formas de realizar a passagem ou transformação de textos orais para textos escritos numa discussão de cunho teórico-metodológico

os núcleos familiares podem ser acolhedores e opressores das corpos, dos corpos e des corpos performatizam as dissidências sexuais, há atravessamentos dos princípios da religiosidade eurocêntricacristã-judaica no controle desses corpos, as sublimações dos desejos de docentes na juventude como mecanismo de fuga, as universidades se constituem em *espaçotempo* libertário das suas identidades LGBT+ tanto nos cursos de graduação quanto nos cursos pós-graduação, a profissionalização e qualificação profissional tornam-se instrumentos para a conquista da autonomia de seus corpos, assumindo-se LGBT+ na atuação profissional. Essas dimensões são algumas temáticas constantes nas narrativas das/dos participante.

Há a minha empatia das dores, dos alentos, das superações e das pequenas conquistas. Daniel Bertaux (2020) destaca que essas “narrativas das suas experiências, tal como um foguete de sinalização” tornam-se dispositivos para constituição de mundos sociais subjetivos e individualizados mas que considerando a variável de sermos LGBT+ construímos uma espécie mundo metaverso entre nós, que dialoga entre nós, apesar da temporalidade, das experiências individuais e dos aspectos espaciais. Esses atravessamentos me são caros porque eles se constituirão em conhecimentos e saberes, dando forma, por meio de narrativas, para as suas/nossas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Rota da Via(da)gem” é um continuum...É um construir de idas e vindas. Nesse momento, no meu itinerário de buscas, constatações, reconhecimentos das dimensões das vivências de vida, das experiências formacionais e das heurísticas nas atuações docentes, possibilitadas através das narrativas das histórias de vida de docentes LGBT+ do IFBA, a Rota da Via(da)gem torna-se vasto, inquietante e caloroso caminho a percorrer nesse encontro do meu corpo impregnado das minhas experiências vividas com os “outros” corpos experientes e vividos

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo** – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual/ Berenice Bento. 3ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

BERTAUX, Daniel. *As Narrativas de Vida*. 3ª ed. Lisboa, Portugal: Editora Mundos Sociais, 2020, 155p.
CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas**: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento** LGBT e o ativismo Queer. Salvador: EDUFBA, 2015.



COLLING, Leandro. **Gênero e Sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2018, 69p

DELORY-MOMBERGER, Christine. **As Histórias de Vida**: da invenção de si ao projeto de formação. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação**: figuras do indivíduo projeto. (Tradução de Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi). São Paulo: Paulus, 2008.

FERRAROTTI, Franco. Las historias de vida como método. **Revista Acta Sociológica**, n.º 56, p.95-119, dezembro, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ras/article/view/29459> acessado em 09 agosto 2021.

JOSSO, M.-C. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 5, n. 13, p. 40-54, 28 jun. 2020.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pósestruturalista** – Petrópolis/RJ: Vozes - 6ª edição, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos; Tomás Tadeu da Silva. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 46.
PASSEGGI, Maria da Conceição, SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista** [online]. 2011, v. 27, n. 1 [Acessado 9 Agosto 2021], pp. 369-386. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S010246982011000100017>>.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução Claudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar; introdução Hélio Salles Gentil. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156p.

SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. **Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação**. *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 282-303, 2018. Disponível em: Souza (estacio.br)» <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/4750/47966110>

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS GÊNERO E SEXUALIDADE NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO SUDOESTE BAIANO, MÉDIO SUDOESTE E MÉDIO RIO DAS CONTAS

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS
lucasaguiar04@hotmail.com

Fernanda Viana de Alcantara
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
fernanda.alcantara@uesb.edu.br

RESUMO

O presente texto tem como objetivo compreender as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio das Contas. O desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade. A pesquisa adotou como metodologia o levantamento bibliográfico e documental sobre a temática; realização de observações das reuniões do colegiados; de entrevistas com representantes dos colegiados dos territórios; com movimentos sociais e com as Instituições Públicas que tratam sobre a temática. Destarte, entende-se que a questão de Gênero e Sexualidade está inserida nas pautas das discussões do Territórios por meio dos Planos Territoriais, mas ainda carece de maior debate e análise. A pesquisa revelou que a Bahia, e em especial, os territórios estudados, apresentam em suas pautas as questões relacionadas as políticas públicas sobre a temática, mas, na prática, as ações são ainda tímidas, constatou-se, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação. Há maior concentração de ações nas cidades polos os territórios. Fato que remete a necessidade de continuidade aos estudos e ações que abordam a questão da participação e das políticas públicas direcionadas aos LGBTQIA+ e Mulheres.

Palavras-chave: Território; Desenvolvimento territorial; Políticas públicas; LGBTQIA+; Mulheres.

INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte do trabalho de dissertação intitulada como “Desenvolvimento Territorial e as Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano” e tem como objetivo de compreender as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade na Bahia, em particular, nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano (TSB), Médio Sudoeste (TMS) e Médio Rio das Contas (TMRC). Nos últimos anos, registrou-se uma ascensão dessa temática, aspecto inovador na ciência geográfica. Com o intuito de contribuir no referido debate, buscou-se utilizar o território como categoria de análise das estratégias de gestão do Estado para amenizar as disparidades sociais, existente no Brasil por meio da implementação de políticas públicas e promoção da participação social.

A discussão ora aqui apresentada se dará por meio das preposições da categoria território, pois a grosso modo, os espaços de participação social dentro da abordagem do desenvolvimento territorial se concretizam como campo de conflitos de interesses. Nesse sentido, pode-se afirmar que há uma disputa de poder, esse motivo em particular, recai na definição da referida categoria defendida por Raffestin (1993). Desta forma, o território também se caracteriza como uma faceta do espaço conforme o pensamento de Souza (2013). Então, é possível ratificar as contribuições de Haesbaert (2004) sobre a existência das multiterritorialidades. Assim, essas e outras contribuições para o entendimento do território, também, auxiliam na compreensão sobre o desenvolvimento territorial, a participação social dos sujeitos, bem como a sua diversidade, o fortalecimento e a criação das políticas públicas de gênero e sexualidade.

Ao examinar o panorama histórico, constata-se que no Brasil as mulheres ainda não têm acesso completo aos seus direitos, o que acarreta em uma situação de desigualdade de gênero. É evidente, resumidamente, afirma que existem diversas meios e políticas públicas implementadas para corrigir essa discrepância tanto para as mulheres quanto para a populaçãoe LGBTQIA+.

Como aspectos metodológicos foram adotado o levantamento bibliográfico sobre a temática, bem como o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do colegiado territoriais e de entrevistas com representantes dos respectivos colegiados e com representante das organizações de movimentos sociais sobre gênero e sexualidade e

representantes de mecanismo do poder público de ações sobre o tema da pesquisa Apesar das relações que envolve a abordagem do desenvolvimento territorial essa pesquisa apresenta um caráter inovador dentro da perspectiva da ciência geográfica, tal como para a sociedade, pois servirá para estudos futuros e contribui para melhoria do planejamento de políticas públicas para população LGBTQIA+ e mulheres.

O debate proposto por este ensaio, sumariamente, pode ajudar nas formas de compreensão da realidade e superar alguns paradigmas da sociedade, principalmente, o debate de igualdade de gênero e a valorização da mulher rural, pois há necessidade de inserir pautas específicas para este público nos espaços de participação social e tem também que reconhecer as diferentes identidades e os anseios que atravessam essas mulheres e a população LGBTQIA+.

MÉTODO

A pesquisa adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre a categoria território tais como: Raffestin (1980), Haesbaert (2004), Souza (2013).

Sobre a temática das políticas públicas territoriais e espaço de participação foram embasados por: Alcantara (2013) Haesbaert (2010). Para se discutir a questão de gênero, sexualidade e participação buscou-se as análises de: Beauvoir (1990), Butler (1990); e para relação da questão de gênero e sexualidade associado ao discurso da Ciência Geográfica, Silva (2009), Silva e Ornat (2014) e Paula (2021).

Também foi realizado um levantamento documental acerca da temática da pesquisa dentro dos espaços de legitimação e participação social existente nos territórios, a exemplo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), dos três territórios estudados. Simultaneamente foi realizado o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do colegiado Territorial do Sudoeste Baiano, e de entrevistas com representantes dos Colegiados do Sudoeste baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio de Contas, e do Coletivo Nós da Diversidade, e ainda com as Coordenações de Amparo aos Direitos dos LGBTQIA+ e a de Mulher e da Câmara Gênero dos colegiados dos territórios estudados.

Foi realizado registro fotográfico das reuniões e das ações dos movimentos sociais. Os dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE); a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) e a Secretária de Proteção e Amparo aos LGBTQIA+ em cenários estadual e municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao tratar de desenvolvimento territorial se faz necessário debruçar sobre as contribuições epistemológicas da categoria território. Neste sentido, observa-se as contribuições de Raffestin (1993) que não se deve equivaler a categoria espaço e

território, pois o território é uma produção do espaço. Assim, Souza (1995) expressa que a categoria é delimitada pelas relações de poder, ao corroborar com essa perspectiva destaca-se Silva e Ornat (2014) ao acrescentar as relações de poder que se ampliar para além do estado, desta forma, agrega a definição as disputas que de gênero e sexualidade.

No que se refere ao dinâmica do desenvolvimento territorial, Haesbaert (2010) pontua que a utilização da categoria território para implementação de políticas públicas não é característica apenas do Brasil, mas também de outros países que adotaram como forma de ordenamento e planejamento. Neste cerne, as categorias de análises da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o planejamento e gestão de política públicas, neste caso, o território. Pois, esta categoria possui ações diretamente vinculados à reprodução da sociedade no espaço. (ALCANTARA,2013)

Na perspectiva institucional, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial dá suporte a um processo que envolvesse as questões sociais com o desenvolvimento econômico. Por este motivo, o desenvolvimento territorial se dá por meio da mobilização de fatores econômicos, sociais e políticos/institucionais. Assim, é possível trazer as contribuições de Sen (2000) que diz que o desenvolvimento está muito além da acumulação de riquezas e do crescimento econômicas.

A política de desenvolvimento territorial se consolida na Bahia com a constituição dos Territórios de Identidade que, por sua vez, possuem espaços de participação denominados de colegiados territoriais formados por representantes de diferentes segmentos dos municípios, tanto da sociedade civil, como do poder público. No cerne, observa-se que por estratégia do Estado para desenvolvimento dos territórios está se aproximando, aos poucos, na concepção de Sen (2000), pois, a partir da dinâmica territorial as pessoas ganham autonomia e participação no planejamento e nas implementações das políticas públicas.

No entanto, é preciso elucidar as contribuições que auxiliam no entendimento do debate de gênero e sexualidade, pois as políticas públicas que auxiliam e amenizam as disparidades sociais relacionadas ao gênero e sexualidade no Brasil são somatórios para o almejado desenvolvimento social e econômico. Conforme Sen (2000) visa autonomia e participação destes sujeitos no planejamento e na gestão de políticas para alcançar o desenvolvimento. Segundo Butler (2004) a concepção de uma construção social sobre o gênero ampliando as possibilidades de vivenciar o gênero diferente de Beauvoir (1939).

Neste sentido, é necessário elucidar as contribuições de Foucault (1977) ao dizer que as questões que envolve o gênero e a sexualidade estão silenciadas, pois são entrelaçadas as questões de poder, nesta quadra, observa-se as preposições de Silva e Ornat(2014)sobre o território. Silva(2009)aborda que o saber geográfico sobre temáticas

que envolve temas subversivos ficou refém da construção da heterocisnormatividade consolidada na Geografia.

A autora rebate ao dizer sobre a importância de se consolidar uma geografia que se debruce e analise os temas dissidentes e, até mesmo ao fazer a relação entre a geografia e a teoria queer, bem como as demais ciências sociais. Paula (2020), por sua vez, expressa que o principal objetivo da geografia em se estudar gênero e demais temas dissidentes consiste em analisar as desigualdades socioespaciais e que essas relações adentram na vida dos sujeitos em todos os âmbitos e não se deve ignorar. Compreende-se que as contribuições da ciência, em especial, a Geografia permite a análise das políticas públicas de gênero e sexualidade no contexto do Desenvolvimento Territorial na Bahia. Ao considerar que o planejamento territorial apresenta em suas essências fomentar a participação social destes sujeitos.

Sobre as políticas públicas de gênero e sexualidade nos territórios estudados observase que cada um está em uma fase diferente de políticas dentro do Ciclo das Políticas Públicas apresentado por Secchi (2012). Neste quadro observa-se que o TSB é o que mais desenvolveu ações que englobe as questões de gênero e sexualidade, o mesmo, conseguiu tirar algumas ações do PTDRRS e concretizar, possui uma câmara técnica específica para a temática, bem como a participação de movimentos sociais dentro da óptica do desenvolvimento territorial, e também, a contribuição da Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) para fortalecer os espaços de participação e Implementar as políticas públicas. Esses fatores fazem com que o TSB tenha um percurso mais consolidado que os demais territórios analisados.

O TMS e TMRC estão ainda em passos lentos ao se tratarem das políticas de gênero e sexualidade, pois ainda não conseguiram consolidar nenhum espaço de participação, por exemplo uma câmara técnica sobre a temática, tal como conseguir realizar as ações planejadas no PTDRSS. Os referidos territórios não possuem diálogos com os movimentos sociais existentes nos municípios que os compõem. Neste aspecto, não favorece o fortalecimento desta pauta dentro do colegiado territorial. É crucial elucidar neste texto que o TMS e TMRC não possuem nenhum órgão do poder público que trabalhe com essas questões na composição de seus respectivos colegiados.

Ao se tratar da relação com a UESB, vale salientar que, essa instituição está inserida nestes territórios também, não há um entrosamento entre a entidade como as demandas das políticas de desenvolvimento territorial, desta maneira, observa-se o quão fundamental é o papel da universidade dentro do planejamento das políticas públicas por meio da abordagem do desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é sabido que a questão de Gênero e Sexualidade está inserida nas pautas das discussões do Território por meio dos Planos Territoriais, mas ainda carece de maior debate e análise. Toda a trajetória de pesquisa revelou que a Bahia, e em especial os territórios estudados, apresentam no planejamento e em suas pautas as questões relacionadas as políticas públicas de Gênero e Sexualidade, mas, na prática, a temática e ações são ainda tímidas, constatou-se, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação e ainda que falta maior integração entre as entidades e ações desenvolvidas. É evidente que há uma maior concentração de ações nas cidades sedes dos territórios e em menor evidência nas outras cidades. Fato este que remete a necessidade de dar continuidade aos estudos e ações que abordam a questão da participação e das políticas públicas direcionadas as mulheres e população LGBTQIA+ na Bahia e nos territórios investigados.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.
- BUTLER, J. **Undoing gender**. Nova York. Routledge. 2004
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, A. S. C. ety al (Orgs.). **(GEO)grafia dos movimentos sociais**. Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2010.
- ____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.
- ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v, 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087.
- PAULA, L. A. C. DE. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2020.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. 1ed. Cia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Editora: Toda Palavra, Ponta Grossa – PR, 2009.

SOUZA, M. L. ***Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

FEMINILIDADES EM CORPOS LIDOS COMO MASCULINOS E FEMININOS: PENSANDO O CORPO A PARTIR DOS GESTOS

Artigo

Bruno Pacheco
Universidade Estadual de Santa Cruz

Alana Clecya
Universidade Estadual de Santa Cruz

pacheco.letras@gmail.com

RESUMO

A feminilidade é imposta a mulher mesmo antes do seu nascimento. Em contrapartida, corpos lidos como homens devem exercer a masculinidade como um troféu. Desse modo, buscamos discutir as relações de repulsa para com a feminilidade, sobretudo quando essa feminilidade opera em corpos lidos como masculinos. Com esse objetivo, primeiro, dissertamos, brevemente, sobre as relações ideológicas e discursivas. Para tanto, nos apoiamos em Orlandi (2015; 2017) e em Pêcheux (2015). Ademais, aprofundamos as discussões sobre gestos, corpos afeminados e sexualidade humana, tendo como referências Murillo Nonato (2020), Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2016), Jean-Claude Schmitt (1987), Judith Butler (2015), Paul Preciado (2014; 2018), dentre outros.

Palavras-chave: Feminilidade. Discurso. Ideologia. Tecnogênero. Farmacopornografia.

INTRODUÇÃO

Discutiremos, ao longo deste texto, como a sociedade, baseada nos princípios conservadores da cisheteronormatividade patriarcal, vê, do ponto de vista ideológico, a feminilidade em corpos lidos como masculinos e femininos. Nesse sentido, partindo do princípio que somos moldados pelo padrão vitoriano, trazer à baila a discussão a respeito da feminilidade é chamar a atenção para o fato de que a sociedade binariza os corpos, e, acima de tudo, condena a feminilidade, colocando-a em um patamar inferior à masculinidade.

Homens cis (gays e héteros) com aspectos femininos tendem a ser questionados pelo (cis)tema a todo momento devido seus gestos criarem uma falha no processo cognitivo do sujeito já marcado pelas ideologias dominantes. Assim, quando um homem cis (gay ou hétero) performatiza um corpo afeminado, este é colocado em situação de chacota, de deboche e inferiorizado pelos demais que ordenam que ele “vire macho”; que “deixe de ser mocinha”, e que “pare de agir igual uma mulherzinha”.

Estaria, então, o terror feminino ligado à abjeção às mulheres ou de que forma poderíamos entender esse sentimento para com a feminilidade sobretudo do sexo oposto? Numa tentativa de esmiuçar tal inquietação, faremos uso de algumas discussões para elucidar o problema da sociedade com a feminilidade nos corpos lidos como masculinos e femininos. Murillo Nonato (2020); Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2016), Eni Orlandi (2015; 2017); Jean-Claude Schmitt (1987), Judith Butler (2015) Paul Preciado (2014; 2018), dentre outros autores, nos servirão de suporte teórico nessa caminhada, provocando, a todo momento, questionamentos sobre o corpo e sua tecnologização, feita a partir do advento capitalismo.

MÉTODO

Apoiado à Análise do Discurso materialista (doravante AD) trazemos algumas considerações sobre a forma com que a ideologia afeta os discursos, ou, melhor dizendo, o modo como a ideologia constitui o sujeito e este a reproduz em seus dizeres. Para tanto, atestamos que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2015, p. 15). Dessa maneira, não há discurso sem ideologia porque os sujeitos são interpelados por ela. Assim, é possível, afirmar que não há discurso isento da ideologia. Pensando nessa perspectiva, partimos da premissa de que a linguagem possui opacidade, ou seja, que “a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que se coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 2015, p. 15). Logo, a língua, não sendo transparente, é sujeita a “falhas”. Em outras palavras:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de torna-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciação é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (PÉCHEUX, 2015, p. 53, grifo nosso).

O sujeito, para a AD, é visto como um ser ideológico, na medida em que este é cons-tituído pela língua, ideologia e história. Em outras palavras, “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na histó-ria” (ORLANDI, 2017, p. 22). Assim, o indivíduo só é sujeito do seu discurso porque a ideologia o faz, sendo “obrigado” a interpretar tudo a todo momento por consequência dessa condição. Este, por sua vez, não se dá conta dessa interpelação pelo trabalho que a própria ideologia produz, “colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2015, p. 44).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao nascermos, entramos em um processo onde os discursos já habitam, assim, eles não “se originam em nós. Isso não significa que não há singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. [...] Elas se realizam em nós em sua materialidade” (ORLANDI, 2017, p. 34). Posto isso, o sujeito é atravessado por múltiplos discursos já existentes que juntos não formam um novo discurso, mas uma reformulação, ressignificando tais discursos. Em outras palavras, não criamos um discurso novo, uma nova ideologia, mas nos filiamos as ideologias existentes. Assim, somos a favor destas ou iremos contra elas.

Essas relações de dominação, subordinação e contradição são evidenciadas quando um discurso é posto em análise. Por exemplo, o caso do ocorrido em julho do ano passado, quando o time feminino de handebol se negou a jogar com o uniforme oficial. Segue a notícia abaixo, na imagem:

Imagem 01



Fonte: CNN Brasil, 2021.

O time de handebol feminino foi multado quando se negou a usar a parte debaixo dos biquínis e optou por shorts. Segundo a reportagem de *Woodyatt* (2021), publicada no jornal CNN Brasil (2021), a Federação Europeia de Handebol (EHF) afirmou que os trajes eram inapropriados e que infringiam das diretrizes impostas às atletas. Em contrapartida, o time masculino de handebol possui um uniforme mais confortável e que cobre mais o corpo, como podemos ver na imagem a seguir:

Imagem 02



Fonte: CNN Brasil, 2021.

A discrepância nos uniformes das equipes acontece devido às ideologias sexistas e machistas que pairam na sociedade, estas que são sustentadas por determinados sujeitos e, conseqüentemente, mantêm-se alimentadas e aceitas por muitos. No exemplo citado acima, podemos observar que o órgão que delimita as leis desse esporte vai ao encontro às ideologias sexistas e machistas, ou seja, as aceitam e as proliferam enquanto o time feminino ao se posicionar contra as regras está rompendo com esses discursos/ideologias, realizando assim deslocamentos e movimentos de resistência ideológica.

As ideologias dominantes também têm relações com as formações imaginárias. Estas são as imagens que o sujeito faz dele mesmo e de tudo que existe, desde outro sujeito a uma classe social. Dessa maneira, as formações imaginárias são um campo de relação de forças, a partir do momento em que se constrói uma imagem sobre um sujeito ou grupo, concomitantemente é construído uma adjetivação para tal imagem como bom/ruim, superior/inferior etc., isso em decorrências das condições sócio-históricas e ideológicas.

Ainda relacionado à formação imaginária, temos os estereótipos, que são “imagem(ns) socialmente cristalizada(s)” (GATTI, 2013, p. 43, grifos nossos). Estes “carimbam” um sujeito ou classe como bons, ruins, tristes, alegres, importantes, inferiores, entre outras definições. Dito de outra forma, os estereótipos “desempenham o papel importante de dar valor à categorização na interação social” (GATTI, 2013, p. 46). Estes, como partes da formação imaginária, também são constituídos das relações sócio-históricas e ideológicas. Como ocorre sobre os corpos, assim que nascemos, são



impostos a nós a feminilidade ou masculinidade conforme apontado pela genitália da criança. Corpos lidos como mulheres são associados à feminilidade, já os corpos lidos como homens, à masculinidade. Isso ocorre devido as ideologias que são sustentadas nas sociedades a partir dos discursos religiosos, políticos, legislativos, educacionais etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a sociedade constrói e moldam corpos de acordo com o que lhes é “normal” e aceito? E quais mecanismos (discursos, mídias, histórias, crenças, etc) permitem essa delimitação e aceitação entre corpos afeminados ou não? Ao fim de todas as considerações afirmamos que fugir dos padrões é ser considerado um desviante da heteronorma, é estar em situação de vulnerabilidade, de exclusão e de rechaço ao mesmo tempo que é viver livre ser fingisse ser outra pessoa, é posiciona-se contra discursos/ideologias excludentes e ser uma força contra elas, proliferando assim, discursos/ideologias mais respeitosas e acolhedora

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015.

GATTI, Márcio Antônio. **A representação da criança no humor: um estudo sobre as tiras cômicas e estereótipos**. Tese (doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade de Campinas – UNICAMP, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268872> .

MOURA, Renan Gomes de; NACIMENTO, Rejane Pevot. **O gay afeminado nas organizações: uma tensão permanente com padrões heteronormativos**. Revista Estudos Feministas: Florianópolis, 2021.

NONATO, Murillo. **Vivências Afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes**. 1 ed. Salvador-BA: Editora Devires, 2020.

ORLANDI, Eni. Análise do discurso. In: _____. LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Org.) **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. 3 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 12 ed. CampinasSP: Pontes, 2015.

PRECIADO, B. Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual, tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014. QUEBRADA, Linn da. **Talento**. Lyric Video: 2017. Youtube.

SAEZ, Sáez; CARRASCOSA, Sejo. **Pelo Cu: políticas anais**. Tradução Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.



WOODYATT, Amy. Time feminino de handebol de praia da Noruega é multado por não jogar de biquíni. **CNN Brasil**: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/time-feminino-de-handebol-de-praia-da-noruegae-multado-por-nao-jogar-de-biquini/> . Acesso em 03 de dez. 2021.

**EDUCAÇÃO, TRAVESTITILIDADES E TRANSEXUALIDADES:
ANÁLISE DE PRODUÇÕES DA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E
DÍSSERTAÇÕES DO IBICT**

Pesquisa Quadrienal

lissiasouza@gmail.com

Líssia Souza Lemos de Pádua
Centro Universitário do Triângulo

Anna Clara Ribeiro Ibrahim
Universidade Federal de Uberlândia

Vagner Matias do Prado
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um estudo que objetivou mapear estudos sobre Educação, Travestilidades e Transexualidades, publicizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O levantamento faz parte de um estudo mais amplo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A partir das expressões “Travesti e escola”, “Travestilidade e escola”, “Travesti e educação” e “Travestilidade e educação” foram rastreados 11 trabalhos, entre teses e dissertações, produzidos entre 2010 a 2021. A produção encontrada acerca da temática insinua timidez, é recente e potencializa pensar em outras propostas investigativas sobre as relações entre Educação, Travestilidades e Transexualidades. Destaca-se como importante a presença de pesquisadoras trans, todavia, ainda não como orientadoras dos estudos.

Palavras-chave: Educação; Travestilidade; Transexualidade.

INTRODUÇÃO

Com a intenção de exercitar um olhar sobre a produção acadêmica da área da Educação sobre Travestilidades e Transexualidades, foi realizado um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), durante o primeiro semestre de 2023. Este resumo expandido descreve os resultados obtidos com a execução da proposta.

Embora temas como gênero e sexualidade apareçam em discussões acadêmicas da área da Educação, produções sobre estéticas travestis e transexuais suscitam provocações: dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Educação permitem tal encontro? Caso possíveis, quem seriam as protagonistas que desenvolveram os estudos? É possível identificar a temporalidade dessa existência? De onde partiriam, geograficamente, as pesquisas?

O trabalho se situa junto a um projeto maior cujo intuito é produzir dados que possam auxiliar na construção de ações responsáveis por contribuir para a permanência e acesso de travestis e mulheres transexuais ao sistema de escolarização. Conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)¹. O objetivo deste recorte se constituiu em mapear estudos sobre Educação, Travestilidades e Transexualidades, publicizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

MÉTODO

O desenho metodológico do recorte investigativo em tela foi quantitativo. Para a produção dos dados a plataforma virtual do IBICT foi acessada em busca do espaço destinado ao acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nele contida. A BDTD é, hoje, uma das maiores iniciativas em âmbito mundial responsável pelo armazenamento e visibilização de teses e dissertações. Criada no ano de 2002, a plataforma comporta trabalhos de 136 instituições de ensino e possui, entre dissertações e teses, mais de 857.000 produções. A BDTD garante, ainda, o acesso gratuito a todos esses materiais com o objetivo de fomentar a produção científica no Brasil.

Como parte do processo investigativo, foram levantados trabalhos desenvolvidos entre os anos de 2010 a 2021 a partir de quatro grupos de expressões de busca, sendo eles: 1) “Travesti e escola”; 2) “Travestilidade e escola”; 3) “Travesti e educação”; e 4) “Travestilidade e educação”. Os termos de busca, escritos entre aspas, foram

¹ FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Projeto de Pesquisa Financiada: Das instituições escolares às pedagogias das ruas: percepções de travestis e mulheres transexuais sobre educação, escola, preconceitos e cidadania. Chamada 01/2021 - Demanda Universal. Processo: APQ-01103-21.

selecionados por abranger a preocupação central do trabalho, isto é, mapear as produções sobre travestis e mulheres transexuais em relação à educação formal.

Os dados foram tabulados no programa de processamento de texto Word, no qual foram registradas as informações de autoria da dissertação ou tese, o/a orientador/a, título do trabalho, ano, região e à qual programa de pós-graduação se vincula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram rastreados onze (11) trabalhos acadêmicos. Destes, nove (9) dissertações de mestrado e duas (2) teses de doutorado. O quadro 1 apresenta algumas informações sobre o material.

Quadro 1: Dissertações e Teses sobre Educação, Travestilidades e Transexualidades IBICT

ANO	AUTOR/A	TÍTULO	FORMATO	ORIENTADOR/A	PROGRAMA	REGIÃO
2010	SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos	Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas	Dissertação	CÉSAR, Maria Rita de Assis	Setor de Pós-graduação em Educação	Sul
2012	ANDRADE, Luma Nogueira de	Travesti na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa	Tese	SALES, Celecina Veras	Programa de Pósgraduação em Educação	Nordeste
2012	SALES, Adriana Barbosa	Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis	Dissertação	SOUZA, Leonardo Lemos de	Programa de Pós-Graduação em Educação	Centro-Oeste
2013	REIDEL, Marina	A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira	Dissertação	SEFFNER, Fernando	Programa de Pós-Graduação em Educação	Sul
2014	BARROS, Daniela Torres	A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistência	Dissertação	VIERA, Luciana Fontes	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Nordeste
2015	SILVA, Luciano Marques da	Trajetórias de alunos e alunas transgêneros na educação de jovens e adultos do município de Nova Iguaçu	Dissertação	SALES, Sandra Regina	Programa de Pós-Graduação em Educação	Sudeste

2017	MARINHO, Neumaly-na Lacerda Alves Dantas	Alteração do nome e do sexo civil da pessoa transgênero como concretização do direito à identidade	Dissertação	LEITE, Glauber Salomão	Programa de Pós-Graduação em Direito	Nordeste
2017	SILVA, Tomaz Nonticuri da	Bullying homofóbico e educação: possibilidade de superação de um preconceito	Dissertação	RIBEIRO, Cristine Jaques	Programa de Pósgraduação em Política Social	Sul
2018	S O B R I - NHO, Paulo Ribeiro dos Santos	Narrativas travestis e transexuais: transbordar resistências	Dissertação	ABRAMOWICZ, Anete	Programa de Pós-Graduação em Educação	Sudeste
2020	SILVA, Luciano Marques da	Quem vê cara não vê orientação, nem a identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às LGBTIfobia na escola	Tese	SALES, Sandra Regina	Programa de Pós-Graduação em Educação	Sudeste
2021	SENNA, Nanci Modesto Leisnoch Zamboni	Reflexão sobre as juventudes travestis e transexuais youtubers e a apresentação de suas experiências escolares	Dissertação	OLIVEIRA, Rita de Cássia	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais	Sudeste

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os trabalhos foram defendidos entre 2010 e 2021. Dos onze (11) trabalhos encontrados, sete (7) foram defendidos em programas de pós-graduação stricto sensu em Educação, um (1) em Ciências Sociais, um (1) em Direito, um (1) em Política Social e um (1) em Psicologia.

Das regiões brasileiras, a Norte foi a única a não apresentar nenhum trabalho. As ocorrências visualizadas nas outras regiões foram: Sudeste (4), Nordeste (3), Sul (3) e Centro-Oeste (1). Os resultados, de certa maneira, insinuam que as regiões nas quais são sediados grupos de pesquisa já consolidados na área de Educação, estudos de gênero e sexualidade (Sudeste e Sul), contemplam a maior parte dos estudos (7). Tal insinuação pode se formalizar em evidência quando analisamos a coordenação



atual do Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação (GT23) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), representado por quatro (4) grupos de pesquisa, dos quais dois (2) se situam na região Sul e um (1) na Sudeste (ANPEd, 2023).

A travestilidade e transexualidade têm sido discutidas na atualidade, embora, em muito, por pessoas cisgêneras (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). É necessário compreender que “a ideia de um corpo travesti ou trans ganha propriedade discursiva a partir do compor ou contrapor exposições anteriormente feitas a respeito delas, sobre elas e, agora, por e com elas” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 5). Os resultados apontam para pesquisadoras trans que assinam os trabalhos defendidos, cabendo destacar: Adriana Barbosa Sales, Luma Nogueira de Andrade, Marina Reidel,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para uma produção tímida acerca da temática abordada. A produção de teses e dissertações publicizadas pelo IBICT é recente e potencializa pensar em outras propostas investigativas sobre as relações entre Educação, Travestilidades e Transexualidades.

O recorte aqui socializado evidencia que a região Norte não contou com nenhum estudo. Nos trabalhos, destaca-se como importante a presença de pesquisadoras trans, todavia, ainda não como orientadoras dos estudos.

REFERÊNCIAS

ANPEd. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/>>. Acesso em 11 agosto 2023.

YORK; Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.28, n. 3, p. 1-12. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKtkhX8JTwGjJbd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 julho 2023.

VIOLÊNCIA ESCOLAR CONTRA A POPULAÇÃO TRAVESTIR: UMA ANÁLISE SOBRE A “EVASÃO” ESCOLAR POPULAÇÃO TRAVESTIR EM POÇÕES –BA

Matheus Nunes Godeiro de Freitas
Discente do Curso de Pós-Graduação LatoSensu Gênero e Sexualidade na Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA
profgodeiro@gmail.com

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Doutorando em Geografia
Universidade Federal de Sergipe – UFS

lucasaguir04@hotmail.com

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar os efeitos da violência tanto nos aspectos físicos quanto verbais na vida de travestir na vivência escolar no município de Poções- BA. Neste sentido, observa-se que tais mazelas levam ao questionamento o sentido de permanência e direito à educação, bem como a diferença entre o tratamento entre pessoas cis e trans dentro do universo escolar. Dessa forma, se postula, a priori, que há uma evasão escolar, ou melhor uma expulsão, da população travestir que é consolidada pela sociedade alicerçada nos paradigmas da heterocisnormatividade, bem como a (des)responsabilidade dos governos. No que tange os procedimentos metodológicos este trabalho optou-se por empregar como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada com estudantes travesti da rede pública estadual do município de Poções. Neste aspecto, destaca-se que a pesquisa ainda está em fase de andamento, e este referido ensaio, contase como resultado preliminar. Assim averiguou-se que há uma exclusão significativas dessas estudantes do ambiente escolar e muitas delas não estão mais frequentando a escola.

Palavras-chave: Violência escolar; Travestir; Novas Subjetividades; LGBTQIA+; Poções – BA.

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma pesquisa que está em fase de andamento e traz alguns resultados preliminares e desta forma é possível realizar algumas reflexões sobre este ensaio de pesquisa. Discutir sobre os papéis de gênero e identidade é um assunto um tanto que melindroso no Brasil. O gênero, principalmente, é definido, a grosso modo, a penas pelas os aspectos do aparelho biológicos desde sujeitos.

Estes, por sua vez, é base para o modelo ideal para fomentar a heterocisnormantividade, bem como o patriarcado. Ao trazer essa discussão para o ambiente educacional observa-se que não há uma garantia e amparo a população travestir. Dessa forma, é necessário que a educação para todos saiam realmente do mundo das ideias e se realize a práxis para que esses sujeitos ter minimamente a garantia de concluir o ciclo da educação básica.

As especificidades que caracterizam a população LGBT+, em especial a população transexual, de modo geral se manifesta na infância, passando pela puberdade (mudanças, conflitos, violência, ansiedade, depressão) e adentrando a forma adulta. Os problemas de convivência em torno da escola começam a traçar uma linha tênue entre permanecer na educação ou ser expulsa dela e, com o passar do tempo, é notório que esta população específica não consegue estar na escola pública sem ao menos ter sofrido violência, seja verbal ou física. Tanto por parte dos alunos quanto das direções escolares, o silenciamento desta exclusão toma proporções e danos irreversíveis. Simbolicamente, este grupo é marcado por estereótipos que vinculam anomalias, anormalidade, desajuste social e muitas vezes é também atribuída à falta de Deus. Surgem daí conflitos sociais que não ser “normal” implica em exclusão.

A escola tem sido chamada junto a família em entender, combater a transfobia, debater e cobrar ações de reparo e punição no que tange violência contra à população trans. Neste aspecto, o entendimento e adequação do uso do nome social é um direito da personalidade individual. A identidade, entretanto, não é rígida. Ela deve ser vista como fluida e que ao reivindicar uma identidade tenha apoio para reconstruir e transformar suas histórias. As transexuais têm o direito de serem tratados como desejar. Mesmo que não haja a troca do sexo biológico, é importante salientar que novas subjetividades surgem a todo momento e não necessariamente somente podem ser levadas em conta se assim estiver de acordo com o sexo a qual nasceu. Não será esta cirurgia que vai definir o gênero, porque a auto identificação é uma construção a qual cada indivíduo apresenta.

Para as travestir, o espaço urbano, a grosso modo, no curso do desenvolvimento em diversos setores retrocede no que tange a diversidade e inclusão. Mesmo sabendo que este país deva ser plural, uma classe minoritária (héteros brancos, fundamentados

em preceitos religiosos na maioria das vezes) tem ditado as regras de convivência em sociedade.

O desconhecimento sobre como atender pessoas que passaram pelo processo de retificação ainda impacta em falta de protocolos; falha no atendimento de saúde; inviabilidade de retirar documentos; violação de direitos e pior, a necessidade de ter que se provar como pessoa detentora de direitos universais como saúde, educação, cultura, trabalho e moradia. A luta pela vida e cidadania das pessoas trans é urgente.

MÉTODO

A pesquisa adotou como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre a categoria território tais como: Beauvoir (1990), Butler (1990); Bento (2008) Silva (2009), Silva e Ornat (2014); Louro (2012); Meira e Ferreria (2019) e Paula (2021).

Foi realizado simultaneamente a entrevista com estudantes travestir das escolas estaduais do município de Poções, essas estudantes estão entre o primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Também realizou -se entrevista com ex-estudantes travestir que deixaram a escolar por atos de violência.

Foi realizado registro fotográfico das escolas e momento de interação dessas estudantes com os demais alunos e dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: IBGE; a SEI; a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e a Secretária de Proteção e Amparo aos LGBTQIA+ em cenários e municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As travesties têm o direito de serem tratadas como desejar. Mesmo que não haja a troca do sexo biológico, é importante salientar que novas subjetividades surgem a todo momento e não necessariamente somente podem ser levadas em conta se assim estiver de acordo com o sexo a qual nasceu. Não será esta cirurgia que vai definir o gênero, porque a auto-identificação é uma construção a qual cada indivíduo apresenta.

Apesar de todas as conquistas, percalços e firmamento das lutas contra o (cis) tema hegemônico brasileiro, ser LGBTQIAP+ no Brasil é viver sob a dúvida de sair e não saber se voltará vivo(a). De acordo com Minuano (2021), "O Brasil é o país que mais mata pessoas trans; 175 foram assassinadas em 2020"¹. A pesquisa ainda aponta que o Brasil se mantém na liderança ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo. Somente em 2020, 175 travestis foram brutalmente assassinadas. Esta alta é de 41% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 124 homicídios.

¹ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/29/brasile-o-pais-que-mais-matapessoas-trans-175-foram-assassinadas-em2020.htm?cmpid=copiaecola>.

É sabido que problemas como transfobia se alimentam pela a ignorância das pessoas conservadoras, fora do âmbito escolar ou dentro. Enquanto reprodutora da sociedade, a escola engendra preconceito, seja contra estudantes afeminados, travestis, pretos (as) e pobres, tentando apagar as novas formas em se relacionar e se enxergar no mundo como novas formas de identidade. Cada sujeito traz consigo historicidade, vivências coletivas e opiniões que repercutem em sua construção social, cultural e, sobretudo, política. A escola é Lugar de muitas opressões e discurso de ódio configura-se em dee discriminações a qual apresenta um quadro de violência que estão submetidos milhares de estudantes LGBTQIA+.

Os reprodutores de preconceito de gênero e identidade nos espaços escolares comumente colabora com a eficácia do domínio comportamental sobre o outro. Haja vista a sujeição de forças, o disciplinamento aumenta o poder sobre corpos “indesejados” na escola e dispensa qualquer tipo de empatia e empenho da educação na permanência dos LGBTQIA+. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Este fator cai na perspectiva de poder de Foucault (1979). Nesta perspectiva, a educação pública, no imaginário social brasileiro, é vítima de visões redutivas. Esse cenário revela a falta de políticas públicas que fomentem e o proporcionem a formação de novas habilidade e capacidades na educação, consolidando assim a ausência da criticidade no que se refere a sexualidade e ao de gênero. Com a noção de homossexualidade enquanto doença, tais visões conseguem concretizar-se pelas instituições de controle.

A história das transformações e novas perspectivas no campo de gênero colocam pessoas trans em situações violentas, que impactam no contexto atual políticas de inclusão ou falta delas, gerando um rebuliço entre o sagrado e o profano. Este incômodo atinge setores de controle, sejam na política, escola, núcleos religiosos e grande parte das famílias conservadoras. Na esfera patriarcal, há uma sangria e caça às bruxas contra minorias (MARANHÃO, 2019).

Os responsáveis dos alunos(as), geralmente pais, avós e/ou outros(as) e direção escolar quando há a presença de transexuais e travestis no mesmo espaço comungam do medo de sua influência gerar a fragilidade e desmonte comportamental da heterossexualidade. Os professores, muitos com práticas baseadas em modelos de ensino-aprendizagem considerados tradicionais⁹, evitam adentrar em diversos campos disciplinares com nexos entre identidade de gênero, orientação sexual e abordagens pluralistas. A população trans tem dificuldades em se inserir em sociedade como sujeito devido a categorização do comportamento em meio a tantas pressões sociais, com foco no gênero homem e mulher cisgênero. Esse aspect geral se reflete dentro das vivencias de nossas entrevistadas. Este marcador social é muito difundido e construído ao longo do tempo possivelmente corrobora com o envolvimento dos

demais grupos em práticas e episódios de discriminação na escola, resultando em um espaço heteronormativo patriarcal.

Assim, a essência do opressor retira o direito de as travestis serem donas de suas individualidades, no agenciamento das emoções e da ideia de unicidade estando na escola mostra que a trajetória trans vai desacelerando em detrimento aos outros. Como entendido, a violência física e verbal, a transgressão fora da heteronormatividade e os problemas de convivência de ambos os grupos apresentam o fortalecimento e reprodução de episódios de negação ao direito de estudar. Segundo as nossas entrevistadas elas estão ainda na escolar em virtude da força de vontade de terminar os estudos e quererem galgar um futuro melhor do que mostra as estatísticas para as mulheres travestis.

À medida que o discurso hegemônico chega às escolas, a contaminação por parte dos docentes evidenciam segregações da identidade trans, de suas individualidades e relações sociais. A transfobia está presente nas relações sociais entre os alunos, assim como entre os profissionais, comunidade escolar e família. Neste sentido, durante a entrevistas, os sujeitos estudados relataram que houve situações transfobia por parte do corpo docente da escola.

É notório que toda infância funciona mais ou menos da mesma forma. O brincar, a aprendizagem, o compartilhamento das primeiras experiências individuais e coletivas, as birras etc., são inerentes ao ser humano. Reside aí a necessidade de se promover ações que deem aos profissionais na educação orientações pedagógicas, diretrizes e fomentação da cultura em respeito à diversidade, orientação sexual e de identidade gênero. Segundo Turino (2009) para ser resiliente no mundo de hoje e brotar de novo é preciso transitar entre mundos, dominar códigos, ter conhecimento. Mesmo o processo de educação inclusiva, tão fundamental hoje para que transitem entre mundos, gera problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, entende-se Segundo Miskolci (2012), atualmente, foi criando um nome para o caráter violento da socialização escolar: o bullying. O bullying não foi inventado nos últimos anos, o que mudou foi nossa sensibilidade da percepção com relação às violências. Todavia, as formas de violência de gênero e em torno das sexualidades, sobretudo as não hegemônicas, não se constituem em meras práticas de bullying. Para Louro (2012), as regras regulatórias de gênero têm um caráter de poder continuar a produzir aquilo que elas continuam fomentando as normas dos gêneros na ótica heterossexual. De alguma forma, os professores se sentem temerosos em abordar essas questões, muitas vezes por não saberem como fazer. Nota-se, a partir das



narrativas das estudantes transexuais, o quanto suas vidas são marcadas por desafios, resistências e resiliências, diante das situações de preconceito, discriminação, transfobia, resultantes da cisheteronormatividade que atravessa o ambiente escolar, mas também outros espaços de convivência, como o contexto familiar.

Em função dessas atos de violências as travestis são expulsas da escola, sobretudo quando assumem suas identidades que consideradas anormais. Contudo, a população LGBTQIAP+ cada vez mais se (des)esconde, emergem dos grandes centros, favelas, periferias; outros(as) em pequenos municípios, a exemplo de Poções-BA, em aldeias indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas, etc. Resistem, lutam por dignidade e respeito. Cabe a academia, sociedade, escola, família construir uma luta coletiva para garantir a permanência desses sujeitos nas escolas, nas universidades, nos postos de trabalhos, em todos os espaços e instituições de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. O segundo Sexo: I Mitos e Fatos. 2 ed. Editora difusão Europeia do livro. São Paulo. 1990.

BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, J.. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOURO, G. L.. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARANHÃO FO, E. M.; FRANCO, C. de. "Menino veste azul e menina, rosa" na Educação Domiciliar de Damares Alves. Revista Brasileira de História das Religiões, 12(35), 2019.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica/UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MEIRA, C. S.; FERREIRA, L. A. T. Joga pedra na Geni: uma discussão para além dos territórios urbanos de sociabilidades gays na cidade de Salvador - BA. In: Geopauta, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 67-82, dez. 2018.

SILVA, J. M. (Org). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1 ed. Ponta Grossa - PR Editora: Toda Palavra, 2009.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087.



PAULA, L. A. C. DE. A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de ciência e tecnologia – FCT, Presidente Prudente - SP, 2020.

TURINO, C. Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo, 2009.

ST 10

GÊNEROS E SEXUALIDADES NOS
COTIDIANOS (NÃO) ESCOLARES: ENTRE
DISPUTAS E PERSPECTIVAS



COORDENADORES
Ivan Amaro
Jane Felipe de Souza
Bruno Rodrigues Ganem

GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: ENTRE OS CURRÍCULOS PRESCRITOS E AS FALAS DOS ENVOLVIDOS

Trabalhos de Conclusão de Curso

Aila Oliveira Valadares
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
aila_valadares@hotmail.com

Tatiana Polliana Pinto de Lima
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

O presente trabalho aborda uma pesquisa de caráter qualitativo que busca compreender como as questões de identidade de gênero e sexualidade foram e são abordadas no currículo da licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana. A análise foi realizada em três diferentes modelos curriculares que estiveram em vigor ao longo dos anos. Verificou-se que os temas de gênero e sexualidade não foram abordados nos dois primeiros modelos, surgindo apenas no terceiro modelo, implementado em 2018. Entrevistas com professores e estudantes revelaram que, mesmo nos currículos anteriores (modelos 1 e 2), houve resistência por parte dos alunos, que promoviam discussões informais sobre esses temas. Além disso, a atuação comprometida de alguns docentes se mostrou fundamental para a ocorrência desses debates. Comparativamente aos modelos anteriores, o atual modelo em vigor apresenta avanços na abordagem dessas questões, mas ainda é considerado insuficiente, pois a discussão ocorre de forma restrita em apenas um componente curricular, o que impede uma abordagem mais aprofundada e abrangente. Portanto, torna-se necessário que essas questões sejam transversalizadas em todo o currículo, permitindo uma análise mais ampla e completa sobre a complexidade desses temas.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação Física; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em currículo escolar, é comum que se pense em um conjunto de normas pré-definidas que apenas apontam o quê e como deve ser ensinado. Porém, discutir currículo vai muito além disso. Podemos dizer que o currículo é construído buscando modelar as relações sociais no sentido pretendido de quem detêm o poder, e é uma expressão de identidade.

Considerando o potencial formativo que os currículos expressam, o que dizer dos currículos de formação de professores? É preciso ter atenção redobrada com os currículos das licenciaturas, uma vez que, essas pessoas formadas irão se apropriar dos saberes adquiridos em seu curso de graduação e atuar diretamente nas instituições de ensino e na construção e reconstrução dos currículos que virão.

É preciso levar em consideração, também, que o currículo é uma construção social, assim, ele também é influenciado pelo contexto em que se insere e no qual foi construído. Nesse sentido, Sacristán (2000) afirma que o currículo conecta o conhecimento pedagogicamente selecionado à sociedade e que ele está em constante movimento.

Assim, percebemos que além de se encarregar de produzir e transmitir conhecimento, o currículo escolar também molda os sujeitos, sobretudo através de marcadores identitários, como gênero, etnia e classe, por exemplo. No entanto, essa fabricação costuma se dar no sentido de manter organizações desiguais da sociedade (LOURO, 2014). Os currículos representam em parte, portanto, o resultado das disputas que ocorrem dentro do sistema educacional, expressando os interesses de manutenção do *status-quo* dos que detêm o poder em determinada cultura.

Para Sacristán (2000) reformular os currículos pressupõe repensar a formação de professores, uma vez que os fazeres docentes se relacionam diretamente com o que os currículos lhes atribuem. Por esse motivo, na pesquisa de mestrado aqui apresentada, nos propomos a analisar como as questões de gênero e sexualidade foram abordadas em todos os currículos já implementados no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

MÉTODO

O curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS já existe na instituição há 25 anos e três modelos curriculares estiveram em vigor desde então. Esses modelos nos auxiliam a acompanhar e compreender qual visão a respeito das identidades de gênero e sexualidade o curso expressou ao longo da sua existência, bem como as percepções que vem apresentando em seu modelo atual.

Para tal, foi realizada a análise documental desses três modelos curriculares implantados utilizando a técnica de análise categorial temática da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os termos gênero e sexualidade foram identificados nos documentos e seus contextos foram extraídos e analisados.

Além disso, por reconhecermos que não há garantias de que o currículo prescrito foi, de fato, posto em prática em sua integralidade, e que os movimentos pedagógicos podem extrapolar as prescrições, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores/as e estudantes de cada modelo curricular. Ao todo foram entrevistadas 11 (onze) pessoas, sendo 3 (três) partícipes do primeiro modelo curricular, 4 (quatro) representando o segundo modelo curricular e 4 (quatro) representantes do terceiro e atual currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde sua implantação, o curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS já teve três currículos distintos em vigor, sendo o primeiro elaborado no ano de 1996, o segundo a partir da primeira reformulação curricular em 2004 e o terceiro surgindo com a segunda reformulação no ano de 2018. Tendo sido pensados em momentos e contextos distintos, os currículos apresentam concepções diversas entre si e podem ser utilizados como um recorte das escolhas feitas para o curso.

Observando o caminho percorrido na Licenciatura em Educação Física da UEFS, foi possível perceber uma dificuldade para trazer discussões a respeito de gênero e sexualidade nos dois primeiros currículos prescritos. Ao longo dos documentos, foram utilizados muitos termos gerais para se referir à inclusão e diversidade, mas em seus dois primeiros modelos curriculares as questões de gênero e sexualidade foram completamente invisibilizadas (BAHIA, 1996; BAHIA, 2004). Apesar de entendermos que havia uma resistência muito maior no início dos anos 1990 para que alguns debates fossem realizados, e que a força dos movimentos sociais de mulheres e LGBTs conquistou seu espaço na academia de maneira gradual e através de lutas e tensionamentos, nada justifica os 20 (vinte) anos seguintes de recusa em incluir essa temática.

As falas dos/as docentes e estudantes corroboram com o que está explicitado nos documentos, uma vez que esses afirmam, majoritariamente, que as questões de gênero e sexualidade não foram tratadas pedagogicamente e de forma intencional em nenhum momento da formação. Discussões pontuais aconteceram, motivadas por conflitos que surgiram na sala de aula, mas os debates em questão não estavam previstos nos planejamentos.

Os dois primeiros modelos curriculares, apesar de, igualmente, não tratarem das questões de gênero e sexualidade, apresentam diferenças substanciais entre si.

Enquanto o primeiro currículo reproduzia a visão tecnicista e esportivista que Educação Física tinha na época, o segundo modelo curricular avançou em alguns pontos, como na área pedagógica e de pesquisa, mas não atendeu as demandas sociais que já vinham surgindo enquanto esteve em vigência (BAHIA, 2004).

Diferente dos dois modelos anteriores, o modelo curricular seguinte passa a abordar questões de gênero e sexualidade em algumas concepções gerais, e em um componente curricular obrigatório (BAHIA, 2018). Essa mudança ocorre uma vez que o curso buscava estar em conformidade com as novas diretrizes para formação de professores indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

A resolução CNE/CP N° 02/2015, em seu 3º artigo, inciso VI, indica a necessidade da educação superior, em articulação com a Educação Básica, abranger “as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (BRASIL, 2015, p. 5).

Assim como identificado nos documentos, os/as entrevistados/as concordaram que a discussão dos temas sobre gênero e sexualidade só ocorreram em um único componente curricular indicado no documento. A professora responsável pela disciplina também foi apontada como a única que discute esses assuntos sistematicamente.

Além disso, duas professoras apontaram um aumento, por parte dos/as estudantes, na procura por orientação de monografias que tratem de gênero e sexualidade, mas, pelo fato de apenas uma professora lidar com o assunto no curso, esta não consegue orientar todos os interessados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo reconhecendo a vitória que foi a inclusão das questões de gênero e sexualidade no modelo curricular de 2018, e reconhecendo as disputas que precisaram acontecer para tal, é preciso apontar que apenas um componente curricular e uma docente engajada não é suficiente para tratar de toda complexidade que o tema exige. Assim, consideramos ser preciso garantir uma abordagem transversal, que aconteça em todo o decorrer do curso, incluindo, sobretudo, um olhar didático-pedagógico sobre o tema.

Por fim, reiteramos que os futuros/as professores/as sejam formados para reconhecer e respeitar as múltiplas possibilidades de ser e existir que encontramos na sociedade e, sobretudo, na escola. Para tal, precisamos discutir de maneira intencional, organizada e sistemática a diversidade, buscando, assim, uma atuação que seja antidiscriminatória e inclusiva, reforçando nosso papel enquanto professores/as e cidadãos/ãs.



REFERÊNCIAS

BAHIA. Feira de Santana. **Projeto de implantação do curso de Licenciatura em Educação Física.** Feira de Santana: UEFS, 1996.

BAHIA. Feira de Santana. **Projeto de reforma do currículo do curso de Educação Física UEFS.** Feira de Santana: UEFS, 2004.

BAHIA. Feira de Santana. **Projeto político pedagógico do curso de graduação em Licenciatura em Educação Física.** Feira de Santana: UEFS, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIVERSIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE NOS ESPAÇOS ESCOLARES RURAIS: O QUE APONTAM AS PESQUISAS EDUCACIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Artigo Científico
vinculado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em
Ensino de Ciências e Biologia da Universidade Regional do Cariri e
Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias
da Universidade de Pernambuco

Antoniél dos Santos Gomes Filho
Universidade Regional do Cariri

Cicero Magerbio Gomes Torres
Universidade Regional do Cariri
antoniél.historiacomparada@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar um debate sobre a formação de professores e suas interfaces com a diversidade, gênero e sexualidade nos espaços escolares rurais a partir das pesquisas brasileiras publicadas entre os anos de 2020-2023. Para alcance do objetivo realizou-se uma revisão da literatura narrativa nas bases de dados SciELO e o Google Acadêmico. Frente a pesquisa constatou-se que : as questões de gênero e sexualidade são emergentes nos espaços escolares rurais; as pesquisas analisadas apontam para as dificuldades encontradas pelos professores/as no que tange as práticas pedagógicas em sala de aula sobre as temáticas de diversidade, gênero e sexualidade especificamente no campo da formação.

Palavras-chave: Diversidade; Gênero; Sexualidade; Escola Rural; Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

As pesquisas educacionais brasileiras nas últimas décadas tem apresentado as interrelações entre o gênero e a sexualidade com as dinâmicas dos espaços escolares, as percepções da família sobre a educação sexual na escola, e a percepção e experiências de escolares sobre a sexualidade, as relações entre gênero e corpo, e as percepções dos professores/as sobre o cotidiano escolar e a formação inicial e continuada sobre diversidade, gênero e sexualidade (Santana; Messias; Pinho, 2021; Furlanetto et al., 2018; Dias; Oliveira; Santos, 2018; Zerbinati; Bruns, 2017).

Observando o panorama das publicações, inicialmente pode-se evidenciar que a questão da formação de professores atravessa as publicações (com maior ou menor ênfase), sendo este um indicativo para o debate no campo da educação, em perspectiva nacional. Outro ponto a ser mencionado, é o fato de as pesquisas serem desenvolvidas em sua maioria em espaços escolares localizados em zonas urbanas, ao passo que, as pesquisas em espaços escolares situados nas zonas rurais apresentam-se em menor número, o que gera uma lacuna de investigação, tal como aponta Schwendler e Viera (2022).

Os espaços rurais brasileiros têm passado por mudanças no que tange suas funções, conteúdo e infraestrutura social, como aponta Marques (2002). Desse modo, as escolas rurais também são atravessadas por mudanças, implicando assim um novo olhar sob as dinâmicas escolares rurais, bem como a formação de professores. Assim, diante deste panorama surge o seguinte questionamento: o que apontam as pesquisas educacionais sobre a formação de professores e suas interfaces com a diversidade, gênero e sexualidade nos espaços escolares rurais?

O presente estudo tem como objetivo apresentar um debate sobre a formação de professores e suas interfaces com a diversidade, gênero e sexualidade nos espaços escolares rurais a partir das pesquisas brasileiras publicadas entre os anos de 2020-2023.

MÉTODO

No que tange as orientações metodológicas para o desenvolvimento do estudo, foram seguidas as orientações de Hohendorff (2014) para de artigos de revisão de literatura; e as orientações de Cordeiro et al. (2007) para artigos de revisão da literatura narrativa. Foram utilizadas como base de dados a SciELO e o *Google Acadêmico*, tendo como descritores as palavras-chave: Diversidade; Gênero; Sexualidade; Escola Rural e Formação de Professores. Foram critérios de seleção dos artigos: (01) ser publicado entre os anos de 2020 e 2023; (02) o estudo teórico ou prático ter como tema central

ou apresentar resultados que versem sobre a formação de professores e as questões de diversidade, gênero e sexualidade em espaços escolares rurais; e, (03) o estudo está publicado em língua portuguesa e ter acesso aberto ao artigo completo. Foram critérios de exclusão: (01) estudos duplicados; (02) estudos que não tratavam diretamente da temática; e, (03) estudos em língua estrangeira e que disponibilizavam apenas o resumo para consulta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Xavier, Seffner e Barbosa (2020, p. 366) apontam a partir de uma pesquisa etnográfica com professores da roça (zona rural) de um município da Bahia que “as produções do feminino e do masculino constituem importantes marcadores sociais da diferença.”. A rigidez de tais marcadores implica no comportamento, formação e trabalho pedagógico dos homens professores que atuam na Educação Infantil. Os autores observam o trabalho pedagógico com crianças e observam que existe a “ideia” de que homens tem dificuldades para o desenvolvimento de atividades lúdicas, enquanto as mulheres teriam uma maior facilidade, ou seja, uma “disposição biológica” para a afetividade, cuidado e criatividade, que se acentuariam na formação e no trabalho docente, enquanto os homens não teriam essa capacidade de aprendizagem, mesmo passando pelo processo formativo inicial.

Silva e Schwendler (2022) em estudo sobre as práticas docentes na escola do campo, realizaram uma pesquisa junto ao corpo docente (professores/as, equipe pedagógica e direção) da Escola Estadual do Campo José Martí, localizada no Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre, no Estado do Paraná. Em análise do contexto escolar as autoras apontam uma “falta de preparo” dos docentes para trabalhar a questão da diversidade para além de um olhar biomédico. Indicam as autoras que esse despreparo se deve à falta de formação continuada sobre a temática, juntamente com a insegurança proporcionada pela conjuntura política que passa o Brasil, mais especificamente após as eleições presidenciais de 2018.

Cardoso, Santos e Faleiro (2022, p. 04) em estudo desenvolvido junto ao Programa de Formação Escola da Terra Goiás - Formação de Professores e Partilha de Saberes (TerraFor-GO), cujo público-alvo foram professores/as da educação básica que atuam em escolas rurais, quilombolas e de assentamentos no Estado de Goiás, buscou a

“oferta de recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades das populações do campo e quilombolas do estado.”. Com base nas experiências formativas em temas interdisciplinaridade, currículo e gênero os autores apresentam no estudo como os professores/as tem percebido a formação continuada. Os autores apontam que há desafios para a educação no campo, especificamente a precariedade

das escolas (infraestrutura física), a falta de recursos e as dinâmicas de organização do ensino frente as demandas do campesinato, e na formação continuada de professores/as.

A formação de professores na escola do campo também são alvo de investigação de Santos, Vieira e Alves (2023, 01), todavia, os autores trabalham especificamente “os processos de subalternização e não reconhecimento do feminino, da forma como o gênero está subalternizado nas dinâmicas campesinas.”. Apontam os autores que as vias de resistência ocorrem através dos espaços escolares localizados no campo, pois como apontam os participantes da pesquisa, a escola é onde as conversas e diálogos sobre gênero e sexualidade surgem e escapam para outros espaços sociais. Santos, Vieira e Alves destacam que há uma urgência na formação de professores/as para as questões de diversidade, gênero e sexualidade na escola do campo.

Alves e Flores (2023) em pesquisa de campo junto com professores/as das escolas municipais com o Ensino Fundamental (6º a 9º ano), na zona rural do município de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí, apontam como resultados: que a maioria dos docentes participantes não possuem formação continuada sobre as questões de diversidade sexual, que é um indicativo de lacunas existentes na formação docente (inicial e/ou continuada) para trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade em sala de aula. Os pesquisadores observaram que há insegurança pessoal por parte dos docentes (46,7%) para solucionar questões e/ou problemas cotidianos que possam surgir no ambiente de sala de aula que são correlacionados a diversidade sexual. Para Alves e Flores, tal dificuldade tem relação com a falta de formação profissional, sendo fundamental a formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a análise dos artigos selecionados para desenvolvimento do estudo considera-se que: as questões de gênero e sexualidade são emergentes nos espaços escolares rurais; as pesquisas analisadas apontam para as dificuldades encontradas pelos professores/as no que tange as práticas pedagógicas em sala de aula sobre as temáticas de diversidade, gênero e sexualidade especificamente no campo da formação inicial e continuada. Logo, a formação continuada apresenta-se como uma questão educacional a ser desenvolvida junto aos professores/as das escolas localizadas nos espaços rurais brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Thyanne Michelle Ferreira; FLORES, Fulvio Torres. DIVERSIDADE SEXUAL: PERSPECTIVAS DOCENTES EM UNIDADES ESCOLARES RURAIS DE SÃO RAIMUNDO NONATO (PIAUI, BRASIL). **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 53, p. 374-401, 2023.
- BARBOSA SANTOS, Welson; MACHADO VIEIRA, Mauro; DE OLIVEIRA ALVES, Denise. GÊNERO E SEXUALIDADE NA DINÂMICA ESCOLAR CAMPESINA. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 16, n. 1, 2023.
- CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do colégio brasileiro de cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.
- DA SILVA, Luciane Olegario; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Gênero e sexualidade na escola do campo: desafios e possibilidades da prática docente. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. e022035-e022035, 2022.
- DE FREITAS CARDOSO, Elisandra Carneiro; SANTOS, Welson Barbosa; FALEIRO, Wender. Escola da Terra no estado de Goiás: uma proposta interdisciplinar do debate de gênero para o currículo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e13831e13831, 2022.
- DIAS, Alfrancio Ferreira; DE OLIVEIRA, Danilo Araujo; DE SANTANA SANTOS, Madson. Uma revisão sistematizada da produção do conhecimento sobre corpo, gênero, sexualidades na educação. **Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 2, p. 119, 2018.
- FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018.
- HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Manual de produção científica**, p. 39-54, 2014.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, n. 19, 2002.
- PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores-saberes da docência e identidade do professor. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 3, n. 3, 1997.
- SANTANA, Clara Gomes; MESSIAS, Franciele Reis; PINHO, Maria Jose Souza. Gênero, sexualidade e escola: o que e quem tem pesquisado na educação básica?. **Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)**, v. 1, n. 1, p. e202106-e202106, 2021.
- SCHWENDLER, Sônia Fátima; VIEIRA, Else RP. Diversidade de gênero e educação nas áreas rurais do Brasil. **Cadernos Pagu**, p. e226404, 2022.
- XAVIER, Antonio Jeferson Barreto; SEFFNER, Fernando; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. "Mulher tem mais facilidade para coisa artística, organização, trabalhos didáticos." Produção de masculinidades e estratégias pedagógicas nos anos iniciais na roça. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 6, n. 4, p. 364-389, 2020.
- ZERBINATI, João Paulo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Travessias**, v. 11, n. 1, p. 76-92, 2017.

PREPARA NEM: UMA TRANSEDUCAÇÃO SEDIMENTANDO A LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Projeto de Extensão

Bruno Nascimento de Souza
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
brunoiasdig@yahoo.com.br

Nilton Abranches Junior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O ano de 2015 escreve o surgimento do primeiro pré-vestibular popular marcadamente voltado para o público LGBTIA+, com foco nas pessoas trans e travestis. O Prepara Nem nasce como um instrumento a fim de oportunizar o acesso de corpos divergentes ao espaço universitário. Insurgente e de protagonismo trans. Para além disso, lugar de acolhimento, de respeito às identidades de gênero e orientações sexuais e de comunicação livre e segura para distintas linguagens. Parte-se do pressuposto de que a escola, e a universidade são ambientes pouco democráticos e interditos para corpos discordantes da cisheteronormatividade, e que a pesar da ampliação do número de vagas em escolas e universidades, não está garantida a possibilidade de acesso desses sujeitos. Estas atuam, portanto, enquanto aparelhos ideológicos do Estado, reproduzindo o discurso hegemônico e utilizando dispositivos de poder e controle, como os currículos e as práticas pedagógicas, promovendo silenciamentos e invisibilidades, transformando os espaços educacionais marcados pela LGBTIAfobia, provocando a expulsão desses alunos. O que apresentamos aqui, portanto, é a associação entre a universidade e o movimento social por meio de um Projeto de Extensão do Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, um ativismo acadêmico que metodologicamente se apoia em uma nova gramática a partir do trinômio descolonização/insubordinação/demolição. Espera-se enquanto resultados auxiliar no reparo ao direito a educação desses sujeitos, interferir no processo de formação dos licenciandos em Geografia, auxiliar a sedimentação subcampo da Geografia da Educação, proporcionar o aumento do acesso de pessoas trans e travestis nos cursos da UERJ, transformá-la num espaço educacional mais democrático.

Palavras-chave: LGBTIA+; Pessoas Trans; Geografia; Escola; Universidade

INTRODUÇÃO

O que apresentamos por meio deste trabalho é o resultado, ainda que parcial, de uma aliança entre o saber acadêmico, através do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a educação popular, representada aqui pelo Prepara Nem, enquanto Coletivo/Preparatório popular e demais parceiros do movimento popular. Uma fusão que se concretiza em um Projeto de Extensão. Este, portanto, versa sobre a implantação de um Pré-vestibular popular para pessoas LGBTIA+, reconhecidamente relevante na cidade do Rio de Janeiro, com foco em pessoas trans e travestis e trabalhadoras e trabalhadores do sexo, nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em outras áreas da cidade. Uma presença muitas vezes incômoda, considerando que a presença daqueles corpos desestabiliza a hegemonia acadêmica, suas certezas e, seu projeto de domínio. O projeto prevê que as aulas possam acontecer, inicialmente, no espaço do Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, seguindo para outros espaços, como no Complexo da Maré e a Vila Mimosa. Atende, portanto, um princípio que têm “suleado” a prática no Prepara Nem desde 2015, a circulação do conhecimento por diferentes espaços da cidade e a circulação de corpos divergentes por diferentes espaços e territórios. Tem como base as experiências do Prepara Nem, criado em 2015 por Indianarae Siqueira, a Casa Nem, um trans abrigo coletivo que surge em 2016 e do coletivo Puta Davida, o primeiro coletivo nacional de profissionais do sexo, fundado em 1992. Estas diferentes experiências se unem a fim de reverter e ampliar o quadro atual onde corpos divergentes, não pensados como possíveis naquele espaço, o da UERJ, ou em outras universidades, representam apenas 0,3%. O alinhamento com a UERJ e outros institutos de ensino tem como pressuposto iniciativas pedagógicas diretamente ligadas à uma Pedagogia e a uma Geografia Insurgente. Um espaço capaz de catalisar novos conhecimentos e ações e desafiar a produção e circulação de conhecimentos e conteúdos com veia descolonial/ neocolonial.

Formar alunes para ingressar nas diferentes universidades públicas/ seleções alvo do projeto. Criar um ambiente seguro de troca intelectual que propicie o desenvolvimento des alunes tanto em termos de conteúdo quanto pessoal, no qual se exercite o respeito, a escuta e manifestações de opinião. Apresentar aos participantes do projeto o conceito de que cada indivíduo carrega seu próprio universo, incorporando em sua formação a validação destes através de troca, escuta atenta e olhar diferenciado.

MÉTODO

O projeto tem o intuito de derrubar e transpassar as paredes das salas de aula, as quais podem carregar significantes opressores para uma população a qual o acesso à educação, mesmo básica, foi muito prejudicado. A literatura indica que cerca de 42,8% dos estudantes LGBT sentem insegurança em permanecer no ambiente escolar em razão da sua expressão de gênero. Lima (2020), nos traz ainda que a escola, uma vez constituindo um espaço social historicamente instituído, carrega intrinsecamente determinações da sociedade que a estabelece.

Por este motivo, a metodologia proposta tem em seu corpo duas diferentes vertentes: aulas expositivas e momentos extramuros. Implica na construção de turmas voltadas ao ensino específico dos conteúdos necessários à aprovação nos processos seletivos do ENEM, UERJ e outros, de acordo com o cronograma apresentado. O projeto conta, entre seus colaboradores atuais, com responsáveis por diferentes áreas dos saberes, os quais se comprometeram na organização dos conteúdos ministrados em cada momento. Foi aberta uma chamada interna (UERJ) e externa de professores, voluntários, interessades em somar com o grupo. Do mesmo modo, foi igualmente aberta uma chamada externa para alunes interessades em realizar os diferentes processos seletivos mencionados. As aulas acontecem diariamente em sala cedida pelo Instituto de Oceanografia, em parceria com o Instituto de Geografia, sempre no período da noite. Por sua vez, os momentos extramuros acontecem com objetivo romper a hierarquia professor-alune e propiciar um contato des alunes com a cidade, assim como com locais e atividades culturais que sirvam como espaços externos para a construção de conhecimento de forma holística. Lembrando que estes espaços muitas vezes também se apresentam como espaços de exclusão. O teatro, o museu, o cinema e outros equipamentos são espaços não pensados para todes. Na maioria das vezes se encontram no Centro das capitais ou em áreas nobres, longe das periferias. Logo, não são pensados para pretos, pobres, favelados e/ou LGBTIA+. E o Prepara vem no sentido oposto, de confrontar estes espaços e, sim, permitir o acesso destes corpos em diferentes equipamentos culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dessa forma, percebemos a importância de pensar como ocorre o processo de entrada de pessoas trans na universidade. O contexto brasileiro não é nada favorável as pessoas LGBTIA+. Historicamente no Brasil as pessoas LGBTIA+ não tem direitos civis básicos, como educação, saúde, trabalho, alimentação e habitação assegurados, o que os transforma em subcidadãos. A subcidadania é fator limitante a plenitude da

humanidade. É sabido que o acesso a escola de educação básica e ao ensino superior foi bastante ampliado durante os governos populares, assim como a implantação de políticas afirmativas. A princípio qualquer jovem brasileiro pode hoje frequentar a escola, mas ao observarmos de forma mais atenta as realidades vivenciadas por grupos específicos, se percebe que a disponibilidade de vagas isoladamente não resolve o problema, os espaços educacionais tem que estar qualificadas para receberem corpos divergentes da cisheteronormatividade hegemônica.

Na realidade, o aumento do número de matrículas não foi acompanhado de transformações pedagógicas, que proporcionassem a real incorporação desses alunes/alunas/alunos nos diferentes espaços educacionais. Pessoas LGBTIA+ passam por diversos constrangimentos cotidianos, nos mais variados espaços. A escola é mais um desses espaços LGBTIA+fóbicos. Não encontramos, seja na UERJ ou em muitas outras faculdades de formação de professores, currículos que sejam capazes de dar conta desta discussão. Há uma total ausência, ou uma rasa discussão, sobre as transformações vivenciadas nestes últimos anos, onde vimos emergir a reivindicação e afirmação de determinados grupos por seus lugares na sociedade. Isso se reverbera nos inúmeros relatos de estudantes que passam por processos de isolamento, xingamento, isolamento, agressões verbais e físicas nos espaços educacionais. Alia-se a estes fatos o processo de exclusão familiar e social de forma geral para travestis e pessoas trans. Pesquisas estimam que com a idade de média de 13 anos, travestis e pessoas trans sejam expulsas de casa, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade. Estima-se que 56% não possuam e o ensino fundamental, e 72% o ensino médio, e apenas 0,02% tem acesso ao ensino superior. Ou seja, o não enquadramento às normas cisheteronormativas, a evasão escolar, ou mais propriamente dito, a expulsão, passa a ser um desenlace corrente na vida de pessoas trans, ou mesmo de LGBl que não se enquadram em um modelo padrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto aqui descrito alinha-se com a ideia de uma educação transdisciplinar e abrangente, e propõe-se a formar vínculo direto com estratos encontrados atualmente em vulnerabilidade dentro de nossa sociedade - alinhando-se, assim, aos objetivos da extensão universitária. Para tal, trabalha-se aqui também com a missão de formar um profissional de educação mais qualificado no contato e cuidado do ser humano, uma vez que o projeto visa desenvolver uma direta conexão com as pessoas e suas vidas. Conecta-se com as atividades de ensino, suprimindo uma falha na formação do licenciando em Geografia da UERJ, no que se refere as questões de gênero, mais especificamente a disciplina Estágio V. No que tange ao ensino de pós-graduação através da disciplina



Espaço, Corpo e Poder. O projeto está vinculado ao Grupo de Pesquisa GEOCorpo e aos projetos de pesquisa e de Prodocência do proponente, além das dissertações e teses de doutorado que vêm sendo desenvolvidas no grupo. Caracteriza-se como um projeto de extensão vinculado ao ativismo acadêmico, o que possibilita transformações significativas na comunidade onde atua, na formação do futuro profissional, e na própria instituição onde será desenvolvido.

REFERÊNCIAS

PRADO, Marco Aurélio Máximo; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Travestilidades em diálogo na pista acadêmica. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

PEDRA, Caio Benevides. Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. Curitiba, PR: Appris, 2020.

ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. BENEVIDES, Bruna G. (Org). Brasília: Distrito Drag, 2022.

Estudo do GEEMA apresenta o perfil da população transexual nas universidades federais no país. Dois Terços, 2021. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/www.doistercos.com.br/estudo-do-gemaa-apresenta-operfil-da-populacao-transexual-nas-universidades-federais-no-pais/%3famp=1>>

ODARA, Thiffany. Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação. 1ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

**DO PRIVADO AO PÚBLICO:
A BUSCA PELA CONQUISTA DE ESPAÇOS
NAS PRÁTICAS CORPORAIS**

Fernanda Neiva Moura (FEBF/UERJ)

Izabela Mendonça Moreira Barcellos (IFRJ)

Lainara de Santana Nascimento (FEBF/UERJ)

fernandaneivaef@gmail.com

RESUMO

Este trabalho se trata de uma análise cartográfica sobre como as corporeidades femininas ocupam os espaços sociais no decorrer dos períodos históricos. Compreendendo que o corpo feminino permeia por estratégias de controle e ocultamento pelo meio social, com uma construção de feminilidade pautada em práticas disciplinares, que impõe um corpo dócil, passivo, útil e produtivo. Pensar sobre feminilidade também é pensar sobre a luta de classe, e os conceitos raciais, de gênero e sexualidade, que são regidos numa lógica patriarcal e capitalista, privilegiando homens brancos héteros cis.

Palavras-chave: Corporeidades femininas; Práticas Corporais; Educação Física.

INTRODUÇÃO

A representação das mulheres na sociedade não é uma questão recente, apesar dessa discussão começar a ganhar força com o movimento feminista na década de 1960 (MESQUITA *et al*, 2018), podemos notar que com o decorrer de todos os períodos históricos, o corpo feminino experienciou a dicotomia entre estar preso no ambiente privado e buscar a liberdade do espaço público.

Com um resgate histórico traremos algumas conceituações desde a idade antiga, na Grécia, mas especificamente, passando pela idade média, chegando até a contemporaneidade, com o intuito de discorrer sobre como a mulher é percebida nesses contextos históricos. Compreendendo que o corpo feminino permeia por estratégias de controle e ocultamento pelo meio social, com uma construção de feminilidade pautada em práticas disciplinares, que impõe um corpo dócil, passivo, útil e produtivo. Um verdadeiro alvo do poder, considerado submisso e pertencente a locais privados (FOUCAULT, 1987).

Na Grécia, durante a chamada Idade Antiga, a sociedade já apresentava formulações quanto aos espaços destinados para homens e mulheres. Aristóteles (1991, ps.13 e 29), discorre sobre tal fato com citações como “Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea” e “Quanto ao sexo, à diferença é indelével: qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade”. Dessa forma, a mulher fica restrita à esfera privada, enquanto o homem fica aberto ao público (PEDRO; GUEDES, 2010).

Para relatar sobre a Idade Média, trouxemos uma referência da literatura que é o romance *Correspondências de Abelardo e Heloísa* (ZUMTHOR, 1998), no qual relata uma história de amor platônico vivida por Abelardo, um filósofo e Heloísa, sua aluna. Nesse período histórico, os estudiosos não poderiam ter relações com mulheres, pelo fato de significar um envolvimento com assuntos domésticos, sendo que sua prioridade deveria ser apenas a consolidação do saber (PEDRO; GUEDES, 2010).

Um aspecto a destacar é o surgimento do modelo de sociedade denominado Patriarcado (SCOTT, 1995), que é cristalizado a partir do momento em que se começa a pensar em acúmulo de bens e propriedade privada. Instaurando assim, um padrão monogâmico de relacionamento, onde cabe a mulher tarefas domésticas e ao homem a representação da força física e emocional e detenção da tomada de decisões.

Na contemporaneidade, as mulheres começam a demonstrar de forma mais ativa seus descontentamentos, nesse momento é que elas se inserem e inauguram movimentos para reivindicar sobre seus direitos. Como marco, emerge o movimento feminista, caracterizado pela luta por igualdade de direitos, engajado na atribuição da mulher como sujeito político e histórico (FARIAS MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

As práticas corporais são caracterizadas por serem binárias e generificadoras, apresentando-se como uma prática social não apenas sexuada como também genérica: sexuada, pois pessoas de ambos os sexos praticam; genérica, porque nele se constroem e expressam identidades masculinas e femininas (GOELLNER, 2013). Fazer com que o ambiente das atividades físicas, sejam elas em alto rendimento ou para o lazer e bemestar, se tornem espaços mais inclusivos e diversos é uma luta que perpetua até a atualidade.

MÉTODO

O modelo de pesquisa utilizado é a cartografia, que pode ser definido por Laura Barros e Virgínia Kastrup (2009) como um método pelo qual se busca acompanhar os processos pelos quais o pesquisador passa pelas significações e conceitos. Dentro de uma pesquisa pós crítica, esse estudo buscou dialogar com os escritos referentes aos períodos históricos e a realidade vivenciada nos dias atuais, ligadas às práticas corporais, no intuito de apresentar a inconstância dos ocorridos como processo de evolução do lugar do corpo feminino na sociedade e de como essa não linearidade de seres femininos fazem com que os discursos aplicados entre o que é conceituado como privado e público é instável e diverso.

A abordagem da experiência e vivência de Jorge Larrosa (2015) como forma de desenvolver o método cartográfico, se fez relevante para o prosseguimento deste trabalho, dando voz a fluidez de performances e realidades que a figura feminina enfrenta na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente o galgar da mulher no esporte tem sido bombardeado por preconceitos, estereótipos, desigualdades e limitações por parte do imaginário coletivo. Pois segundo Ana Maria Capitânio (2004), o homem culturalmente possui um protagonismo e uma posição de privilégio, dando-lhe poder, liberdade e por conseguinte tendo mais opções que as mulheres.

O feminino era isento e proibido de ter sua participação tanto nas práticas esportivas, como na posição de telespectadoras. Essas proibições foram impostas, pois segundo a época, as estruturas onde eram realizados os jogos, especificamente a arquitetura íngreme, seriam causadores de danos fisiológicos na mulher, comprometendo seu papel materno e decorativo (PERES, 2004). Ao pensarmos sobre participações efetivas nos Jogos Olímpicos, Waldir Peres (2004), novamente aduz que essa ação de inserção efetiva na prática corporal e esportiva não se é relato, e que

o único momento que uma mulher esteve presente, foi em caráter de disfarce para torcer por seu filho que ali competia, seu nome é Calipátera, e que posto isso, pode-se assim entender que foi a primeira participação de uma mulher nos Jogos Olímpicos.

Na contemporaneidade, as barreiras que invisibilizam as mulheres, obtiveram denominações, tais como: o determinismo biológico, características estabelecidas, mídia e dominação masculina. Contudo, com a presença desses fatos, os mesmos não são suficientes para impedir a mulher de ocupar seu espaço. Desta maneira, com o intuito de destacar e valorizar os feitos conquistados pelas mulheres no ambiente esportivo, trouxemos para essa pesquisa um grande, importante e atual acontecimento ocorrido. A Confederação Brasileira de Futebol anunciou que não haverá mais desigualdade entre mulheres e homens. O feminino e o masculino receberam de forma equânime, no salário, premiações em copas do mundo.

Dialogando com essas questões, Juliana Souza e Jorge Knijnik (2007) analisam que o passado e a atualidade, se tornam importantes para a compreensão do enfrentamento da mulher para se inserir e se desenvolver no campo do esporte. Portanto, analisar e entender essas questões, podem ser a chave para a visibilidade, descentralização do masculino e corroboração para a igualdade de direitos e trato no esporte.

Relacionado a essas questões, Silvana Goellner (2001) analisa as questões do corpo feminino com as práticas corporais, nos primeiros estudos sobre a mulher na Educação Física, era dito que o corpo feminino tinha o objetivo somente da procriação, por ser a especificidade de sua natureza. Logo, entende-se que essa forma de enxergar o corpo feminino como um corpo procriador está diretamente e indiretamente relacionado com a sexualização e objetificação do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de gênero relacionados à Educação Física tiveram início no fim da década de 1980, e foram potencializados na década de 1990 com a criação de programas de pós-graduação na área e, conseqüentemente, no incremento da produção de pesquisas em nível de mestrado e doutorado, bem como a divulgação em livros e artigos. Porém, parte desses estudos que apresentam uma abordagem com foco nas mulheres trazendo questões epistemológicas, analíticas, conceituais e políticas são interpretadas de forma equivocada (DEVIDE *et. al*, 2020).

Pensar sobre feminilidade também é pensar sobre a luta de classe, e os conceitos raciais, de gênero e sexualidade, que são regidos numa lógica patriarcal e capitalista, privilegiando homens brancos héteros cis. Flávia Biroli em seu livro “Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil” (2018) discute sobre a não existência plena da desigualdade de gênero no Brasil, seja na divisão sexual de trabalho, na



atuação política, nas questões envolvendo família e maternidade e, principalmente, sobre sexualidade e autonomia. Mesmo com as lutas feministas ganhando espaços, a mulher ainda tem seu corpo voltado aos ambientes privados e enfrenta jornadas duplas, exercendo papéis determinados a ela dentro e fora de casa. Por isso, se torna fundamental a luta pela igualdade de gênero (FONSECA; MAGALHÃES, 2018).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. A Política. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. **Martins Fontes**.1991. 1ª. Edição.
- BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & DA ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: **Sulina**, 2009.
- BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades : limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo:Boitempo, 2018.
- CAPITANIO, Ana Maria. Contexto social esportivo: fonte de stress para a mulher. **Revista Digital EFDportes**. Ano, v. 10, 2004.
- DEVIDE, Fabiano Pries; DA ROCHA, Cristina Maria; DOS SANTOS MOREIRA, Izabela. Coeducação e Educação Física Escolar: uma ferramenta para abordar as relações de gênero nas práticas corporais. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 11, n. 2, 2020.
- FARIAS MONTEIRO, K.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 7 dez. 2017.
- FONSECA, Julia Martins; MAGALHÃES, Luciana Dos Santos. RESENHA CRÍTICA DO LIVRO 'GÊNERO E DESIGUALDADES: LIMITES DA DEMOCRACIA NO BRASIL', DE FLÁVIA BIROLI. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 5, n. 11, 2018.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOELLNER, Silvana V. Gênero, educação física e esportes. Imaginário e representações sociais em Educação Física, esporte e lazer. Rio de Janeiro: **UGF**, p. 215-227, 2001.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Tempo**. Niterói, RJ. Vol. 19, n. 34,(jan./jun. 2013), p. 45-52, 2013.
- LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2015.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro et al. Juventudes, gênero e sexualidade: a ação política dos movimentos sociais. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 2, p. 93-117, 2018.



PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, p. 1-10, 2010.

PERES, Ms Waldir Pagan. Atividade Olímpica, Poder, Comportamento, Sexo, Imagem Corporal. III Fórum de Debates Sobre Mulher &Esporte. Mitos & Verdades. **Fórum Internacional-16 A**, v. 18, p. 53-56, 2004.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOUZA, Juliana Sturmer Soares; KNIJNIK, Jorge Dorfman. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 21, n. 1, p. 35-48, 2007.

ZUMTHOR, Paul. Correspondência de Abelardo e Heloísa. Rio de Janeiro: **Martins Fontes**, 1998.

A EDUCAÇÃO SEXUAL EM PERSPECTIVA DE ENFRENTAMENTO A CULTURA DO ESTUPRO: CARTOGRAFANDO NAS ENCRUZILHADAS DA AGENDA ANTI-GÊNERO

Tese de doutorado

Iuli do Carmo Melo

Pós graduação em Educação na Universidade Estadual de Campinas- FE UNICAMP

Orientadora: Héloisa Andréia Matos Lins
Professora Doutora da Faculdade de Educação da Unicamp

iulimelo22@gmail.com.br

RESUMO

Embora exista o diálogo internacional, registrado em diretrizes e acordos de Direitos Humanos. A Educação Sexual, tende a ser dada no Brasil de forma pontual, a partir de demandas de estudantes e/ou de projetos de profissionais da área da Educação e Saúde. Com essa lacuna, deixa-se a oportunidade de agir no enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes, na qual a Educação Sexual é ação primária de prevenção. Considero a ascensão das Direitas Radicais como território desta pesquisa em andamento, uma vez que agentes do âmbito político-partidário e social, investem em uma agenda anti-gênero, por meio de estratégias que disseminam pânico moral. Atuo dentro do enfoque da Educação em Direitos, argumentando em defesa da Educação Sexual Integral (ESI), cartografando a fim de mapear a cultura do estupro no movimento que trava os avanços nesse sentido, identificando como, através de ações, políticas públicas e discursos da agenda anti-gênero, contribuem com a cultura do estupro. O ponto de vista (COLINS, 2016) da pesquisa, traça a cartografia em uma pedagogia da encruzilhada (RUFINO, 2019) que estabelece o *cruxo* dos estudos de gênero e os estudos da infância, situados na perspectiva metodológica pós-críticas para uma via decolonial, reconhecendo os desafios contemporâneos como um legado colonial, apontando caminhos de reparação em linhas de fuga.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Educação Sexual Integral, Cultura do Estupro, Infâncias, decolonialidade.

INTRODUÇÃO

O conceito de cultura do estupro foi recentemente incluído no âmbito dos estudos de gênero brasileiros, em um movimento raro, em que foi reivindicado das ruas e posteriormente sintetizado nas universidades. Em mobilizações nacionais em relação a um estupro coletivo, acometido por 33 homens, contra uma adolescente de 16 anos. O caso repercutiu na mídia e gerou comentários de culpabilização da vítima e logo, a tendência foi de responsabilização dos agressores. Nesse contexto o termo cultura do estupro começou a circular nas redes sociais, reconhecendo a demanda por nomear e caracterizar as organizações sociais, banalizam as violências sexuais. O debate reverberou em órgãos públicos como na OAB – Ordem dos Advogados do Brasil¹ e a ONU – Organização das nações unidas que se posicionou sobre as manifestações por meio da ONU- Mulheres.²

O termo é datado de 1960, estabelecido por feministas americanas, responsáveis pelo movimento anti-violação nos Estados Unidos. Uma vez que as feministas americanas, difundiam a concepção excludente que universaliza a categoria mulher, centrada na especificidade da mulher branca, de classe média-alta, heterossexual e cisgênera. Se faz necessário tensionar o conceito, no com perspectiva de interseccionalidade, elaborada nos fundamentos do feminismo negro (GONZALES, 2020; AKOTIRENE, (2020), CRENSHAW, 2002) nas palavras de Carla Akotirene referêncio que:

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros. (AKOTIRENE, 2020, p.27)

Neste trabalho, apresento um recorte da tese em andamento no programa de pós graduação na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, dedicada a um mapeamento cartográfico da cultura do estupro nos discursos, discursividades e ações de agentes das direitas radicais no period de 2019-2022. O território de pesquisa se aloca na circulação do debate de gênero e sexualidades no país, explorando elementos para além da relação agressor e vítima. Considero portanto, os investimentos

1 Fonte: Combate a Cultura do estupro vai além de punições disponível em: Artigo: Combate à cultura do estupro vai além de punições penais | OAB - Alagoas acesso em 9 de maio de 2022.

2 Fonte: Afinal o que é cultura do estupro e que ela tem a ver com você /revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/06/afinal-o-que-e-cultura-do-estupro-e-o-que-elatem-ver-com-voce.html Disponível em: Acesso em abril de 9 de maio de 2022. Leitura complementar dissertação em

politicossociais que fortalecem os aspectos da cis-heteronormatividade, em silêncio e silenciamentos. Considerando o momento histórico de deslocamento no âmbito político partidário em que se acende um complexo território de disputa, onde se destacam forças ultraconservadoras e autoritárias no Brasil, compreendidas na investigação como legado colonial.

Os objetivos do estudo são vislumbrados a partir da articulação teórica alicerçada nos estudos da infância, com a proposta de caminhos possíveis para interrogar, problematizar e investigar a condição da Educação sexual integral, institucionalizada na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido a Educação com enfoque em direitos, preza por integrar os valores dos direitos humanos por meio do processo educacional, uma perspectiva que compreende o direito à Educação como fundamental para a efetivação dos outros direitos. (TAVARES,2020). Busco articular à Educação em Direitos Humanos [EDH] dimensões interseccionais da violência, para concebermos o valor singular da Educação Sexual [ESI], isto é, perceber como através das dimensões do racismo, da cis-heteronormatividade e do adultocentrismo, com mais destaque, se colocam como algumas das principais forças hegemônicas nesse território de pesquisa.

MÉTODO

A metodologia consiste em uma cartografia, que carrega a inspiração deleuzoguattariana, para mapear algumas forças em torno do fenômeno crescente, da violência sexual contra crianças e adolescentes, tratando não só de números estatísticos alarmantes - que alcançam dimensões “epidêmicas” - mas pelo cenário ultraconservador que rodeia o debate público e político referente às questões de gênero e sexualidade.

Em Giles Deleuze e Felix Guattari (1996) em uma cartografia é possível apenas marcar caminhos e movimentos, que envolve graus de perigo e sorte. “Fazer cartografia é, pois, a arte de construir um mapa sempre inacabado, aberto, composto de diferentes linhas, conectável, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p.21). A encruzilhada é um ponto onde marco os caminhos, as linhas conectadas, e o movimento de conexão, desmonte, reversão, as modificações se dá pelo caminhar por elas, no sentido decolonial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em andamento, a proposta dessa cartografia ainda se desenha, indicaram uma contextualização do território, as linhas duras marcam 2014, quando PNE é aprovado sem nomear discriminações de gênero, raça e identidade de gênero como meta, em

função das mobilizações contra a “ideologia de gênero” e caminha até a instituição e atuação do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos (MFDDH) cuja a pasta foi entregue a Damares Alves. As linhas Flexíveis se concentram nos direitos constitucionais e humanos, pontuando-os como capazes de desestabilizar as linhas duras, mais ainda, sem por si só, produzir a eclosão do novo. As linhas de fuga se apresentam na dimensão de um ebo epistemológico, que reivindica a o reconhecimento da humanidade das identidades dissidentes da norma, reconhecendo que os direitos tendem a atender a humanidade da norma branca, cisheteronormativa.

O conceito de interseccionalidade tem dado as análises destaque de reivindicações historicamente invisibilizadas com a potência de ancorar as perspectivas de práticas pedagógicas para as relações de gênero e sexualidade que atenda as diversas e diferentes demandas. Como por exemplo, em um horizonte de instituição a Educação Escolar Integral no currículo formal, pode se abordar a prevenção de estupros corretivos na qual as principais vítimas são mulheres lésbicas, homens gays e pessoas transexuais, travestis e não binárias, pois, nessa cultura, a violência sexual seria um meio de “correção” da identidade de gênero e/ou orientação sexual e regularia a hetero-cis-normatividade (DINIZ,2011). Considera-se também que no Brasil, a cultura do estupro é princípio estrutural da colonização na violência sexual sistêmica de mulheres negras e indígenas, fundando estereótipos racistas que hispersexualizam esses corpos e permanecem atualizado. Nesse sentido o legado da escravidão afeta também a constituição da masculinidade negra, de modo que são julgados com maior potencial agressivo, e vítima de acusações falsas de violências sexuais (DAVIS, 2016). É fundamental á pesquisa, considerar que as crianças, tal qual mulheres- brancas, cisgeneras, população negra, pobres e comunidade LGTTQIPNA+ compõem uma categoria social marginalizada, de modo que estão inseridas no contexto da cultura do estupro tanto na ponta do iceberg sendo o categoria que ocupa os maiores índices de vítimas de violência sexual, quanto na cultura que faz os circular os discursos da agenda antigênero, quando o argumento é a proteção das crianças. Nas palavras de Maria de Fátima Salum Moreira, Maytê Gouvêa Coletto Bezerra e Geisa Orlandini Cabiceira Garrido (2014)

Enfatizamos a especificidade de ser criança e da infância como categoria geracional sob o ponto de vista da Sociologia da Infância, visto que se trata de uma questão básica para dar prosseguimento à forma de pensar a ação das crianças e sua participação na construção de seus direitos. Elas devem ser ouvidas e percebidas em relação aos significados que pretendemos compreender sobre seus desejos, suas necessidades e seus direitos em todas as áreas da vida humana, inclusive naquela que diz respeito à sexualidade (MOREIRA,BEZERRA, GARRIDO,2014, p.84)



Assim recorrer e resgatar o enfoque de direitos humanos na Educação, na qual a urgência da Educação Sexual integral e obrigatória no currículo oficial escolar é uma reivindicação que atende, entre outros o direito da criança de acesso a informação. (UNICEF, 1989) - fundamental num processo de Educação *em* Direitos Humanos pluralista – está relacionado à questão mais ampla do Estado democrático de direito, isto é, relacionado aos direitos humanos dos grupos/ indivíduos historicamente violentados e/ou excluídos como um projeto de sociedade (de enfrentamento ou sustentação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentada neste texto, a pesquisa que através do conceito de cultura do estupro, considera a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, na instrumentalização das mesma, para fazer circular os discursos da agenda antigênero. De modo, faz-se necessário recorrer e resgatar o enfoque de direitos humanos na Educação, na qual a urgência da Educação Sexual integral e obrigatória no currículo oficial escolar é uma reivindicação em atenção aos direitos das crianças. Os direitos das crianças tomam forma a partir da constituição de 1988, sendo especificamente, sistematizados no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, ignorados na agenda conservadora. O atraso nessa pauta, possibilita o novo, em uma instituição que se atente aos sujeitos marginalizados, se voltando as demandas específicas de identidade de gênero, raça/etnia, classe, e enfrentamentos ao capacitismo Considerando de acordo Heloísa Lins (2022) o atual movimento de fortalecimento desses direitos é fundamental ao exercício da democracia. Um revés de políticas públicas nesse sentido, endossam, portanto, a mentalidades ou um imaginário social retrógrado a se superar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé W. (2002). "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero". *Estudos Feministas*, ano 10, nº 1/2002,

DINIZ, Rogério Junqueira. Cotidiano Escolar, Heteronormatividade e Homofobia: Por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem medo de novos olhares na Escola? In XAVIER- FILHA, Constantina. (org.) Sexualidades, Gênero e Diferença nas Educação das Infâncias. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

DELEUZE, Giles. GUATTRI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. V.3.



GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf acesso em: 10 de junho de 2023

LINS, Heloísa Andreia Matos. Por que insistimos no direito de participação e cidadania ativa de crianças e jovens. In LINS, Heloísa A. Matos. Democracia e participação das infâncias e juventudes no Brasil: Cidadanias Multiladas. Campinas, SP. Mercado das Letras. 2022.

Moreira, M. de F. S., Bezerra, M. G. C., & Garrido, G. O. C. (1). A criança como sujeito de direitos sexuais: o corpo, os prazeres e a afetividade na infância. *Teoria E Prática Da Educação*, 17(2), 83. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27751> acesso em 10 de junho de 2023

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019

TAVARES, CELMA. Educação em direitos humanos na educação básica: reflexões sobre sua prática pedagógica em escolas públicas. Revista OLHARES, v. 08, n. 02 –Guarulhos, agosto de 2020.

UNICEF 1989. Convenção sobre os direitos da criança. Nova Iorque: UNICEF. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> . acesso em: 15 de junho de 2023.

**“ELA DESATINOOU, DESATOU NÓS”:
CAMINHOS TRANSVIADOS NA PESQUISA COM CORPOS-TRANSVIADOS**

Janivaldo Pacheco Cordeiro
Instituto Federal do Espírito Santo

janivaldo.ifes@edu.com.br

RESUMO

O presente artigo é um recorte de tese de doutorado desenvolvida no período entre 2019 – 2022 e tem como objetivo discutir acerca dos (des)caminhos percorridos, encontros e desencontros do meu *eu-pesquisador* na busca de docentes LGBTQIA+ para colaborarem com suas narrativas de vida-formação-profissão sobre os atravessamentos que constituíam suas identidades pessoais e profissionais para a referida pesquisa. O período da investigação foi marcado por dois fatos importantes: a pandemia da Covid19 e sensação de legitimidade da LGBTfobia praticada com ascensão dos movimentos conservadores durante governo Bolsonaro. De natureza qualitativa, trago neste recorte algumas narrativas que movimentaram a tese e os sentidos de representação e reconhecimento do corpo-transviado na docência na Educação Básica da Bahia, colhidos durante a abordagem aos/às possíveis colaboradores/as e durante a concessão das Entrevistas Narrativas. Os resultados apontam o medo dos efeitos da exposição das histórias de vida e falta do (re)conhecimento das identidades dissidentes.

Palavras-chave: Docentes LGBTQIA+; Narrativas de (re)existência; Pesquisa Narrativa.

¹ Em todos títulos, os termos entre aspas são trechos da música *Triste, Louca ou Má*, canção de Francisco El hombre.

“SUA CARNE NÃO TE DEFINE”

Foi lendo Berenice Bento e nas várias conversas que tive com ela que pude ter amplitude do que eu pesquisava. Em certa feita, ela me falava acerca dos (seus/nossos) estudos transviados e os impactos que a cis heteronormatividade tem sobre os corpos como o meu e como, *miseravelmente*, afeta corpos trans. Eu, sendo um homem cis gay - que *apenas* atravessassei uma fronteira da sexualidade - já havia constituído o meu próprio corpo-território¹(MIRANDA, 2020) pela violência que, *naturalmente*, o atravessa, embora jamais vivenciei o que pessoas trans e travestis em suas diferenças e no conjunto delas poderiam experimentar, bem como outros marcadores sociais que não me excluiriam. A minha pesquisa envolvia pessoas LGBTQ+ que acumulavam outras diferenças e as faziam alvos de preconceitos outros que jamais experimentaria. Berenice me chamou a atenção para os armários de vidros que pessoas trans habitam e eu comecei a refletir sobre as (im)possibilidades de vida advindas dessa condição e que me trariam análises outras.

O fato é que entre encontros e desencontros fui atravessado por um sentimento de incompletude, de ignorância, de medo e de incapacidade de movimentar meu próprio estudo. Talvez por ser atravessado pela pandemia, pelas mortes que se avizinhavam, pelos desempregos daqueles/as que já não tinham tanto e, principalmente, pelo ódio que embolava minha garganta ao ver tanto descaso e desinformação distribuída por aquele que deveria trazer mensagens de conforto. Provavelmente, veio daí as dificuldades de encontrar em meio ao caos, docentes LGBTQIA+ dispostos/as a contar para um desconhecido aquilo que atravessava os seus corpos-territórios-LGBT+. Se por um lado tinha a pandemia e um mensageiro da morte conduzindo ao abismo, por outro passavam por situações das quais as suas próprias existências - suas carnes e corporalidades - seriam as motivadoras das violências sofridas, também motivadas (em grande parte)- pelo mesmo mensageiro.

Desse modo, esse estudo é um recorte que atravessa a tese de doutorado *CORPO-TERRITÓRIO-LGBT+: imagens e narrativas de professores/as transviados/as² na Educação Básica⁴*, de minha autoria, e tem como objetivo discursar sobre os movimentos realizados na busca de colaboradores/as da pesquisa, os seus medos, anseios e (re) conhecimentos durante essa fase da pesquisa.

1 “[...] corpo-território é um texto vivo, um texto-corpo que narra as histórias e as experiências que o atravessa” (MIRANDA, 2020, p. 25)

2 O termo transviados/as foi inspirado na obra *Transviad@s* de Bento (2015). A autora utiliza a palavra como uma tentativa de traduzir os significados do *queer* para o contexto brasileiro.

“SEGUIR RECEITA TAL”

A pesquisa foi desenvolvida com professores/as transviados/as da Educação Básica da Bahia e teve a colaboração de sete docentes (auto)declarados LGBTQIA+. Nesse recorte trago narrativas de alguns desses/as colaboradores/as e impressões minhas acerca daqueles/as que se recusaram participar. O trabalho qualitativo é uma Pesquisa Narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2015) que utilizou a Entrevista Narrativa como forma de coleta de dados e cujas análises foram baseadas na Teoria da Interpretação (RECOUER, 2019).

“EU NÃO ME VEJO NA PALAVRA”

Inicialmente, o critério de escolhas dos professores/as transviados/as para a participação nessa pesquisa foi por indicação de conhecidos/as, uma vez que estando em *terras que não eram minhas*, as possibilidades de confiarem em alguém estranho eram bem pequenas, ainda mais considerando o contexto atual de violência que nos encontramos, fato percebido em algumas sondagens realizadas por mim com algumas pessoas que eventualmente conheci e recusavam em colaborar por medo de uma possível exposição. Os medos são justificáveis. Com a eleição de Bolsonaro muitas pessoas se sentiram autorizadas à ataques gratuitos e graves ameaças de morte. Tal fato ficou bem evidente quando uma professora trans recusou participação, usando o seguinte argumento: *“Com esse nome eu não participo [referindo-se ao termo no título da tese Professores/as Transviados/as] com o avanço dos casos de violência contra pessoas LGBT, nesse governo, eu não sei se a ressignificação que você propõe vai surtir o efeito que você deseja. Além do mais este é um lugar que eu não quero mais ocupar. Estou próxima de completar a idade de expectativa de vida para pessoas trans³, e estou com muito medo”*. Nosso papo se enveredou por uns dois dias, eu na tentativa de convencê-la a colaborar e ela, explicando-me que o termo *transviados/as* lhe causava desconforto e constrangimento; mais que isso, o medo que atentava a sua vida a deixava em constante estado de alerta. Sentenciou, assim, que não participaria. Ainda que eu argumentasse sobre a importância de sua colaboração e ela entendia, nós estávamos convencidos/as de que mesmo cumprindo todos os requisitos para o anonimato de suas imagens narrativas ou a assinatura de papéis não seria possível garantir a sua segurança, menos ainda que ela não pudesse ser associada à história que me contaria. Eu compreendia o seu medo. “Em plano prático, ou ‘no mundo da vida’, enquanto pessoas não trans

³ Essa pesquisa foi realizada na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus I – Salvador, sob a orientação da professora Dra. Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios, com Estágio Doutoral na Universidade de Brasília (UnB) sob a supervisão da professora Dra. Berenice Bento.

estão cotidianamente fazendo acirramentos políticos para continuarem sendo cidadãs, pessoas trans estão disputando, como ocorreu com outros grupos nacionais, para serem percebidos como 'gente'" (PINHEIRO, 2021, p. 52, grifos do autor) e, naturalmente, todos estamos cientes de como o transfeminicídio age no Brasil.

Além desse caso, outra pessoa trans também se dispôs a participar, ainda que ela não estivesse mais em sala de aula naquela época, contou-me inicialmente que teve uma experiência de preconceito e discriminação por sua condição de homem trans. No entanto, esta foi a única vez que trocamos algumas palavras, uma vez que, nunca retornou as dezenas de mensagens que enviei pelo *WhatsApp* e Instagram, ainda que esses aplicativos indicassem a visualização das mesmas. Entendi que, insistir naquilo seria um erro e deveria respeitar o seu silêncio.

Algum tempo depois, no *Twitter* de Alina D'urso em Diário de uma Travesti compreendi que a falta de retorno daquele professor poderia está relacionada ao que Alina dizia:

Mês do orgulho lgbt chegando e lembrem-se, chamem as travestis e as pessoas trans para trabalhar, para ganhar dinheiro e não para participar de TCC. Nós queremos sobreviver, queremos oportunidades, e não serem objetos de estudos dentro das academias sem estarmos presentes nelas procurem encontrar formas de realmente fazer estarmos presentes nesses espaços para além do seu tcc. Meu conhecimento é caro, ser travesti no brasil é caro, queremos trabalhar, não ser estudadas+ entendo a preocupação de vcs cis ao quererem abordar nossas pautas, mas não adianta pegar uma travesti em vulnerabilidade para falar sobre seus processos em tcc de academia, se depois disso ela vai continuar passando fome. nos deem oportunidades+ que sejamos pautas em tcc através de nós mesmas presentes nesses espaços, pois ainda não ocupamos as universidades, nossos corpos não estão presentes nas academias (D'URSO, 2021)⁴.

Ler a escrita de Alina me fez entender os possíveis motivos pelos quais eu não encontrava professores/as trans/travesti/transgênero para participar, ainda que de certa forma eu concordasse (em grande parte) com os seus argumentos, no meu entendimento, pesquisas que coloquem existências consideradas periféricas em evidência, a depender da abordagem, podem contribuir de alguma forma para a compreensão e visibilidade dessas identidades por meio de suas narrativas de (re) existência (RIOS, 2021). Percebi assim, que os entraves provocados pela política do medo que por toda vida constituiu o meu corpo-território havia sido potencializada nesses novos tempos em que a extrema-direita ocupava o poder, de forma que até mesmo pensei em desistir de pesquisar tal temática, juntando com a falta de adesão de pessoas trans, o medo de possíveis represálias que poderiam surgir a partir de minhas investidas e, angustiada pelo que *ouvi* de Alina D'urso duvidar que a investigação pudesse de alguma forma contribuir com a vida de pessoas LGBTQ+.

⁴ Alina D'urso é uma travesti influencer que palestra em plataformas digitais. Seus discursos, geralmente com tons políticos, esclarecem dúvidas acerca das vivências trans/travestis, além de motivar as pessoas cis que respeitem essas pessoas, valorizem as diferenças, e principalmente deem empregos a elas. Disponível em <https://twitter.com/alinadurso/status/1397935209383972869>. Acesso 03 de Fev. 2022

As angústias que me atormentavam por não avançar com participantes pareciam anunciar que eu não conseguiria adesão de pessoas trans na Bahia para o desenvolvimento desse trabalho. A essa altura entrei em contato com uma amiga professora trans da Educação Básica nos municípios do interior da Bahia, na tentativa de convencê-la a participar. Desde o início do projeto de desenvolvimento da tese, sua participação era opção, mas o fato de conhecer sua história desde tenra idade, de conhecê-la ainda quando éramos crianças e assistir um pouco do seu processo de transição, receava sobre os problemas éticos que tal aproximação pudesse trazer, além de especular que por me conhecer, ela pudesse não ficar à vontade em contar sobre sua vida. Algumas vezes oscilou na sua decisão, entre sim e não, mas por fim, concedeu a entrevista.

“TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA”

A falta de adesão de pessoas trans à pesquisa aliado à única entrevista concedida por uma docente trans, permitiu compreender melhor essas identidades e os atravessamentos outros que afetam suas corporalidades e escancaram a violência sofrida (de)marcando as suas possibilidades e limites de vida. Os seus armários de vidro expõem as marcas das quais estão submetidas ao mesmo tempo em que suas representações provocam outros movimentos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Edufba, 2017.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Trad.: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU –Uberlândia: Edufu, 2015.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial**: proposições afrobrasileiras na invenção da docência. - Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: corpo-territorioeducacao-decolonial-repositorio (1).pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

PINHEIRO, Tarcísio Dunga. Entre dados e dúvidas: uma análise do transfeminicídio no Brasil. **Tese** [Doutorado em Ciências Sociais] - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32489>. Acesso em: 15 jan. 2022

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Edições 70: Lisboa – Portugal, 2019.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Narrativas de experiências pedagógicas: territórios de (re) existências na formação docente. **Rutas de formación**: prácticas y experiencias, n. 11, p. 15-24. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.23850/24631388.n11.2020.3809> Acesso em: 5 maio 2021.

A UTILIZAÇÃO DE VÍDEOS NO *YOUTUBE* COMO FORMA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E COMBATE AO PRECONCEITO E DESINFORMAÇÃO

Resumo Expandido

Joanderson Prado Santos
Gabriel Figueiredo Morais Oliveira
Luciana AguilarAleixo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

pradosantos.bio@gmail.com

RESUMO

Argumentos que supostamente fazem parte de uma construção “científica” são erroneamente usados para justificar e naturalizar ideias incoerentes e preconceituosas. Conhecimentos biológicos frequentemente são inapropriadamente empregados para se adequarem à cis heteronormatividade. Deste modo o presente trabalho tem como objetivo levantar uma discussão a respeito do potencial encontrado na produção de vídeos para divulgação científica sobre temas relacionados a sexualidade humana e sua complexidade. A plataforma utilizada para divulgação destes vídeos é o *YouTube*, no canal intitulado como “canal Rubisco’s”, desmistificando as diferentes perspectivas biológicas envolvidas na homossexualidade.

Palavras-chave: Divulgação científica, Vídeos, Sexualidade

INTRODUÇÃO

Diante do atual fenômeno de globalização e da rápida circulação de informações, a divulgação científica emerge como um importante meio para tornar o conhecimento sobre uma variedade de temas acessível, especialmente ao discutir questões amplas e complexas como a sexualidade humana (HOMERO *et al.*, 2022).

O propósito primordial da divulgação científica é disponibilizar informações ao público, afastando-se da linguagem hermética predominante no meio acadêmico e tornando-as mais compreensíveis para a população em geral. Essa abordagem dialógica entre os interlocutores possibilita que os cidadãos desenvolvam uma visão crítica e reflexiva do ambiente em que vivem (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2014), contribuindo assim para combater diversas formas de preconceito.

No entanto, é importante destacar que, em algumas ocasiões, argumentos supostamente “científicos” são usados para justificar e naturalizar ideias incoerentes, perpetuando a heteronormatividade compulsória e a determinação de gênero (BÚRIGO, 2019). Muitas falácias sobre sexualidade estão associadas ao determinismo biológico, que se vale de características biológicas dos indivíduos para justificar preconceitos e disseminar ideias infundadas sobre a existência e as manifestações individuais (CITELLI, 2001).

A sexualidade humana é intrinsecamente complexa e abarca múltiplos fatores, desde aspectos biológicos até elementos sociais, políticos, religiosos, econômicos e historicoculturais (COELHO, 2014; SOUZA *et al.*, 2019). No entanto, dentro e fora do ambiente formal de ensino, nota-se uma constante tendência de biologizar os fenômenos e manifestações sexuais (SALLES; CECCARELLI, 2010), o que pode levar à estigmatização e ao essencialismo em relação à diversidade sexual humana.

Nesse contexto, surgem debates sobre o aspecto biológico das orientações sexuais que não se enquadram na heteronormatividade, especialmente a homossexualidade. A falta de uma discussão apropriada acerca desse tema pode levar a equívocos, como o uso recorrente do termo “opção sexual”, que erroneamente sugere que a orientação sexual é dada através de uma escolha do indivíduo. Por outro lado, a excessiva biologização da homossexualidade tende a ignorar a interação complexa e não aditiva dos múltiplos fatores envolvidos (NUNES; RAMOS, 2008).

Diante de tantas compreensões equivocadas e controvérsias sobre o assunto, torna-se imprescindível que os acadêmicos utilizem a divulgação científica como ferramenta para levar informações corretas ao público em geral. Essa divulgação deve ser realizada por meio de linguagem acessível e atraente, valendo-se dos meios de comunicação disponíveis, principalmente das redes digitais, que apresentam o potencial de servirem como ambientes integrativos para troca de informações (REALE; MARTYNIUK, 2016).

Dentre os meios de comunicação mais populares, destaca-se o *YouTube*, plataforma na qual o Brasil figura como um dos principais consumidores de conteúdo (SOUZA, 2023). Os vídeos, em particular, oferecem características valiosas para a divulgação científica, já que podem ser visualmente atrativos, utilizar diversas linguagens e despertar o interesse de públicos variados (FERNANDES, 2009).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância e as potencialidades da produção de vídeos para a divulgação científica sobre temas relacionados à sexualidade. Para alcançar esse propósito, apresentaremos dois vídeos produzidos por graduandos da licenciatura em Ciências Biológicas, disponibilizados no canal do *YouTube* intitulado “Rubisco’s”, abordando a perspectiva biológica envolvida na homossexualidade.

MÉTODO

Pensando na importância da divulgação científica para a quebra de tabus e preconceitos associados a questões voltadas à orientação sexual, o canal do *YouTube* intitulado Rubisco’s produziu, no ano de 2022, dois vídeos voltados a essa temática. Com os títulos “Homossexualidade no Reino animal (parte 1)” e “A homossexualidade é uma característica genética? (Parte 2)” os vídeos trazem em sua discussão os conhecimentos atuais das ciências biológicas acerca do tema.

Para a criação dos vídeos o primeiro passo é uma sondagem inicial dos temas que se pretende trabalhar. Após a determinação de um tema relevante, parte-se para uma busca na literatura. Para a produção dos vídeos valeu-se de obras como o artigo de Ganna *et al.* (2019), publicado pela revista *Science* e o livro “Darwin sem frescura: Como a ciência evolutiva ajuda a explicar algumas polêmicas da atualidade”, escrito pelo *youtuber* Pirula e por Reinaldo José Lopes. A partir de informações obtidas através da literatura especializada, os roteiros foram escritos e posteriormente revisados.

Com os roteiros prontos partiu-se para a gravação e edição do áudio, utilizando o programa *Audacity*, para posteriormente dar início à edição do vídeo. As imagens utilizadas nos vídeos foram selecionadas entre arquivos disponíveis em bancos de mídia gratuitos na internet, como o *Pixabay* e o *Pexels*. A edição foi realizada com o auxílio de programas como o *Shotcut* e o *Adobe After Effects*. Os vídeos produzidos se encontram disponíveis no *Youtube* no canal Rubisco’s.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além de já terem sido utilizados para discussão em sala de aula em disciplina de estágio, os vídeos podem ser facilmente encontrados na plataforma do *YouTube*,

desta forma o mesmo pode ser acessado pelo mais variado público. Atualmente o vídeo “Homossexualidade no Reino animal (parte 1)” possui aproximadamente 4,2 mil visualizações, enquanto “A homossexualidade é uma característica genética? (Parte 2)” conta com cerca de 136 visualizações.

O Rubisco’s tem como vídeo com o maior número de visualização justamente o que trata sobre a homossexualidade no Reino animal. Apesar de ser um canal pequeno, o grande número relativo de visualizações deste vídeo em específico demonstra o grande apelo do tema para com o público. Falar sobre sexualidade e sobretudo diversidade sexual ainda é um tabu em diversos meios, o que contribui imensamente para a geração e manutenção de preconceitos (MARTINS, 2017). A produção de vídeos sobre o tema se apresenta como uma importante ferramenta geradora de discussões acerca da diversidade sexual, informando e promovendo um olhar crítico contra as várias formas de discriminação (REALE; MARTYNIUK, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O expressivo número de visualizações nos vídeos que abordam a temática de sexualidade no canal Rubisco’s demonstra o potencial deste tipo de mídia para gerar interesse no público, podendo assim ser um importante aliado na divulgação científica, levando para o público em geral informações relevantes e embasadas sobre questões relacionadas à orientação sexual. Ao utilizar fontes confiáveis da literatura científica e apresentar o conteúdo de forma acessível e atraente, os vídeos contribuem para a disseminação de conhecimento e para a quebra de estigmas e preconceitos associados a essa temática. A utilização de mídias digitais, como o *YouTube*, amplifica o alcance dos vídeos, permitindo que um público diversificado tenha acesso a informações esclarecedoras sobre a homossexualidade e sua abordagem na Biologia.

REFERÊNCIAS

- BÚRIGO, B. D. “Existe um gene para a sexualidade”: Genética, divulgação científica e questões de gênero. **Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 4, n. 4, 2019.
- CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 131-145, 2001.
- COELHO, L. J.; CAMPOS, L. M. L. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 21, p. 893-910, 2015.
- FERNANDES, D. O. H. **Divulgação científica utilizando vídeo e áudio através da web**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Multimídia) Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto. Porto, 57p. 2009. Disponível em: https://web.fe.up.pt/~villate/theses/Fernandes-Divulgacao_cientifica_atraves_da_web2009.pdf Acesso em: 26 jul. 2023.



GANNA, A. *et al.* Large-scale GWAS reveals insights into the genetic architecture of same-sex sexual behavior. **Science**, v. 365, n. 6456, p. 7693, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31467194/> Acesso: 27 jul. 2023.

NOGUEIRA, F. M.; GONÇALVES, C. B. Divulgação científica produção de vídeo como estratégia pedagógica para a aprendizagem de ciências. **Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, 2014.

NUNES, E.; RAMOS, K. P. Homossexualidade humana: estudos na área da biologia e da psicologia. **Intellectus**, n. 5, 2008.

MARTINS, C. F. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. **ID on line Revista De Psicologia**, v. 10, n. 33, p. 257-270, 27 jan. 2017.

PIRULA; LOPES, R. J. **Darwin sem frescura: Como a ciência evolutiva ajuda a explicar algumas polêmicas da atualidade**. HarperCollins Brasil, 2019. 275p.

REALE, M. V.; MARTYNIUK, V. L. Divulgação Científica no *Youtube*: a construção de sentido de pesquisadores nerds comunicando ciência. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2016. p. 1-15.

SALLES, A. C. T. DA C.; CECCARELLI, P. R. A invenção da sexualidade. **Reverso**, v. 32, n. 60, p. 15-24, 1 set. 2010.

SOUZA, V. L. **Utilização de vídeos de divulgação científica para o ensino em biologia**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/244422>. Acesso: 25 jul. 2023.

SOUZA, V. G. P. *et al.* Sexualidade no ensino de biologia: uma abordagem didática na roda de conversa. **Experiências em Ensino de Ciências**. v. 17, n.1, 2019. p. 295-312.

**FEMINISMO COMO CULTURA POLÍTICA:
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO COMPONENTE
CURRICULAR EM POLÍTICAS CULTURAIS**

Larissa Laranjeira Lima Alves

laralimalves@gmail.com

RESUMO

Os estudos culturais contemporâneos manifestam reflexões que cultivam as contradições discursivas nas abordagens dos conceitos de cultura e de políticas culturais. Investigam outras dimensões da cultura e sua evidente aproximação histórica com o campo político, antropológico e, mais recentemente, sua possibilidade de costurar o território de contestação aos poderes estabelecidos. Não se trata de usar neste texto conceitos rigorosos para alcançar um ideal de ações dissidentes da cultura do patriarcado, mas refletir as narrativas feministas e seu potencial de aplicação, capaz de impulsionar ações públicas para desestabilizar e intervir nos pensamentos que foram forjados ao longo da história e ter como finalidade uma outra cultura na política. O pensamento feminista enquanto movimento insurgente e sua contínua inquietação demonstram potencial de deslocar as estratégias hegemônicas e suas repetições para uma lógica coletiva e transversal. Além dos resultados produzidos pelo movimento feminista no imaginário social, também é possível pleitear uma institucionalidade, a partir da materialização do discurso e das proposições feministas, por meio de entrelaçamento com as políticas culturais para produzir uma ação política.

Palavras-chave: Feminismos, Política Cultural, Cultura, Institucionalidade.

INTRODUÇÃO

É preciso ressaltar que existem poucas bibliografias no campo de aplicação do feminismo como cultura política ou do seu entrelaçamento com as políticas culturais no campo dos estudos acadêmicos. Na cultura, a defesa da transversalidade, a sua dimensão antropológica e seus conceitos ampliados sobre diversidade, inclusão e transformação social constituem argumentações que fortalecem as relações entre os campos dos estudos culturais, feministas e políticos. Assim sendo, a partir de abordagens contemporâneas, pode-se estabelecer uma movimentação articulada e entender esses campos como processos vivos e discursivos que estão embricados e precisam se comunicar com reciprocidade.

Os movimentos feministas alcançaram diversas conquistas que garantiram mais cidadania para as mulheres, em uma perspectiva privilegiada e, mais recentemente, a partir da abrangência das questões e conceitos envolvidos, outros corpos plurais com suas reivindicações. Conquistaram também o imaginário social e contribuíram para desnaturalizar de forma mais ampla questões sociais que destinam as mais diversas subjugações as mulheres e corpos considerados atípicos ou subalternos, sobretudo quando assumem uma abordagem de raça, classe, sexualidade e gênero, com o protagonismo de escritoras negras, e os tensionamentos provocados pelo transfeminismo, como o não esgotamento das contradições do discurso conceitual de gênero. No entanto, apesar dessas conquistas, o movimento contemporâneo reconhece sua falha nas instituições e no acesso ao poder e este ponto precisa ser amplamente debatido.

Para produzir ferramentas de desidentificação com o pensamento colonizado e o estranhamento a uma cultura sexista e seus modos cotidianos, suas heranças e repetições, a cultura sugere pensar novas possibilidades de diálogo e mecanismos para intervir nessa ordem estabelecida, principalmente quando busca uma institucionalização de políticas culturais feministas, não somente por causa dos seus impactos simbólicos, mas também pelos fatores econômicos e pela luta por justiça social.

MÉTODO

A metodologia de estudo para elaboração do trabalho se organizou de duas formas: Inicialmente a partir de um relato de experiência na política institucional, através da vivência de um mandato legislativo da autora, da compilação de referências bibliográficas e observação de práticas feministas em espaços políticos e coletivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos diversos momentos da história pujante do patriarcado, os mecanismos vigentes são combinados a partir de um sistema de opressões que coexistem, como afirma *Heleieth Saffioti*, na obra “O poder do macho”. O patriarcado-racismocapitalismo, sistema que se fortalece a partir do investimento e institucionalização política e social da naturalização dos processos autoritários, “constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos” (SAFFIOTI, 1987, p.11).

Também Judith Butler (2020) aborda a dicotomia de um sistema que se define a partir das opressões e de decisões sobre quem pode ou não existir, quem pode ou não ser objeto de cuidado e amparo e para quem se estabelece o desamparo e a precariedade. As relações de poder, definidas por uma identidade legitimada há milênios, julgam a luz do sistema patriarcal e com medo de perder os privilégios, verticalizam a cultura política e definem suas práticas cotidianas, sendo estas assistencialistas, tratam o outro como instrumento para manutenção do poder, desumanizando. Estes comportamentos, muitas vezes, regulam as instituições políticas e incidem em um comprometimento mais amplo, que ultrapassa o individual e alcança o cultural em uma estrutura simbólica, afetando ciclos familiares e sociais dos sujeitos.

Não se pode esperar um processo espontâneo de renúncia de privilégios nesse cenário de apropriação do poder conduzido são só pelos homens, apesar de sua expressiva dominação, mas por diversas identidades que reproduzem o processo autoritário da política, é preciso uma ruptura de ordem e, por isso, a necessidade de ocupar os espaços institucionais para exercitar, também, o feminismo.

A cultura que predomina na cultura política vigente se baseia na disseminação de violências e machismo por seus vários organismos. Se o feminismo, em seu conceito abrangente, não se inscrever como presença estratégica no desenvolvimento do país, dos estados e municípios, não se fará uma oposição ampla e efetiva aos regimes neoliberais e capitalistas. Para alcançar o caminho de uma institucionalidade democrática é possível pensar balizadores e construir parâmetros comuns de atuação, e as políticas culturais podem fazer o papel de inaugurar intervenções mais incisivas nos mais diversos campos, considerando a dimensão antropológica própria da cultura e suas implicações em termos de insurgências.

Obviamente não se parte de uma noção binária preestabelecida de gênero para definir um movimento de ação política. O gênero, a princípio parte de uma autorização social, ou seja, de uma construção cultural e histórica e não de fatores biológicos, como já superados em Simone de Beauvoir e outras pensadoras do feminismo. Mais recentemente, as teorias de gênero de Judith Butler, densas e complexas, defendem questões mais

profundas, que relacionam gênero e produção de poder, criticando a identidade estável como fundamento da ação política feminista e apresentando a liberdade de gênero como direito fundamental, radicalizando a noção crítica do feminismo.

O feminismo precisa buscar uma representação mais ampla das identidades do movimento e, de forma radical, repensar a natureza do ser das identidades na prática política, para assim elaborar uma formulação política capaz de renovar o feminismo e suas representações, conforme pensamento incorporado da obra “Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade” (BUTLER, 2020). Após repensar a ideia de sujeito do feminismo, sua ação política precisa focar nos processos de produção e manutenção do poder.

Os recentes estudos sobre feminismo, defendidos como ativismo combativo, pontuam algumas questões relevantes que são defendidas neste artigo. Reconhecem como erro repetir conceitos baseados em um binarismo de gênero e em repetições de significados culturais que servem para a lógica empregada no capitalismo e sua mistura de consentimento sustentado pelo sistema social e seus eixos de dominação. O feminismo também entende que as violências fazem parte de uma ordem sistêmica que integra a sociedade e, então, parte para refletir que é urgente uma mudança ética a partir do entrelaçamento de transformação entre o planeta enquanto lugar físico e suas relações simbólicas. Ou seja, “o feminismo que nos interessa é o feminismo compromissado com o direito à vida, com o bem viver, com a liberdade caracterizada pela responsabilidade com o outro e com a natureza” (ARRUZA; FRASER, 2019, p. 20).

Debora Diniz e Ivone Gebara constroem uma obra generosa e provocativa que se chama “Esperança Feminista” e traz um conjunto de verbos para criar uma aproximação com o feminismo ético e alcançar um caminho revolucionário. Elas defendem que “O Feminismo não deve ambicionar unidade ou coerência, mas permanente inquietação” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 10), por isso é preciso pensar no plural o movimento feminista e tirar proveito das contradições e dos erros históricos, para perceber quais questões o feminismo recusa, sem buscar um conceito rigoroso.

A lógica contemporânea exige, além da reformulação do feminismo e da contestação das suas falhas, uma estratégia para recuperar o feminismo empregado pelo capitalismo. Nancy Fraser, na coletânea denominada “Pensamento feminista – conceitos fundamentais”, defende gênero como método e propõe uma correção de rota a partir do paradigma da redistribuição e de um reconhecimento que abrigue todas as pautas contra as injustiças materiais e simbólicas e reforce continuamente, a partir de normas institucionalizadas na política, o rompimento do silenciamento cultural e da relação do poder público com a vida das mulheres e outras identidades.

A deformação das ideias feministas deparou-se ainda com o oportunismo, transformando as vitórias em lugar-comum e pressupostos assegurados, para grande

parte da consciência social. “Nada mais perigoso para a esperança feminista que o senso comum, esse repertório de coisas que todos devem saber, porque simplesmente assim é a vida” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 44). Para viver uma justiça de gênero é necessário estar no movimento feminista, como contextualiza Fraser: “à medida que o discurso se torna independente do movimento, ele é progressivamente confrontado com uma cópia estranha e sombria de si mesmo, uma cópia que não se pode simplesmente abraçar, nem negar completamente” (ARRUZA; FRASER, 2019, p. 42).

É importante a consciência de que todas as questões sociais possuem raízes em escolhas baseadas em determinadas culturas que precisam ser ressignificadas através do deslocamento de pensamento, dos afetos e enfrentamento da própria cultura, com aliança dos movimentos insurgentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração e incorporação dos conceitos feministas em formato de práticas pela ação pública marca a possibilidade de imaginar um poder mais produtivo e menos controlador e omissivo. Aproximar-se do campo feminista e cultural é uma forma de entender como somos afetados em uma relação flutuante de poder que é marcada nos corpos, para assim subverter a lógica estabelecida.

Algumas ideias, são possíveis de investimento e institucionalização para esse rompimento: financiamento de espaços de iniciativa popular que formulem resistências, insurgências, debates políticos para “compartilhar pensamentos e práticas feministas” (bell hooks), políticas capazes de garantir autonomia aos coletivos, fortalecimento de uma cultura de autogestão e auto-organização para potencializar produções territoriais, possibilitar e fomentar “grupos de consciência” (Débora Diniz), pensar um conjunto articulado de políticas com os diversos entes, categorias de estados, sociedade, instituições com capacidade de desenvolver o imaginário e o desenvolvimento simbólico do feminismo a partir dos processos ou produtos da cultura oral, escrita ou audiovisual, defender a ampla legitimação e forte disputa pelo poder político para mulheres cis ou trans, transexuais e travestis, e outros corpos com um compromisso claro e pactuado de defesa pela justiça social e emancipação, sem alimentar ingenuidades, mas esclarecer e competir a consciência social.

REFERÊNCIAS

ARRUZA, C.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ed, São Paulo: Boitempo, 2019, 128 p.



BUTLER, J. P. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 20º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p.136.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022, p. 280.

FRASER, NANCY. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25 -45

HOOKS, BELL. **O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras**. 18º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, p. 175.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Projeto passo à frente. Coleção polêmica, v.10, 1987, 120p.

**AMANSAR O GIZ E PERMANECER:
POR UMA ESCOLA ANTIRRACISTA,
ANTILGBTIFÓBICA E ANTICAPACITISTA**

Dissertação de mestrado

Lucas Silva Dantas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

lucaseducadore@gmail.com

RESUMO

Como os corpos dissidentes conseguem resistir e transgredir o racismo, o capacitismo e o cisheteropatriarcado no espaço escolar? Essa é a pergunta problema que direcionou a criação desta pesquisa, que tem como objetivo analisar as contribuições trazidas por pesquisadoras negras, transgêneras, indígenas e pessoas com deficiência, sobre resistência e transgressão na educação. Para realizar esta pesquisa foi criada a metodologia da encruzilhada epistêmica, com base em diferentes autores, que tem como objetivo analisar diversas epistemologias com o objetivo de descobrir seus pontos em comum. Para a escolha das autoras foi feito um levantamento bibliográfico que culminou na escolha de oito teses e dissertações, elaboradas nos últimos dez anos, que tem como ponto central a resistência do povo negro, indígena, pessoas LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência na educação.

Palavras-chave: dissidência; resistência; transgressão; educação; epistemologia.

INTRODUÇÃO

O sistema do mundo colonial/capitalista/patriarcal/heteronormativo/cristão /militar promoveu devastações e produziu o mundo como o conhecemos (KILOMBA, 2018). Os corpos dissidentes a todas essas normas no território brasileiro enfrentam do ponto de vista sócio-histórico-cultural o genocídio dos seus corpos, o epistemicídio¹ dos seus saberes e a impermanência nos espaços educacionais. A agenda colonial produz a descredibilidade de inúmeras formas de existência e de saber, como também produz a morte, seja ela física, através do extermínio, ou simbólica, através do desvio existencial (RUFINO; SIMAS, 2018, p. 11).

Nesta agenda, encontram-se os corpos LGBTQIAP+ marcados pela LGBTfobia, os corpos negros e indígenas marcados pelo racismo, as pessoas com deficiência marcadas pelo capacitismo, e muitos outros corpos dados como anormais, desviantes, historicamente marginalizados e que sofrem os duros golpes do preconceito, da desigualdade e da violência. Corpos que podem pertencer a várias destas categorias e serem atravessados por inúmeras opressões, na encruzilhada das avenidas identitárias, conforme nos ensina o conceito de interseccionalidade, trazido pelas pesquisadoras Crenshaw (2002) e Akotirene (2019), utilizadas como ferramenta analítica nesta pesquisa.

O Brasil como estado colonial foi projetado pelos homens do poder para ser excludente, racista, machista, homofóbico, concentrador de renda, inimigo da educação, violento, assassino de sua gente (RUFINO; SIMAS, 2019, p. 12). Discussão esta realizada com mais profundidade no capítulo um, situando quem são os corpos dissidentes no território brasileiro e como estão atravessados pela violência e pela impermanência na educação. Para situar essa abordagem no contexto brasileiro, devemos considerar, ainda, o ambiente escolar como espaço de reiterações normativas violentas e, por extensão, de silenciamento da diferença (MOMBAÇA, 2015). Como diante desse cenário os corpos dissidentes resistem e transgridem no espaço escolar?

Na contramão da desumanização e da violência, as identidades atravessadas por todas essas formas de aniquilação e opressão, traçam estratégias de luta e resistência para reivindicar uma nova sociedade, uma nova educação, uma nova escola, uma nova universidade. A educação, enquanto um projeto político em disputa, se mantém por vezes como um espaço de reiteração da normatividade, do histórico colonial e do epistemicídio contra os saberes produzidos pelos corpos dissidentes. É importante que problematizemos a educação reconhecendo os equívocos praticados, para então buscarmos uma saída original, potente e incômoda (RUFINO; SIMAS, 2018, p. 19).

Por isso, é problematizando a educação e buscando saídas potentes e incômodas que nasce esta pesquisa, que tem como objetivo analisar teses e dissertações escritas

por mulheres trans, negras, indígenas e mulheres com deficiência, que pesquisam sobre as práticas de resistência e transgressão, adotadas por estes corpos para permanecer na educação. Compreendendo aqui a educação em suas múltiplas vertentes, do espaço escolar ao espaço acadêmico. E assim poder extrair o ponto em comum entre todas essas lutas, entre todas essas práticas, enquanto possibilidade de transgredir o que nos barra, nos tira a autonomia e a liberdade.

MÉTODO

Para chegar no resultado desta pesquisa foi preciso criar a metodologia da encruzilhada epistêmica com o objetivo de proporcionar o encontro interseccional de todas estas identidades no centro da encruzilhada, refletindo de que forma as práticas se assemelham, destoam ou se encontram. A encruzilhada é trabalhada sob o ponto de vista simbólico e epistêmico, presente na discussão e na fundamentação de autores como Akotirene (2019), Rufino (2019) e William (2019). Para fazer o levantamento das autoras e das obras analisadas estabeleceu-se os seguintes critérios: escolher duas obras de cada recorte escolhido para esta pesquisa (negro/indígena/trans/com deficiência) totalizando oito teses e dissertações, que fossem produzidas nos últimos dez anos, que tivessem como tema a investigação sobre a resistência do povo negro/ indígena/trans/com deficiência na educação, sabendo que cada autora trabalharia com o recorte da sua identidade, e não todas essas categorias juntas. A busca foi realizada em plataformas de hospedagem de teses e dissertações e em outros campos de pesquisas, a partir da escolha deliberada das obras.

Para analisá-las foi utilizado o método do fichamento e elencado quatro categorias de análise: trajetória autobiográfica, educação, resistência e transgressão e elaboração teórica. Essas categorias visam identificar como as autoras relatam suas próprias trajetórias nas suas pesquisas e que testemunho oferecem acerca da resistência, qual a crítica que fazem sobre a educação, quais as práticas de resistência e transgressão mapearam dos sujeitos da pesquisa e qual foi a produção de conhecimento criada em suas teses e dissertações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola aparece nas oito pesquisas como um espaço que não contribui para a humanização das dissidências, como no caso das discussões de gênero e sexualidade, meio da qual poderia evitar a LGBTfobia e proporcionar o direito à livre expressão e a autodeterminação de gênero e sexualidade, evitando a marginalização de pessoas LGBTQIAP+, principalmente pessoas trans, travestis e não binárias; que não

contribui para a construção de uma identidade negra que valorize a sua raça, o seu cabelo, a sua estética, a história do povo negro na construção do Brasil, a potência das religiões de matriz africana, as contribuições artísticas entre muitas outras, que poderiam proporcionar que estudantes negros pudessem ter acesso a valorização da sua própria identidade; que não contribui para a valorização da identidade indígena, principalmente quando não é uma escola territorializada e intercultural, fazendo com que a imagem sobre os povos indígenas na escola sejam representações de estereótipos que desvalorizam, fazendo com que estudantes indígenas não consigam ter uma boa relação com a sua própria identidade; que não contribui para a inclusão das pessoas com deficiência, a partir do momento em que não pensa em acessibilidade e não se responsabiliza por ela no espaço escolar, fazendo com que as pessoas com deficiência estejam cada vez mais excluídas das escolas e universidades.

Diante de todo esse contexto, pode-se afirmar que o trabalho realizado pela escola, ou a ausência dele, é uma negação da identidade dissidente, negação de toda e qualquer diferença que não sejam aquelas estabelecidas pela norma, pela hegemonia e pelos aparatos de poder e controle. Desta forma, a escola aparece em todas as pesquisas como um espaço excludente para a diversidade, controlador, punitivo e hierarquizador, um espaço que serve para conter os desvios e para reforçar os discursos hegemônicos. Ao adotar essa postura, consciente ou inconscientemente em seu currículo, passa a ser um espaço violento e opressor para os corpos dissidentes, visto que a dissidência é justamente o avesso da norma, ela é o que é constantemente hipermercado.

O amansamento do giz é um conceito trazido por Xakriabá (2018) para se referir a escola como instituição externa, em um primeiro momento desagregadora da cultura indígena, e que precisaria passar pelo amansamento “a partir da resistência de amansar aquilo que foi bravo, que era valente, portanto, atacava e violentava a nossa cultura” (XAKRIABÁ, 2018, p. 137). Podemos pensar no amansamento do giz como uma prática de resistência, que amansa aquilo que estava em nosso desfavor, mas que agora pode ser um instrumento favorável, um instrumento de potência. O giz já viciado em contar uma única história através de uma narrativa homogênea vai agora sendo amansado, e passa a escrever outros movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que o trabalho realizado pelos viados, gays afeminados e bichas pretas analisados por Oliveira (2017), as mulheres quilombolas educadoras analisadas por Santos (2012), e de muitas outras pesquisas e autoras analisadas nesta dissertação, foi de amansamento do giz. Podemos dizer que ao saltar da posição de discentes para docentes decidiram contar uma outra história, aquela que não puderam vivenciar



enquanto alunos. O ato de amansar é o que fez todas as autoras a permanecerem no espaço acadêmico e concluírem seus mestrados e doutorados. Elas amansaram não somente a escola, mas todo um espaço acadêmico, justamente porque enxergaram nesta uma ação de potência. Essa passou a ser então mais uma das práticas em comum encontradas entre todas as pesquisas, o ato de permanecer na escola justamente para amansá-la, de se tornar docente justamente para poder proporcionar uma outra narrativa para os estudantes, de habitar o espaço acadêmico justamente para pesquisar o que não foi pesquisado e assim contribuir com novas perspectivas e potencialidades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é Interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 10, n. 1, 2002.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cú mestiço falar? 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee> Acesso: 01/09/2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017.

REIS, Maria da Conceição. Educação, identidade e histórias de vidas de pessoas negras do Brasil. – Recife, 2012.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. Fogo no Mato – A ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília – DF, 2018. 218 p.

WILLIAM, Rodney. Exu nas escolas, Exu na ciência, Exu na política. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/exu-nasescolas-exu-naciencia-exu-na-politica/>. Acesso: 03/05/2021.

BALÃO VERMELHO E AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES DENTROFORA DA ESCOLA: (DES)FORMAÇÃO EM DEBATE

Comunicação Oral

Nilcélio Sacramento de Sousa
Universidade Federal do Tocantins
nilsousa79@gmail.com

Adenir Carvalho Rodrigues
Rede Estadual de Educação da Bahia
adcfilos79@hotmail.com

José Rodolfo Lopes da Silva
Universidade Federal de Pelotas
jrodolfoledes@hotmail.com

RESUMO

A importância do cinema como sétima arte é inquestionável. Desde o seu surgimento no final do século XIX, ela encanta e emociona. Com ela e por meio dela, é possível entreter, instruir, educar e refletir. Atualmente se discute o seu papel como uso pedagógico e didático na educação formal, seja como estímulo ou meio para promover o ensino e a aprendizagem. Nesse trabalho tecido de composição de imagens e conversações, usamos o filme *Le Ballon Rouge*, ou *Balão Vermelho*, de 1956, dirigido por Albert Lamorisse, para tencionarmos acerca das discussões de gêneros e sexualidades na (des)formação de professoras da Educação Básica. Metodologicamente, o estudo tem como dispositivo de pesquisa a (auto)biografia dos autores por meio da reflexão das suas *vidasformação* enquanto *corposvidas* considerados dissidentes, como homens gays, antes como alunos, agora como *professorespesquisadores*. O processo de invisibilidade pela escola dos *corposvidas* dissidentes é cotidiano, e muito se deve, talvez, ao processo de ocultamento destes temas na formação docente, desde a inicial e se prolonga pela (des)formação em exercício. Esses temas precisam se fazer presente permanentemente nas pautas de formação, pois estes *corposvidas*, existem e precisam dignamente ocupar os diversos *espaçostempos* que lhes é de direito.

Palavras-chave: Imagem cinematográfica; gêneros; sexualidades, (des)formação docente.

INTRODUÇÃO

As questões de gêneros e sexualidades muitas vezes, ainda são tratadas como temas intocáveis. Tanto na escola, local institucional e legal para seu tratamento, como na sociedade como um todo. Contudo, nos últimos tempos o que temos presenciado, é o contrário disso, pois na cultura escolar, o tema continua silenciado, embora, o *espaçotempo* da escola continue produzindo gêneros, sexualidades e outros marcadores de assimetrias sociais mesmo quando não falam sobre eles. Já na sociedade, apesar da onda conservadora que por um lado tenta a todo custo erradicar as tentativas de discussão destas questões, nunca se falou tanto destas questões. Esta onda conservadora tem seu relevo muito antigo, mas vem eclodir em 2016, a partir do golpe jurídicopolítico-midiático-legislativo de 2016 quando crescia no país as frentes de discussões e as políticas públicas afirmativas e de reparações de direitos das minorias políticas, como as questões relacionadas ao/a negro/a, de gêneros, sexualidades ligadas as mulheres e ao movimento LGBTTI+¹, das pessoas com deficiências entre outras.

Nessa perspectivava, em que o país vinha experimentando políticas governamentais de democratização, estruturação, ampliação entre outras, a formação docente em exercício foi colocada no centro da discussão, sendo está voltada para a inclusão, ampliação do acesso, democratização da permanência e valorização da própria ideia de educação pública laica democrática e de qualidade social. Aqui, no presente trabalho, tomamos essas formações voltadas para a inclusão de temas pouco discutidos nos percursos formativos, como (des)formação (SOUSA, 2022), pois buscavam valorizar a multiplicidade de sujeitos, temas, narrativas que, muitas vezes historicamente eram esquecidas. Ou seja, eram processo formativos que possibilitavam, desmantelamentos e de desenquadramentos de uma visão monocultural de produzir conhecimentos, se recusam a assumir uma identidade-forma única como modos de *serestar* no/com o mundo (SOUSA, 2022, 12). Com isso, foi (re)afirmando a discussão, as *prácticasteorias* da (des)formação como complexas, e não só complexas, mas que envolvem várias dimensões, entre elas, os seus conteúdos/temas. Estes precisam ser pensados, não só levando em considerações os aspectos didáticos e pedagógicos, mas sobretudo, os conteúdos/temas que possibilitem a/ao docente refletir sobre o seu papel diante das diferenças presente *dentrofora* da escola, e como lidar com estas de forma a garantir o direito, o respeito, a valorização e, principalmente o acolhimento dos *corposvidas* que

1 Conforme afirma Caetano, Sousa e Silva (2022), a sigla ao longo dos tempos tem apresentado variações e vem passado por ressignificações constantes na tentativa de visibilizar o máximo possível de representações das identidades. Por isso, para este texto-escrita partindo da leitura dos autores, adotaremos a sigla LGBTTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais) como modo de dar visibilidade as múltiplas identidades “[...] de gênero e orientações sexuais. O sinal de + é utilizado como forma de incluir pessoas que não se sintam representadas pelas outras letras e indicar de que o processo de (re)construção da mesma não se finda” (CAETANO; SOUSA; SILVA, 2022, p. 2019).

se encontram em condições de vulnerabilidades (LOURO, 2000; 2009; RANGEL, 2014; CAETANO, 2016; SOUSA, 2022)

Assim, pretendemos a partir das imagens cinematográficas do filme do curta metragem “O Balão Vermelho”, pensarmos os conteúdos/temas da (des)formação docente por/com os movimentos do pensamento nas redes de conversações com nossas histórias de *vidaformação* em um jogo de dobras, fazendo perceber nas brechas e mecanismos que nos possibilitam perceber o documentário, o modo como a escola trata temas sensíveis, neste caso aqui, as questões de gêneros, sexualidades e outros marcadores sociais das diferenças, ou seja, como as cenas do balão vermelho entrelaçavam-se com nossas histórias-memórias como alunos, professores e narram histórias de (des)encontro entre as questões de gêneros, sexualidades... entre saberes e a pluralidade cultural ainda em processo. Neste caso, os textos-imagens do documentário nos provocam pensar, nas possibilidades de (re)inventar o traçado que as diferenças tem ocupado os *espaçostempos* das escolas, da formação, dos processos de aprender-ensinar, buscando renovar a (re)existência e realizar, pelo pensamento problematizador, caminhos possíveis, percepções para o sistema-mundo, produzindo outras-novas imagens para o mundo e um mundo de novas imagens (CARVALHO, 2013).

Os/as conteúdos/temáticas que permeiam a formação são possibilidades de problematizar o cotidiano, demonstrando que ele é fabricado por uma ordem discursiva que nos precede. Pensamos aqui nestes *espaçostempos* formativos e escolares poderiam e podem contribuir para a potencialização de *corposvidas*, valorizando o acontecimento das diferenças (RANGEL, 2014). Estas imagens-significações-criações podem produzir aprendizagens-ensinos sempre em devir que não se fecham, ao contrário, alargam-se como “astúcia de agir” (CEREAU, 2017), como “táticas” (CEREAU, 2017), pois os *espaçostempos* formativos e escolares são incontroláveis, possíveis de diversas entradas e saídas como os rizamos e as redes.

Nesse sentido o presente trabalho tem como objetivos refletir e problematizar pela intercessão entre as imagens do curta metragem o “Balão Vermelho” em diálogo com as histórias de *vidaformação* dos autores o modo como os *espaçostempos* formativos e escolares invisibilizam e ignoram os *corposvidas* que escapam o padrão heteronormativo. Também buscamos pensar a (des)formação docente trazendo para o cerne da discussão as questões dos temas intocáveis, como gêneros e sexualidades na educação básica.

MÉTODO

Para o estudo consideramos a pesquisa (auto)biográfica por entender que valorizam e extrapolam a dimensão individual-coletiva do sujeito, suas vivências, afetos, percursos de *vidaformação*, além de levar em consideração a complexidade dos

modos como cada sujeito vivenciam estes processos. Processo que são (des)tecidos em uma realidade social que é multifacetária, por isso, socialmente construído por seres humanos que experienciam suas vivencias de modo complexo e integrado. Método de pesquisa que tece e destece uma gama de questões, considerações epistemológicas, políticas e teóricas capaz de agregar vários dispositivos, técnicas e instrumentos de produção de conhecimento dentro do universo da pesquisa qualitativa, possibilitando a produção, a análise e a interpretação mais próximas da realidade. Como nos ensina Ludké e André (2013, p. 6), ao afirmar que:

[...] o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez, inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações. Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica.

Ao tratar da perspectiva (auto)biográfica Josso (2002, p. 69) evidencia que é “[...] um caminhar para si [...]” e dialoga com os campos do conhecimento e ação, pois “[...] busca de si e de nós, a busca da felicidade de sentido e a busca do conhecimento ou busca do ‘real’ [...]” (op. cit, p. 66). Ao continuar enfatizando as potências dos pressupostos teórico-metodológico da pesquisa biográfica a autora afirma que o termo busca uma apropriação do vivido, de revisitações de saídas, chegadas de processos de vidaformação

Assim, adotamos a perspectiva da pesquisa (auto)biográfica, com destaque para as nossas narrativas biográficas de *vidaformação*, no campo das questões de gêneros e sexualidades, destacando as narrativas e experiências imbricadas pelo processo enquanto alunos e professores tecidos rizomaticamente e permeadas de tensões e contradições. Segundo Souza (2004, 41), as narrativas são potencializações sensíveis capazes de colocar em evidência o processo de formação, ao mesmo tempo em que, engendram questões epistemologias, metodológicas que contribuem para o

entendimento de entrecruzamento “[...] do aprendizado constante e contínuo dos saberes [...], numa estreita relação com as subjetividades de e singularidades das histórias de vida [...]”.

Considerando estas questões do método (auto)biográfico e as imagens-enredo cinematográfico do filme “O balão vermelho”, uma produção de 1950, e a interseção entre nossas narrativas de *vidaformação* para refletirmos a acerca das questões de gêneros e sexualidades. Nesse sentido, Louro (2008b, p. 94) destaque que na contemporaneidade, as narrativas cinematográficas, assim como “[...] tantas outras instâncias, pluraliza suas representações sobre as sexualidades e os gêneros. Por toda parte (e também nos filmes) proliferam possibilidades de sujeitos, de práticas, de arranjos e, como seria de se esperar, proliferam questões”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pretendemos discutir a partir das imagens-enredo do documentário em conversação com as histórias-narrativas individuais-coletivas dos autores a (des) formação docente, assim, como da escola, os temas considerados intocáveis, mas urgente de serem incluídos nas pautas de formação e permanentemente discutidos, sob pena de continuarmos a negar o direito de ser-existir das pessoas consideradas divergentes por não se adequarem as normas estabelecidas pelos padrões sociais aceitos como “normais”.

A partir das reflexões serão possíveis pensarmos caminhos mais humanos e inclusivos da formação docente de forma a tornarem mais preparados para inclusive, quebrar com seus estereótipos e preconceitos. Todavia, não é estranho o fato de a escola, ser considerada o lugar pouco acolhedor das diferenças. Primeiro porque ela as ignoram, invisibilizando-as. Segundo, porque não há uma preparação no sentido formativo para o entendimento epistemológicos, ontológico e axiológico destas questões tão delicadas, mas que marcam fortemente o cotidiano escolar.

É nesse sentido que endossamos o argumento que estas possibilidades de (re) pensar/trabalhar com a ideia de *espaçotempos* formativos e escolar provocado a partir das imagens do curta metragem, trazendo e tecendo conversações com nossas histórias de *vidaformação* é um modo de compreendê-los como generificados que apresentam discursos específicos e contextuais nas (re)construções de gêneros, sexualidades e outros recortes, como raça, classe, etnia/raça etc. Nessa linha de pensamento, refletir sobre essas relações é realizar um releitura de todo o cotidiano, o que significa, por exemplo, (re)pensar a cultura e a linguagem, os meios de comunicação social, as instituição (escola, família...), além dos processos políticos e movimentos sociais (CANDAUI, 2005).

Ao pensarmos o currículo nesta perspectiva, mas principalmente o currículo da (des)formação docente, concordamos com Alves (2019, p.131) que as professoras “[...] hoje em exercício se formam com o uso cotidiano da televisão e das chamada redes sociais”. Alargando o pensamento da autora, partimos do pressuposto que também nos formamos/as, somos formados/as e informamos por redes educativas que são (des)tecidas com *teoriaspráticas* de produção e uso de múltiplas mídias, ou seja, imagens-significações-criações que cotidianamente e ordinariamente chegam em nossas *vidasformações*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tencionar as questões de gêneros e sexualidades produzidas e reproduzidas nos *espaçotempos* da (des)formação, assim, como *dentrofora da* escola nos possibilitar

refletir sobre diferentes maneiras de visualizar as formas de *corposvidas* existentes no sistema-mundo, como também, pensar as diversas formas de (re)existências das pessoas consideradas dissidentes.

Assim, ao (re)pensar estes *espaçostempos* como modo de compreender as relações de gêneros, sexualidades presente de forma lacunar..., é demarcar como se constrói as *prácticasteorias* formativas, educacionais e de currículos e como estas são/vão se constituindo nesses múltiplos enredamentos. Enredamentos que podem abrir espaços para negociações capazes de saltar, driblar, silenciar, produzir, reduzir subjetividades, identidades plurais, híbridas ou uma forma-identidade, pois com Paraíso (2018), temos compreendido currículo, como movimentos que potencializam trajetórias, percursos, campo, território de negociações e hibridismos, mecanismos de discussões ou silenciamentos de sujeitos individuais-coletivos (ALVES, 2001; 2004). Dito de outra maneira, poderíamos afirmar que é *espaçotempo* de múltiplas linguagens, artefato cultural que ampliado, rasurado pode possibilitar re(des)dizer, re(des)fazer *prácticasteorias* de gêneros, sexualidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes do cotidiano. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. (Org.). **Pesquisas no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Petrópolis, RJ: DP et al., 2001. p. 13-38.

ALVES, Nilda. (Org.). **Criar currículo no cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVES, Nilda. Práticas pedagógica em imagens e narrativas: memórias de processos pedagógicos e curriculares para pensar a escola hoje. São Paulo: Cortez, 2019.

CAETANO, Márcio. **Performatividades reguladas**: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

_____; SOUSA, Nilcelio S. de; SILVA, José Rodolfo Lopes da. "Na minha família não": culturas e investimentos em família, homossexualidade e cisheteropatriarcado, Revista *Ártemis*, vol. XXXIV nº 1; jul-dez, 2022. p. 217-229.

CANDAU, Vera Maria. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In CANDAU, Maria Vera. (Org.). **Cultura(s) e educação**: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CARVALHO, Janete Magalhães. Currículos entre imagens, sensações e afecções. **Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias**, 7, 2013, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Proped/Uerj, 2013.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano** 1: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2002.



LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte:Autêntica, 2000.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 85-94.

_____. Cinema e Sexualidade. *Educação e Realidade*. Vol. 33, n. 01, p.p. 81-98, 2008b.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. Rio de Janeiro: E. P. U, 2013.

PARÁISO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrala dançarina no currículo: invenção políticas com gênero e sexualidade em tempos de slonga de "ideologia de gênero". In: PARÁISO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. (org.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018, p. 23-52.

RANGEL, Mary. Diversidade e multiculturalismo: temas sociopolíticos da formação docente. In: Ivenicki, Ana; MARQUES, Luciana Pacheco. *Educação e multiculturalismo: perspectivas, tendências e desafios*. Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Educação / **Centro Pedagógico Educação em Foco**, v. 19, n. 1, Quadrimestral 282, mar./jun., 2014.

SOUSA, Nilcelio S. de. **VIAGENS E NARRATIVAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA (DES)FORMAÇÃO DOCENTE**: (re)invenção de mim e de nós. Niterói/RJ: UFF, 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, p. 311.

SOUZA, Elizeu Clementino. **O conhecimento de si**: narrativas do itinerário escolar e formação de professores. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de PósGraduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

**REVISITANDO O PROJETO “A FÁBRICA DO CORPO” (2019-2020):
PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS PARA PENSAR
COM O CORPO NA ESCOLA**

Trabalho Concluído

Pedro Fornaciari Grabois
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Fayla de Souza Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

pedro.grabois@ifrj.edu.br

RESUMO

Este trabalho procura revisitar atividades e questões desenvolvidas no projeto de extensão “A fábrica do corpo: aspectos filosóficos em torno do eixo corpo-educação”, implementado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro entre 2019 e 2020. O diagnóstico-hipótese que orientou o projeto apontava para a impossibilidade de se pensar o tema da inclusão na educação sem falar de como a própria escola produz de forma sistemática uma série de exclusões relacionadas a classe, raça, gênero, sexualidade, capacitismo, gordofobia, dentre outras. O objetivo geral consistia em oferecer subsídios para uma reflexão crítica coletiva acerca da fabricação social do corpo e do papel dos espaços educativos neste processo. Por meio de edital interno de apoio à ação dos núcleos de diversidades da instituição, o projeto foi desenvolvido via Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), promovendo uma série de atividades de formação/reflexão coletiva, abertas a toda a comunidade interna e externa da instituição (cinedebates, minicurso, roda de conversa e grupo de estudos). Com base no feminismo negro interseccional, o interesse e a contribuição de integrantes e de interlocutores(as) do projeto pautaram a intersecção entre sexismo e racismo como questão central e urgente para o enfrentamento das relações de poder e hierarquia na escola. Ao partir do eixo corpo-educação, investigamos concepções não-hierárquicas do corpo e da subjetividade nos espaços educacionais. Assim, buscou-se contribuir com a construção de uma educação comprometida com o antirracismo, com o antissexismo e com o anticapacitismo.

Palavras-chave: corpo-educação; racismo; sexismo; poder; interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta e discute atividades realizadas e questões mobilizadas a partir do Projeto de Extensão “A fábrica do corpo: aspectos filosóficos em torno do eixo corpo-educação”, desenvolvido no âmbito do ensino médio/técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/Campus Paracambi. O projeto foi viabilizado por meio de edital interno (n. 7/2019, PIBIEX JR) do IFRJ e teve sua vigência entre novembro/2019 e julho/2020. Inicialmente em formato presencial e em seguida de forma remota (online), em função da pandemia de COVID-19, a execução do projeto passou, portanto, por um período de transição. O presente relato de experiência se insere no esforço continuado que nós, professor e estudante, realizamos por acreditar na importância de publicizar e compartilhar as experiências vividas à época e pensar seus possíveis desdobramentos em diálogo com a comunidade composta por academia, escola e movimentos sociais.

O trabalho desenvolvido durante o projeto foi resultado, em primeiro lugar, da parceria entre uma estudante de ensino médio técnico (bolsista) e um professor (coordenador do projeto), co-autoras do presente trabalho. Desde a concepção do projeto, nos reunimos para organizar o conjunto de questões que gostaríamos de explorar. Escolhemos abordar de forma interseccional a relação entre corpo e poder na escola e submeter tal projeto através do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFRJ para fortalecer o mesmo, visibilizando as questões da educação inclusiva num diálogo mais amplo entre a pauta da inclusão de pessoas com deficiência e uma reflexão crítica sobre as hierarquias de poder que atuam classificando, modelando e selecionando os corpos nos espaços formais e não-formais de educação. O projeto foi construído, portanto, em diálogo com estudantes em resposta a demandas experimentadas no cotidiano da escola e da comunidade na qual esta se insere.

Pensar a fabricação do corpo nos espaços educativos – isto é, pensar o *corpo educado* (LOURO, 2000) – diz respeito a analisar múltiplas intervenções, expectativas e fronteiras sociais que o constituem. O corpo é medido e avaliado social e institucionalmente de tal modo que funcione sempre no interior de relações hierarquizadas: normal/anormal, homem/mulher, branco/não-branco, heterossexual/LGBTQIA+, professor/estudante, médico/paciente, eficiente/deficiente, apto/inapto, etc (CANGUILHEM, 2012; HALL, 2009; FREIRE, 1996, BUTLER, 2015, HOOKS, 2019; CARVALHO, 2015, NOGUERA, 2009).

Para provocar processos de reflexão coletiva capazes de articular distintas questões, avaliamos a pertinência de uma abordagem interseccional relacionada ao legado dos feminismos negros no Brasil e no mundo (DAVIS, 1983; COLLINS, 2016; GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2005). A interseccionalidade, nesses termos, pretende conduzir uma

análise da sociedade ao mesmo tempo em termos de classe, raça, sexualidade, gênero, localização geográfica, condição corporal, dentre outros elementos que constituem os sujeitos (individuais e coletivos). Ao seguir o fio da abordagem interseccional, a questão da (d)eficiência pôde ser deslocada para ser pensada em sua relação com normas sociais vinculadas às questões de classe social, raça, gênero, sexualidade, etc.

O diagnóstico-hipótese que guiava o projeto à época compreendia que era impossível tratar de inclusão sem falar de como a própria escola produz uma série de exclusões. Deste modo, o objetivo geral consistia em oferecer subsídios para uma reflexão crítica coletiva acerca da fabricação social do corpo e do papel dos espaços educativos neste processo, de modo que fosse possível repensar e reformular processos de ensino-aprendizagem de forma a acolher melhor todas as pessoas envolvidas nestes processos.

MÉTODO

Em termos metodológicos, duas estratégias foram conduzidas simultaneamente: de um lado, o projeto promoveu reflexões coletivas, propiciadas por cinedebates, rodas de conversa, grupos de estudo (online) e minicurso, que contribuíram diretamente para um diagnóstico crítico acerca de aspectos relacionados às desigualdades e hierarquizações vividas diretamente no corpo, tais como o capacitismo, o elitismo social, o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia e a gordofobia; de outro, o aprofundamento da pesquisa por parte da bolsista tomou como base elementos do pensamento de Lélia Gonzalez (1984) e do cinema negro brasileiro, como os dos cineastas Zózimo Bulbul (*Alma no Olho*, 1973) e Yasmin Thayná (*Kbela*, 2015), para pensar especificamente as discriminações e violências que recaem sobre o corpo das mulheres negras no Brasil.

Com as atividades realizadas junto ao público, o projeto procurou fomentar diálogos entre diferentes instâncias do IFRJ e a comunidade externa, mobilizando diretamente docentes, estudantes (diferentes *campi* e redes de ensino), técnicos(as) e interessados(as) em geral e palestrantes oriundos(as) da comunidade externa. Abaixo, listamos e resumimos as principais atividades realizadas pelo projeto: 1) 4 cinedebates a partir do filme *Pro dia nascer feliz* (Direção: João Jardim, Ano: 2005). Novembro/2019: realização de roda de conversa “Corpo e poder na escola”, voltada a discutir as hierarquias na escola e as condições materiais e subjetivas da vida escolar. Fevereiro/2020: na Semana de Acolhimento de novos/as estudantes do ensino médio/técnico do IFRJ/CPar, apresentação do NAPNE e do projeto de extensão a ele associado acompanhada de rodas de conversa acerca dos elementos disparadores encontrados no filme. 2) Minicurso *Pensando gênero com bell hooks*. Fevereiro/2020: o minicurso foi ministrado por Vinícius Rodrigues da Silva, ex-estudante do IFRJ/Campus Nilópolis,

e contribuiu com subsídios para novas reflexões e práticas relacionadas a gênero e sexualidade na escola. 3) Roda de conversa “O corpo de carnaval”. Fevereiro/2020: a roda mobilizou estudantes, ex-estudantes e professoras do IFRJ como debatedoras e focalizou o imaginário em torno do carnaval, suas fantasias, as disposições dos corpos e o enfrentamento de práticas discriminatórias, tais como a gordofobia e o racismo religioso. 4) Grupo de Estudos Corpo e Interseccionalidade. Abril-Julho/2020: com a interrupção do calendário escolar em função da pandemia de Covid-19, optamos pela manutenção de um grupo de estudos online com frequência semanal capaz de articular as questões envolvidas no projeto e propor uma agenda de formação para seus/suas integrantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sem levar em consideração o grupo de estudos, o projeto estima que atendeu a um total de 279 pessoas nas demais atividades abertas ao público, aí incluídos estudantes de nível médio/técnico e de graduação e servidores(as) do próprio IFRJ, estudantes e docentes de instituições como Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves (Paracambi) e Colégio Cenecista Professora Lina Monte Mór (Japeri).

Para cada atividade, coletamos depoimentos de participantes que compõem parte da memória e da reflexão sobre as possíveis contribuições do projeto para suas e vida e para o contexto institucional em que se encontravam inseridos. Esses registros estão disponíveis em artigo por nós publicado (GRABOIS; SILVA, 2022).

Em nossa abordagem acerca do eixo corpo-educação, passamos a compreender que era preciso deslocar a discussão acerca do corpo de um campo abstrato para uma aproximação que qualificasse de que forma os corpos são marcados, quais características são lidas como centrais na regulação dos corpos (LOURO, 2008). Assim, o destaque para a intersecção racismo-sexismo passou a ser central, a própria noção de interseccionalidade se impôs como incontornável e o pensamento de Lélia Gonzalez se apresentou como referência suleadora às pessoas envolvidas na execução do projeto e na exploração de seus desdobramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, afirmamos que a abordagem interseccional é capaz de articular uma série de questões ético-políticas pertinentes para a transformação das relações de poder na escola e na sociedade. Na medida em que tais relações são marcadas por desigualdades e hierarquias de raça e de gênero, somente uma abordagem que torne tais dinâmicas visíveis tem a possibilidade de contribuir com um diagnóstico



efetivamente crítico e transformador da realidade. Afirmamos assim a pertinência e a potência da investigação e do diálogo em torno da interseccionalidade como ferramenta pedagógica articuladora de diferentes questões éticas e políticas necessárias para a construção de uma educação antirracista, antissexista e anticapacitista, que atue na modificação das relações de poder e das formas de subjetivação experimentadas na escola e na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMA no olho. Direção de Zózimo Bulbul. Rio de Janeiro, 1974. (11min.)

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANGUILHEM, G. Do social ao vital: In: CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 187-205.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 25-47.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

DAVIS, Angela Yvonne. **Women, race & class**. New York: Vintage Books, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje - ANPOCS**, p. 223-244, 1984.

GRABOIS, P. F.; SILVA, F. S. A fábrica do corpo: discutindo gênero, interseccionalidade e poder em um projeto de extensão no ensino médio/técnico. **Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau, Volume 10, n. 18, p. 129-143, jul-dez/2022.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KBELA. Direção de Yasmin Thayná. Rio de Janeiro. 2015. (21min.)



LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Marcas do corpo, marcas de poder. In: LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 75-90.

NOGUERA, Renato. **Aprendendo a ensinar: uma introdução aos fundamentos filosóficos da educação**. Curitiba, IbpeX, 2009.

PRO dia nascer feliz. Direção de João Jardim. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2005. (89 min.)

DESFAZER O QUE RECÉM SE FAZ? VISIBILIZANDO DISCUSSÕES DE SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ensaio

Rodrigo da Silva Vital
docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas

rodrigo.vital@ufpel.edu.br

RESUMO

Habitamos discutir a diversidade de sexo, sexualidade e gênero no contexto de mulheres e/ou pessoas LGBTI+, contudo pouco ou nada discutimos sobre sexo e sexualidade na vida das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o presente ensaio usou três experiências profissionais para, com isso, (re)pensar a autonomia como um parâmetro equânime e ético no ser/querer/poder viver e praticar a sexualidade de pessoas com deficiência, com crítica à moralização capacitista sobre os seus corpos na vida social.

Palavras-chave: pessoa com deficiência; autonomia; sexualidade

INTRODUÇÃO

Habitamos discutir a diversidade de sexo, sexualidade e gênero com mulheres e/ou pessoas LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, intersexuais e demais existências e/ou expressões), sem pouco ou nada discutir o sexo, a sexualidade e o gênero com as pessoas com deficiência – entender como as barreiras e/ou preconceitos interferem nas suas relações pessoais, considerando a igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Problemas de acessibilidade e/ou preconceitos podem limitar a liberdade (autonomia) de desejar, consentir e/ou praticar sexo das pessoas com deficiência, incluindo relacionamentos quando querem, como querem e como podem. Apesar da Lei Federal Nº 13.146/2015 reconhecer a igualdade de pessoas com e sem deficiência no direito ao próprio corpo e à sexualidade, a comunidade em geral pode ter ingenuidades, desconhecimentos e/ou preconceitos que atribuem limitações ou exageros à sexualidade de quem tem deficiência (MAIA, 2001).

Estas pessoas acabam experimentando prejuízos sociais na vida sexual e/ou na experimentação/expressão da sexualidade/gênero quando o capacitismo deturpa as condições reais da sua vida com deficiência – deturpação capacitista que prejudica, inclusive, as pessoas com deficiência que (re)produzem performatividades cisgêneras e heterossexuais (performatividades mais aceitas em sociedades transfóbicas/homofóbicas), sem falar das pessoas com deficiência que são LGBTI+.

Assim, essas pessoas podem ser destituídas de viver/praticar a sua corporalidade erótica com plenitude e legitimidade, dados os marcadores da diferença que conduzem a interpretação, a significação e a moralização social dos corpos com deficiência, levando ao questionamento do que seriam corpos, comportamentos e habilidades “sadios”, “comuns”, “normais”, “úteis” e “funcionais” para o sexo e a sexualidade frente à desumanização das pessoas com deficiência.

O capacitismo gera a dificuldade social de entender as pessoas com deficiência sob a ótica da diferença, resultando numa percepção social, sobre elas, como menos humanas (CAMPBELL, 2008), “naturalmente” incapazes. Sem ética ou lógica, sentimos estranhamentos quando imaginamos pessoas com deficiência num cotidiano comum – uma mulher com Síndrome de Dow fazendo sexo seguro com a namorada; cadeirantes no sexshop; ou jovens com paralisia cerebral pagando profissionais do sexo – salvo no contexto do fetiche. Quando essas imagens se ausentam do cotidiano comum ou comunitário, a humanidade dessas pessoas é diminuída e/ou fragmentada no âmbito das relações, mostrando a restrição ou impedimento simbólico-cultural que as separam de movimentos feministas e/ou LGBTI+ que conquistam mais visibilidade e podem problematizar (e até se “desfazer” das) questões normativas e opressoras sobre

sexo, sexualidade e gênero – na mesma direção, mas anterior a isso, as pessoas com deficiência ainda precisam reivindicar presença no âmbito da sexualidade humana.

Sobre isso, o presente ensaio objetiva uma discussão reflexiva sobre sexo e sexualidade na vida de pessoas com deficiência, considerando experiências profissionais que tive na reabilitação e na área de Educação, incluindo o meu percurso como terapeuta ocupacional no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, como chefe do Núcleo de Gênero e Diversidade e como docente na educação inclusiva (estas três últimas na Universidade Federal de Pelotas).

MÉTODO

Ensaio são estudos próximos do gênero literário, mas que são elaborados e apresentados com determinados padrões (PAVANI, 2009). Filosoficamente, ensaios expõem quem escreve a riscos, pois explicita os pontos de vista de quem escreve junto a outras vozes e perspectivas (FISCHER, 2009) – aqui faço a autocrítica de falar de pessoas com deficiência sem a sua participação direta neste ensaio; o que justifico pela lacuna na produção acadêmica sobre o tema, além da importância de levar tal discussão a eventos que podem ser pouco acessíveis, pelo menos da forma que são acessíveis para mim e os meus privilégios de pessoa dita sem deficiência.

Assim, construí este ensaio com três experiências do meu percurso profissional: a reabilitação de um homem com tetraplegia e sua demanda de retomar a ereção; uma aula sobre reabilitação sexual que ministrei numa faculdade de medicina; e o trabalho teórico, em curso de extensão, sobre acessibilidade e inclusão de jovens com deficiência na educação sexual. Assim, se este ensaio me expõe a riscos de tratar do tema sem o saber-ser-fazer de pessoa com deficiência, ele possui pontos de vista construídos na relação do meu eu com outras pessoas (com e sem deficiência).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como terapeuta ocupacional, participei da reabilitação de um homem na condição de tetraplegia irreversível. Levou dois meses para que aceitasse os meus atendimentos; o que fez depois de eu abordar as possibilidades de (re)ver o seu desempenho sexual – ele reagiu com moralismo, seguido de empolgação e adesão ao tratamento. Se pessoas hospitalizadas e/ou “rotuladas” com deficiência podem sentir medo e/ou vergonha de pensar na própria vida sexual, confusas com ideias de pecado, perversão, inadequação do corpo “deficiente” para o exercício da sexualidade e etc., resgatar as possibilidades do ser/fazer relacional-sexual-social favoreceu, a meu ver, que o paciente escolhesse se reabilitar; escolha que pareceu estar perdida nos “rótulos” e estereótipos, por exemplo,

de que cadeirantes não fazem sexo/se relacionam.

Essa experiência me motivou a ministrar uma aula sobre reabilitação sexual numa faculdade de medicina, com parte do público julgando a aula como perversão, algo imoral pelo suposto absurdo das pessoas com deficiência desejarem e/ou poderem fazer sexo, somado ao entendimento “complicado” de que profissionais da saúde têm o dever de tratar a sexualidade dessas pessoas, contribuindo com o seu direito humano de exercê-la. Se a experiência com o paciente me permitia ser a pessoa que estranha e/ou (re)produz preconceitos capacitistas como pessoa sem deficiência, essa aula me trocou de lugar: me tornei objeto de estranhamentos e incompreensões morais que prejudicam a vida sexual de pessoas com deficiência.

A abjeção é o espaço da não semelhança e causa a perda do sentido humano (VILLAÇA, 2006) de quem não é reconhecida(o) como igual. Logo, se pessoas com sentido humano possuem e/ou praticam sexualidades, quem é abjeto não deve possuir ou praticar esse tipo de humanidade (pelo menos não com os mesmos direitos e oportunidades). É aí que percebo o espaço de “não semelhança” legal e política de pessoas com e sem deficiência – a ausência de respaldo e suporte explícitos, na materialização de leis e políticas, sobre a vida sexual e reprodutiva de pessoas com deficiência. Assim, como atender a saúde sexual dessas pessoas com segurança? Como promover o seu acesso a planejamento familiar, a programas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e à educação sexual? Como saber se adolescentes e jovens com deficiência têm interesse, produzem sentido e têm condições/segurança emocional/cognitiva para esse tipo de ação educativa?

Ou seja, além dos aspectos legais e políticos, precisamos de parâmetros de aptidão de participação nessas atividades, considerando o seu direito a escolhas/tomadas de decisão conscientes – falo de entender e promover a segurança socioemocional necessária na abordagem da vida sexual, considerando o contexto de abusos e violência sexuais no Brasil, além do moralismo que cerceia a questão. Foi ministrando o módulo “AEE no Contexto da EJA: educação sexual inclusiva em quatro atos”, num curso de extensão para docentes da educação básica, que pensei na diferença conceitual de ‘autonomia’ e ‘independência’ como um parâmetro de avaliação possível: se a interpretação social sobre os corpos com deficiência confunde “poder fazer” com “ser independente”, a sexualidade envolve mais autonomia do que independência, podendo, até mesmo, dispensar esta última – a falta de autonomia gera dependência sem exceção, mas pessoas que precisam de ajuda em atividades (dependentes) podem ter autonomia preservada e, com isso, serem aptas a fazer escolhas/tomar decisões conscientes no âmbito das relações.

Seria a autonomia, e não a independência, o que garante o entendimento das pessoas sobre o que é sexo, o que querem; a garantia de que percebam o que desejam

fazer com outras pessoas e o que as outras pessoas querem fazer com elas (VITAL, 2022). A autonomia seria, assim, um parâmetro de aptidão a ser usado no combate do capacitismo, de preconceitos e moralismos que deturpam as possibilidades relacionais na vida de pessoas com deficiência, com a categoria 'autonomia' ultrapassando a aparência ou performances dos corpos, sejam dependentes ou independentes e, por isso mesmo, se tornando uma "métrica" que não discrimina pessoas com e sem deficiência nas negociações na vida social, como o sexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos e podemos (re)fazer, em conjunto com as pessoas com deficiência, o entendimento social sobre os seus corpos e aptidões no campo do sexo, da sexualidade e do gênero, reconhecendo que a sua humanidade deve ser plena e, portanto, incluir as potências e o protagonismo no exercício da sexualidade, com a autonomia podendo ser um parâmetro equânime entre as pessoas com e sem deficiência nas relações sexuais-afetivas-sociais, visto que ela pode diluir o viés capacitista e moralizante no âmbito das oportunidades com as experiências sociais-relacionais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.
- CAMPBELL, F. K.; Exploring internalized ableism using critical race theory. *Disability & Society*, v. 23, n. 2, p. 151-162, 2008.
- FISCHER, L. A. *Inteligência com dor* – Nelson Rodrigues ensaísta. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2009. 333 p.
- MAIA, A. C. B. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 35-46, 2001.
- PAVANI, J. O ensaio como gênero textual. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais: o ensino em foco. 5, 2009, Caxias do Sul.
- VILLAÇA, N. Sujeito/objeto. *Revista. Logos 25: corpo e contemporaneidade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2006
- VITAL, R. S. AEE no contexto da EJA: educação sexual inclusiva em quatro atos. In: ANADON, S. B.; ANADON, S. B. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado no contexto da educação de jovens e adultos*. 1 ed. Bagé: Estúdio Brio, 2023. p. 51-73.

DESCONSTRUINDO O GÊNERO PELA ARTE-EDUCAÇÃO: A FORÇA PERFORMATIVA DA IMAGEM

Roney Gusmão
Professor Adjunto do PPGÉCID/UFRB
roney@ufrb.edu.br

Ana Larissa C. D'Ajuda
Bolsista PIBIC
Licencianda em Artes no CECULT/UFRB

RESUMO

O presente texto trata da pesquisa que temos desenvolvido sobre a arte-educação na pós-modernidade e teve a performatividade de gênero como uma das abordagens realizadas. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa-ação que teve por finalidade analisar como as artes na escola podem contribuir para desconstruir visões essencialistas de gênero e estimular a multiplicidade de decodificações dos marcadores visuais impressos no corpo. Com isso, recorreremos à Abordagem Triangular e apresentamos alguns dos resultados das atividades empíricas que compuseram a pesquisa.

Palavras-chave: Arte-educação; Gênero; Performatividade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa “A Arte-educação na Pós-modernidade”, desenvolvida nos últimos três anos, reverberou no percurso teórico-metodológico de que tratamos neste texto. Interessou-nos compreender o rol de desafios postos a professores de artes neste primeiro quartel do século XXI, tendo em conta as especificidades históricas que adentram a prática pedagógica. Ademais, é sob a influência do pensamento pós-estruturalista que encontramos a oportunidade de desessencializar discursos reificados em imagens que abundam nas relações sociais contemporâneas como ocasião para revisitar os códigos visuais de gênero representados nas artes.

Para desenvolvimento destas atividades de pesquisa, estivemos atentos a três importantes conceitos teóricos:

i. *Pós-modernidade*: A ideia consiste em tratar a pós-modernidade pelo viés fenomenológico, ou seja, entendendo-a a partir das representações sociais formuladas no cotidiano de sujeitos comuns. Também tratamos a pós-modernidade pela dialética, tanto por entendê-la como parte de uma totalidade, inscrita numa história em movimento, como também porque a contradição é uma forma pertinente de perceber as ambiguidades próprias da contemporaneidade. Assim, recorreremos a autores como Lyotard (1988), Jameson (2000), Bauman (2001), Featherston (1995), Hall (2006), Maffesolli (2014), além de artigos acadêmicos que problematizam suas discussões.

ii. *Arte-educação*: Semelhante ao item anterior, este tema também foi abordado em conexão direta com o contexto histórico, ou seja, a educação é compreendida em sua inscrição ao rol de mudanças socio-culturais no atual cenário. A abordagem da arteeducação que recorreremos consiste na “Abordagem Triangular” (BARBOSA, 2014), cuja estratégia nos ajuda a decodificar as visualidades de gênero e, ao mesmo tempo, reconstruí-las pela feitura artística. Na ótica de Barbosa, a triangulação ler/contextualizar/fazer é fundamental para uma articulação pedagógica nas artes oportuna para a formação de sujeitos críticos frente a amplidão dos apelos visuais na pós-modernidade.

iii. *Performatividade*: Na esteira do pensamento pós-estruturalista, Butler (2020) nos tem convidado a compreender o gênero como performativo, isto é, como construção discursiva presente apenas na reiteração de atos que criam expectativas de normalidade. Uma vez que os códigos visuais de gênero se estabelecem no corpo, tornando os sujeitos inteligíveis, considerando também que os corpos produzem discursos amplificados pela difusão de imagens, passamos a compreender que as visualidades possuem força performativa. Portanto, nesta pesquisa, recorreremos aos códigos visuais de gênero grafados nos corpos representados nas artes para refletir sobre o papel da arte-educação na desconstrução de essencialismos que persistem

no olhar comum sobre o gênero. Ao aproximar a formação escolar do conceito de performatividade, optamos por designar de “performance” estas articulações entre o trabalho sistematizado com as visualidades e as possibilidades de problematizar o gênero numa perspectiva inclusiva (GUSMÃO, 2023).

A partir do exposto, salientamos que o objetivo desta pesquisa consistiu em entender como a arte-educação pode contribuir para a desconstrução de essencialismos sobre o gênero e, ainda, como articulações entre ler/contextualizar/fazer pode encorajar sujeitos no protagonismo das visualidades impressas nos seus corpos, negociando códigos de legibilidade, sem perder de vista a força crítica e criativa.

MÉTODO

A pesquisa aqui tratada foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos:

i. *Levantamento de literatura*: Encontros regulares para debate das categorias teóricas mencionadas no item anterior; ii. *Aplicação de questionários com discentes do Ensino Médio*: Aplicamos 140 questionários com discentes de uma Escola Estadual situada na cidade de Santo Amaro, buscando compreender os referenciais estéticos experienciados pelos discentes em suas vidas cotidianas, bem como o modo como interpretam a relevância das artes na sala de aula; iii. *Pesquisa-ação*: Pela pesquisa-ação, foi possível aplicar a Abordagem Triangular (BARBOSA, 2014) em algumas salas de aula da educação básica, estimulando discentes na (des)construção de algumas obras que foram também utilizadas como objetos de análise neste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Debruçamos nos debates teóricos sobre a pós-modernidade para compreender como os referenciais estéticos circulam e transmutam na atual sociedade informacional. Interessou-nos também observar como essa realidade se traduz em novos desafios postos ao ensino das artes na escola e, por efeito, como algumas atividades podem ser aplicadas com vistas a fortalecer a desconstrução de ideias essencialistas sobre o gênero. Em questionário aplicado com 140 discentes, observamos que os referenciais estéticos são inúmeros. Embora os jovens manifestem nas redes sociais certa predileção por alguns *influencers*, por exemplo, no mais o que notamos é uma enorme dispersão de referenciais e tendências que integram uma multiplicidade imensa de experiências estéticas em suas vidas cotidianas. As redes sociais foram também fonte de nosso interesse porque ali estavam refletidas tendências, induções e percursos estéticos muito incisivamente experienciados pelos sujeitos em suas vidas banais. Também vale acrescentar que, ao pedirmos que os discentes relatassem o que mais os

atrai nas redes, observamos a inexistência de referenciais sólidos, mas uma busca de experiências efêmeras e de vínculos rarefeitos.

A pesquisa-ação que aqui implantamos foi composta de uma importante atividade prática inspirada na Abordagem Triangular recomendada por Barbosa (2010; 2014). Para pautar o gênero pela força reconstrutiva da criatividade dos discentes a partir de seus referenciais, apresentamos dois cânones do norte-global. O Davi de Michelangelo e a Mona Lisa de Da Vinci foram tracejados para auxiliar os discentes na transcrição mais precisa do contorno das obras pela técnica do fundo negativo.

Após esta primeira atividade, contextualizamos as duas obras, tratando de entendê-las como representações munidas de referenciais estéticos de gênero e, portanto, produtoras de discursos abertos a deslocamentos. Pelo contexto foi possível salientar como os componentes estéticos da obra estão atravessados pelos jogos de poder e, por efeito, sujeitos a estratégias de seleção e potencialização discursiva. Do ponto de vista do gênero, chamamos atenção para os marcadores visuais que se estabelecem no corpo e transmutam no decorrer do tempo.

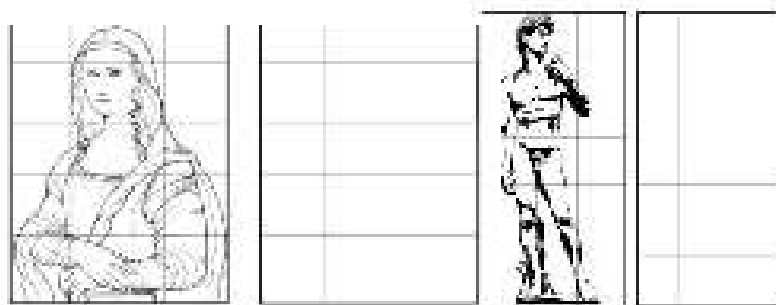


Figura 1: Representação pelo Fundo Negativo.

Tendo sido realizada a contextualização das referidas obras renascentistas, pedimos então aos discentes que intervissem nos contornos transcritos. Agora, os alunos deveriam interpor seus referenciais estéticos e de gênero como preenchimento dos contornos e, assim, recriação dos cânones.

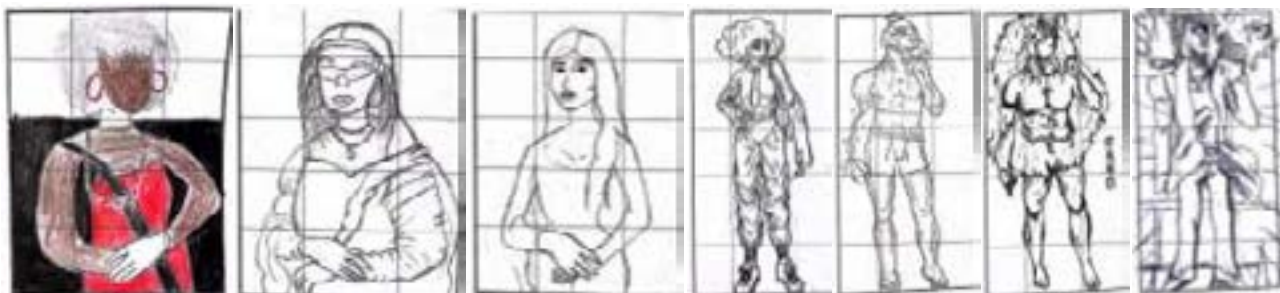


Figura 2: Atividades desenvolvidas por discentes em sala de aula

As imagens acima apresentadas revelam claramente diversos deslocamentos nos marcadores visuais de gênero. A representação da Mona Lisa negra, filha de Santo ou inspirada na Kylie Jenner traduz alguns dos referenciais sobrepostos pelos discentes na obra original. O mesmo se pode dizer sobre as novas versões do Davi, que aqui se apresentam por animes, mulheres trans, cantores de rap ou, ainda, pela preponderância da representação fálica no personagem retratado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao extrair dizeres de uma obra e encorajar intervenções em seus referenciais, abrimos possibilidades para decodificar os códigos de poder que se estabelecem nas visualidades e, portanto, fomentar uma postura mais crítica frente aos apelos imagéticos que abundam na pós-modernidade.

Pelo ângulo do gênero, a pesquisa-ação que desenvolvemos ajudou a articular o marco teórico com a prática pedagógica, chamando a atenção para a força da paródia, da imitação ou da profanação dos marcadores visuais de gênero para reconstruir outras tantas possibilidades de significações dos corpos. Neste sentido, valorizamos os referenciais comumente negociados pelos discentes e chamamos a atenção para o gênero como construção discursiva que marca os corpos, inclusive, pelos códigos visuais. Aqui convergimos performatividade com formação num propósito de desconstruir essencialismos que se apresentam em muitos currículos escolares e persistem, inclusive, em muitos livros didáticos. A imagem tem força performativa e, como tal, é munida de ações contingentes, fato que nos inspira a profanar seus discursos para inclusão dos muitos sujeitos historicamente negligenciados pela educação de herança colonial.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino de arte**: anos 1980 e os novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BARBOSA, A. M. Uma introdução à arte/educação contemporânea. In: BARBOSA, A. M. **Arte/educação contemporânea**: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2010, p. 11-24.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.



GUSMÃO, R. Arte-educação e a sociedade de controle: a potência (per)formativa da estética na pós-modernidade. **Revista da FUNDARTE**, [S. l.], v. 53, n. 53, 2023. Disponível <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/1173>. Acesso em: 27 jul. 2023.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2000.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1988.

MAFFESOLI, M. **Homo eroticus**: comunhões emocionais. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DO QUESTIONAMENTO DO NOME RECEBIDO AO ESCOLHIDO, O NOME SOCIAL: DEBATES SOBRE CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Lyzia Toscano da Silva
NUDES – UERJ

Ivan Carvalho da Silva Filho
UVA/ UFRRJ

Vanessa Soares Matos
UNIRIO / NUDES – UERJ

vanessas2matos@gmail.com

RESUMO

O nome que designa um indivíduo constrói/reflete um traço identitário; porém, às vezes, por não ser fruto de uma escolha pessoal, gera mal-estar na escola. Logo, refletimos sobre um projeto interdisciplinar, centrado no conto “Natalina Soledad” de Conceição Evaristo, no qual a protagonista muda de nome, pois seu pai a registrara como “Troçoleia”, por desgosto de ter uma filha, após 6 filhos. Trabalhamos com uma turma de 8º ano de uma escola municipal do RJ, acompanhando-a no 9ºano, ao ampliar o tema com a experiência do homem trans e *youtuber* Dani Pahl, quem adquire esse nome social na escola. Tendo a cartografia como norte, o objetivo era partir do incômodo com o nome, como uma estratégia de sensibilização, para ampliar o tema para a adoção do nome social, apostando que as/os estudantes estariam mais receptivos, diante dos relatos de incômodo. Como resultados, percebemos mais flexíveis os discursos dos mais resistentes às trocas de nomes e às consequências dessa ação; notamos que os incomodados com seus nomes foram mais receptivos à adoção do nome social.

Palavras-chave: Autonomeação; gênero; sexualidade; identidades; nome social.

INTRODUÇÃO

Ao dar um nome, algo e/ou alguém adquirem significados, porque o humano estabelece uma relação com o que é nomeado. Benjamin (2011) afirma que tudo passa a existir para o ser humano, quando ele dá um nome para isso. Dessa forma, nasce o sentido de designação que é a “significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome” (GUIMARÃES, 2002).

Embora o nome atribuído ao indivíduo, tanto o civil, quanto aquele apelido de infância, seja algo que se carrega por uma vida, às vezes, pode gerar certo mal-estar na escola. Portanto, este trabalho nasceu dos incômodos percebidos durante a “chamada”: muitas alunas e alunos não gostam de ser chamados por seus nomes e/ou sobrenomes, sobretudo quando estes não estão de acordo com a identidade de gênero.

Partindo de uma questão local e expandindo a reflexão em uma dimensão macro, vale ressaltar que o número de alunos menores de 18 anos que, na escola, adotam o nome social tem crescido, segundo o Núcleo Investigativo da CNN ¹. 12 estados brasileiros registraram um aumento de 300% no uso de nome social. Entre 2012 e 2021, mais de 15 mil alunos da rede pública de ensino acrescentaram, em suas fichas de matrícula, os nomes escolhidos. (ARAÚJO; BRITO; NETO, 2022).

Dessa forma, a fim de interferir nessa realidade, elaboramos um projeto-piloto interdisciplinar que teve início em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental, em 2022, acompanhando-a no 9º, em 2023. Partimos da literatura, como possibilidade pedagógica formativa a partir do conto de Conceição Evaristo, intitulado “Natalina Soledad”, novo nome da protagonista que antes atendia por Troçoieia, (o pai a renegava, pois considerava uma falha ter uma filha, após o orgulho de ter tido 6 filhos). Identificamos no conto os itens a seguir: o ato de nomear como a capacidade de caracterizar e diferenciar a si e o outro, o que contribui para a (re)construção identitária; movimentos de resistência ao que é imposto e de auto-rasura.

Alguns questionamentos incitaram a realização do trabalho: as alunas e alunos sabem que podem, na escola, incluir o nome social em seus registros? As alunas e alunos do Município do RJ estão respaldados legalmente e que, dessa forma, possam concretizar esse direito? Eles sabem como proceder para exercer esse direito? O acesso a informações, ou melhor, o capital cultural adquirido pode evitar anos de mal-estar, traumas e mudar trajetórias de vidas (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Assim, em 2022, partimos do incômodo com o nome a elas/eles atribuídos e do nome civil – o qual pode camuflar um conflito referente à identidade de gênero – à

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cresce-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolas-publicas-na-ultima-decada/>

adoção do *nome social*² na escola. Em 2023, contamos com a experiência de vida do *youtuber* Daniel Pahl, homem trans que adquiriu esse nome em ambiente escolar.

Por meio desse estímulo literário, em debates, tínhamos, como objetivo, promover espaços de troca e luta contra pressões sociais que machucam: partindo de possíveis incômodos com o nome até o preconceito com nome social, como uma marca concreta identitária. E os indivíduos, uma vez sensibilizados por suas vivências ou pelas dos colegas, talvez pudesse compreender melhor aqueles que não se reconhecem no gênero imposto pelo sexo biológico.

Focando pressupostos íntimos que causam incômodo, buscávamos estimular o engajamento discursivo dos alunos, que, por espelhamento em relação à protagonista do conto, falariam de si, de suas vivências/opiniões, (re)significando experiências e (re) pensando o processo de subjetivação. Constrói-se, então, um ambiente de segurança e afetividade que ressignifica a relação professor-aluno. E contando, sobretudo, com a vivência de quem já teve essa experiência – o *youtuber* Daniel Pahl, intencionávamos desestabilizar a rigidez de se usar o nome civil como uma forma de questionar o gênero imposto pelo sexo biológico, enquanto possibilidade única e incontornável de viver a identidade.

MÉTODO

Partindo da noção de que investigar à luz da cartografia significa não iniciar o processo por normas pré-estabelecidas (PASSOS et al., 2009), deslizamos pelos caminhos em busca das origens legais do nome social, com pesquisas, pois a burocracia envolvida no ato de requisitar esse nome, pela escola, no Município do RJ, gerou dúvidas.

Grosso modo, partimos do compromisso assumido pelo Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em 1993, em Viena, Áustria, na elaboração de um programa nacional de direitos humanos, na qual nasceu o PNDH-III (Programa Nacional de Direitos Humanos – III) em 2009, pelo decreto presidencial 7.037/09. Ao chegarmos no Decreto Federal Nº 8.727, encontramos tanto a Resolução Nº 1 de janeiro de 2018, quanto com a Deliberação CEE Nº 371 de 30 de julho de 2019, para balizar a inclusão do nome social do indivíduo nos registros da educação básica. Descobrimos que, em São Paulo, há uma normativa com o modelo do requerimento para a mencionada inclusão. No âmbito estadual do RJ, há um projeto de lei, porém, em vigor mesmo, no Município do Rio de Janeiro, há o Decreto **33.816**, autorizando a inclusão do nome social; no entanto, não foi encontrado um modelo de requerimento padrão.

² O nome social é aquele pelo qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas por sua comunidade e em meio comunitário. (CERQUEIRA, 2015 Apud CANTELLI; NOGUEIRA, p. 7, 2020)

Nessas pesquisas, encontramos Daniel Pahl, quem adquire esse nome social na escola, no Ensino Fundamental e, hoje, tem uma página do *YouTube* contando, numa linguagem jovem, como foi, na prática, esse processo. Daniel divulga a escola enquanto agente oficial de transformação identitária, como aquela que renomeia, “rebatiza”, nos documentos oficiais, o indivíduo, possibilitando o renascimento deste.

Logo, se em 2022, adotando a leitura protocolada (COSCARELLI, 1996) trabalhamos o conto “Natalina Soledad” com uma turma do 8º ano, próximos da leitura básica de Cosson (2006), que visa o letramento literário dos alunos, e debatemos as questões literárias e identitárias levantadas. Refletimos sobre o que significa e as possíveis relações de poder presentes em três aspectos: 1) dar um nome – quem tem esse poder de nomear e quando; 2) ter um nome – as associações semânticas disso; 3) ser chamado por um nome – as implicações sociais dessa designação.

Em 2023, no 9º ano, resgatamos a ação, e, em uma roda de conversa, debatemos sobre o vídeo do canal do *YouTube* do Daniel Pahl, quem divide sua experiência de incluir o nome social, em documentos, por um movimento da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, nos debates de 2022, percebemos questionamos para as relações de poder centradas na figura paterna. Notamos identificação, em falas, tal como: **“Se fosse eu, eu nunca mais falava com ele.”** Elas/eles lembraram dos apelidos que alguns personagens davam à protagonista, segundo na visão delas(eles), para diminuir a dor dela.

Em 2023, apresentamos o vídeo do Daniel e a aula foi repleta de curiosidade e surpresa por ele ter conseguido incluir o nome social em seus registros na escola. Questionamos se o fato de Daniel ser branco e o fato de ele ser de classe média poderiam interferir nesse processo de alguma forma, e elas/eles falaram que, por esse movimento estar previsto em lei, que isso não seria um problema.

Não notamos uma associação entre a falta de informação e questões relativas à classe e à raça. Eles entenderam que, por estarem aprendendo isso na escola pública, não haveria um fator de diferenciação. O que parece ter incomodado foi a questão de os responsáveis serem legalmente fundamentais para quem anseia ter um nome social. Disseram que seus responsáveis não seriam, no geral, favoráveis à essa inclusão. Questionaram a falta de visibilidade para essa possibilidade de inclusão realizável na escola. Pensaram em formas de divulgá-la, tais como compartilhar o vídeo de Daniel em suas redes de conexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos perceberam a mudança de nome da protagonista como um estímulo e uma oportunidade para uma mudança de personalidade, como se verifica nesta antecipação de leitura: **“Eu acho que ela vai se sentir mais segura com seu novo nome”**. Portanto, a auto-rasura foi vista positivamente no processo de subjetivação. Além disso, notamos que os discursos mais adeptos às trocas de nomes e às consequências sociais dessa ação, após o debate, conseguiram flexibilizar falas mais resistentes, sobretudo no que tange ao nome social, que fora naturalizado na antecipação de leitura a seguir: **“Eu acho que Natalina é trans e por ter se descoberto, mudou seu nome juridicamente.”**

Em 2023, após a exibição do vídeo do *youtuber* Daniel, notamos, como um indício de relevância para o que assistiram, a iniciativa de compartilhar o vídeo dele em suas redes sociais, a fim de propagar a informação para mais adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Beatriz; BRITO, José; NETO, Vital. **Cresce 300% o uso de nome social nas escolas públicas na última década**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cresce-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolaspublicas-na-ultima-decada/>> Acessado em: 10/10/2022.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília: SEDH / PR, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Relatar a si: crítica da violência ética**. Tradução Rogério Bettoni. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2011.

CANTELLI, Andreia Lais; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Nome social: a ponta do iceberg**. Uberlândia – MG: Edição do Autor, 2020.

CERQUEIRA, R. M. **Nome social: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades**. Revista Jus Navigandi. Teresina, ano 20, n. 45219, 12 dez., 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COSCARELLI, Carla Viana. **O ensino da leitura: uma perspectiva psicolinguística**. In: Boletim da Associação Brasileira de Linguística. Maceió: Imprensa Universitária, dez.1996. p. 163-174.



COSSON, R. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. **Deliberação CEE N° 371**. Disponível em: <https://www.cee.rj.gov.br/deliberacoes/D_2019-371.pdf> . Acessado em: 10/4/2023.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulher**. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2014.

FERREIRA, Renata Rocha Mendes. **Direito trans**: guia completo do nome social. Disponível em: <<https://bichadajustica.com/blog/direito-nome-social-como-fazer-o-quee/>>. Acessado em: 10/04/2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

MARANHÃO, Wilson. **Mudança de nome e gênero de crianças e adolescentes trans**: saiba mais sobre este direito e como proceder. Disponível em: <<https://bichadajustica.com/blog/mudanca-de-nome-e-genero-de-criancas-eadolescentes-trans-saiba-mais-sobre-este-direito-e-como-proceder/>>. Acessado em: 10/4/2023.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril /2002.

PASSOS, E.; BARROS, B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação Subsecretaria de Ensino. **Currículo de Ciências**. 2020. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10884553/4268545/CIENCIAS.pdf>>. Acessado em: 10/4/2023.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação Subsecretaria de Ensino. **Currículo de Língua Portuguesa**. 2020. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10884556/4269410/LINGUAPORTUGUESA.p df](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10884556/4269410/LINGUAPORTUGUESA.pdf) >. Acessado em: 10/4/2023.

OS CONFLITOS SUBJETIVOS ONDE HABITA A DIFERENÇA: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE PROFESSORALIDADES DISSIDENTES

Yuri Barbosa Martins de Oliveira
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
(PPGED/UNEB)
martinsiury96@outlook.com

Tatiane dos Santos Moreira
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
moreiratatis@gmail.com

Sandra Santos de Araújo
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB)
andra.jus12@gmail.com

RESUMO

O debate acerca da homossexualidade, na contemporaneidade, tem endossado de forma significativa processos históricos e sociais como propulsores do estigma referente à essa expressão de sexualidade. Partindo desta acepção, o propósito deste estudo foi refletir sobre o processo de subjetivação da homossexualidade masculina, cerceado de marginalizações e hostilidades, para então problematizarmos a indissociabilidade entre a experiência de ser gay e a construção de uma professoralidade dissidente com base nas histórias de vida de cinco docentes homossexuais do semiárido baiano da educação básica. Para esta investigação foi utilizado como dispositivo metodológico o Grupo de Experiência Docente em Gênero e Sexualidade (GEDGS) para estimular as confabulações a respeito das normas de gênero e sexualidade impostas a esses docentes e perspectivar o corolário de subjetivações correlacionadas a essas imposições. Diante dessas interlocuções foi possível inferir que há uma miríade de construções discriminatórias frente ao sujeito homossexual, o que interfere, por exemplo, na forma como este se reconhece enquanto indivíduo social dotado de habilidades e direitos, e em sua travessia professoral.

Palavras-chave: Homossexualidade; Professoralidade; Experiência; Docentes gays.

A SUBJETIVAÇÃO DE PROFESSORES GAYS INTERMEDIADA PELOS DISCURSOS DO ESTIGMA

Incontestavelmente, os estudos de gênero e sexualidade têm provocado inúmeras reflexões tendo como eixo central as experiências de sujeitos LGBTQIA+ e de como elas mobilizam outras percepções a despeito das interações sociais, sobretudo quando a diferença é compreendida como elemento transversal nesse movimento. Assim, temos notado que estes estudos têm nos provocado em determinadas circunstâncias ao ponto de fazer emergir questões subjetivas até então não reflexionadas, mas que agora ganham sua devida notoriedade por tecerem a produção dessa pesquisa¹.

A julgar por esses preceitos, desenvolvemos este estudo no intuito de nos provocar ao mesmo tempo em que provocamos outros que como nós, persistem na problematização de si de maneira a devanear sobre seu exercício docente. Pensamos, ainda, que as reflexões baseadas nessa travessia docente podem ser mais prolíferas quando redimensionamos o debate, focalizando a subjetividade homossexual e de como ela subsiste como força criativa na construção do ser professor.

É tendo em vista essa contemplação que nos colocamos como observadores dos meandros nos quais consistem nossas histórias de vida enquanto professores gays, assim como também convidamos outros cinco professores que se autoidentificam desse modo para pensar o objeto central desta investigação, a saber: “A docência de professores gays, refletida a partir dos atravessamentos de suas sexualidades”. A partir desse movimento, intentamos trabalhar com tal questão refletindo os elementos sociais, culturais e políticos de controle que forjam as sexualidades desses docentes e de como o contato com estes elementos dinamizam implicações na construção do ser professor dos participantes da pesquisa.

O ponto de partida deste estudo remete-se ao fato das históricas concepções que giram em torno da homossexualidade, colocando-a sempre como um dos alvos dissidentes da expressão do desejo. Dessa maneira, é importante ressaltar que estas concepções têm, conseqüentemente, constituído um imaginário incipiente no tocante a uma realidade bem mais complexa e diferente do que a homossexualidade é, pois, entendendo-a como produzida pelos discursos do estigma², percebe-se que uma série de noções recai sobre ela a fim de mantê-la como oposto inferior à heterossexualidade.

1 Este trabalho diz respeito a um recorte da dissertação intitulada “Confabulações professorais de docentes gays” defendida no Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB), lotado no *Campus* XIV da Universidade do Estado da Bahia, em 2022.

2 Entendemos por estigma qualquer referência que incite um atributo profundamente depreciativo a algo ou alguém. Na concepção de Goffman (2017, p. 13), “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”. A ideia de aderir a esse termo no estudo é por observarmos sua demarcação no insistente menosprezo conferido à homossexualidade ou a qualquer outra expressão do desejo que não seja heterossexual.

Interessa-nos, diante dessa imensidão de compreensões, saber neste trabalho e a partir das enunciações de professores gays proferidas nos grupos de experiência, pensar como os discursos enquanto prática social e força motriz entre poder e saber têm enfatizado caracterizações ultrajantes que circundam esse tipo de sexualidade e, inclusive, afetando no processo subjetivo destes indivíduos mediante sua identificação sexual e trajetória professoral.

Nessa expectativa, ao perfazermos esse caminho metodológico, mostramo-nos inquietos sobre as taxativas menções que muitas vezes nos obrigam, enquanto sujeitos dissidentes, a nos encontrarmos e nos constituirmos no discurso do Outro. Um discurso igualmente situado em relações de poder-saber específicas e circunscrito em práticas de conversões quanto à homogeneização do desejo.

Assim, é preciso questionar os próprios discursos em sua transitoriedade aparente, já que sua operação também pode afetar as maneiras como problematizamos nossas formas de ser e existir nesse mundo. E se é preciso robustecer essa compreensão, precisamos levar em consideração que os discursos não se localizam em nenhum lugar, “mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (VEIGA-NETO, 2007, p. 100).

Frente a esse propósito, filiamo-nos às perspectivas foucaultianas com vista a entendermos a construção da dinâmica discursiva e como suas operações afetam de maneira inigualável nossas percepções quanto à homossexualidade. Salientar essas problematizações é buscar entender como fazemos emergi-la a partir de discursos patológicos, religiosos, medicinais e econômicos, sobretudo correlacionados, e por conseguinte também considerar como essa ação sempre a institui no abjeto, no pecado e exterior a qualquer natureza compreensível.

GRUPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM GÊNERO E SEXUALIDADE (GEDGS) COMO PRODUÇÃO DE DADOS DO ESTUDO

Supomos o Grupo de Experiência como o dispositivo metodológico mais viável para refletir e problematizar as experiências dos professores que aceitaram fazer parte desse estudo, não por ser pronto e acabado, mas pela sua condição de ser desenhado na imprevisibilidade e na ambivalência com que pesquisas balizadas na perspectiva pós-estrutural se encontram. O Grupo de Experiência (GE) é uma inventividade teóricometodológica desenvolvida pelo grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL/CNPq)³ do qual somos integrantes e foi pensado mais especificamente

³ Grupo de Pesquisa lotado no Departamento de Educação/Campus XIV, em Conceição do Coité. ⁴ As professoras Iris Verena Oliveira e Rosane Meire Vieira de Jesus (PPGED/UNEB)

por duas docentes⁴ do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED/UNEB).

O dispositivo metodológico tramitou nesta pesquisa como técnica de produção de dados, cuja intenção era reunir professores gays distribuídos em alguns dos municípios pertencentes ao Território do Sisal do Estado da Bahia (Serrinha, Conceição do Coité e Valente) para dialogar a despeito de suas experiências formativas e pessoais. Reconhecemos que a empreitada com esse dispositivo salientou outras perspectivas de fazer pesquisa em educação, em que abordagens e objetivos foram repensados tendo em vista suas contribuições com centenas de problematizações já realizadas nessa seara.

Em que pese se pensar a respeito, o GE foi formulado com a proposição de ser um espaço formativo para professores/as ao passo que discutir suas experiências pudesse fazê-los/las imergir nas próprias práticas e questioná-las, a tal ponto que fosse igualmente possível repensar mudanças estratégicas em suas práticas docentes a fim de atender demandas recorrentes no cenário escolar (OLIVEIRA; JESUS, 2018). Devido essa intencionalidade, entendemos que essa técnica se apresentava concatenada a esse estudo, uma vez que viria a dinamizar o debate sobre docência e sexualidade ao tensionar certezas que se colocam como autoevidentes sobre a formação docente e suas travessias.

Diante desse contexto, percebemos que “o desenho metodológico da pesquisa não pode ser fechado a priori e não pode ser replicado em qualquer tempo e lugar” (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 57). Tomamos isso como uma premissa, visto que intencionalidade do GE neste estudo nos exigia uma configuração específica. Assim, apostamos na adaptação do grupo com certa especificidade para tornar mais profícua a investigação.

Analisar essa prerrogativa nos impeliu a buscar subsídios que direcionassem nossas problematizações, tendo em vista as intersecções entre sexualidade e gênero e como estes elementos no processo de discursividade também produz arranjos subjetivos proporcionados pelo entrecruzamento indissociável entre personalidade e professoralidade (PEREIRA, 2016). Nessa dimensão, o GE foi configurado mediante os conceitos que possibilitam tais percepções, a saber: o dispositivo de sexualidade de Michel Foucault (2020) e performatividade de gênero de Judith Butler (2019).

“ATÉ QUE PONTO SAIR DO ARMÁRIO É UMA LIBERTAÇÃO E ATÉ QUE PONTO SAIR DO ARMÁRIO É UMA PRISÃO PARA NÓS MESMOS?”⁴:

REFLETINDO SOBRE O PRECONCEITO FRENTE A ALTERIDADE SEXUAL

As tramas discursivas em que se encontram os colaboradores desta pesquisa pressupõem que analisemos o discurso em sua existência transitória. Isto quer dizer que é necessário tomar partido da produção discursiva em meio às relações de poder assimétricas, cujo poder que nelas se constrói não opera na delimitação de discursos dos dominantes e dos dominados, mas sim por meio da intensidade com que estas relações provocam assujeitamentos históricos e configuram uma teia de lutas simbólicas tendo como instrumento essencial para essa finalidade, o próprio discurso.

Como afirmou Foucault (2020, p. 110), é preciso admitir que estamos sempre agenciando “um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”. Nessa percepção gradativa, as provocações, contestações e reprovações enunciadas pelos professores nos grupos de experiência advêm desse sinuoso e complexo jogo discursivo, o que, em tese, “para Foucault, mais do que subjetivo, o discurso subjetiva” (VEIGA-NETO, 2007, p. 99).

É nesta dimensão que as estratégias políticas de enfrentamento ao cenário de invisibilidades ganham forma, visto que ao tomarmos conhecimento de que o sujeito é construído discursivamente o próprio discurso se torna o objeto primordial de nossa luta, de enlace e de possibilidades para projetarmos outras inferências sobre os modos que nos constituímos gays e professores, por exemplo.

Nessa medida, a problemática circunscrita na titulação deste tópico abre uma discussão salutar mediante os quadros normativos de existência que insistem em nos moldar vorazmente. Isto porque, reconhecemos que mediante uma conscientização expressiva da nossa parte, pode, de alguma maneira, ampliar uma rede de diálogo que nos possibilite tomar tal reconhecimento como integração de atos políticos mais abrangentes, principalmente quando consideramos a incidência dessas normalizações a nós impostas. Assim, pensamos que a partir desses quadros normativos somos tomados como vítimas de uma padronização específica em que a diferença percebida é amordaçada e invisibilizada.

Como presumido o Professor Carlos (2021), por exemplo, existem limites rígidos entre “sair” e “ficar dentro” desse armário que implicam em decisões circunstanciais e nos colocam à prova incessantemente, à medida em que questionamos a suposta liberdade como mais uma forma de prisão. Nessa dimensão, “há riscos em enfatizar a

⁴ Trecho proferido pelo professor Carlos Alexandre, docente participante do estudo, em uma de suas falas no primeiro Grupo de Experiência



continuidade e centralidade do armário numa narrativa histórica que não tenha como fulcro uma visão de salvação [...]” (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Diante desse cenário, mencionar certa aceitabilidade no tocante à “nossa condição”, como chama atenção o professor, é considerar o jogo discursivo em que estamos inseridos e que logo nos suscita diferentes formas para lidar com esse dispositivo de controle. Assumir-se não implica numa simples decisão, mas de algum modo está correlacionado às múltiplas ênfases na visibilidade coletiva e individual de um movimento político com base nos direitos que nos são inerentes, bem como supõe estratégias para sobrevivência, além de negociações estabelecidas para assumirmos voz de nossas próprias histórias e contestarmos esse lugar do estigma.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES LONGE DE SEREM FINAIS

Diante das elucubrações tecidas com os docentes, ao enfatizarmos como gênero e sexualidade atravessam e dimensionam as professoralidades homossexuais – mesmo com as complexidades e implicações demonstradas no decorrer desse estudo – percebeu-se que os docentes tendem a compreender a rede de normatizações que lhes são impostas, mas conjecturam tal contexto a ser enfrentado. Mobilizam, de algum modo, uma professoralidade interpelada com suas condições de ser e existir no mundo, sobretudo por serem gays, e compreendem a importância de considerarem suas questões subjetivas no âmago desse entendimento. Tornou-se evidente, portanto, que essa série de tensões nos levam a repensar e mobilizar outras frentes de entendimento quanto ao fato de cogitarmos a docência como um caminho possível de experienciar.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de Saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

OLIVEIRA, Iris Verena; JESUS, Rosane Meire Vieira de. GRUPO DE EXPERIÊNCIA E ARTE: narrativas de educação escolar quilombola. In TOMÉ, C.; MACEDO, E.; **Currículo e Diferença: afetações em movimento** - Volume 4. Curitiba: CRV, 2018. cap. 8, p.171-178).



PEREIRA, Marcos Villela. **Estética da professoralidade**: um estudo crítico sobre a formação do professor. Santa Maria: UFSM, 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Quereres, v.28, p. 19-54, 2007. Disponível em:
[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2007\(28\)/Sedgwick.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2007(28)/Sedgwick.pdf) . Acesso em 09/07/2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RECONHECENDO AS SUJEITAS DO CONHECIMENTO: UM JOGO DE CARTAS PARA INSERIR MULHERES NO COTIDIANO ESCOLAR

Prof^a Mestra Roseclair Site
PPGECC -FEBF/UERJ

Prof.^a Doutoranda Carolina Romanazzi Freire
PPGEDU UniRio

Orientador Prof. Dr. Ivan Amaro - UERJ

RESUMO

Este trabalho trata-se de um relato de experiência sobre uma oficina desenvolvida na III Jornada de Gênero, Cultura e Deslocamentos: Diferentes Fronteiras, Interculturalidades e Relações de Gênero de forma remota na Universidade Estadual de Roraima (UERR). O objetivo da oficina, intitulada Mulheres Incríveis, foi pensar modos de inserir figuras femininas na educação de forma lúdica. A oficina aconteceu durante dois dias consecutivos com a participação de aproximadamente oito pessoas. Metodologicamente dividimos a oficina em dois momentos: inicialmente com uma conversa sobre os significados de gênero, sexualidades e os modos como estes marcadores posicionam as mulheres na sociedade e posteriormente foi apresentado um jogo de baralho e as pessoas participantes diziam se reconheciam ou não as mulheres apresentadas. O objetivo da oficina é inserir figuras femininas na educação e apresentar através destas suas contribuições para múltiplas áreas do conhecimento. A oficina contribuiu muito para pensarmos a importância do reconhecimento das mulheres em múltiplos campos do conhecimento.

Palavras-chave: Oficina pedagógica, Gênero e sexualidade, Epistemologias femininas

OS CAMINHOS PARA A OFICINA...

De tempos em tempos se faz patente disputar espaços em múltiplos lugares da sociedade. Essa disputa também se dá no campo das narrativas, dos corpos e do questionamento do não lugar destinados a algumas sujeitas, a alguns sujeitos e alguns sujeitos. Sabemos que ainda vivemos numa sociedade marcada pelo machismo, pela misoginia, pelo patriarcado e por isso questionamos que certezas sociais estão sendo (re)afirmadas na sociedade e como estas reverberam na educação. Parte daí nossa proposta para questionarmos e refletirmos ludicamente a partir de um jogo de baralho, um jogo de cartas com as imagens de mulheres incríveis que corroboraram para a ocupação de espaços outros. Espaços estes muitas das vezes designados para os padrões cisheteronormativos que tem o homem cis, branco, hetero, de classe média, religioso como centro de todas as posições de poder e destaque. A proposta da oficina traz em seu bojo a visibilidade de corpos e corpas que ainda são colocados à margem, (in)visibilizados e silenciados de diversas maneiras e com diversas camadas de violências que lhe são perpetradas. Nossa oficina propôs a criação de um jogo de cartas onde mulheres cientistas, filósofas, artistas, políticas entre outras sejam (re)apresentadas e (re)conhecidas a partir de seus rostos e características marcantes. Para que possamos pensar nos modos como essas mulheres podem ser levadas a espaços formais e não formais de Educação numa perspectiva que é traçada não somente pelo viés da violência física que, inegavelmente, sofrem, Mas para além desta(s) violência(s) que serve(m) de combustível para a superação/transformação e independência, e também acerca do papel fundamental que exercem na sua história, na construção da história e subjetividade/empoderamento de outras mulheres da sociedade

POR ONDE CAMINHAMOS?

Como metodologia optamos pelas conversas, pois acreditamos que estas colaboram para um espaço onde se aprenda, ouça e haja compartilhamento de experiências com o outro. A conversa é potente, porque não é regulada, não é territorial. Ela se entrega à cumplicidade, às afetações, onde ninguém perde ou ganha, mas, como acredita Andréa Serpa (p.116). Inicialmente trouxemos algumas memórias sobre o que nos foi apresentado sobre o ideal feminino, comportamento feminino estereotipado, associando e problematizando esses arquétipos ao apagamento das mulheres. Essas conversas iniciais possibilitam aprendizagens, trocas e também um mapeamento inicial das falas dos participantes. No segundo momento foi apresentado o jogo que era semelhante ao jogo da memória. O lúdico foi escolhido por nós, pois acreditamos assim como Antunes (1999, p. 38), “[...] os jogos ou brinquedos didáticos são desenvolvidos

com a intenção explícita de provocar uma aprendizagem significativa, estimular a construção de um novo conhecimento e, principalmente, despertar o desenvolvimento de uma habilidade”.

A proposta da oficina é criação posterior, pelas pessoas participantes, de um jogo/baralho. Apresentamos nosso jogo que era composto por um total de 28 cartas diferentes, no qual duas cartas formavam pares, onde uma apresentava uma mulher e outra a sua contribuição. Como a Oficina era online, solicitamos os participantes escreverem no *chat* se reconheciam ou não as mulheres que apareciam na tela.

O jogo é semelhante ao jogo da memória e pode ser aplicável a qualquer área do conhecimento. São duas cartas onde a da esquerda vemos a pessoa e a da direita sua contribuição teórica epistemológica. As cartas ficam viradas para baixo e gradativamente os jogadores devem reconhecer a pessoa e buscar em outras cartas o devido correspondente a imagem. Durante o jogo é importante que haja interação entre as/os jogadoras/jogadores acerca das contribuições apresentadas nas cartas, se já conheciam aquela mulher e suas contribuições, se conhecem outros feitos para instigar a busca por outras informações que corroboram para mostrar a potência de cada mulher em diversos setores da sociedade sem que a dor seja o ponto central da discussão/do debate proposto a partir desta. Abaixo apresentamos uma imagem da carta dupla, à esquerda a imagem da mulher e à direita sua contribuição.



Fonte: As autoras, 2022

NOSSAS PERCEPÇÕES PRELIMINARES...

Como resultado da proposta do jogo da memória, a partir das conversas com as/os participantes o que pudemos evidenciar de forma coletiva é que ainda existe pouco espaço para as sujeitas na educação, assim como em diversos outros espaços. Ainda que o corpo docente seja predominantemente feminino em algumas etapas da educação, quando pensamos as corpas e os corpos que são apresentados como sujeitos que



geram epistemologias é notória a invisibilidade das mulheres. A oficina foi frequentada majoritariamente por docentes e a maioria delas não reconhecia ou não se lembrava de referências femininas que pudessem apresentar em sua área do conhecimento. Um elemento importante e comum que permeou todas as falas foi algum tipo de violência simbólica sofrida ao longo da vida e a percepção do quão invisibilidades são as mulheres nos livros, no cotidiano escolar e na sociedade como um todo.

NOSSAS REFLEXÕES E CONCLUSÕES...

Temos em nossas reflexões e conclusões junto às/aos participantes que as diversas camadas de violências que permeiam a existência de corpos e corpos de mulheres corrobora para sua (in)visibilização e apagamento enquanto produtora de conhecimento e de epistemologias outras. Visto que cabe a NÓS, MULHERES, temos que provar a todo instante nossa capacidade e potência para ocupar espaços outros que fujam da regra padrão imposta socialmente que é o lugar do cuidado, da subalternização e da subserviência. O jogo proporciona diversas possibilidades de empoderamento e de visibilidade às mulheres que atuam em inúmeros setores da sociedade, com cargos de liderança, de poder e de destaque seja na ciência, na política, no esporte, na medicina, no jornalismo, na filosofia, nas artes, na educação, no seu território.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. L. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.). **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

ST 11

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES
NO CONTEMPORÂNEO: PROCESSOS DE
(DES)SUBJETIVAÇÃO COM AS MÍDIAS E
ARTEFATOS CULTURAIS



COORDENADORES
Roney Polato de Castro
Anderson Ferrari
Marcos Lopes de Souza

VENECA: A CONFIGURAÇÃO NEGATIVA DA MULHER VENEZUELANA

Dissertação de Mestrado em andamento
Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGL)
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Amel Andres Ávilla Romero
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
amelandres59@gmail.com.

Víctor Alfonso Moreno Pineda
Universidad de Córdoba

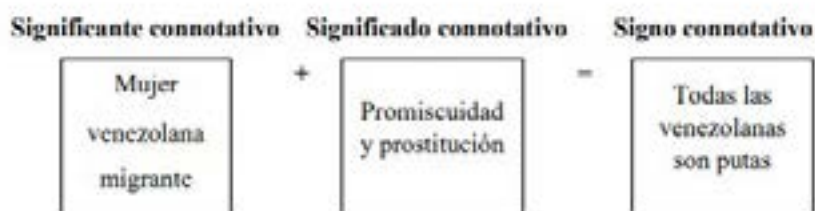
RESUMO

Os oito memes que fazem parte desta categoria circunscrevem a imagem da mulher migrante venezuelana ao interior de esferas pejorativas de significação. As leituras que se realizaram a continuação obedecem aos propósitos sociais desta pesquisa. Estabelecemos uma relação de analogia entre os interesses que se perseguem e o planteado por Van Dijk (2003, p. 144), a respeito da natureza da ACD (Análise Crítica do Discurso) “a ACD expressa um sesgo, e está orgulhosa de ele”. Da mesma forma, este trabalho está orgulhoso do seu sesgo.

Palavras-chave: Estereótipos, semiótica discursiva, Análise Crítica do Discurso (ACD), mulher migrante, xenofobia, aporofobia.

INTRODUÇÃO

Os memes que motivam a análise desta categoria social a qual temos nomeado sexual o sexista tem como fonte primaria e especifica a construção estereotípica sobre a mulher migrante venezuelana. Resulta curiosa a estrutura simplista que opera nos cimentos de tais estereótipos. Estabelecemos uma relação analógica com a estrutura dos mitos em que Roland Barthes fez ênfase. Barthes assume que “o mito constitui um sistema de comunicação, uma mensagem”. Em concordância com o grupo de memes a que nos referimos, cada um deles forma parte importante de um tudo (uma mensagem) que é o mesmo mito reconhecido agora como “um modo de significação” (Barthes, 1999, p. 108). Representamos o mito da seguinte forma:



Fonte: Autoria própria

MÉTODO

Nessa ordem de ideias, o significante conotativo (mulher venezuelana) está constituído pelas características que comumente se conhecem sobre as mulheres venezuelanas, ou seja, mulheres cuja beleza tem renome internacional no âmbito do espetáculo, sobretudo, nos concursos internacionais de beleza. Essa característica, na qual se juntam a beleza, a vaidade e a superficialidade é a vez um estereótipo que constrói um ideário sobre a natureza da mulher venezuelana. Dessa forma, emerge um estigma adicional que legitima a ideia de que a todas as venezuelanas têm maior interesse em tudo o relacionado com o mundo do espetáculo e os reinados, inclusive, por acima das temáticas relevantes como a realidade nacional do seu país. Os reinados de beleza favorecem a objetivação das mulheres, a desigualdade de gênero e a normalização dos fatos misóginos comuns às sociedades tradicionais porque projetam imagens vácuas sobre a mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As características que mencionamos anteriormente respeito ao estereótipo da venezuelana rainha de beleza adjudicam além de um ideário plástico, umas características emergentes da canonização dos parâmetros estéticos que a sociedade do espetáculo tem implantado. Essas características supõem que a mulher venezuelana busca ser atraente e não minimiza esforços para ser o centro de atenção. Deste modo, entende que as mulheres venezuelanas tiram proveito dos seus atrativos físicos para sortear os efetivos negativos da crise social que atravessa a Venezuela. Assim, a noção de prostituição aparece como uma analogia que reúne as esferas de sentido que compreendem a vaidade, a beleza e a precária situação das migrantes, para dar como resultado o seguinte: as venezuelanas sobrevivem na Colômbia graças à exploração dos seus corpos.

O significativo conotativo deste mito o compõe, pois as características particulares atribuídas à mulher venezuelana no contexto colombiano atual. Tais características se associam à crença de que todas as mulheres venezuelanas que chegam em território colombiano se dedicam ao trabalho sexual. O estereótipo não acaba. Outras das consequências desse imaginário associa as mulheres com ofícios nos quais se antepõe o uso do corpo em lugar do uso do conhecimento. Em poucas palavras, as venezuelanas são o suficientemente perigosas e ignorantes para se dedicar a se dedicar a trabalhos que demandam esforço físico.

Somado a isso, se afirma também popularmente que a difícil situação dessas mulheres, obriga elas oferecer seus serviços por preços inferiores às convencionais no grêmio de trabalhadoras sexuais colombianas, o qual significa que seus serviços estão ao alcance dos homens de todas as classes sociais. No entanto, a realidade é outra, pois se bem muitas mulheres têm se dedicado a explorar seu corpo para superar a crise, existe outro grupo dedicado a toda classe de labores, tais como: serviços domésticos, vendas ambulantes, fabricação de artesanatos, entre outros. Seguindo essa linha de pensamento, o termo *veneca* constitui o signo conotativo o mito, o qual é produto da soma de “mulher venezuelana” e os conceitos pejorativos que sintetizaremos em “prostituição e promiscuidade”. Em consequência, o significante *veneca* junta todos os sentidos que compõem o significante e significado conotativos. A partir dessas referências culturais ao mesmo tempo que estereotipadas, assentam as bases argumentativas para assegurar que todas as mulheres venezuelanas na Colômbia são prostitutas. A generalização não se faz esperar. A relação de significação adaptada nesse mito obedece a um binarismo que só tem precisado do apoio dos meios como a imprensa e as redes sociais para abonar as raízes de uma discriminação cada vez mais acentuada.

Barthes afirma que “todo pode server de suporte para a fala mítica” (1999, p. 108), ou seja, as imagens, os textos etc. Em nosso texto, o suporte mítico é o meme ao que reconhecemos no princípio como dispositivo cultural. A natureza de cada um dos memes deste grupo exige a análise das suas formas tanto textuais como visuais, por isso, ampliamos o referencial analítico tomando como base adicional os supostos que Barthes formulou na sua Retórica da imagem. Suas categorias destinadas em um começo ao estudo da imagem publicitaria são idôneas para a análise de memes, buscamos então lhe-dar nome e significação aos elementos formais de cada uma dessas representações discursivas.

Barthes assume o mito como uma forma de significação, uma mensagem. A natureza da dita mensagem é variável e ocupa certa extensão «no caso do mito oral, esta extensão é linear (...), no mito visual a extensão é multidimensional» (Barthes, 1999, p. 16). Essa multidimensionalidade da que Barthes falou permite compreender os entramados ideológicos que subjazem nessa categoria sexista sobre a mulher venezuelana. Os tópicos discursivos mais recorrentes neste grupo de memes tem que ver com situações que remetem as relações sexo-afetivas nas quais se debatem causas que motivam certa classe de comportamentos que discorrem a um lugar comum: o sexo. Em primeiro lugar, podemos notar o sentimento de angústia que abarca a quase todos os interlocutores deste grupo, os quais se pode intuir facilmente são mulheres, esposas ou casos de homens colombianos representados através de distintas personagens icônicas masculinos como os protagonistas das cenas captadas em cada meme.

Esse sentimento de preocupação se associa às ideias conotada o mito “todas as venezuelanas são putas” que sinalizamos no começo. Esta angústia projeta a sua vez um panorama estereotípico da mulher colombiana, a qual não acha sossego sabendo que as ruas dos centros urbanos estão lotadas de putas que, além de ser baratas, são belas porque são venezuelanas.

O imaginário que se tece aqui mostra, por um lado, à mulher colombiana romântica e submissa cujos ciúmes não podem se ocultar ante o perigo iminente de perder seu macho colombiano. Por outro lado, se mostra a uma mulher venezuelana que é bela que se deita com toda classe de homens por troca de somas de dinheiro insignificantes. Temos, então, mulheres que não só são migrantes, senão também “rameras” que se equiparam com personagens tão nefastas como Regina George (meme nº 2), que não se considera suficientemente puta como para chegar ao nível veneca.

No segundo lugar, temos a alusão lasciva que gera a soa articulação da palavra veneca como no caso da famosa personagem de Homero Simpson. Esta icônica personagem constitui por si mesma um ethos visual (Ruiz Martínez, 2018). Os valores de Homero e suas qualidades conformam uma metáfora visual enquanto ontológica, do homem colombiano padrão. Ao pronunciar o sintagma «mmm...venecas», de uma

forma popular “quase babando”, Homero denota um desejo doente pelas venezuelanas análogo a sua adição pela comida e a cerveja. Sem dúvida, a objetivação da mulher venezuelana faz bastante óbvia ao se comparar com objetos destinados que têm que ser comidos para suprir as necessidades fisiológicas, como o sexo.

As anteriores considerações correspondem, sem dúvida, a argumentações escassas de fundamento. Todas projetam valorações bastante negativas sobre as venezuelanas, no entanto, as noções de xenofobia e aporofobia presentes neste grupo de memes surgem a partir do acentuamento gerado por referências culturais estereotípicas como o cheiro ao “tinto” à comparação que faz entre as venezuelanas e os bagres. Ambas as referências constituem uma forma de ancoragem, cujo propósito não é só desenhar um estereótipo sexualizado sobre a mulher venezuelana, senão também estabelecer uma relação direta entre o cheiro a tinto e as venezuelanas. Um dos ofícios informais que mais congrega mulheres migrantes venezuelanas é vender café nas ruas. O meme nº 5 desta categoria justapõe os ideários da puta venezuelana e as vendedoras ambulantes de tinto. Isto supõe que, inclusive, as mulheres dedicadas a este trabalho informal também são prostitutas.

A xenofobia está presente desde a primeira linha desta análise. O fato de que se sinalize a mulheres estrangeiras como as causantes de que muitos lares e relações maritais se dissolvam, é indício de discriminação e violência de gênero. A maioria desses memes por não dizer que todos, representam figuras masculinas, portanto, os pensamentos que subjazem a cada um deles refletem a masculinidade colombiana e os esquemas patriarcais que predominam. Não é casualidade que personagens icônicos da cultura colombiana tais como: Diomedes Diaz (meme nº 8) ou o futebolista James Rodríguez (meme nº 7) ocupem o lugar de emissores de discursos sexistas, xenófobos e também aporófobos, pois resulta bastante óbvio que as mulheres que vendem tinto nas ruas e que se dedicam à prostituição são o suficientemente pobres e, logo, podem ser discriminadas. Ambas as personagens configuram parte do imaginário machista e misógino da nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida alguma, se dá uma representação positiva dos homens colombianos que normaliza os discursos discriminatórios sobre as mulheres venezuelanas, das quais se faz uma constante representação que outorga qualidades negativas. Da mesma forma, as mulheres colombianas constituem um nós, se mostram como vítimas frente às putas venezuelanas e vendedoras de tinto que constituem um eles (Van Dijk, 1998). De maneira reiterativa, nesses memes, a importância das mulheres migrantes enquanto sujeitos sociais é transgredida. As assimetrias fundadas nas relações de xenofobia e

aporofobia demonstram que as mulheres vulneradas ocupam um plano de inferioridade que os homens têm legitimado historicamente, visto que “as mulheres têm sido tradicionalmente alvo de bromas machistas, atribuindo características muito diversas que projetam um particular estereótipo da “feminilidade”: fofqueira, consumistas, normativas, aproveitadas, frias sexuais ou calculadoras” (Doncel, 2016, p. 34).

Meme Nº1

Amor porqué últimamente se te está pegando el acento Venezolano?



Meme Nº2



Meme Nº3



Meme Nº4

Cuando te olvidas de borrar los mensajes de whatsapp



Meme Nº5



Meme Nº6



Meme Nº7

—¿Y como va a celebrar el equipo la victoria ante Francia, James?
—¡Habíamos todos, y quedamos de unos donde los venezolanos!



Meme Nº8

Cuando se acerca semana santa y no tienes ningún bagre con quien quedarte pegado / Pero recuerdas que están las venecas



Fonte: Imagens retiradas da rede social Facebook



REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Mitologías**. Buenos Aires, Argentina: Editorial siglo XXI, 1999.

DONCEL, Ballesteros Esmeralda. Circulación de memes en Whatsapp: ambivalencias del humor desde la perspectiva de género. **EMPIRIA. Revista de Metodología de las Ciencias Sociales**. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=297147433002>. Acesso em 15 jun. 2023.

VAN DIJK, Teun. (1999). **El análisis crítico del discurso**. Anthropos (Barcelona). Disponível em: <http://www.discursos.org/oldarticles/El%20an%20lisis%20cr%20EDtico%20del%20discu%20rso.pdf>

REDES SOCIAIS DE ACOLHIMENTO E APOIO ÀS TRANSIDENTIDADES EMERGENTES

Comunicação oral

Ana Carolina Padilha da Silva

orientada por
Anna Paula Uziel

co-orientada por
Mário Lima de Carvalho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

acarolpadilhapsi@gmail.com

RESUMO

Este trabalho, submetido como Comunicação Oral no IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero, visa analisar as recentes produções de conteúdo de influenciadores/as que se identificam como pessoas trans não-binárias nas redes sociais Tiktok e Instagram, objetivando articular o espaço online como um espaço de formação subjetiva e de transformação social e política (ciberativismo), e ao mesmo tempo de acolhimento e apoio às transidentidades emergentes. O presente trabalho pretende reforçar a importância e a relevância dos/das/des criadores/as de conteúdo trans para a realidade brasileira, enquanto fomentadores/as de outras formas de existir, viver, se relacionar, experimentar o gênero, a sexualidade e a diversidade para além dos moldes da cisheteronormatividade.

Palavras-chave: ciberativismo trans; acolhimento; não-binaridade; redes sociais

INTRODUÇÃO

Apesar dos recentes avanços sociais e conquistas de direitos, as pessoas trans*, travestis e não-binárias ainda enfrentam diariamente ataques, violências, invisibilização e deslegitimação de suas identidades. Em diferentes contextos e situações, a partir da organização de um sistema de sexo/gênero binário que produz exclusões e hierarquizações sociais de acordo com a genitália, a coerência e a performance de gênero dos indivíduos, sabe-se que o acolhimento e o apoio emocional a pessoas dissidentes são negligenciados e/ou negados.

Nos últimos anos, ao pesquisar sobre relações afetivas familiares com pessoas trans não-binárias em minha pesquisa de mestrado¹ na Universidade do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2022 e 2023, foi possível observar algumas pistas que apontam para as micro-revoluções nas normativas cisgêneras, isto é, aberturas, rachaduras, negociações para que a diversidade atravesse e componha as relações e os afetos. Apoiada pela cartografia, busco seguir uma pista apontada por uma das pessoas entrevistadas em minha pesquisa: a menção da importância da rede social TikTok e de seu algoritmo para o acolhimento e apoio emocional de usuários/as/es não-binários e de suas famílias durante o processo de construção e entendimento desta transidentidade.

Além do caráter de entretenimento dos vídeos da plataforma, existe também a possibilidade de encontrar uma comunidade, de acompanhar as descobertas e experimentações de outras pessoas a partir da sexualidade, do corpo e do gênero. O TikTok, nesse sentido, possibilita que, de alguma forma, pessoas dissidentes e, especificamente neste caso, pessoas não-binárias estão existindo normalmente, trabalhando, fazendo tarefas cotidianas, sentindo as dores e as delícias de habitar as fronteiras² das identidades de gênero. Num cenário em que a identidade de gênero não-binária é vista frequentemente enquanto uma “modinha”, uma “invenção de redes sociais”, invalidada como um discurso geracional e, portanto, menos importante, urge a necessidade de nos debruçarmos sobre a potência transformadora do encontro com as produções e narrativas trans*, seja a partir da academia, da literatura, seja nas mídias e nas redes sociais.

1 Minha pesquisa de mestrado ainda está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, tendo passado pelo exame de qualificação no mês de maio de 2023. O presente texto trata de questões e reflexões que vão sendo construídas ao longo da pesquisa, com um trabalho de campo em sua fase inicial e, por esse motivo, seu caráter ensaístico.

2 Em minha dissertação, defendo que o caráter fronteiro da não-binaridade enquanto identidade muito se assemelha a uma postura mestiza, como ensina Gloria Anzaldúa (1980); demarcar este lugar é assumir a identidade não-binária não como uma negação ao gênero feminino ou masculino, mas como uma afirmação de um lócus político e produtivo, visibilizando outras histórias e perspectivas e rompendo com um referencial binário de gênero.

MÉTODO

Na experiência de pesquisar cartograficamente, o método é um caminho de experimentações, onde o ponto de apoio da investigação emerge do fazer, ou seja, o fazer-saber se dá na própria experiência do saber; a realidade se torna, então, para a cartografia, um mapa móvel (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009, pág 10), que dá pistas dos caminhos a serem seguidos, acompanhados. Acompanhando a pista mencionada anteriormente e apostando neste caminho a ser descoberto, busquei fazer uma análise dos discursos³ presentes em comentários feitos em vídeos com o tema da não-binaridade no TikTok.

Deste modo, usando as palavras-chave “não-binaridade”, “não-binário” e “não-binária” no campo de busca do aplicativo, selecionei quatro dos vídeos mais curtidos, sendo um critério para a escolha serem vídeos feitos por pessoas que se identificavam enquanto não-binárias e/ou possuíam em seu nome a bandeira trans como forma de identificação. Ao todo, foram selecionados seis comentários que continham o caráter de identificação e/ou agradecimento pelo conteúdo, variando entre comentários feitos em 2021, 2022 e 2023.

Para a finalidade deste trabalho, não irei aprofundar uma análise quantitativa entre os comentários positivos e negativos dos conteúdos selecionados, mas vale ressaltar que a grande maioria dos comentários em vídeos explicativos sobre a não-binaridade continham emojis de riso, ironias (pedindo por uma intervenção divina para “acabar a humanidade”, por exemplo) ou falavam de como o mundo estava perdido nesta geração - o que, no limite, demonstram as reações cisheteronormativas e transfóbicas de parte dos usuários que tiveram acesso aos conteúdos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1 - Mãe e filha



Fonte: Vídeo no TikTok

³ De acordo com Fischer (2001), o método da análise de discurso foucaultiana é uma possibilidade de observar as práticas sociais concretas presentes na construção dos discursos, na escolha das palavras para representar os signos. Entende-se, a partir do que propõe Foucault, a linguagem e os enunciados como uma relação entre o que é dito com os contextos histórico, político, econômico e social vigentes. ⁴ Acesso em: <https://www.tiktok.com/@oijuvi/video/7194184368800271622>

Neste primeiro comentário selecionado, podemos entender que o vídeo em questão foi fundamental para que, depois de anos de não entendimento do que a filha tentava transmitir, essa mãe pudesse entender o que era sua identidade não-binária. Considerando que, historicamente, o não entender sobre o outro muitas vezes é uma postura de marginalização, deslegitimação e desvalorização de sua identidade, como aprendemos com Grada Kilomba (2019), é possível pensar que o vídeo foi uma ferramenta que criou uma ponte entre mãe e filha, uma forma de transpor a distância do não entendimento entre as duas.

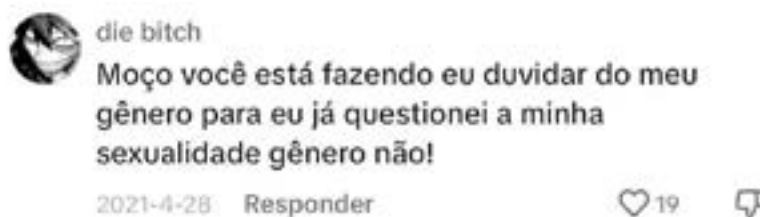
Figura 2 - Identificações



Fonte: Vídeo no TikTok

Nestes dois comentários feitos no vídeo de Beta Boechat (“O que é não-binário?”), podemos ver que a informação acerca da não-binaridade transmitida no vídeo possibilitou um entendimento maior destas pessoas sobre a própria identidade. Na maioria das entrevistas que fiz ao longo da pesquisa, este momento de entendimento é descrito como um momento de alívio, de respiro, de diminuição do sofrimento por tantos questionamentos ao próprio gênero.

Figura 3 - Questionamentos



Fonte: Vídeo no TikTok

Demonstrando como esse questionamento pode ser um processo doloroso, esta pessoa faz um comentário em outro vídeo.

Figura 4 - Agradecimentos



Fonte: Vídeo no TikTok

Finalmente, esses dois comentários feitos no vídeo de Brenda, que se identifica como homem trans não-binário, apontam para como a experiência singular compartilhada em seu vídeo feito no dia da Visibilidade Trans (sobre não ter mudado seu nome para um nome masculino apesar de ter feito o processo de transição de gênero cirúrgico e hormonal) ressoou nessas duas pessoas, com um caráter reconfortante; novamente, é possível perceber nos discursos o acolhimento, o apoio e a ajuda a pessoas que estão vivenciando processos parecidos, e o sentimento de “não estar sozinho nessa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pistas que compuseram a pesquisa e as análises dos comentários em vídeos criados por produtoras/es de conteúdos trans não-binários no TikTok, foi possível perceber a relevância das mídias e redes sociais no processo de (des)subjetivação e da reconstrução das identidades de gênero e sexualidade na atualidade. Assim, se reforça a ideia de que o que se produz no espaço online é um reflexo e também produtor de experiências no espaço físico, numa retroalimentação de saberes, inclusive porque não há cisão entre eles. Pensar sobre os efeitos e impactos das redes sociais enquanto dispositivo de produção de subjetividades e componente das relações contemporâneas, portanto, se torna fundamental.

Vale a ressalva de que a tecnologia do uso de dados e algoritmos pelo TikTok para seleção dos conteúdos reproduzidos parte de um mapeamento dos interesses dos usuários, reproduzindo cada vez mais conteúdos semelhantes, criando bolhas de



afinidades e ideias personalizadas para cada usuário. Em um cenário de isolamento afetivo e adoecimento mental de pessoas trans* (SENNA, 2021) como produtos da transfobia cis-temática, as redes sociais se tornam, dessa forma, cada vez mais importantes enquanto lugares de identificação com outras pessoas que partilham de vivências similares, possibilitando a formação de comunidades, a troca de experiências e, em última instância, a sensação de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ESPINOSA, B. Spinoza. *Ética*. 2a edição. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FISCHER, Rosa M. B. Foucault a análise do discurso em educação. *Caderno de pesquisa* (114). 2001. Acesso em: < <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>>

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*; tradução Eliana Aguiar. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 p.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SENNA, Ariane Moreira de. *A Solidão da Mulher Trans, Negra e Periférica. Uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal*. 2021.

“ATIVISMO GAY AUTÔNOMO”, “RESISTÊNCIA GAY”, “IGREJA DE SANTA CHER NA TERRA”: NARRATIVAS SOBRE CORPO/ SEXUALIDADE DO ATIVISMO GAY NO FACEBOOK

Investigação realizada em Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (CNPq/Unifap)

Antonio Sardinha
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB/Unifap)

Ivo Pantoja Medeiros
Universidade Federal do Amapá (Unifap)

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar as narrativas ativistas presentes nas páginas da rede social Facebook nominadas como “Ativismo Gay Autônomo”, “Resistência Gay” e “Igreja de Santa Cher na Terra”. Por meio da etnografia virtual, buscamos compreender as contradições e delineamento dos ativismos LGBTQIA+, em torno da ideia de corpo e sexualidade, a partir dos embates entre homens gays cisgêneros e homens transgêneros no ciberespaço, considerando a perspectiva da Teoria Queer. Como conclusões gerais, destacamos que a heteronormatividade ainda é vista como um comportamento hegemônico, inclusive, entre os ativistas LGBTQIA+. Essa reprodução, presente em algumas das páginas, acaba por provocar a exclusão/cancelamento virtual-social de quem discorda de uma ‘homossexualidade compulsória’. A lógica dos gêneros não só é vista, como apreendida e imposta como uma corrente estrutural, onde pouco se discute a possibilidade de separação entre o corpo, gênero, afetividade e desejo nesta modalidade de ativismo digital estudada.

Palavras-chave: Ativismo digital; cisgeneridade; transexualidade. Teoria Queer; Facebook;

INTRODUÇÃO

Partimos da reflexão e problematização em torno dos dispositivos de Corpo, Gênero e Sexualidade (FOUCAULT, 2019) apresentados pela perspectiva teórica queer (BUTLER, 2015; 2014.; MISKOLCI, 2017) e interpretações em torno da expressão de gênero e das sexualidades, especificamente da constituição das identidades de gênero e da afetividade dissidentes em contextos de heteronormatividade (LOURO, 2018; PELÚCIO, 2014; BENTO, 2006; PEREIRA, 2012; TREVISAN, 2018; PRECIADO, 2018).

Epistemologicamente, pontuamos que ao contrário do método socioantropológico construtivista que orienta a produção teórica em torno do corpo, gênero e sexualidade, os estudos queer detêm o olhar da desconstrução, um pensamento que nas palavras de Sara Salih (2015) “tenta solapar as bases da metafísica ocidental, ao questionar e dissolver as oposições binárias”. (SALIH, 2015, p. 34). Por essa razão que os estudos queer, assim como o movimento político oriundo deles, não observam sob um único modo a existência dos sujeitos e a constituição dos fenômenos e, conseqüentemente, opera sob uma via desconstrutivista para problematizar discursos de uma metafísica ocidental, eurocentrada e heteronormativa, com o intuito de desobstruir lógicas/ categorias binárias como: nós/eles; ausência/presença, hetero/homossexualidade; masculino/feminino; biológico/cultural, entre outras categorias potentes para (de) marcar sentidos teóricos para vidas e sujeitos empiricamente situados.

Nesse contexto, ao situarmos o poder da heteronormatividade como um regime político, capaz de gerir discursiva e por lógicas relacionais de poder as subjetividades, pontuamos como essa mecânica de produção de corpos articulada a dispositivos descentrados, mas organicamente posicionados nos espaços e esferas formais e não formais de vigilância e controle estão, contraditoriamente, operando e constituindo discursos em torno do corpo e da sexualidade entre os próprios sujeitos do ativismo LGBTQIA+ nas arenas e espaços digitais de disputa para um sentido/papel/performance para corpos dissidentes (mas nem tanto).

Por essa razão, optamos em investigar nos espaços de ativismo de digital LGBTQIA+ da rede social Facebook três páginas, que não só se distinguem no modo como operam seu ativismo, mas como se relacionam/comunicam entre si, com embates e tensionamentos em um (inter)ativo ativismo, assim caracterizando, que expõem as porosidades e opacidades de discursos ativistas entre gays cisgêneros e homens transgêneros no ciberespaço. Optamos, nesse contexto, pela análise netnográficas (HINE, 2004; AMARAL, 2010) de três páginas presentes na rede social Facebook: “Ativismo Gay Autônomo”, “Resistência Gay” e “Igreja de Santa Cher na Terra”.

MÉTODO

O ponto de partida para coleta e análise é a maneira como essas três páginas produzem narrativas sobre a projeção de uma identidade homossexual, quando esta se distancia do padrão da cisgeneridade. Antes de seguirmos com a apresentação do método, cabe descrever resumidamente sobre as três páginas virtuais estudadas:

a) Criada em 23 de julho de 2016, a página “Ativismo Gay Autônomo” já passou por três modificações em sua nomenclatura, de “Cartazes e Tirinhas LGBT 2.0” para “Movimento LGBT” e esta para “Ativismo Gay”; voltada, exclusivamente, à defesa de direitos de homens homossexuais. Durante o período de pesquisa, a página foi excluída do espaço virtual. Através da observação não participante, percebeu-se, por meio de seus seguidores que, em julho de 2019, “Ativismo Gay Autônomo” recebia denúncias por transfobia, chegando à extinção, em razão da incompatibilidade de sua conduta com a política da rede social Facebook. Ainda assim, a coleta de materiais durante sua existência serviu de objeto para considerações pertinentes.

b) “Resistência Gay” é muito parecida com a página anterior. Por esse motivo, muitos seguidores migraram quando “Ativismo Gay Autônomo” foi excluída do ciberespaço. Ela se define por ter viés apartidário, voltada ao empoderamento de homens gays, e tem o objetivo principal de resgatar a cultura e história da comunidade gay.

c) “Santa Cher” é a única página virtual que tem seu administrador informado nominal, ou seja, a página não se detém de anonimato para alimentá-lo com postagens, diferente das demais. Fundada em 31 de agosto de 2015, “Igreja de Santa Cher na Terra” possui um público de 187 mil seguidores, com atualizações periódicas que variam entre dois e três dias. É uma página com mais diversidade de debates (aporta a perspectiva da interseccionalidade no tratamento de temas) e diversidade de sujeitas e sujeitos LGBTQIA+.

Através da observação não participante, a pesquisa percorreu um período de coleta que durou cerca de quatro meses (março a junho de 2019) nos materiais da primeira página “Ativismo Gay Autônomo”, quando ela ainda existia. Com sua extinção, o trabalho readaptou a análise de dados para as páginas “Resistência Gay” e “Igreja de Santa Cher na Terra”, com duração de sete meses (junho de 2019 a março de 2020). Ao longo dos meses, a observação não seguia um horário de análise específico, uma vez que os administradores alimentavam suas páginas em turnos distintos. A coleta de dados se deu por meio de prints, imagens salvas naquele momento da discussão entre os internautas. A princípio e, durante certo tempo, o trabalho se preocupava em entender o ‘efeito polêmica’ de cada postagem e de que modo este efeito afetava seus seguidores, como por exemplo, a repercussão de notícia de homofobia ou a conquista

de espaços públicos por pessoas transgêneros. No entanto, percebeu-se que estes episódios eram meras ramificações para a discussão de assuntos centrais que eram sempre predominantemente e circulares (sempre retomados). Tais assuntos estruturavam o conjunto das postagens. Logo, esses eixos principais passaram a ser observados com mais atenção, não só por serem centrais, mas também porque eram recorrentes em debates de natureza distinta.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Optou-se por uma observação sem estímulos do pesquisador, ou seja, um lurking (ORGADI apud AMARAL, 2010) – adentrar nas comunidades virtuais sem participação ativa. Nesse percurso netnográfico, foram identificados três eixos (assuntos centrais) que, em onze meses de análise, monopolizaram as postagens: (1) percepções essencialistas de sexo, gênero e sexualidade; (2) dissidência do movimento lgbtq+, e (3) “gayfobia”. Para as páginas, a extinta “Ativismo Gay Autônomo” e “Resistência Gay”, sexo, gênero e sexualidade são categorias sem articulação e, portanto, funcionais, na medida em que não interferam necessariamente nas relações afetivas e sexuais. Além disso, para essas páginas, torna-se muito mais simples separar o “G” dos demais acrônimos, inclusive ao se referir em discriminação (terceiro eixo, “gayfobia”), do que aceitar a ideia de uma homossexualidade pautada na socialização, na relação afetiva e não estritamente refém de uma dimensão erótica/sexual. Em sentido contrário, o administrador de “Igreja de Santa Chér na Terra” acredita na sexualidade a partir de um conceito amplo de sociabilidade (dimensão cultural) ao discutir a constituição da identidade homossexual, pois há recortes suficientes para compreender que sexo, gênero e sexualidade não seguem a lógica dos gêneros inteligíveis (BENTO, 2011) e, portanto, essencialista. Neste caso, homens trans gays e mulheres trans lésbicas importam para o debate. É importante destacar que há uma limitação muito significativa da página “Resistência Gay”, quando o assunto são os modos de reprodução da masculinidade. Apesar da página focar na luta pró-homossexualidade em combate, principalmente, à heterossexualidade compulsória, a concepção essencialista e biológica se torna centro de argumentação tanto dos administradores, quanto dos usuários. Há um eixo central, de todos os que já foram analisados até o momento, que chama atenção para uma página de ativismo por direitos e reconhecimento: o destaque do eixo se dá não pela recorrência das narrativas em torno dele, principalmente em “Resistência Gay”, mas pela própria criação da palavra. Não se sabe, de fato, quem cunhou o termo “Gayfobia”, no entanto, já é legitimado por toda a página - administradores, seguidores e até mesmo visitantes. Além disso, a expressão é centro de desentendimentos e conflitos com a “Igreja de Santa Chér na Terra”. De modo geral, tem-se conhecimento por “Resistência

Gay”, da existência do vocábulo “homofobia”, mas todos preferem utilizar a “gayfobia” como toda discriminação direcionada, especificamente, aos homens homossexuais e cisgêneros. Esse embate (em torno de um caracterizada “gayfobia”) é o que mais gera tensões entre as páginas e polariza um debate sobre “masculinidade legítima”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se constata nas páginas é exatamente o que os estudos queer tentam problematizar: uma identidade lida como universal, mesmo que dentro da comunidade LGBTQIA+. Há um embate na esfera digital de ativismo construída por essas páginas estudadas em torno da ideia de sexo, gênero e sexualidade, que tem como parâmetro hegemônico, o padrão cisheteronormativo, fonte primeira dos conflitos nesses espaços ativismo digital analisados. O processo de estigmatização de gays transgêneros no ciberespaço, a interdição sobre outras formas de pensar e experienciar a masculinidade (por homens trans, por exemplo), a contradição de reivindicar direitos pela lógica (in/ex) cludente nos espaços ativistas LGBTQIA+, são todas questões que destacamos no estudo realizado. A lógica dos gêneros inteligíveis (Bento, 2011) encontra-se enraizada contraditoriamente, nas narrativas ativistas, que por sua vez, em alguma medida estrutura a lógica cartesiana de organizar e hierarquizar, pela dicotomia, os marcadores sociais de diferenciação, como são sexo, gênero e desejo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. Revista USP. São Paulo, n. 86, p. 122-135. Junho- agosto. 2010. BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. _____. Regulações de Gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 42, págs. 249-274, jan/jun. 2014.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- HINE, Christine. Etnografia virtual. Colección Nuevas Tecnologías y Sociedad. Barcelona: Editorial UOC, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora e Argos, 2018.
- MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 3 ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. Revista Florestan Fernandes, São Carlos-SP, Dossiê Queer, n. 2, p. 26-45. 2014.



PEREIRA, Pedro P. Gomes. Queer nos trópicos. Contemporânea, Dossiê Saberes Subalternos, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, págs. 371-394, jul/dez. 2012. PRECIADO, Paul B. Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era armacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. 1. ed.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. rev. atual e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E A DIVERSIDADE DE GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Artigo Científico

Camilo Rocha Brito
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Camilorocha491@gmail.com

Gessica da Silva Pereira
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Euvânia Máira Silva Moura
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa que tem como intuito discutir e analisar como são abordadas no livro didático de Geografia as questões relacionadas à diversidade de gênero. A pesquisa faz uso do método quali-quantitativo com base na análise do livro didático de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental II, intitulado: “Geografia: Território e Sociedade”, dos autores Branco, Lucci e Fugil (2020). Deste modo, o artigo buscou apresentar como a Geografia pode nos ajudar a entender a relação entre gênero e espaço. Como resultado, constata-se a importância de se trabalhar conteúdos relacionados a gênero no âmbito escolar, a fim de desconstruir e reconstruir concepções e valores apresentados, contribuindo substancialmente para romper estereótipos e valorizar a diversidade. A partir desses resultados podemos concluir que, embora haja essa necessidade de estudar conteúdos relacionados a gênero no livro didático, isso ainda é bastante restrito no meio escolar.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino de Geografia; Gênero.

INTRODUÇÃO

Estudar a literatura sobre a diversidade de gênero no livro didático de Geografia é extremamente pertinente, visto que, na atualidade, questões ligadas a essa temática têm ganhado destaque na sociedade, assim como nos meios de comunicação. Este estudo utilizou-se de conceitos teóricos para analisar como a diversidade de gênero vem sendo trabalhada no ensino de Geografia, mediante o livro didático da disciplina no 7º ano do Ensino Fundamental II, nesse sentido, vale ressaltar que essa discussão é embasada em pesquisas bibliográficas de autores que estudam a temática.

Pontua-se que este escrito ganha grande relevância à medida que nos permitiu evidenciar o papel social e educacional da ciência geográfica e, além disso, discutir as intervenções políticas, ideológicas e econômicas sofridas pelo livro didático e refletidas na formação sócio geográfica dos discentes. Deve-se destacar que este trabalho não é relevante apenas para seus autores, mas também para graduandos e graduados em Geografia, bem como à comunidade escolar, por apresentar uma visão crítica e embasada cientificamente, dando subsídios para o entendimento da problemática abordada.

Nesse sentido, atentamos que estudar a diversidade de gênero é discutir essencialmente com a vida real, sendo dificultoso falar de gênero sem apresentar as influências políticas, econômicas e sociais, assim, quando relacionamos gênero à educação, é possível atentar que a escola pode produzir e/ou reproduzir as desigualdades de gênero, sobretudo nas representações dos materiais didáticos usados em sala de aula.

Assim, buscamos compreender e discutir se, ou como, estão sendo abordadas as questões ligadas à diversidade de gênero neste material didático, distribuído às escolas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e que está sendo utilizado na rede pública de ensino do município de Ibiassucê - Bahia, especificamente na escola Centro Educacional de Ibiassucê (CEI).

MÉTODO

O presente trabalho tem como objetivo primordial analisar como o livro didático de Geografia aborda a diversidade de gênero, diante disso, fez-se necessário em primeiro momento buscar por meio de uma revisão bibliográfica concisa subsídios teóricos que possibilitassem fomentar uma discussão a respeito de como a disciplina escolar Geografia aborda as questões de gênero frente ao livro didático, que se configura como um dos principais instrumentos utilizados no processo de ensino-aprendizagem

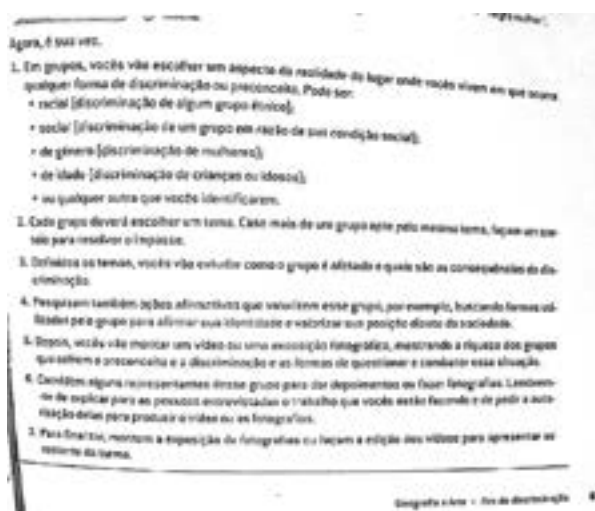
da educação básica pública brasileira. Para tanto, foram consultados autores como: Tonini (2002), Mello (2002), Madri (2019), Oliveira (2014), entre outros.

Posteriormente, foi escolhido como objeto de estudo o livro didático de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental II, intitulado: “Geografia, Território e Sociedade” dos autores Branco, Lucci e Fugil (2020), que vem sendo utilizado na rede pública de ensino do município de Ibiassucê- Bahia. A fim de se obter uma investigação crítica adotou-se a abordagem de análise Quali-Quanti, possibilitando reflexões para além do dado quantificado. Neste sentido, buscou-se examinar o número de vezes que este material discutia a diversidade de gênero e como isso ocorria, verificando se era forma explícita ou não, e se contribuía para reforçar ou destruir estereótipos preconceituosos a respeito da comunidade LGBTQIA+.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O livro aborda de forma mínima alguns pontos como nas páginas 113 e 114, onde são apresentados os textos “Desigualdade racial: que final você quer para essa história?” e “Mulher negra avança no social, mas segue distante no trabalho e na política”. Na lauda de número 82, outro texto vem à tona, denominado: “Fim da discriminação”, porém, o texto relata um projeto voltado ao combate exclusivo do preconceito racial, já na página seguinte, é proposta uma atividade que visa a identificação local de algum tipo de discriminação e a produção de um vídeo ou produção fotográfica a fim de levar conhecimento e combater o preconceito, no entanto, em relação a gênero, entre parênteses se destaca a discriminação de mulheres.

Figura 01 - Atividade sobre discriminação proposta no livro didático de Geografia.



Fonte: Lucci, Branco e Fugil (2020, p. 83).

Na Figura 01, chama-nos a atenção o fato de que no ponto três da questão 1, entre parênteses, os autores classificam o preconceito de gênero apenas como discriminação de mulheres. Tal ação, junto com as imagens que retratam somente homens e mulheres em momentos de lazer e trabalho, intensificam ainda mais o paradigma de gênero ser restrito somente a homens e mulheres, e ainda mais, atrelam o preconceito de gênero somente a mulher, o que anula atos de discriminação, violência, exclusão, sofrimento e homicídios que diariamente a comunidade LGBTQIA+ enfrenta.

Mas, como dito anteriormente, o livro didático não é neutro, ele traz consigo uma ordem de discurso ideológico, onde os interesses de determinados segmentos sociais se fazem representados: “considero o livro didático como um dispositivo cultural, marcado por discursos didáticos e pedagógicos, negociados e hibridizados com discursos de ordem econômica e política”. (ASSUMPÇÃO, 2016, p. 43).

Esta obra traz textos que abordam o preconceito racial e os avanços conquistados pela mulher negra, bem como o que ainda falta avançar, mas não dá o destaque necessário à diversidade de gênero, nesse sentido, “as narrativas dos livros didáticos podem incluir grupos historicamente discriminados e excluídos, mas, contraditoriamente, produzem silenciamentos significativos”. (ASSUMPÇÃO, 2016, p. 45).

Essa supressão de questões sociais contribui com a perpetuação de posturas machistas, homofóbicas, transfóbicas, bifóbicas e discriminatórias. E vai além disso, impacta também a formação dos educandos, que não são estimulados a abrirem o pensar e enxergar o mundo através do óculo das diferenças e do respeito. Portanto, os docentes não devem restringir sua prática pedagógica ao uso do LD, buscando fontes alternativas que auxiliem a construção do saber.

Sendo assim, a presente pesquisa apresenta grande relevância à medida que chama a atenção para o processo de interferências políticas, ideológicas e econômicas que permeiam a elaboração e a escolha dos livros didáticos, assim como desperta a necessidade do uso crítico-reflexivo desse material didático pelos professores,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático é a principal ferramenta de transmissão dos saberes escolares, refletindo ideologias dominantes, estereótipos, interesses políticos, configurando-se como item lucrativo para o mercado editorial. Nessa perspectiva, é evidente que o assunto é delicado e deve ser analisado cuidadosamente, refletindo-se sobre os discursos historicamente construídos em torno das questões de gênero. A nossa intenção com esse estudo é mostrar o quanto o livro didático de Geografia é um veiculador de saberes e ideias, mas, ao mesmo tempo, despertar um olhar crítico em relação ao seu uso em sala de aula.



Assim, procuramos, por meio da análise do livro didático de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental II, intitulado: “Geografia: Território e Sociedade”, dos autores Branco, Lucci e Fugil (2020), levantar a discussão sobre a necessidade de romper com os efeitos de um discurso de neutralidade que construiu as lacunas existentes entre a diversidade de gênero e a ciência geográfica, reforçando as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Higor Luís Alvarenga de. **Narrativas do branco nas imagens do livro didático Expedições Geográficas do 7º ano**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LUCCI, E. A.; BRANCO, L. A.; FUGIL, W. **Geografia: Território e Sociedade**, 7º ano: ensino fundamental, anos finais. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MADRID, Camila. Gênero Como Conteúdo Nas Aulas de Geografia Na Educação Básica. In: XIV Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2019, Campinas. **Anais eletrônicos** [...] Campinas: UNICAMP, 2019. p. 181-191. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2877>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MELLO, T. A.; TONINI, I. M. Uma Questão de Gênero - Onde as Imagens Territorializam. In: I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade, 2018, Maceió. **Anais eletrônicos** [...] Maceió: A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO ÂMBITO IBEROAMERICANO: contextos e perspectivas, 2018. v. I. p. 1-657. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/educacaogeografica/article/view/4463>. Acesso em: 18 abr. 2021.

OLIVEIRA, Wilderlane Costa de. **Identidades de gênero e currículo: o discurso veiculado nos livros didáticos**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

A REDENÇÃO PATERNA NO CINEMA CATÁSTROFE NORTE-AMERICANO NA ERA BUSH/CHENEY (2001-2009).

Daniela de Paula Gomes – USP

Leonardo Teixeira de Freitas Ribeiro Vilhagra - UFES

danielapaulagomes@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta objetiva evidenciar as tensões sociais, políticas e os conflitos discursivos da era Bush/Cheney, nos Estados Unidos, através de análise de três filmes pertencentes ao chamado Cinema Catástrofe norte-americano dos anos 2000: O dia depois de amanhã (2004), de Roland Emmerich; Guerra dos Mundos (2005), de Steven Spielberg; e Fim dos Tempos (2008), de M. Night Shyamalan. Nosso corpus foi estabelecido a partir do exame da jornada do herói masculino nesses filmes ressaltando a sua relação com o núcleo familiar tradicional, com os paralelos que estabelece com as resoluções da catástrofe e na mobilização de representações de masculinidades específicas como modelo ideal a ser restabelecido. Como procedimento de análise, compreendemos esses filmes em sua dimensão histórica, enquanto documentos/monumentos capazes de fornecer testemunhos sobre o tempo e lugar que os conceberam.

Palavras-chave: Cinema Catástrofe; História do Cinema Norte-americano; Cinema e História.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, analisaremos filmes catástrofes norte-americanos no período que compreende os dois mandatos presidenciais de George W. Bush e seu vice Dick Cheney, de 2001 a 2009, discutindo estruturas narrativas que ressaltam a redenção paterna do protagonista em um ambiente de instabilidade social proporcionado pela catástrofe. Abordaremos universos cinematográficos de destruição que convergem com um ideal de restauração do mundo e apresentam um viés ideológico conservador em finais que propõem o reestabelecimento moral da sociedade.

Percebemos o processo de regeneração do mundo nessas narrativas associados à jornada de indivíduos masculinos construídas com um propósito de restabelecimento de um núcleo familiar, composto por pai, mãe e filhos - estrutura que é reconhecida como tradicional desde o pós-guerra nos Estados Unidos. O reforço paternalista nas produções que compõem nosso objeto é discutido a partir da percepção de uma abordagem familiar, nuclear e tradicional. Linda Nicholson, em *The Myth of the Traditional Family* (2016) discute as categorias utilizadas para as definições de família que criam dicotomias como “tradicionais”, “alternativas” e que ditam as percepções culturais sobre a constituição familiar. A autora parte de uma perspectiva de gênero para discutir a composição nuclear familiar, composta por pai, mãe e filhos, mas estrutura a discussão a partir de uma análise da historicidade do conceito de família.

A maneira como reconhecemos a família hoje difere do modo como percebíamos essa categoria no passado. Nossa percepção emerge de transformações sociais, que a autora identifica como originárias, para o ocidente, em processos que se iniciam no oeste europeu e norte-americano durante os séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, enquanto no final do século XIX tais transformações resultaram em um ideal de vida familiar em conformidade grosseira com a versão de família de hoje, foi apenas no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial que uma forma específica desse ideal se transformou em um fenômeno de massa, particularmente nos Estados Unidos. (Tradução nossa) (NICHOLSON, 2016, p. 27).

As transformações econômicas, sociais e culturais do pós-guerra tornaram novas categorias de família populares. Um novo estilo de vida familiar, relacionado a uma percepção nuclear de família, não incluía avós, tios, primos. Essa observação histórica leva a autora a argumentar que as categorias que definem as famílias enquanto “tradicionais” ou “alternativas” não funcionam apenas como uma distinção, mas como uma força normativa. E nessa pesquisa, essa argumentação é essencial. A restauração do mundo, a regeneração pós-catástrofe ocorre em paralelo ao resgate do núcleo familiar. Nos filmes observados, esse núcleo é introduzido como desintegrado, separado, não ideal. E a jornada do herói é concebida como uma proposta de resgate e, portanto,

regeneração social a partir desse retorno a um conceito tradicional e conservador de família.

Também, é importante associar a discussão proposta por Nicholson aos trabalhos sobre o conceito de “masculinidades hegemônicas”, de certa maneira, popularizado pelos estudos de Raewyn Connell, especialmente no clássico livro “Masculinidades”, publicado em 1995. Isto porque, ao apresentarmos uma análise que discuta o reforço de uma figura paterna é preciso considerar as hierarquias de gênero que compõem a formulação da ideia de família tradicional. Sobretudo, compreendendo que a discussão de gênero nunca é “apenas contemplativa, mas sempre teve a ver com ações sociais” (tradução nossa) (CONNELL, 2005, p. 12).

A argumentação proposta no livro da socióloga Connell se baseia em pesquisas empíricas empreendidas com o objetivo de apresentarem a construção das masculinidades através de definições específicas. Assim, trazemos de seus estudos a observação das masculinidades como uma construção social que é percebida através da compreensão do homem e das relações de gênero, buscando com isso ir além da ideia de “papeis de gênero”. Assim, mais do que observar o ideal tradicional de família pensando as hierarquias de gênero que alçam os homens a provedores e salvadores, objetivamos pensar as relações estabelecidas socialmente que possibilitam essa estrutura de se tornar predominante ideologicamente na cultura cinematográfica.

A formulação do nosso problema de pesquisa tem início com a observação de que esses filmes catástrofes lançados nos anos 2000 manifestam uma constância na construção de estruturas narrativas com ênfase na redenção da figura paterna em ligação direta com a recuperação do mundo (ou a sua regeneração em uma nova sociedade). Nossa hipótese inicial é a de que os filmes catástrofes indicam um imaginário conservador centrado na figura masculina, como projeto de redenção moral de uma sociedade que lidava, no período, com anseios em relação ao clima, ao meio ambiente, à uma forte militarização e a uma empreitada de enfrentamento ao terror (guerra ao terror) materializado no inimigo externo (estrangeiro). E ela se estabelece a partir de um olhar analítico e crítico aos filmes, relacionado com outros documentos sobre o contexto que pretendemos analisar.

MÉTODO

A proposta aqui apresentada estabelece como principal procedimento metodológico a percepção do filme em sua dimensão documental. E relaciona, a partir desse viés, a análise fílmica, de seu específico fílmico portanto, com uma visão monumental do filme. A particularidade do olhar do historiador permite uma análise fílmica que não se encerre em um ponto de vista estético, mas, sobretudo, que se interessa pela “história

que esse processo analítico permite reconstituir” (TROVÃO; MOLL NETO, 2020, p. 2). Assim, ao procurarmos desnudar certas estratégias narrativas que compõem as jornadas das personagens nos filmes de catástrofe, pensamos em uma aproximação com os estudos de Cinema e História que considerem a utilização do filme, em suas análises, como modos de “fazer aparecer a complexidade das representações nas quais se embaraçam tentativas de sedução ou de enquadramento ideológico” (LAGNY, 2009, p. 105). Cinema é construção e revelação, como pontua Mônica Kornis em livro clássico sobre as relações entre Cinema, Televisão e História: “diante da realidade, existem uma escolha, pontos de vista, montagem e mise-en-scène” (KORNIS, 2008, p. 13).

A análise fílmica é pensada em termos da decomposição dos filmes, separando suas estruturas narrativas e observando os usos das convenções do gênero em suas relações com o conteúdo exposto. Decompor para recompor, para associar o conteúdo e a forma como ele é narrado. Procurando, nesse processo, observar as tensões sociais, os atravessamentos ideológicos, as reverberações de crise e tensões que constituem o filme.

E aqui, é significativo retomar a proposta de Douglas Kellner de “leitura diagnóstica” dos filmes. Importante estudioso estadunidense da teoria crítica nos estudos de mídia, Kellner propõe uma análise fílmica que estabeleça um movimento claro com o contexto de produção dos filmes e, sobretudo, com o contexto do qual parte o pesquisador. Assim, discutir pontos de vista sobre a realidade que os filmes procuram representar a partir de uma leitura crítica dos produtos midiáticos, dinamiza nossa abordagem metodológica para além da perspectiva histórica.

Em um segundo momento, a análise fílmica passa a ser realizada de modo comparativo. Pensamos em um universo discursivo, delimitado em tempo e espaço, que apresenta um ciclo de produções de cinema catástrofe que estão em diálogo constante. Pelo olhar do pesquisador, que estabelece as conexões e elabora as categorias de análise. Mas, especialmente, pelas semelhanças que se apresentam pela dimensão histórica, contextual, combinando, assim, as relações entre o pesquisador e o objeto, mas, sobretudo, as relações dos filmes entre si. Porém, relacionamos a esse processo comparativo um olhar que dê conta das dimensões temporais explicitadas no processo de análise dos filmes. Trazendo como complementação, portanto, a compreensão do filme enquanto um documento/monumento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento, iniciamos a análise do “O Dia Depois de Amanhã”, de 2004. Nesse processo analítico inicial, mobilizamos algumas categorias específicas para conseguir compreender os discursos mobilizados no contexto específico em



que o filme foi produzido. Assim, mobilizamos a discussão sobre as representações das masculinidades enquanto um ideal pedagógico moral a partir do contraponto da representação da figura do presidente dos Estados Unidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da década, um novo ciclo de Cinema Catástrofe se introduz, nos Estados Unidos. Até 2004, poucos foram os filmes que trataram com grandes desastres, especialmente esses que se passam no próprio território estadunidense. O filme de Emmerich inaugura, como blockbuster, o retorno ao gênero. E apresenta um novo plot, com protagonistas renovados e com um discurso patriarcal e marcadamente conservador que irá se estender até 2009, final do período de análise de nossa tese.

Até o final do mandato presidencial de Bush-Cheney, muitos foram os pais protagonistas que arriscaram tudo para recuperar a sua posição dentro de uma família nuclear nos filmes catástrofe. Jack Hall é precursor dentro desse novo contexto e ciclo e, dentre eles, é aquele que também acaba participando ativamente das discussões sobre o desastre que acomete a humanidade. Nos dois filmes subsequentes, outras características acabam se sobressaindo. E os pais, agora com outras profissões, se aproximam mais do homem comum norte-americano. Ou, pelo menos, em processo de se tornar esse homem. E representam, sobretudo, uma parcela muito específica. Ditam uma imagem, confirmam um discurso: são homens brancos, pais que se distanciaram dos filhos por alguma falha, de classes trabalhadoras, mas que resistem à todas as adversidades por seus filhos e família.

REFERÊNCIAS

CONNELL, Raewyn W. **Masculinities**. Los Angeles, California: University of California Press, 2005.

NICHOLSON, Linda. The Myth of the Traditional Family. In: NELSON, Hilde Lindermann. **Feminism and Families**. New York: Routledge, 2016.

KELLNER, Douglas. **Cinema Wars: Hollywood film and politics in the Bush-Cheney Era**. Wiley-Blackwell, 2010.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de História. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. **Cinematógrafo: um olhar sobre a História**. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009.

A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO FILME “VENHA COMO VOCÊ É” (2019), DE RICHARD WONG

Comunicação Oral – Trabalho Finalizado

Diego Monteiro Gomes de Campos – UFABC

cmg2209@hotmail.com

SOUZA, D dos S. – IFAL

RESUMO

A Pessoa com Deficiência (PcD) sofre inúmeros preconceitos, principalmente em relação a sua sexualidade, seja por serem vistas como não atraentes, infantilizadas, hiperssexualizadas ou assexualizadas. Este trabalho se justifica pela necessidade de fomentar abordagens sobre a sexualidade de PcD's e estudar a desconstrução de conceitos estereotipados. Para isto, objetiva-se verificar como a sexualidade das PcD's é retratada no filme “Venha como você é” (2019), de Richard Wong, que conta a história de três PcD's e como elas se relacionam com a sua sexualidade. O método utilizado será o levantamento bibliográfico, utilizando na análise do filme. A narrativa fílmica mostra as dificuldades que as PcD's possuem em se envolver sexualmente em função de questões familiares e sociais, apresentando como a visão sobre sexo se modifica no decorrer da película e discutindo as abordagens sobre os desejos sexuais das PcD's. Normalmente, tal discussão não considera sexualidades diferentes da cis-hétero.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Sexualidade, Cinema.

INTRODUÇÃO

A inclusão efetiva das Pessoas com Deficiência (PcD's) é algo recente em nossa história, principalmente no Brasil. Na Europa, em especial na Inglaterra, os movimentos para evidenciar a passagem da visão do modelo médico (no qual a pessoa possui um problema e deve se adaptar ao meio) para o modelo biopsicossocial (no qual percebe-se o meio como inacessível) iniciaram na década de 70. Aqui, no território brasileiro, tem-se somente, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 2015).

Se, por um lado, há discussões e tentativas de inclusão de PcD's, em outra perspectiva, existe um assunto ainda não muito abordado: a sexualidade destas pessoas, em grande parte invisibilizada. Muitas vezes, o senso comum trata e percebe a PcD de forma infantilizada, como alguém sem desejos sexuais, que a sua deficiência vetou o pensamento e as vontades sobre sexo e/ou que outras pessoas somente terão relações com PcD's para abusarem delas/es ou usando-as de forma fetichizada.

Diversas/os autoras/es destacam que a invisibilidade da sexualidade das PcD's é oriunda de diversas questões como barreiras físicas e sociais, tal qual preconceitos e tabus (SILVA & ALBERTINI, 2007; MAIA & RIBEIRO, 2010; GESSER & NUERNBERG, 2014). MAIA & RIBEIRO (2010) salientam algumas ideias estereotipadas associadas à sexualidade de PcD's: são pessoas assexualizadas ou hiper sexualizadas, são pouco atraentes, não conseguem usufruir do ato sexual e, no caso de tiverem filhos, não terão condições de cuidar deles.

Com isto, percebemos que uma das primeiras justificativas para este trabalho diz respeito ao fato de a inclusão de PcD's também incluir questões de sua sexualidade, normalmente excluída devido aos inúmeros preconceitos que sofrem pela expressão da sua sexualidade e do desejo sexual. Desta forma, outra justificativa é a necessidade de maiores abordagens sobre o tema do desejo sexual das PcD's, desconstruindo conceitos e manifestando a resistência sobre a invisibilidade que as PcD's sofrem em relação a sua sexualidade, haja vista que o primeiro autor é uma PcD que, em muitos momentos, teve sua sexualidade invisibilizada.

Para isto, este trabalho pretende analisar a sexualidade das PcD's abordadas no filme "Venha como você é" (*Come as you are*, em inglês), de 2019, dirigido por Richard Wong. No filme, três homens, com idades aproximadas entre 25 e 40 anos, virgens e com deficiência, resolvem viajar para um prostíbulo especializado no atendimento de PcD's. No decorrer da trama, eles enfrentam algumas situações e redescobrem a sexualidade, percebendo-a como mais abrangente que o ato sexual.

MÉTODO

Para o presente trabalho, será realizado um levantamento bibliográfico que, segundo Gil (2002), consiste na pesquisa bibliográfica como um levantamento em material já elaborado, principalmente em livros e artigos. Este levantamento será utilizado para uma análise do filme “Venha como você é”, verificando como a sexualidade das PcD’s é abordada em tela. As cenas serão selecionadas mediante ao seu elo direto com a temática discutida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início da película, são apresentadas as três personagens: Scotty (interpretado por Grant Rosenmeyer), um tetraplégico e Matt (Hayden Szeto), um paraplégico. Ambos possuem famílias extremamente protetoras. Há também Mo (Ravi Patel), que é cego. Os três possuem a sua sexualidade ignorada pela família e invisibilizada pela sociedade, apesar de demonstrarem uma grande vontade de fazer sexo.

No decorrer do filme, as personagens decidem ir, de forma escondida da família, para um prostíbulo no Canadá (eles vivem nos EUA) e contratam a enfermeira Sam (Gabourey Sidibe) para levá-los. Na viagem, as personagens passam por diversas situações: Sam se apaixona por Mo, as famílias de Scotty e Matt encontra-os no caminho, descobrindo o real motivo da viagem e permitindo-a e as personagens repensam sua sexualidade.

Na obra “Os Anormais”, Foucault (2001) traz uma transcrição de uma série de aulas que o filósofo ministrou no Collège de France, em que se destaca diversos grupos que são excluídos das instâncias de poder, citando o homossexual, o coxo, e outras aberrações (consideradas socialmente como tais). Isto ocorre evidentemente com a PcD, excluída das instâncias de poder, pois não se enquadra no padrão de normalidade destacada por Foucault. Quando falamos do desejo sexual de PcD’s, tal fato também é considerado anormal. A mãe de Scotty, ao descobrir, por exemplo, o verdadeiro motivo da viagem das personagens do filme, diz que nunca tinha pensado nisso, que não imaginaram que o filho tivesse essas vontades e desejos sexuais. Assim, reafirma-se o que Maia e Ribeiro (2010) refletem sobre o estereótipo do não desejo sexual que as PcD’s possuem. No entanto, o pai de Matt não o apoia pelo fato de considerar um absurdo o filho querer transar estando doente. Cabe salientar que Sam é a única personagem sem deficiência, que ao descobrir o real motivo da viagem, trata a vontade deles de transar com naturalidade.

Ainda dentro deste aspecto da normalidade, percebe-se uma diferença entre as PcD’s. Matt possui um corpo melhor definido e o movimento das mãos (ao contrário de Scotty). Além disto, ele não é negro e é o único que se relaciona. Desta forma, questiona-se também a padronização dos corpos, pois o corpo de Scotty é considerado não

funcional e o corpo de Mo, um corpo negro, o que nos dirige a pensar que há um ponto interseccional entre o corpo com deficiência e a negritude. Vale pontuar que os dois não possuem corpos atléticos.

Isto posto, observa-se que a reflexão das relações de uma PcD também se associa com a passabilidade que ela possui. Segundo Renfrow (2004), a passabilidade é a disposição de uma pessoa em ser considerada de algum grupo social, diferente do seu, visando melhor aceitação social ou utilizada como forma de autopreservação.

Portanto, a passabilidade reflete o quanto uma pessoa pode transitar entre grupos diferentes do seu, tendo características físicas/ biológicas, comportamentais e sociais padrão daquele grupo. Diante disto, muitas PcD's esforçam-se para se enquadrarem em padrões tidos como o que socialmente seria considerado o padrão, portanto, de pessoas sem deficiência, aumentando assim a sua passabilidade e diminuindo a carga de preconceito e discriminação que enfrentam. Apesar de o termo passabilidade ser muito utilizado pela comunidade LGBTQIAP+, essa expressão pode ser apropriada pelas PcD's para entender como o preconceito e a discriminação que sofrem.

Segundo Papim (2016), convencionou-se colocar o desejo sexual como algo que se desperta somente na adolescência. Contudo, esse fenômeno acompanha o ser humano por todas as etapas do seu desenvolvimento com formatos diferentes em cada etapa. No filme, percebe-se que, mesmo sendo adultas, as PcD's manifestam o seu desejo sexual que, muitas vezes, foi reprimido pela família e pela sociedade. Scotty e Matt fazem parte de famílias que os superprotegem e não entendem as necessidades sexuais deles, enquanto que, para Mo, a sua maior limitação é conseguir um encontro com uma mulher.

Dall' Agnol (2003) salienta percebe uma restrição de sexualidade com a dicotomia masculino e feminino, criticando esse processo e analisando como o contexto da sexualidade se modifica com o passar do tempo. Em todo momento da narrativa em tela, as PcD's buscam uma relação cis-hétero, reafirmando a dicotomia de gênero e como a sexualidade se modifica, compreendendo a ação de transar no prostíbulo como algo superficial e buscando relações mais profundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme "Venha como você é" busca mostrar como a sexualidade das PcD's é tratada de forma invisibilizada. Há poucas PcD's retratadas nas mídias, apesar de diversas estatísticas mostrarem que existem mais de 25% de PcD's no mundo (com diferentes deficiências). Levando em consideração essa atmosfera, o filme aborda uma temática importante e com pouca representatividade. Outro aspecto relevante são as dificuldades que as PcD's têm de se relacionar, não somente no aspecto atitudinal das/os parceiras/os, como da sociedade, além do aspecto físico (principalmente de PcD's



com limitação de movimento).

Outra questão essencial é que a história apresenta uma diversidade de personagens (negros, gordos, asiáticos), mostrando também que a diversidade de corpos não reside somente no ser ou não ser PcD, expressando que a normatização dos corpos está presente no corpo da PcD também.

Apesar de a temática ser relevante e pouco discutida, na película, as PcD1s não estão presentes, pois os atores principais não são PcD's. Além disto, em nenhum momento são abordadas sexualidades diferentes da cis-hétero, apoiando-se na normalização desta expressão da sexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 20 de julho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em 20 de julho de 2023.

DALL´AGNOL, R. de S. A sexualidade no contexto contemporâneo: permitida ou reprimida?. *Psic: revista da Vetor Editora*, 4(2), 26-31. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200004&lng=pt&lng=pt>. Acesso em 20 de julho de 2023.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. **Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2014, vol.34, n.4, pp.850-863. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-370000552013>>. Acesso em 20 de julho de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2002.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência**. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, 16(.2), 159-176, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S141365382010000200002>>. Acesso em 20 de julho de 2023.

PAPIM, A.A.P. Educação sexual de escolar com deficiência intelectual: desenvolvimento de software para mediação pedagógica. Em: *Anais do 7º Congresso Brasileiro de Educação Especial em São Carlos. Anais eletrônicos*. Campinas, Galoá. 2016. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee7/papers/educacaosexualde-escolar-com-deficiencia-intelectual--desenvolvimento-de-software-paramediacaopedagogica>>. Acesso em 20 de julho de 2023.

SILVA, L. C. A.; ALBERTINI, P. **A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida**. *Rev. Dep. Psicol., UFF*, 19(1), 37-48. 2007.

AS VIVÊNCIAS DE UMA ADOLESCENTE TRANS EM UM ESPAÇO ESCOLAR CONSERVADOR: UM ESTUDO SOBRE O FILME “ALICE JÚNIOR”

Ingride da Silva Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
estudante do curso de Ciências Sociais.
Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI) Desenvolvimento Regional
ingridedasilvaoliveira@gmail.com

Micaely Santos Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
estudante do curso de Ciências Sociais.
Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI)

Milena Azevedo Rodrigues
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
estudante do curso de Ciências Sociais.
Pesquisadora do Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI) Desenvolvimento Regional

RESUMO

Este resumo expandido tem por objetivo refletir sobre as vivências de uma adolescente transexual em um ambiente escolar marcado pela heteronormativa, demonstradas no longa-metragem Alice Júnior que é dirigido por Gil Baroni, cabe salientar que o filme é construído fugindo dos padrões cinematográficos de representar a comunidade lgbtqiapn+ sempre subalternizadas. Para desenvolver nossa reflexão, tomamos como referência os escritos do pensamento da autora Guacira Lopes Louro, que nos possibilitará uma investigação concreta sobre a pedagogia da sexualidade. Já a obra cinematográfica mostra a importância de romper com os padrões impostos pela sociedade patriarcal e LGBTfóbica e principalmente transfobia, sobretudo em espaços escolares.

Palavras-chave: Vivências; Alice Júnior; Sexualidade; lgbtqiapn+

INTRODUÇÃO

O longa-metragem *Alice Júnior*, é uma comédia brasileira dirigida por Gil Baroni, sendo que seu roteiro é de Luiz Bertazzo e Adriel Nizer Silva, o filme possui 90 minutos e foi lançado nacionalmente em setembro de 2019. Essa obra cinematográfica relata as vivências de uma jovem adolescente Youtuber transexual Alice Júnior (Anne Celestino Mota), que devido à profissão de inventor de fragrâncias de seu pai Jean (Emmanuel Rosset), que é solicitado pelo o laboratório que ele trabalha para que se mude por um tempo da cidade que reside no Recife, para o interior de Araucárias do Sul, Paraná, para estudar e desenvolver um novo tipo de perfume, com a Araucária Imperial, que é uma espécie típica dessa região, assim Alice tem que se descola com seu pai e iniciar uma nova vida em outro lugar.

O filme tem o intuito de dialogar com a comunidade que representa, mas também com as pessoas fora dessa bolha social. Assim, retratando as vivências de uma adolescente trans em um espaço escolar conservador, marcado pelo machismo, LGBTfóbico e principalmente transfobia, relatando as diversas violências que um corpo trans e lgbtqiapn+ sofre em ambientes escolares e instituições de ensino, dado que Alice Júnior a todo momento precisa corrigir seus professores por usar seu nome de registro (ou como se é falado nos dialeto da comunidade, seu nome morto) para usar seu nome social, ainda enfrenta as dificuldades de usar o banheiro feminino e outros direitos que são feridos no ambiente. Com isso, esse espaço escolar é marcado pela produção e reprodução de uma sociedade heteronormativa e da prática da violência institucional.

MÉTODO

O presente estudo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem o objetivo de entender por meio de uma análise de outros trabalhos acadêmicos para a compreensão precisa e a utilização de termos e conceitos, levando em consideração a observação e compreensão de uma obra cinematográfica *Alice Júnior*, para interpretar o fenômeno social demonstrado no filme. Portanto, além do longa-metragem, usamos como referência escrita da estudiosa de educação Guacira Lopes Louro, para melhor analisar o filme, assim o texto ainda pretende de forma crítica aborda os temas referentes à comunidade lgbtqiapn+, com a finalidade de informa a sociedade civil sobre a importância de debates esse tema, principalmente em instituições de educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se, na obra cinematográfica, como as pessoas pertencentes da comunidade lgbtqiapn+¹ passam a todo momento por situações de genocídio, existe uma violação dos direitos dessas pessoas e elas precisam o tempo todo estar se impondo e pedindo respeito, principalmente pessoas trans, que o que não é o caso da Alice, mas em sua maioria não recebem esse apoio em casa e a escola se torna só mais um lugar para sofrer violência, levando muitas vezes a evasão escolar por não se sentir acolhida pelo ambiente, visto que, desde o início todos os seus posicionamentos são vistos como algo carnavalesco e seus posicionamentos são ignorados e ridicularizados.

Ao chegar à nova escola, Alice Júnior é barrada pela diretora que dizia que Alice estava “fantasiada” e que deveria vestir roupas masculinas para entrar na sala de aula, essa cena demonstra o quanto Alice não estava sendo reconhecida tal como ela é, bem como, pelo fato de ser uma escola conservadora impondo por meio do uniforme uma regra na escola. Sendo assim, é notório a forma que as pessoas veem Alice, como um corpo estranho, em uma escola que somente a heterossexualidade é levada como referência.

Nessa cena, é perceptível que não era a roupa de Alice que estava inadequada a escola, mas sim a sua sexualidade que estava naquele momento sendo condenada e negada. Em consonância com o filme, vale ressaltar a educadora Guacira Lopes Louro que em sua obra intitulada “Corpo educado: Pedagogias da sexualidade” demonstra que a partir do século XX a sexualidade começa a ser compreendida não só como uma questão política, para além disso como social, através dos movimentos sociais tal qual o movimento negro e o gay. Dessa forma, a escola ela age como instituição de desigualdades e ordenamentos, como afirma Louro (1999, p.9): “O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos”. Isso se dá no filme da forma que a diretora age com Alice como se ela não pertencesse àquela escola e não fizesse parte do espaço conservador e a norma heterossexual criada pelos padrões culturais.

¹ A comunidade LGBTQIA+ e o mundo que ela representa vive em constante mudança e evolução. Ela nasceu primordialmente representada pela sigla GLS, que incluía unicamente os gays, as lésbicas e simpatizantes. Com a revelação de outras homossexualidades que ainda se mostravam distintas daquelas que eram representadas, novas siglas foram nascendo, novos termos e novos conceitos. Foi no ano de 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da comunidade. Posteriormente, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornaria a denominação oficial, conforme aprovado pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar novas homossexualidades, como o “i” de intersex, o “q” de queer e o “a” de agêneros e assexuados. Neste ensaio a preferência é pela sigla lgbtqiapn+,”no qual o “p” de pan e o “n” de não-binárias, já o “+”,vem a indicar a possibilidade da inclusão de novas homossexualidades. (BORTOLETTO, 2019, p.10-11)

Concomitante a isso, Louro (1999, p.9): “Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de forma sutis ou violentas, também distingue. Percebe-se nessa afirmação, como Alice em meio a essas classificações sofre uma separação tanto por sua aparência quanto pelo lugar que ela está inserida. Com isso, as outras formas de sexualidade que se distanciam da heterossexualidade a todo momento são punidas por serem consideradas não naturais e anormais.

De início na narrativa, nota-se que o personagem afeminado da escola não quer criar uma proximidade com Alice, segundo ele para sobreviver ao meio escolar. Porém, ao decorrer do filme quando ela o defende, passam a ser amigos, sendo que seus pais estão próximos também, seja por sua amiga e repórter da escola Viviane Amorim, que é lésbica e estar dentro do armário ainda (não se assumiu para a sociedade como lésbica), bem como das meninas cisgêneras que no começo, como demonstrado no filme teve um estranhamento, passam a apoiar Alice ao longo da narrativa tendo assim atos de sororidade com ela, principalmente no momento que Guilherme em uma festa retira a blusa dela, nesse momento todas as meninas também tiram a parte de cima do biquíni e pula na piscina em apoio a Alice. Com isso as cenas de sororidade entre os lgbtqiapn+ e mulheres fazem uma reflexão para pessoas que são consideradas minorias dentro da sociedade e que são corpos violentados todos os dias e que podem se unir para criar uma rede de apoio entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe salientar, que a obra cinematográfica não conversa com a comunidade somente através de suas adversidades e estereótipos, uma vez que, Alice não tem problemas nenhum com sua identidade de gênero (como a pessoa identifica-se, assim pode ou não corresponder ao sexo biológico) esse tema é retratado logo de início no filme com a frase pichada na parede “*Existem mais corpos do que você imagina, mulher com pinto e homem com vagina*”, pois ela sempre está em paz com o seu corpo, bem como sabe do seu papel social e político de ser uma mulher transgênero, sempre lutando pelos seus direitos. Alice sempre está acompanhada seja pelo apoio do seu pai e de suas amigas do Recife, ajudando-a nessa sua mudança de escola, no entanto percebe-se que Alice já espera pelo estranhamento de seu corpo desde o momento que ela fala que será mal vista ou alvo de qualquer jeito, relatando como pessoas trans tendem a se preocupar com questões que pessoas cis têm o privilégio de não se preocupar, e é nessa perspectiva que o filme vem também com a intenção de levar uma reflexão e questionamento para pessoas cis.

Ao analisar o longa, a vida acadêmica da comunidade homossexual são afetadas



diariamente, tornando o que era pra ser um ambiente de ensino em um ambiente de repressão e de traumas, por isso não pode fechar os olhos diante dessas violências ou não respeitar os limites e vontades dessas pessoas, pois por trás dessa não aceitação do diferente há um biopoder exercido para justificar essa violência seja ela verbal ou física que ao ser naturalizado e normatizado se legitima em uma biopolítica do controle desses corpos e isso deve ser combatido. Dessa forma, deve-se reconhecer que há esse controle, bem como, auxiliar na aceitação das diferenças, porque precisam ter o direito de existir respeitado. Assim como, aquele professor de História, evidentemente deixava Alice mais confortável em sua aula, toda a instituição deveria ter uma formação adequada e a consciência pessoal de apreender a lidar com as diferenças, somente dessa maneira esse ambiente se torne cada dia mais adaptado e pensado para diversos corpos.

REFERÊNCIAS

- BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+ identidade e alteridade na comunidade**. 2019. 32 páginas. Especialização em Gestão de Produção Cultural - Escola de Comunicação e Artes: Centro de Estudos Latino-Americano sobre Cultura e Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DIH FILMES. **Alice Junior**. You Tube 1 hora 25 minutos. Disponível em: <https://youtu.be/04dFQ58rwDU>. Acesso em 22 jun. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis. Vozes, 1987.
- LOURO, GUACIRA LOPES. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva, 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte 2000, 176p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em 25 jun.2023.

PRECIADO E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS MINORIAS A PARTIR DAS MÍDIAS SOCIAIS

Italanei Oliveira Fernandes

itaifbaiano@gmail.com

RESUMO

Questões sobre gênero, feminismo, empoderamento, teorias queer tem sido tema de diversos estudos, na busca por desconstruir vários conceitos, tabus, formas de ver a mulher e seu papel nos espaços sociais e frente à necessidade de abordarmos essas questões nos mais diversos contextos o presente trabalho objetiva uma breve discussão sobre a objetivação do corpo feminino, principalmente no que se refere ao corpo da mulher negra, e como as mídias sociais tem ajudado ou atrapalhado no reconhecimento e fortalecimento da identidade desses corpos. Para abordar a objetificação do corpo da mulher negra utilizarei textos de Paul B. Preciado, analisando em seus textos como o autor se refere as minorias e a forma que ele deixa claro a importância dessas minorias saírem das margens e virem para o centro da sociedade, para assim ressignificar a sociedade. Nesse momento em que o mundo parece viver um retrocesso, a sociedade precisa rever as formas de alinhar os discursos e fortalecer as discussões de gênero, feminismo, de respeito as minorias e as diversidades, para a formação de uma sociedade mais igualitária, justa e sem preconceitos, espera-se com isso que haja uma reflexão sobre a forma de ver essa mulher, que haja uma reflexão sobre a objetificação do corpo dessa mulher e que as questões de gênero, empoderamento feminino, teorias queer sejam livremente discutidas em todos os espaços midiáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Empoderamento; Gênero; Mídias; Ressignificação.

INTRODUÇÃO

Discutir questões de gênero, feminismo, teorias queer é uma tentativa de desenvolver instrumentos que levem as pessoas a pensar sobre suas posturas diante desses temas a refletir sobre os espaços na sociedade, sobre direitos, com o intuito de entender as mudanças e as dificuldades que ainda estão por vir, de modo que todos tenham segurança/autonomia de assumir o estilo de vida que escolherem, de maneira segura, com respeito e liberdade, sem rótulos, e sem colocar as minorias a margem da sociedade.

Para tanto é preciso pensar historicamente como se dão as relações de poder numa sociedade branca e patriarcal, onde esse poder subjuga os considerados diferentes, onde as mulheres negras são consideradas subalternas, despreparadas, consideradas apenas para assumir funções domésticas, para cuidar dos filhos e da casa, para procriar, ficando assim essas mulheres fora do mercado de trabalho, de cargos de liderança, por uma visão romântica e preconceituosa de que as mulheres são frágeis, ou muito sensíveis e não conseguiriam fazer julgamentos imparciais em uma situação em que tivesse que tomar uma decisão racional, colocam a mulher numa condição de inferioridade e subalternidade em pleno século XXI.

Esse modelo de regularização do gênero, onde a mulher é tida como inútil, sempre deixada a margem, de se ver em muitas situações como coisa, um objeto, é cultural, tem como base uma educação machista onde o homem tudo pode, é o ser superior, basta apenas observarmos como criamos os meninos e as meninas, os meninos podem correr, se ariscar, desafiar o colega, namorar quantas e como quiser, as meninas ao contrário precisam ser comedidas, recatas, respeitadas e não podem namorar, desde que seja algo sério e com a aprovação da família.

Nesse trabalho pretendo abordar a questão histórica da objetificação dessa mulher com foco na mulher negra, da sua representação e representatividade dentro das redes sociais. Tenho observado um aumento da representação dessas mulheres nas mídias, um aumento ainda bem sensível, em espaços como a política, a teledramaturgia, em cargos de comando na polícia, em apresentação de telejornais, na literatura, porém isso não significa que haja representatividade, e que as dificuldades tenham diminuído, e sim que barreiras têm sido ultrapassadas (com muita luta, diga-se de passagem), mas que ainda há um longo caminho a percorrer. Entendo que a teoria queer vai atender a todas as minorias o meu foco aqui é o de abordar uma minoria que sofre há anos com a questão de gênero, e que vai além do sofrimento de gênero, sofre pela raça, pela classe e pelo machismo.

De modo geral, o feminismo negro ergue-se principalmente com a sua própria voz e o ativismo queer, as práticas queer, o devir do pensamento queer não vai se fazer alheio a estas vozes. Muitas vezes, o queer é a própria voz cantando um blues, dançando um tango, ou ainda, gozando de uma batida de funk carioca. (LEOPOLDO, 2020, p .175)

Uma vez que ser mulher numa sociedade machista, sexista, misógina já é uma luta diária, e para a mulher negra essas questões são potencializadas, já que seus corpos são lifos como uma mercadoria, é questão histórica, cultural que o corpo da mulher negra deve ser comercializado como uma mercadoria sem valor, nesse corpo não há sentimentos e nem sonhos, ele é feito para servir.

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos órgãos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2014, p.26).

Para abordar questões sobre objetificação do corpo da mulher partirei dos textos de Paul B. Preciado, que tem em seus escritos experiências pessoais que acrescentarão a discussão embasamento nossa reflexão, mais que isso, teremos a partir de Preciado a possibilidade de refletir sobre a liberdade, sobre a resignificação, sobre a possibilidade de trazer para o centro as minorias, com o objetivo de indicar caminhos para que essas mulheres saiam das margens do preconceito, para formação de espaços de desenvolvimento do protagonismo da mulher negra, valorizando suas habilidades, sua autonomia, seu empoderamento, construindo um ambiente igualitário, descentralizado, refletindo sobre a liberdade, sobre a resignificação, sobre a possibilidade de trazer para o centro as minorias, e consequentemente essas mulheres.

MÉTODO

A método utilizado será da pesquisa bibliográfica, partindo dos textos de Paul B. Preciado, com foco na objetificação do corpo da mulher negra e sua representatividade nas redes sociais, foram feitas leituras dos textos desse autor, bem como textos sobre de Rafael Leopoldo e Vinicius Siqueira, buscando entender como se dá a objetificação desses corpos e como fugir desse estereótipo, e como resignificar as minorias que são deixadas a margem, sempre excluídas e subjugadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seguindo um modelo normatizado ainda hoje vemos as mulheres serem encaradas como seres inferiores, as discussões acerca de temas como igualdade de gênero, feminismo são vistos como secundários, de modo que seguimos com uma sociedade patriarcal, onde o homem é superior as mulheres, desde a questão física, a questão intelectual.

Fazer discussões acerca da objetificação do corpo da mulher negra, dos seus direitos, da formação da sua identidade e do seu lugar de fala é relevante para o crescimento, entendimento de uma população que pouco pensa e reflete sobre o assunto, aqui faço referência aos controles sociais ao corpo a que Michel Foucault se refere, quando fala do homem disciplinado, adestrado, construído para reproduzir um copo dócil, útil e produtivo que apenas aceita as condições que são impostas. É preciso vencer as barreiras do machismo, da heterossexualidade como norma, abrindo espaço para as minorias se posicionarem sem medo, serem ouvidas e respeitadas.

Para a ressignificação das minorias, para o empoderamento de mulheres negras, das multidões queer, discutir o feminismo negro é fundamental o enfrentamento desse lugar redutor que o sistema social impõe a essas pessoas, a quebra do binarismo, quebrar a ordem do sistema capitalista é um caminho sem volta para a liberdade dessas minorias, e Preciado nos impulsiona a isso, a tudo que vai de encontro a um sistema castrador interessa ao autor e me interessa também, enquanto mulher negra.

Falar sobre feminismo negro, gênero, teorias queer é relevante nesse estudo para buscar uma sociedade com maior equidade, fortalecer a representatividade, de forma clara, sem melindres, de forma justa, objetiva, servira para estabelecer relações de respeito e tolerância dentro da sociedade que hoje ainda não entende os espaços das ditas minorias, “a muito somo mais”, e servira de inspiração para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com as discussões sobre a objetificação do corpo da mulher negra, que elas valorizem suas vidas, suas raízes e não aceitem ser objeto de prazer para outros, apenas para elas mesmas e da forma que elas queiram, que quebrem tabus e barreiras de que existem para reproduzir, para darem prazer ao outro, que não se submetam a ninguém, a nenhuma situação de humilhação, que se utilizem de suas redes como canal para fortalecer e esclarecer todas as questões que tenham em relação a sua condição de mulher negra.

Que reflitam sobre o seu papel na sociedade, que discutam sobre outras experiências, que reflitam sobre elas, e repensem suas posturas se assim acharem



necessário. De modo a ressignificar suas vidas, que sejam mudanças práticas e comportamentais, e que influenciem na sociedade, visando criar condições para pôr fim ao modelo de relações hierarquizadas, disciplinadoras, que tenham corpos falantes, livres e fluidos para a construção de estruturas mais igualitárias, e que a sociedade

REFERÊNCIAS

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Devires, 2020.

PRECIADO, Paul b. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N1 edições, 2014.

SIQUEIRA, Vinicius. **Corpos Dóceis**. Michel Foucault. <https://colunastortas.com.br/corpos-doceis/> consultado em 10 de junho de 2022

SUBJETIVIDADES EM MOVIMENTO NO MPBIXA

Trabalho de dissertação

Jose Edielson Santos de Jesus- UNEB Campus II
Orientador: Prof. Dr. Paulo César Souza Garcia- UNEB Campus II

ediuneb@outlook.com

RESUMO

O estudo que busco investigar trata do movimento MPBixa, também conhecido como movimento transviado, MPBTrans e MPBeau, que surge como uma nova forma de se fazer a Música Popular Brasileira, constituído por artistas da comunidade LGBTQIA+ em diferentes gêneros musicais e que desconstrói concepções de corpos, gêneros e sexualidades. Em torno da investigação de base qualitativa, textos de autores que apresentam questionamentos sobre gêneros e sexualidades estão no corpus analítico do estudo, visando o desenvolvimento do trabalho que busca fundamentos dos discursos que visam às identidades e subjetividades transvestigênêras e gays afeminadas. Pretende-se, então, embasar questões a respeito de como a musicalidade entra no cenário discursivo ativista, considerando os corpos e as subjetividades. Artistas como Alice Guél, Jup do Bairro e Linn da Quebrada transgridem as relações binárias de forma a posicionarem criticamente a estrutura cultural logocêntrica. Portanto, estudar o campo artístico do MPBixa é uma forma de posicionar a si e aos sujeitos afetados pela linguagem possibilitando inculcar o que/como/onde essas artistas enunciam.

Palavras-chave: Linguagem; MPBixa; Performance; Queer; Subjetividades.

INTRODUÇÃO

O projeto proporciona estudar o movimento MPBixa – também conhecido como movimento transviado, MPBTrans e MPBeau – que surge como uma nova forma de se fazer a Música Popular Brasileira, sendo integrado por artistas da comunidade LGBTQI+ e também por pessoas que compõem em diferentes estilos musicais, visando aos corpos, gêneros e sexualidades. O modo como as artistas se expressam incorporam o movimento de ativismo, quer dizer, a arte que elas produzem tem uma postura crítica que objetiva revisitar os paradigmas sociais e culturais da heteronormatividade, buscando reflexões de si, de pessoas que constroem formas diferenciáveis de existir e para romper um ciclo vicioso e histórico que estrutura o campo do sentido binário.

A partir do cenário musical que as artistas mostram, a construção de gênero flui, desfaz referenciais que não importam para o significado de corpos, de identidades, de expressar diferente formas de existências. Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Puma Camillê e Ventura Profana oferecem maneiras de repensar sujeitos por meio das letras das canções e pelas performances de corpos; operam a descolonização de saberes, quando o centro é perturbado pelas linguagens que constituem na formação artística. Por sua vez, a proposta que justifica o projeto é muito significativa e relevante por contribuir com os repertórios de críticas que as artistas produzem e criam outra expressividade artística vinculadas as compreensões que ressaltam as minorias e adentram em manifestações que colocam dissidentes meios de pensar as sexualidades.

Portanto, através da jornada desses corpos, das canções que esses corpos compõem, das narrativas que constroem e das visões de mundo que as suas vivências geram, é possível perceber saberes que a academia leva anos para desenvolver. Saberes que podem ser considerados mais democráticos, visto que são vinculados em diversas plataformas e faz uso de uma linguagem de fácil acesso e simples entendimento. A viabilidade do estudo em torno do tema oferece a perspectiva de construção de sentidos que importam dentro do cenário atual. Sendo assim, busca-se investigar as performances dessas artistas que são diferentes do regime estável do binarismo de gênero, direcionando o discurso artístico como prática libertadora, permitindo pensar a estrutura social e o contexto da cultura heteronormativa.

MÉTODO

A pesquisa tem como base o eixo qualitativo, de caráter bibliográfico e se apoia em um corpus constituído pelas performances de artistas em composições do movimento do MPBixa, apresentado pela Alice Guél, Jup do Bairro, Linn da Quebrada, Puma Camillê e Ventura Profana. A questão a que se detém o processo analítico diz respeito ao texto

da composição e cenas das artistas, além das performances que elas produzem, a exemplo de expor e atuar os corpos.

A investigação de base qualitativa tem como referência textos de autores que apresentam questionamentos sobre gêneros e sexualidades situados no corpus analítico do estudo, aspirando ao desenvolvimento do trabalho que procura fundamentos dos discursos que visam identidades e subjetividades em movimento. A imagem teatral domina o meu foco de interesse e, conforme Foucault (2013, p. 24), “o teatro, que é uma heterotopia, perfaz no retângulo da cena toda uma série de lugares estranhos”. Daí que “[...] tatuar-se, maquiarse, usar máscaras, é, sem dúvida, algo muito diferente; é fazer entrar o corpo em comunicação com poderes secretos e forças invisíveis”, diz Foucault (2013, p. 41).

Os estudos queer, que tem como principal expoente a filósofa Judith Butler, subverte completamente todas as normas hegemônicas de gênero. Nesse sentido, o termo queer surge como insulto à corpos que se distanciam de um padrão social, operando uma prática linguística de inferioridade. Segundo Butler “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (Butler, 2002, p. 58). A resignificação semântica do termo nos estudos contemporâneos de gêneros e sexualidades já indicam o caráter inovador desse movimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do que foi posto faz-se importante trazer à tona o conceito de epistemicídio criado por Boaventura de Sousa Santos (*Santos, 2000*). O termo foi criado para denominar o assassinato e/ou aniquilamento do conhecimento de alguns grupos tidos como minoritários. Isso acontece a partir de diversos prismas, desde o assassinato propriamente dito – sabemos que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo – até o apagamento de saberes produzidos por esses grupos em ambientes institucionais como escolas, universidades e nas produções artísticas, televisivas e cinematográficas. Estudar as performances das artistas é um meio de (re)produzir conhecimento e de (re)criar memórias a partir daquilo que elas nos (re)apresentam.

A produção artística de Guél, do Bairro e da Quebrada produz conhecimentos não apenas sobre vivências trans e travestis, mas também do deslocamento de discursos heteronormativos, que segundo Monique Witting “[...] oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles” (Witting, 1980, p. 2). Essas artistas, no entanto, cada uma a seu modo, subvertem esses discursos hegemônicos e criam novos sentidos políticos através da arte, evidenciando identidades dissidentes e

adentrando em campos discursivos ainda pouco explorados no que se refere à gêneros e sexualidades.

Estudar as produções dessas artistas – e de tantas/os outras/os que emergem em plataformas digitais e midiáticas na contemporaneidade – é uma maneira bem interessante de buscar compreender novas estéticas, existências e linguagens que transcendem o rigoroso e elitista sistema heteronormativo. Quando artistas como Alice Guél, Jup do Bairro, Linn da Quebrada, Puma Camillê e Ventura Profana questionam e confrontam (através de suas músicas e performances) esse sistema, elas desconstroem, justamente, essa naturalização das sexualidades. Elas não só discursam saberes que permeiam os estudos *Transviados*, como também apresentam saberes corporificados. Suas falas, assim como seu canto, são não-essencializados pois vão muito além de suas apresentações. Podemos ver, ler, ouvir... E, nesse sentido, temos um paradoxo: esses corpos são políticos, no entanto, não são públicos. Não temos direitos sobre eles, pois são corpos livres e em constante transição. Inacabados! O ativismo estudado aqui tensiona os limites do considerado natural e abre espaço para uma práxis epistemológica que pensa novas concepções de humanidade e novas posições e possibilidades de utilização do corpo. Corpo este que não se limita e que traz consigo muito mais interrogações do que pontos finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, tem crescido estudos nas áreas de Literatura e Artes, constituindo aberturas significativas para que LGBTQIA+ tornem corpus de presença crítica e analítica. O interesse pela pesquisa é que alcance compreensões significativas em torno de novos e outros sujeitos que interpretam a música, a cena performática, a performance artística, a de gênero e de sexualidade e possa o estudo se aliar e dialogar com outras investigações realizadas, seja por um campo fértil de conhecimento. Algumas questões elevam a expectativa de que a investigação se alia a muitas outras no campo de saber da área de Letras e Literatura, tendo em consideração: como um corpo queer em dissidência com gêneros absorvem o campo artístico e musical apontando outras produções de subjetividades?

Em relação às performances artísticas é pretendido observar como as linguagens que as artistas partilham gestos políticos ao pensar em identidades sexuais e de gênero. Desse modo, as proposições esperam por debates frutíferos, aliar às discussões e aos questionamentos que o movimento MPBixa busca intervir com uma cultura propícia a aberturas de criação e com a interlocução do campo analítico movida em torno das cenas performáticas das artistas que criam e permitem diálogos fundamentais em torno das subjetividades, tornando-as possíveis.



REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015;
- BENTO, Berenice. Queer o que? Ativismo e estudos transviados. In: Revista Cult-Dossiê teoria Queer: o gênero sexual em discussão. Ano 17, agosto de 2014. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados-193-ago2014/> ;
- COHEN, Renato. Performance como Linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007;
- COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Contemporânea;
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contratempo: 1997;
- DENZIN, Norman K. LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006;
- FERAL, Josette. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. 2009;
- GARCIA, Paulo César. Aceno para as relações (homo)afetivas na literatura. In: Interfaces: cultura, contemporaneidade e subjetividades. Salvador: EDUNEB, 2009;
- GOZALEZ, Lélia. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982; Hall, Stuart. Codificação/ecodificação. In: Da diáspora, Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003. Cap. 3. Pág.387-403;
- LIMA, Carlos Henrique Lucas. Linguagens Pajubeyras: Re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade. 1ª ed. / Salvador, BA: Editora Devires, 2017;
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 151-172;
- PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. 2007;
- WITTING, Monique. O pensamento hétero. IN: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempre-viva.witting.html>

OS DISCURSOS SOBRE BISSEXUALIDADE ACIONADOS POR MEIO DE UM VÍDEO DE GABRIEL SANTANA VIRALIZADO NAS REDES SOCIAIS

Comunicação oral

Kaio Novaes Fonseca Melo (UNIFTC)
kaionovaes2@gmail.com

Vinicius Mascarenhas dos Passos (UESB)

Marcos Lopes de Souza (UESB)

RESUMO

Neste trabalho analisamos as repercussões dos comentários de um vídeo do ator Gabriel Santana publicado no *Instagram*, ao se assumir como bissexual em janeiro de 2023. A pesquisa apontou que algumas pessoas também se reconhecem enquanto bissexuais e estariam dispostos/as a se relacionar com ele. Para alguns, ser bissexual é ser menos homem do que os homens cis e heterossexuais. A bissexualidade foi associada a perda e imoralidade. Além disso, alguns reforçaram o monossexismo e a bifobia.

Palavras-chave: orientação sexual; artefatos visuais; mídia; bissexualidade; rede social.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos tido avanços no fortalecimento das lutas pelos direitos das minorias de gênero e sexuais, embora o pensamento cisheteronormativo continue operando e controlando as maneiras de ser/existir. Nesse sentido, ao pensar em práticas sexuais não-heterossexuais, como as bissexualidades, essas ainda continuam sendo desprezadas. Segundo Jaeger, Longhini, Oliveira e Toneli (2019), a partir do século XX, o termo bissexual passou a ser utilizado para descrever pessoas que desejavam tanto homens quanto mulheres, mas somente nos anos 1970 algumas pessoas passaram a se manifestar como bissexuais, iniciando mobilizações políticas.

Nesse período, no território nacional, as pessoas que se entendiam como bissexuais eram vistas como “enrustidas” ou “em cima do muro”, compreendendo a bissexualidade como uma fase provisória do desenvolvimento sexual (JAEGER et al., 2019). Com o advento da aids houve uma visibilização da bissexualidade, mas associada à promiscuidade, pois culpabilizavam os homens bissexuais de transmitirem o HIV para as mulheres casadas (SEFFNER, 2016).

Mas, e nos dias atuais? As práticas bissexuais continuam sendo marginalizadas, vinculadas às práticas sexuais ilegítimas, relacionadas à não monogamia. Essa ideia está associada à noção monossexista que insiste em impor a existência de uma ordem e de uma única maneira de expressar a sexualidade, perpetuando e reforçando a crença social de que as monossexualidades, ou seja, aquelas sexualidades em que as pessoas sentem atração apenas por um sexo e/ou gênero (homossexualidades, heterossexualidades e lesbianidades), são superiores às não monossexualidades, promovendo assim a deslegitimação e invisibilização desses sujeitos (JAEGER et al., 2019).

As discussões sobre a bissexualidade também têm feito parte das redes sociais online, aqui compreendidas como os ambientes virtuais que possibilitam múltiplas interações entre as pessoas que estão neste espaço, dentre as quais, postar vídeos e imagens, compartilhar links, escrever e interagir com comentários etc. (ZENHA, 2018). O *Facebook*, *Instagram* e o *Twitter* são algumas das redes sociais com destaque, atualmente, e com grupos específicos que dialogam sobre as compreensões da bissexualidade, personalidades bissexuais, bifobia e dentre outras questões.

Percebendo a presença de artefatos visuais, nas redes sociais, trazendo debates sobre a bissexualidade, neste trabalho analisaremos os comentários de um dos posts do ator Gabriel Santana ao se apresentar como bissexual, durante a sua entrada ao *reality show* Big Brother Brasil, em janeiro de 2023.

Nesses comentários é possível perceber que algumas pessoas compreendem a bissexualidade como uma possibilidade, independentemente do gênero, assim tanto mulheres quanto homens demonstraram atração e interesse por Gabriel.

Por outro lado, identificamos um discurso de compreensão do homem cisgênero bissexual como sendo menos homem, em relação aos cis e heterossexuais.

Assim, notamos a existência de uma imagem universalizante e fixa do homem bissexual, que deve performar uma feminilidade. Nesse sentido, algumas pessoas compreendem que, por se relacionar também como um homem, o bissexual ocupa uma “posição” considerada “feminina” e, portanto, não será “homem de verdade”, mesmo que ele tenha uma performance lida socialmente como masculina. Alguns relembram um dos personagens que Gabriel representou na novela Chiquititas, o Mosca, ressaltando que ele feminilizou, virou borboleta, “perdendo” sua masculinidade.

Agr o povo quer mandar na sexualidade dos outros "ah mais ele nem aparentava ser" quer dizer q tem que ter alguma cara especifica pra ser Bi???

Tá na cara ki o cara é Bi

Eu na época de Chiquititas achei que a mosca tava picando Mili e agora ele da uma dessas Nam

Desde a época de Chiquititas sempre achei que ele tinha um lado mais afeminado. Tá aí!

o mosca virou uma borboleta

É importante ressaltar que a bissexualidade é uma expressão da sexualidade em que a pessoa sente atração física e emocional e tem desejos por mais de um sexo e/ou gênero. Não se trata de uma identificação de gênero, mas das expressões do desejo, portanto, não existe alguma característica física que configure a pessoa como bissexual.

Nos relatos abaixo, a bissexualidade está associada a um discurso de perdição e imoralidade. O fundamentalismo e conservadorismo religioso tem defendido as narrativas bíblicas como verdades universais, contribuindo para que a heterossexualidade seja compreendida como a única forma de viver a sexualidade. Sendo assim, as demais orientações sexuais, inclusive a bissexualidade, são vistas como anormais e, por sucumbirem ao pecado, o castigo será irem para o inferno.

Tu vai e por inferno

Meu pai sempre disse essa geração tá perdida



@joh_souza21_ verdade !! Nem quero ver como vai está na época dos meus netos. Chega me dói o coração

Coitada dessa geração cega espiritualmente. Coitados de todos que aplaudem atitudes e falas dessas.

O "deus" desta presente era perversa, cegou o entendimento dos descrentes, a fim de que não vejam a luz do Evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus.

2 Coríntios 4:4

Oq é isso? Deus fez o homem para mulher e a mulher para o homem, igreja desperta "Jesus está voltando "

Ainda nesta perspectiva de compreensão da bissexualidade como um caminho não divino, aparece a questão da perdição, ou seja, percebemos que, para algumas pessoas, a visibilização das sexualidades dissidentes é vista como comportamento de uma geração que está perdida e que poderá contaminar outras pessoas.

Em outros relatos, há um discurso de contestação da bissexualidade com base no monossexismo e na produção da bifobia. Para estes, não existem homens bissexuais e que, portanto, eles seriam gays, mas não teriam a coragem de se assumir, sendo mais fácil se dizer bi. Apesar disso, compreendemos que se configuram como experiências singulares e que assumir-se bissexual não é esconder uma homossexualidade ou lesbianidade. Algumas vezes, sair do armário para as pessoas bissexuais pode ser mais desafiador do que para gays e lésbicas por muitas pessoas associarem a bissexualidade, dentre outras coisas, à promiscuidade e à descarração (SIQUEIRA; KLIDZIO, 2020).

Meninos eu estou disponível...meninas tb...ou seja..prefere meninos..Coitada das famílias hoje em dia...todo mundo é gay ou bi.... nao tem mais hetero. Assim a sociedade caminha para extinção. Ah..lacradores ..e isso não é o tal PRECONCEITO. É a realidade. Procriar é feito com homem e mulher... duas pessoas de mesmo sexo não geram vidas. Como hoje em dia todo mundo é LGBTQIA+...Daqui 5 anos a raça humana estará beirando a extinção. E nem será um problema.

Todo famoso que é bi, ou vira gay ou vira lésbica kkkk

Vcs n se decidem se e gay ou n ficam em cima do muro credo,por isso q e tao difícil lutar pela bandeira

Houve ainda comentários reiterando que ser bissexual é motivo de vergonha e sofrimento para as famílias, sendo papel do homem e da mulher manterem relacionamentos heterossexuais e procriarem para que não haja a extinção da humanidade. Esses comentários refletem a bifobia ao invalidarem a bissexualidade, descredibilizando-a e desejando não visibilizá-la (JAEGER et al., 2019).

REFERÊNCIAS

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. Política e poética das imagens: implicações para o campo da Educação. *In*: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (orgs.). **Política e poética das imagens como processos educativos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012, p. 11-17.

JAEGER, Melissa Bittencourt; LONGHINI, Geni Nuñez; OLIVEIRA, João Manuel de; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. 1-16, 2019. DOI: 10.9771/peri.v2i11.28011.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE, Brasil, ano 3, v. 3, nº 9, p. 186-218, edição especial, 2020.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, ano 20, n. 49, v. 1, p. 19-42, 2018.

CATEGORIAS TEMÁTICAS SOBRE PEDOFILIZAÇÃO: OBJETOS E VIOLÊNCIA

Trabalhos de Investigação

Leonardo Silveira Rodrigues

George Miguel Thisoteine

Andre Luiz Gellis

leonardo.silveira@unesp.br

RESUMO

A pedofilização é um fenômeno que se relaciona com a pedofilia, mas é mais abrangente, pois considera representações e fantasias que sexualizam a representação do infantil. Estão presentes nos artefatos culturais como objetos discursivos de gozo, produzidos pela cultura, apesar dos riscos que trazem para as crianças e adolescentes. Nesse sentido, esse trabalho de delineamento qualitativo, exploratório-descritivo, levanta problemas abordados na literatura científica a partir de dois artefatos culturais: uma propaganda e um canal de vídeos de pornografia. Assim, foi possível levantar duas categorias emergentes mutuamente exclusivas: (1) objetos infantis sexualizados; e (2) legitimação do olhar pedófilo. Na primeira categoria se enfatiza a descaracterização do infantil no lugar de sua sexualização. E, na segunda uma tendência que os materiais analisados mostram em promover o abuso sexual infantil como normal. Desse modo, constata-se que a partir de artefatos culturais de grande veiculação é possível observar o fenômeno da pedofilização.

Palavras-chave: Pedofilia; Pedofilização; Artefatos Culturais; Objetos de Gozo

INTRODUÇÃO

O fenômeno de pedofilização é um fenômeno observável nas sociedades de consumo onde investe-se no corpo infantil no sentido de que ao mesmo tempo em que as crianças são vistas como potenciais consumidores, seus corpos são entendidos como objetos a serem consumidos (FELIPE, 2003). Esse fenômeno explicita uma aporia social, já que concomitantemente às leis e aos sistemas que buscam combater a violência sexual contra a infância, observa-se práticas sociais legitimadas por artefatos culturais que acionam o desejo aos corpos infanto-juvenis (FELIPE, 2006).

A noção de artefatos culturais também é essencial para o entendimento do fenômeno de pedofilização da sociedade. Esse conceito se refere à compreensão de que a mídia e produtos midiáticos, como filmes, músicas, propagandas, entre outros têm um impacto direto nos processos de subjetivação. Dessa forma, produzem determinadas formas de ser, de viver e de ver o mundo (FORMENTIN; MOLINA; MAGALHÃES, 2020).

A partir de estudos como os de Spaziani (2020) e Spaziani e Vianna (2020) pode-se levantar que há materiais e produtos midiáticos que naturalizam a representação sexualizada de características atreladas ao infantil e o acesso sexual sobre as crianças. A incorporação de elementos eróticos nas representações infantis na mídia e, concomitantemente, a apresentação de elementos infantilizados nos contextos eróticos da pornografia também indicam um processo de pedofilização, ou seja, de erotização da infância e produção e autorização de um olhar pedófilo (FELIPE, 2003). A partir da compreensão de que os artefatos culturais não são meramente uma mimese da realidade, mas sim instâncias de produção de formas de ser e agir no mundo, pode-se afirmar que as representações nas propagandas e na pornografia incidem sobre as subjetividades dos sujeitos contemporâneos (FORMENTIN; MOLINA; MAGALHÃES, 2020). Da mesma forma, pode-se entender a pornografia como espaço onde transitam pedagogias do sexo informais que preenchem lacunas da educação sexual formal. É na ausência da versão de uma educação sexual que contemple a amplitude da sexualidade que a pornografia pode se instalar como uma pedagogia cultural, mobilizando processos de subjetivação (BRITZMAN, 2000).

Como apontado por Birman (2016), a contemporaneidade é marcada por uma economia perversa, onde o desejo dos sujeitos das massas é achatado a um gozo homogeneizado. Na sociedade de consumo, a pedofilização também poderia ser vista como uma homogeneização do gozo, à medida que o corpo infantil é colocado como um produto a ser consumido por uma massa de consumidores. Assim, os artefatos culturais contribuem para a produção de um gozo pedófilo. O processo de pedofilização permite questionar uma natureza orgânica, médica ou jurídica da pedofilia e compreendê-la

em um contexto mais amplo da criação de um olhar pedófilo a partir de artefatos culturais (FELIPE, 2006). Nesse sentido, este trabalho buscou se era possível destacar problemas abordados na literatura científica a partir de dois artefatos culturais de grande veiculação: uma propaganda e um canal de vídeos de pornografia.

MÉTODO

Esse estudo de delineamento qualitativo, de tipo exploratório-descritivo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006), consistiu em levantar problemáticas observadas na literatura sobre a pedofilização, a partir de dois artefatos culturais. Para isso, foi realizada a transcrição dos materiais; em seguida foi feita a análise de conteúdo, destacando duas categorias temáticas mutuamente excludentes (BARDIN, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Frequentemente, elementos infantilizados aparecem como recurso erótico na constituição da sexualidade masculina heterossexual. A figura infantil em uma imagem sedutora, porém ingênua recebe atenção midiática, principalmente na propaganda e na pornografia (CÂMARA, 2007). Para análise, foram escolhidos dois artefatos culturais que abordam esses dois tipos de artefatos.

O primeiro foi uma campanha publicitária de uma marca de alta costura, onde, nas imagens, crianças aparecem segurando bolsas em formato de ursinhos de pelúcia trajados de apetrechos fetichistas (CLAUDIA, 2023). As crianças são expostas juntamente dos produtos da marca dispostos às suas frentes. A campanha gerou significativa repercussão negativa nas redes sociais, culminando na exclusão das imagens e em uma retratação do diretor criativo. O segundo se trata da filmografia de uma determinada atriz pornográfica que consiste em vídeos onde a atriz aparece frequentemente com aparência infanto-juvenil, contracenando com atores visivelmente mais velhos. A maioria dos seus vídeos aparece em categorias como *teen*, *young*, *petite* e também *daddy* e *stepdad* (XVIDEOS, 2023). Em seguida são apresentadas e discutidas as duas categorias construídas.

(1) Objetos infantis sexualizados

Na campanha publicitária, as bolsas seguradas pelas crianças são de animais de pelúcia, objeto propriamente infantil. A própria presença de crianças nas imagens já pode ser entendido como indicativo de uma apropriação do universo infantil. Já nos vídeos pornográficos, nota-se que as vestimentas da atriz, além de seus comportamentos, são tipicamente infantilizadas: roupas estampadas, cabelo preso em maria-chiquinha e a própria aparência da atriz são estratégicos para a construção da imagem de *menininha*.

Há ainda uma incorporação de elementos do universo adulto associados a esses elementos infantilizados. O corpo infantil é investido, no sentido de que as crianças se tornam não apenas consumidores, mas também objetos a serem consumidos e tais produtos são apresentados de forma sensual e erotizada. Dessa forma, contextos de duplo sentido, objetos e cenários eróticos ou mesmo situações próprias da adultez, com o fim de sexualizar, aparecem ao lado de representações da infância (FELIPE, 2003).

A campanha publicitária apresenta diversos desses elementos, principalmente com relação às vestimentas dos ursinhos que remetem a apetrechos típicos da comunidade BDSM, como o *harness*, espécie de colete feito de tiras de couro. Pode-se ver em uma das imagens a predominância de produtos ligados ao consumo de bebidas alcoólicas, como taças, porta-copos e latas que remetem a embalagens de cerveja. Com relação à pornografia, percebe-se que os conteúdos sexualmente explícitos permanecem mesmo com a apresentação de elementos e narrativas infantilizadas.

(2) Legitimação do olhar pedófilo

Observa-se também em ambos os artefatos culturais selecionados menções ou representações de modalidades de pedofilia. A partir da compreensão de que o abuso significa um uso excessivo e não autorizado da sexualidade infantil, pode-se retomar a própria problematização do termo *abuso sexual infantil*. Dessa forma, o fenômeno da pedofilização legitima determinadas práticas de erotização dos corpos infantis, representando modalidades pedófilas como possibilidades de consumo (FELIPE, 2006).

Assim, destaca-se o fato de que o diretor criativo da marca de alta costura, ao se defender das críticas nas redes sociais, negou a intenção de promoção da violência sexual infantil e a repudiou. Já nos vídeos pornográficos, ressalta-se a presença de vídeos onde a atriz era amordaçada e amarrada com fitas, ainda com aparência infantilizada.

Também cabe dar atenção à recorrência da referência ao incesto nos vídeos pornográficos da atriz analisada. Como já observado por Felipe (2003; 2006), o incesto consiste em uma modalidade de pedofilia e não raramente elementos incestuosos aparecem, mesmo que não em sua concretude, em artefatos culturais. Nos vídeos em questão, são frequentes narrativas incestuosas onde a atriz contracena com personagens como irmãos mais velhos, padrastos e tios.

Ao fim, entende-se que há um intercruzamento entre esses elementos infantilizados e adultizados apresentados em contextos pedófilos que leva ao processo de pedofilização. Nesse cenário, o corpo infantil torna-se uma possibilidade de desejo e de consumo dos adultos e é exposto de forma sedutora. Pode-se ressaltar que na campanha publicitária as crianças são representadas juntamente com os produtos da marca, como se fossem mais um dos objetos anunciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artefatos culturais analisados podem demonstrar a presença do fenômeno da pedofilização em diversos formatos de mídia, atravessando os sujeitos consumidores de forma a produzir um olhar pedófilo acerca dos corpos infantis. A campanha publicitária e a filmografia da atriz pornográfica em questão fazem parte de um cenário maior de representações erotizadas da infância e da juventude que impulsiona os sujeitos da sociedade de consumo a um gozo pedófilo homogeneizado. A problematização dessas mídias implica em repensar as formas de ser, viver e ver o mundo produzidas por elas, refletindo acerca do consumo na contemporaneidade e buscando romper com a homogeneidade característica da sociedade de consumo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BIRMAN, J. A racionalidade do tempo nos impasses do sujeito: Sobre a perversão, o poder e a temporalidade. *In*: BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CÂMARA, A. P. Masculinidade heterossexual e pedofilização: Apontamentos iniciais para um debate. **Revista Ártemis**, v. 6, 2007, p. 49-57.

CLAUDIA. Entenda tudo sobre a polêmica da Balenciaga. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/entenda-tudo-sobre-a-polemica-da-balenciaga>. Acesso em 09 ago. 2023.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006, p. 201-223.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3, 2003, p. 119-130.

FORMENTIN, B. L. M. T. N.; MOLINA, K. S.; MAGALHÃES, J. C. Dois irmãos uma jornada fantástica: Reflexões sobre masculinidades. *In*: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; BOER, R. A. (org.). **Leituras sobre a sexualidade em filmes**: As pedagogias culturais em foco. Vol. 9. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 141-157.

SPAZIANI, R. B. As dimensões de gênero na produção da violência sexual contra as crianças. **Revista Gênero**, vol. 21, n.1, 2020, p.265-284.

SPAZIANI, R. B.; VIANNA, C. P. Violência sexual contra as crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação. **Educação Unisinos**, vol.24, 2020, p.1-18.



SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Trad. Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

XVIDEOS. tt-Doouble teen POV handjob. Disponível em: https://www.xvideos.com/video13148231/tt-double_teen_pov_handjob. Acesso em: 09 ago. de 2023.

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE A PARTIR DO FILME “ALICE JÚNIOR”

Amon Santos Souza (UESB)

Felipe Souza Bonfim (UESB)

Letícia Rodrigues da Anunciação (UESB)

201920595@uesb.edu.br

RESUMO

O filme nacional “Alice Júnior”, lançado em setembro de 2019, aborda o cotidiano de uma adolescente transgênero ao se mudar para uma cidade do interior. Inserida em um determinado contexto, a personagem principal que dá título ao longa enfrenta as mais diversas situações em todos os âmbitos da vida. À vista disso, este trabalho pretende explorar a narrativa do filme perante as relações de poder que permeiam o gênero, a raça e classe. Para isso mobilizamos autores nacionais de obras que discutem violência estrutural, as demandas e necessidades da população LGBTQ+, e a questão de gênero na escola. Diante dessa análise, compreendemos que apesar de trazer uma realidade específica de pessoas LGBTQ+, que possuem um alto poder aquisitivo, a história de Alice Júnior nos coloca para refletir sobre como a personagem, apenas uma adolescente, só quer vivenciar esse período de maneira “normal”, que consiste, por exemplo, em ter a experiência do seu primeiro beijo sem grandes alardes.

Palavras-chave: Adolescência; População LGBTQ+; Cinema Nacional.

INTRODUÇÃO

“Alice Júnior” é um filme brasileiro lançado no ano de 2019, dirigido por Gil Baroni, produzido também por Baroni em conjunto com Andréa Tomeleri, com roteiro de Luiz Bertazzo. O longa busca chamar a atenção para as questões de gênero, principalmente no ambiente escolar, já que a protagonista é uma estudante do ensino médio de uma escola privada. A história que acompanhamos ao longo de 86 minutos destaca as inquietações e anseios de uma adolescente transgênero frente a um círculo social extremamente retrógrado.

A narrativa se passa em Araucárias do Sul, uma cidade do interior da região sul do Brasil, quando Jean, pai de Alice Júnior, precisa se mudar para o local por conta de uma transferência realizada pela empresa em que trabalha. Ao chegarem na cidade, pai e filha encaram diversas situações preconceituosas, como por exemplo, no início do filme, quando a corretora de imóveis que os recebe na casa em que vão morar insiste em se referir à Alice pelos pronomes errados. Mais tarde, ao ser questionado por Alice pela escolha da instituição em que ela iria estudar, Jean argumenta com a filha que era a melhor opção, trata-se então de um colégio católico.

Longe de ser um filme adolescente que pretende ser bobinho, o roteiro consegue proporcionar vários elementos a serem examinados. A história que acompanhamos é de uma adolescente que está vivendo dilemas clássicos, o fato de não ser uma pessoa cis é apenas uma das muitas características de Alice Júnior, com seu carisma e eloquência, Alice encanta os amigos e amigas que encontra pelo caminho. Além disso, Alice não quer e nem pretende ser legitimada pela cisgeneridade. Perante o exposto, pretende-se compreender as especificidades do cenário em que Alice Júnior está posta. Quais às violências que a atravessam? Qual seu recorte de classe?

MÉTODO

A obra audiovisual analisada relata como uma adolescente, inserida dentro de grupo de minorias em direitos, experiencia violências cotidianas durante a sua estadia na nova cidade. Segundo Stefani Ettore Medeiros (2019), em diálogo com os teóricos Mbembe e Pelbart, através dos conceitos de Foucault, o ódio e a violência a minorias sociais tiveram início no Brasil colonial, período que precedeu os campos de concentração nazistas (p. 294). Desta forma, utilizamos a perspectiva da autora como metodologia teórica que norteia este trabalho. Assim levamos em consideração que as bases estruturais do Brasil dão sustentação histórica para violentar corpos que estão fora do padrão branco cisheteronormativo, como o de Alice Júnior, que é violentada por olhares, obrigada a vestir uniforme masculino, chamada pelo nome morto e por pronomes errados, proibida de utilizar o banheiro feminino e zombada por colegas de escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Constatamos que ao longo do filme, Alice é exposta a diversas violências recorrentes na vivência trans. Essas práticas violentas demonstram como a escola, segundo Lemos (2021), é um ambiente hostil a população trans por reproduzir as ideias, valores, símbolos da classe dominante branca e heterossexista, transformando-se em um espaço de acomodação dos sujeitos sociais a normatividade binária, necessária para a reprodução da sociedade burguesa.

A população LGBTQIAP+, de acordo com Medeiros (Ibid., p. 295), vivencia diversos discursos e ações regulatórias e normativas que autoritariamente visam vigiar a sua existência. Isso porque, para a autora, a LGBTfobia está inserida em um contexto de gênero e sexualidade atravessado por normas, a qual, a partir das genitálias de recém-nascidos, expectativas sociais são formadas: um pênis confere o status de homem a um ser; uma vagina, o de uma mulher. Da mesma forma é apresentado no filme “Alice Júnior”, quando a personagem chega na cidade, na escola católica e se depara com um novo círculo de sociabilidade onde o seu corpo é inserido em uma sequência de violências.

Por sua vez, as medidas de combate a violência utilizadas no filme não são efetivas. Em determinada cena é evocada, pelo pai da Alice, a advogada da família na tentativa de garantir os direitos da filha no uso do banheiro feminino frente a diretora. Essa medida, embora importante pelo seu caráter pedagógico, por fazer conhecer os direitos da população trans ao uso do banheiro, na trama surte pouco ou nenhum efeito. Além disso, demonstra uma clara solução de classe, dado que em sua maioria, a população trans tem seu acesso dificultado ao direito e aos operadores do mesmo. Deste modo, produzindo análises equivocadas sobre a violência e suas soluções. Segundo Barroso (2021) essas análises situadas no campo individual e da moral, contribuem para uma apreensão fragmentada do fenômeno e para sua naturalização, sendo necessário operar o conceito de violência de forma ampliada, não como um fenômeno pessoal, mas social.

Nesse processo de violências constantes, a adolescente encontra acolhimento e motivação novamente através da sua rede de apoio. Isso porque, no longa-metragem, vão sendo construídas cenas em que Alice Júnior consegue suporte de amigos que vão sendo feitos durante a sua jornada na cidade interiorana da região sul do país. Porém, um momento marcante está no ato feminista, aos gritos de “Mexeu com uma, mexeu com todas”, em que as meninas pulam na piscina em solidariedade a mais uma violência acometida pela personagem na festa *pool party*, e, também, quando, após o ocorrido da piscina, elas se organizam para defendê-la na garantia que a mesma tenha acesso ao banheiro da instituição escolar.

Em entrevista ao *Podcast FullerosPop*, o diretor, Gil Baroni, conta que o roteirista, Luiz Bertazzo, pretendia criar uma comédia romântica tipo “sessão da tarde” fugindo dos clichês adolescentes heterossexuais. Além disso, pretendia-se fugir do estereótipo da pessoa trans brasileira, das estatísticas de violência. Criando assim uma garota trans empoderada, rica, classe média alta como personagem principal. Um arquétipo Alice Júnior. Pretendendo com isso, romper a “padronização dessa sociedade que quer excluir, exterminar pessoas que não fazem parte dessa padronização” como conta o diretor. Oliveira (2022) ao analisar o filme “Medida Provisória”, argumenta que o longa produz um “empoderamento identitário”, onde o negro pode ser o que quiser, médico, jornalista etc., bastando que a sociedade perceba esse potencial e abra-lhe as portas, enfrentando assim o seu racismo estrutural. Porém, há um ruído: o negro pode ser o que quiser, contanto que não seja pobre, porque, assim não poderá ser protagonista de um filme que trata sobre o empoderamento negro. Uma análise parecida pode ser feita ao longa Alice Júnior, onde a personagem principal é uma garota trans, empoderada, resiliente, de classe média alta, que rompe com a padronização da sociedade. Afastando-se assim da maioria da população trans brasileira que é preta e pobre. Configurando o “empoderamento identitário” onde as pessoas trans podem ser tudo que quiserem, se forem ricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme consegue cumprir a sua tarefa de relatar sobre as diversas violências sofridas por uma adolescente trans e de introduzir ao debate das questões de gênero e sexualidade. Apesar de trazer uma realidade específica de pessoas LGBTQ+ que possuem um alto poder aquisitivo, a história de Alice Júnior nos coloca para refletir em como ela só queria vivenciar uma adolescência “normal”, que consiste, por exemplo, em ter a experiência do seu primeiro beijo sem grandes alardes. Além disso, nos inquieta em como o espaço educacional reproduz as desigualdades que parecem estar externas ao muro escolar.

REFERÊNCIAS

BARROSO, M. F. **Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”**. Revista *Katálysis*, v. 24, n. 2, p. 397-406, maio 2021.

FULEROSPOPCAST# 97: Fullerospop recebe Anne Mota e Gil Baroni. Entrevistada: Anne Mota e Gil Baroni. Entrevistadores: Fellyp Scaparello, José Augusto, Cid Vasconcellos e Nat Souza. [S.l.]: FullerosPop, 22 dez. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7d2NNNFRdO8o4kZdBJD2Y9?si=051a10233c3444a6>. Acesso em 26 jun. 2023.



LEMOS, M. S. POR QUE RIOBALDO NÃO PÔDE VIVER O AMOR POR REINALDO/DIADORIM? A TRANSEXUALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO. In: Adriano Maia dos Santos; Edinaldo Medeiros Carmo; Laio Magno; Nília Maria de Brito Lima Prado. (Org.). **População LGBT+: Demandas e necessidades para a produção do cuidado**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2021, v. , p. 25-50.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: A questão de gênero na escola**. 1 ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MEDEIROS, E. S. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, [S. l.], v. 13, n. 2, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i2.1728. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA, ACAUAM. **Medida Provisória: é possível um antirracismo sem luta de classes?**. LavraPalavra, 2022. Disponível em: https://lavrpalavra.com/2022/05/16/medida-provisoria-e-possivelum-antirracismo-sem-luta-de-classes/#_ftnref1. Acesso em: 26 jun. 2023.

REVISÃO NARRATIVA SOBRE PRÁTICAS SEXUAIS EM ARTEFATOS CULTURAIS

Trabalhos de Investigação

Luiz Felipe Domingos Santos
George Miguel Thisoteine
Andre Luiz Gellis

Unesp -Bauru/Araraquara

luiz-felipe.santos@unesp.br

RESUMO

Os artefatos culturais também representam práticas sexuais e, à medida que são possíveis objetos de gozo, que capturam o desejo, exercem pedagogias - por isso, necessitam ser estudados criticamente. Nesse sentido, esse trabalho de delineamento qualitativo, de tipo exploratório-bibliográfico, faz uma revisão narrativa em que levanta oito artigos que analisam práticas sexuais por meio de artefatos. Através de categorias mutuamente excludentes, pôde-se observar como são caracterizados na literatura científica os modelos de representação de práticas sexuais em livros e filmes. Foram construídas três categorias, sendo elas: (1) Representação de caráter excitatório; (2) Representação de caráter estético-contemplativo; (3) Representação de caráter informativo/didático. A partir delas, observou-se que o material aponta para representações de maior ou menor grau de explicitude e ambiguidade, o que pôde ser dimensionado graças ao recurso da inferência presente no discurso. Por fim, concluiu-se que o discurso pornográfico, dada sua preponderância nas mídias analisadas, tem um importante papel na produção de pedagogias sobre práticas sexuais.

Palavras-chave: Práticas Sexuais; Artefatos Culturais; Objetos de Gozo.

INTRODUÇÃO

No campo da cultura, vale ressaltar, as práticas sexuais emergem também como elemento de sociabilidade, objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento e até mesmo como entretenimento. Nos dias atuais, são diversas as produções culturais e midiáticas que trazem representações de práticas sexuais, tais como livros, séries, filmes, quadrinhos, ilustrações e a própria pornografia. Ademais, essas representações midiáticas divergem substancialmente entre si, adotando linguagens, recursos e metodologias as mais diversas.

Santos e Klein (2021) defendem que culturalmente as mídias ocupam uma posição privilegiada no tocante à constituição e compreensão da realidade, à medida que disseminam uma complexa rede de enunciados e significações que produzem sujeitos e modos de ser e estar no mundo. Desse modo, ao passo que consistem em representações construídas a partir de significações culturalmente estabelecidas, as produções midiáticas podem ser compreendidas como artefatos culturais (MAGALHÃES; RIBEIRO, 2013).

Enquanto artefatos que não apenas veiculam, mas produzem saberes e formas de subjetivação, as produções midiáticas podem também ser encaradas como artefatos pedagógicos de determinadas pedagogias culturais (DE ANDRADE, 2017). Assim, a produções midiáticas que representam práticas sexuais disseminam culturalmente uma certa pedagogia a respeito da sexualidade e seu exercício.

Nas sociedades capitalistas globalizadas, o desenvolvimento acelerado das tecnologias informacionais e de comunicação levou a um incremento sem precedentes da influência dos meios de comunicação em massa - tradicionais e inéditos - sobre a população, garantindo acesso constante e instantâneo a produções midiáticas e entretenimento (DE CAMPOS, 2006). Todavia, a disseminação desses artefatos culturais no meio social não desempenha apenas efeitos pedagógicos. De um ponto de vista psicanalítico no capitalismo globalizado, onde imperam as relações de consumo, seriam os objetos da cultura o gozo suplementar, a impossível completude cuja recuperação é buscada na ininterrupta sucessão da cadeia significante (TEIXEIRA; COUTO, 2010). Como consequência desse processo, no que tange aos artefatos culturais que representam práticas sexuais, o sujeito é levado a reproduzir de forma automática as mesmas práticas, em uma cadeia de gozo que limita a multiplicidade tipológica do desejo sexual.

Esse panorama, por sua vez, parece sugerir um aparente grau de subordinação das práticas sexuais à maneira como são representadas na mídia. Em vista disso, revela-se necessária uma investigação sobre a forma como têm sido caracterizados na literatura científica os modelos de representação de práticas sexuais.

MÉTODO

A pesquisa tem o delineamento qualitativo de caráter exploratório (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006). Configura-se como uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) que levantou artigos e para a sua descrição foi realizada uma categorização, assim como proposto por Bardin (2011): (a) leitura e pré-análise; (b) agrupamento e exploração do material, elaborando categorias temáticas mutuamente exclusivas.

Assim, em um primeiro momento, a partir do método de revisão narrativa da literatura (ROTHER, 2007), realizou-se buscas no portal de periódicos CAPES por quatro descritores (“filmes”, “cinema”, “livros” e “literatura”), combinados ao descritor “práticas sexuais” por meio do operador booleano “AND”. Além disso, as buscas foram realizadas sem a delimitação de um intervalo de publicação ou área do conhecimento específicos - e com o emprego de aspas (“), de modo a obter resultados mais precisos.

Como critérios de seleção e exclusão, adotou-se 1) a presença de somente um artefato cultural como objeto de análise ou intervenção e 2) a abordagem das práticas sexuais enquanto fenômeno distinto da sexualidade enquanto categoria identitária.

Assim, dos 29 resultados obtidos na primeira busca (“práticas sexuais” AND “livros”), 51 na segunda (“práticas sexuais” AND “literatura”), 10 na terceira (“práticas sexuais” AND “filmes”) e 4 na quarta (“práticas sexuais” AND “cinema”), totalizando assim 94 resultados, foram selecionados, a partir da leitura dos resumos e aplicação dos critérios de seleção e exclusão, os 8 artigos que constituem a amostra de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baqué (s.n.), citado por, Maingueneau (2010) afirma que a imagem erótica e pornográfica diferem-se pelo modo de gerir o código, a escrita visual: na pornografia, a imagem visual do sexo se estrutura de forma unívoca na transmissão da mensagem, recusando qualquer ambiguidade ou equívocidade.

Nesse sentido, pode ser pensado que o objetivo do discurso pornográfico visa desencadear, de forma direta e não sugestiva, uma medida de excitação sexual; por outro lado, o discurso erótico é caracterizado pelo processo por meio do qual, através dos recursos simbólicos da linguagem, a cena sexual é transformada em um objeto de contemplação estética (MAINGUENEAU, 2010).

Partindo dessa delimitação dos modelos erótico e pornográfico em um plano discursivo, propõe-se a adoção de três categorias de análise da amostra, apresentadas a seguir. De modo a assegurar a coerência dos resultados com o objeto proposto, o desenvolvimento das categorias mantém um grau de ajustamento às particularidades constituintes das formas erótica e pornográfica.

O Quadro 1 apresenta a distribuição das produções bibliográficas selecionadas entre as categorias temáticas desenvolvidas segundo o método de Análise de Conteúdo.

Quadro 1 - Categorias e produções bibliográficas

Categorias	Produções bibliográficas
Representação de caráter excitatório de práticas sexuais em que predomina a presença de inferência	CASTRO, 2016; SILVA, 2020; SILVA, 2021; SOARES, 2020; SOBREIRA, 2019;
Representação de caráter estético-contemplativo de práticas sexuais em que predomina a presença de ambiguidade e/ou equivocidade	ALMEIDA; MELLO, 2019;
Representação de caráter informativo/didático de práticas sexuais em que predomina a presença de inferência	ROSAS <i>et al.</i> , 2020; STEPHANOU, 2011;

Fonte: autores.

1) Representação de caráter excitatório: predomínio da presença de inferência;

Essa categoria descreve um conjunto de atributos e características formais corriqueiramente associados às representações de práticas sexuais por meio da linguagem pornográfica. Nesse sentido, ela abrange as produções bibliográficas cujos artefatos culturais analisados dispõem de representações de práticas sexuais que têm como objetivo funcionar como um meio de estimulação sexual, mobilizando, para tanto, enunciados carregados de um sentido implícito.

2) Representação de caráter estético-contemplativo: presença de ambiguidade e/ou equivocidade;

Essa categoria sintetiza as propriedades tipicamente encontradas nas representações sexuais segundo a forma erótica. Isso significa que ela engloba as produções bibliográficas que tratam de artefatos culturais cujas representações de práticas sexuais podem ser lidas como um arranjo discursivo voltado para a contemplação e apreciação estéticas. Nelas é também flagrante a presença da função poética que, através de ambiguidades, equivocidades e deslocamentos, destaca a beleza da cena sexual.

3) Representação de caráter informativo/didático: predomínio da presença de inferência;

Por fim, essa categoria consiste em uma categoria residual, aos moldes do que definem Carlomagno e Rocha (2016). Ela descreve uma série de características formais de representação de práticas sexuais que, pelo caráter meramente informativo ou didático, não podem ser apreendidas no domínios erótico ou pornográfico pelas características diferenciais de cada um.

Dito isso, essa categoria compreende as produções bibliográficas nas quais às representações de práticas sexuais encontradas nos respectivos artefatos culturais analisados é atribuído um caráter majoritariamente informativo e/ou didático - não encaixando-se, portanto, em nenhuma das demais categorias. Ressalta-se ainda que os objetos aqui reunidos, além de atender aos critérios anteriores, contam com enunciados em que predomina a marca do sentido implícito imputado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos parecem descrever, na literatura científica, uma predominância do modelo pornográfico de representação. Porém, o tamanho reduzido da amostra impede essa generalização. Ressalta-se que a comprovação das hipóteses levantadas requer a replicação do estudo com uma coleta mais ampla. De todo modo, os resultados enfatizam o papel preponderante que o discurso pornográfico exerce na produção de valores e saberes sobre a práticas sexuais na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARLOMAGNO, M. C. & ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v.7, n.1, 2016.

CASTRO, R. P. de. "... ele ficava apavorado e tampava os olhos": provocações de um filme atravessando formação docente, sexualidades e religiosidades. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016.

DE ANDRADE, P. D. ARTEFATOS CULTURAIS MIDIÁTICOS E PEDAGOGIAS CULTURAIS: UMA ANÁLISE PARA EXPLORAR AS QUALIDADES PEDAGÓGICAS DA VIDA CONTEMPORÂNEA. *In: Reunião Nacional da ANPeD: Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência*, 38. Educação e Comunicação, GT 16, 2017. p.1-16.

DE CAMPOS, R. M. M. Indústria cultural e cultura da mídia: produção e distribuição do entretenimento na sociedade global. *Communicare (São Paulo)*, v. 06, p. 105-113, 2006.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.



MAGALHÃES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C. Algumas possibilidades para a promoção de uma educação para a sexualidade. *Rev. Diversidade e Educação*, v.1, n.1, p. 45-46, jan./jun. 2013.

MAINGUENEAU, D. *O Discurso Pornográfico*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAMOS DE ALMEIDA, G. M.; MELLO, J. G. de. Oh bondage! Up yours! Sexualidades dissidentes e manifestações não-normativas do desejo na obra de Hito Steyerl. *E-Compós*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2019. DOI: 10.30962/ec.1559.

ROSAS, N. *et al.* Sexo degradante e destruidor: uma análise sobre as interdições sexuais presentes nos livros evangélicos. *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 1, p. 243-273, jan. 2021.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. In: *Acta paul. enferm.* 20 (2), Jun 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, A.; KLEIN, C. Pedagogias de gênero e sexualidade no jornal lampião da esquina (1978). *Diversidade e Educação*, [S. l.], v. 9, n. Especial, p. 49-67, 2021

SILVA, A. E. A. O Corpo em explosão na Literatura Cearense: Uma Análise de Discurso Pornográfico em "A Gota Delirante", de Moreira Campos. *REVELL REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS*, [S. l.], v. 2, n. 25, p. 531-553, 2021.

SILVA, R. K. M. As rotas do desejo de Zulé: faces da sexualidade em Del rojo de su sombra, de Mayra Montero. *Letrônica*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e35053, 2020. DOI: 10.15448/1984-4301.2020.1.35053.

SOARES, A. P. O bolero de Ravel: erotismo e morte em "O corpo", de Clarice Lispector. Macabéa – *Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9., n. 3., 2020, p. 220-242.

SOBREIRA, L. O corpo suplicante e suplicado em O escuro que te ilumina, de José Riço Direitinho. *Iberic@l*, n. 16, 2019, pp.89-101.

STEPHANOU, M. O que um menino deve saber para seu bem: representações de infância em manual de educação moral e sexual do início do século 20. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 63-87, 2011.

TEIXEIRA, V. L.; COUTO, L. F. S.. A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacanianiana. *Psicologia em Estudo*, v. 15, n. 3, p. 583-591, set. 2010.

CORAÇÃO SELVAGEM: O RELATO DE SI NO INVENTAR DE UMA POÉTICA PESSOAL

Trabalho de Conclusão de Curso

Milena Flick
PPGAC UFBA

Orientadora: Cássia Lopes PPGAC UFBA

milenafllick@gmail.com

RESUMO

O trabalho, aqui apresentado, é resultante da tese defendida e aprovada em 2020, como requisito para a obtenção do título de doutora em artes cênicas pelo Programa de Pósgraduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia (PPGAC-UFBA). A pesquisa se organizou em torno de uma investigação teórico-prática e interdisciplinar nos campos de Artes Cênicas e Literatura, tendo como objeto de estudo o relato de si, como ato de criação. Partindo de narrativas da personagem Joana, protagonista do romance *Perto do Coração Selvagem* (1943), de Clarice Lispector, a pesquisa se desenvolveu num contexto de experimentação artístico-performativa realizada pela pesquisadora responsável. Além do romance, a pesquisa se alimenta de ensaios filosóficos e literários, poesias, imagens e registros pessoais de processos de criação artística. A escrita do trabalho se desenvolveu em articulação com elementos autorreferenciais e autobiográficos, buscando abrir espaços de experimentação da própria voz que se relata e de seu status de “sujeito” da pesquisa, rompendo com a tradicional dicotomia existente entre sujeito e objeto nos mais diversos contextos de pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Artes Cênicas; Processos de Criação; Clarice Lispector; Relato de si; Poética Pessoal.

INTRODUÇÃO

A tese “Coração Selvagem: o relato de si no inventar de uma poética pessoal” trata-se do resultado de um entrelaçamento entre artista-pesquisadora, personagem (Joana em seus relatos de si) e processo de criação (com seus fragmentos, cisões, múltiplas vozes e desvios frequentes). O objetivo principal do trabalho foi investigar um processo de criação que nos permitisse discutir os limites e potencialidades do relato de si, quando tomado como ato de criação e desenvolvimento de uma poética pessoal.

Dessa forma, a pesquisa foi catalisada pelos relatos de si da personagem Joana, acompanhando seus passos, mas, ao mesmo tempo, se estabelecendo como o próprio percurso a ser desvendado e inventado no processo: o trabalho encarna os movimentos da artista-pesquisadora em busca de um relato próprio, num ecoar das mulheres que protagonizam suas próprias vozes e no desafio de contar-se enquanto inventa a voz que relata, na performance de um poder/dizer/fazer-se artista-mulher. Por esse motivo, a tese foi, também, fruto de uma postura autoinventiva, produzida num espaço-tempo não linear, em movimentos de rememoração e atualização de performances, encontros, imagens, textos e provocações artísticas que se desenrolaram entre os anos da pesquisa.

Essa postura autoinventiva se desenvolve no exercício de elaboração textual do trabalho, a partir de uma escrita performática através da qual buscou-se propor o ato de criação de si como movimento de indeterminação, de contaminação entre sujeito e objeto da pesquisa artística. Para tanto, partiu-se do princípio de que a escrita performática seria aquela que não simula uma autoria ausente nem tenta impor qualquer neutralidade, uma vez que quem escreve também se inscreve na obra, seu corpo está imerso, presente e vivo na escrita, ligando-se às significações possíveis do texto no que ele tem de poético, político e estético (SEIXAS, 2017, p.137). Dessa forma, a escrita performática é, também, uma prática que supera aquela que escreve, uma vez que há uma exposição radical do “si mesmo”, da autora-performer que se enuncia, assim como do seu lugar de partida: “(...) exibição de rituais íntimos; a encenação de situações autobiográficas; a representação das identidades como um trabalho de constante restauração sempre inacabado (KLINGER, 2006, p. 60).

Para tanto, o trabalho teve como disparadores os seguintes objetivos: a) discutir a relação autora-personagem-pesquisadora num contexto de interpelação que ultrapassasse o sujeito empírico; b) questionar o processo de criação em torno do relato de si e discutir as implicações dessa investigação quando elaborada num contexto de composição de personagem nas artes cênicas; c) debater a presença da animalidade no romance e a emergência de uma ética selvagem do texto clariciano, tomando o selvagem como força de criação; d) reposicionar o conceito de “voz” relacionado tanto

a certa tradição literária, dramatúrgica e teatral, como a pautas políticas identitárias em expansão no Brasil, para elaborar algumas questões a respeito das construções sociais em torno de uma identidade-mulher e como elas poderiam ser abordadas no romance.

MÉTODO

O dispositivo de partida para a escrita da tese foi uma carta, escrita pela artistapesquisadora responsável pelo trabalho e endereçada à personagem Joana. Tal carta, produzida como um trabalho de final de disciplina, foi despedaçada, desmembrada, reescrita e atualizada no decorrer do processo de criação e pesquisa, abrindo espaços para a interlocução com intervenções artísticas, imagens, trechos de diário de processo e registros de experimentações. Foi, justamente, o movimento de despedaçar a carta que permitiu o fluir da escrita: desdobrando parágrafos, extraíndo não-ditos e obrigando as vozes abafadas a saltarem do ruído pra boca, pra pele, pro braço, pra mão da escrita.

Essa abordagem metodológica se baseia nas discussões e propostas da professora, artista e pesquisadora, Ciane Fernandes, quem sugere: “Começamos a escrever a partir daquilo que flui como movimento, e que pouco a pouco se define como elemento-eixo da pesquisa, a partir de uma organização ainda não conhecida, própria do então sujeito (ex-objeto) de pesquisa” (2008, p.02). Fernandes destaca a importância de compreender que esse “elemento-eixo” não se define anteriormente, mas “flui do corpo que articula teoria e prática ao mesmo tempo, numa organização flexível” (FERNANDES, 2008, p.02). Dessa forma, o objetivo é não limitar as nossas escritas a paradigmas externos, mas nos envolver com o ato de criação da própria abordagem, que será resultado das demandas que emergem do processo de criação: ouvindo suas necessidades internas e nos colocando em posição de investigação (e autoinvestigação) viva, presente, estabelecendo, dessa maneira, uma intimidade inventiva com a lógica particular do processo, com o que nos interpela e faz mover.

Nesse percurso investigativo, desenvolveu-se uma leitura (crítica, interessada e declaradamente envolvida) do romance “Perto do Coração Selvagem” e, especialmente, dos monólogos da protagonista. Essa operação partiu de uma compreensão do romance como espaço aberto à intervenção: contextual, polifônico, preñado de potência de vida e também de força e lógica próprias, tomando-o, também, como agente de processos e transformações. Tal leitura se deu acompanhada de muitas vozes (algumas convidadas, outras que forçaram passagem no texto) e, nesse movimento, foram construídas as urdiduras teóricas com as quais o percurso de investigação/invenção dos relatos foi construído. Tratou-se, portanto, de uma tradução de diálogos vivos que marcaram a

trajetória da pesquisa, enfatizando encontros com autoras, personagens, artistas e pesquisadoras que foram ecoadas ao longo do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tese foi apresentada publicamente em 31 de julho de 2020, de forma virtual, através da plataforma Youtube, devido ao contexto de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19. Orientada pela professora doutora Cássia Lopes, o trabalho se estruturou em quatro capítulos, cada um se desenvolvido a partir de uma temática particular e com certa independência em relação aos demais, apesar de interconectados pelo objeto de pesquisa, contando com uma introdução e uma carta final.

O primeiro capítulo, intitulado “Joana: um feixe de três nomes”, dedica-se ao entrelaçamento de três planos: Clarice Lispector, Joana e Milena, três eixos que guiaram o projeto. Nesse espaço, além de apresentar o objeto de pesquisa e seu contexto de produção, trabalhei com fragmentos de um diário de processo, buscando flagrar, no material apresentado, uma experimentação desse entrelaçamento entre eixos, e captar a experimentação de uma narrativa de si, que ali começava a se articular.

“Como relatar a mim mesma” é o título do segundo capítulo e apresenta uma incursão sobre o relato de si como ato de criação, partindo da metáfora do fogo proposta pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, em “O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros” (2018), além das considerações sobre o relato de si produzidas pela filósofa Judith Butler no título “Relatar a si mesmo: crítica da violência ética” (2015). Esse capítulo tensiona o processo de criação em torno de um relatar-se Joana, abarcando questões relativas a processos de composição de personagens no campo das artes cênicas. A discussão se elabora junto a um estudo fotográfico de autorretratos que sinalizam a presença de um relato de si não oralizado, mas produzido no suporte de imagem visual.

O capítulo seguinte, “Coração Selvagem”, se organizou como um espaço para discutir a animalidade no romance de Clarice a partir da galinha, da víbora e do cavalo.

Para tanto, trabalhou-se com “O animal que logo sou” (2002) do filósofo Jacques Derrida, “Literatura e Animalidade” (2016) da pesquisadora Maria Esther Maciel e com as contribuições de Evando Nascimento em “Clarice Lispector: uma literatura pensante” (2012). Nesse capítulo, emerge do texto um devir-animal como potência de vida e o selvagem como força de criação: trabalhando numa leitura crítica ao antropocentrismo humanista logocêntrico, o texto propõe e articula a possibilidade de uma poética selvagem que exista numa zona de passagem entre humanidade e animalidade.

“Vozes” é o último capítulo da tese e nele trabalhamos com diferentes noções presentes na tradição literária, dramática e teatral, mas, também, em pautas políticas identitárias. O debate se desenvolve, principalmente, a partir do capítulo “A mulher da voz e Joana” (LISPECTOR, 1987) e das contribuições de Paul Zumthor (1993 e 2007) e Edilene Matos (2018). Algumas vozes dos relatos de Joana são convocadas e outras, ecoadas, na tentativa de elaborar provocações a respeito de construções sociais que circunscrevem certa “identidade-mulher” e como elas são abordadas no texto clariciano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese é finalizada num retorno à carta endereçada à Joana, reescrita e revisitada durante a pesquisa, e que organiza algumas considerações a respeito de uma poética pessoal, articulada na relação de proximidade entre a artista pesquisadora e seu objeto de pesquisa. O texto final surge como um manifesto por retomar, reconquistar o poder performativo da palavra: propondo o relato de si como uma possibilidade de autoinvenção. Ainda em fase de publicação do material escrito, a defesa da tese pode ser acompanhada no canal oficial do PPGAC UFBA, na plataforma Youtube, através do link: https://www.youtube.com/watch?v=Ro_gCnEsorg.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita arte e livros*.

SANTURBANO, Andrea e PETERLE, Patricia (trad.). 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. BETTONI, Rogério (trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou (A seguir)*. LANDA, Fábio (trad.). São Paulo: editora UNESP, 2002.
FERNANDES, Ciane. *Entre Escrita Performativa e Performance Escrita: O Local da*

Pesquisa em Artes Cênicas com Encenação. v. 19, n. 1: X Congresso da ABRACE, 2008. Disponível em <<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/1607>> Último acesso: 15/08/2023.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Tese. Rio de Janeiro: UFEJ – Instituto de Letras, 2006.

LISPECTOR, Clarice. *Perto do Coração Selvagem*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

MATOS, Edilene. *A voz e suas poéticas*. Repertório, Salvador, ano 21, n. 30, p. 81-99, 2018.1.



NASCIMENTO, Evando. *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEIXAS, Rebeca. *A escrita performática como discurso político e a trilogia metadramatúrgica gogoliana*. Revista Urdimento, v.2, n.29, p. 128-144. Florianópolis, 2017.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura* (1990). FERREIRA, Jerusa Pires e FENERICH, Suely (trad.). 2ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

_____. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. PINHEIRO, Amálio e FERREIRA, Jerusa Pires (trad.). São Paulo: Campanha das Letras, 1993.

O TERRITÓRIO-CORPO E A RETOMADA DE MEMÓRIA: IMAGENS DE JAÇANÃ E ZABELÊ PATAXÓ NO AUDIOVISUAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Priscila Santos da Glória
Professora Assistente do Colegiado de História UNEB/ XVIII
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Memória:
Linguagem e Sociedade da UESB
pgloria@uneb.br

Edson Silva de Farias, Orientador
professor adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da UNB
Professor associado do Programa de PósGraduação em Memória:
Linguagem e Sociedade da UESB

RESUMO

A partir das imagens das anciãs Jaçanã e Zabelê Pataxó, retiradas de dois documentários, nos quais elas reafirmam sua ancestralidade, e pertencimento ao seu território mesmo diante do “Fogo de 1951”, debatemos as políticas de memória (HUYSSSEN, 2014) no extremo sul da Bahia, as quais elaboram discursos que permeiam o antagonismo lembrança/esquecimento. As anciãs utilizando seus corpos e gestos emanam uma memória ancestral, reafirmando seus corpos como continuidade do seu território. Utilizaremos o conceito “território-corpo” para compreender a “terra como território, prolongamento indissociável do corpo” (HAESBAERT. 2020, p. 82).

Palavras-chave: Território-corpo; Imagens; Jaçanã Pataxó; Zabelê Pataxó; Políticas de memória.

INTRODUÇÃO

O presente texto debate a política de memória (HUYSSSEN, 2014) no extremo sul da Bahia, mais especificamente no que conhecemos como “costa do descobrimento¹”, a partir de imagens retiradas de uma produção audiovisual que contribuí com o processo de retomada territorial dos povos Pataxó, relacionamos esse processo com uma retomada de memória. Interrogamos as imagens das anciãs Jaçanã e Zabelê Pataxó, para rompermos com o apagamento imposto pela colonialidade.

O primeiro documentário que gerou a discussão aqui apresentada foi *Memórias do Fogo de 51*, dirigido por Ramon Rafaello e Karkaju Pataxó (2022), teve como tema gerador a repressão policial ocorrida no Parque Nacional Monte Pascoal, em 1951. O segundo audiovisual apresentado é *Impressões Nativas do Descobrimento*, dirigido por Paulo Paiva e Jacó Galdino (2013).

MÉTODO

A metodologia empregada é análise de imagens documentais presentes na produção audiovisual do extremo sul da Bahia, As imagens são captadas no tempo presente e rememora eventos traumáticos do século XX, mas circunscreve a invasão do colonizador no século XVI, assim vamos tentar entender a heterogeneidade das três temporalidades presentes nas imagens, pois como afirma Georges Didi- Huberman (2012, p. 207): a imagem é “um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos complementares”. Para nos auxiliar nessas análises utilizaremos intelectuais indígenas como Márcia Kambeba (2020), Ailton Krenak (2020), Casé Angatu (2020) e Daniel Mundukuru (2018), refletiremos sobre o pertencimento dos povos originários ao seu território, diretamente ligado a natureza e sua ancestralidade; além do livro de Nitynawã Pataxó (2011), *Yêp xohã ui awãkã Pataxó: as guerreiras na História Pataxó*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendemos que a produção audiovisual do extremo sul da Bahia problematiza as políticas de memória (HUYSSSEN, 2014) que se apoia em uma história narrada sob a perspectiva dos colonizadores e que ecoa até a atualidade. O discurso do colonizador estruturara publicamente as memórias que são celebradas, rememoradas em monumentos, e que instrumentalizam uma política patrimonialista. Tanto o documentário *Memórias do Fogo de 1951*, quanto as *Impressões Nativas do Descobrimento*,
1 Reconhecida como patrimônio da humanidade pela UNESCO

partem das memórias da repressão policial ocorrida em 1951, sucedida após a chegada de dois homens, os quais afirmavam representar o governo federal, na Aldeia do Bom Jardim². Segundo os indígenas, os homens eram, na verdade, integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os envolveram em um furto. A polícia, por sua vez, elaborou uma repressão ostensiva contra os povos Pataxó, que durou 30 dias, prendendo e atirando contra homens, mulheres e crianças (MEMÓRIAS, 2022).

Conforme Nitynawã Pataxó (2011, p.20) “Os mais velhos contam várias histórias dessa época, mas se sentem muito tristes quando têm de falar sobre isso”.

Ideídes Pataxó relatou que “eles entravam nas casas com os cavalos, aqueles velhos que não podiam correr iam morrendo por ali mesmo. E as crianças que corriam (...) eles iam pisando em cima”. No documentário *Memórias do Fogo de 1951* destacamos a imagem de Jaçanã Pataxó, que também apresenta uma memória traumática quando afirma que os brancos encostavam a barriga das mulheres grávidas no fogo para elas perderem as crianças, “judiando dos índios, como os brancos querem fazer hoje”, e ela enfatiza que “índio também é gente”, enquanto narra, ela olha para o céu para lembrar-se de Tupã.

Imagem 01 Jaçanã Pataxó



Fonte: Documentário *Memórias do Fogo de 1951*

Jaçanã Pataxó é uma anciã e guardiã da memória do seu povo, como Zabelê Pataxó, liderança fundamental no processo de retomada das terras indígenas de Comexatibá, o curta *Impressões Nativas do Descobrimento* (2013), capturou uma das últimas imagens de dona Zabelê que faleceu em 2012. É preciso destacar que essas anciãs guardam, sobretudo, uma “memória ancestral”, quando rememoram Tupã. No

² Aldeamento criado em 1861. Território que hoje é a Aldeia Barra Velha.

entanto, os colonizadores passaram “por cima da memória e escreveram no corpo dos vencidos uma história de dor e sofrimento”, os forçando a serem povos “sem-memória” (MUNDURUKU, 2018, p. 82).

Em 1940 o governo federal reconheceu duas áreas de preservação ambiental: Parque Nacional Monte Pascoal e Parque Nacional do Descobrimento, e determinou a retirada dos povos originários. A interpretação partiu de uma política ambiental excludente (PELEGRINI, 2006), onde a política de memória retirou o patrimônio daqueles que garantiam sua existência e ressonância (GONÇALVES, 2005). Assim, a vida dos Pataxó foi ameaçada “quem vivia em torno do Monte Pascoal, não tinha direito de caçar, pescar e colocar roças” (PATAXÓ, 2011, p. 18). Após o Fogo de 1951 os sobreviventes fugiram do Monte Pascoal, mas desde a década de 1990 eles estão em processo de retomada do seu território, declarando: “decidimos imediatamente RETOMAR o nosso território (...) protegidos pela memória dos antepassados (...) queremos deixar claro (...) que não somos destruidores de florestas” (CARTA, 1999).

Dona Zabelê rememora a mata que era seu lar: “Eu não comia feijão, não comia farinha, minha comida era só os bichinho do mato, e as arvore que tinha nós comia era as fruta do mato, eu tenho saudade da minha mata” (IMPRESSÕES, 2013). Angatu

(2020, p. 63) ressalta: “na natureza sagrada estão nossas/nossos Encantadas/ Encantados, Ancestrais e Espiritualidade”. Kambeba (2020, p. 90) diz da impossibilidade da separálos da natureza, porque “a noção de bem viver para os povos está ligada ao equilíbrio do corpo e alma com a natureza”. Nessa perspectiva os olhos de dona Zabelê encheram d’água, na imagem 02, quando imaginou: “eu choro por causa desses netos, eu choro de Tupã me levar e ficar meus netos atoa sem nada, será que vocês não sente isso, de ficar meus neto tudo atoa, sem canto nenhum pra ficar?” (IMPRESSÕES, 2013).

Imagem 02: Dona Zabelê Pataxó



Fonte: Documentário *Impressões nativas do descobrimento*



Dona Zabelê se encantou, mas a luta dos povos originários continua, uma luta por seu território ancestral, que é uma luta pela própria vida. Tanto Jaçanã, quando dona Zabelê utilizam seus corpos, através dos gestos, expressões faciais para demarcar a “relação indissociável de seus corpos/afetos com os espaços de vivência cotidiana,” (HAESBAERT, 2020, p. 87).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante a uma política de apagamento, a história dos povos originários continua ardendo pela memória. Apagamento que é vislumbrado pela nomenclatura e reconhecimento do patrimônio como “Costa do Descobrimento”, e efetivado quando se configura o Parque Nacional Monte Pascoal. Como enfrentamento a produção audiovisual do extremo sul da Bahia busca na história e memória Pataxó elementos visuais e narrativos que elaboram uma retomada de memória alicerçada na retomada territorial Pataxó. As anciãs por sua vez guardam uma memória ancestral do seu pertencimento a natureza, utilizando seu “território-corpo” para garantir a sobrevivência do seu povo.

REFERÊNCIAS

ANGATU, Casé. Carama suí îe'emonguetás îe'engaras: Carubas Moemas îe'engas – (Re)existências indigenamente decoloniais. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

CARTA do Povo Pataxó às autoridades brasileiras. Aldeia de Monte Pascoal. Porto Seguro, 19 de agosto de 1999. In: CARVALHO, Maria do Rosário. O MONTE PASCOAL, OS ÍNDIOS PATAXÓ E A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO. **Caderno CRH**, v.22, n.57, p. 507-521, set/dez, 2009.

DIDI- HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. Pós: **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, p. 206-219, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, nº23, jan/jun 2005.

HAESBAERT, Rogério. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. In: **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol: 22, n.48, 2020.

IMPRESSÕES Nativas do Descobrimento. Direção: Paulo Paiva e Jacó Galdino. Brasil. 2013. 26 min 41 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pjen4vdpmSY&t=830s>. Acesso em 25 nov. 2022.

HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica, 2014.



KAMBEBA, Márcia Wayna. O Olhar da palavra: escrita da resistência. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. **MEMÓRIAS do Fogo de 1951**. Direção: Ramon Rafaello e Karkaju Pataxó. Brasil. 2022. 23 min 04 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I5GAxr95cgs> Acesso em 21 out. 2022

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura – O reencontro da memória. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIRA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

PATAXÓ, Nitynawã. **Yêp xohã ui awãkã Pataxó**: as guerreiras na História Pataxó. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140, 2006.

MEMÓRIA DO DISCURSO DA PUREZA ATRELADO A UMA POLÍTICA PÚBLICA GOVERNAMENTAL

Dissertação de Mestrado (em desenvolvimento)

Saulo Albert
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Autora e orientadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

sauloalbert404@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a campanha *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois: Tudo Tem o Seu Tempo*, a fim de identificar na referida campanha, que foi uma política pública desenvolvida durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, traços de um discurso da pureza, vinculado a uma certa concepção de família e a supostos “valores tradicionais”. Objetivamos, portanto, estudar o domínio de memória dessa campanha, com base em escritos de Michel Foucault. Nesse sentido, a relevância deste trabalho está na possibilidade de articular, teoricamente, alguns pressupostos foucaultianos a um conjunto de dados. Além disso, trata-se de uma problemática ainda atual, uma vez que uma memória dessa campanha reverbera em uma frente parlamentar potencialmente misógina. Nessa perspectiva, analisar esse panorama brasileiro permite-nos estabelecer relações com uma memória vinculada à desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Pureza sexual; Desigualdade de gênero; Domínio de memória.

INTRODUÇÃO

Em 2020, sob a gestão federal de Jair Messias Bolsonaro, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), liderado por Damares Alves, juntamente com o Ministério da Saúde, sob a gestão do ministro Luiz Henrique Mandetta, anunciou uma política de saúde pública voltada ao público juvenil: a campanha *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois: Tudo Tem o Seu Tempo*. Essa Política Nacional, que se autodefinia como prevenção ao risco da atividade sexual precoce, foi desenvolvida com base em diálogos com grupos evangélicos defensores de uma concepção de *pureza sexual*, o que acarretou um projeto contrário ao que a própria campanha qualificou como “erotização precoce”¹ (Cabral; Brandão, 2020).

Um desses grupos evangélicos consultados estava ligado à campanha de promoção da pureza sexual dos jovens, cujo título é *Eu Escolhi Esperar* (EEE), e que obteve grande popularidade na internet (Cabral; Brandão, 2020). Nelson Junior, um dos líderes da EEE, apesar de afirmar que o projeto de Damares não teria viés religioso, acresce que ele teria uma “linguagem para respeitar os valores familiares”².

Essa ideia de defesa política dos valores familiares, entretanto, não é puramente secular, pois reverbera e reconfigura iniciativas dos evangélicos estadunidenses, da segunda metade do século XX, os quais passaram a se envolver cada vez mais na esfera política em defesa dos *valores familiares tradicionais* na forma de uma contraposição a conquistas dos movimentos progressistas de gênero e de orientação sexual (Dowland, 2015; Hefley, 1991; Smith, 1997). Em consonância com esse movimento, a EEE trabalha com as ideias de *preservação sexual* e de *integridade emocional*, ensinando a “importância de guardar o corpo para viver as experiências sexuais com outra pessoa somente depois do casamento” (Ferreira Neto Junior, 2015, p. 56).

Diante desse panorama, perguntamos: a campanha *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois: Tudo Tem o Seu Tempo* reconfigura e materializa a memória de um discurso de pureza que reforça a desigualdade de gênero? Para responder essa questão problema, objetivamos analisar o domínio de memória dessa campanha para uma melhor compreensão da relação entre gênero e discurso da pureza que reverberou na campanha do Governo Federal contra a “erotização precoce”.

Justificamos o desenvolvimento deste trabalho pelo fato das teses que embasaram a referida campanha governamental, apesar do término do mandato de Jair Messias

1 Publicidade em vídeo da campanha *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois – Tudo Tem Seu Tempo*, publicada pelo Ministério da Saúde, no Facebook, em 02/02/2020. Disponível em: https://www.facebook.com/minsaude/videos/campanha-de-preven%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0gravidez-na-adolesc%C3%Aancia/537729460606401/?locale=hi_IN [Acesso em 24/07/2023].

2 Matéria intitulada “Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não fazer sexo”, publicada em BBC News Brasil em 06/12/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50682336> [Acesso em 11/08/2023].

Bolsonaro, ainda reverberarem politicamente, através, por exemplo, da *Frente Parlamentar contra a Sexualização Precoce de Crianças e Adolescentes*, com a participação da (atualmente) senadora Damares Alves³, o que retifica a atualidade e a relevância desta proposta de análise.

MÉTODO

Como esta se trata de uma pesquisa no campo da memória, desenvolvemos um estudo qualitativo, com base nos escritos foucaultianos, sobre *domínio de memória e acontecimento discursivo*. Acrescentamos, ainda, um direcionamento de análise em nível comparativo, colocando em relação o panorama brasileiro (da campanha *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois: Tudo Tem o Seu Tempo*) e um projeto estadunidense, lançado em 1993, chamado *True Love Waits*.

De acordo com Michel Foucault, o domínio de memória trata dos enunciados “[...] que já não são nem admitidos nem discutidos, que já não definem, por conseguinte, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas a respeito dos quais se estabelecem relações de filiação, de gênese, de transformação, de continuidade [...]” (2014a, p. 97). Para analisarmos como a campanha governamental contra a *erotização precoce* reproduz um modelo de desigualdade de gênero, recorreremos à memória de um projeto estadunidense com o qual essa campanha brasileira possui relações de filiação e de gênese, apesar de isso não ser discutido no projeto do governo Bolsonaro. Somado a isso, partimos da hipótese da existência de um discurso da pureza que reverbera e se reconfigura de acordo com certas condições de possibilidade. Ele emerge, por exemplo, na forma de uma valorização da “pureza de coração” (Foucault, 2014b, p. 288), ainda na Roma Antiga; na tese da *carne* como impureza, veiculada por filósofos cristãos defensores da virgindade entre os séculos III e IV (Foucault, 2021); ou mesmo na retomada dessa concepção de pureza nas esferas da medicina e da psiquiatria entre os séculos XVIII e XIX (Foucault, 2019). Logo, se há acontecimentos que reconfiguram e reelaboram um discurso da pureza, a partir do seu domínio de memória, podemos supor que há uma relação entre *acontecimentos discursivos*, cujos jogos de relações (Foucault, 2014a) podem ser descritos. É isso que começaremos a fazer, a seguir, a partir da delimitação do movimento *True Love Waits*.

³ Publicação de Damares Alves na rede social Twitter, em 24/02/2023, em apoio à criação da Frente Parlamentar Contra a Sexualização Precoce de Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://twitter.com/damaresalves/status/1629265109468995585?s=46&t=5-IURoH1pv2LdzFMpIO4fg> [Acesso em 25/07/2023].

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um de seus livros, o pastor Nelson Junior (2015) reconhece que a sua campanha, a EEE, seria fruto de outra similar, a *Quem ama espera*. Promovida, no Brasil, na década de 1990, pelos pastores Jaime Kemp e Josué Campanhã, a *Quem ama espera* inovou nacionalmente ao falar sobre sexo aos jovens nas igrejas, modelo pedagógico que antes era visto como tabu (Prates, 2021; Ferreira Neto Junior, 2015). A *Quem Ama Espera*, por sua vez, também é inspirada em outra campanha, a estadunidense *True Love Waits* (TLW) (Bellotti, 2019; Custódio, 2016).

Para entendermos a TLW, por conseguinte, é preciso mencionar o conflito interno da instituição na qual essa campanha surgiu: a Convenção Batista do Sul (CBS). Ao decorrer da segunda metade do século XX, muitos grupos evangélicos norte-americanos se mostravam insatisfeitos com a secularização da cultura e da política, juntamente com os avanços e conquistas dos movimentos sociais como os feministas e os homoafetivos (Dowland, 2015). Em paralelo, dois grupos estavam em conflito, pelo poder na CBS: os moderados e os fundamentalistas, os moderados em prol de uma interpretação menos literal da Bíblia e os fundamentalistas a favor de um retorno aos *fundamentos* da Bíblia, com uma leitura mais literal (Smith, 1997; Hefley, 1991). No ano de 1979, os fundamentalistas chegaram ao poder na CBS e, ao decorrer dos anos seguintes, conseguiram ocupando vários dos cargos importantes da instituição, levando ao lançamento, em 1993, da TLW, como uma ampla campanha religiosa, política e midiática, voltada ao público jovem, pregando a pureza sexual e os *valores familiares tradicionais* (Landres, 1996).

No polo de resistência a esse movimento, contudo, diversas publicações acadêmicas e científicas apontam para uma ineficácia desse modelo de campanha de pureza convertida em política pública (Brückner; Bearman, 2005; Cabral; Brandão, 2020; The Society, 2017). Além disso, esse tipo de projeto, reverberando *valores familiares ditos tradicionais*, reconfigura desigualdades de gênero históricas, retomando uma maior responsabilização feminina na manutenção da pureza (Klein, 2018) – o que se materializa, por exemplo, na majoritária presença feminina durante pregações do EEE (Hortelan, 2019). Esses trabalhos, contudo, não foram considerados, e nem o TLW foi mencionado, na elaboração da campanha brasileira contra a *erotização precoce*.

Essa defesa das diferenças entre os gêneros, conforme os *valores familiares tradicionais*, pode ser ilustrada, ainda, pela publicação de dois livros por parte do EEE: *Eu Escolhi Esperar: para eles* e *Eu Escolhi Esperar: para elas*. No tomo direcionado às jovens evangélicas, o pastor Nelson Junior (2013) apresenta algumas orientações como: a menina que dança para Deus *não deveria fornicar* com o namorado; mulheres



de verdade abririam sorrisos, e não as pernas; as jovens deveriam fugir da sensualidade, não promovendo a beleza do próprio corpo; e a intimidade sem compromisso seria prostituição. Ainda nesse livro, Nelson Junior (2013, p. 68) escreve: “Deus enxerga uma princesa dentro de cada menina. Mas você, menina, que decide se deseja ser uma princesa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, que objetivou analisar se a campanha *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois: Tudo Tem o Seu Tempo* reconfigura e materializa a memória de um discurso de pureza, o qual reforça a desigualdade de gênero, recorreu a concepção foucaultiana de *domínio de memória* para mostrar que existe uma interface entre essa campanha e o projeto *True Love Waits* (acontecimento discursivo, na esfera da pureza, em prol dos valores familiares tradicionais). Entendemos, portanto, que a campanha contra a *erotização precoce*, desenvolvida pelo Ministério de Damares Alves, contrária às conquistas históricas de movimentos sociais, como o feminista e o homoafetivo, reproduz, de modo reconfigurado, discursos que enfatizam a desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BELLOTTI, Karina Kosicki. “Quanto mais santidade melhor”: campanhas midiáticas de pureza sexual (1990-2010). **Reflexão**, [S.L.], v. 44, p. 1-17, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/4504>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRÜCKNER, Hannah; BEARMAN, Peter. After the promise: the std consequences of adolescent virginity pledges. **Journal Of Adolescent Health**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 271278, abr. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2005.01.005>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 8, p. 1-5, 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WryX9xCMY5vwNwjM33pqbyb/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2022.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A juventude solteira e a sexualidade: abordagem e implicações na pregação protestante. In: **Anais do VI Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST, v. 4, p. 38-53, 2016. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/617>. Acesso em: 22 maio 2022.

DOWLAND, Seth. **Family values and the rise of the christian right**. Filadélfia: University of Pennsylvania, 2015.

FERREIRA NETO JUNIOR, Nelson Pinto. **Eu Escolhi Esperar**. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2015.

_____. **Eu Escolhi Esperar**: para elas. Vila Velha: Above publicações, 2013.



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2014a.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HEFLEY, James C. **The conservative resurgence in the Southern Baptist Convention**. Hannibal: Hannibal Books, 1991.

HORTELAN, Luiza Terassi. “Moderno à moda antiga”: discursos terapêuticos, concepções românticas e performances de gênero no movimento Eu Escolhi Esperar. **Debates do NER**, [S. l.], v. 2, n. 34, p. 251–277, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/89956>. Acesso em: 19 jan. 2023.

KLEIN, Linda Kay. **Pure**: inside the evangelical movement that shamed a generation of young women and how I broke free. Nova Iorque: Touchstone, 2018.

LANDRES, J. Shawn. When the Medium isn't the message: the true love waits campaign. **Religion & Education**, Santa Barbara, v. 23, n. 1, p. 25-33, jun. 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/15507394.1996.11000820>. Acesso em 03 nov. 2022.

PRATES, Gerson Dieter. **Sim! Escolhi Esperar**: análise dos modos de educar jovens sobre gênero e sexualidade através de uma campanha cristã. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SMITH, Oran P. **The rise of baptist republicanism**. Nova Iorque: New York University, 1997.

THE SOCIETY for Adolescent Health and Medicine. Abstinence-Only-Until-Marriage Policies and Programs: an updated position paper of the society for adolescent health and medicine. **Journal Of Adolescent Health**, [S.L.], v. 61, n. 3, p. 400-403, set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.06.001>. Acesso em: 07 abr. 2023.

A EDUCAÇÃO BINÁRIA DE GÊNERO ENDEREÇADA ÀS CRIANÇAS EM ARTEFATOS CULTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Raquel Pipolo Pinto
raquelpipolop@gmail.com

Mariangela Momo

RESUMO

O presente ensaio se configura em um recorte de uma tese, que se encontra em andamento, e tem como objetivo analisar três trabalhos acadêmicos que se ocuparam em investigar a educação de gênero e a interpelação para o consumo infantil em três diferentes artefatos culturais. Trata-se dos seguintes artefatos: publicidade, desenhos de animação e rede social. A justificativa para se analisar estudos que problematizam artefatos culturais direcionados ao público infantil está na compreensão, advinda dos Estudos Culturais, de que estes artefatos operam com estatuto pedagógico, pois educam as crianças sobre gênero e consumo. Utilizamos como método o mapeamento sistemático da literatura fundamentado em Dermeval, Coelho e Bittencourt. Para compor a análise, foram selecionados três trabalhos a partir da pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As análises dos trabalhos evidenciam que a educação de gênero dicotômica (menino x menina) foi utilizada para interpelar o consumo e reforçar estereótipos culturais de gênero, menina como amável, bela e princesa e menino como forte, inteligente e príncipe. Os trabalhos demonstram que a dicotomia de gênero é amplamente aceita pela sociedade atual e por isso uma estratégia recorrente para se vender produtos e serviços direcionados ao público infantil. Ao analisarmos os três estudos, inferimos que a educação dicotômica de gênero presentes nos artefatos investigados promoveram o apagamento e o silenciamento de outras maneiras das crianças vivenciarem experiências de gênero para além (independentes) da binaridade.

Palavras-chave: Infância; Gênero; Artefato Cultural; Norma Binária e Consumo.

INTRODUÇÃO

O campo dos Estudos Culturais em Educação nos permite empreender que há processos educativos nos mais diversificados artefatos culturais dispostos socialmente. Sejam eles midiáticos ou não, filmes, publicidades, séries televisivas, músicas, brinquedos, desenhos animados, telenovelas, jogos *online*, revistas, propagandas de TV, literatura infantil, rede social, entre outros, ensinam e educam sobre gênero as crianças enquanto as formam consumidoras (Steinberg, 1997; Kellner, 2001; Giroux, 2004; Andrade, Costa, 2010, Momo, 2007). À vista disso, elegemos analisar três diferentes trabalhos acadêmicos que investigaram artefatos culturais (desenho de animação, publicidade e rede social) e analisaram a educação de gênero presentes nesses artefatos e suas relações com o consumo infantil. Os referidos trabalhos são dissertações e possuem os seguintes títulos: *Identities infantis de gênero na publicidade: o que ensinam as propagandas de TV?* (Dantas, 2016); *Desenhos animados em ação: personagens compondo identities infantis de gênero* (Silva, 2017) e *Youtubers mirins e a formação da identidade feminina: uma análise do canal planeta das gêmeas* (Oliveira, 2021).

Para operar essa discussão, além do suporte teórico dos Estudos Culturais em Educação, que nos fornecem possibilidades para analisar a pedagogia operacionalizada nos artefatos culturais, acionamos os Estudos de Gênero na vertente pós-estruturalista, que rompe com a ideia de essência feminina e os estudos de Michel Foucault (2008) retratando os discursos enquanto produtores de sujeitos. O argumento principal defendido para o presente trabalho é que as três pesquisas que analisaram artefatos culturais demonstram que circulam discursos, representações e códigos que educam gênero às crianças muito além do simples ato de consumir. O endereçamento é realizado de maneira dicotômica, menino x menina, utilizando-se de estereótipos de gênero, a saber: menino como inteligente, herói e príncipe e menina como meiga, bela e princesa. Discursos que (con)-formam e regulam corpos e desejos infantis em consonância com as expectativas de gênero normalizadas e normatizadas socialmente.

Se o culturalmente instituído como normal é ser/nascer menino ou menina e qualquer outra possibilidade é considerada como anormal, torna-se evidente que as engrenagens da sociedade do consumo, para funcionarem, necessitam colocar em operação a educação de gênero de maneira dicotômica. Em outras palavras, a educação binária de gênero na infância é, cotidianamente, produzida por diferentes artefatos disponíveis na cultura, uma vez que, frequentemente, nos deparamos com produtos dirigidos a “meninas” ou a “meninos”.

Os significados produzidos na manutenção de duas possibilidades de gênero menino-menina em concordância com a norma binária de gênero têm como propósito

manter as forças conservadoras e apagar a diferença (Louro, 2004, 2013, 2014). Por esse motivo, o intuito das análises por nós realizadas é estranhar representações, códigos e discursos que aparecem de maneira naturalizada e romper com o pensamento dicotômico menino-menina para ir além da binaridade e dar visibilidade à pluralidade de existências que não podem ser reduzidas pela dicotomia de apenas duas possibilidades.

Para além dos três trabalhos analisados, podemos observar normas de comportamento binário endereçadas às crianças mesmo antes do nascimento quando mães, pais, familiares e amigos já esperam ansiosas para saberem o sexo do bebê. A partir do sexo binário (feminino/masculino), constroem o enxoval, a mobília e a decoração do quarto da criança condizentes com as normas sociais binárias, a saber: azul para menino e rosa para menina, na sua predominância. Também é comum escolher temas decorativos mais condizentes com a norma: meninos-heróis e meninasprincesas.

Contudo, não existem apenas essas duas possibilidades de se ser criança (menina ou menino), pois pessoas nascem dentro de um espectro, não sendo possível classificá-las estritamente em sexo feminino ou masculino (Tílio, Haines, 2022). Diante desse fato, as crianças biologicamente impossibilitadas de serem classificadas nos padrões masculino e femininos são nomeadas como intersexos. Pessoas intersexos representam 1,7% na população do mundo (Fausto-sterling, 2000) e são caracterizadas por aqui é necessário caracterizar/explicar o intersexo. Não só crianças intersexos são invisibilizadas, mas também, a vivência trans infantil. Segundo o estudo de Sofia Favero (2021), crianças trans existem, porém são tratadas como se portassem uma doença, a chamada disforia de gênero.

Assim, neste trabalho temos o intuito de problematizar as representações dicotômicas de gênero nos artefatos analisados nas três dissertações e dar visibilidade às vivências infantis para além da binaridade menino/menina, sobretudo, das crianças intersexos e trans.

MÉTODO

Utilizamos como método o mapeamento sistemático da literatura fundamentado em Dermeval, Coelho e Bittencourt (2022). Esse tipo de estudo não busca responder com profundidade questões específicas, mas sim permitir uma visão mais ampla de uma determinada área (Dermeval, Coelho e Bittencourt, 2022). A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no mês de março de ano 2023 utilizando as palavras-chave “gênero”, “infância”, “consumo” e “mídia”. A partir dos referidos descritores, encontramos dezesseis trabalhos, destes apenas três foram selecionados para a presente discussão, Dantas (2016), Silva (2017), Oliveira

(2021). Como critérios de inclusão dos trabalhos, elegemos estudos que tinham se desenvolvido a partir da análise de artefatos culturais e que abordavam educação de gênero e a interpelação infantil para o consumo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo de Dantas (2016) problematizou a constituição de sujeitos infantis a partir de propagandas televisivas. A autora buscou saber o que ensinam algumas propagandas da TV aberta brasileira e suas implicações para a produção de determinados sentidos de gênero na vida das crianças. Além disso, analisou como os discursos e as representações de feminilidades e masculinidades nas propagandas de TV operam para a constituição de sujeitos infantis de gênero no contexto de um Centro Municipal de Educação Infantil em Natal/RN. A investigação problematizou os discursos de gênero presentes nas propagandas selecionadas e também nos entendimentos, nas falas e nos comportamentos das crianças como também da equipe gestora, dos docentes e dos responsáveis pela educação das crianças. Os resultados apontaram para a compreensão de que, acionando a ideia do consumo para a felicidade, o mercado televisivo brasileiro veicula estereótipos acerca dos lugares a serem des/ocupados pelas crianças e dos papéis e das funções a serem exercidos por meninos/homens e meninas/mulheres em função do seu sexo, de maneira hierarquizada.

A pesquisadora Silva (2017) destaca que crianças contemporâneas nascem imersas no contexto cultural que favorece sua interação com diversificados artefatos tecnológicos e midiáticos, dentre eles ela investigou diferentes desenhos animados e sua relação com a educação de gênero dirigida às crianças. Silva (2017) analisou a fala de crianças entre cinco e seis anos de idade e possíveis implicações dos personagens dos desenhos animados na constituição de gênero desses sujeitos infantis. Em seus resultados, afirmou que as imagens dos personagens dos desenhos animados produziram modos de ser e demarcaram papéis sociais diferentes em função do gênero, principalmente, por meio das indumentárias e pela morfologia do corpo. Os personagens masculinos, que podem inspirar meninos, são representados como modelos de força e de inteligência; já as personagens femininas, que podem inspirar meninas, são representadas como modelos de amabilidade e beleza. Destacou, também, o incentivo ao consumo reafirmado por meio dos produtos veiculados às imagens dos personagens, fomentando nas crianças o desejo pela aquisição de objetos e brinquedos relacionados aos super-heróis e às princesas.

O trabalho de Oliveira (2021) buscou entender de que forma o canal Planeta das Gêmeas veiculados pela plataforma *Youtuber* atua na constituição de identidades

femininas e na (con) formação das subjetividades infantis. Em seu estudo a autora atentou para a estruturação, conteúdos e discursos apresentados pelo canal em vídeos disponibilizados, um no ano de 2017 e outro veiculado no ano de 2021. Ao analisar o discurso e as imagens veiculadas pelos vídeos no referido canal identificou como um dos temas recorrentes a publicidade disfarçada de conteúdo. O uso da linguagem infantilizada na apresentação de aparatos e roupas foram estrategicamente pensadas sob a lógica da publicidade e do consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizarmos a educação de gênero por meio de três trabalhos acadêmicos no formato dissertação pudemos perceber que os artefatos investigados (publicidade infantil, desenhos de animação e rede social) ao utilizarem a norma dicotômica de gênero contribuem para (con)formar e regular corpos infantis de maneira binária, menino-herói/menina-bela, com vistas ao consumo. Ao fazer isso acabam apagando e silenciando não só crianças intersexo e trans mencionadas neste texto, mas infinitas vivências e possibilidades de ser criança e viver a infância na contemporaneidade. Pensamos que para subverter a dicotomia existente e dar visibilidade às ilimitadas pluralidades de gênero é necessário, entre outros encaminhamentos, estranhar outros artefatos culturais enxergando-os não mais de forma naturalizada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte de.; COSTA, Marisa V. Usando crianças para vender: infâncias e consumo na publicidade de revistas. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n.2, p. 230-248, jul/dez. 2010.

DANTAS, Jéssica Jaciana Silva. **Identities infantis de gênero na publicidade: o que ensinam as propagandas de TV?** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 152 f: il, Natal-RN, 2016.

DERMEVAL, D.; COELHO, J. A. P. M.; BITTENCOURT, I, I. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática na educação. In: JAQUES, P. A. *et al.* (org.). **Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: abordagem quantitativa**. Porto Alegre: SBC, 2020. (série metodologia de pesquisa em informática na educação, v. 2) Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-2> . Acesso em: 2 mar. 2020.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Editora Devires, 1ª ed. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIROUX, A. Henry. Os filmes da Disney são bons para seus filhos? In: STEINBERG, R. Shirley; KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil: a construção corporativa da infância**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.



KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Trad. Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: EDUSC, 2001.

LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho**: ensaio sobre sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MOMO, Mariangela. **Mídia e consumo na produção de uma infância pós-moderna que vai à escola**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Maria José C. Faustino da. **Desenhos animados em ação**: personagens compondo identidades infantis de gênero. 121f: il. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação.

STEINBERG, Shirley. **Kindercultura**: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, L. H. e outros (org). **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: PMPA, 1997.

**“QUE PALHAÇADA, COLOCAR BANHEIRO NEUTRO”: OS DISCURSOS
PUBLICADOS NO *INSTAGRAM* A PARTIR DE UM ARTEFATO VISUAL
SOBRE O BANHEIRO INCLUSIVO DO IF BAIANO, *CAMPUS* DE VALENÇA**

Comunicação oral

Vinicius Mascarenhas dos Passos
UESB
vini-mascarenhas@hotmail.com

Beatriz Rodrigues Lino dos Santos
Secretaria de Educação de Eunápolis-BA e FAES

Marcos Lopes de Souza
UESB

RESUMO

Neste trabalho analisamos os desdobramentos dos comentários de um vídeo publicado no *Instagram* sobre a inauguração de um banheiro sem demarcação de gênero no IF baiano, *campus* de Valença, em junho de 2023. A pesquisa apontou que, com a criação do banheiro, haveria a possibilidade de aumentar os casos de estupro e putaria. Em contrapartida, outros/as apoiaram a iniciativa e reconheceram a necessidade dessa inclusão. Discursos transfóbicos e religiosos foram utilizados para deslegitimar a causa.

Palavras-chave: banheiro neutro; artefatos visuais; rede social; identidade de gênero.

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade foi construída a partir de uma norma regulatória binária dos gêneros, numa perspectiva cisheteronormativa. Essa demarcação de fronteiras que, supostamente, não devem ser problematizadas e transgredidas tem marginalizado e violentado uma série de corpos/as que não se enquadram nesse padrão. O controle dos/as corpos/as resultou numa territorialização política dos espaços, sendo assim, por exemplo, em sua maioria, os banheiros passaram a ser restritos dentro de uma lógica binária para homens e mulheres cis (DIAS, ZOBOLI, SANTOS, 2018).

Na contemporaneidade, vivemos a era da informação e diversos conteúdos são consumidos rapidamente por meio dos artefatos visuais. Dentre eles, frequentemente, as/os sujeitas/os têm interagido e se posicionado nas redes sociais. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar os desdobramentos de um vídeo que repercutiu no *Instagram* sobre a utilização do banheiro inclusivo sem demarcação de gênero no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF baiano), *campus* de Valença.

Na vertente que assumimos, a partir das imagens e seus discursos, buscamos problematizar as práticas culturais que educam nosso olhar e constroem sentidos sobre o mundo, instigando as/os sujeitas/os a refletirem sobre os efeitos dos seus discursos em diferentes temáticas, tais como gênero e sexualidade (FERRARI; CASTRO, 2012).

METODOLOGIA

Nesta pesquisa discutiremos os desdobramentos dos comentários do vídeo sobre a utilização de um banheiro inclusivo sem demarcação de gênero no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF baiano), *campus* de Valença, publicado nos *Instagram* @ifbaiano_valenca e @genivalenca. O vídeo que tem duração de 90 segundos e foi publicado no dia 21 de junho de 2023 mostra o diretor geral Geovane Guimarães e a presidenta do grêmio estudantil Amanda Kelly, juntamente com a presença de algumas/alguns estudantes ao redor, na porta do banheiro para realizar a inauguração do sanitário individual. Amanda segura a placa que, supostamente, será fixada na entrada do banheiro e possui o desenho de homem, mulher e cadeirante. Nela está escrito: “Este sanitário individual pode ser usado por qualquer pessoa, independentemente da identidade ou expressão de gênero”. Enquanto isso, o diretor destacou:

Bom dia! Hoje é um dia muito especial. Nós vamos colocar a nossa placa no nosso banheiro inclusivo, banheiro neutro, banheiro... É simbólico, mas é muito, muito importante para o povo de Valença que promove inclusão, respeito e acolhimento.

Foi uma solicitação que veio dos estudantes, veio do Grêmio e foi acolhida pelo Geni, pela direção geral do Campus. Então, nós estamos muito felizes, muito felizes e que sirva de exemplo não só para o IF baiano, mas para todas as demais constituições de educação no país que aqui é educação, é inclusão, é respeito, é acolhimento sabe. Então é um dia muito especial, certo? Agora eu gostaria muito de agradecer ao Grêmio, ao GENI, ao NAPNE que trabalha com inclusão e tem nos ajudado muito sabe. O NAPNE tem feito um trabalho fantástico também nos ajudando nesse processo de inclusão. Então é agradecimento, é a gestão do campus Valença agradecendo a todos vocês e convidamos a nos ajudar a tomar o campus Valença, o IF baiano cada vez melhor, mais inclusivo, mais humano né, mais humano e mais civilizado. Isso é civilização, isso é melhoria no processo de humanização e civilidade (Fala do diretor Geovane Guimarães).

Esse vídeo também viralizou em outras páginas do Instagram, resultando em uma série de questionamentos e comentários nas redes sociais. Somente no Instagram do IF baiano de Valença teve mais de 379 curtidas, 4.875 visualizações e 59 comentários. Corroborando com as ideias de Ferrari e Castro (2012, p. 15) ao ressaltar que nosso olhar e a leitura que fazemos a partir dele tem relação com nossas subjetividades e cultura, problematizamos alguns comentários do vídeo do IF baiano no *Instagram*, ressaltando aqueles em que era possível perceber enunciados relacionados ao banheiro inclusivo.

QUAIS TENSIONAMENTOS A CRIAÇÃO DE UM BANHEIRO INDIVIDUAL PROVOCOU NA PUBLICAÇÃO DO IF BAIANO/CAMPUS VALENÇA?

Inicialmente, alguns comentários criticaram a necessidade de um banheiro individual, sem nem ao menos compreender a ideia de como é o mesmo, conforme destacado a seguir:

Prepare para caso de estrupos, em estituicoes que aderirem essa pouca vergonha

Já já, será em todos os locais públicos

Que palhaçada!!! Colocar banheiro neutro. Patético . Se já tem banheiro masculino e feminino aí vem a modinha de banheiro Neutro palhaçada da peste.

Imagina a putaria que vai ser nessa pohhaaa

De modo geral, esses comentários evidenciaram que o banheiro individual é “modinha”, “desnecessário”, “ridículo” e “representa um retrocesso”, reiterando a possibilidade de acontecerem casos de estupro e putaria. Entretanto, o intuito desse discurso é disciplinar as pessoas transgêneros e legitimar a violência dos/as seus/suas corpos/as nesse espaço. Conforme apontado por Lacerda e Almeida (2021) não há dados sobre ocorrência de casos de estupro nesses banheiros e cabe às instituições zelar pela segurança de qualquer banheiro. Além disso, banheiro binário não é garantia que não exista violências.

Pensando no conceito de biopoder proposto por Foucault (2009) a vida de alguns grupos necessita ser legitimada para além de uma questão de Direitos Humanos, mas também como defesa da diversidade de identidades, questionando como o poder tem se organizado sobre a vida. Essa biopolítica tem operado sobre a sexualidade e não podemos naturalizar a violência e morte das pessoas transgêneros.

Apesar da falta de compreensão sobre o uso do banheiro sem gênero, algumas pessoas enfatizaram que ele é de uso individual, conforme os comentários a seguir:

Banheiro INDIVIDUAL. Ou seja, quem entrar, entrará sozinho. Não vejo nisso nenhum problema, ao contrário, evitará constrangimentos desnecessários. Parabéns ao IFBA pela iniciativa.

Não entendi o pq de tanto alarde pra isso. Isso tbm se chama banheiro unissex e existe desde sempre. Por exemplo, sabe aquele banheiro único num local e que as vezes vc tem que pegar a chave com alguém para poder usar? Pois é, é esse aí mesmo. Coisa bem diferente seria um banheiro coletivo neutro com 5 sanitários por exemplo, aí já é outra história...

Nesse sentido, conforme descrito, o banheiro individual possibilitará com que as pessoas possam usar, uma/um por vez, o sanitário independente da sua identidade ou expressão de gênero. Banheiros unissex individuais já existem em diversos locais e não há questionamentos sobre a sua existência. Assim, compreendemos que essa ação não pode ser reduzida apenas na fixação de uma placa de “banheiro inclusivo”, mas reivindica-se que as pessoas transgênero possam ter liberdade de realizar suas

necessidades fisiológicas sem o risco de serem violentadas, acessando um espaço mais democrático e justo (FERRARI; BEZERRA; CASTRO, 2020).

Além disso, acreditamos que essa atitude buscou problematizar as discussões sobre diversidade, gênero e sexualidade no Instituto e em outros espaços educacionais, tendo em vista que esse é um espaço potencializador para a (des)construção do conhecimento a partir da problematização das subjetividades das/os sujeitos. Sendo assim, assume-se que existem outras formas de ser e estar no mundo e estas também devem ser respeitadas. Conforme aponta Butler (2019; 2014), por meio desse discurso é possível colocar em evidência e problematizar as performatividades e normas de gênero.

Apesar de alguns comentários criticarem a criação do banheiro sem gênero, outros apoiaram a iniciativa e reconheceram a necessidade dessa inclusão, o que nos faz perceber que não existe apenas grupos conservadores, mas também existem uma parcela social que compreende a relevância de problematizarmos e modificarmos as normas sociais que muitas vezes são impostas como verdades, como podemos perceber nos relatos a seguir:

É muita hipocrisia em muitos comentários. Sinto tanto orgulho de ter estudado nesse instituto, ele te faz sair de uma caixinha que existe na cidade. Vi tantas reclamações quando se tratavam de mulheres/ homens trans utilizarem os mesmos banheiros, afinal de contas, não deveriam ser os mesmos direitos? E, então, quando trata-se de uma ação inclusiva, o que mais ser ver é isso aqui; reclamações. Sinceramente? Você não precisa concordar, no mínimo; Respeitar!

Parabéns ao IF pela ação. Por discutir a temática, ouvir as necessidades dos estudantes e se abrir para o rompimento de preconceitos estúpidos, tolos e patéticos ❤️

De modo geral, os comentários ressaltaram a importância de ouvir a necessidade dos estudantes e romper com preconceitos. Além disso, espera-se que essa atitude possa inspirar outras instituições a adotarem o banheiro inclusivo. Em um dos comentários foi ressaltado a sugestão da criação de um terceiro banheiro para pessoas trans, conforme destacado a seguir:



Se eles querem tanto , é simples , só fazer um
3º banheiro só pra eles pronto acabou.

Nesse sentido, compreendemos que essa seria uma medida de segregação, sendo incoerente com o respeito ao direito de igualdade e resultando na discriminação. Em contrapartida, as/os autoras/es como Rios e Resadori (2015) compartilharam algumas possibilidades de utilização dos banheiros para todas/os, sendo elas: 1 – Dois banheiros separados por gênero que podem ser utilizados sem discriminação de acordo com sua identidade de gênero; 2 – Banheiros individuais para todos sem distinção de gênero; 3 – Banheiros coletivos com cabines individuais. Diante dessas possibilidades, compreendemos que o desafio é romper com a lógica binária sexual e perceber a violação de direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

DIAS, Alfrancio Ferreira; ZOBOLI, Fabio; SANTOS, Adriana Lohanna dos. O banheiro como espaço político de gênero. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, 2018.

FERRARI, Anderson; BEZERRA, Carolina dos Santos; CASTRO, Roney Polato de. Tensões e enfrentamentos na campanha 'Libera meu xixi' e a presença de pessoas trans na universidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p.21-45, 2020.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. Política e poética das imagens: implicações para o campo da Educação. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (orgs.). **Política e poética das imagens como processos educativos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012, p. 11-17.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

LACERDA, Milena Carlos de; ALMEIDA, Guilherme. Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans. **Revista em pauta**: Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 232 - 247, 2021.

RIOS, Roger Raupp.; RESADORI, Alice Hertzog. Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de Direitos Humanos. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, 2018.

TELENOVELA CARROSSEL COMO UM ARTEFATO CULTURAL: INTERFACES ENTRE O MARÇADOR SOCIAL DE GÊNERO E AS MANIFESTAÇÕES DO BRINCAR

Beatriz Girão Enes Carvalho
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Vagner Matias do Prado
Universidade Federal de Uberlândia

beatriz.carvalho@uftm.edu.br

RESUMO

A construção dos gêneros se dá através de inúmeras práticas sociais e situações nas quais a criança faz parte, entre elas o brincar. Produções imagéticas como telenovelas, podem ser consideradas artefatos culturais tendo impacto no processo educacional de crianças. Esse estudo trata-se de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa que pretende descrever e problematizar manifestações do brincar, em suas interfaces com as relações de gênero, no que se refere a reprodução ou subversão de expectativas socialmente esperadas para meninas e meninos que podem ser expressas na telenovela Carrossel. Utilizamos o conjunto de procedimentos PROVOQUE, composto por cinco etapas. Nesse trabalho apresentaremos três delas: *Percebendo*, *Estranhando* e *Dialogando*. Selecionamos duas cenas que apresentaram crianças na ação de brincar em interface com as relações de gênero. “Bando de frutosas” entendemos como reforçadora de Padrões regulatórios de gênero nas infâncias, tendo 3 eixos problematizadores, 1) política do performativo (Judith Butler), 2) masculinidade hegemônica (Raewyn Connel) e 3) movimento da “Casa dos Homens” (Daniel Welzer-Lang). “Alguém quer andar de skate”, entendemos como Transgressões e subversões dos binarismos por meio do brincar, tendo 3 eixos problematizadores, 1) subvertendo a lógica primária (Judith Butler), 2) brincar como estratégia de subversão (Estudos Sociais da Infância), e 3) produção de uma estética estranha (teoria Queer de Judith Butler).

Palavras-Chaves: brincar; relações de gênero; artefatos culturais; telenovela Carrossel

INTRODUÇÃO

Desde que nascemos somos preparados para viver em sociedade, de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina. Segundo Guacira Lopes Louro (2014) o termo gênero não é determinado por uma característica biológica, mas se configura como uma construção social e histórica que vai além da questão biológica dos corpos.

Nesse sentido, autoras como Louro (2008) e Claudia Vianna e Daniela Finco (2009) argumentam que as relações de gêneros se dão através de inúmeras práticas sociais e situações das quais as crianças fazem parte. Entre elas o brincar. No entanto, não quer dizer que elas aceitam, passivamente, as regulações de gênero. A situação de brincar, permite a exploração do comum e ensinado, mas também do incomum e transgressor.

Becker (2010) refere que as imagens destinadas as crianças, e sobre elas desenham modos de vê-las, constituindo-se, em uma visualidade infantil. Essa construção das subjetividades infantis está sujeita as práticas discursivas, afinal as crianças podem se conhecer através das representações que são feitas delas. Nesse sentido a cultura, processos individuais e coletivos, comportamentos, emoções e também artefatos culturais transpassam a vida das crianças, produzindo subjetividades.

A partir dos estudos de João Paulo Baliscai (2021), Bianca Salazar Guizzo, Dinah Quesada Beck e Jane Felipe (2013), Guacira Lopes Louro (2008), Henry A. Giroux (2000), Joanalira Corpes Magalhães e Paula Regina Costa Ribeiro (2013), Constantina Xavier Filha (2014), Jéssica Fiorini Romero e João Paulo Baliscai (2021), as telenovelas, assim como outras produções que geram representações e discursos que circulam e originam significados e subjetividades, poderiam ser categorizadas como um artefato cultural que tem impacto no processo educacional de crianças.

Pretendemos assim, com esta tese, problematizar e descrever manifestações do brincar, em suas interfaces com as relações de gênero, no que se refere a reprodução ou subversão de expectativas socialmente esperadas para meninas e meninos que podem ser expressas na telenovela Carrossel.

MÉTODO

Esse trabalho apresenta parte de uma tese de doutorado em andamento. Sendo um estudo de abordagem qualitativa. Delineamos, para realização do estudo, a pesquisa documental, pelo fato de termos como objeto de análise uma Telenovela (Carrossel).

A versão analisada será a de 2015, que está disponível na Plataforma de *Streaming Netflix*, e conta com 310 episódios. Serão consideradas para análise cenas que apresentem crianças na ação de brincar em interface com as relações de gênero. Ou seja, em situações nas quais fiquem mais evidentes as tipificações e expectativas

esperadas socialmente para meninas e meninos, a partir dos binarismos de gênero (SCOTT, 1995; LOURO, 2014).

O processo investigativo será realizado utilizando o conjunto de procedimentos proposto por Baliscai (2018; 2019), denominado de Problematizando Visualidades e Questionando Estereótipos – PROVOQUE. Este é composto por cinco etapas que são: Flertando, Percebendo, Estranhando, Dialogando e Compartilhando. Neste trabalho iremos apresentar as etapas Percebendo, Estranhando e Dialogando.

A Etapa *Percebendo*, traremos a descrição das cenas.

A Etapa, *Estranhando* refere-se à formulação e o lançamento de perguntas que sejam capazes de problematizar os estereótipos oferecidos pelas imagens, no nosso caso, as relações de gênero tipificadas e as relações de gênero que subvertam os padrões heteronormativos.

A Etapa *Dialogando*, propõe o exercício do novo olhar sobre o material selecionado, transformando e ampliando as formas de significar as imagens, responder aos questionamentos de *Estranhando*, pesquisar para fundamentação das investigações e por último confrontar com a literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cena “Bando de Frutasas” : Regimes regulatórios de gênero nas infâncias

Percebendo: A cena inicia aos 12 minutos e 21 segundos do episódio 2.

Os meninos Jaime, Daniel, Cirilo e Adriano estão na casa assombrada, vibrando com o novo clube (Clube dos Cuecas), montado por eles, quando escutam um barulho como se fosse de vidro quebrando. O barulho repete mais forte. Os meninos gritam e saem correndo pela porta ao fundo. Entram no plano por uma porta lateral, Paulo e Kokimoto, Paulo com o braço direito sobre os ombros de Kokimoto, ambos riem, chegando a inclinar os corpos para a frente. Paulo diz: ___Caíram como uns patinhos! E continua rindo. O plano abre e dá visão às duas crianças. Paulo se encurva para a frente ainda rindo. O plano fecha em Kokimoto O menino ri e faz um balanceio do corpo e das mãos com os punhos em flexão e com tom de escárnio e diz: ___Que bando de frutasas! Ao falar a palavra frutasas utiliza uma voz mais fina e um tom mais pausado. Em seguida Paulo acrescenta que deveria se chamar clube das calcinhas depois disso. Na sequência ouvem um barulho, Paulo grita e os dois correm.

Estranhando: Levantamos as seguintes questões: para os meninos quem pode sentir medo? Como se constroem as subjetividades de meninos no processo de sentir? Que relações fazem com sentimentos e a homossexualidade? Que medos permeiam os meninos frente ao feminino?

Dialogando: Trazemos três eixos problematizadores. 1) Política do performativo, tendo a Judith Butler como a principal referência. Assim Butler (2019) nos apresenta a noção de performatividade de gênero, enfatizando que o gênero é constituinte da identidade que se pretende ou que se simula ser. 2) Masculinidade hegemônica na perspectiva de Raewyn Connel (1995), que discute o conceito como uma identidade que permitiu a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres. 3) Movimento da “Casa dos Homens” de Daniel Welzer-Lang (2001) que se refere a lugares e espaços em que os meninos estão apenas entre os homens, vivenciando a masculinidade como forma de autoafirmação, associada a combater todos os aspectos que possam ser associados às mulheres.

Cena - “Alguém quer andar de skate?”: Transgressões e subversões dos binarismos por meio do brincar.

Percebendo: A cena “Alguém quer andar de skate” inicia aos 30 minutos e 9 segundos do Episódio 10.

Na cena Alícia encontra com Davi, Daniel, Paulo e Kokimoto e chama os meninos para andar de skate. Daniel recusa dizendo que eles vão para o clube dos cuecas. Ela se despede e sai. Paulo refere que só a Alícia de todas as meninas que poderia participar do clube deles. Davi questiona o porquê, Paulo refere que gosta do jeito dela. Davi ri dizendo que ele não vale nada. Daniel completa que a Alícia é mesmo uma moleca. Os três riem.

Estranhando: Pensando sobre as cenas que apontam processos de subversão fazemos alguns questionamentos. Que processos regulatórios de gênero permeiam o brincar de meninas e meninos? Como pensamos a construção das subjetividades infantis frente aos padrões regulatórios de gênero expressos na escolha das brincadeiras? Como a subversão aos padrões regulatórios ainda tem um lugar sensível frente ao outro? Que quebras são necessárias para aproximação de meninos e meninas nas ações do brincar?

Dialogando: Três eixos problematizadores. 1) Subvertendo a lógica primária. Butler (2019) pontua que da mesma forma que existe uma pulsão cultural para que seja feito o que se espera, existe espaço para a negociação e a subversão. 2) Brincar como estratégia de subversão, as crianças ao brincarem também transgridem as normas impostas, renegociam entre elas e com os adultos e propõe novos formatos. Diálogo com a ideia dos Estudos Sociais da infância. 3) Produção de uma estética estranha. Pensando no estranhamento tanto das meninas como dos meninos sobre a personagem Alícia. Nos apoiamos na teoria *Queer* de Judith Butler.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que os artefatos culturais caminhem para o reforço de padrões tipificados de gênero, muitas vezes expressos nas manifestações do brincar de meninas e meninos, os mesmos podem ser utilizados como fonte de discussão. Tal fato, possibilita questionar e problematizar estratégias de subversão e transformação, que permitam desvelar múltiplas expressões de gênero que fogem a binarismos. Pensamos que o conjunto de procedimentos PROVOQUE contibui com essas discussões na educação, no âmbito da cultura visual, analisando as visualidades a partir dos estereótipos encontrados. É uma estratégia que produz caminhos, mas não se fecha, mostrando-se flexível as características do pesquisador e dos artefatos culturais pesquisados.

REFERÊNCIAS

BALISCEI, João Paulo. Não se nasce azul ou rosa, torna-se: cultura visual gênero e infâncias. 1. ed. Salvador, BA: Devires, 2021.

BALISCEI, João Paulo. PROVOQUE – Problematizando Visualidades e Questionando Estereótipos: leitura de imagens fundamentada nos estudos da cultura visual. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 77, p. 283-298, set./out. 2019.

BALISCEI, João Paulo. Vilões, heróis e coadjuvantes: um estudo sobre masculinidades, ensino de arte e pedagogias Disney. Orientadora: Geiva Carolina Calsa. 2018. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UEM, Maringá, 2018.

BECKER, Aline da Silveira. História e imagens: a visualidade produzindo infâncias. MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. (Orgs.) Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNEL, Raewyn. Políticas da masculinidade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 185-206.

GIROUX, Henry A. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: Tomaz Tadeu da (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada; FELIPE, Jane. Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. Infância, gêneros e sexualidade: nas ramas da cultura e da educação. Canoas: Ed. Ulbra, 2013. p. 17-27.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23 ago. 2008.



LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO Paula Regina Costa. Artefatos culturais: Algumas possibilidades para promoção de uma educação para sexualidade. Rev. Diversidade e Educação, v.1, n.1, p. 45-46, jan./jun. 2013

ROMERO, Jéssica Fiorini; BALISCEI, João Paulo. "As incríveis": educação, cultura visual, sexualidades e caracterização das personagens mulheres de "Os Incríveis" (2004; 2018). Revista Diversidade e Educação, v. 9, n. 1, p.380-404, Jan./Jun. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, dez. 1995.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e de poder. Cadernos Pagu, Campinas, n. 33, p. 265-283, jul./dez. 2009.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1/2014, p. 153-169.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, v. 9, p. 460-482, 2001.

ST 12

DECOLONIZAR A ESTRUTURA
EPISTEMOLÓGICA
CISHETERONORMATIVA/COLONIAL: POR
UMA EPISTEME ARRUACEIRA



COORDENADORES
Alexandre de Oliveira Fernandes
Danilo Pereira da Silva
Tales Pereira / Tallýz Mann

DESCOLONIZAR O *QUEER*: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA FEMINISTA E DECOLONIAL

Artigo Científico

Ana Claudia da Silva Abreu
Pós- Doutoranda
Universidade Estadual do Centro Oeste-Unicentro
anaclaudia.silva@gmail.com

Fábio Augusto de Souza
Doutorando
Universidade Federal do Paraná - UFPR

RESUMO

Qual é o sujeito da teoria *queer* na América Latina e no Brasil? Quem são os corpos abjetos de que se fala e quem são os sujeitos que detêm o privilégio epistêmico de produzir esse saber profano? A partir da proposta descolonizadora de autoras feministas decoloniais, propõe-se pensar o *queer* contra hegemonicamente, o que significa ir além das críticas à dicotomia de gênero e à sua fixidez, para enxergar as outras hierarquias fundadas no colonialismo e no racismo e que desumanizam os sujeitos em razão da sua raça/etnia, gênero, sexualidade e classe social, que promovem a histórica colonização desses corpos subalternos. Para a realização da pesquisa, foi utilizada uma metodologia feminista e decolonial, a partir de um estudo bibliográfico, para delinear os contornos sobre o sujeito da teoria *queer*. Além disso, ao analisar a recepção da teoria *queer* na América Latina e no Brasil, seus deslocamentos e traduções, sugere-se uma outra genealogia descolonizada para o *queer*. Conclui-se que esse saber, dito subversivo, não foge à matriz eurocêntrica de produção do conhecimento, reiterando um sistema colonial de sujeição epistêmica e silenciando corporalidades dissidentes. Propõe-se a descolonização do *queer*, a partir de outras metodologias que garantam o lugar de fala e de escuta ativa das vozes historicamente emudecidas.

Palavras-chave: Teoria *Queer*; Sistema Moderno Colonial de Gênero; Feminismo Decolonial; Metodologia.

INTRODUÇÃO

A recepção da teoria *queer* na América Latina precisa considerar, além da proposta de desestabilização do gênero e da sexualidade, que outras categorias foram impostas pelo colonialismo, especialmente o racismo, as quais são responsáveis pela colonização dos corpos dissidentes, destituídos da categoria humanidade.

Desse modo, os deslocamentos teóricos do Norte para o Sul (América Latina e Brasil) devem enxergar a desumanização dos sujeitos colonizados para questionar quem são os sujeitos *queer*, a partir de outras leituras de opressão. Além disso, considerados os epistemicídios promovidos pelo colonialismo e a colonialidade do saber, é preciso estar ciente de que, por mais subversiva que pretenda ser, a teoria *queer* não escapa à matriz eurocêntrica de produção do conhecimento e das relações de poder colonial.

Pedro Paulo Gomes Pereira (2020), ao analisar o trânsito da teoria *queer* para os trópicos, seus limites e possibilidades, questiona se o *queer* seria mais uma teoria do Norte global que chega na periferia. O autor indaga se o uso do termo em inglês seria uma forma de imposição da genealogia do conhecimento. Por fim, reflete sobre as possibilidades da sua tradução sem perder seu caráter subversivo e significado político.

Não se pode ignorar que “a maioria da pesquisa e do debate sobre questões de gênero no Sul Global parte de teorias de gênero da Europa e dos Estados Unidos, procurando combiná-las com dados ou experiências locais” (CONNELL; PEARCE; 2015, p. 148), ou seja, ainda que seja possível uma tradução para o *queer* que possa incorporar nossas especificidades locais, é difícil apagar o caráter ocidental do conceito. Assim, não basta a reformulação do *queer*, é preciso o “próprio abandono do conceito, uma vez que, ao utilizá-lo e torcê-lo, ainda estaríamos referenciando as produções das metrópoles do saber/poder” (TORRES; FERNANDES; 2021, p. 22).

No mesmo sentido, Yuderkys Espinosa Miñoso (2020) denuncia a colonialidade da razão feminista latino-americana, em razão do acolhimento irrefletido de categorias, conceitos e métodos com pretensões de universalidade. Segundo a autora, é problemático basear-se em um feminismo hegemônico quando habitamos lugares onde a modernidade construiu a sua face oculta: racista, eurocêntrica, capitalista, imperialista e colonial. Propõe, então, o método genealógico, uma atividade investigativa que busca enxergar os fatos desconsiderados, os saberes desvalorizados e seus apagamentos.

Para evidenciar a face oculta da teoria *queer*, a genealogia apresenta-se como uma atitude metodológica que busca revelar os saberes locais, deslegitimados e desvalorizados, afinal, o privilégio epistêmico de definir as verdades sobre o sexo gênero e o desejo pertence a um sujeito hegemônico, homem, ocidental, cisheterossexual, burguês e sem deficiências. Dado o ocultamento dos demais sujeitos, deve-se considerar a colonialidade do saber, que não só assegura que um discurso universalizante explique

a realidade do restante do mundo, como também garante que o saber produzido pelos homens (do resto do mundo) e por mulheres (do centro e da periferia), siga inferiorizado e silenciado (GROSFOGUEL, 2016).

Pelo método genealógico podemos trazer à tona algumas verdades ocultas. Por exemplo, na América Latina, ativistas lésbicas e pesquisadoras decoloniais já traziam reflexões sobre os estudos da homossexualidade, “discutindo os mecanismos de liberação sexual e seu horizonte de solidariedade com a negritude, a pobreza, a lesbiandade e mesmo a maternidade” (HOLLANDA, 2020, p. 14), enquanto as nomeadas “bichas loucas” desafiavam o modelo ocidental de sexualidade, evidenciando o abismo entre “elites homossexuais europeizadas e a negação e/ou invisibilização da multiplicidade de respostas, estratégias, formas de pensamento e de luta gestadas em questões locais do universo queer no Sul global (HOLLANDA, 2020, p. 14)”.

Em busca de uma outra genealogia do *queer*, Catarina Rea e Izzie Amancio (2018) identificam no texto, *Borderlands/La frontera. The New Mestiza*, de Glória Anzaldúa, publicado em 1987, o uso pioneiro, no contexto acadêmico, do termo *queer*.

No texto, a autora situa o conceito de gênero em um lugar de fluidez, pois a fronteira (dos corpos e dos desejos), ainda que signifique um limite, pode ser atravessada, assim, o gênero é um lugar de exercício do poder e de resistência (ANZALDÚA, 2019).

Enfim, o sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014), ao negar a racionalidade e o conhecimento produzido pelos homens e mulheres colonizados (colonialidade do saber), engendra uma estrutura racista/sexista que constrói os colonizados como seres inferiores, excluídos da categoria humanidade (colonialidade do ser). Desse modo, considerada a colonialidade, adotar a teoria *queer* sem uma revisão crítica dos postulados epistemológicos sob os quais está fundada, além de ocultar a diferença colonial, impede a criação de ferramentas analíticas adequadas à vivência do sujeito *queer* que habita as bordas, afastado do que se considera civilizado.

Nesse sentido, Espinosa Minõso (2015) explica que, na teoria *queer*, o sujeito mulher universal do feminismo foi substituído por um novo sujeito, o abjeto, que questiona a intelegibilidade do sexo, do gênero e do desejo (BUTLER, 2016). No entanto, segundo a autora, os teóricos *queer*, desde Butler e os que a precederam, insistem nesse sujeito descolado da modernidade, ignorando a matriz de raça/classe/colonialidade que o constitui e possibilita o seu surgimento histórico.

A crítica *Queer of Color*, por sua vez, evidencia que as teorias queers latinoamericanas não conseguem se livrar da “imposição de uma epistemologia única da sexualidade, supostamente universal, mas, de fato, baseada na imposição do modelo ocidental” (REA, 2018, p. 126). A partir dessas constatações, a questão que se impõe é se a análise desses corpos abjetos “leva em consideração as políticas de racialização e empobrecimento dos corpos da região: um corpo racializado, oprimido, explorado pelo capital e pelas

políticas neocolônias? (ESPINOSA MIÑOSO, 2015).

Igor Torres e Felipe Fernandes (2021, p. 9) alertam para o fato de que “o discurso *queer* da última década incita a produção de um saber *queer* querendo-se local, latino-americano, mas excluindo as vozes racializadas da discussão e produção de sentidos, teorias e experiências *queers* em primeira pessoa”.

Sobre a reprodução da colonialidade do poder, do saber e do ser, Ochy Curiel (2020, p. 154) conclui que as teorizações latino-americanas transformam “a raça, a classe, a sexualidade em meras categorias analíticas ou descritivas, de modo que não conseguimos estabelecer uma relação entre essas realidades e a ordem mundial capitalista moderno-colonial”.

A partir dessas premissas, quando analisamos a “aterrisagem do *queer* em solo acadêmico brasileiro” (TORRES; FERNANDES; 2021, p. 8) duas questões se impõem: Como construir uma teorização *queer* sem adotar os conceitos produzidos pela metrópole? Quem é, afinal, o sujeito *queer* latino-americano?

Desse modo, o presente estudo tem o fim de questionar os pressupostos metodológicos da teoria *queer*, analisar as possibilidades de aproximação e os seus distanciamentos dos estudos decoloniais e avaliar quem são os sujeitos da teoria *queer*, tanto aquele sobre o qual se fala, quanto o sujeito que enuncia essa teorização.

MÉTODO

Trata-se de um estudo bibliográfico, realizado com base em uma metodologia feminista e decolonial. A partir do método genealógico proposto por Espinosa Miñoso (2020) iremos abordar a genealogia dos estudos *queer* no Norte e seu trânsito para o Sul. Por meio do reconhecimento de epistemologias não hegemônicas (CURIEL, 2020; ESPINOSA MIÑOSO, 2020) buscamos refletir sobre uma outra genealogia do *queer* (ANZALDÚA, 2019; REA, 2018) e revelar como essa teorização, por mais subversiva que se apresente, não foge à matriz eurocêntrica de produção do conhecimento e das relações de poder colonial (PEREIRA, 2020; TORRES; FERNANDES, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao pensar a recepção da teoria *queer* na América Latina e no Brasil, deve-se ir além da mera tradução desse saber abjeto para pensar o *queer* contra hegemonicamente (ESPINOSA MIÑOSO, 2020) e traçar estratégias de resistência (LUGONES, 2014; CURIEL, 2020) aptas a dar voz aos sujeitos que habitam as margens e escapam à fronteira da intelegibilidade. Partindo dos questionamentos sobre o sujeito da teoria *queer*, a proposta metodológica do artigo via romper com a dicotomia sujeito/objeto do



conhecimento para construir um saber (des)corporificado, geopoliticamente localizado e que se constrói para além dos binarismos fundantes da modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da proposta de Glória Anzaldúa (2019) de um movimento de descolonização como uma ferramenta para que as mulheres do Terceiro Mundo construam um saber que revele a subalternização imposta pela colonialidade e que entrecruza raça, sexualidade e gênero, dentre outros marcadores de opressão. Assim, ao reivindicar a descolonização do *queer*, pensamos em possibilidades de desengajamentos epistemológicos e de práticas acadêmicas capazes de escutar os sujeitos historicamente silenciados. Precisamos pensar a academia a partir de novos olhares, um lugar de escuta ativa e comprometido com a enunciação de saberes desobedientes.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. La Consciencia de la Mestiza / Rumo a uma Nova Consciência. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2010, p. 323-339.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. Renato Aguiar. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma Perspectiva Global: Compreendendo o gênero da esfera pessoal à política no mundo contemporâneo**. Trad. e rev. téc. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CURIEL, Ochy. Construindo Metodologias Feministas desde o Feminismo Decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-161.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genéricas y queer identitarias en Abya Yala. **Desde el margen**, 2015. Disponível em: <https://desde-elmargen.net/el-futuro-ya-fue-una-critica-a-la-idea-del-progreso-en-las-narrativas-de-liberacion-sexo-genericas-y-queeridentitarias-en-abya-yala/>. Acesso em mai. 2023.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Fazendo uma Genealogia da Experiência: O método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 96-120.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 31, 2016.



HOLLANDA, Heloísa B. Introdução. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. (org). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 11-28.

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez, 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos Trópicos. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 287-301. REA, Caterina. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Pesquisa**. v. 4, n. 2, abr.-jun., 2018. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendi>. Acesso em mai. 2023.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **cadernos pagu**, n, 53), 2018, p. 1-38.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Queer (neo)colonial : colonialidade e teoria queer no Brasil. **GÊNERO**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1-31, 2021.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA ESTRUTURA CISHETERONORMATIVA BINÁRIA ATRAVÉS DA CORPA TRANSBYXA PRETA NA CONTEMPORANEIDADE

Douglas Lima Rodrigues
Mestrando PPGELS/ UNEB

oedouglas1@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janaina de Jesus Santos
PPGELS/UNEB

RESUMO

A presente análise focaliza a desterritorialização enquanto ruptura da estrutura social cisgênera, (hetero)normativa, branca, capitalista, burguesa, através da identidade da sujeito discursivo Transbyxa Preta na contemporaneidade. Para tanto, o estudo tem por objetivo refletir como os sujeitos desobedientes de gênero e dissidentes de sexualidade e raça (des)estruturam, a partir do discurso, todo um sistema pré-estabelecido através dos marcadores socioidentitários da diferença como a raça, o gênero e a sexualidade. O estudo tem por base metodológica a revisão bibliográfica de cunho qualitativo, amparado nas teorias e orientações de estudos decoloniais, transfeministas e pósestruturalistas via contribuições de Michel Foucault, por um viés interseccional de análise. Observa-se na contemporaneidade que as identidades exercidas por sujeitos discursivos desobedientes de gênero e dissidentes de raça e sexualidade causam rupturas no sistema cis-hetero-normativo, branca, burguesa, cristã, patriarcal, promovendo movimentos de desterritorializações no sistema capitalista e desestabilizando discursos estabelecidos enquanto regimes de verdades naturalizadas e absolutas.

Palavras-chave: Decolonialidade; Discurso; Interseccionalidade; Transbyxa Preta; Transfeminismo.

INTRODUÇÃO

“O termo ‘Bicha’ é uma navalha que abre passagem para as outras.” (RAYARA, 2020, p.121)

A Byxa Preta enquanto uma identidade, nasce a partir do discurso, e pelo discurso, esta identidade social é atravessada de forma interseccional por diversos marcadores sociais e identitários que a define como sujeito discursivo desobediente de gênero e dissidente de raça e sexualidade (RAYARA, 2020, p.103-111). A Byxa Preta, ocupa, portanto, um não lugar, provocando movimentos de desterritorialização, que a permite transgredir, provocando fissuras, rupturas, em contraposição a estrutura social vigente na qual possui a cis-heterossexualidade, branca, capitalista enquanto normas.

A sujeito discursivo Byxa Preta está no espaço da transição não-binária da identidade de gênero, uma vez que, os papéis da identidade de gênero, cisgênero e da transgeneridade e transexualidade de gênero binária não comportam a sujeito Byxa Preta que desobedece às normas de gênero, rompe na dissidência a raça e a sexualidade prescritas e impostas pela modernidade europeia a todo o ocidente.

Dessa forma, a Byxa Preta é um ser discursivo social que se demarca, ampara-se e reside no movimento da transição, e nesse movimento, se autodenomina enquanto um sujeito transgênero não-binária, problematizando na contemporaneidade os “novos contextos sociais em que as homossexualidades e as transexualidades se tornam cada vez mais visíveis e normalizadas, em meio a uma luta por direitos que ratificam identidades sexuais e de gênero ao mesmo tempo em que tendem limitar as possibilidades de novas experimentações” (DUQUE, 2019, p.19).

A partir da problematização levantada por Duque (2019), questionamos como a sujeito Transbyxa Preta desterritorializa a estrutura cisheteronormativa, branca, causando rupturas em um sistema que tenciona pela disciplinarização dos corpos a partir de uma visão de mundo enraizada em ideologias colono-moderna-imperialistas, para controlar via necropolítica os corpos que devem ou não existir e exercer o direito à vida.

MÉTODO

O estudo foi realizado em duas etapas, nas quais a primeira destinou-se a atender a revisão bibliográfica de cunho qualitativo, amparado nas teorias e orientações de estudos decoloniais de Mbembe (2018); transfeministas em Nascimento (2021), Mombaça (2021) e Rayara (2020); pós-estruturalistas Preciado (2020) para que, na

segunda etapa fosse possível alinhar as bibliografias para contribuições de Michel Foucault (2021), para produzir uma reflexão através de uma análise interseccional (AKOTIRENE, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sujeito Transbyxa Preta, como situa Nascimento (2021) e Rayara (2020) opera rupturas desde o período da colonização com Xica Maningongo, traficada da região do continente africano denominada como Congo, para servir na imposta condição de escravizada na primeira metade do século XVI no Brasil, em Salvador. Em um recorte recente na história, pode-se observar as sujeitas Transbyxa Preta no século XX, ocupando os mais diversos espaços, principalmente, os midiáticos jornalísticos e humorísticos como Madame Satã (1900 – 1970), Cintura Fina (? – 1995), Vera Verão (1952-2003) e Lacreia (1977-2011), todas essas sujeitas produziam a partir das suas corpos não-binários, pretas, discursos e performances que rompiam a norma e fracassavam o (CIS) sistema, ao (re)existirem, forçando enquanto sujeitas consideradas abjetas, incompreendidas, marginalizadas, caricaturas, a afirmação da sua identidade de Byxa e Preta.

A retomada do discurso de ódio, de modo a subverte-lo, proferida pelos sujeitos discursivos em acordo às normas de raça, gênero, sexualidade e classe hegemônicas em contrapartida dos sujeitos desobedientes a estas normas sociais, tornam-se na contemporaneidade, estratégias discursivas de empoderamento e afirmação identitária coletiva destes sujeitos, para advogar por direitos sociais igualitários, bem como, pressionar o Estado através de manifestações por políticas públicas e leis que as assegurem o reconhecimento enquanto cidadãos em uma sociedade regida pelo princípio da democracia.

Neste sentido, está instaurada às relações de poder, promovendo aos conflitos sociodiscursivos entre posições ideológicas opostas, das quais (i) resistem contra a possível ideia da (des)estruturação do sistema cisgênero, heteronormativo, cristão, burguês, patriarcal, em contrapartida há (ii) aqueles(as) que tentam provocar a ruptura deste sistema, evocando saberes contemporâneos sustentadas por conhecimentos científicos, por direitos sociais garantidos pelo Estado e pela comoção e reação da pressão e da opinião pública.

Para Preciado (2020) a possibilidade de identidades insurgentes ocuparem um determinado espaço de amplitude social e acarretar em algumas mudanças na sociedade contemporânea, deve-se a uma possível segunda revolução sexual transfeminista que não se estrutura em forma de políticas de identidade, “mas construída através das

alianças de múltiplas minorias políticas em face da norma” (PRECIADO, 2020, p.278). A Transbyxa Preta ocupa, de acordo com Nascimento (2021, p.25) um espaço nos estudos e ações políticas no transfeminismo que “se reivindicam dentro de uma vivência das feminilidades, mas não se sentem contempladas na categoria mulheridades, como algumas travestis e pessoas não binárias femininas”.

De acordo com Rayara (2020) a Byxa não poderia ser restringida apenas a ordem de orientação sexual homossexual na condição de um homem cisgênero, pois, está interpelada interssecionalmente pela performance de gênero feminina que desempenha e pela raça negra enquanto identidade étnico-racial na qual é identificada. Daí a necessidade da Interssecionalidade (AKOTERINE, 2018) para analisar quais são as encruzilhadas socioidentitárias que a atravessam e como se estruturam a partir de discursos que constituem a identidade da Transbyxa Preta na contemporaneidade?

Rayara (2020, p.104) afirma que “discursos religiosos, médicos e do direito ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da bicha para informar o quanto está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas”, para além, Mombaça (2021, p.74) nos diz que tais discursos são provenientes “de um projeto de mundo, de uma prática de extermínio e normalização, orientada por princípios de diferenciação racistas, sexistas, classistas, cissupremacistas e heteronormativas” que estão alicerçadas desde a invasão da civilização europeia no continente americano, em específico ao Brasil.

Mbembe (2018) analisa que o Estado contemporâneo, neoliberal, capitalista, aplica políticas de morte, isto é, uma necropolítica contra sujeitos em desacordo às normas e padrões sociais vigentes. No entanto, a Transbyxa Preta opera neste sistema, fracassos, pois, ao desobedecer as normas sociais, está sujeita (des)estrutura toda uma estrutura de controle dos corpos pelo que Foucault (2021) conceitua de “Biopoder”. A Transbyxa Preta não atende aos padrões neoliberais para estabelecer relações sociais que venham contribuir no projeto de vida cis-heteronormativa, branco, cristão, de ordem capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se na contemporaneidade que as identidades exercidas por sujeitos discursivos desobedientes de gênero e dissidentes de raça e sexualidade causam rupturas no sistema cis-hetero-normativo, branca, cristã, patriarcal, neoliberal, causando desterritorializações no sistema capitalista e desestabilizando discursos estabelecidos enquanto regimes de verdades naturalizadas e absolutas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2018.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. 2. ed. Salvador: Devires, 2019. v. 1. 184p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 11ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg. **O Diabo em forma de gente**: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1. ed. Salvador: Devires, 2020.

DETERIORAÇÃO DO ACERVO LITERÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS NO ARQUIVO MUNICIPAL DE SACRAMENTO/MG: RACISMO DE ESTADO

Pesquisa de Mestrado em Curso
Fernanda Silva de Moraes
Mestranda do PPGCEL / UESB
consult.fernandam@gmail.com)

Marília Flores Seixas de Oliveira
Orientadora / PPGCEL / UESB
mariliaflores@uesb.edu.br)

RESUMO

Este trabalho analisa causas da deterioração do arquivo literário da escritora Carolina Maria de Jesus, depositado no Arquivo Público Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik, na cidade de Sacramento (MG), onde ela nasceu, tomando por base alguns conceitos e o pensamento de Michel Foucault (2005, 2022). Esta pesquisa, exploratória e documental, pretende ainda estabelecer parâmetros críticos sobre a necessidade de um tratamento mais adequado ao acervo de Carolina Maria de Jesus, condizente com a sua importância, estimulando a preservação de acervos literários que estejam em situação similar, sobretudo se tratando de escritoras negras. Buscamos também, a partir deste estudo, estabelecer métodos de análise e caminhos para o acesso a outros acervos de escritoras negras que potencialmente se encontram no anonimato. Com base nos conceitos de discurso, arquivo, racismo e estado de Michel Foucault, foi constatado que Carolina foi vítima de um racismo de estado e que, para dar voz a esta autora literária, é preciso que os órgãos responsáveis pela conservação dos seus arquivos ultrapassem as barreiras impostas pelo paradigma histórico vigente e estabeleçam uma nova ordem, em que, escritoras como Carolina, participantes de uma contra-história, sejam trazidas com mais vigor à cena literária e à luz.

Palavras-chave: Arquivo; Racismo de Estado; Escritora Negra; Acervo Literário

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de uma inquietação que me acompanha nos últimos anos, acerca do apagamento de escritoras negras ao longo dos séculos no Brasil. O primeiro contato que tive sobre este tema foi ao ler o romance *Úrsula*, livro escrito por Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira escritora negra (conhecida) do Brasil, conforme informações obtidas no endereço eletrônico literafro - O portal da literatura AfroBrasileira, editado e produzido pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Maria Firmina dos Reis (nascida em 1825 em São Luis do Maranhão e falecida em 1917) foi uma das escritoras negras que, - apesar de haver publicado vários livros, textos jornalísticos e poemas - durante muito tempo não obteve, da comunidade literária, a devida atenção. Assim como tantas outras escritoras negras que ainda não foram valorizadas ou mesmo “descobertas” pelo público e pela crítica, ou que, mais conhecidas, não ocupam o lugar que merecem, no cânone literário.

Pensando ainda sobre Maria Firmina, ressalto o fato de que ela teve uma vida intelectual destacada, acima do padrão vivido por mulheres negras em seu tempo. Foi professora concursada e, após se aposentar, fundou a primeira escola gratuita mista do Maranhão (projeto muito arrojado para a época); publicou textos na imprensa local e em jornais literários da época e atuou também em atividades de pesquisa, como folclorista, em registro e preservação de textos orais (LITERAFRO). Tendo publicado o seu primeiro livro (*Úrsula*) em 1959, Maria Firmina, que publicou folhetins, livros, poesias e textos em vários formatos, imprimiu, pioneiramente, temáticas negras em suas obras, trazendo outros elementos para a cena da ficção brasileira. No entanto, apesar destes fatos, ela morreu pobre e cega e muitos dos documentos de seu arquivo pessoal foram perdidos, não restando dela sequer uma fotografia.

Esta condição de apagamento e de perda dos arquivos de Maria Firmina me fez levantar questionamentos sobre a condição de manutenção do material produzido e do acervo memorialístico de autoras negras que, tendo enfrentado processos diversos de silenciamento de suas vozes autorais¹, enfrentam outros processos para a manutenção de sua produção literária, de maneira a sobreviverem e alcançarem leitores que possam ter acesso à potência criativa e ao legado cultural afrocentrado das suas produções literárias.

Conduzi estes questionamentos para Carolina Maria de Jesus (1914-1977), escritora negra que ocupa lugar de importância no espaço literário brasileiro e internacional, propondo investigar a condição do acervo literário dela, depositado no Arquivo Público

¹ Segundo Firmina Souza (2012, p.9), “as escritoras negras, em particular, têm sido sub-representadas nas histórias e críticas literárias. Os seus textos, na maioria das vezes são ignorados ou tidos como literatura

Municipal Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik, em Sacramento (MG), cidade em que nasceu.

Uma parte deste acervo encontra-se em estado de deterioração e de má-conservação, segundo relatos de Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina. Tal situação requer mobilização para vir a se garantir um tratamento adequado, sobretudo quando consideramos o pedido feito por Carolina: “Ela me pediu para propagar a memória dela”, afirma sua filha, que ainda relata outros pedidos de Carolina sobre o acervo:

“Que os inéditos fossem guardados. E que eu fosse atrás dos manuscritos” (Oliveira, 2022). Outros depoimentos sobre a condição deste acervo atestam a degradação, como o de Barcelos (2015): “os documentos autografados encontram-se, em geral, em estado ruim. Há cadernos danificados, com páginas mutiladas, manchadas e sem capa”. Carolina teve seu primeiro livro, *Quarto de Despejo*, publicado em 1960 (BARCELOS, 2015), após seu encontro com o jornalista Audálio Dantas, que levou sua obra a público e a tornou famosa, muito embora o reconhecimento sobre a qualidade de seu trabalho viesse acompanhado de apostos como “a escritora favelada”, estigma que ainda lhe impigem até os dias atuais. Seu livro foi traduzido para 46 línguas diferentes, adaptado para o teatro e para o cinema, e, ainda assim, sua obra permaneceu sem a devida repercussão por muito tempo.

Pensando na questão do acervo, encontrei respaldo teórico para a análise nos conceitos de arquivo e enunciado apresentados por Foucault (2022), que conduz o leitor a pensar a de ‘inferior qualidade’. Foram vários e eficientes os recursos utilizados pelos ‘donos’ do campo literário para, através do silenciamento, tornar inaudíveis as vozes de mulheres negras que tentavam reescrever suas histórias e inseri-las na produção textual brasileira”. história como um processo arqueológico e como é possível ter acesso a discursos de algumas pessoas em detrimento dos discursos de outras.

Ao buscar estabelecer relações entre a importância do acervo e do arquivo e o *modus operandi* do Estado enquanto instituição social, encontrei em outro texto de Foucault (2005), a ideia de Racismo de Estado. Estabeleceu-se, assim, a justificativa teórica deste estudo, voltado para entender as possíveis causas da deterioração do arquivo literário de Carolina Maria de Jesus no Arquivo Público Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik, da cidade de Sacramento, em Minas Gerais.

MÉTODO

Com o objetivo central de analisar a condição do acervo literário de Carolina Maria de Jesus a partir de conceitos de Michel Foucault (2005, 2022), o percurso metodológico desta pesquisa foi construído de maneira a responder às questões levantadas, sobre

as causas da deterioração do acervo/arquivo literário de Carolina Maria de Jesus, depositado no Arquivo Público Municipal de Sacramento, com base, sobretudo, em pesquisa documental e bibliográfica. Pretende-se, ainda, definir um método de análise que seja viável ao estudo futuro de outras escritoras negras que estejam no anonimato ou no apagamento e que podem vir a ocupar lugares destacados no cânone literário, de forma a estimular a preservação dos acervos literários de escritoras negras brasileiras em situação similar ao de Carolina Maria de Jesus. Esta pesquisa exploratória está em curso (junto ao Mestrado do PPGCEL/UESB), procurando, inclusive, contato visual com documentos da autora, analisando processos de realização do manuseio e discutindo formas possíveis de preservação de documentos autografados, apesar do mau estado de conservação, pois muitos assim já se encontravam no ato da doação, em 1999.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os manuscritos de Carolina de Jesus apresentam especificidades que tornam complexos os processos de proteção e manutenção do seu acervo, pois ela escrevia, inicialmente, em cadernos encontrados no lixo², em papéis de embrulhar pão, e muitas vezes entregava seus escritos para que as pessoas lessem, sem retorno. Em sua tese de doutorado, Fernandez (2015, p. 9) afirma, sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, que “a natureza de seus escritos é híbrida e fragmentada e, como tal, pede uma postura quase arqueológica de escavação”.

Neste sentido, compreendendo esta escavação relacionada aos manuscritos e enunciados da autora, é possível encontrar em Foucault elementos para entender tal processo “escavatório”, trazer à tona, o material ainda oculto produzido por Carolina.

Nesta perspectiva de compreender arqueologicamente os escritos de Carolina, pensado a partir de escavações, destacamos a ideia de arquivo a partir de Foucault:

de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; (FOUCAULT, 2022, p. 158)

Por outro lado, pensar nos arquivos de Carolina Maria de Jesus e nas questões étnicoraciais, sociais e econômicas é também ponderar sobre a memória subterrânea

² “Esses cadernos mostram, em sua diversidade de gêneros, um reaproveitamento quase que integral dos espaços das folhas que restavam dos cadernos reutilizados, resgatados do lixo”. (...) “Em seguida, quando de sua descoberta, passando a dispor de recursos materiais, Carolina de Jesus vai modificando sua forma de escrever, após vários rumos”. (FERNANDEZ, 2015, p. 261).

de um passado em que a exclusão configura o cenário da vida da escritora. A questão dos direitos educacionais, o racismo das relações sociais, os lugares vividos... nos textos da autora reconfigura-se, coletivamente, as subjetividades recriadas literariamente. Colocase pertinente o conceito de racismo de Estado, na compreensão de que o Estado capitalista atua em favor de algumas raças, em detrimento de outras, numa fragmentação biopolítica de oposição binária entre as raças. O *locus* da enunciação experimentado por Carolina – em que trata, muitas vezes do cotidiano periférico, das vivências, violências e relações sociais dentro da favela em que vivia com seus filhos – esteve marcado pelas hierarquias de classe, gênero e raça, mas também por processos de insubordinação a elas. O seu teor de testemunho – instrumento de resistência – apontando para a fome, o racismo e a marginalização evidenciam um Estado estruturado no racismo e numa política de morte. O confronto a isto era feito, pela autora, na escrita, que desnuda a condição desumanizadora deste Estado racista: “o branco criou a alta sociedade, lá não existia os negros” (Jesus, 1960, p.64).

Aspectos do racismo de Estado são perceptíveis ao analisarmos a deterioração do acervo literário de Carolina Maria de Jesus. Seus enunciados ainda na obscuridade e no silêncio, debaixo de escombros, provocados pelo descaso com seus escritos. Abandonados a toda sorte de maus tratos e descuidos, seu acervo habita salas nas quais podem ser vistas pessoas sem a preparação requerida para o manuseio de originais – cadernos reutilizados, papéis de embrulho etc. - e com atividades que não contribuem para a preservação do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível constatar que apesar dos esforços realizados por Vera Eunice de Jesus, filha da escritora Carolina Maria de Jesus, para localizar e conservar seus escritos, ainda não é possível ter acesso livre ao acervo do material produzido por ela. Ao lermos autoras negras, como Carolina Maria de Jesus, temos visibilizadas africanidades e trajetórias de vida, em narrativas e poética que relevam não apenas aspectos amplos da natureza humana, mas que se articulam também com a trajetória de vida, o teor autobiográfico do texto literário. Neste sentido, destacamos a importância da adequação da manutenção e do tratamento do acervo legado por estas escritoras, centrando a pesquisa nesta questão.

Para dar voz a esta mulher negra, sobrevivente, e autora literária, é preciso que os órgãos responsáveis pela conservação dos seus arquivos ultrapassem as barreiras impostas pelo paradigma histórico vigente, e estabeleçam uma nova ordem, na qual, quem participa de uma contra-história, seja trazida às prateleiras, e por que não dizer, à luz.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswik” Disponível em: <https://culturasacramento.com.br/arquivo-municipal> Acesso em: 03/06/2023.

BARCELOS, Sergio da Silva. Vida por Escrito: Guia do acervo de Carolina Maria de Jesus, Sacramento, MG: Bertolucci Editora, 2015. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Acervo-carolinamaria-de-jesus.pdf>. Acesso em: 10/07/2023.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro, RJ: Malê, 2018.

FERNANDEZ, R. A. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**, Campinas, SP: Unicamp [s.n.], 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1627070> Acesso em: 09/06/2023.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do Saber, tradução Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2022;

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade** Curso no College de France (1975-1976), tradução Maria Ermantina Galvão, São Paulo, Martins Fontes, 2005;

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, São Paulo, Editora Francisco Alves, 1960.

JESUS, Vera Eunice. JEDUCA 2022. Jeduca conversa com Vera Eunice. Do Quarto do Despejo às escolas. Youtube. 6º Congresso de Jornalismo Internacional de Educação, 2022. Disponível em <https://youtu.be/Q-j-3TuLPIw> . Acesso em 13 de julho de 2023.

LITERAFRO, o portal da literatura afro-brasileira, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 19/07/2023. LIVEIRA, Ruam. “Vera Eunice e os pedidos de Carolina Maria de Jesus”. PORVIR: Inovações em Educação, 2022. Disponível em <https://porvir.org/vera-eunicee-os-pedidos-de-carolina-maria-de-jesus/> Acesso em 13 de julho de 2023.

SOUZA, Firmina. “Introdução”. SANTIAGO, Ana Rita. **Vozes Literárias de escritoras negras**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

A MARCHA DA MACONHA SÃO PAULO E O FEMINISMO NEGRO: PERSPECTIVAS DE AQUILOMBAMENTO

Jessica Rocha
Universidade de São Paulo

Maria de Lourdes Brito Amorim
Faculdade Maurício de Nassau

jessicarocha@usp.br
maloubritopsi@gmail.com

RESUMO

Imersas nos movimentos sociais antiproibicionistas avistamos inúmeras problemáticas que atravessam as pessoas que os compõem de diferentes maneiras. O modo como as mulheres, em especial as mulheres não-brancas, têm se organizado dentro da Marcha da Maconha de São Paulo, compondo a coletiva Bloc Feminista, evidencia muitos dos atravessamentos que atingem diversos corpos dissidentes também quando estão ocupando esses espaços de luta sócio-política. Produto da diáspora africana, o corpo da mulher preta foi configurado de tal maneira para comportar em si as mazelas das violências oriundas das violências de gênero, raça e classe. Mas também, conseqüentemente ou não, este tem sido suporte e estaque para a criação e sustentação de redes de afeto, acolhimento e mediação de conflitos. O cenário não é diferente quando se trata de espaços de organizações políticas, autônomas ou não, mas que se pretendam estar posicionadas na encruzilhada da intersecção das questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, de classe social, e de pessoas diverso-funcionais (PCD).

Palavras-chave: Feminismo Negro, Marcha da Maconha; Antiproibicionismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se justifica no sentido de fazer emergir algumas das vivências de mulheres pretas diferentes e diversas em contexto do ativismo antiproibicionista, evidenciando os desafios e atravessamentos da luta coletiva; assim como uma escrivência acerca da forma como o proibicionismo atravessa os corpos de gêneros e sexo dissidentes de formas diferentes, mas sempre de maneira violenta e impondo a interpretação enviesada destas como loucas, agressivas, arrogantes, entre outras. Identificamos que isso se dá por estarem num espaço de luta, ou seja de disputas de narrativas, e que diante de suas posturas subversivas e destemidas são consideradas arruaceiras. Neste histórico perscrutamos que novas práticas vão sendo encontradas para agregar mais mulheres e corpos de gêneros e sexo dissidentes à luta, compreendendo que ao acessar e ocupar esses espaços, encontram entraves também no caráter orgânico, autônomo e aberto do contexto geral da Marcha da Maconha São Paulo (MdM/SP). Torna-se ainda mais desafiador o processo de condução, pela necessidade de constantes atualizações e delimitação de espaços para que as mulheres e os corpos de gêneros e sexo dissidentes se sintam de fato pertencentes e atuantes ativamente nesse processo de construção de luta. E é nessa perspectiva que a coletiva/bloc feminista da MdM/SP, é inicialmente formada por mulheres brancas, acadêmicas e de classe média, unidas a princípio com a intenção de combater especificamente condutas machistas no ativismo antiproibicionista, no ano de 2012. De modo que, em consonância com o entendimento político da síntese do feminismo antiproibicionista, também na MdM/SP tem sido tensionada a criação de ambientes acolhedores às pessoas de gêneros e sexos diversos, pretas e periféricas, para que se aproximem dos debates numa perspectiva interseccional e integrem a construção processual deste movimento que se propõe a pautar o levante do povo contra uma necropolítica que atravessa cada corpo de forma diferente. Considerando que a luta antiproibicionista abarca grande parte das reivindicações por direitos que são negados principalmente para esses corpos tidos como desviantes da norma, percebeu-se o espaço potente e agregador, mas também com diversos e grandes desafios, principalmente às mulheres, pretas, lésbicas, trans, periféricas, diverso funcionais, de terreiro, anarquistas, e entre outras.

A luta antiproibicionista muitas vezes é considerada equivocadamente como uma confraria, e talvez pudesse ser, não fosse ainda pelo machismo, racismo e até algum fascismo internalizado que insiste em se mostrar presente nos mais diversos espaços de construção deste movimento social, assim como nas diversas pessoas que transitam pela construção da MdM/SP. E é nesse cenário que percebemos que ser mulher e ter sua fala, posicionamento ou questionamento num contexto de grupo

validado tem sido desafiador, mesmo que a bloc já tenha sua história consolidada e espaço de atuação garantidos na Marcha da Maconha SP, é sempre possível esbarrar em questões que atravessam esses corpos e que fazem lembrar o quanto a luta ainda precisa avançar.

MÉTODO

A perspectiva desta pesquisa está amparada na proposta de um contra-paradigma consolidado na Escrivência de Conceição Evaristo (2014), de modo que compreendemos que esses escritos comportam algumas das trajetórias das nossas e dos nossos dentro de um movimento de luta que se organiza em torno de pautas subalternizadas até mesmo nos movimentos sociais considerados de esquerda e/ou progressistas. Entendemos esse exercício como sendo uma possível continuidade dos legados de nossas coletividades tornadas identitárias e, conseqüentemente, assujeitadas, controladas, tornadas estatísticas das políticas de morte.

Buscamos fazer dessa escrita um movimento de escuta e de observação participante, em que a nossa interação também dá contornos à essa escrivência, pois nossas experiências também estão condicionadas ao que e como tem sido possível experimentar nesses espaços. Assim, reconhecemos que nossa escrivência, portanto, acontece também porque antes de nós tivemos mulheres que também eram consideradas o outro do outro, as outras, e a essas devemos a continuidade do corre pelo acesso, mas, principalmente, pela permanência das nossas e dos nossos nesses espaços, cadeiras e púlpitos, tendo nossas vozes ecoando não mais como quem precisa de concessão e tolerância para poder existir.

Pretendemos, com isso, traçar algumas das narrativas que vêm emergindo no território das pautas antiproibicionistas, em especial na cidade de São Paulo, e que são atravessadas pelas questões de gênero, sexualidades, étnico-raciais e de classe. Talvez, assim, podendo dar contorno às linhas de fuga (Deleuze, Guattari, 2011) que escapam em um espectro rizomático, e portanto complexo, do movimento antiproibicionista paulistano, tendo a MdM/SP como plano de imanência e congregação de ideias diferentes coletivos e associações também antiproibicionistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A bloc feminista da Marcha da Maconha São Paulo tem se mostrado um dos, se não o único bloco que mantém atividades, intervenções, ações diretas e afins ao longo do ano, não só na marcha anual que sempre ocorre na Paulista. Ao longo dos 11 anos de atuação da coletiva, as mulheres que compõem essa que também é conhecida como

“bucetas ingovernáveis” têm proposto e aceitado convites para trocas e intercâmbios com mulheres nos mais diversos espaços e contextos, onde a guerra às drogas insiste em violentar nossos corpos que são atravessados por raça e classe, sendo eles em sua maioria corpos dissidentes e/ou de periferia que superlotam e sobrevivem indignamente dentro do cárcere, assim como as mães e familiares de pessoas encarceradas que engrossam as filas dos presídios e que inevitavelmente acabam puxando cadeia junto com os seus. Que sofrem a dor de serem marginalizadas em suas particularidades, ou por lutarem por justiça quando um dos seus é tombado pelo Estado. Dentro da questão específica de gênero, sempre esperam de nós mulheres um puritanismo moral, impondo a nós um modo colonizado de conduzir nossas vidas que não condiz com nosso próprio desejo de como ser e estar nesse mundo, nos privando dessa autonomia sobre nossas escolhas.

Muitas histórias se repetem, apesar de muito diferentes entre si. Mas é a partir dessas trocas extremamente significativas entre mulheres afetadas direta e indiretamente pela falsa guerra às drogas que vamos nos fortalecendo, trocando práticas de cuidado e autocuidado, mas também num sentido de denunciar e cobrar ações que minimizem os danos causados por esse (Cis)tema opressor e genocida.

A partir dessa dinâmica que segue de forma orgânica diante das situações colocadas, consideramos importante destacar que apesar do momento trágico e desafiador da pandemia de COVID-19 ampliou-se a possibilidade de acessar mulheres em outros territórios através de lives e vídeos informativos, rodas de conversa e formação online.

Muito material já foi produzido pela coletiva, sempre pautando assuntos pertinentes ao contexto antiproibicionista, este que foi se moldando conforme novas narrativas vão sendo agregadas. Entendemos que a proibição é o que alimenta todas as opressões que atravessam diuturnamente estes corpos, seja pela guerra às drogas, pela proibição do aborto, pelo encarceramento em massa, e ainda mais desafios encontrados dentro do coletivo macro da Marcha da Maconha São Paulo que é um grupo heterogêneo, onde ainda é muito fácil que ocorra a invalidação de nossas vivências, nossos posicionamentos, entre outras problemáticas tão desafiadoras quanto a dominação de nossos corpos pelo Estado. Diante disso, incorre a necessidade que as mesmas estejam inseridas diretamente na construção das ideias e ações afirmativas, que irão direcionar desde o mote escolhido pela MDM-SP, até às intervenções que ocorrem antes, durante e depois da marcha. A partir dessas experiências acumuladas, culminaram recentemente na Marcha de 2023 em um panfleto manifesta onde rememoramos pautas ainda legitimados pela lógica do silenciamento, opressão, invalidação e dominação de nossos corpos, onde também foi possível expurgar nossas angústias, denunciar as atrocidades que acometem as nossas, reivindicar um olhar

mais humanizado, além de cobrar por uma outra política de drogas. Munidas dessas múltiplas trocas entre mulheres que transitam no movimento antiproibicionista da Marcha da Maconha de São Paulo, junto às tantas outras participantes esporádicas das atividades e intervenções propostas pela bloc, fomos percebendo novos e diversos atravessamentos da guerra às drogas, ampliando as demandas de maneira desafiadora para todes, mas também um tanto mais fortalecidas em saber que não estamos sós, o que mostra uma potência necessária para que possamos pensar juntas em como fazer valer a máxima trazida por Audre Lorde: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, enquanto mulheres pretas, de gênero e sexo dissidentes, nos deparamos com inúmeras problemáticas para que a coabitação do espaço de luta que pauta o direito à nossa vida e a dos nossos e nossas possa ocorrer com a nossa participação integral e total. E compreendendo que essa ocupação não ocorre sem que hajam inúmeros desafios, nos propomos a fazer dessa experiência de escuta, observação e reflexão também um movimento de escrita e elaboração desses atravessamentos que cerceiam nossos corpos, conforme supracitados, de inúmeras maneiras.

Deste modo, o principal escopo é proporcionar uma autocrítica possível e legítima ao movimento social antiproibicionista paulistano, contribuindo com o avanço de pautas caras ao mesmo, tais como o antirracismo, anticapacitismo, antissexismo, anti-classismo, a anti-homofobia, antantirracismo, anti-transfobia e outras demandas afirmativas dos corpos dissidentes e subalternizados. Desejamos que nossa escrevivência possa amparar as nossas que se sintam sozinhas e encurraladas por discursos de ódio e outras violências mas também proporcionar aos demais ativistas da pauta a reflexão acerca de experiências que, apesar de muitas vezes invalidadas, são essenciais à compreensão dos efeitos nocivos da guerra às drogas aos “corpos que importam” (BUTLER, 2019).

REFERÊNCIAS

Butler, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo/SP: N-1 Edições, 2019.

Duarte, Constância L. *Escrevivências. Identidade, Gênero e Violência na Obra de Conceição Evaristo*. João Pessoa/PB: Idea Editora, 2016.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mil Platôs. Vol. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão*. São Paulo/SP: Editora 34, 2011.



Evaristo, Conceição. Olhos D'Água. Rio de Janeiro/RJ: Editora Pallas, 2014.

González, Lélia; Hasenbalg, Carlos. Lugar de Negro. 1ª edição. Rio de Janeiro/RJ: zahar, 2022.

Lorde, Audre. Irmã Outsider: Ensaios e Conferências. Tradução: Stephanie Borges. 1ª edição. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2020.

Mbembe, Achile. Necropolítica. São Paulo/SP: N-1 Edições, 2018.

Rocha Jessica. Feminismo Antiproibicionista: Uma rede de afetos e cuidados e o compromisso com a reparação histórica. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista/RR, vol. 8, n. 22, pp. 141-150, 2021. <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirmaconceicao-evaristo>

VAMOS ABRIR A RODA: ENLARGUECENDO A EPISTEMOLOGIA

Trabalho de dissertação de mestrado em andamento

Matheus Messias Santos
PPGL UESC/CAPES
matheus.messisantos@gmail.com

Alexandre de Oliveira Fernandes
IFBA/Porto Seguro

RESUMO

a¹ discussão sobre epistemologia esteve historicamente associada à preservação de um conhecimento etnocêntrico, produzido pela história moderna ocidental, por meio da exploração colonial e da hierarquização de saberes. assim, “epistemologia” por muito tempo foi interpretada unicamente a partir dos modelos dominantes das ciências ocidentais, ao tempo em que perspectivas epistêmicas dissidentes foram negadas. neste espectro, objetivo situar a poesia negro-sexual dissidente de tatiana nascimento, através da análise de poemas da obra “lundu,” (2017), como potência epistemológica nãoocanônica, compreendendo de que maneira a autora provoca fissuras na ordem hegemônica ao subverter modelos tradicionais de escrita e do próprio mercado editorial. para tanto, investigo quais epistemologias a autora produz através da sua escrita e das suas experiências enquanto mulher, negra e sapatão, imerso numa submetodologia indisciplinar de pesquisa (mombaça, 2016) e na esteira da desconstrução (derrida, 2014). desse modo, defendo que a poesia de tatiana nascimento pode ser situada num lugar que corrói os ditames elaborados pela tradição ocidental, ao transmutar a experiência à palavra, isto é, quando as vivências dissidentes são transpostas à escrita e transcendem os interditos discursivos institucionais para expor subjetividades.

Palavras-chave: literatura e epistemologias dissidentes; poesia negra lgbtqi+; desconstrução; submetodologia.

¹ por uma posição política, artístico-epistemológica e estética da própria tatiana nascimento, todas as palavras que se referem direta ou indiretamente à sua produção serão mantidas integralmente em letras minúsculas. entretanto, tomei a decisão de seguir neste mesmo fluxo e escrever todo o texto da dissertação também em minúsculas, me utilizando da estratégia de não hierarquizar nomes, saberes e conceitos com o uso de letras maiúsculas. desse modo, assim como a poeta estudada, e também de mãos dadas com bell hooks, de alguma maneira pretendo provocar rasuras y fissuras no que se é tradicionalmente esperado pelas hierarquias da produção científica.

INTRODUÇÃO

tradicionalmente compreendida como a área da filosofia que vai investigar a natureza do conhecimento, a epistemologia se dedica em responder de forma engendradora a questionamentos do tipo “o que é o conhecimento?”, “como ele é adquirido?” e “como ele é justificado?”. tais gestos metafísicos da tradição filosófica buscam identificar o elemento central da pureza na oposição de um outro elemento, dado como secundário, “jogado fora” através de um processo obsessivo de desejo da pureza (siscar, 2013). desse modo, a discussão sobre epistemologia culturalmente esteve aliada à manutenção do conhecimento produzido pela tradição ocidental, através dos processos de dominação colonial e hierarquização de saberes. assim, epistemologia, por muito tempo, foi compreendida unicamente sob os parâmetros hegemônicos das ciências ocidentais, ao tempo em que modelos dissidentes de se produzir conhecimento foram interditados.

neste espectro, epistemologias dissidentes podem ser alternativas outras às violências que atingem corpos excluídos das disputas epistêmicas e narrativas do saber. são epistemologias que descentralizam as formas de conhecimento ocidentais e as formas de autoridade baseadas nas visões eurocêntricas e cisheteropatriarcais², que reproduzem a estrutura colonial. logo, na dissidência, há valor no sentir e na experiência, e não unicamente no palpável, tangível e visível. elas dialogam com o contexto sociocultural em que são produzidas. são narrativas que dançam, flutuam, deslizam e berram. que fazem da vida uma oportunidade única para, de fato, viver, pois vivos são os corpos que gozam com o conhecimento e o movimento; com a arte e o deslocamento. é notório que a tradição filosófica fundou o conceito do que conhecemos por “verdadeiro conhecimento”. entretanto, o pensamento derridiano não está aliado aos sistemas engendrados da verdade e busca se atentar às minúcias que transbordam do texto. jacques derrida (2019) defende que para a lei³, há sempre uma contralei, ou a lei da impureza, que poderá contaminar o que está conceitualmente estabelecido como verdade. tal levantamento me provocou a questionar sobre o fato de a tatiana nascimento estar ou não produzindo epistemologias dissidentes e misturando os gêneros nos poemas do “lundu”, sob a perspectiva da lei do gênero (derrida, 2019), visto que a autora se aventura em formas não comuns de escrita, como, por exemplo, ao subverter formas, misturar prosa e lírica num mesmo texto e construir tessituras

² trata-se de um sistema sociopolítico que instaura a cisgeneridade (quando a identidade de gênero corresponde às construções discursivas e culturais atribuídas ao sexo) masculina e heterossexual como supremas. o cisheteropatriarcado visa situar o homem, branco e heterossexual como sujeito universal, delegado a fabricar opressões àqueles que não seguem as normas por ele idealizadas e estabelecidas. carla akotirene (2019), em seu livro interseccionalidade, discute a noção de cisheteropatriarcado para assimilar os sujeitos responsáveis por forjar as identidades de mulheres negras e de outras alteridades. ³ para jacques derrida (2014), a lei é uma construção contingente e falível, e não necessariamente uma entidade absoluta e transcendente.

insurgentes. nesta coordenada, destaca-se a pertinência de se pesquisar uma obra lançada por uma editora independente, autônoma e com produção artesanal, que prioriza a publicação de mulheres negras e lgbqia+ e organizada pela própria tatiana nascimento. a padê editorial surge como uma contraproposta aos ditames da indústria editorial brasileira, que ainda é regida majoritariamente por homens brancos e cisheteronormativos. portanto, é do meu interesse, neste trabalho, localizar na poética do “lundu,” como a tatiana nascimento produz epistemologias, situando a obra como potência epistemológica não-canônica, ou, em outras palavras, dissidente.

MÉTODO

para a execução dessa pesquisa, me utilizo de raciocínio interpretativo, em que a observação é direcionada à obra em análise ancorada por uma submetodologia de pesquisa indisciplinada (mombaça, 2016), isto é, que explore os aspectos ignorados e subterrâneos da produção teórica, hackeiem a escuta científica e dê voz a ruídos até então desconsiderados (mombaça, 2016); que privilegiem autorias desautorizadas pelo cisheteropatriarcado ao visibilizar contextos de enunciação deslegitimados, violentados e apedrejados. jota mombaça coloca que a submetodologia indisciplinar vai pautar o corpo como carro chefe da pesquisa. porém, o corpo transcende a perspectiva tradicional acadêmica. ou seja, é preciso toma-lo e inunda-lo naquele conhecimento que ninguém chama de conhecimento, naquela epistemologia escanteada, escamoteada, que é maliciosa, corrosiva e desleal ao cânone acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

na poesia palavreira do “lundu,” tatiana nascimento se utiliza de uma diversidade de simbologias que remetem às culturas indígenas e afro-brasileiras, a exemplo do título da obra investigada, que estabelece relações entre o movimento das ondas quebrando à uma espécie de dança (tal qual o lundu, dança comum entre os negros no período colonial). inclusive, a própria capa do livro e a estruturação formal dos poemas simulam a formação de ondas, com a organização das margens oscilando posições ao decorrer da página. além disso, a poeta provoca fissuras na ordem canônica ao subverter formas tradicionais de escrita e do próprio mercado editorial brasileiro. os poemas do “lundu,” apesar de serem textos escritos, possuem uma construção rítmica que facilita a oralização⁴. ou seja, muitos dos poemas da autora são pensados

⁴ em recente entrevista, a autora destaca que a tradição oral é muito presente em sua produção poética, e sobre como as suas poesias são feitas para serem “faladas”. disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/15756>. acesso em: 30 de julho de 2023.

para serem, também, oralizados e performatizados. tal aspecto aproxima a escrita da tatiana nascimento de uma tradição oral, muito cultuada em culturas ancestrais, como nos povos originários e povos tradicionais de terreiro.

por este viés, tatiana nascimento promove um transbordamento – na acepção derridiana do termo (derrida, 2019) – nas normas ditadas pelos cânones literários, justamente por transgredir, a partir das narrativas de si, as expectativas acerca da produção literária de sujeitos cuir. no entanto, percebe-se que em “lundu,” tatiana nascimento caminha na contramão do que se espera para um poema produzido por uma mulher negra, como cunhado pelo cânone literário afro-brasileiro, a partir de autoras como conceição evaristo.

é notável que a poeta descentraliza o pensamento moderno ocidental, tido como universal, ao trazer para sua poesia elementos linguísticos afrodiáspóricos, associados especificamente às religiões de matriz africana, como nos seguintes versos, do poema “diz/faço qualquer trabalho y m(eu) amor de volta todo dia” (2017): “laroyê,/ midádicumê?/ chuta não/ que eh macumba/ eh o quê? enfeite?/ eh seita? aceite:/ neh enredo não/ neh folclore não/ nem eh possessão,/ eh religião” (nascimento, 2017, p. 43). nesse sentido, percebe-se que a poeta promove, a partir de uma escrita corrosiva, um ebó⁵ literário, um processo de cura a partir de diretrizes afro-brasileiras, quase sempre fadadas à demonização e ao erro. assim, ela oferece a sua própria poesia como alternativa terapêutica à dor, como saída para retornar a si mesma e reconquistar o seu próprio amor através do axé⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ao longo deste estudo, foi investigado como as epistemologias dissidentes podem funcionar como alternativa às estruturas hegemônicas de conhecimento, desafiando as normas estabelecidas e questionando as noções tradicionais de epistemologia, que estiveram historicamente ligadas à supervalorização do conhecimento produzido pela tradição ocidental, em detrimento de outras formas de saber. entretanto, as epistemologias dissidentes desafiam a hegemonia e desestabilizam regimes de verdade baseados em visões eurocêntricas e cisheteropatriarcais. nesse sentido, investiguei como as poesias do “lundu,” da poeta tatiana nascimento, subvertem as expectativas da produção literária convencional, misturando gêneros, linguagens e formas de

5 nas palavras do pesquisador alexandre fernandes, “o ebó é a oferenda ritual, o sacrifício, o alimento sagrado, os atos litúrgicos. do iorubá — ebo, a forma ideal de oferenda é determinada pelo jogo divinatório” (fernandes, 2015, p. 26).

6 fernandes (2015), ao delinear paralelos entre axé e exu, destaca o axé como intraduzível; entretanto, estabelece considerações sobre axé como “força invisível que anima todas as coisas, [...] espaço de transpostos e passagens: a encruzilhada” (fernandes, 2015, p. 20-23).



escrita. assim, entende-se que a poeta transcende as fronteiras do pensamento moderno ocidental, ao incorporar elementos afrodiaspóricos e referências às culturas de matriz indígena e africana em sua poética, sugerindo novos horizontes enunciativos aos sujeitos dissidentes,

REFERÊNCIAS

derrida, jacques. **a lei do gênero**. revista tempo, espaço, linguagem (tel), [s.l.], v. 10, n. 2, p. 250-281, jun. 2019.

mombaça, jota. **rastros de uma submetodologia indisciplinada**. revista concinnitas, rio de janeiro, ano 17, v. 01, n. 28, set. 2016. nascimento, tatiana. **lundu**,. brasília: padê editorial, 2017.

siscar, marcos. **jacques derrida**: literatura, política, tradução. campinas: autores associados, 2013.

LO PERSONAL ES POÉTICO; HISTORIAS LOCALES HACIA LA IDENTIFICACIÓN DE UNAS PRÁCTICAS DE GÉNERO E SEXUALIDAD COLONIZADAS

Trabalho de Conclusão de Curso

Nidia Ligeya Daza Hernandez
Mestre

Orientadora: Profa. Dra. Maria Thereza Azevedo
Universidade Federal de Mato Grosso
Faculdade de Comunicação e Artes

Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea nldhernandez.
ppgl@uesc.br

RESUMEN

¿Es posible generar construcciones alternativas de género y sexualidad, por medio de la identificación y cuestionamiento de metarrelatos colonizados? “Lo personal es poético” se trata de una selección de “Historias locales”, con el objetivo de identificar en mi propia historia metarrelatos, al rededor de construcciones de género y sexualidad creadas por la colonización. Entendiendo metarrelatos como relatos dominantes en los cuales basamos nuestra existencia y en los cuales están fundamentadas nuestras creencias. Los mismos serán abordados críticamente, desde una perspectiva de cuidado. Materialicé así mis historias, en una propuesta narrativa a partir del atravesamiento de tres experiencias: 1) “Construcción de microuniversos autobiográficos”, que son pequeñas narraciones realizadas a partir de objetos; 2) “acciones artivistas” propuestas por la colectiva UDiversia, como práctica de lugar en la ciudad de Bogotá – Colombia; 3) “trabajo de campo” realizado en Brasil con prácticas alternativas y complementarias en salud (terapia Reiki). Practicas de lugar entendidas como políticas de producción de sujetos, donde para la cuestión feminista, la categoría de identidad mujer ha tenido un abordaje de contextualización o lugarización y no en relación a una política de la categoría o la identidad per se. (ESCOBAR, 2003, p. 80) En mi historia, como en la de muchas personas corría, el riesgo de recorrer caminos oscuros y dolorosos, pero ante la necesidad de elaborar una especie de duelo comprendiendo y reconciliándome con mi cuerpo en relación con los otros, me sumergí en procesos de educación popular de base junto a personas que compartían dolores en común, y que, así como yo, habían decidido sanar en comunidad y aprender enseñando en lo comunitario. Los textos que propongo surgieron a partir de historias locales de mi infancia, adolescencia y en medio de una experiencia como feminista y artivista en la colectiva UDiversia. Exponiéndolos a lo largo de esta investigación en forma de diálogo con tres investigadores colombianos: Jaime Barragán Antonio, Elizabeth Garavito López y Dayanna González Cita (artistas, investigadores y educadores populares). Así, con el transcurrir del proceso busco profundizar críticamente en mis narrativas, a partir de la lectura de algunas autoras y autores latino-americanos con propuestas descoloniales y feministas descoloniales, cuya escritura encuentro relevante para mi proceso: Rita Segato, María Lugones, Marcela Lagarde, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Walter Wignolo, entre otros.

Palavras-clave: Historias locales; Género; Artivismo; Microuniversos autobiográficos; Cuidado.

INTRODUÇÃO

Mentiram, não há separação entre a vida e escrever

Gloria Anzaldúa

Por razões de forma e conteúdo, o seguinte texto é apresentado com partes em espanhol e outras em português; a minha língua materna e minha segunda língua, essas são duas das principais línguas faladas na Latinoamerica. Os motivos que me levaram a adotar este tipo de escrita foram: as histórias locais, como políticas de lugar, que implicam uma identidade territorial (experiências atravessadas pelo idioma e vivenciadas na minha língua materna); a sensação de habitar uma espécie de “entre”, como ideia de fronteira; as autoras e autores trazidos como fontes de abordagem dos estudos decoloniais, numa perspectiva latino-americana, hispano falantes que apresentam seus textos principalmente em espanhol. Somou-se a tudo isso, o fato de a escrita do texto, o desenvolvimento do mestrado, assim como, o trabalho do campo, me permitirem encontros vitais durante minha experiência no Brasil, que deram a ver a identidade territorial das pessoas e do lugar que me acolheu. E, finalmente duas das pesquisadoras colombianas, com as quais estabeleço diálogo, fizeram também seus estudos de pós- graduação no Brasil, devido ao fato de terem seus textos escritos em português, estes serão citados nessa dissertação, do jeito que foram escritos originalmente, ou seja, num português escrito por colombianas.

É possível gerar construções alternativas de gênero e sexualidade, por meio de identificação e questionamento de metarrelatos colonizados? metarrelatos entendidos como os relatos dominantes, nos quais baseamos nossa existência e onde estão fundamentadas nossas crenças e modos de assumir a vida, que ao mesmo tempo determinam como acordos culturais e sociais da versão própria da vida, da qual sempre lembramos e falamos (GARAVITO, 2018).

Início este trabalho a partir do contato com o projeto “Ecologia em práticas cotidianas”, idealizado pela investigadora colombiana Elizabeth Garavito López, nele participei das oficinas “Narração de microuniversos autobiográficos”, empregados para identificar “metarrelatos”. “O pessoal é poético” trata então de uma seleção de “histórias locais”.

MÉTODO

Descrevo, não de maneira linear, o percurso metodológico. Assim, temos como primeiro eixo de trânsito o “lugar”, pois na construção dos relatos e dos microuniversos sempre há uma referência ao lugar, seja vivido, atual ou sonhado. O lugar é o que coloca em perspectiva os acontecimentos e as vivências que nós evocamos, segundo Arturo

Escobar, na vida de muitas pessoas, o *lugar* é um referente importante, especialmente pela conexão que ele envolve, e pelo sentido de fazer parte de algo que essa experiência concede (ESCOBAR, 2012, tradução própria)

A constante transformação dos sistemas vê-se refletida no que proponho como um segundo eixo de apoio para o percurso desta pesquisa, a ideia de uma arte ativista como prática de fronteira, nomeada “ativismo”. O século XX se viu enriquecido por uma série de transformações e aportes de artistas, como indivíduos pertencentes a esses sistemas, eles ajudaram no desenvolvimento e transformação de ditos sistemas, as práticas artísticas apontam à participação coletiva, assim como a geração de laços e redes.

Um terceiro eixo de apoio desse processo de pesquisa surge como descoberta numa fase final do texto, apenas apontado, mas com a consciência de que ele sempre esteve de alguma maneira presente; a incorporação de uma perspectiva do cuidado/ autocuidado é apenas o final/início de um processo que vai me apontar de todas formas “o Sul” da minha pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Me proponho identificar e narrar uma série de histórias provocadas inicialmente durante as oficinas de “*Construcción de microuniversos autobiográficos*” histórias de infância e adolescência que vão ser marcantes ao longo da minha construção, O processo de organização dos relatos, se deu pela percepção de que todos poderiam ser vistos como “histórias locais”, que vão evidenciar uma série de metarrelatos. Tecido tramado entre experiências e buscas para uma (*des*)construção de sentido apoiadas em epistemologias decoloniais latino-americanas.

Vou narrar algumas ações da experiência coletiva ativista “UDiversia”, quanto prática de lugar na cidade de Bogotá – Colômbia. O que me permitiu a possibilidade de visitar e questionar alguns *metarrelatos* identificados em construções quanto mulher, lesbica, pedagoga e ativista, propostas também pelas feministas decoloniais nas tramas, entendidas por elas como práticas “de fronteira”.

Entre leituras de gênero e decolonialidade latinoamericanas foram emergindo feminismos subalternos e periféricos, indo em direção a propostas de cuidado. Ao mesmo tempo, o trabalho de campo na cidade de Cuiabá – MT – Brasil permitiu-me uma experiência prática de cuidado e autocuidado, quando do meu contato com “práticas alternativas e complementares em saúde”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lo que en algún momento percibí como ruido o intrusión del sueño, entendiendo que cada una permanece en él por el tiempo que necesite, resguardada en meditación, en otra hora me pareció un movimiento o un llamado para retornar. El soplar del lobo o el silbido del príncipe, por fuerte que sacudan, parecen ahora contener otro mensaje, parecen mas significar un “estoy aquí” despierta, escúchame, reconócame (como soy).

Buscar un padre ausente en el alcohol y otras drogas pareció entonces la forma de honrarle. “Yo como tú” buscando, tal vez como él, una forma de reencontrarme con el afecto y el cariño perdidos, una suerte de reconciliación con “lo masculino/femenino”, dentro y fuera de mí, que de otra forma no me permitía.

Algunas preguntas que fueron arrojadas por las memorias ¿de dónde la motivación para invadir mi cuerpo de niña?, ¿de dónde los relatos e imágenes que le hacían pensar que mi intención era provocarle? Tal vez no me cabe a mí responderlas, entendiendo que yo misma en su lugar no tuve ninguna motivación consiente para hacerlo, solo la posibilidad de encontrarme con mi propia oscuridad, tal vez solo la inminente necesidad de la escucha a ese masculino habitante en mí y, por su puesto, me desplaza hacia la urgente escucha.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. A. et al. Entre laços e diálogos: pesquisas em história da educação e ensino nas regiões centro-oeste E norte Do Brasil. en J.A. BARROS, M. FRONZA, S. D. CASTILHO (Coords.), **La sexualidad, un acto creativo**: estrategias para el abordaje temático de las diversidades sexuales y de género (p. 197-210). Cuiabá: González. 2018.

ESCOBAR, A. **Mundos y conocimientos de otros modos**. Tabula Rasa No 1. p. 51-86, 2003. ISSN 1794-2489

GARAVITO, L. E. **Ecología en prácticas cotidianas**. Calle14: revista de investigación en el campo del arte 13 (24) pp. 410- 426. DOI: <https://doi.org/10.14483/21450706.13535> Bogotá. 2018.

GARAVITO, L. E. **De ignorancias e invenciones**: *generación de conocimiento en acciones creadoras, a partir de una receta de cocina*. Tesis de maestría, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2011.

GONZALEZ, C. D. **Dispositivos arte-ativistas**: o cuidado através de ações colaborativas contextuais e dialógicas. Monografía de Especialização, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2018.

MORRAGA, C. y CASTILLO, A. **Este puente, mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco (CA): Ismo. 1988 .

WHITE, M; EPSTON, D. *Medios narrativos para fines terapéuticos*. Paidós: Barcelona, 1993.

ACÇÃO CONTRA O EPISTEMICÍDIO - PROPOSTA ESTUDANTIL DE AMPLIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA NAS DISCIPLINAS DO IGEOG/UERJ

Iniciação científica

Rafaela Torres de Almeida
Graduanda de Geografia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fabiano Oliveira dos Santos
Graduanda de Geografia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Mariana Lamego de Araujo
Docente do Instituto de Geografia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

faelatorres22@gmail.com

RESUMO

A importância desses debates e temas dentro da ciência geográfica vem se dando há bastante tempo. Essa proposta surgiu por meio de diversos debates, com a visão de mundo que temos e com o questionamento de que tipo de Geógrafas e Geógrafos e professores de Geografia estão sendo formados dentro da universidade. Entendemos o espaço acadêmico como um formador de profissionais que irão atuar em diversas áreas (física, humana e na educação), e com isso buscamos ampliar a diversidade dos estudos sobre as Geografias que estão sendo produzidas no Brasil e no mundo. A relevância de se entender e se disseminar outras visões de Geografias, principalmente as que nunca são faladas, é colocada para contemplar o maior número de pessoas que fazem, estudam e vivem o espaço geográfico.

Palavras-chaves: Ampliação bibliográfica, Geografias Feministas, Gênero e Espaço.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu a partir da matéria obrigatória “Geografia Cultural”, através de um contato inicial com leituras voltadas para a Geografia Feminista. A disciplina em questão, ofertada no 5º período do curso de Geografia da UERJ, é uma das primeiras disciplinas, dentre poucas, que apresenta leituras sobre as abordagens feministas nos estudos geográficos. Sendo assim, se faz necessária uma discussão das causas que orientam a invisibilidade do sujeito feminino no meio científico.

Silva (2005) aponta para uma revisão de conceitos e metodologias geográficas dentro da universidade que não sejam feitas por e para homens, mas sim com uma visão feminista do espaço. Com as transformações da sociedade em diversos âmbitos, torna-se importante a investigação e inserção de novos grupos sociais nesses ambientes. Tal fato é apontado pelas autoras Bondi & Domosh (1992) relacionando-o ao “androcentrismo” - conceito que denomina a dominação do patriarcado, tornando a visão do homem e suas experiências como certas, deslegitimando a sabedoria das mulheres.

Com isso, a pesquisa apresenta a confecção de uma ampliação bibliográfica, que foi feita pelo Centro Acadêmico Josué de Castro em sua gestão de 2019-2022. Buscando por meios institucionais, aumentar a visibilidade de outras Geografias e com isso formas de alcançar a equidade nas leituras e narrativas de gênero, etnia/raça, sexualidade e classe dentro do nosso curso através da obrigatoriedade de textos de autores e autoras, pessoas não-brancas, que busquem trazer debates sobre sexualidade e sobre diferentes óticas do poder econômico, social, físico e ambiental em um quantitativo maior do que é apresentado. Sabemos que vivemos em ambiente elitista e totalmente excludente que continua tentando expulsar a todo tempo todas as minorias que ingressam nele.

METODOLOGIA

A partir de reuniões e debates com estudantes, fizemos um levantamento bibliográfico e posterior a isso uma reunião com todos os departamentos do Instituto de Geografia para debater sobre as problemáticas dos planos de aula do período de 2020.1.

Resultados e discussões

Podemos citar alguns exemplos de exclusão de produções acadêmicas, sobretudo de pessoas que estão na base da camada social. Fizemos um levantamento sobre os planos de aulas que foram disponibilizados neste período de 2020.1. Foi possível

perceber uma significativa falta de representação, sobretudo de pessoas não brancas, nas referências bibliográficas para se montar as disciplinas.

E com isso, apresentamos nossas propostas:

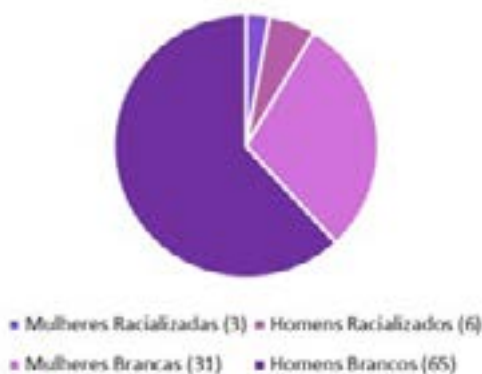
1.1 - Recomendamos o docente de toda e qualquer disciplina que utilize produções acadêmicas (artigos, livros, filmes...) de ao menos dois autores e/ou autoras não-brancas(os) para ser referência bibliográfica base em suas aulas.

1.2 - Recomendamos o docente de toda e qualquer disciplina que utilize produções acadêmicas (artigos, livros, filmes...) de ao menos duas autorAs para ser referência bibliográfica base em suas aulas.

1.3 - Que não seja utilizado apenas o Milton Santos como referência, abrindo assim espaço para outros autores negros e autoras negras.

Com isso, nosso objetivo é ampliar o acesso, a produção de textos e a perspectiva acadêmica, pessoal, territorial, ambiental e social dos alunos e futuros profissionais que são/serão formados pela nossa universidade. Sabemos que uma percepção de mundo limitada, também limita nossas ações para a construção coletiva de uma estrutura universitária menos excludente. Lembrando também, que a proposta se estendeu ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAP/UERJ.

Levantamento dos autores utilizados nas disciplinas do período 20.1 do curso de Geografia



FONTE: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo estando em períodos bem posteriores à ampliação em si, podemos perceber que poucos docentes implementaram de fato essas mudanças, vimos que muitos dos que concordaram em implementar é a nova geração de docentes que ingressaram na universidade.



Enxergamos a partir disso, uma movimentação revolucionária que está num processo ainda inicial de construção de Geografias que subvertem as bases do pensamento ocidental, e se propõem a destruir essa narrativa única e que expõem as violências que sustentam essa hegemonia. Um futuro multiculturalista pode ser vislumbrado a partir dessas teorias que propõem a descentralização do pensamento científico e construção de pedagogias que libertem es alunes das amarras do capitalismo e fomentem a celebração de narrativas múltiplas que renegam a figura do “ homem universal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: Progress in Human Geography. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

SILVA, Joseli Maria. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 172-190, 2005.

**“EMARANHAMENTOS CUIR”
TEORIZAR A PARTIR DE UMA ONTOEPISTEMOLOGIA
DAS LOCALIZAÇÕES**

Trabalhos de Conclusão de Curso

Will Paranhos
doutorande

Elizabeth Macedo
orientadora

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

williamroslindoparanhos@gmail.com

PARA SIMPLIFICAR (ou aquilo que é chamado “resumo”)

O resumo tem sempre o objetivo de explicitar as principais linhas do texto, apresentando o contexto em que a pesquisa se desenvolve, seu objetivo, o método utilizado, resultados alcançados e considerações finais, possibilitando que o leitor tenha um apanhado geral e possa, com base em seu juízo de valor, decidir se lerá ou não o texto em questão. Sabe-se que há nisso, de um lado, um movimento com vistas a facilitar o processo de pesquisa. Entretanto, por outro lado, deparamo-nos, mais uma vez, com a lógica colonialista neoliberal que exige que produzamos mais em menos tempo. Considerando que meu desejo é o de, justamente, operar na contramão, não resumirei nada e espero, assim, instigar, mesmo que por revolta, o desejo em seguir na leitura deste exercício de difração.

Palavras-chave: cuir; afetopolíticas cuir; emaranhamento; contraprodução.

DO QUE ME MOVE

Se este evento se propõe à um (des)fazimento, e se este simpósio temático objetiva decolonizar a estrutura epistemológica cisheteronormativa/colonial, permitam-me, desde já, escapar às normas canônicas. Creio que caímos em armadilhas construídas pela lógica colonialista, usando erroneamente de quase-conceitos¹ que emergem de sentir-saberes (Raul Ferrera-Balanquet, 2015a), experiências e práticas dissidentes. Ao invés de tornarem-se perspectivas que possibilitem a constituição de trânsitos cada vez mais plurais, percebemos o surgimento de imposições, exigências e silenciamentos. Lugar de fala tornou-se lugar de cala. Interseccionalidade é usado para equacionar o somatório de opressões sofridas. Os escapes da dicotomia de gênero, tem de ser explicados e adaptados às novas normas. A decolonialidade tornou-se prática onde não se devem ser utilizadas teóricas brancas, norte-americanas e/ou europeias. Estes são somente alguns dos exemplos que elucidam a maneira como o mecanismo/estratégia colonial de captura tem se refinado, tornando-se cada vez mais imperceptível. Para teorizar, são os bons e velhos dispositivos de poder foucaultianos que evoluíram (Will Paranhos, 2023).

Disse tudo isso para apresentar esta proposta, a qual vem sendo desenvolvida em minha tese de doutoramento, onde busco difratar e perceber emaranhamentos em torno das relações afetopolíticas cuir (Gracia Trujillo, 2023). Aqui, meu desejo é de, no formato de extrato, decolonizar o *queer*, percebê-lo enquanto um cuir localizado e, neste processo, evidenciar suas potencialidades, as quais vêm sofrendo demasiadamente com as perspectivas epistemológicas colonialistas, que tornam o *queer* somente “mais um” espectro assimilacionista, dentro da lógica neoliberal das políticas identitárias.

Feito isto, pretendo concluir, sem com isso concluir absolutamente nada - pois estaria eu, mais uma vez, servindo à lógica colonial hegemônica - demonstrando o quanto as afetopolíticas de localização cuir caminham, na verdade, para um movimento que busca rachar as estruturas hegemônicas, mas sem derrubá-las, extingui-las, ou qualquer outro movimento abrupto que, na verdade, só estaria utilizando do mesmo discurso perpetrado pelas correntes mais conservadoras que percebemos dentro das forças colonizantes que têm-se reforçado, nos últimos tempos, na prática do ódio, da vingança e do “quem pode mais”. Enquanto eles² buscam “dominar” e “domesticar” os sentir-saberes, as práticas e as experiências, eu (nós) plantarei (plantaremos) flores, na esperança de que seu aroma atraia multidões, deixando-os às moscas.

1 Marcando aqui uma perspectiva derridiana.

2 O pronome masculino utilizado é proposital, pois ainda vivemos - e talvez viveremos por muito tempo - dentro de uma lógica masculinista, branca, cisheterossexual, capacitista, corponormata e tudo o mais que represente a “hegemonia” da normalidade. Não é uma questão de nós *versus* eles. É uma questão de nós “e” eles, co-existindo, intra-agindo, mesmo quando não queremos.

MENOS MÉTODO, MAIS PRAZER!

Não há mais nada colonial, dentro do campo da pesquisa, do que o método. Ele consiste numa forma metafísica que, na tentativa de definir, enquadrar e controlar, acaba por colonizar os sentir-saberes e a possibilidade de compartilharmos conhecimentos. Se eles querem método, eu ofereço utopias e sonhos. Ou melhor, eu ofereço a possibilidade de uma pesquisa com tesão, com prazer, crendo que nesta prática dos “sentires” estaremos caminhando decolonialmente, constituindo nosso andar erótico decolonial (Raul Ferrera-Balanquet, 2015b).

Alente que utilizo para operar neste processo é aquela proposta por Donna Haraway e potencializada pelas leituras de Karen Barad. Sim, duas escritoras norte-americanas que, em sua prática acadêmica, contribuem de maneira ímpar com o exercício de decolonizarmos o campo epistêmico. Donna Haraway (1997), primeiramente, traz da física o conceito de difração como oposto à reflexão. Sim, aprendemos com Descartes a refletir sobre as coisas, todavia, no processo de reflexão, quando uma onda - de luz, som, água ou outros - é disparada e encontra um obstáculo, ela bate e simplesmente retorna, mudando sua direção. Esta é uma prática que, segundo Haraway, só favorece o reproducionismo. Pra que mais colonial que isso?

A difração, por sua vez, parte da mesma origem, tomando as ondas como referência. Após serem disparadas e encontrarem um obstáculo, as ondas criam movimentos outros, buscando por pequenos orifícios por onde possam atravessar, ultrapassando a barreira por suas margens, rebatendo de forma que não ocorre uma reprodução, mas uma dispersão da onda que poderá adotar novos formatos. Enfim, na difração, ao invés da reprodução, as ondas assumem outras características e, neste movimento, as diferenças surgem (Donna Haraway, 1997).

Karen Barad (2007), aluna de Haraway, já não mais refletindo, porém difratando sobre, nos diz que, a partir dos movimentos difrativos, não há mais como sustentarmos os binarismos da pesquisa - e não só estes -, onde há oposição entre pesquisadore e objetivo, conhecedore e conhecido. Na difração, os pontos não interagem, mas “intra-gem”, engajando-se mutuamente nos processos de conhecimento. A partir dela e de sua lógica neomaterial - também chamada de discursivo-material -, então, não há mais como separarmos ontologia de epistemologia. Elas agora andam juntas, co-constituindo-, co-existindo, emaranhadas. Expostas as minhas lentes, o convite é à co-criação, ao envolvimento, esperando que este seja muito mais prazeroso do que um somatório de referências que nos impedem de expandir, fluir.

EMARANHANDO-SE

No dia em que consegui sentir-pensar naquela que seria a força que me movimentaria na construção da minha pesquisa de doutorado, também conhecida por “objetivo”, não tardaram a chegar as primeiras críticas. Além de minha orientadora, enviei a proposta a algumas colegas que trabalham com o tema, ou mesmo outras, do campo da pesquisa, em quem confio. Os retornos foram uníssonos: a pesquisa estava “grande” demais e eu precisava focar melhor no objetivo, tornando-o mais específico. Bati o pé.

Li em Edgar Morin (2015) algo que me despertou inquietude. Segundo o autor - homem cis, europeu -, um dos grandes maus da humanidade tem sido sua sede por uma hiperespecialização. Neste movimento, ele diz que sabemos cada vez mais sobre cada vez menos, na tentativa de chegar a um final, ao ápice. Sua colocação reverberou em mim de maneira contundente. Por mais que sua teoria, em outros aspectos, possa ser considerada colonial, neste ponto específico eu noto uma grande potência que rebate a lógica colonialista.

Então, retornando à minha tese e, neste momento, com quem mais me interessa - minha orientadora -, demonstrei que estava justamente aí um dos grandes trunfos da minha pesquisa e discorri, minimamente, sobre alguns dos pontos que elencarei posteriormente. Fiquei feliz ao perceber que ela havia compreendido a lógica em que eu me amparava - e ainda amparo -, pensando nestes modos outros de fazer pesquisa que aproximem ao invés de distanciar.

Não vem ao caso, neste trabalho, discorrer sobre uma pretensa “genealogia” *queer* ou sobre os aspectos negativos que incidem sobre a terminologia em si. A gênese da palavra *queer* estaria em torcer, proveniente do latim *torquere*, o qual pode ser traduzido como “girar” ou “dar a volta”. Para Sayak Valencia (2015), “torcer-se não é mais do que mover-se em giros, desviando-se da direção originária” (p. 20). A tentativa da autora com esta quase-conceituação nos dá pistas bastantes significativas para avançarmos em nossas leituras.

Alguns trabalhos apostam numa “viagem” do *queer*, do Norte para o Sul global (Pedro Pereira, 2015), onde ela chegaria provocando inquietações e deslocamentos dentro dos estudos de gêneros e sexualidades, principalmente. Eu defendo veementemente o contrário. O *queer* já existia por aqui, contudo sem ser *queer*, ou *cuir*, ou *kuir*³. A afetopolítica à qual nos referimos estava expressa nas relações e nas figuras existentes neste cu de mundo (Larissa Pelúcio, 2016), mais especificamente nos territórios de África ou da Latinoamérica, povoados por mestiços, chicanas, indígenas, travestis,

³ Sempre que utilizar *queer*, estou me referindo ao movimento/teoria “criado” pela colonização norteamericana. Abrasileirado e localizado, uso “*cuir*”.

pretas, pretes e pretos, mulheres e homens trans, bichas, veadinhos, mariconas, lésbicas, sodomitas e pederastas, além daquelas que se nomeavam tão somente por conta da imposição colonial.

Gabriel Soares de Sousa já havia relatado em *Tratado descritivo do Brasil*, de 1587, a existência de criaturas que rompiam com as normas de gênero vigentes (Luiz Mott, 2005). Outras figuras históricas de nosso país reforçam essa defesa de que havia, em *Terra Brasilis*, um movimento cuir sem ser, ainda, *queer*: Xica Manicongo (1591-?) e Yaya Mariquinhas (século XIX) em Salvador/BA, Madame Satã (1900-1976) no Rio de Janeiro/RJ, Cintura Fina (1921-?) e Tomba Homem (1935-2016) em Belo Horizonte/MG (Megg Rayara de Oliveira, 2020). Epistemologicamente falando,

autorxs como Peter Fry, Néstor Perlongher ou jornal *Lampião da Esquina*, já estavam no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, constatando a construção social de sujeitos abjetos, questionando os binarismos sexuais, enfatizando o caráter construído da heterossexualidade. Da mesma forma, enfatizo como movimento homossexual brasileiro, em especial o grupo *Somos*, primeiro grupo de luta homossexual do Brasil, já tinham como pauta política o questionamento dos binarismos sociais, a luta contra a autoridade desmedida, e o esvaziamento de termos pejorativos, da mesma forma como estava se fazendo nos EUA com o termo *queer* (Fernando Benneti, 2013, p. 29).

Em sua afetopolítica de localização, a proposta cuir já era, sem mesmo saber, fraturar as estruturas normato-ontológicas ou normato-epistemológicas que defendiam os essencialismos, as naturalizações e, conseqüentemente, violências. Somente muito depois, durante a década de 1980, é que o cuir vai sofrer com os efeitos da metafísica colonialista definidora e tornar-se *queer* nos Estados Unidos. Partimos do princípio, então, de que o cuir já se movimentava numa terra de esquinas⁴, becos⁵ e encruzilhadas^{6,7}.

Ampliando nossos horizontes, começamos a perceber que o cuir vai muito além daquele *queer* que hoje torna-se sinônimo de gêneros e sexualidades (Thiago Ranniery, 2017), tanto que algumas siglas utilizam o “q”, a fim de demarcar sua existência - LGBTQIA+, LGBTQIAP+, LGBTQIAPN+, LGBTQQICAAPF2K+. Porém, este é um outro debate. Fato é que houve este movimento assimilacionista em torno do cuir, que o distanciou de suas origens e de tudo aquilo que o movimentava. Pensar em um cuir *queerizado* - leia-se colonizado - é muito pouco, pois “[p]ara sobreviver nas fronteiras, você precisa viver sem fronteiras, ser uma encruzilhada” (Anzaldúa, 2007, p. 216).

Nosso cuir já era interseccional mesmo antes da codificação que deu origem à “interseccionalidade”. Ele já existia nos cruzos de Èsù. Minha Mulambo, que é muito

4 OLIEVRIA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

5 EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

6 Luiz Rufino (2019).

7 Gloria Anzaldúa (2007).

mais antiga do que o *queer*, uma vez me disse que “de nada vale vivermos querendo ser melhor que a outra pessoa, tirá-la do nosso caminho. Para viver bem, temos que viver do nosso jeito, acreditando no que defendemos. E es outres? Ah, eles vão se perdendo pelo caminho, tropeçando em seus próprios pés” (*sic*). Há algo mais cuir do que isso? Essa é a lógica defendida pela contraprodução de Preciado (2022) e pelo contrapositionamento de Gloria Anzaldúa (2019).

Segundo Dilton Couto Junior e Fernando Pocahy (2017), esse movimento de pensar a partir o cuir articulado ao contexto sociocultural localizado traduz-se em “um caminho para potencializar a produção de uma crítica voltada aos processos discursos que conferem aos corpos, gêneros e sexualidades o selo de uma normalidade que é social e culturalmente construída” (p. 9), mas não só. Para Robson Silva e Karina Alves, o cuir pode expandir-se até

o ponto de alcançar, por exemplo, como tais identidades estão atravessadas por questões como classe, raça, religião, e como tudo isso se articula nos arranjos que temos que dar conta para ser/estar quem somos. E aqui, explicamos a expressão “ser/ estar” quem somos: desde uma perspectiva queer, percebendo as identidades como provisórias, sendo arranjos narrativos que organizamos em um determinado momento para dar conta de nos descrever a nós mesmos. O queer, na verdade, não se restringe à identidade, mas se estende para o questionamento mesmo da política das identidades, sendo o questionamento da estranheza virado contra a cultura dominante, a pergunta queer e: como chegamos a definir o que é normal ou não, o que é “igual” à norma ou diferente dela? (p. 153).

Na tentativa de minimamente compreendermos a que se refere tal localização remontamos às feministas conhecidas, justamente, pelas políticas de localização, primeiramente na teoria de Adrienne Rich (1987) e, já embebida de perspectivas pós-estruturalistas, tornando-se os “conhecimentos situados” de Donna Haraway. Ambas advogam pela ideia de que as localizações se constituem a partir de histórias que tornam-se personificadas, afetando e sendo afetadas pelos corpos, operando na produção de sentidos e experiências.

Um cuir local, então, se lança à tentativa de promover travessias, trânsitos e translocalizações, criando verdadeiros emaranhamentos que, nos processos de difração baradianos, parecem ser “os constituintes fundamentais que compõem o mundo” (Karen Barad, 2007, p. 72, tradução minha). O emaranhado refere-se, dentro da lógica colonial, ao “[m]isturado; o que foi misturado de maneira confusa: emaranhado de fios”, ao “[c]onfuso; sem ordem, clareza; em que há complicação, confusão: pensamento emaranhado” e, por fim, àquilo que “se apresenta misturado confusamente” (Emaranhado, 2020, s. p.); ou seja, entendemos que algo que está emaranhado é, na realidade, ruim.

Operando por meio desta lógica, somos levades a sempre procurar a “ponta do novelo”, acreditando que, ao puxá-la, poderemos desemaranhar. Fato que sim, será

possível. Todavia, deste modo, perdemos as aproximações e “intra-ações” (Karen Barad, 2007) que só o emaranhado possibilita, as quais são “capazes de criar arranjos inesperados” (Sayak Valencia, 2015, p. 23, tradução minha), tais quais aqueles que percebemos nas encruzilhadas, que abrigam em si “saber[es] praticado[s] nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez abrindo caminhos” (Luiz Rufino, 2019, p. 5).

Os movimentos, para adiarmos o fim do mundo (Ailton Krenak, 2020), são outros. Ao invés da redução, a ampliação. Ao invés do foco, a expansão. Ao invés do desenvolvimento, temos que nos envolver. Ao invés de conhecedore *versus* conhecido, uma pesquisa/academia ontoepistemológica, tendo em vista a possibilidade de romper com a “vigilância epistemológica” (Gisele Masson, 2022, p. 14) e aproximar-se de um “ser-saber-fazer” (Anna Stetsenko, 2021).

Neste movimento afetopolítico cuir, onde o emaranhado já está, damos vazão à outras formas de se sentir-pensar, nem contrários, nem opostos, mas somente diferentes, outros, daqueles que exigem fixidez, estabilidade e controle, ou mesmo dos novos movimentos que sequer notam-se cooptados pela colonialidade e que, assimilados, lutam para que seus direitos e sua identidade sejam respeitados (Asad Haider, 2019, como se estes fossem aspectos únicos, onde a luta se encerra.

DEIXANDO AS PONTAS SOLTAS

Nossa lógica ocidental colonizada insiste que não podemos deixar as pontas soltas. Porém, é o que espero ter feito. Neste emaranhado, as pontas devem estar livres, a fim de emaranharem-se novamente com outros emaranhados que surjam. Quando Gloria Anzaldúa (2019) nos convida a viver nas fronteiras, ela nos lembra que uma consciência *mestiza* “[a]prende a equilibrar as culturas. Tem uma personalidade plural, opera em um modo pluralístico - nada é posto de lado, o bom, o ruim e o feio, nada é rejeitado, nada é abandonado” (p. 325). Se um dia aprendemos a dizer eu, tu, ele e ela ou nós, vós, eles e elas, é chegada a hora de bradamos “todes, todas e todos”, primando por este emaranhamento que não é universalista, onde as diferenças são apagadas, mas, ao contrário, onde as diferenças justamente surgem, proliferam-se, são potencializadas.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera. The New Mestiza**. San Francisco/CA: Aunt Lute Book, 2007.
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza. Rumo a uma nova consciência**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 397-410.
- BARAD, Karen. **Meeting the universe halfway**. Durham: Duke University Press, 2007.
- BENETTI, Fernando J. 2013. **A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil (1980-2013)**. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando Altair. DISSIDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS À BRASILEIRA: uma cartografia das teorizações queer na pesquisa em educação. **Revista Inter Ação**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 608-630, 5 dez. 2017. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i3.48905>.
- EMARANHADOS. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em <https://www.dicio.com.br/emaranhados/>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- FERRERA-BALANQUET, Raúl M. Navegar rutas erótica decoloniales rumbo a relatos ancestrales karibeños. In: FERRERA-BALANQUET, Raúl M. et al. **Andar erótico decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015a.
- FERRERA-BALANQUET, Raúl M. (org). **Andar erótico decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015b.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo, SP: Veneta, 2019.
- HARAWAY, Donna. **Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan@_Meets_OncoMouse™**. New York: Routledge, 1997.
- HARAWAY, Donna. **"Situated Knowledges" in Simians, Cyborgs and Women**. Londres: Free Association Books, 1990.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.
- MASSON, Gisele. Ontoepistemologia na produção de conhecimento no campo da Educação. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. **Afro-Ásia**, n. 33, p. 9-33, 2005.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.



PARANHOS, Will. SE NÃO PODE VENCÊ-LOS, JUNTE-SE A ELES! - A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE PODER. In: Elenita Pinheiro de Queiroz Silva; Paula Regina Costa Ribeiro; Teresa Vilaça; Vilma Nonato de Brício. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: Memórias, lutas e insurgências nas educações*. Campina Grande/PB: Realize Editora, 2023, v. 1, p. 312-328.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado—estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Iberic@*, v. 1, n. 9, p. 123-136, 2016.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 411-411, 2015.

PRECIADO, Paul. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: Zahar, 2022.

RANNIERY, Thiago. No balanço da “teoria queer” em educação: silêncios, tensões e desafios. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 25, p. 19-48, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.02.a>.

RICH, Adrienne. **“The Politics of Location” in Blood, Bread and Poetry**. Londres: Virago, 1987.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2019.

SILVA, Robson Guedes da; ALVES, Karina Miriam da Cruz Valença. INTERROGAÇÕES QUEERAO CURRÍCULO: SUBJETIVIDADES, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO. **Revista Fórum Identidades** (Recurso Eletrônico) Ano 14, V. 32, nº. 01, jul.-dez. de 2020.

STETSENKO, Anna. Ético-ontopistemologia ativista: pesquisa e estudo de resistência. Tradução Janete Bridon. In: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. (org.). *Ética e pesquisa em educação: subsídios*. v. 2. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. p. 20-30.

TRUJILLO, Gracia. **O feminismo queer é para todos**. Salvador, BA: Devires, 2023.

VALENCIA, Sayak. Del queer al cuir: ostranénie geopolítica y epistémica desde el sur glocal. In: LANUZA, Fernando R.; CARRASCO, Raúl, M. (org.). **Queer & Cuir. Políticas de lo irreal**, p. 19-37. Cidade do México: Editorial Fontamara, 2015.

ST 13

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DAS MULHERES



COORDENADORES

Ana Luiza Salgado Cunha
Glauber Barros Alves Costa
Raquel Arrieiro Vieira

PROFESSORAS ACADÊMICAS FEMINISTAS E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

Dissertação de mestrado

Amanda Rodrigues Duarte, Daniela Finco
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

amanduarte.prof@gmail.com

RESUMO

Este trabalho aborda a questão da inserção de gênero na formação inicial docente, considerando os desafios políticos educacionais dos tempos atuais. Trazemos a potência das experiências e narrativas de quatro professoras e pesquisadoras acadêmicas feministas para pensar os esforços e as negociações realizadas para a inserção de gênero no contexto da formação docente. Os procedimentos metodológicos contou com a análise de Relatórios da UNESCO de 2014 e 2017, que apontam para a preocupação com relação à formação inicial docente como central na promoção de mudanças relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade. E com a realização de entrevistas semiestruturadas com professoras acadêmicas e pesquisadoras que atuam na área dos Estudos de Gênero e Educação e são docentes em cursos de Pedagogia de universidades públicas brasileiras, localizadas através do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. O estudo tem como referenciais teóricos os Estudos de Gênero e Estudos Feministas, que revelam as lacunas presentes no processo formativo docente e provocam a pensar na construção de um projeto político pedagógico comprometido com a eliminação das desigualdades de gênero nos processos educativos. Os resultados revelam os entraves para a inserção de gênero nos cursos de Pedagogia, apontam para as negociações para garantir o debate na formação docente, alertando para a sua potencialidade e urgência, diante do preocupante cenário no qual movimentos antigênero questionam a pertinência da discussão de gênero no âmbito educacional.

Palavras-chave: Gênero; Estudos Feministas; Formação docente Inicial; Pedagogias Feministas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base uma pesquisa de mestrado que investiga os desafios da inserção das discussões de gênero na formação docente inicial, a partir das experiências de professoras acadêmicas feministas no âmbito universitário em cursos de Pedagogia (DUARTE, 2021). Traz as narrativas dessas professoras pesquisadoras do campo de estudos de gênero, para pensar as negociações realizadas para incorporar o debate de gênero na formação docente inicial. Nosso país vem vivendo uma onda conservadora que causa prejuízos no campo dos Direitos Humanos e, em particular, no campo dos direitos à diversidade de gênero e sexual. Com a pressão de grupos religiosos fundamentalistas, as questões de gênero têm sido objeto de controvérsia na construção de políticas públicas para educação. A fundamentação do movimento da Escola sem partido e os ataques à “ideologias de gênero”, que propõem a garantir “neutralidade” na educação brasileira, manifestam uma clara intenção de repressão e perseguição contra os ideais mais progressistas e críticos (VIANNA, 2020; YANNOULAS et al, 2021). Pesquisas sobre gênero no Ensino Superior apontam para o status secundário da temática nos cursos de formação docente em Pedagogia e outras licenciaturas, alertam para a sensação de solidão e de isolamento por parte de docentes pesquisadoras (UNBEHAUM, 2014; SOARES, 2018), revelando como o cenário acadêmico brasileiro ainda enfrenta desafios institucionalização da temática de gênero no currículo. Apontam que o feminismo acadêmico no Brasil envolve não só um trabalho de sensibilização, articulação e cooperação com diferentes grupos de mulheres, sociedade civil, e órgãos governamentais, mas também lutas constantes para garantir legitimidade (SARDENBERG, 2020). Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar a inserção do debate de gênero na formação inicial docente, a partir das experiências de professoras acadêmicas feministas, atuando em universidades públicas brasileiras. O estudo busca contribuir para a problematização dos processos de formação docente, que desafiem as relações hierárquicas de gênero dominantes e empoderem estudantes na política de emancipação, por meio da resistência ao conhecimento supostamente neutro e natural em gênero, no confronto necessário contra pedagogias sexistas e cis-heteronormativas.

MÉTODO

Os procedimentos metodológicos da pesquisa tem como base a realização de um levantamento bibliográfico de teses e dissertações sobre a presença de gênero nos cursos de formação docente inicial em Pedagogia. Conta com a análise de Relatórios produzidos a partir dos Seminários “Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na

Formação Inicial Docente no Ensino Superior (UNESCO, 2014; 2017), sobre experiências acadêmicas voltadas às temáticas de gênero e educação em sexualidade nos cursos de formação inicial de professores. E com a realização de entrevistas semiestruturadas com 04 professoras feministas nomeadas pelos pseudônimos Patrícia Galvão, Leila Diniz, Virginia Woolf e Frida Kahlo, que lecionam em cursos de Pedagogia, são líderes de grupos de pesquisas sobre gênero na educação, localizadas através do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, e apresentaram interesse de participar da pesquisa:

Tabela 1. Caracterização das participantes da pesquisa

Pseudônimos	Região do Brasil	Curso que Leciona	Idade	Tempo de Docência	Nível de Formação
Patrícia Galvão	Sul	Pedagogia e Licenciaturas	60	34 anos	Doutorado em Educação
Leila Diniz	Sul	Pedagogia e Licenciaturas	60	39 anos	Doutorado em Educação
Virginia Woolf	Sudeste	Pedagogia	47	22 anos	Doutorado em Educação
Frida Kahlo	Sul	Pedagogia	50	23 anos	Doutorado em Educação

A pesquisa buscou desocultar as vozes dessas professoras buscando conhecer os desafios do seu fazer docente. O conceito de experiência (SCOTT, 1998), nos ajudou a explorar as suas narrativas e analisar os desafios para a inserção de gênero na formação docente nos cursos de Pedagogia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ato de poder falar de si, de narrar seus percursos, assim como rever os processos vivenciados, permitiu a possibilidade das professoras feministas pesquisadoras de atribuírem e compartilharem significados para a pesquisa. Suas narrativas mostram que gênero é um campo que ainda se consolida e busca legitimidade na formação docente. Trata-se de um espaço de disputa, no qual estas professoras vão provocando, questionando, incomodando, dando visibilidade, buscando promover práticas educativas emancipadoras de gênero. A inserção da temática tem sido realizada com muito esforços, por estratégias e iniciativas individuais, considerando que os cursos em que atuam ainda não abarcam gênero como obrigatória no currículo. Essas professoras encontraram brechas institucionais que permitem oferecer os estudos de gênero por meio de disciplinas optativas e eletivas, ou transversalizando

os debates nos conteúdos de disciplinas obrigatórias que ministram. *Essa disciplina não poderia ser oferecida esporadicamente, de modo opcional como eletiva, deveria fazer parte do projeto político pedagógico do curso e ser obrigatória. Deveria ser oferecida como uma carta de intenções da nossa universidade à sociedade, de comprometimento com a igualdade de gênero, com o término da violência contra a mulher e com a igualdade com todas as pessoas e portanto, com a democracia* (Professora Virginia Woolf). *Na medida que tenho horário disponível que eu oferto. Então essa é a questão, ela não é uma disciplina obrigatória. Temos a perda de não ter uma disciplina obrigatória. Isso não garante que todos que saem do curso, passaram por essa disciplina. Por mais que a gente lute e se esforce ofertar sempre que possível, para mais pessoas poderem usufruir das discussões, isso não garante.* (Professora Frida Kahlo). As propostas de abordar a temática por meio de seminários, ou outros formatos esporádicos, são soluções paliativas que tentam sanar esta lacuna, mas revelam o status ainda secundário à temática. *Ninguém vai defender que curso de Pedagogia, não tem que estudar metodologia de ciências...mas, quando se trata da discussão de gênero, ouvimos “não pode ser um tópico na ementa?”, “não pode ser discutido na forma de seminários?” Então é uma questão supérflua? Gênero ainda enfrenta muitas disputas, mesmo que você provoque a discussão.* (Professora Leila Diniz). Os resultados revelaram também como seus grupos e os núcleos de pesquisa têm sido aliados nesse processo, com atividades de pesquisas e de extensão, que se refletem em proposições e organizações de comissões e grupos de enfrentamento à violências, em campanhas e redes, que ajudam a retirar da invisibilidade, e busca a criação de medidas institucionais de eliminação das desigualdades: *As relações de gênero vividas dentro da minha universidade são extremamente conservadoras. Nós tivemos até o ano passado, dentro da universidade, um grupo que estudava a violência de gênero, elaborava cartazes e outras ações. os alunos até tiravam sarro, mas nós não deixamos, não desistimos, aos poucos conseguimos visualizar mudanças. Normalmente as meninas são as primeiras a tentar questionar. O gênero briga o tempo todo ali dentro.* (Professora Patrícia Galvão). Suas experiências revelam a necessidade de um projeto de educação que conecte teoria e prática, fundamental para desconstruir os discursos de misoginia, atento a supostas subversão de valores, de conceitos, envolvendo um complexo processo formativo subjetivo e profissional. Nos mostram que é preciso pensar uma Pedagogia Crítica Feminista, que desafie as relações hierárquicas de gênero dominantes, isto é, uma pedagogia com caráter político de emancipação, que questione a construção de um conhecimento supostamente neutro e natural (BRUNILLA, 2019), que possa assim transformar as relações sociais desiguais e servir de instrumento de resistência para o campo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos antigênero no Brasil geraram impactos significativos na Educação, mobilizaram discursos antifeministas e cis-heteronormativos que se refletem no processo de formação docente. Se, por um lado, foi possível observar tentativas de silenciamento, e um clima de tensão e insegurança envolvendo o debate de gênero, por outro, o debate aparece ainda mais profícuo, porque as relações e conflitos de gênero estão recebendo atenção, de modo a suscitar questionamentos de certezas e promover debate, desvendado gênero como elemento fundante nos processos formativos docentes. As vozes das professoras pesquisadoras destacam a potência de uma Pedagogia Crítica Feminista, que tem um papel central na construção de formas de contra-política. Finalizamos destacando a força do feminismo universitário para a construção de uma universidade responsável, comprometida com a democratização, equidade, justiça social, que desenvolve pesquisa analisando a persistência da discriminação de gênero e sexual, promovendo redes, estratégias e diretrizes para combatê-las.

REFERÊNCIAS

BRUNILLA, Kristiina. The power of critical feminist pedagogy in challenging “learnification” and the neoliberal ethos. In: MAGARAGGIA, Sveva.; MAUERER, Gerlinde e SCHMIDBAUR, Marianne. (orgs.). **Feminist Perspectives on Teaching Masculinities: Learning Beyond Stereotypes**. London: Routledge, 2019.

DUARTE, Amanda Rodrigues. **Inserção de gênero na formação inicial dos cursos de pedagogia a partir das experiências e narrativas docentes**. Dissertação (Mestrado em Educação). EFLCH - Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, 2021.

SARDENBERG, Cecília M. B. História e memória do feminismo acadêmico no Brasil: o núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher NEIM/UFBA (1983-2020). **Revista Feminismos**. Vol.8, N.3, Set./Dez. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. **Proj. História**. São Paulo, n. 16, p. 29, fev. 1998.

SOARES, Alexandre Gomes. **A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação). USP, 2018.

UNBEHAUM, Sandra. **As questões de gênero na formação inicial de docentes: tensões no campo da educação**. Tese (Doutorado em Educação). PUC-São Paulo, 2014. UNESCO. **Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior**. Relatório Final. Brasília, 2014. UNESCO, **Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior**. Relatório Final. Brasília, 2017.



VIANNA, Cláudia P. Entrevista. DAL'IGNA, Maria Cláudia e SCHERER, Renata Porcher. Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 7-24, Jan./Jun. 2020.

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI, Lais. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: Falacias de la "ideología de género" y del movimiento "escuela sin partido". **Revista Debate Público - Reflexión de Trabajo Social**, Universidad de Buenos Aires, ano 11, n. 21, p. 65-81, 2021.

**PARA PENSAR UMA MATERNIDADE DECOLONIAL
COM BASE NOS ITAN DAS IYABÁS:
A BUSCA DE UM “EBÓ EPISTEMOLÓGICO”**

Pesquisa de Mestrado em Curso

Brena Lima da Silva
Mestranda do PPGCEL / UESB
brenalima2507@gmail.com

Marília Flores Seixas de Oliveira
Orientadora / PPGCEL / UESB
mariliaflores@uesb.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa propõe a construção de reencontros com epistemes ancestrais de origem africana, a fim de pensar outras maneiras que possibilitem refletir sobre a maternidade, em caminhos que se aproximem de um pensamento referencialmente afrocentrado, driblando os vestígios do colonialismo. Busca, assim, compreender narrativas que tragam referências de outros paradigmas epistemológicos (decoloniais), tomando, como base de análise, narrativas Iorubás (Itans) sobre Orixás femininas, que, tendo se mantido secularmente pela oralidade, são estudadas aqui a partir de publicações antropológicas de referência (PRANDI, 2001 e VERGER, 1997), tomadas como fontes bibliográficas primárias para a construção do *corpus* da pesquisa. A partir destas narrativas, foi construído um quadro de características e arquétipos relacionados às orixás Iemanjá, Oyá e Oxum, consideradas rainhas-mães (Iyabás) do panteão Yorubano, buscando encontrar características e aproximações de “outras maternidades”, diferentes maneiras de pensar o “ser-mãe”. Orienta-se, ainda, pelo princípio de questionamento dos parâmetros contemporâneos ocidentais, patriarcais e centrados no mundo do mercado, com claros vestígios do colonialismo, em busca, assim, de contrapontos mais humanizados para a maternidade. É como diz o provérbio do povo Akan: “nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”.

Palavras-chave: Afrocentricidade; Arquétipo; Decolonialidade; Iyabás; Maternidade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa emerge de uma busca de reflexão sobre a maternidade, em que se possa considerar outros paradigmas epistemológicos (decoloniais / afrocentrados) que, em suas especificidades, divergem dos padrões hegemônicos. A temática foi sendo construída quando, estando no mestrado, tornei-me mãe pela segunda vez, atendendo ao recado da ancestralidade para a continuidade da vida. Discussões e leituras sobre a maternidade passaram a impulsionar minha vida, aproximando-me de reflexões sobre as maneiras ocidentais de encarar/representar a maternidade, leituras e exercícios críticos que buscava para compreender o lugar da mulher/mãe em nossa sociedade, considerando aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais. Neste mesmo período, aproximei-me muito de questões ligadas às religiões afro-brasileiras, refletindo sobre as formas diversificadas com que a maternidade é concebida e construída considerando-se as narrativas míticas ancestrais (*Itans*) das orixás-mães (*Iyabás*), Yemanjá, Oxum e Oyá, cada qual com suas características e narrativas. Desta maneira foi construída a proposta de trazer para a vida acadêmica questionamentos sobre modelos de ser-mãe, em busca de uma maternidade que fosse mais afrocentrada e menos orientada pelos ditames patriarcalistas e mercadológicos do padrão que nos é imposto.

Consideramos, nesta pesquisa, que as estruturas de poder vigentes em nossa sociedade, as ideologias dominantes, os modelos impostos de sociabilidade e de produção de conhecimento são ainda reflexos eurocêntricos do processo de colonização (BERNARDINO-COSTA *et alli*, 2028), estando vinculados a visões patriarcais, machistas, neoliberais e que tais padrões civilizatórios alcançam também as maneiras de ser mãe. A partir desta visão crítica, buscamos outras referências para pensar a maternidade, em que a percepção social sobre a mãe (*Ìyá*, em iorubá) se oriente por princípios matricentrados, dialogando, assim, com epistemologias afrodiaspóricas.

Ìyá está no centro do sistema baseado na senioridade, que simboliza o que descrevo como princípio matripotente. A Matripotência descreve os poderes, espiritual e material, derivados do papel procriador de *Ìyá*. A eficácia de *Ìyá* é mais pronunciada quando considerada sua relação com a prole nascida. O ethos matripotente expressa o sistema de senioridade em que *Ìyá* é sênior venerada em relação a suas crias. Como todos os humanos têm uma *Ìyá*, todos nascemos de uma *Ìyá*, ninguém é maior, mais antigo ou mais velho que *Ìyá*. Quem procria é a fundadora da sociedade humana, como indicado em Osetura, o mito fundador iorubá. A unidade social mais fundamental no mundo iorubá é o par *Ìyá* e prole. (OYĚWÙMÍ, 2016).

Assim, a partir do lugar de mãe e mulher de axé (candomblecista) que estava vivendo intensamente a maternidade, comecei a problematizar as narrativas de referência sobre o que é ser mãe, percebendo adicionalmente que, se, por um lado, tais

inquietações eram muito pessoais, por outro lado eram também relevantes quando consideradas em seus âmbitos sociais, étnicos, culturais e políticos, destacando assim a pertinência e a importância da temática. Desta forma, foi construída esta proposta de pesquisa junto ao Mestrado de *Letras: Cultura, Educação e Linguagens*, tomando como *corpus* básico, os *Itans* das mães-rainhas (*Iyabás*) Yemanjá, Oxum e Oyá, orixás centrais do panteão religioso afro-brasileiro, e dos três arquétipos ligados a elas: grande mãe, guerreira e amante. Observamos que essas narrativas ancestrais, tendo se mantido secularmente pela oralidade, podem ser estudadas também a partir de publicações antropológicas de referência, que se constituem, aqui, como fonte bibliográfica primária para a construção do *corpus* (PRANDI, 2001 e VERGER, 1997).

A questão central da pesquisa foi assim proposta: o que podemos entender como maternidade decolonial (afrocentrada) e como ela pode ser pensada a partir de arquétipos depreendidos dos *Itans* africanos das *Iyabás* Yemanjá, Oxum e Oyá? E, em decorrência desta pergunta, outras surgiram: como compreender estes arquétipos quando se trata de referências de maternidade que podem ser contrapostas ao modelo ocidental? E, ainda, como pensar uma retomada dos saberes e sentidos ancestrais afrocentrados para a nossa realidade, a fim de percebermos a maternidade e o ser-mãe com um olhar mais humanizado?

A partir destas questões, buscamos elementos para dialogar com as epistemes ancestrais que, conforme supomos, possam significar rotas alternativas para a construção de outras perspectivas para a experiência da maternidade.

MÉTODO

Os processos metodológicos desta pesquisa se baseiam em procedimentos qualitativos, sobretudo em revisão de literatura. Inicialmente foi feito o levantamento do estado da arte desta temática, passando então à realização de leituras sistematizadas, construindo um suporte teórico para a análise que se pretende fazer (ainda em curso). Consideramos como dados empíricos os *Itans* (contos) referentes às *Iyabás* Yemanjá, Oxum e Oyá, levantados a partir de fontes bibliográficas de referência. Observamos que, por se tratar de narrativas míticas que se mantém ancestralmente com base na oralidade, muitas versões de narrativa são encontradas, no que se refere às mitologias de cada orixá (a cada orixá corresponde um conjunto de narrativas, que abordam aspectos diversos da experiência humana). Neste sentido, também nas fontes bibliográficas escritas (publicações conceituadas, de autores de referência), são encontradas diferentes versões para as narrativas sobre os feitos míticos e as narrativas correspondentes a cada *Iyabá*. O recorte do *corpus* foi estabelecido considerando, inicialmente, dois autores (Reginaldo Prandi e Pierre Fatumbi Verger), reconhecendo-se

a possibilidade de irmos a agregar outros autores como fonte, no processo dinâmico que a pesquisa requer e pressupõe.

A partir destes dois autores, tomados como fontes iniciais, foram destacadas três atuações arquetípicas de referência a tais Iyabás: “grande mãe”, “guerreira” e “amante”. Posteriormente a tal categorização, foi organizado um quadro que destaca trechos das narrativas em que esses aspectos são percebidos, de maneira a compreender tais mitologias como um todo. Os textos narrativos selecionados resumem, assim, estes aspectos da personalidade, arquétipos e características atribuídas às orixás-mãe, servindo assim à análise proposta.

Em outras palavras, tomando como base os três aspectos destacados da personalidade intrínseca às narrativas e buscando-se evidenciar, sobretudo, os trechos dos Itans que indiciam tais atuações arquetípicas, o quadro construído serve ao momento posterior da pesquisa, o da análise propriamente dita, em que se constrói a interpretação dos sentidos destes aspectos nas referências afrocentradas. Tendo feito este levantamento das características das narrativas ancestrais consideradas, analisaremos tais arquétipos e sentidos, que passam a ser consideradas, na perspectiva aqui proposta, como “outras maternidades” (BARROS e AZEVEDO, 2021; SOUZA, 2015; OYĚWÙMÍ, 2016). Neste momento mais final da pesquisa (ainda em construção), são trazidos à reflexão autoras e autores que discutem questões sociais, culturais e políticas numa perspectiva decolonial.

Por fim, é feita uma análise do contraponto que elas oferecem às construções hegemônicas dos modelos de maternidade percebidos na sociedade ocidental, que se baseiam em perspectivas mercadológicas e patriarcais. Desta forma, o percurso metodológico compreende, inicialmente, a compreensão dos modelos de mãe que podemos depreender dos Itans das Iyabás, e, em um segundo momento, a reflexão destas narrativas analisadas com base no referencial teórico sobre decolonialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É fato que a sociedade em que vivemos ainda carrega consigo vestígios e heranças do colonialismo. Embora o patriarcalismo tenha imposto seus padrões hegemônicos a gerações de mulheres, insistindo em subjugar-las a um lugar de subserviência, houve e ainda há muita resistência. Entretanto, mesmo que estejamos vivendo um momento de maior equidade entre os gêneros – graças às lutas e conquistas dos movimentos de mulheres (feministas) espalhados pelo mundo durante longos e intensos anos – existem modelos de mulher/mãe subjogadas que continuam (em diferentes escalas) cristalizados no cerne cultural do nosso país. Observamos que, mesmo sendo o Brasil um país de grande diversidade cultural e religiosa, o cristianismo segue sendo uma das

religiões com maior prestígio social, além de também ter sido utilizado como ferramenta e estratégia de controle e dominação dos povos originários e dos povos africanos em diáspora durante o período da invasão portuguesa, bem como nos anos posteriores. Deste modo, considerando a Bíblia como régua moralizante de uma sociedade em construção, foi simbolicamente imposto às mulheres/mães/esposas (que estavam encaixadas em uma família de modelo patriarcal) um modelo ideal, condizente com a estrutura vigente da sociedade. Deste modo, Maria, mãe de Cristo, se torna um ideal de mãe benevolente, amorosa e casta, o que refletia na educação que as meninas e mulheres recebiam, sempre direcionada para o cuidado com o lar e com os – futuros – filhos. Por outro lado, nas aldeias, senzalas, nos quilombos e, posteriormente, nas periferias e demais centros urbanos as mulheres não-brancas (negras e indígenas) conduziam e conduzem suas vidas e famílias em conformidade com seus próprios parâmetros. Buscando então encontrar outras referências de maternidade, ou de compreender o Ser-mãe como um indivíduo com suas potencialidades, paixões e “desvios” (confrontados aos ditames patriarcalistas/cristãos), acessamos, analisamos e comparamos narrativas contidas nos Itans das Iyabás Iemanjá, Oyá e Oxum, de modo a encontrar nelas características e arquétipos (Grande mãe, Guerreira e Amante) que dessem conta de abarcar o Ser-mãe de um modo mais real e humano. Salientamos que na literatura, é possível que cada uma seja vinculada a um arquétipo específico (Iemanjá como *Grande mãe*, Oyá como *Guerreira* e Oxum como *Amante*), bem como tais arquétipos também se manifestem em todas, a depender de quais narrativas sejam observadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa (em construção) tem buscado, através das leituras e das análises dos Itans das Iyabás escolhidas, discutir como a maternidade é encarada a partir de uma perspectiva afro-diaspórica, pensando na relação das Iyabás com a suas experiências de maternidade, com arquétipos por vezes distintos dos que são estabelecidos na visão eurocêntrica colonialista. Outras maneiras - afro-diaspóricas - de ser-mãe são comparadas e contrapostas às concepções que se tem de maternidade no Ocidente patriarcal, uma vez que as estruturas sociais aqui têm as suas idiossincrasias pautadas na opressão de gênero, que acaba se tornando um dos pilares da construção do sistema em vigor. Compreendendo o caráter processual da pesquisa (ainda em desenvolvimento), reconhecemos a necessidade de compreender, discutir e valorizar outros modos, epistemologias e padrões culturais que envolvem a maternidade e que podem influenciar positivamente nas maneiras de Ser-mãe. Seguimos, assim, um caminho em direção à retomada e aproximação com epistememes ancestrais, recuperando

elementos e ensinamentos originários da cultura oral dos lorubás, a partir dos Itans das Orixás-mães (Iyabás). Faz-se necessário entender que os Itans são e continuarão sendo não só importantes materiais de registro histórico/antropológico/religioso e fontes para acessar fragmentos de um povo/uma cultura, mas também interessantes instrumentos a serem utilizados no processo de reflexão sobre quem somos e para onde queremos ir.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana Angélica Monteiro de; AZEVEDO, Vitor Amorim Moreira de. Iyá Mi Oxorongá: Olhares Sagrados do Feminino no Candomblé. *Ethnoscientia* v.6 n. 2, especial, 2021. DOI: 10.22276/ethnoscientia.v6i2.396

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *Matrpotency: ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood?* Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, capítulo 3, p. 57-92. (Em tradução feita por Wanderson Flor do Nascimento: OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Matrpotência: ìyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas [lorubás]) Acesso em junho de 2023, Disponível em https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_matripot%C3%Aancia.pdf

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SOUZA, Larissa Fernandes Caldas. Mito, história e individuação do feminino no candomblé: as imagens arquetípicas da guerreira, da amante e da mãe. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, UFPB / BC, 2015.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: Deuses lorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio; São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

_____. *Lendas Africanas dos Orixás*. Salvador: Corrupio, 1997.

**PENSAMENTO MONOGÂMICO E PRÁTICAS FEMINICIDAS:
NARRATIVAS SOBRE RELAÇÕES AMOROSAS VIOLENTAS
NO TRIBUNAL DO JÚRI DE SALVADOR/BA**

Clara F. S. de Oliveira
doutoranda PPGCS/UFBA

clarafsoliveira@gmail.com

RESUMO

A partir do estudo de 4 casos de homicídios de mulheres cisgêneras (tentados ou consumados) julgados pelo Tribunal do Júri de Salvador/BA, analisamos como as narrativas processuais sobre o relacionamento entre vítima e réu e os motivos do crime se ancoram em lógicas do pensamento monogâmico (VASALLO, 2022). Apresento resultados parciais de pesquisa de doutorado, em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, sobre o enquadramento das mortes como feminicídio pelo sistema criminal de Salvador.

Palavras-chave: feminicídio; monogamia; tribunal do júri.

INTRODUÇÃO

Quais as intersecções entre práticas feminicidas e pensamento monogâmico? Embora a discussão sobre a monogamia não estivesse presente no início desse projeto de pesquisa, a necessidade de aprofundar esse eixo de análise se colocou pela própria experiência em campo. Na maior parte dos casos de homicídios de mulheres analisados, havia um vínculo afetivo-sexual entre a vítima e o acusado, seja atual ou passado. Isso não é surpreendente. Já é um lugar-comum nos estudos sobre gênero e violência o fato das relações íntimas (heterossexuais, em sua enorme maioria) constituírem um espaço de risco para as vidas femininas. A previsibilidade desse fato não deve, contudo, conduzir à sua naturalização. Não podemos deixar de nos questionar como uma relação supostamente fundada no afeto se deteriora a ponto de culminar no intento de completa aniquilação do ser “amado”. Convém então perguntar: que tipo de amor é esse?

Ao investigar concepções sobre amor e relacionamento nas narrativas processuais de homicídios de mulheres, deparamo-nos com um modelo relacional específico: o monogâmico. Embora seja utilizada usualmente como sinônimo de amor, ou como sua forma natural e legítima, a monogamia funciona como um sistema institucionalizado de controle sobre os afetos (VASALLO, 2022), imposto aos territórios como parte fundamental do projeto colonial (NUÑEZ, OLIVEIRA e LAGO, 2021).

Alguns pilares do pensamento monogâmico, segundo Brigitte Vasallo (2022), são: a hierarquização dos afetos (o casal, enquanto núcleo reprodutivo, ocupa o topo); a positivação da exclusividade (sexual, mas não apenas) e da competitividade; a pretensão de perpetuidade; a essencialização identitária (“somos” um casal, não fazemos parte de um casal), a naturalização do sistema binário sexo-gênero. Essa arquitetura de pensamentos e práticas constitui um cenário que embasa e legitima a violência fantasiada de amor romântico (RODRIGUEZ, DEMORI e WOLFF, 2021), junto a outras estruturas que conformam o modelo hegemônico, como o machismo, a heterossexualidade compulsória, a cisgeneridade, a branquitude (*ibidem*).

Como afirmam Geni Nuñez, João Oliveira e Mara Lago (2022), embora se reconheça a importância política da campanha feminista “quem ama não mata”, é preciso refletir que não se trata, necessariamente, de uma ausência de amor, “[...] mas de um amor monogâmico, que justamente por amar dessa forma, mata.” (NUÑEZ, OLIVEIRA e LAGO, 2022, p. 83). Miriam Grossi (1998) já dizia que a categoria amor, embora considerada universal, mascara modelos hegemônicos de gênero nas relações conjugais. Se nos despimos de idealizações, o desfecho mortal já não é visto como uma excrescência, uma degeneração do amor enquanto promessa daquilo que há de mais genuíno e

sublime no mundo (ESTÉBAN, 2011), e sim como uma consequência extrema – mas, até mesmo, previsível – de uma determinada concepção de amor. Dissecando a concepção de “amor” ancorada na propriedade, no controle, no sacrifício (GROSSI, 1998), podemos perceber a lógica feminicida já na sua raiz.

MÉTODO

Utilizo os métodos da análise documental (de inquéritos policiais e processos judiciais) e a observação direta (de julgamentos no Tribunal do Júri). Na interação com o material empírico, me inspiro na abordagem da etnografia de documentos (VIANNA, 2014) e na teorização enraizada (CHARMAZ, 2006). Para esse trabalho, abordo 4 casos ocorridos em Salvador entre 2018 e 2021 e julgados pelo Tribunal do Júri entre março e agosto de 2022.

Compreendo os processos judiciais como “[...]artefatos e artífices de realidades sociais” (VIANNA, 2014, p. 53), onde dramas reais são magicamente convertidos em textos. Neles, distintas versões sobre o ocorrido disputam para serem consagradas como verdade oficial. Não nos interessa discutir qual narrativa melhor representa a realidade – afinal, os “fatos” são irrecuperáveis na leitura dos “autos” (CORRÊA, 1983) –, mas analisar os próprios discursos enquanto práticas, com materialidade e poder performativo (FOUCAULT, 1996, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

I. Alice¹ vive com Alex numa relação marcada por controle, posse e violências, rupturas e retomadas, já tendo, inclusive, registrado uma ocorrência contra ele por agredi-la com um martelo. Quando decide mais uma vez romper, Alex passa a persegui-la e ameaçá-la. Um dia, ele vai até a sua casa e, ao se deparar com outro homem na porta, entra na casa, pega uma faca, esfaqueia Alice e foge. Ele consegue sobreviver graças a ajuda do seu filho. II. Juliana e Rafael viviam juntos há 7 anos e tinham uma filha de 3. Brigavam frequentemente, sobretudo por ciúmes. Sempre que rompiam, Rafael passava a frequentar a igreja, e a família de Juliana, que era evangélica, a aconselhava a retomar a relação, convencendo-a de que ele mudou. “Vocês só vão acreditar em quem Rafael é quando verem meu corpo caído no chão”: profetizou Juliana à irmã o que de fato aconteceu, numa manhã de brigas após ela afirmar que não queria mais viver com Rafael. Ele a esfaqueou na frente da filha e fugiu com a criança, deixando-a sangrar até a morte.

¹ Os nomes são fictícios, para garantir o anonimato dos casos.

III. Policiais encontram Dandara seminua ensanguentada no chão da sua casa, perfurada em várias partes do corpo e com os dizeres “eu te amo” escritos na parede e em seu corpo, com o seu próprio sangue. O autor confesso é Rone, seu esposo há 13 anos e pai do seu filho, que afirma ter feito isso por ciúmes, após suspeitar de que havia sido traído, ao ver uma foto da sua esposa com o marido de uma amiga. Logo após, ele tentou suicídio. IV. Três meses após decidir romper com Adailton, Laura ainda era constantemente procurada por ele, que insistia em reatar a relação e ameaçava matá-la caso não aceitasse. Até que uma noite ele invade a casa onde ela estava junto com a sua amiga Eliana, que é morta a facadas por Adailton. Ele então estupra e agride Laura, e depois a leva ao hospital, ocasião na qual ela pede ajuda às enfermeiras, que chamaram a polícia. Ele então confessa os crimes, com uma “frieza” que assustou os policiais.

O que há em comum entre essas histórias? Em todas elas, o relacionamento afetivo heterossexual é cenário para a violência fatal. Paul B. Preciado (2019) já havia alertado que “a heterossexualidade é perigosa” para as mulheres. Eu acrescentaria: a monogamia também. É claro que o regime desigual de gênero e a construção da masculinidade hegemônica baseada na virilidade e na agressividade (MACHADO, 2001; BENTO, 2015) são panos de fundo necessários para compreender esses cenários, e os estudos sobre violência e gênero vêm discutindo isso há anos. Contudo, há outro elemento importante que é frequentemente ignorado: a monogamia, “[...] o sistema invisível no qual o jogo do amor é jogado, o tabuleiro.” (VASALLO, 2022, p. 31). Trazendo à luz as regras invisíveis desse jogo, podemos perceber como as lógicas monogâmicas operam no funcionamento das relações e no pensamento subjacente à motivação para os crimes.

O rompimento da relação foi o estopim para a violência em 3 dos 4 casos acima. Embora as testemunhas descrevam as relações como conturbadas ou abusivas, num clima constante de brigas e violências – mútuas, em algumas versões; unilaterais, em outras –, o rompimento não é aceito. Os réus permanecem apegados a um desejo de permanência, reivindicam um direito de manutenção do vínculo. Isso nos convoca a pensar sobre a danosidade da ideia de “até que a morte os separe” (NÚÑEZ, OLIVEIRA e LAGO, 2022), pilar do contrato monogâmico. Segundo as autoras, essa noção de temporalidade nas relações produz vínculos violentos e foi imposta pelo poder colonizador quando instituiu a monogamia como regime compulsório de organização da vida em territórios colonizados. Embora as taxas de divórcio cresçam num expoente, e a continuidade do vínculo seja cada vez mais uma exceção (BECK e BECK-GERNSHEIM, 2017), a não aceitação do rompimento ainda é tida como motivação para muitos crimes, em que se prefere matar a pessoa do que aceitar que ela viva uma vida autônoma. Aqui, não se morre apenas “por ser mulher”, mas por não aceitar mais ser

“a mulher” de alguém. Além da posse com dispositivo que rege a relação, podemos pensar no problema do casal enquanto núcleo identitário do indivíduo: “[...] o outro se torna aquele que significa o mundo para mim, e também o sol, a lua e todas as estrelas” (BECK e BECK-GERNSHEIM, p. 66). Quando esse núcleo se rompe, é como se o homem já não tivesse nada a perder, podendo inclusive abrir mão da própria vida, tal como Rone tentou. Esse aprisionamento no ideal de casal como destino final e imprescindível da existência humana, ou, ao menos, de um modelo de vida considerado justo e legítimo, faz com que a própria família de Juliana a aconselhe, reiteradas vezes, a retomar uma relação sabidamente violenta, equívoco escancarado no lamento de arrependimento no testemunho da sua irmã durante o Tribunal do Júri.

O discurso de “não aceitação do fim”, muitas vezes, vem explicitamente associado à não aceitação da possibilidade de que a mulher esteja com outras pessoas. Vemos aqui a repetição do discurso “se não for minha, não será de mais ninguém”. Nessa linha, o acento está no medo de perder a posse exclusiva (real ou imaginária) sobre aquele corpo. A exclusividade sexual e o fantasma da traição funcionam como uma verdadeira obsessão que dá a tônica da relação durante e após o rompimento: “[...] sempre viveu sobre ameaça, mesmo durante o namoro, pois ele mexia muito em seu celular, sempre foi muito ciumento, sempre a escoltava para os lugares [...]” (Caso Laura, processo judicial); [...] que ela não podia falar com ninguém, sem que ele a acusasse de estar o traindo. Que durante o intervalo de almoço no trabalho, ela tinha que fazer chamada de vídeo com ele, pois ele dizia que “em 2 horas de intervalo dá tempo de ir pro motel”. (Caso Alice, diário de Campo).

O ciúme, tomado no marco monogâmico muitas vezes como prova de amor, foi a justificativa dada por Rone para o assassinato de sua esposa, do que se diz arrependido. Foi também um dos motivos declarados por Adailton para matar Eliana. Na versão apresentada pela defesa do réu, ele teria “flagrado” sua ex-companheira em “atos libidinosos” com Eliana, que o teria chamado de “corno”, configurando para o advogado um “motivo de relevante valor social e moral”. Essa tese não é aceita pelos jurados, que condenam Rone por homicídio qualificado. Mas a retórica da passionalidade perpassa esse e outros processos, em discursos que exploram a imagem do réu como um homem apaixonado, desesperado, cego de amor, que perde o controle diante de tamanha emoção. O caráter sistêmico e repetitivo destes cenários de morte é eludido por uma retórica que reforça a dimensão trágica do fato, a fatalidade do gesto, a impetuosidade do assassino (SAPIO, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação do debate em torno do feminicídio, sobretudo após a criação da lei, tem trazido importantes mudanças na maneira de ver e de lidar com o fenômeno, ao destacar como as relações desiguais de gênero contribuem para essas mortes. Contudo, há outros aspectos que merecem ser melhor estudados, como por exemplo, as maneiras como nós, enquanto sociedade em geral, somos educados sobre o que é se relacionar e como isso deve acontecer. É necessário discutir como a monogamia enquanto sistema de práticas e pensamentos embasa e legitima cenários de violência fatal, tal como brevemente ilustrado nos casos aqui analisados.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich., BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **O caos totalmente normal do amor**. Tradução de Fernanda Romero Fernandes Engle e Milton Camargo Mota. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas**. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis**. London ; Thousand Oaks : SAGE, 2006.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ESTEBAN, Mari Luz. **Crítica del pensamiento amoroso: temas contemporáneos**. Barcelona: Edicions Bellaterra, S.L. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Beta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. (Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970). São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GROSSI, Miriam P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivoconjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam P. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

MACHADO, Lia Z. **Masculinidade e Violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Série Antropologia. Brasília: UNB, 2001.

NÚÑEZ, Geni Daniela., OLIVEIRA, João Manuel., LAGO, Mara C. de S. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16 n. 3 (2021): Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439>. Acesso em: 11 fev. 2022.



PRECIADO, Paul B. La heterossexualidad es peligrosa. **El País**, 24 de novembro de 2019. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2019/11/24/opinion/1574609789_778125.html. Acesso em: 20 jan. 2020.

RODRIGUEZ, Ale M., DEMORI, Carolina C., WOLFF, Caroline. Da monogamia ao feminicídio: Algumas reflexões. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 7(3), 2021, pp. 137-147. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/47043>. Acesso em: 07 jan 2022.

SAPIO, Giuseppina. L'amour qui hait. La formule « crime passionnel » dans la presse française contemporaine. **Semen**, n° 47, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/42035438/Lamour_qui_hait_La_formule_crime_passionnel_dans_la_presse_fran%C3%A7aise_contemporaine. Acesso em: 11 nov. 2020.

VASALLO, Brigitte. **Desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. São Paulo: Elefante, 2022.

VIANNA, Adriana R.B. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. dos S.; TEIXEIRA, C. C. (orgs.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, 2014, v. 1, p. 43-70.

PENSANDO LIMITES E POSSIBILIDADES DO DISCURSO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DESCOLONIAL DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE GÊNERO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFPR

Artigo

Clara Maria Roman Borge
Universidade Federal do Paraná
romanborges@uol.com.br

Fernanda Pacheco Amorim
Universidade Federal do Paraná

Fábio Augusto de Souza
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

A presente pesquisa analisa dissertações de mestrado e teses de doutorado, que se propuseram a utilizar gênero como categoria analítica, no período entre 2000 e 2022, no PPGD em Direito da UFPR. O exame dos textos científicos tem como pressuposto a conformação dos gêneros dentro de uma lógica binária, constitutiva de corpos e identidades, que foi imposta no processo de colonização dos territórios latino-americano, africanos e asiáticos pela Europa, tal como denuncia Oyèrónké Oyewùmí. O objetivo da investigação é verificar como esses trabalhos fazem uso da categoria gênero, buscando identificar se estabelecem sua equivalência direta com a mulher cisgênera, branca e heterossexual, de modo a desprezar outros marcadores de opressão social. Realizou-se, inicialmente, um mapeamento quantitativo das produções acadêmicas que apresentaram no seu bojo e contexto a categoria gênero, num segundo momento, a abordagem qualitativa tratou de verificar se o uso da categoria gênero estava essencialmente associado à imagem mulher branca, cisgênera e heterossexual. Como resultado parcial da pesquisa, observou-se, primeiramente, que pouco se escreveu sobre gênero na referida instituição, porém, quando a categoria foi manejada pelos pós-graduados, foi definida a partir de uma lógica binária, que emergiu no contexto europeu no século XIX, e aliada à figura imagética da mulher branca cisgênera.

Palavras-chave: Gênero; Colonialidade; Descolonização.

INTRODUÇÃO

As pesquisas desenvolvidas no âmbito da Pós-graduação em Direito são o reflexo e também refletem como o discurso jurídico maneja a categoria gênero e suas problematizações, de modo a propor estratégias para garantir o exercício de direitos para certos corpos. Isso significa que uma análise crítica do uso da categoria gênero nas produções acadêmicas pode nos fornecer algumas respostas para questões centrais à compreensão das limitações do discurso que perpassa teorias e práticas jurídicas no que se refere à proteção dos direitos de certas identidades.

A possibilidade de obter tais respostas nos mobilizou a buscar compreender como o gênero vem sendo abordado e tratado nas pesquisas de mestrado e doutorado, desenvolvidas no PPGD em Direito da UFPR, nos últimos doze anos, inclusive para que possamos aperfeiçoar nossas próprias pesquisas sobre gênero.

Para realizar a análise crítica proposta, temos como pressuposto a necessidade de avançar na compreensão do gênero como uma categoria útil de análise histórica, conforme apresentada por Joan Scott (1995), e mergulhar na perspectiva descolonial proposta por Oyèrónké Oyewùmí (2021), que abordar o gênero, em si mesmo, como uma categoria ontológica colonizante, constituída e mantida no interior de uma epistemologia circular colonial de corpos e de saberes. Entendemos que a visão descolonial e descolonizante se apresenta necessária principalmente para compreender as limitações do discurso jurídico tradicional, marcado pelo elitismo da modernidade europeia, centrado na norma e pretensamente neutro, que tem se mostrado insuficiente para proteger os corpos mais precarizados na sociedade brasileira, isto é, daqueles que não são homens, não são brancos, não são cisgêneros ou heterossexuais e que reduzem a categoria gênero e suas problematizações ao universo da mulher privilegiada, que menos necessita da sua proteção (GOMES DE OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, com base na obra de Oyèrónké (2021), entendemos que a mulher e o homem, delineados pelos discursos científicos que emergiram entre o final do século XVIII e início do século XIX, em contexto europeu, não passam de uma invenção metafísica que se materializa, pelo gênero, a partir da performatividade imposta aos sexos, que tem como base a genitália. Esta constante imposição de performance de gênero aos sexos, inclusive, faz emergir a noção de natureza ontológica ao que é ser homem ou ser mulher, motivo pelo qual, dentro desta estrutura binária estaríamos, sim, condenadas e condenados a viver apenas como homens ou como mulheres, com estrita observância aos ditames europeus científicos modernos, subjacentes do Estado Moderno Liberal e capitalista.

Ainda, dentro desta estrutura colonizante de corpos e de saberes, advém a invenção da mulher frente ao já instituído corpo do homem, o que coloca este na ordem do

ideal e aquela na ordem do discurso, conforme bem salienta Thomas Laqueur (2001). A inserção de corpos com vagina, ovário, útero e que possuem seios dos quais emanam leite materno, no lugar do discurso científico sobre a natureza, faz com que se retire o foco do corpo apreendido como ideal, para que se busque compreender todos as imposições, possibilidades, vulnerabilidades e condições sociais que incidem sobre corpos que se constituem culturalmente.

É na atenção conferida ao que se pode constituir ou desconstituir culturalmente, que o Direito vai agir, com maior atenção; afinal, ele ainda é compreendido como o único meio possível de resolução de conflitos e de garantir e fomentar políticas públicas voltadas a quem não goza dos direitos e garantias fundamentais.

Com esteio na manutenção do *status quo*, de não interferir na natureza dada (ou constituída pelo discurso científico) e por se proclamar uma ciência única capaz de ditar e aplicar os ditames da justiça, por (inúmeras) vezes, dentro da seara do Direito, discutir, falar, debater ou refletir sobre questões afeitas a gênero, significa, sumariamente, falar sobre questões que convergem com as necessidades das mulheres cisgênero (NASCIMENTO, 2021). E não é sobre qualquer mulher cisgênero: a ciência do Direito, quase que em sua integralidade, produz conhecimentos, normas e regras, a partir das necessidades vivenciadas por mulheres cisgênero, heterossexuais, brancas, de classe média, sem deficiência, que trabalham e possuem filhos. Ou seja, a produção científica e normativa do Direito se apresenta, a nós, como alheia a outras epistemologias que refujam aos métodos científicos europeus do século XIX (FERRAZ JUNIOR; BORGES, 2020).

Esta afirmação, inicialmente apreendida como premissa, é parcialmente comprovada quando analisamos parte das teses e dissertações produzidas no PPGD, em Direito, da UFPR, durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2022, que trataram, seja para conferir respostas aos seus objetivos principais ou secundários, sobre gênero. Em regra, nestas pesquisas, tratar cientificamente sobre gênero é equivalente a discorrer sobre questões afeitas às mulheres, brancas cis, o que implica a reprodução de um discurso jurídico limitado a proteger direitos de um grupo que goza de certos privilégios na sociedade brasileira (COLLINS, 2022).

O presente trabalho se propõe, nesse sentido, a denunciar um problema que é latente na seara jurídica, a falta de abertura dos estudos jurídicos para as diversas epistemologias, para pesquisas norteadas por um feminismo descolonizante pós-estruturalista e produzir conhecimento de forma interdisciplinar e interseccionalizada (NASCIMENTO, 2021). Além disso, busca refletir sobre como esse fechamento das pesquisas promove, em última instância, a (re)produção de um discurso limitado que permeia teorias e práticas jurídicas responsáveis pela proteção de direitos, principalmente dos corpos mais vulnerabilizados.

MÉTODO

Como metodologia, partimos de uma análise quantitativa, fazendo o tabelamento de todas as produções acadêmicas defendidas durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2022, no Programa de Pós-Graduação, em Direito, da Universidade Federal do Paraná que trazem, em seu bojo e contexto, o gênero como uma categoria de análise. Definimos esse marcador temporal, pois entendemos que foi, a partir dos anos 2.000, que os estudos descoloniais começaram a ser mais bem desenvolvidos no interior dos programas de Pós-Graduação. Em sequência, sobre aquelas que se dispuseram a produzir reflexões sobre gênero, propusemo-nos a realizar uma análise qualitativa, da sua integralidade, a partir de referenciais teóricos utilizados e perspectivas adotadas quando da apreensão e uso daquele, frente à teoria de Oyèrónké Oyewùmí (2021), no sentido de que o próprio gênero, em si, é formatado no interior de uma lógica binária colonizante de corpos e de saberes e que tem como base o determinismo biológico ocidental.

Para tanto, nos organizamos da seguinte forma: para a geração de dados quantitativos, fizemos uma coleta de documentos, junto à biblioteca e ao repositório virtual da UFPR, e analisamos os títulos e resumos de todas as dissertações e teses defendidas entre os anos 2000 e 2022, no PPGD em Direito. Selecionamos todos os que continham os termos “gênero”; “mulher(es)”; “homem(ns)”; “feminismo(s)”; “masculinidade(s)”; “minorias”; “LGBT”; “LGBTfobia”; “identidade”; “diferença”; “vulnerabilidade”; “opressão”. Identificados esses trabalhos, passamos à análise dos dados, profunda e qualitativamente, por meio da análise do seu conteúdo, buscando compreender, frente à teoria de Oyèrónké Oyewùmí (2021), como o gênero foi tratado, debatido e utilizado (BAUER; GASKELL, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De um total de 619 dissertações e de 256 teses defendidas junto ao PPGD, da UFPR, em Direito, durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2022, foram encontradas 71 dissertações e 37 teses que citaram o termo gênero, seja em seus títulos ou em seus resumos. Os resultados, por ora, são parciais, mas já demonstram que pouco se faz uso de teorias críticas e descoloniais para tratar sobre gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que a conformação dos gêneros, no interior de uma lógica binária constitutiva de corpos e identidades, dá-se como resultado da colonização imposta pela Ocidente sobre o “resto” do mundo, objetivamos, aliadas à teoria de Oyèrónké Oyewùmí (2021), por meio do presente artigo, tecer uma análise crítica das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, que foram defendidas no PPGD DA UFPR, em Direito, durante o período compreendido entre os anos de 2000 a 2022, que fizeram uso do gênero como uma categoria analítica.

Como resultado parcial da presente pesquisa, observamos, primeiramente, que pouco se fala sobre gênero na seara do Direito; e que, quando ele é manejado, segue observando uma lógica binária complementar cisheteronormativa, emergente do contexto europeu no século XIX, aliado à figura imagética da mulher cisgênero, o que acaba refletindo a forma com os poderes judiciário e legislativo tratam questões afeitas a gênero, não permitindo um avanço nas discussões e nas políticas públicas que devem ser pensadas e aplicadas em prol de uma democracia materialmente igualitária, como foco em nossa própria realidade.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria crítica social**. São Paulo: Boitempo, 2022.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio; BORGES; Guilherme Roman. **A superação do Direito como norma: uma revisão descolonial da teoria do direito brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2020.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NASCIMENTO, Letícia. RIBEIRO, Djamila (coord.). **Transfeminismos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/download/71721/40667/29757> 2. Acesso em 25 jul. 2023.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE MEMÓRIAS PESSOAIS, DA LITERATURA E DO FEMINISMO NEGRO

Trabalhos de Conclusão de Curso

Elivania Cristina Rodrigues

Josélia Barroso Queiroz Lima

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

elivania.cristina@ufvjm.edu.br

RESUMO

O presente artigo “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: uma reflexão a partir de memórias pessoais, da literatura e do feminismo negro”, Fruto do trabalho de conclusão de curso, 2023, no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Ufvjm, Diamantina, MG. Sou a Elivania Cristina Rodrigues, estudante negra graduada do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, licenciando em geografia na Universidade Federal dos Vales do, Jequitinhonha e Mucuri, sobretudo, moradora do bairro Palha, de Diamantina-MG, localizada no alto do vale do Jequitinhonha. A análise da violência contra mulher para além das minhas experiências pessoais e sociais, indica-nos que a violência doméstica é um fenômeno complexo, resultado da estrutura patriarcal, racista e sexual que funda a desigualdade social.

Palavras-chave: violência doméstica, naturalização, silenciamento, construção social

INTRODUÇÃO

Relato que, sempre soube de casos de violência presente em minha família, porém por mais que fosse algo que me indignava, não os compreendia como um fenômeno cultural da sociedade brasileira, portanto, um fenômeno que também me formava como uma mulher negra. Sendo assim, cercada por meio das leituras acadêmicas e literárias, fui percebendo a construção da violência em nosso meio social e como ela se perpetua, o quanto ela está naturalizada e invisibilizada. Por outro lado, para chegar a esta percepção me apoiei em obras de diferentes etnias, mas, o artigo consiste em um foco maior em autoras negras, possibilitando uma ruptura de pensamentos naturalizados e intervenções reflexivas ao longo do desenvolvimento. Por meio dessas leituras pude refletir e perceber que a violência doméstica se encontra naturalizada no cotidiano, pois as regras sociais mantidas pelos papéis sociais dirigidos às mulheres, e às mulheres negras, nos ensinam a submissão e a subalternidade. Logo, dentro dessas relações pude compreender que existem aprendizagens voltadas à mulher que resultam no silenciamento das relações hierárquicas que acabam alimentando as violências. Entretanto, é necessário problematizar a questão da desvalorização da mulher, com ênfase na mulher negra, dentro dessa sociedade patriarcal.

MÉTODO

No percurso da reflexão sobre a violência doméstica utilizei o estudo realizado por Celina Neves (2016), que coletou dados importantes sobre a violência a mulher em Diamantina, durante o período de tempo de 12 meses, no ano de 2014, quando foram coletadas informações sobre o número de ocorrência da violência naquele período em DiamantinaMG. Utilizei obras literárias como: GONZALEZ, Lélia: por um feminismo afro latino americano (2020), MÃE, Valter Hugo: o remorso de Baltazar Serapião 2018, SAFFIOTT, heleith: gênero, patriarcado, violência (2011), hooks, bell: ensinando a transgredir, a educação como prática de liberdade (2013), hooks, bell : erguer a voz, pensar como feminista, pensar como negra (2019). Mas, para além das obras acadêmicas e literárias, utilizei como metodologia a minha própria escrevivência a partir de memórias pessoais e ancestral. Sendo assim, esse artigo é voltado para outras mulheres mas também é um estudo voltado a mim.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Temos avanços que asseguram o direito das mulheres que decorrem de lutas históricas como a lei que coíbe a violência e a torna crime, como a lei Maria da Penha

(Lei nº 11340/2006) que é um avanço para a conquista de direito a favor das mulheres, proporcionando um importante mecanismo de um sistema integrado de proteção para as vítimas, como, por exemplo, as medidas protetivas que ajudam no combate à violência doméstica direcionada às mulheres.

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006).

A proteção legal e a rede de proteção a mulher são medidas para alavancarmos mais nas nossas lutas sociais, mas para além é preciso entender o funcionamento do poder patriarcal no cotidiano social contribuindo com o rompimento e possibilitando a conscientização dos papéis sociais e sexuais que produzem as hierarquias de gênero. Nesse sentido, ao narrar a minha história, busquei entender essa construção, pois foi primordial eu entender a minha história dentro do contexto dessa violência. Ao produzir o artigo, abordei as vivências da violência por membros da minha família, que se direcionam a minha pessoa, conseqüentemente, de forma direta e indiretamente, por eu estar no meio de relações marcadas pela violência doméstica e do feminicídio, me torno também uma vítima das violências. Logo, foi necessário falar sobre a minha vivência pessoal, pois eu, enquanto uma jovem mulher negra, começo a entender sobre essa hierarquia patriarcal, e destaco o quanto nós mulheres fomos caladas e inferiorizadas durante a construção social brasileira, principalmente no que diz respeito a mulher preta, pois além de sermos silenciadas, somos vistas como alguém que deve servir ao outro.

A imagem de si mesmas será inferiorizada, e as crianças brancas que presenciaram as cenas provavelmente se sentirão superiores a elas. Estabelecese, assim, o círculo vicioso do racismo que estigmatiza uns e gera vantagens e privilégios para outros. (CARNEIRO, 2011, p.71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar o meu relato pessoal, como ato de escrivência, significou dar voz a todas as mulheres que fazem parte da constituição e construção da minha história. Pois como aponta a bell hooks no livro erguer a voz “esta é a língua do opressor, mas eu preciso dela pra falar com você” (hooks, 2013, p. 224) essa fala, como ela menciona, é da



poetisa Adrienne Reich. Sendo assim, busco contribuir com a ruptura a dessa violência registrando minha história e desnaturalizando os silêncios sociais que, historicamente, marcam as condições de todas as mulheres perante a sociedade machista, patriarcal, hierarquizada e racista. No percurso do trabalho de conclusão de curso, pude entender que as violências e em específico, a violência doméstica, estruturam o funcionamento desigual, racial e sexual que dizem da colonização patriarcal cristã de supremacia branca. E, no cenário familiar e diamantinense, no qual me situo, precisam ser visibilizadas e entendidas de forma a mudar o funcionamento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução por Cátia Bocaiuva Maringolo. [S.]: Editora Elegante, 2019.

SUBJETIVIDADE E (DE)COLONIALIDADE: CONFLITOS MONOGÂMICOS E POLIGÂMICOS EM *NIKETCHE*

Trabalho proveniente de projeto de doutorado e da disciplina de Estudos de Gênero

Gabriela Machado Silveira
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras:
Linguagens e Representações
gabrielasilveira01@hotmail.com

Alexandre de Oliveira Fernandes
Doutor em Ciências da Literatura (UFRJ)
professor de Língua Portuguesa e Literatura (IFBA)
professor do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações
(UESC) alexandre.pro@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a formação da subjetividade em Rami, protagonista do romance *Niketche: uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane. A relevância da pesquisa está na construção dividida do sujeito feminino que transita entre a realidade tradicional poligâmica de Moçambique e a influência do colonialismo europeu. Por isso, a metodologia escolhida se baseia em uma pesquisa crítica feminista e nos estudos decoloniais. Como resultados observam-se os dilemas e conflitos morais de uma mulher que se sente deslocada tanto na monogamia quanto na poligamia.

Palavras-chave: Poligamia; Paulina Chiziane; Capitalismo; Patriarcado; Colonialidade.

INTRODUÇÃO

Paulina Chiziane foi a primeira romancista moçambicana a ser publicada em seu país. Em entrevistas, a escritora diz ser de um país dividido entre uma realidade urbana moderna e uma realidade rural que se apegam às tradições, aos ritos, às crenças e à cultura tradicional, o que resulta em um povo que convive constantemente entre os embates culturais e morais que tais contextos oferecem.

Chiziane escreveu uma obra na qual mulheres são vistas como objetos sexuais e instrumentos do trabalho reprodutivo. O corpo é um meio de exploração do capitalismo patriarcal que coloca o homem como meio de acesso à independência econômica. O desejo sexual feminino só é atendido quando ela ainda é jovem e atraente ou quando passou pelos rituais e aprendizados necessários para ser considerada uma mulher.

Porém, Rami é uma personagem interessada em modificar esses esquemas sociais. Assim, o objetivo da pesquisa é analisar a formação da subjetividade de Rami e a influência nociva do patriarcado tradicional poligâmico e do patriarcado monogâmico.

MÉTODO

O método de análise do trabalho parte da crítica feminista e de uma análise decolonial com o repertório bibliográfico estudado durante a disciplina de Estudos de Gênero do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz. Na primeira parte será analisado o processo de formação da subjetividade de Rami. Na segunda, há um apontamento da influência colonial nas relações afetivas, morais e sexuais retratadas no romance.

RESULTADOS E DISCUSSÕES SUBJETIVIDADE

De acordo com Guattari e Rolnik, a subjetividade é “essencialmente fabricada e modelada no registro social” (GUATTARI e ROLNIK, 1994, p. 31). A influência capitalista produz subjetividades capitalísticas que são moldadas devido à influência capitalista logocêntrica e influi até no que “acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante” (GUATTARI e ROLNIK, 1994, p. 16).

Mesmo na realidade moçambicana, na África Oriental, a influência da cultura capitalista interfere na formação da subjetividade dos sujeitos. Como é possível notar em *Niketche*, aspectos como o corpo, a expressão da feminilidade e a sexualidade são afetados por essa subjetividade nociva.

Considerando tal contexto, segundo Silvia Federici (2017), o trabalho reprodutivo da mulher configura-se como um elemento fundamental para o estabelecimento do

capitalismo e garante não apenas mão de obra, mas também a manutenção do nome da família patriarcal. De acordo com Heleieth Saffioti (1987), a dominação-exploração do corpo e da força de trabalho feminina sustenta o patriarcado capitalista e concede ao homem privilégios sociais variados.

Destarte, Rami tem uma imagem de si elaborada na sensação de ser objeto de gozo e de exploração do trabalho reprodutivo, já que seu corpo, por não ser mais jovem, não é considerado apto para receber qualquer atenção afetiva ou sexual de seu marido.

Com isso, além da constituição de um eu que agora está em processo de “descarte”, a subjetividade de Rami ainda é formada por uma expressão de feminilidade que está sempre em disputa com outras mulheres. Por ser sulista, ela não experienciou os ritos sexuais que preparam a mulher para satisfazer o marido, não fez tatuagens e não dedica à aparência a mesma importância que as mulheres do norte. Assim, Rami é ainda vista ainda como uma criança:

- E o que te ensinava a tua família?

- Falava-me da obediência, da maternidade.

- E do amor sexual?

- Nunca ninguém me disse nada.

- Então não és mulher - diz-me com desdém -, és ainda criança. Como queres tu ser feliz no casamento, se a vida a dois é feita de amor e de sexo e nada te ensinaram sobre a matéria?

- Olhei-a com surpresa. De repente lembro-me de uma frase famosa - *ninguém nasce mulher, torna-se mulher*. Onde terei eu ouvido esta frase?

(CHIZIANE, 2021, p. 32, grifo da autora)

A frase de Simone de Beauvoir, presente no segundo volume de *O segundo sexo*, também é um elemento importante para formular a subjetividade de Rami. Para Beauvoir, “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino.” (BEAUVOIR, 2016, p. 11). Porém, além de surgir como o elemento castrado e ser, portanto, o Outro em comparação a um Sujeito masculino, a protagonista da narrativa também vê nas mulheres do norte um Sujeito diferente de si mesma.

Contudo, em um processo de singularização à necessidade de subserviência, em vez de aderir aos ritos sexuais e a recursos mágicos, Rami opta por aderir à poligamia e torna legítimas as demais esposas:

Somos esposas de um polígamo, socialmente reconhecidas, já ninguém nos olha como mães solteiras, apesar dos pesares. Os nossos filhos têm direito a um pai e a uma identidade. Nós já temos negócios, vida própria, sonho e sombra. Já não estendemos a mão para pedir sal e sabão. (CHIZIANE, 2021, p. 220)

A partir disso, a feminilidade significa menos um recurso de disputa para atrair os homens e mais um processo de autoconhecimento nos quesitos afetivo, econômico e sexual. Nessa seara, a sexualidade passa a ser um terreno de destaque. A primeira experiência sexual extraconjugal de Rami foi carregada de culpa. A segunda, porém, foi a realização de um gozo desejante:

Ele dá-me um beijo pequeno. Um beijinho suave e incendeia-me toda com a sua chama. [...] Ai meu Deus, sinto leveza no meu corpo. Tenho fogo aceso no meu forno, eu ardo, eu enlouqueço, eu me afundo. Mergulhamos fundo na leveza das ondas. Sobre nós cai a chuva luminosa das estrelas-do-mar. Os peixes-voadores emprestam-nos as suas asas e voamos no profundo oceano. A terra é um lugar amargo e distante. Sinto que vou morrer nos braços deste homem. Eu quero morrer nos braços deste homem. (CHIZIANE, 2021, p. 194-195)

Desde que vivenciou essa experiência, a autonomia afetiva, sexual e econômica faz parte de quem a protagonista é, o que contribui para a elaboração de uma mulher mais decidida e confiante diante das relações amorosas e da experiência poligâmica.

(DE)COLONIALIDADE

De acordo com María Lugones, a modernidade colonial sugere uma hierarquia dicotômica entre quem seria considerado humano ou não. Nessa dicotomia, há priorização do sujeito moderno como humano, o qual aparece na forma de um homem burguês, europeu, heterossexual e cristão. Tal ideia produz uma hierarquização entre colonizador e o colonizado, na qual este tem sempre de abrir mão de sua cultura.

Considerando esse pensamento, para Rami, existe uma “poligamia verdadeira” que vem da tradição de povos ancestrais, a qual deve existir apenas com consentimento da primeira e das demais esposas que entram na relação amorosa. A poligamia na qual Tony a envolve é, contudo, diferente desta, já que o motivo que o levou a ter mais esposas foi o desejo sexual. Tal forma de poligamia é, portanto, fruto da influência patriarcal ocidental que coloca a mulher como objeto sexual.

Para Oyèrónké Oyěwùmí (2004), o movimento feminista peca ao colocar a mulher branca ocidental como centro de sua discussão. Segundo a pesquisadora, no Ocidente há uma internalização da imagem da mulher caracol, que carrega sempre a sua casa consigo e é propriedade do homem, para Tony, suas esposas são apenas isso:

- Vocês são minhas, conquistei-vos. Comprei-vos com gado. Domestiqueivos. Moldei-vos à medida dos meus desejos, não quero perder nenhuma. E tu, Rami, devias ficar do meu lado, no manejo deste gado, para isso és a primeira. Devias guiar os passos das outras. Velar pela fidelidade conjugal de todas elas. Mas cruzaste os braços e passaste para o lado delas. (CHIZIANE, 2021, p. 134)

A partir do momento que o homem trata a mulher como objeto, há a internalização por parte dela de que este é realmente o seu lugar. Segundo Sílvio Marcus Correa (2021), pesquisador da obra do senegalês Ousmane Sembène, em análise do patriarcado africano, a percepção de uma das personagens da obra de Sembène é a da “perfídia e a hipocrisia das relações entre as esposas” (CORREA, 2021, p. 77). Esse cenário de disputa, porém, deixou de ser comum às esposas de Tony graças a Rami.

A protagonista abraçou a poligamia tradicional sem reproduzir a hierarquia autoritária da primeira esposa e foi louvada pelos familiares de gerações anteriores:

Grita não à monogamia, esse sistema desumano que marginaliza uma parte das mulheres, privilegiando outras, que dá teto, amor e pertença a umas crianças, rejeitando outras [...]. Grita não contra o novo costume de ter uma esposa à luz de várias concubinas [...]. Os meus netos marginalizados pela lei clamam por reconhecimento. (CHIZIANE, 2021, p. 107)

Dessa maneira, observa-se em Rami uma subjetividade dividida entre adotar a poligamia tradicional, como querem os mais antigos, e os valores morais da cultura cristã, que prega a monogamia e a fidelidade como bases do casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as singularizações de Rami rumo à elaboração de uma subjetividade mais autônoma está a adoção da poligamia como uma forma de impedir que outras mulheres e seus filhos existam na ilegitimidade e não tenham direitos sociais.

Por fim, a narrativa lembra que os padrões ocidentais não são os únicos a serem adotados nas relações afetivas e que Paulina Chiziane, como afirmou Donna Haraway, pode ser vista como uma autora ciborgue, já que “o ciborgue é um tipo de eu - pessoal e coletivo - pós-moderno, um eu desmontado e remontado” (HARAWAY, 2009, p. 6364), que contesta os mitos e crenças ocidentais.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche: uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. O patriarcado africano na prosa de Ousmane Sembène. *Revista Graphos*. vol. 23, nº 3, p. 73-89. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/60400>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.



HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118. OYÉWÚMÍ, Oyèrónké . *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Dacar: Codesria, 2004. Disponível em <l1nq.com/Qp8GB>. Acesso em: 24 set. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Iara. Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES PROFESSORAS NA PANDEMIA

Relatório de Pesquisa

Iago Gabriel Araújo Santos
UNEB
iagomax3782.0@gmail.com

Ana Luiza Salgado Cunha
UESB

Glauber Barros Alves Costa
UNEB

RESUMO

O presente resumo objetiva investigar as implicações que a pandemia da COVID-19 trouxe para o trabalho das professoras da Educação Básica da Bahia, não só no que tange à vida profissional, mas também à vida pessoal. Para isso, analisou-se o Relatório de Pesquisa intitulado “Os desafios de ser professor (a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia” de Cunha e Costa (2021). Como suporte teórico, utilizou-se alguns autores que estudam esse objeto, tais como Amâncio (1994), Almeida (1996), Prá e Cegatti (2016). Foi constatado que grande parte dessas professoras que seguiram em seus trabalhos públicos, de forma remota, passou também a cuidar de alguém na esfera privada ou intensificou os cuidados que aconteciam; assim, atividades de trabalho remunerado e atividades domésticas passaram a estar ainda mais justapostas, intensificadas, amontoadas e, provavelmente, precarizadas. Diante disso, percebe-se o quanto a situação de sobrecarga das mulheres, no caso aqui, das professoras, se acentuou e trouxe consequências negativas em suas vidas nesse contexto do Ensino Remoto Emergencial, sabendo disso, portanto, é preciso repensar o trabalho feminino na sociedade e buscar medidas que combata a superexploração e desvalorização da sua mão de obra, especialmente, a docente, que é historicamente desvalorizada.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero; Ensino Remoto; Trabalho Doméstico; Pandemia; Docência.

INTRODUÇÃO

A crise sanitária gerada pela COVID-19 aprofundou desigualdades presentes no Brasil como, por exemplo, a de gênero. Nesse cenário, o sistema educacional foi levado a adotar atividades escolares de forma não presencial, interferindo diretamente na vida da comunidade escolar. O ensino remoto modificou as formas de aprender e ensinar, do mesmo modo que alterou as estruturas das relações profissionais e pessoais. Na pandemia, foi evidenciado que esse novo formato de realizar o ensino, que pouco ou nada é previsto nos processos de formação docente, intensificou, intercrizou e dificultou as relações de tempo e espaço, modificando a organização dos lares, da privacidade e do descanso (SANTOS, 2020). As alterações nas rotinas e nas relações profissionais e pessoais aconteceram não por escolhas, mas por uma necessidade social do Estado, objetivando minimizar os impactos na saúde pública, e por isso, ficar em casa em tal conjuntura passou a ser, também, um ato político.

Neste texto, se analisa especificamente os reflexos desse processo na vida das professoras da Educação Básica no estado da Bahia, realizando reflexões sobre impactos e desafios que se apresentam à vida pessoal e profissional dessas mulheres durante a pandemia. Esse trabalho se faz pertinente pela atual conjuntura política do país em que o conservadorismo e negacionismo tornaram ainda mais profundos os impactos da pandemia e, conseqüentemente, desdobraram-se sobre a vida das mulheres. Desta forma, debruça-se, em oposição, sobre essa postura de deslegitimação das discussões acerca das assimetrias relacionadas à categoria gênero, que vem sendo adotada por certa parte da classe política e da sociedade brasileira.

MÉTODO

O Relatório de Pesquisa intitulado “Os desafios de ser professor (a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia” (CUNHA; COSTA, 2021) foi resultado da investigação feita pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* de Caetité. A metodologia consistiu na elaboração de um questionário *online*, que objetivava coletar informações acerca dos diversos percalços encontrados pelos professores baianos. Para isso, ele foi dividido em cinco partes, sendo elas: i) O perfil dos profissionais da educação; ii) O trabalho na pandemia (ensino remoto e utilização de tecnologias); iii) A relação dos (das) docentes com gestores, diretores, secretarias de educação e donos de escola; iv) A opinião dos (das) professores(as) sobre assuntos relacionados à pandemia; e, por fim, v) uma seção dedicada às mulheres professoras, focando nas questões de gênero, sendo essa parte o objeto desse trabalho, cujo o objetivo é analisar a intensificação do

trabalho doméstico durante a pandemia para as professoras mulheres, utilizando-se da revisão bibliográfica para aprofundamento das discussões.

Esse questionário foi disponibilizado na plataforma *Google Forms* e os dados foram coletados entre 24 de julho e 30 de agosto de 2020. Para que os professores pudessem ter acesso a ele, foi decidido contactá-los através de diretores e diretoras das escolas, secretarias de educação, sindicatos, grupos online de docentes e *e-mails*. No fim desse período, foi obtida a amostra da pesquisa contendo 1.082 professores(as) das redes públicas e privadas da educação básica do Brasil, dentre os quais 724 pertenciam à educação básica baiana.

De posse dos dados da pesquisa junto aos professores baianos, a equipe de pesquisadores fez o tratamento e a tabulação deles e elaboraram-se gráficos a fim de analisá-los, atendendo aos objetivos da pesquisa. O tratamento dos dados foi realizado através das ferramentas do *software Excel*, que também foram utilizadas para a tabulação e a elaboração dos referidos recursos, além dos devidos tratamentos estatísticos. Ao final, o produto configurou-se um relatório com diversos dados a partir dos quais este trabalho propõe um recorte, qual seja, as discussões de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao traçar o perfil dos docentes respondentes ao questionário, o primeiro ponto que chama a atenção é que 85% são mulheres, e, deste grupo, 39% têm mais de 45 anos e 50% se autodeclararam pardas. Do universo total de respondentes, 38% já lecionam há mais de 20 anos (CUNHA; COSTA, 2021). Nesse sentido, dado o alto número de mulheres professoras da educação básica na Bahia, há a opção por refletir e discutir sobre os impactos da Pandemia na intensificação e na precarização do trabalho – docente e doméstico de professoras baianas.

É preciso enfatizar que a feminização do magistério no ensino básico não se dá apenas pelo número de mulheres na docência, como afirmam Prá e Cegatti (2016). Ela envolve uma perspectiva mais ampla e profunda de gênero, que divide o trabalho entre o que os homens e o que as mulheres podem fazer em sociedade. Amâncio (1994) corrobora essa afirmação indicando que essas análises devem partir da construção social das diferenças entre mulheres e homens e seus espaços de atuação. Assim, desde muito tempo atrás,

[...] ser professora representava um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério. (ALMEIDA, 1996, p. 74).

A alta predominância de mulheres no exercício da docência na educação básica, como reforçam os dados do Relatório em análise, afirma a perspectiva de que a ideia de vocação feminina para o cuidado está diretamente relacionada à inserção da mulher no trabalho com crianças, e que, justamente por isso sugere, muitas vezes, a desqualificação do ofício docente no ensino básico, tanto em reconhecimento social, quanto em grandes diferenças salariais. A pandemia tornou tudo mais difícil como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - O trabalho doméstico aumentou, 2021



Fonte: CUNHA; COSTA, 2021.

Diante disso, as professoras precisaram organizar um espaço em suas casas, planejar e ministrar aulas remotas, entre outras atividades, e paralelamente se dedicar ao serviço doméstico que, como apontado anteriormente, se confunde com o profissional, já que seu ambiente de trabalho é também o doméstico. Mesmo que haja compartilhamento de atividades junto ao companheiro(a), fato apontado pelo relatório, o aumento de carga horária destinada ao trabalho doméstico tem que ser considerado, pois pode ter afetado a saúde física e emocional das mulheres, levando a um alto grau de exaustão, além da possibilidade de queda no desempenho profissional dessas pessoas. Isso porque, com mais tempo dedicado a esses serviços, a performance do seu trabalho docente fica comprometida.

As mulheres que são mães ainda se veem mais sobrecarregadas, pois no contexto de ensino remoto, em que seus filhos possuem diversas atividades a serem feitas em casa, obviamente, elas ainda precisam dedicar parte de seu tempo no cotidiano para acompanhá-los. Nesse ínterim, mesmo com apoio do(da) companheiro(a), essa tarefa se torna mais uma demanda em suas rotinas, o que converge para aumentar a exaustão, o estresse e desenvolver ou agravar problemas psicológicos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma pandemia particular acentuada dentro da pandemia de COVID-19: a pandemia do patriarcalismo, da desigualdade de gênero, do racismo (sofrido principalmente por mulheres negras), do capitalismo que oprime mulheres e de ataque à educação e suas profissionais, entre outras que sempre existiram. Todas elas fazem a pandemia de COVID-19 escancarar relações de opressão que sempre existiram.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 71-78, 1996.

AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e Feminino**. A construção social da diferença. Lisboa: Afrontamento, 1994.

CUNHA, Ana Luiza Salgado; COSTA, Glauber Barros Alves (Org). **Relatório de pesquisa. Os desafios de ser professor (a) durante a Pandemia da COVID 19 na Bahia**.1. ed. Caetité, Bahia: UNEB - Universidade do Estado da Bahia, 2021.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/660/682>. Acesso em: 07 de junho de 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Portugal: Almedina, 2020.

ELAS PRETAS E O ARTEVISMO: ONDE O ATIVISMO FEMINISTA NEGRO E A ARTE SE INTERSECCIONAM NA VIDA DE MULHERES NEGRAS

Trabalho de especialização com continuidade em
Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
Mestrado Acadêmico

Laís Lana Santos Peixoto Souza
ps.lannah@gmail.com

Prof. Dra. Fabiana de Lima Peixoto
Professora adjunta da UFSB

RESUMO

Este trabalho parte das reverberações observadas e praticadas durante um trabalho de finalização de curso, no qual mulheres negras, artista, feministas negras transformaram vivências inerentes a vida delas em arte. Dentro de um coletivo no qual o pensamento feminista negro foi propulsor para a criação artística. Partindo do intuito de propor uma reflexão pautada no diálogo entre o movimento feminista negro e um coletivo de mulheres negras artevistas, que objetivam levar essa pauta para o palco sem esgotar todas as referências existentes sobre este movimento social. Elas Pretas é um coletivo de seis mulheres, pretas, artistas, artevistas e moradoras da cidade de Jequié- BA, que utilizam a sua arte como mecanismo de luta e resistência.

Palavras-chave: Elas Pretas; Feminismo Negro; Artevismo; Mulher negra.

INTRODUÇÃO

A luta das mulheres negras por visibilidade e voz continua mesmo com o passar dos anos. Essa é uma característica das meninas do Elas Pretas, um grupo de mulheres negras e artistas residentes na cidade de Jequié- BA, que foi formado como um grupo de pesquisa de pós graduação, Elas Pretas é composto por mulheres negras que só puderam se reconhecer como mulher negra na fase adulta e que compreenderam a necessidade de falarem com suas próprias vozes. De contarem suas histórias, sem intermédio de uma pessoa branca. Elas Pretas parte das experiências de vida que cada uma carrega consigo e unem-se com o propósito de mostrar às pessoas, principalmente outras mulheres negras, a existência e resistência da mulher negra em nossa sociedade. Levando para o palco como é vivenciar o racismo sofrido cotidianamente, o abuso sexual, o apagamento social, a ausência de representatividade negra e mesmo assim, encontrar forças vindas de nossas ancestrais para lutar por visibilidade, por respeito e pelo direito de existir. Dentro dessas mulheres existe uma luz negra que impulsiona a levarem a realidade de ser mulher negra para todos os espaços. Existe um fio condutor na vida dessas mulheres que as leva para a luta, seja na rua ou nos palcos: as mulheres de luta e o pensamento feminista negro.

Utilizamos a arte como ativismo, como voz, como resistência. Mulheres empoderadas no palco, que fazem de sua arte um elo de ligação com mais mulheres, um fio condutor de resistência e existência negra. Entendendo o empoderamento como “uma movimentação interna de tomada de consciência ou despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista.”(BERTH, 2019, p.25). A mulher negra empoderada consegue possibilitar mudanças nos espaços em que está. Ela é capaz de falar com outras mulheres fazendo entender que não somos inimigas, que compartilhamos da mesma dor, que precisamos lutar juntas para conquistarmos cada vez mais, a ponto de não mais existir essas desigualdades de gênero, raça, que elas se reconheçam enquanto mulheres, negras, resistência, revolução, capacitadoras de novos legados e que não aceitam mais serem invisibilizadas e silenciadas. Pois, todas temos o direito à voz, o direito de falar e de existir.

É preciso que ocupemos todos os espaços, não sermos “invisíveis” mais. Possibilitar que nossas causas estejam a conhecimento de todos, que as nossas lutas não são vitimismo. E ir para o palco com palavras e sem medo de como vão interpretar. Pois até nossa arte é plural, foi criada por todas as mulheres negras. Nossa luta e história não são adversas, falamos sobre dores que se interseccionam. Experimentando (neologismo para definir a união de experimentando + vivenciando) que coletivo é sinônimo de sabedoria, troca mútua e escuta sensível. Potencializando a afirmativa que mulher

preta é e sempre será o que ela quiser. Que a buceta que carregamos não é um castigo e que se a coisa tá preta, a coisa tá boa! Que as nossas ancestrais sempre estiveram na luta e deram o sangue e a vida para que nós não nos calemos. E, como diz Bia Ferreira em sua música “não precisa ser Amélia pra ser de verdade, você tem a liberdade pra ser quem você quiser”.

A pesquisa teve como problema, identificar de que maneira o pensamento feminista negro pode enfatizar na vida artística e ativista de mulheres negras?

O trabalho possui os seguintes objetivos; apresentar para a comunidade as reverberações ocasionadas de um trabalho de conclusão de curso, no qual pautava o feminismo negro e como percebeu-se o artevismo como resultado, explicar os caminhos artísticos metodológicos desenvolvidos pelo coletivo; apresentar o processo criativo da cena desenvolvida durante as oficinas; fomentar a importância do artevismo na vida de artistas feministas negras.

MÉTODO

A metodologia é de natureza qualitativa e se deu através de pesquisa ação. O processo metodológico dos encontros aconteceu dentro de uma ordem. A primeira etapa era um diálogo no qual cada Preta compartilhava seus sentimentos do dia e a sua perspectiva para o encontro. Depois cada uma executava um alongamento corporal. Em seguida corporificação de estímulos, ou seja, ouvir o estímulo e transformá-lo em seu corpo. Outra etapa era oficinas nas quais utilizei de diversos recursos como estímulos. Essas oficinas eram tanto de criação, quanto para prática e diálogo através de músicas, poemas, poesias, uso de memórias das meninas e palavras soltas. Vale ressaltar que os primeiros encontros foram mais teóricos e com o passar dos encontros, discussões e conhecimentos, o processo de criação foi se desenvolvendo.

A memória da trajetória de vida das Pretas também entrou na metodologia, pois a memória é algo que está vivo, completo, presente, que quando a consciência for ativada pode ser retomada, possibilitando que passado e presente se unam e traga a consciência do que foi, do que está sendo e do que pode ser um dia. E essas memórias são importantes no processo de criação e revolução, pois memória é um instrumento potente de conhecimento e poder. A utilização das músicas nos encontros acontecia de maneira processual; primeiro líamos a letra das músicas, pois já levava impressa. Em seguida, debatíamos sobre a música, onde cada uma apontava um trecho que mais a tocava e explanava o porquê. Os estímulos eram pensados sobre a mulher negra na sociedade, o apagamento dessa mulher, as mulheres escravizadas, o estereótipo sobre o corpo preto, o silenciamento, etc. Enquanto eu ia falando algumas frases e palavras, as Pretas iam transformando-as em seus corpos, essa transformação poderia

ser individual ou coletiva, na maioria das vezes se dava de maneira individual. Esses estímulos surgiam a partir de leituras de textos, artigos, livros, depoimentos de mulheres negras, vivências, e a partir de acontecimentos dentro dos encontros. Finalizávamos os encontros queimando sutiãs impressos. A ideia de queimar sutiãs surgiu como forma de protesto a esse sistema cisheteropatriarcal, a qual nós mulheres estamos condicionadas. O sutiã é um símbolo de submissão feminina, então, vamos queimar os padrões. Nesses sutiãs as Pretas escreviam palavras e situações que elas queriam eliminar da vida delas. Depois liam umas para as outras e queimavam.

Utilizei como suporte teórico metodológico Paulo Freyre pensando na escuta sensível, Viola Spolin com Jogos Teatrais para o planejamento e prática das oficinas, Augusto Boal com jogos e técnicas do Teatro do Oprimido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um dos encontros, percebemos que o diálogo nos levou a pensar que as meninas negras precisam ter contato com a história e a luta do feminismo negro, sobre representatividade, desde muito cedo para que não cresçam acreditando que são inferiores. Ou que estão destinadas a serem apenas serviçais ou que o corpo da mulher negra é um pedaço de carne que qualquer homem pode mexer, que a mulher negra é um objeto, submisso e de dominação dos homens. Enfatizo a minha fala com a assertiva de Ribeiro, 2019 sobre o olhar que ainda paira sobre a mulher negra:

Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pusesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem.

(RIBEIRO, 2019, p. 34).

A pesquisa com o grupo Elas Pretas foi desafiadora e ao mesmo tempo satisfatória demais. Falar sobre ser negra para outras mulheres negras não é tarefa fácil. É preciso ter cuidado com cada palavra dita, pois mesmo querendo ajudar podemos causar sangramento às feridas. Nossa existência é marcada por opressões e enfatizar isso de uma maneira errônea pode provocar mais medo de se reconhecer enquanto mulher negra. Outras mulheres precisam conhecer a política do feminismo negro para poderem se conhecer, se reconhecer e se sentir completas sabendo quem são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser feminista é ecoar o grito que estava entalado por anos. É quebrar um padrão brancocêntrico que foi imposto e que nos aprisionou, nos feriu e nos puniu por muito



tempo. É ser artevista e utilizar a arte como sua voz política para proporcionar reflexões catárticas assim como minhas meninas do ELAS PRETAS. Ser feminista negra é querer enegrecer o feminismo cada vez mais assim como fez Sueli Carneiro, é lutar até a morte pelas nossas pautas urgentes assim como foi Marielle Franco – PRESENTE! É enraizar em nossas mentes que a mulher preta movimenta as estruturas quando ela se movimenta, assim como fez Angela Davis. É desejar escrever a vida assim como Conceição Evaristo, ou escrever a dolorosa realidade dentro de um quarto de despejo ou numa casa de alvenaria como Carolina Maria de Jesus, ou desejar potencializar o empoderamento entre as manas negras como Joyce Berth, trazer para pauta nossas manas encarceradas assim como Juliana Ribeiro, gritar para o mundo que nossas opressões são interseccionais como fez Carla Akotirene, afirmar poeticamente sua identidade enquanto mulher negra e lésbica como fez Audre Lorde, ser uma mulher à frente de seu tempo e falar sobre sexismo e racismo como bell hooks, ser referência na luta por emancipação como a Nilma Lino Gomes, , escrever retratos de um Brasil negro, como fez Lélia Gonzalez escrever poesias marginais como a maravilhosa Tawane Teodoro, cantar contando a própria história como Bia Ferreira. É ser artista e utilizar a arte como sua voz política para proporcionar reflexões catárticas assim como minhas meninas do ELAS PRETAS.

REFERÊNCIAS

Bia Ferreira música “Não precisa ser Amélia” - álbum Igreja lesbiteriana.Um chamado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kqy8SwZ7qsU> Acessado em 15 de ago. 2023;

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamilia Ribeiro);

RIBEIRO, Djamilia. Lugar de fala. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MULHERES NEGRAS NA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ

Laura Caroline Fernandes Alves Amado
Licenciada em História (UNEB)
Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB)
laah-gbi@hotmail.com

Noélia Carvalho de Oliveira
Licenciada em Ciências Biológicas (UNEB)
Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB)

Maria Lúcia Porto S. Nogueira (Orientadora)
Doutora em História Social (USP)
Mestre em História Social (PUC/SP)
Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

RESUMO

O desafio de adentrar o mercado de trabalho e sair do mundo da casa foi uma dificuldade que as mulheres enfrentaram até meados do século XIX, quando o magistério se tornou uma oportunidade de conseguir uma valorização moral e um prestígio social. Porém, essa oportunidade não foi estendida para as mulheres negras, em razão dos resquícios do período da Escravidão. Mulheres negras que não tinham o direito à educação e, conseqüentemente, não poderiam se tornar professoras. No entanto, após a criação das Escolas Normais no Brasil, nota-se a presença de mulheres negras nesses âmbitos, como aconteceu na Escola Normal de Caetité, que mesmo tendo uma estrutura social voltada para a exclusão de mulheres negras no ensino, houve a inserção e a formação de professoras negras na Escola Normal de Caetité, como a Professora Rachel Pereira de Andrade.

Palavras-chave: Mulheres; Escola Normal; Negras.

INTRODUÇÃO

Cruz, Santos e Nogueira (2018) ressaltam que, no interior do Estado da Bahia, há documentação que indica que as Escolas Normais surgiram na última década do século XIX em Caetité e, posteriormente, em outras cidades, como Caculé, Brumado e Vitória da Conquista. Por isso, no período entre 1926 e 1936, a Escola Normal instalada em Caetité trouxe, então, grandes perspectivas para a população da cidade e de toda a região do Alto Sertão Baiano. É interessante ressaltar que a Escola Normal de Caetité, como também outras no Brasil, tornou-se local exclusivo da presença de mulheres. Mas, como menciona Leonor Maria Tanuri (2000), as primeiras escolas normais – de Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco, entre outras – foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres ou prevendo-se a futura criação de escolas normais femininas.

Porém, Emília Viotti da Costa (2007) comenta que até o século XX, a mulher não tinha o direito de trabalhar fora do lar, não poderia se tornar independente tendo a sua própria conta bancária. Na realidade, até mesmo a Igreja reforçava seu estado de menoridade e dependência diante do seu pai ou marido. Vivia em um sistema patriarcal fortemente resistente. Mas, a imagem feminina esquecida começa a mudar com o início das lutas pela democratização da sociedade brasileira no século XX e toda história que rodeava as mulheres passou a surgir, em vista de milhares de mulheres que já se recusavam a se casar com os homens escolhidos, que insistiam em buscar um ensino superior, exigindo assim, o direito à educação e ao voto, que de acordo com Almeida (1998), só obtiveram em 1932.

Desse modo, é recorrente mencionar que as mudanças que ocorreram na vida das mulheres no século XIX podem estar ligadas com o desenvolvimento do capitalismo, como os novos meios de comunicação, e que a maioria das mulheres que se destacaram no princípio era de classe alta. E entre as muitas dificuldades que tiveram de lidar, houve as próprias dúvidas e sentimentos sobre os papéis que deveriam representar na família, diante da negação da mesma e a privatização do espaço público e a separação do lar do local de trabalho. Dessa forma, Costa (2007) menciona que as novas tendências trouxeram à luz as dificuldades de conciliação entre as atividades domésticas e profissionais.

Em todo esse contexto que se encontravam, levou as mulheres a criticarem como a sociedade dava aos homens mais direitos do que obrigações, enquanto, suas obrigações eram maiores do que seus direitos. Por isso, é importante destacar que a independência das mulheres não ficou as margens dessa sociedade patriarcal, até porque, sua autonomia não parou de crescer mesmo tendo de viver neste ambiente de patriarcalismo. E diante das oportunidades que não tinham com as faculdades

disponíveis, as mulheres buscaram as Escolas Normais para adquirir uma profissão, que ainda eram consideradas poucas no início do século XIX, pois a expansão das Escolas Normais se deu a partir de 1860.

Por isso, tendo à vista a formação de profissionais de educação para o ensino básico, a Escola Normal de Caetité foi uma das primeiras a ser implantada no interior da Bahia, mas não se livrou da instabilidade proferida nas Escolas Normais do país, mediante o século XIX, quando se teve início. Porém, com o aumento de matrículas nas Escolas Normais do interior, à medida que as mulheres passaram a substituir os homens para que ocorresse a adequação a Legislação Educacional, que exigia professores do mesmo sexo para as classes de meninos e meninas, foi dando a oportunidade de tornalas locais femininos no século XX. Por isso, as mulheres sonhavam em fazer cursos como medicina, mas por motivos econômicos, o peso de ser mulher e ser considerada frágil fez com que se tornassem professoras, além de problemas de transporte e a dificuldade com as estradas. Mas, a formação em magistério representava a oportunidade de adentrar o espaço público e a valorização moral do trabalho.

No entanto, é importante lembrar que essa oportunidade de estudar e adentrar o mercado de trabalho pelo magistério não se estendia às mulheres do povo e, principalmente, para as negras, como menciona Almeida (1998). O trabalho para a

sobrevivência sempre foi à prioridade diante da dura realidade que vivenciavam na sociedade, além do acesso à instrução, que nunca existiu, realidade que perpassa a questão racial. Inclusive, Cruz, Santos, Nogueira e Nogueira (2021) ressaltam que os/as negros/as escravos/as, por não serem reconhecidos como sujeitos de direito, eram impedidos/as de frequentar escolas, de qualquer nível de ensino, na sociedade escravocrata, isso devido:

As condições sócio-históricas do país eram fortemente marcadas por uma explícita política de silenciamento que impedia o acesso de negros e negras escravos/as à escolarização; não poderiam ser alunos/as e, por conseguinte, não poderiam ser professores/as nas Escolas Normais. (p.09).

Portanto, dentro deste contexto social, este trabalho teve como objetivos analisar a presença de mulheres negras na Escola Normal de Caetité, contextualizar as dificuldades enfrentadas por elas numa sociedade patriarcal e racista e relacionar a figura da Professora Rachel Pereira de Andrade, vinda do interior baiano, negra e de classe baixa que teve a oportunidade de estudar na Escola Normal de Caetité.

MÉTODO

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se apoia em uma pesquisa de cunho bibliográfico. De início, houve a escolha do tema, logo depois, foi feito um levantamento de textos buscando autores que abordam a temática. Em seguida, após a formulação

do problema de pesquisa, foram selecionados estudos que estabeleceram um diálogo com a temática aqui proposta. Desse modo, a investigação de obras e o levantamento de artigos já feitos sobre partiram de uma análise e interpretação bibliográfica, baseados nos estudos de Angélica Silva de Sousa, Guilherme Saramago de Oliveira, Laís Hilário Alves (2021) sobre os princípios e fundamentos dessa metodologia de pesquisa utilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nota-se, então, que o percurso feito pelas mulheres negras para o acesso à educação foi ainda mais difícil do que a das mulheres brancas e de classe média ou alta. Assentadas à margem da sociedade, a mulher já esteve incluída no grupo de subalternos, sendo negra então, essa lacuna se expande ainda mais dentro do convívio social marcado por discriminações e artifícios de exclusão dessa população negra de aspectos sociais, como o ensino, que já foi mencionado anteriormente. Fica evidente que as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na condução e na maneira como as formas de educação eram utilizadas para instruir as crianças e transformá-las em mulheres e homens, sendo possível realçar que:

As reformas educacionais dos séculos XIX e XX, mesmo sob o signo aparente da universalização, democratização e gratuidade de ensino não criaram condições efetivas para que negros e negras, outrora escravizados/as, e seus descendentes fossem incluídos no âmbito da escolarização. (Cruz, Santos, Nogueira e Nogueira, 2021, p. 09).

O impacto da Escravidão se estendeu ao decorrer dos séculos e, infelizmente, os descendentes negros/as foram prejudicados e, altamente, discriminados na sociedade atual. É possível relacionar, então, que a entrada e a permanência de Rachel Pereira de Andrade na Escola Normal de Caetité, o período de 1926 a 1936, não foi por coincidência, mas por resistência e muita competência. No período abordado, pode-se notar que a estrutura social que propagava em Caetité e na região, buscava excluir as mulheres negras do ensino, em que suas oportunidades eram baseadas nos cuidados do lar e não havia a possibilidade de ingressar na Escola Normal por terem que trabalhar para garantir o seu sustento e da família. Nota-se que, o racismo é visto de maneira natural e estão presentes nas atitudes menos explícitas possíveis da sociedade, como se observa na vida da professora Rachel Pereira de Andrade, em vista do lugar que ocupava na sociedade, dos modos de rejeição e da integração de seu papel social. Assim, a sociedade da época, além de machista, era essencialmente racista, por isso, é possível citar que apesar de ser negra, Rachel Pereira de Andrade, foi declarada mestiça em seus documentos pessoais, ou seja, ser identificada como mestiça só reafirma os estereótipos criados na sociedade machista e racista na época, em prol

da desqualificação estética da mulher negra, em vista de que, boa aparência é sempre atribuída às brancas ou claras, aspecto que não pode ser atribuído a Profa. Rachel Andrade, pois era negra, de cabelo crespo e com traços marcantes de origem africana.

Por isso, é importante afirmar que Rachel Pereira também sofreu com as mazelas da Escravidão, sendo negra e ainda mulher. Nota-se que a discriminação racial e a discriminação de gênero operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras, como afirma Vaz, Fiaschi, Schuind (2022). Mas, Rachel conseguiu ingressar na Escola Normal em uma época que a presença de estudantes negros/as neste local era pouca e que apesar das dificuldades diárias, não desistiu de ter uma profissão. Isso só evidencia sua capacidade de resistência e de força mediante os preconceitos sofridos antes, durante e depois da sua formação. E traz à tona que, na Escola Normal de Caeté, houve a instrução e acesso à educação para mulheres negras, ainda que em proporção muito pequena, o que tornou possível a Rachel Pereira de Andrade formar-se como a única professora primária negra da turma de 1932.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as Escolas Normais foram essenciais para a profissionalização de professores (as), para a prática docente e rupturas sociais, por isso, foram fundamentais para as mulheres. Porém, é importante ressaltar que, Rachel Pereira de Andrade conseguiu escrever uma história de sucesso devido às condições encontradas como filha adotiva, morando numa cidade onde existia uma Escola Normal. Oportunidade que foi muito bem aproveitada e administrada por ela. Mas, não se pode negar que a persistência das mulheres negras, como a de Rachel, para serem inseridas em âmbitos educacionais trouxeram transformações na sociedade, que diante do aumento qualitativo de sua presença em locais de instrução, pode-se perceber que houve rupturas de paradigmas dentro e fora das Escolas Normais, principalmente, ligados à questão racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia á república: momentos decisivos** / Emília Viotti da Costa – 8. Ed. rev. E ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

CRUZ, Elizeu Pinheiro da; SANTOS, Janaina de Jesus; NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. Apagamento da Mulher em experiências de fundação do Magistério na Bahia: Apontamentos de uma etnografia em Arquivos de Professoras e Instituições de Ensino. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v.14, n. 28, p. 311-335, abr./jun. 2018.



CRUZ, Elizeu Pinheiro da; SANTOS, Janaina de Jesus; NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva; NOGUEIRA, Nadila Luíza Oliveira. **Mulheres, mulheres negras e configurações étnico-raciais na Escola Normal de Caetité, Bahia** (1898-1943. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e229809, 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, Nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

VAZ, Adriana; FIASCHI, Genice de Fátima Fortunato da Silva; SCHUIND, Silvana Mendes. **Na escola vejo cores: identidades de mulheres negras, reflexões sobre o 'eu' e os 'outros'!** Dossiê Autoetnografias: (In) visibilidades, reflexividades e interações entre "Eus" e "Outros". Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v.17 n.3 Dezembro. 2022, ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968.

MEMÓRIAS COLONIAIS - AS RELAÇÕES DE PODER E DE GÊNERO: DIALÓGOS ENTRE A LITERATURA MOÇAMBICANA E LITERATURA AMAZÔNICA

Trabalho de Pesquisa de Pós-doutorado

Maria Ivonete Coutinho da Silva/UFPA
ivonet@ufpa.br, ou ivoneteufpa@gmail.com

ORIENTADORA- Tereja Manjate
Universidade Eduardo Mondlane-Maputo/MOZ

RESUMO

A ideia de um estudo comparativo envolvendo as obras de autores (as) do Brasil e Moçambique surgiu a partir do estudo dos processos de colonização que ocorreram tanto na África, no caso, em Moçambique e no Brasil, especificamente no estado do Pará com o projeto governamental de colonização, através da abertura da rodovia Transamazônica e a ocupação de terras, com famílias migrantes advindas de diversos lugares do País. Embora tenham suas especificidades geográficas, políticas, econômicas, étnicas e raciais, tanto o Brasil quanto Moçambique são ex-colônias portuguesas e apresentam-se como duas realidades sociais, nas quais as mulheres, etnicamente diferenciadas e racializadas, elaboram e vivenciam uma realidade social similar, a partir de suas condições de classe, raça e gênero; enfrentando os processos coercitivos e de poder, com base nas trajetórias e ações coletivas dos seus grupos de pertença. Serão analisadas as obras *Mulheres de Cinza* (2015) do escritor Mia Couto e *Cadernos de Memórias Coloniais* (2015) da escritora Isabela Figueiredo, o romance de Lília Momplé *NEIGHBOURS* (2022) e *Ninguém Matou SUHURA* (2009), bem como os livros de Pauline Chiziane, com foco no romance *Niketche* (2009) entre outros autores (as) moçambicanos (as). Acerca da literatura amazônica, abordaremos as obras *Maria de todos os Rios* (1992) do escritor paraense Benedicto Monteiro e *Transa Amazônica - a grande ilusão* (1986) da escritora gaúcha Odete Mott, *O Encontro das Águas* (2011), de Sylvia Aranha Ribeiro, *Ay Kakyritama: eu moro na cidade* (2018), de Márcia Kambeba, entre outras obras situadas nos contextos da Amazônia Brasileira.

Palavras-chave: Memória; colonialismo/colonialidade; poder e gênero.

INTRODUÇÃO

Os estudos culturais abrangem um campo vasto de estudo, dentre eles, a teoria pós-colonial que enfoca as influências sofridas pela cultura dos povos colonizadores, desde os tempos coloniais aos dias atuais. Ao trazer a colonialidade do gênero como elemento recalcitrante na teorização sobre a colonialidade do poder, abre-se um importante espaço para a articulação entre feminismo e pós-colonialismo, cujas metas são entre outras, lutar por um projeto de descolonização do saber eurocêntrico-colonial através do poder interpretativo das teorias feministas.

Em Halbwachs (1990), a memória pode ser individual e coletiva, de modo que sua função é contribuir com um sentimento de pertença a certo grupo que tenha um passado comum. Esse pertencimento além de construir diferenças culturais (de gênero, raça e outras), constrói um imaginário histórico e subjetivo, que pode desconstruir a memória oficial. Para Joan Scott (1989), historiadora foucaultiana, o gênero é uma forma primária de dar sentido às relações de poder, logo, no caso do violento processo de colonização lusitana, o colonizador europeu, branco, masculino e cristão, impôs pela força sua visão de mundo e sua cultura, de modo que o sucesso da colonização é confirmado no Brasil, pela língua portuguesa, pelo catolicismo e pelos ainda hegemônicos valores patriarcais.

Para LUGONES (2008), essas discussões estarão articuladas com as questões de gênero e as relações de poder, que sistematicamente perpassam as categorias de raça, de sexulidade e de classe social. É preciso entender os processos legitimados pelo colonialismo através dos quais são infringidas contra as mulheres negras, ou seja, nas mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero. Quando trazemos a categoria de gênero para o centro do projeto colonial, podemos então traçar uma genealogia de sua formação e utilização como um mecanismo fundamental pelo qual o capitalismo colonial global estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo.

Essa autora propõe uma maneira muito diferente dos feminismos ocidentais, de entender o patriarcado a partir da colonialidade de gênero e nos convida a pensar na cartografia do poder global a partir do que ela denomina Sistema Moderno/Colonial de Gênero. Nesta linha Françoise Vergè (2020), apresenta toda uma análise e desconstrução do feminismo ocidental, revelando as clivagens entre o feminismo liberal e o feminismo civilizatório, os quais não respondem às reais necessidades das mulheres racializadas, suas diferenças de classe e diversidades socioculturais. Essa autora no seu livro *Por Um Feminismo Decolonial* explica:

O feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres. Opõe-

se também ao “feminismo civilizatório”, que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo, de mulheres racializadas. (VERGÊ, 2020, p.5).

Supõe-se que os contextos literários representados nas obras em estudo, remetem aos processos colonização e as estratégias governamentais para garantir as políticas de ocupação, nas quais demonstram claramente que os efeitos da dominação e do poder, seja nas relações de gênero, seja no trato entre colonizadores/colonizados transparecem nas obras literárias, tanto de caráter local, quanto universal, uma vez que estas questões não detêm fronteiras geográficas, políticas ou culturais.

Portanto, recorrer à memória para tratar de contextos coloniais é uma das formas de fazer uma leitura histórica sobre as relações de gênero e os processos de dominação entre colonizador e colonizados, sobretudo no que se refere ao discurso social dominante e as relações de poder e de gênero neles emaranhadas. As obras objetos deste estudo tratam de narrativas memorialistas com embasamento em realidades sociohistóricas, como cita a escritora moçambicana Lília Momplé, são ‘Estórias que ilustram a História e nestas obras as questões de gênero e de poder submergem nas falas e representações das personagens que constituem essas narrativas.

MÉTODO

A metodologia apresentada no trabalho foi desenvolvida a partir do trabalho bibliográfico de diversas fontes, as quais possibilitaram à análise comparativa de duas realidades e contextos sociais e geográficos distintos, mas que se entrelaçam no âmbito das expressões literárias a literariedade e *verossimilhança* neles contidas, as quais podem ser analisadas sob o viés da literatura comparada. Neste sentido, observa Carvalho:

Pode-se dizer então que a literatura comparada *compara* não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos seus objetivos a que se propõe (2001, p. 7).

O trabalho de campo faz-se necessário, a partir dos acervos bibliográficos pertinentes e do trabalho etnográfico, tendo em vista o levantamento de narrativas e histórias de vidas, a serem analisadas e comparadas com a realidade das mulheres representadas nas obras literárias em contextos amazônicos brasileiros, bem como em território africanos. Em vista disso a pesquisa deve se apoiar nos pressupostos metodológicos da história oral que, na concepção de Thompson (1992), é excelente mecanismo de pesquisa capaz de levantar a memória dos entrevistados. Assim, ao

ouvir o outro e o seu discurso criam-se os mecanismos capazes de compreender a dimensão individual e coletiva que envolve a história de determinado grupo. Para tanto, a pesquisa se fundamenta na metodologia da pesquisa-participante junto aos sujeitos foco desse estudo e às organizações sociais e entidades públicas que compõem o cenário sociocultural dos espaços geográficos e literários de cada país, ou seja, do Brasil e Moçambique.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ver o gênero como categoria colonial e analisar as suas intersecções de classe, raça e sexualidade nos permitiu historicizar o patriarcado colonial, salientando as maneiras pelas quais a heteronormatividade, o capitalismo e a classificação racial se encontram sempre já imbricados. E recorrer à memória histórica dos contextos coloniais, possibilitou fazer uma leitura comparativas das conjuturas sociopolítica e econômica que permeiam as relações de gênero e os processos de dominação entre colonizador e colonizados(as), sobretudo, no que se refere ao discurso social dominante e as relações de poder e de gênero neles emaranhadas.

No entanto, há de convir que estamos tratando dois contextos literários amplo e rico em suas diversidades, assim, para dar conta da efetividade desta pesquisa e alcançar os objetivos propostos, o caminho a seguir a partir do potencial do acervo levantado, será a produção de artigos, ensaios, relatórios e posteriormente, um livro.

Ressaltando, que este é o segundo artigo produzido como resultado deste processo de pesquisa que ainda está em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo ainda está em andamento, tendo em vista o amplo campo de pesquisa pelo viés da literatura comparada, as próximas etapas com base nos dados e fundamentação teórica, a pesquisa objetiva delinear e analisar as paralelas e tangentes levantadas no estudo das obras aqui referidas, na busca de identificar as relações de poder e de gênero no âmbito dos contextos de colonização ocorridos tanto na África, quanto na Amazônia Brasileira, com foco nas teorias sobre colonialismo e colonialidade articuladas as análises das memórias e obras literárias, bem como ao trabalho etnográfico realizado nos contextos sócio-culturais em estudo. Por fim, este trabalho certamente, abrirá espaços para outros diálogos literários que transcendem as fronteiras da literatura brasileira, projetando-se para outras margens socioculturais e poéticas.



REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Albertina Costa Rego de. **Marari: a Princesinha dos Manaus**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1996.
- BRANCA, Violeta. **Ritmos de Inquieta Alegria**. Manaus: Valer, 1998.
- CABRAL, Astrid. **Alameda**. Manaus: Valer, 1998.
- CHIZIANE, Pauline. **Niketch: uma história de poligamia**. Editora Ndjira 6ª ed. Maputo, 2009.
- COUTO, Mia. **Mulheres de cinzas: as areias do imperador - uma trilogia moçambicana**, livro 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva. Trad.** Laurente Leon Schaffter. São Paulo. Editora Vertice; editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyritama: eu moro na cidade. Poemas**. 2 ed. São Paulo: Polén, 2018.
_____. **SABERES DA FLORESTA**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- LUGONES, María. **COLONIALIDAD Y GENERO**. Bogotá - Colombia, Tabula Rasa. No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.
- MOMPLÉ, Lilia. **NINGUÉM MATOU SUHURA**-Estórias que ilustram a História. CIEDIMA, SARL, 5ª ed. 2009.
_____. **NEIGHBOURS**. São Paulo. Editora Funilaria, 2022.
- MONTEIRO, Benedito. **Maria de Todos os Rios**. Belém- Pará, CEJUP, 1992.
- MOTT, Odete de Barros. **A Transa Amazônica - a grande ilusão, 1986**
- RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **Francisca e a Utopia da Liberdade**. Manaus: Valer, 2010.
- RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **O Encontro das Águas**. Manaus: Valer, 2011.
- SOUZA, Noemia. **Sangue Negro**. Org: MENDONÇA, Fatima; NOA, Francisco. Associação dos Escritores Moçambicanos.CIEDIMA, Maputo, 1988.
- VERGÈS, Francoise, **UM FEMINISMO DECOLONIAL**. Trad. Dias, Jamile, Camargo, Raquel. Título original: *Un féminisme décolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp.

AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES RURAIS SOB A ÓTICA DOS FEMINISMOS SUBALTERNOS

Maria Liliane Rosado Rodrigues
Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri – Urca
liliane.rosado@urca.br

Dra. Iara Maria de Araújo – URCA
Orientadora

RESUMO

O presente artigo é uma síntese sobre a pesquisa intitulada “Pedagogia Popular Feminista: Uma experiência educativa no Cariri Cearense”, realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri”, a partir da produção teórica/metodológica dos Feminismos Subalternos. A pesquisa teve como ponto central evocar as experiências de um grupo de mulheres rurais, pelo método da pesquisa autobiográfica, situadas na comunidade da Serra Santana, zona rural do município de Assaré, ao Sul do Ceará, as quais estão vinculadas ao coletivo chamado Interfaces Femininas, que atua na escola do território. A partir do recurso teórico/metodológicos dos feminismos subalternos, as experiências de vida das participantes transformam-se em ricos mecanismos pedagógicos para a compreensão de como se dar as relações de poder a partir do seu território e da cultura local.

Palavras-chave: Mulheres rurais; Feminismos; Narrativas de si

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a libertação das mulheres diante de uma conjuntura de opressões, teoricamente, tem se desenvolvido numa perspectiva global, a partir de quatro conceitos-chave: Androcentrismo, Patriarcado, Sexismo e Gênero, que segundo a antropóloga Carla Cristina Garcia em seu livro *Breve História do Feminismo*, servem como categorias de análises para compreender os mecanismos de exclusão das sociedades atuais. Esta perspectiva teórica/metodológica não dá conta de tantos corpos marcados por lutas à opressões que estão para além da hierarquização HOMEM/MULHER, como o caso das mulheres que participaram desta pesquisa, mulheres rurais e nordestinas, onde as categorias do feminismo universal não as definem, e nos provoca a pensar, o que as tornam as mulheres que são? Como estão posicionadas nas relações de gênero imposta pela modernidade? O que elas enfrentam para além do sexismo?

O surgimento das teorias que questionam a identidade do movimento feminista global, foi de extrema relevância para desvelar o campo das diferenças dentro do próprio movimento feminista, tendo este, na perspectiva global como um movimento de mulheres brancas e burgueses, as quais sempre se preocuparam com a sua própria libertação e não com a libertação de outras categorias de mulheres, como as mulheres negras, indígenas, trabalhadoras, camponesas, que no seio destas tensões, produzem seus próprios mecanismos de lutas e existências, e ao se levantarem em defesa dos seus lugares, dentro do movimento feminista, erguem-se através dos “Feminismo Subalternos”.

Para SPIVAK (2010, P.13), “o termo subalterno descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão do mercado, da representação política e legal, e de possibilidades de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” Segundo Luciana Ballestrin (2017), o feminismo subalterno teve suas primeiras projeções em 1980, sob as expressões do feminismo terceiromundista e Pós-Colonial. O encontro entre feminismo e pós-colonialismo foi de grande relevância para pensar as relações de dominação/sujeição dentro de uma relação tempo/espacial envolvendo os corpos situados no Norte/global, países de Primeiro Mundo e no Sul/global, denominados países de Terceiro Mundo. Esta relação dialógica, a partir da perspectiva de gênero, permitiu uma virada epistemológica para a reescrita da história e produção de teorias feministas pós-coloniais, trazendo conceitos chaves como experiência, essencialismo e identidade. O deslocamento histórico provocado pelo feminismo decolonial, permitiu que as experiências de mulheres subalternizadas, fossem percebidas como experiências políticas, as mulheres negras, latinas e caribenhas configuram suas existências em um processo histórico de resistência, em lutas por direitos básicos, pela vida.

É a partir desta construção teórico/metodológico, na busca por produções de infrapolíticas de resistência no contexto de vida de mulheres rurais que a pesquisa desenvolveu-se, tendo como principais objetivos compreender as experiências constituídas pelas mulheres rurais, participantes da pesquisa, fazer desvelar-se quais as situações limites vivenciadas por elas e como se organizam no enfrentamento de eventos que as colocam em situações de violências e preconceitos, a partir de categorias pré-estabelecidas, como Trabalho, Maternidade e Conjugalidade, o estudo destas categorias seguem a partir das autoras Lagarde (2005), Birole (2020), Hirata e Kergoart (2007).

MÉTODO

Esta pesquisa se configura como qualitativa, de caráter exploratório, com imersão investigativa no campo social de mulheres rurais. Seguiu-se pelos fios teóricos/metodológicos da Pesquisa Participante.

Participaram da pesquisa, 8 mulheres, residentes na comunidade e integrantes do Coletivo Interfaces Femininas. Uma das principais ferramentas que deu subsídio a pesquisa, foram as histórias de vida das mulheres participantes, e, para este alcance, recorreu-se ao método das narrativas autobiográficas. A técnica de pesquisa utilizada para dialogar com as experiências de vida das participantes, foi realizada por meio da prática dos Círculos Reflexivos Biográficos, propostos por Olinda (2020, p.32). Os Círculos Reflexivos Biográficos, foram realizados em quatro encontros, estruturados em quatro momentos, conforme apresentado por Olinda (2019), 1º Acolhida; 2º Presentificação; 3º Biografização; 4º Integração Experiencial,

Sobre a análise dos dados, foi utilizado o método da Análise Textual Discursiva (MORAES, GALIAZZE, 2006), onde o pesquisador irá seguir o processo de leitura e reescrita das narrativas, dialogando com conceitos chaves e separando as categorias de análises de acordo com os objetivos da pesquisa, denominando de metatextos, os quais vão conferir novos conhecimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As narrativas de vida das mulheres rurais, revelaram os catifeiros as quais se apresentam à estas mulheres, assim como as brechas de resistências que elas produzem para sobreviver. Assim como apontado por SPIVAK (2010), são mulheres que ocupam a posição de subalternidade e a partir das suas histórias de vida foram pontuadas algumas categorias para a compreensão de como são tecidas as suas existências, como a caracterização da Infância, as relações familiares como maternidade

e conjugalidade, o desempenho e valor dessas mulheres diante o trabalho rural, a configuração de suas lutas para existir e resistir. São lutas que se estendem para além daquelas apresentadas pelo feminismo universal, apresentado por Garcia (2015). Para a discussão destas categorias, recorreu-se a teoria da antropóloga mexicana e feminista latina, Maria Marcela Lagarde (2005), a qual traz no seu livro “Cautiveros de las Mujeres”, uma dimensão dialógica entre a identidade genérica, imposta pelo poder patriarcal, que constitui as mulheres e as particularidades de tornarem-se mulheres em contexto histórico e cultural.

As narrativas colocaram em evidência algumas categorias que são postas como essenciais no construto social dos corpos das mulheres, como Conjugalidade e Maternidade. Neste sentido, a filósofa Susan Moller Okin (2008) ressalta a importância de adentrarmos nos espaços privados das relações familiares para entendermos a profundidade e a amplitude da construção social e desigual de gênero. No relato da participante F.C.A de 46 anos, ela diz

Minha mãe casou com 14 anos, ela achava que ia fugir do trabalho braçal e melhorar sua situação, mas foi engano, ela engravidou cedo e teve 10 filhos. Meu pai, também muito jovem, saía para as festas, bebia e namorava, enquanto minha mãe ficava em casa passando necessidade sem ter onde ir buscar nada.

O excesso de trabalho sob os ombros das mulheres é nítido e está entrelaçado com as relações familiares, uma situação que perpassa as gerações destas mulheres, como mostrado no relato abaixo

Casei com 20 anos, sou mãe de 5 filhos, meu casamento é marcado pelo sofrimento o qual vivencio, devido ao alcoolismo do meu marido. Já aguentei muita coisa por causa dos meus filhos. Minha mãe foi uma guerreira, meu maior exemplo, meu pai era bruto, sabe! Minha mãe só tinha direito de trabalhar, na roça e em casa., ela fazia tudo pela gente. (F.L.S., 42 anos)

A participação das mulheres no trabalho agrícola é algo inquestionável, porém a invisibilidade deste trabalho, ainda é marcante nestes contextos. Esta discussão é dialoga com a produção teórica de Flavia Biroli (2018) e Helena Hirata e Daniele Kergoart (2007, p.600) ao se referirem ao conceito de divisão sexual do trabalho.

Sobre os seus enfrentamentos as situações limites, as participantes relatam

Minha mãe sofreu muito nas mãos do meu pai. um dia ela criou coragem e se separou, criou a gente com a ajuda da minha avó (A.N. 34 anos).

Minha mãe é meu maior exemplo, ela trabalhava com meu pai na roça e para ter uma renda extra, ela comprava na cidade sabonete, creme dental, desodorante e saía vendendo as pessoas do sítio onde morávamos. (F.R.C, 33 anos).



Utilizam-se de suas próprias experiências como mecanismos pedagógicos de aprendizagem e superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou investigar as experiências das mulheres rurais, sob a ótica dos feminismos subalternos, afim de identificar os elementos histórico-culturais que as tornam as mulheres que são. As mulheres rurais, participantes da pesquisa, mostraram-se conscientes dos seus enfrentamentos diários, e utilizam-se das suas experiências como potencialidades de aprendizagens, na construção de suas subjetividades e fortalecimento individual e coletivo; apontam os preconceitos que enfrentam por se denominarem mulheres rurais; Sentem-se felizes por partilhar suas histórias com os discentes e professores da escola da comunidade, a partir do coletivo Interfaces Femininas; consideram que suas lutas maiores são em nome de seus filhos e filhas; têm em suas mães as maiores referências de força e resistência para enfrentar o cotidiano.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018
- GARCIA, Carla Cristina. **Uma breve história do feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 4ª Ed. 2015.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, on-line, São Paulo, n.132, set-dezembro, 2007.
- LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial: Estudos feministas**. Florianópolis, Revista Estudos Feministas - REF. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, 2003.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2006.
- OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. In: Rev. Estudos Feministas, v 16, n.2, 2008.
- OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Narrativas Autobiográficas e Religiosidade** / Ercília Maria Braga de Olinda; Renata Marinho Paz (Orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2020.
- OLINDA, EMB; PINTO, ECB. **O círculo reflexivo biográfico na pesquisa com jovens da periferia de Maracanaú-CE**. Revista @mbienteeducação. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 2, p. 263-286 mai/ago 2019



SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TRAÇOS DE DECOLONIALIDADE EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TRAJETÓRIAS ANTIRRACISTAS: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS EDUCADORAS¹

Pesquisa de Doutorado

Mariana Alves de Sousa
UNESP/Marília
ma.sousa@unesp.br Orientador

Leonardo Lemos de Souza
UNESP/Assis

UNESP/Marília

RESUMO

Esta pesquisa integra as discussões para uma tese de doutorado, com o intuito de analisar as vivências pessoais e profissionais de educadoras negras, com foco em suas práticas pedagógicas antirracistas. O objetivo é compreender como essas experiências e práticas se conectam aos princípios epistemológicos e políticos da decolonialidade e do pensamento feminista negro. Dado o apagamento histórico das contribuições das mulheres negras na educação, a pesquisa busca visibilizar esses sujeitos e suas perspectivas para entender opressões interseccionais e criar estratégias de resistência por meio da educação. O enfoque metodológico é qualitativo e emprega pesquisa bibliográfica, ancorada nas teorias feminista negra e decolonial. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para obter o compartilhamento das narrativas das professoras participantes. A análise das entrevistas revela que à medida que as educadoras reconhecem a influência do racismo e desigualdades em suas vidas, bem como em outras mulheres negras, afirmam seu papel nas salas de aula de forma engajada. As trajetórias das educadoras e suas práticas destacam aspectos da decolonialidade, mostrando que suas experiências constroem saberes capazes de contribuir para um projeto decolonial que deve ser antirracista, antissexista e comprometido com a desconstrução das várias opressões interligadas.

Palavras-chave: epistemologia feminista negra; colonialidade; educação.

¹ Este resumo foi desenvolvido com apoio concedido para o processo nº 2021/04365-0, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP

INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres negras educadoras é marcada por uma série de fenômenos sociais, que abrange desde as opressões inerentes ao sistema capitalista “colonial/moderno” até as múltiplas estratégias de (re)existência e (sobre)vivência que essas profissionais constroem em suas jornadas. Apesar da importância dessas mulheres no campo da Educação, suas narrativas frequentemente são silenciadas e suas contribuições políticas e intelectuais invisibilizadas apagadas pela história “oficial”.

Tais Pereira de Freitas (2018) destaca o papel significativo que as mulheres negras desempenharam no contexto educacional brasileiro, especialmente na esfera da educação não formal. Apesar de enfrentarem constantemente a subordinação, elas encontravam formas de resistência por meio do ensino. Desde os tempos coloniais, essas mulheres assumiram a responsabilidade de cuidar e educar os filhos e filhas dos “senhores”, transmitindo os valores culturais e históricos africanos e afro-brasileiros. Diante disso, o problema da pesquisa se situa em torno das seguintes questões: de que maneira as práticas pedagógicas antirracistas estabelecem conexões ou contrastes com a teoria decolonial? Como as experiências resultantes da interação dos marcadores sociais de raça, classe e gênero influenciam as práticas e os conhecimentos das professoras negras?

No campo do conhecimento, é possível notar a manutenção da colonialidade nos currículos, nas escolhas de referenciais teóricos para compor as ementas das disciplinas acadêmicas, nos livros didáticos, na definição de critérios avaliativos de metodologias consideradas “adequadas” para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, na cultura, nas relações institucionais e no modo como as instituições operam. (MALDONADOTORRES, 2007, p. 131). Nilma Gomes argumenta que as escolas de Educação Básica e o campo acadêmico são espaços onde a colonialidade se manifesta de maneira significativa, especialmente por meio dos currículos tradicionais que abordam narrativas coloniais que estabelecem noções específicas de raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores, naturalizando relações de poder e dominação. (GOMES, 2018).

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo identificar como essas experiências e práticas se conectam aos princípios epistemológicos e políticos da decolonialidade e do pensamento feminista negro, de modo a implicar as escolhas epistemológicas, pedagógicas e, políticas das professoras.

MÉTODO

As narrativas das experiências das professoras negras participantes foram obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas e gravadas via *Google Meet*, mediante a aprovação do Comitê de Ética¹. As falas foram transcritas e analisadas assumindo a interseccionalidade como ferramenta analítica e abordagem interpretativa. Participaram da pesquisa até o momento, três professoras que ministram a disciplina de Sociologia em instituições de ensino estaduais em municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Os das professoras participantes entrevistadas utilizados no texto são fictícios.

De acordo com o método de Fritz Schütz (2021), a entrevista narrativa autobiográfica produz dados textuais que apresentam de forma completa os acontecimentos e a sedimentação da experiência de vida do(a) narrador(a). Jovchelovitch e Bauer (2002) explicam que o método da entrevista narrativa de Schütz deve ser realizado em quatro fases: 1) a fase de iniciação caracterizada pela formulação de uma questão central da pesquisa; 2) a narração do(a) entrevistado(a); 3) questionamentos adicionais por parte do(a) entrevistador(a) a fim de obter informações complementares; 4) encerramento da gravação e conclusão do(a) entrevistado(a). (GOSS, 2021, p. 225).

As análises foram realizadas na perspectiva da análise temática que consiste em realizar a sequência de uma codificação, ou seja, uma “redução do texto qualitativo” em que passagens das entrevistas se resumem em palavras-chave. (GOSS, 2021, p. 225; JOEVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Foram identificados cinco temas no processo de transcrição e análise: memórias da infância; trajetória escolar; trajetória acadêmica; trajetória profissional; marcas da (de)colonialidade. A fim de sintetizar a análise para a elaboração deste resumo, os resultados e discussões a seguir têm como foco o tema central da análise – as marcas da (de)colonialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As narrativas das três professoras entrevistadas revelam tanto semelhanças quanto particularidades em suas experiências pessoais e profissionais. As similaridades estão relacionadas às maneiras como as desigualdades raciais, de classe e gênero moldaram suas trajetórias e como suas experiências levaram ao desenvolvimento de uma agência crítica que se expressa por meio de suas identidades profissionais e práticas pedagógicas engajadas e antirracistas.

¹ Pesquisa aprovada mediante parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNESP Marília). nº 5.048.629. CAAE: 50145721.1.0000.5406

Essas questões que foram acontecendo comigo na minha trajetória me fazem também ver que outros alunos meus vão passar. Então eu quero que eles estejam preparados, que eles tenham conhecimento, que eles se apropriem de saberes pra lidar com isso (Fayola, 2022).

[...] se acontece uma atitude racista na minha sala hoje isso vai – primeiro que a gente já discute isso; depois que eu nunca vou deixar o negócio, fingir que eu não estou vendo, que eu não estou ouvindo. Mas os professores na época que eu estudei que faziam isso (Nefertari, 2022).

Então eu uso a minha leitura, a minha habilidade como socióloga pra fazer essa leitura e entender como essas hierarquias são construídas e entender por que elas são construídas. Eu faço isso pra não internalizar, não subjetivar. Mas por que isso nos afeta? Faço um mecanismo de fazer uma leitura, com aquilo que me foi repassado, que eu construí no meu ambiente familiar, para superar esses impedimentos e violências que o ambiente institucional da escola e subjetivo opera (Candace, 2022).

Apesar das adversidades enfrentadas, a união entre a experiência pessoal e o conhecimento acadêmico, aliada a um senso crítico sobre a realidade, impulsiona as professoras a compartilharem um objetivo comum: contribuir para uma educação emancipatória que fomente uma consciência antirracista e de combate às desigualdades interseccionais. Patricia Hill Collins (2020, p. 149) enfatiza que “viver como mulher negra exige sabedoria”, pois entender as complexas opressões é uma estratégia vital para essas mulheres.

Portanto, as narrativas mostram que o conhecimento produzido por educadoras negras é contextualizado, enraizado em suas experiências e direcionado para a desconstrução das opressões interseccionais. Esse enfoque interseccional construcionista nas práticas pedagógicas das entrevistadas redefine a noção de “subordinação” ao capacitar suas habilidades de agência, articulação e performatividade (LIBARDI; JACKS, 2020, p. 08). A agência impulsionada por esse conhecimento experiencial desafia os paradigmas dominantes, revelando traços da decolonialidade. Isso se alinha a um projeto político e epistemológico que questiona as bases da modernidade colonial e prioriza conhecimentos gerados em contextos de marginalização e resistência (WALSH, 2017 apud ADAMS, 2015, p. 585).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo é compreender como as experiências e práticas pedagógicas antirracistas se relacionam com os princípios epistemológicos e políticos da decolonialidade e do pensamento feminista negro. A utilização da experiência como critério de significação torna as práticas e saberes das educadoras negras referenciados, eliminando qualquer pretensão de neutralidade. Dada a intersecção das opressões na

realidade dessas mulheres, suas práticas pedagógicas são voltadas a enfrentar essas desigualdades por meio de uma educação antirracista e intolerante a diversas formas de discriminação que possam surgir em sala de aula. Portanto, é notável que a perspectiva decolonial, ao realçar a agência de sujeitos marginalizados, se manifesta na trajetória das professoras negras que adotam uma postura antirracista. Consequentemente, percebemos que para consolidar seu caráter político, os projetos decoloniais devem, de maneira essencial, assumir uma abordagem antirracista e estarem atentos às variadas formas de opressão.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador. **Praxis Educativa**, Ponta Grossa, vol. 10, n. 2: 585-590. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5167476>. Acesso em: 05 ago. 2023. BAUER, Martin W.; JOVLOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin, W; GASKELL, George. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto e imagem**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón (orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**, 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 139-170, 2020.

DE FREITAS, Tais Pereira. **Mulheres negras na educação brasileira**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 223-246, 2018.

GOSS, Karine Pereira. Trajetórias militantes: análise de entrevistas narrativas com professores e integrantes do Movimento Negro. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis: Editora Vozes, p. 223-238, 2010.

LIBARDI, Guilherme Barbacovi; JACKS, Nilda Aparecida. Interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica: apontamentos para a pesquisa de recepção e consumo midiático. **Signos do Consumo**. São Paulo. v. 12, n. 2 (jul./dez. 2020), p. 03-13, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218152>. Acesso em: 09 ago. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. (orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores: 127-167. 2007.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa bibliográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian. **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 210-238.

TORTO ARADO: UM FÉRTIL TERRENO FEMINISTA DECOLONIAL

Parte da construção da tese de mestrado em Crítica Cultural

Nádja Nayra Brito Leite
UNEB/CAMPUS II
atendimentonadjaleite@gmail.com

Prof. Dr. Paulo César Souza Garcia
Orientador
UNEB/CAMPUS II

RESUMO

A narrativa do romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, permite a realização de inúmeros estudos acerca de temas e de construções estéticas, constituindo-se terreno fértil para a crítica literária, especialmente àquela dedicada à investigação da representação feminina. O protagonismo feminino está presente nos corpos e nas vozes das personagens, expressos por meio de performances de subjetividades femininas que descontrolam o lugar onde o traço legitimado da heteronormatividade é recorrente, que desconsertam o celeiro patriarcal do interior da nação retratado na obra. Neste trabalho propomos investigar as narrativas discursivas femininas sob a vertente teóricoepistemológica decolonial.

Palavras-chave: Feminismos; decolonialidade; feminismo decolonial; crítica cultural; crítica literária.

INTRODUÇÃO

Para chegar ao conceito de decolonidade é importante informar as concepções de colonialismo e colonialidade. O colonialismo é entendido como um período histórico marcado pelo processo de expansão territorial e cultural de determinados países europeus por meio da dominação de povos e/ou nações de outros continentes. Por um ângulo complementar, o colonialismo pode ser visto como uma trágica marca da história mundial que com ideias salvacionistas e civilizatórias justificou e embotou a real dimensão dos intensos genocídios e etnocídios que se realizaram no período de colonização. Já a colonialidade, que é precedida pelo colonialismo, refere-se a um padrão de poder estabelecido e difundido, orientado em uma visão eurocentrada do mundo, e que estende-se à forma como se articulam e se estabelecem a difusão do conhecimento, as relações de trabalho, as práticas culturais e até as relações intersubjetivas pós-coloniais no mundo. De forma simplista, pode-se dizer que o colonialismo é o exercício da colonização e a colonialidade é a herança cujo legado produz marcas reais até hoje, tais como patriarcalismo, racismo e homofobia. Aníbal Quijano, sociólogo peruano, é um dos criadores do Grupo Modernidade/Colonialidade - M/C, um coletivo de pensamento crítico da América Latina iniciado na primeira década do século XXI cujo passo inicial foi estudar, criticar e conceituar o colonialismo, a colonialidade, a modernidade e o eurocentrismo, numa tentativa de compreender o passado para buscar uma teoria nova que desfizesse a anterior. Assim Aníbal Quijano cunhou o conceito de colonialidade que desempenha na visão do mesmo o papel de primeira ordem na elaboração eurocêntrica da modernidade. “Nesse sentido, a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida”. (QUIJANO, 2005, p.114). A lógica eurocentrada constituída de estabelecimento do *status quo* que não se restringe à parte econômica, mas afeta todas as relações sociais, culturais e intersubjetivas, como salienta: Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. (QUIJANO, 2005. p.110). Corroborando com este pensamento Mignolo, outro estudioso do grupo M/C, ressalta que “Na formulação original de Quijano, o *“patrón colonial de poder”* (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade”.

(MIGNOLO, 2017, p.5) baseados na colonialidade do ser, do poder e do saber.

Nesse contexto, María Lugones, Argentina, filósofa, ativista e professora na universidade de Binghamton em Nova York, especialista em estudos de filosofia de intersecção de raça e gênero entra para o grupo Modernidade/Colonialidade em 2006 com a intenção de incluir a questão do gênero na colonialidade. Lugones acrescentou o

conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade (do ser, do poder e do saber). O pensamento dela critica o grupo salientando a pouca atenção dada ao aspecto de gênero, seja em temas econômicos ou históricos da colonialidade, como ele mesma conceitua é uma releitura da modernidade colonial capitalista. Ela formula um conceito de gênero que se aplica à forma que este se realiza nas interações coloniais e acredita que o gênero e o sexo não poderiam ser inseparavelmente ligados e racializados. “Analisando o sistema moderno, colonial e de gênero, acredito eu, conseguimos produzir uma teoria mais profunda sobre a lógica opressora da modernidade colonial, o uso de dicotomias hierárquicas e de uma lógica categorizante”. (LUGONES, 2019, p.369). Ela [a colonialidade] atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas. (LUGONES, 2020, p.2). Trazendo uma nova perspectiva feminista, a estudiosa critica as ondas feministas anteriores e o feminismo hegemônico eurocentrado. Gayatri Spivak, autora Indiana, que afim de tratamento didático é conceituada como pós-colonial, relata que “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. (SPIVAK, 2010, p.83).

Des(colonizar) ou de(colonizar) é afastar-se da colonialidade e do colonialismo, estabelecer um pensamento de contraposição a esses processos. Na perspectiva decolonial, por meio das realidades vividas dentro de seus espaços geográficos, grupos, práticas e experiências em países asiáticos e latino-americanos podem proporcionar visibilidade sem a necessidade da interface de olhares eurocentrados colonizadores e o feminismo decolonial, cunhado por María Lugones em 2008, encontrasse nesse viés epistemológico. Convém ressaltar porém que, do ponto de vista histórico e didático, a perspectiva do feminismo decolonial foi inaugurada com os estudos da Lugones, por ela ter conceituado o termo e o trazido ao centro das discussões, contudo, anteriormente, ativistas, especialmente do feminismo negro, já realizavam a intersecção de raça, gênero e classe, como contraponto ao feminismo dito universal. No Brasil, o pensamento de Lélia Gonzalez, filósofa, professora, escritora e ativista Brasileira, na década de 1980 já trazia a marca das teorias decoloniais, do que se chama hoje de “feminismo do Sul” e da noção de “colonialidade de gênero”, de María Lugones. Na mesma década, Audrey Lorde, escritora feminista e ativista dos direitos civis e homossexuais, estudava os conceitos imbricados. “As literaturas de todas as mulheres de cor recriam as texturas de nossa vida, e muitas mulheres brancas estão altamente comprometidas em ignorar as verdadeiras diferenças” (LORDE, 2019, p.250).

Neste trabalho propomos investigar algumas narrativas discursivas femininas do Livro Torto Arado sob a vertente teórico-epistemológico decolonial. A pergunta inicial

é: como ocorre a construção das re(existências) considerando a perspectiva feminista decolonial?

MÉTODO

Para analisar a trama e, nela, as personagens femininas, por meio das teorias do panorama decolonial e pós-colonial, usaremos o percurso metodológico da análise bibliográfica. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento/revisão de obras publicadas sobre as teorias supracitadas que irá direcionar este trabalho científico, reunindo e analisando textos que apoiarão as discussões acerca das narrativas. De caráter teórico e crítico, a pesquisa busca referenciais que possibilitem leituras que tratam sobre colonialismo, colonialidade, eurocentrismo, decolonialidade e feminismo decolonial intercalada com leitura minuciosa da obra, afim de coletar os discursos que compõem as subjetividades das protagonistas consoantes com o estudo central.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O livro enaltece os saberes ancestrais e a construção do conhecimento por meio do saber-fazer, tendo a matriarca Donana (avó das protagonistas) como a parteira e a curandeira, apresentando um discurso baseado. **Observava os movimentos do corpo, rezas e interditos;** o que poderia e não poderia ser comido, bebido, feito. Aprendia sobre o tempo certo para o banho da criança e da mãe... (JÚNIOR, 2018, p.47) (Grifo nosso). O aprendizado é feito por meio da observação e da transmissão oral do conhecimento e neste ensino-aprendizagem a performance (corpo, voz, gestos, silêncios) das parteiras mais experientes é a tez do aprendizado das novatas. Como base e sustentáculo, a decolonialidade do saber projeta a decolonialidade do poder. Nos momentos de aflição de Belonísia, a memória afetiva da avó surgia com sua força ancestral emaranhada de histórias e revigorava as energias da neta, dando-lhe vigor para enfrentar o patriarcado que lhe impunha sanções e medos. “Minha avó surgiu em meus pensamentos com sua brabeza, com seu chapéu grande, com seu punhal com cabo de marfim...” (JÚNIOR, 2018, p.92).

Bibiana constrói o seu direito de reexistência lutando pelas injustiças sociais e semeando arrojados coletivos de resistência em uma atitude própria de uma feminista decolonial. Ela (a feminista) sabe que a luta é coletiva, sabe que a determinação dos/as inimigos/as em destruir as lutas de libertação não deve ser subestimada, que eles usarão todas as armas à sua disposição: a censura, a difamação, a ameaça, o encarceramento, a tortura, o assassinato. (VERGÉS, 2020, p.38). Enquanto que o corpo e as ações de

Belonísia apontam para rompimentos de paradigmas e não aceitação de estereótipos de gêneros: “Belonísia se aproximava mais de meu pai, passava a lhe fazer companhia, junto com meu irmão, e participava das decisões, embora Zeca sempre lembrasse que ela era mulher, e lhe negasse determinadas tarefas” (JÚNIOR, 2018, p. 75). Há uma pujança feminina coletiva em Torto Arado com as mulheres que entoam suas cantigas com força pelos caminhos enquanto levam suas roupas para lavar no rio. Vergés (2020) refere-se à feminista decolonial: “Ela também sabe que na luta há dificuldades, tensões, frustrações, mas também alegria, diversão, descobertas e ampliação do mundo”.

(VERGÈS, 2020, p.46). Como sentença e entusiasta Quijano “É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. ... tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p.126). E Bibiana e Belonísia constroem imagens próprias que afrontam a dominação eurocentrada patriarcal como sentença: “Mas eu já me sentia diferente, não tinha medo de homem, era neta de Donana e filha de Salu, que fizeram homens dobrar a língua para se dirigirem a elas”. (JÚNIOR, 2018, p.115)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro Torto Arado é terra fértil para diversas discussões temáticas e este trabalho é apenas uma semente neste sentido. Mesmo havendo na trama lugares e posições ainda intocáveis no cenário conservador, patriarcal e hierarquizado dos rincões do país, a polifonia e o entrelace de discursos femininas apontam para histórias que podem ser reescritas por meio de narrções e testemunhos ficcionais, constituindo-se emergências de discursos historicamente interrompidos. Instituída na decolonialidade do saber, Donana é a parteira, a curandeira, a entidade viva, desempenhando papel imprescindível na edificação da memória da comunidade de Água Negra sendo parte constituinte da formação da resistência das netas. As corporeidades e vozes de Belonísia e Bibiana direcionam para um afronte, constituindo-se expressões da decolonialidade do poder. Por fim, as reflexões produzidas no trabalho corroboram para enfatizar que o romance Torto Arado é construída por uma profusão e enlace de corpos-vozes potentes, repletos de memórias, crenças e saberes ancestrais, importantes para o fortalecimento de uma visão decolonial que conduz para campos fora do olhar marcador colonial branco escravocrata heteropatriarcal.

REFERÊNCIAS:

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado**. Grupo Leya, Portugal, 2018.



LORDE, **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**, In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira Duke. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2017.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. *Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 107-130

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial** / tradução Jamille Pinheiro Dias Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MULHER PRETA NA POLÍTICA: IMPLICAÇÕES DE GÊNERO E COR QUE CRIAM BARREIRAS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNANÇA

Trabalho de especialização com continuidade em Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (Mestrado Acadêmico)

*Sandy Fernandes Menezes
sandyfernandesm@gmail.com*

*Prof. Me. Viviane Sales Oliveira
UESB professora especialização*

*Prof. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira
UESB (PPGREC- PPGEN)*

RESUMO

O presente resumo apresenta um recorte da pesquisa sobre a mulher dentro do espaço político, especificamente da mulher preta que encontra grande dificuldade de conquistar cargos públicos de governança. Nele, mostramos recorte da pesquisa desenvolvida no Programa de especialização em Etnicidade, Educação e (De) colonialidade e de seu aprofundamento no Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade e trata de figuras femininas que vivem dentro de uma sociedade machista, autoritária e racista. Gênero e cor são condicionantes para que a mulher preta consiga ocupar um local de governança e a discussão no campo do gênero caminha no espaço social com suas nuances do patriarcado e preconceito racial.

Palavras-chave: mulheres; mulheres pretas; política; poder.

INTRODUÇÃO

Podemos mencionar que, as mulheres ingressaram no campo político através de uma larga caminhada iniciada no voto, ora, a condição de eleitora fora um grande marco na história, em sequência, essas mulheres tiveram a possibilidade de elegibilidade, sendo condicionadas a entrar no campo político como representantes do povo. Ocorre que, grandes conquistas foram alcançadas, ou seja, houve uma luta e um resultado que visualizamos com a concessão de vários direitos sociais as mulheres, porém, sabemos que a mulher preta, se quer, é mencionada nestas lutas, uma vez que o feminismo apesar de ser um movimento em prol dos direitos do gênero, foi por muito tempo um reprodutor de ideais racistas (AKOTIRENE, 2019).

A época da escravidão no Brasil, é tida como um marcador social que fundamenta o distanciamento da mulher preta dentro dos movimentos feminista, ora, dentro de um estudo de concessão de direitos para as mulheres, as mulheres pretas, eram tidas como objetos de servidão, analfabetas e pobres. Em verdade, as mulheres pretas não eram, se quer, englobadas em grandes movimentos sociais feministas, ora, naquele período era impensável que uma mulher preta pertencesse a reivindicações de tamanha dimensão, é importante trazer essa visão social para compreendermos que a luta por liberdade e direitos das mulheres pretas foi uma movimentação apartada das demandas das mulheres brancas (BALBINOTTI, 2022).

As mulheres pretas vivem dentro de espaços racistas e sexistas que lhes restringem o direito ao trabalho, se quer o ambiente social permite que essas mulheres sejam atuantes em movimentos e revoluções. Em 1960, nos Estados Unidos, não era contratado o serviço de uma mulher preta, ainda que esse cenário tenha mudado, houve o ingresso no trabalho mas a discriminação de raça e cor seguiram. Podemos destacar, que em 1976 uma trabalhadora chamada Emma DeGraffenreid e várias mulheres pretas, processaram o chefe da empresa, por discriminação e segregação de função, ora as mulheres brancas trabalhavam no secretariado, e homens pretos na montagem, e as mulheres pretas estavam dentro do trabalho braçal masculino, estas mulheres pretas não eram notadas (AKOTIRENE, 2019).

Ocorre que, as mulheres pretas não estavam alocadas apenas como serventuárias de uma atividade produzida pela mulher branca, nem mesmo, possuía a mesma problemática de preconceito e racismo enfrentada pelo homem de cor preta. Ou seja, temos a chamada “discriminação interseccional”, a interseccionalidade baseada no feminismo negro conta o motivo que as mulheres brancas podem representar a mulher preta dentro de lutas sociais em favor do gênero, e como o homem preto pode representar toda a comunidade preta (AKOTIRENE, 2019).

O movimento feminista, existe, e visa a concessão de direitos e garantias sociais de gênero, entretanto, a questão da cor, surge como uma interseccionalidade que coloca essas mulheres ainda mais distantes do organismo social. Ora, o feminismo negro é necessário para efetivar projetos de fato isonômicos, assim, demonstra-se a necessidade de várias autoras denunciarem o esquecimento dessa mulher no cenário social, o silenciamento trazido da era escravocrata, em verdade, nessas lutas feministas a mulher preta fora negada como sujeito, fora a ela negada a possibilidade de humanidade e direitos fundamentais (RIBEIRO, 2018).

Por este motivo, que o movimento de mulheres militantes, ativistas e feministas precisa dar voz e representatividade a todo o grupo, se a intenção é ter uma sociedade sem hierarquia, que exista para além da opressão de gênero, é necessário a intersecção com o racismo, pois as problemáticas de gênero atualmente são originadas com a interseccionalidade de reprimendas. O feminismo deve ser observado como uma forma de integrar a mulher, e todas as especificidades que abarcam o gênero em um meio social (RIBEIRO, 2018).

MÉTODO

A pesquisa utilizou a abordagem exploratória com levantamento bibliográfico e documental sobre violência contra a mulher, desigualdade de gênero e raça, participação/atuação de mulheres na política brasileira e outras questões relacionadas ao tema/objeto de estudo, além de elaborar uma pesquisa de Revisão Sistemática de Literatura – RSL para realizar investigação focada no tema em questão para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis com vistas a ajustar/atualizar o projeto de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Temos um movimento feminista que desconhece a fundo as lutas raciais, temos uma sociedade feminista que reflete uma luta de gênero, que ainda é pouco inclusiva, ora, pela ausência de ampliação de direitos e pela falta de questionamento voltado ao grupo de pretas, gerou-se uma dificuldade destas em visualizarem-se dentro de movimentos e lutas do movimento. Ora, por outro lado, sabemos que o movimento feminista ditou por muito tempo uma segregação de público, ao destacar as questões voltadas para estas mulheres, tem-se portanto uma notória dificuldade de representação de uma coletividade diversa que precisa ser atendida dentro de suas condições (MOREIRA, 2007).

De fato, existe uma cisão entre o movimento de mulheres pretas e o movimento feminista. Há uma dificuldade notória em expor especificidades das pretas na luta

feminista, ou seja, protesto e movimentações feministas não indicam causa direcionada ao público de mulheres pretas. Apenas em 1991 que notamos que o movimento de mulheres pretas demarca uma identidade universalizada, neste período chegamos em uma notável situação de visibilidade.

A opressão de gênero da mulher preta ganha lugar de observância devido as lutas sociais e representações políticas quebram os paradigmas enfrentados pela classe. Assim, surge a necessidade de ter-se um representante deste lugar dentro de locais de poder para que essas identidades e diferenças sejam resguardadas pela esfera pública, haja visto que quando tem-se um sujeito do meio dentro de locais de comando a sua tribo conquista a possibilidade de lutar para ocupar um lugar social.

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. Em momentos anteriores, porém, há vestígios de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979. No entanto, a nossa compreensão é que, a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista (MOREIRA, 2007, p.4.).

Há uma necessidade de adentrar ao feminismo negro para só então abordarmos a problemática dos cargos e ocupação do espaço de trabalho e social. O local de poder e suas questões de empoderamento conseguem ver a mulher preta atualmente como um sujeito capaz de ocupar cenário de comando, tudo isso se dá pelo crescimento do movimento e pela repercussão midiática que tem sido dada a causa.

Assim, podemos dizer que a política é um espaço de reprimenda da mulher, por ser historicamente um local ocupado por homens, porém a mulher empoderada que conquistou direitos sociais, busca alcançar esse local que lhes concede direitos, a partir do momento em que essa mulher entra no local de poder governamental, há uma oportunização social de uma comunidade. Assim, esse local é essencial para uma classe pouco vista socialmente. Logo, as mulheres pretas buscaram chegar ao espaço de maior influência do povo, o meio político.

Por este motivo surge a necessidade de estudar a dificuldade dessa mulher preta no cenário político, ora, tem-se as seguintes hipóteses: Se o Estado institui igualdade entre os sujeitos na sociedade como um todo, como podemos ainda questionar a mulher preta como sujeito de direito; ou se existe percentuais legais que condicionam a inserção de



mulheres em partidos políticos, como podemos permitir que as mulheres pretas sejam ainda colocadas como percentual mínimo dentro destas taxas de elegibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário público é marcado pelo entrelaçamento entre patriarcado, escravidão, capitalismo, misoginia e machismo que geram atualmente empecilhos para que as mulheres pretas adentrem um espaço de poder. Na sociedade, a luta das mulheres pela questão do gênero é uma luta que tomou força com movimentos sociais, e a mulher preta necessitou fazer um movimento para que sua classe fosse reconhecida como sujeito social.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. Revista da Esmesc, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. Disponível em < <https://revista.esmesc.org.br/re/article/viewFile/191/165> > Acesso em: 10 de nov. 2022.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

MOREIRA, Nubia Regina. Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação. In: Encontro da Anpocs, 31. 2007, Caxambu/MG. Anais.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ENTRE O MAGISTÉRIO E O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO : CLASSE, GÊNERO E DOCÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Projeto de Dissertação

Tadma Lays Dutra Gomes¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

proflaysd@gmail.com

RESUMO

Arquitetada sob o Materialismo Histórico-Dialético, esta pesquisa pretende refletir acerca da totalidade e múltiplas determinações que condicionam o trabalho docente feminino na Educação Básica brasileira aliado ao trabalho doméstico não remunerado e perpetrados pela dominação capitalista, neoliberal e patriarcal. Mediante essa conjuntura, essas professoras, constantemente, deparam-se com a precarização do magistério e com a sobrecarga laboral do alargamento de suas funções nas escolas e no trabalho doméstico repetitivo. Para tanto, o texto objetiva a revisão bibliográfica de um vasto arcabouço teórico, provocando a análise das categorias classe, gênero e trabalho, no sentido de compreender as circunstâncias das mulheres operárias em suas jornadas contínuas e estafantes que lhes aliena e lhes priva do protagonismo na construção de um projeto societário emancipador. Logo, entende-se que assimilar tais contextos torna-se imprescindível na articulação de políticas públicas que ponderem a composição majoritariamente feminina do magistério, mesmo sabendo que estas possam resultar em concessões paulatinas de um Estado burguês neoliberal perante suas contradições.

Palavras-chave: Classe; Gênero; Docência; Políticas Públicas.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (Linha de Políticas Públicas - PPGED) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

INTRODUÇÃO

No intuito de apreender seu objeto – o magistério feminino na Educação Básica brasileira aliado ao trabalho doméstico não remunerado – em uma perspectiva material da realidade, o texto relaciona a opressão e exploração do trabalho das professoras – que se acumulam e se articulam nas esferas da vida doméstica, assalariada, política – bem como fomenta a relevância desse fenômeno, em suas múltiplas determinações, perante às políticas públicas.

Nesse sentido, o texto objetiva historicizar o debate no Materialismo HistóricoDialético, imbricando as categorias classe, gênero e trabalho na investigação das condições históricas que as mulheres foram submetidas e como o Capital se apropriou do trabalho feminino no âmbito da produção e reprodução social perante a divisão sexual. De mesmo modo, a pesquisa explora a atuação maciça das mulheres na Educação Básica, ponderando o trabalho docente feminino em paralelo aos gestos repetitivos e os atos cotidianos estafantes de manutenção do lar e com o cuidado com o outro, atribuídos historicamente a elas. A partir dessa perspectiva, percebe-se que assimilar essa totalidade e suas múltiplas determinações faz-se imprescindível na apreensão concreta da realidade e, conjuntamente, na articulação de políticas públicas que ponderem a feminização do magistério e condicionem situações dignas de vida e trabalho, responsabilizando o Estado a impor o ônus ao Capital.

MÉTODO

Apesar da Educação Básica ter a composição do seu magistério fortemente delimitado pela presença feminina, as pesquisas que relacionam classe, gênero e educação de uma perspectiva materialista são deveras recentes no meio acadêmico. Por isso, a investigação torna-se árdua no sentido que, ora as fontes ignoram a marca do gênero na docência, ora estão alicerçadas em vertentes pós-modernas que priorizam análises fragmentadas da realidade, ofuscando a totalidade, a historicidade e as contradições da sociedade capitalista. Ainda assim, a pesquisa pauta-se em uma revisão bibliográfica de um vasto arcabouço teórico edificado no Materialismo HistóricoDialético acerca da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ainda que o debate a respeito da exploração da classe trabalhadora perante o Capital tenha se tornado efervescente desde o século XIX, questões como a condição do trabalho feminino só tiveram maior notoriedade no século XX. Conforme Rosa

Luxemburgo, é a luta de classes que ampliará os horizontes das mulheres trabalhadoras, implicando no questionamento da posição ocupada por elas na sociedade burguesa, na ruptura com os valores tradicionais e no anseio pela conquista de sua participação política, independência econômica e desenvolvimento intelectual e profissional.

Portanto, essa mesma luta de classes que fomentou a inquietação das mulheres proletárias ao longo dos anos, incitará o marxismo a pautar as questões femininas em seus estudos. Logo, entender a condição das professoras da Educação Básica brasileira é também compreendê-las como trabalhadoras no seio do capitalismo, sujeitas a todos os processos de opressão e exploração que podem ser somados a questões de gênero e raça. Visto que são as mulheres¹ as mais sujeitas a postos temporários de trabalho, baixos salários, abusos, adoecimento e integração de maior carga horária quando somados aos serviços domésticos não remunerados e cuidados com o outro.

A feminização do magistério: as estratégias do Capital

Sobretudo no século XX, a primordialidade e urgência da expansão da educação formal que qualificasse minimamente a classe operária rumo a industrialização facultou reestruturações ao Capital. Esse movimento esculpiu o corpo do magistério primário brasileiro, particularmente composto por mulheres de menor poder aquisitivo, em uma oportunidade ímpar de aliar trabalho doméstico, maternidade e remuneração sob o discurso palatável de docência enquanto missão, abnegação, dedicação, altruísmo e sacrifício.

Esse processo ficou firmado como “feminização do magistério” e, a priori, não conotou um risco para a estrutura capitalista-patriarcal, visto as vantagens de alocá-las como responsáveis pela educação das crianças também nas escolas. Com o passar das décadas, a ocupação das mulheres perante o magistério, ou em qualquer outro ofício, não as desvincularam da incumbência do serviço doméstico não remunerado, sobrecarregando-as através do acúmulo de funções em jornadas longas e exaustivas.

A marca do gênero no magistério

Em 2014, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira demonstraram que havia um total de 436.873 professores do sexo masculino no Brasil, contra 1.753.870 professoras do sexo feminino, ou seja, $\frac{3}{4}$ dos docentes brasileiros na Educação Básica eram, no período, mulheres. Logo, a atuação maciça das mulheres na Educação Básica torna impossível debater o magistério sem materializar as questões de gênero. Percebendo que, bem como o homem, esta está subjugada às dominações capitalistas, porém, diferente dele, se encontra também oprimida pelo patriarcado no âmbito doméstico e escolar. Gerando uma sobrecarga laboral, decorrente da jornada de trabalho formal que se soma ao trabalho doméstico culturalmente atribuído à mulher.

¹ Em especial, as mulheres pobres, pretas e indígenas.

Apesar desse cenário, é possível perceber que as políticas públicas, tal qual as pesquisas educacionais, têm ignorado a composição majoritariamente feminina do magistério e a condição dessas professoras constantemente divididas entre o trabalho, cuidados com a casa e com os filhos. Instala-se, então, uma naturalização da sobrecarga feminina dentro e fora da escola, cuja força de trabalho é subvalorizada e tida como “forma privilegiada de expressão do amor”².

Entre o magistério e o trabalho doméstico não remunerado: a insipiência de políticas públicas

Enquanto professores do sexo masculino ocupam menos tempo em afazeres domésticos e no cuidado com os filhos, edificam maior disposição e tempo para qualificar-se, maior possibilidade de promoção e ascensão social e menor perspectiva de adoecimento. Em contrapartida, para além das jornadas exaustivas, salários insuficientes e demandas que extrapolam o ambiente profissional, a docente ainda está submetida a imposições sociais no ambiente doméstico que a embrutece, agrava o processo de alienação, lhe toma o tempo necessário ao aprimoramento intelectual e artístico, a separa da produção material do conjunto da sociedade e a reserva o lugar de subalternidade.

Sem o trabalho doméstico não remunerado repetitivo, o Estado estaria entre a condição de subsidiar os serviços necessários ou aumentar significativamente os salários para que os operários e operárias possam arcar com estes. No entanto, o Estado se desresponsabiliza ao não engendrar políticas públicas que imponham o ônus ao Capital, mantendo as mulheres encarregadas pelas tarefas domésticas que, embora não sejam consideradas produtivas, “criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho dos seus maridos, filhos/as e de si próprias”³.

Contudo, constitui-se substancial, ao pensar condições de trabalho docente e suas respectivas políticas públicas, pautar também as amarras patriarcais e capitalistas neoliberais. Visto que estas são “duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida”⁴ e que colaboram para a manutenção da ordem sociometabólica do Capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o objeto central dessa pesquisa seja o magistério feminino na Educação Básica brasileira aliado ao trabalho doméstico não remunerado, entende-se que este faz parte de uma totalidade: a exploração e opressão da classe trabalhadora perante o

2 HIRATA; ZARIFIAN *apud* ANDRADE, 2015.

3 ANTUNES *apud* ANDRADE, 2015.

4 ARAÚJO *apud* ANDRADE, 2015, p. 295.



Capital. Logo, é importante ressaltar que conceber esse fenômeno, em suas múltiplas determinações, não tem a intenção de galgar igualdade ou equidade entre homens e mulheres, mas a de abolir toda forma de subalternização, opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres e Educação: A paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 265-300, Set./Jun. 2015.

AQUINO, Estela Maria Leão de. **Gênero, trabalho e hipertensão arterial: um estudo de trabalhadoras de enfermagem em Salvador, Bahia**. 1996. 230f. Tese (Doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ARAÚJO, Tânia Maria de et al. Docência e Exaustão Emocional. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 229-253, Jan./Abr. 2006.

ARAÚJO, Tânia Maria et al. Saúde e trabalho docente: dando visibilidade aos processos de desgaste e adoecimento docente a partir da construção de uma rede de produção coletiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 37, p. 183-212, Jul. 2003.

ARIÉS, P. DUBY, G. (org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUN, Ana Claudia. CARLOTTO, Mary Sandra. Burnout em professores: diferença e análise de gênero. **Contextos Clínicos**, v. 7, n. 1, p. 86-93, Jan./Jun. 2014.

BRITO, Regivane dos Santos; PRADO, Jany Rodrigues; NUNES, Claudio Pinto. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, p. 165-174, 2017.

BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, N. V. (Org.) **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.

CARDOSO, Jafé da Silva; NUNES, Claudio Pinto; MOURA, Juliana Silva. Adoecimento docente: Uma Breve Análise da Saúde de Professores do Município de Medeiros Neto/BA. **Revista Teias**, v. 20, n. 57, p. 149-155, Abr./Jun. 2019.

CARLOTTO, Mary Sandra et al. O papel mediador da autoeficácia na relação entre a sobrecarga de trabalho e as dimensões de Burnout em professores. **PSICO-USF**, Itatiba, v. 20, n. 1, p.13-23, Abr. 2015.



CASTRO NETA, Abília Ana de et al. Contextos da Precarização Docente na Educação Brasileira. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, p. 1-25, e020037, 2020.

CASTRO NETA, Abília Ana de et al. A Precarização Do Trabalho Docente e o Adoecimento Mental no Contexto Neoliberal. **Revista Profissão Docente**, UberabaMG, v.19, n.40, p. 01-17, Jan/Abr. 2019.

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. O Adoecimento Docente: Um Produto do Capitalismo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 25, n. 46, p. 117-147, Set./Dez. 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, Maio/Ago. 2018.

CUNHA-PRADO, Elianne Madza De Almeida et al. Esgotamento Profissional em Professores de Educação Básica. **II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**, s.l., s.d.

DAMETTO, Jarbas; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Mãe, Mulher... Professora! Questões de Gênero e Trabalho Docente na Agenda Educacional Contemporânea. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 149-155, Jul./Dez. 2015.

DELCOR, N.S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-203, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

HOBBSAWM, E. J. **A Era do Capital**: 1848-1875. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEVY, Gisele Cristine Tenório de Machado et al. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. **Production**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 458-465, 2009.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 1991.

MASSA, Lilian Dias Bernardo et al. Síndrome de Burnout em professores universitários. **Rev. Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 180-9, 2016.

NUNES, Claudio Pinto. Conversas interativo-provocativas como opção teóricometodológica nas ciências humanas e na educação. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.16, n. 37, 2020.

NUNES, Claudio Pinto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, p. 65-80, 2017.



PEDRO, Joana Maria; MELLO, Soraia Carolina de; OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **História Unisinos**, v. 9 n. 2, p. 132-138, Maio/Ago. 2005.

PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatt. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 2, p. 259-276, 2010.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSOA, Amanda Raquel Rodrigues; MOURA, Marla Maria Moraes; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia. **Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 24, n. 1, p. 161-194, Mar. 2021.

RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; NUNES, Claudio Pinto. Formação de professores no contexto neoliberal. **Colloquium Humanarum**, v. 15, p. 57-71, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego Doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SENAI, Patrícia Sinara Gomes Santos. NUNES, Claudio Pinto. Condições de trabalho: sentidos de ser professor do ensino médio. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-27, 2021.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal Da; NUNES, Claudio Pinto. Plano de carreira enquanto estratégia de resistência para a valorização docente no território de identidade do sudoeste baiano. **Revista Educação e Emancipação** (UFMA), São Luís, v. 12, p. 931-13, 2019.

SILVANY-NETO, Annibal Muniz et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino na Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 24, n. 3/4, p. 42-56, 2000.

SORJ, Bernardo. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Org.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

INTERPROGRAMA MEMÓRIA E IMAGEM: ESTUDOS SOBRE ANCESTRALIDADE FEMININA E MEMÓRIA ATRAVÉS DAS GRAVURAS DE ROSANA PAULINO

Viviane Sales Oliveira¹

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade -
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB admvivianne@gmail.com

Dr. Edson Silva de Farias (orientador)

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

RESUMO

Este texto trata-se de uma apresentação das discussões realizadas durante as aulas da disciplina “Memória e imagem”, do curso de doutorado promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, que culminou na produção dos interprogramas “Memória e imagem” em parceria com aluno/as do curso de Cinema. Para tanto, selecionamos gravuras, parte integrante, da coleção da artista visual Rosana Paulino que retrata em seus trabalhos a ancestralidade feminina e a condição da mulher negra na nossa sociedade, problematizando o legado colonial, escravista, patriarcal e racista.

Palavras-chave: Memória e imagem. Interprogramas. Ancestralidade feminina. Mulher negra.

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o desenvolvimento da gravação dos interpogramas denominados de “Memória e imagem”¹, produzidos a partir das discussões teóricas a respeito dessa mesma temática, contextualizado com os objetos de pesquisas em desenvolvimento pelo/as discentes (mestrado e doutorado) do Programa de PósGraduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

A pesquisa em desenvolvimento coloca em análise da memória enquanto categoria analítica evidenciada da ancestralidade que se desdobra na discussão de um saber fazer feminino, de uma construção epistemológica ancestral feminina.

Compreendemos que a ancestralidade “se alimenta da experiência de africanos e afrodescendentes para compreender essa experiência múltipla sob um conceito que lhe dá unidade compreensiva, sem reduzir a multiplicidade da experiência a uma verdade, mas, pelo contrário, abre para uma polivalência dos sentidos” (OLIVEIRA, 2006, p. 4). Desenvolver esta discussão sobre a memória através das gravuras e imagens geradas por elas, é por compreender que essas imagens tem funções no processo contínuo em produzir, lembrar e manter a memória de uma visão de mundo de um tempo pretérito que perpassa pelos traumas do tráfico de pessoas do continente africano ao Brasil, escravização e enfrentamento a uma sociedade colonial, racista e patriarcal. De acordo Ana Paula Ribeiro há um movimento de privilégio de reflexões e narrativas a respeito das memórias e diásporas negras através das imagens com uma materialidade que aproxima imagens e memórias. Segundo ela, este processo passa “pelas memórias nacionais, memórias coletivas, pela memória individual, incluindo aqui memórias subterrâneas e disputas de memórias (...) em memórias afrodiaspóricas” (RIBEIRO, 2020, p. 79). Com isso, tem-se a abertura de um caminho a uma memória reconstituída, ressignificada que traz os sentidos de identidades.

Para tanto, a discussão parte das relações estabelecidas entre memória e imagem das gravuras da artista visual Rosana Paulino, bem como, de como as pessoas os elegem para a construção de memórias de um feminino que é substantivamente construído historicamente, de forma, articulado e envolvido em significados distintos pelos grupos sociais ao longo da história e assim, concepções diversas são produzidas, sentidas, interpretadas, argumenta a pesquisadora Joanice Conceição (2011). O termo feminino é aqui mobilizado como um construto histórico-social que traz significados de acordo com as lógicas culturais do grupo, Conceição (2011).

¹ Exibido pelo Programa “UESB Notícias 2ª edição, 28 de fevereiro de 2023. 13’20”- 17’36”. Disponível no Canal TV UESB: <https://www.youtube.com/watch?v=EvIDsk3333k>

Destaca-se nesta reflexão, a importância das estruturas sociais para a preservação de todo um conhecimento ancestral dos povos negros, pois segundo Bastide (1971), os mitos e os ritos fornecem a base; o “fundamento” para essa estrutura social reflexo da estrutura mítica, pois “é à estrutura dos grupos (...) que devemos nos referir para compreender os motivos das sobrevivências” (Id., p. 339). Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo, investigar através de gravuras da artista Rosana Paulino interpretações a respeito do feminino emanado de memórias e ancestralidade.

MÉTODO

O interprograma foi desenvolvido através de uma construção interdisciplinar no intuito de demonstrar o potencial da imagem na construção de sentidos e significados a partir da ancestralidade e da memória. Dessa forma, foi realizado de forma colaborativa entre o Curso de Cinema e Audiovisual, do Programa Janela Indiscreta Audiovisual e do projeto de pesquisa “Imagem e Memória: a técnica, o vestígio e a ruína” e o/as discentes do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Nesta perspectiva, construímos o interprograma a respeito da ancestralidade feminina focalizado numa discussão que traz interpretações a partir da experiência de uma pesquisa etnográfica em curso, que trilha caminhos no âmbito da ancestralidade negro-africana, retratando um saber ancestral feminino e seus mecanismos rituais, tais quais são expressos e elaborados simbolicamente (...) nas comunidades, grupos ou associações que se qualificam a si mesmos de *Nàgó* e que a etnologia moderna chama de *Yorubá* (BENISTE, 1997, p.13).

Nesta oportunidade, selecionamos as gravuras da artista visual Rosana Paulino, brasileira, especialista em gravuras para tecer interpretações a respeito desse feminino emanado de memórias e ancestralidade fonte epistemológica de construção e interpretação de mundos, signos, símbolos apresentados em mitos narrados pelas mais velhas e mais velhos, sabedoria da tradição oral e mítica, retratados pelas gravuras que trazem uma relação direta do corpo feminino com as plantas e árvores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionadas as gravuras que compõem o trabalho artístico da artista visual brasileira Rosana Paulino, que também se dedica a diferentes mídias como desenho, escultura e vídeo. De acordo, Marina Teixeira et al (2021), “é considerada como um divisor de águas na produção visual afro-brasileira ao trazer questões relacionadas a gênero para essa área, além de destacar aspectos da cultura negra nas periferias das grandes cidades”.

A obra, em especial, as Telas 01 e 02 selecionada para este trabalho, faz parte da série Jatobá, lançada no ano de 2019 e que da série “Senhora das plantas”, lançada no ano de 2015, respectivamente. Essas séries compõem o livro “Búfala e Senhora das plantas”. Faz parte da série de desenhos em aquarela, momento em que a artista propõe uma descolonização imagética, evidenciando a memória das mulheres negras no Brasil como fonte de uma tradição ancestral que unifica a mulher, a natureza, a cultura e seu poder de ressignificação, construção, produtividade e fertilidade.

Nas referidas telas tem-se a imagem da mulher associada à árvore, as plantas. A mulher é ao mesmo tempo corpo e árvore, estabelecendo uma relação com os ancestrais e que traz também, uma representação do ventre e da grandiosidade da força vital feminina, Irinéia Santos (2008). Uma força que após ser restituída se expande e garante a continuidade, retratada por Paulino, através da árvore Jatobá, que toma forma feminina trazendo referências a este sagrado que é o princípio e a força do feminino, fonte das mulheres para enfrentamento de todas as adversidades provocadas por uma sociedade estruturada no racismo e sexismo.



Tela 01 – Série Jatobá, 2019.

Fonte: <https://rosanapaulino.com.br/>, 2022.



Tela 02 – Série Senhora das plantas, 2015.

Fonte: <https://rosanapaulino.com.br/>, 2022.

A árvore na ancestralidade vivenciada no âmbito dos candomblés se torna *ojubó* - local de reverência ao poder ancestral feminino, das Mães ancestrais: As senhoras dos pássaros, do saber, das plantas, da cura, da vida. Que é pouso do pássaro sagrado, símbolo da vida, da força vital e resistência das mulheres negras, que sempre tiveram um traço distintivo de poder e liderança em seus espaços, comunidades e territórios. Condição que nos faz referenciá-la como símbolo de evolução cósmica, Chevalier & Gheerbrant (1997); de continuidade da existência e relações entre os seres de mundos diversos.

Daniela Cassinelli faz uma leitura pertinente sobre essa série de Rosana Paulino em destaque, na qual enfatiza que essa “imagem simbiótica da mulher-árvore (...) aparece como potência sensível que põe em xeque as dicotomias perpetradas pelo pensamento dominante ao longo da tradição filosófica ocidental – como os binômios mente-corpo, natureza-cultura, sujeito-objeto” (Id., 2022, p. 2). De acordo a autora, essa estrutura do pensamento ocidental dualista reatualizado ao longo da história está na base do colonialismo questionado por Paulino na certeza de que “imagens curam imagens”, (Rosana Paulino apud CASSINELLI, 2022, p. 5).

Com isso, Rosana ressignifica a experiência e trajetória dos povos negros no Brasil, em especial das mulheres negras, colocando em evidência a epistemologia de legado africano em suas obras. Tal qual faz também na série “Senhora das plantas”, conforme pode ser observada na Tela 02. Nota-se que Paulino, nesta série, retrata a relação da mulher com a terra, à cura, ao alimento, às raízes, à mãe que nutre e cura. Nesse sentido, a planta associada a mulher em um complexo imagético interpretado segundo as construções sociais de uma episteme ancestral africana e afro-brasileira. O princípio ancestral da coletividade presente nas sociedades que trazem legados africanos foi acionado quando da necessidade de memorizar em conjunto. A memória alimenta o grupo com estruturas míticas possibilitando o desempenho de funções de fundamentações para o grupo, o qual utiliza para basear a sua construção identitária. Essa história comum pode ser simbólica, assim como, pode ser acionada, a sua origem comum, para demarcar uma fronteira entre um grupo e outro, Sodré (1983).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das imagens nos faz perceber que a memória de um feminino retratada, considerando que a concepção de feminino acontece de forma relacional partindo sempre de um contexto sociocultural. Desta forma, o texto alcançou a produção de uma memória do feminino construída a partir de ressignificações ancestrais mitológicas. Neste sentido, a história vivida pelos povos negros onde se apoia suas



memórias, possibilita a construção de narrativas de uma consciência histórica do feminino com problematizações envolvendo, entre outros fatores: a diversidade da experiência feminina nas diferentes sociedades vivenciadas. Compreendemos, assim, a subjetividade da memória nesta produção, envolvida em uma complexidade histórica provocada pela diáspora forçada dos povos africanos no Brasil, como sendo um elemento capaz de revelar uma riqueza cultural ancestral e uma diversidade epistemológica de sentidos e significados do feminino.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **Religiões Africanas no Brasil**: Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações. 2º vol. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

BENISTE, José. Òrun Àiyè: encontro de dois mundos – O sistema de relacionamento Nagô-Yorubá entre o céu e a terra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASSINELLI, Daniela. Por uma outra imagem do humano: a série Jatobá de Rosana Paulino como exercício de descolonização imagética e epistêmica resumo: neste breve ensaio, 2022. **Revista Desvio**. Vol. 7, n. 1 (Edição Especial IV PEGA). Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, 2022. p.39-52. Disponível em: revistadesvioblog.files.wordpress.com/2022/08/220801_desvio_ed.-pegavirtual_fb_v1_reduzido.pdf Acesso em: 25 de novembro de 2022.

CHEVALIER, J. GHEERBRANF, A. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1997.

CONCEIÇÃO, Joanice Santos. **Duas metades uma existência**: produção de masculinidades e feminilidades na Irmandade da Boa Morte e no Culto a Babá Egun. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC-SP, 2011.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba. Editora Gráfica Popular, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Alves. Atravessamentos pós-coloniais, imagens e memórias: sobre os Filmes negros, de Mônica Simões, e Travessia, de Safira Moreira. p. 75-98. In. FARIAS, Edson et al. **Memória e imagens**: entre filmes, séries, fotografias e significações. 1. ed. Jundiaí-SP: Paço, 2020.

Santos, Irinéia M. Franco dos. Iá Mi Oxorongá: As Mães Ancestrais e o Poder Feminino na Religião Africana. **Sankofa**. São Paulo, 1(2), 2008. p. 59-81. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88730/91627>Acesso: 25 de novembro de 2022.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida** - Por um Conceito de Cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

TEIXEIRA, Marina Dias et al. **Rosana Paulino: ciência e arte**. Programa Transa Marieta. Ano 2, episódio 13. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/22.087/8343?page=3>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

MULHERES NEGRAS HISTORIADORAS: INTERSECCIONALIDADE PARA UMA (IN)DISCIPLINA DA HISTÓRIA

Simpósio Temático

Bianca Marlene da Silva
professora SEE/MG
Mestranda no Programa de Pós Graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora

bianca.silva@estudante.ufjf.br

RESUMO

Este trabalho, fruto da pesquisa de Mestrado em andamento “Entre cânones e encruzadas: historiografia brasileira a partir da autodefinição de historiadoras negras (1980-1988)”, propende analisar a produção historiográfica negra e feminina no Brasil, sobretudo durante a segunda metade do século XX. A delimitação por estes anos acontece principalmente devido às transformações históricas e historiográficas no Brasil e no mundo: a abertura dos cursos de Pós Graduação junto à inserção da população negra nos programas de Mestrado e Doutorado nas Universidades brasileiras; as gerações de historiadores e historiadoras brasileiras propondo uma (re)escrita da História da escravidão e pós abolição através das aproximações com a História Social; a formação do Movimento Negro Unificado (MNU) e as transformações sociais e epistemológicas decorrentes dos movimentos negros, feministas, marxistas e decoloniais. Portanto, este trabalho tem como principal objetivo trazer algumas reflexões obtidas através dos resultados parciais da dissertação de Mestrado com a finalidade de pensar a relação entre sujeito e produção de conhecimento afim de compreender como (e se) os marcadores sociais da diferença (LIMA, 2018) interferem o modo que olhamos e analisamos o passado histórico, sobretudo a partir da produção historiográfica de historiadoras negras brasileiras.

Palavras-chave: teoria da história, epistemologias decoloniais, gênero, raça, interseccionalidade

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui através das palavras de Glória Anzaldúa (1980) quando questiona: “Por que sou levada a escrever?”. Através da escrita da teórica, constituem os interesses neste objeto de pesquisa, considerando o instante que estes silêncios passaram a ser marcadores em minha trajetória e minha formação enquanto historiadora e mulher negra. Por isto é proposta essa narrativa em primeira pessoa (XAVIER, 2019), pois através do silêncio; da ausência, da fala silenciada (PIECADE, 2017) comecei, desde à graduação me fazer alguns questionamentos, como: Onde estão as historiadoras negras na história da historiografia brasileira? E logo, é possível pensarmos em epistemologias feministas e decoloniais a partir dos marcadores sociais da diferença (LIMA, 2018), tal qual o gênero, a raça, a sexualidade, a classe, etc, que marcam nossos corpos? Qual a relação entre o *sujeito pesquisador* e sua *produção de conhecimento*? Qual seu corpo, sua territorialidade, seus interesses?

Através destes e outros questionamentos chego ao interesse em investigar a relação entre mulheres negras e a História. Agora, ingressa ao Mestrado, dando continuidade à investigação para pesquisar a produção de conhecimento mulheres negras dentro do ofício da História. Logo, o presente trabalho se desenvolverá em torno da pesquisa sobre a presença de historiadoras negras e suas produções de conhecimento na história da historiografia brasileira.

É notório que, no tempo presente, sobretudo após a implementação da política de cotas nas Universidades aumentaram as estatísticas de mulheres negras na Graduação e Pós Graduação em História. Todavia, estas indagações direcionaram para o problema que delimita esta pesquisa: Sabemos que hoje há um número considerável de mulheres negras produzindo conhecimento histórico, todavia, a presença deste grupo vem de agora? Historiadoras negras se inseriram à geração de historiadores preocupados em analisar o passado histórico através de questões sociais como a raça e a classe em um momento histórico nacional e mundial em que, além da fomentação dos movimentos sociais – tais como a formação dos movimentos negros e feministas –, houve a reestruturação dos cursos de Pós Graduação do Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990? Onde estão as historiadoras negras durante as transformações históricas e epistemológicas ocorridas durante o início da segunda metade do século XX?

A partir da década de 1970, permeada pelo contexto da ditadura civil-militar no Brasil marca também o ingresso de negros e negras nos cursos de Pós-Graduação, onde foram excepcionais para contribuir com a nova geração de teóricos – sobretudo historiadores, que Hebe Mattos escreve. Neste cenário, as historiadoras negras reverenciadas neste trabalho, tal qual Beatriz Nascimento e Lélia González se colocam,

enquanto historiadoras que marcam este período histórico, tanto na produção teórica, quanto na militância desde à fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978.

Posto isto, é colocado o objetivo central deste trabalho: Identificar de que modo os marcadores sociais como o gênero e a raça, a partir da categoria de interseccionalidade (CRENSHAW, 2004), influenciaram a produção historiográfica de historiadoras negras e como ocorreu suas inserções e diálogos com a historiografia brasileira e os movimentos negros e feministas durante as décadas durante a segunda metade da década de XX. que como trazido por Lélia González, têm nome e sobrenome: Lúcia Helena Oliveira Silva (PUC Minas), Martha Rosa Figueira Queiroz (UFPE), Eleonara Ziari Costa de Brito (CEUB), Rosângela Janja Costa Araújo (UFBA). Somando-se à Lélia González e Beatriz Nascimento, são estas as sujeitas propostas para esta pesquisa: mulheres negras, historiadoras de profissão e que interpretaram a escrita da História do Brasil através de seus olhares de gênero e raça.

MÉTODO

A metodologia utilizada para analisar este período histórico foi a análise de fontes, através dos jornais deste período. Seja para o mapeamento das sujeitas aqui pesquisadas ou para compreender e analisar o momento histórico delimitado. Utilizei da chamada Imprensa Negra Alternativa, ou seja, jornais alternativos produzidos pela população negra organizada no Brasil, enquanto metodologia de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A segunda metade do século XX como um todo traz transformações históricas e epistemológicas dentro e fora do campo da teoria. Os movimentos feministas se reorganizam trazendo questões como o gênero enquanto uma categoria de construção social – e não mais visto através de um binarismo biologizante como visto até décadas anteriores – e também enquanto uma categoria de análise histórica, como aponta a historiadora feminista Joan Scott. No campo das sexualidades e identidades de gênero vêm se organizando também durante este período, consolidando o que posteriormente vinha a se consolidar como o movimento LGBTQIA, visto no plural, trazendo discussões e políticas públicas para todas as pessoas e não mais apenas para homossexuais cisgêneros masculinos como era posto no início do movimento.

Por fim, os movimentos negros gerando a formação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil em 1978, onde muitas das historiadoras aqui pesquisadas se inseriram junto ao movimento de mulheres, que durante este período era formado majoritariamente por uma branquitude (BENTO, 2002) cisgênera e de classe média,

não contemplando a pluralidade de mulheres presentes em território brasileiro. Muitas mulheres negras, tal qual as sujeitas desta pesquisa, durante o período foram à jornais e se organizaram em movimentos de mulheres negras para fomentar a importância de uma diversidade do movimento feminista. Desta forma, durante a década de 1980 se consolida no Brasil, fruto destas reivindicações, o movimento negro feminista.

Como posto acima, utilizo de dois principais aportes teóricos: a (in)disciplina da história e o pensamento feminista negro, considerando uma análise interseccional. Para pensar a indisciplinarização da História, utilizo de pesquisadores da teoria da história crítica, como Marcello Assunção, Maria da Glória Oliveira, Rodrigo Turin, etc. Estes pesquisadores trazem a importância de analisar a escrita da história criticamente, considerando as relações de gênero, raça, classe, sexualidades, etc.

Já o pensamento feminista negro utilizo a produção de pesquisadoras negras que evidenciam os feminismos enquanto categoria de análise, onde utilizamos da escrita em primeira pessoa – ou, como trazido por Conceição Evaristo, nossas *escrevivências* – para uma autodefinição. Ou seja: quando historicamente o racismo científico nos definiu enquanto “Outro”, o pensamento feminista negro, sendo este o movimento de mulheres negras produtoras de conhecimento, dentro e fora dos ambientes acadêmicos, passa a se autodefinir e escrever se colocando enquanto sujeito e não mais como objeto. Pois, como trazido pela historiadora negra Giovana Xavier: “você pode trocar mulheres negras como objeto de estudos por mulheres negras contando sua própria história.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, finalizando esta escrita, é posto o modo que pensar em epistemologias feministas e comprometidas com o antirracismo e a antilgbtqiafobia é fundamental para a construção das produções de conhecimento. Compreendendo aqui epistemologia enquanto campo e produção de conhecimento, as historiadoras aqui pesquisadas nos lembram a importância de outras produções para além do “oficial”, que sempre ocuparam as estantes das bibliotecas ou as grades curriculares enquanto grandes “cânones” da produção de conhecimento.



REFERÊNCIAS

ANZALDUA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo (trad. Édna de Marco). Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229236, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva; **CARONE**, Iray. Branquitude – o lado oculto do discurso sobre o negro. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Bento Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CASTRO, Hebe. História Social. In: **CARDOSO**, Ciro Flamarion e **VAINFAS**, Ronaldo. Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Soc. estado.[online]. 2016, vol.31, n.1.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. Vol 04, N. 02. Cadernos de Gênero e Diversidade. Abr. - Jun., 2018.

PIECADE, Vilma. Dororidade... o que é? Ou o que pretende ser? #PartidaFeminista – Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <<https://partidanet.wordpress.com/2017/05/19/dororidade-o-que-e-ou-o-que-pretende-- ser/>>

FONTES

Acervo “Negritos”. Disponível em: <www.negritos.com.br>

SER MÃE DE SANTO DE UMBANDA: UMA HERANÇA ESPIRITUAL QUE NÃO TEM PREÇO

Comunicação oral

Idália Lino dos Santos (PPGREC-UESB)
idalia.lsantos@gmail.com

Marcos Lopes de Souza (UESB)

RESUMO

Este trabalho discute a trajetória de uma mulher negra e interiorana, em sua construção identitária, enquanto líder de uma religião de matriz africana. Mãe Dete trabalha há mais de 50 anos como mãe de santo da Casa de Oração São Francisco de Assis em Jequié (BA) e, desde, mais jovem tinha vidências de espíritos de caboclos e pretos velhos. Por meio de entrevistas narrativas realizadas com ela, também percebemos que Mãe Dete recebeu esta herança espiritual da velha Maria Cota, de Nazaré das Farinhas (BA), que foi sua madrinha, ainda na infância. Ao longo dessas décadas, Mãe Dete tem exercido sua missão espiritual com dedicação e com apoio de boa parte de seus familiares.

Palavras-chave: Umbanda, Madrinha, Mãe de Santo, Matriarcado.

INTRODUÇÃO

A umbanda é uma religião afro-brasileira formada por meio do encontro de outras perspectivas religiosas de matrizes africanas (como banto, jeje, angola e nagô), o sincretismo ameríndio e o indo-europeu, o catolicismo e o kardecismo, constituindo-se de uma religião nascida, no Brasil, e pautada nas diversas práticas cultuadas pelos modelos religiosos já existentes (NEGRÃO, 1994; JORGE, 2013).

Não há um consenso sobre as primeiras manifestações da umbanda. De acordo com alguns autores(as), a umbanda surge das religiosidades espirituais dos(as) negros(as) e brancos(as) pobres, realizados, de início, no ambiente rural e que eram nomeadas de macumba, mas que, devido ao estereótipo negativo a que era associada, passaram a nomeá-la de umbanda. A macumba já acontecia desde o século XVIII.

Também há uma corrente que data o surgimento da umbanda a partir de uma dissidência do espiritismo que rejeitava a presença de espíritos de pretos velhos e caboclos, por considerá-los inferiores. Nesta perspectiva, data-se a fundação da Umbanda em 1908 pelo caboclo das Sete Encruzilhadas que se manifestou através do médium Zélio Fernandino de Moraes, no Rio de Janeiro (PRANDI, 1990; JORGE, 2013).

É importante destacar que a umbanda apresenta uma multiplicidade, evidenciando que há diferenças nos seus ritos, embora compartilhem alguns princípios, como a caridade e a inclusão de todas as pessoas, indiscriminadamente (NEGRÃO, 1994; BARROS; BAIRRÃO, 2015). Sobre essa diversidade, Birman (1983, p. 26) nos diz que: “Entre os terreiros são encontradas diferença sensíveis no modo de se praticar a religião. Tais diferenças, contudo, se dão num nível que não impede a existência de uma crença comum e de alguns princípios respeitados por todos”.

Reconhecendo a importância dos terreiros de umbanda em nosso país, inclusive na Bahia, neste trabalho apresentaremos e discutiremos a trajetória de uma líder religiosa de um terreiro de umbanda, localizado na cidade de Jequié (BA), focalizando para a sua produção enquanto mãe de santo. Neste texto, apresentaremos os resultados parciais desta pesquisa que se encontra em andamento junto ao Programa de Pósgraduação *Stricto Sensu* em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB.

MÉTODO

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, apoiaremos na investigação de cunho qualitativo. Nesta perspectiva de pesquisa, nos interessam as perspectivas das(os) participantes, suas subjetividades, seus processos de construção e entender os fenômenos sociais “de dentro, ficando atentos para não nos prendermos a obtenção de respostas imediatas (FLICK, 2009).

A escolha pela Casa de Oração São Francisco de Assis se deu pelo fato de a autora e o autor serem médiuns da casa há, aproximadamente, 20 anos. Além do que, a liderança deste terreiro, Mãe Dete, tem uma trajetória de mais de 50 anos como mãe de santo, tendo auxiliado um número expressivo de pessoas, na região de Jequié (BA). Ressaltamos que esta pesquisa foi aprovada pelo Parecer Consubstanciado número: 5.996.284 do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por trabalhar com a pesquisa narrativa, pois, diante ainda de um cenário pós-pandêmico, o terreiro ainda não se encontra aberto para a comunidade, restringindo as sessões espirituais apenas para as(os) médiuns da casa e auxiliares. Assim, com a pesquisa narrativa, buscamos trazer à tona as histórias sobre a trajetória de liderança da mãe de santo da Casa de Oração São Francisco de Assis, rememorando as lembranças mais significativas vivenciadas no terreiro, tanto por parte dela quanto das(os) participantes da casa (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002).

Até o momento foram realizadas duas entrevistas narrativas com a mãe de santo. Ela foi esclarecida quanto aos procedimentos éticos da pesquisa e concordou em participar assinando também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram feitas tendo algumas questões norteadoras (mas evitando o esquema pergunta-resposta pré-estruturado), foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Neste trabalho, apresentaremos algumas análises dessas entrevistas com base em referenciais dos estudos de gênero e de religiosidade afro-brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mãe Dete, a líder religiosa da Casa de Oração São Francisco de Assis nasceu em 1937, na cidade de Jequié (BA). Entre os anos de 1970, ela iniciou os trabalhos espirituais em sua casa. Os primeiros sinais da incorporação vieram quando ela estava visitando sua mãe, em Medina (MG). A mãe dela tinha um terreiro de umbanda e, semanalmente, havia os trabalhos espirituais, mas Mãe Dete não se interessava e não participava, até que em um dia, sem esperar, ela sente os primeiros sinais.

Estava a reunião muito bonita, as médiuns lá, tudo cantando aqueles ponto muito bonito, aí eu cheguei assim. Estava sentada na sala, mas me deu um pranto de choro, um pranto de choro que aquele choro vinha assim de dentro. Aí o Velho Cosme disse: “Fala com a menina que tá chorando pra ela vir aqui”. Aí quando eu cheguei, o Velho pegou na minha mão e falou assim: “Olha, está chegando à época, viu, de você desenvolver pra você trabalhar na sua cidade. Você vai ajudar muita gente, muita gente mesmo”. Eu fui e respondi pro Velho Cosme¹: “Eu não quero saber disso, eu não quero não, meu irmão, de jeito nenhum”. Ele ainda me respondeu, falou assim: “Vem cá, você quer trabalhar para ajudar as pessoas ou quer ficar doente em cima de uma cama”? Eu falei para o Velho Cosme: “Que nem era uma coisa, nem outra. Nem doente, nem trabalhar”. Aí o

1 Guia espiritual que era incorporado por uma das médiuns do terreiro da mãe de Mãe Dete. O Velho Cosme é um general que vem da falange de Ogum.

Velho Cosme: “minha filha, o que Deus dá, ninguém pode tirar. Se Deus está lhe dando esse dom, você vai receber seus guias, sua preta velha e vai ajudar muita gente na cidade onde você mora em Jequié”. Oxente, não deu outra. Aí pronto, passou. Quando foi novamente, que eu fui lá, tornei sentir aquela energia forte, aquela energia que vinha, aquele choro, aquele choro, aquele choro. Aí foi quando não teve jeito, o jeito que teve foi eu desenvolver. Vamos desenvolver. Eu não podia ir pra lá por causa dos meninos que estudavam, tudo pequeno. Vinha uma médium, ficava dois meses aqui em casa, vinha outra ficava, ficou assim trocando até quando chegou a época de confirmar os guias. Aí confirmei. Ele me deu ordem. Aí peguei, fui trabalhar, eu podia trabalhar. Eu ainda falei assim: “Oh marinheiro e Velho Cosme, eu só não quero trabalhar igual o marinheiro trabalha. Mãe pega gente da rua, doido, louco e bota aqui dentro de casa”. Oh, minha filha, foi eu falar, a primeira pessoa que veio pra mim rezar foi uma pessoa doida, louca. Aí, eu rezei essa mulher, a mulher ficou boa. O boato começou a correr, correr, correr, aí pronto (Entrevista com Mãe Dete realizada em 29 de março de 2023).

Percebemos no relato de Mãe Dete que ela não desejava seguir a espiritualidade, mas como disse o espírito do Velho Cosme, ela não tinha escolha, pois era o seu caminho e, caso recusasse, ela acabaria adoecendo. Apesar de sentir a manifestação dos espíritos neste período, o seu caminho com a espiritualidade vem de longa data.

Ainda criança, Mãe Dete morava em um distrito de Jequié, chamado Baixão, onde sua família tinha um hotel que recebia muitas pessoas. Outro aspecto relevante da trajetória de liderança de Mãe Dete é que desde mais jovem ela já tinha contato com a espiritualidade. Ela via os guias espirituais como caboclos e pretos velhos, mas ninguém da família dava credibilidade, entendendo que era apenas imaginação dela.

Neste período da infância, ela também tem contato com uma velha, chamada Maria Cota, que tinha vindo de Nazaré das Farinhas (BA). A velha lhe disse que não fazia mal para ninguém e contou que a mãe e o pai dela haviam morrido, que quando vivos eram curandeiros e que ela também trabalhava como curandeira. A família de Mãe Dete passa a ajudar essa velha com comida e roupas, cama e cobertor e a menina Dete se encanta cada dia mais com Maria Cota, inclusive escolhendo ela para ser sua madrinha de crisma, mesmo com o descontentamento de sua mãe e de seu pai.

Em agradecimento por tudo que a menina Dete havia feito por Maria Cota, a velha prometeu a ela que lhe deixaria uma herança. Na ocasião, Dona Almerinda, mãe de Mãe Dete chama atenção da menina dizendo que a velha não tinha bens e que não teria como herdar nada dela. Anos mais tarde, quando a velha já havia falecido, Mãe Dete entende que a herança era a sabedoria ancestral africana e a espiritualidade que lhe orientaria nos trabalhos espirituais. Inclusive, essa velha se tornou a mentora da Casa de Oração de São Francisco de Assis. Ela é a preta velha que comanda os trabalhos e que passa a se chamar Maria Nagô ou Titia Nagô de Nazaré.

Uma questão que chama nossa atenção é que a velha Maria Cota, hoje Maria Nagô, escolheu outra mulher negra, ainda criança, para continuar seu legado espiritual. Nas religiões de matriz africana, incluindo a umbanda, é notável a grande presença das

mulheres como lideranças religiosas, contrapondo a herança colonial, patriarcal, branca e eurocêntrica em que as histórias de muitas civilizações foram escritas e contadas por homens e para homens, relegando as mulheres, muitas vezes, o posto de figurantes, apagadas e silenciadas (MARTINI; AHAULLI, 2021).

Em seu livro, *A cidade das mulheres*, Ruth Landes (2002) dizia que as mulheres são sagradas e seriam as mais preparadas e escolhidas para serem as sacerdotisas de algumas das religiões de matriz africana, pois elas não teriam o “sangue quente” como o dos homens. Inclusive, em algumas nações de candomblé, como os iorubás, até algum tempo, apenas as mulheres poderiam incorporar os orixás e serem as intermediárias entre os humanos e os deuses. Algumas mães de santo nem desejavam se casar para que pudessem se dedicar ao terreiro e a sua herança matriarcal.

No caso de Mãe Dete, ela nos relatou que seu marido nunca interferiu ou prejudicou seu sacerdócio, ao contrário, ele tinha muito respeito para com a espiritualidade. Da mesma forma, quase todas(os) as(os) filhas(os) a apoiam, embora, até o momento, nenhum(a) delas(es) tenha interesse em dar continuidade aos trabalhos espirituais.

REFERÊNCIAS

BARROS, Mariana Leal de; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Performances de gênero na umbanda: a pombagira como interpretação afro-brasileira de “mulher”? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 62, p. 126-145, 2015.

BIRMAN, Patrícia. **O que é Umbanda?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Artmed, Porto Alegre, 2009.

JORGE, Érica Ferreira da Cunha. Umbanda: a problemática questão de suas origens, o arranjo de sua cosmovisão. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 41, p. 153-164, 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva. 2 ed. revisada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MARTINI, Gerlaine; AHAULLI, Iyaromi Feitosa. Mulheres de terreiro. **Revista Calundu**, v. 5, n. 2, p. 34-54, jul-dez, 2021.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 113-122, 1994.

PRANDI, Reginaldo. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. **Tempo social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 49-74, 1990.

FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E DOCILIZAÇÃO DO CORPO FEMININO: MULHERES COM BOLSONARO (MCB) E A DEFESA DE PAUTAS CONSERVADORAS NO CIBERESPAÇO

Pesquisa de Doutorado

Victoria Vicente Rodrigues Lopes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

lopesvvr@gmail.com
Nilton Abranches Júnior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O fundamentalismo religioso no Brasil como ação politizada cresce com entrada dos evangélicos na política. Estes vem mantendo postura reacionária ao debate de gênero e as políticas públicas destinadas às mulheres, a comunidade LGBTQIAPN+, negros e povos originários. Sob a imagem de um governo guiado pelos valores cristãos e em defesa da família tradicional, o movimento “Mulheres com Bolsonaro” surge em 2018 no Facebook, fazendo oposição ao “Mulheres unidas contra Bolsonaro”. Entendemos que as pautas do grupo estão embasadas no discurso fundamentalista religioso que atua docilizando o corpo feminino e conferindo-lhes papéis de gênero que foram histórica e culturalmente enraizados pelo patriarcado. Para isto, visitamos a bibliografia visando apresentar a discussão sobre o Fundamentalismo religioso e a construção de papéis de gênero. Entendemos que o ciberespaço promoveu essas discussões no Brasil, para isso utilizamos as redes sociais para o processo de investigação dos grupos antifeministas no Facebook e sua atuação nas redes. O objetivo deste estudo consiste em expor esses discursos, em uma tentativa de compreender como ocorre o controle e a dominação do corpo feminino pelos fundamentalista.

Palavras-chave: Fundamentalismo Religioso; Ciberespaço; Papéis Gênero.

INTRODUÇÃO

Castells (2002), em *A Sociedade em Rede*, alerta para um novo sistema de comunicação no século XX, universalmente interligado por redes interativas de computadores que moldariam a vida, oferecendo infinitas possibilidades. A luz da Geografia, entendemos o ciberespaço como uma dimensão da realidade complexa construída pela sociedade a partir de sua relação com a natureza, isto é, “ele não inaugura uma nova realidade, ele amplia o espaço da realidade que é única, potencializando o humano que o constitui” (Silva, 2013, p.47). As redes sociais, dessa maneira, amplificam e problematizam diversas questões relacionadas à sociedade, sendo possível encontrar usuários que transitam aleatoriamente em diversas crenças e até mesmo, entre aquelas contraditórias ou conflitantes entre si. É o caso do movimento “Mulheres com Bolsonaro”, no qual mesmo com declarações fundamentalistas, inclusive em relação às mulheres, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república no segundo turno das eleições, tendo o extensivo apoio de mulheres conservadoras. Compactuando com o pensamento fundamentalista, essas mulheres conservadoras aceitam o papel destinado para elas dentro desse sistema religioso e reproduzem os princípios do patriarcado. Dessa maneira, temos como objetivo compreender e expor como o fundamentalismo religioso sustenta os discursos e as pautas das mulheres bolsonaristas.

MÉTODO

Esse estudo está organizado em três partes: 1 – o que é fundamentalismo religioso?, 2 – Papel de gênero no fundamentalismo religioso e, por fim, Mulheres com Bolsonaro (MCB) e a sua atuação nas redes. Na primeira parte, “o que é fundamentalismo religioso?”, visamos apresentar o termo fundamentalismo religioso, para isto, as contribuições dos autores a seguir foram essenciais: da especialista em história das religiões, a inglesa Karen Armstrong (2009); a Prof. Dr^a em Ciências da Religião Sandra Duarte de Souza (2004) e a Dr^a em comunicação Magali do Nascimento Cunha (2020). Na segunda parte, “Papel de gênero no fundamentalismo religioso” realizamos uma breve investigação dos papéis estabelecidos a mulher pela bíblia. Contamos também com as contribuições essenciais do Sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998; 2012) e do filósofo francês Michel Foucault (1987). Por fim, em “Mulheres com Bolsonaro (MCB) e a sua atuação nas redes” tivemos em vista apresentar o surgimento do movimento em um contexto de ebulição de pautas conservadora no Brasil, e as pautas por elas discutidas no ciberespaço.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre o termo fundamentalismo, segundo Armstrong (2009), os protestantes americanos foram os primeiros a utilizarem no início do século XX, para se diferenciar dos protestantes mais liberais (acusados de distorcer a fé cristã). Após a Segunda Guerra Mundial, o fundamentalismo acompanha a expansão capitalista estadunidense se internacionalizando e penetra no protestantismo latino-americano, principalmente entre as camadas mais populares através da atuação de quatro grupos: as igrejas evangélicas, a igreja católica, ONGs/movimentos populares e o narcotráfico (Cunha, 2020). É importante enfatizar que o fundamentalismo, de acordo com Prazeres (2021), se trata de algo dissimulado em todas as culturas, explicitamente religiosas ou não, mas que se torna aparente quando os seus preceitos e verdades são de alguma forma abaladas.

Silva (2013b) aborda que nossa identidade de gênero foi construída historicamente com base em uma tradição patriarcal e de opressão das mulheres. Souza (2004) aponta que a religião possui papel importante na produção e reprodução simbólica das relações sociais de sexo.

Abaixo, apresentamos os quatro principais papéis atribuídos as mulheres pela Bíblia:

Quadro 1 – Papéis de Gênero conferidos pela Bíblia

Papel	Localização Bíblica	Citação	Outras implicações
Auxiliadora	Gênesis 2:18	“E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele”	<ul style="list-style-type: none"> - Eva criada para fazer companhia e auxiliar Adão em sua missão. - Criada a partir da costela de Adão - Adão é tido como o dominador, ativo e cuidador da terra.
Responsável pela queda do homem	Gênesis 3:12	“A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi”	<ul style="list-style-type: none"> - Como consequência do pecado, Deus multiplica as dores da concepção e de parto. – O desejo de Eva seria somente para o seu marido, e ele a dominaria. - Expulsão do Paraíso.

Pecadora com salvação	1 Timóteo 2:13-15	"Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação.	<ul style="list-style-type: none"> - Na epístola escrita por Paulo, ele orienta que, desde que tivesse filhos, a mulher possuiria salvação. - Não obstante, era preciso ter modéstia na fé, isto é, estar conforme os padrões morais e éticos da igreja, sem vaidades e com simplicidade. - Paulo não permitia que as mulheres ensinassem ou tivessem autoridade sobre os homens, elas deveriam aprender em silêncio e com humildade.
Submissa	Efésios 5:22-24	"Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos.	- Estabelece uma hierarquia na relação Homem – mulher. O homem, desta maneira, é a cabeça, como Cristo é o salvador corpo, o homem salva o corpo feminino das transgressões do pecado da queda, podendo salvá-la através da geração de filhos.

Fonte: Elaborado pelos autores

Assim, a delimitação dos papéis de gênero baseados no fundamentalismo religioso cristão tem forte influência na normalização de práticas que atentam para a subordinação das mulheres ao sistema patriarcal e pelo controle das ações, e também do corpo feminino. As estruturas de dominação, segundo Bourdieu (1998; 2012), resultam de um trabalho incessante e histórico de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos por meio de violência física e violência simbólica, é o caso de instituições como a família, Igreja, Escola, Estado. Sendo assim, entendemos a religião e a Igreja como um agente disciplinador do corpo feminino. A disciplina, de acordo com Foucault (1987), é interiorizada, sendo esta exercida fundamentalmente por três meios globais absolutos: o medo, o julgamento e a destruição. Por meio das técnicas disciplinares, os corpos são submetidos a um conjunto de dispositivos de poder e de saber. A mulher passa por um processo de docilização que tende a enquadrá-la desde muito cedo a ser uma boa esposa e uma boa mãe, a cuidar da casa e dos afazeres domésticos. Sendo assim, considerando as proposições de Foucault (1987) sobre corpos dóceis, isto é, um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado, considera-se a mulher como um corpo docilizado pela religião.

Em consonância como o cenário antifeminista, surge em 2018 o movimento "Mulheres com Bolsonaro" (MCB) em oposição ao movimento "Mulheres unidas contra Bolsonaro" (MUCB), conhecido pela mobilização que ficou marcada pelo jargão "Ele não". Já o MCB reúne apoiadoras do governo e da figura de Jair Messias Bolsonaro.

O movimento em questão possui diversos grupos no *Facebook* que levam o mesmo nome, sendo o “Mulheres com Bolsonaro

(OFICIAL)” o mais expressivo em números, composto por mais de 1 milhão de mulheres.

As principais pautas do grupo são relacionadas ao antifeminismo e de combate as “ideologias de gêneros”. Tem-se a concepção de que as mulheres (feministas) se vitimizam por não entender o seu papel estabelecido de apoiar os homens e que feministas reclamam de “barriga cheia”, visto que as mulheres conquistaram inúmeras facilidades em pouco tempo e em situações mais dignas que os homens. Compreendem o feminismo como um fenômeno de perversão das mulheres, estas e seu empenho em busca de libertação sexual e de seus corpos tem arruinado moralmente a imagem mulher. Desta forma, levando a um projeto de destruição da família, negligenciando a vida ao apoiar a descriminalização do aborto e se libertando do papel sagrado de esposa e mãe. Sobre o discurso cristãos e bolsonarista a respeito de “ideologia de gênero” entende-se por uma crítica a separação do sexo biológico da concepção de gênero, rechaçando a ideia de que o indivíduo constrói social e culturalmente a sua identidade de gênero. Consideram uma abominação, pelo viés bíblico, a concepção de gênero construída questiona e aponta imperfeições nas obras de Deus. Baseado em um discurso literal e descontextualizado da bíblia, as apoiadoras entendem haver um projeto de desmoralização do Brasil sendo executado pelos governos esquerdistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o caminho teórico desenvolvido nesse estudo, entendemos que o discurso fundamentalista religioso se guia em visão cristalizada de seu livro sagrado que não condiz com o contexto e com a realidade diversificada do Brasil no século XXI. Em busca de tomar para si o poder, recorre às conquistas das minorias (mesmo que poucas em relação ao longo caminho a percorrer) para pregar uma desmoralização do país, criando um pânico na população, majoritariamente considerada cristã. Nessas perspectivas, as mulheres docilizadas pelo fundamentalismo, recebem a missão de lutar com a desmoralização de seu próprio gênero. A religião atua naturalizando a subordinação das mulheres ao sistema patriarcal, tornando as tradições e convicções religiosas inquestionáveis. Dessa forma, o fundamentalismo religioso consegue exercer um domínio total sobre a mulher, a ponto desta se articularem de maneira a defender um sistema de crenças que aprisiona, domina e controla seu corpo de diversas maneiras, tudo em prol da salvação da família tradicional.



REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 583 p. Tradução de: Hildegard Feist.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 (1998). 160p.
CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 1 v.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul**: fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020. 62 p. Disponível em: <https://kn.org.br/noticias/fundamentalismo-crise-na-democracia-e-ameaca-aos-direitos-humanos-na-america-do-sul-e-tema-de-pesquisa-publicada-porkoinonia/7837>. Acesso em: 29 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p

PRAZERES, Alexandre de Jesus dos. Fundamentalismo, Bíblia e Relações de Gênero. **Revista Eletrônica Correlatio**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 63-85, 24 set. 2021. [Http://dx.doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v20n1p63-85](http://dx.doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v20n1p63-85). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/COR/article/view/1035949/7889>. Acesso em: 30 set. 2022.

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013b.

SILVA, Gustavo Vilella. A Violência de Gênero no Brasil e o Gemido das Mulheres Evangélicas. **Discernindo**: Revista Teológica Discente da Metodista, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 131-142, 31 dez. 2013b. [Http://dx.doi.org/10.15603/2357-7649/discernindo.v1n1p131-142](http://dx.doi.org/10.15603/2357-7649/discernindo.v1n1p131-142). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/discernindo/article/view/4773/4058>. Acesso em: 30 set. 2022.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 122-130, dez. 2004. [Http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2004000300014](http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2004000300014). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300014>. Acesso em: 30 set. 2022.

ST 14

A POTENCIALIDADE TRANSFORMADORA
DE CORPOS E EXPERIÊNCIAS LÉSBICAS
E MULHERES BISEXUAIS: DO
APAGAMENTO À VISIBILIDADE.



COORDENADORES
Zuleide Paiva da Silva
Simone Brandão Souza
Dayana Brunetto Carlin dos Santos

“PUTA QUE O PARIU, COMO É BOM SER SAPATÃO”: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE GÊNERO NO SLAM RESISTÊNCIA

Trabalho desenvolvido em disciplina de curso de Doutorado em Letras:
Linguagens e Representações (UESC)

Autor principal: Leonardo Silva Vieira
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Orientador: Anderson Lins
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Orientadora: Valéria Amim
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

leobdo22@hotmail.com

RESUMO

O presente ensaio apresenta um gesto de análise sobre os processos de constituição do gênero a partir do slam poesia da Paulina Turra¹, refletindo sobre movimentos de sentidos e constituição de subjetividades, pontuando as noções de feminilidades e os seus deslizes de sentidos na poesia tomada como *corpus* desta análise. As perspectivas teórico-metodológicas da Análise do Discurso (doravante AD) de linha materialista orientam as análises realizadas. Além disso, desenvolve-se um diálogo com perspectivas teóricas sobre questões de gênero e sexualidade, tomando como base Anderson Lins (2021, 2023), Mónica Fontana (2017), dentre outros.

Palavras-chave: Slam resistência; lesbianidades; Análise do Discurso; Gênero.

¹ Disponível em < <https://fb.watch/ISV76Wlh9A/?mibextid=v7YzmG> > página oficial do Slam Resistência no facebook, publicado em 18 de setembro de 2017.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio apresenta um gesto de análise sobre os processos de constituição do gênero a partir do slam poesia da Paulina Turra², refletindo sobre movimentos de sentidos e constituição de subjetividades, pontuando as noções de feminilidades e os seus deslizes de sentidos na poesia tomada como *corpus* desta análise.

Antes, é importante pontuar o que é o Slam. Em linhas gerais, trata-se de poesias faladas, em que os poetas (também chamados de slammers) batalham em lugares públicos, especialmente em praças, utilizando a voz e o corpo. Sem intentar restringir esses movimentos, é perceptível que as temáticas das poesias apresentam debates sobre questões sociais envolvendo subjetividades dissidentes, identificações postas à margem no processo histórico, a saber, questões raciais, de gênero, sexualidade, dentre outros. Sendo assim,

Paulina Turra faz parte do Slam Resistência, que desde 2014 realiza eventos em São Paulo, principalmente na praça Roosevelt. O slam Resistência trata-se de “um dos mais famosos *slams* graças à divulgação de seus vídeos na rede feita pelos organizadores da batalha, além de não aceitarem qualquer interferência midiática nem governamental, comportando-se como o *slam* mais radical nesse sentido” (POSSIGNOLO, 2019, p. 16). Não há um título para a poesia tomada para análise tanto na publicação na página do Slam Resistência, quanto em outras plataformas em que o vídeo foi compartilhado, contudo, a temática está voltada para lesbianidade, questões sobre heteronormatividades e padrões de gênero.

Portanto, o objetivo do presente trabalho está centrado no intento de desenvolver uma análise discursiva da poesia da Paulina Turro, evidenciando o slam enquanto movimento discursivo ligado aos processos de resistências no sujeito, capaz não de posicionar-se fora da ideologia (afinal, o sujeito não é origem do dizer), mas sim de desfazer as evidências, produzindo outros sentidos e questionando discursos essencialistas, excludentes das ideologias dominantes.

MÉTODO

Pensar sobre processos de identificação/subjetivação, ou seja, sobre como nos tornamos sujeitos, exige apontar alguns pressupostos de Althusser (1999) acerca das categorias sujeito e ideologia, fundamentais para o viés da AD de base materialista.

Dentre as importantes proposições althusserianas, destaca-se a ideia segundo a qual o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, sendo esta uma prática

² Disponível em < <https://fb.watch/ISV76Wlh9A/?mibextid=v7YzmG> > página oficial do Slam Resistência no facebook, publicado em 18 de setembro de 2017.

repetitiva, ritualizada e inscrita em Aparelhos Ideológicos do Estado, portanto, historicamente concretas. Daí a ideia segundo a qual a ideologia não esconde, pelo contrário, evidencia.

Michel Pêcheux dá continuidade às elaborações teóricas de Althusser, considerando o discurso enquanto determinada forma de materialidade e pontuando que “a ideologia fornece as evidências pelas quais „todo mundo sabe□ o que é um soldado, um operário” (2014, p. 146). A AD, portanto, busca desfazer as evidências, refletindo sobre o modo como aquele discurso, tomado como evidente, pode ser outro e produz efeitos de sentidos em dadas condições de produção histórica.

As perspectivas teórico-metodológicas da Análise do Discurso (doravante AD) de linha materialista, “fundada no círculo de intelectuais em torno do filósofo francês Michel Pêcheux a partir de meados da década de 1960, prosseguindo, na França, até o começo da década de 1980 e em amplo desenvolvimento no Brasil até hoje (BECK e ESTEVES, 2012, p. 137) orientam as análises realizadas. Além disso, desenvolve-se um diálogo com perspectivas teóricas sobre questões de gênero e sexualidade, tomando como base Anderson Lins (2021, 2023), Mónica Fontana (2017), dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A poesia tomada como *corpus* apresenta como temática central questões envolvendo lesbianidade, portanto, englobando noções de gênero e sexualidade, trilhando por percepções essencialistas, para posteriormente consolidar outros sentidos através do discurso.

Como já mencionamos anteriormente, gênero interpela. A partir de enunciados que se baseiam no sexo, o gênero é constituído, interpela e produz o reconhecimento.

“é menino / é menina”. Tais enunciados consolidam perspectivas essencialistas do gênero, os quais tendem a amarrar sexo-gênero-sexualidade. Daí que “em nossa formação social, o gênero é percebido como essencialista, biologicista, como se o gênero nascesse junto ao indivíduo” (BORGES; LINS, 2023, p. 161). Dito isso, entende-se que nossos processos de subjetivações, ou seja, o modo como nos tornamos sujeitos se dá por meio de múltiplas determinações históricas. Essas considerações são necessárias para analisarmos o modo como se movimentam as construções discursivas de feminilidade no slam da Paulina Turra.

SD 1: *mesmo ela... Se estragando... Até que continua bonita.
Mas, essas combinações de roupa, não sei de onde que ela tira...*

No vídeo, é perceptível que ao reproduzir tais falas, ela utiliza um tom diferente daquele quando responde aos comentários, posteriormente. Ao declamar, Paulina

aponta para o seu corpo, evidenciando que é sobre aquele estilo de roupas que essas falas se referem, um corpo lido como feminino pela biologia, mas que se veste de modo dissonante, com roupas lidas socialmente como masculinas. A SD acima produz sentidos de gênero e sexualidade atrelada a tais perspectivas heteronormativas. “Se estragando”: o enunciado evidencia os sentidos dominantes de gênero, a ideia sobre normalidade e anormalidade, em que performar masculinidades quando se tem uma genitália feminina significa estar estragada, podre, fora da norma, ser anormal. São, portanto, excluídos dos normais, marginalizados, silenciados, separados dos “nãoestragados”, silenciados.

Após esses versos iniciais, a poesia se volta contra essas determinações perceptíveis nas SD 1 e 2. A entonação da slammer soa de forma mais imponente, com gesticulações mais fortes, resistentes. Aqui, portanto, cabe ressaltar que dialogamos com perspectivas de gênero que rasuram os essencialismos, como mencionamos anteriormente. Dialogamos com a ideia de que gênero é performativo, ou seja, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas (BUTLER, 2016) e prostético, a saber, não se dá senão na materialidade dos corpos produzida por uma máquina capitalista, industrial, farmacopornográfica (PRECIADO, 2014).

O que se busca evidenciar é que a interpelação ideológica é ritualizada, mas há falhas no ritual. Selecionamos alguns versos do poema que apresentam conteúdos discursivos em diálogo com essas perspectivas.

*SD 3: cada ponto da minha roupa é muito bem pensada, pra quem sabe
apreciar uma beleza não tão padronizada*

*SD 4: e com esse meu jeito esquisito, acham até que eu quero ser menino,
Mas, meu bem, a muito tempo que eu já superei isso*

As formações discursivas sobre perspectivas essencialistas do gênero aparecem na SD 3, contudo, com um deslize de sentidos. Estar fora da norma não dialoga com os sentidos de estar “estragando”, “feio” (este último aparece em outro verso do poema).

Evidencia-se que o sujeito se reconhece nessa “beleza não padronizada”, mas se desconhece do sentido que essa condição deve coloca-lo em lugar de subordinação. Reconhecer-se nessa beleza fora do padrão, performar o gênero em desacordo com as normatividades, significa subverter, refutar os discursos hegemônicos dos sentidos de gênero, que colocam as dissidências em posições de inferioridade. Percebe-se certa regularidade discursiva entre as SDs 3 e 4, com disputas de sentidos, desenhando percursos que envolvem a produção das evidências pela ideologia, o processo de reconhecimento do sujeito em determinado lugar, seguido de gestos de resistências e reelaboração de subjetividades..



Observemos o verso que finaliza a poesia, tomada como SD 5: *Putá que o pariu, como é bom ser sapatão*". O adjetivo "bom" opõe-se aos sentidos de marginalização construídos pelas perspectivas hegemônicas de gênero. Nessa ordem de pensamentos, os sentidos pejorativos presentes em formações discursivas vistas anteriormente, que evidenciam sentidos de conservadorismo, são ressignificados e movimentam-se para os sentidos de orgulho, resistência. Tem-se, portanto, sentidos de autoafirmação, um sujeito que se nomeia, que nomeia o seu corpo e faz movimentar as constituições de subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, observa-se como as SDs selecionadas apresentam diferentes sentidos de gênero e sexualidade, rasurando as costuras normativas sexo-gênero-desejo, evidenciando outras possibilidades de ser. A partir dos deslizos de sentidos que se movimentam como discursos de resistências, é plausível a ideia de que tais sentidos refutam perspectivas engessadas do sujeito do iluminismo, cartesiano. Moldam a ideia de que identidade não é essência, como vimos, e sim um processo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Sobre a Reprodução. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BECK, M; ESTEVES, P. M. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *Leitura, Maceió*, v. 2, n. 50, 135-162, jul./dez. 2012.
- BORGES, Pedro; LINS, Anderson. No entremeio dos sentidos de gênero, raça e sexualidade: a construção discursiva da masculinidade negra gay em *Madame Satã* (2002). *Heterotópica*, v. 5; n. 1, jan.-jun. 2023.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: *Littera online*, v. 9, n. 17, 2018, p. 124-145. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378>. Acesso em 4 mar. 2023.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, v. 19, 1990, p. 7-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em 22 de junho de 2023.



POSSIGNOLO, Giovana de Souza. **Direito à cidade e as lutas por reconhecimento: uma abordagem sobre o Slam Resistência**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RODRIGUES, Anderson Lins. **Subjetividades em trama, corpos em transe**: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades / Anderson Lins Rodrigues. – Recife, 2021.

SOUZA, Andreza Shirlene; AZEVEDO, Nadia Pereira; DE CASTRO ALBUQUERQUE, Fernanda Viana. Slam: uma análise do discurso por meio das formações ideológicas e discursivas. **Revista Letras Raras**, v. 11, n. 3, p. 60-76/Eng. 58-72, 2022.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. "Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. In: Conexão Letras, Porto Alegre: UFRGS, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs>

**“SIM! É ISSO MESMO QUE VOCÊ OUVIU:
EU SOU MULHER, POETA E
SAPATÃO!”**

Maria Lizandra Mendes de Sousa
CAFS/UEP
marializandra1626@gmail.com

Daniele da Silva Fébole UEM

Leonardo José Freire Cabó Martins
CAFS/UFPI

RESUMO

Odiava ser chamada de “sapatão”, porque além de me colocarem na categoria de “*Quer ser um homem*”, diziam também da minha orientação sexual que eu não queria que fosse exposta, pelo menos não pelas/os outras/os! Todavia, foi exatamente pelas violências destinadas ao meu corpo sapatão que ousei constranger, até mesmo na escrita, quem um dia teve a audacidade de me ferir, roubar a minha dignidade e minha identidade e me constranger por algo tão íntimo. O objetivo desse texto é relatar, por meio de memórias-experiências-vivências de si, os acontecimentos que marcaram o corpo de uma mulher sapatão acerca do reconhecimento/autoconhecimento de sua identidade/liberdade. Utilizamos como caminho metodológico os relatos de si, foto(s) e diários pessoais, bem como as vozes de corpo-vozes para construir leituras críticoanalíticas sobre a vida vivida. Percebemos que ser sapatão não está relacionado ao corte de cabelo, as roupas e os acessórios que usamos, o tênis que calçamos e as bocas que beijamos, embora também esteja. Ser sapatão é, pois, ser para si. Este ser para si é, também, ser em si sapatão. Ousamos, pois, questionar: Quem tem medo da escritarevelação de mulheres sapatões? Concluímos que as mulheres sapatões em tudo que é e faz, deixa rastros de sapatão, porque é sapatão o tempo todo e não apenas em recortes fragmentados do cotidiano.

Palavras-chave: Mulher sapatão; Identidade; Relatos de si.

“VOCÊ COM ESSE SHORT PARECE UM MACHINHO!”

Tinha acabado de almoçar no restaurante da Universidade. Estava me dirigindo ao banheiro quando, de repente, uma senhora que faz parte dos serviços gerais pergunta se poderia fazer um comentário. Eu, com meu corpo ferido e cansado, sentido que ali poderia sair ainda mais machucada, digo: “Depende! Esse comentário irá me ferir?”. Ela ouve a pergunta, mas não escuta o que eu digo. Ela não era uma funcionária nova no *Campus*. Entrei na Universidade no segundo semestre de 2018. Não era uma pessoa nova ali, nem mesmo para ela. Ela me cumprimentava todo santo dia quando me via. Algumas vezes, até conversarmos. Talvez isso tenha lhe dado a falsa liberdade de que meu corpo, e seu jeito de ser, poderiam ser objeto de indagações. Naquele momento, ela fez de conta que não havia entendido a minha pergunta, e prosseguiu com toda sua segurança de que era apenas uma opinião sem nenhuma outra pretensão, e disse: “Você com esse short parece um machinho!” Para além da infeliz colocação, ela ainda ria enquanto eu a encarava. Mesmo nervosa, respirei fundo e disse: “Você sabia que eu posso lhe denunciar?!”. Ela continuou sorrindo, e disse que Deus iria tocar no meu coração, porque ela não fez aquilo por mal. Foi apenas uma opinião!, repetiu. Pediu desculpas! Os pedidos foram aumentando quando ela percebeu que a situação, e o modo como o seu comentário inofensivo, poderia causar problemas para ela. Eu a deixei pedindo desculpas. Não olhei para trás. Entrei no banheiro, fechei a porta e fui escovar meus dentes (Diário pessoal, 2023).

A primeira vez que me identifiquei como sapatão foi em uma situação de violência. Já fazia três anos (2017-2019) que tinha, aos poucos, recusado a feminilidade que a me foi imposta. Cortei os cabelos. Comecei a mudar minhas roupas. Não usava mais adereços [brincos, por exemplo] e maquiagem. Calçava os meus lindos tênis. Isso foi o suficiente para que as pessoas dirigissem não apenas olhares, mas também suas falas pejorativas ao meu respeito e tudo aquilo que eu representava. “*Sapatão!*”, “*Sapatão!*”,

“*Sapatão!*”, “*Sapatão!*”, “*Sapatão!*”, “*Sapatão!*”, “*Sapatão!*”, era [e é] o que mais [sempre] ouvia. Comecei a deixar o silêncio conduzir os cursos da minha vida, criando os nós que tanto me sufocariam – e ainda me sufocam. Não percebia, Audre Lorde (2019), que os silêncios nunca iriam me proteger, ao contrário, criariam aberturas para a rejeição da minha própria identidade sapatão. Assim, odiava ser chamada de “sapatão”, porque além de me colocarem na categoria de “*Quer ser um homem*”, diziam também da minha orientação sexual que eu não queria que fosse exposta, pelo menos não pelas/os outras/os! As pessoas têm uma ideia enraizada sobre o que é ser uma mulher que se relaciona com outra mulher, e cada vez mais que eu me recusava a seguir as lógicas da heteronormatividade, bem como dos padrões de beleza e do que é ser mulher, quanto

mais eu fazia isso, mais me chamavam de sapatão. A rejeição abraçou e amarrou o ódio de ser um corpo estranho, indesejável e impossível. Pensei que na Universidade isso iria mudar, já que nesse espaço de alta produtividade acadêmica e do fazer científico as pessoas seriam abertas às diferenças e a diversidade. Seria, então, acolhida nas minhas individualidades, pensava eu! No primeiro dia que piso no chão universitário, os risos, falas e ações para com o meu corpo estranho começam a causar um profundo incômodo, percebo ali que, nem mesmo na Universidade, eu, e meu corpo, estaríamos seguros. As vivências no banheiro feminino acusavam meu corpo de não poder estar ali. Os corredores, em meio as meninas mais femininas com seus gritinhos e sorrisos, avisavam que meu corpo era indesejável naquele lugar. Os corredores com os grupos de rapazes diziam das ameaças silenciosas – que precisava apanhar ou experimentar eles e seus corpos – para deixar de ser uma aberração. Os guardas me davam medo, quando deveriam me fazer sentir segura e acolhida nas minhas diferenças. As pessoas me causavam constrangimentos sem qualquer culpa/remorso. Tudo na academia me dava ânsia. Recusei a minha identidade sapatão por muito tempo, mesmo sendo uma mulher sapatão. Todavia, foi exatamente pelas violências destinadas ao meu corpo sapatão que ousei constranger, até mesmo na escrita, quem um dia teve a audacidade de me ferir, roubar a minha dignidade e minha identidade e me constranger por algo tão íntimo. Eu concordo com você, Glória Anzaldúa (2000, p. 234): “Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles”. Escrevo com raiva e rebeldia! Ao mesmo tempo, o ato de escrever me convida a constranger os meus próprios demônios, e a sufocá-los, como eles me fizeram um dia. Foi na escrita que criei versos de afirmação e aceitação sobre quem eu sou. A escrita me provoca e convoca a me olhar com respeito e afeto. *“Sim, eu sou uma mulher sapatão”*, eis a afirmação mais corajosa e linda, e eu me recuso a deixar de ser, como diz Zuleide Paiva da Silva (2017). Assim, esse texto, ousa relatar, por meio de memórias experiências-vivências de si, acontecimentos que marcaram o corpo de uma mulher sapatão acerca do reconhecimento de sua identidade/liberdade.

“ELA SÓ É ASSIM PORQUE NÃO ENCONTROU O CARA CERTO!”

A escrita deste texto-sapatão é contribuída a partir do vasculhamento das memórias experiências, tecido em tessituras poéticas e gestado pelos fios do afeto por ser-em-si e para-em-si uma mulher sapatão. Escrevo, danço, faço poesia e ousa tecer coragem por meio dos relatos de si que você me convida a expor, Butler (2015). Relatar o que nos atravessa, revira e dilacera é, inclusive, reivindicar o direito de contamos aquilo que nos aconteceu, de conta a história por nós mesmas, sem atravessadores. Uso os diários pessoais e uma foto para recuperar os acontecimentos que marcaram

[e marcam] o meu corpo sapatão. Assim, este texto foi construído por intermédio dos fios violentos das palavras que são tidas por outras pessoas. É a partir dessas palavras/frases que ousou escrever os títulos das seções deste trabalho, de modo a remontar os atravessamentos inquietantes que outros sujeitos ousaram demarcar como possibilidade única para um corpo de uma mulher sapatão.

“ELA ESTÁ TRANSICIONANDO, NÉ?”

21 de abril de 2021. Tirei uma foto no celular da minha namorada. Assim como ela, consideramos a foto linda. Uma Liz que ousa brincar de ser livre. Ela perguntou se poderia postar nos *stories* do *Instagram*. Eu, sem pensar duas vezes, digo: “Oxente! Lógico que sim!”. E assim ela vez: postou a foto. Passaram uns poucos minutos quando um colega dela fez o seguinte comentário na foto: “Linda, ela tá em T?”. Talvez seja por conta do cabelo ou por causa dos pelos na minha axila exposta. Talvez meu corpo, que se reusa a seguir as verdades absolutas do que se espera de uma mulher, tenha bagunçado os neurônios do rapaz. Talvez sejam apenas as suas expectativas que se frustraram ao ver um corpo de uma mulher que tenha a coragem de brincar de ser livre e, com isso, não quis aceitar que uma mulher como eu poderia expor sua liberdade, afinal, mulheres não podem desejar caminhar nos ritmos de suas danças de ser para si. Não! Eu não transicionei! Mulheres que rejeitam as normas sociais impostas sobre o que é e o que podem acerca de si e de seus corpos não desejam transicionar, mas podem, se quiserem! Recusar tais perspectivas de ser não nos colocar na categoria “*Elas querem ser um homem!*”. O que queremos é vivenciar nossa feminilidade do nosso modo, jeito e forma. Sou uma mulher sapatão! Amo ser uma mulher sapatão! (Diário pessoal, 2021).



Ao passo que as memórias-experiências de vivências dilacerantes nos direcionam para os sentimentos violentos que nossos corpos experienciaram, também nos permitem ressignificá-las no presente e, com isso, desestabilizar e desfamiliarizar os silenciamentos produzidos ao longo dos anos. Assim, vamos percebendo, aos poucos, nossos corpos como templos importantes, merecedores de afetos, dignos de respeito e potentes de conhecimentos e saberes-fazer, posto que também carregamos universos inteiros de compreensões e possibilidades. Lembro-me de Paiva (2017, p. 279) quando ela diz que:

“[...] autodeclarar-se sapatão significa, sobretudo, consciência de que nós, sapatão, sapatonas, lésbicas masculinizadas, femininas, andróginas, não importa o nome que nos rotula, mas todas nós que não disponibilizamos nossos cuidados, nosso tempo, nossas experiências sexuais e os nossos afetos para os homens.

Palavras tecidas em tessituras de pertencimento sapatão! É a isso que me remeto ao me autodeclarar enquanto uma mulher sapatão. Há um peso imenso sobre as identidades que nos constituem e reivindicá-las, ao passo que nos diz dos processos de lutas e de resistências, também nos convoca a mergulhar no efeito de liberdade e alegria de pertencer, de fato, a quem somos. Volto ao dia em que me identifiquei enquanto uma mulher sapatão. Vejo as dores desse ato de me autodeclarar, mas, especialmente, percebo o modo como esse ato-ação reverbera de forma positiva ao me mostra cotidianamente que minha identidade sapatão é uma revolução. Sou sapatão não somente pelo meu corte de cabelo, pelas roupas e/ou acessórios que uso, pelo tênis que calço e as bocas que beijo. Sou sapatão porque meu ser para si e ser em si é sapatão. Sou uma mulher sapatão cotidianamente! Dessa forma, Lorde (2019), ao ousar desestabilizar os escombros silenciosos dos espaços sociais, nossos corpos estranhos, indesejáveis, inviáveis e impossíveis vão, com coragem-ousadia, reafirmando ecos, a partir de gritos silenciosos, antes presos e ocultados, em palavras-vivências-resistências de outras mulheres sapatonas: *“Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você!”*. Nossos silêncios só enfatizam e ocultam os segredos e as violências vivenciadas em diferentes espaços-tempos-lugares sociais, de forma que nossos corpos vão se perdendo e, com isso, deixando de ser orgulho, sentimentos de pertencimento de si, afeto e potencialidade. E sim! Temos medo da escrita, Anzaldúa (2000, p. 234), pelas revelações que delas podem emergir, mas, é neste que reside “[...] nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida”. Ouso, pois, questionar: Quem tem medo da escrita-revelação de mulheres sapatões?

SIM! EU SOU UMA MULHER SAPATÃO!

Este texto-sapatão versou acerca das memórias-experiências e vivências provocadas pelas violências sofridas por um corpo que, além de político, poético e nordestino, é também sapatão. Percebo que não tinha [e não tenho, nem mesmo quero] como me esconder! Meu corpo dizia [e diz] que além de não reproduzir/performar feminilidade, ele é sapatão. Quando piso no chão, sou sapatão. Quando escrevo, escrevo sendo sapatão. Quando me visto, me visto sapatão. Quando ajudo as pessoas, ajudo sendo sapatão. Quando apresento trabalhos acadêmicos, apresento sendo sapatão. Quando tomo banho, banho sendo sapatão. Quando danço, danço sendo sapatão. Quando escrevo poesias, escrevo sendo sapatão. Quando dou aula, faço regência sendo sapatão. Quando sorriu, sorriu sendo sapatão. Quando choro, choro sendo sapatão. Quando beijo e gozo, beijo e gozo sendo sapatão. Quando suo, suo sendo sapatão. Quando falo, falo sendo sapatão. Quando grito, grito sendo sapatão. Quando vou dormir, durmo sendo sapatão. Quando sou violentada, sou violentada por ser sapatão. Eu sou sapatão o tempo todo, até quando dizem que não sou. Eu não deixo de ser sapatão. Sou um corpo político, poético, nordestino e sapatão. Em tudo que sou e faço, deixo rastros de sapatão.

REFERÊNCIAS

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 44-48.

SILVA, Zuleide Paiva da. **"Sapatão não é bagunça"**: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2017. 382 f. Tese (Doutorado) - Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

“MUITO SILÊNCIO E, DE REPENTE, UM GRITO”: MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA NEGRA E LÉSBICA

Anamaria Ladeira Pereira
doutoranda ProPEd UERJ

Camila Santos Pereira
doutoranda ProPEd UERJ

Fernando Pocahy
orientador ProPEd UERJ

anamariatudojunto@gmail.com

RESUMO

Problematizamos, neste trabalho, como as construções identitárias de gênero, sexualidade, raça, classe e geração perpassam a vida de professoras dos anos iniciais e da educação infantil, especialmente as lésbicas. A partir da dissertação da primeira autora, uma das conversas da pesquisa torna-se fio condutor das argumentações. Com base nas memórias de uma professora negra e lésbica, dissertamos sobre as inquietações produzidas em diálogo com os estudos da teoria queer, estudos feministas, pósestruturalistas, estudos da memória e das lesbianidades, especialmente os desenvolvidos por intelectuais negras e decoloniais. Assim sendo, questionamos as falas discriminatórias dos cotidianos, que cerceiam e vigiam os corpos das mulheres, por exemplo com comentários que julgam a vestimenta e com quem essas professoras se relacionam ou não. As narrativas de injustiças que nos foram confiadas se materializam de outras formas dentro do contexto acadêmico, inclusive assumem um lugar de resistência. Em suma, alcançamos um dos objetivos do trabalho que consistiu em produzir visibilidade para essas vivências.

Palavras-chave: professoras lésbicas; lesbofobia; racismo; interseccionalidade; escola.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da dissertação de mestrado da primeira autora, na qual esta se dedica a analisar vivências de professoras, com mais de cinquenta anos e décadas de experiência em turmas de educação infantil e dos anos iniciais, tendo em vista a perspectiva interseccional entre gênero, sexualidade, raça, classe e geração (Anamaria PEREIRA, 2022). A relevância consiste no confrontamento a ataques direcionados, especificamente, a “corpos designados compulsoriamente como femininos, que não performam feminilidades [socialmente esperadas] e se relacionam com outras mulheres” (Dayana BRUNETTO, 2021, p.16). Corpos que, desde a mais tenra idade, sofrem com cobranças permanentes, em sociedades machistas e patriarcais.

Aqui, nos referimos a pressões sociais bem conhecidas por milhões de mulheres cis, desde a mais tenra idade, independente da orientação sexual. Sofrem discriminações ainda mais pesadas quando ocupam cargos de professoras da educação infantil e dos anos iniciais, pois espera-se que sejam *exemplos para as novas gerações*. De modo que são soterradas de cobranças como parir (*afinal, você gosta tanto de crianças...*); interessar-se afetiva e sexualmente apenas por homens, vestir-se de forma *feminina*, depilar-se, fazer as unhas, arrumar o cabelo, usar maquiagem, salto alto, adereços *delicados* e bolsa em vez de mochila; ser mais paciente, calada e comedida do que determinada, segura e assertiva; casar com um homem, cuidar do lar, das crianças e do marido, sacrificar-se em prol da família, abdicar de si.

Ambas as professoras que aceitaram participar da pesquisa foram designadas, ao nascer, como do sexo feminino. Apesar de terem crescido sob todas as pressões do que é ser uma menina-mocinha-mulher *bem-comportada*, tornaram-se dissidentes da heteronorma (síntese da trama entre orientação sexual e expressão de gênero *adequadas*). Ambas, devido à lesbofobia, enfrentam diversas agressões cotidianas de pessoas que as consideram *masculinas, erradas, esquisitas*. Sobretudo enquanto professoras de crianças, o problema de ser e de *parecer* sapatão e que estudantes possam se identificar com elas gera sanções, medos e agressões de diferentes tipos.

Nessa perspectiva, as motivações para que professoras como essas sejam as protagonistas de um trabalho de pesquisa de pós-graduação *stricto sensu* surgem, em primeiro lugar, da dificuldade em encontrar suas vozes em pesquisas desse tipo, como se não existissem ou fosse pouco relevante levá-las em consideração. A obra Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano, de Grada Kilomba (2019), inspirou a expectativa de ouvir suas experiências, em sala de aula e fora dela, de modo a visibilizá-las. Contudo, devido aos limites deste texto, escolhemos focar, especificamente, nas vivências de apenas uma das professoras com as quais conversamos, aquela a quem chamamos de Celina (para preservar sua identidade).

Nossa contribuição para o campo traz o olhar acurado para as histórias de professoras *de crianças* e, se é bem verdade que há pontos em comum entre estas e as de docentes de outros níveis, aqui não se desvia o olhar das particularidades da experiência nos anos iniciais e na educação infantil.

MÉTODO

O alicerce desta pesquisa firma-se na teoria queer, em estudos feministas, pósestruturalistas, estudos da memória e das lesbianidades, especialmente os desenvolvidos por intelectuais negras e decoloniais. Cumprindo os objetivos da dissertação, mapeamos teses, dissertações e artigos, em âmbito nacional, nos quais o *tema principal* fossem as professoras lésbicas e/ou bissexuais.

Além da pesquisa bibliográfica (um dos componentes metodológicos essenciais), a metodologia seguida no encontro com as interlocutoras, algo híbrido, que a primeira autora deste texto nomeou de *método cartográfico interseccional inventivo*, baseia-se em conversas. Isso se deu porque entendemos o ato de conversar como potencializador de escuta e diálogo, diferentemente do que entendemos por entrevistas, nas quais há cortes para passar para a próxima questão, já esquematizada.

No nosso ponto de vista, as conversas, como método acadêmico, são possíveis sobretudo entre pessoas que compartilham semelhanças relacionadas à pesquisa. Ou seja, quando a pesquisadora e as participantes que aceitaram conversar sobre determinados tópicos, passaram por situações similares de opressão e violência, de afetos e de resistências (KILOMBA, 2019). Ainda que em outros contextos e guardando suas próprias especificidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A professora Celina é uma mulher negra, vinda de uma família da classe trabalhadora, doutora em educação e docente de crianças, tanto da rede pública quanto da rede particular, há décadas. Entende sua sexualidade como algo de âmbito privado e se identifica como “mulher gay/lésbica”. Ela enfatiza não ter se deprimido com a violência que sofreu, ainda assim caracteriza como tóxicas as situações que vivenciou durante um ano letivo inteiro, detalhando que provocavam choros convulsivos frequentes, antes de começar a trabalhar, todas as manhãs em que estava nessa escola.

Conta que conseguiu uma remoção e veio “*fugida desse local [pensando] tenho que sair daqui, senão eu não vou conseguir sobreviver*”. Pessoas que enfrentaram períodos depressivos, os descrevem de maneira bem parecida, o que nos leva a crer que a violência sofrida fez com que Celina adoecesse. Sua defesa foi mudar-se de escola e

deixar aqueles ataques para trás. Em suas palavras, a explicação do que ocorreu:

*A partir do momento em que eu mudo de lugar [ascende no trabalho] [...] há uma ameaça desse lugar de poder, aí sim, foi o maior, foi o pior momento que eu tive de bullying da minha vida sobre a questão da minha sexualidade. O que eu quero dizer é o seguinte: a minha vida inteira foi um silêncio danado, um *silênciooo*, as pessoas conviviam comigo e era isso mesmo, não me perguntavam... não, não, não entravam na minha vida, na minha vida privada... eu não dava abertura, mas as pessoas também não entravam nesse mérito de perguntar. **A partir do momento em que eu começo a ter uma visibilidade, um dinheiro, uma relação de poder**, aí isso foi utilizado... foi utilizado de uma maneira bem grotesca, bem difícil, sobre a questão da minha sexualidade [...] **nunca senti isso assim, de uma ferocidade...** [Celina, 2021].*

Ou seja, uma mulher negra e lésbica identificada como sapatão por não expressar a *feminilidade* obrigatória poderia *até ser aceita*, o que acontecia anteriormente, contanto que se limitasse a um lugar menos importante.

Uma mulher negra lésbica representa, ao mesmo tempo, uma abominação e um perigo na lógica racista patriarcal. Um corpo negro feminino que ousou apropriar-se de si, do próprio desejo e romper com as normas raciais, sexuais e de gênero escancara as possibilidades de rompimento com a dominação masculina, branca e heterossexual (Vanilda OLIVEIRA, 2019, p.117).

Que Celina ocupasse cargos de poder era algo inaceitável para a sua superiora hierárquica, com quem já trabalhava havia vários anos. Essa diretora começou, de repente, a agredi-la diariamente, pelas costas, mas de maneira que chegassem a Celina as agressões. Até que ela não aguentou mais e pediu para ser transferida. Acompanhamos, nesse episódio, o trabalho nada sutil do racismo e da lesbofobia, inclusive como forma de informar o que pode ocorrer a outras que ousem confrontar tal norma. “Tornar [esse] movimento visível, quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos” (Joan SCOTT, 1998, p.298).

Minha vida sempre foi muito silêncio e, de repente, um grito, pode falar assim, né? Sempre foi muito silêncio, aquela coisa, meio que ninguém fala nada, ninguém pergunta, eu também não falo nada, né?, mas de repente vem uma facada. De repente até faziam [refere-se a olhares enviesados e caretas] mas eu não via! As pessoas podiam até fazer mas eu não via. Quando eu vi, eu vi de uma maneira muito escrota[...] com essa pessoa, é que eu vi que o mundo é bem cruel... que eu vi que o mundo pode ser bem cruel... [Celina, 2021].

Sublinhamos que independentemente de a professora Celina ter trazido benefícios para a escola em que trabalhava, visto que o projeto que desenvolvia foi agraciado com o financiamento, a diretora preferiu expulsá-la. É preciso questionar os sentidos dessas violências que gritam nos cotidianos, silenciando vozes-corpos-vidas, destacando a produção de sofrimento que o racismo instituído impõe.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A branquitude e a heterossexualidade não são representações neutras, afinal, o significado de *normalidade* carrega opressão, violência e morte. Nos testemunhos de Celina são expostas formas autoritárias de barrar sua ascensão, trazendo prejuízos emocionais e profissionais, até mesmo configurando uma tentativa de morte política. Destacar tais conjunturas representa um passo em direção a mudanças e enfrentamentos para que mulheres lésbicas, bissexuais e de sexualidade dissidente em geral, sobretudo as mulheres negras, tenham seu direito de existir preservado. Essas transformações precisam acontecer em nível institucional, político e de relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

BRUNETTO, Dayana. **A narrativa sapatão em disputa**: identidade e atitude sapatão. Relatório Final de pós-doutoramento em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. RJ: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Precisam as lésbicas de identidade? In: SOARES, Mayana; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais. (Orgs). **Lesbianidades plurais**: outras produções de saberes e afetos. 1ed. Salvador: Editora Devires, 2019.

PEREIRA, Anamaria Ladeira. **Memórias dissidentes de professoras de crianças**: episódios de lesbofobia cotidiana. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, p. 182. 2022.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 16, 1998.

**“ELA REPRODUZIA PARA MIM UM HOMEM”:
A IMPORTÂNCIA DO CORPO E DAS PRÁTICAS SEXUAIS
NAS ANÁLISES *QUEER* INTERSECCIONAIS**

Comunicação Oral

Elizabeth Sara Lewis
PUC-Rio
elizabeth.lewis@puc-rio.br

RESUMO

O presente trabalho, que se insere no âmbito da Linguística *Queer* (LQ), estuda as narrativas de uma mulher bissexual sobre suas práticas sexuais envolvendo penetração com dildos em um relacionamento com uma mulher lésbica. Os dados foram gerados em situação de entrevista semi-estruturada, e foram gravados e posteriormente transcritos. Ao analisá-los, procuramos preencher diversas lacunas na LQ: a falta de estudos sobre práticas sexuais concretas e a falta de considerar o corpo e o afeto. Nosso objetivo é criar inteligibilidades sobre como a penetração com dildos produz sujeitos generificados e sexualizados de forma performativa, interseccional, corporificada e afetiva, dentro de um sistema de restrições imposto pela sociedade. A análise mostra que a penetração com o dildo provoca mudanças na autoidentificação da entrevistada, que começa a questionar se é heterossexual por causa do uso do objeto e por sua parceira não aceitar ser tocada nas relações sexuais, e em como vê sua parceira, que é caracterizada como praticamente um homem devido a suas estilizações corporais e o uso do dildo. Assim, discursos sobre uma prática sexual específica – a penetração com o dildo – produz sujeitos generificados e sexualizados. Ao mesmo tempo, a análise mostra que não conseguimos entender plenamente os sujeitos produzidos se olharmos somente para as intersecções de gênero e sexualidade, sem considerar os usos corporificados-afetivos da linguagem.

Palavras-chave: corpo; práticas sexuais; relacionamentos entre mulheres bissexuais e lésbicas; produção de sujeitos generificados e sexualizados

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que se insere no âmbito da Linguística *Queer*, investiga processos discursivos de produção de sujeitos generificados e sexualizados a partir de dados de uma pesquisa sobre narrativas orais de mulheres bissexuais. Já que a LQ investiga como sujeitos são produzidos em suas práticas situadas (BORBA, 2015), aqui nossa proposta é olhar para como discursos sobre certas práticas sexuais – no caso, a penetração com dildos – produzem sujeitos generificados e sexualizados dentro de um sistema de restrições imposto pela sociedade. Ao analisar as narrativas, argumentaremos a favor de uma perspectiva *queer* e interseccional que considere três questões frequentemente ignoradas em nossa área: práticas sexuais específicas, o corpo e o afeto.

Para começar a pensar sobre processos de generificação e sexualização, partimos da perspectiva da Linguística *Queer* (LIVIA; HALL, 1997; BORBA, 2015, 2020; LEWIS, 2018; BORBA; LEWIS, 2023). Enquanto pesquisas mais antigas na Linguística sugeriam que uma mulher falava de certa maneira devido ao seu gênero e que um homem gay falava de certa maneira devido à sua sexualidade, a LQ segue a teoria de performatividade de Butler (2012, 2019, 2004), que nos ajuda a dessencializar a relação entre a linguagem e identificações sociais. Para a LQ, “não falamos A, B ou C por que somos X, Y, Z; mas nos constituímos como X, Y ou Z ao falar A, B ou C” (BORBA, 2015, p. 102). Assim, no que diz respeito ao presente trabalho, a mulher cis bissexual cujo discurso será analisado não fala de certa maneira por causa de suas identificações de gênero e sexualidade, mas se constitui como mulher cis e bissexual através dos atos de fala performativos que realiza. Ao mesmo tempo, como argumentaremos adiante, precisa considerar intersecções com outras questões, como corpo e afeto, para melhor entender a produção performativa dos sujeitos.

A partir dessa visão da linguagem, nosso trabalho visa a preencher diversas lacunas nos Estudos *Queer* em geral e na Linguística *Queer* em particular. Primeiro, as teorias *queer* tendem a focar muito em performances identitárias, mas não em práticas sexuais, levando Preciado (2014) a afirmar que há uma “necessidade, depois de um momento de concentração em torno da identidade e suas políticas, de se voltar para as práticas”. De modo parecido, Halberstam (2008, p. 138) aponta que há uma falta de “projetos descritivos *queer* sobre o sexo”. Ao olhar para como a penetração com dildos em atos sexuais específicos produz sujeitos generificados e sexualizados, esperamos contribuir para preencher a lacuna apontada por Halberstam e Preciado.

Aomesmotempo, háumatendêncianaLinguísticaemgeral, etambémnaLinguística *Queer* (LQ, doravante) em particular, de negligenciar o corpo e a questão dos afetos e das emoções ao falar das performances e negociações identitárias (LEWIS, 2022). Embora

a LQ tenha incorporado (trocadilho intencional) a visão da materialidade do corpo de Butler (2019) em sua perspectiva teórica, diversas autoras têm argumentado que a LQ precisa prestar mais atenção à natureza corporificada da linguagem (BUCHOLTZ; HALL, 2016; BONFANTE, 2020; LEWIS, 2020a, 2020b). Essa tendência a não considerar o corpo também tem sido reproduzida nas análises interseccionais (PUAR, 2007; GONÇALVES, et al., 2022).

Com essas questões teóricas e lacunas em mente, o presente trabalho analisa narrativas sobre práticas sexuais em um relacionamento entre duas mulheres cisgêneras, uma que se identifica como bissexual e outra como lésbica. As narrativas discutem penetração por um dildo e as mudanças em (auto)identificações (no sentido de olhar seja para como os sujeitos se percebem, seja para como são percebidos por outras pessoas) de gênero e sexualidade que possibilita. Assim, nosso objetivo é criar inteligibilidades sobre como a penetração com dildos produz sujeitos generificados e sexualizados de forma performativa, interseccional, corporificada e afetiva, sempre considerando como essa produção de sujeitos é moldada e limitada por estereótipos e ideologias cisheteronormativas. Argumentaremos que sem olhar para questões de corpo e afeto nas interseções de gênero e sexualidade, é impossível entender de forma aprofundada como esses sujeitos generificados e sexualizados são produzidos.

MÉTODO

Os dados do presente trabalho vêm de uma pesquisa sobre as performances identitárias de mulheres bissexuais que são ativistas LGBT e os preconceitos bifóbicos que sofrem dentro e fora do movimento. A pesquisa foi fruto de um trabalho de campo com um grupo de ativismo LGBT no centro do Rio de Janeiro, realizado entre março de 2010 e janeiro de 2012, envolvendo observação etnográfica das reuniões semanais e atividades de ativismo do grupo. Durante o período de trabalho de campo, foram gravadas entrevistas individuais semiestruturadas com ativistas que se identificavam como mulheres bissexuais, contabilizando aproximadamente quatro horas e quinze minutos de gravação, nas quais o assunto do uso do dildo surgiu espontaneamente em diversos momentos. Aqui, oferecemos uma releitura dessa pesquisa, atualizando a discussão teórica e fazendo um recorte dos momentos em que práticas sexuais entre mulheres com dildos surgiram em uma das entrevistas. A entrevista em questão foi com Flávia (pseudônimo), do Rio de Janeiro, cisgênera, com 31 anos de idade no momento da entrevista, branca, de classe média-baixa. Flávia foi casada duas vezes com homens e tem dois filhos. O segundo casamento terminou quando Flávia se apaixonou por uma mulher, Dani (pseudônimo), que se identifica como lésbica. As duas fizeram um contrato de união estável no cartório e foram casadas por seis anos; durante esse tempo, Flávia

se rotulava como lésbica. Separaram-se alguns meses antes da entrevista. Após a separação, Flávia começou a se rotular como bissexual, dizendo que não o fazia antes, em parte, para promover a visibilidade lésbica e, em parte, para não causar problemas com sua esposa, que não teria aceitado a identificação como bissexual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na narrativa que analisaremos, Flávia fala sobre sua relação com sua ex-esposa, Dani. Explica como decidiu deixar seu então marido para namorá-la, como a relação progrediu, e por que optaram por se separar. Ao falar sobre as dificuldades no relacionamento, Flávia menciona que Dani gostava muito de usar dildos nas relações sexuais, preferindo sempre penetrar Flávia, e também nunca deixou que Flávia a tocasse. Flávia descreve sua parceira repetidas vezes como muito masculinizada e “praticamente um homem”, assim mostrando a relação entre a estilização corporal e a percepção do gênero. Na narrativa, fica claro que o uso do dildo nas relações fortalece essa percepção da esposa, provavelmente devido à associação ideológica entre o dildo e o pênis do homem cisgênero (PRECIADO, 2014). Assim, vemos que o uso do dildo, novamente uma prática corporal, contribui para um processo de generificação – fortalece a “masculinização” da esposa nos olhos de Flávia. Porém, uma lésbica ‘caminhoneira’ não é uma imitação de um homem, nem almeja ser homem; é uma estilização corporal e produção de sujeito específica (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016; HALBERSTAM, 2008). Desta maneira, o uso que Dani faz do dildo nas relações sexuais não deveria ser visto como algo que a faz ser “praticamente um homem”, mas como algo que contribui para produzir, de forma corporificada, sua performance específica de lésbica com uma “masculinidade feminina” ou “caminhoneira”.

O uso do dildo não somente contribuiu para a generificação da esposa de Flávia; também levou Flávia a questionar sua própria identificação enquanto lésbica ou bissexual. Flávia revela que ficava se perguntando se realmente podia se identificar como lésbica ou bissexual já que ela nunca tocava sua parceira, sua parceira sempre a penetrava com dildos, e sua parceira era “masculinizada”. Ou seja, Flávia expressa uma dúvida sobre sua sexualidade: relacionar-se com uma mulher seria “suficiente” para se identificar como lésbica ou bissexual, mesmo se a mulher é ‘masculinizada’, não gosta de ser tocada, e gosta de penetrar? Podemos inferir que Flávia acha que seu relacionamento se aproxima ao modelo heterossexual, e vemos a questão das afetividades misturadas com a corporalidade. Embora uma performance caminhoneira envolva uma identificação com certos elementos ideologicamente associadas à masculinidade e aos homens cisgêneros, novamente, isso não quer dizer que uma lésbica “masculinizada” deseje ser homem. De modo parecido, uma lésbica mais

“feminina” com uma parceira mais “masculinizada” não está manifestando um desejo latente de estar com um homem cisgênero; simplesmente é atraída por uma mulher com uma performance de gênero “masculinizada” (BUTLER, 2012). Flávia, porém, não reconhece a possibilidade de mulheres “masculinizadas” serem objetos de desejo específicos; confunde seu desejo por uma lésbica “masculinizada” com o desejo por um homem cisgênero, e começa a ter dúvidas sobre sua identificação como lésbica ou bissexual. Assim, podemos dizer que o uso do dildo contribuiu para um processo de sexualização – no caso, a “heterossexualização” de Flávia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas narrativas, ficou evidente que não somente questões de gênero e sexualidade se interseccionam, mas que há um mosaico (PUAR, 2020) de corporalidades e afetividades envolvido. A questão do corpo surge nas estilizações corporais “masculinizadas” de Dani, e também no uso do dildo nas práticas sexuais; a questão da afetividade surge nos sentimentos (amor, dúvidas etc.) que Flávia expressa sobre Dani e também sobre o uso do objeto dildo. Sem olhar para todas essas questões – identificações de gênero e sexualidade, corpo, afeto e práticas sexuais – não podemos entender por que Flávia começa a ter dúvidas sobre sua própria sexualidade. Não somente era impossível pensar questões de sexualidade sem pensar o gênero junto, mas também era impossível ver as imbricações entre essas duas categorias sem olhar para corporalidades e afetividades. Assim, visando preencher as lacunas na LQ e na interseccionalidade anteriormente mencionadas, esperamos ter mostrado a importância de estudar práticas sexuais concretas e a questão da linguagem corporificada e afetiva nas análises *queer* interseccionais.

REFERÊNCIAS

- BONFANTE, Gleiton Matheus. Da sufixação à corporificação: a estilização linguística na performance do desejo bareback. In: BORBA, Rodrigo (org). **Discursos Transviados: Por uma Linguística Queer**. São Paulo: Cortez, 2020, p. 317-345.
- BORBA, Rodrigo (org). **Discursos Transviados: Por uma Linguística Queer**. São Paulo: Cortez, 2020.
- BORBA, Rodrigo. Linguística *Queer*: Uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan/jun 2015.
- BORBA, Rodrigo; LEWIS, Elizabeth Sara. Dez obras para conhecer a Linguística *Queer/cuir*. **Guia Bibliográfico do Instituto de Letras da UFBA – GuiaLET**. Salvador: EDUFBA, 2023, p. 267-291.
- BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kira. Embodied Sociolinguistics. In: COUPLAND, Nikolas (org). **Sociolinguistics: theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 173-200.



BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** Os limites discursivos do 'sexo', 1ª ed. São Paulo: n-1 edições/ Crocodilo Edições, [1993] 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade, 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2012.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender.** Nova York: Routledge, 2004.

GONÇALVES, Lorraine Andrade; SOUSA, Victor Perreira; RANNIERY, Thiago. Corpos que quebram: interseccionalidade, fractalidade, interferência. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n.1, p. 1-20, jan./abr. 2022.

HALBERSTAM, Jack. **Masculinidad Femenina.** Madri: Egales, [1997] 2008.

LEWIS, Elizabeth Sara. Do "léxico gay" à Linguística *Queer*: desestabilizando a norma homossexual oculta nas Teorias *Queer*. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 47, n. 3, p. 675-690, 2018.

LEWIS, Elizabeth Sara. Discursos, dildos e a produção de sujeitos. In: BORBA, Rodrigo (org). **Discursos transviados:** por uma Linguística Queer. São Paulo: Cortez, 2020a, p. 347-373.

LEWIS, Elizabeth Sara. Por uma Linguística Cu(-ir). **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 327-349, 2020b.

LEWIS, Elizabeth Sara. Reflexões e críticas sobre estudos de identidade e interseccionalidade: por uma visão corporificada e dos afetos. In: **Ciclo de Debates em Linguagem**, 2022, Rio de Janeiro. Ciclo... Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2022.

LIVIA, Anna; HALL, Kira (orgs). **Queerly Phrased:** Language, Gender and Sexuality. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual:** Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, [2000] 2014.

PUAR, Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje:** sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 159-185.

PUAR, Jasbir. **Terrorist assemblages:** Homonationalism in queer times. Durham: Duke University Press, 2007.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. **Pelo cu:** políticas anais. Belo Horizonte: Letramento, [2011] 2016.

**“AH, DESSE JEITO VOCÊ NUNCA VAI ARRUMAR UM TRABALHO, UM
EMPREGO BOM, SE VESTINDO DESSE JEITO”:
VIVÊNCIAS LESBOFÓBICAS NO TRABALHO**

Dissertação de Mestrado

Maria Cristina Nascimento de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
crisnascimentopsi22@gmail.com

Marcos Lopes de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO

Este trabalho discute a lesbofobia presente nas experiências profissionais de um casal de lésbica participantes de uma pesquisa que utilizou o grupo focal como ferramenta metodológica para dialogar sobre identidade lésbica, relações étnico-raciais, vivências lésbicas e lesbofobia. Os relatos da Daniela e Sandra permitem discutir o quanto as lésbicas são reguladas em relação à produção de sua performance de gênero e de sexualidade. Mesmo quando elas não apresentam uma produção de gênero tida como masculina, ainda assim, são vigiadas, especialmente, no ambiente de trabalho, para que construam uma feminilidade lida como referência para a sociedade, correndo o risco de serem demitidas, caso não coadunem com a cisheteronormatividade.

Palavras-chave: Lésbica; Lesbofobia; Mercado de trabalho; Cisheteronormatividade.

INTRODUÇÃO

As mulheres têm conquistado espaços profissionais que, até então, não imaginavam alcançar. Essas conquistas são o resultado de muitas lutas, disputas de poder, resistências e movimentos que fizeram e fazem parte da historicidade. Contudo, em se tratando das lésbicas, estas ainda vivenciam situações de sexismo e lesbofobia em múltiplos espaços, incluindo os ambientes de trabalho.

Investigações, como as de Irigaray e Freitas (2011), têm demonstrado que, em geral, as lésbicas vivenciam processos discriminatórios em sua convivência profissional, sendo que, esta discriminação pode se acentuar, caso elas apresentem outros marcadores sociais que as marginalizam como etnia/raça, classe social, faixa etária e entre outros. Na pesquisa feita por Braz e Benevides (2018) com dez mulheres pretas lésbicas, entrevistadas em eventos em Salvador (BA), elas identificaram que a identidade étnicoracial e a sexual intensificam as discriminações vivenciadas no mercado de trabalho.

Reconhecendo os desafios que as lésbicas vivenciam no espaço profissional, este texto focaliza a lesbofobia experienciada por lésbicas do interior baiano que participaram de uma pesquisa desenvolvida em curso de pós-graduação *stricto sensu*.

MÉTODO

Este estudo se amparou nas perspectivas pós-crítica e pós-estruturalista, preocupando-se em: problematizar as verdades tidas como absolutas e universalistas; construir questionamentos em relação às informações produzidas na pesquisa; trabalhar com análise provisórias e não definitiva e focalizar e pensar sobre os contextos particulares, evitando afirmações generalistas e essencialistas (LOURO, 2007).

Como caminho metodológico, foi realizado um grupo focal constituído de três encontros (com duração média de 3 horas), com oito lésbicas contactadas por meio das redes sociais e de ativistas de uma ONG LGBTTIAPN+ de Jequié (BA). Compreendemos o grupo focal como uma ferramenta metodológica interessada em compreender a visão de um determinado grupo sobre questões que o atravessam, permitindo também discutir as interações construídas, internamente, entre as pessoas do grupo (ROSO, 1997; KIND, 2004).

Neste artigo focalizaremos as discussões ocorridas no último encontro do grupo focal, em que participaram duas delas, o casal Daniela e Sandra. Neste encontro, após a apresentação de um vídeo com o tema Lesbofobia¹, Daniela e Sandra lembraram um

¹ Neste encontro foi exibido o vídeo 'OQ SÓ A GENTE PASSA'. O vídeo apresenta narrativas de uma ativista lésbica que aborda as violências sofridas tanto por lésbicas e gays, diferenciando as problemáticas enfrentadas por cada grupo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2crvhUV0QM>. Acesso em: 10 out.2019.

momento muito marcante em relação à lesbofobia vivenciada no trabalho.

Por trazermos apenas o diálogo entre Sandra e Daniela, faremos uma breve apresentação de cada uma delas, de acordo com o que elas nos relataram.

Na época da realização do grupo focal (2018), Sandra tinha 25 anos, trabalhava em uma empresa de *fast food*, se reconhecia como uma mulher guerreira. Ela nos disse ser feliz enquanto lésbica, bem resolvida com sua família e amigos(as) e não se importando com a opinião das outras pessoas. Ela tem o apoio da sua mãe que nutre um sentimento de proteção na relação homoafetiva com Daniela.

Daniela tinha 21 anos, afirmou ser uma guerreira e não desistir fácil diante de um 'não'. Assume ser lésbica, mas, às vezes, tem dúvidas sobre o fato de amar outra mulher ser ou não pecado. Ela ressalta que é muito difícil ser mulher, pobre, negra e lésbica. Quando falou pra mãe da sua orientação sexual, não houve estresse, mas ela disse que seu pai não poderia saber, pois a expulsaria de casa e ela não teria pra onde ir. Depois de um tempo, a aceitação do pai veio por meio de uma conversa com ele.

Ressaltamos que as análises dos diálogos com Daniela e Sandra serão realizada tendo como parâmetro, as(os) pesquisadores(as) do campo dos estudos de gênero e sexualidade, como foco para as lesbianidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentaremos os trechos de diálogo sobre as vivências de Daniela e Sandra no trabalho e, posteriormente, procederemos as análises pertinentes.

Daniela: As pessoas veem muito o seu jeito de se vestir, de falar. E, às vezes, a gente fala assim, na gíria, quando tá com amigos. Ainda mais quando é em questão de emprego. Você vai para uma entrevista de emprego, do jeito que eu estou aqui. A pessoa não olha o jeito que você está falando. Eles não olham o seu currículo. E sim, o seu físico, entendeu? "Ah, é toda machão. Vai dar em cima das outras, vai se comportar como um homem dentro da empresa, não vai respeitar ninguém, vai querer ser maior...", sabe? Do que os homens e as mulheres, tal. Pensam desse jeito. Sei lá. Eles veem, ainda mais, mulheres que são lésbicas meio termos ou bofes, né, de um jeito muito masculino, muito preconceituoso. Tipo, eles pensam entre aspas:

"Quer ser mais homem do que o homem mesmo" [...]. Entendeu? Eu, tipo assim, eu sofri bastante por conta disso. De minha tia chegar e falar assim 'pra' mim. "Ah, desse jeito você nunca vai arrumar um trabalho, um emprego bom, se vestindo desse jeito" [...].

Pesquisadora: Quais preconceitos vocês já enfrentaram no âmbito profissional por serem lésbicas?

Sandra: "Ah, meu patrão! Tem que passar batom!" Tudo! Eu amo batom, mas 'num' vejo necessidade de eu ter que passar maquiagem, ter que passar um batom, pra ir trabalhar. Não mesmo. Porque eu falo para ele "Ah, eu vou ficar o tempo todo de batom, quando eu sair, querer passar uma maquiagem, querer fazer isso, querer fazer aquilo. Vocês... um dia todo mundo vai ver, normal!". Não. Aí ele força. Graças a Deus saí de lá. Ele me forçava a ter que usar batom. Ele "Aí! Que boca horrível! Que

boca horrorosa! Vai passar um batom! Ave Maria! Toda sem graça!" Aí eu ia e passava batom, e ele "Aí! Ó 'pra' isso! Com uma boca dessa, eu ganharia o mundo!". Eu falei "É, as 'mina' pira!", ainda brincava com ele, assim. Sabe, que eu nunca levava, mas ele sempre, de um tempo, de um certo tempo, eu era forçada a usar batom [...].

Daniela: E de ser gordinha também.

Sandra: Fora isso, pelo meu físico. "Que isso e aquilo. Ah, Sandra! Tem que emagrecer! Isso e aquilo". Eu falei "Eu não 'tô' me incomodando como meu corpo, 'pra' tu se incomodar?" [...]. **Daniela:** No dia que eu conheci ela, primeira vez que a gente se conheceu, aí eu fui e dei um beijo nela, no rosto. Aí ela virou assim, eu falei: "Posso pegar na tua mão?". Ela: "Não porque eu trabalho aqui perto. Meu trabalho não permite, que isso, que aquilo".

Os relatos da Daniela e Sandra permitem discutir o quanto as lésbicas são reguladas em relação à produção da sua performance de gênero e de sexualidade. Embora reconheçamos que as mulheres heterossexuais também estejam sob vigilância quanto à produção da sua feminilidade, no caso das lésbicas, isso se recrudesce.

Daniela apresenta uma performance de gênero lida como masculina. Desta forma, ela é questionada pela sua tia em relação à possibilidade de não conseguir emprego por vestir roupas não compreendidas como femininas. Além das roupas,

Daniela ressalta que o modo de falar e as atitudes também são contestadas. Com os relatos dela, podemos perceber alguns discursos lesbofóbicos que operam em nossa sociedade heterossexista: o de que as lésbicas assediam às mulheres, indiscriminadamente, e de que elas desejam ser mais masculinas que os homens cis e heterossexuais. Nas pesquisas de Irigaray e Freitas (2011) e Braz e Benevides (2018) também foi identificada uma maior discriminação no ingresso e permanência no emprego quando as lésbicas eram reconhecidas como masculinizadas.

Mesmo quando a lésbica não apresenta uma produção de gênero tida como masculina, ainda assim ela é regulada para que produza uma determinada feminilidade lida como referência para a sociedade. No caso de Sandra, o patrão a assediava, lhe obrigando a se maquiar, especialmente, a usar o batom, mesmo ela se recusando e exigindo que emagrecesse, pois estava gorda, fora dos padrões.

Esta regulação afetou Sandra, por um bom tempo, tanto que ela tinha muito receio de que, em seu emprego, as pessoas soubessem que ela era lésbica. Isso também foi percebido na pesquisa desenvolvida por Irigaray e Freitas (2011), em que perceberam a omissão da sexualidade como uma das estratégias utilizadas pelas lésbicas para permanecerem no emprego, embora nem sempre isso seja possível.

No caso de Daniela, apesar de ser questionada pela tia em relação à sua produção de feminilidade, diz não ser discriminada no emprego atual. Caproni Neto, Silva e Saraiva (2014), ao realizarem uma pesquisa com cinco lésbicas de Juiz de Fora (MG), perceberam que apesar dos desafios nos espaços de trabalho, uma delas relatou que é reconhecida pelas(os) colegas e que elas(es) não a discriminam por ser lésbica e ter



uma companheira. De alguma forma, ainda há espaços em que as lésbicas são menos violentadas, o que não quer dizer que a lesbofobia tenha cessado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, neste trabalho, que, de forma geral, as lésbicas são reguladas e vigiadas em seu ambiente de trabalho para que produzam uma feminilidade alinhada com as normas sociais, assim sendo, quando elas desviam do ideário social esperado para o feminino, se aproximando do que se compreende como masculino, a lesbofobia pode se intensificar.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Juliana De Castro; BENEVIDES, Tânia Moura. Os desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho em Salvador. *In: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES*, 13., 2018, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42178>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CAPRONI NETO, Henrique Luiz; SILVA; Aleksandra Nascimento; SARAIVA; Luiz Alex Silva. Desenhando o mundo ideal e mundo real: um estudo sobre lésbicas, trabalho e inserção social. **Revista de Ciências Humanas**, UFSC, v. 48, n. 2, p. 303-328, jul-dez 2014.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester de. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 625-641, out. 2011.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, sociedade & Cultura**, nº 25, p. 235-245, 2007.

ROSO, Adriane. Grupos focais em Psicologia Social: da teoria à prática. **Psico**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 155-169, 1997.

ST 15

“RELAÇÕES PERIGOSAS” ENTRE RAÇA,
SEXO, CLASSE E ECONOMIA POLÍTICA
NA PERIFERIA DO CAPITAL: REFLEXÕES
MATERIALISTAS E PÓS-COLONIAIS A
PARTIR DA HISTÓRIA E DA LITERATURA



COORDENADORES
Márcia Santos Lemos
Zoraide Portela Silva
Roberto Silva de Oliveira

PRIMEIRA REPÚBLICA: RACISMO DE ESTADO E POLÍTICA DE BRANQUEAMENTO

Adão Ferreira dos Santos Filho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
adao_fer@hotmail.com

Cássio Roberto Borges da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
cassioroberto.borges@uesb.edu.br

RESUMO

O presente trabalho congrega resultados gerados a partir de um eixo nuclear: a análise do debate acerca da questão racial durante a Primeira República (1889-1930). Nos debruçamos sobre as discussões relativas ao lugar do negro africano e do afrodescendente na formação da sociedade brasileira, com especial atenção às políticas de branqueamento adotadas durante a implantação do regime republicano. Recorreremos à noção de biopolítica, proposta por Michel Foucault, bem como às contribuições formuladas pelo pensador africano Achille Mbembe. O que podemos constatar é que a ruptura institucional que levou à supressão do Império brasileiro e a consequente implantação da República não rompeu com as práticas sociais escravocratas vigentes, muito pelo contrário, ela aperfeiçoou os mecanismos de estigmatização, de perseguição e vulnerabilização da população afro-brasileira.

Palavras-chave: Primeira República; Políticas de branqueamento; Racismo científico.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas da monarquia brasileira e a Primeira República foram marcadas pela crença no “branqueamento” da população. Ainda que as teorias raciais europeias estivessem em processo de elaboração desde o século XVIII, elas foram massivamente integradas pelos “homens de ciência” do Brasil apenas a partir de meados do século subsequente. Nesse novo contexto, as fabulações do determinismo racial converteram-se paulatinamente em teorias de “ascendência racial”, adaptadas aos valores escravocratas das oligarquias locais. Finda a escravidão e alçados os escravizados à condição de cidadãos, o que se pode constatar é que a difusão de teorias raciais fundamentou a implementação de políticas raciais que resultaram na exclusão e na discriminação de parte significativa da população brasileira, uma vez que as oligarquias, hegemônicas no poder político e econômico, não abriram mão de seus privilégios seculares. A “ciência” iria, então, preencher uma lacuna deixada pela legislação: se os escravizados africanos e seus descendentes haviam se livrado de uma categoria de existência infrajurídica, que reduzia a vida humana à condição de mercadoria, em fins do XIX, com a instauração da república, eles passam a ser classificados “biologicamente” (SCHWARCZ, 1993).

Examinar essa temática envolve, em última instância, buscar as razões por trás da resiliência do racismo no Brasil. Nesse sentido, é imprescindível que se reconheça que o Estado brasileiro atuou com um agente decisivo na manutenção e propagação de práticas discriminatórias. Se, no Império, a escravização garantiu funcionamento de nossa estrutura social e econômica, durante as quatro décadas da Primeira República, mesmo abolida a escravidão, políticas públicas foram implementadas com o fito de garantir a continuidade da subordinação social dos negros e mestiços aos brancos e de promover a obliteração de sua contribuição social, econômica e cultural na gênese da nação: o código penal de 1890 criminalizava a prática da capoeira; as religiões de matriz africana eram perseguidas com base na lei que versava sobre o curandeirismo (art. 157 do Código Penal de 1890); as leis de imigração (decreto n. 528 de 1890 e a Lei n. 97 de 1892), que abriam as portas do país para os brancos católicos originários da Europa, impunham uma série de empecilhos para a imigração de homens e mulheres que não se encaixavam no ideal étnico sonhado pela *intelligentsia* brasileira de fins do século XIX.

MÉTODO

Essa pesquisa valeu-se de abordagem descritiva e bibliográfica. Conforme Gil (2008, p. 43), a finalidade da pesquisa descritiva é, justamente, a exposição detalhada

“[...] das características de determinada população ou fenômeno”. Tal fato, relaciona-se muito bem com a pesquisa bibliográfica, visto que essa “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2000, p.43).

Pizzani et al. (2012, p. 54) acrescenta ainda que ela pode ser definida pela “revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em [...] periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”. De sorte que, além da revisão bibliográfica, também analisamos as Leis de imigração que vigoraram durante a Primeira República, como o decreto n. 528 de 1890, bem como a Lei n. 97 de 1892.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Leis de Imigração, a exemplo das Leis de 1890 e 1892, restringiam a entrada de imigrantes no Brasil visando favorecer a entrada de trabalhadores brancos europeus. Essas leis foram criadas em um contexto de valorização da “branquitude” e da “europeidade” como ideais de civilização e progresso, contribuindo para a consolidação de um modelo de sociedade hierarquizada e desigual, no qual as elites brancas crioulas (MBEMBE, 2018) dominavam e controlavam o acesso aos recursos e oportunidades.

Como resultado, a população negra continuou a ser submetida a condições precárias de trabalho, salários baixos, discriminação e exclusão social. Em *Crítica da Razão Negra*, Mbembe é enfático ao alertar: “a tragédia da multidão hoje é já não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma ‘humanidade supérflua’, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital” (2018, p. 15-16). Essa descrição atualiza a situação da população negra brasileira depois da Abolição. Quando João Batista de Lacerda vaticina, em 1911, que em cerca de 100 anos “não existiriam mais negros e indígenas no Brasil” (LACERDA, 1911 *apud* SCHWARCZ, 2011), mais do que uma mera crença no branqueamento, o que estava em jogo era o genocídio dessas populações, como denuncia Abdias do Nascimento (2016). Sem acesso à educação, sem saneamento básico, sem acesso ao sistema de saúde e sem trabalho, como garantir a manutenção da vida desses contingentes étnicos? Michel Foucault já dizia que o Estado nem sempre exerce diretamente sua função homicida, por vezes, ele simplesmente expõe à morte (2010, p. 216.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão racial esteve em pauta no Brasil, desde meados do século XIX, contudo, é no transcorrer da Primeira República que esse debate ganha novos contornos, como algo essencial para os rumos da nação – o lugar dos negros e mestiços no país, abolida a escravidão, foi questão *sui generis* para a classe dirigente e para elite intelectual. Como abordamos, filiada a uma tradição europeia de pensamento iluminista, a elite brasileira acreditava que os negros africanos e seus descendentes eram a causa do atraso econômico e social tanto do Brasil império como do Brasil republicano, ela acreditava, ademais, que a superação da herança negra seria o único caminho para contornar o estado de “incivilidade” que caracterizava a nação.

O que podemos constatar é que o Estado republicano atuou ativamente para manter os não brancos numa posição de subalternidade, limitando o seu acesso à terra, à educação e ao trabalho. O Estado brasileiro não apenas empreendeu políticas de branqueamento que envolveram o incentivo à imigração de europeus, implementando planos que favoreciam o acesso deles à terra e ao mercado de trabalho, mas também promoveu a marginalização efetiva dos contingentes populacionais originários e de matriz africana, isso, sob a perspectiva da segurança pública, da habitação, do trabalho, das práticas culturais e religiosas.

Enfim, a formação da sociedade brasileira caracterizou-se por um processo de subalternização dos povos originários, dos negros africanos e dos afro-brasileiros, isso, com a institucionalização do racismo, com as políticas de branqueamento e com a criminalização de práticas culturais de matriz africana. As consequências desse processo histórico de longa duração reverberam até os dias atuais e sua adequada compreensão configura-se como condição para a imposição de exigências de responsabilidade, reparação e justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.

BRASIL. Lei n.º 97, de 5 de outubro de 1892.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso do *Collège de France* (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Obras de Michel Foucault)

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LANZA, A. L.; LAMOUNIER, M. L. A AMÉRICA LATINA COMO DESTINO DOS IMIGRANTES: BRASIL E ARGENTINA (1870-1930). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 14, n. 26, p. 90-107, 2015. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2015.102283. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/102283>. Acesso em: 15 jul. 2023..



MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PIZZANI, Luciana et al. "A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento." **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 53, jul. 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em:10 de junho de 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **Fontes, História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, n. 1, p. 225– 242, mar. 2011.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

UM CORPO NO MUNDO: NARRATIVA ENTRELAÇADA ENTRE ANCESTRALIDADE, IDENTIDADE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E INTELECTUALIDADE.

Narrativa de experiência

Aline Débora de Souza Silva
Universidade do Estado da Bahia
alinedebora.ss@gmail.com

Orientadora: Zoraíde Portela Silva
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Este é um texto que foge dos padrões eruditos acadêmicos, onde explora a narrativa de um corpo feminino negro em busca por pertencimento e adequação social, encontrando pequenos símbolos identitários e reconhecendo uma ancestralidade no candomblé. Com o objetivo de construir uma narrativa da minha trajetória como mulher negra, perpassando os espaços da ancestralidade, da identidade racial, da educação e da pesquisa. A metodologia é tratada como uma narrativa acerca da trajetória como mulher negra intelectual, um relato que se inicia no ano de 2008 a 2023. Na narrativa entrelaçada, dialogo sobre o amor pela música e por trabalhar com educação musical. Costuras sobre o processo iniciático no candomblé, a experiência em um projeto sociocultural intitulado Tambores da Magia, que trouxe questões para um objeto de pesquisa e a aprovação no mestrado. Conclui-se que esta narrativa pretendeu revelar os caminhos que ligam uma mulher negra pesquisadora à educação, ancestralidade e identidade. Esta jornada se torna uma busca pelo empoderamento intelectual, onde a música, educação e pesquisa se interconectam em uma narrativa de transformação social.

Palavras-chave: narrativa ancestral; intelectualidade feminina; identidade étnico-racial.

INTRODUÇÃO

Este é um texto onde busco estabelecer relações entre os caminhos da minha trajetória como mulher negra pesquisadora a uma narrativa que entrelaça fragmentos de educadora musical, identidade, gênero e ancestralidade.

Nas tentativas pela busca por pertencimento a um lugar, este corpo negro feminino, encontra um símbolo identitário através de um tecido, o turbante. Este turbante trouxe em consequência a transição capilar, revelando cabelos naturalmente crespos. Desta forma, trazer pequenos símbolos identitários, fez com que o sentimento de adequação social tomasse forma. KILOMBA coloca que essa sensação de inadequação, de se sentir inferior provém da superioridade da branquitude, “corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer’ (KILOMBA, 2019, pág. 56).

Seguindo este entendimento, parto em uma jornada na conexão por ancestralidade. A ancestralidade está ligada aos laços com nossos antepassados, aqueles que vieram antes de nós, podendo ser culturalmente, como também espiritualmente. Neste caso, um jogo de búzios, revela que em meus caminhos havia uma ancestralidade “forte” (grifo do babalorixá), no ano 2015.

Começo ali no candomblé, maravilhada pelas mulheres adornadas com suas roupas bem passadas e engomadas, de pés nos chãos e colares no pescoço, hipnotizada pelo som dos tambores e das vozes que cantavam. A memória ancestral estava sendo ativada. Beatriz Nascimento coloca da seguinte forma:

“O corpo é igualmente memória. Da dor – que as imagens da escravidão não nos deixam esquecer, mas também dos fragmentos de alegria – do olhar cuidadoso para a pele escura, no toque suave no cabelo enrolado ou crespo, no movimento corporal que muitos antepassados fizeram no trabalho, na arte, na vida. Um golpe de cabeça, um jeito de corpo para escapar dos estereótipos, dos preconceitos e do racismo explícito. Um jeito de corpo para entrar nos lugares onde negros não entram ou ainda são minoria desigual.” (NASCIMENTO IN: RATTIS: 2006, pag. 68)

Nesta procura por semelhantes, e, por uma identidade racial, faço minha iniciação nesta religião. O candomblé é visto como um local de resistência afrodiaspórica no Brasil. NASCIMENTO (1989) nos diz que “para recuperar a identidade é preciso se tornar visível, ser invisível é perder a identidade. Se reconhecer no outro” (NASCIMENTO, Ôri, 1989)

Esta narrativa, com certeza é um desafio para entender o que este corpo está fazendo neste mundo, bem como este texto foge do academicismo erudito. KILOMBA (2019) nos conta sua escrita da seguinte forma: “Meus escritos podem ser incorporados de emoção e subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, as/os intelectuais negras (os) se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem. Eu, como mulher negra,

escrevo com palavras que descrevem minha realidade. (KILOMBA, 2019, pág. 58).

Mediante o exposto, tenho por objetivo construir uma narrativa da minha trajetória como mulher negra, perpassando os espaços da ancestralidade, da identidade racial, da educação e da pesquisa. Conceitos relevantes para a construção do campo abordados estão pautados nos trabalhos de HOOKS (2021), KILOMBA (2019), NASCIMENTO IN RATS (2006) e PINHEIRO (2023).

MÉTODO

Trata-se de uma narrativa acerca da trajetória como mulher negra, onde permeia espaços vivenciados na ancestralidade, identidade, gênero, educação e intelectualidade. Um relato que se inicia no ano de 2008 a 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Narrativas entrelaçadas traz uma costura entre ser mulher e as múltiplas identidades, como negra, educadora, artista, candomblecista e intelectual. É uma colcha de retalhos, com caminhos que se cruzam em um determinado momento desta escrita.

Primeiro veio o amor pela música, me graduei em piano, no ano de 2008. Logo conheci os caminhos da educação musical. HOOKS (2021) menciona que o “trabalho ocupa muito nosso tempo. Fazer um trabalho que odiamos ataca nossa autoestima e nossa autoconfiança. A maioria dos trabalhadores não pode fazer o que ama” (HOOKS, 2021, pág. 101-102).

Com efeito, no ano de 2012, me mudei para o estado da Bahia, sendo chamada para trabalhar em um projeto de música da Casa Anísio Teixeira, na cidade de Caetité. Aqui nesta cidade, conheci o Ilê Asé Dana Dana, um terreiro de candomblé de nação.

Este terreiro, com sua história de resistência, em 2017, recebe o Prêmio Leandro Gomes de Barros pelo Ministério da Cultura e no ano de 2018 coloca em ação um projeto sociocultural intitulado “Tambores da Magia – dialogando com a ancestralidade”, que tem por objetivo o resgate da cultura afro-brasileira, com oficinas de canto, percussão e dança afro. Conseqüentemente, sou convidada a estar junto deste projeto com aulas de canto africano/samba de roda/iorubá.

Este projeto, trouxe algumas inquietações, de como ensinar música para crianças e adolescentes, com conflitos sociais/identitários/psicológicos que diferiam de minhas experiências. Confesso que foi desafiador, como eu, de formação musical eurocêntrica, poderia ser capaz de levar educação musical para estes sujeitos.

Desta maneira, parto por uma metodologia, que faça estes indivíduos encontrarem em sua cultura formas de se manifestar. PINHEIRO (2023) nos revela sua trajetória da seguinte forma: “Parei, então, o percurso intelectual que a branquitude havia reservado para mim e para os meus e fiz o movimento Sankofa, de voltar e pegar tudo aquilo que ficou pelo caminho”. (PINHEIRO, 2023, pág. 22).

À partir da experiência como docente no projeto **Tambores da Magia**, fez crescer a vontade de me aprofundar na área da pesquisa, para entender como a música pode ser uma ferramenta de educação em espaços não-escolares, bem como a musicalidade pode estar presente através da oralidade, na ancestralidade, fazendo com que se perpetue o ensino e saber identitário, além do fortalecimento de uma sociedade marginalizada e de suas questões étnicas – raciais.

PINHEIRO (2023) coloca que é preciso intelectualizar pessoas negras, fazendo com que esses indivíduos adentrem e permaneçam em espaços acadêmicos:

Nesse sentido, destaco a importância de intelectualizarmos pessoas negras. Se fomos destituídos de humanidade pelo atributo da razão, é pelo intelecto que reconquistamos a nossa dimensão humana. Desse modo, apresentar referências teóricas de intelectuais negros e negras é essencial. (PINHEIRO, 2023, pág 59).

Destes questionamentos, em 2022, surge a oportunidade de ingressar como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade, da Universidade do Estado da Bahia, na cidade de Caetité. A disciplina - Ensino, Literatura e Identidade - ministrada pela professora Doutora Zoraíde Portela Silva, me encaminhou a aprendizados, onde pude preservar minha identidade. Pouco depois, fui aprovada como aluna regular, em 2023, iniciando meus passos no mundo da pesquisa.

Aprender sobre minha identidade racial, nas vozes de intelectuais negras, influenciaram para o enriquecimento das minhas ideias e conhecimentos, aprofundando nas complexidades dos sujeitos identitários, refletindo sobre identidade, educação musical, ancestralidade e pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi com esta narrativa revelar os caminhos de uma mulher negra pesquisadora que se fundem com os outros recortes, da educação musical, identidade, gênero e ancestralidade. Resignificando minha ancestralidade e do desafio de ensinar música no projeto Tambores da Magia, se tornando um ato de empoderamento e educação afetiva.

A entrada no Programa de Pós-Graduação marca um ponto, onde a disciplina “Ensino, Literatura e Identidade” tece uma teia de aprendizados que preservam a identidade. O trajeto culmina na aceitação como aluna regular, abrindo um novo capítulo de conhecimentos no mundo da pesquisa.



A voz de Beatriz Nascimento ressoa, recordando-nos de que o corpo é um testemunho vivo da história, das dores e alegrias de antepassados que moldaram o próprio jeito de ser, de resistir. É uma reflexão de empoderamento, quando se lança nos desafios da intelectualidade, tecendo novos caminhos que podem se tornar mais potente.

REFERÊNCIAS

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cabajó, 2019.

Ôrí. Direção: Raquel Gerber. Produção de Ignácio Gerber e Raquel Gerber. São Paulo. Brasil: Canal Curta, 1989. Disponível em: < <https://canalcurta.tv.br/filme/?name=ori> > acesso em: 12/08/23.

PINHEIRO, Carine Bárbara Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RATT, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

A SOCIEDADE DA INFANTILIZAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO DAS IDENTIDADES

Aliúd José de Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
aliudalmeida@gmail.com

Cássio Roberto Borges da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
cassioroberto.borges@uesb.edu.br

RESUMO

Neste trabalho damos continuidade as discussões iniciadas em *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben* e em *Neoliberalismo e sociedade de controle*. Examinamos a cultura pop como um espaço de produção de tipificações idealizadas, considerando as análises de Alan Moore e Alexandre Linck Vargas. Iniciamos, enfim, uma crítica à mercantilização das identidades e das nostalgias.

Palavras-chave: neoliberalismo; sociedade de controle; psicopolítica; crítica da sarjeta; cultura pop.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa dar continuidade as discussões iniciadas em *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben* (ALMEIDA, ALMEIDA, SILVA, 2021) e em *Neoliberalismo e sociedade de controle* (ALMEIDA, SILVA, 2022). Discutiremos a mercantilização das identidades na cultura pop a partir da noção *psicopolítica*, elaborada por Byung-Chul Han em *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (HAN, 2017). A noção de *psicopolítica* deriva-se de um desdobramento das noções de “sociedade de controle”, *insight* formulado por Gilles Deleuze ¹, e de *biopolítica*, pensada por Michel Foucault ⁴ (ALMEIDA, SILVA, 2022). Em sua hipótese, Han defende que o neoliberalismo opera por meio do controle das diferenças, não de sua interdição (ALMEIDA, SILVA, 2022). A liberdade individual, ordinariamente limitada por tipificações idealizadas das identidades, desagua em formas de subjetividade autoexploratórias em uma sociedade moldada pelo desempenho. Han afirma que o neoliberalismo instaura uma *Crise da liberdade* (HAN, 2018, p.9-24): “tanto o individualismo quanto o isolamento do indivíduo de suas relações coletivas são legitimados por um jogo semântico em que a servidão é tomada como liberdade” (ALMEIDA, SILVA, 2022, p.2.002). Na presente intervenção, nosso objeto de estudo é a cultura pop, concebida como espaço de produção de tipos idealizados de identidades. Mobilizamos, nessa tarefa, a crítica cultural elaborada por Alan Moore, quadrinista e escritor anarquista, e por Alexandre Linck Vargas, teórico e crítico de quadrinhos, cinema e literatura.

MÉTODO

No procedimento epistêmico, recorreremos à discussão feita por Alexandre Linck Vargas em *A invenção dos quadrinhos: teoria e crítica da sarjeta* (2015). A noção de sarjeta, espaço em branco entre os quadros de revistas em quadrinhos, adquire

¹ “Gilles Deleuze apresenta a noção de sociedade de controle para descrever tanto a decadência inevitável das sociedades normativas, quanto o processo de reformas e intervenções políticas promovido por um modelo empresarial que se tornou a norma de gestão das instituições e dos indivíduos. Deleuze levanta a hipótese de que a sociedade em que vivemos se organiza, por um lado, pelo controle das diferenças e, por outro, pela aquisição de novas condutas como fluxos de capital” (ALMEIDA; SILVA; 2022, p.2.001). ⁴ “Durante a década de 1970, Michel Foucault produziu um conjunto de análises historicamente situadas entre o final do século XVII e a primeira metade do século XX, onde descreveu, por um lado, a ruptura de uma sociedade fundamentada no exercício do poder soberano e, por outro, o nascimento de uma sociedade constituída pelo exercício do poder normativo. Da descontinuidade de uma sociedade organizada pelo poder da morte para a emergência de uma que se configura pela proliferação da vida. Para descrever o nascimento desta sociedade, Foucault elaborou as noções de poder disciplinar (FOUCAULT, 1987), uma técnica de extração da produtividade e da docilidade dos indivíduos, e de biopoder (FOUCAULT, 1988, 1999), uma política de regulamentação da vida humana. As análises feitas por Foucault apontam que durante o regime nazista, onde o racismo de Estado foi utilizado como mecanismo de seleção artificial da vida humana, foram produzidos os paroxismos que demarcaram a decadência das sociedades normativas” (ALMEIDA; SILVA; 2022, p.1.999).

sentidos peculiares na apreciação de Vargas: “o que está na sarjeta é o sintoma de uma possibilidade, de uma potência” (VARGAS, 2015, p.288). A sarjeta, como um espaço vazio a ser preenchido, possibilita, nesse sentido, uma relação entre a obra e a crítica, que tem por função a violação de um objeto: “criticar é violar algo, rachar, provocar uma ruptura, uma brecha por onde o olhar trabalha” (VARGAS, 2015, p.289). Enfim, propomos uma violação dos objetos da cultura pop.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2023, durante a segunda metade do mês de julho, um espectro assombrava a internet: o espectro da Barbie. Parodiando a introdução de *2001: Uma Odisseia no Espaço*, que sintetiza a história da humanidade em uma sequência que retrata a descoberta e o uso de uma ferramenta por um ancestral evolutivo do *homo sapiens*, em *Barbie*, filme dirigido por Greta Gerwig e roteirizado por ela em parceria com Noah Baumbach, a história da mulher, depois da segunda metade do século XX, é resumida pela invenção do brinquedo que protagoniza o filme, o maior sucesso de vendas da Mattel. A disputa acerca dos sentidos suscitados pelo filme teve grande impacto nas redes sociais, produzindo, entre junho e julho, mais de um milhão de postagens no Brasil (SCHNEIDER, 2023). No final do mês de julho, após a estreia do filme nos cinemas, *Barbie* converteu-se em objeto de debate entre influenciadores de campos heterogêneos. De um lado, masculinistas brasileiros, conhecidos na internet como *redpill*², e feministas liberais defendiam que o filme é feminista, de outro, conservadores moderados e *webmarxistas* diziam que se trata de um filme conservador e defensor de valores burgueses. Em ambos os casos, a discussão se deu sobre questões ideológicas e tipificações idealizadas: o elogio de uns era a crítica de outros³.

Desde *Homem-Aranha*, dirigido por Sam Raimi e lançado em 2002, emergiram na internet diversas arenas de batalha, capazes de mobilizar imensas quantidades de público: a cultura *nerd*, ou *geek*, adquiriu protagonismo na indústria cultural⁷, chegando a seu auge nos últimos anos, com o multiverso ficcional da Marvel (SAUL, 2023). Simultaneamente, outras franquias cinematográficas de sucesso foram anexadas ao crescimento deste setor da indústria cultural. Assim, a nostalgia, tanto de leitores de quadrinhos de super-heróis quanto a de fãs de clássicos audiovisuais⁴, foi tomada como matéria prima na produção de mercadorias culturais.

² Um misto de pseudobiologia, Matrix, Olavo de Carvalho, Jordan Peterson e Jack Donovan.

³ Não iremos discutir nenhum destes influenciadores digitais. Dada a proporção tomada pelo lançamento do filme, capaz de mobilizar tanta gente em ativismo digital, basta escrever “Barbie” + “filme” nos buscadores do *Google*, do *Google Trends*, do *Youtube* e do *Twitter* para ver o tamanho que isso tomou.

⁷ Vide a produção de filmes baseados em quadrinhos de super-heróis, jogos digitais e brinquedos nos últimos vinte anos.

⁴ Filmes e seriados como *Star Wars*, *Star Trek*, *Indiana Jones*, *Alien*, *Halloween*, *007*, *Evil Dead*, *Mad Max*, *O Senhor dos Anéis*, *O Hobbit*, *Aladin*, *O Rei Leão*, *A Pequena Sereia*, etc.

Em *A Cabeça de Alan Moore* (2023), documentário produzido pelo canal ARTE HD em parceria com a União Europeia, em 2017, Moore defende que, desde a década de 1990, a indústria cultural, ao reviver e atualizar os mesmos objetos culturais, danifica a imaginação humana e, ao mesmo tempo, produz uma sociedade infantilizada:

“[...] o atual tsunami de filmes de super-heróis americanos não está fazendo nenhum bem à cultura. E quero salientar que, no ano de 2016, quando a Grã-Bretanha votou pelo *Brexit* e os Estados Unidos elegeram, o que parece ser, um tremendo idiota nazista, seis de cada doze filmes *mainstream*, são filmes de super-heróis. [...] nós nos abrigamos dentro dessas fantasias de empoderamento. As quais eu já não tinha muito apreço logo depois da minha infância. Mas agora... tenho uma espécie de aversão tóxica a isso, porque acho que isso está realmente danificando a cultura, acho que está danificando a imaginação humana, e acho que, no fim das contas, elas podem ser justamente descritas como os sonhos supremacistas sobre uma raça superior” (MOORE, 2023).

Essa crítica de Moore já havia aparecido em um de seus quadrinhos, *Watchmen* (MOORE; GIBBONS; 2011), produzido entre 1986 e 1987, em parceria com Dave Gibbons, ali, Moore afirma, na ficção, que os super-heróis descendem da Ku Klux Klan (MOORE; GIBBONS, 2011, p.274; ALMEIDA, 2021, p.92-93). Diante da mercantilização das fantasias de empoderamento e das tipificações idealizadas, Moore propõe a invenção de formas de contracultura críticas ao capitalismo (MOORE, 2023). Em convergência com Moore, Vargas defende que, na dinâmica das redes sociais, caracterizada pela exploração e engajamento do ódio, a cultura pop se tornou tanto um espaço de cooptação reacionária (vide a formação de grupos como *incels*⁵ e *redpills*) quanto de formação de públicos infantilizados, mimados e agressivos⁶ (VARGAS, 2023^a; 2023^b). Segundo Vargas, lacração, termo oriundo de comunidades LGBTQIAPN+ e apropriado por grupos reacionários, passa a ser utilizado como um “termo guarda-chuva”, isto é, como uma forma de enunciar discursos de ódio contra minorias (VARGAS, 2023^a). A cultura do *fan service*, por sua vez, é constituída como uma forma de culto a mercadorias da cultura pop produzidas pela indústria cultural (VARGAS, 2023^b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fantasias de empoderamento, sejam as dos heróis capazes de alterar a realidade em um passe de magia (MOORE, 2023) ou da Barbie, empreendedora de si mesma (bem sucedida), desembocam num terreno de positividade, isto é, de autoafirmação do indivíduo sobre a realidade. Por mais que a Mattel tenha inserido em seus catálogos variações minoritárias de seus brinquedos, não cai bem, em uma sociedade da

⁵ *Involuntary celibates* ou, em português, celibatários involuntários: subcultura da internet que mistura misoginia, racismo, ressentimento, teorias da conspiração, pseudociência.

⁶ No vídeo em questão, Vargas comenta sobre as ameaças direcionadas a uma trabalhadora do site *Omelete*.

infantilização, que vende idealizações, a negatividade de uma Barbie agiota (já existe a investidora), noia ou traficante. Tanto Moore quanto Vargas demonstram que a nostalgia e as fantasias de empoderamento converteram-se em objetos preponderantes no comércio da indústria cultural. Han, por sua vez, defende que o neoliberalismo constitui uma forma de poder inteligente que, por um lado, explora as práticas de liberdade e, por outro, sujeita os indivíduos a condição de projetos. Nesse sentido, tanto a exploração dos afetos e das identidades quanto as disputas e embates entre diferentes grupos, nas redes sociais, formam um domínio de engajamento e autoexploração dos públicos. Essa mobilização retroalimenta o comércio das mercadorias culturais: disputas e polêmicas identitárias vendem e, ao mesmo tempo, fazem propaganda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aliúd. *Relações de poder em V de Vingança: Totalitarismo e Biopolítica*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens: 2021.

ALMEIDA, Aliúd; ALMEIDA, Judson; SILVA, Cássio. *Biopoder e tanatopolítica: micropoder e soberania em Foucault e Agamben*. In: Fólio – Revista de Letras, v.13, n.2: 2021.

ALMEIDA, Aliúd; SILVA, Cássio. *Neoliberalismo e sociedade de controle*. In: Anais do XIV Colóquio Nacional e VII Colóquio Intern. Do Museu Pedagógico e II Seminário Nac. e II Int. do Histedbr, v.14, n.1: 2022.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum: sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações, 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008, p.219-226.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAN, Byoung-Chul. *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Trad. Maurício Liesen. Editora Âyiné, Belo Horizonte: 2018.

MOORE, Alan. *A Cabeça de Alan Moore – Legendado (Português Brasileiro)*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YJ3QWnWENNY&ab_channel=Risan> Acesso em 27 de julho de 2023.

MOORE, Alan; GIBBONS, Dave. *Watchmen*. Trad. Jotapê Martins e Helcio de Carvalho. 2ªEd. São Paulo: Panini Books, 2011.

SAUL, Derek. *Interesse em filmes de super-heróis cai, mostra pesquisa*. Forbes. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbeslife/2022/08/interesse-em-filmes-desuper-heroi-cai-mostra-pesquisa/#:~:text=O%20Universo%20Cinematogr%C3%A1fico%20da%20Marve,lan%C3%A7ados%20ou%20programados%20em%202022>>. Acesso em 27 de julho de 2023.



VARGAS, Alexandre. *A invenção dos quadrinhos: teoria e crítica da sarjeta*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina: 2015.

VARGAS, Alexandre. *Mas, afinal, o que é LACRAÇÃO?*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WDn9D5bj3og&ab_channel=QuadrinhosnaSarjeta>. Acesso em 27 de julho de 2023a.

VARGAS, Alexandre. *A CULTURA NERD tornou-se uma legião de mimados babacas? O problema do fanservice*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y3eq13UYz2Q&ab_channel=QuadrinhosnaSarjeta>. Acesso em 27 de julho de 2023b.

SCHNEIDER, Amanda. *Barbie gera mais de 1 milhão de posts nas redes sociais*. Meioemensagem. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/midia/posts-barbie-redes-sociais>>. Acesso em 27 de julho de 2023.

ESCREVIVÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE NOS CONTOS OLHOS D'ÁGUA E BEIJO NA FACE DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Artigo

André Silva Souza (UNEB)

Paula Luiza Cangussu Silva (UNEB)

Claudia Rocha da Silva (UNEB)

claudiarocha@uneb.br

RESUMO

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2022, indicam que em média 04 mulheres são vítimas de feminicídio diariamente. 65 são negras. As mulheres trabalhadoras domésticas somam um total de 5,2 milhões, sendo 65% negras. Considerando esses dados, este trabalho visa analisar a continuidade alarmante das formas de opressão contra essas mulheres, a partir de uma pesquisa qualitativa, sob a ótica da literatura e dos conceitos da escrevivência e da interseccionalidade, nos contos Olhos d'água e Beijo na face, de Conceição Evaristo, ressaltando as questões de raça, gênero e classe. As discussões teóricas estão amparadas em Angela Davis (2016), Conceição Evaristo (2016), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). A partir da análise dos contos é possível afirmar a existência de uma perpetuação das desigualdades e violências de classe, gênero e raça, de forma interseccional, bem como perceber o quanto a escrevivência na literatura tem sido uma forma de denúncia e resistência do cotidiano das mulheres negras.

Palavras-chave: mulheres negras; violência; escrevivência; interseccionalidade; resistência.

Dados alarmantes apontam para um ciclo de violência e de opressão contra as mulheres negras, seja no ambiente doméstico, seja no ambiente de trabalho, e isso se dá de forma interseccional. A interseccionalidade, conforme Collins e Bilge (2021) “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como nas experiências individuais na vida cotidiana.” (COLLINS; BILGE 2021, p. 15). Para as autoras, a análise por esse ponto de vista, leva em consideração as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e faixa etária, dentre outras, a partir da interrelação entre tais categorias, sendo a interseccionalidade. “uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (COLLINS; BILGE 2021, p.16). Pois, “as relações de poder envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não sendo entidades distintas e mutuamente excludentes.” (COLLINS; BILGE 2021, p.16).

Entendemos, assim, que a inserção da mulher negra, de modo especial, no mercado de trabalho foi uma realidade árdua desde o período escravista e se propagou no sistema capitalista. Conforme apregoa Davis (2016), “as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão.” (DAVIS, 2016, p. 17). O trabalho durante escravidão era compulsório e, por conta disso, essas mulheres não tinham a possibilidade de viver com dignidade outros aspectos de suas vidas. Sem falar que a produção exigida delas, assemelhava-se ao que se exigia de um escravizado do sexo masculino, com o agravante de serem abusadas sexualmente e vítimas de outras formas de violência cruéis. É certo que houve resistência por parte de muitas mulheres.

A partir dessa perspectiva, este trabalho tem o propósito de analisar dois contos de Conceição Evaristo. Olhos d’água e Beijo na face, no intuito de discutir as relações de opressão vividas por mulheres negras, retratadas pela literatura. A metodologia utilizada para a pesquisa foi de cunho qualitativa, baseada na análise do conteúdo dos contos já mencionados, referenciada teoricamente pelos estudos de Angela Davis, Conceição Evaristo, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge.

O conto “Olhos d’água” de Conceição Evaristo gira em torno do questionamento: “de que cor eram os olhos de minha mãe?” A narradora-personagem é uma mulher em idade adulta que tenta lembrar a cor dos olhos da sua própria mãe, mas não consegue, porque os olhos da mãe estavam sempre cheio de lágrimas. Ela se sente culpada e fica chateada com a situação, porém, por estar distante de casa não conseguia respostas naquele momento: “Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família [...]”. (EVARISTO, 2016, p. 12). A personagem, assim como a grande maioria das pessoas negras,

almejava melhores condições de vida. Diante disso, essas pessoas deixam a família e partem, para as grandes cidades, na esperança de conseguir melhores empregos e salários, entretanto, Ângela Davis (2016) comenta sobre: “A desesperadora situação econômica das mulheres negras – elas realizam o pior de todos os trabalhos e são ignoradas [...]”. (DAVIS, 2016, p. 112). Dessa forma, as mulheres negras não conseguem uma melhoria de vida satisfatória, o que possibilita perceber a interseccionalidade da opressão.

Ao não se recordar da cor dos olhos da mãe, a personagem, tomada pelo desespero, decide largar tudo e retornar para sua cidade. Enquanto isso, conta ao leitor a vida difícil da família, a miséria, a fome e o trabalho exaustivo da mãe. Durante a narrativa, comenta: “Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância.” (EVARISTO, 2016, p.11).

A situação de miséria vivida por essa família é como um ciclo que se reproduz, pois a história de dificuldades se repete. Observamos que há nesse cenário um problema estrutural e histórico, como vimos, os membros dessa família lutam diariamente pela sobrevivência, sofrem a falta de alimentos: “As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago [...]”. (EVARISTO, 2016, p. 12-13). A partir do comentário exposto, é evidenciado que havia dias em que a família não tinha nada para saciar a fome e ela reforça que os olhos da sua mãe estavam sempre regados de lágrimas, até mesmo nos momentos em que ela sorria, com isso, a protagonista compreende: “A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d’água.” (EVARISTO, 2016, p.13). Nesse momento da narrativa, Oxum é mencionada, fazendo referencia aos rios calmos que são ao mesmo tempo profundos e enganosos para aqueles que contemplam apenas a superfície, assim como era a sua mãe.

O conto termina com a filha da narradora querendo saber a cor dos olhos da sua mãe que sempre estão cheio de lágrimas. Podemos observar que o ciclo da pobreza, de sofrimento e de abandono se reproduz nesse cenário, o que pode ser constatado a partir dos relatos da narradora, que ao ouvir a história da infância da mãe, lembra-se de sua própria infância. Em concordância, a filha da protagonista também não consegue ver a cor dos olhos de sua mãe, porque eles estão sendo sempre úmidos de lágrimas.

No conto Beijo na face, a história aludida é sobre Salinda, no contexto de um casamento conturbado que descobre um novo amor totalmente divergente ao que já possuía antes. Ao longo da narração é possível captar alguns temas, sensíveis a alguns leitores, os quais problematizam a vida de Salinda, sendo dois deles explicitamente abordados: i) relacionamento abusivo e; ii) a mudança de arranjo conjugal heteronormativo para uma relação homoafetiva.

Ao primeiro ponto percebe-se que o cônjuge de Salinda violentava-a em um âmbito psicológico, onde esse a vigiava constantemente e ameaçou apartá-la de seus filhos: “estava a vigiá-la, mas ao invés de agir em silêncio, vinha de própria voz alertá-la. Era como se ele buscasse retardar um encontro com a verdade” (EVARISTO, 2016, pág 33) e “aos poucos as ameaças feitas pelo marido, as mais diversificadas e cruéis, foram surgindo. Tomar as crianças, matá-la ou suicidar-se deixando uma carta culpando-a. Salinda, por isso, vinha há anos adiando um rompimento definitivo com ele.” (EVARISTO, 2016, pág 33). Tais trechos denunciam uma evidente relação tóxica ao ponto que a mulher encontrava-se condicionada ao amor pelos filhos e ao sentimento de medo do marido para continuar no enlace matrimonial.

À medida que Evaristo aborda este ponto da narrativa, ela traduz e transcreve a realidade de uma significativa, por não falar maioria, parte de mulheres espalhadas por todo o país. A vulnerabilidade e a hipossuficiência são somente uns dos mais diversos indicadores que ocasionam mulheres a continuar em um relacionamento fadado ao fracasso apenas por medo e angústia do que lhes pode acontecer, caso ocorra o fim da relação.

Em consonância com a literatura de Evaristo, trabalhada nesse conto no contexto de violência contra a mulher, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2022, indicam que em média 04 mulheres são vítimas de feminicídio diariamente. As evidências revelam que mesmo após a promulgação da lei 11.340/06, a importantíssima Lei Maria da Penha, os casos de violência contra as mulheres não sofreram uma diminuição, sinalizando assim que somente um dispositivo legal não é suficiente para combater estas violências.

A contraponto, a tristeza e frustração vividas pelo atual relacionamento de Salinda são substituídas por um calmo e novo amor. A descoberta da nova forma de relacionar-se consigo mesma e, posteriormente, com outra mulher proporciona a Salinda experiências que não foram apreciadas anteriormente. Como pontua a autora, Salinda partiu em uma “viagem” de redescoberta de si mesma: “havia quase um ano que a felicidade lhe era servida em contagotas. Pequenas gotículas que guardavam a força e a aparência de reservatórios infindos, de represas de felicidade inteira.” (CONCEIÇÃO, 2014, pág 32). Além disso, é de muita sensibilidade a forma com que o conto retrata o sentimento entre duas mulheres pretas, que prosseguem e afloram juntas o mais fluido e sincero amor:

Do outro lado, como se verdade fosse, o nítido rosto da amiga surgiu para afirmar a força de um amor entre duas iguais. Mulheres, ambas se pareciam. Altas, negras e com dezenas de dreads a lhes enfeitar a cabeça. Ambas aves fêmeas, ousadas mergulhadoras na própria profundidade. E a cada vez que uma mergulhava na outra,

o suave encontro de suas fendas-mulheres engravidava as duas de prazer. E o que parecia pouco, muito se tornava.” (EVARISTO, 2016, p.35)

As narrativas de Conceição Evaristo perpassam pelas adversidades vividas por mulheres pretas. Estas personagens são construídas a partir de um conceito nomeado por Evaristo como Escrivivência, que seria a *junção das palavras escrever+vivência*. Para mais do que a origem etimológica da palavra, Conceição Evaristo implicitamente faz-nos compreender tal significado no momento que imbui suas personagens a este termo, na qual aponta uma dupla dimensão que é dada na premissa de que é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo da maneira que o enfrenta. Acrescente-se, ainda, que a opressão vivida por estas mulheres é interseccional, pois são mulheres negras, pobres e/ou homossexuais.

É possível afirmar, após a análise dos contos, a existência de uma perpetuação das desigualdades e violências de classe, gênero e raça, de forma interseccional, bem como perceber o quanto a escrevivência na literatura tem sido uma forma de denúncia e resistência do cotidiano das mulheres negras. De um lado temos uma mulher negra, pobre, mãe solo, cujo ciclo de pobreza se repete, já que a sua existência, assim como a da sua mãe, perpetuam uma opressão de raça, gênero e classe. E de outro temos uma mulher oprimida por um marido violento, obsessivo, que encontra o amor numa relação homoafetiva. Ambas as personagens passam por um processo de auto-conhecimento, numa relação de ancestralidade e continuidade, permeada pelo amor. Ambas resistem às opressões vividas, indo em busca daquilo que as tornará completas.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

Meninas e mulheres no 1o semestre de 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninasmulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO “PRODUTO” NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DO PROGRAMA BAHIA MEIO DIA

Andressa Santos de Oliveira
Jornalista e mestranda
Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
andressa2596@outlook.com.br

Márcia Santos Lemos
Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

A violência contra as mulheres faz parte do processo histórico de formação do patriarcado. A partir das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais engendradas pela humanidade, a luta pela igualdade de direitos e pelo fim da violência de gênero foi ganhando novos direcionamentos. Essa pesquisa parte da leitura de 109 reportagens jornalísticas, selecionadas entre janeiro a dezembro de 2020. Essa pesquisa visa analisar a utilização da violência como “produto” na construção das notícias, que invisibilizam e silenciam as vítimas de violência de gênero no jornal Bahia Meio Dia, com base nos estudos sobre jornalismo, gênero, violência, patriarcado e hegemonia. A pesquisa gerou perguntas sobre a construção das reportagens no jornal e para respondê-las foi utilizado um método combinativo entre a fundamentação teórico-metodológica com base nas propostas de Patrick Charaudeau (2005) e a teoria da filosofia da linguagem de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, para analisar a construção do signo e do significado na produção das reportagens como mercadoria pela mídia hegemônica.

Palavras-chave: Mulheres. Violência de gênero. Invisibilidade. Jornalismo. Produto. Mercadoria.

INTRODUÇÃO

Informação, credibilidade e liberdade de imprensa. Todos os dias o profissional que trabalha com a produção do jornalismo precisa enfrentar os dilemas éticos que permeiam a escolha e a seleção de acontecimentos no cotidiano da rua, do bairro, da cidade, do mundo. Atravessados por suas vivências e subjetividades, os repórteres precisam ter senso crítico, respeitar o código de ética vigente e os limites da democracia em seu país de origem. E se consolidou como um poder hegemônico e indispensável para mediar os acontecimentos entre o público e a realidade imposta, mas afinal, quem são os donos da mídia? O que significa informar? Quem determina o que pode ou não ser visível? A mídia tem a capacidade de manipular as informações? Qual é o papel do jornalismo nas sociedades democráticas? Como a mídia se apropria da cobertura de notícias para sustentar sua audiência?

Silva (2010) destaca que o jornalismo é predominantemente dominado pelo gênero masculino, porque a partir dele se constitui padrões de comportamentos e também permite a mídia se legitimar como uma instância que garante a explicação de saberes e as representações sociais. Nesse contexto, o feminismo pode auxiliar o jornalismo na desconstrução desse padrão hegemônico, a partir de uma crítica voltada para esses comportamentos que viabilizam a propagação do machismo e dos estereótipos de gênero.

Para Silva (2010, p. 63) é necessário reconhecer que o jornalismo reproduz um padrão de produção de notícias que perpassa o gênero e constrói as relações sociais e o conhecimento sobre o mundo. Essa construção, por sua vez pode produzir, como define Charaudeau (2005, p. 87), “efeitos perversos de dramatização abusiva, de amálgama, de reação paranoica”. E para compensar esse efeito, a mídia tenta “multiplicar os pontos de vista e colocar no plano de igualdade os argumentos contrários”. Mas ao analisar como as redações inserem o contexto da violência de gênero no cotidiano dos jornais, se evidencia que há um desequilíbrio entre o lugar da vítima e o espaço do agressor, e incentiva a sociedade a questionar o que a vítima precisaria ter feito para evitar o estupro, o assédio, o feminicídio, a violência doméstica ao invés de promover o debate sobre porque as estruturas sociais ainda continuam sendo responsáveis pela perpetuação da violência. Nesse interim, o jornalismo ainda concede privilégios ao gênero masculino, reforçando valores e comportamentos que muitas vezes desqualificam a palavra da vítima.

A invisibilidade do corpo feminino se insere, nesse contexto, como uma construção histórica, que traz à tona como as mulheres brasileiras foram silenciadas desde a colonização do país. A violência contra as mulheres se inscreveu no tempo e na história, porque houve a construção de um modelo de sociedade que legitimou a violência, a partir do uso devastador do poder pelos homens, o que se perpetua até a atualidade.

Partindo desse entendimento, essa pesquisa pretende estudar a violência de gênero como produto do jornalismo no programa Bahia Meio Dia, da emissora Rede Bahia, afiliada da Rede Globo. Foram selecionadas 109 reportagens entre janeiro a dezembro de 2020, com o objetivo de analisar o impacto da pandemia da covid-19 sobre os casos de violência de gênero reportados no programa.

No cenário nacional, a Bahia ocupa o ranking dos estados do Nordeste com maior índice de violência contra a mulher. Segundo dados da Rede de Observatórios da Segurança¹, que monitorou diariamente as notícias sobre o tema em 2022, o número de casos reportados nos jornais representou um aumento de 58% em relação a 2021. No cenário nacional, ainda de acordo o relatório, a Bahia ocupa o terceiro lugar no ranking dos estados com mais registros de violência contra a mulher, ficando atrás apenas de São Paulo (898) e Rio de Janeiro (545).

No cenário regional, em Vitória da Conquista na Bahia, o Sistema de Informação de Agravos e Notificações, que registra o número de atendimentos prestados as mulheres vítimas de violência de gênero, no Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (CRAV), destaca que em 2020 foram registrados 516 casos de violência física, 321 casos de violência psicológica e moral, 32 casos de tortura e 214 casos de violência sexual.

Partindo da análise dos dados, essa pesquisa compreende que é de fundamental importância analisar a utilização da violência de gênero como produto na construção das narrativas jornalísticas do Bahia Meio Dia, considerando a audiência e a importância cultural e social desse programa para o estado da Bahia.

Apresentado por Vanderson Nascimento e Jéssica Senra, o programa² lidera a audiência na Bahia. No primeiro trimestre do ano, o telejornal conseguiu 19,5 pontos contra 15,9 da emissora Record no seu horário, entre 12h01 e 13h30.

A sustentação dessa liderança não pode ser compreendida como mero acaso, pois o jornalismo se configura, de acordo com Charaudeau, como uma “instância de poder”, que se utiliza de recursos estratégicos para manter sua audiência.

A partir do material de estudo selecionado, essa pesquisa busca compreender quais são os mecanismos utilizados pelo programa para consolidar a audiência, a partir das narrativas que envolvem violência de gênero contra a mulher.

1 Disponível em < <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/278048-pesquisa-aponta-que-bahia-temmaior-crescimento-na-taxa-de-violencia-contra-mulher-e-lidera-feminicidios-no-nordeste>> Acesso em 10 de jul.2023.

2 Disponível em: < <https://sitectv.com/bahia-meio-dia-crava-novo-recorde-e-garante-lideranca-isoladaemsalvador/#:~:text=Exibido%20entre%2012h01%20e%2013h23,de%20participa%C3%A7%C3%A3o%20total%20em%20share.>> Acesso em 20 jul. 2023

MÉTODO

Como metodologia de pesquisa, será utilizado a Teoria do Dialogismo de Bakhtin, partindo da compreensão que a mídia atua como instância de poder que produz signos e significados ideológicos a partir da estrutura da linguagem.

O corpus dessa dissertação é formado por 109 reportagens produzidas e publicadas no Programa Bahia Meio Dia, entre janeiro a dezembro de 2020. A escolha do período para a análise jornalística se deve ao fato de estar inserido dentro do contexto da pandemia de Covid-19 no país. O objetivo é analisar como a violência de gênero se constitui num produto pela mídia hegemônica. Partindo do pressuposto de Bakhtin *apud* Fiorin (2016), o discurso é representado por formas ideológicas que carregam em si sentido e significado. Nenhum discurso é isolado ou isento da visão do jornalista ou do programa que ele representa. Se essas construções jornalísticas se estruturam a partir da violência como produto, cabe analisar como a mídia vende essas narrativas e explora a violência como espetáculo a partir do sensacionalismo e da dramatização.

Para a seleção das reportagens, foi utilizado o site do programa Bahia Meio Dia, que possui seu próprio acervo de notícias vinculado ao Globoplay. As matérias foram escolhidas de acordo com o caráter da narrativa a partir das expressões tipificadas pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha- “violência contra a mulher, “violência de gênero”, “violência sexual”, “violência patrimonial”, “assédio”, “feminicídio”, “violência doméstica” e “estupro”.

Para análise será utilizado um quadro teórico comparativo para identificar a violência como produto a partir do patriarcado, do jornalismo como aparelho privado de hegemonia e sua reprodução social a partir da lógica capitalista.

Para compor o quadro teórico é utilizado também a Teoria Semiolinguística da Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, que pertence a Escola Francesa, com o objetivo de analisar e compreender a relação entre o discurso da mídia e o processo de silenciamento e invisibilidade construídos a partir da utilização da violência de gênero como produto mercadológico, que explora a condição humana feminina para consolidar a audiência e sustentar a hegemonia do programa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A invisibilidade nasce, de acordo com Voirol (2005) no discurso da visibilidade. Cotidianamente os programas de mídia hegemônica relatam os mais diversos crimes de violência doméstica e fazem parecer que a luta pela visibilidade acontece nas construções dessas narrativas. Contudo, uma análise mais profunda revela que o objetivo dessas publicações, em parte, não é dar visibilidade e voz as vítimas da violência,

mas fazer parecer que elas são visíveis, quando na verdade, a narrativa condena essas mulheres a um lugar de mais opressão e trata o crime como se ele pudesse ser interpretado de maneira subjetiva, reforçando assim seu poder de influenciar a leitura dos acontecimentos.

Já para Eni Orlandi (1990), autora do livro *As Formas do Silêncio*, que fundamenta sua análise a partir da compreensão do silêncio como produtor de sentido e significado na sociedade, compreende que a linguagem também produz silêncio “assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam”.

Com base nos estudos de Saffioti (2013), que analisa a construção e a formação social da mulher no Brasil, as camadas narrativas construídas pelo jornalismo revelam que o corpo das mulheres pode ser um lugar de apropriação do capital, que transforma tudo em produto, incluindo a violência.

Das 109 matérias selecionadas, 20 delas mostraram que a maior parte das vítimas estão inseridas em contexto de vulnerabilidade social e emocional. As vítimas que compõem as reportagens são mulheres negras, moradoras da periferia de Salvador. As 20 reportagens analisadas não fizeram menção direta a Lei Maria da Penha e também não mostraram ou mencionaram os canais de proteção de atendimento à mulher. Nas construções narrativas foram apresentados indícios de caráter mórbido e sensacionalista que contraria o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que defende no capítulo III, artigo 11, inciso II, o dever do jornalista é divulgar informações que não “contrarie os valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ainda está em andamento, como pesquisa para dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A pesquisa tem por objetivo apontar como a violência é empregada na categoria de produto nas narrativas de violência de gênero, construídas pelo programa Bahia Meio Dia, e verificar como essas reportagens podem invisibilizar e silenciar as vítimas de violência a partir da utilização da linguagem, do sensacionalismo e da dramatização, bem como a exploração do corpo feminino para garantir a audiência do veículo. Os resultados, portanto, ainda estão em fase de investigação e análise.

Entre os interesses capitalistas e a produção das notícias que circulam cotidianamente na sociedade, a mídia se consolidou como a mediadora das relações sociais entre o acontecimento e a realidade. Essa atuação entre as duas esferas, junto a um cenário jornalístico movido por relações econômicas e político-ideológicas que



cobram cada vez mais por velocidade e instantaneidade para a publicação dos fatos, somado aos modelos historicamente construídos pelo patriarcado, é possível observar, que a mídia pode contribuir para a produção da invisibilidade dos crimes de violência contra as mulheres, porque em grande parte de suas manchetes prioriza-se os detalhes da violência e não se aprofunda nos desdobramentos políticos e sociais, que fazem com que a violência de gênero se perpetue na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 1. ed. SP: Contexto, 2005. Editora brasiliense, 1993.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. 6. Ed. São Paulo, 2016. Editora Contexto.

HOEVER, Rejane. **O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica**. Revista Práxis e Hegemonia Popular, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019 - ISSN 2526-1843

MATOS, Olgária. **Tirania da visibilidade: O visível e o invisível nas sociedades contemporâneas**. Editora Unifesp; 1ª edição.

MILANI, Sebastião. **O signo para Humboldt, para Saussure e para Bakhtin**. Universidade Federal de Goiás-UFG - Goiânia - Goiás - Brasil. Santa Cruz do Sul, v.40, n. 68, p. 55-65, jan. /jun. 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos**. Editora Unicamp, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Graphium Editora, 2011. p. 144

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o Gênero do Jornalismo: Modos de produção das notícias**. Porto Alegre, 2010.

VOIROL, Olivier. **Les luttes pour la visibilité. Esquisse d' une problématique. Réseaux**. n. 129-130, p. 12- 26, 2005/1. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux1-2005-1page-89.htm> Acesso em: 22 de abril de 2022

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA REPÚBLICA DE GILEAD: REFLEXÕES A PARTIR DA NARRATIVA DE OFFRED EM *O CONTO DA AIA*

Dissertação de mestrado

Ariadne Maria dos Santos Malheiros
PPGCEL - UESB
ariadnemalheiros.eng@gmail.com

Márcia Santos Lemos
PPGCEL - UESB

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a refletir sobre o romance distópico de Margaret Atwood, *O Conto da Aia* (2017a), analisando a violência de gênero a partir das cenas de estupro e do parto, vivenciadas pela categoria das mulheres Aias, na República de Gilead. Trata-se de um governo autoritário que se apropria do corpo feminino, retira todos os direitos das mulheres com amparo no regime patriarcal de gênero e elege as Aias como as responsáveis pelo trabalho reprodutivo naquilo que se refere à concepção e gestação dos filhos e filhas de Gilead. Os fatos narrados em primeira pessoa pela protagonista Offred encontram correspondência em realidades concretas e remetem a acontecimentos históricos, entretanto, mesmo sendo ficcionados em distopia, são profícuos como instrumentos de crítica social e pesquisa. Parte-se da premissa que a obra de Atwood reflete e refrata a realidade vivida pelas mulheres vitimadas pela violência sexual e obstétrica e possibilita discutir as determinações no processo de reificação das mulheres ao longo da narrativa. O respaldo para a violência que objetifica as mulheres, oprime, domina e explora, é fornecido pelo patriarcado e pelo governo autoritário e teonômico, imposto por um grupo político que derruba a democracia estadunidense. As leis estabelecidas neste novo governo, formado por cristãos que se autoproclamam Filhos de Jacob, coagem mulheres, reprimem sua sexualidade, conduzem algumas à prostituição e, as “férteis”, são designadas a procriarem com o argumento de que a humanidade precisa continuar a se reproduzir. O Estruturalismo Genético da Literatura, de Lucien Goldmann, orienta a análise da obra no sentido de compreender e explicar as cenas selecionadas em *O Conto da Aia*.

Palavras-chave: mulheres; patriarcado; gênero; violência; distopia

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar a violência de sexual e a violência obstétrica contra a mulher no livro distópico de Margaret Atwood, *O Conto da Aia* (2017a), especificamente nas cenas de estupro, que compõe o ritual da concepção e o ritual do parto, articulando as categorias patriarcado, gênero e reificação. Atwood, escritora canadense, tem uma vasta produção de ficção e não-ficção, com discursos que atravessam a esfera literária com a epistemologia feminista. *O Conto da Aia* (2017a) - romance contemporâneo escrito na Alemanha em 1985 - é visto pela própria autora como literatura de ficção especulativa, ou seja, algo que tem probabilidade de acontecer (ATWOOD, 2017b).

A história contada pela narradora personagem, Offred, situa-se nos Estados Unidos após o país sofrer um golpe de Estado, que derrubou sua democracia e instalou um governo autoritário na República de Gilead. Doravante, as mulheres, sob as mais variadas formas de tortura física e psicológica, perdem a liberdade, inclusive a de decidir sobre seus próprios corpos e sobre a reprodução da vida.

Escrever, pesquisar e dialogar sobre violência de gênero contra as mulheres é condição *sine qua non* para enfrentar a opressão, um apelo a não acomodação aos preceitos patriarcais que regem a sociedade e um refrigério ao sofrimento e ao adoecimento físico e psíquico de mulheres e meninas que são oprimidas por algum tipo de violência.

A violência entendida como agressão física, psicológica, sexual, simbólica e moral, ou que resulta em dano, sofrimento, coerção e privação de liberdade contra alguém devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero faz parte da história do capitalismo e da consequente reprodução do patriarcado.

As estruturas patriarcais colocam as mulheres à mercê dos padrões sociais discriminatórios e rígidos que propiciam os ciclos de violência e submissão de um gênero ao outro. A violência não atinge todas as mulheres da mesma forma, mas as alcançam independente da classe social, econômica, escolaridade, orientação sexual ou idade. Conforme explicado por Arruzza (2019), de acordo com a perspectiva de antropólogos e sociólogos de origem marxistas, “a opressão feminina nem sempre existiu, mas surgiu como resultado de uma série complexa de processos sociais” (ARRUZZA, p. 93, 2019). Ocorre hegemonicamente nos espaços privados em conflitos interpessoais, por vezes silenciados e, portanto, subnotificados aos órgãos de informação e combate à violência.

No que tange os debates acerca da violência contra a mulher, Saffioti (2015) informa que esta se materializa assim que há a ruptura da integridade da vítima, em qualquer nível, seja ele, físico, psicológico, sexual ou moral - e não ocorre isoladamente.

Entretanto, a autora não centraliza o conceito de violência apenas com a ruptura destas integridades, pois “a violência não encontra lugar ontológico”.

A despeito de todos os avanços na visibilidade que o tema adquiriu nos últimos anos e do enfrentamento jurídico mais rígido no combate à violência contra as mulheres, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2022 houve uma elevação de 3,2% no número de feminicídios comparando-se ao primeiro semestre de 2021 (FBSP, 2022).

Uma das maiores expoentes da antropologia feminista e marxista, Eleanor Burke Leacock (2019), elucida seu posicionamento sobre a subordinação das mulheres. Leacock (2019) traz a reflexão de que a exploração, a desigualdade e a competição desumana da sociedade é, necessariamente, resultante de um processo histórico, pois, por vastos séculos, a humanidade esteve sob a égide da cooperação e do igualitarismo.

Apesar da ditadura teonômica imposta em Gilead ser distópica - a partir de um golpe que exterminou a democracia -, a violência sexual e obstétrica ultrapassam o mundo ficcional atwoodiano, uma vez que a estrutura social patriarcal é uma forma perversa e resistente de dominação, exploração e objetificação do corpo da mulher.

MÉTODO

O Conto da Aia, traduzido em diversas línguas, inclusive para o português brasileiro, foi publicado em 1985 com o título em inglês *The Handmaid's Tale*. A tradução usada neste trabalho é composta por 366 páginas subdividas em 46 capítulos narrados em primeira pessoa por Offred, a aia protagonista da história, e uma segunda parte intitulada *Notas Históricas Sobre o Conto da Aia*, um epílogo narrado no ano de 2195 por um professor durante um simpósio sobre os estudos feitos a respeito da

República de Gilead. Nesta pesquisa é utilizada a obra traduzida por Ana Deiró em 2017, publicada pela editora Rocco - editora que mais empenhou esforços para traduzir as obras de Atwood no Brasil, até então.

No sentido de alcançar os objetivos definidos, esta pesquisa utiliza o Estruturalismo Genético da Literatura, conforme proposto por Lucien Goldmann, para compreender e explicar as cenas selecionadas em *O Conto da Aia*. Tal perspectiva implica em fazer um estudo das ideias contidas na obra literária. Busca-se, então, localizar o sujeito transindividual produtor, em última instância, da visão de mundo circunstanciada na narrativa, combinando a compreensão do seu significado imanente, com sua explicação, como parte de uma totalidade articulada mais ampla. Trata-se de uma abordagem dialética e complexa da relação entre literatura e realidade, mediada por múltiplas determinações.



Será feita uma análise qualitativa do conteúdo literário considerando a narrativa como distópica e, portanto, abarcando a literatura especulativa com cenários de um mundo futuro que já foi vivenciado e que tem a probabilidade de se repetir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa, ainda em desenvolvimento já permite verificar que a literatura distópica de *O Conto da Aia* reporta a realidade da violência de gênero e coloca em debate os direitos das mulheres, objetificação do corpo feminino, dominação masculina, sistemas patriarcais, sexismo, teonomia e regimes autoritários. O trabalho tem possibilitado questionar e discutir questões que envolvem a ideia de feminino e sua relação com a violência institucional.

Observada a análise inicial, construída a partir da percepção do que é exposto pela narradora personagem do romance, as mulheres são violadas por uma estrutura de poder que busca se reproduzir. A partir de referências históricas, Atwood constrói o mundo distópico da República de Gilead, exorta crítica contundente à cultura misógina e aos governos autoritários e destaca a articulação entre fascistas e fundamentalistas religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com cenário futurístico, *O Conto da Aia*, permite estudar e problematizar a violência sofrida por mulheres dentro de uma sociedade de regime autoritário. Há nas cenas desta narrativa, de forma crítica apresentada pela autora, uma tentativa de normalização da violência sexual e gestacional justificada em preceitos divinos.

Esta distopia expõe a violência de gênero e aborda os mecanismos sociais de poder e controle impostos às mulheres, permitindo formular a respeito da subjetivação do feminino nas sociedades reais, ou seja, não distópicas, e hierarquizadas. Mesmo com os avanços significativos das conquistas femininas, a mulher ainda tem sua vida cerceada pelo patriarcado que se perpetua ao longo dos séculos e faz manter a desigualdade de gênero e a consequente violência legitimada do homem sobre a mulher.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismos e feminismos**. São Paulo: Usina, 2019.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017a.



_____. **Margaret Atwood on What 'The Handmaid's Tale' Means in the Age of Trump.** The New York Times, mar. 2017b. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/10/books/review/margaret-atwood-handmaids-taleage-of-trump.html>>. Acesso em junho de 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022.** 2022. Disponível em: <[https:// forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contrameninasmulheres-2022-1sem.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contrameninasmulheres-2022-1sem.pdf)>. Acesso em janeiro de 2023.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural.** São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: fundação Perseu Abramo, 2015.

AS CONDIÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES E O “AMÁLGAMA CONJUGAL” NO REINO VISIGODO: ENTRE A INSUBMISSÃO E O CONTROLE (SÉCULOS VI E VII)

Trabalhos de Conclusão de Curso

Claudenia dos Santos Ferraz
denaferraz44@gmail.com
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santos Lemos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO

A partir da análise das atas conciliares hispano-visigóticas dos séculos VI e VII e balizado pelo Materialismo Histórico e Dialético, desenvolvemos uma investigação que permite apreender os atos de insubmissão das mulheres no Reino Visigodo. Nesta perspectiva, busca-se compreender o processo de controle do feminino pela Igreja Cristã. Para tal, utilizamos o conceito de amálgama conjugal formulado pela antropóloga e feminista materialista Paola Tabet. O conceito em questão depreende, de modo geral, um conjunto de atribuições – trabalho doméstico, procriador, sexual e emocional – desempenhado pelas mulheres no domínio cotidiano. Nesse sentido, articulamos a categoria analítica “amálgama conjugal” com a concretude do Reino Visigodo, buscando entender as contradições e conflitos que caracterizaram o complexo do Patriarcado naquela sociedade.

Palavras-chave: Alta Idade Média; Reino Visigodo; Mulheres; Amálgama Conjugal; Insubmissão.

INTRODUÇÃO

A partir da análise das atas conciliares hispano-visigóticas dos séculos VI e VII e amparados em aporte teórico-metodológico desenvolvemos uma investigação que permite apreender os atos de insubmissão das mulheres no Reino Visigodo, tendo em vista, o processo de controle do feminino pela Igreja Cristã. Na via de empreender um estudo que enfoque os papéis desempenhados pelas mulheres – considerando a complexidade da sua atuação enquanto sujeitas sociais ativas – esta pesquisa propõe-se a perscrutar a regulamentação e proibição de determinadas práticas às mulheres nas atas conciliares hispano-visigóticas e como esse processo expressa uma tentativa de controle destas. Partimos do pressuposto que, ao encontrarmos disposições conciliares condenando e punindo condutas que diziam respeito ao adultério, aborto, controle da virgindade das jovens e castidade das viúvas, aponta que esses atos eram realizados e as mulheres encontravam formas de subverter as normas impostas por aquela sociedade.

As atas dos concílios representam uma importante fonte para a história das sociedades medievais, na medida em que eram espaços de deliberações eclesiásticas associados ao poder secular, sobretudo com a introdução da presença imperial - inaugurada por Constantino que governou o Império Romano durante o período de 306 a 337- e depois pelos monarcas dos reinos romano-germânicos, o que reforçou o poder das disposições promulgadas nas reuniões conciliares (SILVA, 2020, p. 69). Por este ângulo, intencionamos compreender a concretude do Reino Visigodo, analisando os conflitos e contradições que constituíram esta sociedade e como o complexo do patriarcado se manifestou e se atualizou nas suas lógicas de funcionamento e organização.

As deliberações conciliares ultrapassavam o campo eclesiástico e influenciavam toda a vida jurídica do reino, na medida em que estes “eram uma expressão legislativa das igrejas locais e da instituição eclesiástica [...]” (SILVA, 2020, p. 69). Nesse sentido, tendo em vista que os cânones eram elaborados em resposta às necessidades de normas e demandas regionais, conjecturamos que a regulamentação e proibição de determinadas práticas desempenhadas pelas mulheres nas atas conciliares, expressa um processo de controle destas. Contudo, essas condutas demonstram que as mesmas encontravam formas de subverter as normas impostas por aquela sociedade, considerando as suas possibilidades concretas dentro da estrutura patriarcal que estavam inseridas.

MÉTODO

O corpus documental é uma fonte que se enquadra na categoria de documentação legislativa, que são as atas conciliares hispano- visigóticas dos séculos VI e VII. A edição utilizada para a realização da presente pesquisa é a de José Vives que apresenta o texto original em latim acompanhada de uma tradução para o espanhol.

Levando em consideração que o objeto de pesquisa é algo real e concreto sobre o qual nos aproximamos por meio dos vestígios do passado, a pesquisa se desdobrou nos seguintes estágios: no primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico prévio sobre o Reino Visigodo, e os concílios hispano-visigóticos e no segundo momento a leitura da fonte e o levantamento das atas que versam sobre casamento, aborto, adultério, virgindade e castidade das viúvas. A partir da triagem do material encontrado na fonte, partimos para a organização por temáticas em tabelas para a análise. Após esse contato com a fonte, definimos os concílios e atas conciliares que são utilizadas na pesquisa, bem como o recorte temporal, situado nos séculos VI e VII.

Tendo em vista que a produção do conhecimento é orientada por certos caminhos e pressupostos, isto é, formas de articular conceitos e categorias que conduzem a determinados argumentos e conclusões e compreendendo que o método é uma forma de ler a realidade, a presente pesquisa será balizada pelo método do materialismo histórico e dialético.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história das mulheres é uma área do conhecimento que foi por muito tempo negligenciado pela historiografia tradicional que privilegiava os “grandes homens” e seus “grandes feitos”. Expressão da própria sociedade, na qual esse conhecimento era produzido, cindida por desigualdades e opressões, nas quais às mulheres era atribuída uma suposta condição de inferioridade e, portanto concebidas como figuras secundárias restritas ao âmbito doméstico e sem contribuições para a História.

Não obstante, as estruturas de desigualdade e opressão ainda se manifestem, sendo expressões das relações patriarcais de gênero, a compreensão das contradições que compõem essa totalidade - na qual as mulheres são subordinadas a um espaço ínfimo nas esferas de poder e na História - possibilita a emergência dos movimentos de reação à realidade concreta. Nesta perspectiva, essas mobilizações adentram e permeiam o mundo acadêmico reivindicando a presença da atuação das mulheres na História e, por conseguinte na historiografia. Portanto, a emergência da História das mulheres acompanhou um movimento imbricado do avanço das campanhas feministas e da expansão da História das Mulheres e dos próprios limites epistemológicos da História.

Torna-se fundamental desenvolver estudos que evidenciem a participação das mulheres na história enquanto sujeitos sociais ativos que devem ser analisadas de acordo com o contexto social ao qual pertencem, não deixando de lado, contudo, a classe social, etnia e os papéis desempenhados. Pois como Soihet salienta analisar essas categorias de forma articulada demonstram o compromisso do/a historiador/a “com uma história que inclua a fala dos oprimidos, mas também que esses pesquisadores consideram que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos [classe, raça e gênero]”. (SOIHET, 1997, p. 7).

Com o avanço da História das Mulheres novos temas e categorias de análises foram trazidos à luz no quadro do próprio processo de expansão dos limites epistemológicos da História enquanto ciência. Nesta perspectiva, Patriarcado é um conceito sobre o qual temos que nos deter se objetivamos construir um estudo que enfoque a participação das mulheres no movimento da história, a partir de uma análise diacrônica e sincrônica, o entendendo enquanto uma construção datada e historicamente determinada. Essa categoria analítica permite perscrutar as relações de poder desiguais entre homens e mulheres, o processo de hierarquização das relações sociais de gênero que envolve toda a sociedade e a configuração de uma estrutura de poder pautada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 57,58).

Dentro do escopo de conceitos úteis à proposta de investigação que a presente pesquisa desenvolve está o de “amálgama conjugal”, formulado pela antropóloga e feminista materialista Paola Tabet. A categoria em questão “trata-se um conjunto de atividades – trabalho doméstico, procriador, sexual e emocional – que as esposas trocam em bloco e sem medida por uma manutenção in natura [...]”. (FALQUET, 2013, P. 18). Recorremos ao conceito de amálgama conjugal com a finalidade de analisar o processo de controle das mulheres, na medida em que o trabalho procriador, sexual e emocional destas era apropriado.

Dentre os cânones analisados, selecionamos as atas do Concílio de Lérida (ano 546); Concílio de Braga II (ano 572); Concílio de Toledo III (ano 589); Concílio de Barcelona II (ano 599); Concílio de Toledo IV (ano 633) e Concílio de Toledo VI (ano 638) (VIVES, 1963), que tratam da proibição e condenação do adultério, aborto e no controle da virgindade feminina e da castidade das viúvas. Considerada as relações sociais de gênero alicerçadas em estruturas e dinâmicas patriarcais, o conceito de amálgama conjugal se torna válido para compreender os conflitos e contradições que se evidenciam nesse processo de insubmissão das mulheres e ao mesmo tempo as tentativas de controle exercido sobre as mesmas e como essas lógicas operam na sociabilidade do Reino Visigodo.

A partir de levantamento bibliográfico realizado sobre a temática das Mulheres na Alta Idade Média, foi possível identificar uma lacuna nas pesquisas realizadas no



Brasil sobre essa questão, sobretudo em relação as que se referiam ao Reino Visigodo. Tendo isso em vista, com base no levantamento das fontes disponíveis do período, verificamos nas atas conciliares hispano-visigóticas dos séculos VI e VII um material com potencial para o desenvolvimento de uma investigação que abordasse a participação das mulheres no Reino Visigodo, não como figuras submissas e alheias às dinâmicas de conflitos e contradições que compõem essa sociedade, mas como sujeitos ativos que se moviam de acordo com as suas possibilidades concretas dentro das configurações patriarcais do período medieval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa via, utilizamos o conceito de amálgama conjugal para analisar o processo de controle das mulheres, perscrutando em que medida as determinações expressas nas atas conciliares acerca de procederem como o adultério, o casamento, a virgindade e a castidade, evidenciam a apropriação e exploração do trabalho procriador, sexual e emocional destas, legitimando a sua realização apenas dentro do matrimônio. Ao mesmo tempo essas condutas demonstram que as mesmas encontravam formas de subverter as normas impostas por aquela sociedade, movendo-se dentro da estrutura patriarcal do Reino Visigodo nos séculos VI e VII.

REFERÊNCIAS

Fonte:

VIVES, J. (Ed.). Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos. Ed. Bilingue (LatimEspanhol). Madrid: CSIC, 1963.

Referências:

FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. **Crítica Marxista**, v. 36, p. 9-25, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Nathalia Serenado Da. **BATISMO E EPISCOPADO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESCRITOS DE ISIDORO DE SEVILHA E DAS ATAS CONCILIARES VISIGÓTICAS (589-694)**; 02/03/2020 163 f. Mestrado em HISTÓRIA COMPARADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 2020.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de Metodologia. Rio de Janeiro, **Campus**, 1997.

CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONDIÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Autora: Daiana Oliveira da Silva Sousa
Graduada em Licenciatura em História
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Orientadora: Doutora Márcia Santos Lemos
Professora - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

daiana.souzza2@gmail.com

RESUMO

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra que nasceu em 1914, na cidade de Sacramento, Minas Gerais. Se mudou para São Paulo em 1937 à procura de melhores condições de vida e, também, a fim de realizar seu sonho em ser uma escritora reconhecida. São Paulo, à época, estava sob o ideal de “progresso” a partir das políticas de Juscelino Kubitschek, entretanto, esse “progresso” não atingiu toda a população. A população negra que era em sua maioria não letrada, convivia com as desigualdades sociais, o racismo, a fome, a falta de habitação digna, assumindo os trabalhos mais precarizados. Em 1948, Carolina se mudou para a favela do Canindé, na habitação popular ela criou seus filhos e tentou sobreviver com a prática de catar recicláveis. No Canindé ela conviveu com a fome, a falta de energia elétrica, de água e saneamento básico; também foi naquele ambiente que Carolina começou a escrever seus diários. Em 1958, ela conheceu o jornalista Audálio Dantas, o qual publicou esses diários através do livro *Quarto de Despejo* (1960). Observada essa trajetória, o objetivo do presente trabalho, a partir do método de revisão literária, é analisar o contexto econômico e histórico no qual Carolina Maria de Jesus estava inserida, demonstrando como a análise crítica da vida da autora pode contribuir para a reflexão histórica das condições econômicas e sociais da população negra no Brasil.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo; População Negra

INTRODUÇÃO

Carolina Maria de Jesus foi uma mulher negra, periférica e artista. Nasceu no interior de Minas Gerais, em 1914. Naquele período, o Brasil havia abolido a escravidão há cerca de 26 anos. Entretanto, ainda que homens e mulheres negras estivessem livres de acordo com a lei, não existiu um movimento de equidade material, não houve uma reforma agrária, tampouco educacional; em conjunto, o discurso racial propagava um lugar de inferiorização das pessoas negras na sociedade. Nesse sentido, Tom Farias (2018, p. 33) descreve que a abolição não trouxe mudanças significativas, assim como, Carneiro (1934, p. 73) e Florestan Fernandes (1920).

Carolina se mudou para São Paulo em 1937, vislumbrando melhores condições de vida, perspectiva de trabalho e realização do seu sonho em ser poetisa, se deparando com a fome, o racismo e a luta por moradia digna. Em 1948 ela conseguiu se instalar na favela do Canindé, depois de um processo de despejo mediante forças policiais. Carolina construiu seu próprio barraco na favela do Canindé, conviveu com a falta de energia elétrica, água e esgotamento sanitário, além da fome, enquanto criava seus três filhos. *Quarto de Despejo* nasceu desse convívio na favela do Canindé, detalhando as dores a que eram submetidos os seus moradores, mas discorre também sobre o sonho de Carolina Maria de Jesus de se tornar uma escritora reconhecida. *Quarto de Despejo* elucida aspectos essenciais que nos leva a refletir sobre as opressões vivenciadas por homens e mulheres negras na sociedade brasileira. Portanto, para realizar uma investigação sobre as condições histórico-sociais que são parte importante da escrita de Carolina Maria de Jesus, o objetivo do presente trabalho é analisar o contexto econômico e histórico no qual Carolina Maria de Jesus estava inserida, visto que, segundo Caio P. Junior (2004, 19), para se alcançar o todo na análise histórica é necessário lançar um olhar sobre as diferentes partes desse todo.

MÉTODO

O presente trabalho é um recorte do primeiro capítulo da monografia “O sonho do eu lírico e a resistência cotidiana na literatura de Carolina Maria de Jesus: uma análise a partir do quarto de despejo (1960)”, apresentada para a conclusão do curso de Licenciatura em História, da Universidade do Sudoeste da Bahia (2023). Tem como método de análise a revisão bibliográfica, visando a compreensão da formação histórica e econômica do Brasil, assim como, a construção da ideologia racial, partindo de autores como: Caio Padro Junior (2006), Florestan Fernandes (1920), Barros (2004), Clóvis Moura (1983) – (1994), Rufino Santos (1968), Fernando Novais (2014) e Edson Carneiro (1934). Já o arcabouço teórico utilizado para refletir sobre o Brasil desenvolvimentista é: Soares

(2022), Mendonça (1990), Specht, Marin e Santos (2009) e Castilho (2013). Por fim, para elaborar questões pertinentes à vida da autora Carolina Maria de Jesus foi utilizada a biografia escrita por Tom Farias (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil foi por quase 400 anos um país escravocrata, não é à toa que foi o último a abolir a escravidão. Esse modo de produção era essencial para o funcionamento do sistema colonial que, se por um lado enriqueceu a colônia portuguesa, por outro, dizimou populações indígenas e, de acordo com Moura (1983, p. 124), desumanizou homens e mulheres negras, tratados como mercadorias. A abolição (1888) foi gerada por vários fatores, de acordo com Fernandes (1920, p. 76-78) e Barros (2004, p. 133), tanto por pressões externas, mudanças econômicas do próprio período, mas também, por meio de insurreições da população negra, fugas para quilombo e revoltas, o que tornava a permanência do sistema escravocrata cada vez mais inseguro para os senhores de engenho. De fato, o fim da escravização se encaminhava em outros países, porque a instituição não correspondia às novas necessidades do capitalismo. Para Carneiro (1934, p. 73) a libertação dos povos negros significava uma liberdade fictícia, um “presente grego”, porque, na sociedade que se formava, a melhor forma de explorar a força de trabalho até o seu limite era por meio do trabalho assalariado.

A abolição não foi acompanhada de nenhuma reforma material (agrária) ou educacional. Soares (2014) argumenta sobre o não letramento da maior parte da população negra no período, que era obrigada a exercer os trabalhos braçais mais pesados e mal pagos para sobrevivência. Ainda, houve a imigração estrangeira, administrada pelo Estado brasileiro, com o propósito eugenista. Nesse sentido, Moura argumenta (1983) que homens e mulheres negras se viam despreparados para competir com os estrangeiros pelo trabalho assalariado. Já as mulheres negras, se comparadas aos homens negros, acessavam com maior facilidade o mercado de trabalho, na maior parte das vezes como domésticas, sem nenhuma garantia trabalhista, de acordo com Florestan Fernandes (1920, p. 58). Ainda, segundo Moura (1983, p. 135), (1994, p. 7), mesmo que a escravidão tenha sido abolida, o racismo é adaptado e dinamizado no capitalismo a fim de salvaguardar o funcionamento do modo de produção econômico. As desigualdades sociais alimentam o modo de produção capitalista, por isso sua permanência é vantajosa para o sistema.

Com a abolição, temos a divulgação cada vez maior das pseudoteorias sobre raça, que defendiam a concepção de diferentes níveis de evolução biológica e social, sendo que, o homem branco e a cultura eurocêntrica foram usados como a base para essas

comparações. Em contrapartida, Santos (1984, p. 12) e Moura (1994, p.2-3) alegam que o conceito de raça é histórico, não natural, pois, não tem comprovação científica que indique que uma pessoa possa ser de “raça pura” ou que essas possam ser hierárquicas entre si. A compreensão de “raça” é anatômica e não biológica. Ambiguamente, a partir de 1930, o mito da “democracia racial” defende uma concepção de igualdade entre a população negra e branca, uma percepção meritocrática, que também será debatida por estudiosos como Fernandes (1920, p. 13), Moura (1983, p. 127) e Santos (1984).

Segundo Mendonça (1990, p. 137) em 1930, o “desenvolvimento” se iniciou no Brasil, com uma nova definição do Estado, enquanto intervencionista da economia.

Vargas retomou esse projeto, chegando ao poder em 1951, todavia, esse “progresso” capitalista não chegava a todas as parcelas da população, nem em todos os lugares. A partir de 1951 o cenário inflacionário gerou uma alta no valor das mercadorias, quem mais sofria era a população pobre. Com a ascensão de Juscelino Kubitschek (1956-1960) com o Plano de Metas, houve o fortalecimento da economia industrial, entretanto, diferente do período varguista, estava baseada na dependência do capital estrangeiro, sendo conhecida pelo fortalecimento da produção de bens duráveis e da indústria pesada. Esse “progresso” não atingia todas as camadas sociais, apenas aquelas com poder aquisitivo.

Castilho (2014, p. 36) argumenta que o desenvolvimento do setor industrial está intimamente ligado com o aumento populacional, pessoas que saíam, principalmente, das zonas rurais com destino a São Paulo, procurando melhores oportunidades para sobreviver. Nesse sentido, surgiam as ocupações populares (como as favelas) crescendo consideravelmente entre 1940 e 1950. Carolina, em sua cidade natal, teve uma vida difícil, convivendo com o desemprego, a fome, o racismo. Então, tentando melhorar sua condição material de vida e realizar seu sonho em ser poeta, ela se deslocou para São Paulo, em 1937, para trabalhar na casa de uma professora. Carolina chegou na cidade vislumbrada com as promessas da “capital do progresso”, entretanto, assim que chegou, já se deparou com as grandes contradições, tendo dificuldade para achar outros empregos, divulgar sua arte, e, principalmente, conseguir moradia. Em 1948, Carolina conseguiu se mudar para a favela do Canindé, construiu seu próprio barraco e criou seus filhos; ainda nesse período, começou também a trabalhar com recicláveis. Entretanto, não tinha segurança alguma, sem saneamento básico, água encanada, energia, conviveu com a fome que apelidou de “amarela”.

Mesmo diante dessa condição, Carolina não desistiu dos seus sonhos e continuou lendo e escrevendo em seu pequeno barraco. Em 1958 ela encontrou Audálio Dantas, para quem Carolina mostrou o seu diário, uma série de textos sobre o seu cotidiano na favela do Canindé, suas dificuldades e desejos. O jornalista Dantas enxergou uma oportunidade de sucesso, fez uma série de entrevista com a artista, divulgando seu

trabalho através de reportagens, como a publicada na revista *O Cruzeiro* (1959), além disso, editou e publicou seu livro, *Quarto de despejo* (1960), dois anos depois.

Quarto de Despejo foi um grande sucesso de vendas, vendeu mais de 10 mil exemplares em sua primeira edição, também, rendeu traduções e vendas em outros países, de acordo com Tom Farias (2018, p. 296-297). O autor também retratou acerca das críticas ao livro, que tiravam qualquer valor atribuído à obra de Carolina e estavam, na maior parte das vezes, embasadas em racismo e misoginia. Diziam que o livro não era literatura, mas apenas depoimentos; também alegavam que Carolina não dominava a escrita, e que, por isso, o livro estava cheio de erros gramaticais. Havia, e Tom Farias (2018, p. 237) chama atenção para isso, um preconceito linguístico. Escrever bem era escrever gramaticalmente correto, pertencia a uma elite culta, um grupo seletivo, que sabia que “escrever certo” significava poder. Portanto, Carolina desestabilizou esse padrão, porque acessou um espaço que, para esse grupo seletivo, não lhe pertencia, nesse sentido, seu lançamento já apresentava um caráter de resistência. Todavia, mesmo que Carolina tenha conseguido realizar alguns sonhos com essa publicação, como sair da favela do Canindé, ser reconhecida e proporcionar condição de vida minimamente digna para os seus filhos, a escritora não conseguiu mudar sua situação por completo. Carolina, então, faleceu em 1977, pobre e esquecida pela sociedade da época.

Dessa forma, é inegável a importância histórica de estudar e visibilizar uma obra escrita por uma mulher negra em uma sociedade construída a partir das mazelas racistas perpetuadas até os dias atuais. Não é incomum, por exemplo, no nosso país, notícias sobre mortes de pessoas negras, vítimas de racismo, ou sobre mulheres negras que são resgatadas de trabalho análogo à escravidão. Em vista disso, entender as condições históricas e sociais de Carolina Maria de Jesus até a publicação de *Quarto de Despejo*, se mostra extremamente necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discutido acima, foi realizada uma análise histórica e econômica de Carolina Maria de Jesus até a publicação de *Quarto de Despejo* (1960), sendo importante para compreender de forma crítica a história da população negra no Brasil. A escrita de Carolina enunciou a voz dessa população que viveu, e ainda vive, sendo marginalizada e silenciada. Dessa maneira, aos discentes das áreas sociais, como a História, é conferido o papel social de chamar atenção para esses grupos que são colocados como subalternos na sociedade brasileira, como as mulheres negras, os favelados, os explorados, expropriados e oprimidos, fazendo do ofício parte indispensável da práxis social.



REFERÊNCIAS

- BARROS, José D' Assunção. **Construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. 256 p.
- CASTILHO, Juliana Vargas de. **A favelização do espaço urbano em São Paulo. Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis**. 2013. p. 57 - 71. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FARIAS, Tom. **Carolina: Uma biografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018. 402 p.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 110 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo).
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada** (EDIÇÃO COMEMORATIVA 1960-2020): Diário de uma favelada. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2020. 264 p. (Coleção Memória de sangue).
- JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1990. 448 p.
- MARIN, Maria Helena; SANTOS, Priscila Farias dos; SPECHT, Debóra. Bens duráveis: a industrialização brasileira no período Juscelino Kubitschek (1956 - 1960). **Revista Historiador**, N02, p. 1-8, dez. 2009
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jais Batista da. **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**, Chapecó, SC: ed. dos autores, 2021. (Coleção marxismo 21) pdf. p. 72-75.
- MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica**. [S.l]: Virtual Books, 2022. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em: 15 set. 2022, 15:39:23
- MOURA, Clovis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n. 14, p.124-137, 1983.
- NOVAIS, Fernando Antonio. **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial**. Brasil em perspectiva. Tradução. São Paulo: Difel, 1969. 47 - 63 p.
- OLIVEIRA, Marcelo Souza. Escravidão, abolição e cidadania na ficção baiana da Primeira República. **Ars Histórica**, v. 1, n. 2, jul 0 dez, 2010, p. 85 - 97.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 83 p. (Coleção primeiros passos).
- SILVA, Eduardo. O negro e a conquista da abolição. **REVISTA USP**, São Paulo, Brasil, n.58, p. 48-57, junho/ agosto 2003.
- SOARES, Hellen Cerqueira. **A Escolarização do negro na Primeira República**. 2014. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Formação de Profissionais na Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

**NEGRINHA (1920): UMA ANÁLISE DO CONTO À LUZ
DA ORFANDADE, CONSUBSTANCIALIDADE E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

Fabiana Soares de Araújo
UESB
fabiana.educ19@gmail.com

Dra. Márcia Lemos
UESB
marcia.lemos@uesb.edu.br

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o conto Negrinha (1920), de Monteiro Lobato, por meio das discussões acerca da consubstancialidade, da orfandade e das questões étnico-raciais. Para isso, a metodologia adotada nessa pesquisa voltou-se para a polifonia de Mikhail Bakhtin, que justifica-se pela importância de refletir acerca da interação entre realidade histórica e literatura, e desta enquanto forma de expressão dos estigmas e preconceitos que persistem na sociedade brasileira - desigualdade de gênero, raça e classe. A análise do conto contribui para entender as vidas das mulheres submetidas aos sistemas inter-relacionados de poder, como é caso das meninas órfãs, em especial, as negras e pobres. Conclui-se como a produção lobatiana apresenta comportamentos de sujeitos e acontecimentos, por meio da literatura, que precisam ser repensados dentro dos espaços de aprendizagem e fora deles, a fim de auxiliar no combate a discriminação de qualquer natureza, na medida em que se observa os vínculos entre o real, o imaginário e a denúncia social.

Palavras-chave: Literatura; Orfandade; Questões Étnico-Raciais; Consubstancialidade; Monteiro Lobato.

INTRODUÇÃO

O conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, aparece no livro que recebera o mesmo nome. Caracteriza-se como uma narrativa de tipo curta, com detalhes de ironia, sendo escrita e publicada em 1920. Diz respeito à história de uma menina negra, órfã, filha de uma mulher escravizada, e que somente conseguia sobreviver com comida e lugar para dormir, através dos “favores na Casa Grande” de sua ama D. Inácia, sendo caracterizada no livro como uma “mulher de posses” e senhora influente. Negrinha vivia sob a violência da mulher branca, que despertava-lhe “medo de se mover, o medo de olhar e de ser repreendida.”

Na trama, pode-se verificar um imbricado de condições e práticas que pernecem na formação social brasileira: orfandade; discriminação social; violência racial; inferiorização da empregada do serviço doméstico e docilização das mulheres pretas. Essa pesquisa justifica-se pela importância de refletir acerca da interação entre realidade histórica e literatura, e desta enquanto forma de expressão dos estigmas e preconceitos que persistem na sociedade brasileira - desigualdade de gênero, raça e classe.

Monteiro Lobato utiliza-se de um retrato histórico do Brasil, metaforicamente criado pelo autor, no qual o racismo, orfandade e classe são vivenciados pela população negra, mais particularmente por meninas negras que foram obrigadas a viverem nas casas grandes em troca de alimentos e moradia. No sentido de apreender essa complexidade, possui como objetivo geral analisar o conto *Negrinha* (1920) a partir da articulação entre consubstancialidade, orfandade e as questões étnico-raciais.

MÉTODO

A metodologia adotada nessa pesquisa voltou-se para polifonia de Bakhtin com o propósito de compreender os enunciados de Monteiro Lobato, que utiliza-se de recursos da linguagem sarcástica, como é caso da ironia em suas distintas vozes em meio ao texto. Isso pode ser verificado, uma vez que a polifonia, em conformidade com Bakhtin (2002), trata de uma “[...] multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis” (p. 4) que fazem com que as palavras constituam novos sentidos. Com base nesses pressupostos, o passo a passo da pesquisa foi construído no sentido de analisar as vozes que aparecem no conto e que expressam as vivências da personagem e os distintos olhares sobre a mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o dicionário Aurélio, a orfandade significa estado ou ainda uma condição de quem é órfão, do orfanato (FERREIRA, 2004). Acredita-se que, os primeiros registros de como se retratou sobre a orfandade na infância denotam da Idade Média, mais precisamente no século XIII europeu, momento em que existia uma alegoria de pessoas de menor tamanho e foram abandonadas. No marco da colonização do Brasil, meados do século XVI, como indivíduos incapazes, sendo alvos da igreja católica direcionadas à catequese, sendo por muitas vezes utilizadas para o trabalho escravo, uma vez que não possuíam “donos”, por volta dos sete anos de idade (LIMA, 2020; BARRETO, FONSECA, OLIVEIRA, 2016). A orfandade quase sempre aparece vinculada a caridade e desumanização de pessoas, desde a Idade Média.

As questões do racismo na formação social do Brasil e das injustiças nas relações sociais, por um lado podem ser “identificadas na estrutura da organização social forjada a partir da constituição da escravidão” (GÓES, 2018, p. 68), por outro lado, também estão vinculadas à manutenção do acesso à propriedade, juntamente aos latifundiários e às classes dominantes, especialmente pela Lei de Terras, sancionada em 1850.

As crianças negras abandonadas são tratadas em condições de inferioridade quando comparadas às pessoas brancas. Face disto, a história denota que a sociabilidade infantil para as crianças negras está marcada pela “brutalização” num contexto de expansão capitalista pelo mundo (LIMA, 2020). A condição de subordinação das mulheres negras é apontada por González (2020, p.20), que demonstra como o “racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão e o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito”.

As crianças órfãs além de sofrerem com as questões relacionadas a sua condição de classe, desigualdade racial, no caso das meninas ainda estão expostas à discriminação de gênero. Negrinha, a personagem principal do conto, é tratada como uma “negrinha abandonada” ou ainda uma “negra de estimação” da família patriarcal. Ao mesmo tempo que ela é um ser de “papel” também representa um passado/ presente histórico onde é comum a mortalidade infantil e a caridade como política para crianças órfãs, como apontado por Sanglard e Gil (2014).

Dito isto, a consubstancialidade destaca que há um nó das relações em sociedade. Como resultado, esta perspectiva pode contribuir no sentido de entender a condição de mulher negra face às múltiplas e entrecruzadas opressões as quais ecoam em sua realidade de subjetivação, seja em relação ao seu gênero, sua raça e ainda sua classe social (KERGOAT, 2018).

O escritor Monteiro Lobato, conhecido por tratar problemas sociais em seus escritos, é bem enfático em *Negrinha* ao expor questões sociais de sua época, como o

racismo, a orfandade e a desigualdade social. Para alguns, o autor o faz como forma de denúncia, para outros, enquanto eugenistas. No decorrer do conto, verifica-se como a criança vivia com agruras e desventuras por ser filha de escrava, chamava-se Negrinha e era uma “mulatinha” – expressão comumente racista, que denota o mito da democracia racial, da ideia do mulato como aquele que impede o avanço -, ainda chamada de “negra retinta”, deixada órfã aos quatro anos de idade. Sendo assim, não há dados de sua paternidade. Negrinha possuía apenas sete anos de idade e era muito franzina, magra, fraca e com aspecto físico que proporcionava a impressão de não aparentar a idade que possuía:

Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados.”
[“...] Assim cresceu Negrinha — magra, atrofiada, com os olhos eternamente assustados (LOBATO, 1920, p.9).

O enredo do texto acontece em uma casa, que é propriedade de uma mulher branca, apresentada como cuidadora de Negrinha por “caridade”, em troca de trabalho doméstico. Nada mais atual! Nesse contexto, a narrativa se passa em dois espaços da casa: o primeira da cozinha, na qual a orfã foi criada desde o seu nascimento:

Seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. [...] Com pretextos de que às soltas reinaria no quintal, estragando as plantas, a boa senhora punha-a na sala, ao pé de si, num desvão da porta (LOBATO, 1920, p.11).

Observa-se enquanto característica bastante frequente na narrativa, o uso da ironia pelo escritor, sobretudo para falar sobre as personagens negras, sempre relacionadas às violências e maus tratos como ocorre com Negrinha, vítima de uma sociedade que não é capaz de reconhecê-la como um ser humano dotado de direitos, necessidades, de um lar e acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se como a produção lobatiana, de matriz eugênica, apresenta uma literatura onde a constancialidade entre raça, classe e gênero atravessa a sociedade brasileira na sua relação com a orfandade. Fica posta a reflexão sobre problematizar o texto Negrinha como material didático para formação de professoras e professores naquilo que concerne a sua temática.

REFERÊNCIAS

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. n.11, ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARRETO, Maria Renilda Nery; FONSECA, Celso Suckow da; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Cidade, assistência e saúde: as maternidades entre o privado e o público no subúrbio do Rio de Janeiro (1889-1930) **Special Issue: The History of Human Services in Brazil and Argentina** Vol. 17 No. 2 November 14, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3 Curitiba: Editora Positivo, 2004, 2120 p.

GÓES, W. L. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93, 2020, p. 69-82.

KERGOAT, Daniéle. **Lutar, dizem elas**. Tradução: Eliana Aguiar. Recife, editora Corpo, 2018. Disponível em: <[www.danielekergoatlutardizemelas | pdf | sociologia | feminismo\(scribd.com\)](http://www.danielekergoatlutardizemelas.pdf)> acesso em março de 2023.

LIMA, Rodrigo Silva. Infância, mito da feliz(cidade) e a dimensão coercitiva da assistência social. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n. Especial, p. 748771, 2020.

LOBATO, Monteiro. **Negrinha**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANGLARD, Gisele; GIL, Caroline Amorim. Assistência À Infância Filantropia E Combate À Mortalidade Infantil No Rio De Janeiro (1889-1929). **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, jul. – out. 2014, p. 63-90.

ANÁLISE SOBRE A APROPRIAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES PELA REPÚBLICA DE GILEAD EM "O CONTO DA AIA" DE MARGARET ATWOOD A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Dissertação
Ive Fróes Cândido
Mestranda do PPGCEL/ UESB
ivefcandido@gmail.com

Márcia Santos Lemos]
PPGCEL – UESB
marcialemos.uesb@gmail.com

RESUMO

Trata-se de parte de pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo analisar a dinâmica das relações de reprodução social, considerando as desigualdades por elas atravessadas, para ascensão e manutenção do Governo de *Gilead*, regime político teonômico militar, instaurado nos Estados Unidos da América (EUA) na obra distópica *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood. No enredo, após períodos de guerras e devastação ambiental, houve uma diminuição na fertilidade humana, o que ensejou o aparecimento de movimentos conservadores que apontavam a necessidade de proteção aos valores tradicionais de moral e família. Tais movimentos culminaram com a destituição do Congresso e Governo presidencial no EUA, e, justificado por excertos bíblicos, o novo poder político atuou na reorganização da sociedade. As mulheres foram hierarquizadas em funções a serem exercidas em favor dos homens, dispostas em uma divisão a partir de papéis de gênero "naturalizados". O uso da violência institucionalizada e legitimada pelo Estado serviu como instrumento para coagir as mulheres nestes rearranjos. Para análise do objeto são utilizadas as categorias conforme as referências da Teoria da Reprodução Social (TRS) ou Teoria Unitária, desenvolvida pelas feministas marxistas Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruza, que entendem como essencial ao capital a apropriação do trabalho de reprodução social das mulheres.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social; Conto da Aia; Mulheres; Estado; Trabalho.

INTRODUÇÃO

“O Conto da Aia” (*The Handmaid’s Tale*) é um livro distópico escrito por Margaret Atwood, publicado originalmente em inglês em 1985. O eixo narrativo é conduzido a partir de uma sociedade pós guerras, desastres ambientais e devastação dos recursos naturais, quando ocorreu uma redução drástica da reprodução da espécie humana. Nos Estados Unidos da América (EUA), um grupo religioso chamado Filhos de Jacob aproveitou a tensão social instaurada atribuindo às mulheres a culpa pela diminuição das gestações, justificando-a em desfavor da liberdade sexual feminina.

Esse grupo religioso, então, utilizando de uma força militarizada, atacou as instituições do Estado, com destituição do presidente e fechamento do congresso, instaurando uma teonomia autoritária denominada República de *Gilead*.

Em um momento de transição, o governo de *Gilead* estabeleceu medidas jurídicas encampando direitos civis e econômicos das mulheres, além do fechamento das fronteiras do país, no intuito de estabelecer uma hierarquia socioeconômica e binária, considerando a natureza do trabalho desempenhado pelas pessoas naquela sociedade. Para a estruturação social de *Gilead* foram considerados papéis definidores de gênero, salientando uma separação do público *versus* privado, marcadamente através de uma divisão sócio-sexual do trabalho, sendo atribuída às mulheres funções a partir de atividades consideradas como de âmbito doméstico e de cuidado. Assim, elas foram apresentadas no enredo como Tias, Marthas, Aias, Esposas, Econoesposas e Nãomulheres; e os homens nas funções de Comandantes, Anjos, Guardiões, Olhos.

Ao vislumbrar o contexto fictício sob a perspectiva da Teoria da Reprodução Social ou Teoria Unitária, percebe-se uma singularização das funções entre os afazeres atribuídos compulsoriamente às mulheres, considerados como “naturais” ao feminino, de reprodução social da vida, seja ele procriador, de cuidado físico, psicológico ou afetivo.

A Teoria Unitária considera como dinâmica a relação entre os aspectos de produção e de reprodução social, no sentido de que existem diversas relações que permitem a continuidade do sistema de produção, em um complexo que garante a reprodução das condições de produção, nestas incluídas a conservação dos meios de produção, a força ideológica e a regeneração da força de trabalho.

Mesmo a obra sendo concebida a partir da perspectiva da narradora, em primeira pessoa, e de sua vivência como Aia na casa de um Comandante e sua Eposa, infere-se a partir do cotidiano narrado que todo um conjunto de trabalhadores permaneceu tendo seu trabalho explorado, o que evidencia uma sociedade cindida em classes antagônicas.

O aumento da concentração e centralização de capital tem como consequência a ampliação das inseguranças e tensões sociais, com diminuição de acesso pelos/as trabalhadores/as aos bens mais básicos de consumo. Nestes momentos, há uma tendência a mudanças estruturais de produção e suas necessárias condições, que podem se associar a um conservadorismo, um retorno a um tempo histórico a-histórico, que se adapta a burguesia local (FRASER, 1991).

Wilhelm Reich, ao analisar o nazismo na Alemanha, explica que o estabelecimento de governos autoritários estaria ligado à inibição sexual encontrada na família patriarcal e na religião, que impedem o impulso de revolta contra o Estado. Segundo o autor, a repressão sexual recalcada de forma conservadora é política; conseqüentemente, o controle reprodutivo das mulheres também por ela é marcada. A estruturação da sexualidade, enraizada em um tipo de família autoritária e em um ideal religioso conservador, é imperativo para a manutenção de indivíduos debilitados.

O enredo do *O Conto da Aia* ultrapassa a ideia de um imaginário exclusivo de sua autora, expressa as contradições de uma sociedade capitalista fortemente marcada pelo patriarcado e heteronormativa. Dessa forma, a releitura do enredo sob a perspectiva materialista histórica e feminista aponta como o controle do trabalho de reprodução social foi central a constituição do Governo *gileadiano*.

Observado o exposto, o objetivo desta pesquisa é entender a dinâmica existente nas relações sócio-sexuais da sociedade de *Gilead*, enfatizando o uso da forma-jurídica e aparelhos do Estado para manutenção de desigualdades em desfavor das mulheres, a partir de argumentos trazidos pelas autoras da Teoria da Reprodução Social ou Teoria Unitária.

MÉTODOS

O projeto de estudo parte da análise do livro “O Conto da Aia”, da Margaret Atwood, publicado pela Rocco no Brasil em 2017, cotejado com o texto no original em inglês, *The Handmaid’s Tale*, da editora HMH, edição lançada em 2017.

Para análise da fonte primária em suas duas versões também está sendo utilizada a literatura já produzida sobre o tema, que versa sobre a narrativa, sua construção e interpretações, aliada ao método materialista histórico dialético para o aprofundamento das categoriais utilizadas no estudo. Busca-se empregar o dialogismo e polifonia de Bakhtin para desenvolver a compreensão e explicação da narrativa, aliado aos referenciais teóricos e conceituais da Teoria da Reprodução Social ou Teoria Unitária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

N'O *Conto da Aia*, durante um período transitório para estabilização do governo *gileadiano*, várias medidas foram tomadas pelos Filhos de Jacob para destituição de direitos civis e capacidade econômica das mulheres. Essas alterações, implementadas de forma paulatina e com uso de aparelhos coercitivos do Estado, corroboraram para diminuição de um sentimento de revolta contra a estruturação pensada pelo grupo religioso.

Para Alysso Mascaro, o Estado tem a aparência de um terceiro alheio às disputas de classe, centralizador de mecanismos políticos e jurídicos que geram uma suposta estabilidade social. Ele é intrínseco às relações sociais sob as quais se constituiu o sistema de capital e opera no nível da composição das individualidades (MASCARO, 2013). O Estado é organizado sob um ideal de nação e a regulamentação jurídica resulta em um caráter universalizante, contudo, ele é, na verdade, a expressão de uma determinada classe.

Nancy Fraser aponta que, a partir da década 80, nos EUA, iniciou-se um projeto “neoliberalista progressista” (FRASER, 2022), em que apesar de existir um movimento de reconhecimento de direitos às pessoas socialmente marginalizadas, ao mesmo tempo, havia uma orientação para financeirização do mercado, diminuição da atuação do Estado na sociedade, desregulamentação bancária, desindustrialização, enfraquecimento de sindicatos e aumento da precarização do trabalho.

Com o agravamento das condições de vida, os direitos sociais, principalmente relacionados aos papéis de gênero e à sexualidade, são colocados como fontes do problema, podendo resultar em uma guinada conservadora e autoritária. A questão, entretanto, está na constituição do próprio sistema capitalista, para o qual são imprescindíveis a exploração da força de trabalho e a apropriação do trabalho de reprodução social, este realizado principalmente por mulheres. Não importa apenas como o uso das formas jurídicas operam para reconhecer ou retirar direitos, mas quais pessoas (e qual classe) o Estado protegerá quando necessário. Margaret Atwood, assim, parece ter auscultado as discussões da década de 1970-80, transpondo para a narrativa controvérsias ainda não superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisada sob uma perspectiva feminista-marxista, a legitimação da violência contra as mulheres decorre de um complexo de relações socioeconômicas (BHATTACHARYA, 2019b). Uma política de austeridade, com precarização do trabalho e diminuição das



políticas públicas de cuidado, atravessa as mulheres de forma dúplice. Primeiro, quando elas são expostas a vulnerabilização decorrente de uma divisão sexual do trabalho, que vai desde trabalhos mal remunerados a uma maior dependência econômica de seus parceiros/as e familiares. Segundo porque recai sobre elas, prioritariamente, o trabalho doméstico e de cuidado.

Compreender alguns aspectos da formação da estrutura social distópica, considerando, para isso, as referências sociais e históricas que influenciaram Margaret Atwood para criação do contexto ficcional, possibilita que haja uma reflexão sobre como o trabalho de reprodução social das mulheres, no contexto do livro, foi apropriado para a manutenção de um complexo e contraditório sistema socioeconômico.

REFERÊNCIAS

Fonte

ATWOOD, Margaret Eleanor. **O Conto da aia**. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

Teoria e metodologia

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_CinziaArruza.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**. In: Marx e Marxismo 2019. Minicurso 2, 2019, Rio de Janeiro. Canal NIEP-Marx, YouTube, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDKnqEcvpxw>. Acesso em 7 nov. 2022.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992, Cap. 1, 2 e 6.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** In: Esquerda Online. Tradução de Renata Vereza. [S.l.], 08 mar. 2019a. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-dareproducao-social/>. Acesso em 22 abr. 2022.

BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. Trad. de Laura Viríssimo. **Marx e o marxismo**, Rio de Janeiro: v.7 n.12 2019b. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/319>. Acesso em 24 jan. 2023.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução Junior Assis Simões. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 15 abr. 2023.



FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia literária, 2022.

MASCARO, Leandro Alysson. Estado e regulação. *In* **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do facismo**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO: A CRISE HUMANITÁRIA YANOMAMI

Judson Pereira de Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
judson_almeida@hotmail.com

Cássio Roberto Borges da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
cassiorobertoborges@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo dedica-se a uma análise da reportagem de Sônia Bridi e Paulo Zero sobre a recente crise humanitária no território indígena Yanomami, isso, sob o prisma das reflexões de Foucault a propósito do *biopoder* e de Mbembe sobre a *necropolítica*. A demarcação do referido território foi homologada em 1992. De acordo com a reportagem, a invasão pelo garimpo ilegal se intensificou a partir de 2018, quando as ações protetivas do Estado foram drasticamente reduzidas. O resultado foi uma ampla devastação ambiental e uma mortandade inaudita entre os povos da referida etnia: os óbitos de crianças causados por desnutrição, por exemplo, aumentaram 360%, em relação ao período anterior. Nesse caso, tornou-se notória a negligência do Estado brasileiro em relação à manutenção das condições elementares para a sobrevivência de um grupo étnico ameaçado. Ao permitir a devastação das condições ambientais imprescindíveis para sobrevivência dos povos Yanomami, expondo-os ao risco de morte, o Estado brasileiro promoveu um “assassinato indireto”, em conformidade com um critério de civilidade que Foucault, certa feita, chamou de “Racismo de Estado” e que Mbembe classifica, hoje, como necropolítica.

Palavras-chave: Biopoder, Etnia; Necropolítica, Racismo de Estado, Yanomami.

INTRODUÇÃO

A partir da metade da década de 1970, Michel Foucault dedica suas reflexões à descrição das “sociedades normativas”, nas quais a vida passa a fazer parte dos cálculos do poder. Diferente do velho poder soberano, que detinha a prerrogativa de impor a morte, num exercício ostensivo de relações de força, o *poder disciplinar* passa a operar num nível distinto, configurando novas formas – sub-reptícias e extensivas – de coerção social, formas que incidiam sistematicamente sobre os corpos individuais. A *biopolítica*, por sua vez, operando sob o fundamento disciplinar, pressupunha uma gestão das populações sob o prisma de um problema simultaneamente político e científico, controlando processos de manutenção, proliferação e de supressão da vida humana.

Nesse sentido, o Estado-nação, erige-se, de acordo com Foucault, sob a égide da *biopolítica*. Esse regime, centrado no fomento à vida, apresentava-se, contudo, sob a figura de um paradoxo elementar, uma vez que, com o advento do nazifascismo, adepto dessa forma de “racionalidade” política, as práticas massivas de extermínio humano haviam atingido níveis inauditos. A ação homicida do Estado justificava-se, segundo Foucault, por meio do “racismo de Estado” que, amparando-se em falsas premissas biológicas, promovia a discriminação, a segregação e o extermínio de grupos sociais subalternizados. Segundo Silva e Santos Filho:

O racismo é tratado como um “saber” que sustenta práticas estatais de segregação e de extermínio: sob o signo do “nós e os outros”, como aponta Stanley (2019), o Estado passa a operar como agente da discriminação e da morte. (SILVA e BORGES FILHO; 2023. p.8)

Foucault assinala que o “direito soberano sobre vida” manifestou-se, de forma exemplar, no Estado nazista. O Racismo de Estado, porém, não afetou apenas os Estados autoritários, ele também funcionou sistematicamente em estados democráticos consolidados. De acordo com Agamben, trata-se de uma atualização moderna do velho poder monárquico sobre a vida dos súditos: *vida nua*, desprovida de valor político, reduzida à mera existência biológica, uma vida que pode ser suprimida sem que se cometa homicídio. “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nessa esfera”. (AGAMBEN, 2002, p. 9)

Nesse sentido, o “estado de exceção permanente” converte-se em um elemento emblemático para o Estado-nação, uma espécie de espaço cinzento onde a norma jurídica é suspensa. Segundo Schmitt: “[...] soberano é quem decide sobre o estado de exceção.” (SCHMITT, apud ZANIN, MARTINS & VALIM, p. 30)

A suspensão do direito regular, numa zona de exceção permanente, é encarada como um instrumento de morte, de criação de condições para que a vida seja suprimida,

sem que se cometa assassinato. De acordo com Foucault, trata-se, nesse caso, de “[...] expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 216)

Revisitando os conceitos de *biopolítica*, em Foucault, e de “estado de exceção”, em Agamben, Achille Mbembe (2018) formula uma crítica histórica ao papel exercido pela raça e pelo racismo na gênese dos Estados modernos. Para o autor, o conceito de raça, no século XVI, ainda “[...] não correspondia a uma caracterização biológica dos grupos humanos, mas a diferenças de ordem política, linguística, religiosa ou cultural”. (SILVA; BORGES FILHO. 2023. p.8). Tal caracterização só surgiria no final do século XIX, como aponta Foucault. Mbembe concebe o racismo como elemento colonial de dominação política e econômica, assinalando que a exploração, a predação e a violência dos processos coloniais moldaram os regimes políticos hodiernos, na perspectiva do que ele chama de “fabricação de sujeitos raciais”. (MBEMBE, 2018. p. 47) Os sujeitos raciais, suscetíveis à violência sem limites de regimes políticos concebidos como “guerra continuada”, como “estado perpétuo de exceção”, convertem-se em vidas humanas desprovidas de valor – matáveis. Em *Necropolítica* (2018), Mbembe define o poder soberano do Estado democrático como “[...] a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.” (MBEMBE, 2018. p. 41)

O objetivo da presente intervenção é identificar as possíveis relações entre os conceitos elaborados por esses autores, em especial as reflexões sobre o “direito soberano sobre a vida”, e os fatos apresentados na reportagem sobre a crise humanitária Yanomami, exibida pelo *Fantástico*, no dia 20 de janeiro de 2023.

MÉTODO

A metodologia utilizada na presente pesquisa constitui-se de revisão bibliográfica sobre o *biopoder* e o racismo de Estado, em Foucault, e sobre a *necropolítica*, em Mbembe. Foi realizada, ademais, a decupagem da referida peça jornalística a fim de discernir, de forma mais clara, o texto da repórter, as falas oriundas das entrevistas e as imagens utilizadas. Enquadramos a referida peça jornalística no gênero “grande reportagem”, em que se propõe uma abordagem exaustiva do assunto, conforme lição de Sousa. (2005. p. 187)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A reportagem é apresentada como “O socorro ao povo Yanomami, vítima do descaso criminoso de quem deveria protegê-los”. Ela começa com o relato do resgate de quatro indivíduos num quadro de desnutrição, malária e pneumonia. Narra-se,

ademais, a ocorrência recente de seis mortes e a necessidade de outros resgates na aldeia. Naquele momento, cento e cinquenta atendimentos já haviam sido feitos e a FAB já havia distribuído trinta toneladas de remédios e alimentos.

As descrições são estarrecedoras e as imagens chocantes: “Adultos, idosos e crianças em condições dramáticas de saúde. Malária, pneumonia, desnutrição, contaminação por mercúrio.” A reportagem empenha-se em mostrar a calamidade enfrentada pelos yanomamis, bem como o esforço dos profissionais de saúde para salvar vidas: “O polo base de Surucucu fica a 1,5 quilômetros da pista do Pelotão de Fronteira do Exército. Feito para atender até 30 pacientes leves, agora ele parece um campo de refugiados”.

Dentro da reserva Yanomami, naquele momento, várias aldeias estavam cercadas por garimpos. O resgate, de helicóptero, de indígenas magérrimos e febris foi comovente. Em 2022, vinte e dois mil casos de malária foram notificados numa população de cerca de 30 mil Yanomamis. O relato de um indígena aponta que “durante esses quatro anos piorou muito a situação” [...] “com malária, desnutrição [...]”. A crise sanitária provocou a morte de 570 crianças Yanomami entre 2019 e 2022, 29% a mais que nos quatro anos anteriores. O ex-presidente da república disse que “nunca um governo deu tanta atenção aos indígenas”, os números do Ministério da Saúde mostram, contudo, que, sob Bolsonaro, a mortalidade de crianças Yanomami por desnutrição quase quadruplicou. O crescimento da área ocupada pelo garimpo também foi assombroso: “Em dezembro passado a área atingida pelo garimpo chegava a 5 mil hectares, um aumento de mais de 300% em relação ao final de 2018”.

A degradação do meio ambiente também foi destaque na reportagem, com ênfase nos rios contaminados por mercúrio: “O metal está na água, nos alimentos, no garimpo, e passa de mãe para filho na amamentação”. Grandes áreas de floresta foram devastadas, o solo revirado, o que afetou a alimentação dos povos originários, baseada na pesca, na caça, no cultivo e na coleta de frutos. Os Yanomami também foram vítimas da violência direta dos garimpeiros, com o registro de estupros e assassinatos.

Uma comitiva formada pelo novo presidente da República, ministros de estado e outras autoridades, esteve em Boa Vista, no início de janeiro de 2023. O novo governo anunciou ações humanitárias. O ministro da Justiça falou em indícios de crime de genocídio e outros crimes como organização criminosa e lavagem de dinheiro. No final da reportagem, a fala do atual secretário de saúde indígena foi emblemática: “A sensação que temos aqui é que o Estado estava de costas para o território Yanomami”.

O povo Yanomami esteve exposto ao risco de morte. A supressão das condições essenciais à vida constituiu um instrumento contundente no processo de destruição de uma etnia, vista, por certos setores da sociedade, como um obstáculo para a exploração econômica de um território promissor sob o ponto de vista da produção



mineral, sobretudo, de metais preciosos, a despeito das vidas humanas sacrificadas. A falta de assistência estatal nessa situação de calamidade revela o “estado de exceção” a que nos referimos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se, na perspectiva teórica apresentada, a omissão deliberada do Estado brasileiro na proteção e no socorro ao povo Yanomami. A situação calamitosa começou a ser remediada na medida em que equipes do novo governo chegaram ao território com socorro clínico imediato e promoveram diligências efetivas a fim de promover a desativação imediata dos garimpos. Um primeiro passo foi dado no sentido da inversão de uma lógica de extermínio a qual a etnia Yanomami esteve submetida. Trata-se, contudo, de um processo histórico de longa duração, um processo que exige, em conformidade com as posições defendidas por Aquille Mbembe, uma transformação ética e política profunda, uma transformação que envolve a exigência de responsabilidade, de reparação e de justiça.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Trad. Henrique Burigo, 2ª ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FOUCAULT, *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-76)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MBEMBE, Aquille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Aquille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

Reportagem exibida no Fantástico. Rede Globo. Tragédia Yanomami. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WB9FSQHHmqc> Acesso: 24/07/2023.

SILVA, Cassio Roberto Borges; SANTOS FILHO, Adão Ferreira dos. FOUCAULT E MBEMBE; Biopoder, Necropolítica e Etnia. In Cadernos Cajuína. Revista Interdisciplinar. v. 8, p. 1- 17, 2023.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de Jornalismo Impresso. Florianópolis – SC: Letras Contemporâneas, 005.

FEMINISMO COMO CULTURA POLÍTICA

Trabalho de conclusão do componente curricular em políticas culturais-UFBA

Larissa Laranjeira Lima Alves

laralimalves@gmail.com

RESUMO

Os estudos culturais contemporâneos manifestam reflexões que cultivam as contradições discursivas nas abordagens dos conceitos de cultura e de políticas culturais. Investigam outras dimensões da cultura e sua evidente aproximação histórica com o campo político, antropológico e, mais recentemente, sua possibilidade de costurar o território de contestação aos poderes estabelecidos. Não se trata de usar neste texto conceitos rigorosos para alcançar um ideal de ações dissidentes da cultura do patriarcado, mas refletir as narrativas feministas e seu potencial de aplicação, capaz de impulsionar ações públicas para desestabilizar e intervir nos pensamentos que foram forjados ao longo da história e ter como finalidade uma outra cultura na política. O pensamento feminista enquanto movimento insurgente e sua contínua inquietação demonstram potencial de deslocar as estratégias hegemônicas e suas repetições para uma lógica coletiva e transversal. Além dos resultados produzidos pelo movimento feminista no imaginário social, também é possível pleitear uma institucionalidade, a partir da materialização do discurso e das proposições feministas, por meio de entrelaçamento com as políticas culturais para produzir uma ação política.

Palavras-chave: Feminismos, Política Cultural, Cultura, Institucionalidade.

INTRODUÇÃO

É preciso ressaltar que existem poucas bibliografias no campo de aplicação do feminismo como cultura política ou do seu entrelaçamento com as políticas culturais no campo dos estudos acadêmicos. Na cultura, a defesa da transversalidade, a sua dimensão antropológica e seus conceitos ampliados sobre diversidade, inclusão e transformação social constituem argumentações que fortalecem as relações entre os campos dos estudos culturais, feministas e políticos. Assim sendo, a partir de abordagens contemporâneas, pode-se estabelecer uma movimentação articulada e entender esses campos como processos vivos e discursivos que estão embricados e precisam se comunicar com reciprocidade.

Os movimentos feministas alcançaram diversas conquistas que garantiram mais cidadania para as mulheres, em uma perspectiva privilegiada e, mais recentemente, a partir da abrangência das questões e conceitos envolvidos, outros corpos plurais com suas reivindicações. Conquistaram também o imaginário social e contribuíram para desnaturalizar de forma mais ampla questões sociais que destinam as mais diversas subjugações as mulheres e corpos considerados atípicos ou subalternos, sobretudo quando assumem uma abordagem de raça, classe, sexualidade e gênero, com o protagonismo de escritoras negras, e os tensionamentos provocados pelo transfeminismo, como o não esgotamento das contradições do discurso conceitual de gênero. No entanto, apesar dessas conquistas, o movimento contemporâneo reconhece sua falha nas instituições e no acesso ao poder e este ponto precisa ser amplamente debatido.

Para produzir ferramentas de desidentificação com o pensamento colonizado e o estranhamento a uma cultura sexista e seus modos cotidianos, suas heranças e repetições, a cultura sugere pensar novas possibilidades de diálogo e mecanismos para intervir nessa ordem estabelecida, principalmente quando busca uma institucionalização de políticas culturais feministas, não somente por causa dos seus impactos simbólicos, mas também pelos fatores econômicos e pela luta por justiça social.

MÉTODO

A metodologia de estudo para elaboração do trabalho se organizou de duas formas: Inicialmente a partir de um relato de experiência na política institucional, através da vivência de um mandato legislativo da autora, da compilação de referências bibliográficas e observação de práticas feministas em espaços políticos e coletivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos diversos momentos da história pujante do patriarcado, os mecanismos vigentes são combinados a partir de um sistema de opressões que coexistem, como afirma *Heleieth Saffioti*, na obra “O poder do macho”. O patriarcado-racismocapitalismo, sistema que se fortalece a partir do investimento e institucionalização política e social da naturalização dos processos autoritários, “constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos” (SAFFIOTI, 1987, p.11).

Também Judith Butler (2020) aborda a dicotomia de um sistema que se define a partir das opressões e de decisões sobre quem pode ou não existir, quem pode ou não ser objeto de cuidado e amparo e para quem se estabelece o desamparo e a precariedade. As relações de poder, definidas por uma identidade legitimada há milênios, julgam a luz do sistema patriarcal e com medo de perder os privilégios, verticalizam a cultura política e definem suas práticas cotidianas, sendo estas assistencialistas, tratam o outro como instrumento para manutenção do poder, desumanizando. Estes comportamentos, muitas vezes, regulam as instituições políticas e incidem em um comprometimento mais amplo, que ultrapassa o individual e alcança o cultural em uma estrutura simbólica, afetando ciclos familiares e sociais dos sujeitos.

Não se pode esperar um processo espontâneo de renúncia de privilégios nesse cenário de apropriação do poder conduzido são só pelos homens, apesar de sua expressiva dominação, mas por diversas identidades que reproduzem o processo autoritário da política, é preciso uma ruptura de ordem e, por isso, a necessidade de ocupar os espaços institucionais para exercitar, também, o feminismo.

A cultura que predomina na cultura política vigente se baseia na disseminação de violências e machismo por seus vários organismos. Se o feminismo, em seu conceito abrangente, não se inscrever como presença estratégica no desenvolvimento do país, dos estados e municípios, não se fará uma oposição ampla e efetiva aos regimes neoliberais e capitalistas. Para alcançar o caminho de uma institucionalidade democrática é possível pensar balizadores e construir parâmetros comuns de atuação, e as políticas culturais podem fazer o papel de inaugurar intervenções mais incisivas nos mais diversos campos, considerando a dimensão antropológica própria da cultura e suas implicações em termos de insurgências.

Obviamente não se parte de uma noção binária preestabelecida de gênero para definir um movimento de ação política. O gênero, a princípio parte de uma autorização social, ou seja, de uma construção cultural e histórica e não de fatores biológicos, como já superados em Simone de Beauvoir e outras pensadoras do feminismo. Mais recentemente, as teorias de gênero de Judith Butler, densas e complexas, defendem

questões mais profundas, que relacionam gênero e produção de poder, criticando a identidade estável como fundamento da ação política feminista e apresentando a liberdade de gênero como direito fundamental, radicalizando a noção crítica do feminismo.

O feminismo precisa buscar uma representação mais ampla das identidades do movimento e, de forma radical, repensar a natureza do ser das identidades na prática política, para assim elaborar uma formulação política capaz de renovar o feminismo e suas representações, conforme pensamento incorporado da obra “Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade” (BUTLER, 2020). Após repensar a ideia de sujeito do feminismo, sua ação política precisa focar nos processos de produção e manutenção do poder.

Os recentes estudos sobre feminismo, defendidos como ativismo combativo, pontuam algumas questões relevantes que são defendidas neste artigo. Reconhecem como erro repetir conceitos baseados em um binarismo de gênero e em repetições de significados culturais que servem para a lógica empregada no capitalismo e sua mistura de consentimento sustentado pelo sistema social e seus eixos de dominação. O feminismo também entende que as violências fazem parte de uma ordem sistêmica que integra a sociedade e, então, parte para refletir que é urgente uma mudança ética a partir do entrelaçamento de transformação entre o planeta enquanto lugar físico e suas relações simbólicas. Ou seja, “o feminismo que nos interessa é o feminismo compromissado com o direito à vida, com o bem viver, com a liberdade caracterizada pela responsabilidade com o outro e com a natureza” (ARRUZA; FRASER, 2019, p. 20).

Debora Diniz e Ivone Gebara constroem uma obra generosa e provocativa que se chama “Esperança Feminista” e traz um conjunto de verbos para criar uma aproximação com o feminismo ético e alcançar um caminho revolucionário. Elas defendem que “O Feminismo não deve ambicionar unidade ou coerência, mas permanente inquietação” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 10), por isso é preciso pensar no plural o movimento feminista e tirar proveito das contradições e dos erros históricos, para perceber quais questões o feminismo recusa, sem buscar um conceito rigoroso.

A lógica contemporânea exige, além da reformulação do feminismo e da contestação das suas falhas, uma estratégia para recuperar o feminismo empregado pelo capitalismo. Nancy Fraser, na coletânea denominada “Pensamento feminista – conceitos fundamentais”, defende gênero como método e propõe uma correção de rota a partir do paradigma da redistribuição e de um reconhecimento que abrigue todas as pautas contra as injustiças materiais e simbólicas e reforce continuamente, a partir de normas institucionalizadas na política, o rompimento do silenciamento cultural e da relação do poder público com a vida das mulheres e outras identidades.

A deformação das ideias feministas deparou-se ainda com o oportunismo, transformando as vitórias em lugar-comum e pressupostos assegurados, para grande parte da consciência social. “Nada mais perigoso para a esperança feminista que o senso comum, esse repertório de coisas que todos devem saber, porque simplesmente assim é a vida” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 44). Para viver uma justiça de gênero é necessário estar no movimento feminista, como contextualiza Fraser: “à medida que o discurso se torna independente do movimento, ele é progressivamente confrontado com uma cópia estranha e sombria de si mesmo, uma cópia que não se pode simplesmente abraçar, nem negar completamente” (ARRUZA; FRASER, 2019, p. 42).

É importante a consciência de que todas as questões sociais possuem raízes em escolhas baseadas em determinadas culturas que precisam ser ressignificadas através do deslocamento de pensamento, dos afetos e enfrentamento da própria cultura, com aliança dos movimentos insurgentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração e incorporação dos conceitos feministas em formato de práticas pela ação pública marca a possibilidade de imaginar um poder mais produtivo e menos controlador e omissivo. Aproximar-se do campo feminista e cultural é uma forma de entender como somos afetados em uma relação flutuante de poder que é marcada nos corpos, para assim subverter a lógica estabelecida.

Algumas ideias, são possíveis de investimento e institucionalização para esse rompimento: financiamento de espaços de iniciativa popular que formulem resistências, insurgências, debates políticos para “compartilhar pensamentos e práticas feministas” (bell hooks), políticas capazes de garantir autonomia aos coletivos, fortalecimento de uma cultura de autogestão e auto-organização para potencializar produções territoriais, possibilitar e fomentar “grupos de consciência” (Débora Diniz), pensar um conjunto articulado de políticas com os diversos entes, categorias de estados, sociedade, instituições com capacidade de desenvolver o imaginário e o desenvolvimento simbólico do feminismo a partir dos processos ou produtos da cultura oral, escrita ou audiovisual, defender a ampla legitimação e forte disputa pelo poder político para mulheres cis ou trans, transexuais e travestis, e outros corpos com um compromisso claro e pactuado de defesa pela justiça social e emancipação, sem alimentar ingenuidades, mas esclarecer e competir a consciência social.



REFERÊNCIAS

ARUZZA, C.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ed, São Paulo: Boitempo, 2019, 128 p.

BUTLER, J. P. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 20º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p.136.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022, p. 280.

FRASER, NANCY. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25 -45

HOOKS, BELL. **O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras**. 18º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, p. 175.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Projeto passo à frente. Coleção polêmica, v.10, 1987, 120p.

AS MULHERES, O CAMPESINATO E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO NA HISPÂNIA VISIGÓTICA ENTRE OS SÉCULOS VI E VIII

Resumo expandido

Larissa Silva Aguiar

Graduanda do curso de Licenciatura em História pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
larasaguiar@gmail.com

Orientadora: Márcia Santos Lemos

Docente no Departamento de História pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

RESUMO

A História das mulheres foi estabelecida na segunda metade do século XX e constituiu-se numa forma de superar o apagamento da existência feminina pela historiografia hegemônica. Em relação ao medieval, predominam os estudos culturalistas, nos quais a participação das mulheres também é limitada. Na perspectiva de contribuir, a pesquisa aqui proposta busca compreender o papel social das mulheres entre os séculos VI e VIII, na Hispânia Visigótica. Observa-se o processo de institucionalização da Igreja Cristã e as mudanças na produção e reprodução social da vida, a fim de desvelar as relações de gênero existentes naquela sociedade, com a formação de condutas normativas que regulavam a vida das mulheres. Nesse sentido, a pesquisa segue a concepção do Materialismo Histórico e Dialético, buscando entender as relações de dominação na forma de organização estatal, econômica e ideológica da sociedade Visigoda, a partir das atas dos Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos.

Palavras-chave: Idade Média. Hispânia-Visigótica. Mulheres. Relações de dominação. Reprodução social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto de partida o estudo sobre as mulheres no período que corresponde à Alta Idade Média Ibérica, dentro de uma perspectiva que busca mostrar as mulheres como agentes históricos e sociais ativos naquela sociedade. Por muito tempo, a medievalística esteve centrada nos estudos sobre a aristocracia e a formação da classe senhorial, no período que compreende a desagregação do Império Romano do Ocidente e a introdução dos povos germânicos na região da Península Ibérica.

Porém, felizmente as pesquisas brasileiras no campo da História Medieval têm proposto novos horizontes de estudos com diferentes categorias de análise, buscando retomar grupos históricos que por muito tempo foram colocados em um local de subalternidade perante as classes dominantes. A partir de 1950, é possível observar a introdução de novas perspectivas que percebem grupos como o campesinato enquanto parte fundamental da organização e funcionamento da sociedade.

Com um novo escopo de temas, o interesse por uma História verdadeiramente plural foi avançando no sentido de rever a presença eminentemente masculina, que ignorou a vivência e a participação feminina nos âmbitos sociais e econômicos, com a justificativa de que as mulheres não estavam inseridas em questões políticas da sociedade e, conseqüentemente, não havia fontes para estudá-las. Tal leitura, ignorava que são as relações sociais entre homens e mulheres, de diferentes classes sociais e vivendo em sociabilidade, as responsáveis pelas transformações estruturais da sociedade. Como defendeu Scott, “no final, não há jeito de se evitar a política - as relações de poder, os sistemas de convicção e prática - do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político” (Scott, 1984, p.93).

Conforme observado por Gerda Lerner (2019), a História em um sentido temporal, se caracteriza por todos os eventos que compreendem a existência humana – haja vista que a História é o estudo dos homens no tempo –, portanto, homens e mulheres são agentes históricos. Segundo Lerner, “uma vez que as mulheres são metade e às vezes mais da metade da humanidade, elas sempre compartilharam o mundo e o trabalho tal qual os homens. As mulheres são e foram peças centrais, e não marginais, para a criação da sociedade e a construção da civilização” (Lerner, 2019).

Dito isso, a partir dessa revisão historiográfica, retomarei a discussão para o período que será analisado, apresentando as especificidades que correspondem ao alto medievo, sobretudo sobre os grupos sociais que o compunham, de modo que uma breve apresentação se faz necessária para melhor compreensão do período. O presente trabalho compreende os séculos VI ao VIII d.C., na Hispânia, península Ibérica,

após o fim do Império Romano do Ocidente e ocupação pelos povos germânicos. No caso da península, a região ficou sob o controle dos Visigodos, com muitas disputas.

É importante citar de que a Alta Idade Média se caracterizou como um período extremamente patriarcal, pautado na divisão e disputa de classes. No seio dessa divisão de classes, encontrava-se a aristocracia, cuja atuação não será aqui detalhada, e também, a Igreja Cristã em ascensão inserida na própria aristocracia, que teve o papel de dominar as classes subalternizadas.

Além disso, dentro da composição social alto medieval havia pessoas escravizadas, libertas e livres, que constituíam o campesinato. Segundo Eduardo Daflon, em “Articulando o Estado: Campesinato e Aristocracia na Hispânia Visigótica (séculos VI-VIII)”, “apesar da centralidade histórica do campesinato – a classe mais numerosa na história da humanidade –, observamos um refluxo dos estudos camponeses nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990 (DAFLON, 2016, p.48)”. Por meio das fontes históricas, foi possível observar as mudanças entre o escravismo do Império Romano e o início das relações de servidão que foram presentes na Idade Média.

Desse modo, entendendo o contexto e as especificidades do Alto Medieval, esse trabalho tem o objetivo de demonstrar como as mulheres, mesmo livres, estavam inseridas em uma relação de dominação e subordinação numa sociedade patriarcal, ordenada pela Igreja Cristã, cuja força de trabalho essencial era baseada na servidão.

MÉTODO

O presente estudo tem se utilizado de fontes primárias. A fonte analisada são as atas produzidas nos concílios realizados em diferentes regiões hispânicas pelo clero cristão, no período em que a península foi ocupada pelos Visigodos. Essa ocupação aconteceu enquanto o Império Romano deixava de existir como unidade, e povos romanos e germânicos dividiram o mesmo espaço territorial.

Essa fusão de povos e culturas distintas e a forma como esse processo ocorreu, pode ser observado com a análise dos concílios. Os concílios eram assembleias religiosas ou sínodos, realizadas por bispos e prelados da Igreja Cristã, onde eram discutidos pontos importantes e decisivos para a Igreja Católica e para a sociedade. Como observado pelo autor Guilherme Marinho Nunes, “estas disposições canônicas são caracteristicamente normativas, não apenas no sentido religioso, mas também no contexto social do período, demonstrando uma provável influência da instituição eclesiástica na legislação civil” (Nunes, 2016, p.6-7).

Ao longo do alto medieval, aconteceram uma série de concílios, que foram reunidos em uma coleção que compreende os 39 concílios regionais, realizados em diferentes

locais da Hispânia, como Braga, Sevilha, Toledo, entre outros. A coleção partiu de uma colaboração dos autores espanhóis José Vives, Tomas Marin Martinez e Gonzalo Martinez Diez, que fizeram a tradução dos concílios, que se encontravam em latim. A tradução utilizada nessa pesquisa é o espanhol, a qual traduzi para o português. Por meio das atas é possível observar as dinâmicas sociais compreendidas no âmbito da Península Ibérica, perceber o processo de institucionalização da Igreja Cristã, através das normas contidas nas atas, e as relações sociais de produção existentes no período.

Ademais, a pesquisa tem em seu escopo um levantamento bibliográfico de teses e dissertações nacionais que abordam a temática do projeto. Inicialmente, foram analisados programas de pós-graduação de diferentes instituições do país, a fim de fazer um mapeamento de como têm sido operadas as pesquisas sobre mulheres e medievo. Além disso, ainda está em proposição um outro levantamento mais minucioso, a respeito da violência sofrida pelas mulheres no medievo. Para tal, foram utilizadas categorias de pesquisa como: mulheres e medievo, trabalho na Idade Média, Estado e servidão no medievo.

Aliada ao estudo da temática específica e a análise das fontes, a pesquisa em questão utiliza a abordagem do Materialismo Histórico e Dialético, para a compreensão do período analisado, bem como as suas relações de produção e sociabilidades. Com isso, os próximos passos da pesquisa em andamento, implicam em continuar os estudos sobre a dinâmica das transformações observadas entre a antiguidade e o medievo, com o foco nas mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do levantamento bibliográfico realizado, foram coletados diversos materiais relacionados às categorias analisadas, sobre as mulheres e o medievo. Uma breve análise do material indica que a maior parte encontrada foram nas regiões Sudeste e Sul, regiões já conhecidas por uma quantidade maior de pós-graduações na temática medieval. Ademais, percebeu-se também uma pouca quantidade de trabalhos na região Norte do país.

Além disso, dentre os trabalhos observados, poucos remetem à temporalidade e à temática estudadas, tendo sido observado que grande parte trata sobre as mulheres sob um aspecto cultural. Observou-se também que muitos materiais não tratavam sobre a península Ibérica, ou não se encontravam no período alto medieval, mostrando algumas faltas que ainda existem na produção brasileira.

Ademais, a análise da fonte primária se mostrou de extrema importância para verificar que, por mais que essas mulheres não estivessem claramente inseridas nos



locais de discussão da época, elas aparecem nas fontes e a forma que aparecem pode explicar diversos embates naquela sociedade. Em contrapartida, a partir do século VI há um constante aparecimento dos libertos nas atas conciliares, de modo que nos chamou a atenção para o tratamento que era destinado a estes, em comparação com o tratamento que era dado às mulheres no período, mostrando o lugar de inferioridade no qual as mulheres eram colocadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas acerca das mulheres no medievo têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, trazendo diversas abordagens teórico-metodológicas. Com isso, esta pesquisa se insere nesse contexto, em uma perspectiva que visa apontar historicamente, o local de desigualdade a que foram relegadas as mulheres. Um local de desigualdade que foi sendo cada vez mais institucionalizado ao longo do tempo, seja pelo Estado, seja pela Igreja cristã, que foram determinantes para delegar às mulheres um lugar maternal e reprodutor, tendo seus direitos reprodutivos e o direito sobre seus corpos retirados pelos cânones cristãos.

Nesse sentido, este trabalho pretende desnaturalizar e pensar estas condições como uma construção histórica e não naturalizar como algo intrínseco à humanidade, haja vista que as relações sociais são construídas através de mecanismos ideológicos, econômicos e culturais, que podem também ser desconstruídos pela organização coletiva.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

VIVES, José; et ali (eds). Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos. Barcelona- Madrid: CSIC, 1963.

Bibliografia Geral:

DAFLON, Eduardo Cardoso. **Articulando o Estado: campesinato e aristocracia na Hispania Visigótica (Séculos VI e VIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2016.

GRAÍÑO, Cristina Segura. *La violencia sobre las mujeres en la Edad Media: estado de la cuestión*. **Clío & Crímen**, Espanha, v- 5, p. 24-38, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/5974/A/2008>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

GRANGEIRO, Hayanne Porto. **As mulheres em Beowulf: a representação feminina na sociedade anglo-saxã dos séculos VII e VIII**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2020.



LERNER, Gerda. **A Criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Ed. Cultrix, 2019.

PERROT, Michele. **"Mulheres"**. In: Os excluídos da história. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, pp. 63-95.

DOS DISSÍDIOS À CONCILIAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1974-1989) A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Recorte Do Trabalho De Conclusão De Curso

Luzia Beatriz Ramos Alves
Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia - UESB
Luziaalves7@Outlook.com

Márcia Santos Lemos
Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia - UESB
Marcia.lemos@Uesb.edu.br

RESUMO

No Brasil, a legislação que dispõe sobre as empregadas domésticas foi tardiamente promulgada em 1972¹. Desde 1964, o país vivenciava uma conjuntura de intensa regressão dos direitos trabalhistas. Esta pesquisa pretende historicizar as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas em Vitória da Conquista e suas implicações quando aquelas recorriam à Justiça do Trabalho, a fim de solucionar os litígios com seus empregadores. Nosso objetivo central é analisar tais ações trabalhistas durante o período da Ditadura Empresarial-Militar e posterior abertura democrática em Vitória da Conquista (1974-1989). A partir disso, busca-se compreender a dinâmica contraditória entre Capital x Trabalho e as determinações do fenômeno analisado, que encontram sua materialidade na formação social brasileira, racista, patriarcal e de capitalismo dependente. Este trabalho é balizado pela Teoria da Reprodução Social (TRS) – teoria marxista fundamentada na epistemologia feminista contemporânea –, que articula categorias centrais do materialismo histórico e dialético, o trabalho em Marx, a reprodução societal e social. O *corpus* da pesquisa é constituído de processos trabalhistas de empregadas domésticas e o acervo está disponível no Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/Uesb).

Palavras-chave: Mulheres; Domésticas; TRS; Justiça do Trabalho; Redemocratização.

¹ Lei Nº5.859, de 11 de dezembro de 1972. Disponível em:
<https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/l5859.html>

INTRODUÇÃO

De acordo com Santos e Santos Júnior, no Brasil, a História Social do Trabalho ganhou maior repercussão, especialmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, em franco processo de contestação à ditadura empresarial-militar. “Tal perspectiva de abordagem histórica consolidou-se como um campo privilegiado de reconstituição da realidade sociocultural de determinados grupos, o que, em boa medida, tirou do “ostracismo” os processos e códigos trabalhistas, finalmente reconhecidos em sua complexidade e diversidade de informações” (SANTOS; SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 101).

O próprio processo de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) e nomeação dos magistrados da Justiça do Trabalho devem ser compreendidos tendo como horizonte as dinâmicas políticas e disputas de poder no município de Vitória da Conquista. Em razão dos limites deste resumo, não cabe apontar as determinações centrais aqui. Nesse sentido, no intuito de problematizar o trabalho da reprodução social das domésticas nas fontes – fontes estas que não estão descoladas da realidade – nos valem da Teoria Unitária, posto que “a ideia fundamental da TRS é [...] que o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo” (BHATTACHARYA, 2023[2017], p. 18). Mais especificamente, a reprodução societal e social do sistema capitalista.

Trata-se, portanto, não só do reconhecimento do trabalho feminino, mas de investigar as contradições substantivas do trabalho doméstico no Brasil, desde o processo de subsunção das mulheres, sobretudo mulheres negras, aos trabalhos de prestação de serviço e do cuidado. Segundo Lélia González

quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos. (GONZÁLEZ, 2020, p. 35-36).

Isto é, na temporalidade que circunscreve o pós-abolição à Nova República, fenômeno que combina não só a permanência da desvalorização dos trabalhos de cuidado, mas de inserção das mulheres racializadas em condições precárias de trabalho e subempregos, como veremos nos autos processuais.

No sentido de examinar a literatura sobre o tema desta pesquisa, estabelecemos como critérios de busca as dissertações e teses na área das ciências humanas, tendo como prioridade os repositórios das Universidade Estaduais e Federais da Bahia – até

o momento levantadas: UFBA, UEFS, UNEB, UESB, UESC –, bem como os periódicos de referência na temática, quais sejam, *Mundos do Trabalho* (UFSC), *Revista LTr* (Legislação do Trabalho), *Trabalho Necessário* (UFF) e a *Revista do NIEP-Marx* (UFF). Notamos que grande parte das produções tratam do trabalho doméstico na periodicidade do pós-abolição, no oitocentos, no século XIX e as repercussões da memória no ordenamento jurídico trabalhista; bem como trabalhos de temporalidade mais recente que tratam das legislações constitucionais e decretos-lei que regulam o trabalho das domésticas numa perspectiva sociológica.

É importante destacar que há uma lacuna quando se trata das produções na área da História Social a respeito das relações de trabalho das empregadas domésticas em Vitória da Conquista durante o período de abertura democrática do país. Nesse sentido, a documentação produzida pela Justiça do Trabalho e disponível no acervo do LHIST nos afirma a necessidade de evidenciar não só os conflitos trabalhistas entre empregadas e empregadores, mas, numa perspectiva crítica como a forma jurídica do trabalho doméstico atua numa sociedade de capitalismo dependente, no interior da Bahia.

A pesquisa, em andamento, é um esforço de formulação a respeito da História local/regional e preservação da memória e vida das trabalhadoras. Conforme aponta Santos e Santos Júnior (2015, p. 101-102) “os documentos produzidos pela Justiça do Trabalho têm se afirmado como fontes fundamentais à compreensão e valoração dos sujeitos e das instituições envolvidas no estabelecimento, mediação e ordenação das relações de trabalho”.

Isso posto, se mostra necessário identificar em que medida a ideologia jurídica ganha lastro na concepção da divisão sexual, racial e social do trabalho e nas discussões acerca da produção ou não de valor do trabalho reprodutivo desempenhado por mulheres. Debruçamonos sobre a base documental de 113 reclamações trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento das Varas do Trabalho da Região Sudoeste da Bahia, ações estas movidas por reclamantes domésticas. Buscamos investigar como os litígios entre empregadas e patrões que – ocorridos no ambiente de trabalho – se estendem ao Judiciário. Ainda que de forma breve, esta produção problematizará os modos pelos quais a negociação se dava, bem como as acusações e defesa no correr do processo, tendo em vista que o Judiciário Trabalhista se configurava como espaço institucional privilegiado para as reivindicações.

MÉTODO

Inicialmente, o trabalho se propunha a cotejar os processos trabalhistas de mulheres, no recorte que data de 1963, ano de criação da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista, até 1985, período que compreende a ditadura

empresarial-militar no país. Contudo, por meio da seleção dos processos na Planilha disponibilizada pelo LHIST/Uesb, notamos que eram muitas reclamações trabalhistas e as categorias profissionais diversas, desde lavadeiras; atendentes; enfermeiras e auxiliares; caixas; balconistas; cozinheiras; comerciárias; garçonetes; zeladoras; governantas; atendentes de escritório; cozinheiras e ajudantes; secretárias; passadeiras; telefonistas; trabalhadoras rurais; costureiras; gomadeiras; vassoureiras; embaladeiras; vendedoras; professoras e ajudantes escolares; zeladoras e merendeiras; copeiras; camareiras; industriárias/operárias; encarregadas de limpeza, entre outras cuja função não foi identificada ou não constava maiores informações.

Na delimitação do objeto notamos que dada a dimensão dos processos seria inviável tratar todos com o rigor necessário, portanto, por meio da nossa ferramenta de análise da realidade, a TRS, optamos por restringir aos processos de domésticas, categoria profissional fundamental para a reprodução social da força de trabalho dentro da lógica capitalista. Ao restringir essa busca, verificamos que as nomenclaturas “doméstica” e/ou “prendas domésticas” só aparecem no acervo a partir de 1974. No entanto, não levamos em conta variações de uma função similar, mas que faziam parte de outro regime de trabalho, são elas faxineiras, diaristas, serventes, auxiliar de serviços gerais e mensalistas. Posto o recorte temporal, entre 1974 e 1989, e definida a categoria “doméstica”, foram localizados 113 treze processos, que estão sendo fichados e analisados de forma qualitativa a partir da TRS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ainda que o trabalho esteja em curso, já notamos pontos em comum nos processos trabalhistas das domésticas. As principais reclamações que circunscrevem as ações impetradas pelas reclamantes são: a falta de aviso prévio; a quitação de salários retidos; assinatura da Carteira Profissional – o que sugere um mercado informal de trabalho haja vista a quantidade de casos em que não há baixa na carteira –; férias que não foram gozadas; devolução da carteira de trabalho – que estava retida; pagamento de horas extras trabalhadas; pagamento da taxa previdenciária entre outras.

Curioso, na verdade, é a quantidade de processos arquivados. Dentre as razões deste arquivamento estão as reclamantes que não compareceram à audiência ²; aquelas que desistiram de prosseguir com a ação executória; e, por fim, a conciliação.

Algumas informações devem ser levadas em conta na análise dos processos, como a idade em que as reclamantes acionam a Justiça do Trabalho, a composição feminina economicamente ativa no período destacado, a remuneração média para a categoria profissional – isto é, o salário base das domésticas na região – elementos

² Processo arquivado nos termos do art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho.

estes que são determinantes para compreender o trabalho doméstico no interior do Estado da Bahia. De acordo com Santos Júnior (2018, p. 84), sobre as reclamantes (sexo feminino), nota-se que elas acionam o Judiciário Trabalhista com mais intensidade a partir dos 17 anos de idade, o que implica na suposição de que o mercado estive[sse] mais aberto “às moças” com idade menos tenra, ao contrário do que se percebe com os rapazes. Os números sugerem que o mercado de trabalho era muito mais receptivo ao sexo masculino em todas as idades [...].

Segundo o autor, as reclamantes menores de idade – mas não somente – “encontravam-se subordinadas a condições de exploração econômica e social que se reproduziam, muitas vezes, camufladas como relações de pseudo parentesco, que delas faziam “afilhadas” ou “filhas de criação” ao invés de empregadas.” (SANTOS JÚNIOR, 2018, p. 8687). Não só a idade como a escolaridade das reclamantes são informações elementares. Assim como as informações preenchidas incorretamente nos dão pistas sobre os regimes de contratação insalubres e da exploração do trabalho de inúmeras mulheres de Conquista e região – posto que a jurisdição do JCJ comportava outros municípios próximos.

Os direitos requeridos nas reclamações eram também comuns em outros processos trabalhistas, assim como as demissões arbitrárias, sem justa causa. Além disso, há anos com mais procura da Justiça do Trabalho, outros anos com uma ação ou nenhuma, o que, em hipótese, sinaliza um excesso de trabalhadoras que não tiveram suas carteiras profissionais registradas – informalidade – e/ou tiveram seus vínculos de trabalho descaracterizados nas sentenças para que não fosse cumprido o mínimo requisitado pela reclamante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise parcial das reclamationárias das domésticas em Vitória da Conquista entre 1974 e 1989, é possível observar que nas sentenças de conciliação ou desistência há uma tentativa de mediação por parte dos juízes que presidem o processo e dos advogados das partes. Aspecto que não é estranho, posta a natureza da Justiça do Trabalho, instituição de bases burguesas, que foi gestada para resolução de conflitos. Levando em consideração o relativo aumento da quantidade de ações trabalhistas movidas por trabalhadoras domésticas, desde 1974, podemos considerar, de forma incipiente, a tomada de consciência das trabalhadoras em razão das suas condições de emprego e da necessidade de recorrer às instituições jurídicas para resolução dos litígios patronais. Conjeturamos que as trabalhadoras entendiam aquela instância como locus de reivindicações das suas causas. Uma vez que o trabalho feminino das domésticas é determinante para reprodução material da força de trabalho e,



consequentemente, se converte em trabalho útil à lógica generificada e racializada que acompanha a reestruturação produtiva do capital. Portanto, o método de investigação e o objeto investigado não se dissociam, partimos de uma tentativa de contribuir com a discussão sobre trabalho, com as lentes da epistemologia feminista contemporânea que teoriza sobre o trabalho reprodutivo, trabalho desempenhado por essas mulheres e substancial à totalidade social.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020. (arquivo digital)

SANTOS, Lorena Farias; SANTOS JÚNIOR, José Pacheco. **Os trabalhadores vão à Justiça: a luta por direitos no contexto de interiorização da Ditadura Militar no Brasil**. In: Resistência dos trabalhadores na cidade e no campo. Org.: Elina Pessanha e Leonilde Servolo de Medeiros. –Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015. 131pp.

SANTOS JÚNIOR, José Pacheco. **A Justiça do Trabalho e os pequenos trabalhadores do sertão baiano (1964-1975)**. In: História do Trabalho revisitada: justiça, ofícios, acervos. Org.: Alisson Droppa et. al. 1 ed. – Jundiaí: Paco, 2018.

BHATTACHARYA, Tithia (org.). *Teoria da reprodução social*. Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023 [2017].

O USO DA CATEGORIA GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA SOBRE AS MULHERES IBÉRICAS MEDIEVAIS NO SÉCULO XII E XIII.

Maila da Silva Gomes Aguiar
graduanda em História pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
e-mail: mailaaguiar2@gmail.com

Márcia Santos Lemos (Orientadora)
docente do Departamento de História da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

RESUMO

Apresente comunicação objetiva discutir a categoria “gênero”, bem como a categoria é utilizada pela historiografia medieval brasileira nas produções acadêmicas (teses e dissertações) de 2000 à 2022, sobre as Mulheres Ibéricas, entre os séculos XII e XIII. Em primeiro momento, visa a discussão teórica sobre Gênero e seu uso sobre a categoria nos estudos medievais brasileiros. E no segundo momento, a análise da categoria nas produções selecionadas, objetivando verificar como os autores e autoras empregam o conceito, quais as abordagens teóricas, principais temas e fontes utilizadas nessas produções. Dentro das cinco dissertações e uma tese analisadas foi possível identificar que apenas dois trabalhos fazem a discussão de gênero, sendo que um apenas cita mas não faz análise, e o outro se apoia na História Cultural, principalmente tendo a Joan Scott como referência. Dessa forma, é perceptível os estudos de gênero estão presentes na historiografia medieval brasileira, mas ainda pouco problematizados e balizados numa epistemologia feminista.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres Medievais; Península Ibérica; Historiografia brasileira.

INTRODUÇÃO

O gênero enquanto categoria de análise para historiografia foi “inaugurado” por Joan Scott, historiadora vinculada a História Cultural, que define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Mas antes de trazer a definição de gênero, Scott pontua como o termo foi utilizado em substituição ao termo “mulheres” nas pesquisas, pois trazia uma suposta neutralidade, ausente dos estudos feministas que privilegiavam a categoria mulher enquanto posição política.

A autora também destaca que a utilização do gênero enquanto uma categoria de análise só aconteceu no século XX, e que para a pesquisa histórica, o tema gênero não tinha relevância analítica suficiente devido a problemas epistemológicos de definição. Diante disso, o objetivo de Scott foi quebrar e enfrentar os problemas epistemológicos que o tema encontra e definir gênero como categoria útil e possível para estudos, não somente históricos, mas também sociais. Por isso, a definição que ela utiliza é relacionada ao poder e suas mudanças institucionais, sociais, políticas, econômicas. O que Scott propõe no fim das contas é uma análise do sujeito individual, mas articulado com a totalidade no qual esse sujeito está inserido:

A teorização do gênero, entretanto, é desenvolvida em minha segunda proposição: o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. (SCOTT, 1995, p. 40).

Ochy Curiel (2018) enfatiza que a categoria gênero é importante pois permite evidenciar que o que é considerado homem e mulher está longe de ser algo natural, e sim socialmente/historicamente construído pois revelam as estruturas sociais em torno do sexo. Curiel pontua que “a bipartição dos gêneros não tem nada a ver com o biológico, mas antes com uma definição ideológica. Estas relações enquadram-se em relações de desigualdade e hierarquias e são explicadas através da opressão, dominação e exploração das mulheres pelos homens” (CURIEL, 2018, p. 223). Portanto, não há diferença e sim diferenciação, seguindo a perspectiva de Christine Delphy, de que o gênero antecede o sexo e não o contrário, como aponta Nicole Claude Mathieu (Mathieu, 2005). Christine Delphy afirma que a definição de gênero possibilitou três coisas. A primeira delas é que o conceito aparece como social e arbitrário, sendo variável a depender da sociedade. A segunda é ser um conceito singular, permitindo deslocar o

foco das partes divididas (os dois gêneros) para o princípio da própria cisão. E por fim, a relação com a noção de hierarquia que ajuda a considerar sob outro ângulo a relação entre as partes divididas (DELPHY, 2018, p. 201).

Heleieth Saffioti argumenta que gênero é para além de uma categoria de análise e sim uma categoria histórica, exigindo das pesquisadoras e pesquisadores um alto investimento intelectual visto demanda várias instancias. Dentro dessas instancias, Saffioti destaca:

[...] aparelho semiótico (Laurentis, 1987); como símbolos culturais evocados de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organização e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações de homem-homem e mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995).

Como postulado por Saffioti, a análise de gênero é traçada por diversas variáveis que precisam ser articuladas cuidadosamente, observando os fatores sociais, históricos, gramaticais, sexuais, culturais, relacionais de gêneros. Saffioti ainda destaca: “o gênero é uma construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47), dessa forma, é preciso uma análise histórica do contexto em que se pretende estudar/utilizar o gênero. Visto que, segundo Saffioti, gênero por si só não explica as desigualdades entre homens e mulheres.

No que se refere a categoria gênero nos estudos medievais no Brasil, há diversos pesquisadores e pesquisadoras que utilizam da categoria em suas pesquisas e compreensão do medieval. Andréia Cristina Frazão (2016) argumenta que o uso da categoria gênero e os Estudos de Gênero no Brasil contribuíram para a própria consolidação do medievalismo brasileiro. Frazão enfatiza que o quadro atual das pesquisas utilizando gênero se distancia da década de 1990, quando em um levantamento que ela realizou, apenas sete historiadores no Brasil adotavam a categoria de gênero em suas pesquisas. Marcelo Pereira Lima (2021) pontua que trabalha com o que ele chama de “História Institucional de Gênero”, visto que, segundo o medievalista, a categoria de gênero o mobiliza a analisar como algumas instituições medievais se cruzam e são atravessadas por questões de gênero, suas experiências e discursos normativos. Lima destaca:

Parto do pressuposto de que o gênero é tanto uma categoria de análise, quanto um fenômeno a ser descrito, interpretado, compreendido, analisado e, quando é possível fazê-lo, explicado do ponto de vista histórico e historiográfico. Mais do que uma mera noção e longe de ser um conceito fechado, considero importante encará-lo como uma categoria relativamente aberta, embora não acentuadamente escancarada e imprecisa. (LIMA, 2018, p. 1-2)

No que diz respeito a História Institucional de Gênero, o historiador explica sua epistemologia:

Por isso, com o objetivo de (re)pensar essa “boa ciência” androcêntrica, proponho a combinação entre uma espécie de Epistemologia Relacional do Direito e uma História Institucional de Gênero, isto é, uma (dis)junção entre uma História Cultural e Institucional do Direito e os Estudos de Gênero. Talvez, como proposta teórico-metodológica, a saída seja evitar a autoevidência das dicotomias sociológico-jurídica versus formalismo jurídico, procurando historicizá-las de modo a investigar criticamente o alcance de suas implicações com o Gênero. (LIMA, 2018, p. 3)

Portanto, o objetivo central desse trabalho é analisar como a categoria gênero é utilizada por pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os nas últimas duas décadas em estudos sobre mulheres ibéricas, e em específico nos séculos XII e XIII. Sendo uma pesquisa de caráter historiográfico, a contribuição de pesquisas como estas são para mapear o campo, tanto de Estudo de Gênero e História das Mulheres quanto para o a História Medieval no Brasil, apontando limites e avanços das áreas.

MÉTODO

Como já dito anteriormente, o corpus dessa pesquisa é a produção acadêmica brasileira. A metodologia se dividiu em três eixos: levantamento; estudo teórico; análise. O levantamento se deu em dissertações de mestrado e teses de doutorado disponibilizados pelos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em História no Brasil e na Plataforma de Teses da Capes. O recorte temporal utilizado foi dos anos 2000 até 2022. Para a busca das produções foi utilizado as palavras-chaves: mulheres medievais, mulheres no medievo, relações de gênero no medievo, feminilidade no medieval/medievo, gênero no medievo, feminino/a no medievo, patriarcado, patriarcado no medievo/na idade média.

O resultado do levantamento foi de quinze produções, sendo treze dissertações e duas teses. Foi selecionado para análise seis produções, sendo uma tese e cinco dissertações, pelo critério de serem a maioria pertencendo ao mesmo recorte cronológico dos séculos XII e XIII. Após o levantamento, foi feito um estudo teórico sobre o medievo ibérico. Bem como um estudo da epistemologia feminista contemporânea, história das mulheres, gênero, patriarcado e teoria da história. Por fim, a análise consistiu em identificar como as categorias gênero e patriarcado estavam relacionadas com as abordagens teórico-metodológico e conceitos; a articulação das abordagens com os temas, fontes e as mulheres escolhidas como objeto de pesquisa; a identificação do referencial teórico utilizado. Dessa forma, compreendendo como as partes (abordagens, temas, fontes, conceitos) se integram em sua própria totalidade, e assim como as configuram na área de História Medieval e na articulação com a História das Mulheres,

Gênero e Patriarcado. Em relação a abordagem teórico metodológico é preciso destacar que essa pesquisa terá como aporte teórico o materialismo historicodialético a partir da epistemologia feminista contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise das fontes foi verificado que apenas uma das produções faz a utilização da categoria de gênero para abordar sobre as mulheres medievais. Na dissertação intitulada “A incorporação de modelos femininos cristãos na legislação ibérica medieval: uma análise da Leges Visigothorum e da legislação afonsina a partir de modelos femininos cristãos”, a autora, Irmã Bueno, faz um discurso sobre as mulheres na Idade Média, mas não faz associação a epistemologia feminista contemporânea. Na dissertação intitulada “Uma análise comparativa das representações da Rainha Teresa de Portugal nos séculos XII e XIII face à formação da primeira identidade portuguesa”, a autora Mariane Ferreira faz referências as autoras Michele Perrot e Joan Scott, porém não utiliza a análise de gênero de Scott.

A tese a seguir faz a utilização da categoria gênero com base nas formulações de Joan Scott e Michel Foucault, sendo a única, das seis produções selecionadas, que faz discussão de gênero, intitulada “Ave Maria, ave senhoras de todas as graças!: um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII”, de autoria de Regiane Jardim, no Programa de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul do ano de 2006;

Ambas as dissertações a seguir não fazem o uso de gênero, apenas discutem mulheres medievais sem problematizar com a epistemologia feminista contemporânea. As dissertações são: “O sentido dos diálogos entre as mulheres o mar nas cantigas de amigo galego português do século XIII”, de autoria de Ana Luísa, no Programa de História da Universidade Federal do Paraná; a outra dissertação é intitulada “Visões do feminino: a criação de Eva nos mosteiros da Coimbra medieval (séculos XII- XIII)”, de autoria de Regina Neto, do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, defendida em 2008;

A dissertação intitulada “Santidades, peregrinações e milagres no ocidente peninsular: a hagiografia de santa senhorinha de bastos (século XII)”, de autoria de Heverton Oliveira, do Programa de História da Universidade Federal de Goiás, chamou atenção na análise por não fazer discussão sobre História das Mulheres e mulheres medievais, nem a utilização da categoria gênero visto que a pesquisa trata da hagiografia de uma santa. O autor faz uma abordagem e análise sobre hagiografias, porém não traz qualquer referência as mulheres, de como era a inserção dessas na sociedade de medieval do século XIII e da relação com o cristianismo. Seria um silenciamento



das mulheres pela historiografia. Eis umas das questões que me proponho a fazer em análises, não somente do uso de gênero, mas também sobre as categorias de mulheres e patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o avanço em pesquisa sobre as mulheres medievais ibéricas no Brasil, a categoria gênero é pouco utilizada, ou quando utilizada, tem uma articulação insuficiente. Todas as produções analisadas estão no campo da História Cultural, fazendo uso de conceitos como representação e identidade, mas não relacionados com discursões da epistemologia feminista contemporânea. Dessa forma, concluo que a utilização da categoria gênero na produção acadêmica brasileira sobre as mulheres ibéricas nos séculos XII e XIII é quase inexistente e pouco problematizada. A utilização da categoria gênero em estudo sobre as mulheres medievais, articulado as categorias patriarcados e mulheres, faz necessária, pois, como bem articula Saffioti (2015) a categoria gênero utilizada de maneira isolada não consegue explicar as desigualdades entre homens e mulheres, a opressão de gênero, o silenciamento das mulheres. No caso das mulheres medievais, a análise de gênero deve ser articulada com as relações de produção e ideológicas do período, o senhorio (na Alta Idade Média) e o feudalismo (Central e Baixa Idade Média) e o Cristianismo. Estudar gênero na Idade Média possibilita a compreensão do período histórico sob outras perspectivas, entendendo o interior das relações dos sujeitos e sujeitas que desenvolvem as relações de produção e sociais das sociedades medievais.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BUENO, Irma Antonieta Gramkow. **“A incorporação de modelos femininos cristãos na legislação ibérica medieval: uma análise da Leges Visigothorum e da legislação afonsina a partir de modelos femininos cristãos”**. Mestrado em História. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FERREIRA, Mariane Godoy Leal. **Uma análise comparativa das representações da Rainha Teresa de Portugal nos séculos XII e XIII face à formação da primeira identidade portuguesa**. Dissertação (mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

JARDIM, Rejane Barreto. **Ave Maria, ave senhoras de todas as graças! : um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.



MENDES, Ana Luísa. **O sentido dos diálogos entre as mulheres o mar nas cantigas de amigo galego português do século XIII**. Mestrado em História. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

NETO, Regina Celia dos Santos. **Visões do feminino: a criação de Eva nos mosteiros da Coimbra medieval (séculos XII- XIII)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Heverton Rodrigues De. **Santidades, peregrinações e milagres no ocidente peninsular: a hagiografia de santa senhorinha de bastos (século XII)**. Mestrado em História. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

Bibliografia:

CURIEL, Ochy. **Gênero, raça, sexualidade — debates contemporâneos**. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.). *Gênero e Performance - Textos Essenciais Vol. 1*, Grácio Editor: Coimbra, 2018.

DELPHY, Christiane. **Pensar o gênero: problemas e resistência**. BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (Org.). *Gênero e Performance - Textos Essenciais Vol. 2*, Grácio Editor: Coimbra, 2019.

LIMA, Marcelo Pereira; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Fazendo gênero na medievalística: entrevista com Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. **Veredas da História**, v. 9, p. 136-146, 2016.

LIMA, Marcelo Pereira. O -direito- de falar em pleitos: o gênero nos códigos jurídicos afonsinos. **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, v. 26, p. 1-17, 2018.

LIMA, Marcelo Pereira. Sexo, poder y religión en la época medieval: el género de la violencia en la Castilla del siglo XV. **Roda da Fortuna**. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, 2021, Volume 10, Número 1, pp. 213-241. ISSN: 2014-7430

Mathieu, Nicole Claude. [1989]. 2005. **¿Identidad sexual/ sexuada/ de sexo?. Tres modos de conceptualización de la relación sexo y género**. En: Curiel, Ochy. y Jules.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n.2, jul./ dez. 1995.

DIRIGENTES SINDICAIS OPERÁRIAS NO INTERIOR DA BAHIA: SOBRE MEMÓRIA E EXPERIÊNCIAS DA LUTA DE CLASSES NA ATUALIDADE

Pesquisa inicial de doutorado

Micksilane Teixeira Prado Chaves
Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade
pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB
micksilanetc@gmail.com

Cláudio Eduardo Felix dos Santos
orientador, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
Pesquisador do Museu Pedagógico Padre Palmeira - UESB

RESUMO

Na atualidade, estudos vêm mostrando que as desigualdades de classe e gênero ainda persistem no Brasil e, por isso, se faz necessária uma maior participação das mulheres em cargos de liderança. Além disso, apontam que a memória mantém uma relação intrínseca com a luta de classe e a consciência de classe. Desta forma, a presente investigação tem como objetivo discutir a relação entre memória e experiências políticas no âmbito sindical de mulheres operárias/dirigentes sindicais, de fábricas de calçados do interior da Bahia. Para tanto, utilizaremos o método materialista-histórico e dialético, estudos de documentos e entrevistas. Nas discussões iniciais evidenciamos que, a partir da memória e das experiências das operárias/dirigentes sindicais, poderemos nos aproximar da visão de mundo e da consciência de classe das mesmas bem como de suas expectativas e possibilidades de luta para superação do sistema de propriedade privada.

Palavras-chave: Luta de classes; memória; operárias; dirigentes sindicais.

INTRODUÇÃO

Esta investigação expõe considerações iniciais de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, na qual evidenciamos a importância da apropriação das memórias das lutas de classe pelas trabalhadoras para obtenção da emancipação política e social, visto que na atualidade ainda persistem as desigualdades de classe e de gênero.

Conforme o IBGE (2021), no ano de 2019 a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5% contra 73,7% dos homens. Nesse mesmo ano, se verificou que as mulheres dedicaram, semanalmente, quase o dobro de tempo aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos se comparado aos homens (21,4 horas contra 11,0 horas). Ademais, no tocante as mulheres que se encontravam ocupadas, o envolvimento em atividades não remuneradas influenciava na maneira como se inseriam no mercado de trabalho, pois havia uma tendência para conciliação de uma dupla jornada: trabalho remunerado e não-remunerado.

Nesse mesmo ano, as mulheres receberam 77,7% do rendimento dos homens, uma desigualdade de rendimentos do trabalho maior entre pessoas pertencentes a grupos ocupacionais com maiores rendimentos como diretores, gerentes, profissionais das ciências e intelectuais, grupos nos quais as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens (IBGE, 2021).

Assim, a partir destas informações e ao nos referenciarmos em Santos (2021), quando afirma que a memória mantém uma relação intrínseca com a luta de classe e a consciência de classe, surge a seguinte questão da pesquisa: Quais as percepções das mulheres operárias/dirigentes sindicais na atualidade em relação ao trabalho, condições de vida fabril, opressão, transformação social e consciência de classe?

Para Santos (2021), o domínio do passado encontra-se no manejo da forma como o ser social, ser de classe, em determinado tempo histórico vai materializar seu comportamento ético no presente.

Zetkin (1984) acrescenta que é necessário que as trabalhadoras incorporem as lutas de classes e que as reformas no âmbito da sociedade atendam questões de importância para o movimento operário e para promoção da consciência de classe das trabalhadoras.

Entretanto, nas décadas de 70 e 80 acontecem a reestruturação econômica, o reajustamento social e político, assim como oscilações e incertezas que fazem com que se criem no espaço social novas experiências na organização industrial, vida social e política. Dessa forma, vão ocorrer rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual e um aumento do emprego no “setor de serviços”. Os empregadores vão

passar a controlar ainda mais o trabalho sobre uma força de trabalho enfraquecida, com o aumento do desemprego nos países capitalistas para níveis sem precedentes no pós-guerra. Níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” e o retrocesso do poder sindical (HARVEY, 1993).

O objetivo geral deste estudo é, portanto, discutir a relação entre memória e experiências políticas no âmbito sindical de mulheres operárias/dirigentes sindicais, de fábricas de calçados do interior da Bahia, a fim de apreender as percepções dessas mulheres em relação ao trabalho, às condições de vida do setor fabril, participação sindical, transformações sociais e lutas de classe. E como objetivo específico: Analisar a relação entre memória e concepções de mundo de mulheres operárias/ dirigentes sindicais, a partir das categorias: trabalho, gênero, classe, história, experiência, ideologia, consciência e alienação

MÉTODO

Neste estudo estamos nos valendo do método materialista histórico, pois neste método:

o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto- de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (NETTO, 2011, p. 20-21).

A pesquisa parte do entendimento da realidade em que o objeto está situado e do pressuposto de que as operárias/dirigentes sindicais inseridas em uma sociedade capitalista acabam sendo vítimas de um sistema de classes antagônicas, no qual a burguesia se mantém enquanto classe hegemônica (detentora dos meios de produção) e o proletariado submetido aos interesses do capital.

Para o desenvolvimento do estudo, utilizaremos as categorias trabalho, gênero, consciência, ideologia e alienação (a serem desenvolvidos no processo de pesquisa enquanto método de investigação e exposição) e de técnicas, como realização de entrevistas com operárias/dirigentes sindicais e estudos de documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do estudo realizado pelo IBGE no ano de 2021 intitulado: “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” e de obras da autora Clara Zetkin, Alexandre Santos e Harvey foi possível fazer um cruzamento de informações e observar que o imperialismo global, a desregulamentação das leis trabalhistas e a “escravidão”

contemporânea vão negar a condição própria da humanidade das pessoas em prol dos interesses capitalistas. A vista disso, a memória humana/social das trabalhadoras tende a refletir a precarização do trabalho que vem se aguçando cada vez mais à medida que a crise estrutural do capitalismo avança.

Para Zetkin (1984), a necessidade do capitalismo de explorar e de buscar mão de obra barata que fizeram com que a mulher do proletariado se tornasse parte do mecanismo da vida econômica, contudo, como força de trabalho a baixo custo e submissa, como “produto” do modo de produção capitalista. Neste modo de produção a mulher é impedida de desenvolver sua individualidade enquanto ser humano, mulher ou esposa, por conta da superexploração capitalista.

Ademais, nas palavras de Santos (2021), as memórias da sociedade estão vinculadas ao controle do metabolismo social e frequentemente são disputadas pelas classes que protagonizam os conflitos sociais. Portanto, a maneira como o sujeito social vai se lembrar do passado pode determinar a mudança ou a permanência do seu comportamento ético no presente. Assim, faz-se necessário o debate em torno da memória não apenas teórico-conceitual, mas prático, crítico e revolucionário para as lutas de classes, visto que a forma como as classes vão se apropriar dessas representações do passado irá, também, decidir sua postura ética no presente.

A obtenção de uma organização poderosa das mulheres, só será possível com um movimento feminino livre, lutando por jornada de trabalho menor e contra a organização da classe dominante. O proletariado deve lutar unido, sem distinção de sexo, para conseguir êxito, pois somente com a incorporação das trabalhadoras na luta pela libertação do proletariado será possível a construção de uma sociedade socialista (ZETKIN, 1984).

Contudo, com base no Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) e na Agenda 2030 desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda há a necessidade da participação efetiva das mulheres na vida pública, nos campos cívico, econômico e político, assumindo posições de liderança tanto no setor público, quanto no privado (IBGE, 2021).

Dessa forma, torna-se necessária e urgente a promoção de mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como de uma maior organização da classe operária e de uma reflexão sobre o indivíduo, a sociedade e o gênero humano para que tenhamos uma sociedade mais igualitária e emancipada dos desígnios do capital.

Assim, apesar de estarmos na fase inicial da investigação, temos evidências da importância da discussão sobre a temática ora proposta, visto que na atualidade ainda persistem as desigualdades de classe e de gênero. A partir deste estudo, poderemos apreender a direção do olhar, expectativas e possibilidades de lutas para a superação do sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos a importância de estudos sobre a relação entre memória, luta de classe e consciência de classe.

Consideramos que, a partir da memória e das experiências das operárias/dirigentes sindicais, poderemos nos aproximar da visão de mundo e da consciência de classe das mesmas.

Sublinhamos que a partir deste estudo poderemos apreender a direção do olhar das operárias/dirigentes sindicais, suas expectativas e possibilidades de lutas para a superação do sistema de propriedade privada dos meios de produção.

REFERÊNCIAS

Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e socioeconômica*, nº38, 2ª edição- IBGE, 2021. ISBN 97865-87201-51-1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 01 de jun.2023.

HARVEY, David. Do fordismo à Acumulação Flexível. In: ___*A Condição pósmoderna: uma pesquisa sobre as Origens da mudança cultural*. Tradução Adail U. Sobral e Mª Stela Gonçalves. Loyola: S.P., 1993. p. 135 – 162.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do Método de Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Alexandre de Jesus. *Memória e ontologia do ser social: contribuições para uma teoria da memória*. Vitória da Conquista: UESB/BA: Tese de Doutorado, 2021.

ZETKIN, Clara. Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. *Escritos Selecionados*, Ed. Foner, tradução para o Português M. Silva, HTML: Fernando A. S. Araújo, 1984. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

VIVÊNCIAS DE MULHERES ESPECIALIZADAS NA ESCRITA FEMININA MOÇAMBICANA

Mestranda Nara Dantas de Azevêdo
UNEB – Campus VI narazevedo@gmail.com

Professora Orientadora – Dr.(a) Zoraide Portela Silva
UNEB – Campus VI zoraideportelas@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é a análise das vivências femininas em Moçambique e a sujeição à poligamia enquanto tradição cultural, e as redes que se formam a partir das relações que se estabelecem entre as mulheres no círculo poligâmico, vivenciadas pelas personagens Rami e Sarnau, nos romances *Niketche: uma história de poligamia* e *Balada de Amor ao Vento* da autora moçambicana Paulina Chiziane. O lugar feminino é a tradução da necessidade da autora de narrar experiências femininas em Moçambique, a partir de testemunhos ou observações do cotidiano. Paulina denuncia a submissão imposta às mulheres por uma poligamia não legalizada, os efeitos das guerras, a repressão colonial e as influências nas culturas que modificam as relações familiares.

Palavras-chave: Vivências femininas; Poligamia; Submissão; Lugar feminino.

INTRODUÇÃO

A escrita negra e os elementos da cultura africana nas narrativas de recepção feminina, produzidas em Moçambique, tem as marcas da submissão, da resistência e libertação. A perspectiva histórica traçada pela Literatura Africana proporciona uma compreensão da passagem de um processo de leitura oral para a leitura escrita.

Uma arqueologia do texto feminino moçambicano, representada nos romances *Niketche: Uma história de Poligamia e Balada de Amor ao Vento*, da escritora Paulina Chiziane, leva-nos a compreender experiências femininas relacionadas ao contexto tradicional e também político, em fragmentos de histórias orais costuradas às representações vividas por muitas mulheres moçambicanas, importantes fontes históricas do protagonismo feminino.

A representação social dessas mulheres nos romances, aponta para a presença feminina nas narrativas moçambicanas como crítica à submissão, ao questionar a feminilidade, ao mesmo tempo em que considera a diversidade de suas experiências, suas origens étnicas, culturais/regionais e religiosas.

[...] Paulina Chiziane funda, em Moçambique, um novo tipo de romance, cuja dicção se realiza no feminino, denunciando opressões e preconceitos sofridos por mulheres de espaços urbanos e rurais em diferentes épocas da história moçambicana. Tradição, modernidade, História costumes, mulher, poligamia, amor, sexo, religiões, [...], colonialismo, pós-independência [...], são temáticas e personagens recorrentes na obra da autora [...] (SECCO, 2021, p. 124).

Pelo potencial de denúncia, as narrativas de Chiziane, promovem o (re)encontro da palavra oralizada, que emerge em outras vozes – das classes subalternas, das gentes que foram deixadas à margem, com a palavra escrita, cerzindo ao presente, a memória coletiva em diálogo com função social e humanizadora, uma escrita híbrida, pois.

O objetivo desse trabalho, é analisar vivências femininas, e a sujeição à poligamia enquanto tradição cultural e as redes que se formam a partir das relações que se estabelecem entre as mulheres no círculo poligâmico, identificando similaridades e diferenças nos discursos das personagens Rami e Sarnau, a partir dos *corpora*, os romances *Niketche: uma história de poligamia* e *Balada de Amor ao Vento* da autora moçambicana Paulina Chiziane.

MÉTODO

Para realização dessa pesquisa de cunho bibliográfico, utilizamos como método para a análise dos romances: a) leitura dos materiais de análise, os romances *Niketche: uma história de poligamia* e *Balada de amor ao vento* Chiziane (2022a; 2022b); b)

identificação das semelhanças e /ou diferenças nas histórias narradas sobre as personagens Rami e Sarnau; c) descrição dos comportamentos poligâmicos nas relações conjugais. O aporte teórico foi fundamentado no estudo de textos de natureza teórica sobre a literatura africana e moçambicana, a poligamia e a submissão feminina na cultura moçambicana em Secco (2021), Chiziane (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao nos referirmos a uma literatura produzida por mulheres africanas, registramos os atravessamentos que compõem a escrita. Nesse sentido, gênero, raça, relações de poder, conduzem narrativas escritivas. Diante da necessidade de uma afirmação cultural africana, africanistas e africanos, “enveredaram pelos complexos e inúmeros caminhos da tradição oral africana” (Leite, 2012, p. 12).

Ainda que escritas na língua do colonizador, o europeu, a oralidade é africana.

Manter vivas as memórias pela fala e oralidade, “cria uma noção de ‘continuidade’ entre a tradição oral e a literatura”, afirma Leite (2012, p.14), e como parte de uma tradição oral de narrar a vida, os *griots*, são comparados à bibliotecas, lugar de todas as histórias que vão sendo passadas, interligando, passado, presente e futuro.

Paulina Chiziane, revela nos romances *Niketche: uma história de poligamia* e *Balada de amor ao vento*, uma relação cruzada entre a história e a literatura, e refere a poligamia como o destino das mulheres e do qual elas não podem se desvencilhar, a

“Poligamia é o destino de tantas mulheres neste mundo desde os tempos sem memória” (Chiziane, 2022, p. 91). E, mesmo aqueles povos, a exemplo dos macuas, não polígamos, a partir da influência muçulmana, *apoligamou-se*.

O mesmo aconteceu em outras regiões de Moçambique, que mesmo cristianizados, viram na poligamia uma forma de aceder ao poder, de se tornarem grandes patriarcas, ao possuírem muitas esposas.

A prática mostrou que com uma só esposa não se faz um grande patriarca. Por isso os homens deste povo hoje reclamam o estatuto perdido e querem regressar às raízes. Praticam uma poligamia tipo ilegal, informal, sem cumprir os devidos mandamentos. [...] A poligamia dá privilégios. Ter mordomia é coisa boa: uma mulher para cozinhar, outra para lavar os pés, uma para passear, outra para passar a noite (CHIZIANE, 2022a, p. 91).

A poligamia, dessa forma, figura como um cimento social e se insere na constituição identitária masculina, “a natureza do homem: embora se condene, não é crime, não faz mal a ninguém. Que um homem que se preze tem que ter pelo menos três mulheres” (Chiziane, 2022a, p. 112), tanto quanto na educação para o matrimônio: “As minhas

mães, tias, avós, fecharam-me há uma semana nessa palhota tão quente que dizem que me prepararam para o matrimónio [...] (Chiziane, 2022b, p. 112).

A memória, fio de transporte da herança cultural, é também a busca de uma ancestralidade fragmentada pelos processos de opressão e silenciamento. Descritas como guerreiras por Secco (2021), as mulheres que protagonizam *Niketche: uma história de poligamia e Balada de Amor ao vento*, são também transgressoras. A voz da autora que ecoa nas vozes das personagens femininas, contribui para as lutas femininas. Assim, funda, em Moçambique, um novo tipo de romance, cuja dicção se realiza no feminino, denunciando opressões e preconceitos sofridos por mulheres de espaços urbanos e rurais em diferentes épocas da história moçambicana (SECCO, 2021, p. 124).

O lugar feminino é a tradução da necessidade da autora de narrar experiências femininas em Moçambique, a partir de testemunhos ou observações do cotidiano – as guerras, a repressão colonial e as influências nas culturas que modificam as relações familiares. A submissão imposta às mulheres por uma poligamia não legalizada, contudo, não encontra total legitimidade nos dizeres e fazeres da personagem Sarnau, que questiona o colonialismo, e audaciosa, não se dobra à poligamia e denuncia a subalternização da mulher nas etnias poligâmicas do sul de Moçambique.

Rami, em uma espacialidade urbana, constata também a subalternização e opressão sofridas pelas mulheres ao conhecer as suas rivais (as outras esposas de Tony), e que embora fossem inúmeras as diferenças entre elas; culturais, étnicas, sociais, todas comungavam o mesmo dilema: a solidão. Suas vidas, um choque de valores, as heranças culturais absorvidas dos colonizadores e os valores ancestrais africanos.

Nas obras analisadas, a autora enfatiza a mulher que subverte não apenas o domínio masculino, mas que não se deixa aprisionar. Um lugar onde a memória individual e coletiva se (re)encontram, e se reorganizam e abrem caminho que continuará a descrever e denunciar opressões, violências e silenciamentos dirigidos às mulheres.

CONSIDERAÇÕES

Outros elementos presentes na narrativa como a diversidade linguística e os costumes culturais complementam o percurso investigativo da escrita moçambicana, e a inovação com a qual a autora dá voz às mulheres através de suas personagens, reinventando a tradição oral, ultrapassa fronteiras temporais e recupera a própria cultura do país.

Os resultados apresentados a partir da análise dos dois romances de Paulina Chiziane, revela vivências femininas espacializadas na literatura moçambicana, e mostram-se inconclusos dada a diversidade histórica que apresenta, o que nos impele à continuidade da investigação.



REFERÊNCIAS

CHIZIANE, Paulina. **Niketche**: uma história de poligamia. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022a.

CHIZIANE, Paulina. **Balada de Amor ao vento**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas pós-coloniais**: estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2012.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. **A magia das letras africanas**: Angola e Moçambique - Ensaio. São Paulo: Kapulana. 2021.

MEMÓRIA DISCURSIVA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA PERSONAGEM *PONCIÁ VICÊNCIO* DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Natália Gonçalves Teixeira
Mestranda - PPGELS (UNEB) natalia-mrr@hotmail.com

Zoraide Portela da Silva Cunha
Professora do Curso de Letras (UNEB)

Sidnay Fernandes dos Santos
Professora do Curso de Letras (UNEB) sfsantos@uneb.br

RESUMO

O presente estudo de cunho qualitativo tem por objetivo analisar os modos de construção da personagem protagonista da obra *Ponciá Vicêncio* da escritora negra Conceição Evaristo. Para isso, parte-se da categoria analítica da Análise do Discurso memória discursiva, a fim de estabelecer os implícitos, pré-construídos, já-ditos e discursos transversos por meio dos quais materializa-se o discurso. Nessa empreitada, aborda-se o imbricamento da categoria da memória e os seus papéis mnemônicos na reconstrução de identidades interditas e fragmentadas, trazendo o conceito da memória discursiva para a análise da construção da personagem. Assim, discorre-se sobre a categoria da memória sob a perspectiva da psicologia, da história e da Análise do Discurso, levando em consideração os apontamentos teóricos de Coracine (2011), Halbwachs (2016), Le Goff (2003) e Pêcheux (1995). Depois dos apontamentos teóricos sobre a memória, apresenta-se a relação entre a memória discursiva e a construção da personagem por meio do recorte do romance: a relação da memória discursiva e a ancestralidade na figura do avô de Ponciá Vicêncio.

Palavras-chave: Memória discursiva; Ponciá Vicêncio; Construção Identitária. Mulheres negras.

INTRODUÇÃO

A literatura negra de autoria feminina é uma escrita mergulhada na experiência, pois deixa transparecer, através da poética ficcional, as marcas da tradição feminina enquanto escritora e mulher negra diante de uma sociedade pós-abolicionista, ancorada no racismo e no discurso patriarcal. Nesse contexto de luta, resistência e reexistência, as escritoras negras buscam se inscrever no corpus literário brasileiro através de imagens de autorrepresentação, e criam uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. (EVARISTO, 2005, p. 54).

A escrita de Conceição Evaristo parte da subjetividade atrelada à experiência de mulher negra na sociedade brasileira. E, mediante palavras e simbologias, marca a construção estética da escrita negra de autoria feminina, mas, sobretudo, atenua a crítica social acerca dos conflitos de raça e de cor e o mais importante: marca aspectos ancestrais da cultura e da religiosidade para pensar a ancestralidade negro-brasileira na construção da personagem e de toda narrativa.

A ancestralidade e a memória são os fios condutores que marcam o romance *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo, publicado em 2003. A história da protagonista é narrada por descrições de caminhos, de sonhos e de desencantos que atravessam a vida de Ponciá Vicêncio e de tantas outras que carregam as marcas do assujeitamento e da interdição, “em nome de um projeto produzido pela elite sócio-política brasileira, um projeto de desenvolvimento nacionalista com fortes bases em traços de europeidade” (SANTOS, 2018, p. 131).

A trajetória de Ponciá é narrada da infância à vida adulta, refletindo seus afetos e desafetos e estabelecendo, segundo Barbosa (2003, p. 7), “um diálogo entre o passado e o presente, entre a lembrança e a vivência, entre o real e o imaginado.” Nascida em uma comunidade composta por ex-escravos, a personagem migra da vila Vicêncio para a cidade em busca de ascensão social, entretanto a mudança de lugar geográfico não a distancia da sua condição predestinada de mulher negra invisibilizada e fragmentada. Nesse novo espaço busca, através da memória, fio condutor da narrativa, o encontro no tempo, com os seus e com sua ancestralidade, na tentativa de construir sua identidade.

Partindo disso, o objetivo desta escrita pauta-se em analisar e compreender a construção da personagem Ponciá Vicêncio a partir da memória discursiva, categoria analítica da Análise do Discurso, a fim de estabelecer implícitos, pré-construídos, jáditos e discursos transversos que uma leitura/análise necessita para materialização do discurso. Dessa forma, pensando no imbricamento de memória e seus papéis mnemônicos na reconstrução de identidades interdidas, que se aborda a relação da

memória discursiva na construção da personagem evaristiana diante de um discurso de resistência.

MÉTODO

O trabalho será organizado de modo que a categoria de análise não seja teorizada em detrimento ao corpus de análise. Para isso, discorre-se, inicialmente, sobre a categoria da memória sob a perspectiva da psicologia, da história e da Análise do Discurso, levando em consideração os apontamentos teóricos de Coracine (2011), Halbwachs (2016), Le Goff (2003) e Pêcheux (1995). Depois dos levantamentos teóricos sobre memória, apresenta-se a análise da relação entre a memória discursiva e a construção da personagem de Conceição Evaristo por meio do tema/recorte do romance: a relação da memória discursiva e a ancestralidade na figura do avô de Ponciá Vicêncio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A herança da personagem é garantida pelas marcas da lembrança que tinha do avô, especialmente o sentimento de não pertencer a lugar algum e a similaridade física entre ambos. Apesar de Vô Vicêncio morrer quando Ponciá era bem pequenina, os primeiros trejeitos da neta lembravam com exatidão seu avô, que ainda menina e artífice do barro fez um boneco igual ao Vô Vicêncio:

A mãe andava com o coração aflito e indagador. O que havia com aquela menina? Primeiro andou de repente e com todo jeito do avô... Agora havia feito aquele homenzinho de barro, tão igual ao velho. Ela havia enrolado o trabalho guardando-o no fundo do caixote. E, mesmo assim, parecia que lá de dentro saía ora risos-lamentos, ora chorogargalhadas. O que fazer com a criação da filha? O que fazer com o Vô Vicêncio da filha? Sim, era ele. Igualzinho! (EVARISTO, 2003, p. 22).

Nessa perspectiva, Ricoeur (2007) explica que a competência memorialística chega aos acontecimentos mais distantes de uma infância longínqua e tem a capacidade de remontar o tempo, o vivido. Através dessa herança identitária é que se estabelece o diálogo entre o passado e o presente de Ponciá, entre a vivência e a lembrança, entre o real e o subjetivo, pois como seu avô, Ponciá é o acúmulo de vazios e partidas.

Amparada por um discurso de resistência, a construção da personagem vai sendo desenvolvida ao passo que a narrativa vai se dando, predominantemente, pelas reminiscências do seu passado. Pelas lembranças e recordações de um passado distante, Ponciá Vicêncio remonta o tempo e busca uma referência identitária, na

tentativa de se constituir como sujeito. A memória, na abordagem discursiva, ou seja, na perspectiva que abarca dizeres historicamente construídos, que, segundo Coracini (2011), marca a relação do homem com a linguagem corresponde a modos como se constroem identidades de mulheres negras na literatura.

Dessa forma, Coracini (2011, p. 33) propõe que “[...] a memória discursiva diz respeito a existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade”. Dessa perspectiva, ao buscar na memória a referência ancestral na figura do avô que mal conheceria, a construção da personagem é pensada para legitimar um discurso de resistência, pois, de acordo com Orlandi, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em situação discursiva dada.” (1999, p. 33).

A autora parte de dizeres historicamente construídos para reatualizar o discurso de resistência. Para isso, remonta o tempo e a história. Referencia sua escrita na escravidão, na diáspora, no sentimento de ninguentade étnica e identitária e no silenciamento e apagamento dos corpos negros. Dessa forma, Conceição Evaristo (2007) define sua escrita através da escrevivência, categoria usada pela autora para caracterizar a escrita da experiência enquanto mulher negra. A gênese de sua escrita parte do acúmulo de tudo que viveu, representando a experiência histórica da sua negritude.

A construção ficcional literária permite, pela representação da protagonista, que dizeres e discursos sejam reatualizados e que permaneçam sendo atualizados e presentes numa sociedade que, ainda, caminha atravessando moldes escravocratas. Assim, o diálogo, estabelecido entre passado e presente, permite que a personagem evaristiana marque a relação existente entre a lembrança do avô e a construção da sua própria identidade enquanto mulher negra. A relação estabelecida entre o avô e a neta faz referência a atualização de um discurso de afirmação de uma identidade fragmentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita de Conceição Evaristo é construída em meio ao processo histórico, político, cultural, socioeconômico em que está inserida a personagem Ponciá Vicêncio. A personagem, por meio da memória, entre indas e vindas, ao passado e presente, procura reconhecer sua identidade em um ambiente do branco colonizador. Nesse sentido, os pepéis mnemônicos da memória discursiva permitem que os discursos sejam reatualizados, uma vez que já foram inscritos em um dado momento da história. Dessa forma, no momento que a personagem se silencia, a sua memória discursiva é ativada, legitimando e reatuazalizando um discurso de resistência. Além



disso, amparada pelos embasamentos teóricos do conceito da ancestralidade, a autora constrói a personagem de modo que a relação existente entre a neta e o avô afeta o modo como Ponciá significa em uma dada situação discursiva, para a atualização de dizeres.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria José Somerlate. Prefácio. In: EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003. p. 5-8.

CORACINI, Maria José. Discurso, Entre a Memória e o Esquecimento: fragmentos de uma história de vida. In CORACINI, M.J. & GHIRALDELLO, C. M. (eds). *Nas Malhas do Discurso: Memória, Imaginário e Subjetividade*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2011, 23-74.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In: *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Minas Gerais: Mazza Edições, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Sandra Andrade dos. Ancestralidade negro-brasileira no romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. *Revista Soletas*, p. 128-147, 2018.

DISCURSOS DO NEOCONSERVADORISMO BRASILEIRO SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO PODCAST RETRATO NARRADO

Péricles Fernandes Cairo da Costa Lima
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras:
Cultura, Educação e Linguagens (UESB)
periclesdacostalima@gmail.com

Cássio Roberto Borges da Silva (Orientador) – (UESB)
cassiorobertoborges@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho empenha-se em analisar os discursos enunciados pela extremadireita e por movimentos conservadores brasileiros a respeito da identidade de gênero e da diversidade sexual a partir de um episódio do *podcast Retrato Narrado* (2020), dedicado à biografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Dada a acentuada politização reativa contra direitos conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ nas últimas décadas, é importante analisar como certas estratégias discursivas têm sido mobilizadas em função de uma oposição sistemática às formas de existência que questionam a estrutura hierarquizada e patriarcal da sociedade. A base teórica desta pesquisa recorre à noção de neoconservadorismo, desenvolvida por Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione, autores que destacam o papel desempenhado, na cena contemporânea, por agentes políticos, usualmente ligados a instituições religiosas, na tentativa de judicialização da moralidade; destacam também a presença desses grupos políticos em diferentes canais de participação democrática; sua articulação internacional e a forte influência que os valores neoliberais exercem nessa formação política. A partir da análise empreendida, pode-se identificar que o neoconservadorismo brasileiro recorre a artifícios discursivos patéticos a fim de incitar a violência contra segmentos da população historicamente marginalizados.

Palavras-chave: diversidade sexual; identidade de gênero, neoconservadorismo.

INTRODUÇÃO

O atual momento de polarização política em que se encontra a sociedade brasileira é um fenômeno que demanda uma compreensão ampliada, exigindo a mobilização de diferentes áreas do conhecimento e a análise a partir de recortes diversos. O agravamento dessa polarização coincide com o fortalecimento da extremadireita em âmbito global, a partir da década de 2010. No Brasil, a vitória de Jair Bolsonaro, no pleito de 2018, pode ser concebida como um momento emblemático para a ascensão da direita na América Latina, depois de uma série de governos de centroesquerda.

Diversos autores têm se esforçado em estudar esse fenômeno, pensando tanto em suas similaridades com outros contextos históricos quanto nas especificidades das manifestações atuais. Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020) creem que o recrudescimento do conservadorismo no cenário latinoamericano deve ser pensado a partir da noção de *neoconservadorismo*, levando em conta a articulação entre setores heterogêneos da sociedade sob influência do neoliberalismo.

Apesar das particularidades existentes nas manifestações locais desse movimento, algumas similaridades são facilmente identificadas. Uma delas diz respeito à oposição a agenda de igualdade de gênero e de diversidade sexual, combatida sob o prisma da suposta ameaça representada pela difusão de “ideologias de gênero”. Como demonstram diversos estudos (SOARES; RICOLDI, 2018; BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020), a década de 1990 representa um ponto de virada nos debates a propósito da noção de *gênero* em âmbito internacional, isso, por conta, em grande medida, de pautas abordadas nas Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo em que o tema ganhava relevância fora do meio acadêmico, grupos conservadores internacionais, incluindo grupos ligados à Igreja Católica, iniciaram um processo de politização reativa para dificultar a implementação ou para revogar os avanços no campo da igualdade de gênero, dos direitos reprodutivos e da diversidade sexual conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+.

A década de 2010, contudo, colocou em evidência um ponto de inflexão nessa agenda de conquistas relativas à igualdade de gênero e à diversidade sexual. Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam a crescente influência política de agentes políticos — católicos e evangélicos neopentecostais, sobretudo — que têm se empenhado em dificultar o reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos. Essa constatação demonstra a intrincada relação entre religião, Estado e democracia na região, assim como alerta para as ameaças que a atuação dos movimentos neoconservadores representa para os sistemas democráticos.

Neste artigo, pretendemos partir da análise de um episódio do *podcast Retrato Narrado* (2020) para investigar como a oposição aos debates sobre igualdade de gênero, direitos reprodutivos e diversidade sexual se tornou uma das principais pautas para o neoconservadorismo brasileiro (e latino-americano), sendo capaz de agrupar grupos com interesses diversos em torno de uma mesma agenda política.

MÉTODO

As análises empreendidas neste trabalho serão orientadas pela noção de *neoconservadorismo* desenvolvida por Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione, no livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina* (2020). Nessa obra, os autores discutem como a década de 2010 representou uma ascensão da direita após uma onda de governos de centroesquerda em diversos países latino-americanos, no início deste século. Esse movimento é marcado por instabilidade política e pelo fortalecimento do conservadorismo religioso e do neoliberalismo em várias nações da região.

Biroli, Machado e Vaggione (2020) destacam que esse fenômeno surgiu como uma reação aos avanços conquistados pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ no que diz respeito ao reconhecimento de direitos e à elaboração de políticas públicas em temas como a igualdade de gênero, direitos reprodutivos e diversidade sexual. Nesse contexto, formaram-se coalizões entre grupos cristãos e segmentos não religiosos da direita para barrar esses avanços por meio de diferentes canais de participação política, o que acabou afetando os próprios fundamentos da democracia na região.

Os autores (2020) propõem cinco aspectos para analisar esse momento do conservadorismo latino-americano: 1) coalizão entre diferentes atores (católicos, evangélicos, empresários, latifundiários, militares, políticos da extrema direita); 2) a juridicização da moralidade; 3) atuação nas instituições democráticas; 4) caráter transnacional e 5) intensa relação com o neoliberalismo. É com essa base teórica que pretendemos analisar os discursos enunciados no episódio selecionado do *podcast Retrato Narrado* (2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quarto episódio de *Retrato Narrado* (2020), intitulado *A construção do mito*, descreve as estratégias de Jair Bolsonaro para ganhar maior projeção no cenário político brasileiro, alinhando-se, por um lado, às lideranças religiosas contra políticas públicas progressistas, especialmente aquelas relacionadas à identidade de gênero e à diversidade sexual; por outro, aproveitando as redes sociais como um canal de comunicação direto com o público.

Richard Miskolci (2018) aponta que a “ideologia de gênero” acaba sendo uma espécie de espectro que dá sentido a medos irracionais e os projeta em “inimigos” identificáveis. Assim, a politização reativa que se tem observado a partir da década de 1990 contra os direitos conquistados por movimentos feministas e LGBTQIA+ mostra como “Discussões macropolíticas são substituídas por uma retórica que traz à opinião pública o diagnóstico de que a origem de problemas sociais resulta de mudanças comportamentais que precisariam ser combatidas” (MISKOLCI, 2018, p. 07). O episódio mostra que a discussão sobre a convivência pacífica e respeitosa com a diversidade sexual, no âmbito escolar, serviu de pretexto para que segmentos do neoconservadorismo brasileiro — não apenas os evangélicos — mobilizassem discursos de medo e violência contra a população LGBTQIA+. Como narrado no *podcast*, o projeto “Escola Sem Homofobia” foi vetado pela então presidente Dilma Rousseff, em função, principalmente, da repercussão do projeto entre os membros da “Frente Parlamentar Evangélica”, no Congresso Nacional. O material em questão foi, então, pejorativamente tachado por Bolsonaro como “kit gay”, criando assim um argumento falacioso que foi utilizado para atacar o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda brasileira como um todo:

Bolsonaro: E depois tem também dois casais, dois homens! Pra criança começar a memorizar a partir de 5 anos de idade que ser gay é normal? Pelo amor de Deus, Dilma Rousseff! [...] Você quer que teu filho aprenda lições de homossexualismo no Ensino Fundamental? Se quer, vota no Haddad. (RETRATO NARRADO, 4. A construção do Mito, 2020, on-line)

Como se sabe, as pautas neoconservadoras ajudaram Jair Bolsonaro a se eleger presidente da República em 2018. Mesmo não tendo sido reeleito em 2022, o movimento neoconservador mostra que tem força para continuar influenciando a opinião pública e a construção de políticas para grupos da população brasileira historicamente marginalizados. A capacidade de aglutinar atores com interesses diversos (e às vezes até conflitantes) em torno de pautas como a “ideologia de gênero”, aliada a uma robusta organização política, colocam em evidência uma posição moral “naturalista”, empenhada em difundir “[...] a ideia de que há corpos e sexualidades legítimos e ilegítimos” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 19-20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste trabalho empenha-se em elucidar os mecanismos discursivos por meio dos quais as forças neoconservadoras, no Brasil e na América Latina, têm tido êxito na restrição ao reconhecimento de direitos conquistados por movimentos feministas e LGBTQIA+ nas últimas décadas. Um estudo de mais fôlego



poderia, contudo, contribuir para uma compreensão mais profunda da relação entre esse fenômeno neoconservador e os processos de deterioração das democracias na região.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M.. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **CADERNOS PAGU**, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOARES, F. F.; RICOLDI, A. M.. A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - REBEP**, v. 39, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1632/1158>. Acesso em: 23 jul. 2023.

RETRATO NARRADO: 4. A construção do Mito. [Locução de]: Carol Pires. Entrevistados: João Guilherme Bastos dos Santos; Alessandra Aldé; Jean Wyllys; Marlos Ápyus; Letícia Duarte. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 21 out. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2JrxUgnONvqS25yFbvjeVT>. Acesso em: 21 jul. 2023.

REPRESENTAÇÕES DA MENINA NEGRA NA LITERATURA INFANTIL CONTEMPORÂNEA: POSSIBILIDADES PARA INVERTER AS CHAVES DO RACISMO E DO SEXISMO NA INFÂNCIA

Tese de doutorado
Rosa Sílvia Lopes Chaves
Daniela Finco
Universidade Federal de São Paulo
UNIFESP

lopes.chaves@unifesp.br

RESUMO

Este trabalho aborda a questão da construção identitária das meninas negras a partir da literatura infantil negra contemporânea no Brasil. Pensar na literatura infantil protagonizada por personagens de meninas negras revela-se como possibilidade de refletir sobre os aspectos materiais e simbólicos, sob os quais os processos identitários étnico-racial e de gênero vão sendo constituídos na infância. Busca refletir sobre a representatividade, a visibilidade e o pertencimento diante das marcas do mito da democracia racial e da ideologia do embranquecimento no Brasil. Tem como referencial teórico os Estudos Feministas Negros, os Estudos Pós-coloniais e Estudos Sociais da Infância que permitem problematizar as assimetrias e desigualdades. Os procedimentos metodológicos envolveram a análise de documentos orientadores para a promoção da igualdade racial na infância e a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres negras escritoras de literatura infantil, que revelaram suas intencionalidades, nos processos de construção identitária das personagens protagonistas em suas obras. Os resultados apontam para formas de (re)existências na literatura infantil feminista negra contemporânea, favorecendo a construção de um processo de autoafirmação, de autoconhecimento e de autocuidado, que procura romper com o silêncio e quebrar os estereótipos que sustentam e promovem discriminações e violências na vida das meninas.

Palavras-chave: Literatura Infantil; Menina negra; Estudos Feministas Negro; Estudos Pós-coloniais; Estudos Sociais da Infância.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o processo de valorização e fortalecimento das identidades das meninas negras, a partir de literaturas negras infantis contemporâneas. Analisa as possibilidades de representação das personagens meninas negras. Apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado que busca pensar nas literaturas infantis como possibilidades educativas emancipatórias, considerando o direito da afirmação e valorização identitária na infância (CHAVES, 2023). Ao trazer à tona a complexa construção histórica social da identidade negra no Brasil, é necessário considerar os efeitos da produção literária sobre as crianças, e em suas formas de representações, que acabam por privilegiar a representação eurocêntrica, excluindo a negritude, desqualificando e invisibilizando corporeidades e culturas. As crianças negras, ao assimilarem ideais de embranquecimento desde bem pequenas, acabam enfrentando grandes dilemas e encontrando muitos desafios para afirmação e construção de uma identidade negra positiva (SILVA, 2015). Refletir sobre o direito à representatividade das meninas negras, significa problematizar as marcas do mito da democracia racial e da ideologia do embranquecimento no Brasil. Permite alertar para a necessidade de uma vigilância epistemológica, provocada pelas lentes pós-coloniais, na direção da reparação das injustiças sociais na sociedade brasileira. E buscar uma perspectiva interseccional, que revela as diversas formas de poder e enfatiza os direitos à uma educação antirracista e antissexista, abrindo caminhos para a construção de sociedade mais democrática (CHAVES; FINCO, 2021). Desse modo, a pesquisa faz um diálogo com os Estudos Sociais da Infância que oferecem elementos para a problematização dos discursos que pretendem construir verdades absolutas sobre as infâncias, e ajudam a rejeitar a arrogância da certeza teórica que se pretende homogênea (FINCO; FARIA, 2010, ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014). E colocam em xeque os imaginários oriundos da colonialidade do poder, apresentando o desafio de pensar nas imagens de representação de meninas negras em nossa sociedade adultocêntrica, heteropatriarcal e racista, tentando invisibilizar, diluir e apagar as diferenças desde os primeiros anos de vida. E com os Estudos Feministas Negros, que contribuem para o refinamento do olhar, desvelando as hierarquias presentes nas relações das mulheres negras (GONZALEZ, 1987; CARNEIRO, 2011; hooks, 2015, 2019; COLLINS, 2019), para buscar também a compreensão do ser menina negra em nossa sociedade. Destacamos o conceito de “imagens de controle” (COLLINS, 2019), como ferramenta analítica para inverter o olhar sobre as representações na literatura infantil, que ajuda a evidenciar as facetas simbólicas do racismo, considerando que meninas e mulheres negras ainda são representadas de forma objetificada e subalternizada. Desafiar estas imagens de controle é uma das prerrogativas da epistemologia feminista negra, e favoreceu

um olhar para desestabilizar a ordem social hegemônica, abrindo caminhos para a construção do autoconhecimento identitário. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as formas de representação das meninas negras, protagonizadas por personagens da literatura infantil negra contemporânea. A proposta revela-se como possibilidade de refletir sobre os aspectos materiais e simbólicos, sob os quais os processos identitários na infância vão sendo constituídos, problematizando discriminações étnico-racial e de gênero.

MÉTODO

Os procedimentos metodológicos da pesquisa contaram com a análise documental de diretrizes acerca do processo de reconhecimento de uma educação promotora da igualdade étnico-racial como as Leis 10649/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); Lei 11649/ 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009). E a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres feministas negras, escritoras de obras de literatura infantil (Sonia Rosa, Kiusam de Oliveira, Odara Dele e Lucimar Dias), envolvendo suas personagens protagonistas, meninas negras (Lindara, Tayó, Lukenya e Luanda). As memórias e experiências compartilhadas por estas escritoras, mostram como vivenciaram seus processos de autoidentificação e pertencimento étnico-racial, assim como elas enxergam o lugar das infâncias de meninas negras nos dias de hoje. Revelam como tais experiências permearam a criação e representação de suas personagens, assim como suas intencionalidades nas narrativas que dão visibilidade e favorecem a afirmação das identidades das meninas negras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa revela, a partir destas vozes, possíveis “lugares seguros” (COLLINS, 2019) para promoção de rupturas com a narrativa hegemônica sobre ser menina negra. As produções dessas escritoras mostraram-se como ferramentas de fortalecimento para o pertencimento étnico-racial e de combate aos estereótipos e violências, consistindo em uma “*literatura de afetividade negra*” (Sonia Rosa), uma “*literatura negra brasileira do encantamento infantil e juvenil*” (Kiusam de Oliveira). Literaturas infantis que trazem o desafio de “*reafirmar a humanidade negra com orgulho e altivez*” (Odara Delé) e apontam para a necessidade de “*inverter a chave*” (Lucimar Dias) transformar em fortaleza, o que antes as fragilizava, vencer a invisibilidade e a timidez, um convite a afirmar-se de forma positiva. A escritora Sonia Rosa evidencia que sua produção está atravessada

pela valorização da diversidade e pelo combate à desigualdade. Sua intencionalidade prioriza a dimensão da afetividade, que tem como premissa uma *“Literatura Infantil Negro Afetiva, com um texto literário tem que ter a leveza do encanto, do abraço, do acolhimento, que podem ser trabalhados como fortalecimento das identidades negras, como possibilidade de ampliação de conhecimento das crianças, são personagens em protagonismo, em alegria, em ludicidade. Minha estratégia sempre foi a estratégia da alegria, da inteligência, da criatividade, da poesia e da possibilidade de acreditar que era possível ser diferente.”*(Sonia Rosa). A escritora Kiusam de Oliveira traz no bojo das suas criações literárias estratégias de fortalecimento e reencantamento das crianças negras com suas corporalidades, como uma formas de empoderamento pessoal e coletivo desde a infância: *“As nossas crianças pretas precisam se (re)encantar pelos seus corpos, então é esse o sentido, o encantamento! As minhas histórias trazem muito a questão do corpo, do corpo preto. Uma Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil, como possibilidade da criança negra se reencantar pelo seu próprio corpo e buscar o seu projeto de vida”* (Kiusam de Oliveira). A escritora Odara Delé evidencia o desafio de sempre reafirmar a humanidade negra pela literatura com *“orgulho e altivez”*: *“É fundamental toda criança ter a possibilidade de acesso a livros que enriqueçam a sua história. Para as meninas negras, se verem e reconhecerem de uma forma positiva é importante para fortalecê-las.”*(Odara Delé). E a escritora Lucimar Dias destaca a capacidade da literatura infantil de *“transformar a fraqueza em fortaleza”, de “inverter a chave do racismo, que vai delimitar outro lugar social que atualmente ocupa, possibilitando outros caminhos.”* Ela aponta que *“literatura infantil brasileira hoje, com a participação efetiva de editoras negras, de autoras negras e, mais recentemente, de ilustradores negros, significa um respiro de vida para as crianças negras. A literatura tem esse poder de nos colocar diante do mundo e de fazer as diferentes emoções emergirem. A gente precisa de personagens negros também vivendo essas possibilidades.”* (Lucimar Dias). As formas de representação dessas personagens, significam gritos de (re)existências frente à sub-representatividade da menina negra na literatura infantil. Suas obras contribuem para pensar no processo de construção identitária na infância, ao envolver a escuta, cuidado, afetividade, fantasia e encantamento. Mostram também que é fundamental transformar o imaginário, valorizando as potencialidades e a estética negra, oferecendo outros espelhos para meninas olharem para si com orgulho do seu pertencimento étnico-racial, permitindo habitar outras lógicas, redimensionar ideias e inverter valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eliminação do racismo nas representações sociais na literatura infantil se configura como um campo promissor no Brasil, trazendo elementos para auxiliar na auto identificação, num processo de reeducação e de encontro com outras possibilidades. A literatura negra feminista infantil contemporânea se mostra como uma potente ferramenta, para sustentar a autoafirmação, o autoconhecimento e o autocuidado, com a função de humanizar e impactar positivamente nas formas de olhar para si. São literaturas engajadas para o rompimento do silêncio e das dores causadas pelos preconceitos e discriminações, celebrando a diferença numa perspectiva libertadora. Tais ferramentas, também possuem uma função política, pois trazem subsídios para pensar em uma educação emancipatória, democrática e multicultural para as infâncias num país, com histórico racista e colonial, como o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 35, n.127, p. 461-474, Abr./Jun. 2014.

BRASIL. **Lei 10.639** de 9 de Janeiro de 2003. Brasília: D.O.U. 10 de Janeiro de 2003.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2004. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAVES, Rosa Silvia Lopes. **Meninas negras na literatura infantil: infâncias, identidades e representatividades**. Tese (Doutorado em Educação), EFLCH, Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, 2023.

CHAVES, Rosa Silvia Lopes; FINCO, Daniela. Questões étnico-raciais, políticas públicas e o direito das crianças pequenas a uma educação antirracista. In: MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro (orgs.). **Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 181-204.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FARIA, Ana. Lucia Goulart de; FINCO, Daniela. (orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS, p. 223-244, 1987.



hooks, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista pensar como negra. São Paulo:Elefante, 2019.

hooks, bell. **Black looks:** race and representation. New York: Routledge, 2015. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015.

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E REALIDADE CAMUFLADA: UMA ANÁLISE BASEADA NO TRABALHO DESENVOLVIDO NO CREAS DO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO, BAHIA

Dissertação de Mestrado

Ana Paula Macedo dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/PPGCEL

anamacedo.jus@gmail.com

Márcia Santos Lemos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB/PPGCEL

RESUMO

A Violência Sexual Infantil, inserida no contexto histórico, cultural, social, político e jurídico, constitui-se como um problema de saúde pública, sua prevalência causa, dentre outras consequências, danos biopsicossociais, com repercussão na vida adulta. A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo central analisar a Violência Sexual Infantil no município de Belo Campo, Bahia, tendo como *Locus* de estudo o Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS. O CREAS é uma entidade governamental que presta atendimento especializado às vítimas de violência. O corpus deste estudo é constituído pelos dados estatísticos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 que evidenciam o maior número de estupros da história, com aumento de 8,2% em relação ao ano de 2021 e pela análise de casos em acompanhamento no CREAS, que demonstram que, apesar do atendimento qualificado, ainda não contempla o necessário para o enfrentamento da violência aqui evidenciada. Além disso, o estudo abordará o resultado das campanhas de prevenção ao Abuso e a Exploração Sexual infantil, realizadas nas escolas do município de Belo Campo, Bahia em maio de 2023, a percepção e nível de informação dos alunos a respeito do tema.

Palavras-chave: Violência Sexual Infantil; CREAS; Silenciamento

INTRODUÇÃO

A pesquisa em desenvolvimento está relacionada à minha vivência profissional e assumiu um papel de destaque na vida acadêmica. A partir de janeiro de 2021 passei a exercer um trabalho com crianças e adolescentes vítimas de violência, sobretudo, a violência sexual, como advogada contratada do município de Belo Campo, Bahia, atuando no Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS.

Com a criação e implementação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social, a política de enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes foi incorporada a essa entidade governamental, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto- Juvenil (BRASIL, 2002, p.14).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.19) destaca os serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, funcionando em estreita articulação com os demais serviços de proteção, em parceria com as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos como Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Promotoria, Delegacias e Tribunal de Justiça.

A Violência, segundo Faleiros (2001, p.42 e 43) é apresentada como abuso sexual, psicológico ou físico, sendo, pois, uma articulação de relações sociais gerais e específicas, de exploração e de forças desiguais nas situações concretas, não podendo, dessa forma, ser entendida como resultante de forças da natureza humana, mecanismos autônomos e independentes das relações sociais. Para o autor, essa violência manifesta, concretamente, uma relação de poder que se exerce pelo adulto ou mesmo não adulto, sobre a criança ou adolescente num processo de apropriação e dominação.

Para Saffioti (2015, p.19), a violência é tida como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. A autora ainda trata da relevância e dos traumas do Abuso Sexual, para ela, o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido.

Ainda, sobre as consequências do abuso, a autora continua discorrendo que, a magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido.

Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito. Saffioti (2015, p.20).

Conforme os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) o cenário da Violência Sexual é devastador, a pesquisa aponta o maior número de registros



de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Estes números correspondem aos casos que foram notificados às autoridades policiais e, portanto, representam apenas uma fração da violência sexual experimentada por mulheres e homens, meninas e meninos de todas as idades.

Os dados revelam ainda que, os casos de estupro somaram 18.110 vítimas em 2022, com crescimento de 7% em relação ao ano anterior, bem como os casos de estupro de vulnerável, com um total de 56.820 vítimas, incremento de 8,6%. O levantamento oferece informações sobre gênero e raça, 88,7% são vítimas do sexo feminino e 11,3% são do sexo masculino. Sobre a raça, 56,8% são negras e 42,3% são brancas. A pesquisa chama a atenção para o fato de que 86,1% dos agressores são conhecidos das vítimas, sendo que, 68,3% dos casos correram na residência da vítima e apenas 9,4% em vias públicas.

Miguel e Biroli (2014, p.31) entende que a necessária interface entre o caráter de intimidade e singularidade dos laços familiares e seu caráter político e institucionalmente talhado faz da família um tema complexo e expressam relações de poder. Nesse diapasão, os dados demonstram e corroboram com o pensamento desenvolvido, ou seja, a família, o conservadorismo das relações intrafamiliares, bem como sua blindagem e silenciamento, são os fatores preponderantes para a perpetuação desse tipo de violência.

A pesquisa, ora proposta, aponta para a necessidade urgente de prevenção e enfrentamento da Violência Sexual Infantil, a priori, pelos dados atuais que apontam o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, além disso, por se tratar de uma violência com implicações diversas, sejam físicas, psicológicas, emocionais e sociais, atingindo de forma predominante vítimas do sexo feminino, comprovando ser, também, um problema de gênero.

MÉTODO

A pesquisa tem como recorte espacial o Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS do Município de Belo Campo, Bahia e será considerado como estudo os casos de Violência Sexual Infantil em acompanhamento no setor, tanto ao que se refere à prevenção, quanto aos casos que já incidiram a violência.

Em levantamento prévio, foram analisados os resultados das campanhas de prevenção realizadas pelo município, bem como, vinte e sete casos concretos que estão em acompanhamento no CREAS no ano de 2023. O corpus dessa pesquisa também é constituído pelos dados estatísticos nacionais e locais, divulgados em canais de denúncia como o Disque 100 e também pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, além dos dados locais das demandas do CREAS.

Após levantamento de todos os dados, estes serão sistematizados em quadros, considerando as categorias de raça, gênero e tipificação penal, que serão contejados para produção de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa permite o questionamento sobre o atual cenário da Violência Sexual Infantil perpetuada no Brasil. Os dados estatísticos demonstram ser uma realidade concreta, com registros que apontam ser o maior número de estupros da história. O estudo avança com o intuito de uma análise teórico-crítica sobre os fatores que contribuem para a permanência dessa violência, buscando compreender de que forma está estruturada a Rede de Proteção à criança e adolescente e o papel desempenhado pela família para o enfrentamento, prevenção e cuidado com as vítimas.

Diante disso, foram considerados os resultados das campanhas de prevenção realizadas no mês de maio de 2023 em parceria com o CREAS, CRAS, CAPS nas escolas do município de Belo Campo, Bahia, analisando a efetividade da campanha de enfrentamento e prevenção, bem como, identificar, por meio dos relatórios de finalização da campanha, o nível de conhecimento das crianças e adolescentes a respeito dessa modalidade de violência.

Ainda, foram considerados vinte e sete casos de crianças e adolescentes que estão em acompanhamento no CREAS no ano de 2023. Desse número, apenas dois casos tiveram os agressores sentenciados com decisão judicial. O tempo de espera processual alcança até seis anos em alguns casos, sem sentença. Dos casos analisados, doze estão em fase de Inquérito Policial, com produção de provas, como Exame de Corpo de Delito e depoimento pessoal da vítima e familiares. Há cinco casos que foram encaminhados pelo Conselho Tutelar e não houve realização de Corpo de Delito, apenas o depoimento pessoal da vítima. Oito casos seguem aguardando decisão judicial, com o Inquérito Policial já finalizado. Das demandas, houve uma prisão em flagrante pelo crime de Estupro de Vulnerável. Do total analisado, vinte casos seguem sem resolução.

Tem-se que, por meio da análise preliminar, é possível concluir que 85% das vítimas são meninas com idade entre 03 e 16 anos, 74% dos casos o abuso ocorreu na residência da vítima, ainda, 82% dos casos, o agressor era pessoa conhecida ou de confiança da vítima. Os dados locais se assemelham aos dados nacionais, apontando, inclusive, ser uma violência de gênero. Por certo, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento e, como já afirmado, não pretende demonstrar apenas dados estatísticos, buscará analisar o trabalho desempenhado pela Rede de Proteção como CREAS, CAPS, escolas, delegacia, Ministério Público e Poder Judiciário e se essa rede alcança de fato, a criança



e adolescente. Além disso, buscará compreender o silenciamento da sociedade e famílias ao lidarem com a violência em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço no estudo da Violência Sexual Infantil apresenta uma realidade preocupante, Vecina e Cais (2002, p. 59) destacam que a violência refere-se a uma conduta de abuso e poder, muitas vezes invisível e/ou encoberto, que envolve situações de força e tensão, assimetria e desigualdade social, danosas para constituição do indivíduo e da sociedade. O alto índice de abuso sexual ocorrido nas residências das vítimas retrata uma realidade familiar do silenciamento.

A prevenção torna-se ferramenta fundamental para o enfrentamento para que se possa evitar, reduzir e interromper os episódios de violência. Para tanto, é necessário o entrosamento da Rede de Proteção, assim, verifica-se a necessidade do trabalho de conscientização dos envolvidos, bem como o apoio familiar adequado às vítimas.

REFERENCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, 1990. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Guia de Orientação nº 1 (2ª Versão). Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate a fome - Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E. S. Circuito e curtos circuitos: atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal. São Paulo: Veras, 2001. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. : gráf., tab.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora. Fundação Perseu Abramo, 2015.

VECINA, T. C.; CAIS, A. C. Infância e adolescência: uma realidade que precisa de intervenção. In: FERRARI, D.C.; VECINA, T.C. (Org.). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

ST 16

A MEDICALIZAÇÃO DO SEXO/GÊNERO:
NARRATIVAS SOBRE CORPOS,
AFETOS, SEXUALIDADES E CONTROLE
REPRODUTIVO NA HISTÓRIA DAS
MULHERES



COORDENADORES

Miléia Santos Almeida

Cleide de Lima Chaves

Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

Victoria Carvalho Junqueira

POLÍTICAS DE ESTADO E CORPOS FEMININOS: ESTERILIZAÇÃO EM MASSA DE MULHERES NO BRASIL EM 1992

Projeto de Doutorado

Victoria Carvalho Junqueira
Prof. Dr. Mateus Gamba Torres
Universidade de Brasília

victoriacjunqueira@gmail.com

RESUMO

O trabalho analisa o discurso acerca das políticas reprodutivas brasileiras no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instaurada para investigar a esterilização massiva de mulheres brasileiras, em 1992. A CPMI de 1992 foi instaurada a partir de denúncias de que houve uma esterilização massiva de mulheres, ao longo dos anos 1980. Questionamos: quais foram as conquistas dos movimentos de mulheres a partir da redemocratização no Brasil? Qual a participação de grupos de interesses ligados à Igreja Católica e ao Estado sob o controle do corpo feminino? Propõe-se uma análise histórica que relacione a instauração e os trabalhos desta CPMI com debates sobre direitos reprodutivos e feminismos no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Esterilização feminina; Políticas reprodutivas; Feminismos no Brasil.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, no Brasil, acompanhamos o processo de redemocratização política ao final da ditadura militar que havia sido instaurada em 1964. A redemocratização foi um processo consagrado pela promulgação de uma nova Constituição, em 1988, e o processo constituinte, marcado pela ampla participação popular, articulou-se através da consulta a movimentos sociais diversos, notadamente por movimentos feministas e movimentos negros. A participação feminina na Constituinte de 1988, que ficou conhecida como *lobby do batom*, foi apoiada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, e pelos autores da “Carta das Mulheres Brasileiras ao Congresso”. De acordo com Bohn (2010, p.86):

suas maiores conquistas foram o reconhecimento da parte do estado de que o acesso ao planejamento familiar é um direito da mulher e que são responsabilidades do estado reduzir desigualdades de gênero no mercado de trabalho e criminalizar a violência contra a mulher no âmbito doméstico (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

As articulações de mulheres e movimentos feministas iniciadas ao longo da ditadura militar tomaram outra face após a redemocratização, que significou o início do movimento de institucionalização do movimento de mulheres, ou seja, sua entrada na participação da agenda do Executivo. Segundo Bohn (2010, p.86),

Em 1984, no decorrer da transição para a democracia, o movimento de mulheres (ALVAREZ, 1990) propôs a Tancredo de Almeida Neves a criação de uma agência governamental especialmente dedicada aos assuntos das mulheres. Em Agosto de 1985, a Lei n. 7.353 criou o Conselho – o CNDM (BRASIL, 1985). [...] O CNDM exerceu suas atividades no interior do Ministério da Justiça e foi exitoso no avanço de diversas leis referentes a uma variedade de tópicos, como *a saúde da mulher*, regulação de profissionais urbanas e rurais em que mulheres são a maioria, violência contra a mulher, medidas contra o racismo e o estabelecimento de centros infantis (ou creches). As maiores conquistas do Conselho ocorreram durante o processo de elaboração do texto constitucional de 1988.

Dentre a variedade de tópicos sobre os quais foi construída uma base legal a partir do trabalho do CNDM, essa pesquisa enfoca prioritariamente a área da saúde da mulher, área que chamou a atenção dos obstetras e ginecologistas, bem como de formuladores de políticas públicas, desde a Primeira República.

No período da transição democrática, essa preocupação com a saúde da mulher se traduziu na formulação do Programa de Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, uma proposta do Ministério da Saúde para assistência às mulheres em pré-natal, assistência ao parto e ao puerpério. Desde os anos 1950, segundo Diniz et al. (2016), a história desse campo é permeada por práticas inseguras e dolorosas, de assistência à saúde

regida por violências e constrangimentos, e a formação de profissionais da saúde que não consideram a mulher como sujeito de direitos, e sim como objeto.¹

Historicamente, no Brasil, as mulheres foram socialmente e politicamente pensadas como objetos e seus direitos individuais também foram negados, constantemente, em favor do seu pertencimento a uma família - como ainda hoje são. Às mulheres é atribuída a responsabilidade de costurar o tecido social brasileiro através de seus papéis como esposas, mães e cuidadoras. Consoante a esse ideário duradouro, o artigo 226 da Constituição de 1988 reconheceria a família como base da sociedade brasileira, colocando-a sob proteção do Estado. O parágrafo 7 deste artigo situa tal proteção no bojo do “Planejamento Familiar”:

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (Constituição 1988, Brasil)

Apoiada no artigo 226 da Constituição, a lei 9.263, sancionada em janeiro de 1996, ficou conhecida como “lei do Planejamento Familiar”.² Essa lei tornou-se um marco para a demarcação da relação entre Direitos Reprodutivos e Direito à Saúde:

“a demarcação da relação entre Direitos Reprodutivos e Direito à Saúde, no Estado brasileiro, é conferida pela Lei nº9.263/96 (chamada Lei do Planejamento Familiar), que prima pela garantia, conforme o parágrafo único do artigo 3º, I - a assistência à concepção e à contracepção; II - o atendimento pré-natal; III - a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato; IV - o controle das doenças sexualmente transmissíveis; V - o controle e a prevenção dos cânceres cérvico-uterino, de mama, de próstata e de pênis. Ademais, tem-se, no campo das categorias jurídicas mencionadas, ainda, o acesso a contraceptivos no sistema público de saúde e à prática de esterilizações, tocando, especificamente, demanda por meios de controle da natalidade” (Baggenstoss, 2019).

A lei do Planejamento Familiar, portanto, trata dos aspectos reprodutivos, sexuais e da saúde do aparelho reprodutivo dos cidadãos brasileiros. Fala-se, por fim, numa demanda para o acesso a contraceptivos e ao procedimento de esterilização na

1 A mobilização contra tais abusos na atenção ao parto remonta a décadas de existência e, de acordo com Diniz et al. (2016, p. 253), “O que no Brasil, hoje, chamamos de “violência obstétrica” é um tema antigo, que eclode periodicamente, sob diferentes termos”. As autoras, ainda, ressaltam que “a Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna), em sua carta de fundação (1993), parte do reconhecimento das “circunstâncias de violência e constrangimento em que se dá a assistência” (DINIZ ET AL., 2016, p.253).

2 BRASIL. Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em 24 de fevereiro de 2021. ³A taxa de natalidade corresponde a um índice que mede o número de indivíduos nascidos vivos. Já a taxa de fecundidade refere-se ao número de gravidezes. O controle populacional, por sua vez, pode se dar através de medidas intencionais (como o planejamento familiar, ou limitação nas migrações em fronteiras transnacionais), como por desastres naturais, biológicos, guerras, e migrações espontâneas (MOREIRA, 1981).

rede pública de saúde, visando o controle de natalidade.³ Ao longo do século XX, no Brasil, houve defensores e críticos do controle de natalidade, e os agentes ativamente envolvidos nesse debate pertenciam à Igreja Católica, à classe médica, às forças armadas e, a partir de 1970, aos movimentos sociais.

Os defensores do controle de natalidade apontavam para uma correlação entre o crescimento da população e a crise econômica e ecológica. Do outro lado desse embate, os críticos alertavam para o perigo de que esse discurso do controle populacional, na realidade, acobertasse práticas de eugenia (CONNELLY, 2008; DIWAN, 2020; SILVA, 2023). Segundo Connelly (2008, p.4), conforme doenças foram erradicadas, as migrações foram reguladas e as taxas de fecundidade, manipuladas, a quantidade e a “qualidade” das populações humanas se tornou objeto de experimentação científica e embates políticos.³ Para além de guerras, desastres naturais ou epidemias, Connelly defende que, desde a segunda metade do século XX, o Planejamento Familiar é um tipo de política de controle populacional, indo ao encontro do que postulou Foucault (2008) em *Nascimento da biopolítica*. De acordo com o último, o Estado de polícia encarrega-se da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão, justificando-se através de uma economia política regida por uma “razão de Estado”, em que a legitimidade ou ilegitimidade de um governo é substituída por princípios de eficiência. O que seria mais eficiente nesse modelo de razão de Estado neoliberal, ter uma família grande ou pequena? Guiado por essa lógica, o planejamento familiar, portanto, propagou a defesa da diminuição de filhos que uma mulher teria com base na eficiência econômica.⁴

Este trabalho, portanto, visa analisar o surgimento de um novo discurso sobre políticas públicas reprodutivas desenvolvidas a partir da CPMI da esterilização de mulheres, em 1992, e da formulação da lei do Planejamento Familiar, sancionada

³ Muitos historiadores de renome concordaram que as mudanças nas populações implicaram em mudanças globais profundas, como Barraclough, Hobsbawm, McNeill e até mesmo Fukuyama (CONNELLY, 2008, p.4). O último, inclusive, mudou de opinião acerca do “fim da história” após a Guerra Fria em razão dos avanços biotecnológicos que possibilitaram o surgimento de uma nova era para a engenharia social. As mortes provocadas pela influenza no início do século XX foram maiores em números do que as provocadas pela Primeira Grande Guerra. Nos últimos anos, observamos os impactos populacionais impostos pela pandemia da COVID-19. Em *A História da Sexualidade*, Foucault (1988, p.28) observou que o sexo tornou-se questão de ‘polícia’ já no século XVIII, no sentido em que houve o advento da necessidade de regulação do sexo por meio de discursos úteis e públicos, e não pelo rigor de uma proibição. Consoantemente, a população também tornou-se um critério a se governar em termos de mão de obra e riquezas, ou seja, um problema econômico e político. Nas palavras do autor, “é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis [...] a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção” (FOUCAULT, 1988, p. 28).

⁴ De acordo com Foucault (2008, p.22-23): “por exemplo, é uma lei da natureza, explicarão os economistas, a de que a população, por exemplo, se desloca para os salários mais elevados; é uma lei de natureza a de que uma tarifa aduaneira protetora dos altos preços dos meios de subsistência acarreta fatalmente algo como a escassez alimentar [...].O sucesso ou o fracasso vão substituir portanto a demarcação legitimidade/ilegitimidade, mas tem mais. O que vai fazer que um governo atrepele, a despeito inclusive dos seus objetivos, a naturalidade própria dos objetos que ele manipula e das operações que ele faz? ”.

em 1996 o processo histórico de ascensão do discurso do direito ao “planejamento familiar”.

MÉTODO

A leitura e a análise do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, dos Diários do Congresso Nacional e de jornais de ampla circulação nacional na época constituem o cerne documental desse trabalho. Como investigação inicial, questionamos: como o embate político em torno do corpo feminino, da maternidade e da reprodução se articulou no campo do poder em que atuaram os diversos grupos de interesses envolvidos na Comissão, como os agentes do Estado, a Igreja, a classe médica, os movimentos sociais (negros e feministas) e os interesses de potências internacionais, principalmente, os Estados Unidos? Como são representadas a maternidade, a reprodução, o controle de população nos documentos?

Através dos documentos que representam a tentativa de produção de um consenso sobre o episódio histórico da esterilização feminina em massa no Brasil, examinamos as continuidades e rupturas no discurso do controle populacional, do maternalismo, da eugenia, da higiene e da defesa da família brasileira. Examinamos as dinâmicas do poder através da leitura de Bourdieu (2002, 2014), de Foucault (1988, 2008) e de Butler (2003, 2019). Delimitamos o corpo feminino enquanto espaço de disputa a partir das obras dos autores citados, somados a mais referências da teoria feminista, como Riley (1988), Pateman (1988), McLaren (2002), Mendoza (2015, 2021), Oyewumi (2021), Lugones (2014). Também o contraponho às narrativas de mulheres que atuaram naquele momento histórico, como Werneck, Roland, Muraro, Pitanguy.

Para Michel Foucault (1988, p.42-48), no século XIX, a medicina tomou o lugar da religião como produtora de discursos a respeito dos prazeres da carne, criando novos delitos sexuais e confinando a atividade sexual àquela realizada por um casal heterossexual que procria. No sistema burguês-capitalista, muito além da repressão sexual, o que ocorre é uma multiplicação dos discursos sobre o sexo nos campos de exercício de poder. Um campo dominante na sociedade que vivemos é a Medicina: esse discurso regula o sexo e reorienta o desejo, através dos processos descritos pelo autor.

Questionando a ideia de que o século XIX representou uma nova era de repressão sexual no mundo ocidental e que isso resultou numa herança vitoriana que afetava seus contemporâneos, Foucault observou uma multiplicação dos discursos sobre sexo nos espaços campos de exercício do poder (FOUCAULT, 1988: 21-22). O autor acusou o advento do sexo como questão de polícia no século XVIII, sendo esta última uma conjunção de forças coletivas e individuais investidas de poder de polícia. Uma pedagogia do sistema médico-sexual foi implantada no seio das famílias, e teve como

objetivo instaurar uma vigilância da sexualidade infantil, alertando para problemas no ato da masturbação. O outro processo descrito por Foucault (1988, p.42-48) foi a medicalização, levada a cabo pela presença constante e inquisidora dos médicos, de seus exames e observações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os casos de mulheres esterilizadas relatados na CPMI podem ser apresentados sob as seguintes categorias: 1) voluntários ou consentidos); 2) involuntários, feitos sem nenhum consentimento; 3) consentidos sem total compreensão da mulher a respeito das consequências do procedimento, e seguidos de arrependimento.

Para Nielsson (2020), existe uma ambivalência entre a promoção dos direitos humanos reprodutivos das mulheres e as práticas de controle de natalidade que, por meio do que a autora chama de “dispositivo de reprodutividade”, apoiada em Foucault, instituem censuras biopatriarcalistas entre corpos úteis e corpos indesejáveis à reprodução. A autora alude a uma nova fase da gestão do planejamento familiar do Brasil, inaugurada a partir da edição 9.263/93, a Lei do Planejamento Familiar, que regulamentou o planejamento familiar a partir da retórica dos direitos humanos.

Ademais, para Silva (2023), o fio que conecta o racismo à esterilização em massa de mulheres negras é a eugenia. A autora defende que a eugenia passou a ser rejeitada publicamente após suas associações com o nazismo, e depois da derrota do nazismo na Segunda Guerra. A partir da segunda metade do século XX, a eugenia se reformulou nas teorias neomalthusianas, na genética e nos estudos demográficos.

REFERÊNCIAS

BOHN, S. “Feminismo Estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres”. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 235p.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019, 399p.

CONNELLY, Matthew. *Fatal Misconception: The Struggle to Control World Population*;. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2008.

DINIZ, C. S. G.; Niy, D. Y., Andrezzo, H. F. de A., Carvalho, P. C. A., & Salgado, H. de O. (2016). A vagina-escola: Seminário interdisciplinar sobre violência contra a mulher no ensino das profissões de saúde. *Interface: Communication, Health, Education*, 20(56), 253-259. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0736>



DIWAN, P. S. (2020). Entre Dédalo e Ícaro: cosmismo, eugenia e genética na invenção do transhumanismo norte-americano (1939-2009).

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I: A vontade de saber* (13ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MCLAREN, Margaret A. *Feminism, Foucault and Embodied Subjectivity*. SUNY Press, 2002, 240p.

MOREIRA, Igor A. G A ideologia da pílula: A outra face do planejamento familiar. Porto Alegre, 1981.

NIELSSON, Joice. Planejamento familiar e esterilização de mulheres no Brasil: a ambivalência entre a retórica dos direitos humanos e a prática do controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, Vol. 23 N. 45, pp., 2020.

SILVA, Sabrina. *O controle da natalidade e a eugenia no Brasil: esterilização em massa e métodos contraceptivos como dispositivos do racismo (c. 1910-1993)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília), 2023. 210p.

SOBRINHO, D. *Estado e População no Brasil: Uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993. 203p.

SENTIDOS SOBRE O CUIDADO DA SAÚDE SEXUAL DE MULHERES CISGÊNERAS, LÉSBICAS, BISEXUAIS E PANSEXUAIS: EFEITOS DA INVISIBILIDADE

Comunicação oral

Maria Clara Góes Silva
PPGPSI/UFBA

Orientação Mônica Lima de Jesus
PPGPSI/UFBA

psimariaclaragoes@gmail.com

RESUMO

O encontro com a invisibilidade de proteção à saúde é o ponto de partida deste trabalho, referente à relações sexuais e afetivas de mulheres cisgêneras com orientações sexuais dissidentes, deste modo, não heterossexuais. Nesta direção, importa compreender os sentidos produzidos por mulheres que se relacionam com mulheres (MRM) sobre a saúde sexual no contexto de invisibilidade da sua orientação sexual e os efeitos para o cuidado. A fim de realizar a pesquisa, de caráter qualitativo, propomos encontros onde ocorrerão entrevistas com mulheres que se relacionam com mulheres sobre saúde sexual. A Psicologia Construcionista é a abordagem adotada, considerando assim o processo de resignificação da relação entre o sujeito e objeto no fazer da pesquisa, trazendo a ideia de desfamiliarizar tais posições no estudo. Para nos aproximarmos das participantes utilizamos a estratégia da bola de neve. Para a sistematização e análise das informações será utilizada a estratégia de visibilidade Mapa Associativo de Ideias. É possível notar sinais de invisibilidades em relação à proteção sexual, principalmente ao entendermos a heterossexualidade compulsória enquanto norma nos serviços de saúde, diante do processo atual de análise das entrevistas realizadas, assim como violências que emergiram como: o racismo, gordofobia, etarismo, à questão de classe e acesso à saúde de qualidade de forma mais ampla. Deste modo, as conclusões esperadas estão no caminho dos atravessamentos que tais violências vulnerabilizam tais mulheres, em relação ao direito à saúde, a partir de uma perspectiva integral que acolha à saúde sexual, à saúde mental e a promoção do cuidado.

Palavras-chave: sexualidade, saúde sexual, invisibilidades, mulheres, cuidado

INTRODUÇÃO

O encontro com a invisibilidade de proteção à saúde sexual foi o ponto de partida deste trabalho, permeado de caminhos abertos por outras existências e produções de sentidos, identificada como uma mulher cisgênero e a compreensão de uma orientação afetiva e sexual lésbica. Dito isso, a partir de vivências afetivas e o acesso aos serviços de saúde e de toda uma rede de pessoas próximas, percebemos entraves frente ao cuidado de mulheres que se relacionam com mulheres cisgêneras (MRM) em suas práticas, desse modo orientações sexuais afetivas, lésbicas, bissexuais e pansexuais.

Ser mulher não se dá ao nascer, mas é um processo de tornar-se. Simone Beauvoir (1949) elaborou o conceito de gênero como uma construção social, passados setenta e três anos, em 2022, ele ainda permanece atual e necessário. A análise no que refere-se às implicações de “ser mulher” está longe de ser respondida de forma simplória, já que cada existência é única, dependendo de diversos atravessamentos, histórias, caminhos interligados, ancestralidades, memórias, orientações e sentidos.

Partindo do problema de pesquisa, em sua formulação inicial: “como se dão os sentidos produzidos por mulheres que se relacionam com mulheres (MRM) sobre a saúde sexual no contexto de invisibilidade da sua orientação sexual, na cidade de

Salvador?”, propusemos um levantamento de artigos científicos que pudesse trazer diversos olhares acerca do tema a ser pesquisado. De forma resumida, vale apontar que estudos por Bjorkman et al (2009) citado por Palma e Orcasita (2019), na Noruega e Austrália, indicam que os/as profissionais presumiam a heterossexualidade das pacientes que chegavam ao serviço, bem como, na América Latina, o que invisibiliza práticas homoeróticas e por esta presunção, o atendimento acaba enviesado e tais usuárias não recebem informações adequadas sobre as suas práticas. No artigo também indica que no Brasil e no Peru, tais mulheres dizem que não vão ao médico por vivências de estigma e discriminação.

No estudo, “(In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas”, Michael Lima e Ana Saldanha (2020) apresentam uma grande quantidade de fatores de vulnerabilidade no cuidado, a fim de visualizarmos a complexidade destes e como estão intrinsecamente costurados nas práticas, histórias e sentidos construídos por estas mulheres entrevistadas. Para as mulheres lésbicas, um dos fatores protetivos em relação ao cuidado sexual é se relacionar com mulheres, ou seja, imersas em um estereótipo relacionado ao cuidado destinado às mulheres, historicamente construído, relações com mulheres são mais “seguras” do que com homens, associados estes à um fator de risco, partindo de corpos cisgêneros. Evidenciamos a contraposição entre cuidado versus perigo e mulher cis versus homem cis. Vale destacar então que, ao considerar as mulheres bissexuais, o estudo traz que

as mesmas, por se relacionarem também com homens, podem representar risco para as mulheres lésbicas. Outro fator protetivo é a confiança nas parceiras, o que às mulheres solteiras ou em relações não monogâmicas também possuem um caráter desprotegido em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Deste modo, assumir a heterossexualidade a priori como norma determina o tipo de pergunta que se faz ao médico e o estudo de Navarro et al (2016) citado por Palma e

Orcasita. (2019), indica que a “saída do armário”, recorrentemente era feita de forma forçada para assumir atenção adequada dos/as profissionais e que em ocasiões onde acontecia, tais mulheres enfrentavam diferentes formas de violência, que incluíam: mudança de atitude, preconceitos ou discriminação por parte dos/as profissionais de saúde. Salientando ideia da grande lacuna de saberes e aceitação da orientação sexual de mulheres que se relacionam com mulheres.

Nesta direção, o objetivo geral deste estudo é compreender os sentidos produzidos por mulheres que se relacionam com mulheres (MRM) sobre saúde sexual no contexto de invisibilidade da sua orientação sexual e os efeitos para o cuidado. Os objetivos específicos estão delineados como: descrever as vivências das MRM sobre a busca de cuidado à saúde sexual; Identificar as concepções de saúde sexual; Descrever os efeitos da invisibilidade da orientação sexual no cuidado à saúde sexual; Descrever como os marcadores sociais (raça/cor e classe social) se interrelacionam com a orientação sexual no cuidado a saúde sexual.

MÉTODO

A psicologia social construcionista entende o sentido como construção social, produzido a todo momento, de cunho interativo, ou seja, em relação com o contexto, com pessoas e situado histórico-culturalmente no tempo, como aponta Mary Jane Spink (2010). A fim de realizar a pesquisa, de caráter qualitativo, propomos encontros onde ocorrerão entrevistas com mulheres que se relacionam com mulheres sobre saúde sexual.

Na abordagem construcionista, interessa à essa pesquisa, o processo de resignificação da relação entre o sujeito e objeto, proposto por Spink e Menegon (2013), a ideia de “desfamiliarizar” com a cristalização dessas duas posições no estudo, sendo que para esta perspectiva, tanto sujeito quanto o objeto são construções socialmente históricas e o acesso à realidade será a partir da forma como se constrói essa aproximação.

Para nos aproximarmos das participantes do estudo utilizaremos a estratégia da bola de neve. Ela é indicada quando há dificuldade de encontrar participantes para a pesquisa por serem estigmatizados e/ou sofrerem algum tipo de preconceito e

violência. Ressaltamos que tal estratégia é adequada quando não existe a pretensão de realizar análises probabilísticas. Importa descrever que a seleção e configuração das interlocutoras ocorre inicialmente com pessoas que são chamadas de sementes, ou seja, informantes-chave como Juliana Vinuto (2014) aponta.

Para a sistematização e análise das informações será utilizada a estratégia de visibilidade, inicialmente denominado de Mapa Associativo de Ideias, que é sintetizado com o termo “mapa”. Este instrumento tem boa aplicabilidade para a visualização e análises de relatos de experiências, bem como, a sensibilização da pesquisadora sobre as diversas formas de diálogos que podem irromper no estudo (Spink, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados ainda estão sendo analisados, no entanto, é relevante informar que ocorreram sete entrevistas com mulheres cisgênero. Dentre os resultados preliminares, importa destacar que surgiram relatos diversos, de acordo, com a heterogeneidade das mulheres que chegaram à pesquisadora. Temas como gordofobia, etarismo, aborto, violência, lesbofobia, racismo, além da esperada invisibilidade frente a proteção e cuidado à saúde sexual deste público. As discussões, portanto, serão atravessadas por marcadores sociais importantes para tal pesquisa, além de temas que abordam sobre performance, interseccionalidade e saúde, seguindo as autoras e pesquisas citadas anteriormente pela pesquisadora em sua introdução, revisão de literatura e marco teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente a compreensão dos sentidos atribuídos à mulheres que fogem à regra da heterossexualidade enquanto orientação sexual. Além de suas práticas sexuais serem invisibilizadas e vulnerabilizadas, no que se relaciona à proteção, é alarmante o quão tais relações são colocadas à margem de uma produção de cuidado, de relevância, de dignidade e direito à afetividade enquanto possível e legítima. A interseccionalidade é outro ponto considerado visto que a diversidade na identificação enquanto mulher cisgênero, evidencia os diversos atravessamentos que tais mulheres enfrentam todos os dias, enquanto raça/etnias diversas, condições de classe e de gênero, diante de uma sociedade patriarcal e desigual.

REFERÊNCIAS

Beauvoir, S. D. (1980). **O segundo sexo**, vl, ll. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 9.

Lima, Michael Augusto Souza de, and Ana Alayde Werba Saldanha. **“(In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas”**. *Psicologia: Ciência e Profissão* , vol. 40, 2020, pág. e202845. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.1590/1982-3703003202845>.

Palma, Diana M., e Linda Teresa Orcasita. **“Discursos de profissionais da saúde sobre a saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais”**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* , vol. 23, 2019, pág. e170329. DOI.org (Crossref) , <https://doi.org/10.1590/interface.170329>.

Orcasita, L; Palma, Diana y Munévar, J. (2013). **Percepción de riesgo frente al VIH: estudios en mujeres homosexuales**. *Revista de Psicología Universidad de Antioquia*, 5 (2), 63-79

SPINK, MJ. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books .

SPINK, M.J.P. & Menegon, V.M. (2013). **A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos**. In: Mary J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 42-70). Centro edlstein de pesquisas sociais.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>

DESRESPEITO E AGRESSIVIDADE: PERCEPÇÕES DE MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Elba Miranda Nascimento
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
elbamiranda@gmail.com

Vanda Palmarella Rodrigues
Doutora Docente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

RESUMO

A violência obstétrica é uma violação dos direitos humanos e um grave problema de saúde pública. Assim, este estudo tem por objetivo compreender as percepções de mulheres sobre a violência obstétrica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. As participantes foram 101 mulheres e os dados decorreram das evocações livres a partir do termo indutor violência no parto, entre os meses de fevereiro e junho do ano de 2021, por meio de um formulário no *Google Forms*, de forma virtual. Os dados foram processados no software Iramuteq por meio da interface nuvem de palavras. As palavras mais evocadas foram desrespeito, agressividade, dor, tristeza, violência psicológica, desumano, falta de cuidado, falta de amor, medo e sofrimento. As representações sociais da violência obstétrica com base nas palavras referidas pelas mulheres expressam-se em termos que demonstram condutas que infringem os direitos e a autonomia da mulher no processo parturitivo, bem como afetos que causam memórias dolorosas da vivência.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Desrespeito; Violência de Gênero.

INTRODUÇÃO

Não há consenso na literatura sobre o termo mais adequado para definir os atos abusivos e desrespeitosos no parto. Internacionalmente o termo mais utilizado é *disrespect and abuse*; no Brasil e em outros países da América Latina o termo comumente utilizado é violência obstétrica (DINIZ et al., 2015).

A violência obstétrica decorre de ações que são naturalizadas e banalizadas no cotidiano da assistência obstétrica, segundo Jardim e Modena (2018, p.10) entende-se tal agravo como “atos negligentes, imprudentes, omissos, discriminatórios e desrespeitosos praticados por profissionais de saúde e legitimados pelas relações simbólicas de poder e pelo conhecimento técnico-científico”.

Segundo Brito, Oliveira e Costa (2020), a violência obstétrica é uma violência de gênero, também institucional e, por sua naturalização, simbólica. Nesse sentido, compreende-se que tal agravo pode acontecer na gravidez, no parto, pós-parto e abortamento e configura-se como uma violação dos direitos humanos e um grave problema de saúde pública.

Assim, compreender melhor esse fenômeno social é um passo importante para a construção de medidas que mitiguem e previnam esse tipo de violência. Desse modo, esse estudo tem como objetivo compreender as percepções de mulheres sobre a violência obstétrica.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo exploratório e descritivo. As participantes do estudo foram 101 mulheres, selecionadas por conveniência, e vinculadas às unidades de saúde da atenção básica de um município do interior da Bahia, Brasil.

Foram incluídas as que tiveram pelo menos um parto normal na maternidade pública de referência do município entre os anos de 2017 e 2021 e que realizaram o pré-natal na rede pública de saúde. Foram excluídas as mulheres que não estavam em condições clínicas (físicas, mentais ou emocionais) adequadas para participar da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio das evocações livres, que as participantes respondiam após o questionário sociodemográfico (idade, estado civil, renda familiar, grau de instrução) e obstétrico (paridade, intervenções no parto, entre outros). A coleta ocorreu de forma virtual, entre os meses de fevereiro e junho do ano de 2021, através de formulário no *Google Forms*.

As evocações livres emergiram após solicitação às participantes que escrevessem cinco palavras que lhes viessem imediatamente ao ler o termo indutor “violência no parto”.

Com os dados já coletados, realizou-se a padronização das evocações no *corpus textual* por meio das aproximações semânticas entre os termos formando um dicionário de campo semântico. O *corpus* foi processado no software gratuito *Iramuteq* que permite a codificação dos elementos trazidos por meio da coleta de dados. A interface escolhida foi a nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A pesquisa respeitou todas as questões éticas inerentes às Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa para o desenvolvimento de investigação com seres humanos, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) sob o Parecer nº 4.565.524/2019, CAAE 26399819.4.0000.0055.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere ao perfil sociodemográfico das participantes do estudo, a idade média foi 27,8 anos, 83% se autodeclaram negras, cerca de 60% encontravam-se numa relação estável e 70% viviam com até dois salários-mínimos de renda familiar.

Considerando o perfil obstétrico, a maioria era primípara, cerca de 60%. Quando questionadas quanto aos procedimentos submetidos no último parto, apenas 17 mulheres relataram que vivenciaram o parto sem nenhuma intervenção, 15 foram submetidas à episiotomia, 25 utilizaram ocitocina endovenosa, 37 passaram pela amniotomia e sete sofreram manobra de *Kristeller*.

A partir do processamento no *Iramuteq* das evocações livre de palavras, obteve-se 96 termos diferentes pelas participantes que estão apresentados na nuvem de palavras. Desse modo, os resultados da análise lexical, a organização gráfica foi construída em função da frequência e agrupamento de palavras do *corpus*, o tamanho da fonte é diretamente proporcional a repetição da palavra pelas participantes, como pode ser conferida na Figura 1.



Fig.1 Resultados da análise lexical – Nuvem de palavras Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Como é possível observar na nuvem de palavras, os 10 termos mais referidos pelas participantes foram: desrespeito, agressividade, dor, tristeza, violência psicológica, desumano, falta de cuidado, falta de amor, medo e sofrimento. Tais palavras nos apontam as percepções de mulheres sobre a violência obstétrica.

Nesse sentido, pode-se inferir que a percepção da violência obstétrica está centrada em condutas e posturas profissionais que retiram os direitos da mulher e a garantia de um atendimento respeitoso e humanizado, além disso, tal agravo move afetos como medo, tristeza e sofrimento que podem comprometer seu bem-estar no puerpério e macular as memórias da chegada do seu bebê.

Ressalta-se que a violência obstétrica não se restringe a ações de agressões diretas, o que torna a sua identificação e punição mais difícil, pois, trata-se de negar à mulher o direito de controle de seus processos, ao transferir o protagonismo da cena de parto para os profissionais de saúde. Tais atos provocam sentimentos de vulnerabilidade e culpa fazendo com que a mulher não viva plenamente sua experiência (CÁRDENAS CASTRO; SALINERO RATES, 2023).

Corroborando com esse pensamento, uma pesquisa qualitativa realizada com puérperas apontou que as participantes perceberam a violência obstétrica como desrespeito à mulher em diversos momentos do parto, como: restrição da autonomia e dos direitos reprodutivos e sexuais, violência psicológica, exposição desnecessária da sua intimidade, exame de toque vaginal repetitivo e doloroso, falta de cuidado, tratamento grosseiro, entre outros (GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018).

Nessa perspectiva, Paiva et al. (2022) apontaram que as representações sociais de puérperas sobre a violência obstétrica permeiam a compreensão de perda de direitos e em modos grosseiros que são tratadas. Diante disso, evidencia-se que tal agravo tem implicações diretas sobre as experiências de mulheres no processo parturitivo e em seus possíveis desfechos.

Nesse bojo, Gebeyehu, Adella e Tegegne (2023), em uma revisão sistemática com meta-análise, concluíram que desrespeito e abuso maternos foram significativamente associados à presença de complicações durante o parto e parto instrumental. Desse modo, torna-se cada vez mais evidente a magnitude e o impacto que a violência obstétrica pode provocar na saúde e bem-estar de mulheres e famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As percepções e sentimento referentes a violência obstétrica com base nas palavras referidas pelas mulheres expressam-se em termos que demonstram condutas que infringem os direitos e a autonomia da mulher no processo parturitivo, como desrespeito, agressividade, violência psicológica, desumano, falta de cuidado, falta de

amor. Ademais, tal agravo pode ser representado por afetos que causam memórias dolorosas da vivência, como medo, sofrimento e tristeza.

Tais conclusões apontam caminhos para aprimoramento de boas práticas na assistência ao parto e nascimento. Prevenir e erradicar a violência obstétrica é promover qualidade de vida para mulheres, bebês e suas famílias.

Para isso, precisa-se de investimentos em políticas públicas que fomentem a melhoria da qualidade no cuidado em todo o processo parturitivo, medidas estas que ocorram desde a formação acadêmica até medidas legais de punição para tal agravo.

REFERÊNCIAS

BRITO, Cecília Maria Costa de; OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Ana Paula Correia de Albuquerque. Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do Poder Judiciário brasileiro. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 120-140, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/604>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513518, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 05 jul. 2023.

CÁRDENAS CASTRO, Manuel; SALINERO RATES, Stella. Violencia obstétrica en Chile: percepción de las mujeres y diferencias entre centros de salud. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 46, p. e24, 2023. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55886>. Acesso em: 06 jul. 2023.

DINIZ, Simone Grilo *et al.* Abuse and disrespect in childbirth care as a public health issue in Brazil: origins, definitions, impacts on maternal health, and proposals for its prevention. **Journal of Human Growth and Development**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/106080>. Acesso em: 08 jul. 2023.

GEBEYEHU, Natnael Atnafu; ADELLA, Gtachew Asmare; TEGEGNE, Kirubel Dagnaw. Disrespect and abuse of women during childbirth at health facilities in Eastern Africa: systematic review and meta-analysis. **Frontiers in Medicine**, v. 10, p. 1117116, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmed.2023.1117116/full>. Acesso em: 08 jul. 2023.

GUIMARÃES, Liana Barcelar Evangelista; JONAS, Eline; AMARAL, Leila Rute Oliveira Gurgel do. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. **Revista Estudos Feministas**, v.26, n.1, p.e43278, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BPdk4Rs9YqDNcnhMKrFdmJh/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2023.

JARDIM, Danúbia Mariane Barbosa; MODENA, Celina Maria. A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, p. e3069, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/rMwtPwWKQbVSszWSjHh45Vq/?lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2023.



KAMI, Maria Terumi Maruyama *et al.* Trabalho no consultório na rua: uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. e20160069, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/DhLnCPmsfvdTLs68XPP64qQ/?lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PAIVA, Antonia de Maria Gomes *et al.* Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 27, fev. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/75198>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ALGUMAS ANÁLISES SOCIOLOGICAS SOBRE O FENÔMENO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Julia Cefali

Discente da Universidade estadual do sudoeste da Bahia -UESB
202110590@uesb.edu.br

Priscila Farfan Barroso

docente da universidade estadual do sudoeste da Bahia- UESB
priscila.barroso@uesb.edu.br

RESUMO

A maternidade é considerada por muitas mulheres como uma das maiores mudanças que podem ocorrer em suas vidas, pois essa é uma experiência capaz de transformar sua vivência gerando um grande impacto em sua vida pessoal e familiar. Trata-se de uma pesquisa com análise de dados estatísticos secundários – produzidos pelo IBGE e SINASC - sobre a gravidez na adolescência entre jovens adolescentes brasileiras. Com esses dados, é possível interpretar sociologicamente em que condições sociais ocorre o fenômeno da gravidez na adolescência na vida dessas mulheres. Portanto, conclui-se que o fenômeno da gravidez na adolescência é afetado por conta do gênero, classe social, escolaridade, marcadores sociais e demais e, cabe, ações de políticas públicas voltadas ao exercício responsável da sexualidade na adolescência e ao enfrentamento da desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Gravidez; Adolescência; Mulher;

INTRODUÇÃO

A maternidade é considerada por muitas mulheres como uma das maiores mudanças que podem ocorrer em suas vidas, pois essa é uma experiência capaz de transformar sua vivência gerando um grande impacto em sua vida pessoal e familiar. Quando a ocorrência da maternidade se dá em mulheres adolescentes, os impactos são ainda maiores, trazendo uma série de danos à saúde física e mental, além de criar uma maior dificuldade de se ter boas perspectivas para o futuro.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende-se por adolescentes no Brasil, pessoas que possuem idade na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos. A adolescência é uma fase em que o corpo passa por mudanças, há um aumento de hormônios e é marcada principalmente pelo início das práticas sexuais, momento em que a pessoa se vê passando de um estado de total dependência dos pais ou responsáveis, para uma maior independência. Dados do Censo demográfico, obtido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 mostram que houve 292.330 nascidos vivos de mães adolescentes, que possuem entre 15 e 19 anos, no Brasil, totalizando um percentual de 13,3% dos nascimentos totais. Dessa forma, levando em consideração o alto número de mulheres adolescentes que estão passando pela maternidade, é preciso abordar a gravidez na adolescência de forma mais ampla, levando em consideração questões sociais e culturais, para que assim seja possível evitar a redução do fenômeno à mera medicalização, que transforma a adolescente grávida em apenas mais uma estatística médica.

A correlação entre o conceito de medicalização, conforme trazido por Michel Foucault (1976), e a gravidez na adolescência pode ser entendida através da análise das mudanças culturais e sociais que ocorreram ao longo dos anos em relação à abordagem desse fenômeno, o que pode transformar a condição em estigma moral e impactar a autoestima e autonomia, trazendo uma maior vulnerabilidade e dependência dessas mulheres ao sistema médico.

Isso implica em compreender quais são os problemas sociais dessa questão, trabalhar para melhorar o acesso à educação sexual e contraceptivos, além promover a autonomia das adolescentes para que possam tomar decisões bem orientadas sobre sua vida reprodutiva e sua saúde. Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar, numa perspectiva sociológica, questões que acometem a vida das mulheres adolescentes que passaram pela maternidade nos últimos anos, como a situação socioeconômica, escolaridade, bem como questões de saúde e relacionadas ao fator racial.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa com análise de dados estatísticos secundários – produzidos pelo IBGE e SINASC - sobre a gravidez na adolescência entre jovens adolescentes brasileiras. Com esses dados, é possível interpretar sociologicamente em que condições sociais ocorre o fenômeno da gravidez na adolescência na vida dessas mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo pesquisas publicadas pelo Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos (SINASC) (2023), cerca de 57,5% das mães que passaram pela maternidade na adolescência entre 2008 e 2019, tinham apenas de oito a onze anos de vida escolar, 34,3% possuíam apenas de quatro a sete anos de estudo e 3,8% possuíam um, dois, três ou nenhum ano de vida escolar, ou seja, antes de completar o ensino Fundamental, que corresponde a nove anos estudados. Em contrapartida, apenas 2,4% das mães adolescentes tinham escolaridade de doze anos ou mais.

Além de uma baixa escolaridade já analisada no ato da fertilidade, também é possível mensurar as dificuldades encontradas por essas mulheres para retornar ao meio escolar, levando em consideração a alta demanda de atenção e cuidados exigida por um filho. Conforme os dados do SINASC (2023), cerca de 29,2% das mulheres que engravidaram na adolescência, SINASC (Ano), encontravam-se em uma união estável e consensual, o que implica que além, dos cuidados com o filho, teriam também responsabilidades com os afazeres domésticos muitas vezes designados apenas para as mulheres.

Para tentar minimizar os impactos gerados pela gravidez na adolescência, existe uma lei criada em 1975, que visa viabilizar a ocorrência do estudo domiciliar para mulheres gestantes. Porém, esta lei somente assegura o ensino domiciliar a partir do oitavo mês de gestação, tendo duração de três meses, podendo aumentar o período apenas se houver prescrição médica.

Já quanto aos marcadores raciais, conforme os dados disponibilizados pelo SINASC (2023), nota-se que o número de adolescentes grávidas em 2019 foi elevado entre mulheres indígenas, chegando a 25,69% dos nascidos vivos com mães adolescentes, enquanto 13,19% são de mães pretas e apenas 9,48% são de mães brancas. Dados como estes acendem um alerta preocupante quanto aos povos indígenas, que por estarem em constante luta contra a exploração, podem ser fortes indicativos de violência sexual.

Nesse sentido, conforme os dados disponibilizados pelo IBGE em 2021, levando em consideração as características demográficas, mais de 30% dos nascidos de mães

adolescentes se encontravam nas regiões Norte (16,80%) e Nordeste (14,76%) enquanto em regiões como Sul e Sudeste, os números representaram apenas 9,56% e 9,90% respectivamente. Essa questão nos alerta que as medidas de prevenção da gravidez estão sendo tratadas de maneira desiguais nas diferentes regiões do país.

Sob o mesmo ponto de vista, indicadores do IBGE evidenciam que, as regiões Norte e Nordeste lideram a lista de maior proporção de pobreza em sua população, chegando a representar quase 60% da população que se encontrava em situação de pobreza no Brasil em 2021, enquanto Sul, Sudeste Centro-Oeste representam apenas 40% (37,9%), tendo a região Sul com o menor índice, totalizando apenas 6,9% da população em situação de vulnerabilidade econômica. Ou seja, a questão econômica também impacta nas questões de saúde das mulheres adolescentes do nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, existem fortes indicadores de que a gravidez na adolescência transcende as questões médicas, se tornando acima de tudo uma questão social, que afeta diversas esferas da vida. Nesse sentido, como aponta Heilborn *et al.* (2002), é preciso evidenciar que há uma articulação entre classe social e gênero para a compreensão do fenômeno da gravidez na adolescência.

Além disso, evidencia-se um perfil de mulheres que são mais acometidas por essa situação. Mulheres adolescentes geralmente ficam grávidas sem ao menos ter concluído o ensino fundamental (9º ano) o que implica em uma maior dificuldade de conclusão dos estudos depois da maternidade. Mulheres indígenas e pretas possuem um maior índice de natalidade, enquanto mulheres brancas tendem a ter um maior controle quanto a isso. Além do que, fica evidente que as regiões brasileiras com maior índice de pobreza acumulam também um maior número de mulheres adolescentes grávidas. Logo, como enfatiza Cabral e Brandão (2020), deveríamos ter uma política pública voltada ao exercício responsável da sexualidade na adolescência e ao enfrentamento da desigualdade de gênero, para contemplar o fortalecimento da escolarização, da autonomia pessoal, da capacidade dos adolescentes refletirem sobre suas escolhas afetivas e/ou sexuais, conhecerem e tomarem medidas de proteção à saúde, como uso do preservativo, dos métodos contraceptivos regulares ou de longa duração, da contracepção de emergência, do acesso ao aborto legal, além do combate às discriminações de gênero, ao racismo, ao machismo, à homofobia, à transfobia.



REFERÊNCIAS

CABRAL, C. DA S. BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. e00029420, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Estatísticas do Registro Civil**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2679>. Acesso em: 25 de Julho, 2023.

HEILBORN, M. L. et al.. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 13–45, jun. 2002.

SINASC. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Registros das declarações de nascidos vivos a partir de 1996, tratados e enriquecidos**. In: Plataforma de Ciência de Dados aplicada à Saúde (PCDaS). Disponível em: <https://pcdas.icict.fiocruz.br>. DOI: <https://doi.org/10.7303/syn26342771>, 2021. Acesso em: 26 de Julho, 2023.

“DIGA A TUA MAMÃ QUE TE DÊ A EMULSÃO SCOTT”: IMAGENS DE CONTROLE EM PERIÓDICOS BAIANOS NO SÉCULO XX

Comunicação elaborada a partir do projeto
“Uma escola de mães: Mulheres, maternidade e
controle reprodutivo na Bahia Republicana”

Miléia Santos Almeida
Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia e Doutoranda em História pela
Universidade de Brasília

mileia.sa@gmail.com

RESUMO

Os anúncios de medicamentos e fortificantes se multiplicaram nas páginas dos jornais brasileiros com o avanço das décadas do século XX. Muitos deles incorporaram as perspectivas da maternidade científica e reproduziam discursos médicos sobre o papel das mulheres-mães no cuidado com a saúde da família. Além disso, ajudaram a difundir o projeto higienista das elites republicanas que previa a civilização dos costumes e moralização dos comportamentos dos sujeitos que pudessem ameaçar a ordem sanitária almejada para a nova nação. A partir de algumas dessas imagens de controle difundidas nos periódicos baianos da capital e dos interiores do estado, analisaremos os papéis de gênero atribuídos à homens e mulheres no contexto do cuidado com a saúde.

Palavras-chave: Medicamentos; Periódicos; Anúncios; Maternidade Científica.

INTRODUÇÃO

Na história do projeto sanitarista na Bahia, as mulheres parecem figurar como coadjuvantes, mas, a partir da interpretação das fontes, percebemos que elas foram as protagonistas das narrativas que se construía sobre seus hábitos, comportamentos e experiências que emergem nas margens de uma documentação produzida por homens de classes abastadas, tais como os anúncios de medicamentos nas páginas de periódicos. A proposta da maternidade científica, como analisa Maria Martha Freire, atribuía a medicina a “tarefa de preparar as mulheres para o exercício da maternidade segundo a racionalidade científica”. (FREIRE, 2008, p. 159). Assim, os princípios da higiene deveriam coibir práticas populares de cura, parturição e alimentação infantil e promover uma educação sobre o cuidado materno, o que intensificava a responsabilização das mulheres pelos sucessos e insucessos do desenvolvimento infantil.

Para os higienistas, as mulheres deveriam assumir um papel que estavam negligenciando e que, apesar de não terem os conhecimentos científicos necessários para o seu pleno exercício, seria intrínseco a natureza feminina. Contudo, somente com a aplicação das orientações fornecidas por meio da educação sanitária elaborada pelos princípios da medicina higienista, e abandonando práticas consideradas supersticiosas e maléficas para a saúde das crianças, elas cumpririam o seu dever apropriadamente. Ao analisarmos alguns anúncios de medicamentos ou suplementos alimentares publicados nas páginas dos jornais baianos da capital *A Tarde* e *Diário da Bahia*, e dos interiores, *A Penna* e *O Combate*, é possível perceber a reprodução de um discurso que não somente naturalizava o cuidado materno, mas atribuía às mulheres a responsabilidade pela manutenção da saúde das crianças e até mesmo de homens adultos, que pode ser denominado de dispositivos materno, que “diz respeito a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras “natas” (ZANELLO & PORTO 2016, p. 113). Podemos observar o uso desse dispositivo em muitos âmbitos da vida cotidiana e como ferramenta discursiva para difundir modelos ideais de maternidade.

MÉTODO

Como analisa Tânia Pimenta em estudo sobre as transformações no exercício das práticas de cura no Brasil, “ao longo da primeira metade do Oitocentos, os anúncios (de medicamento) aumentaram em quantidade e tamanho e ganharam ilustrações”. (PIMENTA, 2004, p. 81). São fontes históricas que possibilitam, no âmbito da história social da cultura, uma análise hermenêutica dos papéis prescritos à homens e mulheres no interior de relações de gênero hierarquizadas ao “recorrer à interpretação de vestígios

e indícios nas entrelinhas de documentos muitas vezes escritos por autoridades moldadas pelo pensamento metafísico racional”. (DIAS, 1998, p. 151).

Vale ressaltar a existência de propagandas que se direcionavam a saúde das mulheres, quase sempre relacionadas aos “males de senhoras”, isto é, doenças do aparelho reprodutivo feminino que poderiam afetar uma futura gestação e, dessa forma o exercício “natural” da maternidade. Como aponta Fabíola Rohden, em relação ao surgimento da medicina da mulher, o “gerenciamento da reprodução é fundamental, expresso em um interesse maior na gravidez, no parto, no aleitamento, na puericultura e até no casamento” (ROHDEN, 2001, p. 23-24). Mesmo nos anúncios que contemplavam um público mais amplo, a referência a esses aspectos da vida das mulheres ganhava destaque, contrapondo papéis femininos e masculinos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Fonte: Jornal Diário da Bahia, 1915. Biblioteca Central da Bahia

Como observamos na imagem acima, em um jornal que circulava na capital baiana no início do século XX, alguns anúncios passaram a se direcionar verbalmente às mães, não apenas nas imagens, mas por meio do vocativo de seus textos, delimitando o papel materno na atenção à saúde dos filhos, sobretudo, nos primeiros anos de vida. Ao longo das décadas, os discursos não se alteraram muito e, no final da década de 1930, os anúncios do medicamento Cafiaspirina, publicados pelo jornal *O Combate*, que circulava no município sertanejo de Conquista, traziam a presença das mulheres como cuidadoras de homens adultos em suas ilustrações. Seja pedindo paciência ao homem que padece de dor de ouvido ou o amparando enquanto recebe recomendações para o tratamento das dores reumáticas, as mulheres são representadas enquanto cumpridoras de seu papel na manutenção da saúde familiar.



Fonte: Jornal O Combate, março e abril de 1936

Segundo Ana Clara Farias Brito, em sua análise sobre propagandas e educação sanitária no Vale do São Francisco (1920-1930), “as revistas, jornais, e propagandas de medicamentos foram os responsáveis por fundamentar o comportamento feminino tendo como base a ciência, sendo esse discurso observado tanto na capital quanto no interior”. (BRITO, 2023, p. 223). Por sua vez, ao se inverter o gênero da vítima das dores nos anúncios do medicamento, o trabalho de cuidado não se invertia da mesma maneira. Ainda em relação ao jornal O Combate, para refletir sobre as diferenças na abordagem dos papéis femininos e masculinos diante do cuidado com a saúde e com os filhos, recorreremos também às propagandas da conhecida Emulsão.



Fonte: Jornal O Combate, setembro e outubro de 1937

Nos anúncios em que as mulheres adultas são representadas, a necessidade do medicamento não está direcionada a manutenção da sua própria saúde, mas sim a das crianças sob sua responsabilidade, seja no caso das professoras ou das mães. No primeiro caso, a educadora aconselha o uso do suplemento para garantir “força e vigor” necessários às atividades físicas e intelectuais que dispendiam o alto gasto de energias e solicita que o aluno comunicasse a sua mãe. No segundo, duas mulheres conversam sobre o uso do “tônico-alimento” como fortalecedor para suas filhas que se encontravam na fase da puberdade, descrita como “mais importante fase da vida”. Além de reforçar a ideia de que as mulheres se tornavam completas ao iniciar seus ciclos reprodutivos (que culminariam na maternidade) enquanto o desenvolvimento físico e mental dos meninos era fundamental para o progresso nos estudos, há o reforço do papel materno na manutenção da saúde de sua prole. Vale ressaltar que, temos uma representação de mulheres brancas e com boas condições financeiras na grande maioria das imagens utilizadas, em que elas aparecem oferecendo ou recebendo conselhos do tratamento com

Emulsão Scott para seus filhos/as, o que reproduz uma representação universal da mulher a partir do ideal de família burguesa. Por sua vez, o padrão dos diálogos entre homens brancos e da mesma classe social assumia outras características.

É O QUE MAS VAI... PARA CONSERVAR O FORTE E VIGOROSO... TOMA EMULSÃO DE SCOTT.

TOMO VOCÊ ADVIRIA... A EMULSÃO AJUDA A CONSERVAR ME FORÇA E VIGOR... POR MÊS... NO ANO.

TONICO REAL - NÃO MERO ESTIMULANTE

É mais do que — e que é muito importante — a percepção do tipo de Espirito de Escoteiros em honra em espírito e se-
do, é entre os
mais fáceis de ob-
ter e o mais pre-
cioso de Scott
não custa pouco.

estimulante e é abso-
lutamente livre de álcool
E um teste real prova
elestato e irrita o or-
ganismo. Tomo Escoteiros
de Scott regu-
larmente e vejo
como se renova
bem! Em todos os
estados do ano.

EMULSÃO DE SCOTT

Faz sua criança ver-se no vídeo e no exatidão esta
semelhante. Para sua economia preferir o vídeo grande.

NÃO POSSO ENCORDAR... APREZAR DE TODO O ESFORÇO...

ORA ZECA, EU ERA TÃO... MAS QUANTO VOCÊ... TOMEI EMULSÃO DE SCOTT... E VEJA O QUE ELA FEZ... POR MIM!

NÃO SE ARRISQUE A FICAR REALMENTE DOENTE

Morreu, as pessoas debilitadas, facilmente adquirem tuberculose especialmente do peito e do cérebro. necessitam de um tônico eficiente para a vida que combata. Escoteiros de Scott é precisamente o que estas pessoas necessitam pois contém o mais puro óleo de fígado de bacalhã da Noruega, combinado com açúcar. Este tônico aquoso em trans-
parência, dá força, coragem e resistência e combate as febres da tuberculose geral. Não separe mais doente. Tomo Escoteiros de Scott.

EMULSÃO DE SCOTT

Faz sua criança não comer, adormecer.
Faz economia preferindo o vídeo grande.

QUE POSSO FAZER PARA... MINHA FILHA... COMEÇO TOMAR... A...

DE-QUE A EMULSÃO... DE SCOTT, FEZ... PARA... AS... M... M...

NA POSSIBILIDADE AS MENINAS SÃO ADEQUADAS POR ESTE FAMOSO TONICO-ALIMENTO

De grande importância a
fazenda de Scott de óleo
de fígado de bacalhã
combinado com açúcar
e todos os mais valiosos
nutrientes e vitaminas
de mais fácil
digestão que o
outro para. Este
tônico aquoso
de Scott, fortalece a

saúde garantindo as
meninas em todas as
partes do mundo a
puberdade, quando as
costuras da natureza
de Scott são
regularmente e
lembrando que
é isto para to-
das as meninas
de sua família.

EMULSÃO DE SCOTT

Faz sua criança ver-se no vídeo e no exatidão esta
semelhante. Para sua economia preferir o vídeo grande.

Fonte: O Combate, setembro e outubro de 1937

Os homens representados se preocupavam, prioritariamente, com a sua própria saúde e vigor físico que seriam conservados ou adquiridos a partir do consumo da Emulsão Scott. Assim, os anúncios conquistariam uma clientela masculina interessada em sua força e robustez, mas não necessariamente responsável pela saúde de outros membros da família, ao contrário das propagandas com personagens femininas que direcionam suas preocupações aos filhos e filhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas representações imagéticas, que prescrevem papéis de gênero para homens e mulheres diante do cuidado com a saúde e com sua prole, para além de uma estratégia de vendas, podem ser analisadas enquanto “imagens de controle” que criam estereótipos e modelos ideais de comportamento feminino. Para Patrícia Hill Collins, “essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (2019, p. 136). As imagens que aparecem nos anúncios, apesar de se dirigirem às mulheres letradas e de camadas médias e altas, se difundem também nas camadas mais baixas, a partir de um processo de circularidade cultural.

As propagandas que vislumbravam cada vez mais o público feminino e seus “poderes informais” de decisão sobre a compra de fármacos expressavam também os contornos do projeto de maternidade científica que centralizava a figura materna como alvo e agente das políticas de higiene infantil que deveriam formar cidadãos fortes e saudáveis. A imprensa da capital e dos interiores da Bahia Republicana se tornava um espaço privilegiado para a difusão desses discursos médicos higienistas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Ana Clara Farias. **Sanear e Curar**: Saúde pública, higiene e atuação dos postos de profilaxia nos sertões da Bahia (1922-1930). Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana: Salvador, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, ciências, saúdeManguinhos**, v. 15, p. 153-171, 2008.



PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. **História, ciências, saúde Manguinhos**, v. 11, p. 67-92, 2004.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Editora Fiocruz, 2001.

SOUZA, Antônio Loreiro de. Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia. **Universitas**, n. 12/13, p. 161-161, 1972.

ST 17

INFÂNCIAS, GÊNERO, SEXUALIDADE E
DIFERENÇAS



COORDENADORES

Ligia Maria Leão de Aquino
Isabel Cristina Brandão
Eunice A. de Oliveira Menezes

NEM MENINO OU MENINA, APENAS CRIANÇAS! – O MARÇADOR SOCIAL DE GÊNERO E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA(S) INFÂNCIA(S)

Beatriz Girão Enes Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia

Vagner Matias do Prado
Universidade Federal de Uberlândia

beatriz.carvalho@uftm.edu.br

RESUMO

Apresente proposta, baseada no método ensaístico, objetiva socializar provocações de como o GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades, da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, a partir das produções doutorais, que se referem a problematização das relações de gênero nas manifestações do brincar nas infâncias. Entendemos o brincar como uma expressão das infâncias que caminha para uma reprodução de estereótipos, mas ao mesmo tempo possibilita extrapolar esses padrões, fornecendo meios para a criação e inventividade permitindo a criança transgredir. Contudo, mesmo que as manifestações do brincar estejam imbrincadas no mundo adulto, ainda de formatação binária das brincadeiras e brinquedos e dessa forma caminhem para o reforço de padrões tipificados de gênero, nas manifestações do brincar de meninas e meninos, esse mesmo processo pode ser pensando como fonte de discussão. Tal fato, possibilita questionar e problematizar estratégias de subversão e transformação, que permitam desvelar múltiplas expressões de gênero que fogem a binarismos.

Palavras-chave: brincar; relações de gênero; pós-estruturalismo; sociologia da infância

INTRODUÇÃO

As relações de gênero também se constituem como experiências formativas das crianças, por meio do brincar. Tomamos aqui uma perspectiva pós-estruturalista que coaduna com as discussões sobre brincar, infância(s) e crianças, baseada nos Estudos Sociais da Infância, tendo a cultura e a linguagem na centralidade dos processos pensados para este trabalho.

As crianças brincam porque existem! Elas se entregam ao brincar pelo prazer dessa ação. Ao brincarem, as crianças propõem, captam, reinventam, significam e ressignificam o mundo. Para Maria de Lourdes Gonçalves Machado Rocha (2016, p. 155) “o brincar emerge da essência do ser humano, encontra-se na gênese do pensamento, na descoberta da individualidade, na possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo”.

Gilles Brogère (2002) aponta que o brincar nasce nas relações, não nasce com a criança biológica, mas sim da criança social. O brincar é aprendido, produzido culturalmente, é uma atividade dotada de uma significação social. Quanto mais se brinca, mas se aprende a brincar.

Cindi Katz (2011) refere que brincar é criar identidade e, também, uma construção do mundo. A autora aponta que nas brincadeiras, as crianças aprendem e brincam com os significados e práticas de seus mundos sociais. No entanto complementa que Walter Benjamin, bem lembra, que também é onde os significados e as relações recebidas são negadas ou subvertidas.

O brincar como atividade principal da(s) infância(s) tem o gênero imbricado em seus processos. As manifestações de gênero a partir de um lugar preestabelecido binário tem se mostrado impactante na permissão concedida as crianças.

O objetivo deste trabalho é socializar provocações que surgem no GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividades, da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, MG, a partir das produções doutorais, que se referem a problematização das relações de gênero nas manifestações do brincar nas infâncias.

MÉTODO

O método ensaístico foi considerado para esta escrita. Tal estratégia permite a exposição de ideias e perspectivas dos autores ao articularem amplo conhecimento sobre o tema. O método não busca exaurir o tema exposto, todavia, impele ao exercício da originalidade na escrita acadêmica. Provocado por Antônio Joaquim Severino (2013,

p. 162), exercita-se a liberdade de “defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica”.

Defende-se que o ensaio instaura a objetivação da formação acadêmica na escrita. Abre “poros” na rígida norma universitária para explicar, e submeter à rigorosa crítica, o conhecimento subjetivado durante o processo de formação em nível de pósgraduação *stricto sensu*. Livre nas ideias, não dispensa lógica e coerência argumentativa (SEVERINO, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vejamos a foto a seguir do Aniversário de sete anos do Vitor, meu filho mais novo:

Figura 1 - Futebol de sabão



Fonte: Arquivo pessoal da própria autora, 2019
Vitor sem camisa de short colorido. Felipe de camiseta azul.
Vitor sem camisa de short colorido. Felipe de camiseta azul.

A foto mostra quatro crianças, meninos, brincando em um campo de futebol de sabão. Foi um pedido do meu filho para o seu aniversário. O futebol, jogos de contato e brincadeiras mais turbulentas, sempre foram, tipicamente, reconhecidos como atividades masculinas, ou de meninos.

Pensando que, conforme referido por Judith Butler (2019) o gênero é um ato ou uma sequência de atos que está sempre e inevitavelmente ocorrendo, já que é impossível alguém existir como um agente social fora dos termos do gênero (SALIH, 2015, p. 44), se não existimos fora do gênero, não se existe brincar também fora dele. E o que representa o gênero para essa atividade? O meu filho realmente escolheu o

futebol de sabão ou essa atividade lhe foi apresentada, em detrimento de várias outras por ele ser menino?

Primeiro é importante destacar o que tomamos nesta tese por gênero. Trazemos aqui Judith Butler, Joan Scott e Guacira Lopes Louro para essa discussão. Segundo Guacira Lopes Louro (2014) o termo gênero não é determinado por uma característica biológica, mas se configura como uma construção social e histórica que vai além da questão biológica dos corpos. Ser homem e ser mulher não são identidades naturais e isentas de atravessamentos culturais. Nesse sentido, não existe gênero longe do social. Joan Scott (1995) aponta o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças **percebidas** entre os sexos, marcadas pelas representações simbólicas, pela fixação normativa binária que acontece na família, mas também em todo o ambiente a volta, como escola, trabalho, mídias.

Scott (1995) deixa claro que as diferenças não existem em substância, mas a partir de como a sociedade as define e as roteiriza. O brincar entra nesse processo, assim como todas as outras atividades que têm o gênero como um marcador importante. O brincar como atividade cultural será marcado pelas relações de gênero e essas marcas podem operar pertencimentos e desigualdades de diferentes formas.

Butler (2019) nos apresenta a noção de performatividade de gênero, enfatizando que o gênero é constituinte da identidade que se pretende ou que se simula ser. O gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos. Salih (2015) completa que as identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, entendendo que a identidade de gênero não é pré-discursiva. A linguagem faz o gênero. Assim, “não existe um “eu” fora da linguagem, uma vez que a identidade é uma prática significativa, e os sujeitos culturalmente inteligíveis são efeitos e não causas dos discursos que ocultam a sua atividade. É nesse sentido que a identidade de gênero é performativa”. (SALIH, 2015, p. 60).

Nesse sentido, autoras como Louro (2008) e Claudia Vianna e Daniela Finco (2009) argumentam que as relações dos gêneros se dão através de inúmeras práticas sociais e situações, das quais as crianças fazem parte. As crianças são treinadas, desde muito pequenas, a terem em seus corpos “marcadas” as diferenças de gênero, aprendendo o que “pode ou não pode” fazer.

Experiências lúdicas inclusive! O brincar, em determinados contextos, também parece ser produzido por essas regulações. No entanto, Judith Butler (2019) pontua que da mesma forma que existe uma pulsão cultural para que seja feito o que se espera, existe espaço para a negociação e a subversão. Aqui temos um diálogo com a ideia da Sociologia da Infância: crianças criam, negociam, ressignificam as práticas e símbolos culturais do universo adulto.



Isso quer dizer que as crianças não aceitam, passivamente, as regulações de gênero. Elas podem negociar, subverter, romper e construir novas expressões de identificação como crianças. Assim como o fazem em todo processo da cultura das infâncias e também na cultura lúdica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos o brincar como uma expressão das infâncias que caminha para uma reprodução de estereótipos, mas ao mesmo tempo possibilita extrapolar esses padrões, fornecendo meios para a criação e inventividade permitindo a criança transgredir.

Contudo, mesmo que as manifestações do brincar estejam imbrincadas no mundo adulto, ainda de formatação binária das brincadeiras e brinquedos e dessa forma caminham para o reforço de padrões tipificados de gênero, nas manifestações do brincar de meninas e meninos, esse mesmo processo pode ser pensando como fonte de discussão. Tal fato, possibilita questionar e problematizar estratégias de subversão e transformação, que permitam desvelar múltiplas expressões de gênero que fogem a binarismos.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. *In*: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

KATZ, Cindi. Accumulation, excess, childhood: toward a countertopography of risk and waste. **Doc. Anàl. Geogr.**, v. 57, n. 1, p. 47-60, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23 ago. 2008.

ROCHA, Maria De Lourdes Gonçalves Machado. Brincar: oportunidade lúdica nos tempos livres da criança? *In*: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; SANTOS, Maria Walburga dos Santos. (Orgs.). **Jogos e brincadeiras: tempos, espaços e diversidade**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 151-172.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, dez. 1995.



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/ Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOKEscolhido.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na educação infantil: uma questão de gênero e de poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, jul./dez. 2009.

“VEADO É UM HOMEM QUE VIROU MULHER”: DESFAZENDO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalhos em andamento – Dissertação de mestrado

Catielli Susuani Dias da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Claudia Faria Barbosa
Orientadora - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

dias.cati@hotmail.com

RESUMO

A presença de crianças que demandam a legitimidade dos seus corpos e modos de ser é uma realidade nos espaços de ensino formal. Este estudo traz o seguinte problema de pesquisa: com base nas relações construídas no espaço escolar, de que forma as crianças vivenciam as relações de gênero e constroem suas identidades? Diante das inúmeras situações sexistas vivenciadas, este estudo pretende analisar as relações de gênero e pertencimento a partir da perspectiva das crianças no contexto da educação infantil. Para tal, realizou-se um estudo do tipo etnográfico na escola bell hooks entre os meses de abril a julho de 2023, e utilização da observação participante, diário de campo e oficina sobre educação sexual. Os resultados, ainda que parciais, apontam caminhos para desnaturalizar o preconceito e a discriminação e fomentar a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem positivamente a diversidade étnica, de gênero e sexualidade desde a primeira infância.

Palavras-chave: crianças, educação infantil, gênero, pertencimento.

INTRODUÇÃO

A escola constitui um importante espaço de sociabilidade marcado pela diversidade, todavia nem sempre as diferenças são vistas e integradas de forma positiva.

A pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, realizada em 501 escolas de todos os estados brasileiros pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), concluiu que 96,5% dos entrevistados têm preconceito com relação a pessoas com necessidades especiais, 94,2% têm preconceito étnico-racial, 93,5%, de gênero, 91%, de geração, 87,5%, socioeconômico, 87,3%, com relação orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial (Mazzon, 2009).

Esses dados reforçam a importância e a necessidade de aprofundar os estudos para desnaturalizar o preconceito e a discriminação e fomentar a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem positivamente a diversidade étnica, de gênero e sexualidade desde a primeira infância.

Chama atenção que, apesar de alguns debates foram e/ou tenham sido estabelecidos na sociedade, parece que a escola está distante de outras formas de pensar e agir sobre as possibilidades de ofertar a liberdade de signos endereçados para homens e mulheres e que acolha as diferenças.

Embora as crianças sejam socialmente tidas como ingênuas, indefesas e frágeis, e a infância seja compreendida como natural e neutra, os estudos pós críticos associados aos estudos da criança e da infância buscam questionar o universalismo e lugar de poder advindos dessa categoria.

Existe uma ideia preconcebida, principalmente na sociedade ocidental de que a criança é um ser incompleto que está em falta, necessitando de um conjunto de habilidades para “tornar-se” alguém – o adulto. Esse paradigma que parte da perspectiva do olhar adulto, para Rosenberg (2012, p. 23) traz a concepção equivocada de que a criança, “deve ser aculturada ao mundo social via processo de socialização entendido como condicionamento das normas sociais, impostos de “cima” (universo adulto) para “baixo” (universo infantil)”.

Assim, uma das perspectivas mais desafiadoras é reconhecer a capacidade destas em participar de forma autônoma e ativa na construção do mundo, onde suas experimentações sejam valorizadas não na perspectiva da falta, mas na maneira diferente de existir, reafirmando aquilo que já são.

Esse estudo é contrário a ideia de incapacidade e imaturidade, pois, conforme aponta Redin (2009, p. 118) “conhecer as crianças enquanto grupo que se relaciona e cria sentidos e significados para o mundo demanda tempo, sensibilidade e principalmente, desprendimento de um olhar adultocêntrico. Clarice Conh (2005) provoca sobre a

necessidade de reverter o olhar adultocêntrico e para tal, afirma que a diferença entre crianças e adultos é qualitativa, sendo que a criança não sabe menos; sabe outra coisa.

Essa construção de pensamento abre caminhos que ajudam a pensar o lugar de protagonismo das crianças, de forma que a infância somente pode ser entendida como plural, além de uma construção social e cultural, a qual somam-se marcadores diversos, a exemplo de gênero e classe., os quais influenciará a forma como cada criança viverá sua infância e como será pensada na escola, família, sociedade, como serão as vestimentas, os brinquedos e as funções.

Embora seja amplamente divulgada a ideia de que a criança é um ser que só reproduz ou imita o que lhe é ensinado. Delgado e Muller (2005) em entrevista com Willian Corsaro, traz que o autor considera a atividade lúdica entre crianças, como criação de cultura construída entre elas, demarcando assim, o conceito de cultura de pares. Este conceito informa que apesar de afetadas pelo mundo adulto, as crianças criam seus próprios mundos de forma autônoma.

Um exemplo que ilustra essa concepção é a brincadeira, para o autor citado, as formas de brincar não são simples imitações da vida adulta, mas envolvem um processo criativo de novos arranjos, o que envolve uma dinâmica complexa e ocorre de maneira interpretativa junto à seus pares e de forma lúdica. Para Redin (2009, p. 120) “o brincar é em si um ato de criação”

A expressão grupo de pares é usada por Corsaro (2011) para se referir a um grupo de crianças, que passa seu tempo interagindo, compartilhando artefatos, movimentos, ritmos, brincadeiras, dramatizações, ou seja, estabelecem cotidianamente nos espaços onde se encontram, atividades recorrentes, rituais e rotinas que as possibilitam compreender o mundo adulto, experimentando relações de poder, diferenças entre gênero, classe social, papéis sociais. Essas culturas podem ser definidas em termos de idade ou fronteiras geográficas.

As ideias apresentadas mostram que mesmo inseridas em uma sociedade capitalista e globalizada com fortes apelos à homogeneização, as crianças produzem culturas próprias, portanto, não se pode deixar de considerar que nesses movimentos existem processos potentes de resistência e transgressão as normas.

Nesse sentido, este trabalho é de relevância, visto que muitos(as) educadores (as) em suas próprias formações não contaram com estudos sobre a temática e há grupos conservadores que tensionam para que essas questões não sejam abordadas.

Utiliza-se, portanto, autoras(es) pós-estruturalistas com perspectivas decoloniais, a exemplo de: Butler (2003), Foucault (1988), Hooks (2013), Louro (2000, 2008) e Miskolci (2010, 2012), Kilomba (2019), Munanga (2019), assim como autores/as que discutem a necessidade da participação infantil nos processos de investigação, como Corsaro (2009), Carvalho (2009) e Cohn (2005).

Assim, é urgente tratar sobre raça/etnia, gênero e classe e as produções de subalternidades com a intenção de desnaturalizar as opressões que as diversas instituições patriarcais buscam perpetuar e colocar em debate a força da produção das normas regulatórias de gênero na constituição do sujeito-criança.

Parte-se da necessidade de “estranhar” práticas e discursos naturalizados no cotidiano, de forma a não continuar reiterando diversas formas de violência, como o racismo, machismo e à fobia à população LBTTQIA+.

Espera-se que este estudo contribua com a produção de conhecimento acerca da infância no interior das escolas públicas, para que este espaço possa tornar-se um lugar de relações educativas e participativas e não de exclusão, para garantir os direitos necessários à formação para a cidadania e a construção das identidades, haja vista que o reconhecimento das crianças no interior dessas instituições como participante de uma geração com cultura específica deve ser visibilizada e valorizada.

MÉTODO

A presente pesquisa configura-se de natureza qualitativa, tendo em vista o seu caráter interpretativo do conhecimento e um modelo que permite a reformulação dos caminhos investigados e objetivos do estudo. O método qualitativo atende aos estudos das “representações e crenças, das relações, percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2008, p. 57).

A instituição de educação infantil pesquisada recebeu o nome fictício de Escola bell hooks¹, e fica localizada em um município de pequeno porte no interior da Bahia. A escola está situada em um bairro, cujo histórico aponta para uma ancestralidade quilombola, todavia, os moradores não se reconhecem como remanescentes.

O estudo é em uma turma da pré-escola (infantil II), composta por dezessete crianças na faixa etária de 4 a 5 anos. A escolha das crianças para participar da pesquisa levou em consideração o contato estabelecido pela pesquisadora nas primeiras visitas de campo, tendo como fator relevante elementos que apontam as relações de gênero e pertencimento.

Para alcançar os objetivos desse estudo foram utilizados os seguintes métodos e técnicas: observação participante, diário de campo e realização de oficina sobre educação sexual e produção de desenhos conjugados a oralidade. Para registrar esses 1 bell hooks, com letras minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins para homenagear sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Nesse trabalho, o nome da escritora foi escolhido como nome fictício da escola onde a pesquisa ocorreu, uma vez que sua produção intelectual versa sobre a educação como chave para a construção de comunidades sem barreiras de gênero, raça e classe.

momentos utilizou-se como recursos, vídeos, apontamentos em diário de campo, cartolinas, tintas com cores diversas e câmera fotográfica.

Participaram da oficina quinze crianças, a professora e assistente da turma onde trabalhou-se questões importantes nessa etapa da vida, a saber: nomear as partes do corpo, aprender sobre consentimento e identificar pessoas de confiança a serem acionadas em situações de abuso.

A observação participante é recomendada quando o pesquisador entende que sua participação direta gerará maior profundidade na compreensão de um evento ou fato, além de possibilitar uma intervenção por parte do pesquisador no fenômeno, fato ou grupo. A respeito dessa técnica com crianças Cohn (2005, p. 45) analisa que:

Seu caráter dialógico, de interação, terá que ser enfatizado, permitindo ao pesquisador tratar as crianças em condições de igualdade e ouvir delas o que fazem e o que pensam sobre o que fazem, sobre o mundo que as rodeia e sobre ser criança, e evitando que imagens “adultocêntricas” enviesem suas observações e reflexões.

De modo a garantir que as vozes de crianças fossem amplamente ouvidas, optouse por complementar os desenhos conjugando-os a oralidade, onde os participante explicaram o que construíram.

A junção entre desenho e oralidade, em que a criança comenta sobre sua criação, apresenta-se como fecunda e capaz de revelar o que os participantes da pesquisa falam e desenharam sobre si, onde vivem, sobre como percebem o seu lugar, sua cultura a partir do seu próprio ponto de vista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início da oficina foram exibidos os seguintes vídeos: “Que corpo é esse? O direito de dizer não²” e “Defenda-se – Sentimentos³”. Os vídeos buscam informar e nomear as partes do corpo, sinalizando quais partes podem e não podem ser tocadas por estranhos, introduzindo o conceito de consentimento e o direito de dizer “não”. As crianças demonstraram atenção ao conteúdo e em seguida foi proposto que se dividissem em grupos, onde confeccionaram cartazes com os diferentes tipos de corpos e desenharam as pessoas que confiavam. Para tal, foi concedido cartolinas e tintas com cores diversas. Por fim, realizou-se uma roda onde todos os grupos apresentaram suas construções, conforme as imagens a seguir:

2 Vídeo Que Corpo É Esse? | O direito de dizer não (Dandara. Canal Futura. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=SWmyTH2ow2Q>

3 Defenda-se: Sentimentos. Centro Marista de Defesa da Infância, 2018. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=0mTpFWuyk6g>



Imagem 1. Cartaz produzido pelo grupo 1
Fonte: Foto feita pela pesquisadora, 2023



Imagem 2. Cartaz produzido pelo grupo 2
Fonte: Foto feita pela pesquisadora, 2023



Imagem 9. Cartaz produzido pelo grupo 3
Fonte: Foto feita pela pesquisadora, 2023

Algumas questões importantes apareceram no encontro: 1) a unanimidade de poder contar com mulheres (mães, tias e avós) em situações de perigo, fazendo pensar

porque os homens não aparecem como referência de lugar seguro e protetivo. 2) houveram muitos risos no momento de nomear as partes íntimas, mas as crianças trouxeram seus saberes “cú, pinto, pepeca, xibiu...” 2) ao criarem corpos de mulheres chamou atenção que a vestimenta era sempre um vestido. Na oportunidade investigouse se as mesmas sabiam que alguns homens gostavam de usar saia e vestidos, ao passo que surgiu a seguinte resposta de uma criança denominada mulher maravilha⁴: *“Sim... os veados”*. *As outras crianças riram, e pedi que explicassem o que era um veado?*

“Um homem que virou mulher”.

Falas como essas demonstram que as crianças estão atentas as representações culturais relacionadas aos corpos, às questões de gênero e nesse caso específico, das identidades, o que demonstra que uma escola que não trabalha esses aspectos está falhando no que tange a educação para o respeito as diferenças.

Embora o dualismo ocidental nos leve a separar o corpo da mente, Louro (2000) informa que o corpo não “é dado”, mas produzido cultural e discursivamente, portanto adquire marcas da cultura tornando-se distinto.

Nesse sentido, Furlani (2023) alerta que as diferenças são produzidas por relações de poder, portanto a condição de subordinação de certa identidade está diretamente relacionada à construção de sua representação negativa, por isso os trabalhos de educação sexual devem mais do que ensinar a “respeitar e tolerar as diferenças”, auxiliar na análise sobre como essas diferenças são produzidas.

As representações do que é um “veado” perpassam a construção das identidades de gênero. Eleger uma identidade como “norma” coloca automaticamente as demais sob o rótulo da abjeção. Segundo Tomaz Tadeu Silva (2014):

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetros em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. (Silva, 2014, p. 83).

A heterossexualidade é concebida como natural universal e normal, portanto homens e mulheres devem ser estimulados a isso. É importante lembrar que a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade, que se expressa muitas vezes, no incômodo a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais.

⁴ Mulher Maravilha e Homem Aranha foram nomes fictícios de escolha das crianças, utilizados com intuito de garantir o sigilo.

Desde muito cedo, há um investimento da cultura na produção de sujeitos femininos e masculinos, de determinados tipos e de acordo com a materialidade dos seus corpos. Partindo-se disso, as características dos sujeitos femininos encontradas remetiam, em sua maioria, ao espaço doméstico, à maternidade e à sedução, enquanto as características dos sujeitos masculinos remetiam à prática de esportes e às ações ligadas a carros e armas (Santos, 2004, p.12).

Conforme Santos, são utilizadas diversas formas na tentativa de imprimir uma identidade de gênero aos indivíduos, a partir da vestimenta, uso de cores e adereços.

Visto isso, Silva defende que a identidade é uma construção, portanto:

Não é uma essência, não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder (Silva, 2007, p. 97).

Tal percepção abre caminhos para, conforme Louro (2008), o ato de “estranhar o currículo” escolar a partir de uma política pós-identitária capaz de questionar os binarismos vigentes e os regimes de verdade, na construção das identidades de gênero e de sexualidade. O discurso que reforça as desigualdades de gênero não se restringe apenas à fala das crianças, mas pode ser produzido e reiterado por meio de inúmeras atividades educacionais desenvolvidas pelo corpo docente. Nesse sentido, a instituição é fisicamente organizada enquanto forma de disciplinamento normativo que impõe constantemente a separação das crianças por sexo/gênero, mesmo aquelas de pouca idade.

Nessa perspectiva, nem as crianças escapam às normas regulatórias, pelo contrário, encontram-se inseridas dentro de contextos pouco favoráveis para explorarem suas próprias “formas de constituir-se sujeito para além dos modelos (hetero)normativos” (Junior, Pocahy, Oswald, 2018, p. 86).

É preciso manter vivo o debate e conforme pontua Louro (2017, p.237) “provocar a polêmica, a discussão e o dissenso pode ser um modo de sacudir o estabelecido, pode contribuir para promover modificações nas convenções e regras, pode ser (quem sabe?) um jeito muito criativo de lidar com o conhecimento.”

Espera-se por vezes que exista uma disciplina curricular para tratar das questões de gênero, quando na verdade é o cotidiano das relações tecidas que suscitam reflexão, manejo, ação e desconstrução do que foi tomado como natural, como “brincadeira”.

Embora grupos conservadores façam a tentativa de deslegitimar a educação sexual no espaço escolar, cabe interrogar a quem interessa que esse tipo de temática seja silenciada. A quem serve que crianças não saibam a diferença entre afeto e abuso?

A quem interessa que não tenham propriedade dos seus corpos ou que não aprendam a respeitar as diversas formas de ser e estar no mundo?

Ao longo da atividade o homem aranha produziu um homem dentro do carro e informou que *“uma das partes íntimas dele é a boca”*. E a mulher maravilha completou:

“e só quem pode beijar é a mulher dele”. (Diário de campo, 19 de julho de 2023)

É possível observar que a mulher maravilha presumiu tratar-se de um casal heterossexual, trazendo como pano de fundo a monogamia e o machismo.

A linguagem não é um processo neutro sem implicações, ela pode favorecer a manutenção de uma tática “superioridade” de um gênero sobre o outro, pode produzir hierarquias, preconceitos, sexismo e discriminações. É imperativo questionar o que está naturalizado.

A educação infantil muitas vezes é negligenciada pela visão distorcida de que crianças são seres incapazes de compreender questões que são lidas como do mundo adulto. Não adianta fechar as portas dos espaços escolares para questões como gênero e sexualidade: elas se farão presentes, inclusive porque o espaço escolar também é um lugar de fabricação do gênero que quando não questionados, podem dar lugar a reprodução de violências e de desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem sido muito importante a produção de conhecimento junto às crianças, por meio de suas vivências na escola. É um desafio pensar na conclusão deste trabalho, uma vez que a perspectiva pós estruturalista informa que o conhecimento está em permanente construção, alertando para a ideia de que para as perguntas formuladas, não existem verdades absolutas, apenas análises formuladas no presente tempo-espaço.

As análises permitiram constatar que é preciso apostar na escola como espaço de transformação das realidades e como lugar propício para a desconstrução de verdades dadas como absolutas e que muitas vezes naturalizam as desigualdades. Construir um espaço em que as diferenças sejam respeitadas e não toleradas demandam uma construção conjunta e com implicação de todos no combate a práticas discriminatórias. É urgente que a escola enquanto espaço de socialização repense e ressignifique as práticas, incluindo a escuta das crianças como sujeitos ativos e potentes que muito tem a contribuir com seus saberes na (re) construção desse espaço que precisa reafirmar seu objetivo com a promoção de experiências que ultrapassem a função de transmissão de conhecimento, e faça alianças em prol da formação de sujeitos críticos, reflexivos e capazes de gerar a transformação social que almejamos e inclui uma sociedade justa e equânime.



REFERÊNCIAS

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. São Paulo: Artmed, 2011.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Apresentação. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 351-360, 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/GdNZMSwhjTXwFJ3RhbFYjppj/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 10 jan. 2023.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: Possibilidades Didáticas. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**, 2013.

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im) possíveis na escola: dissidências em debate. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 55-74, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, sociedade & culturas**, v. 25, n. 2007, p. 235-245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, p. 17-23, 2008.

MAZZON, José Afonso. (Coord.). Preconceito e discriminação no ambiente escolar. São Paulo: FIPE/USP; Brasília, DF: Inep, 2009. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf> . Acesso em: 31 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

REDIN, Marita Martins. Crianças e suas culturas singulares. In: Müller, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 115 – 126

ROSEMBERG, Fúlvia et al. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-CEERT, p. 11-46, 2012.

SANTOS, Claudia Amaral dos. A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero. In: **27ª reunião nacional da ANPED**. Goiânia-GO, 2004a. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t231.pdf>. Acesso em 28 jan. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TODA CRIANÇA É *QUEER*? “ISTO OU AQUILO”

Trabalhos de Conclusão de Curso - Comunicação Oral

Danielle Ferreira Bastos
Marília Etienne Arreguy

Universidade Federal Fluminense - UFF

daniellefbastos@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho se construiu a partir dos pressupostos da Teoria *Queer* e das contribuições da psicanálise para a educação a fim de discutir como um professor ou uma professora podem compreender a criança que narra suas experiências *queer* nas escolas de educação infantil. A discussão é apresentada no texto a partir da metodologia nomeada “vinheta escolar”, que são narrativas dos encontros entre os professores e essa criança que bagunça as normas e o imaginário dos professores que de forma inconsciente se deixam afetar pelas normatizações, limitando a criança na expressão fluida da sexualidade. Como resultado, apresentamos uma criança que ora se apresenta como “isto”, ora se apresenta como “aquilo”, concluindo que toda criança é *queer*, independente de como se apresenta nas questões de gênero e sexualidade, mas como se insere no desafio de não se render ao que a norma escolar espera dela.

Palavras-chave: teoria *queer*; criança *queer*; psicanálise; sexualidade infantil.

INTRODUÇÃO

“Baby”, assim se apresentou Renato na Roda de Conversa. Era o primeiro dia de aula da Pré-Escola após o recesso escolar. Havia duas crianças novas na turma e, por isso, a professora pediu que todos se apresentassem. Renato não era criança nova na turma, já frequentava a Unidade Escolar desde o Maternal, mas no momento da apresentação, se fez novo. Nunca tinha se referido a si mesmo como Baby! Quais novidades as férias trouxeram?

“Diga seu nome, Renato!” Solicitou a professora que foi seguida por risadas!

“Você, já disse tia!” Baby Renato, se levantou da Roda e logo disse:

“Amigos novos, eu sou o Baby. Mas, não é apelido, não. Esse é meu nome agora, tá?”
(Vinheta escolar, 2020)

A “vinheta escolar” apresentada fez parte de um cotidiano escolar de uma turma da faixa-etária de 05 anos de idade da Educação Infantil de um município da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro¹. No relato da vinheta escolar não se esgotam as inquietações despertadas pelo Baby, que após as férias retornou à escola “mais alegre e colorido” e, contudo, muito além de patologizar ou normatizar seu comportamento, é fundamental compreender a diversidade das manifestações da fantasia da criança. Quando procuramos entender que as dinâmicas pulsionais sustentam múltiplas manifestações da sexualidade, é possível refletir que a escola como exposta por Foucault (1975/2007), faz uso abusivo do poder. Conversar, dialogar e ouvir, para que a criança possa se mostrar diversa e o professor possa recebê-la tal como ela é, também é responsabilidade da escola. A criança apresentada neste trabalho combate intensamente a dominação e a discriminação do seu modo de viver na escola e ainda assim, resiste e não se submete à ideia de regulação. Segundo Freud (1905/2006), a sexualidade se manifesta desde as primeiras experiências afetivas do sujeito. Quando nasce, a percepção do bebê é sensorial, todo contato com o mundo externo e com quem irá participar de seus cuidados, passa a compor as primeiras sensações sexuais que serão a base para a construção dos vínculos afetivos e do desejo de viver e aprender. As contribuições de Freud (1905/2006) sobre o conceito de sexualidade se mostram relevantes para o entendimento do comportamento da criança que está na escola, lembrando que a sexualidade não se vincula apenas ao psiquismo, mas está atrelada também à formação pessoal e que a criança é dotada de sexualidade desde que nasce, buscando o prazer em todas as fases vividas. Na educação infantil a criança subverte e questiona as identidades e oferta a possibilidade de que a realidade seja vista não a partir das identidades, mas das diferenças. O que a criança *queer* gera

¹ No sentido de respeitar a vertente ética da pesquisa, no texto foi preservado o anonimato da instituição escolar e o verdadeiro nome da criança apresentada na “vinheta escolar.”

nos adultos é instável, pois havendo diferenças, não se pode estabelecer nenhuma identidade, já que ela está sempre em construção (Butler, 1990/2019). Contudo, o professor e a professora, muitas vezes, não compreendem essa criança subversiva e questionam como ela pode ser tão fluida na expressão de seus desejos. Como então, viabilizar esse debate se os próprios professores estiverem distantes da possibilidade de reconhecimento da sexualidade divergente, atrelados à normatividade sexual hegemônica que os torna ainda mais avessos à liberdade e à verdade sexual do Outro? É possível observar que o comportamento e a fala da criança *queer* são reveladores dos seus desejos e das maneiras variadas de experienciar a não existência de uma definição absoluta e imutável do que é ser uma criança no modo de agir e existir. Naturalmente, as crianças da turma citada na vinheta escolar acima, fizeram da forma que o amigo Baby pediu, e o chamaram de Baby desde então. Para as crianças o outro pode ser quem quiser e como quiser. Para a escola, o outro necessita cumprir normas. Para os professores, o Baby veio instigar. Alguns preferiam que o Baby continuasse Renato, “o menino contido”; para outros, o Baby “colorido” suscitou a necessidade de ampliar as possibilidades de ver o outro como ele é e buscar alinhar a prática pedagógica à realidade que ali estava: o Baby existe. Para tanto, a pesquisa visou problematizar a existência da criança “*queer*” nas escolas de educação infantil, tomando as experiências das crianças e dos professores enquanto forma de analisar e compreender os embates que a diferença radical e intrínseca ao campo da sexualidade aporta em relação a uma concepção contemporânea de educação. A partir dessa reflexão, o trabalho proposto objetivou cotejar sentidos por meio da enunciação de histórias vivenciadas pela criança *queer* e seus professores, relacionando suas ações e narrativas com os fundamentos da Teoria *Queer* e das contribuições da psicanálise para a educação, a fim de, promover uma pedagogia *queer*.

MÉTODO

O presente trabalho foi realizado sob uma abordagem teórica para ir ao encontro da questão norteadora: a partir dos pressupostos dos estudos *queer* e das contribuições da psicanálise, como uma professora ou um professor podem compreender a criança que narra experiências *queer* na educação infantil? Para responder à questão, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que se propôs a explicar o problema apresentado a partir de materiais elaborados anteriormente que mostraram as possibilidades da contribuição da psicanálise e dos estudos *queer* para a compreensão da criança que instiga o imaginário da comunidade escolar. Desta forma, a pesquisa realizada utilizou como recurso metodológico as “vinhetas escolares,” histórias narradas através das vivências de crianças e professores da educação infantil e analisadas à luz da psicanálise

e dos estudos *queer*, adentrando no universo inconsciente dessa relação. A concepção das “vinhetas escolares” foi elaborada em analogia às “vinhetas clínicas”, como ocorre na construção da clínica psicanalítica e têm como base as experiências educacionais. A partir deste entendimento e dos processos pelos quais passa a criança *queer*, é necessário compreender como são narradas suas experiências, buscando observar se ela experimenta algum tipo de mal-estar por ser vista não apenas como uma criança que necessita de apoio e respeito e sim como quem, fora da norma, têm suas histórias muitas vezes silenciadas na educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o desenvolvimento da pesquisa foi apresentado como principais teóricos de referência, Sigmund Freud e sua teoria psicanalítica da sexualidade infantil; Michel Foucault por ser uma referência clássica no estudo da sexualidade; e, ainda, autores contemporâneos como Judith Butler, por seus estudos atuais sobre a teoria *queer* e Guacira Lopes Louro, cuja obra toma como base as questões de gênero e de sexualidade voltadas à educação escolar. Retomando as histórias da criança *queer*, será possível o entendimento sobre como os estudos *queer* e conceitos da psicanálise podem auxiliar os professores na elaboração de um discurso que vá além da afirmativa “somos todos iguais”, pensado através da subjetividade da criança a qual não pode ter o espaço escolar como o seu “armário.” Na concepção de Butler (1990/2019), as identidades não têm fim, pois se reconstróem constantemente. A teórica descreve os processos pelos quais elas são construídas no interior da linguagem e do discurso. As instituições, tais como a escola no seu discurso e nas suas práticas, ao determinar sexo, sexualidade e gênero cria e/ou remarca concepções que orientam as relações subjetivas vida afora. Trata-se de formas de poder, questionadas pela autora. Os atravessamentos provocados pelas enunciações das “vinhetas escolares”, não buscaram obter respostas prontas para lidar com as crianças na educação infantil, contudo, pensar como possíveis práticas pedagógicas atravessadas pela teoria *queer* podem estimular as práticas na escola e além dela, nos fazendo refletir sobre a viabilidade da construção e implementação de uma pedagogia *queer*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto ainda incerto de busca de novas pedagogias, busca-se compreender o papel do professor da educação infantil que precisa ser repensado através de uma atitude reflexiva e aprendente que se propõe a uma prática pedagógica desconstruída *queer*. Não buscamos trazer respostas e soluções para o lidar do professor com a criança



que subverte as normatizações da escola, contudo propomos discutir e organizar uma pedagogia *queer* nas escolas de educação infantil. Para tanto, é necessário pensar em como promover a transição da teoria para a prática na construção de uma pedagogia que contemple as relações que democratizam as diferenças, baseada no compromisso em erradicar a ideologia da dominação em seus variados níveis, como no sexo, na raça, na classe e na sexualidade e pela busca da práxis no ensino e a na aprendizagem. O fato é que a possibilidade de uma pedagogia *queer* implica em um rompimento epistemológico. Pensar *queer* significa contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e identidade. A pedagogia *queer* “longe de pretender atingir um sujeito ideal, assumiu um caráter inconcluso e incompleto” (Louro, 2001, p. 552), tal como se apresentam de forma politicamente *queer* todas as crianças da educação infantil.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. (2019b) *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho originalmente publicado em 1990).

FOUCAULT, Michel. (2007) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho originalmente publicado em 1975).

FREUD, Sigmund. (2006) Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume IV*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1905).

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

**EDUCAÇÃO INFANTIL, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIFERENÇAS:
ANÁLISE DOS TRABALHOS DO GT07 DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

Isabel Cristina de Jesus Brandão
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
icjbrandao2014@gmail.com

Milene de Macedo Sena
Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia – SEC

RESUMO

O texto apresenta os resultados do levantamento das produções científicas disponibilizadas no banco de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) a respeito da educação infantil gênero, sexualidade e diferenças. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, configura-se como um estudo documental, de natureza exploratória que apresenta como fonte de estudos os resumos expandidos que constam nos anais das Reuniões Científicas nacionais. O interesse pelo tema se justifica por compreendermos que precisamos ampliar as pesquisas e debate sobre a temática. Localizamos no período de 2011 a 2021 nove trabalhos. Os dados demonstram que os estereótipos de gênero e sexualidade são (re)produzidos no cotidiano da educação infantil reforçando as desigualdades e ao mesmo tempo observase a alteridade da infância contrapondo, em alguns, momentos modelos socialmente construídos e impostos sobre o que é ser menina e menino.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gênero, Sexualidade e Diferenças; Produção Científica.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a temática gênero, sexualidade e diferenças no GT07 (Educação da Criança de 0 a 6 anos) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). É importante destacar que gênero é uma categoria presente no cotidiano das instituições de educação infantil, pois, “como afirma Thorne (1993) para os adultos, gênero é uma categoria útil para classificar, dividir, seriar, juntar as crianças, por isso, passa a ser central no âmbito das creches, pré-escolas e escolas, mais do que a estratificação social ou pertença racial.” (Buss-Simão, 2012, p.5).

O interesse pelo tema se justifica por fazer parte dos estudos que ocorrem no Grupo de Pesquisas e Estudos Infâncias e Educação Infantil (GPEIEI-CNPQ-UESB), por compreendermos que precisamos ampliar as pesquisas e debate sobre a temática. Um dos modos pelos quais as formas de constituir o feminino ou o masculino, são demarcadas e construídas socialmente (Louro, 2000) e um destes espaços é a escola e a educação infantil. Portanto, há a necessidade destas discussões a fim de que os padrões de omissões e silenciamentos sejam transformados em vivências de respeito.

Diante disto, o presente trabalho tem como escopo Educação Infantil; Gênero, Sexualidade e Diferenças. Buscou-se dados que permitissem identificar a seguinte questão: quais as discussões que circulam na referida base de dados sobre o tema? Na intencionalidade de atingir o objetivo de analisar a temática gênero, sexualidade e diferenças no GT07 (Educação da Criança de 0 a 6 anos) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

MÉTODO

Para a realização deste trabalho buscamos as produções que tratassem sobre Educação Infantil; Gênero, Sexualidade e Diferenças. Temos como fonte de referência a ANPED. A escolha da busca na ANPED se justifica por ser uma instituição cujo foco se encontra no desenvolvimento, consolidação e divulgação de pesquisas na área de educação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, configura-se como um estudo documental, de natureza exploratória que apresenta como fonte de estudos os resumos expandidos que constam nos anais das Reuniões Científicas nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) no período de 2010 a 2021. Segundo Ludke e André (1986, p. 38) [...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

São considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, p. 187).

No site (ANPED), em cada reunião supracitada, realizamos uma busca dos trabalhos apresentados no GT 07 para identificar os trabalhos sobre gênero, sexualidade e diferenças na Educação Infantil. Em seguida, por meio da leitura dos títulos das produções, selecionamos os textos que abordavam a temática. Consideramos 09 (nove) trabalhos dentro do recorte temporal escolhido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola tem forte impacto na constituição de ser menina e do ser menino. Na educação infantil são socializados conhecimentos os quais fabricam e produzem sujeitos, valores, distinções, diferenças que contribuem para as desigualdades e sua manutenção. Por outro lado, a escola e educação infantil podem contribuir para a construção de uma sociedade que respeite as diferenças.

No decorrer da pesquisa na base de dados percebemos que na área da educação infantil, especificamente no GT 07 do qual trata sobre temas relacionamos a crianças de 0 a 6 anos, o tema tem sido emergente. Na concepção de Santos; Oliveira e Silva (2019, p.1.) houve “um aumento dos estudos e pesquisas que se ocuparam em compreender o cotidiano dos espaços de educação e cuidado destinados às crianças de zero a seis anos com foco nas relações de gênero.” Este fato evidencia que a concepção de naturalidade a respeito de gênero no espaço escolar vem sendo desmitificado e novas epistemologias vem sendo construídas. Destarte, vem se ampliando as discussões sobre os estudos que versam acerca da compreensão das infâncias por meio de estudos decoloniais.

Analizamos nove trabalhos, quais sejam: Educação Infantil entre os povos Tupinambá de Olivença (Léa Tiriba, 2011); Crianças mirando-se no espelho da cultura: corpo e beleza na infância (Raquel Gonçalves Salgado, Anabela Rute Kohlmann Ferrarini, George Moraes de Luiz, 2012); Meninos entre meninos num contexto de educação infantil: um olhar sobre as relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas (Márcia Buss-Simão, 2012); Educação Infantil, infância e gênero nas reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação (Sandro Vinicius Sales do Santos, Isabel de Oliveira e Silva, 2019); Brincar na Luta por reconhecimento da Educação Infantil: a “voz” das mulheres (Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia, 2021); Interseccionalidade entre raça e gênero: a literatura infantil e a construção da identidade do menino e negro (Tarcia Regina da Silva, 2021); Usos e abusos do conceito de gênero em publicações sobre professores homens na educação infantil (Sandro Vinicius Sales do Santos, Marcia Buss Simão, Joaquim Ramos, 2021); Pode a criança falar? sobre feminismos subalternos, infância e educação infantil (Andrea Braga Moruzzi, 2021); Homens na Educação Infantil: que perigo é esse?(Rayffi Gumerindo Pereira de Souza, 2021). Percebemos que no ano de 2021 existe a tendencia de ampliação de pesquisas e

estudos produzidos com o marcador social gênero na educação infantil – a maioria dos trabalhos encontrados sobre gênero são encontrados na reunião realizada em 2021.

De maneira geral os trabalhos evidenciam que as questões de gênero, sexualidade e diferenças permeiam o cotidiano da educação infantil e são atravessadas por objetos, brincadeiras, práticas pedagógicas, organização espacial, relações entre adultos e crianças que constroem, estabelecem e reforçam papéis, comportamentos e jeitos de ser meninas e meninos.

Abramowicz (2013, p.10) nos provoca a pensar que “a materialidade das diferenças, das relações étnico-raciais, sexuais etc. e as dificuldade de enfrentá-las tornaram-se temas centrais para políticas públicas. “ E nesse sentido

a diversidade foi entendida como uma forma de governo exercido pela política pública no campo da cultura, como uma estratégia de apaziguamento das desigualdades e de esvaziamento do campo da diferença, que tem como função borrar as identidades e quebrar as hegemonias. (Abramowicz, 2013, p.10).

Devemos considerar que as temáticas gênero, sexualidade e diferenças tem sido destaque em diferentes debates e embates sócio-políticos, principalmente, com um discurso conservador que tem imperado na sociedade reforçando o modelo heteronormativo como única forma de existência das relações humanas e, no qual, se nega a sexualidade das crianças.

Partindo da perspectiva da sociologia da infância, compreendemos ser de fundamental importância ampliarmos pesquisas e estudos que busquem ouvir as crianças e compreender as suas vivências de sexualidade, gênero e diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de pesquisas encontradas nos Anais das reuniões da ANPED, evidenciou avanços e lacunas na produção recente. Os dados demonstram que os estereótipos de gênero e sexualidade são (re)produzidos no cotidiano da educação infantil. Fato que reforça as desigualdades e ao mesmo tempo observa-se a alteridade da infância contrapondo, em alguns, momentos modelos socialmente construídos e impostos sobre o que é ser menina e menino. Os dados também demonstram que existem assertivas, e de modo binário, das diferenças de gêneros, de lugares previstos para meninas/meninos..

Neste caminho, embora tenha a ampliação de tendência das pesquisas, percebe-se a necessidade de estudos e pesquisas sobre o tema, uma vez que é emergente outras visibilidades (interseccional, decolonial) sobre as crianças, as infâncias e a educação infantil e que contraponha a uma concepção de infância única que foi historicamente cristalizada nos moldes eurocentrista de imagem física e ideológica de ser criança no



mundo. Assim, compreendemos que precisamos ampliar estudos e pesquisas que descolonize esse conceito e dê visibilidade as diferentes infâncias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Apresentação. In: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel (orgs.). **Educação infantil e diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

BUSS-SIMÃO, Márcia. Meninos entre meninos num contexto de educação infantil: um olhar sobre as relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas. **Anais**. 35ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas, PE, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-1364_int.pdf Acesso em: 10.07.2023

GARCIA, Roseli Gonçalves Riberio Martins. Brincar na Luta por reconhecimento da Educação Infantil: a “voz” das mulheres. **Anais**. 40ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Belém, PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22. Acesso em: 10.07.2023

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto editora, 2000.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino)

MORUZZI, Andrea Braga. Pode a criança falar? sobre feminismos subalternos, infância e educação infantil. **Anais**. 40ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Belém, PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22. Acesso em: 18. 07.2023.

SALGADO, Raquel Gonçalves; FERRARINI, Anabela Rute Kohlmann; MORAES DE LUIZ, George. Crianças mirando-se no espelho da cultura: corpo e beleza na infância contemporânea. **Anais**. 35ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Porto de Galinhas, PE, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-2261_int.pdf Acesso em: 10.07.2023

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos, OLIVEIRA e SILVA, Isabel. Educação infantil, infância e gênero nas reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. **Anais**. 39ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Niterói, RJ, 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/2019/10/07/educacao-infantil-infancia-e-genero-nasreunioes-da-associacao-nacional-de-pos-graduacao-e-pesquisa-em-educacao/> Acesso

SANTOS, Sandro Vinicius Sales do, SIMÃO, Marcia Buss Simão, RAMOS Joaquim. Usos e abusos do conceito de gênero em publicações sobre professores homens na educação infantil. **Anais**. 40ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Belém, PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22. Acesso em: 18. 07.2023.



SILVA, Tarcia Regina. Interseccionalidade entre raça e gênero: a literatura infantil e a construção da identidade do menino e negro. **Anais.** 40ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Belém, PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22. Acesso em: 18. 07.2023.

SOUZA, Rayffi Gumerindo Pereira de. Homens na Educação Infantil: que perigo é esse? **Anais.** 40ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Belém, PA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=22. Acesso em: 18. 07.2023.

TIRIBA, Léa. Educação infantil entre os povos tupinambá de Olivença. **Anais.** 34ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Natal, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT07/GT07-1146%20int.pdf> Acesso em: 10.07.2023

QUESTÕES DE GÊNERO, RESISTÊNCIA E INFÂNCIA(S) NA AMAZÔNIA PARAENSE

Dissertação de Mestrado

Naire Gomes de Sousa¹
SEMED, SEDUC PARÁ
sousanaire@gmail.com

Joyce O. S. Ribeiro²
Universidade Federal do Pará – UFPA

RESUMO

O presente texto é um recorte de uma pesquisa de mestrado que mergulha no movediço e desafiador mundo do gênero com as crianças. O objetivo do estudo foi o de compreender a partir das perspectivas das crianças as significações, manifestações, táticas que constituem as relações de gênero estabelecidas entre os pares no âmbito da educação infantil. Em termos metodológicos, fundamenta-se na etnografia com crianças e, através da observação participante, foram realizados registros escritos (diário de campo); registros fotográficos; análise de desenhos e pinturas; gravações de rodas de conversa, entrevistas com a professora da turma e cinco mães. O estudo revela que as crianças são sujeitas ativas na (re)construção das relações de gênero experienciadas entre os pares, ou seja, entre crianças. Isso tornou-se mais evidente no brincar. Evidencia ainda a necessidade emergencial do debate de gênero na escola da infância em Bragança, Amazônia, paraense.

Palavras-chave: Gêneros; Infâncias; Educação Infantil.

1 Servidora pública na rede municipal (SEMED) e estadual (SEDUC) de ensino em Bragança, Pará. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), na linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia. sousanaire@gmail.com

2 Professora orientadora do Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA; Professora do PPGCITI - Programa de Pós-Graduação Cidades: territórios e identidades, da Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de pesquisa Identidades: linguagens, práticas e representações; Líder do GEPEGE. joyce@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A escola enquanto espaço estruturante das relações entre os gêneros, ou seja, um espaço multiplicador das desigualdades entre meninas e meninos, homens e mulheres, tem idealizado e colocado em prática uma educação patriarcal, sexista, racista e misógina que nada contribui para as transformações emergenciais para se (re)pensar uma educação ética, numa perspectiva do humano, que de fato deve ser legada às nossas crianças (SCOTT, 1995; LOURO, 1997; FINCO, 2003; AUAD, 2017). Sob esse viés, a pesquisa tem como objeto de estudo as relações de gênero que são estabelecidas pelas crianças no âmbito da educação infantil. Logo, pensar as relações de gênero na infância é, sem dúvida, um grande desafio. Primeiro pela própria história da infância, uma infância negada, com aparentes cicatrizes de descaso, violências, incapacidade do ser e tantos outros estereótipos que tornariam essa lista infinita (ARIÈS, 1986; SARMENTO, 2007). Segundo, porque mesmo com o reconhecimento legal das crianças enquanto sujeitos e sujeitas sociais e de direitos, ainda é presente os resquícios de uma visão impregnada da criança como um ser incapaz, ingênua, não produtora de cultura e, portanto, um ser sem potencial para dizer de si e do mundo que as cerca (SARMENTO, 2007). Essa concepção de infância e de criança vai atravessar tanto as relações sociais vividas pelas crianças, seja na escola, na família entre outros espaços sociais habitados por elas, quanto no que se refere as pesquisas que as tomam como “objeto” de estudo. Óbvio que não temos aqui a intenção de negar os avanços alcançados nos últimos anos de pesquisas com o objetivo de compreender o universo infantil, graças a dedicação e empenho de inúmeros pesquisadores/as da área (ARIÈS, 1986; FINCO, 2000; SARMENTO, 2008; ARENHART, 2016; AUAD, 2017; MARCHI, 2018). No entanto, não podemos camuflar tantos preconceitos que ainda cingem o campo da pesquisa sobre e com crianças. Desse modo, diante de tais problemáticas, a pesquisa brevemente apresentada, teve como objetivo compreender as significações, manifestações, táticas que constituem as relações de gênero, que são estabelecidas, experienciadas pelas/entre as crianças na educação infantil e como estas atribuem sentidos a elas (relações) (re)significando-as, nos seus afazeres cotidianos na escola e que são atravessados pelas questões de gênero.

MÉTODO

Inspirada nos estudos e pesquisas etnográficas (GEERTZ, 1978; MARCHI, 2018) a pesquisa de mestrado teve como norteamento metodológico a observação participante, indispensável para a realização de pesquisa etnográfica com crianças, através dela realizou-se registros escritos em um diário de campo; registros de conversas informais

com as crianças; registros fotográficos; atividades envolvendo desenho e pintura; gravações dos enunciados das crianças nas rodas de conversa temáticas; entrevista com a professora da turma e com cinco mães que aceitaram fazer parte do estudo. A pesquisa de campo foi realizada em 2018 e 2019, teve como lócus uma escola de educação infantil da rede municipal de ensino. Fizeram parte da pesquisa 21 crianças (11 meninas e 10 meninos) e como dito anteriormente, uma professora e cinco mães. No que se refere à análise dos textos produzidos (narrativas), as crianças foram vistas como sujeitas e sujeitos ativos na pesquisa, pois as suas vozes e experiências foram valorizadas, procurando-se evidenciar como acontece o processo de constituição e instituição dos gêneros na infância no espaço escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os “dados”, preferimos chamar de textos produzidos/organizados, foram analisados a luz dos Estudos de Gênero; da Sociologia da Infância; da Antropologia e Antropologia da infância e dos Estudos Culturais, particularmente os ligados à vertente pós-estruturalista. O conceito de gênero, utilizado no estudo, foi compreendido a partir de Scott (1995), segundo a autora gênero é a compreensão que se pode ter sobre as diferenças sexuais (feminino, masculino), classificando essas diferenças dentro de uma lógica de pensar, engessada e dual. Scott (1995) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. No entanto, o que interessa a ela são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, atribuindo-lhes sentido(s) e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierarquizadas e de poder. Nesse ínterim, a escola, como uma instituição social, passa a ser um espaço de reprodução e de afirmação das relações desiguais entre meninas e meninos. O conceito de gênero, conseqüentemente, tem que ver com a forma como são apreendidas essas relações de poder na sociedade. Sendo as identidades masculina e feminina construções sociais e culturais que impõem aos gêneros condutas, práticas, espaços de poder e anseios diferentes. Tudo isso baseado nas distinções e instituições que a própria sociedade constrói para o feminino e o masculino e não em diferenças puramente biológicas que caracterizam homens e mulheres. Nesse processo, a pesquisa de campo trouxe para análise várias questões que são fundamentais para compreendermos como acontece a instituição/constituição das crianças (enquanto meninas e meninos) no espaço-lugar que é a escola da infância e que são atravessados pelas questões de gênero e, ainda, como pode acontecer a mudança (SCOTT, 1995). Dito isto, a pesquisa realizada revela:

- As crianças não apenas reproduzem os estereótipos de gênero que são reforçados, alimentados pela escola, elas (res)significam (são produtoras das culturas infantis) esses estereótipos de gênero, o que é de menina e o que é de menino é vivido intensamente

pelos/as crianças na escola e norteiam os seus afazeres cotidianos; – A brincadeira mostrou-se como um espaço-tempo-lugar em que as crianças experienciam, do jeito delas, as construções de gênero (masculinidades e feminilidades padrões) sociais, históricas e culturais impostas. No movimento de experienciar aquilo que é posto e que é considerado de menina e de menino, muitas vezes tornam-se (re)produtoras ativas de estereótipos de sentidos petrificados na sociedade, que criam barreiras intransponíveis entre elas e que segregam o brincar. No entanto em muitas situações, também são capazes de (re)significar os discursos androcêntricos que atravessam o brincar, o que lhes permite viver outras feminilidades e outras masculinidades, rompendo as barreiras entre os gêneros; – A escola lócus da pesquisa torna-se segregadora, no que se refere, ao hábito de rotular no brincar o que é de menina e o que é de menino, interditando outras possibilidades de (re)significação. Reafirmando, na maioria das vezes, a concepção da diferença como vetor de desigualdade em termos de direitos entre os gêneros; – Nesse cenário de existência/resistência, podemos perceber diferentes práticas criancieiras, dado a heterogeneidade inerente que constitui as diferentes infâncias presentes no grupo pesquisado, isso nos possibilitou, por exemplo, trazer a tona as práticas de Tatá, uma garotinha de cinco anos de idade, que vive intensamente sua infância na escola, vive no “entre barreiras” das relações entre os gêneros, suas práticas nos fizeram repensar o uso dos brinquedos, brincadeiras e seus significados na cultura patriarcal no qual estamos inseridas /inseridos; – Os artefatos como brinquedos e materiais escolares (cadernos, lápis, estojos, mochilas, garrafas e outros) presentes no cotidiano da escola se revelaram grandes dispositivos utilizados para reforçar os sentidos sexistas, os estereótipos de gênero. Sinalizam questões que precisam ser desconstruídas, desnaturalizadas pela/na escola. Então, através da observação participante, de uma escuta atenta das crianças, foi possível compreender as representações e significações sociais inoculadas nesses objetos e como as crianças são instituídas e constituídas (no que diz respeito ao gênero) através e pelo uso desses objetos; – A escuta das crianças nos possibilitou compreender as angústias, os dilemas dos/das que não se enquadram, não se encaixam, na heteronormatividade padronizada. Nos aproximou das proibições que atravessam o brincar e as relações de amizade que se desenrolam nas tramas infantis na escola, lócus da pesquisa. Nesse sentido, foi possível perceber que a escola é um espaço que, transformado pelas crianças em lugar, abriga inúmeras questões de gênero que precisam ser urgentemente (re)pensadas e trabalhadas, sendo necessário uma prática pedagógica de escuta responsiva e responsável do que as crianças têm a dizer sobre o mundo e sobre as relações que estabelecem não só entre pares, mas com os/as adultos/as (profissionais) com os quais estão em constante interação. Portanto, o que é de menino e o que é de menina são representações/invenções de modelos de relação, construídas sócio-historicamente, e que são pré-determinadas, entre o



feminino e o masculino permeadas de jogo de poder e que determinam os lugares que se querem fixos de gênero, em que o masculino tem prevalecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isso, considero a necessidade emergencial do termo gênero, não apenas como uma categoria de análise (SCOTT, 1995), mas de estar presente no currículo escolar, para ajudar os atores educacionais a (re)pensar as construções históricas que naturaliza tantas desigualdades que deforma as identidades que só são possíveis na relação com o outro, com o diferente (AUAD, 2017; FINCO, 2003; LOURO, 1997; SCOTT, 1995).

REFERÊNCIAS

- ARENHART, Deise. **Culturas infantis e desigualdades sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Pro-Posições**: Campinas, v. 14, n. 3, p. 89-101, set./dez. 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós- estruturalista**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.
- MARCHI, Rita de Cassia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância (in)visível**. Organização de Vera Maria Ramos de Vasconcellos e Manuel Jacinto Sarmento. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1995.

MEUS FILHOS, MINHAS REGRAS? OLHARES DAS FAMÍLIAS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO QUE PERMEIAM A EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação de Mestrado

Noeli Aparecida Fernandes

Daniela Finco

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

noeli.fernandes@unifesp.br

RESUMO

Este trabalho aborda as questões de gênero presentes na relação entre famílias e instituição de Educação Infantil. Problematiza a tensão presente na educação das crianças pequenas, considerando o desafio e a responsabilidade da educação compartilhada. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com quatro mães e um pai, de uma Escola Municipal de Educação Infantil em São Paulo, buscando conhecer os desejos e valores das famílias acerca da educação de suas/seus filhas/os. Tem como referenciais teóricos Estudos da Pedagogia e da Sociologia da Infância e Estudos de Gênero e Feministas, que problematizam como as desigualdades de gênero estão presentes na vida das crianças desde idades precoces. Tem como balizador para a introdução do debate de gênero, o documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016), que busca uma avaliação participativa fortalecendo a parceria e o diálogo entre a família e a unidade educacional. Os dados revelam percepções das famílias sobre as expectativas de gênero sofridas pelas crianças nos processos educativos. Ao conhecer suas preocupações e posicionamentos, podemos rever o bordão “meus filhos, minhas regras”, desconstruindo a visão de que essas famílias não estão abertas para o diálogo com a instituição de Educação Infantil, mas possuem interesses em dialogar e participar da construção de um projeto educativo de qualidade para as crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Estudos de Gênero; Famílias; Educação compartilhada; Avaliação Participativa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que aborda as relações entre famílias e a instituição de Educação Infantil, trazendo seus olhares sobre questões que envolvem gênero na vida das crianças (FERNANDES, 2021). Parte da perspectiva que as famílias são interlocutoras fundamentais no processo de construção de um projeto de educação da primeira infância, colocando em evidência a importância de uma troca contínua e recíproca entre os diferentes contextos em que as crianças crescem (FORTUNATI, 2009). Nos últimos anos pudemos acompanhar a força de movimentos conservadores, que buscam criar um contexto de confusão e ameaças, sobre o direito das mães e pais de educarem seus filhos. Manifestações antigênero, como as do Escola Sem Partido, com ideias difundidas, com as palavras de ordem *#ConMisHijosNoTeMetas*, presentes em países da América Latina e outros países do mundo, serviram de suporte para a construção de um pânico moral e confusão em relação à construção da identidade de gênero e a sexualidade na infância (MARTÍNEZ BETERETTE, 2021). Considerando a necessidade de problematizar tal contexto, buscamos refletir sobre como as questões de gênero têm sido abordadas na relação entre as famílias e a instituição de Educação Infantil. Portanto, destacamos o desafio da educação compartilhada, reafirmando pressupostos da participação das famílias nas discussões pedagógicas, uma educação que implica no encontro de famílias e profissionais que podem ter perspectivas diferentes sobre a educação e as necessidades das crianças, demandando uma constante negociação entre as partes. A pesquisa tem como referencial teórico Estudos da Pedagogia e da Sociologia da Infância e Estudos de Gênero e Feministas, que problematizam como as desigualdades de gênero começam desde idades precoces, no ambiente familiar, refletindo-se em seus percursos de vida e nas instituições educacionais. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar as questões de gênero presentes na relação entre famílias e instituição de Educação Infantil, a partir da compreensão das ideias e valores acerca da educação compartilhada de suas/seus filhas/os.

MÉTODO

A pesquisa tem o documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016) como balizador na abordagem das questões de gênero junto às famílias. Esse documento consiste em uma política de autoavaliação institucional participativa, que busca fortalecer a parceria e o diálogo entre a família e a unidade educacional, dando voz aos diferentes segmentos que compõem a instituição

de Educação Infantil, que coletivamente, passam a ser responsáveis pelas decisões e encaminhamentos apresentados. Os procedimentos metodológicos envolveram entrevistas semiestruturadas, realizadas com representantes de cinco famílias, caracterizadas como famílias nucleares, compostas por pai, mãe e um ou dois filhos/as, vivendo na mesma unidade doméstica. Sendo quatro mães: Regina, Clarice, Lourdes e Paula e um pai: Fabiano, com idade entre 36 e 44 anos, que possuem uma participação ativa na instituição de Educação Infantil, fazendo parte do Conselho de Escola. As análises, realizadas sob a luz dos referenciais teóricos da pesquisa, permitiram uma aproximação com a forma como essas famílias percebem a presença das questões de gênero na instituição de Educação Infantil, envolvendo, por exemplo, as possibilidades de expressão dos sentimentos, o oferecimento e uso de brinquedos e o banheiro unissex da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As famílias demonstram-se abertas aos desejos e curiosidades de suas/seus filhas/os, e revelam esforços para não reproduzir os estereótipos e escapar das normatividades de gênero na educação familiar. Mostram que se preocupam com as expectativas de gênero sobre suas/seus filhas/os. O fato de terem irmãos e irmãs na mesma família amplia as possibilidades de reflexão sobre as pressões sociais de gênero, seja porque as famílias comparam a educação entre as crianças, seja porque as próprias crianças questionam as distinções de gênero em seus processos de socialização. As famílias acreditam que as meninas têm menos restrições que os meninos, afirmando que *“é como se elas pudessem arriscar mais o universo considerado masculino”* (Mãe Regina). Compartilham como é trabalhoso ter sempre que dar justificativas, quando as crianças fazem suas próprias escolhas e escapam dos binarismos de gênero. O medo dos preconceitos de gênero pode justificar, segundo elas, a proteção das crianças, que leva à privação de suas diferentes experiências na infância. As pressões para que as famílias com suas crianças se adequem às expectativas de gênero são grandes e fortes, elas representam a manutenção da hierarquização e da ordem patriarcal historicamente construída em nossa sociedade (VIANNA e FINCO, 2009; FINCO, 2020). As famílias mostram suas percepções em relação aos gostos e preferências de suas/seus filhas/os e acham importante a diversidade de brinquedos oferecida para as crianças, reconhecendo que os adultos, geralmente, buscam enquadrar as crianças: *“Os dois tiveram bonecas de dormir e levavam para brincar na escola. Sempre tiveram carrinho também. A gente sempre trouxe preocupação de tratar de maneira igual”* (Mãe Lourdes). *“Me incomodava muito na creche da Mariana, o fato deles separarem os brinquedos, as bonecas dos carrinhos, na hora de dar às crianças. ‘Bonecas’ para as meninas e ‘Carrinhos’*

para os meninos. Talvez, pudessem pensar em outro jeito de ofertar, com os brinquedos misturados” (Mãe Clarice). O uso dos banheiros unissex da instituição foi outro elemento trazido pelas famílias, ao expressarem suas concepções e valores de gênero. Afirmam que consideram uma boa ideia os banheiros mistos: *“Na creche era assim também, todas as crianças juntas. É importante para eles desenvolverem um respeito mútuo, em relação à percepção de suas necessidades básicas”* (Pai Fabiano). *“Super concordo com o banheiro misto para as crianças na escola, porque assim, a escola está pensando na criança.”* (Mãe Paula). *“Eu nunca tinha ido a um lugar com banheiro unissex. Quando vi o banheiro da escola unissex, pensei ‘olha, que ousadas!’ Achei elas maravilhosas, porque olham à frente do tempo!”* (Mãe Clarice). As colocações sobre o uso de banheiros unissex na instituição de Educação Infantil demonstram a valorização de práticas educativas promotoras de respeito às crianças. Também destacam que compreendem como uma mudança processual, que envolve a necessidade de diálogo e respeito, apontando que a desconstrução dos preconceitos deve ser coletiva num trabalho em conjunto com a escola: *“Eu presenciei na reunião de acolhimento das famílias na escola, uma avó que disse: ‘A minha neta vai ficar num banheiro junto com os meninos?’ A escola não julgou essa avó, mas tentou desconstruir sua opinião, mostrando um olhar diferenciado. A escola tem um peso muito grande quanto a coletividade, quanto o papel de trazer essa cultura, não só para as crianças, mas para toda a comunidade”* (Mãe Paula). Apontam também para a necessidade de conversar, mesmo diante da diversidade de pontos de vista. Alertam que *“Não dá pra você fazer uma intervenção, mesmo que simples, sem fazer formação com as famílias. Acho que as escolas apanham muito, porque fazem as coisas sem trazer as famílias”* (Mãe Clarice). A pesquisa revelou a importância de ampliar as escutas e as trocas de ponto de vista no convívio entre famílias na instituição de Educação Infantil, compartilhando experiências educativas que reflitam sobre gênero. Este diálogo entre os/as adultos/s é essencial para o bem-estar da criança, para que possam trocar suas perspectivas sobre o que entendem ser melhor para elas, a fim de lhes garantir proteção, não esquecendo os interesses das crianças (ALANEN, 2010), seu direito à participação. Os resultados ajudaram a rever a ideia de que as famílias são um ponto dificultador para o desenvolvimento de um trabalho educativo de gênero na Educação Infantil. Para além da culpabilização, que recai sobre as famílias, a instituição de Educação Infantil pode estar aberta à escuta, pode impulsionar o diálogo, construindo uma relação de confiança, sem que se busque hierarquizações ou verdades absolutas (MOSS, 2008). Ao ultrapassar a lógica defensiva e rotineira, abre-se espaço de compreensão mútua entre as/os envolvidas/os no processo educacional (BONOMI, 1998), tornando-se a escola um local educativo, para promover relações em experiências humanas significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este trabalho destacando a importância do oferecimento de um serviço para a infância, que considere o contexto em que se desenvolve, que seja capaz de acolher imagens e as ideias que as famílias elaboram em relação a seus filhos, bem como as ideias que as próprias crianças elaboram sobre suas famílias, sobre si e sobre o mundo. O diálogo entre a instituição de Educação Infantil e famílias, com seus olhares e culturas que se entrecruzam (BARBOSA, 2007), revelam um emaranhado de relações, envolvendo diferentes concepções e crenças que permeiam as práticas educativas cotidianas, e dão ênfase naquilo que as une, a centralidade educativa nas crianças e o respeito por suas singularidades e pluralidades.

REFERÊNCIAS

- ALANEN, Leena. Teoria do Bem-Estar das crianças. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 141, p. 751-775, Set.-Dez./2010.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares: as Socializações e a Escolarização no Entretecer destas Culturas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, Out/2007.
- BONOMI, Adriano. O relacionamento entre educadores e pais. In: BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos: uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: Artmed, p.161-172, 1998.
- FERNANDES, Noeli Aparecida. **Um estudo sobre as relações de gênero na Educação Infantil: o que as famílias têm a ver com isso?** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Paulo, 2021.
- FINCO, Daniela. O que nos ensinam meninas e meninos quando escapam das fronteiras de gênero? In: VIANNA, Cláudia P.; CARVALHO, Marília. (orgs.). **Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 147-162, 2020.
- FORTUNATI, Aldo. **A Educação Infantil como Projeto da Comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e família. A experiência de San Miniato**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARTÍNEZ BETERETTTE, Wilma María. **Con mis hijos no te metas: "Disputas y tensiones en torno a la implementación de la educación sexual integral"**. Dissertation Publishing, (Master), Georgetown University, 2021.
- MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: MACHADO, M.L. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, p. 17-25, 2008. VIANNA, Cláudia Pereira; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, Jul-Dez/2009.

ST 18

JORNALISMO ATRAVESSADO
PELO GÊNERO



COORDENADORES

Carmen Regina de Oliveira Carvalho

Mary Weinstein

Marcus Antônio Assis Lima

**SITE AVOADOR E A EDITORIA MARIA MARIA: ESPAÇO JORNALÍSTICO
DEDICADO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO**

Rosiene Aguiar-Santos
Carmen Regina de Oliveira Carvalho
Edilaine da Rocha Cruz
Raquel Soares Pereira
Jennifer Vital
Gabriela Nascimento

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb

roseaguiar.contato@outlook.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise das publicações da editoria *Maria Maria* do site Avoador, tendo como intuito identificar o tipo de publicação voltada às questões de gênero predominante nos sete anos de sua existência. Como base teórica, entende-se o jornalismo como uma forma de conhecimento social que possibilita transformar a realidade (GENRO FILHO, 2012) e que existe uma diversidade de feminismos, que são atravessados pela raça/etnia, classe social, idade (TIBURI, 2018; LAGO, 2022; HOOKS, 2019). Para realizar a pesquisa, adota-se o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2010), com a verificação de 84 publicações divididas em 13 categorias. O resultado aponta que as publicações têm discutido as problemáticas de gênero com diversidade de temas abordados.

Palavras-chave: Jornalismo; Site Avoador; Editoria Maria Maria; Gênero; Feminismo.

INTRODUÇÃO

Em pesquisa realizada pela Rede de Observatórios da Segurança, em 2022, foram registrados 2.423 casos de violência contra a mulher, dos quais 495 foram feminicídios. Na Bahia, nesse mesmo período, houve um aumento de 58% de casos de violência, com ao menos um por dia, sendo o estado líder no Nordeste dos casos de assassinato de mulheres, com 91 ocorrências.

Nesse cenário, além de políticas públicas de combate às diferentes violências sofridas pelas mulheres e de inserção delas no ambiente do parlamento e do trabalho de forma igualitária, o jornalismo desempenha um papel fundamental para modificar a situação dos seres humanos que se identificam com o gênero feminino, que também engloba as pessoas trans. O jornalismo, enquanto um fenômeno histórico social que produz um tipo de conhecimento social indispensável ao entendimento do mundo, é capaz de provocar mudanças (GENRO FILHO, 2012).

Um conteúdo noticioso que dê visibilidade aos acontecimentos relacionados ao gênero feminino, que problematize suas causas e consequências e cobre soluções das autoridades públicas e privadas e dos indivíduos é fundamental. Por outro lado, as pesquisas indicam que os produtos culturais, sendo a mídia o principal instrumento de propagação, produzem e reproduzem as desigualdades de gênero e sexualidades, construindo de forma “hegemônica e sistemática um gênero binário (homem vs. mulher) hierarquizado, que privilegia a orientação sexual heterossexual, pessoas brancas e narram o mundo a partir da lógica das classes sociais abastadas” (LAGO, 2022, p. 68).

O exercício desse jornalismo de transformação perpassa uma concepção de feminismo. Parte-se, assim, da perspectiva apresentada em *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, que apresenta como os conceitos de mulher e homem são determinados por uma construção social, que se estrutura em fatores biológicos. Essa abordagem é considerada por Lago (2022) como a segunda onda do feminismo, aquela que ancora a luta dos direitos reprodutivos e a liberdade sexual experimentada pelas mulheres a partir dos anos de 1970, com a contracultura. No Brasil, o período é o da ditadura militar, o que deu contornos específicos ao movimento. Já a primeira onda, do final do século XIX e início do século XX, seria com a luta das sufragistas pelo direito ao voto e ao trabalho. A terceira onda, entre as décadas de 1980 e 1990, no século XX, registra os “feminismos das diferenças”. Neste momento, ganha força a percepção de que “[...] as mulheres são muitas, e oprimidas também a partir de seus lugares de raça/etnia, classe, origem, geografia, e outros marcadores” (LAGO, 2022, p. 67). Por último, a autora menciona uma quarta onda do feminismo, cujas diferenças estão acirradas, é formada por uma juventude de mulheres e pela utilização do ambiente virtual como

forma de mobilização e expressão cultural e artística, e a editora Maria Maria do site Avoador se encaixa nesse segmento.

Nesse sentido, na atualidade, há um movimento de feminismos pela reunião de marcadores diferenciados, que fogem do estereótipo da mulher branca de classe média, e incorporam a raça, o gênero, a sexualidade, a classe social, idade, o país, a região global como delimitadores interseccionais de lutas. Segundo Márcia Tiburi (2018, p. 11), feminismo é “[...] o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem por injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado”. A teórica e ativista convoca ainda para um feminismo que possa ser potencializado na prática: “Como simples indignação moral, não há garantia de que o feminismo possa se transformar em ação ético-política responsável” (TIBURI, 2019, p. 9).

O presente trabalho apresenta uma análise desta cobertura da editoria Maria Marian realizada nos últimos sete anos, o que resultou na publicação de 84 matérias, entre notícias e reportagens. Sendo assim, tem como objetivos específicos: 1) identificar o tipo de conteúdo publicado; 2) Verificar o formato mais trabalhado: notícia, reportagem e/ou artigo; 3) os conteúdos educativos que fizeram parte das publicações. Como método de pesquisa, utiliza-se a análise de conteúdo de Bardin (2010), como será explicado a seguir.

MÉTODO

Para realização desta pesquisa, que tem caráter exploratório, com abordagem quantitativa, descritiva e fundamentada numa lógica de entendimento dedutivo, optou-se pela perspectiva metodológica da Análise de Conteúdo (AC), preconizada por Laurence Bardin (2010). Essa teoria requer que se percorra, metodologicamente, três etapas elementares, quais sejam, *a)* a pré-análise; *b)* a exploração do material e *c)* o tratamento dos resultados, com a inferência e a interpretação.

A AC é o método adequado para a compreensão profunda dos dados coletados, permitindo a identificação de padrões, temas e significados subjacentes no material investigado. A escolha pela abordagem quantitativa está relacionada com os objetivos definidos para esta pesquisa, já os resultados permitem um entendimento do tipo de jornalismo praticado no período definido para o estudo.

Desse modo, a investigação que resultou neste estudo utiliza como objeto empírico o site Avoador¹, a partir da constituição de um *corpus* analítico formado pelo conteúdo da editoria Maria Maria. Por meio das publicações disponíveis no veículo em questão, foram coletados, para avaliação, o material da análise. Ao todo, foram 84 textos jornalísticos publicados, desde 2016 até 2023. A partir desse agrupamento,

¹ O Site Avoador pode ser acessado nesse link: <https://avoador.com.br/> Acesso em: 15 ago. 2023.

as reportagens foram classificadas em 13 categorias analíticas e, ainda, subdivididas entre reportagens, notícias e artigos.

As categorias elencadas, após análise do *corpus*, estão dispostas da seguinte forma: i) *Maternidade*; ii) *Violência contra a mulher/Feminicídio*; iii) *Machismo*; iv) *Educação/ Políticas públicas*; v) *Negritude*; vi) *Legislação*; vii) *Comunidade LGBTQIAPN+*; viii) *Profissão*; ix) *Aborto*; x) *Gordofobia*; xi) *Religião*; xii) *Histórias de vida* e xiii) *Paternidade*. Posteriormente, durante a apresentação dos resultados obtidos na análise, cada uma dessas categorias será descrita de forma detalhada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O site *Avoador* é um projeto originado no âmbito do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), localizada em Vitória da Conquista - BA. Ele opera como um produto laboratorial e, simultaneamente, como um veículo de jornalismo afiliado ao Programa de Extensão intitulado “Jornalismo como Forma de Transformação Social no Combate à Desinformação”. Sob a coordenação da professora Carmen Carvalho, o projeto engaja estudantes do curso de Jornalismo a partir do sexto semestre de graduação.

A proposta vai além do ensino convencional, promovendo uma abordagem prática e direcionada para lidar com a disseminação de desinformação. Ao criar um ambiente onde os estudantes podem aplicar teorias jornalísticas em situações do mundo real, o site *Avoador* se estabelece como uma plataforma dinâmica de aprendizado e um instrumento eficaz na luta contra a desinformação. Dentre as editorias do *Avoador*, quais sejam: *Página Central*, *Conectado*; *Olhares Urbanos*; *Política*; *Papo Aberto*; *Requadro*; *Xereta*; *Jornalismo Importa*; *Multimídia*; *Poder e Opinião*, está o caderno editorial *Maria Maria*, objeto de estudo desta pesquisa.

Durante a coleta do *corpus*, notou-se que as primeiras publicações do *Avoador* datam de abril de 2016. Essas edições iniciais evidenciam de maneira contundente o flagrante desfavorecimento das mulheres na sociedade, bem como as numerosas marcas de violência e desumanização do feminino perpetuadas pelo machismo, sexismo e pelo sistema patriarcal enraizado nas estruturas sociais, predominantes em grande parte do planeta. Nesse contexto, as primeiras reportagens não apenas inauguraram o percurso do *Avoador*, mas também revelaram uma realidade dolorosa e complexa.

As matérias deste caderno do *Avoador* foram um chamado à reflexão sobre as desigualdades de gênero arraigadas em nossa sociedade. Ao trazer à tona temas cruciais que muitas vezes são silenciados, o *Avoador* se estabeleceu como uma voz corajosa na luta pela igualdade e pela mudança social, contribuindo para a conscientização e a transformação da realidade das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem jornalística focada nas questões de gênero desempenha um papel crucial no combate a estigmas profundamente enraizados na sociedade. Muitas vezes, esses estigmas são tão naturalizados que as mulheres não percebem que estão sendo vítimas de violência, por exemplo.

Reportagens como as pertencentes à editoria Maria Maria iluminam as sombras e contribuem para uma compreensão mais ampla das violências sutis e nem sempre evidentes que as mulheres enfrentam em diversas esferas da vida. Ao desafiar o *status quo* e ampliar as vozes das mulheres, o Avoador desempenha um papel vital na transformação das normas sociais e na promoção da justiça de gênero.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Editora Insular. Florianópolis, 2012.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 341-352

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2013.

LAGO, Cláudia. **Feminismo e Comunicação: uma relação necessária**. Revista Organico. Ano 19. Número 40. São Paulo: setembro/dezembro, 2022.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. **Feminicídio e Violência Contra a Mulher**. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/>. Acesso em: 20 ago 2023.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

BIOGRAFEMAS DE ANTÔNIO CHRYSÓSTOMO NA CONTEXTURA DE NÉSTOR PERLONGHER

Artigo produzido na disciplina “Estudos de Gênero”, no semestre 2023.1, do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGL), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Alessandra Santana doRosário
Universidade Estadual de Santa Cruz.

asrosario.ppgl@uesc.br

André Luis Mitidieri
Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações

RESUMO

Os pormenores de uma vida, aos quais, Roland Barthes denominará biografemas em *Sade*, *Fourier*, *Loyola* e em outros textos, incidem diretamente na linearidade dos gêneros biográficos clássicos e em sua concepção de sujeito. Deste modo, com base em pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, buscamos analisar a escrita biografemática do escritor argentino Néstor Perlongher na crônica “A prisão de Antônio Chrysóstomo” (2001), presente no livro *Evita Vive e outras prosas*, a fim de contribuir para a divulgação dessa produção considerada às margens da literatura canônica. O estudo de caso, através da personagem da qual tomamos conhecimento por meio de biografemas, possibilita uma leitura do autor, investido brevemente da função de biógrafo, e de seu contexto de produção.

Palavras-chave: Configurações transviadas; Espaço biográfico; Ditadura cis-hetero-militar brasileira.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, o debate teórico em torno das questões LGBTQIA+ está sendo conduzido de maneira constante no universo da literatura, bem como em outros campos das ciências humanas. Buscamos assim apresentar algumas contribuições nesse campo para a percepção do “espaço biográfico”, que indo além de gêneros conhecidos, como a autobiografia, a biografia, o diário íntimo, as memórias etc., consiste em uma confluência da qual não se excluem outros gêneros, nem formas e horizontes de expectativa. Assim, possibilita “a consideração das especificidades respectivas sem perder de vista sua dimensão relacional, sua interatividade temática e pragmática, seus usos nas diferentes esferas da comunicação e da ação” (ARFUCH, 2010, p. 59).

Nesta interação que propomos, entre espaço biográfico e dissidências sexuais e de gênero, elucidamos alguns aspectos que transitam por multiplicidades de formas, memórias, vivências, símbolos. Entre o público e o privado, os pequenos detalhes de uma vida associam-se ao corpo, deslizando às margens da sociedade heteronormativa, como podemos notar a partir de uma análise da crônica do escritor argentino Néstor Perlongher (2001), “A prisão de Antônio Chrysóstomo”, presente no livro *Evita vive: e outras prosas*, e que trata da prisão, em 1981, do jornalista Roosevelt Antônio Chrysóstomo, um dos criadores do jornal homossexual *Lampião da Esquina*, ativista e crítico musical carioca.

Perlongher, para quem não o conhece, foi um sociólogo, antropólogo, jornalista e poeta anarquista, que teve grande contribuição à conquista dos direitos das pessoas homossexuais da Argentina, durante a década de 1970. Podemos perceber as suas diferentes facetas em toda a sua obra, e assim, em *Evita vive: e outras prosas*, onde literatura, performance, sedução, ironia, caminham lado a lado em uma personificação literária e também linguística. Vale ressaltar que Perlongher fala sobre a política do desejo, as contribuições aos movimentos gays e a insurgência da teoria queer, como um movimento político, sendo considerado um representante do pensamento cuir (termo utilizado para queer nas línguas espanhola e portuguesa, a fim de ressaltar seu potencial decolonizador).¹

O caso de Antônio Chrysóstomo repercutiu em toda a imprensa, quando ele se submeteu a julgamento, acusado de abusar sexualmente de uma criança, em processo de adoção por ele próprio.

Na narrativa em vista, Perlongher (2001) apresenta a “montagem do caso Chrysóstomo”, a história que o levaria à prisão. Tudo se iniciou na porta do Jornal *Lampião da Esquina*, onde ali, todos os dias, postava-se uma mendiga com sua filha. O

¹ Para uma aproximação à vida e à obra de Néstor Perlongher, vide *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 66, 2022.

jornalista se compadeceu e se preocupou com o bem-estar da menina, a qual tinha três anos de idade, resolvendo adotá-la e, em primeira instância, conseguiu a tutela legal da menor.

MÉTODO

Trata-se de um caso emblemático, que mostra como o autoritarismo e o conservadorismo constituíram um *modus operandi* à época, demonstrando, por via biografemática, como ocorrem a condenação do jornalista e a homofobia que, aliás, aí funcionara implicitamente. Para tanto, abordamos o conceito denominado pelo teórico francês Roland Barthes (2005) em *Sade, Fourier,*

Loyola, de “biografema”, o qual, a partir de relatos da vida do biografado, convertidos em signos, permite uma possibilidade fragmentária de enunciação do indivíduo; revela detalhes íntimos potencialmente significativos, capazes de recuperar particularidades de um corpo:

O autor que vem do seu texto e vai para dentro da nossa vida não tem unidade; é um simples plural de ‘encantos’, o lugar de alguns pormenores tênues, fonte, entretanto, de vivos lampejos romanescos, um canto descontínuo de amabilidades, em que lemos apesar de tudo a morte com muito mais certeza do que na epopeia de um destino; não é uma pessoa (civil, moral), é um corpo (Barthes, 2005, p. 16).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na narrativa em estudo, além da traição de Mascarenhas, o qual escreveu uma carta a Darci Penteado com teor acusatório e a distribuiu aos movimentos gays a fim de que não apoiassem

Chrysóstomo, notamos que a “marca da sujeira” não está ligada apenas à representação do corpo da criança, mas nos direciona a outra conotação, vinculada à moralidade:

[...] uma menininha imunda, só de calcinha, que, no primeiro momento, imaginei que fosse filha de uma empregada doméstica muito relaxada. Tal era a sujeira da criaturinha que eu, que gosto de crianças (para brincar com elas, não para atos libidinosos), mas de crianças limpas, não me animei nem a falar, nem a fazer-lhe um agrado (Perlongher, 2001, p. 61).

[...] deixando de lado as preferências lúdicas de Mascarenhas (cabe perguntar se ele esperava encontrar a menina, tirada há dois meses das ruas, vestida segundo a moda das instituições inglesas), já vemos perfilhar-se um elemento moral (sujeira) e um dos personagens do drama (a empregada doméstica). (Perlongher, 2001, p. 62).

A partir desses fragmentos, observamos que a “sujeira” também está alicerçada em preceitos religiosos, sendo que uma parte do repúdio aos LGBTQIA+ se embasa em um dos livros da *Bíblia Sagrada*:



Não sabeis que os injustos não hão de herdar o reino de Deus?
Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avaros, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus (1 Coríntios, cap. 6, v. 9-10).

Com base nesses preceitos, baseados na visão de “impureza” das práticas, podemos observar uma LGBTfobia que se veicula sob o jugo da “moral e dos bons costumes”. Muitas teses proferidas ao longo do tempo pela igreja, pelo discurso médico-legal, pela psicologia, desenvolviam a ideia de que as atitudes desviantes da cis-heteronorma eram pecado, crime ou doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o gênero como performático, do modo como aparece em “A prisão de Antônio Chrysóstomo”, de Néstor Perlongher (2001), torna-se uma alternativa para se romper com o preconceito que está na base da manifestação da diferença de gênero. Por sua vez, a performance caracterizadora de uma configuração transviada entrecruza-se à leitura biografemática, não deixando de inserir a crônica em análise no espaço biográfico que, assim, em vez de retroalimentar o “mito do eu” “como exaltação narcisista ou voyerismo [...], operará, prioritariamente, como ordem narrativa e orientação ética nessa modelização de hábitos, costumes, sentimentos e práticas, que é constitutiva da ordem social” (Arfuch, 2010, p 31-32).

Néstor Perlongher, escritor, ativista, figura que se destacou na luta pelos direitos LGBTQIA+, por meio das suas narrativas, convoca o leitor a refletir sobre as punições, mazelas, sofridas em uma sociedade regulada pelo poder da cisheteronormatividade. Destarte, a escolha pelo *corpus* aqui analisado – a crônica sobre a prisão do ativista, crítico musical, jornalista e homossexual Antônio Chrysóstomo, através dos biografemas apresentados – permite ao leitor o contato com as injustiças sofridas pela personagem, já que não houve provas do estupro e, mesmo assim, foi condenado.

Desta forma, a subversão é um discurso vazio, as sexualidades dissidentes perturbam a ordem social estabelecida. A cis-heteronormatividade como norma social não é mais do que uma forma ideológica e cultural historicamente construída sobre a rejeição das práticas desviantes. Assim, segundo Eribon (2000) a ideia de subversão deveria ser substituída pela ideia foucaultiana de resistência. Podemos, por um lado, batalhar por igualdades de direitos e, por outro lado, nos articularmos performativamente para escapar das forças opressivas, como faz Perlongher em seu gesto *cuir*.



REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. Vidas de escritores. In: ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 209-237.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BÍBLIA SAGRADA A.T. *1Coríntios*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. p.948.

PERLONGHER, Néstor. História del Frente de Liberación Homosexual de la Argentina. In: FERRER, Christian; BAIGORRIA, Osvaldo (Org.). *Prosa Plebeya: ensayos 1980-1992*. Buenos Aires: Colihue S. R. L., 1997. p.77-84. [1985].

MULHERES NO FRONT: ATUAÇÃO FEMININA EM MOVIMENTOS POPULARES NO BAIRRO DE PERUS

Artigo acadêmico

Angélica Muller do Rego
UNESP

Erika Barbosa de Souza
FESPSP

Patrícia Barbosa
INSPER

Rosa Rosa de Souza Rosa Gomes
USP

Sheila de Souza Alves Moreira
UAM

Michele Pereira Sousa
UFABC

michele.sousa@ufabc.edu.br

RESUMO

As mulheres sempre atuaram nos movimentos populares de Perus, distrito periférico situado na zona noroeste da cidade de São Paulo - SP. Apesar de todo envolvimento e engajamento destas mulheres, houve um apagamento da participação feminina nessas ações. Por isso, o coletivo feminista Mulheres no Front submeteu ao Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais II – Edital 2022 um projeto para a coleta de depoimentos de mulheres, através da metodologia de história oral, para evidenciar suas atuações e salvaguardar suas experiências. Entre as formas de contrapartida pela verba recebida via edital, foi elaborada uma revista, denominada Mulheres no Front, que tem sua versão impressa e digital.

Palavras-chave: Mulheres; Movimento social; Perus; Território.

INTRODUÇÃO

Perus está localizado na periferia da zona noroeste da cidade de São Paulo – SP, inicialmente fazia parte do distrito de Nossa Senhora do Ó, atualmente chamado de Freguesia do Ó. O local foi reconhecido como distrito em sessão da Câmara Municipal de São Paulo em 21 de setembro de 1934 (GOULD; MOREIRA, 2013).

Em 1914, com a implementação da linha férrea Perus-Pirapora, o local atraiu atenção de investidores estrangeiros, possibilitando a implementação da primeira fábrica de cimento de grande porte no Brasil, a Companhia de Cimento Portland Perus, popularmente chamada de Fábrica de Cimento de Perus. O calcário, matéria-prima básica para a produção, era extraída em Cajamar e através da estrada de ferro Perus-Pirapora era levado para o distrito, onde era manufaturado e transformado em cimento (GOULD; MOREIRA, 2013).

Através da implementação da fábrica a população de Perus teve uma expansão expressiva. Neste contexto, muitas famílias - que ainda vivem na região - foram se formando no distrito. Esse panorama das relações sociais estabelecidas em torno da fábrica é importante para entender como a greve que ocorreu no local entre os anos de 1962 e 1969 impactou não só seus trabalhadores, mas também familiares e demais moradores (GOULD; MOREIRA, 2013).

A greve, com início no ano de 1962, reivindicava o pagamento de salários atrasados, reajuste salarial, a redução da jornada de trabalho e melhoria nas condições de trabalho. As pessoas que faziam as reivindicações ganharam o apelido de Queixadas, referência ao porco do mato, animal que quando se sente ameaçado se põe em bando e bate o queixo para afugentar o inimigo. Essa alusão aos Queixadas é importante porque aponta as principais características de atuação do movimento, o da “não-violência-ativa”, estratégia que ficou eternizada pela expressão Firmeza Permanente. A paralisação só teve seu fim decretado quando a justiça determinou que os sindicalistas estáveis fossem reincorporados a fábrica de cimento. (JESUS, 1992).

No histórico do movimento Queixada é preciso destacar uma articulação específica que ocorreu em consequência da greve dos trabalhadores da fábrica: a das mulheres Queixadas. Elas eram companheiras e filhas dos grevistas que tiveram que se reorganizar social e economicamente para dar suporte à família enquanto os trabalhadores da fábrica estavam em greve (ALVES, 2011).

A atuação das mulheres no movimento Queixada foi fundamental para que os trabalhadores da fábrica se mantivessem firmes durante a greve, pois além dos cuidados com os filhos elas participavam de piquetes e de enfrentamentos a policiais. A luta política dessas mulheres é considerada precursora da atuação das mulheres em movimentos sociais em Perus (ALVES, 2011).

No ano de 1973, as mulheres Queixadas, junto a outras lideranças femininas do bairro, organizaram uma passeata contra o pó de cimento. As chaminés da fábrica, sem filtros, espalhavam pó de cimento por todo o bairro, principalmente nas proximidades do complexo industrial. O protesto não tinha como objetivo o fechamento da fábrica, apenas a resolução do problema relacionado ao pó de cimento (ALVES, 2011).

No início dos anos de 1990, a então prefeita da cidade de São Paulo Luiza Erundina criou condições que favoreciam os mutirões de autoconstrução. Neste contexto, nasce e se desenvolve o Conjunto Habitacional do Recanto dos Humildes, em Perus. A área do Recanto dos Humildes foi ocupada como uma demanda dos movimentos de habitação locais. Nestes mutirões havia uma grande participação de mulheres, que também levavam seus filhos para o local das ocupações. Muitas dessas mulheres estavam encontrando ali uma oportunidade de recomeçar suas vidas (SILVA, 2017).

Há uma quantidade expressiva de movimentos sociais de Perus que possuem mulheres como lideranças, por isso as integrantes do coletivo Mulheres no Front optaram pela elaboração de uma revista para dar maior visibilidade ao protagonismo feminino no contexto dos movimentos populares do distrito. A revista foi escolhida enquanto veículo de divulgação dos resultados porque ela possibilita não só a veiculação dessas histórias, como seu registro.

MÉTODO

Há pouco material e poucos registros sobre a atuação política das mulheres no distrito de Perus. Apenas uma dissertação de mestrado é totalmente voltada para esse tema, o trabalho *Mulheres em Luta: Uma outra história do movimento "Queixadas" de Perus*, de Maria Madalena Ferreira Alves (2011).

Por isso, o coletivo Mulheres no Front utiliza a metodologia de história oral, ela foi escolhida por ter um caráter interdisciplinar e aproximar o pesquisador do grupo pesquisado. Além disso, no caso de países que passaram pelo processo de colonização, como é o caso do Brasil, a história oral se constitui enquanto um método que rompe com metodologias acadêmicas coloniais, pois o grupo estudado fala sobre si (MEIHY, 2000).

Considerando que, tanto as entrevistadoras quanto as entrevistadas estão em contexto periférico, e que o coletivo Mulheres no Front está em constante diálogo com a população local, a metodologia escolhida reconhece a importância das ações protagonizadas pelas agentes do território.

Ressalta-se que o uso da história oral é importante porque traz elementos subjetivos das agentes da história (sentimentos, percepções e ideais), isso ressalta a humanidade das protagonistas, mas também possibilita olhares diferentes para um mesmo fato, levando a diferentes interpretações (MEIHY, 2005).

Para a elaboração da revista foram realizadas entrevistas com mulheres do território que são lideranças de movimentos sociais, para construção de registro da história de vida delas, e a partir do relato de suas memórias construir um panorama da atuação política das mulheres em Perus.

Os temas foram divididos a partir dos movimentos sociais que mais se destacam no território, bem como as entrevistadas foram selecionadas pela notoriedade do trabalho que desenvolvem. Com relação às entrevistadoras, elas são integrantes do coletivo Mulheres no Front, contempladas pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais II (VAI II) e parceiras. As entrevistas foram divididas entre as entrevistadoras de acordo com a afinidade com o tema.

Por fim, as coletas das entrevistas deram-se em locais diversos, como residências e locais de trabalho das entrevistadas, optou-se por fazer dessa forma para que as entrevistadoras tivessem uma maior proximidade com a rotina delas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revista Mulheres no Front, intitulada com o mesmo nome do coletivo e do projeto submetido ao Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais II – Edital 2022, contou apenas com mulheres para sua elaboração. Como o coletivo atua no distrito de Perus, todas as entrevistadoras e entrevistadas possuem relação com o território, seja ela por nascimento, residência ou trabalho.

A matéria de abertura da revista intitulada *Quem são as mulheres que estão no front?*, bem como a matéria *Por que falar sobre o silenciamento histórico das mulheres?* remetem a atuação histórica das mulheres em movimentos sociais, evidenciando que poucas vezes as mulheres são colocadas em posição de destaque mesmo quando possuem uma atuação social combativa.

A revista também aborda identidade de gênero e sexualidade, *Trans de quebrada e Lésbica, periférica e referêcia na Noroeste* são entrevistas com duas mulheres que experienciam os embates, enquanto mulheres periféricas, de viver em uma sociedade transfóbica e homofóbica.

A maternidade também se faz presente, *Vivências de uma gravidez na préadolescência* e *O surgimento dos Clubes de Mães de Perus* abordam as problemáticas sociais de uma gravidez precoce, as consequências da falta de políticas públicas de assistência materno-infantil e as conquistas que os movimentos sociais liderados pelas mães tiveram no território.

Também estão presentes matérias que abordam o racismo, *Mulher de axé* e *Ativismo feminista, preto e periférico* evidenciam o racismo tem atravessamentos distintos na esfera religiosa e nas questões de gênero, ambas com implicações sociais estruturais.



Além disso, *Por que precisamos falar sobre etarismo?* Trata sobre as implicações de determinar socialmente que existe idade adequada para a realização de determinadas atividades, no entanto, há uma implicância

Por fim, o *Plano Museológico do Centro de Memória Queixadas: Uma Abordagem Coletiva Feminina e Protagonismo feminino em Perus* é tema de pesquisa acadêmica trazem experiências de trabalhos realizadas com as mulheres do território de Perus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de romper com a invisibilidade das mulheres atuantes em movimentos sociais do distrito de Perus, localizado na cidade de São Paulo – SP, a revista *Mulheres no Front*, enquanto ferramenta de comunicação, se faz extremamente necessária. Ela valoriza as agentes locais através da escuta de suas narrativas de lutas, possibilita o acesso da população local a sua história ao propagar a importância que elas tiveram para o território, inspira novas militantes e valoriza o trabalho feminino, uma vez que a revista é idealizada, desenvolvida e veiculada por mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Madalena Ferreira. *Mulheres em Luta: Uma outra história do movimento “Queixadas” de Perus*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GOULD, Larissa; MOREIRA, Jéssica. *Queixadas: Por trás de 7 anos de greve*. FAPCOM, São Paulo, 2013.

JESUS, Mario Carvalho de (org.). *Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo: Edição própria, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Desafios da história oral latino-americana: o Caso do Brasil*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz e CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 85 - 97.

SILVA, Simone Borges da. *Modos de viver e trabalhar: a questão da moradia no distrito de Perus, zona Oeste de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.



o sexo da
PALAVRA

osexodapalavra.com
osexodapalavra@gmail.com